LIVRO DE CONCÓRDIA

As Confissões da Igreja Evangélica Luterana

6ª edição
revisada e atualizada

Comissão Interluterana de Literatura

Co-Editoras

Editora Concórdia
Porto Alegre

Editora Sinodal
São Leopoldo

Editora da Ulbra
Canoas

2006

Caixa Postal 11
93.001-970 São Leopoldo – RS – Tel. (51) 3590-2366
www.lutero.com.br – cil@lutero.com.br

em co-edição com:

Caixa Postal 11
93.001-970 São Leopoldo – RS
www.editorasinodal.com.br
editora@editorasinodal.com.br

Caixa Postal 3230
90.001-970 Porto Alegre – RS
www.editoraconcordia.com.br
editora@editoraconcordia.com.br

Editora da ULBRA

Rua Miguel Tostes, 101 – Bairro São Luís
92.420-280 Canoas – RS
www.editoradaulbra.com.br
editora@ulbra.br

Comissão Interluterana de Literatura: Dieter J. Jagnow, Eric P. Nelson, Gerhard Grasel, João A. Müller da Silva, Rony Marquardt e Sonja Hendrich-Jauregui

Tradutor: Arnaldo Schüler

Editor: Darci Drehmer

L788 Livro de Concórdia / [Editado por] Darci Drehmer. Traduzido por Arnaldo Schüler. 5.ed. – São Leopoldo : Sinodal; Canoas : Ulbra; Porto Alegre: Concórdia, 2006.

800p.
ISBN 85-233-0831-8
Título original: Bekenntnisschriften der Lutherischen Kirche.

1. Luteranismo. 2. Teologia Luterana. I. Schüler, Arnaldo.

CDU 284.1

Catalogação na publicação: Leandro Augusto dos Santos Lima – CRB 10/1273

APRESENTANDO

Apresentação da 6ª edição

A primeira edição do Livro de Concórdia em língua portuguesa foi publicada em 1980. Naquele ano, celebrou-se o 400º aniversário do lançamento das Confissões Luteranas reunidas em um só volume.

Em 1992, foi publicada uma edição ampliada, contendo introduções para cada um dos documentos confessionais e dois índices, o de referências bíblicas e o índice geral – onomástico e remissivo.

A presente edição é mais um passo para manter o Livro de Concórdia como documento maior do luteranismo mundial. O texto foi digitado, revisado e novamente diagramado. Todavia, manteve-se a mesma disposição gráfica, a fim de não alterar a numeração das páginas e das seções das edições anteriores. Para documentar a história da publicação em língua portuguesa do Livro de Concórdia, mantiveram-se igualmente as apresentações da primeira edição, do presidente da CIL, Leopoldo Heimann e dos presidentes das duas Igrejas Luteranas em 1980, pastores Johannes Gedrat (IELB) e Augusto Ernesto Kunert (IECLB). Conservaram-se, igualmente, as notas de rodapé. Algumas delas foram atualizadas, substituindo-se as referências a textos de Lutero da Edição de Weimar (WA) por textos publicados em língua portuguesa, conforme os encontramos nos 9 volumes até agora publicados em "Martinho Lutero – Obras Selecionadas" (OSel).

A CIL oferece esta edição do Livro de Concórdia aos leitores de fala portuguesa na certeza de que ele é um testemunho dos ensinos bíblicos. Como tal, pertence à cristandade como um modelo de confissão ecumênica da fé cristã.

Que a leitura e o estudo destes documentos confessionais possam ser uma bênção para todos os que se preocupam em conhecer e testemunhar a mensagem bíblica.

DIETER JOEL JAGNOW
Presidente da Comissão Interluterana de Literatura
junho de 2006

Apresentação da 1ª edição

Com o lançamento desta obra em língua nacional, no ano de seu 4º centenário, o luteranismo brasileiro reconhece a importância, necessidade e atualidade dos documentos confessionais inseridos no *Livro de Concórdia.*

Aceitos como exposição correta das Sagradas Escrituras, apenas alguns dos livros simbólicos da Igreja Luterana, porém, encontravam-se disponíveis em língua portuguesa. Como a presente edição reúne, num só volume, em língua nacional, os Credos Ecumênicos e todas as Confissões Luteranas, os seguidores da Reforma saberão expressar seu reconhecimento a Deus por este livro de 1580 que objetiva ser um instrumento de bênçãos ao povo de Deus do nosso século.

Arnaldo Schuler, tradutor do livro e autor das notas e dos comentários de pé de página, é professor da Faculdade de Teologia do Seminário Concórdia da Igreja Evangélica Luterana do Brasil. Schüler pesquisou e traduziu grande parte da obra em bibliotecas dos Estados Unidos da América.

A Comissão Interluterana de Literatura, integrada por representantes da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, empenhada na co-edição de obras teológicas, coordenou a publicação do *Livro de Concórdia.* Além da participação das duas igrejas luteranas e de suas casas editoras, a Comissão Interluterana de Literatura viu a finalização do projeto graças ao auxílio financeiro de três Igrejas Luteranas dos Estados Unidos: American Lutheran Church, Lutheran Church in America e Lutheran Church-Missouri Synod, a quem expressa seu reconhecimento e gratidão.

Queira o Senhor da igreja abençoar a pesquisa destes documentos confessionais do luteranismo que apresentam e defendem as verdades fundamentais da igreja cristã e apostólica, em conformidade com a infalível revelação das Sagradas Escrituras.

LEOPOLDO HEIMANN
Presidente da Comissão Interluterana de Literatura
de 1975 a 1984

Apresentação da 1ª edição

É com grande satisfação que passamos às mãos dos leitores a tradução do corpo das Confissões Luteranas do século XVI, até o presente inacessível, em seu conjunto, na língua vernácula. Para tanto foi ensejo o significado especial de que se reveste o ano em curso para o luteranismo em todo mundo, comemorando os 450 anos da Confissão de Augsburgo juntamente com os 400 anos do *Livro de Concórdia.* Ainda assim, a publicação desta obra não pretende ser simples expressão de homenagem nem tampouco contribuição à pesquisa meramente histórica. Embora vazadas em termos de sua época, as Confissões, nas quais as Igrejas luteranas do século XVI articularam e viam articulada sua fé em exato acordo com o evangelho, continuam possuindo relevância atual. Elas constituem a herança que nos advém de uma engajada busca da verdade evangélica e da vivência que lhe é condigna, bem como do esforço pela unidade da igreja.

A herança se nos converte em compromisso, e isto em duplo sentido: Uma vez entendemos que a Reforma, da qual resultaram as igrejas de confissão luterana, definiu princípios e perspectivas impossíveis de serem desprezados enquanto se fizer questão da fidelidade ao evangelho. De igual modo, porém, nos comprometem os propósitos da Reforma, também eles expressos nos escritos que nos legou, resumindo-se basicamente na vontade de ser igreja de Cristo, e de nenhum outro, neste mundo, para o que se faz necessário o constante recurso à fonte da fé, que é o próprio Cristo testemunhado na Escritura, o permanente auto-exame da igreja quanto à sua prática, o trabalho em favor da unidade dos cristãos e o serviço concreto ao homem pelo qual Cristo morreu na cruz. A Reforma do século XVI nos compromete com a tarefa de sermos Igreja da Reforma em nossos dias e nosso país.

Assim sendo, o presente volume naturalmente se destina em primeiro lugar às igrejas que se confessam diretamente devedoras da Reforma Luterana. É o seu patrimônio confessional, cujo conhecimento e estudo se faz imprescindível na definição de sua identidade. No entanto, este patrimônio não é de sua exclusiva propriedade. Ele pertence à cristandade toda como confissão ecumênica de membros no corpo de Cristo e como profissão da fé apostólica. Por esta razão externamos o desejo que esta tradução encontre não só divulgação interna nas igrejas luteranas, mas que seja acolhida também em outras igrejas como contribuição e convite ao diálogo entre os que são os discípulos do mesmo Senhor. Esperamos, outrossim, que a obra seja lida não só pelos especialistas e aqueles que, por força de seu cargo, devem ocupar-se com a matéria, mas por um amplo círculo de interessados. O Catecismo Maior de Lutero, por exemplo, representa, ao lado dos demais escritos, verdadeira preciosidade, cuja leitura dispensa a qualificação de um especialista em teologia.

Cabe-nos agradecer ao tradutor e a todos quantos, de uma forma ou de outra, contribuíram para que esta importante obra se pudesse realizar. Agradecemos de modo todo especial ao ilustre colega e irmão Prof. Arnaldo Schüler, principal promotor do empreendimento e tradutor da obra, pela sua excepcional dedicação. Que Deus abençoe o curso deste livro na igreja.

AUGUSTO ERNESTO KUNERT
Presidente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
de 1979 a 1985

Apresentação da 1ª edição

Apenas quem os saboreia atentamente é que sabe apreciar os bons manjares. O mesmo vale para as Confissões Luteranas, reunidas no Livro de Concórdia de 1580. Elas são tidas por cousa árida e desatualizada, sem atrativo e importância, enquanto não estudadas e assimiladas. Tornam-se, porém, fonte viva de impulso para vida e testemunho cristãos mais decididos logo que seu conteúdo é apreendido.

A sua publicação em língua portuguesa deveria ter ocorrido faz muito. Por isso mesmo é maior o nosso júbilo e a nossa gratidão a Deus pelo fato de estarem aí no vernáculo, ao menos quando celebramos o 400º aniversário do *Livro de Concórdia.*

As Confissões Luteranas não querem e não devem ser distintivo ou sinal de um grupo religioso separatista e "detentor exclusivo da verdade". Expõem a única e verdadeira doutrina bíblica e cristã de todos os tempos. São o esforço sincero para reunir também visivelmente num só rebanho todos os que desejam ser um em espírito e em verdade.

Somos gratos a Deus por todos os instrumentos humanos e materiais que utilizou no preparo e na produção do *Livro de Concórdia,* entre os quais destacamos o Prof. Arnaldo Schüler e a Comissão Interluterana de Literatura.

Deus queira derramar suas bênçãos sobre este livro e sobre todos os que o estudam e que permanecem nas verdades que contém.

JOHANNES H. GEDRAT
Presidente da Igreja Evangélica Luterana do Brasil de
1974 a 1990

Nota do Tradutor

A tradução baseia-se nos originais, alemães ou latinos, conforme estampados na monumental edição crítica *Die Bekenntnisschriften der evangelisch-lutherischen Kirche (BSLK), a edição de Göttingen,* publicada, pela primeira vez, em 1930. Fizemos uso da edição de 1967.

Quanto às citações bíblicas, transcrevemos o texto da tradução de João Ferreira de Almeida, edição revista e atualizada no Brasil, Sociedade Bíblica do Brasil (Almeida RA), nos casos em que não há diferença relevante. Em outros casos, quando o argumento do original o exige, ou por outras razões, modificamos o texto de Almeida RA parcialmente, ou traduzimos o texto conforme reza nas BSLK. Assinalamos o fato em numerosas notas em pé de página.

Nas citações de Almeida RA modificamos, entre outras coisas, erros de português. Assim, por exemplo, na locução adversativa "e sim" (= mas), eliminamos a vírgula (e, sim) com que Almeida RA destrói a locução "e sim", unidade inseparável.

A tradução que acompanha, entre parênteses, os textos citados nas notas em fundo de página, é de nossa autoria. Procedemos assim porque não tínhamos à mão traduções autorizadas.

Quanto a palavras citadas e traduzidas ou parafraseadas nos originais, sempre tornamos em vernáculo a tradução ou a paráfrase dos originais, acrescentando, em pé de página, quando relevante, nossa tradução da citação.

Por causa das diferenças existentes entre o texto germânico e o texto latino da Confissão de Augsburgo, traduzimos ambos.

Quando colocamos as notas nos textos das duas traduções, pensávamos que os dois textos da Confissão de Augsburgo seriam publicadas lado a lado. Posteriormente, decidiu-se proceder de outra maneira. Isso torna menos cômoda a consulta do estudioso interessado nas notas, já que estão distribuídas pelos dois textos, ficando algo distanciadas umas das outras com o procedimento adotado.

Fizemos uso de algumas abreviaturas e siglas, das quais a maior parte é de uso corrente. Além das já explicadas acima (BSLK e Almeida RA) e das que explicamos nas notas, convém resolver as seguintes: Augustana = Confissão de Augsburgo; BSRK = Die Bekenntnisschriften der reformierten Kirche; CA = Confissão de Augsburgo; CR = Corpus Reformatorum; CSEL = Corpus scriptorum ecclesiasticorum latinorum; Decl. Sól. = Declaração Sólida da Fórmula de Concórdia; FC = Fórmula de Concórdia; MSG = Migne, Patrologia, series Graeca; MSL = Migne, Patrologia, series Latina; Variata Confessio Augustana variata; WA = edição de Weimar das obras de Lutero[1].

---

[1] Acrescentamos na 5ª edição as obras selecionadas de Lutero, publicadas em língua portuguesa até esta data: OSel = Obras Selecionadas de Lutero.

Diversas circunstâncias nos impediram de incluir nesta primeira edição portuguesa do *Livro de Concórdia* partes que nela deveriam figurar: introdução histórica, índice de assuntos, lista dos textos bíblicos citados nos originais, relação das citações de autores que aparecem no texto original, índice onomástico e toponímico.

Edições futuras poderiam conter também o *Catalogus Testimoniorum.*

As circunstâncias também nos impediram de completar o trabalho das notas remissivas e de fazer uso, nas notas, de grande parte da pesquisa feita.

Seria imperdoável omitir uma palavra de agradecimento à *Aid Association for Lutherans,* que nos tornou possível pesquisar, e, paralelamente, traduzir, em bibliotecas dos Estados Unidos da América.

Quaisquer críticas que o leitor nos queira enviar, serão recebidas com gratidão e cuidadosamente estudadas.

ARNALDO SCHÜLER
1980

CONCÓRDIA

Confissão cristã, reiterada e unânime da doutrina e fé dos abaixo mencionados eleitores e ordens da Confissão de Augsburgo e de seus teólogos. Com declaração apensa, solidamente fundamentada na palavra de Deus como a única norma, de alguns artigos em que surgiu discussão e conflito depois da bem-aventurada morte do Dr. Martinho Lutero. Impressas[1] por unânime acordo e ordem dos eleitores, príncipes e ordens antes referidos, para ensino e admoestação de seus territórios, igrejas, escolas e descendentes.

1580

---

[1] Impressas, i. e., a confissão e a declaração.

PREFÁCIO[1]

A todos e a cada um sob cujos olhos venha a estar este novo escrito, nós, os abaixo mencionados eleitores, príncipes e ordens no Sacro Império da Nação Germânica, adeptos da Confissão de Augsburgo, manifestamos, de acordo com o estado e a dignidade de cada qual, nosso devido préstimo, amizade, afável saudação e vontade propensa[2], bem como os nossos mui humildes, submissos e solícitos serviços, e, com isso, anunciamos:

Visto que[3], nesses derradeiros tempos do mundo transitório, Deus, o Todo-Poderoso, por incomensurável amor, graça e misericórdia, fez que aparecesse e reluzisse ao gênero humano, pura, genuína e inadulterada, do supersticioso negrume papista da nação alemã, nossa pátria amada, a luz de seu santo evangelho e de sua palavra, única salvadora, e havendo-se compilado, depois disso, da Escritura divina, profética e apostólica, uma breve confissão, que foi entregue, nas línguas alemã e latina, pelos nossos piedosos e cristãos maiores, por ocasião da Dieta de Augsburgo, no ano de 1530, ao então Imperador Carlos V, de laudatíssima memória, e apresentada perante todas as ordens do Império, e que foi difundida e ressoou publicamente, por toda a cristandade, no vasto mundo afora, posteriormente muitas igrejas e escolas abraçaram essa confissão como símbolo contemporâneo de sua fé nos principais artigos em controvérsia, contra o papado e toda sorte de facções. E para ela apelaram e se remeteram, em cristã e unânime interpretação, sem qualquer contenda ou dúvida. E mantiveram, firmes e constantes, a doutrina nela contida, e que se fundamenta solidamente na divina Escritura, e que também está

---

[1] Este prefácio sofreu reformulações de 1578 a 1580. Entre 25 de fevereiro e 1º de março de 1580, Iacobus Andreae e Martin Chemnitz deram-lhe a redação final, no mosteiro de Bergen. (Naquela época, perto de Magdeburgo. Atualmente situado na zona urbana. Fundado em 968, o mosteiro foi suprimido em 1809, existindo hoje no local o Friedrich Wilhelms Garten).

[2] Ou: favorável. No original: *Geneigten Willen*. Texto lat.: *officium*.

[3] *Nachdem*. Cf., p. ex., Fórmula de Concórdia, Epítome, Da Suma, 3ª Seção (*Und nachdem*. Texto lat.: *Et quia*); Declaração Sólida VI, 1 (*Nachdem – cum*); da mesma forma em VI, 18: Epítome VIII, seção 9; IX, seção 2.

brevemente sumariada nos aprovados símbolos antigos, e a reconheceram como o único e antigo consenso, que a igreja universal e ortodoxa de Cristo creu e ao qual assegurou mediante lutas e reiterou contra muitas heresias e erros.

A todos[4], sem dúvida, é conhecido, manifesto e desencoberto quão perigosos tempos[5] e molestos distúrbios sucederam em nossa querida pátria alemã logo depois do passamento cristão daquele mui iluminado e piedoso homem, o Dr. Martinho Lutero, e como naquela situação angustiosa e na ruptura[6] dos governos bem ordenados o inimigo do gênero humano envidou esforços por espalhar sua semente de doutrina falsa e dissensão, para suscitar destrutiva e escandalosa divisão em igrejas e escolas, a fim de, com isso, adulterar a doutrina pura da palavra de Deus, romper o vínculo do amor e da unanimidade cristãos e, por esse meio, impedir e tolher notavelmente o curso do santo evangelho. Também é conhecido, manifesto e desencoberto a todos como os adversários da verdade divina tomaram ocasião para desacreditar a nós e a nossas escolas e igrejas, para disfarçar os erros deles e desviar as pobres consciências transviadas do conhecimento da doutrina evangélica pura e mantê-las tanto mais voluntariamente submissas ao jugo e coerção papais, bem como a outros erros[7] que militam contra a palavra de Deus.

Nada nos teria agradado mais e coisa nenhuma almejamos mais do Todo-Poderoso e a ele mais pedimos que isso de que nossas igrejas e escolas fossem preservadas na doutrina da palavra de Deus e em amável concórdia cristã, e que, tal como aconteceu em vida do Dr. Lutero, fossem regulamentadas e propagadas correta e cristãmente, sob a orientação da palavra de Deus. Todavia, da mesma forma como ainda em vida dos santos apóstolos[8] foram infiltradas, por falsos mestres, doutrinas errôneas nas igrejas em que os próprios apóstolos haviam plantado a pura e inadulterada palavra de Deus, assim, por causa de impenitência e pecado, nossos e do mundo ingrato, foi isso infligido também às nossas igrejas.

Por isso nos lembramos do ofício a nós cometido por Deus e no qual estamos investidos, e não nos omitimos em aplicar o nosso zelo no sentido de que fossem barradas em nossa províncias e regiões as falsas e desencaminhantes doutrinas nelas introduzidas e que, com o passar do tempo, mais e mais se estão insinuando, e nossos súditos fossem conservados no curso certo da verdade divina, já uma vez por eles reconhecida e confessada, e dele não viessem a ser desviados. Assim os nossos louváveis predecessores e também uma parte de nós combinamos, por isso e com tal finalidade, em resolução[9] tomada em

---

[4] *Männiglichen* (= Jedermann).

[5] *Läufte.* Texto lat.: *tempora.* Alfred Götze, *Frühneuhochdeutsches Glossar*, traz *Leufte*, plural = Verhältnisse (circunstâncias, situação, condições).

[6] Ou: desmoronamento. No original: *Zerrüttung.*

[7] Especialmente sacramentários, zwinglianos e calvinistas.

[8] Cf. 2 Tm 4.3,4; 1 Jo 4.1; 2 Pe 2.1.

[9] *Abschied.* Alguns textos contêm a lição *christlicher Abschied* (resolução cristã). Segundo Andreae, o adjetivo *christlich*, eliminado por ele, permaneceu devido a lapso. – No dia 18 de março adotaram o *Livro de Francforte* (*Frankforter Buch, Formula pacis Francofordianae*), baseado em parecer de Melanchthon. Cf. CR IX, 365-378.

Francforte do Meno, no ano de 1558, por ocasião de um conclave dos eleitores[10], que nos reuniríamos em assembléia geral e discutiríamos, na medida do necessário[11] e de maneira amigável, sobre algumas questões que os nossos oponentes haviam interpretado da maneira pior para nós e as nossas igrejas e escolas.

Posteriormente, os nossos bem-aventurados antecessores e a maior parte de nós outros nos reunimos em Naumburgo[12], na Turíngia, tomamos entre as mão a repetidas vezes mencionada Confissão de Augsburgo, que fora apresentada ao Imperador Carlos V, na grande assembléia imperial de Augsburgo, no ano de 1530, e mais uma vez subscrevemos, unanimemente, essa confissão cristã, que se fundamenta no testemunho da imutável verdade da palavra divina, a fim de, com isso, advertir e pôr a salvo, no futuro, quanto estivesse em nós, a nossa posteridade, de doutrina impura, falsa e contrária à palavra de Deus. E dessa maneira testificamos e demonstramos a Sua Majestade Imperial Romana, nosso clementíssimo Senhor, bem como a todos os demais, que de forma nenhuma foi disposição e intenção nossa adotar, defender ou difundir alguma doutrina diferente ou nova. Nossa intenção, ao contrário, foi perseverar e continuar firmemente, com a ajuda de Deus, na verdade uma vez reconhecida e confessada em Augsburgo, no ano de 1530, na confiança e esperança de que, com isso, não só os adversários da pura doutrina evangélica haveriam de abster-se de suas inventadas calúnias e denigrações[13] contra nós, mas também[14] confiantes e esperançosos de que outras pessoas, de bom coração, seriam lembradas e estimuladas por essa nossa reiterada e repetida confissão a investigar com tanto maior seriedade a verdade da palavra divina, única

---

[10] *Kurfürsten.* Fevereiro a março de 1558, por ocasião da eleição para imperador de Fernando I, irmão de Carlos V, que abdicara em princípios do ano.

[11] *Notdürftiglichen.* Como adv.: *ja nach Bedürfnis.* Texto lat.: *solide,* cabalmente.

[12] A assembléia esteve reunida de 20 de janeiro a I° de fevereiro de 1561. Os eleitores Frederico III do Palatinado e Augusto da Saxônia querem subscrever a *Confessio Augustana variata* de 1540 (de Melanchthon), argumentando que o artigo X da *CA variata* exclui a transubstanciação. Os outros (o Duque Christoph de Württemberg, o Duque João Frederico da Saxônia, o Landgrave Filipe de Hesse, o Conde palatino Wolfgang de Zweibrücken) querem assinar a CA de 1530. Davi Chyträus, trazido ao conclave pelo Duque Ulrico, pleiteia a subscrição dos Artigos de Esmalcalde, além da *Confessio Augustana invariata.* O acordo a que se chega é o seguinte: o texto alemão da CA edição in-quarto de 1530-1531, Wittenberg, por insistência do Eleitor Frederico III, a edição latina in-octavo de 1531; um prefácio, esboçado pelos dois eleitores e endereçado ao imperador; rejeição da transubstanciação. O prefácio professa a Confissão de Augsburgo de 1530, mantém a edição alterada de 1540 (pela qual, diz o prefácio, a Confissão de Augsburgo inalterada "é repetida algo mais imponente e minuciosamente, e é explicada e expandida com base na Sagrada Escritura"), e repete a confissão da Apologia. Assinam o acordo: os dois eleitores, o Landgrave Filipe de Hesse, o Duque Christoph de Württemberg, o Margrave Carlos de Baden, e, através de seus conselheiros, os margraves João e Jorge Frederico, de Brandenburg, o Conde palatino Wolfgang, a Pomerânia, Anhalt e Henneberg. Os duques João Frederico da Saxônia e Ulrico de Württemberg negam sua assinatura. Seguem-lhes o exemplo, sobretudo, a Baixa Saxônia e as cidades marítimas.

[13] *Vorunglimpfung.*

[14] Não só... mas também. No original: *Nicht allein... und.* Texto lat.: *non solum... sed etiam.*

salvadora, a ela assentir e, para a salvação de suas almas e seu bem-estar eterno, nela ficar e perseverar cristãmente, sem mais controvérsia e dissensão.

Mas apesar de tudo isso tivemos de inteirar-nos, não sem aflição, do fato de que pouco se atentou entre os adversários nessa declaração e repetição de nossa anterior confissão cristã, e que por elas nem nós nem as nossas igrejas fomos libertados das amargas difamações disseminadas. Ao revés: também essa ação bem-intencionada uma vez mais a entenderam e interpretaram os outros, adeptos de opiniões errôneas e opostos aos nossos e à nossa religião cristã[15], como se estivéssemos tão incertos da confissão de nossa fé e religião, e como se a houvéramos alterado tanto e tão freqüentemente, que nem nós nem os nossos teólogos poderíamos saber qual é a verdadeira Confissão de Augsburgo, originalmente apresentada. Por essa alegação infundada, muitos corações piedosos são arredados e dissuadidos de nossas igrejas e escolas, de nossa doutrina, fé e confissão. A isso juntou-se ainda o dano[16] de haverem sido introduzidas em igrejas, escolas, de onde em onde, sob o nome da muitas vezes mencionada Confissão de Augsburgo, a doutrina antagônica sobre o santo sacramento do corpo e do sangue de Cristo e outras opiniões errôneas.

Quando alguns teólogos[17] piedosos, irênicos e eruditos perceberam tal coisa, viram bem que não havia melhor forma de enfrentar essas pérfidas calúnias e as controvérsias religiosas que dia a dia mais se alastravam do que explicar e decidir, cabal e apropriadamente, com fundamento na palavra de Deus, as desavenças ocorridas com respeito a todos os artigos controvertidos, expor e rejeitar a doutrina falsa e fazer confissão genuína da verdade divina, por que se reduzissem ao silêncio os adversários mediante sólida fundamentação[18] e se apresentasse aos corações simples e piedosos explanação e orientação corretas, para que soubessem como situar-se em tal discórdia e futuramente ficassem preservados, pela graça de Deus, de doutrina falsa.

Assim, a princípio, os teólogos supracitados comunicaram uns aos outros, de maneira clara e correta, por escritos minuciosos, assentados na palavra de Deus, de que forma os diversas vezes mencionados e ofensivos dissídios poderiam ser compostos e resolvidos sem afastamento da verdade divina, e como, por esse meio, poderiam ser interceptados[19] e tirados aos adversários todo pretexto e causa para difamar. Afinal também tomaram entre mãos os artigos controvertidos, os examinaram, ponderaram e explanaram no temor de Deus, e definiram num escrito a maneira de decidir cristãmente as desinteligências ocorridas.

---

[15] *Unsern und unserer christlichen Religion widerwärtigen und irrigen Opinionsvorwandten.* Texto lat.: *ab adversariis verae religionis.*

[16] *Unrat.* Cf. A. Götze, *Glossar*: Widerwärtigkeit, Schaden, Unheil etc. No alemão de hoje, o termo *Unrat* significa lixo, porcaria, esterco.

[17] Andreae, Chemnitz e outros.

[18] Ou: sólido fundamento. No original: *Grund*, que pode significar também *Begründung.* Cf. A. Götze, *Glossar.*

[19] *Abstricken.* Um dos sentidos: *wegfangen.* Cf. A. Götze, *Glossar.*

E quando alguns dentre nós recebemos informação respeito a essa obra cristã, não só dela nos agradamos, mas julgamos que nos cumpria promovê-la também com seriedade e zelo cristãos, em razão do ofício que exercemos e de que nos incumbiu Deus.

Conseqüentemente, nós, Eleitor da Saxônia, etc., com o conselho e a assistência de alguns eleitores e príncipes correligionários[20] nossos, convocamos alguns teólogos proeminentes, insuspeitos, experimentados e eruditos a Torgau, no ano de 1576, para a promoção da concórdia entre os mestres cristãos. Conferiram eles uns com os outros, de modo cristão, sobre os artigos em controvérsia e o faz pouco citado acordo escrito, por causa disso redigido. E, afinal, com invocação do Deus onipotente, para seu louvor e honra, e com madura reflexão e cuidadosa diligência, juntaram, em boa ordem, por especial graça do Espírito Santo, tudo o que é pertinente e necessário a isso, e o puseram em livro[21]. Este, posteriormente, foi enviado a bom número[22] de eleitores, príncipes e ordens profitentes da Confissão de Augsburgo, acompanhado do pedido de que Suas Excelências[23] e eles fizessem que seus teólogos proeminentes o lessem com especial seriedade e zelo cristão, o ponderassem diligentemente, em seguida fixassem por escrito suas sentenças e censuras[24] e a respeito de tudo nos inteirassem, com toda a franqueza, de seu refletido juízo.

Depois que os juízos[25] solicitados tinham sido recebidos e verificado que neles havia toda sorte de advertências cristãs, necessárias e proveitosas de como a doutrina cristã contida na explanação enviada poderia ser resguardada com a palavra de Deus contra toda espécie de perigosos mal-entendidos, para que de futuro não se viesse a esconder sob ela doutrina adulterada, porém se pudesse transmitir também à nossa posteridade uma declaração pura da verdade, compôs-se, afinal, desses juízos, na forma que depois segue, a Fórmula de Concórdia cristã acima aludida.

Depois, alguns dentre nós (pois em razão de especiais causas impedientes[26], nesse tempo ainda não foi possível a todos empreendê-lo), além disso, a fizemos ler, artigo por artigo, a todos e cada um dos teólogos, ministros e mestres-escolas de nossas regiões e territórios, e fizemos fossem lembrados

---

[20] *Religionsvorwandten.*

[21] O *Livro de Torgau.* Andreae sumulou o livro, criando o Epítome. Esta condensação mais a Declaração Sólida recebeu o nome de *Formula concordiae bipartita.* A assembléia esteve reunida no castelo de Hartenberg, de 9 de abril a 7 de junho de 1576, sob a presidência de Andreae. Os outros convidados: Martin Chemnitz, Davi Chyträus, André Musculus, Nicolau Selnecker, Christopher Cornerus, Caspar Heydrich, Paulo Crell, Maximiliano Mörlin, Wolfgang Harder, Daniel Gräser, Nicolau Jagenteufel, João Cornicaelius, João Schütz (Sagittarius), Martin Mirus, Jorge Listenius e Pedro Glaser.

[22] *Etzlichen vielen.* Texto lat.: *nonnullis.*

[23] *Ihre Liebden*, forma arcaica de tratamento entre soberanos.

[24] Ou: críticas, juízos, opiniões.Texto lat.: *censurae.*

[25] *Iudicia.*

[26] Para deixar a porta aberta, os eleitores da Saxônia e de Brandenburg acrescentaram: "como também no caso de algumas outras ordens". Cf. BSLK (p. 748), aparato crítico.

e exortados no sentido de meditarem com diligência e seriedade a doutrina contida nela.

E depois que tinham verificado estar a explanação das dissensões ocorridas em harmonia e conforme, primeiramente, com a palavra de Deus, e, também, com a Confissão de Augsburgo, aqueles a quem fora apresentada, como acima se disse, aceitaram, aprovaram e subscreveram, de ânimo contente e cordial gratidão ao todo-poderoso Deus, de sua livre vontade e de espírito refletido, este *Livro de Concórdia* como a interpretação correta[27] e cristã da Confissão de Augsburgo, e o atestaram publicamente, com o coração, a boca e a mão. Esse acordo cristão, por isso, se chama e é a concorde e unânime confissão não só de alguns poucos dos nossos teólogos, senão em geral de todos e cada qual dos ministros e mestres-escolas em nossas províncias e territórios.

Visto que as supracitadas e bem-intencionadas convenções[28] estabelecidas pelos nossos louváveis predecessores e por nós, em Francforte no Meno e em Naumburgo, não só deixaram de alcançar o desejado alvo da concórdia cristã, senão que alguns ainda quiseram para elas apelar em confirmação de sua doutrina errônea, sem embargo de jamais nos haver entrado na mente e coração queremos, por aqueles acordos, introduzir, embelezar ou confirmar qualquer doutrina nova, falsa ou errônea, ou desviar-nos, um mínimo que fosse, da Confissão de Augsburgo, apresentada em 1530; e, visto ainda que quantos de nós estivemos presentes nos trabalhos de Naumburgo mencionados acima, na ocasião nos reservamos o direito e fizemos a oferta de dar mais explanações sobre a nossa confissão, caso futuramente chegasse a ser atacada por alguém ou a qualquer tempo que se tornasse necessário fazê-lo, por isso, como declaração final de nosso sentir[29], elaboramos cristão consenso e acordo neste *Livro de Concórdia* e repetição de nossa fé e confissão cristãs. E para ninguém ser enganado pela infundada calúnia dos nossos adversários de que nem mesmo nós sabemos qual é a genuína Confissão de Augsburgo, e, ao contrário, os que agora vivem, bem como os nossos diletos pósteros, possam ser devida e cabalmente informados e ter certeza definitiva sobre qual é esta Confissão cristã a que nós e as igrejas e escolas de nossos territórios até agora sempre aderimos e temos apelado, deliberamos professar nele[30], depois da pura, infalível e inalterável palavra de Deus, única e exclusivamente aquela[31]

---

[27] Alguns consideraram isso duvidoso. Os eleitores da Saxônia e de Brandenburg acrescentaram que nem no prefácio nem na própria Fórmula de Concórdia essa aparece como norma para a Confissão de Augsburgo.

[28] Ou: acordos. No original: *Abschiede*. Texto lat.: *conventiones*.

[29] Ou: vontade. No original: *unsers Gemüts*. Cf. A. Götze, *Glossar*: Sinn, Absicht, Verlangen, Wille, Gedankenrichtung. Texto lat.: *voluntatis nostrae*.

[30] I. e., no Livro de Concórdia.

[31] Uma formulação de 1576 acrescenta, depois de "aquela", as palavras "primeira e inalterada", que também estão no *Livro de Torgau*. A restrição gerou muitos protestos e acabou sendo eliminada. Temia-se que as palavras poderiam ser interpretadas como rejeição da Confissão de Augsburgo alterada, de 1540, ou como desaprovação do acordo de Naumburgo de 1561, o que criaria uma situação de constrangimento para os signatários da Fórmula de Concórdia que haviam assinado aquele acordo ou cujos predecessores o haviam subscrito. Cf. parágrafo seguinte deste prefácio. Cf. Fórmula de Concórdia, Declaração Sólida, Da Suma, 5.

Confissão de Augsburgo que foi entregue ao Imperador Carlos V, em 1530, por ocasião da grande dieta imperial de Augsburgo, e que esteve nos arquivos dos nossos bem-aventurados maiores, os quais, na dieta que acabamos de mencionar, a submeteram ao próprio Imperador Carlos V, e a qual, posteriormente, foi comparada, com grande diligência, por pessoas mui fidedignas, com o verdadeiro original submetido ao Imperador e que ficou sob a custódia do Sacro Império[32], e com o qual – verificou-se posteriormente – o exemplar latino e o germânico em toda a parte são idênticos em sentido. Por essa razão, também incorporamos a Confissão naquele tempo entregue em nossa declaração e *Livro de Concórdia* que segue, a fim de todos poderem ver que foi nosso pensamento não tolerar, em nossos territórios, igrejas e escolas, qualquer doutrina de forma diversa daquela em que uma vez foi confessada em Augsburgo, no ano de 1530, pelos repetidas vezes citados eleitores[33], príncipes e ordens[34]. Tencionamos, outrossim, perseverar, com a graça de Deus, nessa Confissão até o nosso bem-aventurado fim, e comparecer, de coração e consciência alegres e impávidos, perante o tribunal de nosso Senhor Jesus Cristo. E temos a esperança de que doravante os nossos adversários poupem a nós, bem como as nossas igrejas e seus ministros, da onerosa carga de alegarem não termos certeza de nossa fé e que, em vista disso, estaríamos fazendo nova confissão quase que a cada ano ou mês.

No que diz respeito à segunda edição da Confissão de Augsburgo, que também foi mencionada nas negociações de Naumburgo[35], notamos – e a todos é manifesto e incoberto – que alguns se atreveram a disfarçar e esconder, sob as palavras dessa outra edição, os erros concernentes à santa ceia, bem como outras doutrinas adulteradas, e a incuti-los às pessoas simples, em escritos públicos e impressos franqueados, não obstante o fato de na Confissão entregue em Augsburgo essa doutrina errônea ser rejeitada em linguagem explícita e de se poder, com base nela, provar doutrina mui diversa. Por isso também quisemos testificar e mostrar, publicamente, com este escrito[36], que então, como ainda agora, de modo nenhum foi nossa vontade e intenção por meio disso paliar, dissimular ou ratificar como acordante com a doutrina evangélica, ensino falso e adulterado que pudesse estar aí oculto[37]. Como, aliás, nunca entendemos nem recebemos a outra edição como contrária à primeira Confissão de

---

[32] A cópia dos arquivos de Mogúncia (Mainz, Maiença) com a qual as ordens luteranas compararam suas cópias não foi o original.

[33] Esse plural é modo de dizer, fórmula geral. Apenas um leitor, o Duque João da Saxônia (João o Constante, irmão de Frederico o Sábio), assinou a Confissão de Augsburgo. Cf. signatários da Confissão de Augsburgo e Fórmula de Concórdia, Declaração Sólida, introdução, 3.

[34] *Stände*. Texto lat.: *ordines Imperii*.

[35] A edição alterada de 1540.

[36] *Hiemit*, com isto. Texto lat.: *hisce litteris*.

[37] Texto lat.: *quae sub integumentis aliquibus verborum latere possent*, isto é, ("falsas e ímpias doutrinas e opiniões") "que pudessem estar escondidas sob certas coberturas de palavras".

Augsburgo, que foi entregue[38]. Também não queremos sejam rejeitados ou condenados outros escritos proveitosos do Senhor Filipe Melanchthon[39], como também de Brenz[40], Urbano Régio, do Pomerano[41], etc., em quanto[42] concordam com a Norma incorporada à Concórdia[43].

Da mesma forma, conquanto alguns teólogos, como também o próprio Lutero, foram levados (bem que contra a vontade deles), pelos adversários, da discussão da santa ceia ao debate sobre a união pessoal das duas naturezas em Cristo[44], os nossos teólogos afirmam claramente, na Fórmula de Concórdia e na Norma nela compreendida, que os cristãos, segundo o constante pensamento nosso e desse livro, a nenhuma outra base e fundamento devem ser enviados, quando se trata da ceia do Senhor, senão unicamente às palavras da instituição do testamento de Cristo, que é onipotente e veraz, podendo, conseguintemente, fazer o que ordenou e prometeu em sua palavra. E quando permanecem inatacados nesse fundamento, não discutam sobre outros fundamentos, porém, com fé singela, persistam nas palavras simples de Cristo, o que é o mais seguro e também edifica o leigo comum, que não pode compreender essa discussão. Quando, porém, os adversários atacam essa nossa simples fé e interpretação das palavras do testamento de Cristo e as censuram e rejeitam como sendo incredulidade, como se nossa simples interpretação e fé contradissessem os artigos de nosso Credo cristão[45] e fossem, portanto, falsas e incorretas, deve indicar e demonstrar-se, mediante explicação verdadeira dos artigos de nosso Credo cristão, que nossa supracitada simples interpretação das palavras de Cristo não contradiz esses artigos.

---

[38] Texto lat.: *Nos sane nunquam posteriorem editionem in ea sententia accepimus, quae a priori illa, quae exhibitia fuit, ulla ex parte dissideret* ("Na verdade, jamais recebemos a edição posterior em sentido que diferisse, em qualquer parte, da anterior, que foi apresentada"). Contra essa abonação da Confissão de Augsburgo alterada e do acordo de Naumburgo volta-se, sobretudo, o Duque Júlio, a conselho da Faculdade de Helmstedt e de Tilemann Hesshusius.

[39] Com exceção deste passo do Prefácio, a Fórmula de Concórdia não menciona o nome de Melanchthon.

[40] *Brentti*: João Brenz.

[41] *Pomerani*: João Bugenhagen.

[42] Em quanto, ou enquanto, no sentido de até onde. No original alemão: *Wofern*. Texto lat.: *quatenus*.

[43] A norma expressa no Livro de Concórdia. Texto lat.: *cum ea norma, quae Concordiae Libro expressa est*. Cf. Fórmula de Concórdia, Declaração Sólida, Da Suma, 10.

[44] Hessen, Anhalt, o Palatinado e outros combatem o recurso – por eles encontrado na FC – à ubiqüidade como fundamento adicional da presença real. Os teólogos da Saxônia Eleitoral e do Brandemburgo Eleitoral declaram, ao contrário, que a FC expressamente considera como fundamento as palavras da instituição e que tão-só foi compelida a falar da pessoa de Cristo à vista da interpretação errônea das palavras da instituição da parte de zwinglianos e calvinistas.

[45] I. e., os artigos do Símbolo Apostólico. Cf. texto lat.: *articulis Symboli Apostolici*. O Duque Júlio pediu o seguinte acréscimo depois de "Credo cristão": "especialmente os da encarnação do Filho de Deus, de sua ascensão e de seu assentar-se à destra da onipotente força e majestade de Deus". Cf. BSLK, p. 754, aparato crítico. O acréscimo aparece no texto latino da edição crítica alemã, ibidem.

No que concerne às frases e maneiras[46] de falar a respeito da majestade da natureza humana na pessoa de Cristo, em que está posta e exaltada à destra de Deus, onde se diz: A natureza humana de Cristo é onipotente, onisciente, onipresente, etc., a fim de ser removido, também quanto a isso, todo mal-entendido e escândalo, já que o termo *abstractus*[47] não é usado univocamente pelos mestres das escolas e igrejas, os nossos teólogos declaram, com palavras límpidas e claras, que a mencionada majestade divina não é atribuída à natureza humana de Cristo fora da união pessoal, nem se deve conceder que[48] a tenha em si e de si mesma[49], *essentialiter, formaliter, habitualiter, subiective,* na linguagem escolástica[50]. Pois onde se ensinasse dessa forma, comisturar-se-iam a natureza divina e a humana, juntamente com suas propriedades, e a natureza humana seria igualada, segundo a sua essência e propriedades, com a natureza divina, e, destarte, negada. Dá-se isso, ao contrário, conforme se expressaram os antigos mestres da igreja, *ratione et dispensatione hypostaticae unionis*, isto é, em razão da união pessoal[51], que é mistério inescrutável[52].

Com referência às condenações[53], censura e rejeição de doutrina falsa, adulterada, especialmente no artigo da ceia do Senhor[54], que devem ser propostas expressa e distintamente nessa explanação e resolução sólida dos artigos em controvérsia, a fim de que todos saibam acautelar-se delas[55] – e por muitas outras razões de modo nenhum podem ser contornadas essas condenações –, igualmente não é vontade e intenção nossa mirar com isso às pessoas que erram por ingenuidade[56] e que não blasfemam a verdade do verbo divino. E muito

---

[46] *Phrases und modi loquendi.* BSLK, p. 754, aparato crítico, depois de *loquendi*: *das ist die Art und Weise zu reden, welche im Buch Concordien gebraucht.* Texto lat.: *Qui in hoc Concordiae Libro usurpantur.*

[47] Abstrato. Vid. *Catalogus Testimoniorum*, BSLK, p. 1106 e nota 2; p. 1107.

[48] *Oder dass sie dieselbige... habe.* Para tornar o período mais facilmente inteligível, introduzimos palavras do texto latino: *nec etiam concedendum.*

[49] Na revisão final, Andreae e Chemnitz acrescentaram, depois de "mesma": *auch in der persönlichen Vereinigung* ("mesmo na união pessoal"). Cf. BSLK, p. 754, aparato crítico.

[50] Essencialmente, formalmente, habitualmente, subjetivamente. Tilemann Hesshusius quer a eliminação dos "vocábulos sórdidos e obscuros, além de desnecessários e obsoletos, dos teólogos escolásticos", que nem um em cem párocos entende. Diz que a doutrina e a confissão podem ser dadas e explicadas suficientemente "com boas e inteligíveis palavras alemãs". Os duques Júlio e Ulrico expressam o desejo de que haja emenda neste sentido.

[51] Como sempre, tornamos em vernáculo não as palavras latinas citadas, mas as palavras com que o texto alemão as traslada ou parafraseia. No caso: *vonwegen der persönlichen Voreinigung.* Vertidas literalmente, as palavras latinas citadas dizem: "segundo o modo e a economia da união hipostática". Vid. a respeito da questão Fórmula de Concórdia, Declaração Sólida, VIII, 73.

[52] Cf. *Catalogus Testemoniorum*, IX, 2º parágrafo.

[53] *Condemnationes.*

[54] Vid. Fórmula de Concórdia, Declaração Sólida, VII, 112-127.

[55] *Vor denselben,* isto é, das doutrinas condenadas. Texto lat.: *ut universi sibi ab his damnatis dogmatibus caverent.*

[56] Os teólogos da Universidade de Helmstedt haviam opinado que a condenação de pessoas era inevitável porque doutrina errônea e falsos mestres eram inseparáveis. Tilemann Hesshusius afirma que Mateus 7 também se aplica aos que são desencaminhados, não obstante a diferença

menos ainda queremos visar com isso a igrejas inteiras, dentro ou fora do Sacro Império da Nação Germânica[57]. Nosso propósito, ao contrário, é que com isso fiquem condenadas propriamente apenas as falsas e desencaminhadoras doutrinas, bem como os obstinados mestres e blasfemadores que as propõem, que de forma nenhuma pensamos em tolerar em nossos territórios, igrejas e escolas, visto que essas doutrinas são contrárias à expressa palavra de Deus e com ela não podem coexistir. Também procedemos assim para que corações piedosos sejam advertidos contra elas. Pois para nós não há sombra de dúvida que se podem encontrar muitas pessoas piedosas e inocentes também nas igrejas que até agora não chegaram a acordo conosco em tudo[58]. Essas pessoas seguem na simplicidade de seus corações, não entendem bem a questão e nenhum agrado têm nas blasfêmias contra a santa ceia tal como é celebrada em nossas igrejas, de acordo com a instituição de Cristo, e como a respeito dela ensinamos unanimemente, em consonância com[59] as palavras de seu testamento. E temos, quanto a essas pessoas, a esperança de que, quando corretamente instruídas na doutrina, virão e se tornarão, conosco e com nossas igrejas e escolas, pela orientação do Espírito Santo, à infalível verdade da palavra divina[60]. Por isso também testificamos, por este escrito[61], diante da face do Deus onipotente e de toda a cristandade, que de modo nenhum é disposição e propósito nosso dar, através desse acordo cristão, ocasião a qualquer molestamento e perseguição dos pobres cristãos oprimidos. Pois, assim como, por caridade cristã, temos especial compaixão deles, assim sentimos aversão e cordial desagrado relativamente ao raivar dos perseguidores, e absolutamente não queremos tornar-nos corresponsáveis por este sangue, que, fora de dúvida, será requerido das mãos dos perseguidores no grande dia do Senhor, diante do solene e severo tribunal de Deus, e lá eles terão de prestar pesada conta por ele.

E, porquanto nosso sentir e propósito, conforme mencionamos acima, sempre esteve orientado no sentido de que em nossas terras, regiões, escolas e igrejas nenhuma outra doutrina fosse tratada e inculcada senão unicamente a

---

entre "obstinados enganadores" e "ingênuos" desencaminhados. Chega a dizer que amor a "pessoas enganadas" é intempestivo em questões de fé.

[57] Os teólogos pomeranos haviam dito em seu parecer sobre o prefácio que era preciso considerar o fato "de que a rainha da Inglaterra [Elizabete I] e o rei de Navarra [mais tarde Henrique IV, rei de França] buscaram e pediram, com laboriosa diligência, em seu nome e no das igrejas de seus correligionários na França, na Espanha, na Inglaterra, nos Países Baixos e na Suíça, não se condenasse a eles e aos seus", mas que primeiro fossem ouvidos, na medida do necessário (ou: cabalmente), numa conferência geral na Alemanha. Cf. BSLK, p. 756, nota 2.

[58] *Allerdings*. Texto lat.: *per omnia*.

[59] Em consonância com: *vormöge*. Texto lat.: *iuxta*.

[60] Acréscimo de Andreae, a pedido do Duque Júlio: "Cumprirá, por conseguinte, aos teólogos e ministros eclesiásticos lembrar devidamente, com base na palavra de Deus, também os que erram por ingenuidade e ignorância, do perigo de suas almas e disso adverti-los, a fim de não acontecer que um cego se deixe transviar por outro". Cf. BSLK, p. 757, aparato crítico. Vid. também o acréscimo no texto lat. da edição crítica alemã, ibidem.

[61] *Hiemit*. Texto lat.: *hoc nostro scripto*.

que está fundamentada na Sagrada Escritura de Deus e incorporada na Confissão de Augsburgo e na Apologia em sua compreensão autêntica, bem como no sentido de não permitir a entrada de qualquer coisa a ela contrária, finalidade para a qual também o presente acordo foi instituído, intentado e realizado[62], queremos fique mais uma vez testificado com isso publicamente, diante de Deus e de todos os homens, que, com a presente e muitas vezes referida explanação dos artigos em controvérsia, não fizemos confissão nova ou diferente da que uma vez foi entregue em Augsburgo, no ano de 1530, ao Imperador Carlos V, de grata memória[63]. Remetemos, ao contrário, as nossas igrejas e escolas, acima de tudo, à Sagrada Escritura e aos Símbolos[64], e, em seguida, à Confissão de Augsburgo, há pouco citada. E com isso queremos deixar registrada nossa séria exortação de que especialmente a juventude que é treinada para o serviço eclesial e o santo ministério seja instruída nisso fiel e diligentemente, a fim de que também entre a nossa posteridade seja preservada e propagada, pelo auxílio e a assistência do Espírito Santo, a pura doutrina e confissão da fé, até a gloriosa vinda de nosso único Redentor e Salvador Jesus Cristo.

Visto, pois, que assim é, e já que estamos certos de nossa confissão e fé cristã, com base na Escritura divina, profética e apostólica, disso havendo sido suficientemente certificados em nossos corações e consciências cristãs pela graça do Espírito Santo, a mais aguda e extrema necessidade exige que em presença de tantos erros irrompidos, escândalos, dissensões e prolongadas divisões haja uma explanação e reconciliação cristã de todas as discussões surgidas que esteja bem fundamentada na palavra de Deus, e à luz da qual se reconheça qual a doutrina pura e qual a adulterada, e se diferencie entre as duas, de sorte que não fique tudo livre e aberto para gente irrequieta e contenciosa, que não quer estar presa a nenhuma forma certa da doutrina pura, provocar, a seu bel-prazer, escandalosas controvérsias e introduzir e defender erros disparatados, de onde não se pode seguir outra coisa senão isso de que a doutrina correta finalmente será inteiramente obscurecida e perdida, sendo transmitido à posteridade nada além de opiniões incertas e imaginações e pareceres duvidosos e discutíveis. E nós nos reconhecemos obrigados, de preceito divino, em razão do ofício em que estamos investidos, a fazer e a continuar fazendo, com vistas ao nosso próprio bem-estar temporal e eterno, bem como ao dos súditos a nós pertencentes, tudo quanto possa ser útil e proveitoso para a multiplicação e a difusão do louvor e da honra de Deus, a propagação de sua palavra, única salvadora, a tranqüilidade e a paz das escolas e igrejas cristãs, bem como para o necessário consolo e instrução das pobres consciências em erro. E nos é manifesto, ademais, que muitas pessoas cristãs de bom coração, de elevado e de humilde estado, suspiram ansiosas por essa obra salutar da concórdia cristã e por ela trazem particular anelo. Visto, pois, que, desde o início deste nosso acordo cristão, nunca foi disposição e propósito nosso, e não o é agora, manter essa salu-

[62] Realizado: *ins Werk gerichtet*. Texto lat.: *absoluta fuit* (foi rematada, completada).
[63] *Christlicher Gedächtnis*. Literalmente: cristã memória. Texto lat.: *felicis recordationis*.
[64] *Symbola*, isto é, aos três Credos.

tar e mui necessária obra de concórdia em segredo e velada no escuro, afastada dos olhos de todos, ou pôr a luz da verdade divina debaixo do alqueire e da mesa, por isso cumpre não suspendamos nem adiemos por mais tempo a edição e publicação da obra. E não temos nenhuma dúvida de que todos os corações piedosos que têm verdadeiro amor à verdade divina e à concórdia cristã e agradável a Deus aprovarão, de maneira cristã, juntamente conosco, esta obra salutar, mui necessária e cristã, e não permitirão, quanto a isso, que haja falta neles em matéria de promover a glória de Deus e o bem-estar comum, eterno e temporal.

Porque – repetimo-lo uma vez mais em conclusão – nada de novo intentamos fazer com essa obra de concórdia, e de forma nenhuma é intenção nossa afastar-nos, quer no conteúdo[65], quer nas expressões[66], da verdade divina uma vez reconhecida e confessada por nossos piedosos maiores e por nós, conforme fundamentada na Escritura profética e apostólica e compreendida nos três Símbolos, e, além disso, na Confissão de Augsburgo, entregue, no ano de 1530, ao Imperador Carlos V, de mui suave memória, na Apologia que seguiu à Confissão, nos Artigos de Esmalcalde e nos Catecismos Maior e Menor daquele altamente iluminado homem, o Dr. Lutero. Tencionamos, ao contrário, perseverar e permanecer, unanimemente, pela graça do Espírito Santo, nessa verdade divina e, segundo ela, regular todas as controvérsias religiosas e suas explanações. Além do que é nossa determinação e propósito viver em boa paz e concórdia com os nossos membros, os eleitores, príncipes e ordens no Sacro Império Romano, também com outros potentados cristãos, segundo as ordenações do Sacro Império e os pactos especiais que com eles temos, e demonstrar a cada qual, de acordo com a sua ordem, todo amor, serviço e amizade.

Queremos, ademais, conferir amigavelmente sobre a maneira de zelar com seriedade por essa obra de concórdia em nossas terras, de acordo com as nossas circunstâncias e as de cada lugar, através de diligente visitação das igrejas e escolas, inspeção das tipografias e outros meios salutares. E, caso voltarem a agitar-se as controvérsias correntes ou surgirem novas dissensões sobre a nossa religião cristã, cuidaremos da maneira como possam ser resolvidas e compostas em tempo, sem perigosas delongas, para obviar a toda sorte de escândalos.

Em testemunho[67], subscrevemos com unanimidade de corações e mandamos carimbar com nossos sinetes particulares[68].

Luís, Conde palatino no Reno, eleitor
Augusto, Duque da Saxônia, eleitor
João Jorge, Margrave de Brandenburg, eleitor

---

[65] *In rebus.*

[66] *In phrasibus.*

[67] *Zu Urkund.* Texto lat.: *in cuius rei evidens testemonium* ("em manifesto testemunho disso").

[68] *Secret* (= Geheimsiegel). Correspondência particular e escritos de caráter mais pessoal via de regra eram carimbados com o sinete particular.

Joaquim Frederico, Margrave de Brandenburg, administrador do arcebispado de Magbeburg
João, Bispo de Meissen
Eberhard, Bispo de Lübeck, administrador do bispado de Verden
Filipe Luís, Conde palatino
Tutor de Frederico Guilherme e de João, duques da Saxônia
Tutores de João Casimiro e de João Ernesto, duques da Saxônia:
Jorge Frederico, Margrave de Brandenburg
Júlio, Duque de Braunschweig e Lüneburg
Oto, Duque de Braunschweig e Lüneburg
Henrique Júnior, Duque de Braunschweig e Lüneburg
Guilherme Júnior, Duque de Braunschweig e Lüneburg
Wolf, Duque de Braunschweig e Lüneburg
Ulrico, Duque de Mecklenburg
Curadores de João e de Sigismundo Augusto, duques de Mecklenburg
Luís, Duque de Württemberg[69]
Curadores de Ernesto e de Jacó, margraves de Baden
Jorge Ernesto, Conde e Senhor de Hennenberg
Frederico, Conde de Württemberg e Mömpelgard
João Günther, Conde de Schwarzburg
Guilherme, Conde de Schwarzburg
Alberto, Conde de Schwarzburg
Emich, Conde de Leiningen
Filipe, Conde de Hanau
Godofredo, Conde de Öttingen
Jorge, Conde e Senhor de Castell
Henrique, Conde e Senhor de Castell
João Hoier, Conde de Mansfeld
Bruno, Conde de Mansfeld
Hoier Christoph, Conde de Mansfeld
Pedro Ernesto Júnior, Conde de Mansfeld
Christoph, Conde de Mansfeld
Oto, Conde de Hoya e Burghausen
João, Conde de Oldenburg e Delmenhorst
Alberto Jorge, Conde de Stolberg
Wolf Ernst, Conde de Stolberg
Luís, Conde de Gleichen
Carlos, Conde de Gleichen
Ernesto, Conde de Reinstein
Luís, Conde de Löwenstein
Henrique, Barão de Limpurg, Semperfrei
Jorge, Barão de Schönburg
Wolf, Barão de Schönburg

---

[69] Grafias aportuguesadas: Vurtembergue ou Vurtemberga.

Anarck Frederico, Barão de Wildenfels
Burgomestre e Conselho da cidade de Lübeck
Burgomestre *(Hans Hitschler)* e Conselho da cidade de Landau *(20 de novembro de 1579)*
Burgomestre *(Friedrich Zeringer)* e Conselho da cidade de Münster em S. Georgental
O Conselho da cidade de Goslar *(13 de abril de 1580)*
Burgomestre *(Hans Ehinger von und zu Baltzheim)* e Conselho da cidade de Ulm
Burgomestre *(Matias Herwart)* e Conselho da cidade de Esslingen *(3 de novembro de 1579)*
O Conselho *(escrivão municipal Lorenz Zysar)* da cidade de Reutlingen *(4 de novembro de 1579)*
Burgomestre *(Peter Seng Sênior)* e Conselho da cidade de Nördlingen *(18 de dezembro de 1579)*
Burgomestre e Conselho de Rothenburg no Tauber *(10 de dezembro de 1579)*
Burgomestre *(Johann Christoph Adler)* e Conselho da cidade de Schwäbisch Hall
Burgomestre *(Johann Spölin)* e Conselho da cidade de Heilbronn
Burgomestre *(Melchior Stebenhaber zu Hezlinshofen)* e Conselho da cidade de Memmingen *(13 de novembro de 1579)*
Burgomestre *(Michael Buchschar)* e Conselho da cidade de Lindau
Burgomestre e Conselho *(Syndicus Adam Alberti)* da cidade de Schweinfurt *(18 de dezembro de 1579)*
O Conselho da cidade de Donauwörth:
Tesoureiro *(Stephan Fugger)* e Conselho da cidade de Ratisbona[70]
Burgomestre *(Hans Aff)* e Conselho da cidade de Wimpfen
Burgomestre *(Jörg Vetter)* e Conselho da cidade de Giengen
Burgomestre e Conselho de Bopfingen
Burgomestre *(Kaspar Voss)* e Conselho da cidade de Aalen *(30 de novembro de 1579)*
Burgomestre *(Ludwig Bonrieder)* e Conselho da cidade de Kaufbeuren *(8 de novembro de 1579)*
Burgomestre *(Crispinus Riedlein)* e Conselho da cidade de Isny *(18 de novembro de 1579)*
Burgomestre *(Paulus Röhr)* e Conselho da cidade de Kempten *(10 de novembro de 1579)*
O Conselho da cidade de Hamburgo
O Conselho da cidade de Göttingen[71]
O Conselho da cidade de Braunschweig *(28 de março de 1580)*
Burgomestre e Conselho da cidade de Lüneburg *(10 de abril de 1580)*

---

[70] Grafia alemã: *Regensburg*.
[71] Grafia aportuguesada: Gotinga.

Burgomestre *(Georg Bock)* e Conselho da cidade de Leutkirch
Todo o governo da cidade de Hildesheim *(10 de abril de 1580)*
Burgomestre e Conselho da cidade de Hameln *(10 de abril de 1580)*
Burgomestre e Conselho da cidade de Hannover[72] *(10 de abril de 1580)*
O Conselho de Mühlhausen
O Conselho de Erfurt
O Conselho da cidade de Einbeck *(15/20 de abril de 1580)*
O Conselho da cidade de Northeim.

[72] Grafia aportuguesada: Hanôver.

I

OS TRÊS SÍMBOLOS CATÓLICOS OU ECUMÊNICOS

Introdução*

Um ou mais dos três antigos Credos (intitulados "os Três Símbolos" Ecumênicos ou Católicos no texto latino do Livro de Concórdia) são citados ou mencionados em cada uma das confissões luteranas. Muitas vezes são citados para afirmar a identidade do ensino luterano como o ensino da Igreja Antiga, refutando, assim, a acusação de inovação de doutrina. É, por isso, natural que, quando o Livro de Concórdia foi publicado em 1580, estes símbolos da Igreja já foram incorporados. Também é natural que fossem reproduzidos em sua forma de uso corrente no Ocidente.

O texto do Credo Apostólico, como o temos agora, data do século VIII. Trata-se, porém, de uma revisão do assim chamado Credo Romano, que estava em uso no Ocidente no século III. Por trás do antigo Credo Romano, por sua vez, estão várias formulações doutrinárias que revelam sua relação com formas – raízes encontradas no próprio Novo Testamento. O Credo Apostólico, como o temos agora, não vem dos apóstolos, mas as suas raízes são apostólicas.

No Oriente apareceu uma variedade maior de formulações doutrinárias do que no Ocidente. Quando o Concílio de Nicéia (325 d. C.) rejeitou os ensinamentos de Ário, expressou sua posição, adotando um dos símbolos orientais em uso, inserindo nele algumas frases anti-arianas. No Concílio de Constantinopla (381 d. C.), algumas alterações menores foram feitas nesse Credo Niceno, como ainda o chamamos, sendo também reafirmado no Concílio de Calcedônia (451 d. C.). No século IX, o Ocidente inseriu o *filioque* ("e do Filho", no terceiro artigo) o que se tornou um ponto de divergência entre o Ocidente e o Oriente, especialmente no século XI.

O Credo Atanasiano é de origem incerta. Certo é que não foi composto por Atanásio, o grande teólogo do século IV. Muitos supõem que tenha sido preparado em seu tempo, ainda que pareça mais provável que seja do século V ou VI e seja de procedência ocidental.

* As introduções que seguem são adotadas de *The Book of Concord*, The Confession of the Evangelical Lutheran Church, traduzidas e deitadas por Theodore G. Tappert, Fortress Press, Philadelphia/USA,1959.

OS TRÊS SÍMBOLOS ECUMÊNICOS

O SÍMBOLO APOSTÓLICO[1]

Creio em Deus, o Pai onipotente, criador do céu e da terra.

E em Jesus Cristo, seu único Filho, nosso Senhor, o qual foi concebido do Espírito Santo, nasceu da Virgem Maria, padeceu sob Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado, desceu aos infernos, no terceiro dia ressuscitou dos mortos, subiu aos céus, está sentado à destra de Deus, o Pai onipotente, donde há de vir para julgar os vivos e os mortos.

Creio no Espírito Santo, a santa igreja católica[2], a comunhão dos santos[3], a remissão dos pecados, a ressurreição da carne e a vida eterna. Amém[4].

O SÍMBOLO NICENO[5]

Creio[6] em um só Deus, o Pai onipotente, criador do céu e da terra, de todas as coisas, visíveis e invisíveis.

E em um só Senhor Jesus Cristo, Filho unigênito de Deus e nascido do Pai antes de todos os séculos, Deus de Deus, Luz de Luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, gerado, não feito, consubstancial ao Pai, por quem foram

---

[1] Titulo alemão: "A primeira confissão ou símbolo é a confissão comum dos apóstolos, na qual se deita o fundamento da fé cristã, e reza assim:"

[2] Texto alemão: *cristã.* Já desde o século XV era costumeiro traduzir *ecclesia catholica* com "igreja cristã". Vid. também nota em Catecismo Maior, Prefácio II, seção 13.

[3] Sobre *sanctorum communio* vid. Catecismo Menor, O Credo, 5, nota em "uma".

[4] A forma primitiva do Credo Apostólico é o antigo símbolo batismal romano. Damos, em seguida, o texto latino deste símbolo conforme estampado em BSLK, p. 21, e nossa tradução: *Credo in deum patrem omnipotentem. Et in Christum Jesum filium eius unicum, dominum nostrum, qui natus est de spiritu sancto et Maria virgine, qui sub Pontio Pilato crucifixus est et sepultus, tertia die resurrexit e mortuis, ascendit in coelos, sedet ad dexteram patris, unde venturus est iudicare vivos et mortuos. Et in spiritum sanctum, sanctam ecclesiam, remissionem peccatorum, carnis resurrectionem* ("Creio em Deus Pai onipotente. E em Cristo Jesus, seu único filho, nosso Senhor, que nasceu do Espírito Santo e da Virgem Maria que, sob Pôncio Pilatos, foi crucificado e sepultado, no terceiro dia ressurgiu dos mortos, subiu aos céus, está sentado à destra do Pai, de onde virá para julgar os vivos e os mortos. E no Espírito Santo, a santa igreja, a remissão dos pecados, a ressurreição da carne"). Sobre *unicum,* tradução do grego *monogené,* observa Hans Lietzmann ("Symbolstudien", in: *Zeitschrift für die neutestamentliche Wissenschaft,* vol. 21, 1922, p. 5) que *unigenitum* seria mais exato. Sobre *de spiritu,* tradução do grego *ek pneumatos, diz* o mesmo autor (ibidem) que "e" seria mais literal, e que também "a" seria possível. - A distinção "foi *concebido* pelo Espírito Santo" e "*nasceu* da Virgem Maria" é do século IV.

[5] Trata-se de uma revisão do Credo Niceno.

[6] Original grego: *pisteuomen* ("Cremos").

feitas todas as coisas; o qual, por amor de nós homens e por nossa salvação, desceu dos céus, e encarnou, pelo Espírito Santo, na Virgem Maria, e se fez homem; foi também crucificado em nosso favor sob Pôncio Pilatos; padeceu e foi sepultado; e ao terceiro dia ressuscitou, segundo as Escrituras; e subiu aos céus; está sentado à destra do Pai, e virá pela segunda vez, em glória, para julgar os vivos e os mortos; e seu reino não terá fim.

E no Espírito Santo, Senhor e vivificador, o qual procede do Pai e do Filho; que juntamente com o Pai e o Filho é adorado e glorificado; que falou pelos profetas.

E a igreja, una, santa, católica[7] e apostólica.

Confesso um só batismo, para remissão dos pecados, e espero a ressurreição dos mortos e a vida do século vindouro[8]. Amém.

O SÍMBOLO DE ATANÁSIO

Escrito contra os arianos[9]

1 Todo aquele que quer ser salvo, antes de tudo, deve professar a fé católi-
2 ca[10]. Quem quer que não a conservar íntegra e inviolada, sem dúvida, perecerá eternamente.

3 E a fé católica consiste em venerar um só Deus na Trindade e a Trindade
4 na unidade, sem confundir as pessoas e sem dividir a substância.

5 Pois uma é a pessoa do Pai, outra a do Filho, outra a do Espírito Santo;

6 mas uma só é a divindade do Pai e do Filho e do Espírito Santo, igual a glória, coeterna a majestade.

7 Qual o Pai, tal o Filho, tal também o Espírito Santo.

8 Incriado é o Pai, incriado o Filho, incriado o Espírito Santo.

9 Imenso é o Pai, imenso o Filho, imenso o Espírito Santo.

10 Eterno o Pai, eterno o Filho, eterno o Espírito Santo;

11 contudo, não são três eternos, mas um único eterno;

12 como não há três incriados, nem três imensos, porém um só incriado e um só imenso.

---

[7] Texto alemão: "cristã".

[8] As traduções portuguesas que conhecemos têm "mundo vindouro". Por causa das discussões em torno do acerto ou não de falar em "outro mundo" em vez de "transformação do mundo", parece-nos mais indicada a tradução literal do *venturi saeculi* do texto latino. O texto grego, que é o original, tem *tou mellontos aionos.*

[9] Título alemão: "A terceira confissão ou símbolo chama-se Sancti Athanasii, que ele fez contra os hereges chamados arianos, e reza assim: ..." É incerta a origem do Credo Atanasiano. O que se sabe é que não foi escrito por Atanásio.

[10] Texto alemão: "cristã". Aqui e em todos os lugares onde o texto latino tem *católico,* o texto alemão tem *cristão.*

Da mesma forma, o Pai é onipotente, o Filho é onipotente, o Espírito Santo é onipotente; 13

contudo, não há três onipotentes, mas um só onipotente. 14

Assim, o Pai é Deus, o Filho é Deus, o Espírito Santo é Deus; 15

e, todavia, não há três Deuses, porém um único Deus. 16

Como o Pai é Senhor, assim o Filho é Senhor, o Espírito Santo é Senhor; 17

entretanto, não são três Senhores, porém um só Senhor. 18

Porque, assim como, pela verdade cristã, somos obrigados a confessar que cada pessoa, tomada em separado, é Deus e Senhor, 19

assim também estamos proibidos pela religião católica de dizer que são três Deuses ou três Senhores.

O Pai por ninguém foi feito, nem criado, nem gerado[11]. 20

O Filho é só do Pai; não feito, nem criado, mas gerado. 21

O Espírito Santo é do Pai e do Filho; não feito, nem criado, nem gerado, mas procedente. 22

Há, portanto, um único Pai, não três Pais; um único Filho, não três Filhos; um único Espírito Santo, não três Espíritos Santos. 23

E nesta Trindade nada é anterior ou posterior, nada maior ou menor; 24

porém todas as três pessoas são coeternas e iguais entre si; 25

de modo que, em tudo, conforme já ficou dito acima, deve ser venerada a Trindade na unidade e a unidade na Trindade.

Portanto, quem quer salvar-se, deve pensar assim a respeito da Trindade. 26

Mas, para a salvação eterna também é necessário crer fielmente na encarnação de nosso Senhor Jesus Cristo. 27

A fé verdadeira, por conseguinte, é crermos e confessarmos que nosso Senhor Jesus Cristo, Filho de Deus, é Deus e homem. 28

É Deus, gerado da substância do Pai antes dos séculos, e é homem, nascido, no mundo, da substância da mãe; 29

Deus perfeito, homem perfeito, subsistindo de alma racional e carne humana. 30

Igual ao Pai segundo a divindade, menor que o Pai segundo a humanidade. 31

Ainda que é Deus e homem, todavia, não há dois, porém um só Cristo. 32

Um só, entretanto, não por conversão da divindade em carne, mas pela assunção da humanidade em Deus. 33

De todo um só, não por confusão de substância, mas por unidade de pessoa. 34

Pois, assim como a alma racional e a carne é um só homem, assim Deus e homem é um só Cristo; 35

---

[11] *Genitus.* Texto alemão: *geborn.*

36 o qual padeceu pela nossa salvação, desceu aos infernos[12], ressuscitou dos mortos[13],

37 subiu aos céus, está sentado à destra do Pai, donde há de vir para julgar os vivos e os mortos.

38 À sua chegada todos os homens devem ressuscitar com os seus corpos e vão prestar contas de seus próprios atos;

39 e aqueles que tiverem praticado o bem irão para a vida eterna; aqueles que tiverem praticado o mal irão para o fogo eterno.

40 Esta é a fé católica. Quem não a crer com fidelidade e firmeza, não poderá salvar-se.

---

[12] *Ad inferos.*

[13] Texto alemão: "ao terceiro dia ressuscitou dos mortos". *Concordia Triglotta* (p. 34) tem *tertia die.* Assim também reza o texto (*textus liturgicus*) inserido na edição brasileira do Catecismo Romano (Vozes, 1951, p. 70).

II

CONFISSÃO DE AUGSBURGO

Confissão de Fé[1] Apresentada ao Invictíssimo Imperador Carlos V, César Augusto, na Dieta de Augsburgo, no Ano de 1530

SALMO 119[2]:

"Também falarei dos teus testemunhos na presença dos reis, e não me envergonharei".

---

[1] O título alemão acrescenta: "de alguns príncipes e cidades".
[2] *Sl 119.46.*

Introdução

No dia 21 de janeiro de 1530, o Imperador Carlos V convocou uma dieta imperial a reunir-se em abril seguinte, em Augsburgo, Alemanha. Ele desejava ter uma frente unida nas suas operações militares contra os turcos, e isso parecia exigir um fim na desunião religiosa que tinha sido introduzida como resultado da Reforma. Conseqüentemente, convidou os príncipes e representantes das cidades livres do Império para discutir as diferenças religiosas na futura dieta, na esperança de superá-las e restaurar a unidade. De acordo com o convite, o Eleitor da Saxônia pediu aos seus teólogos em Wittenberg que preparassem um relato sobre as crenças e práticas nas igrejas da sua terra. Uma vez que uma exposição de doutrinas, conhecida com o nome de *Artigos de Schwabach*, tinha sido preparada no verão de 1529, tudo o que parecia ser necessário agora era uma exposição adicional a respeito das mudanças práticas introduzidas nas igrejas da Saxônia. Tal exposição foi, por isso, preparada por teólogos de Wittenberg e, visto que foi aprovada num encontro em Torgau, no fim de março de 1530, é chamado comumente de *Artigos de Torgau.*

Juntamente com outros documentos, os *Artigos de Schwabach* e *Torgau* foram levados para Augsburgo. Lá foi decidido fazer uma declaração luterana conjunta em vez de uma simples declaração saxônica, a explanação a ser apresentada ao Imperador. Circunstâncias também exigiram que se deixasse claro na declaração que os luteranos não fossem reunidos ao acaso com os demais oponentes de Roma. Outras considerações indicaram que seria desejável enfatizar mais a harmonia com Roma do que as diferenças. Todos estes fatores contribuíram para determinar as características do documento que estava sendo preparado por Filipe Melanchthon. Os *Artigos de Schwabach* tornaram-se a base para a primeira parte do que veio a ser chamado de *Confissão de Augsburgo*, e os *Artigos de Torgau* tornaram-se a sua segunda parte. Lutero, que não estava presente em Augsburgo, foi consultado por correspondência, mas as emendas e revisões continuaram sendo feitas até a véspera da apresentação formal ao Imperador, em 25 de junho de 1530. Assinada por sete príncipes e pelos representantes de duas cidades livres, a Confissão imediatamente adquiriu importância peculiar como uma declaração pública de fé.

De acordo com as instruções do Imperador, os textos das confissões foram apresentados em alemão e latim. A leitura diante da Dieta foi feita do texto alemão, que é, por isso, tido como mais oficial. Infelizmente, nem o texto alemão nem o latino existem nas formas exatas em que foram apresentados. De qualquer maneira, mais de cinqüenta cópias que datam de 1530 foram encontradas, incluindo esboços que representam vários estágios no preparo antes de 25 de junho, bem como cópias com uma variedade de novas mudanças no vocabulário feitas após 25 de junho. Estas versões têm sido objeto de extensos estudos críticos da parte de muitos estudiosos, e um texto latino e outro alemão foram reconstituídos e podem ser considerados próximos, embora não idênticos, aos documentos apresentados ao Imperador. Existem diferenças entre os dois textos, razão por que ambos estão reproduzidos nesta obra.

PREFÁCIO[3]

(TRAD. DO TEXTO LATINO DO PREFÁCIO)

Invictíssimo Imperador[4], César Augusto, Senhor clementíssimo. 1 Porquanto Vossa Majestade Imperial convocou uma dieta imperial para Augsburgo, destinada a deliberar sobre esforços bélicos contra o turco, adversário atrocíssimo, hereditário e antigo do nome e da religião cristãos, isto é, sobre como se possa resistir ao seu furor e ataques com preparação bélica durável e permanente; e, depois, também quanto às dissensões com respeito a 2 nossa santa religião e fé cristã, e a fim de que neste assunto da religião as opiniões e sentenças das partes, presentes umas às outras, possam ser ouvidas, entendidas e ponderadas entre nós, com mútua caridade, brandura e mansidão, para que, corrigido o que tem sido tratado incorretamente[5] nos escritos 3 de um e outro lado, possam essas coisas ser compostas e reduzidas a uma só verdade simples e concórdia cristã, de forma tal, que, quanto ao mais[6], seja 4 praticada e mantida por nós uma só religião pura e verdadeira; e para que assim como estamos e militamos sob um mesmo Cristo, possamos, da mesma forma, viver em uma só igreja cristã, em unidade e concórdia; e porque 5 nós, os abaixo assinados, assim como os outros eleitores, príncipes e ordens, fomos chamados à supramencionada dieta, prontamente viemos a Augsburgo, a fim de nos sujeitarmos obedientes ao mandado imperial, e, queremos dizê-lo sem intuito de jactância, estivemos entre os primeiros a chegar.

Como, entretanto, Vossa Majestade Imperial, também, aqui em 6 Augsburgo, no próprio início desta dieta[7], fez que, entre outras coisas, se indicasse aos eleitores, aos príncipes e a outras ordens do Império que as

---

[3] O texto alemão do prefácio é da pena de Gregor Brück, chanceler do Eleitorado Saxônio. Justus Jonas é o autor da tradução latina do prefácio. É essa tradução latina que vertemos em português. Enquanto diminui o número de pessoas capazes de ler, com inteiro proveito, os originais alemão e latino das Confissões Luteranas, cresce o número daqueles que entendem inglês. A edição inglesa de T. G. Tappert *(The Book of Concord,* Fortress Press, Philadelphia, *1959),* que traz a tradução do prefácio germânico, é livro de fácil aquisição. Favorecerá, por isso, a número crescente de leitores o fato de havermos traduzido o prefácio latino para a edição portuguesa.

[4] Carlos V, 1500–1558.

[5] *Secus.* Texto alemão: *nicht recht.* Na *Concordia Triglotta,* em que a tradução do prefácio da Confissão de Augsburgo se baseia no texto latino, lê-se: "in a different manner". O advérbio *secus* tem ambas as acepções, mas já que o prefácio latino é tradução do prefácio germânico, damos preferência ao *nicht recht.*

[6] *De cetero. Concordia Triglotta* traduz "for the future". Assim também Leif Grane e Bernd Moeller *(Die Confessio Augustana,* p. 13): "in Zukunft". Cremos que Justus Jonas teria escrito *in ceterum* houvesse sua intenção sido a de dizer "para o futuro", se bem que o contexto parece sugerir a tradução "para o futuro" como a melhor.

[7] No dia 20 de junho de 1530.

diversas ordens do Império, por força do edito imperial, deveriam propor e submeter suas opiniões e juízos nas línguas alemã e latina, e como quarta-feira
7 passada[8], após deliberação, se respondeu, em seguida, a Vossa Majestade Imperial que de nossa parte submeteríamos os artigos de nossa Confissão
8 sexta-feira próxima[9], por isso, em obediência à vontade de Vossa Majestade Imperial, oferecemos, nesta matéria da religião, a Confissão de nossos pregadores e de nós mesmos, tal qual eles, haurindo da Sagrada Escritura e da pura palavra de Deus, ensinaram[10] essa doutrina até hoje entre nós.

9 Agora, se os demais eleitores, príncipes e ordens do Império igualmente apresentarem, de conformidade com a precitada indicação da Majestade Imperial, em escritos latinos e germânicos, suas opiniões na questão religiosa, esta-
10 mos dispostos, com a devida obediência a Vossa Majestade Imperial, como nosso Senhor clementíssimo, a conferir, amigavelmente, com os precitados príncipes, nossos amigos, e com as ordens, sobre vias idôneas e toleráveis, a fim de que cheguemos a um acordo, até onde tal se possa fazer honestamente, e, discutida a questão entre nós, dessa maneira, com base nos propostos escritos de ambas as partes, pacificamente, sem contenda odiosa, possa a dissensão, com a ajuda de Deus, ser dirimida e haja retorno a uma só verdadeira
11 e concorde religião. Assim como todos estamos e militamos[11] sob o mesmo Cristo, devemos, outrossim, confessar um só Cristo, segundo o teor do edito de Vossa Majestade Imperial, e todas as coisas devem ser conduzidas em acordo com a verdade de Deus, e pedimos a Deus com ardentíssimas preces que auxilie esta causa e dê a paz.

12 Se, porém, no que diz respeito aos demais eleitores, príncipes e ordens, que constituem a outra parte, esse tratamento da causa não se processar segun-
13 do o teor do edito de Vossa Majestade Imperial, e ficar sem fruto, nós outros, em todo o caso, deixamos o testemunho de que nada retemos que de algum modo possa conduzir a que se efetue uma concórdia cristã possível de fazer-
14 se com Deus e de boa consciência, como também Vossa Majestade Imperial, e bem assim os demais eleitores e ordens do Império, e quantos forem movidos por sincero amor e zelo pela religião, quantos derem ouvidos a essa causa com equanimidade, dignar-se-ão, bondosamente, a reconhecer e entender dessa Confissão nossa e dos nossos.

15 Como Vossa Majestade Imperial, também, bondosamente, significou, não uma, senão muitas vezes, aos eleitores, príncipes e ordens do Império, e na Dieta de Espira, celebrada em 1526 A.D., fez que fosse lido e proclamado, de
16 acordo com a forma dada e prescrita de Vossa imperial instrução, que Vossa Majestade Imperial, nesse assunto de religião, por certas razões, que então foram alegadas, não queria decidir, mas queria empenhar-se junto ao Romano

---

[8] No dia 22 de junho.

[9] Dia 24 de junho. *Concordia Triglotta* (p. 40), por engano, traduz *proxima sexta feria* com "on next Wednesday". A apresentação foi transferida para sábado, 25 de junho.

[10] Ou transmitiram. No original: *tradiderint.*

[11] Adotamos a variante *sumus et militamus.* Cf. BSLK (p.46), aparato crítico.

Pontífice a favor da reunião de um concílio, conforme também essa questão foi 17 mais amplamente exposta, faz um ano, na próxima-passada Dieta de Espira, onde Vossa Majestade Imperial, por intermédio do Governante Fernando[12], rei 18 da Boêmia e da Hungria, clemente amigo e senhor nosso, e, além disso, através do embaixador e dos comissários imperiais, fez que, entre outras coisas, fosse apresentado, segundo a instrução, o seguinte: que Vossa Majestade Imperial notara e ponderara a resolução do representante de Vossa Majestade Imperial no Império, bem como do presidente e dos conselheiros do regime imperial, e dos legados de outras ordens que se reuniram em Ratisbona[13], concernente à reunião de um concílio geral, e que Vossa Majestade Imperial, outrossim, jul- 19 gara que seria útil reunir um concílio, e que Vossa Majestade Imperial não duvidou de que seria possível induzir o Pontífice Romano a celebrar um concílio geral, porquanto as questões que então eram tratadas entre Vossa Majestade Imperial e o Romano Pontífice avizinhavam-se de uma concórdia e reconcilia- ção cristã. Por isso, Vossa Majestade Imperial, bondosamente, significava que 20 se empenharia no sentido de que o Romano Pontífice consentisse, o quanto antes possível, em congregar tal concílio, através da emissão de cartas.

Se, pois, o resultado for tal, que essas dissensões não sejam compostas 21 amigavelmente entre nós e a outra parte, oferecemos, aqui, de superabundância, em toda obediência perante Vossa Majestade Imperial, que haveremos de comparecer e defender a causa em tal concílio geral, cristão e livre, para cuja reunião sempre tem havido, em razão de gravíssimas deliberações, em todas as convenções imperiais celebradas durante os anos de reinado de Vossa Majestade Imperial, magno consenso da parte dos eleitores, príncipes e ordens do Império. Para esse concílio e para Vossa Majestade Imperial mesmo já, anterior- 22 mente, apelamos da maneira devida e na forma da lei, nessa questão, incontestavelmente a maior e mais grave. A esse apelo continuamos a aderir. E não 23 intentamos nem podemos abandoná-lo, por este ou outro documento, a menos que a causa fosse amigavelmente ouvida e levada a uma concórdia cristã, de acordo com o teor da citação imperial. Quanto a isso, também aqui testificamos 24 publicamente.

Artigos da Fé e da Doutrina

(TRAD. DO TEXTO ALEMÃO)

ARTIGO I: DE DEUS

Em primeiro lugar, ensina-se e mantém-se, unanimemente, de acordo 1 com o decreto do Concílio de Nicéia[14], que há uma só essência[15] divina, que é 2

[12] O Arquiduque Fernando da Áustria, desde 1526 rei da Hungria e da Boêmia, irmão do imperador.

[13] *Regensburg*. 1527. Compareceu número muito reduzido de pessoas, e a dieta terminou sem resultados.

[14] Vid. nota em I, Símbolo Niceno.

[15] No original alemão: *Wesen*. Texto latino: *essentia*.

3 chamada Deus e verdadeiramente é Deus. E, todavia há três pessoas nesta única essência divina, igualmente poderosas, igualmente eternas, Deus Pai, Deus Filho, Deus Espírito Santo, todas três uma única essência divina, eterna, indivisa, infinita, de incomensurável poder, sabedoria e bondade, um só criador e 2 conservador de todas as coisas visíveis e invisíveis. E com a palavra *persona* se entende não uma parte, não uma propriedade em outro, mas aquilo que subsiste por si mesmo, conforme os Pais usaram esse termo nessa questão[16].

5 Rejeitam-se, por isso, todas as heresias que são contrárias a esse artigo, como os maniqueus[17], que afirmaram a existência de dois deuses, um bom e um mau; também os valentinianos[18], arianos[19], eunomianos[20], maometanos[21] e todas

---

[16] "Aquilo que subsiste por si mesmo" = *hupóstasis,* termo usado na igreja antiga contra o modalismo, segundo o qual o Pai, o Filho e o Espírito Santo são três modos ou manifestações do Deus único. Cf. em CR 4,38 as autoridades citadas por Melanchthon no Colóquio de Worms de 1541 para CA I. Em *definitiones multarum appellationum, quarum in Ecclesia usus est (Melanchthons Werke in Auswahl,* vol. II,2, 1953, ed. Hans Engelland, p. 782s.), Melanchthon define "pessoa" assim: *Persona est substantia, individua, intelligens, incommunicabilis, non sustentata in alia natura. Sic loquitur Ecclesia et vocabulo personae hoc modo utitur. Graeci hupóstasin et huphistámenon dixerunt, id est, subsistens.* Leonardo Hutter *(Loci communes theologici,* locus I, cap. I, q. III, prop. III*)* descreve a elaboração do conceito de pessoa congruente com o mistério da Trindade. Sobre o uso do conceito de subsistência *(hupóstasis)* para determinar o conceito de pessoa (reduzindo este ao sentido formal, único que lhe convém na doutrina da Trindade) vid., p. ex., Werner Elert, *Der christliche Glaube,* 3ª ed., de Ernst Kinder, 1956, p. 220.

[17] Adeptos da heresia de Manes, do século III d. C. Combinação do dualismo persa de Zoroastro com elementos gnósticos e cristãos.

[18] Gnósticos do século II.

[19] Do nome do heresiarca Ário, teólogo de Alexandria (ca. 270-336), que negava a consubstancialidade do Pai com o Filho (Cristo, ainda que anterior ao mundo, é, contudo, um *poiema* de Deus). O Concílio de Nicéia (Bitínia, Ásia Menor, 325, também chamado I Concílio de Nicéia – o II reuniu-se em 787) condenou essa doutrina. Os arianos dividiram-se em "homoi-usianos" *(homoios e ousia),* também chamados semi-arianos, ou seminicenos (o Filho é de substância similar à do Pai, i. e., não idêntica nem diferente. P. ex., Basílio de Ancira, o líder), "homoianos" (o Filho é semelhante ao Pai. V. g., Acácio de Cesaréia, de onde os acacianos, mais tarde liderados por Eudóxio) e "an-homoianos", os arianos radicais, chamados de arianos propriamente ditos (o Filho em tudo é dessemelhante do Pai. P. ex., Eunômio). O Concílio de Nicéia definiu-se pelo "homoousios" (o Pai e o Filho são de substância idêntica). Daí o termo heterousianos para designar os sectários do arianismo. Semi-ariano, inicialmente sinônimo de "homoi-usiano", mais além passou a ser sinônimo de macedoniano e pneumatômaco, porque muitos "homoi-usianos", ainda que tivessem chegado a aceitar uma fórmula "homo-usiana" quanto ao Pai e ao Filho, haviam aderido a Macedônio (patriarca de Constantinopla, deposto pelo Sínodo de Constantinopla em 360) e diziam que o Espírito Santo não é *homoousios* com o Pai e o Filho, de onde o nome de pneumatômacos, que significa "difamadores do Espírito".

[20] De Eunômio, falecido cerca de 393, e que chegou a ser a figura principal do arianismo radical.

[21] Como negadores da Trindade.

as similares, também os samosatenos[22], os antigos e os novos[23], que afirmam uma só pessoa e sofismam acerca do Verbo e do Espírito Santo, dizendo não serem pessoas distintas, porém que Verbo significa palavra ou voz física, e que o Espírito Santo é movimento criado em suas criaturas. 6

ARTIGO II: DO PECADO ORIGINAL[24]

1 Ensina-se, outrossim, entre nós que, depois da queda de Adão, todos os homens naturalmente nascidos[25] são concebidos e nascidos em pecado, isto é, que desde o ventre materno todos estão plenos de concupiscência e inclinação más e, por natureza, não podem ter verdadeiro temor de Deus e verdadeira fé em Deus. 2 Também, que essa inata pestilência e pecado hereditário verdadeiramente é pecado e condena à eterna ira de Deus a quantos não renascem pelo batismo e pelo Espírito Santo.

3 Condenam-se, além disso, os pelagianos[26] e outros[27] que não consideram pecado ao hereditário, com o que tornam a natureza justa por virtudes naturais, para ignomínia da paixão e do mérito de Cristo.

---

[22] Os samosatenos, também chamados paulianistas, foram sectários de Paulo de Samôsata, bispo de Antioquia. Em 269 foi deposto da sé antioquiana. Lutero e Melanchthon o condenaram porque negava a personalidade do Logos. Há quem julgue duvidosa a inclusão de Paulo de Samôsata entre os adeptos do monarquianismo dinamista (o Filho é simplesmente um poder de Deus, o divino repousava sobre o homem Jesus como um poder, *dúnamis*). Também há quem pensa que binitarismo dinamista seria descrição mais exata (porque falavam da existência do Pai e do Filho, ou Espírito, dentro da Divindade, sem ênfase especial sobre a unidade e a relação entre ambos). Outros preferem chamá-los de trinitários econômicos (nome dos adeptos da teoria de que o Filho e o Espírito não são hipóstases plenas, mas têm o status de economias ou dispensações funcionais do Deus único extrapoladas para as finalidades da criação e da redenção.

[23] Texto latino: *neotericos* (novos, modernos). Com samosatenos novos, a Confissão de Augsburgo mira aos primeiros espiritualistas antitrinitários da época da Reforma (V. g. João Campano: o Espírito Santo é apenas operação ou efeito de Deus e do Cristo).

[24] *Erbsünde* ("pecado hereditário"). Texto latino: *Peccatum originis.* Na dogmática neo-escolástica a expressão *peccatum originale* geralmente é usada para designar duas coisas: o *peccatum originale originans*, o pecado adâmico, e o *peccatum originale originatum,* o pecado hereditário dos filhos de Adão. Cf. Urs Baumann, *Erbsünde?* (1970), p. 18s. Num ensaio intitulado "Die Erbsünde und das Konzil von Trient", E. Gutwenger SJ, no interesse de uma terminologia impecável ("Im Interesse einer einwandfreien Terminologie"), reserva o termo "Ursünde" para o *peccatum originale originans* e usa "Erbsünde" para designar o *peccatum originale originatum. (Zeitschrift für katholische Theologie,* vol. 89, 1967, p. 433, nota 1). Outros autores traduzem *peccatum originale originans* com *Ursprungssünde.*

[25] *So naturlich geborn werden.* Texto latino: *Secundum naturam propagati.* Com "naturalmente" se quer excluir o Cristo.

[26] Sectários de Pelágio, frade britânico (c. 360 – c. 420).

[27] Os reformadores acusaram os escolásticos de pelagianos. Também a Zwínglio, que considerava o pecado original enfermidade, não pecado, argumentando que o pecado está ligado com a culpa: *Sic ergo diximus originalem contagionem morbum esse, non peccatum, quod peccatum cum culpa coniunctum est* (*de peccato originali declaratio,* CR 92, 372, 4).

ARTIGO III: DO FILHO DE DEUS

Ensina-se, além disso, que Deus Filho se fez homem, nascido da pura[28] Virgem Maria, e que as duas naturezas, a divina e a humana, inseparavelmente unidas em uma única pessoa[29], são um só Cristo, que é verdadeiro Deus e verdadeiro homem, que verdadeiramente nasceu, padeceu, foi crucificado, morreu e foi sepultado, a fim de ser oblação não só pelo pecado hereditário, mas, ainda, por todos os outros pecados, e para aplacar a ira de Deus. Ensina-se, outrossim, que o mesmo Cristo desceu ao inferno, no terceiro dia ressurgiu verdadeiramente dos mortos, subiu ao céu e está sentado à destra de Deus, para dominar eternamente sobre todas as criaturas e governá-las, a fim de santificar, purificar, fortalecer e consolar, pelo Espírito Santo, a quantos nele crêem, dar-lhes também vida e toda sorte de dons e bens, e proteger e defendê-los contra o diabo e o pecado. Também se ensina que o mesmo Cristo Senhor, conforme o *Symbolum Apostolorum*[30], no fim, virá visivelmente, para julgar os vivos e os mortos, etc.

ARTIGO IV: DA JUSTIFICAÇÃO

Ensina-se também que não podemos alcançar remissão do pecado e justiça diante de Deus por mérito, obra e satisfação nossos, porém, que recebemos remissão do pecado e nos tornamos justos diante de Deus pela graça, por causa de Cristo, mediante a fé, quando cremos que Cristo padeceu por nós e que, por sua causa, os pecados nos são perdoados e nos são dadas justiça e vida eterna. Pois Deus quer considerar e atribuir essa fé como justiça diante de si, conforme diz São Paulo em Romanos 3 e 4[31].

ARTIGO V: DO OFÍCIO DA PREGAÇÃO[32]

Para conseguirmos essa fé, instituiu Deus o ofício da pregação, dando-nos o evangelho e os sacramentos, pelos quais, como por meios, dá o Espírito Santo, que opera a fé, onde e quando lhe apraz, naqueles que ouvem o evangelho, o qual ensina que temos, pelos méritos de Cristo, não pelos nossos, um Deus gracioso, se o cremos.

---

[28] *Geborn aus der reinen Jungfrauen Maria.* Vid. BSLK, p. 54. Vid. Artigos de Esmalcalde, Parte 1, 4, e nota.

[29] *In einer Person also unzertrennlich vereiniget.* Não traduzimos o "also", que, aliás, falta na cópia de Espalatino (cf. BSLK, p. 54, aparato crítico). A doutrina das duas naturezas inseparavelmente unidas na unidade da pessoa é formulada na confissão do Concílio de Calcedônia (451).

[30] O Símbolo dos Apóstolos, ou Credo Apostólico.

[31] Rm 3.21-26; 4.5.

[32] Ou: do ministério da pregação. No original: *Vom Predigtamt.*

Condenam-se os anabatistas e outros que ensinam alcançarmos o Espírito Santo mediante preparação, pensamentos e obras próprias, sem a palavra física do evangelho[33]. 4

ARTIGO VI: DA NOVA OBEDIÊNCIA

Ensina-se ainda que essa fé deve produzir bons frutos e boas obras, e que, por amor de Deus, deve-se praticar toda sorte de boas obras por ele ordenadas[34], não se devendo, porém, confiar nessas obras, como se por elas se merecesse graça diante de Deus. Pois é pela fé em Cristo que recebemos perdão dos pecados e justiça, como diz o próprio Cristo: "Depois de haverdes feito tudo isso, deveis dizer: Somos servos inúteis"[35]. Assim também ensinam os Pais. Pois Ambrósio diz: "Assim está estabelecido por Deus que aquele que crê em Cristo é salvo, e tem a remissão dos pecados não por obras, mas pela fé somente, sem mérito". 1 2 3

ARTIGO VII: DA IGREJA

Ensina-se também que sempre haverá e permanecerá uma única santa igreja[36] cristã, que é a congregação[37] de todos os crentes, entre os quais o evangelho é pregado puramente e os santos sacramentos são administrados de acordo com o evangelho. 1

Porque para a verdadeira unidade da igreja cristã é suficiente que o evangelho seja pregado unanimemente[38] de acordo com a reta compreensão dele e os sacramentos sejam administrados em conformidade com a palavra de Deus. E para a verdadeira unidade da igreja cristã não é necessário que em toda a parte se observem cerimônias uniformes instituídas pelos homens[39]. É como diz Paulo em Efésios 4: "Há somente um corpo e um Espírito, como também fostes chamados numa só esperança da vossa vocação; há um só Senhor, uma só fé, um só batismo"[40]. 2 3 4

---

[33] Por exemplo, Sebastião Franck, falecido em 1542. Ensinava que a palavra invisível operava sem meios.

[34] Em contraste com as obras desnecessárias mencionadas nos artigos XX e XXVI da CA.

[35] Lc 17.10.

[36] Comenta Wilhelm Maurer que esse *allezeit sein und bleiben* resiste a uma compreensão apenas futura da *perpetuo mansura,* encerrando, antes, em si, a existência dela no presente e no passado. No ensaio "Ecclesia perpetuo mansura im Verständnis Luthers", publicado em *Erneuerung der Einen Kirche,* vol. 11 de *Kirche und Konfession,* Göttingen, 1966, p. 32.

[37] *Versammlung.* Texto lat.: *congregatio.*

[38] Na ed. Tappert (p. 32) falta a tradução da palavra *einträchtiglich.*

[39] Cf. artigo XV, Das Ordenações Eclesiásticas.

[40] Ef 4.5,6.

ARTIGO VIII: QUE É A IGREJA

1 Além disso, ainda que a igreja cristã, propriamente falando, outra coisa não é senão a congregação de todos os crentes e santos, todavia, já que nesta vida continuam entre os piedosos muitos falsos cristãos e hipócritas, também, 2 pecadores manifestos, os sacramentos nada obstante são eficazes, embora os sacerdotes que os administram não sejam piedosos. Conforme o próprio Cristo indica: "Na cadeira de Moisés estão sentados os fariseus, etc."[41]

3 São condenados, por isso, os donatistas[42] e todos os outros que pensam de maneira diversa.

ARTIGO IX: DO BATISMO

1 Do batismo se ensina que é necessário e que por ele se oferece graça; que 2 também se devem batizar crianças, as quais, pelo batismo, são entregues a Deus e a ele se tornam agradáveis.

3 Por essa razão se rejeitam os anabatistas, os quais ensinam que o batismo infantil não é correto.

ARTIGO X: DA SANTA CEIA

1 Da ceia do Senhor se ensina que o verdadeiro corpo e o verdadeiro sangue de Cristo estão verdadeiramente presentes na ceia[43] sob[44] a espécie do pão 2 e do vinho[45] e são nela distribuídos e recebidos. Por isso também se rejeita a doutrina contrária.

---

[41] Mt 23.2.

[42] Rigoristas da igreja africana antiga. Negaram o ofício aos bispos que se haviam portado indignamente na perseguição de Diocleciano, declararam nulas as ordenações feitas por esses bispos e afirmavam que os sacramentos administrados por pessoas dignas de excomunhão não tinham valor.

[43] Observa Peter Brunner (*Pro Ecclesia,* 185-186) que as palavras "im Abendmahl" (*in coena Domini*) devem ser entendidas não só como indicação de lugar e tempo, mas, antes, em sentido instrumental (a realização da ceia seria o meio por que o corpo e sangue de Cristo se tornam presentes). "Na ceia" significaria, portanto, a celebração toda, desde as palavras da instituição até a distribuição. Conclui o autor que à luz da CA X pode-se desistir de isolar um ponto da celebração, assinalando-o como o momento que efetuaria a presença do corpo e sangue.

[44] *Unter.* Cf. Apologia X, 1: *cum*; Catecismo Maior, Do Sacramento do Altar, 8: *in und unter*; Fórmula de Concórdia, Epítome VII, 6: *mit.* Werner Elert (*Der christliche Glaube,* p. 387) observa que essa variação no uso das preposições prova que elas não têm a tarefa de uma definição precisa. Segundo o autor, parafraseiam o simples fato de que pão e vinho continuam pão e vinho, sendo, porém, no ato sacramental, portadores da presença, do oferecimento e da recepção do corpo e sangue de Cristo. A fórmula *in, sub et cum,* diz ele, não tem o sentido de um sucedâneo especulativo de alguma fórmula escolástica ("spekulativer Ersatz irgendeiner scholastischen Formel").

[45] *Unter der Gestalt des Brots und Weins. Gestalt* = aparência, forma; "Erscheinungsform" (BSLK, p. 64, nota 1), forma externa, espécie. Na doutrina da transubstanciação: espécies =

ARTIGO XI: DA CONFISSÃO

1 Da confissão se ensina que se deve conservar a *privata absolutio*[46], não a deixando cair em desuso na igreja, ainda que na confissão seja desnecessário 2 enumerar todos os maus feitos e pecados, porque tal nem é possível. Salmo 18: "Quem conhece os delitos?"[47]

ARTIGO XII: DO ARREPENDIMENTO

1 Do arrependimento se ensina que os que pecaram depois do batismo 2 recebem perdão dos pecados a qualquer tempo em que cheguem ao arrepen- 3 dimento, não lhes devendo a igreja negar a absolvição. Agora, arrependi- 4 mento verdadeiro, autêntico, propriamente outra coisa não é que sentir 5 contrição e pesar ou terror por causa do pecado e todavia crer ao mesmo tempo no evangelho e na absolvição, isto é, crer que o pecado foi perdoado e que por Cristo foi obtida a graça, fé essa que volta a consolar e serenar o 6 coração. Deve seguir-se a melhora de vida e o abandono do pecado; pois esses devem ser os frutos do arrependimento, como diz João, Mt 3: "Produzi, pois, fruto digno do arrependimento"[48].

7 Aqui se rejeitam os que ensinam não poderem voltar a cair aqueles que já uma vez se tornaram piedosos[49].

9 Condenam-se também os novacianos[50], que negavam a absolvição aos que haviam pecado depois do batismo.

---

acidentes do pão e do vinho. Observa a nota 1, p. 64, BSLK, a propósito do termo "Gestalt" em CA X: "Vielleicht Anklang an kath. Sprachgebrauch...." ("talvez reminiscência do uso idiomático católico..."). E ilustra com um texto das teses de Wimpina contra os *Artigos de Schwabach:* depois da "Tirmung" (consagração), diz Wimpina, fica apenas a "Gestalt" do pão e do vinho, e "unter jetlicher Gestalt" ("sob cada uma das espécies") está o verdadeiro corpo e sangue de Cristo, e o Cristo inteiro, individido e completo (WA XXX, 3; 190, 10ss.). Cf. E. F. Karl Müller, *Symbolik,* 1896, p. 347, nota 7: "Die Worte des deutschen Textes, 'dass wahrer Leib und Blut Christi wahrhaftiglich *unter der Gestalt des Brots und Weins* im Abendmahl gegenwärtig sei', entsprechen der geläufigen römischen Redeweise" (grifo do autor). Sobre as espécies eucarísticas, ou santas espécies, no sentido de aparências do pão e do vinho depois da transubstanciação, cf. também IV Concílio de Latrão, 1215 (Denziger-Schönmetzer, *Enchiridion Symbolorum,* 802): *Iesus Christus, cuius corpus et sanguis in sacramento altaris sub speciebus panis et vini veraciter continentur, transsubstantiatis pane in corpus, et vino in sanguinem potestate divina.* – Observa P. Brunner *(Pro Ecclesia,* p. 187*)* que não se deve aceitar uma interpretação da expressão "unter der Gestalt" no sentido da doutrina romana da transubstanciação. O sentido, diz ele, é: "unter dem sinnlich wahrnehmbaren Ding, das Brot und Wein ist" ("sob a coisa sensorialmente perceptível, que é pão e vinho").

[46] A absolvição particular, individual.

[47] Sl 19.12. Almeida RA: "Quem há que possa discernir as próprias faltas?" Sobre a confissão, cf. artigo XXV e notas.

[48] Mt 3.8.

[49] P. ex., João Denck (ca. 1500-1525).

[50] Rigoristas de Roma (século III) que negavam readmissão aos que haviam apostatado em tempo de perseguição e aos impuros e assassinos.

10 Rejeitam-se, outrossim, os que não ensinam alcançar-se perdão dos pecados mediante a fé, e sim por nosso satisfazer.

ARTIGO XIII: DO USO DOS SACRAMENTOS

1 Com respeito ao uso dos sacramentos se ensina que foram instituídos não somente para serem sinais por que se possam conhecer exteriormente os cristãos, mas para serem sinais e testemunhos da vontade divina para conosco, 2 com o fim de que, por eles, se desperte e fortaleça a nossa fé. Essa também a razão por que exigem fé, sendo usados corretamente quando a gente os recebe em fé e, com isso, fortalece a fé[51].

ARTIGO XIV: DA ORDEM ECLESIÁSTICA[52]

Da ordem eclesiástica se ensina que sem chamado regular[53], ninguém deve publicamente ensinar ou pregar ou administrar os sacramentos na igreja.

ARTIGO XV: DAS ORDENAÇÕES ECLESIÁSTICAS

1 Das ordenações eclesiásticas estabelecidas por homens se ensina observar aquelas que possam ser observadas sem pecado e conttibuam para a paz e a boa ordem na igreja, como, por exemplo, certos dias santos[54], festas e coisas 2 semelhantes. Esclarecemos, porém, que não se devem onerar as consciências com essas coisas, como se fossem necessárias para a salvação. Ensina-se, ade-3 mais, que todas as ordenanças e tradições feitas pelo homem com o propósito de, por elas, reconciliar-se a Deus e merecer graça são contrárias ao evangelho e à 4 doutrina da fé em Cristo. Razão por que votos monásticos e outras tradições concernentes à distinção de alimentos, dias, etc., pelas quais se pensa merecer graça e satisfazer por pecados, são inúteis e contrários ao evangelho.

---

[51] Acréscimo no texto alemão da edição príncipe de Melanchthon (1531): *Darumb werden diejenigen verworfen, so lehren, die Sakrament machen gerecht ex opere operato ohne Glauben, und lehren nicht, dass dieser Glaub dazu getan soll werden, dass da Vergebung der Sünde angeboten werde, welche durch Glauben, nicht durchs Werk erlangt wird.* Esse texto é substancialmente idêntico ao acréscimo que aparece na edição príncipe latina de Melanchthon. (Cf. o texto latino do acréscimo e a tradução portuguesa em CA XIII, 2, tradução do texto latino, nota em "pelos sacramentos").

[52] *Vom Kirchenregiment.* Texto latino: *De ordine ecclesiastico. Kirchenregiment, ordo* aqui designam o ofício da direção espiritual da congregação.

[53] *Ohn ordentlichen Beruf.*

[54] *Feier,* aqui no sentido de *Feiertag.* Texto latino: *Feriae.*

ARTIGO XVI: DA ORDEM POLÍTICA[55] E DO GOVERNO CIVIL

Da ordem política e do governo civil se ensina que toda autoridade no 1
mundo e todos os governos e leis ordenados são ordenações boas, criadas e
instituídas por Deus, e que cristãos podem, sem pecado, ocupar o cargo de au- 2
toridade, de príncipe e de juiz, proferir sentença e julgar segundo as leis im-
periais e outras leis em vigor, punir malfeitores com a espada, fazer guerras jus-
tas, combater, comprar e vender, fazer juramentos requeridos[56], possuir pro-
priedade, casar, etc.

Aqui são condenados os anabatistas, os quais ensinam que nenhuma das 3
coisas supramencionadas é cristã.

Condenam-se, outrossim, aqueles que ensinam ser perfeição cristã aban- 4
donar fisicamente casa e lar, mulher e filhos, e renunciar às coisas citadas,
quando o fato é que apenas verdadeiro temor de Deus e verdadeira fé cons-
tituem a perfeição autêntica. Pois o evangelho não ensina uma forma de vida e
justiça exteriores, temporais, senão uma interior e eterna vida e justiça do
coração[57], e não abole o governo civil, a ordem política e o casamento, queren- 5
do, ao contrário, que se guarde tudo isso como genuína ordem divina e que
cada qual, de acordo com sua vocação, mostre, em tais ordenações, amor cris-
tão e obras verdadeiramente boas. Por isso, os cristãos têm o dever de estar 6
sujeitos à autoridade e de obedecer-lhe aos mandamentos e leis em tudo o que
não envolva pecado. Porque se não é possível obedecer à ordem da autoridade 7
sem pecar, mais importa obedecer a Deus do que aos homens. Atos 5[58].

ARTIGO XVII: DA VOLTA DE CRISTO PARA O JUÍZO

Também se ensina que nosso Senhor Jesus Cristo voltará no último dia 1
para julgar, e que ressuscitará todos os mortos, dará aos crentes e eleitos vida e 2
alegria eternas, porém condenará os homens ímpios e os demônios ao inferno 3
e castigo eterno.

Rejeitam-se, por isso, os anabatistas, os quais ensinam que os diabos e 4
os homens condenados não sofrerão dor e tormento eternos[59].

Aqui se rejeitam, outrossim, algumas doutrinas judaicas que também, ao 5
presente, se manifestam e, segundo as quais, antes da ressurreição dos mortos,

---

[55] *Polizei.* Aqui no sentido de *Staatsordnung, politeia* (cf. BSLK, p. 70, nota 3) ou *Staatsverwaltung.*

[56] *Aufgelegte Eide Tun.* Texto latino: *iurare postulantibus magistratibus.*

[57] Max Keller – Hüschemenger *(Die Augsburgische Konfession,* p. 16), adotando uma variante do manuscrito de Espalatino (BSLK, p. 71, aparato crítico), entendem a parte que vai de "quanto o fato é" até "justiça do coração" como razões atribuídas aos adversários condenados aqui pela CA. Isso os obriga a transformar um "dann" em "und" e um "und" em "aber".

[58] At 5.29.

[59] Segundo um relatório da época, os anabatistas da Turíngia ocidental (Melchior Rinck) ensinavam que, separado de Deus, nada pode ser eterno, razão por que todos os diabos e os homens condenados devem, finalmente, chegar a Deus e ser salvos.

um grupo constituído integralmente de santos e piedosos terá um reino terrestre e aniquilará todos os ímpios.

ARTIGO XVIII: DO LIVRE ARBÍTRIO

1 Quanto ao livre arbítrio se ensina que o homem tem, até certo ponto, livre arbítrio para viver exteriormente de maneira honesta e escolher entre aquelas 2 coisas que a razão compreende. Todavia, sem a graça, o auxílio e a operação do Espírito Santo, o homem é incapaz de ser agradável a Deus, temê-lo de cora- 3 ção, ou crer, ou expulsar do coração as más concupiscências inatas. Isso, ao contrário, é feito pelo Espírito Santo, que é dado pela palavra de Deus. Pois Paulo diz em 1 Coríntios 2: "O homem natural nada entende do Espírito de Deus"[60].

4 E, para que se possa reconhecer que nisso não se ensina novidade, eis aí as claras palavras de Agostinho a respeito do livre arbítrio, aqui citadas do livro III do *Hypognosticon*: "Confessamos que em todos os homens há um livre arbítrio, pois todos têm entendimento e razão naturais, inatos. Não no sentido de que sejam capazes de algo no que concerne a Deus, como, por exemplo, amar e temer a Deus de coração. Somente em obras externas desta vida têm 5 liberdade para escolher coisas boas ou más. Por obras boas entendo as de que é capaz a natureza, tais como trabalhar ou não no campo, comer, beber, visitar ou não um amigo, vestir-se ou despir-se, edificar, tomar esposa, dedicar-se a 6 um ofício ou fazer alguma outra coisa proveitosa e boa. Tudo isso, entretanto, não é nem subsiste sem Deus; ao contrário: dele e por ele são todas as coisas. Por outro lado, pode o homem também praticar por escolha própria o mal, como, por exemplo, ajoelhar-se diante de um ídolo, cometer homicídio, etc."

ARTIGO XIX: DA CAUSA DO PECADO

Com respeito à causa do pecado, ensina-se entre nós que, embora o Deus onipotente haja criado a natureza toda e a conserve, todavia, é a vontade pervertida que opera o pecado em todos os maus e desprezadores de Deus. Pois esta é a vontade do diabo e de todos os ímpios, a qual, tão logo Deus retraiu a mão, desviou-se de Deus para o mal, conforme diz Cristo, Jo 8: "Quando o diabo profere a mentira, fala do que lhe é próprio"[61].

[60] 1 Co 2.14. Almeida RA: "não aceita as coisas do Espírito de Deus".
[61] Jo 8.44.

ARTIGO XX: DA FÉ E DAS BOAS OBRAS

Os nossos são acusados falsamente de proibirem boas obras. Pois os seus escritos sobre os Dez Mandamentos bem como outros escritos[62] provam que deram bom e útil ensino e admoestação a respeito de estados e obras cristãos verdadeiros, de que pouco se ensinou antes de nosso tempo. Insistia-se, ao contrário, em todos os sermões, principalmente, em obras pueris e desnecessárias, tais como rosários, culto de santos, vida monástica, romarias, jejuns e dias santos prescritos, confrarias, etc. Também o nosso oponente já não exalta essas obras desnecessárias tanto quanto antigamente. Além disso, também aprenderam a falar, agora, da fé, sobre a qual nada pregaram em tempos anteriores. Agora, contudo, ensinam que não nos tornamos justos diante de Deus unicamente por obras, mas acrescentam a fé em Cristo, e dizem que a fé e as obras nos tornam justos diante de Deus. Essa doutrina pode trazer um pouco mais consolo do que quando apenas se ensina confiar em obras.

Visto, pois, que a doutrina da fé, que é o artigo principal no cristianismo, foi negligenciada por tempo tão longo, como é forçoso confessar, havendo-se pregado apenas doutrina de obras por toda a parte, os nossos deram a seguinte instrução a respeito:

Em primeiro lugar, que nossas obras não nos podem reconciliar com Deus e obter graça; isso, ao contrário, sucede apenas pela fé, quando cremos que os pecados nos são perdoados por amor de Cristo, o qual, ele só, é o mediador que pode reconciliar o Pai[63]. Agora, quem pensa realizar isso mediante obras e imagina merecer a graça, esse despreza a Cristo e procura seu próprio caminho a Deus, contrariamente ao evangelho.

Essa doutrina a respeito da fé é tratada aberta e claramente por Paulo em muitas passagens, de modo especial em Efésios 2: "Pela graça fostes salvos, mediante a fé; e isso não vem de vós, porém é dom de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie, etc."[64]

E que aqui não se introduziu interpretação nova é coisa que se pode provar com Agostinho, que trata essa questão diligentemente e também ensina assim, a saber, que alcançamos a graça e nos tornamos justos diante de Deus por intermédio da fé em Cristo e não por obras, conforme mostra todo o seu livro *De spiritu et litera*.

Conquanto essa doutrina seja muito desprezada entre pessoas não experimentadas, verifica-se, todavia, que é muito consoladora e salutar para as consciências tímidas e apavoradas. Porque a consciência não pode alcançar descanso e paz mediante obras, porém, somente pela fé, quando chega à segura conclusão pessoal de que, por amor de Cristo, possui um Deus gracioso, confor-

---

[62] Cf., vg., Lutero, "Das boas obras", 1520, in OSel 2,100-170; "Breve forma dos Dez Mandamentos", 1520, in OSel 2, 174-184; os Dez Mandamentos no Catecismo Menor e no Catecismo Maior, adiante, Partes VI e VII.

[63] Cf. 1 Tm 2.5.

[64] Ef 2.8,9.

me também diz Paulo, Rm 5: "Justificados mediante a fé, temos descanso e paz com Deus"[65].

19 Em sermões de outrora não se promoveu esse consolo, porém, impeliram-se as pobres consciências para as próprias obras, e se empreenderam diver-
20 sas espécies de obras. A alguns a consciência impeliu para os mosteiros, na espe-
21 rança de que lá poderiam granjear graça mediante vida monástica. Alguns excogitaram outras obras com o propósito de merecer graça e satisfazer por pecados. A experiência de muitos deles foi não haverem alcançado a paz me-
22 diante essas coisas. Razão por que foi necessário pregar essa doutrina da fé em Cristo e dela tratar diligentemente, a fim de que se soubesse que é somente pela fé, sem mérito, que se apreende a graça de Deus.

23 Dá-se, outrossim, instrução para mostrar que aqui não se fala da fé possuída também pelos demônios e os ímpios, os quais também crêem os relatos[66] que contam haver Cristo padecido e ressuscitado de entre os mortos; fala-se, ao contrário, da fé verdadeira, que crê alcançarmos por Cristo a graça e a remissão dos pecados.

24 Aquele que sabe que por Cristo possui um Deus gracioso, esse conhece
25 a Deus, invoca-o, e não está sem Deus, como os gentios. Porque demônios e ímpios não crêem nesse artigo da remissão dos pecados. Por isso é que são inimigos de Deus, não o podem invocar, e nada de bom podem esperar dele. A Escritura fala sobre a fé no sentido que acabamos de indicar, e não entende por fé um conhecimento que demônios e homens ímpios têm. Pois em Hebreus 11 ensina-se, com respeito à fé, que crer não é apenas conhecer a história,
26 mas ter confiança em Deus e receber sua promessa[67]. E Agostinho também nos lembra que devemos entender a palavra "fé", na Escritura, como significando confiança em Deus de que nos é clemente, não apenas conhecer tais notícias históricas que também os demônios conhecem[68].

27 Ensina-se, ademais, que boas obras devem e têm de ser feitas[69], não para que nelas se confie a fim de merecer graça, mas por amor de Deus e em seu
28 louvor. Sempre é a fé somente que apreende a graça e o perdão dos pecados. E,
29 visto que pela fé é dado o Espírito Santo, o coração também se torna apto para
31 praticar boas obras. Porque, antes, enquanto está sem o Espírito Santo, é de-
32 masiadamente fraco. Além disso, está no poder do diabo, que impele a pobre
33 natureza humana a muitos pecados, como vemos nos filósofos que se lançaram à empresa de viver vida honesta e irrepreensível e, contudo, não conseguiram
34 realizá-lo, porém caíram em muitos pecados graves e manifestos. É o que acontece ao homem quando está sem a fé verdadeira e sem o Espírito Santo e se governa apenas pela própria força humana.

---

[65] Rm 5.1. Almeida RA: "Justificados, pois, mediante a fé, tenhamos (ou temos) paz com Deus".

[66] Cf. Tg 2.19.

[67] Hb 11.1.

[68] *Tract. In Ep. Joh. Ad Parth.* X 2. MSL 34, 2055. Pseudo-Agostinho, *De cognitione verae vitae* 37. MSL 40, 1025.

[69] *Sollen und müssen.*

Por isso, não se deve fazer a essa doutrina concernente à fé a censura de que proíbe boas obras; antes, deve ser louvada por ensinar que se façam boas obras[70] e oferecer auxílio quanto a como se possa chegar a praticá-las. Pois que sem a fé e sem Cristo a natureza e capacidade humanas são por demais frágeis para praticar boas obras, invocar a Deus, ter paciência no sofrimento, amar o próximo, exercer com diligência ofícios ordenados, ser obediente, evitar maus desejos, etc. Tais obras elevadas e autênticas não podem ser feitas sem o auxílio de Cristo, conforme ele mesmo diz em Jo 15: "Sem mim nada podeis fazer"[71].

ARTIGO XXI: DO CULTO AOS SANTOS

Do culto aos santos, os nossos ensinam que devemos lembrar-nos deles, para fortalecer a nossa fé ao vermos como receberam graça e foram ajudados pela fé; e, além disso, a fim de que tomemos exemplo de suas boas obras, cada qual de acordo com sua vocação, assim como Sua Majestade Imperial pode seguir, salutar e piedosamente, o exemplo de Davi, fazendo guerra ao turco[72]; pois ambos estão investidos em ofício real, que exige protejam e defendam os seus súditos. Entretanto, não se pode provar pela Escritura que se devem invocar os santos ou procurar auxílio junto a eles. "Porquanto há um só reconciliador e mediador entre Deus e os homens, Jesus Cristo", 1 Tm 2[73], o qual é o único Salvador, o único Sumo Sacerdote, Propiciatório e Advogado diante de Deus, Rm 8[74]. E somente ele prometeu que quer atender a nossa prece. E buscar e invocar de coração a esse Jesus Cristo em todas as necessidades e preocupações também é o culto divino mais elevado segundo a Escritura: "Se alguém pecar, temos Advogado junto ao Pai, Jesus Cristo, o justo, etc."[75]

Esta[76] é, aproximadamente[77], a suma da doutrina que é pregada e ensinada em nossas igrejas, para correta instrução cristã e consolo das consciências, e para melhora dos crentes. Pois que de modo nenhum vamos querer pôr as nossas próprias almas e consciências diante de Deus no mais sério, no maior dos perigos, mediante abuso do nome ou da palavra de Deus, nem deixar ou herdar aos nossos filhos e descendentes doutrina diversa da que concorda com a palavra pura, divina, e com a verdade cristã. Visto, pois, que essa doutrina se

---

[70] Lutero: "Quando assino à fé posição tão excelsa e rejeito tais obras infiéis, incriminam-me de proibir as boas obras, quando a verdade é que bem quero ensinar obras da fé verdadeiramente boas". WA 6, 205.

[71] Jo 15.5.

[72] Sob o sultão Suleimã II, os turcos conquistaram a Hungria e chegaram até diante de Viena (1529), constituindo-se no grande perigo para o Império.

[73] 1 Tm 2.5.

[74] Rm 8.34.

[75] 1 Jo 2.1.

[76] Os artigos I–XXI.

[77] *Fast.* Cf. as acepções de *fast* em A. Götze, *Glossar*. Texto latino: *fere*.

fundamenta claramente na Sagrada Escritura e, além disso, não é contrária nem se opõe à igreja cristã universal, e, na verdade, tampouco à Igreja Romana[78], quanto se pode coligir dos escritos dos Pais[79], pensamos também que os nossos oponentes não podem estar em desacordo conosco nos artigos acima indicados. Agem, por isso, de maneira totalmente inamistosa, precipitada e contrariamente a toda unidade e amor cristãos aqueles que, por essa razão, empreendem, sem qualquer fundamento sólido em preceito ou Escritura divina, separar, rejeitar e evitar os nossos como hereges. Porque o distúrbio[80] e a dissensão dizem respeito, precipuamente, a algumas tradições e abusos. Portanto, já que nos artigos principais não há ausência de fundamento ou defeito perceptíveis[81], e sendo esta nossa confissão divina e cristã, deveriam os bispos, justiçosamente, mostrar-se mais brandos, ainda que falha houvesse entre nós com respeito à tradição, muito embora esperemos apresentar sólido fundamento e causa quanto à razão por que entre nós houve mudança relativamente a algumas tradições e abusos.

2

Artigos sobre os quais há divergências e em que se recenseiam os abusos que foram corrigidos

Visto, pois, que em nossas igrejas, nada[82] se ensina sobre os artigos da fé que seja contrário à Sagrada Escritura ou à igreja cristã universal[83], havendo-se apenas corrigido alguns abusos, que, em parte, se introduziram por si mesmos com o correr do tempo, e em parte foram estabelecidos à força, vemo-nos obrigados a recenseá-los e a indicar a razão por que, nestes casos, se admitiu modificação, a fim de que a Majestade Imperial possa ver que não se procedeu aqui de maneira não-cristã ou petulante[84], porém que fomos compelidos a permitir tal modificação pelo mandamento de Deus, que, com justiça, se há de respeitar mais do que qualquer costume.

---

[78] *Gemeiner christlichen, ja auch romischer Kirchen.* "Gemeine"="allgemeine". Texto latino: *vel ab ecclesia catholica vel ab ecclesia Romana.*

[79] *So viel aus der Väter Schriften zu vermerken.* Cf. texto latino: *quatenus ex scriptoribus nobis nota est.*

[80] *Irrung* = "Störung", "Streit". Cf. A. Götze, *Glossar.*

[81] *Kein befindlicher Ungrund oder Mangel.* "Empfindlich" e "bemerkenswert" são as duas acepções do adjetivo "befindlich" registradas por A. Götze, *Glossar.*

[82] *Nicht.* Sobre "nicht – nichts", cf. A. Götze, *Glossar.* Espalatino: *nichts.* Texto latino: *de nullo articulo fidei dissentiant.*

[83] *Gemeiner christlichen Kirchen.* Texto latino: *ab ecclesia catholica.* Vid. nota em Conclusão da Parte I, seção 1ª.

[84] *Unchristlich oder frevenlich.* A. Götze, *Glossar,* em *fref(en)lich*: "kühn, unverschämt; mutwillig; gewalttätig".

ARTIGO XXII: DAS DUAS ESPÉCIES DO SACRAMENTO

Aos leigos são dadas entre nós ambas as espécies do sacramento, porque é clara ordem e mandamento de Cristo, Mt 26[85]: "Bebei dele todos". Cristo, aí, ordena com palavras claras, a respeito do cálice, que todos bebam dele.

E, para que ninguém pudesse questionar essas palavras e glosá-las, como se[86] se referisse somente aos sacerdotes, Paulo[87] mostra, em 1 Co 11, que toda a assembléia da igreja coríntica usou de ambas as espécies. E esse uso continuou por longo tempo na igreja, conforme se pode provar com a história e os escritos dos Pais[88]. Cipriano[89] menciona em muitos lugares que naquele tempo se dava o cálice aos leigos. E São Jerônimo diz que os sacerdotes que administram o sacramento distribuem ao povo o sangue de Cristo[90]. O próprio Papa Gelásio ordena que não se divida o sacramento *Distinct. 2. De consecratione cap. Comperimus*[91]. Também não se encontra em parte nenhuma[92] um cânone que ordene se receba apenas uma das espécies. E ninguém pode saber quando ou por quem foi introduzido esse costume de receber uma só espécie, ainda que o Cardeal Cusano mencione o tempo em que esse uso teria sido aprovado. Agora, é manifesto que tal costume, introduzido contrariamente ao preceito de Deus, bem como contrariamente aos cânones antigos, é incorreto. Razão por que foi impróprio onerar as consciências daqueles que desejaram fazer uso do santo sacramento de acordo com a instituição de Cristo, e coagi-los a procederem contrariamente à ordenação de Cristo Senhor nosso. E visto ser a divisão do sacramento contrária à instituição de Cristo, omite-se também entre nós a costumeira procissão com o sacramento[93].

---

[85] Mt 26.27.

[86] Ou: e interpretá-las erroneamente, como se. No original:..., *und glossieren..., als.*

[87] 1 Co 11.20ss.

[88] Até o século XIII. Cf. Pe. Dr. M. Teixeira – Leite Penido, *Os Mistérios dos Sacramentos*, Vozes, 1954, p. 250: "De fato, na sinaxe antiga comungavam todos sob as duas espécies. Aliás, só no século XIII cessou por completo este uso na Igreja latina. Continuam-no os orientais".

[89] Caecilius Cyprianus Thascius, bispo de Cartago, nasceu em Cartago, entre 200 e 210. Muitas vezes chamado de Papa Africano. Decapitado em 258. Foi o primeiro bispo africano que teve morte de mártir. Sua obra mais importante é *De ecclesiae catholicae unitate.*

[90] *Comm. In Zeph.* c. 3. MSL 25.

[91] Papa Gelásio, 492–496. *Decretum Gratiani p. III, De consecr. dist. 2 c. 12.* A *Confessio Augustana variata* traz a íntegra da sentença de Gelásio: *Comperimus autem quod quidam, sumpta tantum corporis sacri portione, a calice sacri cruoris abstineant, qui procul dubio, quoniam nescio qua superstitione docentur astringi, aut integra Sacramenta percipiant, aut ab integris arceantur, quia diuisio unius eiusdemque mysterij, sine grandi sacrilegio non potest accidere* (*Corpus Reformatorum* 27, 381).

[92] *Nindert* (= nirgends).

[93] A procissão de Corpus Christi, em que se leva a hóstia consagrada. A procissão realiza-se desde o século XIV. A festa de Corpus Christi (quinta-feira seguinte à Oitava de Pentecostes, isto é, quinta-feira seguinte ao domingo da Santíssima Trindade), também chamada festa do Corpo de Deus e festa do Santíssimo, foi instituída pelo Papa Urbano IV (século XIII).

ARTIGO XXIII: DO MATRIMÔNIO DOS SACERDOTES

1 Houve no mundo entre todos, quer de alto, quer de baixo estado, magna e poderosa queixa a respeito de grande incontinência e procedimento e vida dissolutos dos sacerdotes que não foram capazes de se manterem continentes, e, na verdade, alcançara-se o auge com tais vícios terríveis. Para evitar tanto 3 escândalo feio e grande, adultério e outra impudicícia, alguns sacerdotes entre nós entraram no estado matrimonial. Com razão, indicam que a isso foram impelidos e movidos por grande aflição de suas consciências, à vista do fato de a Escritura testemunhar claramente que o estado matrimonial foi instituído 4 pelo Senhor Deus para evitar impureza, como diz Paulo: "Por causa da impureza, cada um tenha a sua própria esposa"[94]. Também: "É melhor casar do 5 que viver abrasado"[95]. E Cristo, ao dizer, em Mt 19: "Nem todos captam essa palavra"[96], indica, ele que bem sabia qual a situação do homem, que poucas pessoas têm o dom da castidade. "Pois Deus criou o ser humano como homem e 6 mulher", Gênesis 1[97]. Se está ou não no poder ou capacidade do homem melhorar ou modificar, sem especial dom e graça de Deus, por resolução ou voto próprios, a criação de Deus, a excelsa Majestade, decidiu-o muito claramente a experiência. Qual o bem, que vida honrosa e casta, que conduta cristã, honesta ou íntegra daí resultou no caso de muitos, quão terrível e pavoroso desassossego e tormento de consciência muitos tiveram no fim da vida por causa disso, é coisa manifesta, e muitos dentre eles o confessaram pessoalmente. 8 Como, pois, a palavra e o mandamento de Deus não podem ser alterados por 9 nenhum voto ou lei humanos, por essas e outras razões e causas, os sacerdotes e outros clérigos casaram.

10 Também se pode provar com a história e os escritos dos Pais que na igreja cristã antiga houve o costume de os sacerdotes e diáconos casarem[98]. 11 Diz Paulo, em vista disso, 1 Tm 3: "É necessário, portanto, que o bispo seja irre- 12 preensível, esposo de uma só mulher"[99]. E faz apenas quatrocentos anos que na Alemanha os sacerdotes foram compelidos à força a deixarem o matrimônio e fazerem voto de castidade. Todos se opuseram a isso com tamanha seriedade e rijeza, que um arcebispo de Mogúncia, o qual publicara o novo edito papal a respeito, quase foi morto no tumulto de uma revolta de todo o corpo sacerdo- 13 tal[100]. E aquela proibição, logo no começo, foi efetivada com tanta rapidez e impropriedade que o papa, ao tempo, não só proibiu o matrimônio de sacerdo-

---

[94] 1 Co 7.2.

[95] 1 Co 7.9.

[96] Mt 19.11. Almeida RA: "Nem todos são aptos para receber este conceito".

[97] Gn 1.27.

[98] A princípio proibiam-se aos clérigos apenas o segundo matrimônio, o casamento depois da ordenação, mais tarde, relações sexuais antes da celebração da eucaristia e, finalmente, desde o século IV, depois do surgimento da missa diária, todo o relacionamento conjugal. Na Alemanha do século XII, a maioria dos sacerdotes ainda era casada.

[99] 1 Tm 3.2.

[100] Siegfried de Mogúncia, por ocasião de sínodos em Erfurt e Mogúncia, 1075.

tes para o futuro, mas ainda rompeu o casamento daqueles que havia muito já estavam nesse estado, o que não é apenas contrário a todo direito, divino, natural e civil, mas, também, inteiramente oposto e contrário aos cânones estabelecidos pelos próprios papas, bem como aos mais renomados concílios[101].

Também se tem ouvido freqüentes vezes muitas pessoas eminentes, devotas e sensatas expressarem opiniões e receios similares: que tal celibato obrigatório e privação do matrimônio, que o próprio Deus instituiu e deixou livre ao homem, nunca produziu qualquer bem, mas introduziu muitos vícios grandes e malignos e muitas maldades. Até um dos papas, Pio II, conforme mostra sua biografia, muitas vezes disse – e permitiu que lhe fossem atribuídas – estas palavras: que pode haver algumas razões por que seja o matrimônio proibido aos clérigos; mas que havia razões muito mais elevadas, muito maiores e muito mais importantes por que, novamente, se lhes devia deixar livre o matrimônio[102]. Sem dúvida nenhuma, o Papa Pio, como homem ajuizado e sábio, falou essa palavra por causa de grave receio[103].

Queremos, por isso, em submissão à Majestade Imperial, confiar que Sua Majestade, como imperador cristão, digno de alto louvor, graciosamente, levará em conta que ao presente, nesses últimos tempos e dias, de que faz menção a Escritura, o mundo se tornará cada vez pior e os homens sempre mais infirmes e frágeis. 14

Por isso, é muito necessário, útil e cristão fazer esse exame cuidadoso, a fim de não suceder que, proibido o casamento, alastrem-se piores e mais vergonhosas impudicícias e vícios nas terras germânicas. Pois que, sem dúvida, ninguém será capaz de alterar ou fazer essas coisas mais sabiamente ou melhor que o próprio Deus, que instituiu o matrimônio, para socorrer a fragilidade humana e prevenir a impureza. 15

Assim, também, os antigos cânones dizem que, de vez em quando, se deve abrandar e relaxar a severidade e o *rigor*[104], por causa da fragilidade humana e a fim de acautelar e atalhar coisas piores. 16

Ora, tal, sem dúvida, seria cristão e mui necessário também no caso presente. E que prejuízo poderia trazer para a igreja cristã universal o matrimônio dos sacerdotes e do clero, especialmente o dos pastores e de outros que devem servir a igreja? A continuar por mais tempo essa dura proibição do matrimônio, provavelmente haverá falta de sacerdotes e pastores no futuro. 17

Estando, pois, fundamentado na palavra e no mandamento de Deus, isso de os sacerdotes e clérigos poderem casar e, provando a história, além disso, que os sacerdotes casavam e, havendo o voto de castidade produzido número tão elevado de feios e incristãos[105] escândalos, tanto adultério, tão horrível e 18

---

[101] O Concílio de Nicéia (325) recusou-se a exigir o celibato. Quanto aos cânones a que se refere o texto, vid. *Decretum Gratiani* I, d. 82, c. 2–5; d. 84, 4.

[102] Vid. nota à tradução do texto latino, seção 2ª.

[103] Ou reflexão. No original: *aus grossem Bedenken.*

[104] *Die Schärfen und rigorem.*

[105] *Unchristliche.* I. e., princípios não-cristãos.

inaudita imoralidade e vícios hediondos, que até alguns homens honestos de entre os cônegos[106], bem como alguns cortesões[107] de Roma, muitas vezes reconheceram o fato e, lastimosamente, alegaram que tais vícios *in clero*[108], por horrendos e desmedidos, haveriam de suscitar a ira de Deus, é deplorável que o matrimônio cristão não só tenha sido proibido, mas que, em alguns lugares, se haja tido o atrevimento de castigá-lo sem demora, como se fosse grande malda- 19 de, não obstante haver Deus ordenado na Sagrada Escritura que se tenha em toda 20 a honra o estado matrimonial. Da mesma forma é o matrimônio grandemente exaltado no direito imperial e em todas as monarquias em que houver leis e 21 direito. Só[109] em nosso tempo é que se começa a martirizar as pessoas, apesar de inocentes, apenas por causa de casamento, e acresce que se faz isso com sacerdotes, que deveriam ser poupados acima de outros. E isto sucede não só 22 contrariamente ao direito divino, mas, ainda, em oposição aos cânones. O apóstolo Paulo, 1 Tm 4, chama às doutrinas que proíbem o casamento ensino de 23 demônios[110]. Assim, o mesmo Cristo diz, Jo 8, que o diabo é homicida desde o princípio[111]. Bem concordam as duas sentenças, por forma, que realmente devem ser ensinos de demônios proibir o casamento e atrever-se a manter semelhante doutrina com derramamento de sangue.

24 Todavia, assim como nenhuma lei humana pode abrir ou modificar o mandamento de Deus, da mesma forma, também nenhum voto pode alterar o 25 preceito divino. Essa também a razão de São Cipriano aconselhar deverem casar as mulheres que não guardam a castidade jurada, e diz, *epist.* 11, assim: "Se, porém, não querem ou não podem guardar a castidade, é melhor que casem do que caírem no fogo por sua volúpia. E devem acautelar-se bem para não causarem nenhum escândalo aos irmãos e irmãs"[112].

26 Ademais, todos os cânones mostram grande leniência e eqüidade para com aqueles que fizeram voto quando jovens. E foi na mocidade que a maioria dos sacerdotes e monges acabou nesse estado, por ignorância.

ARTIGO XXIV: DA MISSA

1 Injustamente são os nossos acusados de haverem abolido a missa. Pois é 9 manifesto, sem jactância, que a missa entre nós é celebrada com maior devo- 7 ção e seriedade que entre os adversários. E as pessoas também são instruídas muitas vezes e com o máximo zelo sobre o santo sacramento, para que foi instituído e como deve ser usado, a saber, a fim de, com ele, consolar as consci-

---

[106] *Tumbherrn* = Domherren.
[107] *Kurtisan* = Höfling.
[108] *In clero* = no clero.
[109] Ou entretanto. No original: *allein.*
[110] 1 Tm 4.1,3.
[111] Jo 8.44.
[112] Tradução da tradução alemã.

ências atemorizadas, através do que o povo é atraído para a comunhão e missa. Ao mesmo tempo, também se dá instrução contra outras, errôneas doutrinas concernentes ao sacramento. Não houve, outrossim, modificação notável nas cerimônias públicas da missa, à exceção do fato de, em alguns lugares, se cantarem hinos alemães além dos latinos, para instruir e exercitar o povo, já que a finalidade principal de todas as cerimônias é que o povo delas aprenda o que lhe é necessário saber de Cristo.

Antes de nosso tempo, entretanto, a missa foi mal-usada de diversas maneiras, como é notório, de tal sorte, que foi transformada em feira, havendo sido comprada e vendida, e, na maior parte, celebrada em todas as igrejas por causa do dinheiro. Homens eruditos e piedosos censuraram esse abuso repetidas vezes, mesmo antes de nosso tempo. Depois que os pregadores entre nós pronunciaram sermões a esse respeito e os sacerdotes foram advertidos da terrível ameaça[113] que deve, com justiça[114], mover a todo cristão, a saber, que é réu do corpo e do sangue de Cristo quem usar o sacramento indignamente[115], depois disso, essas missas comerciais e missas particulares[116], que, até aqui, haviam sido celebradas compulsoriamente por causa do dinheiro e das prebendas[117], foram abolidas em nossas igrejas.

Ao mesmo tempo, foi censurado o terrível erro de se haver ensinado que Cristo, Senhor nosso, mediante a sua morte satisfez apenas pelo pecado original e que instituiu a missa como sacrifício pelos outros pecados, tendo-se, assim, transformado a missa em sacrifício pelos vivos e pelos mortos, sacrifício pelo qual se tirem pecados e se reconcilie a Deus. Disso, ademais, resultou haver-se discutido se uma missa rezada por muitos merecia tanto como dizer missas especiais para indivíduos. Daí é que veio a grande, inumerável multiplicidade de missas, de forma tal que se quis, com essa obra, alcançar junto a Deus tudo quanto se precisava. Entrementes, a fé em Cristo e o culto verdadeiro ficaram esquecidos.

Houve, por isso, instrução a respeito, como, sem dúvida, o exigia a necessidade, para que se soubesse qual a maneira acertada de usar o sacramento. Em primeiro lugar, a Escritura mostra, em muitos lugares, que, pelo pecado original e por outros pecados, nenhum sacrifício há senão única e exclusivamente a morte de Cristo. Pois está escrito *ad Hebraeos*[118] que Cristo se ofereceu uma única vez, satisfazendo, com esse sacrifício, por todos os pecados[119]. É novidade de todo inaudita na doutrina eclesiástica isso de que a morte de Cristo haja satisfeito somente pelo pecado hereditário e não, também, por outros pecados. É de se esperar, por isso, compreendam todos[120] que esse erro não foi censurado injustamente.

---

[113] *Betrauung* (= Bedrohung).
[114] Ou merecidamente. No original: *billig*.
[115] Cf. 1 Co 11.27.
[116] *Kaufmess und Winkelmess*. Missa particular = missa celebrada sem congregação.
[117] *Präbende* (= Einnahme, Pfründe).
[118] Na Carta aos Hebreus.
[119] Hb 9.26,28; 10.10,14.
[120] *Männiglich* (= jedermann).

28 Em segundo lugar, São Paulo ensina que alcançamos graça diante de
29 Deus pela fé, não por obras. Manifestamente contrário a isso é o abuso da missa de pensar que se obtém graça mediante essa obra. E é sabido que se usa a missa a fim de, por ela, remover pecados, bem como para conseguir de Deus graça e toda sorte de bens, não apenas o sacerdote para si mesmo, porém, ainda, pelo mundo inteiro e por outros, vivos e mortos.

30 Em terceiro lugar, o santo sacramento foi instituído não para, com ele, estabelecer um sacrifício pelo pecado – pois o sacrifício já sucedeu anteriormente –, mas a fim de que, por ele, se nos desperte a fé e se consolem as consciências, as quais, pelo sacramento, percebem que Cristo lhes promete a graça e a remissão dos pecados. Razão por que esse sacramento requer fé, sendo em vão seu uso sem fé.

34 Visto, pois, que a missa não é sacrifício para tirar os pecados de outros, vivos ou mortos, devendo, ao contrário, ser comunhão em que o sacerdote e outros recebem o sacramento para si mesmos, observa-se entre nós o costume de celebrar missa em dias santos e, havendo comungantes, em outros dias; e
35 aqueles que o desejam são comungados. De sorte que entre nós a missa é preservada em seu uso correto, tal como foi observada na igreja em outros tempos, conforme se pode provar com São Paulo, 1 Co 11[121], e, além disso,
36 pelos escritos de muitos Pais. Crisóstomo informa como o sacerdote, diariamente, fica em pé e convida uns à comunhão e a outros proíbe que se aproxi-
37 mem. Também indicam os cânones antigos que um oficiava e comungava os
38 outros sacerdotes e diáconos. Pois assim rezam as palavras no cânone niceno: Os diáconos, de acordo com sua ordem, devem receber o sacramento depois dos sacerdotes, das mãos do bispo ou do sacerdote[122].

40 Já que, nisso, não se introduziu, por conseguinte, nenhuma coisa nova, que não haja existido na igreja desde tempos antigos, e visto que também não houve modificação notável nas cerimônias públicas da missa, excetuado o fato de as outras missas, desnecessárias, rezadas, talvez[123], por abuso, paralelamente à missa paroquial[124], foram eliminadas, não se deve, por justiça, condenar
41 como herética e não-cristã essa maneira de celebrar missa. Pois em tempos passados, também nas igrejas grandes, onde havia gente, não se rezava missa diariamente, nem mesmo nos dias em que o povo se reunia. Conforme indica a *Tripartita Historia lib. 9*[125], em Alexandria, às quartas e sextas-feiras, era lida e interpretada a Escritura, e realizavam-se os demais atos de culto sem a celebração da missa.

---

[121] 1 Co 11.20ss.

[122] *Die Diakonen sollen nach den Priestern ordentlich das Sakrament empfahen vom Bischof oder Priester.* Cânone 18 do Concílio de Nicéia.

[123] *Etwa.* Cf. A. Götze, *Glossar.*

[124] *Pfarrmess.*

[125] Cassiodoro, *Historia ecclesiastica tripartita,* IX, 38. MSL 69, 1155D, citado de Sócrates Escolástico, *Historia ecclesiastica* (para os anos 305–439), V. 22, MSG 67, 636s. Cassiodoro (Flavius Magnus Aureolus Cassiodorus), ca. 485–ca.580, nascido na Calábria, tornou-se monge em 540. A *Historia tripartita* compreende uma tradução das histórias eclesiásticas de Sócrates Escolástico, Teodoreto e Sozômeno, feita sob a supervisão de Cassiodoro.

ARTIGO XXV: DA CONFISSÃO

Os nossos pregadores não aboliram a confissão. Pois conserva-se entre nós o costume de não dar o sacramento àqueles que não foram previamente examinados e absolvidos. Ao mesmo tempo, instrui-se diligentemente o povo sobre o quanto é consoladora a palavra da absolvição e em quão elevada estima se deve ter a absolvição. Pois que não é voz ou palavra do homem que a pronuncia[126], senão palavra de Deus, o qual perdoa os pecados. Porque é pronunciada em lugar de Deus e por ordem de Deus. No tocante a essa ordem e poder das chaves, ensina-se, com grande diligência, quanto é consoladora e necessária para as consciências aterrorizadas. Ensina-se, além disso, como Deus exige que creiamos nessa absolvição, não menos do que se a voz de Deus soasse do céu, e que, alegremente, nos devemos consolar da absolvição e saber que por essa fé alcançamos a remissão dos pecados. Em tempos passados, os pregadores, que ensinavam muito a respeito da confissão, não mencionaram sequer uma palavrinha concernente a esses pontos necessários, porém, apenas, martirizaram as consciências com longa enumeração de pecados, com satisfações, indulgências, romarias e coisas semelhantes. E muitos de nossos oponentes confessam, eles mesmos, que escrevemos e tratamos do verdadeiro arrependimento cristão mais apropriadamente do que se fez, anteriormente, por longo tempo.

E da confissão se ensina assim: que ninguém deve ser constrangido a contar os pecados designadamente[127]. Porque isso é impossível, conforme diz o Salmo: "Quem conhece os delitos?"[128] E Jeremias diz: "Tão maligno é o coração do homem que não há penetrar-lhe os segredos"[129]. A mísera natureza humana está engolfada tão profundamente em pecados que é incapaz de ver ou conhecer a todos, e se fôssemos absolvidos apenas daqueles que podemos enumerar, pouco nos ajudaria isso. Razão por que é desnecessário constranger as pessoas a contarem os pecados, nomeando-os expressamente. Assim, também pensaram os Pais, como se vê em *Dist. I de poenitentia,* onde são citadas estas palavras de Crisóstomo: "Não digo que te exponhas publicamente, nem que a ti mesmo denuncies ou declares culpado junto a outrem, mas obedece ao profeta, que diz: 'Revela ao Senhor os teus caminhos'[130]. Por isso, além de tua oração, confessa-te ao Senhor Deus, o verdadeiro juiz; não diga os teus pecados com a língua, mas em tua consciência"[131]. Aqui se vê claramente que Cri-

---

[126] *Des gegenwärtigen Menschen* ("do homem presente" ou "do homem que está diante de nós").

[127] Ou nomeadamente, nomeando-os expressamente. No original: *namhaftig*. Cf. A. Götze, *Glossar*

[128] Sl 19.12. Almeida RA: "Quem há que possa discernir as próprias faltas?"

[129] Jr 17.9. traduzimos o texto alemão (BSLK, p. 99): *Des Menschen Herz ist so arg, dass man's nicht auslernen kann.* (Em alemão moderno, "auslernen" significa levar a cabo o aprendizado, aprender totalmente). Almeida RA: "Enganoso é o coração, mais do que todas as coisas, e desesperadamente corrupto, quem o conhecerá?"

[130] Sl 37.5. Almeida RA: "Entrega o teu caminho ao Senhor".

[131] *Decr. Grat.* p. II c. 33 qu. 3. *De poenitentia* d. I c. 87, 4. Crisóstomo, *Homilia 31, in ep. ad Hebr.* MSG 63, 216.

12 sóstomo não obriga a uma enumeração especificada dos pecados. Também a *Glossa in Decretis, de poenitentia, Dist. 5* ensina que a confissão não é ordena-
13 da pela Escritura, porém que foi instituída pela igreja[132]. Os nossos pregadores, todavia, ensinam diligentemente que a confissão deve ser conservada por causa da absolvição – que é sua parte principal e mais importante –, para consolo das consciências aterrorizadas e, ainda, por algumas outras razões[133].

ARTIGO XXVI: DA DISTINÇÃO DE COMIDAS

1 Em tempos anteriores ensinou-se, pregou-se e escreveu-se que diferença de comidas e tradições semelhantes, instituídas por homens, servem para mere-
2 cer graça e satisfazer pelos pecados[134]. Por essa razão se excogitaram, diariamente, novos jejuns, novas cerimônias, novas ordens e coisas semelhantes, e nisso se insistiu com veemência e energia, como se tais coisas fossem culto

---

[132] Glosa ao *Decr. Grat. De poenitentia* 5, 1. Lião 1506 s. 375 b: *Melius dicitur eam [i.e., confessionem] institutam fuisse a quadam universalis ecclesiae traditione quam ex novi vel veteris testamenti auctoritate.*

[133] Cf. sobre a confissão Concílio de Trento, sessão XIV, cânone 8 (Denzinger-Schönmetzer, *Enchiridion Symbolorum,* ed. de 1965, número 1708): *Si quis dixerit, confessionem omnium peccatorum, qualem Ecclesia servat, esse impossibilem, et traditionem humanam a piis abolendam; aut ad eam non teneri omnes et singulos utriusque sexus Christi fideles iuxta magni Concilii Lateranensis constitutionem, semel in anno, et ob id suadendum esse Christi fidelibus, ut non confiteantur tempore Quadragesimae: an.s.* ("Se alguém disser que a confissão de todos os pecados, tal como a observa a Igreja, é impossível e é tradição humana que deva ser abolida por pessoas piedosas; ou que não são obrigados a ela, uma vez por ano, todos e cada um dos fiéis de Cristo, de ambos os sexos, segundo a constituição do grande Concílio Lateranense, e que, por isso, os fiéis de Cristo devem ser persuadidos a não se confessarem no tempo da Quaresma: seja anátema"). O cânone refere-se ao IV Concílio de Latrão, de 1215 (Cf. Capítulo 21, Denzinger-Schönmetzer, *Enchiridion Symbolorum,* 812: *Omnis utriusque sexus fidelis, postquam ad annos discretionis prevenerit, omnia sua solus peccata saltem semel in anno fideliter confiteatur proprio sacerdoti...*) Sobre a obrigatoriedade da confissão de pecados mortais, cf. Concílio de Trento, sessão XIV, cânone 7 (Denzinger-Schönmetzer, 1707): *Si quis dixerit, in sacramento paenitentiae ad remissionem peccatorum necessarium non esse iure divino confiteri omnia et singula peccata mortalia, quorum memoria cum debita et diligenti praemeditatione habeatur, etiam occulta, et quae sunt contra duo ultima decalogi praecepta, et circumstantias, quae peccati speciem mutant; sed eam confessionem tantum esse utilem ad erudiendum et consolandum paenitentem, et olim observatam fuisse tantum ad satisfactionem canonicam imponendam; aut dixerit, eos, qui omnia peccata confiteri student, nihil relinquere velle divinae misericordiae ignoscendum; aut demum non licere confiteri peccata venialia: an. s.* ("Se alguém disser que no sacramento da penitência não é necessário por direito divino, para a remissão dos pecados, confessar todos e cada um dos pecados mortais de que haja lembrança depois de devida e diligente reflexão, também pecados ocultos, e aqueles que são transgressões dos dois últimos preceitos de Decálogo, e as circunstâncias que mudam a natureza do pecado, porém que essa confissão é apenas útil para instruir e consolar o penitente, e que, antigamente, ela foi observada tão-só com a finalidade de impor uma satisfação canônica; ou se disser que aqueles que se esforçam para confessar todos os pecados não querem deixar nada à divina misericórdia para perdão; ou, finalmente, que não é lícito confessar pecados veniais: seja anátema").

[134] Tomás de Aquino, *Summa Theologiae,* secunda secundae, quaestio 147, articulus 1 (texto latino da *S. Th.,* cura et studio Sac. Petri Caramello, cum textu ex recensione Leonina, Taurini – 1952

divino necessário pelo qual se merecesse graça se a gente o observasse e como se sua inobservância constituísse grande pecado. Disso resultaram muitos erros perniciosos na igreja. 3

Em primeiro lugar, com isso, obscurecem-se a graça de Cristo e a doutrina da fé, que o evangelho põe diante de nós com grande seriedade, insistindo vigorosamente que se considere o mérito de Cristo como algo de grande e precioso e se saiba que a fé em Cristo deve ser posta muito acima de todas as obras. Por isso, São Paulo batalhou com veemência contra a lei de Moisés e as tradições humanas, para aprendermos que diante de Deus não nos tornamos piedosos mediante as nossas obras, porém, somente pela fé em Cristo, que alcançamos a graça por amor de Cristo. Essa doutrina extinguiu-se quase que por completo com isso de se haver ensinado a merecer graça por jejuns prescritos, distinção de manjares, vestimenta, etc. 4 5 6

Em segundo lugar, tais tradições também obscureceram os mandamentos de Deus, pois foram colocadas muito acima dos preceitos divinos. Só se considerava vida cristã isto: observar as festas dessa maneira, rezar dessa maneira, jejuar dessa maneira, vestir-se dessa maneira. A isso é que se chamava vida espiritual, cristã. Ao mesmo passo, outras obras necessárias e boas eram consideradas coisa mundana, não-espiritual, a saber, aquelas que cada qual deve fazer de acordo com sua vocação, como, por exemplo, que o chefe de família trabalhe para sustentar mulher e filhos e criá-los no temor de Deus, que a mãe de família dê à luz filhos e zele por eles, que um príncipe e magistrado governem o país e o povo, etc. Tais obras, ordenadas por Deus, cumpria tê-las na conta de coisa secular e imperfeita. As tradições, porém, tinham de ter o esplêndido nome de serem as únicas obras santas e perfeitas. Razão por que não havia limite nem fim quanto à feitura de tais tradições. 8 9 10 11

Em terceiro lugar, essas tradições se tornaram grande peso para as consciências. Porque não era possível guardá-las todas, e o povo todavia pensava que isso era culto divino necessário. Escreve Gérson que muitos caíram em desespero com isso e alguns até cometeram suicídio por não terem ouvido nenhum consolo da graça de Cristo. Vê-se nos sumistas e teólogos como as consciências eram confundidas. Meteram eles ombro à tarefa de coligir as tradições e procuraram atenuantes para auxiliar as consciências. Tanto se ocuparam com isso que, entrementes, ficaram negligenciados todos os salutares ensinamentos cristãos a respeito de coisas mais necessárias, como, por exemplo, a fé, o consolo em tentações severas, e coisas semelhantes. Também grande número de pessoas piedosas e eruditas antes de nosso tempo queixou-se muito de que tais tradições causavam muita contenda na igreja e de que pessoas devotas 12 13 14 15 16

– Romae, p. 634): *Assumitur enim ieiunium principaliter ad tria. Primo quidem, ad concupiscentias carnis comprimendas... Secundo, assumitur ad hoc quod mens liberius elevetur ad sublimia contemplanda... Tertio, ad satisfaciendum pro peccatis. Unde dicitur Ioel 2,/12/: Convertimini ad me in toto corde vestro: in ieiunio et fletu et planctu* ("Pois do jejum se faz uso principalmente para três finalidades. Em primeiro lugar, para reprimir as concupiscências da carne... Usa-se dele, em segundo lugar, a fim de que a mente se eleve de maneira mais livre para contemplar as coisas elevadas... Em terceiro lugar, a fim de satisfazer por pecados. De onde dizer-se, Joel 2.12: Convertei-vos a mim de todo o vosso coração; em jejum, e choro, e pranto").

eram impedidas com isso de chegarem ao verdadeiro conhecimento de Cristo.
17 Gérson e alguns outros fizeram queixa veemente a esse respeito. Na verdade, também desagradou a Agostinho o fato de as consciências haverem sido oneradas com tantas tradições. Razão por que no assunto dá instrução no sentido de que não se devem considerá-las coisas necessárias.

18 Os nossos, por isso, não ensinaram acerca dessas coisas por petulância 19 ou desprezo da autoridade espiritual; foi, isto sim, a grande necessidade que exigiu dessem instrução concernente aos erros supramencionados, que sur- 20 giram de inteligência errônea da tradição. Porque o evangelho obriga a urgir na igreja a doutrina da fé, a qual, todavia, não pode ser entendida quando se pensa merecer graça por obras de própria escolha.

21 Ensina-se a esse respeito que pela observância das mencionadas tradições humanas não se pode merecer graça, ou reconciliar a Deus, ou satisfazer 22 pelo pecado. E, por isso, não se deve fazer delas culto divino necessário. Para tanto citamos razões da Escritura. Em Mt 15[135], Cristo escusa os apóstolos quando não observaram tradições costumeiras, e diz: "Em vão me adoram com 23 preceitos humanos"[136]. Ora, se a isso chama de culto vão, não pode ser necessário. E, logo em seguida: "Não é o que entra pela boca o que contamina o 24 homem"[137]. Paulo também diz, Rm 14[138]: "O reino de Deus não é comida nem 25 bebida". Cl 2[139]: "Ninguém vos julgue por causa de comida, bebida, sábados, 27 etc." Diz Pedro em Atos 15[140]: "Por que tentais a Deus, pondo sobre a cerviz dos discípulos um jugo que nem nossos pais puderam suportar, nem nós? Mas cremos que seremos salvos pela graça de nosso Senhor Jesus Cristo, como 28 também aqueles o foram". Aqui Pedro proíbe onerar as consciências com mais 29 cerimônias externas, sejam de Moisés, sejam de outro. E em 1 Tm 4[141] interdições tais como proibir comidas, proibir o casamento, etc., são chamadas doutrinas de demônios. Pois é diametralmente oposto ao evangelho instruir ou fazer semelhantes obras com o fim de, por elas, merecer perdão dos pecados ou por pensar que ninguém pode ser cristão em tal culto.

30 Agora, quanto ao fato de, aqui, os nossos serem acusados de proibir mortificação e disciplina, como fez Joviniano[142], colher-se-á coisa bem diversa dos 31 escritos deles. Pois com respeito à santa cruz sempre ensinaram que os cristãos 32 devem sofrer, e isto é mortificação verdadeira, séria, que não inventada.

33 Ensinam, além disso, que cada um deve haver-se de tal maneira com exercício corporal, como jejum e outros labores, que não dê ocasião ao peca- 34 do, não para merecer graça com tais obras. Esse exercício corporal não deve

135 Mt 15.1-20.
136 Mt 15.9. Almeida RA: "E em vão me adoram, ensinando doutrinas que são preceitos de homens".
137 Mt 15.11.
138 Rm 14.17.
139 Cl 2.16.
140 At 15.10,11.
141 1 Tm 4.1-3.
142 Sobre Joviniano, vid. Apologia XXIII, 67, nota em "tempo de Joviniano".

ser praticado apenas em alguns dias determinados, mas continuamente. Cristo fala disso em Lc 21: "Acautelai-vos por vós mesmos, para que nunca vos suceda que os vossos corações fiquem sobrecarregados com as conseqüências da orgia"[143]. Também: "Essa casta de demônios não pode ser expulsa senão por meio de jejum e oração"[144]. E Paulo diz que esmurra o seu corpo e o reduz à obediência[145]. Com isso indica que a mortificação não deve servir para a finalidade de, com ela, merecermos graça, mas para manter o corpo idôneo, a fim de que não impeça o que a cada qual é ordenado fazer segundo a sua vocação. De sorte que não se condena o jejum, mas isso de se haver feito dele um culto necessário, com dias e comidas determinados, para confusão das consciências. 35 36 37 38 39

Também se guardam entre nós muitas cerimônias e tradições, como a ordem da missa e outros cânticos, festas, etc., que servem para manter ordem na igreja. Ao mesmo tempo, todavia, ensina-se ao povo que esse culto divino externo não torna justo diante de Deus e que se deve observá-lo sem onerar a consciência, por forma que, se for omitido sem causar escândalo, não há nisso pecado. Essa liberdade em cerimônias exteriores também foi mantida pelos Pais antigos. Pois, no Oriente, a Páscoa era celebrada em época diversa da de Roma. E como alguns quisessem considerar essa diversidade como cisma na igreja, foram admoestados por outros de que não era necessário observar uniformidade em tais costumes. Ireneu diz o seguinte: "Diferença no jejum não rompe a unidade da fé"[146]. Também na *Dist. 12* está escrito, no tocante a essa dessemelhança em ordenações humanas, que ela não contraria a unidade da cristandade. E a *Tripartita Hist. lib. 9* colige muitos usos eclesiásticos desiguais e inclui uma proveitosa sentença cristã: "Não foi intenção dos apóstolos instituir dias santos, mas ensinar fé e amor"[147]. 40 41 42 43 44 45

ARTIGO XXVII: DOS VOTOS MONÁSTICOS

Para falar dos votos monásticos é preciso que lembremos em primeiro lugar como se procedeu a esse respeito até agora, que espécie de vida houve nos mosteiros, e que muitas coisas se fizeram neles todos os dias não só contrariamente à palavra de Deus, mas também ao direito papal. Nos tempos de Santo Agostinho as ordens monásticas eram livres. Depois, quando se corromperam a verdadeira disciplina e doutrina, inventaram-se votos monásticos, e por meio deles se tentou restaurar a disciplina, como que por cárcere planejado. 1 2

---

[143] Lc 21.34. *Mit Fullerei* (= Völlerei – "comilança, orgia").

[144] Mt 17.21; Mc 9.29.

[145] 1 Co 9.27.

[146] Eusébio, *História Eclesiástica* V, 24, 13, p. 494, 24, ed. de Schwartz. Vid. FC, Epítome X, 7; Decl. Sól. X, 31.

[147] Cassiodoro, *Historia tripartita* IX, 38. MSL 69, 1154 A, citado de Sócrates, *Historia ecclesiastica* V 22. MSG 67, 628 B.

3 Além disso, adicionou-se aos votos monásticos grande número de outras 4 coisas, e, com tais cadeias e gravames, foram carregados muitos, também antes da idade apropriada.

5 Aconteceu, outrossim, que muitas pessoas chegaram à vida monacal por ignorância. Ainda que não fossem demasiadamente jovens, todavia, não medi- 6 ram nem entenderam suficientemente sua capacidade. Todos esses, enredados e envolvidos dessa maneira, eram obrigados e compelidos a permanecer nessas cadeias, não obstante o próprio direito papal conceder liberdade a muitos de- 7 les. E isso foi mais duro em conventos de freiras do que nos de frades, quando 8 teria sido conveniente poupar as mulheres, como o sexo frágil. Esse rigor e dureza também desagradaram em tempos anteriores a muitas pessoas piedosas, pois, certamente, viam que meninos e meninas eram metidos em mosteiros para fins de subsistência material. Por certo, viram, outrossim, quão mau foi o re- 9 sultado dessa empresa, que escândalos e opressão de consciências trouxe. E muitas pessoas queixaram-se do fato de em tão perigoso assunto os cânones 10 haverem sido de todo negligenciados. Houve, além disso, opinião tal sobre os votos monásticos, que, como é manifesto, desagradou também a muitos monges de algum entendimento.

11 Alegavam que votos monásticos eram iguais ao batismo e que pela vida monástica se mereciam remissão dos pecados e justificação diante de Deus[148]. 12 Na verdade, acrescentavam ainda que pela vida monástica se merecia não só justiça e santidade, mas, também, que, por essa vida, cumpriam-se os preceitos 13 e os conselhos incluídos no evangelho, de modo que se exaltavam os votos monásticos mais do que o batismo. Afirmava-se, outrossim, que se merece mais com a vida monástica do que com todos os outros estados de vida que Deus ordenou, como o de pastor e pregador, o de governante, príncipe, senhor e similares, os quais todos servem a sua vocação, de acordo com o mandamento, a

---

[148] Tomás de Aquino, *Summa Theologiae*, 2a. 2ae., q. 189, art.3, ad 3 (texto lat. cura et studio Sac. Petri Caramello, p. 852): *Rationabiliter autem dici potest quod etiam per ingressum religionis aliquis consequatur remissionem omnium peccatorum. Si enim aliquibus eleemosynis factis homo potest statim satisfacere de peccatis suis, secundum illud Dan. 4, 'Peccata tua eleemosynis redime'; multo magis in satisfactionem pro omnibus peccatis sufficit quod aliquis se totaliter divinis obsequiis mancipet per religionis ingressum, quae excedit omne genus satisfactionis, etiam publicae poenitentiae, ut habetur in Decretis, XXXIII caus., qu. 2, cap. Admonere; sicut etiam holocaustum excedit sacrificium, ut Gregorius dicit, super Ezech. Unde in Vitis Patrum legitur quod eandem gratiam consequuntur religionem ingredientes quam consequuntur baptizati.* ("Além disso, pode dizer-se razoavelmente que também pelo ingresso na religião a gente obtém remissão de todos os pecados. Pois, se, feitas algumas esmolas, pode o homem satisfazer imediatamente pelos seus pecados, de acordo com Daniel 4: 'Redime os teus pecados por meio de esmolas', muito mais é suficiente para satisfazer por todos os pecados que a pessoa se devote integralmente ao serviço divino pelo ingresso na religião, o que excede todo gênero de satisfação, até o da penitência pública, conforme os Decretos, XXXIII caus., qu. 2, cap. Admonere; assim como um holocausto excede a um sacrifício, conforme diz Gregório, Homilia sobre Ezequiel. De onde ler-se nas *Vidas dos Pais* que, pelo ingresso na religião, consegue-se a mesma graça que se alcança pelo batismo"). – "Ingressar na religião", neste texto, quer dizer entrar numa ordem religiosa, fazer votos monásticos, também chamados "votos da religião" (os três votos de pobreza, obediência e castidade).

palavra e a ordem de Deus, sem espiritualidade fictícia. Nenhum desses pontos 14 pode ser negado, pois que se encontram em seus próprios livros.

Ademais, quem era assim enredado e acabava no mosteiro, pouco apren- 15 dia sobre Cristo. Antigamente, havia nos mosteiros escolas de Letras Sagradas e de outras disciplinas úteis à igreja cristã, de sorte que dos mosteiros se tomavam pastores e bispos. Agora, porém, a coisa é muito diferente. Em tempos 16 passados, congregavam-se em vida monacal para estudar a Escritura; agora, alegam que o monacato é de natureza tal que por ele se merecem a graça de Deus e a justiça diante dele. Na verdade, consideram-no estado de perfeição e o põem muito acima dos outros estados, que foram instituídos por Deus. Tudo isso é mencionado, sem qualquer detração, para que se possa perceber 17 e entender tanto melhor o que os nossos ensinam e pregam e como o fazem.

Em primeiro lugar, ensina-se entre nós, com respeito aos que casam, que 18 todos aqueles que não são aptos para o celibato têm poder, razão e direito de contrair matrimônio. Porque os votos não podem anular a ordenação e o mandamento de Deus. Ora, o preceito divino reza assim, 1 Co 7[149]: "Por causa da 19 impureza, cada um tenha a sua própria esposa e cada uma o seu próprio marido". Ademais, não só o mandamento de Deus, mas também a criação e a ordenação 20 de Deus impulsam, obrigam e compelem ao estado matrimonial a quantos não foram agraciados com o dom da castidade[150] por especial obra de Deus, segundo estas palavras do próprio Deus, Gn 2[151]: "Não é bom que o homem esteja só: farlhe-ei uma auxiliadora que lhe seja idônea".

Que é que se pode objetar a isso? Enalteça-se o voto e a obrigação o 22 quanto se queira; sobreexalte-se a coisa o quanto se possa; ainda assim, não se pode conseguir que, com isso, seja ab-rogado o mandamento de Deus. Dizem 23 os doutores que os votos também não são obrigatórios quando feitos contrariamente ao direito papal; quanto menos então devem vincular, ser válidos e ter força contra o mandamento de Deus!

Se nenhuma razão existisse pela qual a obrigação dos votos pudesse ser 24 anulada, também os papas não teriam dispensado e desobrigado deles. Pois não é da competência de nenhum homem rescindir obrigação que se origina de direito divino. Razão por que os papas julgaram acertadamente que se deve 25 exercer alguma eqüidade nessa obrigação, e muitas vezes concederam dispensa, como no caso de um rei de Aragão e em grande número de outros casos. 26 Ora, se houve dispensa para conservar coisas temporais, com muito mais justiça deve haver dispensa por causa de necessidade das almas.

Depois, por que os oponentes insistem com tanta energia que se devem 27 guardar os votos sem considerarem, primeiro, se é própria a espécie do voto? Pois o voto deve dizer respeito a coisa possível e deve ser voluntário, sem coação[152]. Mas bem se sabe como a castidade perpétua está no poder e na ca- 28

---

[149] 1 Co 7.2.

[150] *Mit der Gabe der Jungfrauschaft.*

[151] Gn 2.18.

[152] Cf. Tomás de Aquino, *Summa Theologiae* II, 2, q. 88 art. 1,8.

29 pacidade do homem. E são poucos os homens e as mulheres que fizeram o voto monástico de moto próprio, voluntária e refletidamente. Antes de chegarem a correto entendimento, são persuadidos ao voto monástico. Vez que outra, 30 também são forçados e impelidos a isso. Razão por que não é justo que se discuta com tanta imponderação[153] e rigidez sobre a obrigação do voto, à vista do fato de todos confessarem ser contrário à natureza e ao caráter do voto isso de não se prometer voluntariamente e a bom conselho e com reflexão.

31 Alguns cânones e leis papais anulam os votos feitos antes da idade de quinze anos, pois julgam que, antes dessa idade, não se tem entendimento suficiente para poder determinar a ordem de toda a vida, como se deve 32 constituí-la. Outro cânone concede mais anos ainda à fragilidade humana, pois proíbe 33 que se faça o voto monástico antes dos dezoito anos. Isso dá à maioria escusa e razão para abandonar os mosteiros, porquanto a maior parte chegou aos mosteiros na infância, antes daquela idade.

34 Por último, ainda que se pudesse censurar a violação do voto monástico, não poderia, contudo, seguir-se daí que se deva dissolver o casamento de tais 35 pessoas. Porque Santo Agostinho diz *27. quaest. I, cap. Nuptiarum* que não se deve dissolver tal matrimônio. E não é diminuto o prestígio de Santo Agostinho na igreja cristã, ainda que outros, posteriormente, tenham julgado de maneira diversa.

36 Se bem que o mandamento de Deus concernente ao matrimônio liberta a muitos deles do voto monástico, os nossos, contudo, apresentam ainda mais razões para mostrar que votos monásticos são nulos e não-vinculativos. Porque todo culto divino instituído e escolhido por homens, sem mandamento e ordem de Deus, para alcançar a justiça e a graça de Deus, é oposto a Deus e contrário ao santo evangelho e à ordem de Deus, como diz o próprio Cristo em 37 Mt 15[154]: "Em vão me adoram com preceitos de homens". Também São Paulo ensina em toda parte que não devemos procurar a justiça em nossos preceitos e cultos divinos, inventados por homens, porém, que justiça e piedade diante de Deus vêm da fé e da confiança, de crermos que Deus nos recebe na graça por causa de Cristo, seu único Filho.

38 Ora, é mui notório haverem os monges ensinado e pregado que a espiritualidade excogitada satisfaz pelo pecado e alcança a graça e a justiça de Deus. Que é isto senão diminuir a glória e o louvor da graça de Cristo e negar a 39 justiça da fé? Segue-se, portanto, daí que esses votos costumeiros foram cultos 40 divinos impróprios, falsos. Razão por que também não vinculam. Pois voto ímpio e feito contrariamente ao preceito de Deus é não-vinculativo e nulo. Também os cânones ensinam que o juramento não deve ser vínculo de pecado.

41 Diz São Paulo em Gálatas 5[155]: "De Cristo vos desligastes vós que 42 procurais justificar-vos na lei, da graça decaístes". Por isso, também estão desligados de Cristo e decaíram da graça aqueles que querem ser justificados por

---

[153] *So geschwind.* Cf. A. Götze, *Glossar* (rasch, entschlossen, schlagfertig; pfiffig, listig, vorschnell; böse, tückisch, etc.). *Concordia Triglotta,* p.78: *scharf.*

[154] Mt 15.9.

[155] Gl 5.4.

43 intermédio de votos, pois roubam a honra de Cristo, o único que justifica, e dão essa honra a seus votos e a sua vida monástica.

44 Não se pode negar, outrossim, haverem os monges ensinado e pregado que eram justificados e mereciam a remissão dos pecados por meio de seus votos e vida e observância monásticas. Na verdade, inventaram coisa ainda mais desastrada e absurda, dizendo que partilhavam suas boas obras aos outros. 45 Agora, se alguém quisesse repisar e salientar tudo isso impiedosamente[156], quanta coisa poderia reunir de que os próprios monges agora se envergonham e que quiseram não ter feito! 46 Além de tudo isso, também persuadiram as pessoas de que as ordens espirituais inventadas são estados de perfeição cristã. 47 Isto, sem dúvida, é exaltar as obras como meio de justificação. 48 Ora, não é pequeno escândalo na igreja cristã apresentar ao povo semelhante culto, inventado pelos homens sem preceito de Deus, e ensinar que tal culto torna os homens íntegros e justos diante de Deus. Porque a justiça da fé, em que se deve insistir mais do que qualquer outra coisa na igreja cristã, é obscurecida quando os homens são deslumbrados com essa singular espiritualidade angélica e a simulação de pobreza, humildade e castidade.

49 Ademais, também os mandamentos de Deus e o verdadeiro e genuíno culto são obscurecidos quando o povo ouve que apenas os monges estão no estado de perfeição. Porque a perfeição cristã é isto: temer a Deus de coração e seriamente, e, contudo, ter, outrossim, cordial certeza, fé e confiança de que, por causa de Cristo, temos um Deus gracioso e misericordioso, que podemos e devemos pedir-lhe e dele desejar aquilo de que carecemos, e, confiantes, esperar dele auxílio em todas as aflições, de acordo com a profissão e o estado de cada um; e que, entrementes, também devemos praticar, com diligência, boas obras na vida exterior e servir a nossa vocação. 50 Nisso consiste a verdadeira perfeição e o verdadeiro culto a Deus, não em mendigar ou em vestir hábito preto ou cinza, etc. 51 Mas o povo comum concebe muitas opiniões perniciosas a partir da falsa exaltação da vida monástica, quando ouve que se enaltece, sem qualquer moderação, o estado celibatário. 52 O resultado é que o povo está no estado matrimonial de consciência pesada. 53 Quando o homem comum ouve que apenas os mendicantes são perfeitos, não lhe é possível saber que pode possuir bens e negociar sem pecado. 54 Quando o povo ouve que não vingar-se é apenas um conselho, segue-se que alguns pensam não ser pecado exercer vingança fora do ofício. 55 Alguns entendem que vingança de forma nenhuma convém aos cristãos, nem mesmo à autoridade.

56 Também se encontram, em leituras, muitos exemplos de alguns que abandonaram mulher e filhos, também seu ofício governamental, retirando-se a mosteiros. 57 Isto, disseram eles, é fugir do mundo e procurar vida que agrada mais a Deus do que o modo de vida dos outros. Nem podiam saber que se deve servir a Deus nos mandamentos dados por ele, não nos mandamentos inventados por homens. 58 Ora, estado de vida bom e perfeito é aquele que tem a seu favor o mandamento de Deus; por outro lado, é perigoso o estado de vida que

[156] *Unglimpflich treiben und aufmutzen.*

59 não tem a seu favor o mandamento de Deus. Foi necessário dar ao povo boa instrução a respeito de tais coisas.

60 Em tempos passados, também Gérson censurou o erro dos monges concernente à perfeição e indicou que em sua época era novidade[157] isso de se dizer que a vida monástica é estado de perfeição.

61 Tantas opiniões e erros ímpios se prendem aos votos monásticos: que justificam e tornam íntegro diante de Deus, que são a perfeição cristã, que, com eles, cumprem-se tanto os conselhos como os preceitos evangélicos, que 62 têm obras supererrogatórias[158], as quais não se devem a Deus. Porquanto tudo isso é falso, vão e inventado, segue-se que também torna nulos e sem vínculo os votos monásticos.

ARTIGO XXVIII: DO PODER DOS BISPOS

1 Muito se escreveu, em tempos passados, sobre o poder dos bispos, e alguns confundiram, desastrosamente, o poder dos bispos com a espada tem-2 poral. Desse baralhamento desordenado resultaram mui grandes guerras, tumultos e rebeliões pelo fato de os bispos, sob o pretexto do poder a eles dado por Cristo, não só haverem instituído novos cultos e onerado as consciências com a reserva de alguns casos[159] e com violentas excomunhões, mas também se have-3 rem atrevido a entronizar e depor, a seu talante, imperadores e reis[160], abuso que já muito antes de nosso tempo foi censurado por pessoas eruditas e piedo-4 sas na cristandade. Por isso, os nossos, para consolo das consciências, viram-se compelidos a mostrar a diferença entre o poder, a espada e a autoridade espiritual e secular, e ensinaram que, por causa do mandamento de Deus, ambos os regimes e poderes devem ser honrados e estimados, com toda a reverência, como os dois maiores dons de Deus na terra.

5 Os nossos ensinam que, de acordo com o evangelho, o poder das chaves ou dos bispos é o poder e a ordem de Deus de pregar o evangelho, remitir e 6 reter pecados e administrar e distribuir os sacramentos. Pois Cristo enviou os apóstolos com esta ordem, Jo 20[161]: "Assim como o Pai me enviou, eu também vos envio. Recebei o Espírito Santo. Se de alguns perdoardes os pecados, são-lhes perdoados; se lhos retiverdes, são retidos".

8 Esse poder das chaves ou dos bispos é praticado e exercido apenas através do ensino e da pregação da palavra de Deus e pela administração dos sa-

[157] Mal traduzido em Tappert, p. 80: "that it was an innovation of his time".

[158] *Ubermasswerk.*

[159] *Casus reservati,* nos quais a absolvição era reservada aos bispos ou ao papa.

[160] Gregório VII (1073-1085): *Quod illi liceat imperatores deponere* ("Que lhe é lícito depor os imperadores). Mirbt, *Quellen,* 4ª ed., número 278. Bonifácio VIII, bula *Unam sanctam: Spiritualis potestas terrenam potestatem instituere habet et iudicare, si bona non fuerit* ("O poder espiritual pode instituir o poder terreno e julgá-lo, caso não seja bom"). Mirbt, *Quellen,* 4ª ed., 211,8.

[161] Jo 20.21-23.

cramentos a muitos ou a indivíduos, dependendo da vocação que se tiver. Pois com isso se conferem não bens corporais, senão coisas e bens eternos, a saber, justiça eterna, o Espírito Santo e a vida eterna. Não se podem obter esses bens senão pelo ministério da pregação e pela administração dos santos sacramentos. Porque São Paulo diz: "O evangelho é o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê"[162]. Visto, pois, que o poder da igreja ou dos bispos confere bens eternos e é praticado e exercido apenas pelo ofício da pregação, de modo nenhum embaraça o governo e a autoridade temporal. Porque o poder secular trata de coisas muito diferentes das do evangelho. O poder temporal não protege a alma, porém defende, com a espada e penas físicas, corpo e bens contra poder externo. 9 10 11

Por isso, não se devem baralhar e confundir o poder espiritual e o temporal. Pois o poder espiritual tem a ordem de pregar o evangelho e administrar os sacramentos. Também não deve invadir ofício alheio. Não deve entronizar e destronar reis, não deve ab-rogar ou minar as leis civis e a obediência ao governo, não deve fazer e prescrever ao poder temporal leis a respeito de matéria secular, conforme disse o próprio Cristo: "O meu reino não é deste mundo"[163]. Também: "Quem me constituiu juiz entre vós?"[164] E São Paulo, em Fp 3[165]: "A nossa pátria está nos céus". E na Segunda Epístola aos Coríntios, capítulo 10[166]: "As armas da nossa milícia não são carnais, e sim poderosas em Deus, para destruir fortalezas; anulando sofismas e toda altivez que se levante contra o conhecimento de Deus". 12 13 14 15 17

Dessa maneira, os nossos distinguem os ofícios de ambas as autoridades e poderes e mandam que os dois sejam tidos como os dons mais elevados de Deus na terra. 18

Onde, porém, os bispos possuem autoridade temporal e espada, não as têm como bispos, de direito divino, mas de direito humano, imperial, dadas por imperadores e reis romanos, para administração temporal de seus bens. E isso nada tem a ver com o ofício do evangelho. 19

Por isso, segundo o direito divino, o ofício episcopal é pregar o evangelho, perdoar pecados, julgar doutrina e rejeitar doutrina que é contrária ao evangelho, e excluir da congregação cristã os ímpios cuja vida ímpia seja manifesta, sem o emprego de poder humano, mas, apenas, pela palavra de Deus. E nisso, os paroquianos[167] e as igrejas têm o dever de obedecer aos bispos, de acordo com esta palavra de Cristo, Lucas 10[168]: "Quem vos der ouvidos, ouve-me a mim". Todavia, quando ensinam, introduzem ou estabelecem algo contrário ao evangelho, temos ordem de Deus de que em tal caso não devemos obede- 21 22 23

---

[162] Rm 1.16.
[163] Jo 18.36.
[164] Lc 12.14.
[165] Fp 3.20.
[166] 2 Co 10.4,5.
[167] *Pfarrleut.* Tappert (p. 84) traduz "parish ministers". O texto latino só tem *ecclesiae.*
[168] Lc 10.16.

24 cer. Mt 7[169]: "Acautelai-vos dos falsos profetas". E São Paulo em Gl 1[170]: "Mas, ainda que nós, ou mesmo um anjo vindo do céu vos pregue evangelho 25 que vá além do que vos temos pregado, seja anátema". E na Segunda Epístola aos Coríntios, capítulo 13[171]: "Porque nada podemos contra a verdade, se- 26 não em favor da própria verdade". Também: "Segundo a autoridade que o 27 Senhor me conferiu para edificação, e não para destruir"[172]. O mesmo ordena o 28 direito canônico em 2, q. 7, nos capítulos "*Sacerdotes*" e "*Oves*". E Santo Agostinho escreve na *Epístola contra Petiliano* que também aos bispos regularmente eleitos não se deve obedecer caso errem ou ensinem ou ordenem algo contra a santa e divina Escritura.

29 Agora, que os bispos, quanto ao mais, tenham poder e jurisdição em algumas coisas, como, por exemplo, em questões matrimoniais ou no dízimo, têm-nos em virtude de direito humano. Quando, porém, os ordinários são negligentes em tal ministério, os príncipes têm a obrigação, quer o façam prazerosamente ou não, de pronunciar, nisso, direito[173] aos seus súditos, por amor da paz, para evitar discórdia e grandes distúrbios nos territórios.

30 Discute-se, além disso, sobre se os bispos têm poder para instituir cerimônias na igreja e fazer leis a respeito de alimentos, dias santos e diferentes 31 ordens de ministros da igreja. Os que concedem esse poder aos bispos alegam esta palavra de Cristo, João 16[174]: "Tenho ainda muito que vos dizer, mas vós não o podeis suportar agora; quando vier, porém, o Espírito da verdade, ele vos 32 ensinará toda a verdade". Referem também o exemplo de Atos 15, onde proibi- 33 ram o sangue e o sufocado. Alega-se, ainda, que o sábado foi mudado para o domingo, contrariamente aos Dez Mandamentos, segundo pensam, e nenhum exemplo é enfatizado e alegado tanto quanto a mudança do sábado. Querem sustentar com isso que é grande o poder da igreja, porquanto dispensou nos Dez Mandamentos e modificou algo neles.

34 Mas, a respeito dessa questão, os nossos ensinam que os bispos não têm poder para instituir e estabelecer algo contra o evangelho, conforme se mos- 35 trou acima e como ensina o direito canônico em toda a nona Distinção. Ora, é evidentemente contrário à ordem e à palavra de Deus fazer ou decretar leis 36 com o intuito[175] de, por isso, satisfazer pelo pecado e alcançar a graça. Pois a glória do mérito de Cristo é blasfemada quando ousamos merecer graça com 37 tais observâncias. Também é patente que, por causa dessa opinião, as ordenanças humanas cresceram incalculavelmente na cristandade e que, enquanto isso, a doutrina da fé e da justiça da fé esteve completamente[176] suprimida.

---

[169] Mt 7.15.

[170] Gl 1.8.

[171] 2 Co 13.8.

[172] 2 Co 13.10.

[173] Ou: administrar justiça.

[174] Jo 16.12,13.

[175] *Der Meinung*. Cf. A. Götze, *Glossar*, Tappert (p. 86) interpreta erroneamente: "... to make laws out of opinions".

[176] *Gar*.

Diariamente, ordenavam-se novos feriados, novos jejuns, e se estabeleciam novas cerimônias e novas venerações de santos, a fim de, com tais obras, merecer graça e todo o bem junto a Deus.

39 Da mesma forma, os que instituem ordenanças humanas também agem contra o mandamento de Deus com isso de porem pecado em alimentos, dias e coisas semelhantes, e oneram dessa maneira a cristandade com a escravidão da lei, como se, para merecer a graça de Deus, fosse necessário que existisse, entre os cristãos, culto semelhante ao levítico, cuja instituição Deus teria ordenado aos apóstolos e bispos, como alguns escrevem a respeito. 40 E é bem crível que alguns bispos tenham sido enganados com o exemplo da lei de Moisés. 41 Daí provieram tão inumeráveis ordenações: que é pecado mortal fazer trabalho manual em dias santos, ainda quando não haja ofensa a outros; que é pecado mortal omitir as horas canônicas[177]; que alguns alimentos poluem a consciência; que jejum é obra com que se reconcilia a Deus; que, em caso reservado, o pecado não é perdoado, a menos que se preocupe, primeiro, o reservante do caso, não obstante o direito canônico não falar da reserva da culpa, senão da reserva das penas eclesiásticas.

42 De onde têm os bispos o direito e o poder de impor tais ordenações[178] à cristandade, para ilaquear as consciências? Pois em Atos dos Apóstolos, capítulo 15[179], São Paulo proíbe que se ponha o jugo na cerviz dos discípulos. E São Paulo diz em Coríntios[180] que o poder lhes foi dado para edificar, não para destruir. Por que, então, multiplicam os pecados com tais ordenações?

43 Existem, porém, claras passagens da divina Escritura que proíbem estabelecer semelhantes ordenações para merecer a graça de Deus, ou como se fossem necessárias para a salvação. 44 Assim, diz São Paulo, em Colossenses 2[181]: "Ninguém vos julgue, pois, por causa de comida, ou bebida, ou dias determinados, a saber, os dias de festa, ou as luas novas, ou os sábados, que é sombra das coisas que haviam de vir, porém o corpo é de Cristo". 45 Também: "Se morrestes com Cristo para os rudimentos do mundo, por que, como se vivêssemos no mundo, vos deixais prender por ordenanças: não manuseies, não proves, não toques? Todas estas coisas, com o uso, destroem-se e são preceitos e doutrinas dos homens e têm aparência de sabedoria"[182]. 46 E, em Tito 1[183], São Paulo proíbe abertamente que demos ouvidos a fábulas judaicas e mandamentos de homens que se desviam da verdade.

47 Também o próprio Cristo diz, Mt 15[184], a respeito daqueles que insistem com as pessoas sobre preceitos humanos: "Deixai-os: são cegos, guias

---

[177] *Die Siebenzeit.* Texto latino: *horae canonicae.* Desde Benedito de Núrsia (ca. 480-ca.547) estabeleceram-se na Igreja cristã as sete horas (orações) canônicas: Vigilia ou Matina (meia noite), Laudes (ao romper do dia), Prima (6 horas), Tertia (9 horas), Sexta (meio dia), Nona (15 horas), Vespera (18 horas) e Completas (21 horas). Em verdade, eram 8 horas, sendo a primeira a Vigilia ou Matina que era considerada à parte, à qual seguiam as demais.

[178] *Aufsätze.* Cf. A. Gõtze, *Glossar,* verbete "Aufsaz (ung)". Texto latino: *traditiones.*

[179] At 15.10.

[180] 2 Co 10.8.

[181] Cl 2.16.

[182] Cl 2.20-23.

[183] Tt 1.14.

[184] Mt 15.14.

48 de cegos". E reprova tais cultos, dizendo: "Toda planta que meu Pai celeste não plantou, será arrancada"[185].

49 Se os bispos têm o poder de onerar as igrejas com inúmeras ordenanças e de ilaquear as consciências, por que, então, a divina Escritura proíbe tantas vezes fazer e observar ordenanças humanas? Por que lhes chama doutrinas de demônios?[186] Teria o Espírito Santo prevenido contra tudo isso em vão?

50 Por isso, visto que tais ordenações, instituídas como necessárias, para reconciliar a Deus e merecer graça, são contrárias ao evangelho, de modo ne-
51 nhum é próprio para os bispos impor semelhantes cultos. Pois é necessário reter na cristandade a doutrina da liberdade cristã de que não é necessária a
52 servidão da lei para a justificação, conforme escreve São Paulo aos gálatas, capítulo 5[187]: "Para a liberdade foi que Cristo nos libertou. Permanecei, pois, firmes e não vos submetais de novo a jugo de escravidão". É necessário conservar o artigo principal do evangelho: que alcançamos a graça de Deus pela fé em Cristo, sem mérito nosso, e que não a merecemos mediante culto instituído por homens.

53 Que se deve pensar, então, do domingo e de similares ordenanças e cerimônias eclesiásticas? A isso respondem os nossos que os bispos ou pastores podem fazer ordenações para que as coisas sejam feitas com ordem na igreja, não a fim de, com elas, alcançar a graça de Deus, também não, a fim de, por elas, satisfazer pelo pecado ou obrigar as consciências a que as tenham na conta de cultos necessários e a julgar que pecam quando deixam de observá-las
54 sem escândalo. Assim, São Paulo ordenou em Coríntios que as mulheres velem a cabeça na congregação[188] e que os pregadores não falem todos ao mesmo tempo na assembléia, mas ordenadamente, um após outro[189].

55 É conveniente que a assembléia cristã, por causa do amor e da paz, observe tais ordenações e obedeça aos bispos e pastores nestes casos, e as guarde até onde um não ofenda o outro, para que não haja desordem ou anarquia na
56 igreja. Contudo, de maneira tal que não se onerem as consciências, de forma a pensarem que são coisas necessárias para a salvação e entenderem que pecam quando as violam sem ofensa para outros. Assim como ninguém diz pecar a mulher que, sem ofensa para outros, se apresenta em público de cabeça descoberta.

57 Tal é a observância do domingo, da Páscoa, do Pentecostes e feriados e
58 ritos semelhantes. Pois erram muito os que julgam que a observância do do-
59 mingo em lugar do sábado foi estabelecida como necessária. A Sagrada Escritura ab-rogou o sábado e ensina que, depois da revelação do evangelho, podem
60 omitir-se todas as cerimônias da lei antiga. Contudo, visto que era necessário

---

[185] Mt 15.13.
[186] Cf. 1 Tm 4.1.
[187] Gl 5.1.
[188] 1 Co 11.5,6.
[189] 1 Co 14.26-31.

estabelecer um dia determinado, a fim de que o povo soubesse quando devia reunir-se, a igreja cristã destinou o domingo para esse fim, e tanto mais agrado e disposição teve relativamente a tal mudança, para que o povo tivesse um exemplo da liberdade cristã e se soubesse que nem a guarda do sábado nem de qualquer outro dia é necessária.

61 Há muitas discussões falhas sobre a mudança da lei, sobre as cerimônias do Novo Testamento, sobre a mudança do sábado. Originaram-se todas da falsa e errônea opinião de que devia haver na cristandade um culto similar ao levítico ou judaico, e de que Cristo haja ordenado aos apóstolos e bispos que 62 excogitassem novas cerimônias necessárias para a salvação. Esses erros se introduziram na cristandade quando não se ensinava e pregava de maneira límpida 63 e pura a justiça da fé. Alguns sustentam a respeito do domingo que se deve guardá-lo, posto não de direito divino, contudo, quase que como de direito divino. E prescrevem a forma e a medida em que se pode trabalhar em dia 64 santo. Mas que outra coisa são tais disputas senão laços para a consciência? Pois ainda que procurem mitigar e abrandar ordenações humanas, contudo não se pode alcançar nenhuma epiquéia[190] ou mitigação enquanto está de pé e permanece a opinião de que são necessárias. Ora, essa opinião necessariamente permanece quando nada se sabe da justiça da fé e da liberdade cristã.

65 Os apóstolos ordenaram abstenção do sangue e do sufocado. Mas quem observa isso hoje em dia? E, contudo, não pecam os que não o observam, porque os próprios apóstolos não quiseram onerar as consciências com tal escra- 66 vidão, mas apenas o proibiram por algum tempo, a fim de evitar escândalo. Pois nessa ordenação é preciso atentar no artigo principal da doutrina cristã, que não é ab-rogado por esse decreto[191].

67 Quase nenhum dos cânones antigos é observado tal qual reza. E, diariamente, muitas das ordenações se tornam obsoletas, mesmo entre aqueles que 68 observam essas ordenações de maneira diligentíssima. Não se pode aconselhar nem auxiliar as consciências onde não se observa essa mitigação, para sabermos observar essas ordenações de maneira que não as tenhamos por necessárias, cientes também de que as consciências não são feridas, ainda que desapareçam tais ordenações.

69 Os bispos, entretanto, manteriam facilmente a obediência, se não insis- tissem na observância daquelas ordenações que não se podem guardar sem 70 pecado. Mas o que fazem agora é proibir a administração das duas espécies no santo sacramento, proíbem o casamento dos clérigos e a ninguém recebem a menos que jure primeiro que não vai pregar essa doutrina, não obstante acor- 71 dar ela, fora de dúvida, com o santo evangelho. As nossas igrejas não pedem que os bispos voltem a estabelecer a paz e a unidade com prejuízo para a honra e a dignidade deles, conquanto, em caso de necessidade, os bispos devam fazer 72 também isso. Pedem somente que os bispos relaxem algumas cargas injustas que em tempos passados não existiam na igreja e foram recebidas contrari-

[190] Vid. nota em Confissão de Augsburgo, trad. texto lat., XXVI,14.
[191] O chamado Decreto Apostólico, de Atos 15.

73 amente ao costume da igreja cristã universal. Talvez, de início, hajam tido 74 alguma razão, mas em nossos tempos já não são congruentes. Também é manifesto que algumas ordenanças foram recebidas por causa de falta de entendimento. Razão por que os bispos deveriam ter a bondade de mitigar essas ordenanças, visto que tal mudança não prejudica a conservação da unidade da igreja cristã. Porque muitas ordenações de origem humana, com o passar do tempo, caíram por si mesmas, não sendo necessário guardá-las, conforme 75 testifica o próprio direito papal. Se isso, porém, é de todo impossível, e se não se pode conseguir que eles moderem e ab-roguem ordenações humanas que não se possam guardar sem pecado, então devemos seguir a norma apostólica que nos ordena obedecer antes a Deus do que aos homens[192].

76 São Pedro proíbe aos bispos o domínio, como se tivessem o poder de 77 coagir as igrejas ao que eles quisessem[193]. Agora, não se trata de como privar os bispos de seu poder; pede-se e deseja-se, isto sim, que não coajam as cons-78 ciências a pecado. Se, porém, não fizerem isso, desprezando esse pedido, reflitam, então, sobre como responderão a Deus por isso, porquanto com essa sua pertinácia dão causa a divisão e cisma, coisa que, em justiça, devem ajudar a prevenir.

CONCLUSÃO

1 Estes são os artigos principais que são considerados como controvertidos. Embora se pudesse haver falado de número muito maior de abusos e erros, contudo, para evitar prolixidade e extensão, citamos apenas os precípuos, 2 a partir dos quais, facilmente, se pode ajuizar quanto aos outros. Pois, em tempos passados, houve muita queixa sobre as indulgências, sobre peregrinações, abuso em matéria de excomunhão. Os pastores tinham infinitas contendas com os monges quanto a ouvir confissões, a respeito de sepultamento, no tocante a prédicas em ocasiões extraordinárias e relativamente a inúmeras ou-3 tras coisas. Com as melhores intenções e por amor da cortesia, passamos tudo isso por alto, a fim de que tanto melhor se pudessem notar os pontos principais 4 nessa questão. Não se deve julgar que qualquer coisa haja sido dita ou menci-5 onada por ódio ou para infamar. Relatamos apenas aquilo que julgamos necessário aduzir e mencionar, a fim de que daí se pudesse tanto melhor perceber que, em doutrina e cerimônias, entre nós, nada se recebeu que seja contra a Sagrada Escritura ou a igreja cristã universal. Porque deveras é público e manifesto havermos evitado, diligentissimamente e com a ajuda de Deus (para falar sem vanglória), que se introduzisse, alastrasse e prevalecesse em nossas igrejas qualquer doutrina nova e ímpia.

6 Seguindo o edito, quisemos apresentar os artigos supramencionados como 7 declaração de nossa confissão e da doutrina dos nossos. E, caso alguém en-

192 Cf. At 5.29.
193 1 Pe 5.2.

tenda que falta algo, estamos prontos a dar-lhe informação mais ampla, com base na divina Escritura Sagrada.

De Vossa Majestade Imperial mui submissos e obedientes:

João, Duque da Saxônia, eleitor
Jorge, Margrave de Brandenburg
Ernesto, Duque de Lüneburg
Filipe, Landgrave de Hesse
João Frederico, Duque da Saxônia
Francisco, Duque de Lüneburg
Wolfgang, Príncipe de Anhalt
Burgomestre e Conselho de Nurembergue
Burgomestre e Conselho de Reutlingen

Artigos Principais Da Fé
(TRAD. DO TEXTO LATINO)

ARTIGO I: DE DEUS

1 As igrejas[194] ensinam entre nós com magno consenso que o decreto do Concílio de Nicéia sobre a unidade da essência divina e sobre as três pessoas é verdadeiro e deve ser crido sem qualquer dúvida. 2 A saber: que há uma só essência divina, a qual é chamada Deus e é Deus, eterno, incorpóreo, impartível, de incomensurável poder, sabedoria, bondade, criador e conservador de todas as coisas, visíveis e invisíveis. 3 E, contudo, há três pessoas, da mesma essência e poder, e coeternas: o Pai, o Filho e o Espírito Santo. 4 E a palavra "pessoa", usam-na no sentido em que a usaram, nesta questão, os escritores eclesiásticos, para significar não uma parte ou qualidade em outra coisa, mas aquilo que subsiste por si mesmo.

5 Condenam todas as heresias surgidas contra esse artigo, como, por exemplo, os maniqueus, que punham dois princípios, um bom e um mau; também os valentinianos, arianos, eunomianos, maometanos e todos os outros a eles semelhantes. 6 Condenam, outrossim, os samosatenos, antigos e novos, os quais, ao sustentarem que existe apenas uma pessoa, retoricam astuta e impiamente sobre o Verbo e o Espírito Santo, dizendo que não são pessoas distintas, porém, que o "Verbo" significa palavra falada, e "Espírito", um movimento criado nas coisas.

---

[194] Ou: as congregações. No original: *ecclesiae*.

ARTIGO II: DO PECADO ORIGINAL

1 Ensinam[195] também que, depois da queda de Adão, todos os homens, propagados segundo a natureza, nascem em pecado, isto é, sem temor de Deus, 2 sem confiança em Deus e com concupiscência[196], e que essa enfermidade ou vício original, verdadeiramente, é pecado, que condena e traz morte eterna, ainda agora[197], aos que não renascem pelo batismo e pelo Espírito Santo.

3 Condenam os pelagianos e a outros que negam seja o pecado o vício original e que, diminuindo a glória do mérito e dos benefícios de Cristo, argumentam que o homem pode ser justificado diante de Deus por forças próprias da razão.

ARTIGO III: DO FILHO DE DEUS

1 Ensinam[198], outrossim, que o Verbo[199], isto é, o Filho de Deus, assumiu a 2 natureza humana no seio da bem-aventurada Virgem Maria. De sorte que há duas naturezas, a divina e a humana, inseparavelmente conjungidas[200] na unidade da pessoa, um só Cristo, verdadeiramente Deus e verdadeiramente homem, que, nascido da Virgem Maria, veramente sofreu, foi crucificado, 3 morreu e foi sepultado, a fim de reconciliar-nos com o Pai e ser um sacrifício, não só pela culpa original, mas, ainda, por todos os pecados atuais dos homens. 4 Também desceu ao inferno e verdadeiramente ressuscitou no terceiro dia. Depois, subiu ao céu, para assentar-se à destra do Pai, perpetuamente reinar e domi- 5 nar sobre todas as criaturas, e santificar os que nele crêem, pelo envio, aos seus corações, do Espírito Santo, que os reja, console, vivifique e os defenda 6 contra o diabo e o poder do pecado. O mesmo Cristo voltará visivelmente, a fim de julgar os vivos e os mortos, etc., de acordo com o Símbolo dos Apóstolos.

ARTIGO IV: DA JUSTIFICAÇÃO

1 Ensinam[201] também que os homens não podem ser justificados diante de Deus por força, méritos ou obras próprias, senão que são justificados gratui-

---

[195] As nossas congregações.

[196] Sobre essa conceituação (*sine* e *cum*), vid. Ernst Kinder, *Die Erbsünde*, pp. 43 e 44

[197] *Nunc quoque*. E. Kinder (*Die Erbsünde*, p. 61), depois de observar que o *nunc quoque* (que está apenas no texto latino) ou significa "também depois de Adão" ou "também depois do sacrifício reconciliador de Cristo no Gólgota", diz considerar provável que signifique o segundo, e que, neste caso, o *nunc quoque* seria contra Zwínglio.

[198] As nossas igrejas.

[199] Cf. Jo 1.1ss.

[200] *Coniunctae* ("ligadas, unidas"). "Conjungir" expressa a idéia de unir intimamente.

[201] As nossas igrejas.

tamente, por causa de Cristo, mediante a fé, quando crêem que são recebidos na graça e que seus pecados são remitidos por causa de Cristo, o qual, através de sua morte, faz satisfação pelos nossos pecados. Essa fé, atribui-a Deus como justiça aos seus olhos. Rm 3 e 4.

ARTIGO V: DO MINISTÉRIO ECLESIÁSTICO

Para que alcancemos essa fé, foi instituído o ministério que ensina o evangelho e administra os sacramentos. Pois, mediante a palavra e pelos sacramentos, como por instrumentos, é dado o Espírito Santo, que opera a fé, onde e quando agrada a Deus[202], naqueles que ouvem o evangelho. Isto é, que Deus, não em virtude de méritos nossos, mas, por causa de Cristo, justifica os que crêem serem recebidos na graça por amor de Cristo. Gl[203]: "a fim de que recebêssemos pela fé a promessa do Espírito".

Condenam os anabatistas e os outros que pensam vir o Espírito Santo aos homens sem a palavra externa, através de suas próprias preparações e obras.

ARTIGO VI: DA NOVA OBEDIÊNCIA

Ensinam[204] também que aquela fé deve produzir bons frutos e que é necessário se façam as boas obras ordenadas por Deus, por causa da vontade de Deus, não para confiarmos que merecemos, por essas obras, a justificação diante de Deus. Pois a remissão dos pecados e a justificação são apreendidas pela fé, como também testifica a palavra de Cristo: "Quando tiverdes feito tudo isso, dizei: Somos servos inúteis". A mesma coisa ensinam também os antigos escritores eclesiásticos. Pois Ambrósio diz: "Foi estabelecido por Deus que quem crê em Cristo é salvo sem obra, pela fé somente, recebendo a remissão dos pecados de graça"[205].

---

[202] As palavras *ubi et quando visum est Deo* não existem na *Variata*. Cf. CR 26, p. 354

[203] Gl 3.14. Almeida RA: "O Espírito prometido".

[204] Os nossos.

[205] Desde Erasmo de Rotterdam, dá-se o nome de Ambrosiaster ao autor desconhecido do mais antigo (Segunda metade do século IV) comentário latino a 13 epístolas de Paulo (excluída a Carta aos Hebreus), comentário atribuído a Ambrósio de Milão durante a Idade Média. O texto citado em CA VI é do *Coomment. in I epist. ad Cor.* 1,4, MSL, vol. 17, p. 195. Texto bíblico: *Gratias ago Deo meo semper pro vobis super gratia Dei, quae data est vobis in Christo Jesu.* Comentário: *Datam dicit gratiam a Deo in Christo Jesu, quae gratia sic data est in Christo Jesu, quia hoc constitutum est a Deo, ut qui credit in Christum, salvus sit sine opere: sola fide gratis accipit* (BSLK: *accipiens*) *remissionem peccatorum.*

ARTIGO VII: DA IGREJA

1 Ensinam[206], outrossim, que sempre permanecerá uma santa igreja. E a igreja é a congregação dos santos, na qual o evangelho é pregado de maneira 2 pura e os sacramentos são administrados corretamente. E para a verdadeira unidade da igreja basta que haja acordo quanto à doutrina do evangelho e à 3 administração dos sacramentos. Não é necessário que as tradições humanas ou os ritos e cerimônias instituídos pelos homens sejam semelhantes em toda 4 a parte. Como diz Paulo: "Uma só fé, um só batismo, um só Deus e Pai de todos, etc."

ARTIGO VIII: QUE É A IGREJA?

1 Ainda que a igreja, propriamente, seja a congregação dos santos e verdadeiramente crentes, contudo, visto que, nesta vida, muitos hipócritas e maus lhe estão misturados, pode fazer-se uso dos sacramentos administrados por maus, segundo a palavra de Cristo: "Na cadeira de Moisés estão sentados os 2 escribas e os fariseus, etc." Tanto os sacramentos quanto a palavra são eficazes por causa da ordenação[207] e do mandado de Cristo, mesmo quando administrados por maus.

3 Condenam os donatistas e outros a eles semelhantes, os quais negavam fosse lícito fazer uso do ministério de maus na igreja e julgavam que o ministério dos maus era inútil e ineficaz.

ARTIGO IX: DO BATISMO

1 Do batismo ensinam[208] que é necessário para a salvação, que, pelo 2 batismo, é oferecida a graça de Deus, e que devem ser batizadas as crianças, as quais, oferecidas a Deus pelo batismo, são recebidas na graça de Deus.

3 Condenam os anabatistas que desaprovam o batismo infantil e afirmam que as crianças são salvas sem o batismo.

---

[206] Os nossos.

[207] *Propter ordinationem et mandatum Christi.* Em um de seus sentidos, *ordinatio*, e bem assim o português *ordenação*, designa a ação de ordenar ou conferir as ordens eclesiásticas. É como interpreta este texto da CA, p. ex., Gunnar Rosendal, em *Den apostoliska tron*, II, Malmö: Förmlaget Pro Ecclesia, 1951 (citado em A. C. Piepkorn, "Suggested Principles for a Hermeneutics of the Lutheran Symbols" *Concordia Theological Monthly*, vol. 24, número 1, janeiro de 1958, p. 4, nota 12): "Ordet et Sakramenten äro effektiva pà grund av ordinationen eller prästvigningen". ("A palavra e os sacramentos são eficazes por causa da ordenação ou consagração para sacerdote"). Mas, como observa Piepkorn, a tradução alemã de uma forma latina anterior da Augustana indica que *ordinatio*, aqui, é usado no sentido de *Einsetzung*, "instituição". Cf. BSLK, p. 62: *Und sein die Sakrament und das Wort kräftig von wegen der Einsetzung und Ordnung Christi.* (Manuscrito do Staatsarchiv Nürnberg, SIL 68, número 6).

[208] Os nossos.

ARTIGO X: DA CEIA DO SENHOR

Da ceia do Senhor ensinam[209] que o corpo e sangue de Cristo estão verdadeiramente presentes e são distribuídos aos que comungam na ceia do Senhor. E desaprovam os que ensinam de maneira diferente[210]. 1 2

ARTIGO XI: DA CONFISSÃO

Da confissão ensinam[211] que a confissão particular deve ser mantida nas igrejas[212], ainda que na confissão não seja necessária a enumeração de todos os delitos, pois tal é impossível, segundo o Salmo: "Os delitos, quem os discerne?" 1 2

---

[209] Os nossos.

[210] *Variata*, CR 26, 357: *De Coena Domini docent, quod cum pane e vino exhibeantur corpus et sanguis Christi, vescentibus in Coena Domini.* ("Da ceia do Senhor ensinam que, com o pão e vinho, o corpo e sangue de Cristo são verdadeiramente oferecidos aos que comungam na ceia do Senhor"). Em seu estudo "Calvijn en de Augsburgse Confessie", publicado na *Nederland Theologisch Tijdschrift* (vol. XV, 1960-1961, pp. 416-433), escreve W. Nijenhuis, na página 426: "Om het desbetreffend artikel voor de Zuidduitsers en de Zwisters acceptabel te maken, had Melanchthon een tamelijk ingrijpende wijziging aangegracht. In plaats van het 'quod corpus et sanguis Christi vere adsint et distribuantur' was gekomen: 'quod cum pane et vino vere exhibeantur corpus et sanguis Christi'. De veroordeling van afwijkende opvattingen – 'et improbant secus docentes' – was geschrapt.

'Over de toedracht dezer verandering heeft Calvijn 14 jaar later enkele mededelingen gedaan. Het was, naar hij schreef, op voortdurend aandringen van enkele deelnemers, dat Melanchthon uit het artikel over het avondmaal een woord liet wegvallen. Bedoeld is het woord 'adsint'. Wie degenen geweest zijn, die op deze wijziging aangedrongen hebben, is niet moeilijk te raden. Onge twijfeld-heeft Calvijn met de andere Staatsburgers tot hen behoord" ("A fim de tornar aceitável aos alemães do Sul e aos suíços o artigo referente a isso [i. e., à doutrina da santa ceia], Melanchthon efetuou uma alteração bastante profunda. Em lugar do 'quod corpus et sanguis Christi vere adsint et distribuantur' surgiu: 'quod cum pane et vino vere exhibeantur corpus et sanguis Christi'. A condenação de pareceres divergentes – 'et improbant secus docentes' – foi eliminada.

"Calvino, 14 anos depois, fez algumas declarações sobre como se deu essa modificação. Foi, escreveu ele, em razão da continuada insistência de alguns dos participantes que Melanchthon suprimiu uma palavra do artigo da santa ceia. Trata-se da palavra 'adsint'. Não é árduo adivinhar quem foram os que insistiram nessa modificação. Sem dúvida, Calvino, juntamente com os outros estrasburguenses, esteve entre eles"). Cf. também H. Mulert – E. Schott, *Konfessionskunde*, 3ª. ed., Berlim, 1956, p. 466.

[211] Os nossos.

[212] Ou: nas congregações. No original: *in Ecclesiis.*

ARTIGO XII: DO ARREPENDIMENTO[213]

1 Do arrependimento ensinam[214] que os caídos depois do batismo podem
2 alcançar a remissão dos pecados a qualquer tempo, quando se convertem, e
que a igreja deve conceder a absolvição a tais que voltam ao arrependimento.
3 Mas o arrependimento consiste, propriamente, nas duas partes[215] seguintes:
4 uma é a contrição, ou os terrores metidos na consciência pelo reconhecimen-
5 to do pecado; a outra, é a fé, que nasce do evangelho, ou absolvição, e crê
que os pecados são perdoados por causa de Cristo, consola as consciências e
6 liberta dos terrores. Depois, devem seguir-se boas obras, que são os frutos do
arrependimento.

7 Condenam os anabatistas, que negam possam perder o Espírito Santo
8 os que já, uma vez, foram justificados; também os que argumentam chega-
rem alguns, nesta vida, a perfeição tal que não podem pecar.

9 São condenados, outrossim, os novacianos, que não queriam absolver
os que, caídos depois do batismo, retornaram à penitência.

10 Rejeitam-se, ainda, os que não ensinam alcançar-se a remissão dos
pecados pela fé, ordenando-nos, ao contrário, que mereçamos a graça medi-
ante satisfações nossas.

---

[213] *Poenitentia*. Texto alemão: *Busse*. "Penitência" também seria tradução correta, embora "arrependimento" seja preferível aqui. Em português, "penitência" não significa somente pena imposta pelo confessor para remissão dos pecados, ou sacrifícios para expiação dos pecados. Significa também contrição. Dá-se o mesmo com o termo latino *poenitentia* (ou *paenitentia*) e o alemão *Busse*. Há quem não admita o uso do termo "penitência" para traduzir o *Busse* na teologia luterana, ou o *metánoia* bíblico. *Metánoia* se distingue de penitência , "errônea tradução medieval, condenada por Erasmo", escreve William Carey Taylor (*Introdução ao Estudo do Novo Testamento Grego*, Casa Publicadora Batista, Rio, 1948, p. 241). Uma edição espanhola das obras de Lutero {*Obras de Martin Lutero*, tomo V, coleção "Clássicos de la Religión", Editorial Paidós, Buenos Aires, 1971, p. 179, nota 98) diz que optou por "arrepentimiento" por que o termo reproduz com maior fidelidade o conceito bíblico *metánoia*, "que Lutero opone al concepto escolástico". (A edição referida traduz "arrependimento" até onde Lutero faz referência ao terceiro sacramento, chamado da penitência. Cf. op. cit., p. 138. Assim também procede *Concordia Triglotta*. Cf. op. cit., p. 751). Frei Leopoldo Pires, O. F. M., por sua vez, comenta, em sua tradução do *Catecismo Romano* (Editora Vozes, 1951, p. 314 e nota 494), a propósito da "Penitência" de quem "se desgosta de uma coisa que antes lhe agradava, sem atender de modo algum ã sua bondade ou malícia, que, nesse passo do *Catecismo Romano*, em vernáculo melhor se diria "arrependimento". Na teologia luterana, "arrependimento" compreende contrição e fé. A única solução é explicar que este é o significado consignado ao termo pela teologia luterana. Dizer que "arrependimento" traduz a idéia do *metánoia* bíblico e do *Busse* da teologia luterana e "penitência" não, afinal de contas não passa de arbitrariedade. Na doutrina católica romana, o termo "penitência" designa o sacramento, o ato de satisfação imposto pelo sacerdote e a atitude interna de arrependimento.

[214] Os nossos.

[215] Cf. Catecismo Romano, II Parte, capítulo V, 5 (tradução de Frei Leopoldo Pires Martins, O. F. M., Vozes, 1951, p. 315): "Entretanto, na pessoa do penitente, é necessário que a fé preceda à penitência. Sem possuir a fé, ninguém pode converter-se a Deus. Esta é a razão por que a fé não pode, de modo algum, ser tida como parte integrante da penitência".

ARTIGO XIII: DO USO DOS SACRAMENTOS

1 Do uso dos sacramentos ensinam[216] que os sacramentos foram instituídos não apenas para serem notas de profissão entre os homens, porém, mais, a fim de serem sinais e testemunhos da vontade de Deus para conosco, propostos para despertar e confirmar a fé nos que deles fazem uso. 2 Os sacramentos, por isso, devem ser usados de modo que se junte a fé, a qual crê nas promessas que são oferecidas e mostradas pelos sacramentos[217].

---

[216] Os nossos.

[217] Acréscimo na edição príncipe latina de Melanchthon (1531) e no Livro de Concórdia latino de 1584: *Damnant igitur illos, qui docent, quod sacramenta ex opere operato iustificent, nec docent fidem requiri in usu sacramentorum, quae credat remitti peccata* ("Condenam, por isso, aqueles que ensinam justificarem os sacramentos em virtude da obra realizada, e que não ensinam requerer-se, no uso dos sacramentos, a fé que creia serem remitidos os pecados"). Cf. texto alemão do acréscimo em CA XIII, 2, tradução do texto alemão, nota em "fortalece a fé". É importante saber que se trata de acréscimo posterior, para compreender por que a *Confutação* silencia totalmente sobre esse ataque explícito ao *opus operatum*. – Na CA *variata* (1540, CR 27, coluna 359), Melanchthon acrescenta, depois das palavras "são oferecidas e mostradas pelos sacramentos": *Hac fide accipimus promissam gratiam, quam Sacramenta significant, et spiritum sanctum* ("Por essa fé recebemos a graça prometida, que os sacramentos significam, e o Espírito Santo"). E ainda, ibidem, o seguinte parágrafo: *Damnant igitur Pharisaicam opinionem, quae obruit doctrinam de fide, nec docet fidem in usu Sacramentorum requiri, quae credat propter Christum nobis gratiam dari. Sed fingit homines iustos esse propter usum Sacramentorum ex opere operato, et quidem sine bono motu utentium* ("Condenam, por isso, a opinião farisaica que enterra a doutrina sobre a fé, e não ensina que no uso dos sacramentos se requer a fé que creia ser-nos dada a graça por causa de Cristo. Mas imagina que os homens são justos por causa do uso dos sacramentos em virtude da obra realizada, e, de mais a mais, sem bom movimento dos utentes"). Vid abaixo, Apologia XII, 25; XIII, 18. – BSLK (p. 68, nota 3) observa que a doutrina da CA foi condenada pelo Concílio de Trento, sessio VII, can. 8. No texto a que remete BSLK, lê-se o seguinte (Denzinger-Schönmetzer, *Enchiridion Symbolorum*, ed. 1965, nº 1608): *Si quis dixerit, per ipsa novae Legis sacramenta ex opere operato non conferri gratiam, sed solam fidem divinae promissionis ad gratiam consequendam sufficere: an.s.* ("Se alguém disser que pelos sacramentos da nova lei não é conferida graça em virtude da obra realizada, mas que a só fé na promessa divina é suficiente para obter graça, seja anátema"). O católico romano August Hasler (*Luther in der Katholischen Dogmatik*, vol. 2 de "Beiträge zur ökumenischen Theologie", ed. de Heinrich Fries, 1ª ed., München, 1968, p. 248), depois de dizer que o Concílio de Trento (o autor remete para o texto acima transcrito) parece dar como doutrina de Lutero a suficiência da simples fé nas promessas divinas, comenta que seria errôneo pensar que, segundo Lutero, a realização e o uso dos sacramentos não são necessários, bastando a simples fé fiducial. O autor remete a Peter Brunner, "Die evangelisch-lutherische Lehre von der Taufe", in *Pro ecclesia*, 1962, p. 157. Gustav Friedrich Oehler (*Lehrbuch der Symbolik*, 2ª ed., Stuttgart, 1891, p. 600) pensa que a doutrina a que se opõe CA XIII é a formulada por João Duns Escoto: *Sacramentum ex virtute operis operati confert gratiam, ita quod non requiritur ibi bonus motus interior, qui mereatur gratiam, sed sufficit, quod suscipiens non ponat obicem* (citado em Öhler, loc. cit.). Sobre as expressões *ex opere operato, ex opere operantis, non ponere obicem, sine bono motu utentis,* vid. abaixo, CA XXIV, 22, tradução do texto latino, nota em "obra realizada".

ARTIGO XIV: DA ORDEM ECLESIÁSTICA

Da ordem eclesiástica ensinam[218] que ninguém deve, publicamente, ensinar na igreja ou administrar sacramentos a menos que seja legitimamente[219] chamado.

ARTIGO XV: DOS RITOS ECLESIÁSTICOS

1 Dos ritos eclesiásticos ensinam[220] que devem ser conservados aqueles usos que podem ser conservados sem pecado e são úteis à tranqüilidade e à boa ordem na igreja, tais como certos feriados, festas e coisas semelhantes.
2 Com respeito a tais coisas, entretanto, admoestam-se os homens que não se onerem as consciências, como se tal culto fosse necessário à salvação.
3 Também se admoestam os homens que tradições humanas instituídas para tornar a Deus propício, merecer a graça e satisfazer pelos pecados adversam
4 o evangelho e a doutrina da fé. Razão por que votos e tradições concernentes a comidas, dias, etc., instituídos com a finalidade de merecerem a graça e satisfação pelos pecados, são inúteis e contrários ao evangelho.

ARTIGO XVI: DAS COISAS CIVIS

1 Das coisas civis ensinam[221] que ordenações civis legítimas são boas obras
2 de Deus e que é lícito aos cristãos exercer ofícios civis, ser juízes, julgar segundo as leis imperiais e outras leis vigentes[222], impor pena segundo o direito[223], fazer, segundo o direito, guerra, prestar serviço militar, fazer contratos legais, possuir propriedades, jurar por ordem dos magistrados, ter esposa, casar-se[224].
3 Condenam os anabatistas, que interdizem essas coisas civis aos cristãos.
4 Também condenam os que põem a perfeição evangélica não no temor de Deus e na fé, porém, na fuga aos negócios civis. Porque o evangelho ensina a
5 justiça eterna do coração. Entrementes, não destrói a ordem estatal ou familiar, senão que exige muitíssimo que sejam preservadas como ordenações de Deus, e
6 que se exerça, em tais ordenações, o amor. Por isso, os cristãos devem, necessariamente, obedecer aos seus magistrados e às leis, a menos que exijam se peque,
7 pois, neste caso, devem obedecer mais a Deus do que a homens. Atos 5.

---

[218] Os nossos.

[219] Ou: devidamente, corretamente, segundo o rito sagrado, segundo o costume. No original: *rite*, advérbio formado de *ritu*, ablativo de *ritus*.

[220] Os nossos.

[221] Os nossos.

[222] *Ex... aliis praesentibus legibus.*

[223] Ou: ordenar, segundo o direito, pena capital. No original: *supplicia iure constituere.* Cf. trad. texto alemão e vide Apologia XVI, 1 e nota.

[224] *Ducere uxorem, nubere. Nubere* (= casar-se, falando-se da esposa).

ARTIGO XVII: DA VOLTA DE CRISTO PARA O JUÍZO

Ensinam[225], outrossim, que, na consumação do mundo, Cristo aparecerá para juízo e ressuscitará todos os mortos. Aos piedosos e eleitos dará a vida eterna e perpétuas alegrias; mas aos homens ímpios e aos diabos condenará, para serem atormentados sem fim. 1 2 3

Condenam os anabatistas, os quais pensam que os castigos dos homens condenados e dos diabos terá um fim. 4

Condenam também a outros, que, agora, difundem opiniões judaicas: que, antes da ressurreição dos mortos, os piedosos tomarão posse do reino do mundo, sendo os ímpios subjugados em toda parte. 5

ARTIGO XVIII: DO LIVRE ARBÍTRIO

Sobre o livre arbítrio, ensinam[226] que a vontade humana tem certa liberdade para operar justiça civil e escolher entre as coisas sujeitas à razão. Não tem, entretanto, a força para operar, sem o Espírito Santo, a justiça de Deus, ou a justiça espiritual, porque o homem natural[227] não compreende as coisas do Espírito de Deus. Essa justiça, porém, se realiza nos corações, quando, pela palavra, é recebido o Espírito Santo. É o que diz, em outras tantas palavras, Agostinho, no livro III do *Hypognosticon:* "Concedemos que todos os homens têm livre arbítrio, que inclui o juízo racional, não, porém, no sentido de que seja capaz, nas coisas que dizem respeito a Deus, a começá-las sem Deus ou, seguramente, completá-las, mas tão-somente nas obras desta vida, quer boas, quer más. Por obras boas entendo as que se originam do bem natural, isto é, querer trabalhar no campo, querer comer e beber, querer ter um amigo, querer possuir vestimenta, querer construir uma casa, querer esposa, criar gado, aprender algo de apreciável em diversas artes boas, querer o que quer de bom pertencente a esta vida. Tudo isso não subsiste sem o governo de Deus. Na verdade, dele e por ele, são e principiaram a ser. Por obras más, entendo coisas tais como querer render culto a um ídolo, querer cometer homicídio, etc."[228] 1 2 3 4 5 6

ARTIGO XIX: DA CAUSA DO PECADO

Da causa do pecado ensinam[229] que, conquanto Deus cria e conserva a natureza, contudo, a causa do pecado é a vontade dos maus, a saber, do diabo

[225] Os nossos.
[226] Os nossos.
[227] *Animalis homo.*
[228] Com exceção de duas variantes que não mudam o sentido, o texto da BSLK, p. 73 é o mesmo do Pseudo-Agostinho *Hypomnesticon contra Pelagianos et Coelestinianos* III, 5, conforme MSL 45, p. 1623, cap. IV, número 5. Escrito atribuído a Agostinho, na Idade Média.
[229] Os nossos.

e dos ímpios. A vontade[230], quando não auxiliada por Deus, desvia-se de Deus, conforme diz Cristo, em João 8: "Quando ele profere a mentira, fala do que lhe é próprio".

ARTIGO XX: DA FÉ E DAS BOAS OBRAS

1 Os nossos são acusados falsamente de proibirem boas obras. Pois os 2 seus escritos publicados sobre os Dez Mandamentos, e outros de conteúdo semelhante, atestam que têm ensinado, proveitosamente, sobre todos os gêneros e deveres da vida, indicando que formas de vida e obras, em qualquer vocação, 3 agradam a Deus. Pouco ensinavam, antigamente, os pregadores a respeito dessas coisas. Insistiam apenas em obras pueris e desnecessárias, tais como a guarda de certos dias feriados, determinados jejuns, fraternidades, peregrinações, cul- 4 to de santos, rosários, monasticismo e coisas semelhantes. Os nossos adversários, admoestados a respeito, já abandonaram[231] essas coisas, nem pregam so- 5 bre essas coisas inúteis da forma como o faziam anteriormente. Até come- 6 çam a mencionar a fé, sobre a qual, outrora, havia estranho silêncio. Ensinam que somos justificados não por obras somente, porém, unem fé e obras, e di- 7 zem que somos justificados pela fé e pelas obras. Essa doutrina é mais tolerável do que a anterior, e pode trazer mais consolação que sua doutrina antiga.

8 Como, pois, a doutrina da fé, que deve ser a principal na igreja, por tempo tão longo foi ignorada – sobre a justiça da fé, conforme todos devem reconhecer, houve o mais profundo silêncio nos sermões, havendo-se tratado na igreja apenas da doutrina das obras –, os nossos instruíram as igrejas da seguinte maneira sobre a fé:

9 Em primeiro lugar, que as nossas obras não podem reconciliar Deus ou merecer a remissão dos pecados e a graça. Conseguimos isso, ao contrário, somente pela fé, quando cremos que somos recebidos na graça por causa de Cristo, o qual, ele só, foi posto como mediador e propiciação. Por ele, o Pai é 10 reconciliado. Aquele, pois, que confia merecer graça por obras despreza o mérito e a graça de Cristo, e procura o caminho a Deus sem Cristo, através de forças humanas, quando Cristo disse a respeito de si mesmo: "Eu sou o caminho, e a verdade, e a vida"[232].

11 Essa doutrina da fé é tratada em toda parte em Paulo. Assim, em Efésios 2: "Pela graça fostes salvos, mediante a fé, e isto não vem das obras, etc."

12 E, para não acontecer que alguém sofisme, dizendo que inventamos nova interpretação de Paulo, note-se que toda essa questão tem testemunhos dos 13 Pais. Agostinho, em muitos volumes, defende a graça e a justiça da fé contra os 14 méritos das obras. E, de modo semelhante, ensina Ambrósio no *De vocatione gentium* e em outros lugares. No *De vocatione gentium* diz assim: "Sem valor

---

[230] *Quae*, i. e., a qual (*voluntas*).

[231] *Dediscunt* ("desaprendem, esquecem, perdem").

[232] Jo 14.6.

tornar-se-ia a redenção pelo sangue de Cristo, nem ficaria abaixo da misericórdia de Deus a primazia das obras dos homens, se a justificação, que se dá pela graça, fosse devida a méritos precedentes, de modo que não seria presente do doador[233], porém, salário daquele que trabalha"[234].

Ainda que essa doutrina seja desprezada pelos inexperientes, todavia, consciências piedosas e pávidas experimentam que ela traz muitíssimo consolo, porque as consciência não podem ser tranqüilizadas por qualquer obra, mas, tão-somente, pela fé, quando estão certas de que, por causa de Cristo, têm um Deus reconciliado, conforme ensina Paulo, em Romanos 5: "Justificados mediante a fé, temos paz com Deus". Toda essa doutrina deve ser referida àquele conflito da consciência aterrorizada. E sem essa luta nem se pode entendê-la. Razão por que são maus juízes nessa matéria, homens inexperimentados e profanos, os quais sonham que a justiça cristã outra coisa não é senão justiça civil ou filosófica. 15 16 17 18

Anteriormente, vexavam-se as consciências com a doutrina das obras. Não ouviam o consolo do evangelho. A alguns a consciência impeliu ao deserto, a mosteiros, esperando que, aí, haveriam de merecer a graça pela vida monástica. Outros excogitaram outras obras para merecer a graça e satisfazer pelos pecados. Por isso, foi muito necessário anunciar e renovar essa doutrina da fé em Cristo, a fim de que às consciências assombradas não faltasse o consolo, mas soubessem que, pela fé em Cristo, são apreendidas a graça e a remissão dos pecados. 19 20 21 22

Os homens também são advertidos[235] de que, aqui, a palavra "fé" não significa apenas conhecimento histórico, tal como existe nos ímpios e no diabo. Significa, porém, fé que não crê unicamente na história, mas, também, no efeito do que aconteceu, a saber, neste artigo: a remissão dos pecados, isto é, que, por Cristo, temos graça, justiça e remissão dos pecados. 23

Agora, quem sabe que, por Cristo, tem um Pai propício, este, verdadeiramente, conhece a Deus, sabe que Deus tem cuidado dele, invoca-o, em suma, não está sem Deus, como os gentios. Pois os demônios e os ímpios não podem crer nesse artigo da remissão dos pecados. Por isso odeiam a Deus como a inimigo, não o invocam, nada de bom dele esperam. Também Agostinho adverte o leitor dessa maneira quanto à palavra "fé" e ensina que nas Escrituras não se entende o termo "fé" no sentido de "conhecimento", tal como existe nos ímpios, mas no sentido de "confiança" que consola e erige as mentes aterrorizadas. 24 25 26

Ensinam os nossos, além disso, que é necessário praticar boas obras, não para confiarmos que, através disso, merecemos graça, mas porque é a vontade de Deus. Somente pela fé são apreendidas a remissão dos pecados e a graça. E, visto receber-se pela fé o Espírito Santo, imediatamente se renovam os corações e recebem novos afetos, de forma que podem produzir boas obras. Pois 27 28 29 30

---

[233] Ou: favor de quem dá. No original: *munus largientis*.

[234] Pseudo-Ambrósio, *De vocatione gentium*, I, 17. MSL 51, 670 c.

[235] I. e., são advertidos entre nós.

é assim que diz Ambrósio: "A fé é a mãe da vontade boa e da ação justa"[236].
31 Pois, sem o Espírito Santo, as forças humanas estão cheias de afetos ímpios e
32 são muito fracas para efetuar obras boas aos olhos de Deus. Além disso, estão
no poder do diabo, que impele os homens a multiformes pecados, a opiniões
33 ímpias, a manifestos crimes. É o que se pode ver nos filósofos, que, embora
hajam tentado viver vida honesta, contudo, não lograram fazê-lo, porém,
34 contaminaram-se com muitos crimes manifestos. Tal é a fragilidade do homem
quando está sem fé e sem o Espírito Santo e se governa apenas com forças
humanas.

35 Facilmente se vê daí que essa doutrina não deve ser acusada de proibir
boas obras, senão que, muito antes, deve-se louvá-la, porque mostra como pode-
36 mos fazer boas obras. Pois, sem a fé, a natureza humana, de modo nenhum,
37 pode fazer as obras do primeiro e segundo mandamentos. Sem a fé, não invoca
a Deus, nada espera de Deus, não carrega a cruz, mas busca auxílio humano e
38 nele confia. Assim sendo, quando faltam a fé e a confiança em Deus, todas as
39 cobiças e conselhos humanos reinam no coração. Razão por que também Cris-
40 to disse: "Sem mim nada podeis fazer", João 15. E a igreja canta:

"Sem o teu poder
Nada há no homem,
Nada há de puro"[237].

ARTIGO XXI: DO CULTO AOS SANTOS

1 Do culto aos santos ensinam[238] que se pode lembrar a memória dos san-
tos, a fim de lhes imitarmos a fé e as boas obras de acordo com a vocação, assim
como o Imperador pode imitar o exemplo de Davi em fazer guerra, para
2 impedir que os turcos invadam a pátria[239]. Pois um e outro são reis. A Escritura,
porém, não ensina que invoquemos os santos ou peçamos auxílio deles, por-
que nos propõe um só, Cristo, como mediador, propiciador, sumo sacerdote e
3 intercessor. É a ele que se deve invocar, e ele prometeu que haveria de ouvir
nossas preces. E esse culto, aprova-o muitíssimo, a saber, que seja invocado
4 em todas as aflições. 1 João 2: "Se alguém pecar, temos Advogado junto a
Deus, etc."

1 Esta é, mais ou menos, a suma da doutrina entre nós. Pode ver-se que,
nela, nada existe que divirja das Escrituras, ou da igreja católica, ou da Igreja

---

[236] Pseudo-Ambrósio, *De vocatione gentium*, I, 23. MSL 51, 676 A.

[237] *Sine tuo numine nihil est in homine, nihil est innoxium.* Do hino de Pentecostes *Veni sancte spirtus et emitte caelitus* (*caelitus* – do céu). Segundo BSLK (p. 81, nota 2), provavelmente de Stephan Langton, não de Inocêncio III. Tradução de Edward Caswall:
"Where Thou art not, man halth naught,
Nothing good in deed or thought,
Notinhg free from taint of ill".

[238] Os nossos.

[239] Ou: a fim de repelir os turcos da pátria. No original: *Ad depellendos Turcas a patria.*

Romana, até onde nos é conhecida dos escritores. Assim sendo, julgam duramente os que requerem sejam os nossos tidos por hereges. A dissenção toda diz respeito a alguns poucos abusos[240], que se infiltraram nas igrejas sem autoridade certa. E mesmo nessas coisas, suposto haja alguma dissimilitude, convinha, todavia, tivessem os bispos leniência bastante para tolerar os nossos em virtude da confissão que agora apresentamos. Porque nem mesmo os cânones[241] são tão duros a ponto de exigirem que os ritos sejam os mesmos em toda parte. E jamais foram similares os ritos de todas as igrejas, ainda que entre nós os ritos antigos em grande parte sejam diligentemente observados. Pois é falso e calúnia isso de que todas as cerimônias, todas as instituições antigas sejam abolidas em nossas igrejas. Mas houve queixa pública de que certos abusos eram inerentes aos ritos populares. Esses, porque não podiam ser aprovados de boa consciência, foram corrigidos em certa medida.

2

3

4

5

Artigos em que se recenseiam os abusos mudados

Visto as igrejas, entre nós, não dissentirem da igreja católica em nenhum artigo de fé, abandonando apenas uns poucos abusos que são novos e foram aceitos contra a intenção dos cânones, por defeito dos tempos, rogamos que a Majestade Imperial ouça com clemência tanto o que foi mudado, como quais foram as razões, a fim de que não se coaja o povo a observar aqueles abusos contra a consciência. E não dê a Majestade Imperial crédito àqueles que, para inflamar o ódio dos homens contra os nossos, disseminam espantosas calúnias entre o povo. Irritando, dessa maneira, no início, o ânimo de homens de bem, deram ocasião a essa controvérsia e, agora, com a mesma arte, procuram aumentar a discórdia. Ora, a Majestade Imperial, sem dúvida, há de certificar-se de que a forma da doutrina e das cerimônias entre nós é mais tolerável do que a que homens iníquos e malévolos descrevem. E não se pode coligir a verdade a partir dos rumores vulgares ou das maledicências de inimigos. Fácil é, porém, julgar que nada contribui mais para a conservação da dignidade das cerimônias e o crescimento da reverência e da piedade no povo do que a correta observância das cerimônias nas igrejas.

1

2

3

4

5

6

[240] Na primeira edição completa da Confissão de Augsburgo (1531), Melanchthon modificou um pouco esse texto: *Sed dissensio est de paucis quibusdam abusibus* ("mas há diferença de opinião sobre alguns poucos abusos").

[241] Preceitos escolásticos que regem a fé, a moral e a disciplina.

ARTIGO XXII: DAS DUAS ESPÉCIES

1 Na ceia do Senhor dão-se aos leigos as duas espécies do sacramento, 2 porque este uso tem mandamento do Senhor. Mt 26: "Bebei dele todos". Aqui, Cristo, manifestamente, preceituou, a respeito do cálice, que todos bebam.
3 E, para evitar que alguém pudesse cavilar, dizendo que isto se refere apenas aos sacerdotes, Paulo, em Coríntios, cita um exemplo do qual se torna evi- 4 dente que a igreja toda fez uso de ambas as espécies. E, por longo tempo, continuou esse uso na igreja, não se sabendo quando ou por quem foi, primeiramente, 5 mudado, ainda que o cardeal Cusano indique quando foi aprovado. Cipriano 6 testifica, em vários lugares, que o sangue foi dado ao povo. Testifica a mesma coisa Jerônimo, o qual diz: "Os sacerdotes administram a eucaristia e distri- 7 buem o sangue de Cristo ao povo". Na verdade, o papa Gelásio ordena que não se divida o sacramento *Dist. 2 de consecratione*, capítulo *Comperimus*. 8 Apenas um costume que não é muito antigo procede de maneira diferente. É 9 certo, entretanto, que um costume introduzido contrariamente aos preceitos de Deus não deve ser aprovado, conforme testificam os cânones, *Dist. 8, c.* 10 *Veritate* e seguintes[242]. Mas esse costume foi recebido não só contra a Escritura, 11 senão, também, contra os cânones antigos e o exemplo da igreja. Razão por que ninguém que haja preferido receber o sacramento sob ambas as espécies deveria 12 ter sido coagido a fazê-lo de outra maneira, com ofensa à consciência. E, visto a divisão do sacramento não acordar com a instituição de Cristo, é costume entre nós omitir a procissão que, até agora, tem estado em uso.

ARTIGO XXIII: DO MATRIMÔNIO DOS SACERDOTES

1 Houve queixa pública sobre o mau exemplo dos sacerdotes que não eram 2 continentes. Informa-se que, por isso, também o Papa Pio teria dito que houvera algumas razões por que os sacerdotes foram privados do matrimônio, mas que havia razões de muito mais peso por que se deveria restituir-lho. É assim que escreve Platina[243]. Como, pois, os sacerdotes entre nós queriam evitar 3 aqueles escândalos públicos, casaram e ensinaram que lhes era lícito contrair 4 matrimônio. Em primeiro lugar, porque Paulo diz: "Por causa da impureza, cada um tenha a sua própria esposa". Também: "É melhor casar do que viver 5 abrasado". Em segundo lugar, Cristo diz: "Nem todos são aptos para receber este conceito". Com isso[244], ensina que nem todos os homens são idôneos para 6 o celibato, porque Deus criou o homem para a procriação, Gn 1. Nem está no 7 poder do homem modificar a criação sem singular dom e obra de Deus. Por isso,

---

[242] *Decretum Gratiani* I,d.8.c.4.

[243] Pio II (Aenas Silvius Piccolomini, 1458-1464), segundo uma obra sobre a vida e os atos dos papas (*De vitis ac gestis pontificium*), do humanista italiano Bartolomeu Platina, livro impresso em Veneza, em 1518. Platina cita o seguinte como sentença do papa: *Sacerdotibus magna ratione sublatas nuptias maiori restituendas videri.*

[244] *Ubi*, em linguagem coloquial, pode ter o sentido de "com que", etc.

aqueles que não são idôneos para o celibato devem contrair matrimônio. 8 Pois nenhuma lei humana, nenhum voto podem anular um mandamento de Deus e uma ordenação de Deus. 9 Por essas razões, os sacerdotes[245] ensinam que lhes é lícito casar.

10 Consta que também na igreja antiga os sacerdotes eram homens casados. 11 Pois também Paulo diz que se deve eleger para bispo alguém que esteja casado. 12 E, na Alemanha, os sacerdotes foram coagidos pela força do celibato pela primeira vez há mais de quatrocentos anos. Tanto, porém, resistiram que o arcebispo de Mogúncia, quando anunciou que publicaria o edito do Romano Pontífice sobre essa questão, quase foi morto, num tumulto, pelos sacerdotes enfurecidos. 13 E a coisa foi executada de maneira tão rude que não apenas foram proibidos casamentos futuros, senão, ainda, dissolvidos, contra todo direito divino e humano, contra os próprios cânones, feitos não só pelos pontífices, mas pelos mais celebrados concílios, casamentos já existentes.

14 E, visto que, nesse mundo senescente, a natureza humana, pouco a pouco, se torna mais frágil, importa se providencie para evitar que mais vícios penetrem furtivamente na Alemanha.

15 Além disso, Deus instituiu o matrimônio para que fosse remédio da fraqueza humana. 16 Os próprios cânones dizem que, de vez em quando, o rigor antigo deve ser relaxado em tempos ulteriores, por causa da fragilidade dos homens. É de se desejar que tal se faça também nessa questão. 17 Parece também que as igrejas, algum dia, estarão sem pastores se o casamento ficar proibido por mais tempo.

18 Visto, pois, existir o mandamento de Deus, visto ser conhecido o costume da igreja[246], visto um celibato impuro produzir muitos escândalos, adultérios e outros crimes dignos de castigo da parte de bons magistrados, é estranhável o fato de, em coisa nenhuma, exercer-se mais crueldade do que contra o matrimônio dos sacerdotes. 19-20 Deus ordenou que se honrasse o matrimônio; as leis de todos os estados bem constituídos, mesmo entre os gentios, o adornaram com as mais elevadas honras. 21 Mas, agora, homens são torturados com penas capitais, até mesmo sacerdotes, contrariamente à intenção dos cânones, por nenhum outro motivo senão o casamento. 22 Doutrina de demônios chama Paulo a que proíbe o casamento, 1 Tm 4. 23 Facilmente se pode entender isso agora, quando a proibição do casamento é mantida com tais penalidades.

24 Todavia, assim como nenhuma lei humana pode anular um mandamento de Deus, da mesma forma tampouco um voto pode anular o preceito divino. 25 Assim, também Cipriano aconselha se casem as mulheres que não guardam a castidade prometida. Sua palavras, no primeiro livro de suas cartas, epístola 11, são as seguintes: "Se, porém, não querem ou não podem perseverar, é melhor que se casem do que caírem no fogo por sua volúpia; certamente não devem causar nenhum escândalo a seus irmãos ou irmãs[247].

---

[245] Subentendido: entre nós.

[246] *Mos ecclesiae.*

[247] Citado de acordo com a numeração de Erasmo: *Ep. lib.* I, 11. O "Epistles, 62,2", de *Lippert* (p. 55, nota 9) refere-se a MSL 4, p. 378 A. No CSEL (III 2,474,17-21) é *Ep.* 4,2.

26 E os cânones usam de certa eqüidade para com os que fizeram voto antes da idade justa, conforme, até agora, geralmente, se costumou fazer.

ARTIGO XXIV: DA MISSA

1 Nossas igrejas são acusadas falsamente de abolirem a missa. Pois a missa 2 é retida entre nós e celebrada com a máxima reverência. Também são conservadas quase todas as costumeiras cerimônias. Apenas são intercalados, aqui e acolá, entre os hinos latinos, hinos alemães, adicionados para ensinar o povo. 3 Pois cerimônias são necessárias principalmente para ensinar os imperitos. E 4 Paulo ordenou que na igreja se faça uso da língua compreendida pelo povo[248]. 5 Acostumou-se o povo a receber o sacramento em conjunto, sempre que haja pessoas preparadas. Também isso aumenta a reverência e a devoção das ceri- 6 mônias públicas. Pois ninguém é admitido a menos que, antes, seja examina- 7 do e ouvido. Advertem-se também as pessoas sobre a dignidade e o uso do sacramento, e o grande consolo que leva a consciências assombradas, a fim de aprenderem a crer em Deus e de Deus esperarem e lhe pedirem tudo o que 8 é bom. Esse culto é agradável a Deus, tal uso do sacramento alimenta o amor[249] 9 a Deus. Não parece, por conseguinte, que a missa seja celebrada entre os adversários com mais devoção do que entre nós.

10 Consta, entretanto, que, durante muito tempo, houve, da parte de todos os homens de bem, queixa pública, e muitíssimo séria, também a este respeito: 11 que as missas eram torpemente profanadas, postas a serviço da obtenção de dinheiro. E não é segredo a extensão que esse abuso assumiu em todos os templos, por que espécie de pessoas missas são celebradas apenas por causa do pagamento ou estipêndio[250], quantos celebram contrariamente à proibição dos 12 cânones. Mas Paulo ameaça gravemente aos que tratam a missa de forma indigna, ao dizer: "Aquele que comer este pão ou beber o cálice do Senhor indig- 13 namente, será réu do corpo e do sangue do Senhor". Quando, em vista disso, os nossos sacerdotes foram admoestados a respeito desse pecado, terminaram entre nós as missas privadas, já que não celebravam quase nenhumas missas particular que não fosse por causa de ganho.

14 E os bispos não desconheciam esses abusos. Se o tivessem corrigido em 15 tempo, haveria menos dissensão agora. Anteriormente, permitiram, com sua 16 dissimulação, que muitos vícios se infiltrassem na igreja. Agora, quando é tarde, começam a lamuriar sobre as calamidades da igreja. Acontece, porém, que o presente tumulto não se originou em outra coisa senão naqueles abusos, os 17 quais eram tão manifestos que não se podia tolerá-los por mais tempo. Surgi- 18 ram grandes dissensões sobre a missa, sobre o sacramento. Talvez, o mundo

---

[248] 1 Co 14.2ss.

[249] *Pietatem*. No latim eclesiástico usa-se freqüentemente no sentido de amor e dever para com Deus.

[250] *Stipendium*. No caso das missas, quantia de dinheiro que devia ser paga por quem as mandasse rezar.

deva sofrer por profanação tão longa da missa, profanação que toleraram na igreja, por tantos séculos, aqueles que a poderiam e deveriam ter corrigido. Pois, no Decálogo está escrito: "Quem tomar o nome de Deus em vão, não ficará impune"[251]. Ora, desde o princípio do mundo, nenhuma coisa divina jamais parece ter sido mal-usada com fins de ganho de tal maneira como a missa. 19 20

Acrescentou-se uma opinião que multiplicou as missas particulares ao infinito, a saber, que Cristo, com sua paixão, fizera satisfação pelo pecado original e instituíra a missa, na qual se faria oblação pelos pecados cotidianos, os mortais e os veniais. Daí promanou a opinião pública de que a missa é obra que apaga os pecados dos vivos e dos mortos em virtude da obra realizada[252]. Assim se começou a discutir se uma missa, rezada por muitos, valia tanto quanto a missa particular rezada por indivíduos. Esse debate gerou aquela multidão infinita de missas. 21 22 23

Com respeito a essas opiniões, os nosso advertiram que elas dissentem das Sagradas Escrituras e lesam a glória da paixão de Cristo. Pois a paixão de Cristo foi oblação e satisfação não só pela culpa original, mas, ainda, pelos demais pecados, conforme está escrito na Epístola aos Hebreus: "Temos sido santificados mediante a oferta do corpo de Jesus Cristo, uma vez por todas". Da mesma forma: "Com uma única oferta aperfeiçoou para sempre quantos estão sendo santificados". 24 25 26 27

Ensina também a Escritura que somos justificados diante de Deus pela fé em Cristo. Agora, se a missa tira os pecados dos vivos e dos mortos pela obra realizada, então se alcança a justificação da obra da missa, não da fé, o que a Escritura não tolera. 28 29

O que acontece é que Cristo ordena o façamos em memória dele[253]. Razão por que a missa foi instituída com a finalidade de a fé, naqueles que fazem uso do sacramento, recordar quais os benefícios recebidos mediante Cristo e erguer e consolar a consciência apavorada. Pois recordar a Cristo é recordar os benefícios e sentir que, verdadeiramente, são oferecidos a nós. E não basta recordar a história, porque isso também o podem recordar os judeus e os ímpios. A missa, portanto, deve realizar-se, a fim de, nela, ser administrado o sacramento àqueles que necessitam de consolo, como diz Ambrósio: "Visto que sempre peco, sempre devo tomar remédio"[254]. 30 31 32 33

Como, pois, a missa é tal comunhão do sacramento[255], conserva-se entre nós uma só missa comum para cada dia santo e, também, para outros dias. Se 34

---

[251] Êx 20.7. Almeida: "Porque o Senhor não terá por inocente o que tomar o sen nome em vão".

[252] *Ex opere operato.* Fórmula usual desde o século XIII. Sobre *ex opere operato*, bem como sobre *non ponere obicem e sine bono moto*, vid., p. ex., Holsten Fagerberg, *A New Look at the Lutheran Confessions*, tradução inglesa do original sueco por G. J. Lund, 1972, Concordia Publishing House, St. Louis, Missouri, pp. 167ss.

[253] Lc 22.19; 1 Co 11.25.

[254] Pseudo-Ambrósio, *De sacramentis* IV, 6, 28. MSL 16, 464B. CSEL 73; 58,17.

[255] *Communicatio sacramenti*, i. e., participação no sacramento.

alguns querem receber o sacramento, administra-se o sacramento aos que o pe-
35 dem. E esse costume não é novo na igreja. Pois os antigos, antes de Gregório[256], não fazem menção de missa privada. Da missa comum falam muitas vezes.
36 Diz Crisóstomo: "Diariamente, o sacerdote está junto ao altar, e a alguns chama
37 à comunhão, a outros recusa". E dos cânones antigos se vê que uma só pessoa celebrava a missa, e dela os demais presbíteros e diáconos recebiam o
38 corpo do Senhor. Pois é assim que rezam as palavras do cânone niceno: "Os diáconos, segundo a ordem, recebam, do bispo ou do presbítero, a sagrada co-
39 munhão, depois dos presbíteros". E Paulo ordena, com respeito à comunhão, que uns esperam pelos outros, a fim de que a participação seja comum[257].

40 Visto, pois, que, à luz da Escritura e dos Pais[258], a missa, entre nós, tem o exemplo da igreja, confiamos que não pode ser desaprovada, especialmente, tendo em vista que são conservadas cerimônias públicas em sua maior parte semelhantes às usuais. Apenas é dessemelhante o número de missas. Quanto a ele, por causa dos mui grandes e manifestos abusos, certamente seria vantajoso
41 moderá-lo. Pois, antigamente, onde quer que fosse, não se rezava missa diariamente nem mesmo nas igrejas mais freqüentadas, conforme atesta a *História Tripartida*, no livro nono: "Por outro lado, contudo, em Alexandria é às quartas e sextas-feiras que as Escrituras são lidas e os doutores as interpretam, e faz-se tudo sem o solene costume do sacrifício".

ARTIGO XXV: DA CONFISSÃO

1 A confissão não está abolida em nossas igrejas. Pois não se costuma dar o corpo do Senhor a não ser àqueles que, previamente, foram examinados e
2 absolvidos. E o povo é instruído diligentissimamente sobre a fé na absolvição, a
3 respeito da qual[259], antes de nossos tempos, houve profundo silêncio. Ensina-se aos homens que tenham a absolvição em alto apreço, porque é a voz de Deus e
4 é pronunciada por ordem de Deus. Louva-se o poder das chaves e lembra-se quão grande conforto leva às consciências aterrorizadas, e que Deus requer a fé para que creiamos nessa absolvição como sua voz que soa do céu, e que essa
5 fé verdadeiramente alcança e recebe a remissão dos pecados. Em tempos anteriores, as satisfações foram postas em evidência moderadamente. Menção nenhuma se fazia da fé, do mérito de Cristo e da justiça da fé. Razão por que,
6 nessa questão, nenhuma culpa se deve dar a nossas igrejas. Pois é força que até os nossos adversários nos concedem que a doutrina do arrependimento é tratada e apresentada pelos nossos de maneira diligentíssima.

---

[256] Gregório I, 590-604.

[257] I Co 11.33.

[258] *Ex scriptura et patribus*, i. e., conforme se pode ver da Escritura e dos Pais. Cf. texto alemão, seção 35.

[259] *Docetur.. de fide absolutionis, de qua...* Heinrich Bornkamm, *Das Augsburger Bekenntnis*, p. 43: "Über den Glauben an die Lossprechung, über die..."

Mas da confissão ensinam[260] que não é necessária a enumeração dos pecados e que as consciências não devem ser oneradas com o cuidado de enumerar todos os pecados, pois é impossível mencionar todos os pecados, como atesta o Salmo: "Quem há que possa discernir as próprias faltas?" E Jeremias: "Corrupto é o coração do homem e inescrutável"[261]. Se, porém, somente fossem perdoados os pecados que se contam, as consciências jamais poderiam aquietar-se, porque muitos pecados a gente não vê, nem se podem recordá-los. Também os escritores antigos atestam que aquela enumeração não é necessária. No Decreto[262] cita-se Crisóstomo, que diz o seguinte: "Não te digo que te exponhas em público ou que te acuses junto a outros, porém, quero que obedeças ao profeta, que diz: 'Revela o teu caminho diante de Deus'. Confessa, portanto, os teus pecados, em oração, diante de Deus, o verdadeiro juiz. Dize as tuas faltas não com a língua, porém, com a memória de tua consciência". E a glosa sobre a penitência, distinção quinta, no capítulo *Consideret*, admite que a confissão é de direito humano[263]. Todavia, a confissão é mantida entre nós, por causa do grandíssimo benefício da absolvição, como, também, por causa de outros proveitos para as consciências. 7 8 9 10 11 12

ARTIGO XXVI: DA DISTINÇÃO DE COMIDAS

Foi persuasão comum, não só do povo, mas, também, dos que ensinavam as igrejas, que distinções entre comidas e semelhantes tradições humanas são obras úteis para merecer graça e satisfazer por pecados. E que o mundo pensou assim evidencia-se do fato de que, diariamente, instituíam-se novas cerimônias, novas ordens, novos dias santos, novos jejuns, e do fato de que os mesmos, nos templos, exigiam essas obras como culto necessário para merecer graça e muito aterrorizavam as consciências quando omitiam algo. Dessa persuasão quanto às tradições, provieram muitos males da igreja. 1 2 3

Em primeiro lugar, obscureceu-se, com isso, a doutrina sobre a graça e a justiça da fé, que é a parte principal do evangelho, e que deve existir e ter eminência na igreja, acima de tudo, a fim de se reconhecer bem o mérito de Cristo, e para que a fé, que crê serem os pecados perdoados por causa de Cristo, seja posta muito acima e sobre todos os outros cultos. Essa também é a razão por que Paulo se aplica ao máximo nesse artigo, remove a lei e as tradições humanas, a fim de mostrar que a justiça cristã é algo diverso de obras dessa natureza, a saber, é a fé que crê sermos recebidos na graça por causa de Cristo. Mas essa doutrina de Paulo foi quase totalmente abafada pelas tradições, que geram a opinião de que se deve merecer a graça e a justiça por distinções entre comidas e cultos semelhantes. No arrependimento, menção nenhuma se fazia da fé. Apenas se propunham essas obras de satisfação. Julgava-se que nisso consistia todo o arrependimento. 4 5 6 7

---

[260] Os nossos.
[261] Jr 17.9: *Pravum est cor hominis et inescrutabile.*
[262] Isto é, no *Decretum Gratiani*. Cf. nota na tradução do texto alemão.
[263] Vid. texto alemão do Artigo XXV da Confissão de Augsburgo, nota 132.

8 Em segundo lugar, essas tradições obscureceram os mandamentos de Deus, porque eram postas muito acima dos preceitos divinos. Julgava-se que o cristianismo todo consistia na observação de certos dias santos, ritos, jejuns, 9 vestimenta. Essas observâncias estavam na posse do honradíssimo título de 10 serem a vida espiritual e a vida perfeita. Enquanto isso, os mandamentos de Deus, segundo a vocação, nenhum louvor recebiam: que o pai educava os filhos, que a mãe dava à luz, que o príncipe regia o país. Essas obras eram consideradas mundanas e imperfeitas, e muito inferiores àquelas esplêndidas 11 observâncias. E esse erro torturou muito a consciências piedosas. Afligiam-se porque tinham de ficar em gênero imperfeito de vida, no casamento, no governo ou em outras funções civis. Admiravam os monges e criaturas que tais, e julgavam, erroneamente, que as observâncias daqueles eram agradáveis a Deus.

12 Em terceiro lugar, as tradições trouxeram grandes perigos para as consciências, pois era impossível observar todas as tradições e, mesmo assim, os ho- 13 mens julgavam que essas observâncias eram cultos necessários. Escreve Gérson que muitos ficaram desesperados e que alguns até se suicidaram, porque entendiam que não poderiam cumprir as tradições. E, enquanto isso, ainda 14 não tinham ouvido nenhum consolo da justiça da fé e da graça. Vemos que os sumistas[264] e os teólogos coligem as tradições e procuram abrandamentos[265] para aliviar as consciências. Todavia, não libertam suficientemente, senão que, 15 por vezes, enredam as consciências mais ainda. E as escolas e sermões estiveram tão ocupados em coligir tradições que não houve tempo para tomar a Escritura e inquirir sobre uma doutrina mais útil, a da fé, da cruz, da esperança, da dignidade das coisas civis, da consolação de consciências em árduas tenta- 16 ções. Por isso, Gérson e alguns outros teólogos se queixaram energicamente, dizendo que eram impedidos por essas rixas em torno de tradições, de sorte que 17 não podiam dedicar-se a um gênero melhor de doutrina. Também Agostinho proíbe onerar as consciências com tais observâncias e, sabiamente, adverte a Januário para que esteja ciente de que devem ser observadas como coisas indiferentes. É assim que se expressa.

18 Por essa razão, não deve parecer que os nossos tomaram em mãos esse assunto irrefletidamente ou por ódio aos bispos, como alguns, erroneamente, 19 suspeitam. Houve grande necessidade de advertir as igrejas quanto àqueles er- 20 ros, que tinham nascido de tradições mal compreendidas. Pois o evangelho compele a instar, na igreja, pela doutrina da graça e da justiça da fé. Essa doutrina, todavia, não pode ser entendida, se os homens pensam que merecem graça por observâncias de sua própria escolha.

---

[264] Vid. Apologia VII, 32, nota em "sumistas".

[265] *Quaerere epiikias*. Do grego *epieíkeia*, provavelmente de *epi + eikos*, razoável, apropriado. O dicionário de Laudelino Freire traz o termo "epiquéia": "Razoável interpretação de uma lei ou preceito. 2. Moderação, meio termo". Tomás de Aquino, *Summa Theologiae*, 2a2ae., q. 120, art. 2 (texto latino *Blackfriars*, vol. 41, editado em 1972):... *epieikeia est quasi superior regula humanorum actuum* ("... a epiquéia é uma espécie de regra superior dos atos humanos")... *ad epieikeian pertinet aliquid moderari, scilicet observantiam verborum legis* ("... pertence à epiquéia moderar algo, a saber, a observância da letra da lei").

Portanto, ensinam[266] assim: que pela observância de tradições humanas (21) não podemos merecer graça ou satisfazer por pecados. Razão por que não se deve pensar que tais observâncias sejam culto necessário. (22) Acrescentam testemunhos da Escritura. Cristo, em Mt 15, desculpa os apóstolos, que não haviam observado a tradição costumeira, a qual, contudo, era considerada coisa indiferente[267] e estava relacionada com as lavagens da lei. Diz ele: "Em vão me adoram com preceitos de homens". (23) Não exige, por conseguinte, culto inútil. E pouco depois acrescenta: "Não é o que entra pela boca o que contamina o homem". (24) Da mesma forma, em Rm 14: "Porque o reino de Deus não é comida ou bebida". (25) Cl 2: "Ninguém vos julgue por causa de comida, bebida, sábado ou dia de festa"[268]. (27) Em Atos 15 diz Pedro: "Por que tentais a Deus, pondo sobre a cerviz dos discípulos um jugo que nem nós mesmos pudemos suportar, nem nossos pais? Mas cremos que somos salvos pela graça de nosso Senhor Jesus Cristo, como também eles". (28) Aqui, Pedro proíbe onerar as consciências com mais ritos ainda, quer sejam de Moisés, quer de outros. (29) E 1 Tm 4 chama a proibição de alimentos "ensinos de demônios", pois conflita com o evangelho instituir ou fazer tais obras a fim de, por elas, merecer a graça ou como se não pudesse existir justiça cristã sem tal culto.

(30) Aqui, os adversários fazem a objeção de que os nossos proíbem a disciplina e a mortificação da carne, a exemplo de Joviniano. Outra, porém, é a coisa que se encontra nos escritos dos nossos. (31) Pois sempre ensinaram, com respeito à cruz, ser necessário que os cristãos suportem aflições. (32) Ser exercitado em multifárias aflições e crucificado com Cristo, eis a mortificação verdadeira, séria e não simulada.

(33) Ensinam[269], além disso, que todo cristão deve exercitar e dominar-se mediante disciplina ou exercícios corporais e labores de modo tal que a saciedade ou a indolência não o estimulem ao pecado, não a fim de merecer remissão dos pecados ou satisfazer por pecados mediante aqueles exercícios. (34) E é preciso insistir sempre nessa disciplina corporal, não só em poucos e determinados dias, mas conforme preceitua Cristo: (35) "Acautelai-vos, para que os vossos corações não sejam sobrecarregados com orgia". (36) Também: "Esta casta de demônio não se expele senão por meio de jejum e oração". (37) E Paulo diz: "Esmurro o meu corpo e o reduzo à escravidão". (38) Aí mostra, claramente, que castiga seu corpo não no intuito de, por essa disciplina, merecer remissão de pecados, mas a fim de manter o corpo em sujeição e idôneo para as coisas espirituais e o cumprimento dos deveres de acordo com sua vocação. (39) Por isso, não se condenam os jejuns em si, mas tradições que prescrevem certos dias e determinados alimentos, com perigo para a consciência, como se tais obras fossem culto necessário.

---

[266] As nossas igrejas ou congregações.

[267] *Res media*. Edição príncipe: *Res non illicita, sed media*. Tappert, p. 67: "legalistic".

[268] Cl 2.16. A edição príncipe acrescenta Cl 2.20,21: "Da mesma forma: 'Se morrestes com Cristo para os rudimentos do mundo, por que, como vivêsseis no mundo, fazeis decretos: Não toques, não proves, não manuseies?'"

[269] Os nossos.

40 Conserva-se, todavia, entre nós, a maior parte das tradições, como as perícopes da missa, dias santos, etc., que fazem com que haja ordem na igreja. 41 Ao mesmo tempo, entretanto, os homens são advertidos de que tal culto não justifica diante de Deus, e que não se deve fazer pecado de tais coisas, se forem 42 omitidas sem escândalo. Essa liberdade, em matéria de ritos humanos, não a 43 desconheceram os Pais. Pois, no Oriente, celebrava-se a Páscoa em tempo diverso do de Roma e, quando os romanos, em razão dessa dessemelhança, acusaram o Oriente de cisma, foram advertidos por outros no sentido de que não era 44 necessário fossem tais costumes iguais em toda a parte. E Irineu diz: "A dissonância no jejum não dissolve a consonância na fé". E o papa Gregório 45 indica, na *Distinctio 12*, que tal dessemelhança não fere a unidade da igreja[270]. E na *Historia Tripartita*, livro nono, coligem-se muitos exemplos de ritos dessemelhantes, acrescentando-se as palavras: "Não foi intenção dos apóstolos estabelecer leis a respeito de dias santos, mas pregar boa conduta e piedade".

ARTIGO XXVII: DOS VOTOS MONÁSTICOS

1 O que entre nós se ensina a respeito de votos monásticos entende-se melhor quando se recorda qual foi o estado dos mosteiros, quantas coisas, 2 contrárias aos cânones, aconteciam, diariamente, nos próprios mosteiros. No tempo de Agostinho eram colégios livres; depois, corrompida a disciplina, em toda parte se adicionaram votos, a fim de que a disciplina fosse restaurada, como que num planejado sistema carcerário.

3 Além dos votos, adicionaram-se, aos poucos, muitas outras observânci- 4 as. E essas cadeias foram postas em muitos, contrariamente aos cânones, antes 5 da justa idade. Muitos entraram neste gênero de vida por engano, pois, ainda que não lhes faltasse idade, todavia, lhes minguou juízo quanto às suas forças. 6 Os que assim se enredavam eram coagidos a permanecer, ainda que alguns se 7 poderiam ter libertado com a ajuda dos cânones. E isso aconteceu mais ainda em conventos femininos do que nos de monges, conquanto se devesse ter tratado 8 o sexo mais frágil com maior consideração. Esse rigor desagradou a muitos homens de bem, antes de nossos tempos, quando viam que mocinhas e rapazinhos eram jogados em mosteiros por causa de sustento. Viam que infelicidade esse procedimento trazia, que escândalos gerou, que laços eram lançados às cons- 9 ciências. Doía-lhes ver a autoridade dos cânones totalmente negligenciada e 10 desprezada em coisa de tamanho perigo. A esses males se acrescentava uma persuasão tal sobre os votos que, consta, em tempos anteriores desagradou também aos próprios monges, pelo menos aos que foram mais sábios.

11 Diziam que votos eram iguais ao batismo; ensinavam merecer-se, com 12 esse gênero de vida, a remissão dos pecados e a justificação diante de Deus. Mais ainda: acrescentavam, até, que a vida monástica não só merecia a justiça diante de Deus, mas coisa ainda além disso, pois que nela se observavam não apenas

[270] *Decretum Gratiani* I, d.12.c.10.

13 os mandamentos, mas, também, os conselhos evangélicos. Dessa maneira, persuadiam aos homens que a profissão monástica era muito melhor do que o batismo, que a vida monástica era mais meritória do que a vida dos magistrados, dos pastores e de outros, semelhantes, os quais, sem exercícios religiosos de sua própria inventiva, vivem para sua vocação, de acordo com os mandamentos de Deus. 14 Nada disso pode ser negado, pois está em seus livros.

15 Que aconteceu depois, nos mosteiros? Antigamente eram escolas de letras sagradas e outras disciplinas úteis para a igreja, e delas se tomavam pastores e bispos. Agora, a coisa é diferente. E não é preciso dizer o que é notório. 16 Antigamente, pessoas se juntavam nos mosteiros para aprender; agora, imaginam que esse gênero de vida foi instituído a fim de se merecer graça e justiça. Pregam, na verdade, que é o estado da perfeição, e o põem muito acima de todos os outros gêneros de vida ordenados por Deus. 17 Dissemos essas coisas sem fazer odiosas exagerações, a fim de que se possa entender melhor a doutrina dos nossos a respeito dessa questão.

18 Em primeiro lugar, concernente aos que casam, ensinam ser lícito contraírem matrimônio quantos não são idôneos para o celibato, porque votos não podem anular uma ordenação e mandamento de Deus. 19 Ora, o seguinte é mandamento de Deus: "Por causa da impureza, cada um tenha a sua própria esposa". 20 E não é apenas mandamento; também a criação e ordenação obrigam ao matrimônio os que não são excetuados por singular obra de Deus, segundo a palavra: "Não é bom que o homem esteja só", Gn 2. 21 Por isso, não pecam os que obedecem a esse mandamento e ordenação de Deus.

22 Que é que se pode objetar a isso? Enalteça-se a obrigatoriedade do voto quanto se queira; ainda assim, não se pode conseguir que seja ab-rogado o mandamento de Deus. 23 Os cânones ensinam que em todo voto está exceтuado o direito do superior; por isso, muito menos valem esses votos contra os mandamentos de Deus.

24 Se não houvesse razão por que se pudesse modificar a obrigatoriedade de votos, deles também não teriam dispensado os romanos pontífices. Pois não é lícito ao homem rescindir obrigação que é simplesmente de direito divino. 25 Mas os romanos pontífices, prudentemente, sentenciaram que se deve observar eqüidade nessa obrigação. Lê-se, por isso, que, muitas vezes, dispensaram de votos. 26 Pois é conhecida a história do rei de Aragão, que foi chamado de volta de um mosteiro. E não faltam exemplos em nosso tempo.

27 Em segundo lugar, por que os adversários acentuam ao exagero a obrigação ou o efeito do voto, enquanto silenciam sobre a natureza do voto, que deve dizer respeito a coisa possível, deve ser voluntário e assumido espontânea e refletidamente? 28 Ora, de que modo a castidade perpétua está no poder do homem, é coisa que não se ignora. E quantos são os que fizeram voto espontâneo e deliberadamente? Mocinhas e rapazinhos, antes de terem a capacidade de julgar, são persuadidos a fazerem votos e, vez que outra, até são coagidos. 30 Razão por que não é justo discutir com tanta rigidez sobre a obrigação, visto concederem todos que é contra a natureza do voto fazer promessa não-espontânea e irrefletida.

31 Muitos cânones anulam votos feitos antes da idade de quinze anos, porque parece que, antes dessa idade, não há suficiente capacidade para formar 32 juízo que possa decidir sobre a vida inteira. Outro cânone, fazendo concessão ainda maior à fragilidade humana, acrescenta alguns anos. Proíbe fazer voto 33 antes de dezoito anos de idade. Seja qual for o cânone que decidimos seguir, a maior parte tem razão que justifica o abandono dos mosteiros, porque a maioria fez votos antes dessa idade.

34 Por último, ainda que se pudesse censurar a violação do voto, não é evidente, todavia, seguir-se, sem mais, que o casamento de tais pessoas deva 35 ser dissolvido. Agostinho nega que se deva dissolvê-lo 27., *quaestio* I, capítulo *Nuptiarum*. E sua autoridade não é leve, ainda que outros, posteriormente, tenham julgado de maneira diversa.

36 Conquanto pareça, por conseguinte, que o mandamento de Deus a respeito do matrimônio a muitos liberta dos votos, os nossos, todavia, apresentam ainda outra razão para mostrar que são nulos. Porque todo culto a Deus, instituído por homens, sem mandamento de Deus e escolhido para merecer a justificação e a graça, é ímpio, como diz Cristo: "Em vão me adoram com preceitos 37 de homens". E Paulo, em toda parte, ensina que não se deve buscar a justiça por intermédio de observâncias e cultos nossos, excogitados por homens, mas que ela vem pela fé aos que crêem serem recebidos por Deus, na graça, por causa de Cristo.

38 Consta, porém, haverem os monges ensinado que exercícios religiosos de própria inventiva satisfazem pelos pecados e merecem a graça e a justificação. Que outra coisa é esta senão diminuir a glória de Cristo e obscurecer e 39 negar a justiça da fé? Segue-se, portanto, que esses votos costumeiros foram 40 cultos ímpios, razão por que são nulos. Pois um voto ímpio e feito contra os mandamentos de Deus não tem validade. Como diz o cânone, jamais deve um voto ser vínculo de iniqüidade.

41 Diz Paulo: "De Cristo vos desligastes vós que procurais justificar-vos 42 na lei, da graça decaístes". Portanto, os que querem ser justificados por votos 43 perdem a Cristo e decaem da graça. Pois também aqueles que atribuem a justificação aos votos atribuem às próprias obras aquilo que, propriamente, perten-44 ce à glória de Cristo. E não se pode negar haverem os monges ensinado que eram justificados e mereciam a remissão dos pecados por seus votos e observâncias. Na verdade, inventaram coisas ainda mais absurdas: gloriaram-se de 45 que partilhavam suas obras a outros. Se alguém quisesse, aqui, exagerar odiosamente, quanta coisa poderia coligir de que os próprios monges já se envergo-46 nham! Além disso, persuadiram os homens de que exercícios religiosos de 47 própria inventiva eram o estado da perfeição cristã. Não é isso atribuir a justi-48 ficação às obras? Não é leve escândalo na igreja propor ao povo determinado culto excogitado, sem mandamento, por homens, e ensinar que tal culto justifica os homens. Porque a justiça da fé, cujo ensino é obrigação máxima na igreja, é obscurecida quando os olhos dos homens são ofuscados com aqueles miríficos cultos de anjos, aquela simulação de pobreza, humildade e celibato.

Além disso, os mandamentos de Deus e o verdadeiro culto a Deus são obscurecidos quando os homens ouvem que somente os monges estão no estado da perfeição. Pois perfeição cristã é temer seriamente a Deus e, ao mesmo tempo, ter grande fé e confiar que, por causa de Cristo, temos um Deus reconciliado, pedir e esperar, com certeza, auxílio de Deus em todos os deveres de nossa vocação e, entrementes, praticar, com diligência, boas obras na vida externa e servir a vocação. É nessas coisas que consiste a verdadeira perfeição e o verdadeiro culto a Deus, não em celibato, ou mendicância, ou vestimenta miserável. Assim, o povo concebe muitas opiniões perniciosas a partir daquelas falsas preconizações na vida monástica. Ouve louvores imoderados do celibato; por isso, vive de má consciência no matrimônio. Ouve que apenas os mendicantes são perfeitos; por isso, é de má consciência que mantém suas posses, é com ofensa à consciência que negocia. Ouve que não vingar-se é conselho evangélico; por isso, alguns não se receiam de fazer vingança na vida particular, pois ouvem que a vindita é proibida por um conselho, não por um mandamento. De outro lado, outros erram mais ainda quando julgam que toda magistratura, todo ofício civil é indigno do cristão e conflita com o conselho evangélico. 49 50 51 52 53 54 55

Encontram-se, em leituras, exemplos de homens que, abandonando o matrimônio e a administração da coisa pública, retiraram-se a mosteiros. A isso chamavam fugir do mundo e buscar um gênero santo de vida. Não viam que a Deus se deve servir de acordo com os mandamentos que ele mesmo deu, não segundo preceitos excogitados pelos homens. Gênero de vida bom e perfeito é o que tem mandamento de Deus. A respeito dessa coisa é necessário admoestar os homens. 56 57 58 59

E, antes dos tempos presentes, Gérson criticou o erro dos monges quanto à perfeição e testifica que, em seu tempo, era novidade dizer-se que vida monástica é estado de perfeição. 60

Tão grande número de opiniões ímpias prende-se aos votos: que justificam, que são perfeição cristã, que os monges observam os conselhos e os preceitos, que eles têm obras supererrogatórias[271]. Tudo isso, já que é falso e inconsistente, torna os votos nulos. 61 62

ARTIGO XXVIII: DO PODER ECLESIÁSTICO

Sobre o poder dos bispos, houve, no passado, grandes discussões em que alguns, impropriamente, confundiram o poder eclesiástico e o poder da espada. Dessa confusão nasceram mui grandes guerras e tumultos, enquanto os pontífices, apoiados no poder das chaves, não só instituíram novos cultos e oneraram as consciências com a reserva de casos e violentas excomunhões, mas, também, se lançaram à empresa de transferir reinos do mundo e tirar o poder dos imperadores. Homens piedosos e eruditos, há muito, repreenderam esses erros 1 2 3

[271] Ou: de supererrogação. No original: *opera supererogationis*. Vid. Apologia XXVII, 9, nota em "méritos supererrogatórios"; Apologia XXVII, seção 25 e texto alemão, ibidem.

4 na igreja. Por isso, os nossos, para instruir as consciências, viram-se compelidos a mostrar a diferença entre o poder eclesiástico e o poder da espada, e ensinaram que, por causa do mandamento de Deus, ambos devem ser escrupulosamente venerados e honrados como os maiores benefícios de Deus na terra.

5 Os nossos pensam assim: o poder das chaves, ou poder dos bispos, é, segundo o evangelho, o poder ou ordem de Deus de pregar o evangelho, remitir 6 e reter pecados e administrar os sacramentos. Pois Cristo envia os apóstolos com esta ordem: "Assim como o Pai me enviou, eu também vos envio. Recebei o Espírito Santo. Se de alguns perdoardes os pecados, são-lhes perdoados; se 7 lhos retiverdes, são retidos". E Mc 16: "Ide, pregai o evangelho a toda criatura, etc."

8 Esse poder é exercido apenas através do ensino ou pregação do evangelho e pela administração dos sacramentos a muitos ou a indivíduos, de acordo com a vocação. Pois o que se concede aí não são coisas corporais, porém, 9 eternas, a justiça eterna, o Espírito Santo, a vida eterna. Isto só se pode alcançar pelo ministério da palavra e dos sacramentos, como diz Paulo: "O evangelho é o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê". E Sl 119[272]: "A 10 tua palavra me vivifica". Visto, pois, o poder eclesiástico conceder coisas eternas e ser exercido apenas pelo ministério da palavra, embaraça a administra- 11 ção política tão pouco quanto a estorva a arte de cantar. Pois a administração política trata de coisas diferentes das do evangelho. O magistrado defende não as mentes, porém, os corpos e as coisas corpóreas contra manifestas injustiças, e reprime os homens com a espada e penas temporais. O evangelho defende as mentes contra opiniões ímpias, contra o diabo e a morte eterna.

12 Não se devem confundir, por isso, o poder eclesiástico e o civil. O poder eclesiástico tem sua própria incumbência: ensinar o evangelho e administrar 13 os sacramentos. Não deve invadir ofício alheio, transferir reinos do mundo, ab-rogar as leis dos magistrados, abolir a obediência legítima, impedir julgamentos a respeito de quaisquer ordenações ou contratos civis, prescrever leis 14 aos magistrados sobre a forma de constituir a coisa pública. Conforme diz 15 Cristo: "O meu reino não é deste mundo". Também: "Quem me constituiu juiz 16-17 ou partidor entre vós?" E Paulo diz, Fp 3: "A nossa pátria está nos céus". 2 Co 10: "As armas da nossa milícia não são carnais, e sim, o poder de Deus para destruir cogitações, etc."

18 Dessa maneira, os nossos fazem distinção entre os ofícios de ambos os poderes e ordenam que ambos sejam honrados e reconhecidos como dom e benefício de Deus.

19 Se bispos têm algum poder de espada, não o têm como bispos, através do mandato do evangelho, mas por direito humano, dado por reis e imperadores para a administração de seus bens civis. Esta função, entretanto, é diversa da do ministério do evangelho.

20 Quando, pois, se indaga sobre a jurisdição dos bispos, deve distinguir- 21 se entre autoridade civil e a jurisdição eclesiástica. Assim, segundo o evangelho, ou, como se diz, de direito divino, compete aos bispos, como bispos, isto

[272] Sl 119.50.

é, àqueles que estão incumbidos do ministério da palavra e dos sacramentos, esta jurisdição: perdoar pecados, rejeitar doutrina que dissente do evangelho e excluir da comunhão da igreja os ímpios cuja impiedade é conhecida. Todavia, sem força humana, mas com a palavra. Nisso, as igrejas, necessariamente e de 22 direito divino, devem prestar-lhes obediência, segundo a palavra: "Quem vos der ouvidos, ouve-me a mim".

Todavia, quando ensinam ou estabelecem algo contra o evangelho, 23 então as igrejas têm mandamento de Deus que proíbe obedecer. Mt 7: "Acautelai-vos dos falsos profetas". Gl 1: "Se um anjo do céu pregar outro 24 evangelho, seja anátema". 2 Co 13: "Porque nada podemos contra a verdade, 25 senão em favor da própria verdade". Também: "Dada nos é autoridade para 26 edificação, não para destruição". Assim também preceituam os cânones II, 27 *quaestio VII*, nos capítulos *Sacerdotes* e *Oves*. E Agostinho diz, na epístola 28 contra Petiliano: "Também com os bispos católicos não se deve concordar, caso suceda que errem ou pensem algo que seja contrário às Escrituras canônicas de Deus".

Se têm algum outro poder ou jurisdição para conhecer de certas causas, 29 por exemplo, em questões de casamento ou dízimo, etc., têm-no por direito humano. Quando faltam os ordinários, os príncipes são obrigados, mesmo contra a sua vontade, a pronunciar direito aos súditos, para a manutenção da paz pública.

Discute-se, além disso, se os bispos ou pastores têm o direito de insti- 30 tuir cerimônias na igreja e fazer leis sobre alimentos, feriados, graus dos ministros ou ordens, etc. Os que atribuem esse direito aos bispos alegam o teste- 31 munho: "Tenho ainda muito que vos dizer, mas vós não o podeis suportar agora; quando vier, porém, o Espírito da verdade, ele vos ensinará toda a verdade". Alegam também o exemplo dos apóstolos, que ordenaram abstenção do 32 sangue e do sufocado. Alegam o sábado, que foi mudado para o domingo, 33 contrariamente ao Decálogo, como parece. Nenhum exemplo é mais enfatizado do que a mudança do sábado. Contendem que é grande a autoridade da igreja, pois dispensou um preceito do Decálogo.

Mas, a respeito dessa questão, os nossos ensinam assim: que os bispos 34 não têm poder para estabelecer algo conta o evangelho, conforme se mostrou acima. É o que também declaram os cânones em toda a *Distinção nona*. Além 35 disso, é contrário à Escritura criar tradições, a fim de, pela observância delas, satisfazermos pelos pecados ou merecermos ser justificados. Pois a glória do 36 mérito de Cristo é lesada quando julgamos ser justificados mediante tais observâncias. Mas consta que, por causa dessa persuasão na igreja, as tradições 37 cresceram quase ao infinito, enquanto era sufocada a doutrina da fé e da justificação da fé. Porque, uns após outros, mais feriados foram estabelecidos, mais jejuns prescritos e novas cerimônias e novas ordens instituídas, porque os autores de tais coisas julgavam que mereciam a graça por essas obras. Assim 38 aumentaram, anteriormente, os cânones penitenciais, e deles ainda vemos alguns vestígios nas satisfações.

Da mesma forma, os autores das tradições agem contra o mandamento 39 de Deus quando põem pecado em alimentos, dias e coisas semelhantes e one-

ram a igreja com a escravidão da lei, como se, para merecer a justificação, fosse necessário que existisse, entre os cristãos, um culto semelhante ao levítico, 40 de cuja ordenação Deus houvesse incumbido os apóstolos e os bispos. Pois é assim que escrevem alguns e parece que os pontífices, em parte, foram enganados 41 com o exemplo da lei mosaica. Daí provêm cargas como estas: que é pecado mortal fazer trabalho manual em dias santos, ainda quando não haja ofensa a outros; que certos alimentos poluem a consciência; que jejuns, não os naturais, mas os aflitivos[273], são obras que reconciliam a Deus; que é pecado mortal omitir as horas canônicas; que, em caso reservado, um pecado não pode ser perdoado, a menos que haja autoridade do reservante, quando os próprios cânones falam aqui não da reserva de culpa, mas da reserva da pena eclesiástica.

42 De onde têm os bispos o direito de impor tais tradições às igrejas para ilaquear as consciências, quando Pedro proíbe impor jugo aos discípulos, e Paulo diz que o poder lhes foi dado para edificação, não para destruição? Por que multiplicam os pecados mediante tais tradições?

43 Existem, porém, claros testemunhos que proíbem fazer tradições para 44 reconciliar a Deus ou como se fossem necessárias para a salvação. Diz Paulo, em Cl 2: "Ninguém vos julgue por causa de comida, bebida, dia de festa, lua 45 nova ou sábados". Também: "Se morrestes com Cristo para os rudimentos do mundo, por que, como se vivêsseis no mundo, fazeis ordenanças: não manuseies, não proves, não toques? Todas estas coisas, como o uso, se destroem e 46 são preceitos e doutrinas dos homens e têm aparência de sabedoria". Em Tito 1: "Não se ocupem com fábulas judaicas, nem com mandamentos de homens desviados da verdade".

47 Em Mt 15 diz Cristo a respeito daqueles que exigem tradições: "Deixai-48 os: são cegos e guias de cegos". E reprova tais cultos: "Toda planta que meu Pai celestial não plantou, será arrancada".

49 Se os bispos têm o direito de onerar as consciências com tais tradições, então, por que a Escritura proíbe, tantas vezes, estabelecer tradições? Por que lhes chama doutrinas de demônios? Foi em vão que o Espírito Santo preveniu contra isso?

50 Segue-se, portanto, que, visto as ordenações instituídas como necessárias, ou com a idéia de merecer a justificação, conflitarem com o evangelho, 51 não é lícito aos bispos instituir tais cultos ou exigi-los como necessários. Pois é necessário reter nas igrejas a doutrina da liberdade cristã de que não é necessária a servidão da lei para a justificação, conforme está escrito em Gálatas: 52 "Não vos submetais de novo ao jugo de escravidão". É necessário reter o artigo principal do evangelho: que alcançamos a graça pela fé em Cristo, não por determinadas observâncias ou por cultos instituídos pelos homens.

53 Que se deve pensar, portanto, do domingo e de ritos similares das igrejas? A isso respondem os nossos ser lícito aos bispos ou pastores fazer ordenações para que as coisas sejam feitas com ordem na igreja, não a fim de, por elas, satisfazermos por pecados ou se obrigarem as consciências a que as tenham

---

[273] *Non naturae, sed afflictiva*, i. e., não os jejuns a que a pessoa se submete por razões de ordem natural, mas aqueles que cumpre por causa de penitência.

na conta de cultos necessários. Assim, Paulo ordena que, na congregação, as mulheres velem a cabeça e que os intérpretes[274] na igreja sejam ouvidos um após outro. 54

É conveniente que as igrejas, por causa do amor e da tranqüilidade, obedeçam a tais ordenações e as conservem até onde um não ofenda o outro, fazendo-se, pelo contrário, tudo nas igrejas com ordem e sem tumulto. Contudo, de maneira tal que não se onerem as consciências, de forma que pensem serem coisas necessárias para a salvação e julguem que pecam quando as violam sem escândalo. Assim como ninguém dirá pecar a mulher que, sem escândalo, se apresenta em público de cabeça descoberta. 55 56

Tal é a observância do domingo, da Páscoa, do Pentecostes e de feriados e ritos semelhantes. Pois é incorreto o pensamento dos que julgam que a observância do domingo em lugar do sábado foi instituída como necessária, pela autoridade da igreja. Foi a Escritura que ab-rogou o sábado, não a igreja. Porque, depois de revelado o evangelho, podem omitir-se todas as cerimônias mosaicas. Contudo, visto que era necessário estabelecer um dia determinado, a fim de que o povo soubesse quando devia reunir-se, é manifesto que a igreja destinou o domingo para esse fim, e parece que a solução agradou tanto mais por esta razão adicional: terem os homens um exemplo de liberdade cristã e saberem que nem o sábado nem qualquer outro dia é observância necessária. 57 58 59 60

Há discussões inauditas sobre a mudança da lei, sobre cerimônias da nova lei, sobre a mudança do sábado. Tudo isso se originou da falsa persuasão de que na igreja devia haver culto semelhante ao levítico, e de que Cristo comissionou os apóstolos e os bispos de excogitarem novas cerimônias necessárias para a salvação. Esses erros se insinuaram na igreja, porque não se ensinou de maneira suficientemente clara a justiça da fé. Alguns sustentam que a observância do domingo, na verdade, não é de direito divino, mas como que de direito divino. Prescrevem, com respeito a dias santos, em que medida é lícito trabalhar. Que outra coisa são tais disputas senão laços para as consciências? Pois, ainda que procurem mitigar[275] as tradições, jamais se pode alcançar a eqüidade enquanto permanece a opinião de que são necessárias. E essa opinião, necessariamente, permanece onde se ignora a justiça da fé e a liberdade cristã. 61 62 63 64

Os apóstolos ordenaram abster-se do sangue, etc. Quem observa isso hoje em dia? Contudo, não pecam os que deixam de observá-lo, porque os próprios apóstolos não quiseram onerar as consciências com tal escravidão, mas apenas o proibiram por algum tempo, a fim de evitar escândalo. Pois no decreto deve considerar-se a perpétua vontade do evangelho. 65 66

Dificilmente algum cânone é observado com exatidão e, diariamente, muitos se tornam obsoletos, até entre os que defendem as tradições. Nem se pode prestar auxílio às consciências, a menos que mantenha a eqüidade de saber que as tradições são observadas sem serem tidas na conta de necessárias, e 67 68

---

[274] Cf. texto alemão: *Prediger.*

[275] *Epiikeizare.* Vid. nota em Confissão de Augsburgo, trad. texto lat., XXVI, 14.

que as consciências não são feridas, ainda que o uso dos homens mude em tal coisa.

69 Os bispos, entretanto, poderiam manter facilmente a obediência legítima, se não insistissem na observância de tradições que não se podem guardar 70 de boa consciência. Mas agora exigem o celibato e a ninguém recebem, a me- 71 nos que jure não querer ensinar a pura doutrina do evangelho. As nossas igrejas não pedem que os bispos, para restaurar a concórdia, abram mão da honra 72 deles, ainda que a bons pastores conviesse fazê-lo. Pedem apenas que revoguem cargas injustas que são novas e foram recebidas contrariamente ao costume da 73 igreja católica. Talvez, de início, essas constituições tivessem razões plausíveis, 74 as quais, todavia, em tempos ulteriores, já não são congruentes. Também é manifesto que algumas foram recebidas devido a erro. Conviria, por isso, à clemência dos bispos mitigá-las agora, pois tal mudança não quebra a unidade da igreja. Porque muitas tradições humanas foram mudadas com o passar do 75 tempo, conforme mostram os próprios cânones. Se, porém, não se pode obter uma relaxação quanto às observâncias que não se podem cumprir sem pecados, então devemos seguir a norma apostólica que ordena obedecer antes a Deus do que aos homens.

76-77 Pedro proíbe que os bispos dominem e coajam as igrejas. O de que se trata, agora, não é que os bispos abram mão de sua dominação. Pede-se, isto sim, apenas o seguinte: que permitam seja o evangelho ensinado de maneira pura e relaxem algumas poucas observâncias que não se podem observar sem 78 pecado. Se não fizerem isso, então vejam lá, eles mesmos, como responderão perante Deus pelo fato de, com essa pertinácia, darem causa a cisma.

CONCLUSÃO

1 Recenseamos os artigo precípuos sobre os quais, manifestamente, há controvérsia. Embora se pudesse haver falado de maior número de abusos, in- 2 cluímos, para evitar prolixidade, apenas os principais. Houve grandes queixas sobre indulgências, peregrinações, abuso em matéria de excomunhão. As paróquias eram vexadas de muitas maneiras por pregadores de indulgências[276]. Houve infinitas contendas entre pastores e monges sobre direito paroquial, confissões, sepultamentos e com respeito a inumeráveis outras coisas. 3 Passamos por alto assuntos dessa natureza, para que os pontos principais dessa matéria, concisamente propostos, pudessem ser entendidos mais facil- 4 mente. E nada se disse ou recenseou aqui no intuito de insultar a quem quer que 5 fosse. Mencionou-se apenas aquilo que, segundo nos parecia, era necessário dizer, a fim de que se pudesse compreender que, em doutrina e cerimônias, entre nós, nada se recebeu que seja contra a Escritura ou a igreja católica. Porque é manifesto que nos acautelamos diligentissimamente para que, em nossas igrejas, não se insinuassem dogmas novos e ímpios.

---

[276] *Stationarii.*

Seguindo o edito da Majestade Imperial, quisemos apresentar os artigos acima, para que se mostrasse neles nossa confissão e se discernisse a suma da doutrina dos que ensinam entre nós. Caso falte algo nessa confissão, estamos prontos, se Deus quiser, a dar informação mais ampla, segundo as Escrituras. 6 7

De Vossa Majestade Imperial súditos fiéis:

João, Duque da Saxônia, eleitor
Jorge, Margrave de Brandenburg
Ernesto, de próprio punho
Filipe, Landgrave de Hesse, subscreveu
João Frederico, Duque da Saxônia
Francisco, Duque de Lüneburg
Wolfgang, Príncipe de Anhalt
Senado e magistratura de Nurembergue
Senado de Reutlingen.

III

APOLOGIA
DA
CONFISSÃO DE AUGSBURGO

Introdução

A convocação feita pelo Imperador Carlos V para a Dieta que se reuniria em Augsburgo, em 1530, pedia que uma declaração de fé fosse apresentada não só pelos príncipes e representantes de cidades livres que se chamavam a si mesmos de evangélicos, mas, também, por aqueles que permaneciam leais a Roma (vid. acima, Introdução à *Confissão de Augsburgo*). Dois dias depois da leitura da *Confissão de Augsburgo* na Dieta, o partido romano decidiu preparar uma resposta como refutação do documento luterano. Essa tarefa foi confiada a uma comissão de teólogos liderados pelo representante do papa. Após uma redação insatisfatória, outra, mais breve, mais aprazível e pacífica foi preparada. Esta é a *Confissão Romana*, que foi publicamente lida diante da Dieta, no dia três de agosto, na mesma sala em que a *Confissão de Augsburgo* havia sido lida anteriormente. O imperador, prontamente, exigiu que os evangélicos admitissem que a sua posição tinha sido refutada, recusando-se a dar-lhe uma cópia da *Confutação* enquanto não o fizessem.

Apesar dessa imposição, os partidários da *Confissão de Augsburgo* decidiram preparar uma resposta à *Confutação Romana* com base nas notas apressadamente feitas durante a leitura pública. O preparo foi confiado especialmente a Filipe Melanchthon. O trabalho da resposta foi atrasado pela participação de Melanchthon, durante o mês de agosto, em uma série de conferências com teólogos romanos destinados a reconciliar as diferenças entre as duas partes. Apesar de tudo, a primeira redação da *Apologia da Confissão de Augsburgo* está pronta para ser apresentada em 22 de setembro. O documento foi rejeitado pelo Imperador.

Na sua jornada de volta a Wittenberg, Melanchthon começou a revisar e ampliar a *Apologia* e continuou a trabalhar nela por meses, ajudado, por fim, pelo recebimento de uma cópia da *Confutação*, provavelmente de Nurembergue. Na sua forma ampliada, a *Apologia* foi publicada no fim de maio de 1531. A princípio, tida como publicação particular de Melanchthon, tornou-se confissão de fé oficial quando foi assinada, juntamente com a *Confissão de Augsburgo*, em Esmalcalde, em 1537 (vid. abaixo, introdução aos *Artigos de Esmalcalde*). Ela é importante como comentário contemporâneo da *Confissão de Augsburgo*, feita pelo principal autor dessa Confissão.

PREFÁCIO

APOLOGIA DA CONFISSÃO
Filipe Melanchthon saúda o leitor

Lida, publicamente, a Confissão[1] de nossos príncipes, alguns teólogos e monges prepararam uma confutação[2] de nosso escrito. Depois que Sua Majestade Imperial fizera que ela também fosse lida no conclave dos príncipes, exigiu dos nossos príncipes assentissem a essa confutação. 1

Os nossos, entretanto, porque tinham ouvido que foram desaprovados muitos artigos aos quais não podiam renunciar sem agravo à consciência, rogaram lhes fosse exibido um exemplar da *Confutação*, a fim de que pudessem verificar o que os adversários condenaram, bem como refutar-lhes a argumentação. 2

E em causa tão importante, que diz respeito à religião e ao doutrinamento das consciências, julgaram que os adversários exibiram seu escrito sem relutância.

Os nossos, contudo, só podiam[3] alcançar isso ao preço de condições perigosíssimas, que lhes era impossível aceitar[4].

Em seguida, porém, deu-se o início a uma pacificação, em que se evidenciou que os nossos nenhum fardo recusavam, por molesto que fosse, contanto que assuntível sem agravo à consciência. Mas os adversários exigiam obstinadamente que aprovássemos alguns abusos manifestos, e até erros. Como não nos fosse possível fazer tal coisa, S. M. Imperial voltou a exigir que nossos príncipes assentissem à *Confutação*, o que se recusaram a fazer. 3 4

Como anuiriam, em matéria de religião, a escrito não inspecionado? E tinham ouvido que foram condenados alguns artigos nos quais não podiam, sem crime, confirmar o parecer dos adversários.

Mas haviam ordenado[5] que eu e alguns outros preparássemos uma apologia da Confissão na qual se expusessem a S. M. Imperial as razões pelas quais não aceitamos a *Confutação* e se diluíssem as objeções dos adversários. 5

---

[1] Refere-se à Confissão de Augsburgo.

[2] Dirigidos pelo legado Campégio, participaram da *Confutatio Pontificia* cerca de vinte teólogos, destacando-se Eck, Faber, Cochläus, Dietenberger, Wimpina.

[3] Literalmente, "puderam" (*potuerunt*).

[4] No dia 5 de agosto, o imperador, de antemão, recusou uma resposta escrita dos luteranos, exigiu colação com os ortodoxos antigos com base na *Confutação* e pôs a condição de que os luteranos não entregassem a *Confutação* a outras pessoas e não imprimissem sua Confissão nem a resposta pontifícia .

[5] Os príncipes luteranos.

6 Pois durante a leitura, alguns dos nossos assentaram os pontos cardeais
7 das questões de provas[6]. Afinal, ofereceram essa apologia a S. M. Imperial, para que se inteirasse do fato de que razões importantíssimas e gravíssimas nos impediam de aprovar a *Confutação*. S. M. Imperial, todavia, não acolheu o escrito apresentado.

8 Posteriormente, veio a lume um decreto no qual os adversários se gloriam de haverem refutado nossa Confissão, estribando-se nas Escrituras.

9 Aí tens, portanto, leitor, nossa Apologia, da qual entenderás não só o que os adversários têm julgado (pois referimos de boa fé), senão, ainda, que condenaram, contra a manifesta Escritura do Espírito Santo, alguns artigos. Tão longe está de ser verdade que hajam abalado nossas sentenças por meio das Escrituras.

10 Ainda que, de saída, empreendemos a Apologia após deliberação com outros, fiz, contudo, alguns adendos durante a composição. Declaro, por isso, meu nome, para que ninguém possa queixar-se de que o livro foi dado à estampa sem autor certo.

11 Nessas controvérsias, sempre foi meu costume reter, na medida do possível, a forma doutrinária usual, a fim de, mais facilmente, se poder, algum dia, chegar à concórdia. Nem agora procedo de maneira muito diversa, embora pudesse, com razão, afastar os homens desta época ainda mais das opiniões dos adversários.

12 Nossos adversários, entretanto, procedem de modo tal, que evidenciam não estar procurando a verdade nem a concórdia, porém que buscam sorver-nos o sangue.

13 Escrevi com o máximo comedimento possível; e, se algo parece expresso mais asperamente, devo, aqui, adiantar que polemizo com os teólogos e monges que escreveram a *Confutação*, não com o Imperador ou os príncipes, os quais
14 venero devidamente. Vi, porém, há pouco, a *Confutação*, e notei que foi redigida tão insidiosa e caluniosamente, que pode iludir, em alguns passos, até os acautelados.

15 Não tratei todas as cavilações, o que seria obra infinita. Mas abarquei os argumentos principais, a fim de que haja, entre todas as nações, testemunho nosso de como formamos entendimento correto e piedoso do evangelho de
16 Cristo. Não nos deleita a discórdia nem deixamos de inquietar-nos de nosso risco, pois, facilmente, atinamos quão grande é o perigo em tamanho azedume de rancores, com que percebemos estarem incendiados os adversários. Não podemos, entretanto, abrir mão de verdade manifesta, e necessária à igreja.

Julgamos, por isso, que aflições e perigos pela glória de Cristo e em benefício da igreja devem ser suportados. E temos a confiança de que este nosso serviço alcance as boas graças de Deus. Esperamos, outrossim, que os juízos da posteridade a nosso respeito sejam mais equânimes.

17 E não se pode negar que os nossos patentearam e esclareceram muitos pontos cardeais da doutrina cristã com respeito aos quais é de extremo provei-

[6] Principalmente o humanista nuremberguense Joaquim Camerário, amigo de Melanchthon.

to que ocupem lugar de relevo na igreja. Desapraz referir, aqui, a natureza e periculosidade das opiniões debaixo das quais esses pontos, outrora, jaziam soterrados entre monges, canonistas e teólogos sofistas.

Temos o testemunho público de muitos homens de bem, que agradecem a Deus o sumo benefício de haver ensinado, a respeito de muitos pontos necessários, coisas melhores do que as que se lêem, por toda a parte, entre nossos adversários. 18

Vamos, pois, encomendar nossa causa a Cristo, o qual, algum dia, julgará essas controvérsias. A ele suplicamos que olhe pelas igrejas aflitas e dispersas e as reconduza à concórdia sagrada e perpétua. 19

APOLOGIA DA CONFISSÃO

ARTIGO I: DE DEUS

Aprovam os adversários o primeiro artigo de nossa Confissão[7], no qual declaramos crer e ensinar que há uma só essência divina, indivídua, etc., havendo, contudo, três pessoas distintas, da mesma essência divina, e coeternas: Pai, Filho e Espírito Santo. Sempre ensinamos e defendemos esse artigo e cremos ter ele testemunho bíblico certo e firme, que não pode ser abalado. E perseveramos na afirmativa de que os de outro sentir estão fora da igreja de Cristo, são idólatras e ultrajam a Deus. 1 2

ARTIGO II: DO PECADO ORIGINAL

O segundo artigo – do pecado original – aprovam-no os adversários. Todavia, de modo a censurarem a definição de pecado original consignada por nós, de passagem[8]. Já, aqui, no próprio vestíbulo, perceberá Sua Majestade 1

---

[7] I. e., da Confissão de Augsburgo. *Confutatio Pontificia,* CR 27 (colunas 84 a 85): *In primis cum articulo primo confiteantur unitatem essentiae divinae in tribus personis iuxta Nicaeni concilii decretum; eorum confessio acceptanda est, eo, quod per omnia ad normam fidei et cum Romana concordat ecclesia* ("Especialmente, quando, no artigo primeiro, confessam a unidade da essência divina em três pessoas, de acordo com o decreto do Concílio de Nicéia, a Confissão deles deve ser aceita, porque, em tudo, concorda com a norma da fé e a Igreja Romana").

[8] Texto lat.: *obiter*. A ed. *tappert* (op. cit., p. 100) não traduz as palavras *quam nos obiter recitavimus*. Texto alemão: *so wir doch zufällig allein des Orts davon geredt*. – *Confutação* (CR 27, coluna 88): *At declaratio articuli, quod peccatum originis sit, quod nascantur homines sine metu Dei, sine fiducia erga Deum, est omnino reiicienda, cum sit cuilibet Christiano manifestum, esse sine metu Dei, sine fiducia erga Deum, potius esse culpam actualem adulti, quam noxam infantis recens nati, qui usu rationis adhuc non pollet: velut Dominus ad Mosen ait: Tui parvuli, qui hodie boni et mali ignorant distantiam. Deut. I. Sed et ea reiicitur declaratio, qua vitium origi-*

Imperial que os autores da *Confutação* foram baldos não só na formação de juízo crítico, senão, ainda, em candura. Enquanto nós outros quisemos recensear, singelamente e por alto[9] o que o pecado original compreende, essa gente, excogitada uma interpretação acerba, desfigura, engenhosamente, uma sentença que, em si, nada de impróprio tem. Eis o que dizem: "Estar sem temor de Deus, sem fé é culpa atual". Negam, portanto, que seja culpa original.

2 Está suficientemente claro que essas argúcias vieram à luz nas escolas, não no conselho do Imperador. Ainda que a cavilação pode ser refutada muito facilmente, pedimos, contudo, em primeiro lugar, seja inspecionada a Confissão germânica[10], a fim de todos os homens de bem entenderem que nada de absurdo ensinamos sobre a questão. Absolver-nos-á ela da suspeita de novidade. Eis o que nela vem escrito: *Weiter wird gelehrt, dass nach dem Fall Adae alle Menschen, so natürlich geboren werden, in Sunden empfangen und geborn werden, das ist, dass sie alle von Mutterleib an voll böser Lüst und Neigung sind, keine wahre Gottesforcht, kein wahren Glauben an Gott von Natur haben können*[11].

3 Atesta esse passo que aos propagados segundo a natureza carnal, não só negamos os atos, mas, também, a potência ou os dons de produzir temor ou confiança relativamente a Deus. Pois dizemos que os assim nascidos têm concupiscência e não pode produzir temor e confiança verdadeiros para com Deus. Onde, aí, qualquer coisa que se possa censurar? Entendemos, deveras, que estamos suficientemente justificados aos olhos de homens de boa fé. Pois, neste sentido, a descrição latina recusa à natureza a potência, isto é, os dons e a virtude de produzir temor e confiança relativamente a Deus, e, nos adultos, nega ainda os atos. De sorte que, ao fazermos menção da concupiscência, entendemos não só os atos ou frutos, mas, também, a contínua inclinação da natureza.

4 Mostraremos além, mais amplamente, que nossa descrição concorda com a definição usual e antiga. Antes disso, deve ser manifestado o propósito que nos levou a usar justamente estas palavras neste lugar.

---

nis concupiscentiam dicunt, si ita concupiscentiam volunt esse peccatum, quod etiam post baptismum remaneat peccatum in puero ("Mas a declaração do artigo de que pecado original é nascerem os homens sem temor de Deus, sem confiança em Deus, deve ser inteiramente rejeitada, visto ser manifesto a qualquer cristão que estar sem temor de Deus, sem confiança em Deus, antes, é culpa atual de adulto do que ofensa de infante recém-nascido, o qual ainda não possui ricamente o uso da razão, como diz o Senhor a Moisés: 'Os teus pequeninos, que hoje ainda ignoram a diferença entre o bem e o mal', Dt 1. Mas também é rejeitada a declaração com a qual chamam de concupiscência a falta original, se querem dizer que a consupiscência é pecado assim, que continua pecado numa criança, mesmo depois do batismo").

[9] Texto lat.: *obiter* ("por alto" ou "de passagem"). Não traduzido na ed. Tappert (op. cit., p. 100).

[10] A Confissão de Augsburgo.

[11] Confissão de Augsburgo II, 1. Vid. tradução portuguesa acima.

Reconhecem os adversários, nas escolas, que o *materiale*[12] do pecado original, como dizem, é a concupiscência[13]. Foi, por isso, necessário não se omitisse o fato na definição, especialmente nos tempos que correm, em que alguns filosofam sobre a questão de maneira pouco religiosa.

Há quem[14] sustente não ser o pecado original vício ou corrupção na natureza humana, mas, apenas, servidão ou condição da mortalidade que a descendência adâmica, sem qualquer vício próprio, suporta por culpa alheia. Acrescentam, além disso, que ninguém é condenado à morte eterna em razão do pecado original, assim como de escrava nascem escravos e suportam essa condição sem vícios de natureza, mas em virtude da desgraça materna. Para significar que essa opinião ímpia nos desagrada, fizemos menção da concupiscência, e, muito bem intencionados, a chamamos de enfermidade e expusemos que a natureza dos homens nasce corrupta e viciosa. 5 6

Não nos limitamos, entretanto, a chamá-lo[15] de concupiscência; dissemos também que faltam o temor de Deus e a fé. O aditamento levava de mira o que segue: também os doutores escolásticos, não compreendendo suficientemente a definição de pecado original recebida dos Pais, diminuem esse pecado. Questionam, dizendo que *fomes*[16] é qualidade de corpo e, ineptos como costumam ser, indagam se aquela qualidade foi contraída mediante contágio de fruto ou ao sopro da serpente, e se medicamentos lhe promovem o crescimento[17]. Com essa espécie de questões calcaram a matéria principal. Por isso, quando versam o pecado original, esquecem vícios mais greves da natureza 7 8

---

[12] Justus Jonas: *Die Materien oder Materiale*. H. G. Pöhlmann, op. cit., p. 39: "Inhalt". J. Pelikan (*Tappert*, op. cit., p. 101): "material element". Em Apologia II.35 Justus Jonas traduz: *das Material*.

[13] Cf. Tomás de Aquino, *Summa Theologiae*, 1a 2ae., quaestio 82, articulus 3 (texto latino ed. dos *Blackfriars*, vol. 26, p. 38, 1965): *Inordinatio autem aliarum virium animae praecipue in hoc attenditur quod inordinate convertuntur ad bonum commutabile; quae quidem inordinatio communi nomine potest dici 'concupiscentia'. Et ita peccatum originale materialiter quidem est concupiscentia, formaliter vero est defectus originalis justitiae* ("Mas a desordem das outras forças da alma nota-se precipuamente nisso de se voltarem desordenadamente ao bem mutável, desordem essa que se pode designar com o nome comum [conhecido] de 'concupiscência'. E assim, o pecado original, materialmente, é concupiscência, formalmente, porém, é carência da justiça original"). J. A. Möhler (*Symbolik*, livro I, parte I, capit. II, § 5, p. 61) explica *materialiter*, nesse texto, com "der Erscheinung nach" [Erscheinung des Wesens], e *formaliter* com "dem Wesen nach". O autor, aliás, remete, erroneamente, ao art. IV, em vez de ao III, de 1a2ae., q. 82.

[14] Vid. Confissão de Augsburgo II, 3, nota em "outros".

[15] I. e., ao pecado original.

[16] Usado como sinônimo de *concupiscentia*. Cf , por ex., Pedro Lombardo, *Sent*. lib. II. d. 30,7. MSL 192, 722. Texto original: *fomes oder böse Neigung* ("fomes ou má inclinação"). Cf., ainda, texto alemão, II, 35: *die böse Neigung und Lust* (para *concupiscentia*); II, 42: *fomes oder die böse Neigung*. Em português existe o termo (arcaico) "fomes" (substantivo masculino), no sentido de: 1) concupiscência; 2) grande apetite; 3) aquilo que estimula; 4) incentivo (cf., por ex., Laudelino Freire, *Grande e Novíssimo Dicionáro da Língua Portuguesa*.

[17] Sobre a questão *pomum* ou *flatus serpentis*, vid., p. ex., Gabriel Biel, in: *Sent*. I. II d. 30 a 3 dub. 2. J. Pelikan (Tappert, p. 101) não traduz bem o *utrum augeatur medicamentis*: "whether medicine can cure it".

humana: ignorância e desprezo de Deus, falta de temor de Deus e de confiança nele, odiar o juízo de Deus, fugir do Deus judicante, irar-se com ele, desesperar a graça, pôr confiança em coisas presentes, etc. Essas enfermidades, que conflitam ao máximo com a lei divina, não nas atentam os escolásticos. Atribuem, ao revés, à natureza humana virtude íntegra para amar a Deus sobre todas as coisas e cumprir-lhe os preceitos quanto à substância dos atos.
9 Nem percebem que suas sentenças se entrebatem. Pois, ter a faculdade de, por forças próprias, amar a Deus sobre todas as coisas e cumprir seus mandamentos,
10 que outra coisa não é senão estar na posse da justiça original? Pois, se a natureza humana possui tanta força, a ponto de poder, por si mesma, amar a Deus sobre todas as coisas, como os escolásticos, ousadamente, afirmam, que será, então, pecado original? Mas para que será necessária a graça de Cristo, se podemos tornar-nos justos por nossa própria justiça? Para que será necessário o Espírito Santo, se forças humanas, por si mesmas, podem amar a Deus sobre
11 todas as coisas e obedecer a seus preceitos? Quem, aí, não vê quão errônea é a maneira de pensar dos adversários? Reconhecem enfermidades mais leves da natureza humana, desconhecendo outras, mais graves, das quais a Escritura nos adverte em toda a parte, e os profetas, continuamente, se queixam, a saber: segurança carnal, desprezo e ódio a Deus, e vícios semelhantes, que nos são
12 inatos. Mas, depois que os escolásticos misturaram à doutrina cristã a especulação filosófica sobre a perfeição da natureza, atribuíram ao livre arbítrio e aos atos ilícitos[18] mais do que bastava e ensinaram que os homens são justificados diante de Deus por justiça filosófica ou civil, a qual também nós confessamos sujeita à razão e, de algum modo, em nosso poder, depois disso, não
13 puderam divisar a mácula interior da natureza humana. E, dessa, nem se pode ajuizar exceto à luz da palavra de Deus, que os escolásticos não tratam muitas vezes em suas discussões.

14 Essas as razões por que mencionamos, também, a concupiscência ao descrevermos o pecado original, e as razões por que negamos às forças naturais do homem temor a Deus e confiança nele. Quisemos significar que o pecado original também compreende estes males: ignorância e desprezo de Deus, o estar falto de temor a Deus e de confiança nele, o não poder amar a Deus. Estes são os achaques principais da natureza humana, que conflitam, particularmente, com a primeira tábua do Decálogo[19].

15 E não dissemos algo de novo. Corretamente entendida, a definição antiga afirma coisa de todo em todo idêntica, ao dizer que pecado original é carência de justiça original[20]. Mas, que é justiça? Aqui, os escolásticos armam rixas
16 sobre questões dialéticas, deixando de explicar o que é justiça original. Ora, justiça, nas Escrituras, abraça não só a segunda tábua do Decálogo, senão, também, a primeira, que preceitua a respeito do temor a Deus, de fé, de amor a

---

[18] Vid. nota em Apologia IV, 290.

[19] A primeira tábua do Decálogo é a dos mandamentos sobre o amor a Deus: 1 a 3. (A segunda tábua é a dos mandamentos relativos ao amor ao próximo).

[20] *Di alten Scholastici... sagen* ("Os escolásticos antigos... dizem").

ele. Por isso, a justiça original haveria de compreender não apenas uma associação bem proporcionada das qualidades físicas, mas, ainda, estes dons: notícia mais certa[21] de Deus, temor de Deus, confiança nele ou, pelo menos, retidão e poder para efetuar essas coisas. E a Escritura o atesta ao dizer que o homem foi feito à imagem e semelhança de Deus. Que outra coisa vem a ser isto senão que, no homem, foram reproduzidas essa sabedoria e justiça que apreendem a Deus e nas quais Deus reluz, isto é, que o homem foi dadivado com notícia de Deus, temor de Deus, confiança em Deus e coisas semelhantes? É assim que interpretam a semelhança com Deus Irineu[22] e Ambrósio[23]. Este, além de dizer muitas outras coisas a propósito, ainda fala desta maneira: "Não está, portanto, conforme à imagem divina a alma em que Deus não é sempre"[24]. E Paulo mostra, em Efésios e Colossenses[25], que imagem de Deus é notícia de Deus, justiça e verdade. Nem se arreceia o Lombardo de dizer que a justiça original é a mesma semelhança divina introduzida no homem por Deus[26]. Referi- 17 18 19 20 21 22

[21] A tradução alemã de Justus Jonas não leva em consideração o comparativo *certiorem*: *Ein helles Licht im Herzen, Gott und sein Werk zu erkennen.* A tradução de Bente-Dau (*Concordia Triglotta*, p. 109) não chama a atenção para o comparativo, porque lhe dá valor apenas intensivo (valor que ele, de fato, tem em certas construções, como *alqm certiorem facere de alqa re*): "a quite certain knowledge of God". J. Pelikan (Tappert, p. 102): "*a surer* knowledge of God" (grifo nosso). Esse texto de Melanchthon interessa no debate em torno da *notitia Dei naturalis* nas Confissões Luteranas (vid., p. ex., Edmund Schlink, *Theologie der lutherischen Bekenntnisschriften*, 2ª ed., 1946, p. 83).

[22] Nasceu na Ásia Menor. Na juventude, foi discípulo de Policarpo. Segundo bispo de Lyon, Gália, a partir de 177 ou 178. Presume-se que tenha morrido em 202. É considerado o teólogo mais importante do II século. Sua obra principal são os cinco livros do *Adversus Haereses* (Migne, *Patrologia Graeca* 7, pp. 433-1224. Texto padrão até agora: W. W. Hervey, *Sancti Irenaei episcopi Lugdunensis libros quinque adversus haereses*, 2 volumes, Cambridge, 1857), uma das fontes mais valiosas para o estudo das seitas gnósticas. Sobre a referência feita por Melanchthon, cf. *Adversus Haereses* V, 11, 2ª ed. Hervey, vol. II, p. 349. Migne, SG 7, 1151.

[23] Gaulês. 339?-397. Bispo de Milão, de 374 a 397. Um dos mais eminentes Pais dos primeiros séculos.

[24] *Hexaëmeron* VI, 8, 45. MSL 14, 260A. CSEL 32, 1, p. 236, 17: *Non est ergo ad imaginem Dei [anima] in qua Deus sempre est?*

[25] Ef 5.9; Cl 3.10.

[26] Pedro Lombardo, *Setentiarum libri quattuor*, II dist. 16 c. 4 (MSL 192, 684): *Factus est ergo homo secundum animam ad imaginem et similitudinem non patris vel filii vel spiritus sancti, sed totius trinitatis. Ita et secundum animam dicitur homo esse imago Dei, quia imago Dei in eo est.* – Pedro Lombardo, o *Magister sententiarum* (cerca 1100-1160), célebre bispo de Paris. Seus *Sententiarum libri IV*, um "protótipo" das sumas medievais (F. C. Copleston, *Medieval Philosophy*, Harper Torchbooks, 1961, p. 58), constituem uma coleção – com análise e comparação – das *sententiae patrum*, especialmente de Agostinho. A obra chegou a ser "el texto clásico de la enseñanza oficial, la norma y estímulo al mismo tiempo de los estudios sagrados en los teólogos de los períodos siguientes hasta fines del siglo XVI" (Martin Grabmann, *História de la Teología Católica*, Espasa – Calpe, S. A., Madrid, 1946, trad. espanhola de D. Gutiérrez, p. 52). Também Lutero, no início de suas atividades magisteriais, deu aulas sobre as sentenças desse famoso manual de dogmática. Desde 1971 podem consultar-se os textos dos primeiros dois livros (Deus e as criaturas) na magnífica edição crítica (3ª) dos franciscanos de Quaracchi: *Magistri Petri Lombardi Sententiae in IV Libris Distinctae*, Editiones Collegii S. Bonaventurae ad Claras Aquas, Grottaferrata, Roma.

mos as sentenças dos antigos que, de forma nenhuma, criam dificuldades à interpretação agostiniana da imagem[27].

23 Por conseguinte, a definição antiga, quando diz que o pecado é carência de justiça, não só nega a virtude da obediência no que diz respeito às forças inferiores do homem, senão ainda nega notícia de Deus, confiança em Deus, temor e amor de Deus, ou, certamente, a força para efetuar essas coisas. Pois os próprios teólogos dizem nas escolas não serem estas coisas feitas sem determinados dons e sem o auxílio da graça. Para que se possa compreendê-lo, denominamos os mesmos dons notícia de Deus, temor e confiança em Deus. Evidencia-se disso que a definição antiga diz coisa inteiramente idêntica à que dizemos, quando negamos[28] o temor de Deus e a confiança, isto é, não somente os atos, mas, também, os dons e o poder para efetuá-los.

24 Do mesmo teor é a definição que se encontra em Agostinho, o qual costuma definir o pecado original como sendo concupiscência[29]. Pois ele mostra que à justiça perdida sucedeu a concupiscência. Porque a natureza enferma, não podendo temer, amar e crer em Deus, busca e ama as coisas da carne. Ao juízo de Deus, ou o despreza, segura, ou aterroriza, odeia-o. Destarte, Agostinho inclui tanto a privação como o hábito vicioso que lhe sucedeu. 25 Mas a concupiscência não é apenas corrupção das qualidades físicas, senão, também, depravada mudança para as coisas carnais nas virtudes[30] superiores. Aqueles que atribuem ao homem, simultaneamente, concupiscência não mortificada pelo Espírito Santo e amor a Deus sobre todas as coisas, não percebem o que dizem.

26 Na descrição do pecado original, expressamos, pois, corretamente, ambas as coisas, a saber, aqueles defeitos: não poder crer em Deus, não poder temer e amar a Deus, também, ter concupiscência, que, contrariamente à palavra de Deus, busca as coisas da carne, isto é, busca não só a volúpia física, senão, também, sabedoria e justiça carnais, e confia nesses bens, desprezando a Deus. 27 E não só os antigos, mas também outros, mais recentes – os de maior sensatez dentre esses –, ensinam que, efetivamente, o pecado original consiste, a um só tempo, nos defeitos por mim recenseados e em concupiscência. Assim, Tomás: "O pecado original abrange privação da justiça original e, com isso, desordenada disposição das partes da alma, não sendo, por conseqüência, pura privação, mas uma espécie de hábito corrupto"[31]. 28 E Boaventura: "À pergunta

---

[27] Agsotinho, *De trinitate* XII, 7, 12, 14, MSL 44, 1003, 1048, 1051.

[28] Relativamente ao homem natural.

[29] Agostinho, *De nuptiis et concupiscentia* I. 24, 27. MSL 44, 429. CSEL 42, 240, 2ss. *Contra Julianum* II, 9, 31ss. MSL 44, 694.

[30] Ou forças. Texto lat.: *in superioribus viribus*. "Força" é um dos sentidos de "virtude".

[31] Tomás de Aquino, *Summa Theologiae*, 1a.2ae., q. 82, a.1, ad 1 (texto latino *Blackfriars*, vol. 26, 1965, p. 30): *Ad primum ergo dicendum quod, sicut aegritudo corporalis habet aliquid de privatione, inquantum tollitur aequalitas sanitatis, et aliquid habet positive, scilicet ipsos humores inordinate dispositos, ita etiam peccatum originale habet privationem originalis justitiae, et cum hoc inordinatam dispositionem partium animae. Unde non est privatio pura, sed est quidam*

sobre o que seja pecado original, responde-se corretamente, dizendo que é concupiscência imoderada. Também acerta quem responde que é carência da justiça devida. E uma dessas respostas inclui a outra"[32]. Da mesma forma julga Hugo ao dizer que pecado original é ignorância na mente e concupiscência na carne[33]. Quer ele dizer que trazemos, ao nascer, ignorância de Deus, incredulidade, desconfiança, desprezo, ódio a Deus. É o que inclui quando nomeia ignorância. E estas sentenças concordam com as Escrituras. Paulo, a quando e quando, expressamente, lhe chama defeito, como em 1 Co 2[34]: "Ora, o homem natural não aceita as coisas do Espírito de Deus". Em outra parte, chama-lhe concupiscência, eficaz nos membros e produtora de frutos[35] maus. Poderíamos citar mais passagens concernentes às duas partes, mas em coisa manifesta não há necessidade de testemunhos. E o leitor perspicaz facilmente poderá julgar não serem apenas culpas atuais estar sem temor de Deus e sem fé. São imperfeições duradouras em natureza não renovada. 29 30 31

Portanto, no que tange ao pecado original, nada pensamos que seja estranho à Escritura ou à igreja católica, mas repurgamos e restituímos à luz gravíssimas sentenças da Escritura e dos Pais, soterradas por discussões sofísticas de teólogos recentes. A própria coisa mostra claramente não haverem os teólogos mais recentes percebido qual o escopo dos Pais ao falaram sobre defeito. É, porém, necessário o conhecimento do pecado original. Não se pode entender a magnitude da graça de Cristo senão depois de conhecidas nossas enfer- 32 33

---

habitus corruptus. ("Quanto ao primeiro ponto, deve dizer-se, portanto, que, assim como em enfermidade corporal, há algo de privação, em quanto a isso de ser desfeito o equilíbrio da saúde, e algo de positivo, a saber, os humores desordenadamente dispostos, assim também no pecado original há privação da justiça original e, com isso, uma disposição desordenada das partes da alma. De sorte que não é privação pura, senão unma espécie de hábito corrupto"). As *partes animae* ("partes da alma") são os poderes (*potentiae*) da alma. – Transcrevemos o texto inteiro para ajudar ao leitor que, talvez, estranhe o fato de a tradução alemã de Justus Jonas, nesse passo, atribuir a Tomás de Aquino as palavra *aliquid positivum*: *Derhalben ist es, sagt er, nicht allein eitel lauter Mangel, sondern auch "aliquid positivum"*. ("Por isso é, diz ele [Tomás de Aquino], não apenas pura carência, mas, também, *aliquid positivum*"). De um período em que se verifica o processo sintático da comparação, Melanchthon citou apenas a parte que vem depois do "ita". Justus Jonas acrescentou algumas palavras do "sicut". Seria errôneo, entretanto, concluir que, segundo o pensamento de Tomás de Aquino, o pecado original acrescenta alguma qualidade positiva à natureza. O *aliquid positivum* de Tomás de Aquino designa o estado em que a perda da justiça original deixa a natureza. Enquanto a oposição à justiça original, o pecado original, é privação pura, pela qual aquele bem *totaliter est ablatum* (cf. *Summa Theologiae*, 1a.2ae., 85, 1); enquanto oposição à natureza aperfeiçoada por aquele bem, o pecado original é a condição inarmônica dos poderes da alma descrita como *quidam habitus corruptus*.

[32] Boaventura, *In Sent.* lib. II. dist. 30. q. un. art. 2c. Boaventura faleceu em 1274. Doutor Seráfico, Príncipe da Mística, uma das grandes figuras da teologia e da filosofia no século XIII. Chamado segundo fundador da Ordem Franciscana. O *Comentário às Sentenças*, do qual é o texto citado por Melanchthon, é a obra principal de Boaventura. Seu *Breviloquium* é considerado o melhor compêndio de dogmática da Idade Média.

[33] Hugo de S. Vitor (falecido em 1141; cognominado de *alter Augustinus*), *De sacramentis* I, 7. c. 28. MSL 176, 299 A.

[34] 1 Co 2.14.

[35] Rm 7.5.

midades. A menos que hajamos reconhecido estar o coração por natureza falto de amor e temor a Deus, bem como de confiança nele, toda a justiça do homem
34 é mera hipocrisia aos olhos de Deus. Por essa razão diz o profeta: "Depois que fui instruído, bati no peito"[36]. Também: "Eu disse na minha perturbação: Todo homem é mentiroso"[37], isto é, não ajuíza de Deus com acerto.

35 Aqui, os adversários fustigam também a Lutero, por haver escrito: O pecado original permanece depois do batismo[38]. Acrescentam que esse artigo foi condenado com justiça por Leão X[39]. Sua Majestade Imperial, contudo, surpreenderá manifesta calúnia neste lugar. Pois os adversários sabem em que sentido Lutero queria esta sentença de que o pecado original sobre-resta ao batismo. Sempre escreveu que o batismo destrói a culpa[40] do pecado original, ainda que permanece o *materiale*[41] do pecado, como lhe chamam, isto é, a concupiscência. No tocante ao *materiale*, aditou, outrossim, que o Espírito Santo, dado pelo batismo, começa a mortificar a concupiscência[42] e cria novos movi-
36 mentos no homem[43]. Da mesma forma, também fala Agostinho[44], que diz: "O

---

[36] Jr 31.19. Na Apologia: *Postquam ostendisti mihi, percussi femur meum.* (Depois que o mostraste a mim, bati com força na coxa"). *Percussi femur* é tradução literal do hebraico, em que a expressão significa "demonstrar arrependimento", "arrepender-se", o mesmo sentido da expressão portuguesa "bater nos peitos".

[37] Sl 116.11.

[38] Segunda tese lipsiana de Lutero: *In puero post baptismum peccatum remanens negare, hoc est Paulum et Christum semel conculcare.* (WA 2,160). Cf. *Confutatio* (CR 27, 88): *Iam pridem enim damnati sunt a sede apostolica duo articuli Martini Lutheri... de peccato remanente in puero post baptismum.* ("Pois há muito foram condenados pela Sé Apostólica dois artigos de Martinho Lutero... sobre o pecado que subsiste na criança depois do batismo").

[39] A segunda sentença dos *Errores Martini Luther* da bula *Exsurge Domine*, de 15 de junho de 1520. Cf. Denzinger-Schönmetzer, *Enchiridion Symbolorum*, ed. de 1965, número 1452.

[40] Texto lat.: *reatum*. No latim eclesiástico, o termo designa a idéia de culpa, dívida. Cf. Vulgata, Êx 32.35: *Percussit ergo Dominus populum pro reato vituli, quem facerat Aaron* ("Feriu, pois, o Senhor ao povo, em razão da culpa quanto ao bezerro que Arão fizera"). Dt 21.8: *Et auferetur ab eis reatus sanguinis* ("E será tirada deles a culpa do sangue"). O termo da língua portuguesa "reato" designa o estado ou a condição do réu (o dicionário de Laudelino Freire o consedera desusado nesta acepção) e a obrigação de cumprir penitência dada pelo confessor. H. G. Pöhlmann (*Apologia*, op. cit., p. 43): *Schuld*. Cf. Apologia IV, 210, nota em "reato".

[41] Vid. nota em Apologia II, 4.

[42] BSLK (p. 154, nota 2) remete para notas marginais de Lutero a Pedro Lombardo (WA 9, 74,18ss.; 75,16ss.) e acrescenta que àquela altura, Lutero ainda concluía não ser a concupiscência o próprio pecado original, visto que não é abolida no batismo, mas *poena originalis peccati*. Urs Baumann (*Erbsünde?*, p. 54) remete ainda a uma palavra de Lutero no comentário à Epístola aos Romanos (WA 56, 314): *Quia aperta causa humilitatis est, quod peccatum in nobis manet, sed 'non dominatur nobis', quia subiectum est spiritui, ut ipse destruat ipsum, quod prius regnavit super ipsum.* ("Porque é patente causa para humildade o fato de o pecado permanecer em nós. Mas 'não nos domina' [Rm 6.14], por estar sujeito ao espírito, para que esse destrua aquilo que antes reinou sobre ele").

[43] "Do cativeiro babilônico da Igreja", in OSel 2, 381.

[44] Sobre esta referência da Apologia a Agostinho, cf., p. ex., Ernst Kinder, *Die Erbsünde*, pp. 81-83; Holsten Fagerberg, *A New Look at the Lutheran Confessions*, 141-143; Urs Baumann, *Erbsünde?*, p. 54.

pecado é remitido no batismo não assim que já não exista, mas de maneira que não é imputado"[45]. Aqui, reconhece abertamente que o pecado existe, isto é, que permanece, ainda que não é imputado. E essa sentença agradou a tal ponto aos que vieram depois, que até nos decretos é mencionada. E, contra Juliano, diz Agostinho: "A lei que está nos membros fica remitida pela regeneração espiritual e remanesce na carne mortal. Fica perdoada porque a culpa fica remitida no sacramento, pelo qual os crentes renascem; permanece, contudo, porque gera desejos contra os quais batalham os crentes"[46]. 37 Sabem os adversários que Lutero pensa e ensina dessa maneira e, conquanto não possam desaprovar a coisa, torcem, não obstante, as palavras, a fim de esmagar, com esse artifício, o inocente.

38 Discutem, entretanto, dizendo que a concupiscência é pena e não pecado. Lutero sustenta que é pecado. Foi dito acima que Agostinho difiniu o pecado original como sendo concupiscência[47]. Queixem-se de Agostinho, se esta sentença tem algo de impróprio. 39 De mais a mais, Paulo diz: "Mas eu não teria reconhecido o pecado, senão por intermédio da lei; pois não teria eu conhecido a cobiça, se a lei não dissera: Não cobiçarás"[48]. Também: "Mas vejo nos meus membros outra lei que, guerreando contra a lei da minha mente, me faz prisioneiro da lei do pecado que está nos meus membros"[49]. 40 Cavilação nenhuma pode aniquilar esses testemunhos. Pois à concupiscência claramente lhe chama pecado, o qual, todavia, não é imputado a quem está em Cristo, ainda que, por natureza, é coisa digna de morte, quando não perdoada. 41 Assim pensam, sem contorvérsia possível[50], os Pais. Pois Agostinho refuta, em longa discussão, o parecer dos que julgavam não ser a concupiscência no homem vício,

---

[45] *De nupt. et concup.* I, 25. MSL 44,430. No texto a que se refere a Apologia, Agostinho escreve: ... *dimitti concupiscentiam carnis in Baptismo, non ut non sit, sed ut in peccatum non imputetur. Quamvis autem reatu suo jam soluto, manet tamen, donec sanetur omnis infirmitas nostra proficiente renovatione interioris hominis de die in diem, cum exterior induerit incorruptionem* ("A concupiscência da carne é remitida no batismo, não de modo que deixe de existir, mas de maneira que não é imputada como pecado. Ainda que sua culpa já está absolvida, permanece, contudo, até que esteja sarada toda a nossa fraqueza pela progressiva renovação do homem interior, de dia em dia, quando o homem exterior for revestido de incorruptibilidade").

[46] *Contra Julianum* II, 3. MSL 44,675.

[47] Vid. nota em Apologia II, 24.

[48] Rm 7.7.

[49] Rm 7.23.

[50] Texto lat.: *citra controversiam,* ("sem dúvida"). H. G. Pöhlmann (*Apologia*, p. 44): *einhellig*, "unânimes". Justus Jonas: "Und hat keinen Zweifel".

mas *adiaphoron*[51], assim como a cor do corpo[52] ou a saúde adversa se dizem *adiaphora*[53].

42 Se, porém, os adversários contenderem, dizendo que *fomes*[54] é *adiaphoron*, não só muitas passagens da Escritura protestarão, mas a igreja toda inteira. Pois, embora não se haja logrado consenso perfeito, quem jamais ousou dizer que era *adiaphoron* isso: duvidar da ira de Deus, da graça de Deus, da palavra de Deus, irar-se com os juízos de Deus, indignar-se por Deus não libertar imediatamente das aflições, caramunhar pelo fato de os ímpios fruírem de melhor fortuna que os bons, ser movido por ira, desejo desordenado, cobiça

43 de glória, riqueza, etc. E homens piedosos reconhecem essas coisas em si mesmos, como se vê nos salmos e profetas. Nas escolas, entretanto, para cá transferiram, da filosofia, sentenças de todo em todo diversas: que, por causa de paixões, não somos nem bons nem maus, nem louvados nem repreendidos. Igualmente, que nada é pecado, a menos que seja voluntário. Essas opiniões foram externadas entre filósofos relativamente à jusiça civil, não com respeito à divina. Remendam ainda, com prudência em nada maior, outras sentenças: que a natureza não é má. Não condenamos esta sentença quando proferida a ponto. O que não está bem é desvirtuá-la para diminuir o pecado original. E, contudo, lêem-se estas sentenças nos escolásticos, que misturam,

44 intempestivamente, com o evangelho doutrina filosófica ou secular sobre os costumes. E essas questões não eram discutidas só nas escolas, senão que, das escolas, como costuma acontecer, eram levadas ao povo. Reinavam essas persuasões, alimentado a confiança nas forças humanas e destruindo o conhecimento da graça

45 de Cristo. Por isso, Lutero, querendo significar a magnitude do pecado original e da fragilidade humana, ensinou que aqueles resíduos do pecado original não são, de sua natureza, *adiaphora*[55] no homem, carecendo, ao contrário, da graça de Cristo para não serem imputados, e do Espírito Santo, a fim de serem mortificados.

46 Conquanto os escolásticos diminuam tanto o pecado com a pena, ao ensinarem que o homem pode, com suas próprias forças, cumprir os mandamentos de Deus, no Gênesis, a pena imposta ao pecado é descrita de maneira

---

[51] Texto alemão: *weder gut noch böse*. H. G. Pöhlmann (*Apologia*, p. 44): *wertneutral* (axiologicamente neutro). Vid. Fórmula de Concórdia, Epítome X, título: *Adiaphora oder Mitteldinge*. Texto lat.: *adiaphora seu res mediae et indifferentes*. Sobre o termo *Mittteldiing*, comenta Lorenz Wunderlich: "... perhaps the most descriptive and the most adequate of all the equivalents for adiaphora" ("Adiaphora", in: *The Abiding Word*, ed. por Theodore Laetsch, vol. 2, p. 686, St. Louis, 1947). Em português, temos, já dicionarizados, os substantivos "adiaforismo", "adiaforista" (ou "adiaforita") e "adiaforia" (este só em filos.); os adjetivos "adiaforista" (ou "adiaforita"), "adiáforo", "adiaforístico" e "adiafórico" (este só em filos.). Cf., p. ex., o *Dicionário de Laudelino Freire* e o *Novo Aurélio*. Em nosso trabalho usamos o vocábulo "adiáforo" também como substantivo.

[52] Texto lat.: *corporis color*. Texto alemão: *schwarzen oder weissen Leib haben* ("ter corpo preto ou branco").

[53] P. ex., *Contra Julianum* IV, 9ss., MSL 44, 740ss.

[54] Vid. Apologia II, 7, nota em "fomes".

[55] Vid. Apologia II, 41, nota em "adiaphoron".

diversa. Lá, a natureza humana é sujeita não só à morte e a outros males corporais, mas, também, ao reino do diabo. Pois, no Gênesis está exarada esta sentença horrível: "Porei inimizade entre ti e a mulher, entre a tua semente e a semente dela"[56]. O defeito e a concupiscência são castigos e pecados; a morte e outros males físicos e a tirania do diabo são, propriamente, castigos. Pois a natureza humana foi entregue à servidão, permanecendo cativa do diabo, que a enlouquece com opiniões ímpias e erros e a impele a toda espécie de pecados. Mas, assim como o diabo não pode ser vencido senão com o auxílio de Cristo, da mesma forma não podemos libertar-nos dessa servidão por nossas próprias forças. A própria história do mundo ostenta quão grande é o poder da satanocracia. O mundo está pleno de blasfêmias contra Deus e opiniões ímpias, e nesses grilhões o diabo mantém enredados os que são sábios e justos aos olhos do mundo. Vícios mais crassos manifestam-se em outros. Como, porém, nos foi dado Cristo, que tanto afasta esses pecados como essas penalidades e destrói o reino do diabo, o pecado e a morte, não podemos conhecer os benefícios de Cristo, a menos que entendamos nossos males. Por isso, nossos pregadores ensinaram diligentemente sobre essas coisas e nada de novo transmitiram, mas propuseram as sentenças das Sagradas Escrituras e dos santos Pais. 47 48 49 50

Julgamos que satisfará a S. M. Imperial o que ficou dito referente às cavilações pueris e vulgares com que os adversários desfiguraram nosso artigo. Pois sabemos que pensamos acertadamente e com a igreja católica de Cristo. Caso, porém, os adversários renovarem essa controvérsia, não faltará entre nós quem responda, patrocinando a verdade. Porque, nessa questão, os adversários, pela maior parte, não entendem o que dizem. Muitas vezes enunciam coisas conflitantes, e não explanam correta e logicamente nem a forma do pecado original, nem isso a que chamam defeitos. Nós, entretanto, não quisemos perquirir, nesse lugar, as rixas deles com demasiada sutileza. Pensamos apenas que deveria ser mencionado, em termos usuais e conhecidos, o parecer dos santos Pais, que também nós seguimos. 51

ARTIGO III: DE CRISTO

Aprovam os adversários o terceiro artigo[57], no qual confessamos duas naturezas em Cristo, isto é, uma natureza humana, assumida pelo Verbo na unidade de sua pessoa; e que o mesmo Cristo sofreu e morreu, para reconciliar conosco o Pai; e que foi ressuscitado, a fim de reinar, justificar e santificar os crentes, etc., segundo o Símbolo Apostólico e o Niceno. 1

---

[56] Gn 3.15. Almeida RA: "entre a tua descendência e o seu descendente".
[57] Da Confissão da Augsburgo. Cf. *Confutatio*, CR 27, 90s.

ARTIGO IV: DA JUSTIFICAÇÃO

1 No quarto, quinto, sexto e, abaixo, no artigo vigésimo, condenam-nos por ensinarmos que os homens alcançam remissão de pecados não em virtude de méritos próprios, mas, gratuitamente, por causa de Cristo, pela fé em Cristo. Pois condenam as duas coisas: negarmos que os homens alcançam remissão de pecados em virtude de seus méritos e afirmarmos que, pela fé, os homens obtêm
2 remissão de pecados, sendo justificados pela fé em Cristo[58]. Como, porém, nessa controvérsia, ventila-se a questão principal da doutrina cristã, questão que, acertadamente entendida, ilustra e amplifica a honra de Cristo e traz consolação necessária e ubérrima às consciências piedosas, rogamos a S. M. Imperial
3 nos ouça com clemência em matéria de tamanha importância. Pois os adversários, não entendendo o que vem a ser remissão de pecados, fé, graça, justiça, desonram, miseravelmente, esse tópico, obscurecem a glória e os benefícios de Cristo e privam as consciências piedosas das consolações propostas em Cristo.
4 Todavia, a fim de podermos tanto firmar nossa confissão, como diluir as objeções dos adversários, devem ser ditas algumas coisas antes, para que se possam conhecer as fontes das duas espécies de doutrina, da dos adversários e da nossa.

5 Toda a Escritura deve ser distribuída por estas duas questões principais: a lei e as promessas. Pois ora propõe a lei, ora, a promessa respeito a Cristo, a saber, quando, ou promete que Cristo virá, e, por causa dele, promete remissão de pecados, justificação e vida eterna, ou, quando Cristo, depois de aparecido,
6 promete, no evangelho, remissão dos pecados, justificação e vida eterna. Neste debate, chamamos "lei" aos preceitos do Decálogo, onde quer que se leiam nas Escrituras. Das cerimônias e leis judiciais de Moisés nada dizemos agora.

7 Dentre essas, os adversários tomam a lei, porque, naturalmente, a razão humana entende a lei de algum modo (pois tem o mesmo juízo escrito por Deus[59] na mente), e, por intermédio da lei, buscam remissão de pecados e justifi-
8 cação. Mas o Decálogo requer não só obras civis externas, que a razão pode produzir de uma ou de outra maneira, senão, ainda, outras coisas, postas muito acima da razão, a saber: temer, amar e invocar verdadeiramente a Deus, realmente pensar que Deus ouve, e esperar o auxílio de Deus na morte, em todas as aflições; requer, por derradeiro, obediência a Deus na morte e em todas as aflições, para que não fujamos delas ou as repilamos quando Deus as impõe.

---

[58] *Confutatio*, CR 27, coluna 93: *Nam si quis intenderet improbare merita hominum, quae per assistentiam gratiae divinae fiunt; plus assentiret Manichaeis, quam ecclesiae catholicae. Ommino enim sacris literis adversatur negare meritoria opera nostra* ("Pois se alguém intencionasse desaprovar os méritos dos homens que são adquiridos pela assistência da graça divina, mais assentiria aos maniqueus do que à igreja católica. Pois é inteiramente oposto às Sagradas Letras negar nossas obras meritórias"). *Confutatio*, CR 27, coluna 99: *Quod vero in eodem articulo iustificationem soli fidei tribuunt, ex diametro pugnat cum evangelica veritate, opera non excludente* ("Mas que no mesmo artigo [sexto] atribuam a justificação à fé somente, isso conflita diametralmente com a verdade do evangelho, que não exclui as obras").

[59] Ou: por ação (providência, comunicação) divina, pelo céu, divinamente, etc. No original: *divinitus*. Erroneamente traduzido na ed. Tappert (p. 108): "naturally".

Aqui, os escolásticos, tendo seguido na esteira dos filósofos, somente ensinam uma justiça da razão, ou seja, obras civis, adindo, mentirosamente, que a razão sem o Espírito Santo pode amar a Deus sobre todas as coisas. Pois, enquanto a alma humana vive descuidada, não sentindo a ira ou o juízo de Deus, pode imaginar que deseja amar a Deus, que, por amor dele, quer fazer o bem. Ensinam, dessarte, merecerem os homens remissão de pecados quando fazem o que está neles, isto é, se a razão, doendo-se do pecado, elicia[60] um ato de amor de Deus, ou age bem por causa de Deus. E essa opinião, por lisonjear, naturalmente, os homens, gerou e promoveu muitos cultos na igreja, votos monásticos, abusos da missa, e, de tempos em tempos, outros excogitaram outros cultos e observâncias com essa opinião. E, a fim de nutrir e incrementar a confiança em tais obras, afirmaram que Deus, necessariamente, confere graça a quem opera, não por necessidade de coação, mas de imutabilidade. 9 10 11

Inerem a essa opinião, muitos erros grandes e perniciosos, que fora longo enumerar. Cogite o leitor prudente apenas isto: se essa é a justiça cristã, que distância vai da filosofia à doutrina de Cristo? Se merecemos remissão de pecados por esses atos elícitos[61] nossos, que é que dá Cristo? Se podemos ser justificados pela razão e suas obras, para que é necessário Cristo ou a regeneração? E partir dessas opiniões, a coisa já resvalou a tal ponto, que muitos nos ridicularizam por ensinarmos que se deve buscar outra justiça, acima da filosófica. Ouvimos que alguns, banido o evangelho, em lugar de sermão[62] explicaram a ética de Aristóteles. E, aliás, nem andavam errados se é verdadeiro o que os adversários defendem. Pois Aristóteles escreveu de maneira tão erudita sobre ética civil, que, a respeito, nada mais é preciso exigir. Estão aí livrinhos em que se comparam alguns ditos de Cristo com os de Sócrates, Zenão e outros, como se Cristo tivesse vindo para transmitir algumas leis pelas quais houvéssemos de merecer remissão de pecados, como se não a recebêssemos gratuitamente, pelos méritos dele. Se, pois, recebemos a doutrina dos adversários nesse ponto – que merecemos remissão de pecados e justificação pelas obras da razão –, já não haverá diferença entre a justiça filosófica ou, certamente, a farisaica e a cristã. 12 13 14 15 16

Embora os adversários, a fim de não preterirem de todo a Cristo, requeiram notícia histórica dele e lhe lancem o mérito de um certo hábito, dado a nós ou, como eles mesmos o chamam, *prima gratia*, a qual entendem como hábito que nos inclina a mais facilmente amarmos a Deus, é, contudo, exíguo o que atribuem a esse hábito, porque imaginam que os atos da vontade são da mesma espécie, antes e depois daquele hábito. Imaginam que a vontade pode amar a Deus. Todavia, aquele hábito a estimula a fazê-lo com melhor boa vontade. E mandam seja esse o primeiro[63] hábito merecido por méritos precedentes[64]. 17

---

[60] Sobre eliciar, vid. nota em Apologia IV, seção 290.

[61] Sobre "atos elícitos", vid. nota em Apologia IV, seção 290.

[62] Ou: diante do povo. No original: *pro concione*.

[63] *Concordia Triglotta* (p. 125) entende o *primum* com advérbio: "And they bid us first merit this habit". No original: *Et iubent mereri hunc habitum primum*.

[64] Sobre a possibilidade de merecer de côngruo a primeira graça: Gabriel Biel, *Epitome et collectorium ex Occamo circa quatuor sententiarum Libros*, lib. II, distinctio 27, quaestio unica.

Em seguida, ordenam que se mereçam, pelas obras da lei, incremento daquele
18 hábito e a vida eterna. Desta arte sepultam a Cristo, para que os homens não se valham dele como de mediador e não julguem receber a remissão dos pecados e a reconciliação gratuitamente, por causa dele, e sonhem, ao contrário, que, por seu próprio cumprimento da lei, merecem remissão de pecados e são considerados justos aos olhos de Deus. No entanto, nunca se satisfaz a lei, já que a razão nada faz senão algumas obras civis, não temendo, entrementes, a Deus, nem crendo verdadeiramente que Deus dela cuida. E, conquanto falem daquele hábito, não pode existir, contudo, nos homens, amor a Deus sem a justiça da fé, nem se pode entender o que seja amor a Deus.

19 E quanto a inventarem distinção entre mérito côngruo e mérito condigno[65], não passa de jogo calculado a não parecerem pelagianizar[66] às aberturas. Pois, se Deus, necessariamente, dá graças em recompensa de mérito côngruo, já não é côngruo, mas condigno. Não vêem, entretanto, o que dizem. Imaginam que, depois daquele hábito do amor, o homem passa a merecer de condigno. Mandam, contudo, que se duvide sobre se o hábito existe. Como é que
20 sabem, então, se merecem de côngruo ou de condigno? Mas toda essa história é ideada por homens ociosos que não sabem de que maneira sucede a remissão dos pecados e como no juízo de Deus e nos terrores de consciência nos é arrancada a confiança nas obras. Seguros hipócritas sempre julgam merecer de condigno, esteja ou não presente o hábito, porque os homens confiam, natural-

---

quarta conclusio (K) (Tübingen, 1501, reimpressão inalterada, Frankfurt/Main, 1965 – Modificamos a ortografia e eliminamos as abreviações –): *Anima obicis remotione ac bono motu in deum ex arbitrii libertate elicito primam gratiam mereri potest de congruo. Probatur quia actum facientis quod in se est deus acceptat ad tribuendum gratiam primam: non ex debito iustitiae, sed ex sua liberalitate* ("Com a remoção do óbice, e elicitado, da liberdade do arbítrio, um movimento bom em direção a Deus, a alma pode merecer a primeira graça de côngruo. Prova-se isto porque Deus aceita o ato de quem faz o que está nele, para conceder a primeira graça; não por débito de justiça, mas de sua liberalidade"). *Tribuendum*: assim no original que consultamos. Deveria ser *tribuendam* (mudança do gerúndio em gerundivo). – Sobre mérito côngruo, vid. adiante, Apologia IV, 19, nota em "mérito côngruo e mérito condigno".

[65] *Meritum congrui et meritum condigni.* Mérito côngruo: *Billigkeitsverdienst* ou *Angemessenheitsverdienst, merit of fitness.* Mérito condigno: *Würdigkeitsverdienst, merito of worthiness.* Justus Jonas: "gebührlicher Verdienst e rechter ganzer Verdienst". *Meritum congrui* ou "de côngruo" é mérito adequado, apropriado, suficiente, que Deus dá sem que seja devido por justiça. Gabriel Biel diz que é mérito não por débito de justiça, mas de mera liberalidade: *Meritum de congruo est actus libere elicitus acceptatus ad aliquid retribuendum non ex debito iustitiae, sed ex sola acceptantis liberalitate* (*In Sent.*, lib. II, distinctio 27, art. 1, nota 3, D, *Epitome et collectorium ex Occamo circa quatuor sententiarum Libros*, Tübingen, 1501, reimpressão inalterada, Frankfurt/Main, 1965. No texto citado, modificamos a ortografia e eliminamos as abreviações). *Meritum condigni* ou *de condigno* é mérito devido, mérito a que o homem tem direito diante de Deus em vista de suas obras. Boaventura distingue entre *meritum congrui, meritum digni* e *meritum condigni: Meritum congrui est quando peccator facit, quod in se est et pro se. Meritum digni, quando iustus facit pro allo. Meritum condigni, quando iustus operatur pro se ipso, quia ad hoc ordinatur gratia de condigno.* (*In Sent.* I d. 41.a.1.qu. 1., BSLK, p. 163, nota 1)

[66] *Pelagianizein.*

mente, na justiça própria. Todavia, consciências aterrorizadas hesitam e duvidam e logo procuram e acumulam outras obras, a fim de se tranqüilizarem. Essas nunca julgam merecer de condigno, e precipitam-se ao desespero, a menos que ouçam, além da doutrina da lei, o evangelho respeito à gratuita remissão dos pecados e à justiça da fé.

Assim, nada ensinam os adversários afora a justiça da razão ou, certamente, da lei, a qual contemplam como os judeus contemplaram a face velada de Moisés, e em seguros hipócritas, que julgam satisfazer a lei, excitam presunção e confiança vã em obras, bem como desprezo da graça de Cristo. De outro lado, lançam no desespero consciências pávidas, as quais, praticando obras com dúvida, jamais podem experimentar o que vem a ser fé e quão eficaz é. Desta maneira, desesperam, finalmente, por completo. 21

Mas nós pensamos assim da justiça da razão: Deus a requer e, por causa da ordem divina, devem ser feitas, necessariamente, as obras honestas que o Decálogo preceitua, segundo o que segue: "De maneira que a lei nos serviu de aio"[67]. Igualmente: "Não se promulga lei para quem é justo, mas para transgressores e rebeldes"[68]. Pois Deus quer que os carnais[69] sejam refreados por aquela disciplina civil e, para manter isso, deu leis, ciências, doutrina, magistrados, penas. E, em certa medida, pode a razão, por suas forças, realizar essa justiça, embora seja vencida muitas vezes pela debilidade natural e pelo diabo, que a impele a manifestas indignidades. Todavia, ainda que de bom grado atribuímos seus louvores a essa justiça – pois nenhum bem maior tem a natureza corrupta, Aristóteles diz com acerto: "Nem Vésper, nem a Estrela-d'Alva são mais formosos do que a justiça"[70] –, e Deus também a exorna com prêmios físicos, não deve ser louvada, entretanto, com ultraje a Cristo. 22 23 24

Pois é falso merecermos perdão de pecados por nossas obras. 25

Falso também que os homens sejam considerados justos perante Deus em virtude da justiça da razão. 26

Falso ainda, que a razão possa, com suas próprias forças, amar a Deus sobre todas as coisas e cumprir-lhe a lei, isto é, temer verdadeiramente a Deus, realmente pensar que Deus atende preces, querer obedecer-lhe na morte e em outras ordenações divinas, não cobiçar o alheio, etc., ainda que a razão pode realizar obras civis. 27

Falso, igualmente, e injurioso a Cristo, não pecarem os homens que cumpram os preceitos de Deus sem o dom da graça. 28

Para esta nossa sentença temos testemunhos não só das Escrituras, mas também dos Pais. Agostinho questiona amplamente contra os pelagianos dizendo que a graça não é dada à vista de méritos nossos. E diz, em *De natura et gratia*: "Se a capacidade natural, pelo livre arbítrio, é auto-suficiente, tanto 29

---

[67] Gl 3.24.
[68] 1 Tm 1.9.
[69] *Carnales*. Justus Jonas: "grobe Sunden" ("pecados grosseiros").
[70] Ética a Nicômaco, V, 3, II.

para saber como se deve viver, quanto para bem viver, Cristo morreu em vão,
30 o escândalo da cruz está esvaziando. Por que não exclamaria também eu aqui? Certo que exclamarei, increpando-os com aflição cristã: De Cristo vos desligastes vós que sois justificados na natureza[71] da graça decaístes. Pois, ignorando a justiça de Deus e querendo instituir a vossa, não vos sujeitais à justiça de Deus. Pois, assim como Cristo é o fim da lei, assim também é o salvador da
31 viciosa natureza humana, para justiça de todo aquele que crê."[72] E João 8: "Se, pois, o Filho vos libertar, verdadeiramente sois livres"[73]. Portanto, não podemos ser libertados do pecado pela razão, nem merecer a remissão dos pecados. E em João 3[74] está escrito: "Quem não nascer da água e do Espírito, não pode entrar no reino de Deus". Pois, se é necessário renascer do Espírito Santo, a
32 justiça da razão não nos justifica ante Deus, não cumpre a lei. Romanos 3[75]: "Todos carecem da glória de Deus", isto é, carecem da sabedoria e da justiça de Deus, a qual o reconhece e glorifica. Da mesma forma, Romanos 8[76]: "Por isso, o pendor da carne é inimizade contra Deus, pois não está sujeito à lei de Deus, nem mesmo pode estar. Portanto, os que estão na carne não podem agra-
33 dar a Deus". Tão patentes são esses testemunhos, que não requerem agudo entendedor, mas atento ouvinte, para usarmos as palavras empregadas por Agostinho nessa questão[77]. Se o pendor da carne é inimizade contra Deus, a carne, seguramente, não ama a Deus: se não pode estar sujeita à lei de Deus, não pode amar a Deus. Se o pendor da carne é inimizade contra Deus, a carne peca mesmo quando praticamos externas obras civís. Se não pode estar sujeita à lei de Deus, certamente peca, ainda que tem, segundo o juízo humano, feitos
34 egrégios e dignos de louvor. Os adversários atendem aos preceitos da segunda tábua, os quais contém a justiça civil, que a razão entende. Contentes disso, pensam satisfazer a lei de Deus. Não vêem, entrementes, a primeira tábua, que preceitua amar a Deus, afirma veramente que Deus atende preces. Sem o Espírito Santo, a alma humana, entretanto, ou despreza, descuida, o juízo de
35 Deus, ou, castigada, foge e odeia o Deus judicante. Por conseguinte, não obedece à primeira tábua. Visto, pois, estarem cravados na natureza[78] humana desprezo a Deus, dúvida sobre a palavra de Deus, sobre ameaças e promessas, os homens, de fato, pecam quando praticam obras honestas sem o Espírito Santo,

---

[71] *Qui in natura iustificamini.* Vulgata: *Qui in lege iustificamini.* Almeida RA: "Vós que procurais justificar-vos na lei".

[72] *De natura et gratia* 40, 47. MSL 44, 270. CSEL 60, 268, 9.

[73] Jo 8.36.

[74] Jo 3.5.

[75] Rm 3.23.

[76] Rm 8.7,8.

[77] *De gratias et libero arbitrio* 8,19. MSL 44, 892.

[78] Ou: estarem fixados, pregados. No original: *haereant.* Para evitar equívoco, deixamos de usar o verbo "inerir", que, além de significar "estar ligado intimamente", também significa "estar inseparavelmente ligado por natureza" (um dos sentidos de *inhaerere*).

porque as praticam de coração ímpio, segundo o texto que segue: "Tudo o que não provém de fé é pecado"[79]. Operam tais homens com desprezo a Deus, à semelhança de Epicuro, o qual pensa que Deus não cuida dele, não o considera nem ouve[80]. Esse desprezo vicia as obras aparentemente honestas, porque Deus julga os corações.

36 A derradeiro, escrevem os adversários, imprudentissimamente, que os homens, réus de ira eterna, merecem remissão de pecados por um ato elícito de amor[81], quando é impossível amar a Deus a não ser que, primeiro, seja aprendida, pela fé, a remissão dos pecados. Sentindo, deveras, que Deus está irado, não pode o coração amá-lo, a menos que se mostre reconciliado. Enquanto aterra e parece arremessar-nos à morte eterna, não pode a natureza erguer-se para amar o irado, judicante e punidor. 37 É fácil para ociosos inventar estes sonhos sobre o amor, a saber, que réu de pecado mortal[82] possa amar a Deus sobre todas as coisas. É por não sentirem o que é a ira ou o juízo de Deus. Mas, em agonia de consciência e em combate, a consciência experimenta a vaidade daquelas especulações filosóficas. 38 Diz Paulo: "A lei suscita a ira"[83]. Não diz que os homens merecem remissão de pecados pela lei. Pois que a lei sempre acusa e aterroriza as consciências. Por conseguinte, não justifica, visto a consciência aterrorizada pela lei fugir o juízo de Deus. Erram, portanto, os que confiam merecer a remissão dos pecados pela lei, por suas obras. 39 Com respeito à justiça da razão ou da lei, justiça ensinada pelos adversários, baste o que ficou dito. A breve trecho, quando dermos nosso parecer concernente à justiça da fé, o próprio assunto nos obrigará a pôr mais testemunhos, os quais também serão úteis para destruir os erros dos adversários recenseados até aqui.

40 Visto, pois, que os homens não podem, com suas forças, cumprir a lei e, já que todos estão sob pecado e são réus de eterna ira e morte, não podemos, por isso, ser libertados do pecado e justificados pela lei. A promessa da remissão dos pecados e da justificação foi dada, ao contrário, por causa de Cristo, oferecido por nós a fim de satisfazer os pecados do mundo, e posto como mediador e propiciador. 41 E esta promessa não está condicionada a méritos nossos, mas oferece, gratuitamente, a remissão dos pecados e a justificação, como diz Paulo: "Se é das obras, já não é graça"[84]. E, em outra parte: "Mas agora, sem lei, se manifestou a justiça de Deus"[85], isto é, a remissão dos pecados é ofereci-

---

[79] Rm 14.23.

[80] Cícero, *De Legibus* I, 7, 21s. Epicuro, filósofo grego (341-277 A.C.) Segundo ele, os deuses não cuidam do governo do mundo.

[81] Sobre "ato elícito de amor", vid. nota em Apologia IV, seção 290.

[82] Sobre *pecata mortalia, peccata contra conscientiam e peccatum regnans* (*seu domínans*) em Melanchthon (e em seu ilustre discípulo Chemnitz), vid. a gordamente documentada análise crítica de Gottfried Noth intitulada "peccata contra coscientiam", in *Gedenkschrift für D. Werner Elert*, editada por Friedrich Hübner em associação com Wilhelm Mauer e Ernst Kinder, Berlim, 1955, pp. 211-219.

[83] Rm 4.15.

[84] Rm 11.6. Almeida RA: "E se é pela graça, já não é pelas obras".

[85] Rm 3.21.

42 da de graça. Nem depende de nossos méritos a reconciliação. Porque, se a remissão dos pecados dependesse de méritos e a reconciliação viesse da lei, seria inútil. Pois, uma vez que não cumprimos a lei, seguir-se-ia que também jamais alcançariamos a promessa da reconciliação. Assim argumenta Paulo, em Romanos 4[86]: "Pois, se os da lei é que são os herdeiros, anula-se a fé e cancela-se a promessa". Se, pois, a promessa requeresse a condição de méritos nossos bem como a lei, seguir-se-ia, visto jamais cumprirmos a lei, que a promessa é inútil.

43 Todavia, como se obtém a justificação pela gratuita promessa, resulta que não podemos justificar-nos a nós mesmos. De outra maneira, para que seria necessário prometer? Pois, desde que a promessa não pode ser aceita senão pela fé, o evangelho, que é, propriamente, a promessa da remissão dos pecados e da justificação por Cristo, predica a justiça da fé em Cristo, que a lei não 44 ensina. Nem é essa a justiça da lei. Pois a lei requer de nós obras nossas e nossa perfeição. Mas a promessa oferece, gratuitamente, a nós, opressos do pecado e da morte, a reconciliação por Cristo, que se recebe não pelas obras, senão pela fé, somente. Esta fé não traz a Deus confiança nos méritos próprios, mas tão-só 45 na promessa ou misericórdia prometida em Cristo. Esta fé especial, pela qual o homem crê que os pecados lhe são remidos por Cristo e que Deus é aplacado e é propício, por amor de Cristo, obtém, portanto, a remissão dos pecados e nos justifica. E, porque no arrependimento, isto é, nos terrores, consola e erige os corações, nos regenera e traz o Espírito Santo, a fim de, então, podermos cumprir a lei de Deus, a saber, amar a Deus, temê-lo veramente, afirmar veramente que Deus atende preces, obedecer-lhe em todas as aflições. Mortifica 46 a concupiscência, etc. Desta arte, a fé que recebe gratuitamente a remissão dos pecados, por isso que à ira de Deus opõe a Cristo como mediador e propiciador, não opõe méritos nossos ou nosso amor. Esta fé é reconhecimento verdadeiro de Cristo, vale-se dos benefícios de Cristo, regenera os corações e pre-47 cede o cumprimento da lei. E, dessa fé, não há silaba na doutrina de nossos adversários. Por isso repreendemos os adversários, porque ensinam apenas a justiça da lei, não ensinando a do evangelho, que proclama a justiça da fé em Cristo.

QUE É FÉ JUSTIFICADORA

48 Imaginam os adversários que a fé não passa de notícia histórica e, por isso, ensinam que ela pode coexistir com pecado mortal. Nada dizem, portanto, da fé pela qual, como tantas vezes diz Paulo, os homens são justificados, porquanto os que são reputados justos diante de Deus, não vivem em pecado mortal. Mas a fé que justifica não é somente notícia histórica; é assentir à promessa de Deus, na qual se oferece, gratuitamente, remissão de pecados e justificação, por causa de Cristo[87]. E a fim de não se imaginar que é apenas notícia, acrescen-

---

[86] Rm 4.14.

[87] Melanchthon, *Loci* de 1521, p. 167ss. Kolde, 4ª ed. *Werke II*, I (1952), 91ss. Em seu livro *Melanchthon Neben Luther* (subtítulo: Studien zur Gestalt der Rechtfertigungsleher zwischen

taremos ainda: é querer e aceitar a ofertada promessa da remissão dos pecados e de justificação.

E pode discernir-se facilmente a diferença entre esta fé e a justiça da lei: fé é a *latreía*[88] que recebe os benefícios oferecidos por Deus; justiça da lei, a *latreía* que oferece a Deus méritos nossos. Pela fé, Deus quer ser cultuado de maneira tal que, dele, recebamos o que promete e oferece. 49

Que fé significa não apenas notícia histórica, senão aquela fé que assente à promessa, testifica-o claramente Paulo, que diz: "Essa é a razão por que provém, da fé, a fim de que seja firme a promessa"[89]. Julga que não se pode receber a promessa exceto pela fé. Razão por que ordena a promessa e a fé correlativamente entre si e as liga[90]. Será fácil, entretanto, julgar o que seja fé, se considerarmos o Símbolo[91], onde está posto certamente este artigo: a remissão dos pecados. Não basta, por isso, crer que Cristo nasceu, sofreu, ressuscitou, a menos que adicionemos também este artigo, que é a causa final da história: a remissão dos pecados. É preciso referir os demais artigos a este, a saber, que a remissão dos pecados nos é dada por causa de Cristo, não à vista de méritos nossos. Pois, que necessidade havia de Cristo ser dado por nossos pecados, se méritos nossos podem satisfazer nossos pecados? 50 51 52

Toda vez, pois, que falamos em fé justificante, deve saber-se que concorrem estas três coisas: a promessa, e essa gratuita, e os méritos de Cristo, como preço, e a propiciação. A promessa é recebida pela fé; gratuito exclui méritos nossos, significando que o benefício é oferecido apenas por misericórdia. Os méritos de Cristo são o preço, porquanto é necessário que haja propiciação certa por nossos pecados. Muitas vezes, apela a Escritura para a misericórdia[92]. E muitas vezes dizem os santos Pais que somos salvos por misericórdia. Toda vez, pois, que se fizer menção de misericórdia, saiba-se que aí se requer fé, que recebe a promessa de misericórdia. E, novamente, toda vez que falamos em fé, queremos se entenda o objeto[93], a saber, a misericórdia prometida. Pois a fé 53 54 55 56

1528 und 1537) 1965, Luther-Verlag, Witten, p. 98, Martin Greschat observa que a essa definição da *fides* na Apologia de Melanchthon corresponde inteiramente a explicação que Lutero dá de Gl 2.16. Diz Lutero (WA 40/I,228,12ss.): *Fides non est aliqua otiosa qualitas in corde, quod fides Christiana possit consistere in peccato mortali, donec accedat charitas quae vivificet; si vera, est quaedam fiducia cordis et firmitas assensus quo apprehendo Christum.*

[88] Latria, culto ou adoração devidos a Deus.

[89] Rm 4.16.

[90] *Quare inter se correlative comparat et connectit promissionem et fidem.* Texto alemão: *Da heftet und verbindet Paulus die zwei also zusammen, dass, wo Verheissung ist, da muss auch Glaube sein, usw. Und wiederum correlative, wo Verheissung ist, da fordert Gott auch Glauben* ("Aí Paulo prende e ata os dois de tal maneira, que, onde há promessa, também deve haver fé, etc.; e, por outro lado, *correlative*, onde há promessa, aí Deus também requer fé"). No segundo membro, Justus Jonas provavelmente quis escrever: Onde se requer fé, aí também deve haver promessa.

[91] O Credo Apostólico.

[92] Texto Alemão: *Die ganze Schrift, altes und neues Testaments, wenn sie von Gott und Glauben redet, braucht viel dieses Worts: Güte, Barmherzigkeit, misericordia.*

[93] Isto é, o objeto da fé.

justifica ou salva não por isso que seja obra de si mesma digna, mas tão-somente porque aceita a misericórdia prometida.

57 Nos profetas e salmos, esse culto, essa *latreía*[94] é muito louvada por toda a parte, embora a lei não ensine a gratuita remissão dos pecados. Conheciam, entretanto, os pais a promessa concernente a Cristo que, por Cristo, Deus queria remitir os pecados. Logo, como entendiam que Cristo seria o preço de nossos pecados, sabiam que nossas obras não eram o preço de coisa tão grande. Recebiam, por isso, pela fé, a gratuita misericórdia e a remissão dos pecados, 58 assim como os santos do Novo Testamento. A isto se referem aquelas freqüentes repetições em torno de misericórdia e fé nos salmos e profetas, como aqui: "Se observares, Senhor, iniqüidades, quem, Senhor, subsistirá?"[95] Aqui, confessa os pecados e não alega méritos seus. Acrescenta: "Porque contigo está o perdão"[96]. Erige-se, aqui, pela confiança na misericórdia de Deus. E cita a promessa: "Aguardo o Senhor, a minha alma o aguarda; eu espero na sua palavra"[97], isto é, porque prometeste a remissão dos pecados, sou sustentado 59 por essa tua promessa. Também os Pais, conseqüentemente, eram justificados não pela lei, senão pela promessa e pela fé. E é espantoso que os adversários diminuam a fé em tão alto grau, posto vejam que por toda a parte é celebrada como culto precípuo. Assim, no Salmo 49: "Invoca-me no dia da angústia: eu 60 te livrarei"[98]. Deus quer tornar-se conhecido e quer ser cultuado de forma tal, que dele recebamos benefícios, e os recebamos em razão de sua misericórdia, que não em virtude de méritos nossos. Este é o mais amplo consolo em todas as aflições. E a tais consolações abolem os adversários ao diminuírem e vituperarem a fé, ensinado somente que os homens tratam com Deus por meio de obras e méritos.

QUE A FÉ EM CRISTO JUSTIFICA

61 A fim de não se pensar que falamos de notícia histórica ociosa, é preciso dizer, em primeiro lugar, de que modo se obtém a fé. Depois, também mostraremos que ela justifica e como se deve entender isso, e diluiremos as objeções 62 dos adversários. No último capítulo de Lucas, ordena Cristo se pregue arrependimento e remissão de pecados em seu nome. Pois o evangelho argüi todos os homens de estarem debaixo do pecado, de serem todos réus de eterna ira e morte, e oferece, por Cristo, remissão de pecados e justificação, que é recebida pela fé. A pregação do arrependimento, que nos acusa, aterra as consciências

---

[94] Latria, culto ou adoração devidos a Deus.

[95] Sl 130.3.

[96] Sl 130.4.

[97] Sl 130.5.

[98] Sl 50.15. Melanchthon indica de acordo com a Vulgata. Esta junta salmos 9 e 10, de sorte que Vulgata Sl 10 corresponde a Almeida Sl 11. E Almeida, Sl 147, a Vulgata divide em dois: versículos 1-11 é Sl 146 e 12-20 é Sl 147. Dessa maneira, a numeração volta a ser a mesma a partir de Sl 148.

com terrores verdadeiros e sérios. Neles, os corações devem conceber de novo consolação. Acontece isso se crêem a promessa de Cristo de que, por sua causa, temos remissão dos pecados. Essa fé, que erige e consola naqueles pavores, recebe a remissão dos pecados, justifica e vivifica. Pois aquela consolação é vida nova e espiritual. 63 Isso é plano e perspícuo, podendo ser entendido pelos piedosos, e tem testemunhos da igreja. Em parte nenhuma podem os adversários dizer como é dado o Espirito Santo. Imaginam que os sacramentos conferem o Espírito Santo *ex opere operato*[99], sem movimento bom da parte de quem recebe, como se fosse, deveras, coisa ociosa a dádiva do Espírito Santo.

64 Quando, porém, falamos de fé, que não é cogitação ociosa, mas que liberta da morte e produz vida nova nos corações, sendo obra do Espírito Santo, não coexiste com pecado mortal, mas produz bons frutos tanto tempo quanto está presente, conforme diremos adiante. 65 Que de mais simples e claro pode dizer-se respeito à conversão do ímpio e ao modo da regeneração? De tão grande exército de escritores apresentem um só comentário sobre as *Sentenças*[100] que fale do modo da regeneração. 66 Quando falam do hábito do amor[101], imaginam que os homens o merecem por obras e, da mesma forma, como ora procedem os anabatistas, não ensinam que é recebido pela palavra. 67 Todavia, não se pode tratar com Deus, não se pode apreendê-lo, a não ser pela palavra. Por isso, a justificação se realiza pela palavra, como diz Paulo: "O evangelho é o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê"[102]. Da mesma forma: "A fé vem pela pregação"[103]. E até daí pode argumentar-se que a fé justifica, porque, se a justificação só se dá pela palavra, e a palavra é apreendida somente pela fé, segue-se que a fé justifica. 68 Há, porém, outras e maiores razões. Até aqui dissemos isto, a fim de mostrar o modo da regeneração, e para que se entendesse como é a fé da qual estamos falando.

69 Mostraremos, agora, que a fé justifica. Importa, aqui, em primeiro lugar, avisar os leitores do seguinte: assim como é necessário manter a sentença de que Cristo é mediador, assim é necessário sustentar que a fé justifica. Pois, como será Cristo mediador, se, na justificação, não nos valemos dele como mediador, se não julgamos que somos reputados justos por causa dele? Mas crer é isto: confiar nos méritos de Cristo, que, por causa dele, Deus, certamente, quer reconciliar-se conosco. 70 Da mesma forma, assim como importa sustentar que, para além da lei, é necessária a promessa de Cristo, assim é necessário sustentar que a fé justifica. Pois a lei não ensina a gratuita remissão dos pecados. Igualmente: não se pode cumprir a lei a não ser que, primeiro, se haja recebido o Espírito Santo. Por conseguinte, é mister sustentar que a promessa de Cristo é

---

[99] Em virtude da obra realizada. Vid. CA XXIV, 22, tradução do texto latino, nota em "obra realizada".

[100] *Sententiarum libri IV*, a famosa dogmática de Pedro Lombardo, muito comentado em fins da Idade Média. Vid. nota em Apologia II,21.

[101] *Habitus dilectionis.*

[102] Rm 1.16.

[103] Rm 10.17.

necessária. Entretanto, não se pode aceitar isto sem que seja pela fé. Por isso, os que negam que a fé justifica, nada ensinam exceto a lei, abolidos o evangelho e Cristo.

71 Mas quando se diz que a fé justifica, alguns, talvez, o entendam do princípio que a fé seja o início da justificação, ou a preparação para ela, de modo a não ser a fé, ela mesma, aquilo por que somos aceitáveis a Deus, porém as obras que seguem; e sonham que a fé é muito louvada por ser o princípio[104]. Pois grande é a força do princípio. *Arkhê hêmisu pantós*, como se diz vulgarmente[105]. Como se alguém dissesse que a gramática faz os doutores de todas as ciências, por preparar para as outras ciências, ainda que a sua própria arte torna a cada qual artista. Não é assim que pensamos da fé, senão que sustentamos isto: sermos reputados justos, ou aceitáveis a Deus, própria e verdadeiramente por

72 intermédio da mesma fé, por causa de Cristo. E, visto que "ser justificado" significa "de injustos serem feitos justos", ou "serem regenerados", significa também "serem pronunciados ou reputados justos". Pois a Escritura fala das duas maneiras. Queremos, por isso, mostrar, em primeiro lugar, o seguinte: que somente a fé faz do injusto um justo, isto é, recebe a remissão dos pecados"[106].

73 Ofende a alguns as partícula SOLA, embora também Paulo diga: "Julgamos que o homem é justificado pela fé, não pelas obras"[107]. Igualmente, em Efésios 2: "É dom de Deus; não é de vós, nem das obras, para que ninguém se glorie[108]. Ainda, em Romanos 3[109]: "justificados gratuitamente". Se desapraz a ex-

---

[104] Cf. Concílio de Trento, Sess. VI, capít. 8 (texto latino de Denzinger-Schönmetzer, *Enchiridion Symbolorum*, ed. de 1965, número 1532): *Cum vero Apostolus dicit, iustificari hominem 'per fidem', et 'gratis', ea verba in eo sensu intelligenda sunt, quem perpetuus Ecclesiae catholicae consensus tenuit et expressit, ut scilicet per fidem ideo iustificari dicamur, quia 'fides est humanae salutis initium', fundamentum et radix omnis iustificationis, 'sine qua impossibile est placere Deo' et ad filiorum eius consortium pervenire* ("Quando, porém, o Apóstolo diz que o homem é justificado 'por intermédio da fé', e 'gratuitamente', essas palavras devem ser entendidas naquele sentido que o consenso perpétuo da igreja católica manteve e expressou, a saber, que se diz sermos justificados mediante a fé porque 'a fé é o início da salvação humana', o fundamento e a raiz de toda a justificação, sem a qual é impossível agradar a Deus e chegar à sociedade de seus filhos"). No *Enchiridion* de Denzinger-Schönmetzer existe a seguinte nota remissiva (*initium*[1]): "Fulgentius Rusp., *De fide lb. Ad Petrum, prolog. § 1 (PL 65, 671 / PL 40, 753 [= Ps. - Aug.]*". É que as palavras do texto tridentino *fides est humanae salutis initium* são do pequeno compêndio de dogmática *De fide ad Petrum sive de regula verae fidei liber unus*, do africano Fulgêncio, bispo de Ruspe (507-533). O compêndio foi muito usado da Idade Média, porque se pensava que era da autoria de Agostinho. Erasmo mostrou que a obra não é de Agostinho (cf. Migne, PL 40, 751 752, *Admonitio*).

[105] "O princípio é a metade do todo". Platão, *leg.* 6.

[106] Vid. Apologia IV, 78: Fórmula de Concórdia, Declaração Sólida III, 18ss. Vid. também literatura em BSLK 158, nota 2. Hans Engelland (*Melanchthon, Glauben umd Handeln,* München, 1931, p. 541, nota 18) dedica 27 páginas (541-568) aos debates em torno da questão de Apologia IV, 72.

[107] Rm 3.28.

[108] Ef 2.8,9.

[109] Rm 3.24.

clusiva SOLA, eliminem também de Paulo as exclusivas "gratuitamente", "não de obras", "é dom", etc. Pois essas também são exclusivas. Mas nós excluímos a opinião do mérito. Ao contrário do que reza a calúnia dos adversários, não excluímos a palavra ou os sacramentos. Pois, acima, dissemos ser a fé concebida da palavra e distinguimos ao máximo o ministério da palavra. Também amor e obras devem seguir à fé. Não são, por conseguinte, excluídos de modo a não seguirem, mas é excluída, na justificação, a confiança no mérito do amor ou das obras. É o que mostraremos à evidência. 74

QUE OBTEMOS A REMISSÃO DOS PECADOS SOMENTE PELA FÉ EM CRISTO

75 Pensamos que também os adversários reconhecem que na justificação, primeiro, é necessário remissão dos pecados. Pois todos estamos debaixo do pecado. Argumentamos, por isso, da maneira seguinte:

76 Obter a remissão dos pecados é ser justificado, segundo o texto: "Bem-aventurado aquele cuja iniquidade é perdoada"[110]. 77 Conseguimos a remissão dos pecados somente pela fé em Cristo, não através do amor, não em virtude de amor ou obras, ainda que o amor segue a fé. 78 Somos, portanto, justificados pela fé somente, entendendo-se a justificação no sentido de ser do injusto feito um justo, ou ser regenerado.

79 Desta maneira, poder-se-á declarar, facilmente, a premissa menor, desde que saibamos como se faz a remissão dos pecados. Disputam os adversários frigidissimamente sobre se remissão de pecados e infusão de graça porventura são uma só mudança. Os homens ociosos não tinham o que dizer. Na remissão dos pecados importa sejam vencidos, nos corações, os terrores do pecados e da morte eterna, conforme testemunha Paulo em 1 Coríntios 15[111]: "O aguilhão da morte é o pecado, e a força do pecado é a lei. Graças a Deus que nos dá a vitória por intermédio de nosso Senhor Jesus Cristo". Isto é, o pecado apavora as consciências; tal se dá pela lei, que mostra a ira de Deus contra o pecado. Mas vencemos por Cristo. Como? Por meio da fé, quando nos edificamos pela confiança na misericórdia prometida por causa de Cristo. 80 Assim provamos, pois, a premissa menor: não pode ser aplacada a ira de Deus, se lhe opomos nossas obras, porque Cristo foi proposto como propiciador, de modo que, por amor dele, o Pai fique reconciliado conosco. Cristo, porém, não é apreendido como mediador a não ser pela fé. Por conseguinte, obtemos a remissão dos pecados pela fé somente, quando erigimos os corações através da confiança na misericórdia prometida por causa de Cristo. 81 Da mesma forma diz Paulo em Romanos 5[112]: "Por ele mesmo temos acesso ao Pai," e acrescenta: "pela fé". Assim, portanto, somos reconciliados com o Pai e recebemos a remissão dos

---

[110] Sl 32.1.
[111] 1 Co 15.56,57.
[112] Rm 5.2.

pecados quando somos erigidos pela confiança na misericórdia prometida por causa de Cristo[113]. Os adversários entendem ser Cristo mediador e propiciador porque haveria merecido o hábito do amor. Não ordenam valer-se dele como mediador agora, senão que, sepultado Cristo inteiramente, imaginam termos acesso através de obras próprias, e que, por elas, merecemos aquele hábito, e por aquele amor chegamos, posteriormente, a Deus. Acaso não é isso sepultar de todo a Cristo e destruir toda a doutrina da fé? Paulo, ao contrário, ensina que temos acesso, isto é, reconciliação, por Cristo. E, para mostrar de que modo se faz isso, acrescenta que temos acesso pela fé. Recebemos, pois, remissão dos pecados pela fé, por causa de Cristo. À ira de Deus não podemos opor nosso amor e nossas obras.

82 Em segundo lugar, é certo que os pecados são perdoados por causa de Cristo, propiciador. Romanos 3[114]: "A quem Deus propôs como propiciador". Mas Paulo acrescenta: "pela fé"[115]. Por isso, assim nos aproveita esse propiciador, quando, pela fé, apreendemos a misericórdia nele prometida e a opomos à ira e ao juízo de Deus. No mesmo sentido está escrito em Hebreus 4[116]: "Tendo sumo sacerdote, etc., acheguemo-nos confiadamente". Ordena, pois, que nos acheguemos a Deus, confiando não em méritos nossos, senão que no sumo sacerdote Cristo. Requer, portanto, fé.

Terceiro. Pedro, em Atos 10[117]: "Dele todos os profetas dão testemunho 83 de que, por meio de seu nome, todo o que nele crê, recebe remissão dos pecados". Como poderia falar mais claramente? Recebemos remissão dos pecados, diz ele, por meio de seu nome, isto é, por causa dele. Portanto, não em razão de méritos nossos, não em virtude de nossa contrição, atrição[118], amor, culto, obras. E acrescenta: "quando cremos nele". Logo, requer fé. Pois não podemos apreender o nome de Cristo senão pela fé. Aduz, além disso, o consenso de todos os profetas. Isso, deveras, é alegar a autoridade da igreja. Dever-se-á voltar, porém, a esse tópico mais adiante, na rubrica "Do arrependimento"[119].

---

[113] Cf. Melanchthon, *Loci communes* de 1521, *Melanchthons Werke*, ed. de R. Stupperich, II, I, p. 92: *Est itaque fides non aliud nisi fiducia misericordiae divinae promissae in Christo.*

[114] Rm 3.25. No original: *propitiatorem.* Almeida RA: "propiciação".

[115] Rm 3.28.

[116] Hb 4.14-16.

[117] At 10.43.

[118] Segundo a teologia católica romana, a *attritio*, também chamada *timor servilis*, é contrição imperfeita, incoada, visto nascer comumente ou da consideração da torpeza do pecado ou do medo do inferno e das penas. Cf. Concílio de Trento, Sess. XIV, capít. 4, Denzinger-Schönmetzer, *Enchiridion Symbolorum*, ed. de 1965, nº 1678: *Illam vero contritionem imperfectam, quae atritio dicitur, quoniam vel ex turpitudinis peccati consideratione vel ex gehennae at poenarum metu communiter concipitur* ... A contrição é arrependimento pleno, dor profunda de ter ofendido a Deus e que tem sua raiz no amor de Deus. Quanto à teoria escolástica de *contritio* e *attrítio*, Ernst Wolf (BSKL, p. 440, nota 1) remete a O. Scheel, Martin Luther II (1930), 288s. e Herzog-Hauck, *Realencyklopädie für protestantische Theologie und Kirche*, 3 ed. XVII, 714.

[119] Vid. artigo XII, 66.

Quarto. Remissão de pecados é coisa prometida por causa de Cristo. Logo, não se pode recebê-la a não ser pela fé somente. Pois promessa não pode ser recebida senão unicamente pela fé. Romanos[120]: "Essa é a razão por que provém da fé, para que seja firme a promessa, segundo a graça". Como se dissesse: dependesse a coisa de méritos nossos, e seria incerta e inútil a promessa, visto que nunca poderíamos estabelecer quando é que teríamos merecido suficientemente. E isso podem estendê-lo com facilidade consciências peritas. Diz, por isso, Paulo, em Galatas 3[121]: "Deus encerrou tudo sob o pecado, para que mediante a fé em Jesus Cristo fosse a promessa concedida aos que crêem". Aqui, tira-nos o mérito, porquanto diz que todos são réus e encerrados sob o pecado. Acrescenta, em seguida, que é dada a promessa, a saber, da remissão dos pecados e da justificação, adicionando de que maneira pode a promessa ser recebida, a saber, pela fé. Essa fundamentação, tirada da natureza da promessa, é precípua em Paulo e, muitas vezes, repetida. Nem há excogitar ou imaginar qualquer coisa por que se possa aniquilar esse argumento de Paulo. Por isso, não se sujeitem boas mentes a serem afastadas da sentença de que recebemos remissão por causa de Cristo, unicamente pela fé. Têm, nisso, consolo certo e firme contra os terrores do pecado, contra a morte eterna e contra todas as portas dos infernos. 84 85

Como, porém, recebemos remissão dos pecados e o Espírito Santo únicamente pela fé, só a fé justifica, porque os reconciliados são reputados justos e filhos de Deus não em razão de sua pureza, mas por misericórdia, por causa de Cristo, contanto que, pela fé, apreendam essa misericórdia. E, por isso, testifica a Escritura que, pela fé, somos reputados justos. Acrescentaremos, pois, testemunhos que proclamam claramente ser a fé a própria justiça pela qual somos considerados justos diante de Deus, isto é, não porque seja obra por si mesma digna, senão porque recebe a promessa pela qual Deus assegurou que, por amor de Cristo, quer ser propício aos que nele crêem, ou por saber a fé que Cristo se nos tornou, da parte de Deus, sabedoria, justiça, santificação e redenção. 86

Na Epístola aos Romanos, Paulo discute precípuamente esse tópico, afirmando sermos justificados gratuitamente pela fé, os que cremos estar Deus reconciliado conosco por causa de Cristo. E essa proposição, que contém o princípio de toda a controvérsia, ensina-a ele no capítulo terceiro: "Julgamos que o homem é justificado pela fé, não pelas obras da lei"[122]. Ajuízam os adversários que se mira, aqui, às cerimônias levíticas. Paulo, entretanto, não fala apenas de cerimônias, senão que de toda a lei, pois que cita mais adiante o Decálogo: "Não cobiçarás"[123]. E se obras da lei moral merecessem remissão de pecados e justificação, nenhuma necessidade haveria de Cristo e da promessa, 87

---

[120] Rm 4.16. Almeida RA: "... para que seja segundo a graça, a fim de que seja firme a promessa".

[121] Gl 3.22. Almeida RA: "Mas a Escritura encerrou...".

[122] Rm 3.28.

[123] Rm 13.9.

e ruiria tudo quanto Paulo disse da promessa. Também seria descartado o que escreveu aos efésios[124]: "Pela graça sois salvos, e isto é dom de Deus; não é de obras". Paulo menciona também Abraão e Davi. Esses, porém, tiveram mandamento divino com respeito à circuncisão. Portanto, se alguma obra justificava, necessário era que também aquelas obras justificassem, ao tempo, uma vez que tinham mandamento. Agostinho, entretanto, ensina, certeiramente, que Paulo fala de toda lei, conforme discorre prolixamente em seu *De spiritu et litera*, onde remata assim: "Considerada, pois, e tratada a questão na medida das forças que o Senhor se digna dar, coligimos que o homem não é justificado pelos preceitos de uma vida reta, senão pela fé em Cristo Jesus."[125]

88 E, para não julgarmos haja caído inadvertidamente da pena de Paulo a sentença da justificação pela fé, ele a reforça e confirma através de longa discussão, no quarto capítulo aos romanos, repetindo-a, depois, em todas as epísto-
89 las. Assim diz aos romanos, no quarto capítulo[126]: "Ao que trabalha, o salário não é considerado como favor, e, sim, como dívida. Mas ao que não trabalha, porém crê naquele que justifica ao ímpio, a sua fé lhe é atribuída como justiça". Aqui, diz claramente que à própria fé é atribuída a justiça. A fé, por isso, é aquela coisa da qual Deus declara ser justiça, acrescentando que é imputada gratuitamente e negando possa ela ser imputada de graça se é devida em virtude de obras. Razão por que exclui também o mérito de obras da lei moral. Pois, se a justificação diante de Deus fosse dívida paga a essas obras, a fé não
90 seria atribuída para justiça independentemente das obras. E, depois: "Dizemos:
91 A fé foi imputada a Abraão para justiça"[127]. No capítulo quinto diz: "Justificados, pois, mediante a fé, temos paz com Deus"[128], isto é, temos consciências
92 tranqüilas e contentes perante Deus. Romanos 10[129]: "Porque com o coração se
93 crê para justiça". Aqui, afirma ser a fé justiça do coração. Em Gálatas 2[130]: "Temos crido em Cristo Jesus, para que fôssemos justificados pela fé em Cristo e não por obras da lei". Em Efésios 2[131]: "Porque pela graça sois salvos, mediante a fé, e isso não vem de vós, é dom de Deus, não de obras, para que ninguém se glorie".

94 João, capítulo primeiro[132]: "Aos que crêem em seu nome, deu-lhes o poder de serem feitos filhos de Deus; os quais não nasceram do sangue, nem da von-
95 tade da carne, nem da vontade do homem, mas de Deus". João 3[133]: "Do modo por que Moisés levantou a serpente no deserto, assim importa que o Filho

---

[124] Ef 2.8,9.
[125] *De spiritu et litera* 13.22. MSL 44,2 214s.; CSEL 60,176,13.
[126] Rm 4.4,5.
[127] Rm 4.3.
[128] Rm 5.1.
[129] Rm 10.10.
[130] Gl 2.16.
[131] Ef 2.8,9.
[132] Jo 1.12,13.

do homem seja levantado, para que todo o que nele crê não pereça". Também: "Deus enviou o seu Filho ao mundo, não para que julgasse o mundo, mas para que o mundo fosse salvo por ele. Quem nele crê não é julgado"[134]. 96

97 Atos 13[135]: "Tomai, pois, irmãos, conhecimento de que por intermédio deste se vos anuncia remissão de pecados e de todas as coisas das quais vós não pudestes ser justificados pela lei. Nele todo o que crê é justificado". Como poderia ter falado mais claramente do ofício de Cristo e da justificação? A lei, diz ele, não justificava. Por isso nos foi dado Cristo, para crermos que somos justificados por causa dele. Recusa, inequivocamente, a idéia de que a lei justifique. Logo, somos considerados justos por causa de Cristo, se cremos que, por ele, Deus está reconciliado conosco. 98 Atos 4[136]: "Este Jesus é pedra rejeitada por vós, os construtores, a qual se tornou a pedra angular. E não há salvação em nenhum outro; porque abaixo do céu não existe nenhum outro nome, dado entre os homens, pelo qual importa que sejamos salvos". Mas o nome de Cristo é apreendido pela fé somente. Somos salvos, por conseguinte, pela confiança no nome de Cristo, não pela confiança em nossas obras. Pois "nome", aqui, designa a causa mencionada e graças à qual se alcança a salvação. E alegar o nome de Cristo é confiar em seu nome como causa ou preço por que nos salvamos. 99 Atos 15[137]: "Purificando-lhes pela fé os corações". Razão por que a fé da qual fala o apóstolo não é algum conhecimento inoperante, senão uma realidade que recebe o Espírito Santo e nos justifica.

100 Habacuque 2[138]: O justo viverá pela sua fé". Diz ele, aqui, em primeiro lugar, que os homens são justos pela fé, pela qual crêem ser-lhes Deus propício, acrescentando que a mesma fé vivifica, porque gera, no coração, paz, alegria e vida eterna.

101 Isaías 53[139]: "Com o seu conhecimento justificará a muitos". Ora, que é o conhecimento de Cristo senão conhecer-lhe os benefícios[140], as promessas que, por meio do evangelho, esparziu pelo mundo? Conhecer esses benefícios é própria e verdadeiramente crer em Cristo, crer que Deus, infalivelmente, cumprirá o que, por Cristo, prometeu.

102 Mas a Escritura está plena de testemunhos que tais, pois em umas partes trata da lei, em outras, das promessas respeito a Cristo, da remissão dos pecados e da aceitação gratuita por causa de Cristo.

---

[133] Jo 3.14,15.

[134] Jo 3.17,18.

[135] At 13.38,39.

[136] At 4.11,12.

[137] At 15.9.

[138] Hc 2.4.

[139] Is 53.11. Ou: O conhecimento dele... No original: *Notitia eius iustificabit multos*. Texto Alemão: *Sein Erkenntnis wird viel gerecht machen.* Algumas versões (Jerusalem Bible, The New American Bible) substituem "conhecimento" por "sofrimentos", de acordo com um manuscrito hebraico.

[140] Melanchthon, *Loci communes* de 1521: *Hoc est Christum cognoscere, beneficia eius congnoscere* (p. 65 Kolde[4]. Werke II, I, ano de 1952, 7, 10).

103 Também nos santos Pais existem, aqui e acolá, testemunhos como esses. Diz Ambrósio, numa epístola a certo Ireneu[141]: "O mundo, porém, lhe[142] foi sujeitado pela lei, porque, segundo a norma da lei, todos estão denunciados, e, pelas obras da lei, ninguém é justificado, isto é, porque, pela lei, conhece-se o pecado, mas não se desfaz a culpa. A lei, que a todos fez pecadores, parecia ter prejudicado, mas o Senhor Jesus, ao vir, perdoou a todos o pecado que ninguém pudera evitar e destruiu, pela efusão de seu sangue, nosso escrito de dívida[143]. É o que se lê: "Avultou o pecado pela lei; superabundou, porém, a graça"[144] por Jesus. Porque, depois de sujeitado o mundo universo, tirou o pecado de todo o mundo, conforme testifica João, dizendo: "Eis o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo"[145]. E, por isso, ninguém se glorie de obras, já que ninguém é justificado pelo que faz. Porém, aquele que é justo, o é por dádiva, visto haver sido justificado desde o lavacro[146]. É, pois, a fé que liberta pelo sangue de Cristo, porque "bem-aventurado aquele cuja iniqüidade é perdoada, cujo pecado é coberto"[147]. 104 Estas as palavras de Ambrósio. Apóiam elas, evidentemente, o nosso parecer. Exclui da justificação as obras e assevera que a fé liberta pelo sangue de Cristo. 105 Juntem-se num montão todos os sentenciários, adornados com títulos magnificentes – pois a uns lhes chamam "angélicos", a outros "sutis", ainda a outros, "irrefragáveis"[148] –: todos eles, lidos e relidos, não contribuíram tanto para o entendimento de Paulo, quanto essa sentença de Ambrósio.

106 No mesmo sentido, muita coisa escreve Agostinho contra os pelagianos. Em seu *De spiritu et litera* diz assim: "A justiça da lei – que viverá nela quem a cumprir –, sem dúvida, é proposta com o intento de que, cada um, quando tiver reconhecido sua infirmidade, conciliando o justificador, não por sua própria força nem pela letra da lei – coisa impossível –, mas pela fé, a alcance, realize e nela viva. Boa obra tal, que, quem a faz, nela tenha vida, não há senão no justificado. Mas justificação só se obtém pela fé"[149]. Aqui, afirma claramente que o justificador é conciliado pela fé e a justificação alcançada mediante a fé. E a breve trecho: "Pela lei tememos a Deus; pela fé esperamos em Deus. Mas a graça é ocultada aos que temem a pena. Se a alma sofre debaixo desse temor, etc., refugie-se, pela fé, na misericórdia de Deus, para que dê

---

[141] Ep 73 MSL 16, 1307s.

[142] I. e., a Deus.

[143] Cl 2.14. No original: *chirographum*. Em português existe o termo "quirógrafo".

[144] Rm 5.20.

[145] Jo 1.29.

[146] *Post lavacrum. Concordia Triglotta,* p. 151: "After the laver". J. Pelikan (Tappert, p. 122): "After being washed". *Post* também se pode traduzir com *desde*, como *em post hominum memoriam.*

[147] Sl 32.1.

[148] Thomás de Aquino, Doctor Angelicus; Duns Escoto, Doctor Subtilis; Alexandre de Hales, Doctor Irrefragabilis.

[149] *Ideo qaippe proponitur iustitia legis, quod qui fecerit eam, vivet in illa, ut cum quisque infirmitatem suam cognoverit, non per suas vires neque por literam ipsius legis, quod fieri non*

aquilo que ordena"[150]. Aqui, ensina que, pela lei, os corações são aterrorizados, recebendo, porém, consolação mediante a fé, e ensina que primeiro que tentar cumprir a lei, apreendamos, por intermédio da fé, a misericórdia. Mais além, citaremos alguns outros passos.

É, deveras, espantoso não se deixarem os adversários mover de forma nenhuma em presença de tantas passagens da Escritura, que, de maneira clara, atribuem a justificação à fé, negando-a, sem dúvida, às obras. Pensam, acaso, que tudo isso é repetido sem propósito? Julgam, porventura, que o Espírito Santo deixou cair essas palavras distraidamente? Entretanto, excogitaram, também, uma sofistaria pela qual as eludem. Dizem que elas devem ser interpretadas como entendendo com a *fides formata*[151] isto é, não atribuem a justificação à fé, exceto à vista do amor. De modo nenhum atribuem a justificação à fé, e, apenas, ao amor, por sonharem que a fé pode coexistir com pecado mortal[152]. Em que importa isso senão em mais uma abolição da promessa e no retorno à lei? Se a fé recebe remissão de pecados em virtude do amor, sempre será incerta a remissão, pois nunca amamos tanto quanto devêramos. Mais: nem amamos enquanto não se persuade o coração de que lhe é dado perdão dos pecados. Dessa maneira, os adversários, enquanto exigem, na remissão dos pecados e na justificação, confiança no amor da gente, abolem, de todo o ponto, o evangelho da gratuita remissão dos pecados. Não podem, entretanto, compreender nem entender esse amor, se não crêem que se recebe remissão de pecados gratuitamente 107 108 109 110

Também nós dizemos que o amor deve seguir-se à fé, a exemplo do que diz Paulo: "Porque em Cristo Jesus, nem a circuncisão, nem a incircuncisão, 111

---

potest, sed per fidem concilians iustificatorem perveniat et faciat et vivat in ea. Opus rectum, quod qui fecerit, vivet in eo, non fit nisi in iustificato. Iustificatio autem ex fide impetratur. Justus Jonas (loc. cit.) traduz: "Darum wird uns das Gesetz und seine Gerechtigkeit fürgehalten, dass, wer sie thut, dadurch lebe, und dass ein jeder, so er sein Schwachheit erkennet, zu Gott, welcher allein gerecht macht, komme, nicht durch sein eigen Kräfte noch durch den Buchstaben des Gesetzes, welchen wir nicht erfüllen können, sondern durch den Glauben. Ein recht gut Werk kann niemand thun, denn der zuvor selbst gerecht, fromm und gut sei; Gerechtigkeit aber erlangen wir allein durch den Glauben".

[150] *De spiritu et litera* 29, 51. MSL 44, 232/3; CSEL 60; 207, 4 e 208, 5.

[151] *Dicunt de fide formata accipi debere*. H. G. Pöhlmann (op. cit., p. 65) pensa que "justificação" é o sujeito de *accipi debere* e traduz: "Sie sagen, die Rechtfertigung müsse vom geformten Glauben empfangen werden". Entendemos que a interpretação correta do *accipi debere* é a de Justus Jonas (BSLK, p. 183): "sind zu verstehen" (sujeito: os textos). – *Fides formata*, i. e., *fides caritate formata* ("a fé formada pelo amor", "Glaube durch die Liebe gestaltet" ou "geformt", "faith fashioned by love"), a fé que é viva no amor, a fé que opera animada pela caridade (cf. Vulgata, Gl 5.6: *fides quae per caritatem operatur*), e que se diferencia da *fides informis* em ser essa última fé sem amor. Cf. Tomás de Aquino, *Summa Theologiae*, II,1.q.113.a.4 ad 1, onde diz que o movimento da fé não é perfeito a não ser que seja formado pela caridade, e que, na justificação do ímpio, existe, por isso, simultaneamente com o movimento da fé, também, o movimento do amor (*Motus fidei non est perfectus, nisi sit caritate informatus, unde simul in iustificatione impii cum motu fidei est etiam motus caritatis*).

[152] Contra a doutrina da *fides informis*. Sobre a expressão vid., nesta mesma seção, nota em "fides formata".

112 tem valor algum, mas a fé que atua pelo amor"[153]. Contudo, nem por isso devemos pensar que recebemos a remissão dos pecados e a reconciliação pela confiança neste amor, ou em vista dele, da mesma forma como não recebemos remissão de pecados em virtude de outras obras, seqüentes, senão que unicamente pela fé, e, sem dúvida, por intermédio da fé propriamente dita é que se recebe remissão de pecados, porque a promessa não pode ser recebida a não ser pela fé.
113 Ora, fé propriamente dita é aquela que assente à promessa. É dessa fé que a
114 Escritura fala. E, por receber remissão de pecados e reconciliar-nos com Deus, somos reputados justos por essa fé antes de amar e cumprir a lei, ainda que o
115 amor, necessariamente, segue. Essa fé certamente não é estéril conhecimento, nem pode ela coexistir com pecado mortal, mas é obra do Espírito Santo, pela qual somos libertados da morte, e mentes aterrorizadas são por ela erigidas e
116 vivificadas. E, porque somente essa fé recebe remissão de pecados, torna-nos aceitáveis a Deus e traz o Espírito Santo, podia chamar-se-lhe, mais corretamente, graça que torna aceitável[154] do que efeito seqüente, a saber, o amor.

117 A fim de clarear mais a questão, mostramos, até aqui, com suficiente fartura de testemunhos da Bíblia e argumentos dela tomados, obtermos remissão de pecados somente pela fé, por causa de Cristo, e que, exclusivamente, por meio da fé, somos justificados, isto é, de injustos somos feitos justos, ou somos
118 regenerados. Ora, é fácil julgar quão necessário é o conhecimento dessa fé, porque apenas nele se reconhece o serviço de Cristo, unicamente por ele recebemos os benefícios de Cristo, só ele traz consolo certo e firme às mentes piedo-
119 sas. E é necessário que exista na igreja a doutrina da qual os piedosos concebam segura esperança de salvação. Os adversários aconselham mal aos homens enquanto ordenam duvidar sobre se alcançamos remissão de pecados. Como hão de suster-se na morte os que nada ouviram dessa fé, os que julgam deverem
120 duvidar sobre se obtêm remissão dos pecados? Além disso, é necessário reter na igreja de Cristo o evangelho, isto é, a promessa de que os pecados são remitidos gratuitamente, por amor de Cristo. De todo, abolem o evangelho os que nada
121 ensinam concernente à fé da qual falamos. Pois bem, nos escolásticos, nem uma palavra dessa fé! Seguem-lhes, na esteira, nossos adversários, improvando-a. Nem percebem que, com rejeitarem essa fé, abolem toda a promessa da gratuita remissão dos pecados e da justiça de Cristo.

DO AMOR E DO CUMPRIMENTO DA LEI

122 Aqui, objetam os adversários: "Se queres entrar na vida, guarda os mandamentos"[155]. Também: "Os que praticam a lei hão de ser justificados"[156]. E muitas outras coisas semelhantes respeito a lei e obras. Antes de replicar a isso, importa dizer o que cremos no tocante ao amor e ao cumprimento da lei.

---

[153] Gl 5.6.
[154] *Gratia gratum faciens.*
[155] Mt 19.17.
[156] Rm 2.13.

Lê-se no profeta: "Nos corações lhes imprimirei a minha lei"[157]. E, em Romanos 3[158], diz Paulo: "Anulamos, pois, a lei, pela fé? Não, de maneira nenhuma, antes confirmamos a lei". E Cristo diz: "Se queres entrar na vida, guarda os mandamentos"[159]. Da mesma forma: "Se não tenho amor, nada sou"[160]. Testificam essas e semelhantes sentenças ser necessário que a lei tenha princípio em nós e seja cumprida mais e mais. Não falamos, porém, de cerimônias, e sim, daquela lei que estabelece preceitos sobre os movimentos do coração, ou seja, do Decálogo. Mas, visto que a fé traz o Espírito Santo e gera nova vida nos corações, é forçoso que produza impulsos espirituais nos corações. E o que são esses movimentos no-lo mostra o profeta, ao dizer: "Nos corações lhes imprimirei a minha lei"[161]. Por isso, depois de justificados e renascidos pela fé, principiamos a temer e amar a Deus, a rogar e dele esperar auxílio, a render-lhe graças e louvor e a obedecer-lhe nas aflições. Começamos, também, a amar o próximo, por ter o coração movimentos espirituais e santos. 123 124 125

Não pode realizar-se isto senão depois de sermos justificados pela fé, e, renascidos, recebermos o Espírito Santo. Primeiro, porque não se pode cumprir a lei sem Cristo. Também não se pode cumpri-la sem o Espírito Santo. Ora, o Espírito Santo se recebe mediante a fé, segundo Paulo, em Gálatas 3[162]: "A fim de que recebêssemos pela fé a promessa do Espírito". E como pode o coração humano amar a Deus enquanto pensa que ele está horrivelmente irado, aniquilando-nos com calamidades temporais e eternas? A lei, entretanto, sempre nos acusa, sempre mostra que Deus está irado. Não se ama, pois, a Deus, a não ser depois de apreender, pela fé, a misericórdia. Apenas dessa maneira é que ele se torna objeto amável[163]. 126 127 128 129

De sorte que, posto seja possível realizar, em alguma medida, sem Cristo e sem o Espírito Santo, obras civis, isto é, as obras exteriores da lei, evidencia-se, não obstante, de quanto ficou dito, que não se podem realizar, sem o Espírito Santo, aquelas que são propriamente da lei divina, a saber: as afeições cordiais para com Deus, preceituadas na primeira tábua. Acontece, porém, que nossos adversários são belos teólogos: consideram a segunda tábua e as obras políticas[164]; da primeira, não curam de forma nenhuma, como se não viesse ao caso; ou, certamente, requerem apenas cultos exteriores. De modo nenhum atentam na lei eterna, posta muito acima do sentido e da inteligência de todas as criaturas: "Amarás o Senhor teu Deus de todo o teu coração"[165]. 130 131

---

[157] Jr 31.33.
[158] Rm 3.31.
[159] Mt 19.17.
[160] 1 Co 13.3.
[161] Jr 31.33.
[162] Gl 3.14. *Promissionem Spiritus.* Almeida RA: "o Espírito prometido". O original latino é tradução literal do grego: *tên epaggelion tou pneumatos.*
[163] *Objectum amabile.*
[164] *Politica opera*, i. e., as obras exteriores.
[165] Dt 6.5.

132 Mas Cristo foi dado a fim de que, por sua causa, nos fossem conferidos remissão de pecados e o Espírito Santo, que gera, em nós, vida nova e eterna, bem como eterna justiça. Razão por que não se pode cumprir verdadeiramente a lei a não ser que se haja recebido, pela fé, o Espírito Santo. Por isso, Paulo diz que, pela fé, não abolimos a lei, senão que a estabelecemos[166]. Porque a lei só
133 se pode cumprir assim, quando se alcança o Espírito Santo. E Paulo ensina, em 2 Coríntios 3, que o véu que cobriu a face de Moisés só pode ser removido pela fé em Cristo, pela qual se recebe o Espírito Santo. Pois fala assim: "Mas até hoje, quando é lido Moisés, o véu está posto sobre o coração deles. Quando, porém, algum deles se converte ao Senhor, o véu lhe é retirado. Ora, o Senhor
134 é o Espírito; e onde está o Espírito do Senhor aí há liberdade"[167]. Sob "véu", entende Paulo a opinião humana com respeito a toda a lei, Decálogo e cerimônias, isto é, julgarem hipócritas que obras externas e civis satisfazem a lei de Deus e pensarem que sacrifícios e culto justificam perante Deus *ex opere operato*[168].
135 Mas esse véu é removido de nós, isto é, somos libertados desse erro, quando Deus mostra aos nossos corações nossa imundícia e a magnitude do pecado. Só então vemos que estamos longe de cumprir a lei. Reconhecemos, então, como a carne, segura e ociosa, não teme a Deus, nem conclui com segurança que Deus cuida de nós, mas, antes, que o homem nasce e morre ao acaso. Aí é que experimentamos não crermos que Deus perdoa e ouve. Quando, porém, ouvimos o evangelho e, mediante a fé, somos erigidos pela remissão dos pecados, recebemos o Espírito Santo, de maneira que já, então, podemos pensar acertadamente sobre Deus, temê-lo, nele crer, etc. Evidencia-se daí que, sem Cristo e o Espírito Santo, não se pode cumprir a lei.

136 Professamos, por conseguinte, ser necessário que a lei principie em nós e seja cumprida continuadamente[169] e cada vez mais. E, simultaneamente, abrangemos ambas as coisas: movimentos espirituais e boas obras externas. De sorte que é calúnia dizerem os adversários que os nossos não preceituam boas obras,
137 quando não só as requerem, mas ainda mostram como podem ser feitas. O resultado prova aos hipócritas, que por suas forças procuram cumprir a lei, não
138 alcançarem o que tentam. Pois a natureza humana é por demais fraca para resistir, com suas forças, ao diabo, que mantém cativos a quantos não foram li-
139 bertados pela fé. Contra o diabo é necessário o poder de Cristo, isto é, para que, sabendo que, por causa de Cristo, somos ouvidos e temos a promessa, peçamos que o Espírito Santo nos governe e defenda, a fim de não errarmos, ludibriados, nem, impelidos, empreendermos algo contra a vontade de Deus. Como ensina o Salmo: "Levou cativo o cativeiro, deu

---

[166] Rm 3.31.

[167] 2 Co 3.15-17.

[168] Em virtude da obra realizada. Vid. CA XXIV, 22, tradução do texto latino, nota em "obra realizada".

[169] *Subinde*. H. G. Pöhlmann, op. cit., p. 68: "von Zeit zu Zeit". J. Pelikan (Tapert, op. cit., p. 126) não traduz a palavra.

dons aos homens"[170]. Pois Cristo venceu o diabo e nos deu a promessa e o Espírito Santo, para que também nós mesmos vençamos com o auxílio divino. E, em 1 João 3[171]: "Para isso se manifestou o Filho de Deus, para destruir as obras do diabo". Por outro lado, não ensinamos apenas de que maneira pode a lei ser cumprida, mas, também, como Deus se agrada quando se faz algo. Bem entendido: não porque satisfaçamos à lei, mas por estarmos em Cristo, como diremos logo mais. Consta, portanto, que os nossos exigem boas obras. Até acrescentamos ainda ser impossível separar da fé o amor a Deus, por exíguo que seja, pois que, através de Cristo, chegamos ao Pai e, aceita a remissão dos pecados, estamos realmente certos de que temos Deus, isto é, que Deus vela sobre nós. Invocamos, damos graças, tememos, amamos, consoante o ensino de João na primeira epístola: "Nós o amamos, porque ele nos amou primeiro"[172]. Isto é: porque deu seu Filho por nós e nos perdoou os pecados. Significa-nos, destarte, que a fé precede e o amor segue. Semelhantemente, a fé da qual falamos existe no arrependimento, quer dizer, é concebida[173] nos terrores de consciência, a qual sente a fúria de Deus contra nossos pecados, e dele procura remissão de pecados e libertação do pecado. E, em tais terrores e outras aflições, deve crescer e firmar-se esta fé. Razão por que não pode existir nos que vivem segundo a carne, nos que se deliciam em suas concupiscências e lhes obedecem. Por isso diz Paulo: "Agora, pois, já nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus, os quais não andam segundo a carne, mas segundo o Espírito"[174]. Da mesma forma: "Somos devedores, não à carne como se constrangidos a viver segundo a carne. Porque, se viverdes segundo a carne, caminhais para a morte; mas, se pelo Espírito mortificardes os feitos do corpo, certamente vivereis"[175]. Razão por que aquela fé que recebe a remissão dos pecados num coração aterrorizado e em fuga do pecado, não permanece naqueles que obedecem às concupiscências, nem coexiste com pecado mortal. 140 141 142 143 144

Desses efeitos da fé, os adversários selecionam um, a saber, o amor, e ensinam que o amor justifica[176]. Está, assim, bem manifesto que ensinam apenas a lei. Não ensinam, primeiro, que se recebe remissão de pecados pela fé. Não instruem sobre o Cristo mediador, que, por Cristo, temos um Deus propício; doutrinam que o temos em virtude do nosso amor. E, contudo, não dizem o que vem a ser esse amor, nem podem dizê-lo. Proclamam que cumprem a lei, quando esta glória se deve, propriamente, a Cristo. E ao juízo de Deus opõem as 145 146

---

[170] Sl 68.18.

[171] 1 Jo 3.8.

[172] 1 Jo 4.19. *Nos diligimus eum*. Almeida RA, de acordo com o texto original: "Nós amamos".

[173] *Concipitur*. H. G. Pöhlmann (op. cit., p. 69): wird begriffen.

[174] Rm 8.1,4.

[175] Rm 8.12,13.

[176] *Confutatio*, CR 27, coluna 100: *Proinde non admittitur, quod tam saepe fidei tribuunt iustificationem, cum id pertineat ad gratiam et caritatem* ("Por isso não é admitido isso de tão freqüentes vezes atribuírem [os adversários] a justificação à fé, já que pertence à graça e à caridade").

160 Depois, aquele cumprimento da lei, ou obediência à lei, certamente é justiça, quando íntegro[185]. Mas em nós é exíguo e imundo. De sorte que não agrada
161 por si mesmo, não é aceitável por si mesmo. Todavia, embora seja evidente, do que acima ficou dito, que justificação não significa apenas o início da renovação, mas a reconciliação pela qual também somos aceitáveis posteriormente, agora, entretanto, pode ver-se muito mais claramente que aquele início de cumprimento da lei não justifica, visto ser aceitável unicamente por causa da fé. Nem devemos confiar que somos reputados justos diante de Deus por nossa própria perfeição e cumprimento da lei, e não antes por causa de Cristo:

162 Primeiro, porque Cristo não cessa de ser mediador depois que fomos renovados. Erram os que imaginam haver ele merecido apenas a primeira graça e que nós, depois, agradamos com nosso cumprimento da lei, merecendo a vida
163 eterna[186]. Cristo permanece mediador, e devemos pensar sempre que, por sua causa, temos um Deus reconciliado, não obstante nossa indignidade. Assim ensina, manifestamente, Paulo, ao dizer: "Porque de nada me argüi a consciência; contudo, nem por isso me dou por justificado"[187]. Sabe ele que é reputado justo pela fé, por causa de Cristo, conforme a palavra: "Bem-aventurado aquele cuja iniquidade é perdoada"[188]. Mas esta remissão sempre é recebida pela fé. Da mesma forma, a imputação da justiça do evangelho vem da promessa; por isso é recebida sempre pela fé, devendo-se pensar sempre que somos reputados
164 justos por meio da fé, em razão de Cristo. Devessem os renascidos julgar depois que serão aceitáveis em virtude do cumprimento da lei, quando é que estaria a consciência certa de que agrada a Deus, já que nunca satisfazemos a lei?
165 Devemos, por isso, recorrer sempre à promessa. Por ela deve ser sustentada nossa enfermidade, devendo nós pensar que somos reputados justos por causa de Cristo, que está à direita de Deus e perpetuamente intercede em nosso favor. Se alguém pensa que já é justo e aceitável em razão do próprio cumprimento da lei, que não por causa daquela promessa, injuria a este sacerdote. Nem se pode entender como seja possível o homem imaginar que é justo diante de Deus, depois de excluído Cristo como propiciador e mediador.

166 E que necessidade há de longa discussão? Toda a Escritura, toda a igreja clama que não se pode satisfazer à lei. Por isso, aquele cumprimento inciado
167 da lei não agrada por si mesmo, senão por causa da fé em Cristo. De mais a mais, a lei sempre nos acusa. Pois quem é que ama suficientemente ou teme suficientemente a Deus? Quem suporta com suficiente paciência as aflições impostas por Deus? Quem não está, freqüentes vezes, em dúvida sobre se os conselhos de Deus ou o acaso governam as coisas do homem? Quem não duvida, amiudadas vezes, sobre se é ouvido por Deus? Quem não se sente, repetidas ve-

---

[185] H. G. Pöhlmann (*Apologia*, p 72: "Obschon sie vollkommen ist". No original: *Cum est integra*. O contexto evidencia que não se trata do *cum concessivum*.

[186] Observa Heinrich Bornkamm (BSLK, p. 193, nota 1) que também segundo Tomás de Aquino o homem não pode merecer a *prima gratia* (*Summa Theologiae* II, 1.q.114.a. 5c), podendo, entretanto, merecer de condigno o *augmentum gratiae* e a vida eterna (a.8 e 3).

[187] 1 Co 4.4.

[188] Sl 32.1.

zes, irritado porque os ímpios gozam melhor fortuna que os piedosos, porque estes são oprimidos por aqueles? Quem satisfaz a sua vocação?[189] Quem ama o próximo como a si mêsmo? Quem não é estimulado pela concupiscência? Por isso diz Paulo: "Porque não faço o bem que prefiro, mas o mal que não quero, esse faço"[190]. Também: "Com a mente sou escravo da lei de Deus, mas, segundo a carne, da lei do pecado"[191]. Aqui, proclama inequivocamente que serve à lei do pecado. E Davi diz: "Não entres em juízo com o teu servo, porque à tua vista não há justo nenhum vivente"[192]. Aqui, até um servo de Deus suplica se omita o juízo. Da mesma forma: "Bem-aventurado o homem a quem o Senhor não atribui iniqüidade"[193]. Portanto, nesta nossa infirmidade sempre está presente o pecado, que poderia ser atribuído, e do qual pouco depois diz: "Sendo assim, todo homem piedoso te fará súplicas"[194]. Nesse passo, mostra que também os santos devem procurar remissão dos pecados. São mais do que cegos os que não percebem serem pecados os maus desejos da carne, dos quais diz Paulo: "A carne milita contra o Espírito, e o Espírito contra a carne"[195]. A carne desconfia de Deus, confia nas coisas presentes, procura o auxílio humano na calamidade, até contra a vontade de Deus, foge as aflições, que deverá tolerar por causa da ordem de Deus, duvida da misericórdia de Deus, etc. Com tais paixões, luta o Espírito Santo nos corações, a fim de reprimir e mortificá-las e provocar novos movimentos espirituais. Mas, depois, coligiremos mais testemunhos sobre esse tópico, embora os haja óbvios por toda a parte, não só nas Escrituras, mas, também, nos santos Pais. 168 169 170 171

Magnificamente, Agostinho: "Cumprem-se todos os mandamentos de Deus quando é perdoado tudo o que não se faz"[196]. Requer, portanto, fé, até mesmo em boas obras, a fim de crermos que agradamos a Deus por causa de Cristo e que nem as próprias obras, que podem agradar, são, por si mesmas, dignas. E Jerônimo diz contra os pelagianos: "Por conseguinte, somos justos quando nos confessamos pecadores, e nossa justiça consiste na misericórdia de Deus, não em mérito próprio"[197]. Importa, por isso, que, nesse cumprimento iniciado da lei, esteja presente a fé, a qual se persuade de que temos um Deus reconciliado por causa de Cristo. Pois não se pode apreender a misericórdia senão pela fé, conforme acima se disse em mais de uma ocasião. Por essa razão, quando Paulo diz confirmarmos a lei pela fé, importa entender não apenas 172 173 174 175

---

[189] *Vocationi*, no sentido de "Beruf", conforme Melanchthon empregara o termo em Confissão de Augsburgo, texto alemão, artigos 16, 25 e 27. Justus Jonas: "Wer ist, der seinem Beruf recht gnugtut".

[190] Rm 7.19.

[191] Rm 7.25.

[192] Sl 143.2.

[193] Sl 32.2.

[194] Sl 32.6.

[195] Gl 5.17.

[196] *Retractationes* I 19,3. MSL 32,615. CSEL 36, p. 90,10.

[197] *Dial. adv. Pelagianos* 1,13. MSL 23,527 D.

que os renascidos pela fé recebem o Espírito Santo e têm movimentos acordantes com a lei de Deus, mas releva acrescentar também, muito principalmente, 176 ser necessário sentirmos que estamos longe da perfeição da lei. Por isso, não podemos concluir que somos reputados justos aos olhos de Deus por virtude do nosso cumprimento da lei. Para tornar a consciência tranqüila, deve preocupar-se a justificação alhures. Pois não somos justos ante Deus, enquanto, 177 fugindo do juízo de Deus, nos indignamos contra Deus. Devemos julgar, portanto, que, como reconciliados pela fé, somos reputados justos por causa de Cristo, não por causa da lei ou em virtude das nossas obras, mas que este início de cumprimento da lei agrada em razão da fé, e que à vista da fé não se nos imputa o que falta do cumprimento da lei, muito embora nos atemorize o conspecto de nossa impureza. Agora, se se deve procurar a justificação alhures, 178 segue-se que nosso amor e nossas obras não justificam. Longe acima de nossa pureza, até longe acima da mesma lei, deve colocar-se a morte e satisfação de Cristo, dadas a nós, a fim de nos capacitarmos de que temos um Deus propício por causa desta satisfação, não em virtude do nosso cumprimento da lei.

179 É o que ensina Paulo em Gálatas 3[198], ao dizer: "Cristo nos resgatou da maldição da lei, fazendo-se ele próprio maldição em nosso lugar", isto é, a lei condena todos os homens, mas Cristo, porque sem pecado, carregou a pena do pecado e se tornou vítima por nós, acabou com aquele direito da lei, para que não acuse nem condene os que nele crêem, visto ele mesmo ser a propiciação deles. Por causa dela são reputados justos agora. Sendo porém, reputados justos, não pode a lei acusar ou condená-los, ainda que realmente não hajam satisfeito a lei[199]. No mesmo sentido, escreve aos colossenses: "Em Cristo estais aperfeiçoados"[200]. Como se dissesse: conquanto ainda distantes da perfeição da lei, todavia, não vos condenam os pecados remanescentes, já que temos, por causa de Cristo, reconciliação certa e firme, se credes, ainda que o pecado adere a vossa carne.

180 Sempre se deve ter em vista a promessa de que Deus, por causa de sua promessa, quer ser propício e justificar em virtude de Cristo, não por causa da lei ou das nossas obras. Nesta promessa devem buscar reconciliação e justificação as consciências apavoradas, nela, devem suster-se e estar seguras que por causa de Cristo, em virtude da sua promessa, têm um Deus propício. Assim, obras jamais podem sossegar a consciência; apenas a promessa logra fazê-lo. 181 Se, pois, justificação e paz de consciência devem ser procuradas alhures, alémobras e amor, segue-se que amor e obras não justificam, embora sejam virtudes e justiças da lei, enquanto cumprimento da lei. E até esse ponto essa obediência da lei justifica pela justiça da lei. Todavia, essa imperfeita justiça da lei não é aceita por Deus, exceto em virtude da fé. Por isso não justifica, isto é, não reconcilia nem regenera, e, por si mesma, não nos torna aceitáveis aos olhos de Deus.

---

[198] Gl 3.13.

[199] Esta sentença falta desde a edição in octavo de 1531 da Confissão de Augsburgo e da Apologia latinas.

[200] Cl 2.10.

Patenteia-se, à luz disso que, perante Deus, somos justificados pela fé somente, porque recebemos remissão de pecados e reconciliação exclusivamente pela fé, por causa de Cristo, porquanto reconciliação ou justificação é coisa prometida por causa de Cristo, não por causa da lei. Por isso é recebida pela fé somente, ainda que, dado o Espírito Santo, segue-se o cumprimento da lei. 182

RÉPLICA AOS ARGUMENTOS DOS ADVERSÁRIOS

183 Ora bem, conhecidos os fundamentos dessa causa, a saber, a distinção entre a lei e as promessas, ou o evangelho, fácil será diluir as objeções dos adversários. Pois citam passos referentes à lei e às obras e omitem passos relativos às promessas. 184 Pode responder-se, todavia, quanto à lei, de uma vez para sempre: é possível cumprir a lei sem Cristo, e obras civis, caso feitas sem Cristo, não agradam a Deus. Razão por que, quando se inculcam obras, é preciso acrescentar que se requer fé, que são pregadas à vista da fé, que são os frutos e testemunhos da fé. 185 Causas ambíguas e perigosas originam muitas e variadas soluções. Pois é verdadeira a sentença do poeta antigo: *Ho d'ádikos lógos nosõn en hauto pharmákõn deitai sophõn*[201]. Mas em causas boas e seguras, uma ou outra solução, colhida nas fontes, corrige tudo quanto pareça ofender. É o que acontece também nesta nossa questão. Pois a norma, há pouco referida por mim, interpreta todas as passagens que são citadas a respeito da lei e o das obras. 186 Pois reconhecemos que a Escritura numas partes propõe a lei, noutras, o evangelho ou a gratuita promessa quanto aos pecados, por causa de Cristo. Nossos adversários, entretanto, simplesmente abolem a gratuita promessa ao negarem que a fé justifica, e ensinarem que recebemos remissão de pecados e reconciliação em virtude do amor e de nossas obras. 187 Se nossa obras forem condição do perdão de pecados, esse será de todo incerto. Ficará, por conseguinte, abolida a promessa. 188 Por isso[202] revocamos as mentes pias à consideração das promessas e doutrinamos a respeito da gratuita remissão dos pecados e da reconciliação, que se efetua por intermédio da fé em Cristo. Depois acrescentamos também a doutrina da lei. E é necessário *orthotomein*[203] essas coisas, como diz Paulo. É preciso ver o que a Escritura atribui à lei e o que atribui às promessas. Pois louva as obras de um modo que não destrói a gratuita promessa.

189 Pois devem praticar-se obras por causa da ordem divina, também para o exercício da fé, igualmente, por causa da confissão e da ação de graças. Por essas

---

[201] "Palavra injusta, em si mesma enferma, exige remédios sábios". Eurípides, *Phoenissae*, v. 474s.

[202] Gerhard Ebeling (*Wort und Glaube*, vol. I, Tubinga, 1967, 3ª ed., p. 55, nota 22, e p. 58) observa que alusivamente ("andeutungsweise") Melanchthon ensina também o *tertius usus legis* na Apologia; que seria possível mostrar que já na Apologia toca ao de leve ("streift") na idéia de tal uso. Para comprovação, remete ao que vem exposto a partir de IV, 188.

[203] Texto alemão: *Recht schneiden und teilen.* 2 Tm 2.15. Almeida RA: "que maneja bem" (a palavra da verdade).

razões, far-se-ão, necessariamente, boas obras, as quais, embora feitas na carne ainda não de todo renovada, carne que retarda os movimentos do Espírito Santo e adiciona algo de sua imundície, são, contudo, por causa da fé, obras santas, divinas, sacrifícios, governo de Cristo, que exibe seu reino ante o mundo. Pois nelas santifica corações e reprime o diabo e, a fim de manter o evangelho entre os homens, publicamente[204] opõe ao reino do diabo a confis-
190 são dos santos e, em nossa fraqueza, declara seu poder. Os perigos, trabalhos, e sermões do apóstolo Paulo, de Atanásio[205], de Agostinho, e de outros, semelhantes a esses, os quais ensinaram as igrejas, são obras santas, sacrifícios verdadeiros, agradáveis a Deus, pelejas de Cristo, pelas quais reprimiu o diabo,
191 arredando-o dos que creram. Santas obras são os labores de Davi nas guerras que teve de fazer e na administração interna, sacrifícios verdadeiros, batalhas de Deus, em defesa daquele povo que tinha a palavra de Deus contra o diabo,
192 a fim de que o conhecimento de Deus não se extinguisse de todo na terra. Assim também julgamos de cada boa obra em vocações ínfimas e questões particulares. Por essas obras, Cristo triunfa do diabo, assim como a coleta dos coríntios[206] era santa obra, e sacrifício, e contenda de Cristo contra o diabo,
193 que trabalha no sentido de nada se fazer para louvor de Deus. Criticar tais obras – confissão da doutrina, aflições, obras de caridade, mortificação da carne –, por certo que seria criticar o governo externo do reino de Cristo entre
194 os homens. E aqui também acrescentamos algo a respeito de prêmios e méritos. Ensinamos que foram propostos e prometidos prêmios às obras dos fiéis. Ensinamos que boas obras são meritórias, não para a remissão de pecados, a graça ou a justificação (pois isso obtemo-lo unicamente pela fé), mas para outros prêmios, corporais e espirituais, nesta vida e depois dela, porque Paulo
195 diz: "Cada um receberá galardão segundo o seu trabalho"[207]. Haverá, portanto, prêmios dessemelhantes, em razão da diversidade do trabalho. Mas a remissão dos pecados é semelhante e igual para todos, assim como Cristo é um só, e é proposta gratuitamente a quantos crêem que, por causa dele, seus pecados são perdoados. Recebem-se, portanto, remissão de pecados e justificação exclusivamente pela fé, não em virtude de quaisquer obras, assim como se evidencia em terrores de consciência que nenhumas obras nossas podem ser opostas à ira de Deus, como Paulo diz claramente: "Justificados mediante a fé, temos paz com Deus, por meio do nosso Senhor Jesus Cristo, por intermédio de
196 quem obtivemos igualmente acesso, pela fé, etc."[208] A fé, entretanto, por fazer filhos de Deus, faz também co-herdeiros de Cristo. Por isso, visto não mere-

---

[204] Ou: entre o povo; ou: na guerra. No original: *foris*.

[205] Ca. 295-373. Nasceu perto de Alexandria. Em 325 acompanhou seu bispo Alexandre ao Concílio de Nicéia, onde lhe serviu como secretário. Em 328 sucedeu a Alexandre na sé de Alexandria. Teve carreira tormentosa, como principal defensor da doutrina nicena, tendo sido exilado cinco vezes de sua sé.

[206] 1 Co 16.1.

[207] 1 Co 3.8.

[208] Rm 5.1,2.

cermos, através de nossas obras, a justificação, pela qual nos tornamos filhos de Deus e co-herdeiros de Cristo, por nossas obras não merecemos a vida eterna. Consegue-o a fé porque nos justifica e tem um Deus reconciliado. Mas é devida aos justificados, segundo o texto: "Aos que justificou, a esses também glorificou"[209]. Encomenda-nos Paulo o preceito de se honrarem os pais pela menção do prêmio acrescentando àquele preceito[210]. Não pretende que obediência aos pais nos justifica aos olhos de Deus, mas, depois de suceder nos justificados, merece outros grandes prêmios. Deus, contudo, exercita os santos de várias maneiras e, não raro, difere os prêmios da justiça das obras, a fim de que aprendam a não confiar em sua justiça, aprendam a buscar mais a vontade de Deus do que os prêmios, como se vê em Jó, em Cristo e outros santos. A esse respeito nos dão ensino muitos salmos, que nos consolam da felicidade dos ímpios. Assim, no Sl 36[211]: "Não tenhas inveja". E Cristo diz: "Bem-aventurados os perseguidos por causa da justiça, porque deles é o reino dos céus"[212]. Por estas preconizações das boas obras, indubitavelmente se movem os fiéis à prática do bem. Entrementes, também se anuncia a doutrina do arrependimento contra os ímpios, que praticam o mal. É manifestada a ira com que Deus ameaçou a quantos não se arrependem. Louvamos, portanto, as boas obras e as exigimos, indicando muitas razões por que devem ser praticadas[213]. 197 198 199 200 201

Assim, também ensina Paulo[214] sobre as obras, ao dizer que Abraão recebeu a circuncisão não para ser justificado por esta obra, pois mediante a fé já conseguira o ser reputado justo. Adicionou-se, porém, a circuncisão, a fim de que tivesse no corpo sinal escrito por cuja exortação exercesse a fé e a confessasse diante de outros e, com seu testemunho, convidasse outros a crerem. Pela fé, Abel[215] ofereceu mais excelente sacrifício. Portanto, o sacrifício por ele feito agradou porque era justo, pela fé. Não que por esta obra merecesse remissão de pecados e graça, mas que exercesse sua fé e a demonstrasse a outros, a fim de convidá-los a crer. 202

Ainda que desse modo boas obras devam seguir-se à fé, usam-nas, de maneira mui diversa, homens que não podem crer e persuadir-se intimamente que são perdoados gratuitamente, por causa de Cristo, que gratuitamente, por Cristo, Deus lhes é propício. Quando vêem as obras dos santos, julgam, à maneira do homem, terem os santos merecido remissão de pecados e graça por essas obras. Imitam-nos, por isso, pensando que, em vista de obras semelhantes, merecem remissão de pecados e graça, aplacam a ira de Deus e conseguem, por essas obras, ser reputados por justos. Condenamos essa opinião ímpia sobre as obras. Primeiro, porque fica obscurecida a glória de Cristo quando homens 203 204

[209] Rm 8.30.
[210] Ef 6.2,3.
[211] Sl 37.1.
[212] Mt 5.10
[213] Cf. artigo XX na Confissão de Augsburgo e na Apologia.
[214] Rm 4.9ss.
[215] Hb 11.4.

propõem essas obras a Deus como preço e propiciação. Esta honra, devida exclusivamente a Cristo, é atribuída a nossas obras. Em segundo lugar, não acham, todavia, as consciências paz nessas obras, senão que, acumulando obras sobre obras em terrores verdadeiros, desesperam ao cabo, à vista do fato de não encontrarem obra nenhuma suficientemente pura. A lei sempre acusa e produz ira. Em terceiro lugar, tais pessoas nunca alcançam o conhecimento de Deus, pois, fugindo, encolerizadas, de Deus, que as julga e aflige, jamais pen-
205 sam que são ouvidas. A fé, entretanto, manifesta a presença de Deus depois de certificar-se de que Deus perdoa e ouve de graça.

206 Mas a opinião ímpia sobre as obras sempre inere ao mundo. Os gentios tinham sacrifícios colhidos dos pais. Imitavam-lhes as obras, não lhes retinham a fé, mas julgavam que aquelas obras eram propiciação e preço em vista
207 dos quais haveria de reconciliar-se com eles. O povo na lei imitava os sacrifícios, pensando que, em virtude dessas obras, teria um Deus recongraçado *ex opere operato*[216], por assim dizer. Aqui vemos com quanta veemência os profetas censuram o povo, Sl 49[217]: "Não te repreendo pelos teus sacrifícios". E Jr: "não te ordenei acerca de holocaustos"[218]. Tais passos não condenam as obras, certamente ordenadas por Deus como exercícios externos neste governo; mas condenam a persuasão ímpia que os fazia pensar que por efeito dessas obras
208 aplacavam a ira de Deus e porque jogavam fora a fé. E, visto obra nenhuma apaziguar a consciência, a pouco e pouco excogitam-se novas obras que vão além dos mandamentos divinos. Vira o povo de Israel sacrificarem os profetas em lugares altos[219]. Além disso, o exemplo dos santos move muitíssimo aos que esperam que com obras semelhantes vão alcançar a graça da mesma forma como a obtiveram aqueles. Por isso, o povo principiou de imitar com admirável zelo esta obra, a fim de, por ela, merecer a remissão dos pecados, a graça e a justiça. Os profetas, no entanto, haviam sacrificado nos lugares altos não para merecer remissão de pecados e graça por essas obras, mas porque, nesses luga-
209 res, eles ensinavam, por isso propunham, aí, um testemunho de sua fé. Ouvira o povo haver Abraão sacrificado seu filho[220]. Por isso também eles mataram filhos[221] para aplacar a ira de Deus com obra crudelíssima e dificílima. Abraão, porém, não sacrificou seu filho na opinião de que esta obra fosse preço e
210 propiciação em virtude dos quais houvesse de ser considerado justo. Assim foi instituída a ceia do Senhor na igreja, a fim de que, pela recordação das promessas de Cristo, das quais somos lembrados neste sinal, seja confirmada em nós a fé, para que confessemos publicamente nossa fé e proclamemos os benefícios de Cristo, como diz Paulo: "Todas as vezes que fizerdes isto, anunciareis a morte

---

[216] Em virtude da obra realizada. Vid. CA XXIV, 22, nota em "obra realizada".
[217] Sl 50.8.
[218] Jr 7.22.
[219] 1 Sm 9.12s.; 1 Rs 18.20ss.
[220] Gn 22.
[221] Lv 20.2ss.; 2 Rs 23.10; Jr 7.31; 19.5; 32.35.

do Senhor, etc."[222] Contendem, porém, os nossos antagonistas, dizendo ser a missa obra que justifica *ex opere operato*[223], e anula o reato[224] de culpa e pena naqueles em favor dos quais é celebrada. É como escreve Gabriel[225].

211 Antônio[226], Bernardo[227], Domingos[228], Francisco[229] e outros santos Pais elegeram certo gênero de vida ou para efeito de estudo ou em vista de outros exercícios úteis. Julgavam, entretanto, que eram reputados justos e tinham um Deus propício pela fé, por causa de Cristo, não em virtude daqueles próprios exercícios. Mas, depois, a multidão imitou não a fé dos Pais, senão que, sem fé, lhes imitou o exemplo, com o fito de, por essas obras, merecer remissão de pecados, graça e justiça. Não lhes parecia que recebiam essas coisas gratuitamente, por causa do Cristo propiciador. É assim que o mundo julga de todas as obras. 212 Entende que são propiciação pela qual Deus é apaziguado, preço em virtude do qual somos considerados justos. Não pensa que o Cristo é propiciador, não pensa que é pela fé, gratuitamente, que alcançamos o ser reputados justos por causa do Cristo. E, contudo, visto não poderem obras acalmar a consciência, elegem-se constantemente[230] outras, surgem novos cultos, votos novos, novas ordens monásticas, para além do mandamento de Deus, a fim de que se ande à cata de alguma grande obra que se possa opor à ira e ao juízo de Deus. 213 Estas ímpias opiniões sobre as obras sustentam-nas os adversários contrariamente à Escritura. Mas atribuir às nossas obras isto: que são propiciação, que nos merecem remissão de pecados e graça, que somos reputados por justos diante de Deus por efeito delas, não pela fé, por causa de Cristo, o propiciador, atribuir isso às nossas obras que outra coisa é senão privar a Cristo da honra de mediador e propiciador? 214 Nós, portanto, embora creiamos e ensinemos que, necessariamente, se deve praticar boas obras (pois o cumprimento iniciado da lei deve seguir-se à fé), damos, contudo, a Cristo sua honra. Cremos e ensinamos que somos reputados justos diante de Deus pela fé, por causa de Cristo, que não somos reputados justos em virtude das obras, sem Cristo como mediador, que por obras não merecemos remissão de pecados, graça e justiça, que não podemos opor nossas obras à ira e ao juízo de Deus, que obras não podem vencer os terrores do pecado, mas que esses terrores são vencidos pela fé so-

---

[222] 1 Co 11.26.

[223] Em virtude da obra realizada. Vid. CA XXIV, 22, nota em "obra realizada".

[224] *Reatum*. Vid. Apologia II, 35, nota em "culpa". H. G. Pöhlmann (*Apologia*, op.cit., p. 80): "Anklagezustand".

[225] *Expos. canonis missae* lect. 26.81.

[226] Circa 250-350. Nasceu no Egito. É considerado o pai do monasticismo.

[227] Bernardo de Claraval, 1090-1153, *Doctor Melifluus*, chamado de segundo fundador da ordem de Cister e considerado o último dos Santos Padres. Lutero lhe tinha apreço.

[228] São Domingos (Domingo de Guzmán), 1170-1221, espanhol, fundador da ordem que traz seu nome.

[229] São Francisco de Assis, 1181/82-1226, fundador da ordem mendicante dos frades menores ou franciscanos, da segunda ordem, a das clarissas, e da ordem terceira. É um dos ascetas e místicos mais admirados de todos os tempos.

[230] Ou: de tempos a tempos (*subinde*).

mente, que unicamente o Cristo mediador deve ser oposto, pela fé, à ira e ao
215 juízo de Deus. Quem pensa de outro modo não dá a devida honra a Cristo, o qual foi proposto para ser propiciador, a fim de que por ele tenhamos acesso
216 ao Pai. Mas agora estamos falando da justiça pela qual tratamos com Deus, não com os homens, justiça pela qual apreendemos a graça e paz de consciên-
217 cia. Ora, a consciência não pode ser apaziguada diante de Deus a não ser pela fé somente, que tem certeza de que Deus está em paz conosco à vista de Cristo, comforme a palavra: "justificados mediante a fé, temos paz com Deus"[231]. Porque a justificação apenas é coisa prometida de graça, por causa de Cristo, razão por que sempre é recebida diante de Deus pela fé somente.

218 Agora, portanto, responderemos aos passos referidos pelos adversários[232] no intuito de aprovarem que somos justificados pelo amor e pelas obras. De Coríntios citam isto: "Ainda que eu tenha tamanha fé, etc., se não tiver amor, nada serei"[233]. E aqui triunfam jactanciosamente. Certifica Paulo a
219 toda a igreja, dizem, que a só fé não justifica. É fácil, entretanto, a réplica, depois que expomos acima nosso pensamento acerca de amor e obras. Esse passo de Paulo requer amor. Nós também. Pois acima dissemos ser necessário que exista em nós renovação e cumprimento iniciado da lei, segundo a palavra: "Nos corações lhes inscreverei a minha le."[234]. Se alguém jogar fora o amor, ainda que tenha grande fé, não a retém contudo, pois que não retém o Espírito
220 Santo. Nem trata Paulo neste lugar do modo da justificação, mas escreve àqueles que, havendo sido justificados, tinham de ser exortados a produzirem
221 bons frutos, a fim de não perderem o Espírito Santo. Os adversários agem preposteramente: citam essa uma passagem, na qual Paulo fala dos frutos, omitindo muitos outros lugares, nos quais discute ordenadamente o modo da justificação. Além disso, em outros passos que tratam da fé, sempre acrescentam uma correção: que devem ser entendidos como alusivos à *fides formata*[235]. Nenhuma correção adicionam aqui no sentido de que também é mister a fé persuadida de que somos reputados justos por causa de Cristo, o propiciador. Desta arte, os adversários excluem a Cristo da justificação, ensinando apenas a
222 justiça da lei. Mas voltemos a Paulo. Nada além da necessidade do amor pode alguém inferir desse texto. Isto confessamos. Assim como é necessário não furtar. Mas não raciocinará corretamente quem, aí, quiser aditar o seguinte: Não furtar é necessário; logo, não furtar justifica. Porque justificação não é

---

[231] Rm 5.1.

[232] *Na Confutatio Pontificia*. Vid. CR 27, coluna 100.

[233] 1 Co 13.2.

[234] Jr 31.33.

[235] *Confutatio Pontificia* ao artigo V da Confissão de Augsburgo (CR 27, coluna 97): *Quod autem fidei mentionem hic faciunt, eatenus admittitur, quatenus de fide non sola (ut aliqui male docent), sed quae per dilectionem operatur (ut Apostolus recte docet Gal.V.), intelligitur.* ("Mas isso de fazerem menção, aqui, da fé é acolhido enquanto se entenda não a respeito da fé somente (como alguns erroneamente ensinam), mas enquanto entendida a que opera pelo amor (conforme ensina corretamente o Apóstolo em Gl 5"). Sobre fides formata, vid. Apologia IV, 109, nota em "fides formata".

aprovação de determinada obra; é aprovação da pessoa toda. De sorte que em nada nos prejudica esta passagem de Paulo. Deixem-se apenas os adversários de acrescentar sem fundamento o que bem lhes apraz a eles mesmos. Pois ele não diz que o amor justifica, mas que eu nada sou, isto é, que se extingue a fé, por maior que haja sido. Não diz que o amor vence os terrores do pecado e da morte, que podemos opor nosso amor à ira e ao juízo de Deus, que nosso amor satisfaz à lei divina, que sem o Cristo propiciador temos acesso a Deus por intermédio de nosso amor, que por nosso amor recebemos a prometida remissão dos pecados. Nada disso afirma Paulo. Não julga, portanto, que o amor justifica, já que somos justi-ficados apenas quando apreendemos o Cristo propiciador, crendo que, por sua causa, Deus está em paz conosco. Não se deve sonhar uma justificação com a omissão de Cristo como propiciador. Destruam os 223 adversários a promessa concernente a Cristo e revoguem o evangelho se Cristo não é necessário, se, com nosso amor, podemos vencer a morte, se, por intermédio dele, sem o Cristo propiciador, temos acesso a Deus. A muitíssimas passa- 224 gens corrompem os adversários, porque levam a elas suas próprias opiniões. Não sacam do texto o sentido[236]. Onde está a dificuldade do passo em tela, se afastarmos a interpretação que os adversários lhe remendam com algo de si mesmos, não entendendo o que é justificação e como se realiza? Os coríntios, anteriormente justificados, haviam recebido muitos dons excelentes. De início, era aquele fervor, como sói acontecer. Depois, começaram a surgir dissensões entre eles, como Paulo indica. Principiaram a enfadar-se dos bons mestres. Repreende-os, por isso, Paulo, e os revoca aos serviços do amor. Embora sejam necessários estes serviços, fora, contudo, estulto sonhar que obras da segunda tábua, pelas quais tratamos com os homens, não propriamente com Deus, justificam ante Deus. Na justificação temos de haver-nos com Deus, sua ira deve ser apaziguada, a consciência deve ser tranqüilizada com respeito a Deus. Nada disso se realiza por obras da segunda tábua.

Objetam, porém, que o amor é posto acima da fé e da esperança[237]. Pois 225 Paulo diz: "O maior destes é o amor"[238]. Ora, é razoável que a virtude máxima e 226 principal justifique, embora Paulo, neste lugar, fale propriamente do amor ao próximo, significando que o amor é o maior por ter muitíssimos frutos. Fé e esperança têm a ver apenas com Deus. Mas o amor tem serviços infinitos fora, para com os homens. Todavia, concedemos inteiramente aos adversários que o amor a Deus e ao próximo é a virtude máxima, pois que o preceito supremo é este: "Amarás o Senhor Deus"[239]. Mas como inferirão daí que o amor justifica? A virtude máxima, dizem, justifica. Pelo contrário: assim como nem 227 a maior ou primeira lei justifica, assim também não justifica a virtude máxima da lei. O que justifica é aquela virtude que apreende a Cristo, que nos comuni-

[236] Ou: opinião, parecer (deles).
[237] Na *Confutatio Pontificia*. Cf. CR 27, coluna 100.
[238] 1 Co 13.13.
[239] Mt 22.37.

ca os méritos de Cristo, virtude pela qual[240] recebemos graça e paz de Deus. Mas esta virtude é a fé. Pois, como muitas vezes se disse, fé não é apenas notícia, senão, muito mais, querer receber ou aprender aquilo que se oferece na

228 promessa referente a Cristo. E esta obediência a Deus – querer receber a promessa ofertada – não é menos *latréia* [241] do que o é o amor. Quer Deus que lhe creiamos, quer que dele mesmo recebamos bênçãos, e declara ser isso culto verdadeiro.

229 Os adversários, contudo, atribuem a justificação ao amor, porque em toda a parte ensinam e requerem a justiça da lei. Não podemos negar que o amor é a obra suprema da lei. E a sabedoria humana contempla a lei e nela procura justificação. Por isso, também os doutores escolásticos, grandes e engenhosos homens, proclamam a obra suprema da lei e a esta obra atribuem a justificação. Todavia, enganados pela sabedoria humana, não viram a face descoberta de Moisés, mas a velada[242], a exemplo dos fariseus, dos filósofos, dos

230 maometanos. Nós, porém, pregamos a loucura do evangelho, no qual se revelou outra justiça, a saber, que somos reputados justos por causa do Cristo propiciador quando cremos que, por Cristo, Deus está reconciliado conosco. E não ignoramos quanto essa doutrina repugna ao sentir da razão e da lei. Tanbém não ignoramos que a doutrina da lei concernente ao amor é muito mais pomposa. Pois é sabedoria. Mas não nos envergonhamos da loucura do evangelho. Defendemo-la pela glória de Cristo, e a ele rogamos nos ajude, por seu Espírito Santo, a fim de que logremos enaltecer[243] e patentear isso.

231 Na *Confutação*, os adversários também citaram contra nós este passo de Colossenses: "O amor é o vínculo da perfeição"[244]. Inferem daí que o amor justifica, porquanto nos torna perfeitos. Embora se pudesse dar, aqui, uma resposta multiforme sobre perfeição, exporemos simplesmente o sentido paulino. É certo que Paulo fala do amor ao próximo. Mas não devemos pensar, na verdade, que atribuiria a justificação ou a perfeição diante de Deus antes às obras da segunda tábua do que às da primeira. E se o amor nos torna perfeitos, necessidade alguma haverá do Cristo propiciador. Pois a fé apreende apenas o propiciador Cristo. Tal, porém, está muito longe do sentido de Paulo, que nunca tolera a

232 exclusão do Cristo reconciliador. Por isso, não fala de perfeição pessoal, senão da integridade comum da igreja. Em razão disso é que ele diz ser o amor vínculo ou ligame, para significar que a coisa da qual fala é de que número maior de membros da igreja devem ser ligados e unidos entre si. Pois assim como, em todas as famílias e repúblicas, deve a concórdia ser alimentada pela reciprocidade dos serviços, e assim como não pode ser mantida a tranqüilidade, a menos que os homens façam a vista baixa com respeito a algumas faltas e

---

[240] *Qua*, i. e., pela qual (virtude). A tradução de J. Pelikan (Tappert, op. cit., p. 139), erroneamente, refere o *qua* a méritos de Cristo: "Christ's merits and, through them".

[241] Culto ou adoração a Deus. Em português temos "latria" e "culto latrêutico".

[242] 2 Co 3.12ss.

[243] Ou: esclarecer (*illustrare*).

[244] Cl 3.14. Cf. *Confutatio Pontificia*, CR 27, coluna 101.

mutuamente se perdoem, assim ordena Paulo que haja, na igreja, o amor que retém a concórdia, tolera, onde tal se faça necessário, costumes mais ásperos dos irmãos, fecha um olho a certas faltas mais leves, a fim de que a igreja não se parta em vários cismas, e dos cismas nasçam rancores, facções e heresias.

233 Pois que se rompe necessariamente a concórdia quando os bispos impõem ao povo fardos mais duros e não levam em consideração a fraqueza do povo. E surgem dissensões quando o povo julga com excessivo rigor os costumes dos mestres ou desdenha os mestres à vista de algumas faltas leves; pois, 234 então se procuram[245] tanto outra espécie de doutrina, como outros mestres. A perfeição, isto é, a integridade da igreja, é conservada, ao contrário, quando os fortes toleram os fracos, quando o povo se conforma com algumas inconveniências na conduta dos mestres, quando os bispos são indulgentes com uma 235 ou outra fragilidade do povo. Os livros de todos os sábios estão repletos desses preceitos de eqüidade, que nesse modo de vida haja muita indulgência recíproca por amor da tranqüilidade comum. E, sobre isso, Paulo, como o faz aqui, também em outros lugares ensina freqüentes vezes. Razão por que os adversários deduzem imprudentemente do termo "perfeição" que o amor justifica[246], quando Paulo fala mas é da integridade e tranqüilidade comum. E é dessa maneira que Ambrósio interpreta esta passagem: "Assim como se diz que um edifício é perfeito ou íntegro quando todas as partes estão adequadamente unidas umas às outras"[247]. Mas é vergonhoso pregarem os adversários tanto sobre o 236 amor quando em parte nenhuma o manifestam. Que estão fazendo agora? Dispersam igrejas; escrevem leis de sangue e as propõem ao Imperador, príncipe clementíssimo, para serem promulgadas; trucidam sacerdotes e outros homens de bem, caso tenham dado a entender ao de leve que não aprovam de todo algum abuso manifesto. Isso não se casa com aqueles elogios do amor. Fossem conseqüentes os adversários e as igrejas estariam tranqüilas e a república em paz. Pois esses tumultos acalmar-se-iam, se os adversários não exigissem com excessiva rigidez certas tradições inúteis para a piedade, a maior parte das quais não são observadas nem pelos que, de modo veementíssimo, as defendem. Mas a si mesmos facilmente se perdoam, não assim aos outros, como aquele no poeta: "A mim mesmo me perdôo, diz Mênio"[248]. Isto, porém, está muitíssimo 237 distante daqueles encômios do amor que citam aqui de Paulo. E não entendem mais do que a parede entende a voz que ela devolve.

238 De Pedro também citam esta sentença: "A caridade cobre todos os pecados"[249]. Evidente, que também Pedro fala do amor ao próximo, porque vincula esse texto ao preceito pelo qual ordena se amem uns aos outros. Nem poderia

---

[245] *Quaeruntur enim deinde.* J. Pelikan (Tappert, op. cit., p. 140) não reproduz com fidelidade o pensamento do original: "...when the people... despise them... and then seek...".

[246] Cf. *Confutatio Pontificia*, CR 27, coluna 100s.

[247] Não se conseguiu verificar a citação. O texto não se encontra no Ambrosiaster.

[248] Horácio, *Satirae* I, 3, 23. Na edição príncipe da Apologia erroneamente *Maevius* em vez de *Maenius*.

[249] 1 Pe 4.8. Almeida RA: "O amor cobre multidão de pecados". – O texto não é citado na Confutação, mas, v. g., em Herborn, *Enchiridion II; Corpus Catholicorum* XII, p. 21,12.

ter ocorrido a qualquer apóstolo que nosso amor vence o pecado e a morte, é a propiciação em virtude da qual, desprezado Cristo como mediador, Deus é reconciliação, é justiça sem o Cristo mediador. Pois esse amor, suposto o fosse de algum modo, seria justiça da lei, não do evangelho, que nos promete reconciliação e justiça se cremos que, por causa do Cristo propiciador, o Pai está reconciliado, que os méritos de Cristo nos são dados. Por isso, Pedro ordena, pouco antes[250], que nos cheguemos para Cristo, a fim de sermos edificados sobre Cristo. E acrescenta: "Quem crer nele, não será confundido"[251]. Nosso amor não nos livra de confusão quando Deus nos julga e argüi. Mas a fé em Cristo liberta nesses pavores, em razão do fato de sabermos que, por causa de Cristo, se nos perdoa.

239

240 De resto, esta sentença sobre o amor é tirada do livro dos Provérbios, onde a antítese mostra claramente como se deve entendê-la: "O ódio excita contendas, mas o amor cobre todas as transgressões"[252]. Ensina exatamente o mesmo que aquela passagem de Paulo aos colossenses: se ocorressem dissensões, fossem elas mitigadas e compostas por nossa eqüidade e afabilidade[253]. Dissensões, diz, crescem pelo ódio. É de observação vulgar que de levíssimas ofensas nascem enormes tragédias. Entre Caio César e Pompeu ocorreram algumas ofensas leves nas quais, se um houvera cedido um nadinha ao outro, não teria eclodido guerra civil. Mas, como se deixaram arrastar pelo ódio, de uma nonada originaram-se as maiores comoções. E muitas heresias surgiram na igreja apenas do ódio dos mestres. Por conseguinte, não se refere aos delitos pessoais, senão aos alheios, quando diz: "O amor cobre faltas", a saber, faltas alheias, e, precisamente, entre homens, isto é, ainda que se verifiquem determinadas ofensas, o amor, contudo, não repara nelas, perdoa, cede, não procedendo em tudo com rigores de justiça. De sorte que Pedro não quer dizer que aos olhos de Deus o amor merece remissão de pecados, que é propiciação, excluso Cristo como mediador, que o amor regenera e justifica, senão que o amor não é obstinado, áspero, intratável para com os homens, que fecha um olho para certos erros dos amigos, que se conforma inclusivamente com procedimentos mais ásperos de outros, segundo recomenda a máxima popular: "Os costumes do amigo conhecerás, não odiarás"[254]. E não é sem propósito que os apóstolos, tantas vezes, preceituam com respeito a esse dever do amor que os filósofos chamam *epieíkeia*[255]. Pois essa virtude é necessária para manter a concórdia pública, que não pode durar, a menos que pastores e igrejas dissimulem muitas coisas e perdoem muitas uns aos outros.

241

242

243

---

[250] I Pe 2.4,5.

[251] I Pe 2.6. Cf. Is 28.16. Também citado em Rm 9.33.

[252] Pv 10.12.

[253] Cl 3.13.

[254] Porfírio sobre Horácio, *Satirae* I 3, 32. Otto, *Sprichwörter der Römer*, p. 22.

[255] Temos a palavra *epiquéia* em português. Laudelino Freire, *Dicionário*: "Razoável interpretação de uma lei ou preceito. 2. Moderação, meio termo". H. G. Pöhlmann, (*Apologia*, op. cit., p. 86): *Milde*. Cf. Confissão de Augsburgo, XXVI, 14.

De Tiago citam: "Verificais que o homem é justificado por obras, e não por fé somente"[256]. Julga-se que nenhuma outra passagem está em maior oposição a nossa sentença, mas a réplica é fácil e plena. Se os adversários não lhes pegam suas opiniões quanto aos méritos das obras, nada de impertinente há nas palavras de Tiago. Mas onde quer que se faça menção de obras, os adversários acrescentam mentirosamente suas ímpias opiniões: por intermédio de boas obras merecemos remissão de pecados, as boas obras constituem propiciação e preço por que Deus é reconciliado conosco, as boas obras vencem os terrores do pecado e da morte, as boas obras são aceitáveis diante de Deus em razão da bondade delas, e não precisam da misericórdia e do Cristo propiciador. Nada disso que os adversários, agora, defendem, pretextando a sentença de Tiago, passou-lhe a este pela cabeça. 244

Deve observar-se, pois, em primeiro lugar, que a passagem está mais contra os adversários do que contra nós. Pois os adversários ensinam que o homem é justificado pelo amor e pelas obras. Da fé, pela qual apreendemos ao Cristo propiciador, nada dizem. Até a condenam. E não só em sentenças e escritos. Tentam destruí-la na igreja pela espada e pelo suplício. Quão melhor ensina Tiago, que não omite a fé, não lhe substitui o amor, retendo, ao contrário, a fé, para que na justificação não seja excluído o Cristo propiciador. Assim, também, Paulo, quando ensina a suma da vida cristã, inclui a fé e o amor 1 Tm 1[257]: "O fim do mandamento é o amor de coração puro e de consciência boa e de fé sem hipocrisia". 245

Em segundo lugar, o próprio conteúdo indica tratar-se, aqui, de obras que seguem a fé, mostrando que a fé não é morta, mas viva e eficaz no coração. Tiago, portanto, não pensa que por meio de boas obras merecemos remissão de pecados e graça. Pois fala das obras dos justificados, que já estão reconciliados e aceitos, havendo conseguido remissão de pecados. Razão por que erram os adversários quando inferem daqui ensinar Tiago que, por intermédio de boas obras, merecemos remissão de pecados e graça, que, por nossas obras, temos acesso a Deus, sem o Cristo propiciador. 246

Em terceiro lugar, da regeneração, Tiago disse pouco antes que ela se realiza pelo evangelho. Pois que diz assim: "Segundo o seu querer ele nos gerou pela palavra da verdade, para que fôssemos como que primícias das suas criaturas"[258]. Dizendo que renascemos por meio do evangelho, ensina que renascemos e fomos justificados mediante a fé. Pois a promessa respeito a Cristo apreende-se unicamente pela fé, quando a opomos aos terrores do pecado e da morte. Tiago, por conseguinte, não pensa que renascemos por nossas obras. 247

Evidencia-se daí que Tiago não nos adversa a nós, ele, que, ao censurar mentes ociosas e seguras, as quais sonhavam que tinham fé quando não a tinham, distinguiu entre fé morta e fé viva. Morta, diz ele, é a que não produz boas obras, e viva a que as produz. Além disso, já declaramos muitas vezes a 248 249

256 Tg 2.24. Cf. *Confutatio Pontificia*, CR 27, coluna 98.
257 1 Tm 1.5.
258 Tg 1.18.

que é que chamamos fé. Não falamos de notícia ociosa, que os demônios também possuem, mas de fé que resiste aos terrores da consciência, erigindo e con-
250 solando corações aterrorizados. Tal fé não é coisa fácil, como sonham os adversários, nem poder humano. É, isto sim, poder divino pelo qual somos vivificados e vencemos o pecado e a morte. Assim como diz Paulo aos colossenses, a saber, que a fé é eficaz pelo poder de Deus e vence a morte: "No qual igualmente fostes ressuscitados mediante a fé no poder de Deus"[259]. Esta fé, sendo vida nova, necessariamente gera novos movimentos e obras. Por isso, Tiago
251 acertadamente nega que sejamos justificados por uma fé sem obras. Quando, porém, diz que somos justificados por fé e obras, certamente não diz que renascemos pelas obras. Nem diz que, em parte, Cristo é nosso propiciador e que, em parte, nossas obras são propiciação. Nem descreve, aqui, o modo da justifi-
252 cação; descreve como são os justos, depois de já justificados e renascidos. E, "ser justificado", aqui, não significa "fazer do ímpio um justo"; significa, segundo o uso forense, "ser pronunciado justo". Como nesta passagem: "Os que praticam a lei hão de ser justificados"[260]. Assim, pois, como nada de molesto têm estas palavras: "Os que praticam a lei hão de ser justificados", da mesma forma pensamos das palavras de Tiago[261]: "O homem é justificado por obras, e não por fé somente"; porque, seguramente, são pronunciados justos os homens que têm fé e boas obras. Sim, pois as obras dos santos, como dissemos, são justiças e agradam em razão da fé. Pois Tiago inculca apenas as obras produzidas pela fé, conforme atesta ao dizer de Abraão: "A fé opera juntamente com as suas obras"[262]. Neste sentido se diz: "Os que praticam a lei juntamente são justificados", isto é, são pronunciados justos os que de coração crêem a Deus e, depois, têm bons frutos, os quais agradam em razão da fé e são, por
253 isso, o cumprimento da lei. Estas coisas, ditas, assim, de maneira simples, nada tem de errado. São, porém, desfiguradas pelos adversários, que, por sua conta, acrescentam opiniões ímpias. Pois não se segue daí que obras mereçam remissão de pecados, regenerem corações, constituam propiciação, agradem sem o Cristo propiciador, desnecessitem a Cristo como propiciador. Nada disso afirma Tiago. Mas os adversários, imprudentemente, deduzem tudo isso de suas palavras.

254 Citam, ainda, contra nós algumas outras passagens concernentes às obras[263]. Lc 6[264]: "Perdoai, e sereis perdoados". Is 58[265]: "Reparte o pão com o faminto; então clamarás e o Senhor ouvirá". Dn 4[266]: "Resgata os teus pecados

[259] Cl 2.12.
[260] Rm 2.13.
[261] Tg 2.24.
[262] Tg 2.21.
[263] Cf. *Confutatio Pontificia*, CR 27, coluna 93ss.
[264] Lc 6.37.
[265] Is 58.7.

mediante esmolas". Mt 5[267]: "Bem-aventurados os humildes de espírito, porque deles é o reino dos céus". Ainda: "Bem-aventurados os misericordiosos, 255 porque alcançarão misericórdia"[268]. Nenhum estorvo também nestas passagens, se nada falso lhes acrescentassem os adversários. Pois contêm duas coisas: uma é a pregação da lei ou do arrependimento, que tanto argüi os malfeitores, como lhes ordena que façam o bem. A outra é a promessa adicionada. Mas não se acrescenta que os pecados são remitidos sem fé, ou que as obras, elas mesmas, constituem propiciação. Ora, na pregação da lei importa entender 256 sempre duas coisas: que não se pode cumprir a lei a menos que se haja renascido pela fé em Cristo, conforme ele diz: "Sem mim nada podeis fazer"[269] e, conquanto, seguramente, se possam praticar certas obras externas[270], é preciso manter esta sentença universal, que interpreta toda a lei: "Sem fé é impossível agradar a Deus"[271]. E deve manter-se o evangelho de que "por Cristo temos acesso ao Pai"[272]. Pois é evidente que não somos justificados pela lei. No caso 257 contrário, por que seria necessário Cristo ou o evangelho, se a só pregação da lei fosse suficiente? Assim, na pregação do arrependimento, não basta a pregação da lei ou a palavra que convence de pecado, visto a lei operar a ira, apenas acusando e aterrando as consciências, porque consciências não se aquietam, a menos que ouçam a voz de Deus na qual, distintamente, é prometida a remissão dos pecados. É necessário, por isso, adicionar o evangelho de que, por causa de Cristo, os pecados são remitidos e que, pela fé em Cristo, alcançamos remissão de pecados. Se os adversários excluem da pregação do arrependimento o evangelho de Cristo, merecidamente devem ser julgados como blasfemadores contra Cristo.

Por isso, quando Isaías, no primeiro capítulo, prega o arrependimento: 258 "Cessai de fazer o mal, aprendei a fazer o bem, atendei à justiça, ajudai ao oprimido, defendei o direito do órfão, pleiteai a causa das viúvas, e vinde e arrazoai comigo: ainda que os vossos pecados são como o escarlate, eles se torna-

---

[266] Dn 4.24, em Almeida RA: 4.27. Traduzimos o original: *Peccata tua elemosynis redime*, (como na Vulgata Clementina). Texto Alemão: *Deine Sünde löse mit Gerechtigkeit und deine Ubertretung mit Almusen gegen den Armen*. Almeida RA: "Põe termo em teus pecados pela justiça, e às tuas iniqüidades usando de misericórdia para com os pobres". Cf. Apologia, IV, 262. Argumenta-se que é possível traduzir aqui: "Expia os teus pecados", à vista do fato de se derivar do verbo usado no original veterotestamentário um substantivo aramaico que significa "salvação, redenção".

[267] Mt 5.3.

[268] Mt 5.7.

[269] Jo 15.5.

[270] *Et ut maxime fieri possint quaedam externa opera*. F. Bente e W. H. T. Dau (*Concordia Triglotta*, p. 193): "And though some external works can certainly be done". J. Pelikan (Tappert, op. cit., p. 144): "Though men can at most do certain outward works". H. G. Pöhlmann (*Apologia Confessionis Augustanae*, p. 89): "Und damit bestimmte äussere Werke möglichst häufig vollbracht werden können". Justus Jonas não traduz essas palavras.

[271] Hb 11.6.

[272] Rm 5.2.

rão brancos como a neve"[273], o profeta exorta, outrossim, ao arrependimento e acrescenta a promessa. Fora necedade, considerar nessa sentença apenas estas obras: "Ajudai ao oprimido, defendei o direito do órfão". Pois ele diz no princípio: "Cessai de fazer o mal". Aí, censura a impiedade do coração e requer fé. Não diz o profeta que por estas obras – ajudar ao oprimido, defender o direito do órfão – podem merecer remissão de pecados *ex opere operato*[274], mas preceitua essas obras como necessárias na vida nova. Quer significar, entrementes, que se recebe remissão de pecados mediante a fé e, por isso, se adiciona a promessa. É assim que se devem entender todas as passagens semelhantes.

259 Cristo prega o arrependimento ao dizer: "Perdoai". E acresenta a promessa: "Sereis perdoados"[275]. Certamente, não diz que por nossa obra de perdoar merecemos remissão de pecados *ex opere operato*[276], na expressão deles, mas requer vida nova, que, sem dúvida, é necessária. Entrementes, quer significar que pela fé se recebe remissão de pecados. Assim, Isaías, quando diz: "Reparte o pão com o faminto"[277], requer vida nova. E o profeta não fala dessa uma obra; fala de todo o arrependimento, como o texto indica. E, entrementes, quer significar que a remissão dos pecados é recebida pela fé. Certa é a sentença – e não

260 prevalecerão contra ela as portas dos infernos – de que na pregação do arrependimento não basta a pregação da lei, porque a lei opera a ira e sempre acusa. Mas importa adicionar a pregação do evangelho, que, assim, nos é dada a remissão dos pecados, se cremos que somos absolvidos de nossos pecados por causa de Cristo. Em caso contrário, por que foi necessário o evangelho? Por que necessário Cristo? Nunca deve perder-se de vista essa sentença, para que se possa opô-la aos que, depois de jogarem fora a Cristo e destruírem o evangelho, torcem, maldosamente, as Escrituras a opiniões humanas: que compramos remissão de pecados por nossas obras.

261 Assim, também no sermão de Daniel deve procurar-se a fé[278]. Pois, Daniel não queria que o rei apenas prodigalizasse esmolas, senão que inclui todo o arrependimento quando diz: "Resgata os teus pecados mediante esmolas"[279], isto é, resgata os teus pecados pela mudança do coração e das obras. Mas, aqui, também se requer fé. E Daniel muito lhe prega sobre o Deus único de Israel e não só converte o rei à dação de esmolas, senão muito mais à fé. Pois temos a extraordinária confissão do rei com respeito ao Deus de Israel: "Não há outro Deus que possa livrar como este"[280]. Duas são, por conseguinte, as partes do sermão de Daniel. Uma é a que preceitua sobre a nova vida e as obras dela. A

---

[273] Is 1.16-18. Almeida RA, erroneamente, a escarlate.

[274] Em virtude da obra realizada. Vid. CA XXIV, 22, nota em "obra realizada".

[275] Lc 6.37.

[276] Em virtude da obra realizada. Vid. CA XXIV, 22, nota em "obra realizada".

[277] Is 58.7.

[278] Bente-Dau, em *Concordia Triglotta*, p. 195, e J. Pelikan (Tappert, op. cit., p. 145): "faith is required". No original: *fides requirenda est*. Gerundivo. *Rrequirere* no sentido de procurar.

[279] Dn 4.24. Vid. nota em Apologia IV, 254.

[280] Dn 3.29.

outra parte: Daniel promete ao rei a remissão dos pecados. E essa promessa da remissão de pecados não é pregação da lei, mas, deveras, uma voz profética e evangélica, que Daniel, certamente, quis fosse recebida pela fé. Sabia que a remissão dos pecados em Cristo foi prometida não somente aos israelitas, mas a todas as gentes. Em caso contrário, não poderia ter prometido ao rei a remissão dos pecados. Pois não está no homem, especialmente nos terrores do pecado, pensar a respeito da vontade de Deus, sem uma palavra segura de Deus, que deixa de irar-se. E em sua língua as palavras de Daniel falam com clareza ainda maior do arrependimento todo, e, mais claramente, externam a promessa: "Resgata os teus pecados mediante justiça e as tuas iniqüidades através de benefícios aos pobres"[281]. Essas palavras preceituam com respeito a todo o arrependimento. Pois lhe ordena que se torne justo e, em seguida, que pratique boas obra, para defender os míseros contra injustiça, como era do dever de um rei. Mas justiça é fé no coração. Os pecados, entretanto, resgatam-se pelo arrependimento, isto é, destrói-se a obrigação ou a culpa[282], porque Deus perdoa aos que se arrependem, conforme está escrito em Ez 18[283]. E não se deve inferir daí que ele perdoa em razão das obras que seguem, em razão das esmolas. Perdoa em virtude de sua promessa, aos que apreendem a promessa. E não apreendem a promessa senão aqueles que, verdadeiramente, crêem e, pela fé, vencem o pecado e a morte. Estes, renascidos, devem produzir frutos dignos do arrependimento, segundo a palavra de João[284]. Adicionou-se, por isso, a promessa: "Eis que haverá cura dos teus delitos"[285]. Jerônimo acrescentou aqui, fora de propósito, uma partícula dubitativa[286], e, muito mais imprudentemente, questiona em seus comentários[287], dizendo que a remissão dos pecados é incerta. Lembraremos, entretanto, que o evangelho faz promessa certa de remissão dos pecados. E seria destruir de todo o evangelho negar que a remissão dos pecados deve ser prometida com certeza. Renunciemos, pois, a Jerônimo neste passo. Entretanto, até na palavra "redimir" se mostra a promessa. Pois significa que a remissão dos pecados é possível, que os pecados podem ser remidos, isto é, que pode ser destruída a obrigação ou a culpa, ou aplacada a ira de Deus. Mas os nossos adversários, omissos em toda a parte no tocante às promessas, consideram apenas os preceitos e acrescentam, erroneamente, a opinião humana segundo a qual a remissão se dá em virtude de obras, embora o texto não diga isso. Antes, requer fé. Pois onde quer que haja promessa, aí se requer fé. Pois que a promessa não se pode receber senão pela fé.

262

263

264

---

[281] Dn 4.24. Em Almeida RA: 4.27.

[282] *Obligatio seu reatus.*

[283] Ez 18.21s.

[284] Mt 3.8. João Batista.

[285] Dn 4.27. Traduzimos o texto de Melanchthon: *Ecce erit sanatio delictorum tuorum.* Justus Jonas: "Deine Sunde werden geheilet".

[286] Jerônimo traduziu em Dn 4.24: *Forsitan ignoscet delictis tuis.*

[287] Quanto ao seu comentário sobre Dn 4.24, vid. MSL 25, 517A.

265 Obras, entretanto, saltam aos olhos dos homens. Admira-as, naturamente, a razão humana, e por ver apenas obras, não entende nem considera a fé. Sonha, por isso mesmo, que essas obras merecem a remissão dos pecados e justificam. Essa opinião da lei inere por natureza à mente do homem, e não 266 pode ser desalojada senão quando somos divinamente ensinados. A mente, porém, deve ser revocada de semelhantes opiniões carnais para a palavra de Deus[288]. Vemos que o evangelho e a promessa concernente a Cristo nos foram propostos. Por conseguinte, quando se prega a lei, quando se preceituam obras, não deve ser repudiada a promessa respeito a Cristo. Essa última, no entanto, deve ser apreendida primeiro, a fim de podermos fazer boas obras, e para que nossas obras possam agradar a Deus, como diz Cristo: "Sem mim nada podeis fazer"[289]. Por isso, se Daniel tivesse usado estas palavras: "Resgata os teus pecados pela penitência", os adversários passariam por alto o texto. Agora, como realmente expressou este mesmo pensamento em outros termos, ao parecer, os adversários torcem as palavras em prejuízo da doutrina da graça 267 e da fé, ainda que Daniel, com toda a certeza, quis abranger a fé. Assim, portanto, respondemos às palavras de Daniel que ele, visto pregar o arrependimento, não ensina apenas a respeito de obras, senão, também, sobre a fé, conforme a própria história testemunha no contexto. Em segundo lugar, visto que Daniel põe, de maneira clara, a promessa, necessariamente, requer a fé que crê serem os pecados remitidos por Deus de graça. Portanto, embora mencione obras no arrependimento, Daniel não diz, contudo, que por essas obras merecemos remissão dos pecados. Pois Daniel não fala apenas da remissão da pena; porque em vão se procura a remissão da pena, a menos que o coração haja apreendido, 268 antes, a remissão da culpa. De resto, se os adversários entendem que é unicamente da remissão da pena que Daniel fala, nada provará contra nós a passagem, porque assim também eles confessarão necessariamente que a remissão do pecado e a livre justificação precedem. Depois, nós também concedemos que as penas, pelas quais somos castigados, são mitigadas através de nossas orações e boas obras, enfim, por todo o arrependimento, segundo a palavra: "Se nos julgássemos a nós mesmos, não seríamos julgados pelo Senhor"[290]. E Jeremias 15[291]: "Se tu te voltares, eu me voltarei para ti". E Zacarias 1[292]: "Tornai-vos para mim, e eu me tornarei para vós outros". E Sl 49[293]: "Invocame no dia da angústia".

---

[288] Não é exata a tradução desta sentença em J. T. Mueler, *Dogmática Cristã*, vol. I, trad. Portuguesa, 2ª ed., Casa Publicadora Concórdia, 1964, p. 15: "Contudo é preciso que se dissuada a mente de semelhantes opiniões humanas a respeito da palavra de Deus". A construção é *revocare ab aliqua re ad alteram*. (O número 197 na indicação do texto da Apologia na dogmática citada é o número da página na *Concordia Triglotta*)

[289] Jo 15.5.

[290] I Co 11.31.

[291] Jr 15.19. Almeida RA: "Se tu te arrependeres, eu te farei voltar".

[292] Zc 1.3.

[293] Em Almeida RA: Sl 50.15.

Retenhamos, portanto, estas normas em todos os encômios das obras e na pregação da lei: não se cumpre a lei sem Cristo, como ele mesmo diz: "Sem mim nada podeis fazer"[294]. Igualmente: "Sem fé é impossível agradar a Deus"[295]. Pois é certíssimo que a doutrina da lei não pretende aniquilar o evangelho, não quer destruir o Cristo propiciador. E sejam malditos os fariseus, nossos antagonistas, que interpretam a lei de maneira que às obras se atribui a glória de Cristo, a saber, que as obras constituem a propiciação, que merecem a remissão dos pecados. Segue-se que as obras sempre são louvadas assim porque agradam em razão da fé, porquanto obras não agradam sem o Cristo propiciador. "Por intermédio dele temos acesso"[296] a Deus, não por obras sem o Cristo mediador. Logo, quando se diz: "Se queres entrar na vida, guarda os mandamentos"[297], devemos entender que sem Cristo não se observam os mandamentos e sem Cristo não podem agradar. Assim, no próprio Decálogo, no primeiro mandamento: "Fazendo misericórdia até mil[298] daqueles que me amam e guardam os meus mandamentos", adiciona-se magnificentíssima promessa da lei. Todavia, não se cumpre essa lei sem Cristo. Pois sempre acusa à consciência, que não satisfaz a lei, razão por que foge aterrada o juízo e a pena da lei. "Porque a lei suscita a ira"[299]. Mas observa a lei quando ouve que, por causa de Cristo, Deus está reconciliado conosco, ainda que não podemos satisfazer a lei. Quando o Cristo mediador é apreendido por esta fé, aquieta-se o coração, e começa a amar a Deus e cumprir a lei, e sabe que já agrada a Deus por causa do Cristo mediador, embora aquele início de cumprimento da lei esteja longe da perfeição e seja muito impuro. Desta maneira, também se deve julgar quanto à pregação do arrependimento. Ainda que os escolásticos, na doutrina do arrependimento, não disseram coisa nenhuma da fé, julgamos, todavia, que nenhum dos adversários é tão insensato, a ponto de negar seja a absolvição voz do evangelho. Ademais, a absolvição deve ser recebida mediante a fé, a fim de que erija a consciência aterrorizada. 269 270 271

Portanto, a doutrina do arrependimento, já que não só preceitua novas obras, mas também promete a remissão dos pecados, necessariamente requer fé. Pois não se recebe a remissão dos pecados a não ser pela fé. Conseqüentemente, nas passagens relativas ao arrependimento, importa entender sempre que não só se requerem obras, senão, também, fé, como neste passo Mt 6[300]: "Se perdoardes[301] aos homens os seus pecados, também vosso Pai celeste perdoará 272

[294] Jo 15.5.
[295] Hb 11.6.
[296] Rm 5.2.
[297] Mt 19.17.
[298] Êx 20.6. Até mil, i. e., até mil gerações.
[299] Rm 4.15.
[300] Mt 6.14.
[301] Observa Lutero, em nota marginal num exemplar da edição príncipe:*Non possumus remittere, nisi prius remissum sit nobis et missus sit nobis spiritus sanctus. Sonst heissts vergeben, aber nicht vergessen* ("Não podemos perdoar, a menos que, primeiro, tenhamos sido perdoados, e o Espírito Santo nos haja sido enviado. De outra maneira é perdoar, mas não esquecer").

os vossos delitos". Aqui, se requer a obra e se adiciona a promessa da remissão dos pecados, a que não se chega em razão da obra, mas por causa de Cristo,
273 pela fé. É o que a Escritura atesta em muitas outras passagens. Atos 10[302]: "Dele todos os profetas dão testemunho de que, por intermédio do seu nome, todo o que nele crê, recebe remissão de pecados". E 1 Jo 2[303]: "Os vossos pecados são perdoados por causa do seu nome". Ef 1[304]: "No qual temos a redenção, pelo seu sangue, para a remissão dos pecados". Entretanto, que necessida-
274 de há de citar testemunhos? Que, por causa de Cristo, não à vista de nossas obras, obtemos remissão de pecados mediante a fé, esta é a mesma voz própria do evangelho. A essa voz do evangelho, nossos adversários tentam destruir através de passagens gravemente desvirtuadas e que contêm a doutrina da lei ou das obras. Pois é verdade que na doutrina do arrependimento se requerem obras, porque, certamente, se requer vida nova. Mas, aqui, os adversários acrescentam, desastradamente, que por semelhantes obras merecemos a remissão
275 dos pecados ou justificação. E, todavia, Cristo, muitas vezes, une às boas obras a promessa da remissão dos pecados, não para julgar que as boas obras sejam propiciação, pois que seguem à reconciliação, mas por duas razões. Uma é que, necessariamente, devem seguir-se bons frutos. A outra é que precisamos sinais externos[305] de tão grande promessa, porque a consciência pávida
276 necessita de multíplice consolação. Assim, pois, como o batismo e a ceia do Senhor são sinais que admoestam, erguem e fortalecem de modo contínuo as mentes pávidas, a fim de crerem tanto mais firmemente que os pecados estão remitidos, assim é descrita e figurada a mesma promessa em boas obras, para que essas obras nos admoestem a crer com mais firmeza. E os que não praticam o bem, não se movem a crer, mas desprezam aquelas promessas. Os piedosos, entretanto, abraçam-nas e regozijam-se com o fato de terem sinais e testemunhos de promessa tão grande. Exercitam-se, por isso, nestes sinais e testemunhos. Assim, pois, como a ceia do Senhor não justifica *ex opere operato*[306], sem fé, da mesma forma não justificam sem fé, *ex opere operato*[307], as esmolas.

277 É assim que se deve interpretar também a mensagem de Tobias, no capítulo quarto: "Esmolas libertam de todo pecado e da morte"[308]. Não diremos

---

[302] At 10.43.

[303] 1 Jo 2.12.

[304] Ef 1.7. *In remissionem peccatorum.* Almeida RA: "A remissão dos pecados".

[305] Lutero, em nota marginal no exemplar da edição príncipe que lhe foi enviada por Melanchthon: *Imo interna, cum cor nostrum non coarguit nos, scimus quod filii [filium,* escreveu Lutero] *Dei simus* ("Na verdade, mais do que isso, [signos] internos, pois quando o coração não nos acusa, sabemos que somos filhos de Deus"). Entendemos o *immo* nesse contexto como emendando o pensamento do original através de ampliação, o que, aliás, é uma de suas funções.

[306] Em virtude da obra realizada. Vid. CA XXIV, 22, nota em "obra realizada".

[307] Em virtude da obra realizada. Vid. CA XXIV, 22, nota em "obra realizada".

[308] *Sic et Tobiae concio cap. 4. accipi debet.* Justus Jonas: "Auch ziehen sie an ein Spruch aus Tobia". Citado na *Confutatio Pontificia* ao artigo XX da Confissão de Augsburgo. Cf. CR 27, coluna

que isso é hipérbole, embora deva ser entendido assim, para que não detraia os louvores de Cristo, cujo ofício peculiar é libertar do pecado e da morte. Mas cumpre voltar à regra de que sem Cristo a doutrina da lei não tem proveito. De arte que agradam a Deus as esmolas que se seguem à reconciliação ou justificação, não as que precedem. Libertam, por isso, do pecado e da morte, não *ex opere operato*[309], mas, como acima dissemos, com respeito ao arrependimento, que devemos abraçar a fé e os frutos, assim, aqui, deve dizer-se, relativamente às esmolas, que salva toda aquela novidade de vida. E esmolas são exercícios da fé, que recebe a remissão dos pecados e vence a morte, enquanto se exercita mais e mais, e, nestes exercícios, recebe forças. Concedemos também que a caridade granjeia muitos benefícios da parte de Deus, mitiga penas, merece o sermos defendidos nos perigos dos pecados e da morte, conforme há pouco dissemos com respeito a todo o arrependimento. E quando se considera a mensagem de Tobias em seu todo, evidencia-se que, nela, antes de esmolas, se requer fé: "Em todos os dias de tua vida terás em mente a Deus"[310]. E, depois: "Louva sempre a Deus e pede a ele que dirija os teus caminhos"[311]. Mas isso pertence, propriamente, à fé da qual falamos, fé convicta de que Deus está reconciliado com ela por causa da misericórdia dele, e que, por ele, quer ser justificada, santificada e governada. 278 279

280 Os nossos adversários, entretanto — encantadoras criaturas —, colhem sentenças mutiladas, a fim de embelecar os imperitos. Depois acrescentam algo de suas opiniões. Devem requerer-se, por isso, passos completos[312], porque segundo o preceito vulgar, não é razoável julgar ou responder quando não é perquirida a lei toda, quando se propõe determinada partícula dela. E passagens integralmente enunciadas, o mais das vezes, trazem consigo a interpretação.

281 Cita-se também mutilada esta passagem de Lucas 11[313]: "Dai esmola e tudo vos será limpo". Perfeitamente surdos estes adversários! Tantas vezes dizemos que à pregação da lei importa aditar o evangelho a respeito de Cristo, por causa do qual boas obras agradam. Mas eles, excluso Cristo, em toda a parte ensinam merecer-se a justificação pelas obras da lei. Esse passo, apresentado completamente, mostra que se requer fé. Cristo repreende os fariseus que julgam serem mundificados, isto é, justificados aos olhos de Deus, por meio de freqüentes abluções. Como disse um papa – não sei qual – a respeito da água aspergida com sal: que santifica e mundifica o povo. E a glosa diz que 282

---

122. – Tobias 4.11. O Livro de Tobias é dos *sepharim hitsonim* (livros de fora), i. e., não pertencentes ao cânone hebraico. Entre protestantes é considerado apócrifo. Os católicos o chamam deuterocanônico, o que significa que só foi aceito depois de um período de hesitação. O Concílio de Trento reafirmou a canonicidade do livro (cf. sessão quarta, decreto sobre as Escrituras canônicas). Texto na Apologia como o da Vulgata Clementina: *Eleemosyna* [Vulg.: *elemosyna*] *ab omni peccato et a morte liberat.*

[309] Em virtude da obra realizada. Vid. CA XXIV, 22, nota em "obra realizada".

[310] Tobias 4.6.

[311] Tobias 4.20.

[312] *Integri loci.* H. G. Pöhlmann (*Apologia*, p. 95): "vorurteilslose Stellen".

[313] Lc 11.41. CR 27,122.

purifica de pecados veniais[314]. Tais eram também as opiniões dos fariseus que Cristo censurou. E a essa purgação ficta opõe ele dupla purificação, interna uma, externa a outra. Ordena que se purifiquem interiormente e, no tocante à pureza externa, acrescenta: "Dai esmola do que sobra, e assim tudo vos será

283 limpo"[315]. Os adversários não aplicam corretamente a partícula universal "tudo"; pois, a ambos os membros, Cristo adiciona esta conclusão: Tudo vos será limpo, se fordes limpos adentro, e, afora, tiverdes dado esmolas. Pois ele significa dever a pureza externa consistir nas obras preceituadas por Deus, não em tradições humanas, como as abluções daquele tempo, e hoje, as cotidianas aspersões de água, a vestimenta dos monges, as distinções entre alimentos e ostentações semelhantes. Os adversários, porém, desvirtuam o sentido da frase, aplicando, sofisticamente, a partícula universal a uma parte apenas: Tudo será

284 limpo quando tiverem sido dadas esmolas. Mas Pedro disse: "Os corações são purificados pela fé"[316]. Inspecionada, porém, a passagem toda, apresenta ela um sentido acorde com o restante da Escritura, pois, se os corações são purificados e, fora, após, se adicionam esmolas, isto é, todas as obras da caridade, são elas, assim, inteiramente puras, quer dizer, não apenas adentro, senão, também, afora. E, depois, por que não se entrelaça o discurso todos? Muitas são as partes da objurgatória[317], algumas das quais preceituam com respeito à fé, outras, com respeito às obras. Mas não é próprio de leitor cândido extrair preceitos relativos às obras e omitir as passagens concernentes à fé.

285 Por derradeiro, revela advertir os leitores do fato de que os adversários aconselham pessimamente as consciências piedosas quando ensinam que, por obras, se merece remissão dos pecados, porque a consciência que calcula a remissão por obras não pode estar certa de que a obras satisfará a Deus. Por isso está sempre angustiada e, continuamente, excogita outras obras, outros cultos, até, de todo, desesperar. Encontra-se esse processo em Paulo[318], Romanos 4, onde prova que não se obtém a promessa de justiça em virtude de nossas obras, porque nunca poderíamos afirmar que temos um Deus reconciliado. Pois a lei sempre acusa. Desta arte, seria írrita e incerta a promessa. Conclui, por isso, que se recebe essa promessa de remissão dos pecados e de justiça por intermédio da fé, não em razão das obras. Este é o verdadeiro, simples e legítimo sentido de Paulo, no qual se propôs a máxima consolação às consciências piedosas e se ilustra a glória de Cristo, que, certamente, nos foi dado, a fim de que, por ele, tenhamos graça, justiça e paz.

286 Até aqui recenseamos os passos principais citados contra nós pelos adversários no intuito de mostrarem que a fé não justifica e que merecemos remissão de pecados e graça por nossas obras. Mas esperamos haver mostrado

---

[314] Pseudo-Alexandre I, *Decretum Gratiani* III, *De consecratione*, d. III c 20.

[315] Lc 11.41. Sobra (*superest*): Almeida RA, "tiverdes".

[316] At 15.9.

[317] H. G. Pöhlmann (*Apologia*, p. 95): "Es gibt viele umstrittene Abschnitte". No original: *Multae sunt partes obiurgationis*.

[318] Rm 4.14s.

suficientemente a consciências piedosas que essas passagens não adversam nossa sentença, que os adversários, maldosamente, torcem as Escrituras a suas opiniões, que citam a maior parte das passagens de maneira truncada, que, omitindo os passos mais claros concernentes à fé, colhem das Escrituras apenas passagens acerca das obras e as deturpam, que em toda a parte anexam, infundadamente, certas opiniões humanas ao que dizem as palavras da Escritura, que ensinam a lei de modo tal, que soterram o evangelho respeito a Cristo. Pois toda a doutrina dos adversários deriva-se, em parte, da razão humana, e, em parte, é doutrina da lei, não do evangelho. Pois ensinam dois modos de justificação, um derivado da razão o outro, da lei, não do evangelho ou da promessa respeito a Cristo. 287

O primeiro modo de justificação, entre eles, é ensinarem que, através de boas obras, os homens merecem graça tanto de côngruo como de condigno[319]. Esse modo é doutrina da razão, porque esta, não vendo a impureza do coração, pensa que agrada a Deus se pratica o bem e, por isso, são excogitadas continuamente outras obras e cultos por homens em grandes perigos, contra os terrores de consciência. Os gentios e os israelitas matavam vítimas humanas e empreenderam muitas outras obras duríssimas para apaziguar a ira de Deus. Posteriormente, excogitaram-se monacatos, e esses rivalizaram entre si quanto à acerbidade das observâncias contra os terrores de consciência e a ira divina. E esse modo de justificação, por ser racional e todo ocupado em obras externas, pode ser inteligido e, em certa medida, executado. E, ademais, os canonistas torceram as ordenações eclesiásticas mal entendidas, que foram feitas pelos Pais com intento mui diverso, a saber, não para que, por essas obras, buscássemos justiça, mas, a fim de que houvesse certa ordem na igreja, por amor da tranqüilidade dos homens entre si. Dessa maneira, torceram também os sacramentos e, principalmente, a missa, através da qual buscam justiça, graça e salvação *ex opere operato*[320]. 288

O outro modo de justificação é transimitido pelos teólogos escolásticos quando ensinam que somos justificados através de determinado hábito infuso por Deus, hábito esse que é o amor e que, auxiliados por esse hábito, cumprimos a lei de Deus interior e exteriormente, e que esse cumprimento da lei é digno da graça e da vida eterna[321]. Essa doutrina, claramente, é a doutrina da lei. Pois é verdadeiro o que a lei diz: "Amarás o Senhor teu Deus, etc."[322] Amarás o teu próximo"[323]. Portanto, o amor é o cumprimento da lei. 289

---

[319] *Tanto... como, ou ora... ora*, etc. No original: *tum... tum*. Sobre "mérito de côngruo e mérito de condigno", vid. Apologia IV, 19 e nota; IV, 146 e nota.

[320] Em virtude da obra realizada. Vid. CA XXIV, 22, nota em "obra realizada".

[321] Heinrich Bornkanm (BSLK, p. 217, nota 2) remete a Tomás de Aquino, *Summa Theologiae* II, I. q. 114a.3., observando que, segundo Tomás, o mérito, no caso, é de côngruo: *secundum excellentiam suae [hominis] virtutis*, e de condigno: *secundum quod procedit ex gratia spiritus sancti* (*ibidem* 3, c.). Sobre as expressões de "côngruo" e de "condigno", vid. nota em Apologia IV, 19.

[322] Dt 6.5.

[323] Lv 19.18.

290 Mas é fácil para o homem cristão formar juízo a cerca dos dois modos, porque ambos excluem a Cristo, devendo, por conseguinte, ser rejeitados. No primeiro, que ensinem serem nossas obras propiciação pelos pecados, é manifesta a impiedade. O segundo modo contém muita coisa inconveniente. Não nos ensina a nos valermos de Cristo quando renascemos. Não ensina que a justificação é a remissão dos pecados. Não ensina que obtemos remissão de pecados antes de amar, mas fabuliza que eliciamos[324] um ato de amor pelo qual merecemos remissão de pecados. Não ensina que mediante a fé em Cristo vencemos os terrores do pecado e da morte. Inventa que os homens, por seu próprio cumprimento da lei, chegam a Deus, sem o Cristo propriciador. Fantasia, em seguida, que esse mesmo cumprimento da lei, sem o Cristo propriciador, é justiça digna de graça e vida eterna, quando, entretanto, até os santos mal e mal alcançam frágil e exíguo cumprimento da lei.

291 Mas se alguém meditar sobre o fato de o evangelho não haver sido dado em vão ao mundo, nem haver sido em vão que Cristo foi prometido, oferecido, nasceu, sofreu e ressuscitou, entenderá facilmente que não somos justificados da razão ou da lei. Portanto, no que respeita à justificação, vemo-nos obrigados a dissentir dos adversários. Pois o evangelho mostra outro modo. O evangelho compele a valer-se de Cristo na justificação; ensina que por ele, temos acesso a Deus mediante a fé; ensina que devemos opor o Cristo mediador e propriciador à ira de Deus; ensina que, mediante a fé em Cristo, são recebidas a remissão dos pecados e a reconciliação e vencidos os terrores do peca-

292 do e da morte. Assim, também Paulo diz que a justiça não vem da lei, mas da promessa, na qual o Pai prometeu que quer perdoar, que, por causa de Cristo, quer reconciliar-se. Essa promessa, entretanto, é recebida pela fé somente, conforme testemunho de Paulo em Rm 4[325]. Somente essa fé recebe remissão de pecados, justifica e regenera. Seguem-se, depois, o amor e os demais bons frutos. Assim ensinamos, portanto, que o homem é justificado, conforme acima dissemos[326], quando a consciência aterrada é erigida pela pregação do arrependimento[327] e crê que tem um Deus reconciliado por amor de Cristo.

293 "Essa fé é atribuída como justiça diante de Deus", Rm 4[328]. E quando o coração é erigido e vivificado dessa maneira pela fé, recebe o Espírito Santo, que nos renova de modo que possamos cumprir a lei, amar a Deus e sua palavra obedecer a Deus em aflições, ser castos, amar o próximo, etc. Ainda que estas obras por ora distam muito da perfeição da lei, agradam, contudo, em razão

---

[324] Ou eduzimos, extraímos, produzimos (*Elicere*, de *e* + *lacere*, atrair para fora). No original: *quod eliciamus actum dilectionis*. H. G. Pöhlmann (op. cit., p. 97): "dass wir die Verwirklicung der Liebe herauslocken". Bente-Dau (*Trigoltta*, p. 203): "that we rouse in ourselves the act of love". J. Pelikan (Tappert, p. 151): "that we produce an act of love".

[325] Rm 4.13.

[326] Vid. IV, Seções 69ss.

[327] Bente-Dau (*Triglotta*, p. 203) interpretam de outra maneira: "when conscience, terrified by the preaching of repentance". Também J. Pelikan (Tappert, p. 152): "when, with his conscience terrified by the preaching of penitence".

[328] Rm 4.3,5.

da fé, pela qual somos reputados justos, em virtude de crermos que temos um Deus reconciliado por causa de Cristo. Isso é claro, consentâneo ao evangelho e pode ser entendido por mentes sãs. E, partindo desse fundamento, pode julgar-se facilmente por que atribuímos a justificação à fé, não ao amor, apesar de seguir-se o amor à fé, porque o amor é o cumprimento da lei. Mas Paulo ensina que nossa justificação não provém da lei, porém da promessa, que é recebida apenas pela fé. Pois não chegamos a Deus sem o Cristo mediador, nem recebemos remissão de pecados em vista de nosso amor, mas por causa de Cristo. Nem podemos amar a um Deus irado, e a lei sempre nos acusa, sempre nos mostra um Deus irado. Conseqüentemente, primeiro, é necessário aprendamos mediante a fé a promessa de que por amor de Cristo o Pai está reconciliado e perdoa. Depois, começamos a cumprir a lei. Longe da razão humana, longe de Moisés, devem os olhos retrolançar-se em Cristo e deve crer-se que Cristo nos foi dado a fim de, por ele, sermos reputados como justos. Jamais satisfazemos a lei da carne. Assim, portanto, somos reputados justos não por causa da lei, mas por causa de Cristo, porque seus méritos nos são dados, se nele crermos. Por conseguinte, se alguém tiver considerado estes fundamentos: não sermos justificados pela lei, por não poder a natureza humana cumprir a lei e amar a Deus, mas que nossa justificação provém da promessa, na qual, por causa de Cristo, se prometeu reconciliação, justiça e vida eterna, entenderá com facilidade que a justificação necessariamente deve ser atribuída à fé, caso reflita apenas em que não é em vão que Cristo foi prometido, mostrado, nasceu, padeceu e ressuscitou; se apenas refletir sobre o fato de não ser vã a promessa da graça em Cristo, feita já desde o princípio do mundo, para além da lei e fora dela; se refletir que a promessa deve ser recebida pela fé, como diz João[329]: "Aquele que não dá crédito a Deus, o faz mentiroso, porque não crê no testemunho que Deus dá acerca de seu Filho. E o testemunho é este, que Deus nos deu a vida eterna; e esta vida está no seu Filho. Aquele que tem o Filho tem a vida; aquele que não tem o Filho de Deus não tem a vida". E Cristo diz: "Se, pois, o Filho vos libertar, verdadeiramente sereis livres"[330]. E Paulo:"Por ele temos acesso a Deus" e adita: "pela fé"[331]. Portanto, pela fé em Cristo é recebida a promessa da remissão dos pecados e da justiça. Não somos justificados diante de Deus pela razão ou por intermédio da lei. 294 295 296 297

Tão perspícuas e manifestas são essas coisas, que nos admira ser tanta a loucura dos adversários, a ponto de, nelas, porem dúvida. É manifesta a *apódeixis*[332]: uma vez que nossa justificação ante Deus não provém da lei, mas da promessa, é necessário atribuir a justificação à fé. Que é que se pode opor a essa *apódeixis*, a menos que se queira abolir o evangelho todo e o Cristo inteiro? Torna-se mais brilhante a glória de Cristo quando ensinamos os homens a dele se valerem como mediador e propiciador. Consciências piedosas vêem que 298 299

[329] 1 Jo 5.10-12.
[330] Jo 8.36.
[331] Rm 5.2.
[332] Prova.

nessa doutrina se lhes propõe ubérrimo consolo, a saber, que devem crer e afirmar com certeza terem um Pai reconciliado por causa de Cristo, não em virtude de nossas justiças, e que Cristo, não obstante, ajuda, a fim de podermos observar também a lei. De bens tão grandes, nossos adversários despojam a igreja quando condenam a doutrina sobre a justiça da fé e tentem destruí-la. Vejam, portanto, todas as boas mentes não venham a consentir aos ímpios conselhos dos adversários. Na doutrina dos adversários respeito à justificação não se faz menção de Cristo, de que maneira devemos opô-lo à ira de Deus, como se nós, deveras, pudéssemos vencer a ira de Deus pelo amor ou amar a um Deus irado.

301 Além disso, deixam-se as consciências na incerteza. Pois, se devem pensar que têm um Deus reconciliado porque amam e observam a lei, é necessário duvidar sempre sobre se temos um Deus reconciliado, porque aquele amor, ou não o sentem, como confessam os adversários, ou sentem com certeza que é muito exíguo. Sentem com muito mais freqüência que se irritam com o juízo de Deus, o qual oprime a natureza humana com muitos males terríveis, aflições desta vida, terrores da ira eterna, etc. Por conseguinte, quando é que se aquietará a consciência? quando estará apaziguada? quando amará a Deus nessa dúvida, nesses terrores? Que outra coisa é essa doutrina da lei senão doutrina

302 de desespero? E adiante-se alguém dentre os adversários que nos ensine a respeito desse amor, de que modo ele mesmo ama a Deus. Numa palavra, não entendem o que dizem; apenas ecoam, como paredes, a não inteligida palavra amor. Tão confusa e obscura é sua doutrina, que não só transfere a glória de Cristo a obras humanas, mas também leva as consciências ou a presunção ou a

303 desespero. Mas a nossa, esperamos, é facilmente compreendida por mentes piedosas, e esperamos que leve piedoso e salutar consolo a consciências aterrorizadas. Pois, como os adversários cavilam dizendo que muitos ímpios e diabos também crêem, já temos dito amiúde que falamos da fé em Cristo, isto é, da fé na remissão dos pecados, da fé que assente verdadeira e cordialmente à promessa da graça. Isso não se realiza sem grande luta nos corações humanos. E homens sãos facilmente podem julgar que a fé que crê sermos nós considerados por Deus, perdoados e ouvidos, é coisa supranatural. Por si mesmo não chega o coração humano a semelhante afirmação sobre Deus. Portanto, nem nos ímpios nem nos demônios existe a fé da qual falamos.

304 Além disso, se algum sofista cavila, dizendo que a justiça está na vontade, não podendo, por isso, ser atribuída à fé, que está no intelecto, é fácil a réplica, porque esses tais até nas escolas confessam que a vontade comanda o intelecto a que assinta ao verbo divino[333]. Dizemos, porém, mais claramente: assim como os terrores do pecado e da morte não são apenas cogitações do intelecto, mas, também horríveis movimentos da vontade que foge do juízo de Deus, assim a fé não é tão-só conhecimento do intelecto, mas ainda confiança na vontade, isto é, querer e receber o que se ofereceu na promessa, a saber, a re-

---

[333] Cf. Tomás de Aquino, *Summa Theologiae* II, 1.q.56 a.3.C. (citado em BSLK, p. 219, nota 2): *Movetur enim intellectus ad assentiendum iis, quae sunt fidei, ex imperio voluntatis, nulus enim credit nisi volens.*

conciliação e remissão dos pecados. É assim que a Escritura usa o termo "fé", conforme atesta a seguinte sentença de Paulo: "Justificados pela fé, temos paz com Deus"[334]. Mas "justificar", nesta passagem, significa, segundo o uso forense, absolver o réu e pronunciá-lo justo. Contudo, em virtude de justiça alheia, a saber, de Cristo, justiça alheia é esta que nos é comunicada pela fé. Visto, pois, que neste passo nossa justiça é imputação de justiça pertencente a outrem, deve falar-se aqui, acerca de justiça, de maneira diversa da em que falamos quando, em filosofia ou no foro, inquirimos a justiça da obra pessoal, que, certamente, está na vontade. Por isso diz Paulo, em 1 Co 1[335]: "Mas vós sois dele, em Cristo Jesus, o qual se nos tornou da parte de Deus sabedoria, e justiça, e santificação, e redenção". E 2 Co 5[336]: "Àquele que não conheceu pecado, ele o fez pecado por nós: para que nele fôssemos feitos justiça de Deus". Visto, porém, que a justiça de Cristo nos é dada pela fé, esta, por isso, é justiça em nós imputativamente, isto é, aquilo por que nos tornamos aceitáveis a Deus em virtude da imputação e ordenação de Deus, como diz Paulo: "A fé é atribuída como justiça"[337]. Embora por causa de certos pedantes devamos dizer, *tekhnologikos*[338]: a fé direitamente é justiça, porque obediência ao evangelho. Pois é evidente que a obediência à ordem de um superior, deveras, é uma espécie de justiça distributiva. E essa obediência ao evangelho é atribuída como justiça de modo tal, que apenas por causa dela, visto que, por ela, aprendeemos o Cristo propiciador, agradam boas obras ou obediência à lei, pois também não satisfazemos a lei, mas isso nos é perdoado por causa de Cristo, como diz Paulo: "Agora, pois, já nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus, etc."[339] Essa fé dá a honra a Deus, dá a Deus o que lhe pertence, nisso que, recebendo as promessas, obedece. Da mesma forma como também Paulo diz em Rm 4[340]: "Não duvidou da promessa de Deus, por incredulidade; mas, pela fé, se fortaleceu, dando glória a Deus". Desta arte, o culto e a *latréia*[341] do evangelho é receber bens de Deus; culto da lei, ao revés, é oferecer e apresentar a Deus os nossos bens. Todavia, nada podemos oferecer a Deus, a menos que antes hajamos sido reconciliados e tenhamos nascido. Traz, porém, máximo consolo essa passagem, porquanto o culto precípuo do evangelho é querer receber de Deus remissão dos pecados, graça e justiça. Desse culto, diz Cristo, em Jo 6[342]: "De fato a vontade de meu Pai é que todo homem que ouvir o Filho e nele crer, tenha a vida eterna". E o Pai diz: "Esse é o meu

305 306 307 308 309 310

---

[334] Rm 5.1.
[335] 1 Co 1.30.
[336] 2 Co 5.21.
[337] Rm 4.3,5.
[338] Segundo as regras da arte, tecnicamente.
[339] Rm 8.1.
[340] Rm 4.20.
[341] Serviço.
[342] Jo 6.40.

311 Filho amado, em quem me comprazo: a ele ouvi"[343]. Os adversários falam da obediência à lei, não falam da obediência ao evangelho, quando contudo, não podemos obedecer ã lei, a menos que renascidos pelo evangelho, uma vez que não podemos amar a Deus, exceto depois de recebida a remissão dos pecados. Pois enquanto sentimos que ele está irado conosco, a natureza humana foge da
312 ira e do juízo dele. Caso alguém sofisme assim: Se a fé é aquilo que quer as coisas oferecidas na promessa, parece confundirem-se os hábitos da fé e da esperança, porque esperança é aquilo que espera as coisas prometidas –, replicamos a isso que não se podem separar esses afetos realmente da maneira como são desunidos nas escolas, através de ociosas especulações. Pois também na Epístola aos Hebreus se define a fé como "certeza de coisas que se esperam"[344]. Contudo, se alguém quer que se faça distinção, dizemos que o objeto da esperança é propriamente um evento futuro, mas que a fé concerne a coisas futuras e presentes, e recebe, no presente, a remissão dos pecados oferecida na promessa.

313 Esperamos que se possa entender suficientemente do que ficou dito não só o que vem a ser fé, mas também que nos vemos compelidos a crer que pela fé somos justificados, reconciliados e regenerados, desde que, deveras, queiramos ensinar a justiça do evangelho, não a justiça da lei. Pois os que ensinam sermos justificados pelo amor, ensinam a justiça da lei, e não ensinam que nos
314 valhamos na justificação do Cristo mediador. E é manifesto que não vencemos os terrores do pecado e da morte pelo amor, senão pela fé, visto que podemos opor nosso amor e cumprimento da lei à ira de Deus, porque Paulo diz: "Por Cristo temos acesso, pela fé, a Deus"[345]. Inculcamos essa sentença tão amiúde em benefício da perspicuidade, pois mostra clarissimamente o estado de toda nossa questão, e, inspecionada com diligência, pode ensinar fartamente com respeito ao caso todo e pode consolar boas mentes. Convém, por isso, tê-la à mão e em vista, não só para que possamos opô-la à doutrina dos adversários, os quais ensinam termos acesso a Deus não mediante a fé, mas pelo amor e através dos méritos, sem o Cristo mediador, mas, também, a fim de,
315 por ela, nos erigirmos em pavores e exercermos fé. É manifesto, outrossim, que sem o auxílio de Cristo não podemos cumprir a lei, conforme ele mesmo diz: "Sem mim nada podeis fazer"[346]. Por conseguinte, antes que cumpramos a lei, é necessário que os corações renasçam pela fé.

316 Daqui também se pode entender por que censuramos a doutrina dos adversários respeito ao mérito de condigno[347]. É facílima a decisão: porque não mencionam a fé, que agradamos pela fé, por causa de Cristo, imaginando, ao contrário, que boas obras feitas com o auxílio daquele hábito do amor, é justiça digna, que por si mesma agrada a Deus, e é digna da vida eterna, não care-

---

[343] Mt 17.5.
[344] Hb 11.1.
[345] Rm 5.2.
[346] Jo 15.5.
[347] Vid. Apologia IV, 146, nota em "Boaventura".

cendo de Cristo como mediador. Que é isso senão transferir a glória de Cristo a nossas obras, a saber, que agradamos em virtude de nossas obras, não por causa de Cristo? Mas isso também é detrair de Cristo a glória de mediador, dele, que o é incessantemente, não apenas no princípio da justificação. E Paulo diz que, se o justificado em Cristo necessita, posteriormente, procurar justificação alhures, atribui a Cristo a qualidade de ministro do pecado[348], isto é, afirma que ele não justifica plenamente. E é absurdíssimo o ensino dos adversários: que boas obras merecem graça de condigno, como se, deveras, após o princípio da justificação, no caso de a consciência se aterrorizar, como sucede, deva a graça ser procurada através de boa obra, não mediante fé em Cristo. 317 318

Em segundo lugar, a doutrina dos adversários, deixa as consciências em dúvida de modo que nunca podem ser apaziguadas, visto a lei sempre nos acusar, inclusive em boas obras. Pois sempre "a carne milita contra o Espírito"[349]. Portanto, de que maneira a consciência terá aqui paz sem fé, se crê que deve agradar não por causa de Cristo, porém já em virtude de obra própria? Que obra vai encontrar da qual crerá firmemente que é digna da vida eterna? Se, na verdade, a esperança deve subsistir com base nos méritos. Contra essas dúvidas Paulo diz: "Justificados pela fé, temos paz"[350]; devemos estar certos de que, por causa de Cristo, são-nos dadas justiça e vida eterna. E sobre Abraão diz: "Contra a esperança, creu em esperança"[351]. 320

Terceiro. De que maneira saberá a consciência quando é que, pela inclinação daquele hábito de amor, se fez uma obra, para que possa crer com certeza que merece graça de condigno? Mas essa mesma distinção, segundo a qual os homens ora merecem de côngruo, ora de condigno[352], foi fabricada somente para eludir as Escrituras, porque, conforme acima dissemos[353], a intenção do operante não distingue espécies de mérito, mas hipócritas seguros simplesmente pensam que suas obras são dignas de, em razão disto, serem reputados justos. Consciências, aterradas, ao revés, duvidam de todas as obras e, por isso, continuamente procuram outras. Pois merecer de côngruo é duvidar e praticar sem fé, até que surja o desespero. Em suma, está grávido de erros e perigos tudo o que os adversários ensinam nessa matéria. 321

Quarto. Confessa a igreja toda que se alcança a vida eterna por misericórdia. Pois é assim que diz Agostinho em seu *De gratia et libero arbítrio*, ao falar, por exemplo, de obras praticadas pelos santos depois da justificação: "Deus nos conduz à vida eterna não por nossos méritos, porém, segundo a sua misericórdia"[354]. E no livro das *Confessiones:* "Ai da vida dos homens – 322

---

[348] Gl 2.17.

[349] Gl 5.17.

[350] Rm 5.1

[351] Rm 4.18. No Original: *Contra spem in spem credidit.* Almeida RA: "Esperando contra a esperança, creu".

[352] Sobre mérito de côngruo e mérito de condigno, vid. Apologia IV, 19 e nota: IV, 146 e nota.

[353] Cf. Apologia IV, 19, 146 e 288.

[354] *De gratria et libero arbitrio*, 9.21

por mais louvável que seja – caso julgada sem misericórdia!"[355] E Cipriano, no tratado sobre a Oração Dominical: "Para que não aconteça desvanecer-se alguém como inocente e, exaltando-se a si mesmo, pareça mais ainda, é instruído e ensinado que peca diariamente, enquanto se lhe ordena orar todos os
323 dias, à vista de seus pecados[356]". Mas a coisa é notória e tem muitíssimos e claríssimos testemunhos na Escritura e nos Pais eclesiásticos, os quais afirmam todos, unissonamente, que nós, conquanto tenhamos boas obras, precisamos,
324 todavia, nessas boas obras, de misericórdia. Considerando nessa misericórdia, a fé nos erige e consola. Razão por que ensinam mal os adversários quando exaltam os méritos de maneira que nada acrescentam concernemente a essa fé que apreende a misericórdia. Pois assim como acima dissemos que promessa e fé são correlativas, não sendo a promessa apreendida exceto pela fé, assim, aqui, dizemos que a misericórdia prometida requer, correlativamente, a fé. E não se pode apreendê-la senão pela fé. Censuramos, portanto, com justiça, a doutrina sobre o mérito de condigno, uma vez que nada ensina a respeito à fé justificante
325 e obscurece a glória e o ofício do Cristo mediador. E não se deve reputar-nos por ensinadores de algo novo nessa matéria, já que os Pais transmitiram tão claramente na igreja a sentença de que também nas boas obras necessitamos da misericórdia.

326 E a Escritura muitas vezes inculca o mesmo. No Salmo[357]: "Não entres em juízo com o teu servo, porque à tua vista nenhum vivente será justificado". Aqui simplesmente nega[358] a glória da justiça inclusive a todos os santos e servos de Deus, se Deus não perdoa mas julga e argúi seus corações. Agora, quanto a isso de Davi em outros lugares se gloriar de sua justiça, fala ele de sua causa contra os perseguidores da palavra de Deus, não de sua pureza pessoal, e roga seja defendida a causa e a glória de Deus, como no Salmo sétimo[359]: "Julga-me, Senhor, segundo a minha retidão e segundo a integridade que há em mim". No Salmo 130[360], diz, ao contrário, que ninguém pode manter-se diante do juízo de Deus caso ele observe nossos pecados: "Se observares, Se-
327 nhor, iniqüidade, quem, Senhor, subsistirá". E Jó 9[361]: "Receava todas as minhas obras". Da mesma forma: "Posto que eu haja sido um loto como que em águas de neve e as minhas mãos luzissem como se limpidíssimas, ainda assim me submergirás no lodo"[362]. E Pv 20[363]: "Quem pode dizer: Puro está o meu

---

[355] *Confessiones IX*, 13.

[356] *De oratione dom.* 22. MSL 4,552 B. CSEL III, 1, p. 283,18.

[357] Sl 143.2. Será justificado: *iustificabitur.* Almeida RA: "porque à tua vista não há justo nenhum vivente".

[358] I. e., Davi.

[359] Sl 7.8.

[360] Sl 130.3.

[361] Jó 9.28.

[362] Jó 9.30. No original: *Si lotus fuero quasi aquis nivis, et fulserint velut mundissimae manus meae, tamen sordibus intinges me.* Almeida RA: "Ainda que me lave com água de neve, e purifique com as mãos com cáustico, mesmo assim me submergirás no lodo".

coração, limpo estou do pecado?"[363] E 1 Jo 1[364]: "Se dissermos que não temos pecado nenhum, a nós mesmos nos enganamos, e a verdade não está em nós, etc." E na Oração Dominical os santos pedem remissão dos pecados. Por conseguinte, também os santos têm pecados. Em Números cap. 14[365]: "E o inocente não será inocente"[365]. Dt 4[366]: "Porque o Senhor teu Deus é fogo que consome". E Zacarias[367] diz: "Cale-se toda a carne diante do Senhor". E Isaías[368]: "Toda a carne é erva, e toda a sua glória como a flor da erva; seca-se a erva, e caem as flores, soprando nelas o hálito do Senhor", isto é, a carne e a justiça da carne não podem subsistir diante do juízo de Deus. E Jonas[369] diz, no capítulo segundo: "Debalde observam coisas vãs os que deixam a misericórdia". Isto é, afora a confiança na misericórdia, é vazia toda confiança. Salva-nos a misericórdia, que não nossos próprios méritos e esforços. Por isso, também Daniel[370] ora, no capítulo nono: "Porque não lançamos as nossas súplicas perante a tua face fiados em nossas justiças, mas em tuas muitas *misericórdias*. Ó Senhor, perdoa; ó Senhor, atende-nos e age; não te retardes, por amor de ti mesmo, ó Deus meu; porque a tua cidade e o teu povo são chamados pelo teu nome". Assim, Daniel nos ensina a apreender a misericórdia quando oramos, isto é, a confiar na misericórdia de Deus, não a confiar em nossos méritos diante de Deus. Indagamos admirados que é que fazem os adversários na petição, se é que os homens profanos alguma vez pedem algo a Deus. Se declaram que são dignos por terem amor e boas obras e reclamam a graça como se devida, oram exatamente como o fariseu de Lucas 18[371], que diz: "Não sou como os demais homens". Tal oração, que se firma na própria justiça, não na misericórdia de Deus[372], injuria a Cristo, o qual sendo nosso sumo sacerdote, intercede por nós. Assim, portanto, a prece confia na *misericórdia* de Deus, quando cremos que somos ouvidos por causa de Cristo, o pontífice, conforme ele mesmo diz: "Tudo quanto pedirdes ao Pai em meu nome, ele vos dará"[373]. "Em meu nome", diz ele, porque sem este sumo sacerdote não podemos achegar-nos do Pai. 328 329 330 331 332 333

Aqui também é pertinente a declaração de Cristo em Lucas 17[374]: "Assim também vós, depois de haverdes feito quanto vos foi ordenado, dizei: Somos 334

---

[363] Pv 20.9.

[364] 1 Jo 1.8.

[365] Nm 14.18.

[366] Dt 4.24.

[367] Zc 2.13.

[368] Is 40.6,7.

[369] Jn 2.8. Almeida RA: "Os que se entregam à idolatria vã, abandonam aquele que lhes é misericordioso".

[370] Dn 9.18,19.

[371] Lc 18.11.

[372] No Livro de Concórdia latino de 1584: "Quem pede graça nesse estilo, e não se firma na misericórdia de Deus..." (*Qui sic petit gratiam, nec nititur misericordia Dei...*).

[373] Jo 14.13. Almeida RA: "Tudo quanto pedirdes, em meu nome, isso farei".

servos inúteis". Dizem essas palavras claramente que Deus salva por misericórdia e por causa de sua promessa, não que o deva em razão da dignidade de
335 nossas obras. Mas aqui os adversários brincam estupendamente com as palavras de Cristo. Primeiro, fazem uma *antistréphon*[375] e a voltam contra nós. Muito mais, dizem, pode dizer-se: "Se tiverdes crido tudo, dizei: Somos servos inúteis". Em seguida, acrescentam que obras são inúteis para Deus, mas não
336 para nós outros[376]. Vede como deleita os adversários sofistas uma parcialidade pueril[377]. E, conquanto essas inépcias sejam indignas de refutação, responde-
337 remos, contudo, em poucas palavras. É viciosa a *antistréphon*[378]. Pois, em primeiro lugar, enganam-se os adversários quanto à palavra "fé". Porque, se ela, para nós, significasse aquela notícia histórica que também existe em ímpios e diabos, raciocinariam acertadamente os adversários que é inútil a fé, ao dizerem: "Quando houverdes crido tudo, dizei: Somos servos inúteis". Nós, porém, não falamos em notícia histórica, mas em confiança na promessa e na misericórdia de Deus. E essa confiança na promessa reconhece que somos servos inúteis. Sim, essa confissão de que nossas obras são indignas é a própria voz da fé, conforme se evidencia neste exemplo de Daniel há pouco citado: "Não lançamos as nossas súplicas perante a tua face fiados em nossas justiças,
338 etc."[379] Pois a fé salva porque apreende a misericórdia e a promessa da graça, ainda que nossas obras são indignas. E neste sentido em nada nos injuria a *antistréphon*[380]: Quando houverdes crido tudo, dizei: Somos servos inúteis", a saber, porque nossas obras são indignas. Pois isso de sermos salvos por miseri-
339 córdia, ensinamo-lo com toda a igreja. Se, porém, querem argumentar por símile:

---

[374] Lc 17.10.

[375] *Antistréphon: analogia, mutua collatio*. Melanchthon, *Erotemata dialectices*, CR 13,547. Bente-Dau (*Triglotta*, p. 215) traduzem: "antistrophe". A ed. Tappert (p. 159) não traduz as palavras: *Primum faciunt antistréphon et in nos retorquent*. Em vez disso, introduz um dos membros da *collatio*: "They argue that if we are unworthy thou we have done everything..."

[376] CR 27, coluna 101: *Nam si factores inutiles dici debent, quanto magis his, qui solum credunt, dicere convenit: Si credideritis omnia, dicite, servi inutiles sumus. Non ergo haec vox Christi extollit fidem sine operibus, sed docet, quod opera nostra nihil utilitatis Deo afferunt, quod operibus nostris nemo potest inflari, quod opera nostra comparata divinis praemiis, nulla sunt et nihil* ("Pois, se os praticantes, devem ser chamados de inúteis, quanto mais conveniente é dizer aos que somente crêem: Se houverdes crido tudo, dizei: Somos servos inúteis. Essa palavra de Cristo, portanto, não exalta a fé sem obras, mas ensina que as nossas obras não trazem nenhum proveito a Deus, que ninguém se pode inflar com nossas obras, que as nossas obras, comparadas com os prêmios divinos, nada valem e nada são"). Na forma mais desenvolvida da *Confutatio* (cf. *Die Konfutation dês Augsburgischen Bekenntnisses, ihre erste Getalt und ihre Geschichte*, Johannes Ficker, Leipzig, 1891, p. 31,11) encontram-se as palavras: *Nihil enim utilitatis Deo afferunt opera nostra, sed nobis; utilia nobis sunt opera* ("Pois as nossas obras não trazem nenhuma utilidade a Deus, mas nós; as obras são úteis a nós").

[377] *Videte, quam delectet adversarios puerile studium sophistices*. Bente-Dau (*Triglotta*, p. 215): "o estudo pueril da sofística" ("the puerile study of sophistry"). J. Pelikan (Tappert, p. 159): "esta sofisticaria pueril" ("this childish sophistry").

[378] Vid. nota na seção 335. J. Pelikan (Tappert, p. 159): "the argument".

[379] Dn 9.18.

[380] Vid. nota na seção 335.

"Quando tiveres feito tudo, não confies em tuas obras"; assim: Quando houveres crido tudo, não confies na promessa divina": essas não coerem[381]. São dissimílimas. Dessemelhantes são as causas, dessemelhantes os objetos da confiança na proposição anterior e na posterior. A confiança na anterior é a confiança em nossas obras; a confiança na posterior é a confiança na promessa divina. Mas Cristo condena a confiança em nossas obras, não a em sua promessa. Não quer que desesperemos da graça e da misericórdia de Deus. Argúi nossas obras como[382] indignas, não argúi a promessa que oferece gratuitamente a misericórdia. E aqui diz preclaramente Ambrósio: "Deve reconhecer-se a graça, 340 mas não se deve ignorar a natureza"[383]. Devemos confiar na promessa da graça, não em nossa natureza. Mas os adversários agem à maneira deles distorcendo, 341 contra a doutrina da fé, as sentenças transmitidas a favor da fé. Enviamos, entretanto, às escolas questões embrulhadas. É perfeitamente pueril aquela 342 cavilação de interpretarem os servos como inúteis porque as obras são inúteis para Deus, porém úteis para nós. Mas, objetar-se-á[384], Cristo fala da utilidade que nos constitui a Deus em devedor da graça. Entanto, é alheio ao assunto discutir neste lugar sobre o útil e o inútil. Pois que servos inúteis significa insuficientes, porque ninguém teme, ama a Deus e crê nele tanto quanto devia. Mas 343 despachemos com essas frígidas cavilações dos adversários, sobre as quais varões prudentes facilmente podem decidir o que hão de pensar os homens[385] se algum dia forem traduzidas à luz. Encontraram uma frincha em palavras multíssimo planas e claras. Todavia, ninguém deixa de ver que nesse passo se desaprova a confiança em nossas obras.

Retenhamos, portanto, o que a igreja confessa: sermos salvos por misericórdia. 344 E para não acontecer que alguém cogite aqui: Se devemos ser salvos por misericórdia, será incerta a esperança, caso naqueles que obtêm a salvação nada preceda por que sejam distinguidos daqueles que não a obtêm, devemos satisfazê-lo. Pois parece que os escolásticos pediram o *meritum condigni*[386]

---

[381] Em sua tradução-paráfrase, Justus Jonas acrescenta à xingação erudita do original uma explicação no estilo comum à maioria dos polemistas robustos da época: "Temos de dar a esses grosseiros um exemplo tosco. Do fato de um ceitil não ajudar, não se segue que um florim também não adianta. Assim como o florim é muito mais elevado e forte do que o ceitil, assim também se deve entender que crer é muito mais elevado e forte do que obras. Não que crer ajude em razão de sua dignidade, mas porque confia na promessa e na misericórdia de Deus. A fé é forte não em virtude de sua dignidade, mas por causa da promessa divina" (cf. original germânico em BSLK, pp. 225-226).

[382] Ou: como se fossem. No original: *Tamquam.*

[383] *Expos. Evang. Séc. Luc. VIII, 32.*

[384] Com "mas, objetar-se-á" traduzimos, neste caso, o *at* do original. Bente-Dau (*Concordia Triglotta,* p. 215) interpretam como simples conjunção adversativa. J. Pelikan (*Tappert,* p. 159) nem traduz a partícula. *At* pode iniciar sentenças em que o autor cita objeções feitas ou lembra possíveis objeções.

[385] O que hão de pensar os homens: *quid iudicaturi sint homines.* Bente-Dau (*Trigoltta,* p. 217): "what they should judge". J. Pelikan não traduz as palavras. H. G. Põhlmann (*Apologia,* p. 108): "soweit das Menschen beurteilen kõnnen".

[386] Vid. Apologia IV, 19, nota em "mérito côngruo" e "mérito condigno"; Apologia IV, 146, nota em "de condigno".

movidos por essa razão. Pois essa razão pode agitar muito o coração humano. 345 Respondemos, por isso, em poucas palavras. Exatamente para que seja certa a esperança, exatamente para que haja distinção precedente entre os que alcançam salvação e os que não alcançam, é necessário firmar que nos salvamos por misericórdia. Isso, quando dito assim nuamente, parece absurdo. Pois no foro e nos julgamentos humanos, o direito ou o devido é certo, a misericórdia, incerta. Mas no juízo de Deus a coisa é diferente. Aqui, a misericórdia tem promessa clara e certa e tem mandamento divino. Pois o evangelho é, propriamente, o mandado que preceitua creiamos ser-nos Deus propício por causa de Cristo. "Porquanto Deus enviou o seu Filho ao mundo, não para que julgasse o mundo, mas para que o mundo fosse salvo por ele. Quem nele crê não é 346 julgado, etc."[387] Por conseqüência, todas as vezes que se fala de misericórdia, deve adicionar-se a fé na promessa. E essa fé produz esperança certa, porque se firma na palavra e mo mandamento de Deus. Se a esperança se firmasse nas obras, então, sim, seria incerta, porque obras não podem apaziguar a cons- 347 ciência, conforme acima freqüentes vezes ficou dito. E essa fé estabelece diferença entre os que obtêm a salvação e os que não a obtêm. A fé estabelece a diferença entre dignos e indignos, porque a vida eterna foi prometida aos justificados, e a fé justifica.

348 Mas aqui os adversários clamarão de novo, alegando que não há necessidade de boas obras se não merecem a vida eterna. Refutamos esta sofisteria acima. Por certo que é necessário praticar boas obras. Dizemos que vida eterna é prometida aos justificados. Todavia, os que andam segundo a carne não retêm nem a fé nem a justiça. Somos justificados exatamente para que, 349 sendo justos, comecemos a praticar boas obras e a obedecer à lei de Deus. Somos regenerados e recebemos o Espírito Santo precisamente a fim de que a vida nova tenha novas obras, novos afetos, temor e amor de Deus, ódio da con- 350 cupiscência, etc. A fé da qual falamos surge no arrependimento, devendo firmar-se e crescer em meio a boas obras, tentações e perigos, a fm de que, a pouco e pouco, nos persuadamos tanto mais que Deus, por causa de Cristo, cuida de nós, nos perdoa, nos ouve. Não se aprende isto sem muitas e grandes lutas. Quantas vezes inquieta-se a consciência, quantas incita ao desespero ao mostrar pecados antigos ou novos, ou a imundícia da natureza! Não se destrói esse escrito de dívida[388] sem grande luta, onde a experiência atesta quão difícil 351 coisa é a fé. E enquanto somos erigidos em meio aos terrores e recebemos consolação, crescem, simultaneamente, outros movimento espirituais: notícia de Deus, temor de Deus, esperança, amor a Deus[389], e, contemplando a glória do Senhor, somos transformados na sua própria imagem[390], isto é, recebemos o verdadeiro conhecimento de Deus, para temê-lo verdadeiramente e confiar deveras que

---

[387] Jo 3.17s.

[388] *Chirographum* ("quirógrafo"). Cf. Cl 2.14.

[389] Cl 3.10.

[390] 2 Co 3.18.

ele cuida de nós e nos ouve. Essa regeneração é, por assim dizer, o começo da vida eterna, segundo Paulo: "Se, porém, Cristo está em vós, o corpo, na verdade, está morto por causa do pecado, mas o espírito é vida, etc."[391] E: "Seremos revestidos; se, todavia, somos revestidos, não seremos encontrados nus"[392]. Partindo daí, pode o leitor cândido julgar que requeremos boas obras muitíssimo, visto ensinarmos que esta fé surge no arrependimento e que deve crescer continuamente no arrependimento. E nessas coisas colocamos a perfeição cristã e espiritual, se crescem simultaneamente o arrependimento e, no arrependimento, a fé[393]. Isso os piedosos podem entender melhor do que as coisas ensinadas pelos adversários respeito à contemplação ou sobre a perfeição. Mas, assim como a justificação pertence à fé, da mesma forma pertence à fé a vida eterna. E Pedro diz: "Obtendo o fim ou fruto da vossa fé, a salvação das almas"[394]. Pois os adversários confessam que os justificados são filhos de Deus e co-herdeiros de Cristo. Depois, as obras, em razão do fato de agradarem a Deus por causa de Cristo, merecem outros prêmios corporais e espirituais. Pois haverá diferença na glória dos santos. 352 353 354 355

Mas, aqui, os adversários replicam em altas vozes que a vida eterna é chamada galardão, razão por que é necessário merecê-la de condigno, mediante boas obras. Repondemos concisa e claramente: Paulo, em Romanos 6[395], chama a vida eterna dom, porque pela justiça dada por causa de Cristo somos feitos, simultaneamente, filhos de Deus e co-herdeiros de Cristo[396], conforme diz João[397]: "Quem crê no Filho tem a vida eterna". Agostinho diz e, seguindo a ele, muitos outros disseram o mesmo: "Deus coroa em nós os seus dons"[398]. Em outra parte, efetivamente, está escrito: "Grande é o vosso galardão no céu"[399]. Se parece aos adversários que essas passagens brigam, tratem eles mesmos de explicá-las. São, entretanto, juízes de pouca eqüidade, pois omitem a palavra "dom" e as fontes de toda a questão. Colhem a palavra "galardão" e a interpretam de maneira acerbíssima, não só contra a Escritura, mas, também, contra o uso lingüístico. Inferem daí que, uma vez que é chamado galardão, nossas obras, portanto, são tais, que devem ser preço pelo qual a vida eterna é devida. São, por conseguinte, dignas de graça e vida eterna, não necessitando de misericórdia, ou de Cristo como mediador, ou da fé. É de todo em todo nova essa lógica[400]. Ouvimos o termo galardão; logo, não há necessidade alguma do Cristo 356 357 358

[391] Rm 8.10.

[392] 2 Co 5.2s. No original *Superinduemur, si tamen induti, non nudi reperiemur.* Almeida RA: "...aspirando por ser revestidos....; se, todavia, formos encontrados vestidos e não nus".

[393] *Si simul crescant poenitentia et fides in poenitentia.*

[394] 1 Pe 1.9. Almeida RA: "Obtendo o fim da vossa fé, a salvação das vossas almas".

[395] Rm 6.23.

[396] Rm 8.17.

[397] Jo 3.36.

[398] *De gratia et libero arbitrio* VI, 9, 15. MSL 44, 890.

[399] Lc 6.23.

[400] *Dialectica.*

mediador, ou da fé, que tem acesso a Deus por causa de Cristo, não em virtude
359 de obras nossas. Quem não vê que essas coisas são *anakólouthа*?[401] Não contendemos sobre a palavra "galardão". Nosso litígio é outro: se boas obras por si mesmas são dignas da graça e da vida eterna, ou se apenas agradam em
360 razão da fé, que apreende ao Cristo mediador. Nossos adversários não só atribuem às obras o serem dignas da graça e da vida eterna, mas, ainda, imaginam que têm méritos supérfluos, os quais podem dar a outros e, por eles, justificar a esses outros, como no caso dos monges que vendem a outros méritos de suas ordens. Empilham esses portentos à maneira de Crisipo[402], depois de ouvida essa uma palavra "galardão". É chamado galardão; logo, temos obras que são preço pelo qual o galardão é devido; logo, obras agradam por si mesmas, não por causa do Cristo mediador. E como um tem mais méritos que outro, por isso, alguns os têm de sobejo. E aqueles que os merecem podem dá-los a outros.
361 Espera, leitor; ainda não tens todo o sorites sofístico[403]. Pois devem ser adicionados certos sacramentos dessa doação, aos mortos se lhes põe à cabaça um capelo[404], etc. Por semelhantes acumulações foram obscurecidos o benefício de Cristo e a justiça da fé.

362 Não movemos inane *logomakhía*[405] sobre o termo "galardão". Se os adversários concederem que somos reputados justos pela fé, por causa de Cristo, e que boas obras agradam a Deus em virtude da fé, depois disso não contenderemos muito sobre a palavra "galardão". Confessamos que a vida eterna é galardão, porque é coisa devida em razão da promessa, não por causa de nossos méritos. Pois foi prometida a justificação, a respeito da qual acima demonstramos que é propriamente dom de Deus. E a esse dom foi unida a promessa de vida eterna, segundo o texto: "E aos que justificou, a esses também glorifi-
363 cou"[406]. Diz respeito a isso a palavra de Paulo: "Já agora a coroa da justiça me está guardada, a qual o Senhor, reto juiz, me dará, etc."[407] Pois é em virtude da
364 promessa que a coroa é devida aos justificados. E essa promessa importa que a

---

[401] Conclusão sem força compelente por conter *membra non cohaerentia*. Melanchthon, *Erotemata dialectices*, CR 13,716s.

[402] Filósofo grego do século III a.C., um dos três representantes principais do chamado estoicismo antigo. Diz-se que foi argumentador brilhante (suas controvérsias lhe valeram o título de "coluna do pórtico"), mas de estilo intricado, amontoado indiscriminadamente razões e citações.

[403] *Soriten*. BSLK (p. 288, nota 3): *Trugschluss* ("paralogismo"). Remete a Melanchthon, *Erotemata dialectices*, CR 13,624s. Bente-Dau (*Triglotta*, p. 219) e J. Pelikan (Tappert, p. 162): "sorites". Traduzimos "sorites sofístico" porque "sorites", que em latim designa um tipo de paralogismo, em português (como também em inglês) é o nome de um polissilogismo (no qual o atributo da primeira proposição se torna sujeito da segunda, o atributo da segunda, sujeito da terceira, etc., e no qual a conclusão une o sujeito da primeira e o atributo da última) que só é paralogismo quando o sentido dos termos médios muda de uma premissa a outra.

[404] Na Idade Média era freqüente sepultarem-se corpos vestidos do hábito de alguma ordem.

[405] Questão sobre palavras. É um dos sentidos da palavra portuguesa "logomaquia".

[406] Rm 8.30.

[407] 2 Tm 4.8.

conheçam os santos, não para que laborem, tendo em vista sua conveniência – pois devem trabalhar com mira na glória de Deus –, mas, para não desesperarem nas aflições, importa-lhes conhecer a vontade de Deus que ele quer ajudar-lhes, livrá-los e os salvar. Ainda que os perfeitos ouvem a menção de penas e prêmios de um modo e os infirmes de outro[408], pois os fracos laboram em razão de vantagens pessoais. E, contudo, é necessária a pregação sobre prêmios e penas. Na pregação de penas é mostrada a ira de Deus, razão por que pertence à pregação do arrependimento. Na pregação de prêmios mostra-se a graça. E, assim como a Escritura na menção de boas obras muitas vezes compreende a fé – pois quer abarcar a justiça do coração juntamente com os frutos –, assim, vez por outra, oferece graça simultaneamente com outros prêmios, como em Isaías 58[409], e, muitas vezes, em outros lugares nos profetas. Também confessamos isto, o que freqüentemente foi testemunhado por nós: ainda que a justificação e a vida eterna pertencem à fé, boas obras merecem, contudo, outros prêmios, corporais e espirituais, bem como graus de recompensa, conforme o texto: "Cada um receberá o seu galardão, segundo o seu próprio trabalho"[410]. Pois a justiça do evangelho, que gira em torno da promessa da graça, recebe, gratuitamente, a justificação e a vivificação. Mas o cumprimento da lei, que se segue à fé, tem que ver com a lei, na qual um galardão é oferecido e devido, não gratuitamente, senão por nossas obras. Todavia, aqueles que o merecem são justificados antes de cumprirem a lei. Por isso, primeiro, foram transportados para o reino do Filho de Deus[411], como diz Paulo, e foram feitos co-herdeiros com Cristo[412]. Mas os adversários, todas as vezes que se faz menção de mérito, imediatamente transferem a coisa de outros prêmios à justificação, apesar de o evangelho oferecer a justificação gratuitamente, por causa dos méritos de Cristo, não em virtude dos nossos. E os méritos de Cristo nos são comunicados por intermédio da fé. Obras e aflições, de resto, não merecem a justificação, porém, outros prêmios, como o galardão é oferecido às obras nas sentenças que seguem: "Aquele que semeia pouco, pouco também ceifará; e o que semeia com fartura, com abundância também ceifará"[413]. Aqui, a medida do galardão, claramente, é posta em relação de dependência com a medida da obra. "Honra a teu pai e a tua mãe, para que se prolonguem os teus dias na terra"[414]. Também aqui a lei propõe galardão a certa obra. Portanto, ainda que o cumprimento da lei merece um galardão – pois galardão pertence propriamente à lei –, devemos, contudo, lembrar-nos do evangelho, que oferece

365

366

367

368

---

[408] H. G. Pöhlmann (*Apologia*, p. 111): "Wenn sie auch einerseits volkommen sind, hören sie andererseits als schwache (Menschen) die Erwähnung der Strafen und Belohnungen". No original: *Etsi aliter perfecti, aliter infirmi audiunt mentionem poenarum et praemiorum.*

[409] Is 58.8ss.

[410] 1 Co 3.8.

[411] Cl 1.13.

[412] Rm 8.17.

[413] 2 Co 9.6.

[414] Êx 20.12.

a justificação gratuitamente, por causa de Cristo. E não cumprimos nem podemos cumprir a lei antes de reconciliados com Deus, justificados e renascidos. Nem agradaria a Deus esse cumprimento da lei a menos que fôssemos aceitáveis em virtude da fé. E, visto serem os homens aceitáveis em razão da fé, por isso mesmo agrada o cumprimento iniciado da lei, e tem galardão nesta vida e

369 depois dela. Quanto ao termo "galardão", muitas outras coisas, derivadas da natureza da lei, poderiam ser ditas aqui. Visto, porém, serem muito extensas, deverão ser explanadas em outro lugar.

370 Os adversários, contudo, urgem, dizendo[415] que, propriamente, merecem a vida eterna as boas obras, visto Paulo dizer, em Romanos 2[416]: "Que retribuirá a cada um segundo o seu procedimento". Da mesma forma: "Glória, porém, e honra e paz a todo aquele que pratica o bem"[417]. João 5[418]: "Os que tiverem feito bem, para a ressurreição da vida". Mateus 25[419]: "Porque tive fome e me des-

371 tes de comer, etc." Nessas passagens e em todas as semelhantes nas quais obras são louvadas na Escritura, é necessário entender não apenas obras externas, mas, também, a fé no coração, porque a Escritura não fala de hipocri-

372 sia, porém, da justiça do coração com seus frutos. Todas as vezes que se faz menção de lei e obras, importa saber que não se deve excluir o Cristo mediador. Pois ele é o fim da lei, e ele mesmo diz: "Sem mim nada podeis fazer"[420]. Segundo esse cânone, dissemos acima[421], pode formar-se juízo de todas as passagens concernentes a obras. Razão por que, quando a vida eterna é concedida a obras, é concedida aos justificados, porque os homens, exceto os justificados, que são impelidos pelo Espírito de Cristo, não podem praticar boas obras e sem Cristo como mediador e na ausência da fé boas obras não agra-

373 dam, segundo a palavra: "Sem fé é impossível agradar a Deus"[422]. Quando Paulo diz: "Retribuirá a cada segundo o seu procedimento"[423], deve entender-se não apenas a obra exterior, senão que toda a justiça ou injustiça. Assim: "Glória a todo aquele que pratica o bem", isto é, ao justo. "Destes-me de comer"[424]; fazem-se valer o fruto e o testemunho através da justiça do cora-

374 ção e da fé; logo, a vida eterna é concedida à justiça. Dessa maneira, a Escritura, simultaneamente com os frutos, abraça a justiça do coração. E nomeia os frutos a miúde, a fim de que seja entendido melhor pelos inexperientes e para significar que se requer vida nova e regeneração, não hipocrisia. Mas a regeneração sucede pela fé, no arrependimento.

---

[415] Cf. *Confutatio Pontificia*, CR 27, coluna 100.
[416] Rm 2.6.
[417] Rm 2.10.
[418] Jo 5.29.
[419] Mt 25.35.
[420] Jo 15.5.
[421] Cf. Apologia IV, 256, 266 e 315.
[422] Hb 11.6.
[423] Rm 2.6.
[424] Mt 25.35.

Nenhum homem são pode julgar de outra maneira, e nós não estamos à cata de alguma ociosa sutileza aqui, para separar da justiça do coração os frutos, se os adversários tão-só concedessem que os frutos agradam por causa da fé e do Cristo mediador, não sendo, por si mesmos, dignos da graça e da vida eterna. Pois na doutrina dos adversários, repreendemos isto: que em tais passagens da Escritura, entendidas à maneira filosófica ou judaica, abolem a justiça da fé e excluem o Cristo mediador. Inferem destas passagens que essas obras merecem graça, ora de côngruo, ora de condigno[425], a saber, quando se acrescenta o amor, isto é, que justificam, e por serem justiça, são dignas da vida eterna. Esse erro, manifestadamente, abole a justiça da fé, a qual crê termos acesso a Deus por causa de Cristo, não em razão de nossas obras, e que, através do Cristo sacerdote e mediador, somos conduzidos ao Pai e temos um Pai reconciliado, conforme acima ficou bastantemente dito. E essa doutrina sobre a justiça da fé não deve ser negligenciada na igreja de Cristo, porque sem ela o ofício de Cristo não pode ser considerado, e o que resta da doutrina da justificação é apenas doutrina da lei. Mas importa reter o evangelho e a doutrina respeito à promessa dada por causa de Cristo. 375 376 377

Nesse tópico, por conseguinte, não contendemos sobre matéria parva com os adversários. Não inquirimos acerca de ociosas sutilezas quando os repreendemos por ensinarem a merecer a vida eterna mediante obras, omitida a fé que apreende o Cristo mediador. Pois da fé que crê ser-nos o Pai propício por causa de Cristo, nem uma sílaba nos escolásticos. Em toda a parte julgam que somos aceitáveis e justos em virtude de nossas obras, feitas ou da parte da razão, ou, certamente, pela inclinação daquele amor do qual falam. E têm, contudo, certos ditos, como que apotegmas[426] de autores antigos, aos quais torcem ao interpretá-los. Discute-se[427] nas escolas isto: que boas obras agradam em virtude da graça, e que se deve confiar na graça de Deus. Aqui, interpretam a graça como hábito pelo qual amamos a Deus, como se os antigos, deveras, houvessem querido dizer que devemos confiar em nosso amor, a respeito do qual certamente experimentamos quão exíguo e imundo é. Entanto, é de estranhar como é que ordenam confiança no amor, já que ensinam não se saber se o amor está ou não presente[428]. Por que não expõem aqui a graça como misericórdia de Deus para conosco? E todas as vezes que haja menção disso, deve- 378 379 380 381

---

[425] Sobre merecer "de côngruo e de condigno", vid. Apologia IV, 19, nota em mérito côngruo e "mérito condigno". Sobre "mérito de condigno", vid., também, apologia IV, 146, nota em "de condigno".

[426] Ou: apoftegmas. No original: *apophthegmata.* BSLK (p. 231, nota 3): "Kanonische Aussprüche". H. G. Pöhlmann (*Apologia,* p. 114): "massgebliche Grundsätze".

[427] *Iactatur.* Bente-Dau (*Triglotta,* p. 233): "the boast is made." J. Pelikan (Tappert, p. 165): "boasting".

[428] BSLK (p. 232, nota 1) remete a BSLK, p. 184, nota 1, onde transcreve um texto no qual Gabriel Biel diz que o homem não pode saber de maneira evidente se faz o que está nele, que não podemos saber com evidência se amamos a Deus sobre todas as coisas: *Homo non potest evidenter*

riam acrescentar a fé. Pois a promessa da misericórdia, da reconciliação e do amor de Deus para conosco não é apreendida exceto pela fé. Neste sentido, diriam acertadamente que se deve confiar na graça, que boas obras agradam em 382 razão da graça, quando a fé apreende a graça. Discute-se também isto[429] nas escolas: que nossas boas obras valem em virtude da paixão de Cristo. Exato. Mas por que nada acrescentam sobre a fé? Pois Cristo é propiciação pela fé, como diz Paulo[430]. Quando consciências pávidas são erigidas pela fé e se convencem que nossos pecados foram destruídos pela morte de Cristo e que Deus está reconciliado conosco por causa da paixão de Cristo, então, sim, a paixão de Cristo nos é de valia. Quando se omite a doutrina concernente à fé, em vão se diz que as obras valem pela virtude da paixão de Cristo.

383 E a muitas outras passagens corrompem nas escolas, por não ensinarem a justiça da fé e por entenderem a fé apenas como conhecimento da história ou dos dogmas[431], não a entendendo como virtude que apreende a promessa da graça e da justiça e que vivifica os corações nos terrores do pecado e da morte. 384 Quando Paulo diz: "Com o coração se crê para justiça, e com a boca se confessa para salvação"[432]. Pensamos reconhecerem os adversários, aqui, que a confissão não justifica ou salva *ex opere operato*[433], mas, apenas, em virtude da fé no coração. E Paulo fala assim, isto é, que a confissão salva, a fim de mostrar que 385 espécie de fé alcança a vida eterna: sem dúvida, a fé que é firme e eficaz. Mas não é firme a fé que não se mostra na confissão. Assim, outras boas obras agradam por causa da fé, como, também, as orações da igreja rogam que tudo seja aceitável por amor de Cristo. Igualmente, pedem tudo por causa de Cristo. Pois consta que no fim das orações sempre se adiciona esta cláusula: "Por 386 Cristo, Senhor nosso". Concluímos, por isso, que somos justificados diante de Deus, reconciliados com ele e regenerados pela fé, a qual, no arrependimento, apreende a promessa da graça, verdadeiramente vivifica o coração aterrorizado e está convencida de que Deus está reconciliado conosco e nos é propício por causa de Cristo. E, mediante essa fé, diz Pedro, somos "guardados para 387 salvação preparada para revelar-se no último dia"[434]. O conhecimento dessa fé é necessário aos cristãos, traz ubérrima consolação em todas as aflições e nos mostra o ofício de Cristo, porquanto os que negam que os homens são justificados pela fé, negam ser Cristo o mediador e propiciador, negam a promessa da graça e do evangelho. Ensinam, apenas, com respeito à justificação, ou a 388 doutrina da razão ou a da lei. Nós mostramos, na medida em que isso podia ser

---

scire, se facere quod in se est... non tamen evidenter scire possumus illam circumstantiam: super omnia (Gabriel Biel, *In sent.* II. d. 27 q. un. a. 3 dub 5 Q.)

[429] *Iactatur et hoc*. Bente-Dau (*Triglotta*, p. 225): "the boast is also made". J. Pelikan (Tappert, p. 165): "They also boast".

[430] Rm 3.25.

[431] *Fides informis* em contraste com *fides caritate formata*. Sobre "fé informe" e "fé formada pelo amor" vid. Apologia IV, 109, nota em "fides formata".

[432] Rm 10.10. Almeida RA: "Porque com o coração se crê para justiça, e com a boca se confessa a respeito da salvação."

feito aqui, da origem dessa questão, e expomos as objeções dos adversários. Homens de bem facilmente formarão juízo sobre essas coisas, se refletirem, toda vez que é citada uma passagem a respeito de amor ou de obras, que não se pode cumprir a lei sem Cristo, e que não podemos ser justificados pela lei, e sim, pelo evangelho, isto é, mediante a promessa da graça prometida em Cristo. E 389 esperamos que essa discussão, ainda que breve, venha a ser útil a homens de bem para confirmação da fé, para ensino e consolo da consciência. Pois sabemos que as coisas por nós ditas são consentâneas com as Escrituras proféticas e apostólicas, aos santos Pais, Ambrósio, Agostinho e a muitos outros e com toda a igreja de Cristo, a qual, certamente, confessa que Cristo é o propiciador e justificador.

Nem devemos julgar logo que a Igreja Romana crê o que quer que o papa, 390 ou os cardeais, ou os bispos, ou alguns teólogos ou monges aprovem. Pois consta que os pontífices cuidam mais de sua dominação do que do evangelho de Cristo. E chegou-se a saber que muitos deles são abertamente epicureus. É evidente que teólogos misturaram à doutrina cristã mais filosofia do que bastava. Nem deve a autoridade deles parecer tanta, a ponto de que em nada seja lícito 391 dissentir das disputas deles, porque se encontram neles muitos erros manifestos, tais como este: que podemos amar a Deus sobre todas as coisas com forças puramente naturais[435]. Esse dogma, embora seja patente sua falsidade, gerou muitos outros erros[436]. Pois que protestam em toda a parte as Escrituras, os 392 santos Pais e o juízo de todos os piedosos. Por isso, anda que pontífices ou alguns teólogos e monges nos ensinaram na igreja que procuremos remissão de pecados, graça e justiça por nossas obras, bem como novos cultos, que obscureceram o ofício de Cristo, dele fazendo não um propiciador e justificador, mas apenas um legislador, todavia o conhecimento de Cristo sempre permaneceu com alguns piedosos. A Escritura até predisse que a justiça da fé seria obscu- 393 recida desse modo por tradições humanas e pela doutrina das obras. Bem assim como Paulo, amiúde, se queixa[437] de que também naquele tempo havia os que, em lugar da justiça da fé, ensinavam serem os homens reconciliados com Deus e justificados pelas próprias obras e cultos, não mediante a fé, por causa de Cristo, porque os homens por natureza julgam que Deus deve ser aplacado através de obras. Nem vê a razão outra justiça que não a da lei, entendida a 394 palavra em sua acepção civil. Por isso sempre tem existido no mundo quem ensinasse, sufocada a justiça da fé, apenas essa justiça carnal. E sempre haverá mestres que tais. O mesmo aconteceu no povo de Israel. A maior parte do 395 povo julgava merecer remissão de pecados mediante suas obras. Acumulavam sacrifícios e atos cultuais. Os profetas, contrariamente, condenavam essa opinião e ensinavam a justiça da fé. E os fatos acontecidos com o povo de Israel são exemplos do que haveria de suceder na igreja. Por isso, não perturbe a 396

---

[433] Em virtude da obra realizada. Vid. CA XXIV, 22, nota em "obra realizada".

[434] I Pe 1.5.

[435] Cf. BSLK, p. 184, nota 1; p. 74, nota 1; p. 149, nota 1.

corações piedosos a multidão de adversários que condenam nossa doutrina. Facilmente se pode julgar do espírito deles, porquanto em alguns artigos condenaram verdade tão perspícua e manifesta, que sua impiedade aparece abertamente. Pois também a bula de Leão X[438] condenou um artigo muitíssimo necessário, que todos os cristãos deveriam reter e crer, a saber, que não se deve confiar que somos absolvidos em virtude da nossa contrição, mas por causa da palavra de Cristo: " O que ligares, etc."[439] E, agora, nesta dieta[440], os autores da Confutação condenaram, em palavras claras, isto: termos dito que a fé é parte do arrependimento, fé pela qual obtemos[441] a remissão dos pecados e vencemos os terrores do pecado, sendo apaziguada a consciência[442]. Mas quem é que não vê que esse artigo – obteremos a remissão dos pecados mediante a fé – é veríssimo, certíssimo e de máxima necessidade para todos os cristãos? Quem, em toda a posteridade, ouvindo que tal sentença foi condenada, vai opinar que os autores dessa condenação tiveram qualquer conhecimento de Cristo?

397

398

399

E quanto ao espírito deles, pode fazer-se conjetura, partindo da inaudita crueldade que, segundo consta, exerceram, até esta data, contra muitíssimos homens de bem. E ouvimos nesta dieta[443] que um reverendo Pai disse, no senado imperial, quando se expressaram opiniões a respeito de nossa Confissão, que nenhum plano lhe parecia mais útil do que o de dar resposta escrita com sangue à Confissão por nós redigida a tinta. Que de mais cruel diria um Fálaris?[444] Por isso, também alguns príncipes julgaram indigna essa palavra, pronunciada em semelhante reunião. Razão por que, posto os adversários reivindiquem para si o nome da igreja, sabemos, todavia, que a igreja de Cristo está entre os que ensinam o evangelho de Cristo, não os que defendem opiniões ímpias contra o evangelho, conforme diz o Senhor: "As minhas ovelhas ouvem a minha voz"[445]. E Agostinho diz: "A questão é a seguinte: onde está a igreja? Portanto, que é que haveremos de fazer? Procurá-la-emos em nossas palavras ou nas de seu cabeça, nosso Senhor Jesus Cristo? Penso que devemos procurá-la nas palavras daquele que é a Verdade, e que muito bem conhece o seu corpo"[446]. Não nos perturbarão, por isso, os juízos dos adversários, uma vez que defendem opiniões humanas contra o evangelho, contra a autoridade dos santos Pais, que escreveram na igreja, contra os testemunhos de corações piedosos.

400

---

[436] Ou: ...gerou muitos outros erros, porque manifestadamente falso. No original: *cum sit manifeste falsum.*

[437] Gl 4.9; 5.7; Cl 2.8,16s.; I Tm 4.2s.

[438] *Errores Lutheri,* bula *Exsurge Domine,* de 15 de junho de 1520.

[439] Mt 16.19. Original (= Vulgata Clementina): *Quodcumque ligaveris,* "o que quer que tiveres ligado", ou: "tudo o que ligares".

[440] Na Dieta de Augsburgo, 1530.

[441] *Quod fidem diximus partem esse poenitentiae, qua consequimur...*

[442] *Confutatio* sobre o artigo XII. CR 27, 110s.

[443] Na Dieta de Augsburgo, 1530.

[444] Tirano de Agrigento, Sicília, século VI a.C., celebrizado por épocas posteriores como protótipo de crueldade.

ARTIGOS VII E VIII: DA IGREJA

1 Condenaram o sétimo artigo de nossa Confissão[447], no qual dissemos que a igreja é a congregação dos santos. E acrescentaram longa discurseria, dizendo que os maus não devem ser segregados da igreja, porque João comparou a igreja a uma eira[448] em que, ao mesmo tempo, se amontoam trigo e palha, e porque Cristo a comparou a uma rede[449] em que há peixes bons e ruins, etc. 2 Verdadeiro, sem dúvida, o dito: "Nenhum remédio há contra a mordedura do sicofanta"[450]. Nada pode dizer-se tão circunspectamente, a ponto de se poder evitar a calúnia. 3 Por isso mesmo acrescentamos o artigo oitavo[451], a fim de não julgar alguém que separamos os maus e os hipócritas da sociedade externa da igreja, ou que negamos eficácia aos sacramentos administrados por hipócritas ou maus. Por conseguinte, não é necessário fazer aqui longa defesa contra essa calúnia. Justifica-nos suficientemente o artigo oitavo. Pois concedemos que nesta vida hipócritas e maus estão misturados à igreja e dela são membros, segundo a sociedade externa dos sinais da igreja, isto é, da palavra, da profissão[452] e dos sacramentos, especialmente se não houverem sido excomungados. Nem são ineficazes os sacramentos em virtude de serem administrados por maus. Podemos, pelo contrário, fazer uso correto dos sacramentos administrados por maus. 4 Pois também Paulo prediz que o anticristo se assenta no santuário de Deus[453], isto é, domina e exerce ofícios na igreja. 5 Mas a igreja não é apenas sociedade de coisas externas e ritos, como acontece em outros governos, senão que é, principalmente, sociedade de fé e do Espírito Santo nos corações, sociedade que possui, contudo, notas externas, para que possa ser reconhecida, a saber: a pura doutrina do evangelho e a administração dos sacramentos de acordo com o evangelho de Cristo. E somente esta igreja se chama corpo de Cristo, corpo ao qual ele renova, santifica e governa por seu Espírito, como testifica Paulo, ao dizer, em Efésios 1[454]: "E deu a ele mesmo como cabeça sobre todas as coisas da igreja, que é o seu corpo, a saber, a plenitude, isto é, a comunhão com aquele que cumpre tudo em todos"[454]. Razão por que aqueles

---

[445] Jo 10.27.

[446] *Ep. ad cath. contra Donatistas* (*De unitate ecclesiae*) VI 15, 2. MSL 43,392. CSEL 52, 232, 23ss.

[447] A Confissão de Augsburgo. *Confutatio* (CR 27,102s.): *Septimus confessionis articulus, quo affirmatur, ecclesiam congregationem esse sanctorum, non potest citra fidei praeiudicium admitti, si per hoc segregentur ab ecclesia mali et peccatores* ("O sétimo artigo da Confissão, no qual se afirma que a igreja é a congregação dos santos, não pode ser admitido sem prejuízo à fé, se com essa definição os maus e os pecadores são segregados da igreja").

[448] João Batista, Mt 3.12.

[449] Mt 13.47.

[450] *Sycophanta*. Um dos sentidos – como no caso do termo em português – é "caluniador".

[451] Da Confissão de Augsburgo.

[452] Ou: confissão. No original: *professionis*.

[453] 2 Ts 2.4.

[454] Ef 1.22,23. No original: *Et ipsum dedit caput super omnia ecclesiae, quae est corpus*

nos quais Cristo nada opera, não são membros de Cristo. E os adversários
6 confessam que os maus são membros mortos da igreja[455]. Admira-nos, por isso,
7 hajam censurado nossa descrição, que fala de membros vivos. E não dissemos algo de novo. Paulo definiu a igreja exatamente da mesma forma em Efésios 5[456]: que a purificou, a fim de ser santa. E acrescenta as notas externas: a palavra e os sacramentos. Pois diz assim: "Cristo amou a igreja, e a si mesmo se entregou por ela, para que a santificasse, purificando-a por meio da lavagem de água pela palavra, para a apresentar a si mesmo igreja gloriosa, sem mácula, nem ruga, nem coisa semelhante, porém santa e sem defeito". Na Confissão[457] pusemos esta sentença quase que com o mesmo número de palavras. Assim também define à igreja o artigo do Símbolo[458] que ordena creiamos
8 que é uma santa igreja católica. Os ímpios, porém, não constituem santa igreja. E o que segue – a comunhão dos santos – parece haver sido acrescentado[459], a fim de expor o que significa igreja, congregação dos santos, que têm entre si uma sociedade do mesmo evangelho ou doutrina e do mesmo Espírito Santo, que lhes renova, santifica e governa os corações.

9 E esse artigo[460] foi proposto por causa necessária. Vemos perigos infinitos que ameaçam de ruína a igreja. Na própria igreja há multidão infinda de ímpios que a oprimem. Por isso, a fim de que não desesperemos, mas saibamos que a igreja ainda assim permanecerá; outrossim, para sabermos que, por grande que seja a multidão de ímpios, a igreja, todavia, existe e Cristo lhe confere o que prometeu: – perdoar pecados, prestar ouvidos, dar o Espírito Santo
10 –, aquele artigo do Símbolo nos propõe essas consolações. E diz "igreja católica", a fim de não entendermos que a igreja é governo externo de certas nações, mas, antes, homens dispersos pelo orbe inteiro, e que estão acordes quanto ao evangelho, e têm o mesmo Cristo, o mesmo Espírito Santo e os mesmos sacramentos, quer tenham as mesmas tradições humanas, quer tenham
11 tradições humanas dessemelhantes. E nos *Decretos* diz uma glosa que a igreja, em sentido lato, abrange bons e maus; também que os maus estão na igreja apenas nominalmente, não realmente; os bons, entretanto, real e nominalmente[461]. E muito se lê neste sentido nos Pais. Pois Jerônimo diz: "Portanto, quem é pecador, maculado com alguma torpeza, não pode ser considerado como pertencente à igreja de Cristo, nem dele pode dizer-se que está sujeito a Cristo"[462].

---

eius, videlicet integritas, id est tota congregatio ipsius, qui omnia in omnibus perficit. Almeida RA: "E, para ser o cabeça sobre todas as coisas, o deu à igreja, a qual é o seu corpo, a plenitude daquele que a tudo enche em todas as coisas".

[455] A *Confutatio* (CR 27, coluna 103) diz que os maus são a palha da palavra de João Batista (Mt 3.12): *Quid autem paleae significant, nisi malos, sicut triticum bonos?*

[456] Ef 5.25-27.

[457] Na Confissão de Augsburgo.

[458] Símbolo Apostólico.

[459] No Símbolo Apostólico.

[460] Do Credo Apostólico.

[461] *Decretum Gratiani* II.C.33.q.3.D.1 *de poenitentia,* c. 70. Vid. glosa BSLK, p. 236, nota 1.

[462] Pseudo-Jerônimo, *In ep. ad Eph.* 5.24. MSL 26, 531 C.

12 Por conseguinte, ainda que hipócritas e maus são membros dessa igreja verdadeira segundo os ritos externos, é necessário, contudo, quando se define a igreja, definir a que é o corpo vivo de Cristo, que é, outrossim, a igreja nominal e realmente. E muitas são as razões. 13 Pois é necessário entender o que, principalmente, nos torna membros – e membros vivos – da igreja. Se definirmos a igreja como sendo apenas governo externo de bons e maus, não entenderão os homens que o reino de Cristo é justiça do coração e dom do Espírito Santo; julgarão que é somente observância externa de certas formas cultuais e ritos. 14 Também, qual será a diferença entre o povo da lei[463] e a igreja, se esta é regime externo? Mas Paulo discerne a igreja assim do povo da lei: a igreja é povo espiritual, isto é, distinto da gentilidade não por cerimônias civis, senão que é o verdadeiro povo de Deus, renascido do Espírito Santo. No povo da lei, além da promessa respeito a Cristo também a semente carnal tinha promessas de coisas corporais, de reino, etc. Por causa delas[464], até os maus dentre eles eram chamados povo de Deus, visto que Deus separara esta semente carnal de outras nações por certas ordenanças externas e promessas; e, contudo, aqueles maus não agradavam a Deus. 15 Mas o evangelho não traz a sombra de coisas eternas, senão as próprias coisas eternas, o Espírito Santo e a justiça, pela qual somos justos diante de Deus.

16 Por isso, apenas são povo de Deus segundo o evangelho aqueles que recebem esta promessa do Espírito. Demais, a igreja é o reino de Cristo, distinto do reino do diabo. É certo, porém, que os ímpios estão em poder do diabo e são membros de seu reino, conforme ensina Paulo em Efésios 2[465], ao dizer: "O diabo atua nos incrédulos". E Cristo diz aos fariseus – que tinham, sem dúvida, sociedade externa com a igreja, isto é, com os santos do povo da lei, pois presidiam, sacrificavam e ensinavam –, Cristo lhes diz: "Vós sois filhos do diabo"[466]. Por isso a igreja, que é, deveras, o reino de Cristo, é, propriamente, a congregação dos santos. Pois os ímpios são governados pelo diabo, e dele são cativos; não são governados pelo Espírito de Cristo.

17 Mas que necessidade há de palavras em coisa manifesta? Se a igreja, que é verdadeiramente o reino de Cristo, se distingue do reino do diabo, os ímpios, uma vez que estão no reino do diabo, necessariamente não são a igreja, muito embora nesta vida, em razão de o reino de Cristo ainda não haver sido revelado, estejam misturados com a igreja e nela exerçam ofícios. 18 E o fato de a revelação ainda não haver ocorrido não faz que os ímpios sejam o reino de Cristo[467]. Pois que o reino de Cristo é sempre aquilo que ele vivifica por seu Espírito, quer

---

[463] Israel.

[464] Por causa dessas promessas.

[465] Ef 2.2.

[466] Jo 8.44. No original: *Vos ex patre diabolo estis.* Almeida RA: "Vos sois do diabo, que é vosso pai"

[467] *Nec propterea impii sunt regnum Christi, quia revelatio nondum facta est* ("Nem são os ímpios o reino de Cristo, por isso que a revelação ainda não ocorreu"). Justus Jonas: "Und die Gottlosen sind darum mittler Zeit nicht ein Stück des Reiches Christi, weil es noch nicht offenbart ist"

esteja revelado, quer esteja encoberto pela cruz. Bem assim como é o mesmo
19 o Cristo agora glorificado, antes afligido. E acordam com isso as parábolas de Cristo, o qual diz claramente, em Mateus 13, que a boa semente são os filhos do reino, e a cizânia, os filhos do maligno. O campo, diz ele, é o mundo[468], não a igreja. Assim João[469] fala de toda a gente judaica dizendo que há de ser que a verdadeira igreja será separada daquele povo. Esse passo, por conseguinte, é mais contra os adversários que a favor deles, visto manifestar que o povo verdadeiro e espiritual deve ser separado do povo carnal. E Cristo fala da aparência exterior da igreja quando diz: "O reino dos céus é semelhante a uma rede ou a dez virgens"[470] e ensina que a igreja está encoberta por uma multidão de maus, a fim de que este escândalo não ofenda os piedosos; também para sabermos que a palavra e os sacramentos são eficazes, ainda quando administrados por maus. Ensina, contudo, que esses ímpios, embora tenham a sociedade dos sinais exteriores, todavia, não são o verdadeiro reino de Cristo
20 nem membros de Cristo. Pois que são membros do reino do diabo. E nós, deveras, não sonhamos uma sociedade platônica, como alguns impiamente sofismam, porém dizemos que existe essa igreja, a saber, os deveras crentes e justos, esparsos por todo o mundo. E adicionamos as notas: a doutrina pura do evangelho e os sacramentos. E essa igreja é, propriamente, "coluna da verdade"[471]. Pois retém o evangelho puro e, como diz Paulo, o "fundamento"[472] isto é, o verdadeiro conhecimento de Cristo e a fé. Ainda que ente eles também há muitos fracos, que sobre o fundamento edificam palha que perece[473], isto é, certas opiniões inúteis, as quais, entretanto, por não subverterem o fundamen-
21 to, ora lhes são perdoadas, ora também são emendadas. E os escritos dos santos Pais testificam que de quando em quando também eles edificaram palha sobre o fundamento, palha que, todavia, não lhes destruiu a fé. Porém muito daquilo que nossos adversários defendem, subverte a fé, como isso de condenarem o artigo referente à remissão dos pecados, no qual dizemos que se recebe a remissão dos pecados pela fé. Também é erro manifesto e pernicioso o ensino dos adversários consoante o qual merecem os homens remissão de pecados pelo amor de Deus, antes da graça. Por isso também é destruir o fundamento, isto é, Cristo. Igualmente, que necessidade haverá de fé, se os sacramentos
22 justificam *ex opere operato*[474], sem movimento bom do utente? Assim, porém, como a igreja tem a promessa de que sempre há de ter o Espírito Santo, da mesma forma tem ameaças de que haverá doutores ímpios e lobos. Mas a igreja, em sentido próprio, é aquela que tem o Espírito Santo. Os lobos e os maus doutores,

[468] Mt 13.38.
[469] João Batista. Mt 3.12.
[470] Mt 13.47.
[471] 1 Tm 3.15.
[472] 1 Co 3.12.
[473] 1 Co 3.12.
[474] Em virtude da obra realizada. Vid. CA XXIV, 22, tradução do texto latino, nota em "obra realizada".

ainda que salteiem na igreja, não são, contudo, reino de Cristo, em sentido próprio. Assim também testemunha Lira, ao dizer: "Não consiste a igreja em homens por virtude de poder ou dignidade eclesiástica ou secular, pois que se descobriu que muitos príncipes e arcebispos e outros, de categoria inferior, apostataram da fé. A igreja, por isso, consiste naquelas pessoas em que há conhecimento e confissão verdadeiros da fé e da verdade"[475]. Que outra coisa dissemos em nossa Confissão, diferente da que Lira diz aqui?

23 Mas, quem sabe, os adversários exigem que se defina a igreja assim: suprema monarquia externa de todo o orbe terrestre e na qual importa que o romano pontífice tenha poder irrestrito[476], com respeito ao qual a ninguém é lícito discutir ou julgar, poder de estabelecer artigos de fé, abolir, a seu talante, as Escrituras, instituir formas de culto e sacrifícios, criar leis a seu bel-prazer, dispensar e isentar, à discrição, de sejam quais forem as leis, divinas, canônicas e civis, poder do qual o imperador e todos os reis recebem sua autoridade e o direito de terem reinos, segundo o mandado de Cristo. E como a ele o Pai sujeitou as coisas, importa entender que esse direito foi transferido ao papa. Razão por que é necessário seja o papa senhor de todo o orbe das terras, de todos os reinos do mundo, de todas as coisas particulares e públicas, devendo ter a plenitude do poder na esfera temporal e na espiritual, as duas espadas: a espiritual e a temporal. 24 E essa definição, não da igreja de Cristo, mas do reino pontifício, tem por autores não só os canonistas, mas, também, a Daniel, no capítulo 11[477].

25 Definíssemos a igreja dessa maneira e, quem sabe, teríamos juízes de mais equanimidade. Pois existem muitas coisas imoderada e impiamente escritas sobre o poder do romano pontífice por causa das quais nunca se ofereceu denúncia contra ninguém. Flagela-se apenas a nós, porque pregamos o benefício de Cristo, que pela fé em Cristo alcançamos a remissão dos pecados, não por cerimônias cultuais excogitadas pelo papa. 26 Além disso, Cristo, os profetas e os apóstolos definem a igreja mui diversamente do que reino pontifício. 27 E não se deve transferir aos pontífices o que pertence à igreja verdadeira, a saber, que sejam colunas da verdade, que não errem. Pois quantos dentre eles cuidam do evangelho ou o julgam digno de ser lido? Muitos até ridiculizam publicamente todas as religiões, ou, se algo aprovam, aprovam o que está em harmonia com a razão humana. Ao resto julgam lendário e semelhante às tragédias dos poetas. 28 Razão por que julgamos, de acordo com as Escrituras, que a igreja propriamente dita é a congregação dos santos, que verdadeiramente crêem no evangelho de Cristo e têm o Espírito Santo. E confessamos, todavia, que muitos

---

[475] Nicolau de Lira, *Postilla super Matth. 16.10.* Nicolau de Lira, *Doctor planus et utilis,* nascido ca. 1265, falecido em 1340, franciscano, autor de comentários bíblicos e de outras obras. Lutero o elogiou repetidas vezes por causa do que alcançou em matéria de apresentação do sentido literal na obra intitulada *Postillae perpetuae in Vetus et Novum Testamentum* (*Postilla litteralis*). Em outro comentário, *moralitates* (*Postilla mystica seu moralis*), segue o sentido místico, ou típico.

[476] *Anupeúthunos.*

[477] Dn 11.36.

hipócritas e maus, a eles misturados nesta vida, têm a sociedade dos sinais externos. Estes são os membros da igreja segundo a sociedade externa dos sinais e, por isso, ocupam cargos na igreja. E não priva os sacramentos de sua eficácia o serem administrados por indignos, porque, em virtude do chamado da igreja, representam a pessoa de Cristo, não suas próprias pessoas, conforme testifica Cristo: "Quem vos der ouvidos, ouve-me a mim[478]. Quando oferecem a palavra de Cristo e os sacramentos, no-los oferecem como substitutos de Cristo e em seu lugar[479]. É o que nos ensina aquela palavra de Cristo, para que não nos ofendamos com a indignidade dos ministros.

29 Mas disso falamos com suficiente clareza na Confissão[480], dizendo que condenamos os donatistas[481] e os wiclefistas[482], os quais entendiam pecarem os homens que recebem os sacramentos administrados pelos indignos na igreja. Isso, no momento, parecia o bastante para a defesa da descrição da igreja por nós representada. E se a igreja propriamente dita é chamada corpo de Cristo, não vemos como haveria de ser descrita de maneira diversa da em que o fizemos. Pois consta pertencerem os ímpios ao reino e ao corpo do diabo, que os impele e os mantêm cativos. Estas coisas são mais claras do que a luz meridiana. Contudo, se os adversários continuarem a criticá-las de má fé, não nos recusaremos a responder mais copiosamente.

30 Condenam os adversários também a parte do artigo sétimo[483] em que dissemos bastar para a verdadeira unidade da igreja que haja consenso na doutrina do evangelho e na administração dos sacramentos, sendo desnecessário que em toda a parte sejam semelhantes as tradições humanas ou os ritos ou cerimônias instituídos por homens. Aqui distinguem ritos universais e particulares, aprovando nosso artigo, se entendido como referindo-se a ritos particulares; referido a ritos universais, não o aceitam[484]. 31 Não compreendemos suficientemente o que pretendem os adversários. Falamos da unidade verdadeira, isto é, da

---

[478] Lc 10.16.

[479] *Christi vice et loco.*

[480] Confissão de Augsburgo.

[481] Cf. Confissão de Augsburgo, VII e VIII, 3, tradução do texto alemão, nota em "donatistas".

[482] CA VIII não menciona os Wiclefistas. A *Confutatio* (CR 27, coluna 105) diz: *Quam haeresin* [dos donatistas e dos antigos origenistas] *postea Waldenses et pauperes de Lugduno resuscitarunt: quod deinde Johannes Wickleff in Anglia et Johannes Huss in Bohemia secuti sunt* ("Heresia esta que os waldenses e os Pobres de Lyon posteriormente ressuscitaram. Depois a seguiram João Wycliffe na Inglaterra, e João Huss na Boêmia").

[483] Artigo VII da Confissão de Augsburgo.

[484] *Confutatio,* CR 27, coluna 104: *Laudantur* [os príncipes luteranos] *et in eo, quod existimant, rituum varietatem non dissecare fidei unitatem, si specialibus ritibus loquantur. Nam sic unaquaeque provincia in suo sensu abundat, ait Hieronymus. Quod si hanc confessinis partem ad universales ecclesiae ritus extenderent: et hoc prorsus reiiceretur...* ("Também são louvados quanto a isso de julgarem que a variedade de ritos não fraciona a unidade da fé, se se referem a ritos especiais. Pois assim cada província abunda em seu sentido, diz Jerônimo. Se, porém, estendem essa parte da Confissão aos ritos universais da igreja, também isso deve ser inteiramente rejeitado...").

unidade espiritual, sem a qual não pode existir fé no coração ou justiça do coração diante de Deus. Para isso, dizemos, não se requer similitude em matéria de ritos humanos, quer universais, quer particulares, porque a justiça da fé não é justiça presa a certas tradições, como a justiça da lei estava ligada às cerimônias mosaicas, visto que essa justiça do coração é coisa que vivifica os corações. Para essa vivificação nada contribuem tradições humanas, quer universais, quer particulares. Nem são elas efeitos do Espírito Santo, como o são a castidade, a paciência, o temor de Deus, o amor ao próximo e as obras da caridade.

32 Não foram ligeiras as razões por que propomos esse artigo. Pois é sabido que se alastraram[485] na igreja muitas opiniões estultas com respeito a tradições. Julgaram alguns que tradições humanas eram exercícios necessários para merecer a justificação. E, posteriormente, discutiram sobre como é que veio a suceder se adorasse a Deus com tamanha variedade, como se aquelas observâncias fossem efetivamente culto e não, antes, ordenações externas e políticas, de forma nenhuma pertinentes à justiça do coração ou ao culto divino, ordenações que variam, ora ao acaso, ora em virtude de certas razões prováveis, aqui, assim, acolá, de maneira diversa. Da mesma forma, algumas igrejas excomungaram outras por causa de tradições tais como a observância da Páscoa, ícones[486] e coisas semelhantes[487]. De onde haverem os inexperientes julgado que a fé ou justiça do coração diante de Deus não pode existir sem essas observâncias. Há, sobre essa questão, muitos escritos ineptos de sumistas[488] e de outros.

33 Todavia, assim como o espaço desigual de dias e noites não fere a unidade da igreja, assim, pensamos, a verdadeira unidade da igreja não é injuriada com ritos dissímeis, instituídos por homens. Embora nos agrade que, por causa da tranqüilidade, se observem ritos universais. Assim, de boa vontade, observamos também nas igrejas a ordem da missa, o dia do Senhor e outros dias festivos mais solenes. E de coração gratíssimo abraçamos as úteis a antigas ordenanças, especialmente quando encerram uma pedagogia pela qual é proveitoso educar e ensinar o povo e os ignorantes. 34 Mas não discutimos agora sobre se é conveniente observá-las por causa da tranqüilidade ou proveito físico. Outra é a questão de que se trata. Discute-se sobre se a observância de tradições humanas é culto necessário para a justiça diante de Deus. Eis o que deve ser decidido nesta controvérsia. Resolvido isso, pode julgar-se posteriormente se para a verdadeira unidade da igreja é necessário que tradições humanas sejam em toda a parte semelhantes. Se, pois, tradições humanas não são culto

---

[485] Ou: infiltraram-se. Assim Bente-Dau, J. Pelikan e H. G. Pöhlmann. No original: *serpsisse*. Justus Jonas: "eingerissen".

[486] *Picturas*.

[487] Na controvérsia pascal, em fins do II século, a igreja de Roma excomungou cristãos da Ásia Menor. Na controvérsia sobre o iconoclasmo, o Sínodo de Constantinopla (754) foi condenado pelo Sínodo Laterano (769). O Cisma de Fócio (863–900) e a excomunhão da igreja grega (Cisma Oriental, 1054) por Leão IX.

[488] Autores dos manuais casuísticos de confissão desde a *Summa de casibus conscientiae* de Raimundo de Pennaforte, meados do século XIII.

necessário para a justiça diante de Deus, segue-se que podem ser justos e filhos de Deus também aqueles que não têm as tradições recebidas alhures. Se o estilo alemão de vestir, por exemplo, não é culto divino necessário para a justiça diante de Deus, segue-se que homens podem ser justos e filhos de Deus e igreja de Cristo, ainda se vistam não à germânia, mas pelo figurino gaulês.

35 É o que Paulo ensina claramente na Epístola aos Colossenses quando diz: "Ninguém, pois, vos julgue por causa de comida e bebida, ou dia de festa, ou lua nova, ou sábados, porque tudo isso tem sido sombra das coisas que haviam de vir; porém o corpo é de Cristo"[489]. Da mesma forma: "Se morrestes com Cristo para os rudimentos do mundo, por que, como se vivêsseis no mundo, vos sujeitais a ordenanças: Não manuseies isto, não proves aquilo, não toques aquiloutro? Gastas pelo uso, todas essas coisas perecem, e são preceitos e doutrinas de homens, que têm aparência de sabedoria em superstição e humildade"[490]. 36 Eis o sentido: uma vez que a justiça do coração é realidade espiritual que vivifica os corações, e, sendo que tradições humanas não vivificam corações nem são efeitos do Espírito Santo, como o são amor ao próximo, castidade, etc., nem são instrumentos pelos quais Deus mova os corações à fé, como o são a palavra e os sacramentos divinamente entregues, sendo, ao contrário, usanças de coisas nenhumamente pertencentes ao coração, coisas que perecem com o uso, não se deve pensar que sejam necessárias à justiça perante Deus. E, no mesmo sentido, diz em Romanos 14[491]: "O reino de Deus não é comida nem bebida, mas justiça, e paz, e alegria no Espírito Santo". 37 Todavia, não é preciso citar muitos testemunhos, já que estão óbvios por toda a parte nas Escrituras, e coligimos muitíssimos nos últimos artigos da Confissão[492]. E o ponto decisivo desta controvérsia[493] deverá ser repetido logo mais adiante, a saber, se tradições humanas são culto necessário para a justiça ante Deus. É onde ventilaremos a questão mais copiosamente.

38 Dizem os adversários que ritos universais devem ser observados porque se presume hajam sido transmitidos pelos apóstolos[494]. Ó homens religiosos! Querem que se mantenham os ritos tomados dos apóstolos; não querem outro 39 tanto no que concerne à doutrina apostólica. Deve julgar-se desses ritos da mesma forma como deles julgam os apóstolos em seus escritos. Pois não queriam os apóstolos entendêssemos nós que por semelhantes ritos somos justifica-

---

[489] Cl 2.26,17.

[490] Cl 2.20-23. Almeida RA: "... não toques aquiloutro, segundo os preceitos e doutrinas dos homens? Tais coisas, com efeito, têm aparência de sabedoria, como culto de si mesmo, e falsa humildade".

[491] Rm 14.17.

[492] Confissão de Augsburgo.

[493] *Et huius controversiae krinómenon.*

[494] *Confutatio*, CR 27, coluna 104: *Ab omnibus enim fidelibus universales ritus observandos esse, pulchre S. Augustinus ad Januarium, cuius testimonio et ipsi utuntur, docet. Praesumendum enim sit, illos ritus ab apostolis dimanasse* ("Pois ritos universais devem ser observados por todos os fiéis, bem ensina a Januário Santo Agostinho, de cujo testemunho também eles fazem uso. Pois que se deve presumir que aqueles ritos se difundiram a partir dos apóstolos").

dos, que tais ritos são necessários à justiça perante Deus. Não queriam impor tal ônus às consciências; não queriam pôr justiça e pecado na observância de dias, comida e coisas que tais. Muito ao contrário: a opiniões como essas Paulo chama "doutrinas de demônios"[495]. A vontade e o conselho dos apóstolos devem ser buscados, por isso, em seus escritos; não basta alegar seu exemplo. Observam eles dias determinados, não porque esta observância fosse necessária para a justificação, mas a fim de que o povo soubesse em que tempo devia reunir-se. Observavam também alguns outros ritos, certa ordem de lições, quando se reuniam. Dos costumes dos Pais reteve o povo, outrossim, como sói acontecer, certas coisas que os apóstolos adaptaram, algo mudadas, à história do evangelho, como a Páscoa, o Pentecostes, a fim de transmitirem à posteridade a memória do que mais importava não só pelo ensino, senão também por esses exemplos. Se essas coisas, entanto, foram transmitidas como necessárias para a justificação, por que os bispos, então, posteriormente, mudaram muitas coisas nessas mesmas questões? Pois se eram de direito divino, ilícito era mudá-las por autoridade humana. Antes do Concílio de Nicéia uns observavam a Páscoa num tempo, outros, noutro. E essa dissimilitude não lesou a fé. Adotou-se, depois, um cálculo para que nossa Páscoa não coincidisse com a judaica. Mas os apóstolos haviam ordenado que as igrejas observassem a Páscoa com os irmãos convertidos do judaísmo. Por isso, depois do Concílio de Nicéia, alguns povos insistiram com a pertinácia em reter esse costume, a fim de observar o tempo judaico. Os apóstolos, entretanto, não queriam impor às igrejas, nesse decreto, obrigação absoluta, conforme testemunham as palavras do decreto. Ordena o decreto que não se tome alguém de cuidados, ainda que os irmãos, na observância da Páscoa, não computem o tempo com acerto. As palavras do decreto encontram-se em Epifânio: "Não fiqueis a calcular, mas celebrai-a quando celebram vossos irmãos da circuncisão; fazei-o no mesmo tempo em que eles o fazem e, ainda, que se hajam enganado eles, não seja isso motivo de preocupação para vós"[496]. Escreve Epifânio serem estas as palavras dos apóstolos, num decreto sobre a Páscoa, palavras sobre as quais o leitor judicioso pode, facilmente, formar o juízo de que os apóstolos, ao proibirem se tomasse alguém de cuidados, posto que houvesse erro no cômputo, queriam libertar o povo da opinião estulta acerca da necessidade de um tempo fixo. No Oriente, além disso, alguns, chamados audianos pelo nome do autor do dogma[497], contenderam por causa desse decreto apostólico, dizendo que a Páscoa devia ser observada com os judeus. Ao refutá-los, Epifânio[498] louva o decreto e

40

41

42

43

[495] I Tm 4.1.

[496] *Panarion haer.* 70,10. III. Melanchthon cita o texto grego na Apologia: *Hymeis me psephizete, alla poieite, hotan hoi adelphoi hymon hoi ek peritomes, met'auton hama poieite, kan te planethosi, meden hymin meleto.*

[497] Audianos chamavam-se os seguidores de Audi, diácono ascético, das vizinhanças de Edessa (cidade da Macedônia ocidental), século IV. Audi criticou o mundanismo da igreja e do clero. Maltratado por seus adversários, deixou a igreja de Edessa e tornou-se bispo de comunidades monásticas em subúrbios e desertos, de Antioquia à Arábia e Mesopotâmia. Foi exilado por Constantino.

[498] *Panarion haer.* 70,10.

diz nada conter ele que[499] dissinta da fé ou da norma eclesiástica, e censura os audianos por não entenderem corretamente o decreto[500], e o interpreta no mesmo sentido em que o interpretamos nós: que os apóstolos não intencionavam referir em que tempo se haveria de observar a Páscoa, mas, em vista do fato de haverem sido convertidos irmãos preeminentes dos judeus e que observavam seu costume, queriam, por amor à concórdia, seguissem os demais o exemplo
44 destes. E, sabiamente, admoestaram os apóstolos ao leitor que não destruísse a liberdade evangélica nem impusesse obrigações às consciências, porque acrescentam que não se tome de cuidados, ainda que se haja errado no cômputo.

45 Muita coisa desse gênero pode coligir-se das histórias, nas quais se evidencia que a dissimilitude das observâncias humanas não lesa a unidade da fé. Entretanto, que necessidade há de discussão? Os adversários absolutamente não entendem o que vem a ser justiça da fé e reino de Cristo, se julgam que é necessário haver similitude em observâncias respeitantes a comidas, dias,
46 vestimentas e coisas similares, em que há mandamento de Deus. Vede, porém, estes homens religiosos, nossos adversários! Requerem, para a unidade da igreja, observâncias humanas semelhantes, conquanto eles mesmos hajam mudado a ordenação de Cristo com respeito ao uso da ceia, que, antes, certamente, foi ordenação universal. Ora, se ordenações universais são necessárias, por que mudam eles mesmos a ordenação da ceia de Cristo, que não é humana, porém, divina? Entanto, sobre toda essa controvérsia ter-se-á de falar algumas vezes mais adiante[501].

47 Aprovou-se todo o artigo oitavo[502], no qual confessamos que hipócritas e maus estão misturados à igreja, e que os sacramentos são eficazes, posto sejam administrados por ministros maus, porquanto os ministros agem em lugar de Cristo, não representam as pessoas deles, conforme aquilo de Cristo: "Quem
48 vos der ouvidos, ouve-me a mim"[503]. Mestres ímpios devem ser abandonados porque já não agem em lugar da pessoa de Cristo, senão que são anticristos. E Cristo diz: "Acautelai-vos dos falsos profetas"[504]. E Paulo: "Se alguém vos prega evangelho que vá além daquele que recebestes, seja anátema"[505].

49 De resto, Cristo nos advertiu, nas parábolas sobre a igreja, que, ofendidos pelos vícios privados, quer ser de sacerdotes, quer do povo, não provoquemos

---

[499] *Et inquit nihil continere, quod...* H. G. Pöhlmann, (*Apologia*, p. 127): "Und sagt, dass nichts verbindlich sei, was..."

[500] No original: *to rheton*. Bente-Dau, *Concordia Triglotta*, p. 243: "the expression".

[501] Vid. Artigo XXII.

[502] Da Confissão de Augsburgo. *Confutatio* (CR 27, coluna 105): *Octavus vero articulus confessionis de ministris acclesiae malis et hypocritis, quod eorum malitia sacramentis et verbo non obsit, acceptatur cum sancta Romana acclesia* ("O oitavo artigo da Confissão, a respeito de ministros da igreja maus e hipócritas, a saber, que a malícia deles não prejudica os sacramento e a palavra, é aceito com a santa Igreja Romana").

[503] Lc 10.16.

[504] Mt 7.15.

[505] Gl 1.9.

cismas[506], como fizeram, criminosamente, os donatistas[507]. Aqueles, porém, que provocaram cismas porque negaram fosse lícito aos sacerdotes terem possessões ou propriedades, julgamo-los inteiramente sediciosos. Pois ter propriedade é ordenação civil. Ora, é permitido aos cristãos usar de ordenações civis, assim como fazem uso do ar, da luz, de comida e bebida. Pois, assim como essa natureza das coisas[508] e os movimentos certos do mundo sideral são, deveras, ordenação de Deus e por ele são conservados, assim, governos legítimos efetivamente são ordenação de Deus, e são por ele preservados e defendidos contra o diabo. 50

ARTIGO IX: DO BATISMO

1 Foi aprovado o artigo nono[509], no qual confessamos que o batismo é necessário para a salvação, que a infância deve ser batizada e que não é nulo o batismo infantil, senão necessário e eficaz para a salvação. 2 E, como entre nós se ensina o evangelho pura e diligentenmente, por favor divino recebemos disso também este fruto: nenhuns anabatistas apareceram em nossas igrejas, porque pela palavra de Deus foi o povo defendido contra a facção ímpia e sediciosa desses salteadores. E, como condenamos muitos outros erros dos anabatistas, também condenamos isso de sustentarem que é inútil o batismo dos pequeninos. Pois é certíssimo que a promessa de salvação pertence também aos pequeninos. Não pertence, todavia, aos que estão fora da igreja de Cristo, onde não há palavra nem sacramentos, porque Cristo regenera mediante a palavra e os sacramentos[510]. É necessário, por conseguinte, batizar as criancinhas, a fim de que lhes seja aplicada a promessa da salvação, segundo a ordem de Cristo: "Batizai todas as nações"[511]. Assim como a todos é oferecida a salvação, assim a todos se oferece o batismo: a homens, mulheres, crianças, infantes. Segue-se, portanto, claramente, que crianças devem ser batizadas. Porque com o batismo é oferecida a salvação. 3 Em segundo lugar, é manifesto que Deus aprova o batismo dos pequeninos. Logo, julgam impiamente os anabatistas, que con-

---

[506] Mt 13.24-30; 36-43; 47-50.

[507] Sobre donatistas, vid. Confissão de Augsburgo, VIII, 3 e nota.

[508] *Rerum natura*. H. G. Pöhlmann, *Apologia*, p. 128: "Weltall". J. Pelikan (Tappert, p. 178): "universe".

[509] Da Confissao de Augsburgo. *Confutatio* (CR 27, coluna 105): *Nonus articulus de baptismo, quod sit necessarius ad salutem, et quod pueris sint baptizandi, probatur et acceptatur. Recteque damnant Anabaptistas...* ("O artigo nono, a respeito do batismo, a saber, que é necessário para a salvação e que crianças devem ser batizadas. É aprovado e aceito. E com acerto condenam os anabatistas...")

[510] Texto latino da *Concordia Triglotta* (p. 244): *Quia regnum Christi tantum cum Verbo et sacramentis existit* ("Porque o reino de Cristo existe apenas com a palavra e os sacramentos"). Assim também na tradução de Justus Jonas (BSLK, p. 247): "Denn das Reich Christi ist nirgend, denn wo das Wort Gottes und die Sakramente sind".

[511] Almeida RA: "Fazei discípulos de todas as nações, batizando-os..."

denam o batismo dos pequeninos. Que Deus, entretanto, aprova o batismo dos pequeninos, demonstra-se com o fato de ele dar o Espírito Santo aos assim batizados. Fosse nulo esse batismo, e a nenhum seria dado o Espírito Santo, nenhum se salvaria, não haveria, enfim, igreja. Esta só razão já pode confirmar suficientemente corações bons e piedosos contra as opiniões ímpias e fanáticas dos anabatistas.

ARTIGO X: DA SANTA CEIA

1 Foi aprovado o artigo décimo[512], no qual confessamos crer que na ceia do Senhor o corpo e o sangue de Cristo estão presentes verdadeira e substancialmente, sendo oferecidos[513] verdadeiramente com[514] os elementos visíveis, pão e vinho, aos que recebem o sacramento. Constantemente defendemos esta sentença como assunto diligentemente pesquisado e ventilado. Pois, visto dizer Paulo que o pão é a comunhão do corpo de Cristo, etc.[515], seguir-se-ia, caso não estivesse o corpo do Senhor verdadeiramente presente, que o pão não é a 2 comunhão do corpo, mas apenas do Espírito de Cristo. E nos certificamos que não só a Igreja Romana afirma a presença corporal de Cristo. Do mesmo sentir é, agora, e foi, antigamente, a Igreja Grega. Atesta-o o cânone da missa entre eles. Nele, o sacerdote reza distintamente que, transmudado o pão, faz-se o próprio corpo de Cristo. E Vulgário, escritor a nosso ver não estulto, diz, de maneira clara, que o pão não é só figura, porém que é verdadeiramente 3 mudado em carne[516]. E há uma longa exposição de Cirilo sobre João 15, na qual

---

[512] Da Confissão de Augsburgo. *Confutatio Pontificia*, CR 27, coluna 106s.: *Decimus articulus in verbis nihil offendit, quia fatentur, in eucharistia post consecrationem legitime factam corpus et sanguinem Christi substantialiter et vere adesse, si modo credant, sub qualibet specie integrum Christum adesse,ut non minus sit sanguis Christi sub specie panis per concomitantiam, quam est sub specie vini, et e diverso... Adiicitur unum tanquam ad illius cofessionis articulum valde necessarium, ut credant ecclesiae potius quam aliternonnullis male docentibus omnipotenti verbo Dei in consecratione eucharistiae substantiam panis in corpus Christi mutari. Ita enim in concilio generali diffinitum est* ("O décimo artigo em nada ofende quanto às palavras, porque confessam que na eucaristia, depois da consagração legitimamente feita, o corpo e sangue de Cristo estão substancial e verdadeiramente presentes, contanto que creiam estar o Cristo integral presente sob qualquer das espécies, de forma que o sangue de Cristo está, sob a espécie do pão, por concomitância, não menos do que está sob a espécie do vinho, e inversamente... Acrescenta-se ao artigo da Confissão deles uma coisa como muito necessária: que creiam na igreja – antes do que em alguns que ensinam erroneamente – , que, pela palavra onipotente de Deus, na consagração da eucaristia, a substância do pão é mudada em corpo de Cristo. Pois assim foi definido em concílio geral"). A referência é ao Concílio Lateranense de 1215 (IV Concílio de Latrão).

[513] *Exhibeantur*. Confissão de Augsburgo X: *distribuantur*. Comenta Ernst Bizer: "Die Änderung von *distribui* in *exhiberi* hat sachlich kaum etwas zu bedeuten; beides bedeutet 'austeilen', wobei in *exhiberi* allenfalls die Bedeutung 'sehen lassen' mitklingen mag" ("Die Abendmahlslehre in den lutherischen Bekenntnisschriften", in *Theologische Existenz Heute*, nova série, nº 47, Munique, 1955, p. 30).

[514] Vid. nota Confissão de Augsburgo X, 1, trad. texto alemão em "sob".

[515] 1 Co 10.16.

[516] Teofilato, século XI, arcebispo de Acrida (Ocrida), Bulgária, e teólogo bizantino. *Comm. In ev. Marci* 14, 22, MSG 123, 649D. Melanchthon já citara esse texto num escrito contra os suíços. As palavras *scriptor ut nobis videtur non stultus* constituem tréplica a Ecolampádio.

ensina que Cristo nos é oferecido corporalmente na ceia. Eis suas palavras: "Não negamos, contudo, que somos unidos espiritualmente a Cristo por fé verdadeira e amor puro. Mas, deveras, negamos, e resolutamente, que com ele não tenhamos nenhuma espécie de conjunção segundo a carne. E dizemos que isso é de todo em todo estranho às divinas Escrituras. Pois quem duvidou que também desse modo Cristo é videira e nós ramos que dele obtemos vida para nós? Ouvi o que diz Paulo: Porque "todos somos um só corpo em Cristo", porque, "embora muitos, somos, contudo, um nele, pois todos participamos de um mesmo pão"[517]. Julga ele, porventura, que ignoramos a virtude da bênção mística? Esta, quando está em nós, acaso não fará, também corporalmente, que Cristo, pela comunicação da carne de Cristo, habite em nós?" E pouco além: "Deve considerar-se, por conseguinte, que Cristo não está em nós apenas segundo um hábito que é entendido pelo amor, mas, ainda, por participação natural, etc."[518]. Citamos isso não no intuito de, aqui, começar um debate sobre a questão, pois S. M. Imperial não desaprova este artigo, mas a fim de que todos os que o lerem também percebam com clareza maior que defendemos a doutrina recebida em toda a igreja: que na ceia do Senhor estão presentes verdadeira e substancialmente o corpo e o sangue de Cristo, sendo oferecidos[519] verdadeiramente com[520] os elementos visíveis, pão e vinho. E falamos da presença do Cristo vivo; pois sabemos que a morte já não terá domínio sobre ele[521]. 4

ARTIGO XI: DA CONFISSÃO

1 Aprovado o artigo XI[522]: deve reter-se a absolvição na igreja. Com respeito à confissão adicionam, entretanto, uma correção, a saber, que se deve observar a constituição *Omnis utriusque*[523], que se faça confissão anualmente, e, ainda que não se podem enumerar todas os pecados, haja, todavia, diligência no sentido de resenhá-los, recenseando-se os que for possível trazer à memória[524]. De todo esse artigo falaremos mais copiosamente adiante, quando

---

[517] 1Co 10.17; Rm 12.5; Gl 3.28.

[518] Cirilo de Alexandria, falecido em 444. Patriarca de Alexandria. *In Joh. Lib. X, 2*. MSG 74, 341 A/B.D.

[519] Vid. nota Apologia X, 1, em "oferecidos".

[520] Vid. nota Confissão de Augsburgo X, 1, trad. texto alemão, em "sob".

[521] Rm 6.9.

[522] Da Confissão de Augsburgo. *Confutatio Pontificia* (CR 27, coluna 107): *Quod articulo undecimo fatentur, absolutionem privatam in ecclesia retinendam esse cum confessione, tanquam catholicum et fidei nostrae consentaneum acceptatur, quia firmatur verbo Christi absolutio* ("Que no artigo undécimo confessem que a absolvição particular deve ser mantida na igreja com a confissão, é aceito como católico e consentâneo com a nossa fé, porque a absolvição se firma na palavra de Cristo").

[523] Concílio Lateranense de 1215, cânone 21. *Decr. Greg IX*, lib. V. tit. 38 c. 12.

[524] *Confutatio Pontificia*, CR 27, coluna 108s.: *Duo tamen hic exigenda ab eis sunt. Unum, ut confessionem observari faciant ab subditis annuam, iusta constitutionem C. Omnis utriusque, de poenitentia et remissione, et communem ecclesiae consuetudinem. Alterum, ut per*

2 explicarmos toda a nossa maneira de pensar no que tange à penitência. Sabe-se que ilustramos e honramos o benefício da absolvição e o poder das chaves de tal maneira, que muitas consciências aflitas tomaram consolo de nossa doutrina, depois que ouviram ser mandamento de Deus, até a própria voz do evangelho, que creiamos na absolvição e pensemos com certeza que a remissão dos pecados nos é dada gratuitamente, por causa de Cristo, e julguemos que por esta fé somos verdadeiramente reconciliados com Deus. Essa sentença erigiu a muitos corações piedosos e, no início, valeu a Lutero os maiores louvores entre todos os homens de bem, quando mostrou às consciências consolação certa e firme. Porque antes, toda a força da absolvição fora sufocada por doutrinas de obras, já que a respeito de fé e remissão gratuita nada ensinaram os sofistas e os monges.

3 Agora, quanto ao tempo, em nossas igrejas, muitos, certamente, usam, muitas vezes por ano dos sacramentos, da absolvição e da ceia do Senhor[525]. E aqueles que doutrinam com respeito à dignidade e aos frutos dos sacramentos, falam de modo que convidam o povo a que faça uso dos sacramentos[526] freqüentemente. Pois a esse respeito há muitas coisas escritas pelos nossos de maneira tal, que os adversários, quando homens de bem, fora de dúvida, as aprovam e 4 louvam. Ameaça-se também de excomunhão aos devassos e aos desprezadores dos sacramentos. Assim se procede tanto de acordo com o evangelho[527], como 5 segundo os cânones antigos. Não se prescreve, porém, tempo fixo, porque nem todos estão em condições iguais ao mesmo tempo. Até, se todos acorrem ao mesmo tempo, não podem ser ouvidos e instruídos de maneira conveniente. E os cânones antigos, bem como os Pais, não estabelecem tempo fixo. O cânon diz apenas assim: "Se alguns entram na igreja de Deus e se percebe que nunca comungam, trate-se de admoestá-los. Se não comungam, cheguem-se à

---

concionatores fideliter admoneri faciant subditos suos, quatenus confessuri, licet omnia peccata sua singulatim renunciare non possint, diligenti tamen examine conscientiae suae facto, delictorum suorum confessionem integram faciant, omnium scilicet, quae sibi in eiusmodi discussione in memoriam venerint. Super aliis vero oblitis, et quae mentem nostram subterfugiunt, licet in genere confessione facere, et dicere cum Psalmista, Psal. XVIII.: Ab occultis meis munda me, Domine! ("Duas coisas, porém, se lhes devem exigir aqui. Uma: façam que os súditos observem uma confissão anual, segundo a constituição cânone *Omnis utriusque*, a respeito da penitência e da remissão, e segundo o costume comum da igreja. A outra: façam que, pelos pregadores, seus súditos sejam fielmente admoestados, quando se vão confessar, que, embora não possam referir todos seus pecados, um a um, não obstante, depois de feito diligente exame de sua consciência, façam confissão íntegra de seus delitos, isto é, de todos os que em tal exame lhes acudam à memória. Mas sobre os outros, esquecidos, e que se nos escapam da lembrança, é permitido fazer confissão geral e dizer com o Salmista, Sl 18: 'Purifica-me, Senhor, das minhas faltas ocultas'"). A *Confutatio* refere-se a Sl 9.12. No texto latino, substituímos *communis* pela variante *communem*.

[525] *Utuntur sacramentis, absolutione et coena Domini*. Justus Jonas: "... Oft beichten, der Absolution und des heiligen Sakraments brauchen".

[526] *Sacramentis*. Justus Jonas: "des heiligen Sakraments".

[527] Mt 18.17.

penitência. Se comungam, não se abstenham sempre[528]. Se não o fizerem, abstenham-se"[529]. Diz Cristo que comem juízo para si os que comem indignamente[530]. Por isso, os pastores não coagem os inidôneos para o uso dos sacramentos.

6 Sobre a enumeração dos pecados na confissão, ensina-se aos homens de maneira que não se lhes enlaçam as consciências. Embora seja proveitoso acostumar os rudes a que enumerem algumas coisas, a fim de se poder ensiná-los mais facilmente, agora, entretanto, a discussão versa acerca do que é necessário de direito divino. De sorte que não deveriam os adversários alegar-nos a constituição *Omnis utriusque*[531], que não ignoramos. Deveriam, isto sim, mostrar, com a lei divina, ser a enumeração dos pecados necessária para se conseguir remissão. 7 Sabe a igreja toda pela Europa universa que laços atirou sobre as consciências aquele item da constituição que ordena se confessem todos os pecados. E o texto em si não tem tanta inconveniência, quanta, posteriormente, lhe adicionaram os sumistas[532], que coligem as circunstâncias dos pecados. Que labirintos! Quanto suplício para os melhores caracteres! Pois a feros e profanos em nada moviam esses terrificantes[533]. 8 Posteriormente, que tragédias a questão respeito ao sacerdote de cada um provocou entre os pastores e frades, os quais, naquele tempo, muito pouco eram irmãos quando guerreavam a propósito de domínio em matéria de confissões. Cremos, portanto, que a enumeração dos pecados não é necessária por direito divino. Essa posição apraz também a Panormitano[534] e a muitos outros jurisconsultos eruditos. Não queremos impor obrigação à consciência dos nossos por aquela constituição. No tocante à *Omnis utriusque*[535] pensamos da mesma forma como a respeito de outras tradições humanas, que não são atos cultuais necessários para a justificação. E essa constituição preceitua uma coisa impossível: que confessemos todos os pecados. Ora, é claro que não recordamos nem compreendemos a maior parte, segundo a palavra: "Quem há que possa discernir as próprias faltas?"[536]

---

[528] Da penitência. Bente-Dau (*Concordia Triglotta*, p. 251): "If they commune, let them not be expelled". J. Pelikan (ed. *Tappert*, p. 181): "If they commune, let them not be permanently expelled". Justus Jonas: "So sie aber wollen für Christen gehalten sein, sollen sie nicht allzeit davon halten". No original: *Si communicant, non semper abstineant.*

[529] I. e., abstenham-se da ceia do Senhor. No original: *abstineant*. Bente-Dau (*Concordia Triglotta*, p. 251): "let them be excommunicated". J. Pelikan (*Tappert*, p. 181): "let them be expelled". Justus Jonas não traduz as duas últimas orações do cânone citado. – *Conc. Tolet. 400. Can. 13. Decr. Grat. III. De consecr. d.2. c.20.*

[530] 1 Co 11.29.

[531] Vid. acima, Apologia XI, 1, notas em "Omnis utriusque" e "memória".

[532] Vid. acima, Artigos VII e VIII, 32, nota em "sumistas".

[533] *Terriculamenta*, coisas que causam terror; pavores. Temos o vocábulo antiquado "terriculamento".

[534] Nicolau de Tudeschis, arcebispo de Palermo, falecido em 1445.

[535] Vid. acima, Apologia XI, 1, notas em "Omnis utriusque" e "memória".

[536] Sl. 19.12.

9 Os pastores, se forem bons, saberão até onde convém examinar os inexperientes. Não queremos corroborar, porém, aquela tortura dos sumistas que, todavia, houvera sido menos intolerável se tivessem acrescentado ao menos uma palavra sobre fé, que consola e erige as consciências. Agora, desta fé, que obtém a remissão dos pecados, não há sílaba nessa mole de constituições, glosas, sumas[537], cartas confessionais[538]. Em parte nenhuma aí se lê Cristo. Lêem-se apenas as contagens de pecados. E a maior parte do espaço é consu-
10 mido com pecados que infringem tradições humanas, o que é vaníssimo. Essa doutrina levou ao desespero a muitos corações piedosos, que não puderam quietar, visto que julgavam ser uma enumeração necessária por direito divino e, contudo, experimentavam que tal era impossível. Inerem, entanto, à doutrina dos adversários sobre o arrependimento outros erros não menores, que agora mesmo recensearemos.

ARTIGO XII: DO ARREPENDIMENTO

1 No artigo duodécimo[539] aprovam a primeira parte, onde expomos que a remissão dos pecados pode alcançar, em qualquer tempo e toda vez que se convertam, os que caíram depois do batismo. Condenam a segunda parte, na qual dizemos serem as partes do arrependimento contrição e fé. Negam que a fé seja
2 a segunda parte do arrependimento[540]. Que faremos aqui, Carlos, Imperador invictíssimo? Que conseguimos a remissão dos pecados pela fé, eis a própria voz do evangelho. É esta voz do evangelho que condenam os autores da *Confutação*. Por isso, de nenhum modo podemos assentir à *Confutação*. Não podemos condenar a voz do evangelho, salubérrima e plena de consolo. Negar que conseguimos a remissão dos pecados pela fé, que outra coisa é senão inju-

---

[537] *Summae*, aqui, designa os manuais de confissão. Vid. acima, VII e VIII, seção 32, nota em "sumistas".

[538] Ou cartas de indulgência. No original: *confessionalia*.

[539] Da Confissão de Augsburgo.

[540] *Confutatio Pontificia*, CR 27, coluna 109ss.: *Quod autem articulo XII, confitentur, lapsis contingere posse remissionem peccatorum, quocunque tempore convertantur, et ecclesiam debere redeuntibus absolutionem impertiri, commendatur... At altera huius articuli pars omnino reiicitur. Nam, cum duas tribuant duntaxat poenitentiae partes, adversatur toti universali ecclesiae, quae usque ab Apostolorum tempore tenuit et credidit, tres esse poenitentiae partes, contritionem, confessionem, et satisfactionem... Haec igitur articuli pars nequaquam admitti potest; sicut nec ea, quae asserit, fidem esse alteram partem poenitentiae, cum omnibus notum sit, fidem praeviam esse poenitentiae: nisi enim quis crediderit, non poenitebit* ("Confessarem, porém, no artigo XII, que os caídos podem conseguir a remissão dos pecados a qualquer tempo em que se convertam e que a igreja deve conceder a absolvição aos que voltam, isso é louvado... Mas a segunda parte desse artigo é de todo rejeitada. Pois, quando atribuem apenas duas partes à penitência, adversam toda a igreja universal, que, mesmo desde o tempo dos apóstolos, manteve e creu serem três as partes da penitência: a contrição, a confissão e a satisfação.... De sorte que essa parte do artigo de forma nenhuma pode ser admitida. Como também não, aquela que afirma ser a fé a segunda parte da penitência, visto ser do conhecimento de todos que a fé precede a penitência: pois a menos que alguém creia, não se arrependerá").

riar o sangue e a morte de Cristo? Rogamos-te, por isso, Carlos, Imperador invictíssimo, que nos ouças e entendas com paciência e diligentemente nessa questão máxima, que encerra o ponto cardeal do evangelho, o verdadeiro conhecimento de Cristo, o verdadeiro culto a Deus. Pois hão de certificar-se todos os homens de bem que, principalmente, nessa questão nós ensinamos coisas verdadeiras, piedosas, salutares e necessárias a toda a igreja de Cristo. Dos escritos dos nossos verificarão que muita luz se projetou sobre o evangelho e se emendaram muitos erros perniciosos, com os quais, anteriormente, a doutrina do arrependimento foi soterrada pelas opiniões dos escolásticos e dos canonistas. 3

Antes de chegarmos à defesa de nossa sentença, devemos prefaciar. Toda criatura honesta, qualquer que seja sua classe, incluída a dos teólogos, sem dúvida, confessa que, antes dos escritos de Lutero, era confusíssima a doutrina do arrependimento. Estão aí os livros dos sentenciários, nos quais há número infinito de questões que teólogo algum jamais pôde explicar satisfatoriamente. O povo não pôde entender a suma da coisa, nem ver o que, principalmente, se requeria no arrependimento, onde se devia procurar a paz da consciência. Apresente-se-nos alguém dentre os adversários que nos diga quando é que se dá a remissão dos pecados. Santo Deus, que trevas! Duvidam sobre se a remissão dos pecados acontece na atrição ou na contrição[541]. E, se ocorre por causa da contrição, que necessidade há de absolvição? Que é que realiza o poder das chaves se já está remitido o pecado? Mas, aqui, suam ainda muito mais, diminuindo, impiamente, o poder das chaves. Sonham alguns que pelo poder das chaves não se remite a culpa, mas que se comutam penas eternas em temporais. Desta forma, o salubérrimo poder[542] seria não o ministério da vida e do Espírito, mas tão-somente o da ira e das penas. Outros, a saber, os mais cautelosos, imaginam que pelo poder das chaves pecados são remitidos diante da igreja, não diante de Deus. Isso também é erro pernicioso. Pois, se o poder das chaves não nos consola ante Deus, que coisa, afinal, apaziguará a consciência? Agora, há embrulhada ainda maior. Ensinam que merecemos graça pela contrição. Aqui, se alguém indagasse por que Saul, Judas e outros que tais, assombrosamente contritos, não alcançaram graça, devera responder-se, com base na fé e no evangelho, que Judas não crera, que não se erigira com o evangelho e a promessa de Cristo. Pois a fé mostra a diferença entre a contrição de Judas e a de Pedro. Os adversários, entretanto, respondem do ponto de vista da lei: que Judas não amou a Deus, mas temeu as penas. Ora, quando é que uma consciência aterrorizada, principalmente naqueles terrores sérios, verdadeiros e grandes, descritos nos salmos e profetas, e provados, sem dúvida, pelos realmente convertidos, quando é que uma consciência em tais condições poderá formar juízo sobre se teme a Deus por causa dele ou se foge das penas eternas? Podem distinguir-se esses grandes movimentos em letras e palavras; na realidade, não estão separados da maneira como sonham esses amáveis sofistas. Aqui, 4 5 6 7 8 9 10

[541] Sobre "atrição" e "contrição", vid. nota em Apologia IV, 83.

[542] O ofício das chaves.

apelamos para o julgamento de todos os homens bons e sábios. Confessarão eles, sem dúvida nenhuma, que essas discussões, entre os adversários, são muito obscuras e intricadíssimas. E trata-se, contudo, da coisa mais importante, da parte cardinal do evangelho: a remissão dos pecados. Toda essa doutrina a respeito das questões que recenseamos está cheia de erros e hipocrisias entre os adversários e obscurece o benefício de Cristo, o poder das chaves e a justiça da fé.

11 Isso acontece no primeiro ato[543]. Que sucede quando se chega à confissão? Quanto labor na enumeração infinita dos pecados, a qual, todavia, em grande parte, consiste em relacionar pecados que infringem tradições humanas. E, para que as boas mentes sejam torturadas mais ainda com isso, inven-
12 tam que essa enumeração é de direito divino. E enquanto exigem essa enumeração pretextando direito divino, falam frigidamente sobre a absolvição, que, deveras, é de direito divino. Imaginam que o sacramento só por si confere graça, *ex opere operato*[544], sem movimento bom do utente[545]. Menção nenhuma se faz da fé, que apreende a absolvição e consola a consciência. Isso realmente é o que se costuma chamar *apienai pro ton mysterion*[546].

13 Resta o terceiro ato: da satisfação. Mas esse tem as discussões mais confusas. Imaginam que penas eternas são comutadas em penas do purgatório, e ensinam que parte dessas são remitidas pelo poder das chaves, devendo
14 remitir-se outra parte mediante satisfações. Acrescentam mais: que as satisfações devem ser obras supererogativas, e fazem consistir essas em observâncias estultíssimas, tais como peregrinações, rosários ou coisas semelhantes, que
15 não têm mandamento divino. Em seguida, assim como redimem o purgatório por meio das satisfações, assim se excogitou a arte de redimir satisfações, arte que foi muito lucrativa. Pois vendem indulgências, as quais interpretam como sendo resgate de satisfações. E esse lucro não provém só dos vivos. É de amplitude muito maior a parte que provém dos mortos[547]. E não redimem as satisfações dos mortos apenas por meio de indulgências, mas, também, pelo sacrifício

---

[543] I. e., na contrição. Segundo a doutrina católico romana, os atos do penitente são três: contrição, confissão e satisfação. Concílio de Florença, 1438-1445, *Decretum pro Armenis*, Denzinger, 699; Concílio de Trento, Denzinger, 896. Pode ser mal entendida a formulação em BSLK (p. 255, nota 1): "Die drei Akte des Busssakraments: *contritio, confessio, satisfactio*". Equívocas também as palavras com que Leif Grane (*Die Confessio Augustana*, Vandenhoeck & Ruprecht, Göttingen, 1970, p. 100) se refere aos três atos do sacramento do penitente: "die Dreiteilung des Sakraments". Contrição, confissão e satisfação não são "os três atos do sacramento da penitência" ou "a tripartição do sacramento", porém os três atos do penitente, também chamados "partes da penitência" e que constituem a "quasi-matéria" (ou "quase-matéria"; *quasi materia*, Conc. Flor. E Trid., Denz. 896, 914) desse sacramento, cuja forma é a absolvição, um dos elementos constitutivos essenciais do sacramento da penitência.

[544] Vid. CA XXIV, 22, tradução do texto latino, nota em "obra realizada".

[545] Vid. CA XXIV, 22, tradução do texto latino, nota em "obra realizada".

[546] "Partem antes dos mistérios". Como acontecia no caso dos catecúmenos na igreja antiga antes da celebração da eucaristia.

[547] *Ex vivis, ex mortuis* pode significar "em benefício de". É como interpreta nesse passo H. G. Pöhlmann (*Apologia*, p. 135): "Kommt zugute".

da missa[548]. Em suma, é infinita a questão respeito às satisfações. Entre estes escândalos (não podemos enumerar tudo) e doutrinas de demônios jaz sepulta a doutrina sobre a justiça da fé em Cristo e sobre o benefício de Cristo. Razão por que entendem todos os homens de bem que foi obra útil e piedosa censurar a doutrina dos sofistas e canonistas acerca do arrependimento. Pois evidentemente falsos e alheios não só à Escritura, senão também aos Pais eclesiásticos, são as doutrinas que seguem: 16

I. Que por boas obras realizadas fora da graça merecemos graça com base em um pacto divino. 17

II. Que merecemos graça pela atrição. 18

III. Que a só detestação[549] do pecado é suficiente para extinguir o pecado. 19

IV. Que alcançamos a remissão dos pecados por causa da contrição, não mediante a fé em Cristo. 20

V. Que o poder das chaves tem valor para a remissão dos pecados não diante de Deus, mas diante da igreja. 21

VI. Que pelo poder das chaves não se remitem pecados diante de Deus, mas que o poder das chaves foi instituído a fim de comutar penas eternas em temporais, impor certas satisfações às consciências, instituir novos cultos e obrigar as consciências a tais satisfações e cultos. 22

VII. Que a enumeração dos delitos na confissão, a respeito da qual preceituam os adversários, é necessária de direito divino. 23

VIII. Que as satisfações canônicas são necessárias para redimir a pena do purgatório ou são proveitosas como compensação para extinguir a culpa. Pois assim o entendem os inscientes. 24

IX. Que a recepção do sacramento da penitência alcança a graça *ex opere operato*[550], sem movimento bom de utente[551], isto é, sem fé em Cristo. 25

X. Que pelo poder das chaves as almas são libertadas do purgatório por meio de indulgências. 26

XI. Que em casos reservados[552] deve manter-se não só a pena canônica, senão também a culpa naquele que verdadeiramente se converte. 27

Nós, por isso, para desenredar consciências piedosas desses labirintos dos sofistas, estabelecemos duas partes do arrependimento, a saber, contrição e fé. Se alguém quiser adicionar uma terceira, a saber, dignos frutos do arre- 28

---

[548] Doutrina declarada pelo II Concílio Ecumênico de Lião, 1274 (cf. Denzinger, 856) e repetida no Concílio Ecumênico de Florença, 1439 (Cf. *Decreto para os Gregos*, Denzinger, 1304). E em 3 de dezembro de 1563 o Concílio de Trento definiu (cf. Decreto sobre o Purgatório, Denzinger, 1820) que as almas do purgatório são auxiliadas pelos sufrágios (preces intercessórias) dos fiéis, mas, especialmente, pelo sacrifício do altar.

[549] Justus Jonas: "Wenn ich die Sunde an mir selbst hasse und schelte". H. G. Pöhlmann (*Apologia*, p. 135): "die Sühne der Sünde".

[550] Vid. CA XXIV, 22, tradução do texto latino, nota em "obra realizada".

[551] Vid. CA XXIV, 22, tradução do texto latino, nota em "obra realizada".

[552] *In reservatione casuum.* Justus Jonas: "Reservatfällen". Casos reservados são pecados que só podem ser absolvidos pelo bispo ou pelo papa (*Casus papales et episcopales*).

pendimento, isto é, transformação de toda a vida e dos costumes para melhor, 29 não nos oporemos. Da contrição separamos aquelas discussões ociosas e infinitas sobre quando é que nos doemos de amor a Deus, quando de temor da pena. Mas dizemos que contrição é terrores verdadeiros de consciência, que sente estar Deus irado com o pecado e se dói de haver pecado. Essa contrição ocorre quando os pecados são argüídos pela palavra de Deus, porque esta é a suma da pregação do evangelho: argüir os pecados e oferecer, por causa de Cristo, a remissão dos pecados, a justiça, o Espírito Santo e a vida eterna e que, como 30 renascidos, pratiquemos o bem. Assim Cristo abraça a suma do evangelho ao dizer, no último capítulo de Lucas[553]: "Que em meu nome se pregue arrependimento 31 e remissão de pecados, em todas as nações". E desses terrores fala a Escritura, como no Sl 37[554]: "Pois já se elevam acima de minha cabeça as minhas iniqüidades; como fardos pesados excedem as minhas forças, etc. Estou aflito e mui quebrantado; dou gemidos por efeito do desassossego do meu coração". E Sl 6[555]: "Tem compaixão de mim, Senhor, porque eu me sinto debilitado; sara-me, Senhor por que os meus ossos estão abalados. Também a minha alma está profundamente perturbada; mas tu, Senhor, até quando?" E Isaías 38[556]: "Eu disse: Em pleno vigor de meus dias hei de entrar nas portas do além. Espero até a madrugada, mas ele como leão me quebrou todos os 32 ossos". Nesses terrores sente a consciência a ira de Deus contra o pecado, coisa ignorada por homens seguros que andam segundo a carne. Vê a torpeza do pecado e seriamente se dói se haver pecado; entrementes foge também da horrível ira de Deus, porquanto não pode suportá-la a natureza humana, a me-33 nos que seja suportada pela palavra de Deus. É assim que diz Paulo: "Porque 34 eu, mediante a própria lei, morri para a lei"[557]. Pois a lei apenas acusa e terroriza as consciências. Nesses terrores, nossos adversários nada dizem da fé. Propõem a palavra apenas assim: que argúi os pecados[558]. Quando se ensina tão-só essa palavra, é doutrina da lei, não do evangelho. Por essas aflições e terrores, dizem, os homens merecem graça, contanto que amem a Deus. Mas como é que os homens amarão a Deus em verdadeiros terrores, quando sentem a horrenda – e em linguagem humana inexplicável – ira de Deus? Que outra coisa senão desespero ensinam aqueles que, nesses terrores, apenas mostram a lei?

35 Nós, por isso, acrescentamos a segunda parte do arrependimento – a fé em Cristo –, que nesses terrores deve propor-se às consciências o evangelho de Cristo, evangelho em que se promete, gratuitamente, a remissão dos pecados por Cristo. Devem crer, por conseguinte, que, por causa de Cristo, os pecados 36 lhes são perdoados de graça. Essa fé erige, sustenta e vivifica os contritos, se-

---

[553] Lc 24.47.
[554] Sl 38.4,8.
[555] Sl 6.2,3.
[556] Is 38.10-13.
[557] Gl 2.19.
[558] Ou: Assim propõem apenas a palavra que argúi os pecados. No original: *Ita tantum proponunt verbum, quod arguit peccata.*

gundo o texto: "Justificados mediante a fé, temos paz com Deus"[559]. Essa fé obtém a remissão dos pecados. Essa fé justifica diante de Deus, conforme testifica o mesmo passo: "Justificados pela fé". Essa fé mostra a diferença entre a contrição de Judas e a de Pedro, entre a contrição de Saul e a de Davi. A contrição de Judas ou Saul não aproveita porque a ela não se acrescenta a fé que apreende a remissão dos pecados dada por causa de Cristo. A contrição de Davi ou Pedro aproveita porque a ela se acrescenta a fé que apreende a remissão dos pecados dada por causa de Cristo. Nem está presente o amor antes que se haja feito a reconciliação pela fé. Pois não se cumpre a lei sem Cristo, conforme a palavra: "Por Cristo temos acesso a Deus"[560]. E essa fé cresce pouco a pouco, e, durante a vida toda, luta com o pecado, a fim de vencer o pecado e a morte. De resto, à fé se segue o amor, como dissemos acima. E assim pode definir-se claramente o temor filial como sendo um medo jungido com a fé, isto é, onde a fé consola e sustenta o coração pávido. É temor servil quando a fé não sustenta o coração assombrado. 37 38

Além disso, o poder das chaves administra e exibe o evangelho através da absolvição, que é a verdadeira voz do evangelho. Dessa maneira incluímos também a absolvição quando falamos da fé, porque "a fé é pelo ouvir"[561], como diz Paulo. Pois, ouvido o evangelho, ouvida a absolvição, erige-se a consciência e recebe consolo. E porque Deus verdadeiramente vivifica pela palavra, as chaves, na verdade, remitem os pecados diante de Deus, de acordo com o passo: "Quem vos der ouvidos, ouve-me a mim"[562]. Razão por que se deve crer à voz do absolvedor exatamente como a voz que soasse do céu. E à absolvição pode chamar-se com propriedade sacramento da penitência, como também se expressam teólogos escolásticos mais eruditos. Entrementes, essa fé, em tentações, é alimentada multiplicemente pelas sentenças do evangelho e o uso dos sacramentos. Pois estes são signos do Novo Testamento, isto é, signos da remissão dos pecados. Oferecem, por isso, a remissão dos pecados, conforme testificam de maneira clara as palavras da ceia do Senhor: "Isto é o meu corpo, que é dado por vós. Este é o cálice do Novo Testamento, etc."[563] Desse modo, a fé é concebida e confirmada pela absolvição, pela audição do evangelho, pelo uso dos sacramentos, para não sucumbir enquanto luta com os terrores do pecado e da morte. Essa doutrina do arrependimento é clara e perspícua, e aumenta a dignidade do poder das chaves e dos sacramentos, aclara o benefício de Cristo e nos ensina a nos valermos do Cristo mediador e propiciador. 39 40 41 42 43

Como, porém, a *Confutação* nos condena por havermos posta essas duas partes do arrependimento, importa mostrar que a Escritura põe as duas como principais no arrependimento ou conversão do ímpio. Diz Cristo, em Mateus 11[564]: "Vinde a mim todos os que estais cansados e sobrecarregados, e eu 44

---

[559] Rm 5.1.
[560] Rm 5.2.
[561] Rm 10.17.
[562] Lc 10.16.
[563] Mt 26.26-28.

vos aliviarei". Há dois membros aqui. A faina e o fardo significam a contrição, as angústias e os terrores do pecado e da morte. Vir a Cristo é crer que, por causa dele, são perdoados os pecados. Quando cremos, nossos corações são
45 vivificados pelo Espírito Santo, através da palavra de Cristo. Há, portanto, aqui, estas duas partes principais: contrição e fé. E em Marcos 1[565] Cristo diz: "Arrependei-vos e crede no evangelho". Aí, na primeira parte, argúi os pecados; na última, nos consola e mostra a remissão dos pecados. Pois crer no evangelho não é aquela fé genérica que também os diabos têm, mas é, propriamente, crer na remissão dos pecados dada por causa de Cristo. É o que está revelado no evangelho. Também aqui vedes que as duas partes estão conjugadas: contrição quando se argúem os pecados, fé quando se diz: "Crede no evangelho". Se alguém disser aqui que Cristo inclui também os frutos do arrependimento ou toda a vida nova, não dissentiremos. Basta-nos que se nomeiem estas partes principais: contrição e fé.

46 Paulo, quase que em toda a parte, quando descreve a conversão ou a renovação, nomeia estas duas partes: mortificação e vivificação. Como em Colossenses 2[566]: "No qual também fostes circuncidados, não por intermédio de mãos, mas no despojamento do corpo da carne". E depois: "No qual igualmente fostes ressuscitados mediante a fé no poder de Deus"[567]. Duas são as partes aqui: uma o despojamento do corpo dos pecados[568], outra a ressurreição pela fé. Não se devem entender estas palavras – mortificação, vivificação, despojamento do corpo dos pecados, ressurreição – platonicamente de uma transformação simulada. Mortificação significa terrores verdadeiros, tais como os dos agonizantes, terrores que a natureza, não fosse suportada pela fé, seria incapaz de agüentar. Assim, chama despojamento do corpo dos pecados o que usualmente chamamos contrição, porque nesses padecimentos a concupiscência natural é expurgada. E o termo vivificação não se deve entender como imaginação platônica, mas como consolo que verdadeiramente sustenta ao que foge
47 a vida na contrição[569]. Por forma que há duas partes aqui: contrição e fé. Visto, pois, que não se pode apaziguar a consciência exceto pela fé, por isso apenas a fé vivificada, de acordo com a palavra: "O justo viverá por fé"[570].

48 Depois, em Colossenses, diz-se que Cristo cancela o escrito de dívida, o qual, pela lei, é contra nós[571]. Também aqui as partes são duas: o escrito de dívida e a destruição do escrito de dívida. Mas o escrito de dívida é a consciência,

---

564 Mt 11.28.

565 Mc 1.15.

566 Cl 2.11.

567 Cl 2.12.

568 "Pecados" aparece expressamente no texto de Colossenses 2.11, conforme citado no original da Apologia: *exspoliatione corporis peccatorum carnis*.

569 Ou: que verdadeiramente sustenta a vida que se esvai na contrição. No original: *quae vere sustentat fugientem vitam in contritione*.

570 He 2.4; Rm 1.17.

571 Cl 2.14.

argüindo e condenando-nos. Além disso, a lei é a palavra que argúi e condena os pecados. Portanto, a voz que diz: "Pequei contra o Senhor"[572], como declara Davi, é o escrito de dívida. E esta voz não a emitem seriamente os homens ímpios e seguros. Pois não vêem, não lêem a sentença da lei escrita no coração. Percebe-se esta sentença em dores verdadeiras e em terrores. Portanto, o escrito de dívida é a mesma contrição, que nos condena. Cancelar o escrito de dívida é destruir a sentença pela qual declaramos que seremos condenados, e é insculpir a sentença pela qual sabemos que fomos libertados dessa condenação. A fé, entretanto, é aquela sentença nova que abole a anterior e dá paz e vida no coração.

49 Todavia, que necessidade há de citar muitos testemunhos, uma vez que em toda parte, nas Escrituras, são óbvios? Salmo 117[573]: "O Senhor me castigou severamente, mas não me entregou à morte". Salmo 118[574]: "A minha alma de tristeza verte lágrimas: fortalece-me segundo a tua palavra". No primeiro membro está contida a contrição; no segundo descreve-se claramente a maneira como somos restabelecidos na contrição, a saber, pela palavra de Deus, que oferece a graça. Isto sustenta e vivifica os corações. 50 E em 1 Reis 2[575]: "O Senhor é o que tira a vida, e a dá: conduz aos infernos e leva de volta". Com um desses designa-se a contrição, com o outro, a fé. 51 E Isaías 28[576]: "O Senhor se irará, a fim de fazer a sua obra. Estranha é a obra dele, para que opere a sua própria obra". Chama obra estranha de Deus a que ele faz quando terroriza, porque a obra própria de Deus é vivificar e consolar. Entretanto, diz ele, Deus terroriza a fim de que haja lugar para consolo e vivificação, porque corações seguros, e que não sentem a ira de Deus, enfastiam-se da consolação. 52 Desta maneira costuma a Escritura unir terrores e consolo, para ensinar que no arrependimento há estas partes principais: contrição e fé consoladora e justificante. Não vemos como se poderia ensinar de modo mais claro e simples a natureza do arrependimento.

53 Pois aterrorizar e justificar e vivificar os aterrados, são as duas obras principais de Deus nos homens. Nessas duas obras se divide a Escritura toda. Uma parte é a lei, que mostra, argúi e condena os pecados; a outra é o evangelho, isto é, a promessa da graça dada em Cristo. E esta promessa é repetida

---

[572] 2 Sm 12.13.

[573] Sl 118.18.

[574] Sl 119.28.

[575] 1 Sm 2.6. No original: *Deducit ad inferos et reducit*. Almeida RA: "Faz descer à sepultura, e faz subir". Melanchthon indica 1 Reis 2 porque cita de acordo com a Vulgata, que, a exemplo da Septuaginta, chama de 1 e 2 Reis a 1 e 2 Samuel, e, por isso 3 e 4 Reis a 1 e 2 Reis. Cf. Vulgata: *Liber primus Samuelis quem nos primum regum dicimus*.

[576] Is 28.21. No original: *Dominus irascetur, ut faciat opus suum. Alienum est opus eius, ut operetur opus suum*. Almeida RA: "Porque o Senhor... se irará..., para realizar a sua obra, a sua obra estranha, e para executar o seu ato, o seu ato inaudito". H. G. Pöhlmann (*Apologia*, p. 140) traduz "ut faciat opus suum" com "wenn er sein Werk wirkt". A construção latina permite essa interpretação, porém, Melanchthon a entende evidentemente como oração final, conforme se pode ver em Apologia, XII, 158. Assim também o texto alemão: *dass er sein Werk tue*.

constantemente em toda a Escritura. Primeiro, foi entregue a Adão, depois, aos patriarcas; em seguida, foi ilustrada pelos profetas. Por último, foi pregada e apresentada por Cristo entre os judeus e espargida pelos apóstolos em todo o mundo. Pois todos os santos foram justificados pela fé nesta promessa, não em virtude de suas atrições ou contrições[577].

54

55 Os exemplos igualmente mostram essas duas partes. Adão, depois do pecado, é repreendido e aterrorizado; foi a contrição. Depois, Deus promete graça, fala da semente futura pela qual será destruído o reino do diabo, a morte e o pecado. Aí oferece a remissão dos pecados. Essas são as partes principais. Pois, ainda que a pena é acrescentada posteriormente, essa pena, todavia, não merece a remissão do pecado. E a respeito desse gênero de penas falaremos em breve.

56 Assim, Davi é censurado por Natã e aterrorizado, diz: "Pequei contra o Senhor"[578]. É a contrição. Depois ouve a absolvição: "O Senhor te perdoou o teu pecado; não morrerás". Esta voz erige a Davi e, pela fé, o sustenta, justifica e reanima. Também aqui se adiciona um castigo, mas esse castigo não merece remissão de pecados. Nem sempre se adicionam penalidades especiais. Todavia, duas coisas sempre deve haver no arrependimento: contrição e fé. Haja vista Lucas 7. A mulher pecadora vem a Cristo chorando. Por essas lágrimas se conhece a contrição. Depois, houve a absolvição: "Perdoados são os teus pecados; a tua fé te salvou; vai-te em paz"[579]. Esta é a segunda parte do arrependimento, a fé, que a encoraja e consola. De tudo isso evidencia-se a leitores piedosos que colocamos aquelas partes do arrependimento que são as próprias na conversão ou regeneração e na remissão do pecado. Frutos dignos e penas seguem à regeneração e à remissão do pecado. Pusemos essas duas partes a fim de que se visse melhor a fé que requeremos no arrependimento. E o que vem a ser a fé pregada pelo evangelho pode entender-se melhor quando a gente a opõe à contrição e à mortificação.

57

58

59 Como, porém, os adversários condenam nomeadamente isso de dizermos que os homens conseguem a remissão dos pecados pela fé, adicionaremos algumas provas que possibilitarão entender que não se obtém a remissão dos pecados *ex opere operato*[580] por causa da contrição, mas através daquela fé especial por que cada um crê serem-lhe perdoados os pecados. Pois o artigo precípuo a respeito do qual nos digladiamos com os adversários é este. E pensamos que seu conhecimento é muitíssimo necessário a todos os cristãos. Como, porém, parece que a respeito disso ficou dito o suficiente acima, quando se tratou da justificação, seremos mais breves aqui. Pois são tópicos mui intimamente ligados entre si[581] a doutrina do arrependimento e a justificação.

---

[577] Sobre "atrição" e "contrição", vid. nota em Apologia IV, 83.

[578] 2 Sm 12.13.

[579] Lc 7.48-50.

[580] *Ex opere operato propter contritionem.* Justus Jonas: "ex opere operato" oder durch das getane Werk durch Reu oder Leid, usw."

[581] Ou: especialmente aparentados, muito particularmente relacionados. No original: *loci maxime cognati.*

Os adversários, quando falam da fé, dizendo que ela precede o arrependimento, entendem por fé não a que justifica, senão a que, de modo geral, crê que Deus existe, que os ímpios foram ameaçados com penas, etc. Nós exigimos, além dessa fé, creia cada qual que lhe estão perdoadas as transgressões. É sobre essa fé especial que litigamos. E a opomos à opinião que nos ordena confiar não na promessa de Cristo, mas no *opus operatum*[582] da contrição, da confissão, das satisfações, etc. Essa fé segue aos terrores de maneira que os vence e apazigua a consciência. A essa fé atribuímos justificação e regeneração, enquanto liberta de terrores e gera paz, alegria e vida nova no coração. Sustentamos que essa fé deveras é necessária para a remissão dos pecados, razão por que a pomos entre as partes do arrependimento. Nem pensa de maneira diversa a igreja de Cristo, muito embora protestem os nossos adversários. 60

Perguntamos aos adversários, inicialmente, se receber a absolvição é ou não parte do arrependimento. Se, contudo, a separam da confissão – essa gente é sutil em matéria de distinções –, não vemos qual o proveito da confissão sem a absolvição. Se, porém, não separam da confissão o recebimento da absolvição, é necessário que julguem ser a fé parte do arrependimento, porquanto não se recebe absolvição a não ser pela fé. Ora, que não se recebe absolvição a não ser pela fé, pode provar-se com Paulo, o qual ensina, em Romanos 4[583], que não se pode receber a promessa senão pela fé. Mas a absolvição é a promessa da remissão de pecados. Logo, requer necessariamente a fé. Não vemos como se pode dizer que recebe a absolvição quem a ela não assente. E não assentir à absolvição que outra coisa é senão acusar a Deus de mentira? Se o coração duvida, considera incerto e vão o que Deus promete. Por isso está escrito em 1 João 5[584]: "Aquele que não dá crédito a Deus, o faz mentiroso, porque não crê no testemunho que Deus dá acerca do seu Filho". 61 62

Em segundo lugar, julgamos confessarem os adversários que a remissão de pecados ou é parte do arrependimento, ou fim, ou, para usar a linguagem deles, *terminus ad quem*[585]. Logo, adiciona-se com razão às partes do arrependimento aquilo por que se recebe a remissão dos pecados. Mas é certíssimo, ainda que protestam todas as portas dos infernos, que não se pode receber a remissão dos pecados a não ser pela fé somente, a qual crê que os pecados são perdoados por causa de Cristo, de acordo com Romanos 3[586]: "A quem Deus propôs, no seu sangue, como propiciação, mediante a fé". Da mesma forma em Romanos 5[587]: "Por intermédio de quem obtivemos igualmente acesso, pela fé, a esta graça, etc." Pois a consciência terrorizada não pode opor à ira de Deus nossas obras ou nosso amor, sendo apaziguada apenas quando apreende o Cristo mediador e crê as promessas dadas por causa dele. Não entendem o 63 64

---

[582] Obra realizada.
[583] Rm 4.16.
[584] 1 Jo 5.10.
[585] Termo, alvo, meta. Tomás de Aquino, *Summa Theologiae*, II 1. q. 113 a 6 c.
[586] Rm 3.25.
[587] Rm 5.2.

que é a remissão dos pecados ou como chega até nós quantos sonham que os
65 corações são apaziguados sem fé em Cristo. Pedro cita de Isaías[588]: "Quem nele crer não será, de modo algum, envergonhado". É necessário, portanto, que sejam envergonhados os hipócritas, os quais confiam que recebem a remissão dos pecados e virtude de suas obras, não por causa de Cristo. E Pedro diz em Atos 10[589]: "Dele todos os profetas dão testemunho de que, por meio de seu nome, todo o que nele crê, recebe remissão de pecados". Impossível expressá-lo de maneira mais clara do que dizer: "Por meio de seu nome", e acrescentar: "Todo o que nele crê". De sorte que recebemos a remissão dos pecados unicamente por meio do nome de Cristo, isto é, por causa de Cristo, não por algum mérito ou obra nossos. Dá-se isto quando cremos que os pecados nos são remitidos por causa de Cristo.

66 Vociferam nossos adversários que eles é que são a igreja, eles é que seguem o consenso eclesiástico. Acontece, todavia, que Pedro, aqui, em nossa questão, também cita o consenso da igreja: "Dele todos os profetas dão testemunho de que, por meio de seu nome, recebe remissão de pecados, etc."[590] Sem dúvida que se deve ter na conta de consenso da igreja universal o consenso dos profetas. Nem o papa nem à igreja concedemos o poder de decretar contra esse
67 consenso dos profetas. Mas a bula de Leão[591], abertamente, condena esse artigo da remissão dos pecados, e outro tanto fazem os adversários na *Confutação*. Evidencia-se daí o que devemos pensar da igreja dessa gente, que não só desaprova, por decretos, a sentença, segundo a qual obtemos a remissão dos pecados pela fé, não em virtude de obras nossas, mas por causa de Cristo, senão que ainda ordena que essa doutrina seja abolida pela força e pela espada, e que, por meio de toda espécie de crueldades, sejam destruídos os bons homens que assim pensam.

68 Têm eles, contudo, autores de renome – Escoto[592], Gabriel[593] e outros, semelhantes a esses, além de textos patrísticos, citados truncadamente nos decretos. Se tiverem de ser contados os testemunhos, certo que eles vencem. Pois há uma turbamulta de frivolíssimos comentaristas das *Sentenças*[594] que defendem, dir-se-ia como que conjurados, aquelas ficções sobre o mérito da
69 atrição[595], das obras, etc., que acima referimos. Todavia, para não acontecer se deixe alguém levar pela multidão: não há grande autoridade nos testemunhos de escritores mais recentes, que não criaram seus escritos, senão que, apenas,

---

[588] I Pe 2.6.

[589] At 10.43.

[590] At 10.43.

[591] Leão X, bula *Exsurge, Domine*, 1520.

[592] João Duns Scotus (1265/6–1308). Teólogo e filósofo franciscano nascido na Escócia. Sua capacidade para descobrir distinções sutis valen-lhe o título de *Doctor Subtilis*.

[593] Gabriel Biel (1420–1495). Ocamista alemão. Último sentenciário medieval. Seus escritos estão entre as primeiras obras de teologia lidas por Lutero.

[594] As *Sentenças* de Pedro Lombardo.

[595] Sobre "atrição", vid. nota em Apologia IV, 83

compilando dos antecessores, passaram aquelas opiniões de uns livros a outros. De nada ajuizaram, mas, como senadores de segunda categoria[596], tacitamente aprovaram os erros não entendidos de seus predecessores. Não duvidemos, portanto, opor, a sejam quantas forem as legiões de sentenciários, essa palavra de Pedro, que aduz o consenso dos profetas. E a essa fala de Pedro acrescenta-se o testemunho do Espírito Santo. Eis o que diz o texto: "Ainda Pedro falava estas coisas quando caiu o Espírito Santo sobre todos os que ouviam a palavra"[597]. Por conseguinte, saibam as consciências piedosas que a ordem de Deus é esta: crerem que os pecados lhes são perdoados gratuitamente, por causa de Cristo, não em virtude de nossas obras. E sustentem-se com esse mandado divino contra o desespero e os terrores do pecado e da morte. E saibam que esta sentença existiu na igreja desde o princípio do mundo entre os santos. Pedro menciona claramente o consenso dos profetas, e os escritos dos apóstolos testemunham que eles crêem o mesmo. Nem faltam testemunhos patrísticos. Bernardo diz a mesma coisa, em palavras de modo nenhum obscuras: "Pois, antes de tudo, é necessário creres que não podes ter remissão de pecados senão por indulgência de Deus, mas acrescenta ainda que crês também isto: que por ele os pecados te são perdoados. Este é o testemunho que o Espírito Santo dá em teu coração, dizendo: Perdoados te são os teus pecados. Assim, pois, julga o apóstolo que o homem é justificado gratuitamente, pela fé"[598]. Essas palavras de Bernardo ilustram maravilhosamente nossa causa. Porque não só exige creiamos de um modo geral que se remitem pecados por misericórdia, mas ordena que acrescentemos a fé especial pela qual cremos que os pecados são perdoados também a nós e ensina como podemos tornar-nos certos com respeito à remissão de pecados, a saber, quando os corações se erigem pela fé e se fazem tranqüilos pelo Espírito Santo. Que mais requerem os adversários? Ainda ousam negar que alcançamos a remissão dos pecados pela fé, ou que a fé é parte do arrependimento?

70

71

72

73

74

Em terceiro lugar, os adversários dizem que o pecado é remetido porque o pecador atrito ou contrito[599] elicia um ato de amor[600] a Deus, merecendo, por este ato, receber a remissão de pecados. Isso outra coisa não é que ensinar a lei, destruído o evangelho e abolida a promessa respeito a Cristo. Pois que requererem apenas a lei e nossas obras porque a lei exige amor. Além disso, ensinam a confiar que obtemos remissão de pecados por causa de contrição e amor. Que outra coisa é isto senão pôr confiança em nossas obras, não na palavra e na promessa de Deus concernentes a Cristo? Mas se basta a lei para se

75

---

[596] *Ut pedanei senatores*. Em português temos "juiz pedâneo" (juizes que, nas localidades menos importantes, julgavam de pé). Melanchthon usa *pedanei senatores* para *pedarii senatores*. Assim eram chamados os senadores cujos nomes os censores ainda não haviam incluído no rol dos senadores, e que não tinham voto próprio, podendo apenas significar seu assentimento a voto alheio.

[597] At 10.44.

[598] Bernardo de Claraval (Clairvaux), *sermo in festo b. Mariae virg.* 1, 1. MSL 183, 383 A.

[599] Sobre "atrição" e "contrição", vid. nota em Apologia IV, 83.

[600] Sobre eliciar um ato de amor, vid. nota em Apologia IV, seção 290.

conseguir a remissão de pecados, que necessidade há de evangelho, que necessidade de Cristo, se em virtude de obra nossa alcançamos remissão de pecados?

76 Nós outros, ao contrário, revocamos as consciências da lei para o evangelho, e da confiança em suas próprias obras à confiança na promessa e em Cristo, porque o evangelho nos apresenta Cristo e promete, gratuitamente, remissão de pecados por causa de Cristo. Nessa promessa, ordena-nos confiemos que, por causa de Cristo, estamos reconciliados com o Pai, não em virtude de nossa contrição ou amor. Pois não há outro mediador ou propiciador senão Cristo. Não podemos cumprir a lei a menos que tenhamos sido anteriormente reconciliados por intermédio de Cristo. E se algo fizermos, importa, contudo, crer que obtemos remissão de pecados por causa de Cristo, mediador e propiciador, não em virtude daquelas obras.

77 Sim, é, deveras, insulto a Cristo e ab-rogação do evangelho crer que obtemos remissão de pecados em virtude da lei ou de outro modo que não pela fé em Cristo. E tratamos essa questão acima, no artigo da justificação, quando dissemos por que razão confessamos serem os homens justificados pela fé, não

78 pelo amor. Por isso, a doutrina dos adversários, quando ensinam que os homens conseguem remissão de pecados por sua própria contrição e amor, e confiam nessa contrição e amor, é apenas doutrina da lei, e essa, ainda por cima, ininteligida, a exemplo do sucedido aos judeus, que contemplavam a face velada de Moisés. Pois imaginemos que haja amor, imaginemos que haja obras, ainda assim, nem o amor nem as obras podem constituir propiciação pelo pecado. Nem mesmo se pode opô-los à ira e ao juízo de Deus, segundo a palavra: "Não entrarás em juízo com o teu servo, porque à tua vista nenhum vivente será justificado"[601]. Não se deve transferir a honra de Cristo para nossas obras.

79 Por essas razões, contende Paulo dizendo que não somos justificados pela lei, e à lei opõe a promessa da remissão dos pecados dada por causa de Cristo, ensinando que recebemos a remissão dos pecados gratuitamente, pela fé, por causa de Cristo. Paulo nos revoca da lei a essa promessa. Ordena que olhemos para essa promessa, que, certamente, será nula se somos justificados pela lei antes que por intermédio da promessa, ou se alcançamos remissão de peca-

80 dos em virtude de nossa justiça. É certo, porém, que a promessa nos foi dada e Cristo oferecido porque não podemos cumprir a lei. Razão por que é necessário que sejamos reconciliados pela promessa antes de cumprirmos a lei. Mas a promessa é recebida somente pela fé. É necessário, portanto, que os contritos aprendam pela fé a promessa da remissão dos pecados dada por causa de Cristo, e creiam com firmeza que têm um Pai reconciliado gratuitamente, por

81 causa de Cristo. Este é o pensamento de Paulo em Romanos 4[602], onde diz: "Essa é a razão por que provém da fé, para que seja segundo a graça, a fim de que seja firme a promessa". E em Gálatas 3[603]: "A Escritura encerrou tudo sob o pecado, para que mediante a fé em Jesus Cristo fosse a promessa concedida

---

[601] Sl 143.2. Almeida RA: "Não entres... não há justo nenhum vivente".

[602] Rm 4.16.

aos que crêem", isto é, todos estão sob o pecado, e não podem ser libertados de outra maneira senão apreendendo pela fé a promessa da remissão de pecados. Por conseguinte, antes de cumprir a lei, importa que aceitemos, pela fé, a promessa da remissão de pecados, embora, conforme ficou dito acima, o amor siga à fé, porque os renascidos recebem o Espírito Santo, começando, por isso, a cumprir a lei. 82

Citaríamos mais testemunhos se não fossem óbvios nas Escrituras a todo leitor piedoso. E não desejamos ser excessivamente prolixos, a fim de que se possa, mais facilmente, perceber a questão. Mas não há dúvida de que o sentido de Paulo é este que defendemos: que recebemos a remissão dos pecados pela fé, por causa de Cristo, que pela fé devemos opor à ira de Deus o Cristo mediador, não nossas obras. E não se perturbem os corações piedosos, ainda que os adversários deturpem as sentenças de Paulo. Nada se diz de maneira tão simples, que não se possa desfigurar o dito pelo uso da cavilação. Nós sabemos que é o verdadeiro e puro sentido de Paulo aquilo que dissemos. Sabemos que esta nossa doutrina leva às consciências piedosas consolo firme, sem o qual ninguém pode manter-se no juízo de Deus. 83 84

Repudiem-se, por isso, aquelas opiniões farisaicas dos adversários, segundo as quais não recebemos remissão de pecados pela fé, sendo preciso, ao contrário, que a mereçamos por nosso amor e obras, que, de acordo com aquelas opiniões, devemos opor à ira de Deus. Essa doutrina é da lei, não do evangelho. Imagina ela que o homem é justificado mediante a lei, antes de estar reconciliado com Deus por intermédio de Cristo, apesar de Cristo dizer: "Sem mim nada podeis fazer"[604]. Da mesma forma: "Eu sou a videira, vós os ramos"[605]. Mas os adversários imaginam sermos ramos não de Cristo, senão de Moisés. Pois querem ser justificados antes pela lei, oferecer a Deus nosso amor e obras, do que serem reconciliados com Deus por Cristo e serem ramos de Cristo. Paulo, ao revés, contende, dizendo que não se pode cumprir a lei sem Cristo. Por isso, para sermos reconciliados com Deus por causa de Cristo, importa, antes que cumpramos a lei, aceitar a promessa. Julgamos que isso está suficientemente claro para consciências piedosas. E, partindo daí, entenderão por que declaramos acima que os homens são justificados pela fé, não por intermédio do amor, porquanto à ira de Deus não devemos opor nosso amor ou nossas obras, ou confiar em nosso amor e obras, senão que devemos opor o Cristo mediador. E, antes que cumpramos a lei, importa apreendamos a promessa da remissão de pecados. 85 86 87

Por fim, quando é que se apaziguará a consciência se recebemos remissão de pecados porque amamos ou cumprimos a lei? Pois a lei sempre nos acusará, visto que nunca a cumprimos como diz Paulo: "A lei suscita a ira"[606]. Pergunta Crisóstomo, com respeito à penitência, de onde nos vem a certeza de 88

---

[603] Gl 3.22.
[604] Jo 15.5.
[605] Jo 15.5.
[606] Rm 4.15.

que os pecados nos são remitidos[607]. Sobre a mesma coisa indagam os adversários nas *Sentenças*. Não se pode explicar isso, não se podem tranqüilizar as consciências, a não ser que saibam ser ordem de Deus, e o mesmo evangelho, que elas creiam, sem qualquer incerteza, serem os pecados remitidos gratuitamente, por causa de Cristo, nem duvidem que são perdoados a elas. Se alguém duvida, acusa de mentirosa a promessa divina, como diz João[608]. Ensinamos que no evangelho se requer esta certeza da fé. Os adversários deixam as cons-
89 ciências incertas e hesitantes. As consciências, entretanto, nada fazem por fé, se, perpetuamente, estão em dúvida sobre se têm remissão. Como podem, nessa dúvida, invocar a Deus? Como podem confiar que são ouvidas? Assim, a vida toda está sem Deus e sem o verdadeiro culto a Deus. É isso o que diz Paulo: "Tudo o que não provém da fé é pecado"[609]. E por se encontrarem sempre nessa dúvida, nunca experimentam o que é fé. E assim acontece que, afinal, se precipitam no desespero. Tal a doutrina dos adversários, doutrina da lei, ab-
90 rogação do evangelho, doutrina da desesperança. Submetemos, agora, prazerosamente, ao julgamento de todos os homens de bem o tópico do arrependimento – pois nada tem de obscuro –, a fim de que decidam quem ensinou coisas mais piedosas e mais salutares às consciências: nós ou os adversários. Deveras que não nos deleitam essas discussões na igreja, motivo por que, se não tivéssemos grandes e necessárias razões para dissentir dos adversários, calar-nos-íamos com o máximo prazer. Agora, visto que eles condenam a manifesta verdade, não temos a liberdade[610] de desertar a questão, que não é nossa, mas de Cristo e da igreja.

91 Dissemos por que razões temos posto estas duas partes do arrependimento: contrição e fé. E fizemos isso com mais gosto ainda porque sobre o arrependimento se publicam muitos ditos patrísticos citados truncadamente, ditos que os adversários torceram para obscurecer a fé. Sentenças como esta: "Penitência é lamentar males pretéritos, e não reincidir em coisas deplorandas"[611]. E esta: "A penitência é uma espécie de vindita de quem se dói, e que pune em si o que lhe pesa haver cometido"[612]. Nesses passos, menção nenhuma da fé. E nas
92 escolas, quando interpretam, igualmente nada se acrescenta sobre a fé. Razão por que nós outros a numeramos entre as partes do arrependimento, a fim de tornar a doutrina da fé mais conspícua. Pois a mesma realidade evidencia a periculosidade das sentenças que requerem contrição ou boas obras e não fazem
93 menção alguma da fé justificadora. E com razão se pode desejar prudência aos que confeccionam aquelas colchas de retalhos das sentenças e decretos. Pois,

---

[607] *Ad Theod. Laps.* I, 5ss., MSG 47, 282s.

[608] 1 Jo 5.10.

[609] Rm 14.23.

[610] *Non est integrum nobis.* Bente-Dau (*Concordia Triglottra*, p. 279) e J. Pelikan (Tappert, p. 195): "it is not right for us".

[611] *Decr. Grat.* II, C. 33. q.3. *De poen.* d.3. c.1. Ambrósio, *Serm.* 25, 1. MSL 17, 677A.

[612] *Decr. Grat.* II. C. 33. q.3. *De poen.* d.3. c.4. Peseudo-Agostinho, *De vera et falsa poenitentia* 19. 35. MSL 40. 1129.

uma vez que os Pais em outros lugares falam de outra parte do arrependimento, não só de uma, porém de ambas, isto é, da contrição e da fé, teria sido proveitoso excertar e unir sentenças.

94 Pois Tertuliano[613] fala admiravelmente sobre a fé, realçando aquele juramento que se encontra no profeta: "Tão certo como eu vivo, diz o Senhor Deus, não tenho prazer na morte do perverso, mas em que o perverso se converta do seu caminho, e viva"[614]. Por jurar que não quer a morte do pecador, mostra Deus que se requer fé, a fim de crermos ao jurador e estarmos bem certos de que ele nos perdoa. Grande deve ser entre nós, por si mesma, a autoridade das promessas divinas. Mas esta promessa foi confirmada até por um juramento. Razão por que, se alguém não tem certeza de seu perdão, nega a veracidade do juramento de Deus. impossível imaginar blasfêmia mais horrenda. Pois assim diz Tertuliano: "Ele convida à salvação por meio de prêmio, jurando até. Ao dizer: "Vivo eu", deseja ser crido. Ó bem-aventurados aqueles por causa dos quais Deus jura! Ó misérrimos, se não cremos nem ao Senhor que jura!"[615] 95 Mas aqui releva saber que esta fé deve estar persuadida de que Deus nos perdoa gratuitamente, por causa de Cristo, em razão de sua promessa, não em virtude de nossas obras, contrição, confissão ou satisfações. Pois, se a fé se apóia nestas obras, imediatamente se torna incerta, porque a consciência pávida vê que estas obras são indignas. 96 Magnífico, por isso, o que sobre o arrependimento diz Ambrósio: "Logo, tanto nos convém crer que devemos arrepender-nos, como que devemos ser perdoados; contudo, de modo que esperemos o perdão como proveniente da fé, a qual o obtém como que de nota promissória"[616]. 97 Da mesma forma: "É a fé que cobre nossos pecados". Nos escritos patrísticos há, portanto, sentenças não apenas sobre contrição e obras, mas, também, sobre a fé. Os adversários, entretanto, não entendendo nem a natureza do arrependimento nem a linguagem dos Pais, extraem passos concernentes a uma parte do arrependimento, ou seja, a respeito das obras. Os ditos sobre a fé, exarados em outra parte, passam-nos em silêncio, por não os entenderem.

DA CONFISSÃO E DA SATISFAÇÃO

98 Homens de bem facilmente podem formar o juízo de que é da mais alta importância conservar doutrina verdadeira com respeito às partes supramen-

---

[613] Quintus Septimus Florens Tertullianus, ca. A. D 155/160-ca. 240/250, nascido em Cartago. A maioria dos autores modernos se inclina a pensar que cabe a Tertuliano, não a Minúcio Félix, o título de primeiro autor cristão a escrever em latim. É opinião geral que o *Apologeticus pro Christianis seu Apologeticum* é o mais importante de seus numerosos escritos.

[614] Ez 33.11.

[615] Tertuliano, *De Paenitentia* 4. MSL 1, 1234 A. CSEL 76; 149, 29

[616] *De poenitentia adv. Novatianos* II, 9. MSL 16, 538 A. "Como que de nota promissória": *tamquam ex syngrapha. Syngrapha* é declaração escrita de que se pagará. Em português temos "síngrafo" (em latim também existe a forma *syngraphus* = contrato escrito, etc.) e o sinônimo "singrafia" (documento de dívida, assinado não só pelo devedor, mas, também, pelo credor ou por outras pessoas).

cionadas, a saber, contrição e fé. Por isso nos temos ocupado sempre mais em ilustrar esses tópicos, não havendo discutido muito sobre confissão e satisfa-
99 ções. Pois nós também mantemos a confissão, mormente por causa da absolvição, a qual é a palavra de Deus que o poder das chaves pronuncia, por autori-
100 dade divina, com respeito a indivíduos. Seria ímpio, por isso, eliminar da igre-
101 ja a absolvição particular. E se há quem despreze a absolvição particular, não
102 entende o que é remissão de pecados ou poder das chaves. De resto, quanto à enumeração dos pecados na confissão, ficou dito acima que pensamos não ser
103 ela necessária de direito divino. Com respeito à objeção de alguns que alegam dever o juiz conhecer a questão antes de pronunciar, é de todo impertinente, porque o ministério da absolvição é benefício ou graça, não sentença judicial
104 ou lei. Os ministros têm, por isso, mandamento na igreja para remitir pecados,
105 não tendo ordem para inteirar-se de pecados ocultos. E, certamente, absolvem dos que não recordamos. Por isso, a absolvição, a qual é a voz do evangelho que remite pecados e consola consciências, não requer o conhecimento[617].

106 E é ridículo transferir para cá a sentença de Salomão: "Conhece diligentemente o aspecto do teu gado miúdo"[618]. Pois Salomão não diz nada sobre a confissão; dá um preceito de economia doméstica ao pai da família: que use do seu e se abstenha do alheio. E lhe ordena que cuide com diligência de sua propriedade, todavia, de maneira que a mente ocupada com o zelo em aumentar seus recursos não negligencie o temor de Deus, ou a fé, ou o cuidado com a palavra de Deus. Nossos adversários, porém, transformam, com metamorfoses miríficas, os textos da Escritura em passos de sentidos quaisquer. Aqui, "conhecer", para eles, significa "ouvir confissões", "aspecto" não designa as relações externas, mas os arcanos da consciência. "Gado miúdo" figura os homens. Bela, sem dúvida, a interpretação, e digna desses desprezadores dos empenhos da eloqüência. Mas, se alguém quiser, por símile, transferir um preceito de pai de família a pastor da igreja, por certo que deverá interpretar "aspecto" como referindo-se às relações externas. Este símile quadrará melhor.

107 Mas omitamos isto. Nos salmos, menciona-se, às vezes, a confissão, como, por exemplo: "Disse: Confessarei ao Senhor as minhas transgressões; e tu perdoaste a iniqüidade do meu pecado"[619]. Tal confissão de pecado, feita a Deus, é a mesma contrição. Pois quando se confessa a Deus, é necessário fazê-lo de coração, não apenas com a voz, como é feito pelos atores no palco. Tal confissão, portanto, é a contrição, em que, sentindo a ira de Deus, confessamos que Deus se encoleriza com razão e que não pode ser reconciliado por nossas
108 obras e, contudo, buscamos misericórdia à vista da promessa de Deus. Assim é esta confissão: "Pequei contra ti somente, de maneira que és justificado e vences quando és julgado"[620]. Isto é: Confesso que sou pecador e mereci ira eterna, e não posso opor à tua ira as minhas justiças, os meus méritos. Digo,

---

[617] *Non requirit cognitionem*, i. e., dos pecados.

[618] Pv 27.23. Almeida RA: "Procura conhecer o estado das tuas ovelhas".

[619] Sl 32.5.

[620] Sl 51.4. Almeida RA: "Pequei contra ti, contra ti somente... de maneira que serás tido por justo no teu falar e puro no teu julgar".

por isso, que tu és justo quando nos condenas e punes. Declaro que vences quando hipócritas te julgam injusto, tu que os punes ou condenas os bem-merecidos[621]. Não, nossos méritos não podem opor-se ao teu juízo, mas seremos justificados, se tu nos justificares, se tu nos reputares justos por tua misericórdia. Talvez, alguém cite também Tiago[622]: "Confessai os vossos pecados uns aos outros". Aqui, porém, não se fala de confissão que se deva fazer a sacerdotes, senão que se fala genericamente da reconciliação de irmãos entre si. Pois ordena que a confissão seja mútua. 109

Além disso, nossos adversários condenarão muitos doutores recebidíssimos, se contenderem que uma enumeração dos pecados na confissão é necessária de direito divino. Pois, ainda que aprovamos a confissão e julgamos que algum exame é útil para melhor instrução dos homens, a coisa, contudo, deve ser moderada de forma que não se atirem laços às consciências, que jamais ficarão tranqüilas, caso pensem que não podem obter a remissão dos pecados a não ser depois de feita aquela escrupulosa enumeração. Falsíssimo é, sem dúvida, o que os adversários afirmaram na *Confutação:* que uma confissão íntegra é necessária para a salvação[623]. Pois ela é impossível. E que laços atiram aqui à consciência quando requerem a confissão íntegra! Pois quando é que estará segura a consciência de que a confissão é integra? Os escritores eclesiásticos[624] mencionam a confissão, mas não falam dessa enumeração de pecados ocultos, senão que do rito da penitência pública. Pois, em virtude do fato de que os caídos ou os mal-afamados não eram recebidos sem determinadas satisfações, confessavam-se eles, por isso, aos presbíteros, a fim de se lhes prescrever satisfações de acordo com a gravidade dos delitos. Tudo isso não tinha nada de semelhante à enumeração sobre a qual estamos discutindo. Fazia-se aquela confissão não porque sem ela fosse impossível a remissão dos pecados diante de Deus, sim, porque não se poderiam prescrever satisfações a menos que se conhecesse, antes, o gênero do delito. Pois delitos diferentes tinham cânones diferentes[625]. 110 111 112

---

[621] *Bene meritos.* Justus Jonas: "Ich gebe dir recht, obwohl die Heuchler dich richten, du seiest unrecht, dass du ihren Verdienst und gute Werke nicht ansiehest". J. Pelikan (Tappert, p. 198): "... condemning those who have deserved it". O sentido do original é este: hipócritas julgam injusto ao Deus que condena os que têm méritos. Justus Jonas acerta na interpretação do *bene meritos*: hipócritas julgam a Deus injusto pelo fato de ele não levar em consideração o mérito e as boas obras deles.

[622] Tg 5.16.

[623] Confessio integra. Justos Jonas: "Eine ganze reine Beicht". O texto da *Confutação* a que Melanchthon se refere aqui não é o indicado em Tappert (p. 198, nota 2), mas o seguinte (CR 27, 159-160): *Quare admonendi sunt, cum confessio integra nedum sit ad salutem necessaria, sed etiam nervus exsistat christianae disciplinae et totius obedientiae, ut ecclesiae orthodoxae conformentur* ("Razão por que, visto que uma confissão íntegra não só é necessária para a salvação, mas também se torna o nervo da disciplina cristã e de toda a obediência, devem ser admoestados a se conformarem à igreja ortodoxa"). *Nedum = não só* na construção *nedum... sed etiam.* Devem ser admoestados, i. e., os príncipes e as cidades.

[624] I. e., os Pais. Justus Jonas: "Die Väter".

[625] Os cânones penitenciais. Vid., p.ex., Herzog-Hauck, *Realencyklopädie für protestentische Theologie und Kirche,* 3ª ed., III, 581ss.

113 E, desse rito da penitência pública, também nos ficou a palavra "satisfação". Pois os santos Pais não queriam receber os caídos ou os mal-afamados, salvo, se, primeiro, se reconhecesse e visse o arrependimento deles, até onde isso fosse possível. E parece ter havido muitas razões para tal. Pois castigar os homens lapsos servia de exemplo, como também adverte a glosa nos *Decretos*[626] e era indecoroso admitir, imediatamente, à comunhão, pessoas mal-afamadas. Esses costumes já vai muito que se antiquaram. E não é necessário restaurá-los, porquanto não são imprescindíveis para a remissão dos pecados diante de 114 Deus. Nem era pensamento dos Pais que os homens mereceriam remissão de pecados por tais costumes ou obras. Entretanto, esses espetáculos costumam induzir os ignorantes no erro de julgarem que, por estas obras, merecem remissão de pecados perante Deus. Mas, se alguém pensa assim, pensa judaica e gentilicamente. Pois a gentilidade também tinha certas expiações pelas quais ima-115 ginavam que eram reconciliados por Deus. Agora, porém, antiquado o costume, remanescem o nome "satisfação" e um vestígio do costume de, na confissão, prescrever determinadas satisfações, as quais definem como obras não devi-116 das. Nós as chamamos satisfações canônicas. Delas, pensamos assim como da enumeração[627]: satisfações canônicas não são necessárias de direito divino para a remissão de pecados, da mesma forma como para a remissão de pecados não foram necessários, de direito divino, aqueles antigos espetáculos de satisfações em penitência pública. Pois deve reter-se a sentença sobre a fé, que obtemos remissão de pecados pela fé, por causa de Cristo, não em virtude de obras nossas precedentes ou seqüentes. E, por esta razão, discutimos, principalmente, a respeito das satisfações, a fim de que não fossem admitidas, para obscurecimento da justiça da fé, nem julgassem os homens que alcançam remissão de 117 pecados em virtude dessas obras. E favorecem o erro muitas sentenças discutidas nas escolas, como se dá com a que apresentam ao definir a satisfação: que ela é feita para aplacar o desagrado divino.

118 Confessam os adversários, todavia, que as satisfações não aproveitam na remissão da culpa. Imaginam, entretanto, que as satisfações são proveitosas para redimir penas, ou do purgatório, ou outras. Pois ensinam que no perdão do pecado, Deus remite a culpa e, contudo, por convir à justiça divina castigar o pecado, comuta a pena eterna em temporal. Acrescentam, ainda, que parte do castigo temporal é remitido pelo poder das chaves, sendo, porém, o restante redimido por satisfações. E não se pode entender quais os castigos de que parte é remitida pelo poder das chaves, a menos que digam ser remitida parte dos castigos do purgatório. De onde se seguiria que as satisfações são apenas castigos que redimem do purgatório. E dizem que esta satisfações valem mesmo quando feitas pelos que recaíram em pecado mortal, como se o desagrado divino pudesse ser aplacado por aqueles que estão em pecado mortal. 119 Imaginária é toda essa questão e de fabricação recente, sem a autoridade da Escri-

---

[626] Glosa ao *Decretum Gratiani* II. C.24. q..3. c.18.

[627] I. e., da enumeração dos pecados na confissão.

tura e dos escritores eclesiásticos[628] antigos. Nem mesmo o Lombardo[629] fala dessa maneira a respeito das satisfações. Os escolásticos viram que havia satis- 120 fações na igreja. E não repararam que aqueles espetáculos[630] foram instituídos tanto para exemplo, como para pôr à prova os que desejavam ser recebidos pela igreja. Não viram, em suma, que se tratava de uma disciplina e de questão inteiramente secular. Imaginaram, por isso, supersticiosamente, que elas[631] valiam não para disciplina diante da igreja, senão para apaziguar a Deus. E, assim como em outras questões, muitas vezes, misturaram, desagradavelmente, assuntos espirituais e temporais[632], a mesma coisa aconteceu relativamente às satisfações. Uma glosa dos cânones atesta, contudo, em vários lugares, que es- 121 tas observâncias foram instituídas por causa da disciplina eclesiástica.

Veja-se, porém, como provam esta sua ficção na *Confutação*, que ousa- 122 ram jogar sobre S. M. Imperial. Citam muitas sentenças escriturísticas, a fim de imposturar junto aos inexperientes, como se tivesse autoridade nas Escrituras uma questão ignorada até os tempo do Lombardo. Alegam estas sentenças: "Produzi, pois, fruto digno do arrependimento"[633]. Também: "Oferecei os vossos membros para servirem a justiça"[634]. Da mesma forma, Cristo prega o arrependimento: "Arrependei-vos"[635]. Cristo, igualmente, ordena aos apóstolos que preguem arrependimento[636]; e Pedro prega arrependimento em Atos 2[637]. Citam, depois, algumas sentenças dos Pais e alguns cânones, concluindo: As satisfações não devem ser abolidas na igreja, contra o expresso evangelho e os decretos dos concílios e Pais; que até os absolvidos pelo sacerdote devem perfazer uma penitência imposta como obrigação, segundo o texto de Paulo: "O qual a si mesmo se deu por nós, a fim de remir-nos de toda iniqüidade, e purificar para si mesmo um povo exclusivamente seu, zeloso de boas obras"[638].

Que Deus deite a perder estes sofistas ímpios, que tão criminosamente 123 torcem o verbo divino a seus vaníssimos sonhos! Qual o homem de bem que não se revolta com tamanha indignidade? Cristo diz: "Arrependei-vos"; os apóstolos pregam arrependimento; logo, penas do purgatório compensam penas eternas; logo, as chaves têm mandato para remir parte das penas do purgatório; logo, satisfações redimem penas do purgatório. Quem ensinou a estes asnos semelhante lógica? Mas isto aí não é lógica nem sofística; é sico-

---

[628] I. e., dos Pais eclesiásticos. Justus Jonas: "Väter".
[629] Pedro Lombardo, *Sent.* IV. d.14-19. MSL 92, 868ss
[630] Os espetáculos das penitências públicas.
[631] As satisfações.
[632] "Spiritualia et politiká".
[633] Mt 3.8; Mc 1.15.
[634] Rm 6.19.
[635] Mt 4.17; Lc 24.47.
[636] Lc 24.47.
[637] At 2.38.
[638] Tt 2.14.

fântica[639]. Alegam a palavra "arrependei-vos" no intuito de fazer com que os imperitos, ao ouvirem tal passo citado contra nós, formem a opinião de que nós destruímos todo o arrependimento. Tentam, com essas artes, alienar mentes e acender ódios, a fim de os inexperientes conclamarem contra nós que importa extirpar do meio heréticos tão pestilentos, que desaprovam o arrependimento.

124 Mas nutrimos a esperança de que entre homens de bem essas calúnias sejam de pouco efeito. E Deus não suportará por muito tempo tanta impudência e malícia. E não cuidou bem de sua dignidade o romano pontífice ao valer-se de semelhantes patronos, porque confiou assunto importantíssimo ao juízo desses sofistas. Pois, como nós abraçamos na Confissão quase que a suma de toda a doutrina cristã, deverá ter-se convidado, para se pronunciarem sobre questões tão importantes, numerosas e várias, juizes de conhecimento e fé 125 mais aprovados que os desses sofistas que escreveram a *Confutação*. E convinha a ti, Campégio[640], tivesses cuidado, de acordo com a tua sabedoria, para que, em assunto de tamanha importância, nada escrevessem que, hoje ou entre os pósteros, parecesse poder diminuir o crédito da Sé Romana. Se a Sé Romana entende ser justo que todas as gentes a reconheçam mestra da fé, deve tratar de conseguir que homens doutos e íntegros se ocupem do exame de questões religiosas. Pois, que pensará o mundo se algum dia vier a público o escrito dos 126 adversários?[641] Que pensará a posteridade desses juízos ardilosos? Vês, Campégio, que estes são os tempos derradeiros, a respeito dos quais predisse Cristo que, neles, a religião correria grande perigo. Por isso, vós, que devereis estar sentados como que em torre de vigia a governar as questões religiosas, releva que useis, nos tempos que correm, ora de singular prudência, ora de diligência. Há muitos sinais que, salvo se vos acautelardes, ameaçam mudança ao estado 127 romano. E erras, se julgas que igrejas se devem reter apenas pela força e pelas armas. Os homens pedem que os instruam sobre religião. Quantos julgas que há, não só na Alemanha, mas, também, na Inglaterra, na Espanha, na França, na Itália e, finalmente, na própria cidade de Roma e que, por verem que surgiram controvérsias em torno de assuntos de máxima importância, começam a duvidar, ali e acolá, indignando-se silenciosamente porque vos recusais a investigar e julgar devidamente questões de tamanha importância, porque não livrais consciências indecisas, porque apenas ordenais que nós outros sejamos subju-128 gados e destruídos pelas armas. Muitos são os homens de bem para os quais essa dúvida é mais acerba do que a morte. Não ponderas de maneira suficiente a importância da religião, se pensas que homens de bem se angustiam por motivo fútil onde quer que comecem a duvidar[642] sobre algum dogma. E essa dúvida não pode senão gerar suma amargura de ódio contra os que obstaculizam as

---

[639] Lógica. No original: *dialectica. Sycophantica*: ludíbrio, velhacarria, mentira, calúnia. Justus Jonas: "sondern es sind Bubenstück" ("senão que são atos de patifaria"). Cf. Apologia, VII e VIII, 2 e nota em "sicofanta".

[640] Cardeal Lorenzo Campeggio (1464 –1539), legado papal.

[641] Só em 1573 foi publicada a *Confutação*.

[642] Ou: disputar. No original: *ambigere*

vias de explicações quando deveriam sarar as consciências. Não dizemos, aqui, que devíeis temer o juízo de Deus, pois entendem os bispos que isto se remedeia facilmente, eles, que, porquanto possuem as chaves, podem – já se vê – abrir a si mesmos o céu sempre que assim o queiram. Falamos do juízo dos homens e da vontade tácita de todas as gentes, que hoje requerem, sem dúvida, se examinem e decidam estas questões de modo tal, que os corações bons possam ser sarados e libertados da dúvida. Pois, o que acontecerá se algum dia este ódio contra vós fizer sortida, facilmente podes avaliar em tua sabedoria. Mas, com esse benefício podereis vincular a vós todas as nações, porque todos os homens sãos julgam que é o sumo e máximo, caso sanardes as consciências em dúvida. Não dissemos isto porque duvidássemos de nossa Confissão. Sabemos que ela é verdadeira, piedosa e útil para as consciências pias. Mas é provável haver muitos em muitos lugares que hesitam com respeito a matéria não leve e que, contudo, não ouvem mestres que lhes possam curar as consciências. 129 130

Mas volvamos ao tema. Os textos citados pelos adversários de modo nenhum falam de satisfações canônicas e das opiniões dos escolásticos, pois sabe-se que estas nasceram faz pouco. Razão por que é mera calúnia torcerem as Escrituras e suas opiniões. Dizemos que ao arrependimento, isto é, à conversão ou regeneração, devem seguir-se, por toda a vida, bons frutos, boas obras. Nem pode haver conversão verdadeira ou vera contrição onde não se seguem mortificações da carne e bons frutos. Terrores verdadeiros, verdadeiras dores de alma não permitem que o corpo condescenda a voluptuosidade, e fé verdadeira não é ingrata para com Deus, nem lhe despreza os mandamentos. Enfim, nenhum arrependimento é interior a não ser que também produza, exteriormente, mortificação da carne. E dizemos ser esse o sentido intentado por João quando diz: "Produzi fruto digno do arrependimento"[643]. Da mesma forma, Paulo, ao dizer: "Oferecei os vossos membros para servirem a justiça"[644]. Assim, como em outro lugar diz: "Apresentai os vossos corpos por sacrifício vivo, santo, etc."[645] E Cristo, quando diz: "Arrependei-vos"[646], por certo que fala do arrependimento todo, de toda a novidade de vida e dos frutos. Não se refere àquelas satisfações hipócritas que, segundo imaginam os escolásticos, valem para compensar o castigo do purgatório ou outras penas, mesmo quando feitas por quem está em pecado mortal. 131 132

É possível coligir, todavia, muitos argumentos para mostrar que esses textos bíblicos de modo nenhum entendem com as satisfações escolásticas. Imaginam eles que satisfações são obras devidas. A Escritura, entretanto, requer, nestes passos, obras que são obrigatórias. Pois esta palavra de Cristo: "Arrependei-vos" é voz de preceito. Escrevem os adversários, outrossim, que o confessado não peca se se recusa a tomar sobre si satisfações, mas pagará esses castigos no purgatório. Agora, as sentenças que seguem são, sem contro- 133 134

---

[643] João Batista. Mt 3.8.
[644] Rm 6.19.
[645] Rm 12.1.
[646] Mt 4.17; Lc 24.47.

vérsia, preceitos pertencentes a esta vida: "Arrependei-vos"; "produzi fruto digno do arrependimento"; "oferecei os vossos membros para servirem a justiça". Razão por que não podem ser torcidas para referi-las às satisfações, as
135 quais é lícito recusar. Pois não é permitido recusar os preceitos de Deus. Em terceiro lugar, as indulgências remitem aquelas satisfações, conforme ensina o capítulo *Quum ex eo, de poenitentiis et remissione*[647]. Indulgências, entretanto, não nos libertam dos preceitos: "Arrependei-vos"; "produzi fruto digno do arrependimento". Manifesto, por conseguinte, que estes passos escriturísticos
136 foram torcidos maldosamente às satisfações canônicas. Vede ainda o que segue. Se as penas do purgatório são satisfações ou satispaixões[648], ou se satisfações redimem das penas do purgatório, acaso estes passos também preceituam que almas sejam castigadas no purgatório? Como isto, necessariamente, segue-se das opiniões dos adversários, dever-se-ão interpretar estes passos de maneira nova: "Produzi fruto digno do arrependimento"; "arrependei-vos", isto
137 é, sofrei as penas do purgatório depois desta vida. Repugna, porém, repelir mais por extenso as bobagens dos adversários. Pois é certo que as Escrituras falam de obras devidas, de toda a novidade de vida, não destas observâncias de obras não obrigatórias, das quais falam os adversários. E com estas invenções defendem, contudo, ordens, vendição de missas e um número infinito de observâncias como sendo, efetivamente, obras que, se não satisfazem a culpa, satisfazem, todavia, a pena.

138 Visto, por conseguinte, que os textos citados não dizem que penas eternas devem ser compensadas como obras não obrigatórias, é às tontas que os adversários afirmam serem aquelas penas compensadas por satisfações canônicas. Também as chaves não têm mandato de comutar quaisquer penas, nem de remitir parte dos castigos. Pois em que lugar das Escrituras se lêem estas coisas? Cristo fala da remissão dos pecados quando diz: "Tudo o que desligardes, etc."[649] Através desse perdão é suprimida a morte eterna e devolvida a vida eterna. Não fala, aqui, da imposição de penas: "Tudo o que ligardes"[650], senão
139 da retenção dos pecados daqueles que não se convertem. Mas a sentença do Lombardo sobre a remissão parcial das penas foi buscada nas penas canônicas. Parte delas os pastores remitiam. Conseqüentemente, conquanto cremos que o arrependimento deve produzir bons frutos por causa da glória e do mandamento de Deus – e bons frutos, como jejuns verdadeiros, orações verdadeiras, esmolas verdadeiras, etc., têm mandamentos de Deus –, em parte nenhuma das Sagradas Escrituras encontramos, todavia, isto: que penas eternas não são remitidas exceto em virtude de castigos purgatórios ou satisfações canônicas, isto é, em vista de certas obras não obrigatórias, ou que o poder das chaves tem mandato para comutar penas ou remitir parte delas. Corria aos adversários o dever de provar essas coisas.

---

[647] *Decr Greg.* IX. lib. V. tit. 38. *De poenitentiis et remissionibus,* c. 14.
[648] *Satispassiones,* sofrimentos suficientes.
[649] Mt 18.18.
[650] Mt 18.18.

Além disso, a morte de Cristo não é apenas satisfação pela culpa, mas, também, pela morte eterna, segundo o texto: "Ó morte, eu serei a tua morte"[651]. Quão monstruoso, portanto, é dizer que a satisfação de Cristo redime da culpa e nossas penas redimem da morte eterna! Como se a palavra "serei tua morte" devesse entender-se não de Cristo, senão de nossas obras e, para cúmulo, não de obras ordenadas por Deus, mas de algumas triviais observâncias excogitadas por homens! E delas se diz que abolem a morte, mesmo quando feitas em pecado mortal. É incrível com quanta dor trazemos à colação essas inépcias dos adversários, as quais não podem deixar de enfurecer a quem se ocupa com essas doutrinas de demônios, que o diabo espalhou na igreja para asfixiar o conhecimento da lei e do evangelho, do arrependimento e da vivificação, e o conhecimento dos benefícios de Cristo. Eis o que dizem da lei: Deus, condescendendo com nossa fraqueza, constituiu para o homem uma medida daquilo a que necessariamente está preso – a observância dos preceitos –, assim que, com o restante, isto é, com as obras supererogatórias, possa pagar as transgressões. Aqui, imaginam que os homens podem cumprir a lei de modo tal, que até lhes seja possível fazer mais do que a lei exige. Mas a Escritura clama em toda a parte que estamos muito longe da perfeição requerida pela lei. Eles imaginam, entretanto, que a lei de Deus se contenta com justiça externa e civil. Não vêem que ela requer amor verdadeiro a Deus de todo o coração, etc., e condena toda a concupiscência da natureza. Conseguintemente, ninguém faz tanto quanto a lei requer. Ridículo, por conseqüência, imaginarem que podemos fazer mais. Pois, ainda que podemos fazer obras externas não ordenadas pela lei de Deus, é, contudo, vã e ímpia a confiança de que se satisfaz a lei de Deus. E orações verdadeiras, esmolas verdadeiras, jejuns verdadeiros têm preceito de Deus; e onde têm preceito de Deus, não podem ser omitidos sem pecado. Aquelas obras, porém, enquanto não ordenadas pela lei de Deus, mas tendo certa forma originada de preceito humano, são obras de tradições humanas, obras das quais Cristo diz: "Em vão me adoram com preceitos de homens"[652], como certos jejuns instituídos não para refrear a carne, mas para que, por essa obra, seja tributada honra a Deus, como diz Escoto[653], e se compense a morte eterna. Também número determinado de preces, determinada medida de esmolas, quando feitas assim que aquela medida seja um culto *ex opere operato*[654], tributa honra a Deus e compensa a morte eterna. Pois atribuem-lhes[655] uma satisfação *ex opere operato*[656], porquanto ensinam que elas valem mesmo no caso daqueles que estão em pecado mortal. Aquelas peregrinações afastam-se mais ainda dos preceitos divinos. E delas há grande vari-

140 141 142 143 144

[651] Os 13.14.

[652] Mt 15.9. "E em vão me adoram, ensinando doutrinas que são preceitos de homens".

[653] João Duns Escoto, *In sent.* IV. d. 15. q.1. a.3.

[654] Em virtude da obra realizada. Vid. CA XXIV, 22, tradução do texto latino, nota em "obra realizada".

[655] A essas obras.

[656] Vid. CA XXIV, 22, tradução do texto latino, nota em "obra realizada".

edade: um jornadeia resguardado com catafracto[657], outro, de pé descalço. A isso, Cristo chama cultos inúteis, razão por que não servem "para aplacar o desagrado de Deus", como dizem os adversários. E, contudo, ornam estas obras com títulos magníficos. Chamam-nas obras supererogatórias, atribuem-lhes as

145 honras de preço em substituição da morte eterna. São preferidas, assim, às obras dos preceitos de Deus. Desta maneira obscurece-se a lei de Deus duplamente: tanto por julgar-se que a lei de Deus é satisfeita mediante obras externas e civis, como porque se adicionam tradições humanas, cujas obras se preferem às obras da lei divina.

146 Além disso, obscurecem-se o arrependimento e a graça. Pois não se redime a morte eterna por essa compensação de obras, porque é ociosa, nem toma o gosto à morte no presente. Outra coisa deve ser oposta à morte quando ela nos tenta. Pois, assim como se vence a ira de Deus pela fé em Cristo, da mesma forma, pela fé em Cristo, a morte é vencida. Como diz Paulo: "Graças a Deus que nos dá a vitória por intermédio de nosso Senhor Jesus Cristo"[658]. Não diz:

147 "Que nos dá a vitória, se opusermos nossas satisfações à morte". Os adversários tratam de especulações ociosas a propóstio da remissão da culpa e não vêem como, na remissão da culpa, o coração é libertado da ira de Deus e da morte eterna pela fé em Cristo. Como, portanto, a morte de Cristo é satisfação pela morte eterna, e como os próprios adversários confessam que aquelas obras de satisfações são obras não devidas, mas obras de tradições humanas, das quais Cristo diz[659] serem cultos inúteis, podemos afirmar com segurança que satisfações canônicas não são necessárias de direito divino para a remissão da culpa, da pena eterna ou do castigo purgatório.

148 Objetam, porém, os adversários que vingança ou pena são necessárias para o arrependimento, porque Agostinho diz: "A penitência é vingança que pune"[660], etc. Concedemos que vingança ou pena é necessária no arrependimento, todavia, não a título de mérito ou preço, como os adversários imaginam no respeitante às satisfações. A vingança está no arrependimento formalmente, isto é, porque a própria regeneração se dá através de perpétua mortificação da vetustez. Será muito bela a sentença de Escoto de que a penitência é, por assim dizer, a preservadora da pena[661]. Mas de que pena, de que vingança fala Agostinho? Por certo que da pena verdadeira, da vingança autêntica, a saber: da contrição, dos terrores verdadeiros. Não excluímos, aqui, as morti-

149 ficações externas do corpo, que seguem às verdadeiras dores de alma. Erram muito os adversários se julgam que as satisfações canônicas são penas mais verdadeiras do que veros terrores no coração. É estultíssimo torcer o nome "pena" àquelas frígidas satisfações, não o referindo aos horríveis terrores de consciência

---

[657] Vid. infra, seção 149, nota em "catafracto".

[658] 1 Co 15.57.

[659] Mt 15.9.

[660] Pseudo-Agostinho, *De vera et falsa poenitentia* 19,35, MSL 40, 1129: *Poenitentia itaque est vindicta puniens in se, quod dolet comisisse* ("A penitência, pois, é vingança que pune na pessoa o que lhe dói haver cometido"). Cf. Apologia XII, 91.

[661] João Duns Escoto, *In sent.* IV. d. 14. q.1. a. 3. concl. 2.

dos quais Davi diz: "As dores da morte me circundaram, etc."[662] Quem não preferiria buscar, couraçado e de catafracto[663], o templo de Tiago[664], a Basílica de Pedro[665], etc., a suportar aquela indizível violência de dor existente até em medíocres[666], quando há vero arrependimento.

Mas, dizem, convém à justiça divina punir o pecado. Certamente o pune na contrição, quando, naqueles terrores, mostra sua ira. Como significa Davi quando ora: "Senhor, não me repreendas na tua ira"[667]. E Jeremias, no capítulo décimo[668]: "Castiga-me, ó Senhor, mas em justa medida, não na tua ira, para que não me reduzas a nada". Aqui, sem dúvida, fala-se das penas mais acerbas. E os adversários confessam que a contrição pode ser tão grande, a ponto de não se requerer satisfação. Por forma que a contrição é mais verdadeiramente pena do que a satisfação. Além do que, santos estão sujeitos à morte e a todas as aflições comuns, como diz Pedro, em sua primeira epístola, no capítulo quarto[669]: "Porque a ocasião de começar o juízo pela casa de Deus é chegada; ora, se primeiro vem por nós, qual será o fim daqueles que não obedecem ao evangelho de Deus?" E, ainda que estas aflições na maior parte das vezes são castigos de pecados, têm, contudo, nos piedosos, outro fim, melhor, a saber: exercitá-los, a fim de que aprendam a buscar o auxílio de Deus em meio às tentações, reconheçam a desconfiança de seus corações, etc., como Paulo diz de si mesmo, em 2 Coríntios 1[670]: "Contudo, já em nós mesmos tivemos a sentença de morte, para que não confiemos em nós, e sim no Deus que ressuscita os mortos". E Isaías[671] diz: "A angústia na qual clamam lhes é disciplina tua", isto é, aflições constituem disciplina por meio da qual Deus exercita os santos. Da mesma forma, aflições são infligidas em razão de pecado presente, visto que nos santos mortificam e extinguem a concupiscência, de modo que possam ser renovados pelo Espírito, como diz Paulo, em Romanos 8: "O cor-

150

151

153

---

[662] Sl 18.4.

[663] *Loricatus et cataphractus. Loricatus*: cf. o termo português "lorigado" (revestido de loriga, saio de malho com lâminas de metal, dos antigos guerreiros). *Cataphractus*: em português existem os substantivos "catafracto" (antiga armadura, espécie de couraça, revestida de escamas) e "catafractário" (aquele que se resguarda com catafracto).

[664] Em Santiago de Compostela, Espanha, famoso centro de peregrinações na Idade Média, surgiu a crença de que o apóstolo Tiago foi martirizado lá, ou que lá foi sepultado, depois de seu martírio, na Palestina. Sobre o que se julgou serem relíquias de São Tiago, edificou-se uma igreja.

[665] Roma, Basílica de São Pedro, onde, segundo a tradição, está o túmulo do apóstolo São Pedro. A construção da basílica antiga foi iniciada por Constantino, no século IV. A primeira pedra da basílica moderna foi colocada em 1506. Foi consagrada 120 anos mais tarde, em 1626.

[666] *In mediocribus.*

[667] Sl 6.1.

[668] Jr 10.24.

[669] 1 Pe 4.17.

[670] 2 Co 1.9.

[671] Is 26.16.

po está morto por causa do pecado"[672], isto é, o corpo é mortificado em virtude do pecado presente, que ainda remanesceu na carne. E a própria morte serve ao propósito de abolir esta carne do pecado, a fim de ressurgirmos inteiramente novos. Na morte do crente, porém, depois que, pela fé, venceu os terrores da morte, já não há aquele aguilhão[673] e aquele sentimento de ira de que fala Paulo: "O aguilhão da morte é o pecado, e a força do pecado é a lei"[674]. Esse poder da morte, esse sentimento de ira é verdadeiramente um castigo enquanto está
154 presente. Sem esse sentimento de ira, a morte não é propriamente pena. Além disso, satisfações nada têm que ver com estas penas, porque os adversários dizem que parte das penas é remitida pelo poder das chaves. Igualmente, segundo eles, as chaves remitem as satisfações e as penas em razão das quais se fazem satisfações. É certo, no entanto, que as aflições comuns não são eliminadas mediante o poder das chaves. E se querem que a gente os entenda como falando a respeito dessas penas, por que acrescentam que é necessário satisfazer no purgatório?

155 Objetam com o caso de Adão, e o de Davi, que foi punido por causa de adultério. Destes exemplos induzem a norma universal de que castigos temporais peculiares correspondem a pecados individuais na remissão dos pecados.
156 Ficou dito anteriormente sofrerem os santos penas que são obras de Deus; sofrem contrição ou terrores; sofrem também outras aflições comuns. Assim, alguns sofrem, por exemplo, castigos peculiares impostos por Deus. E essas penas de modo nenhum pertencem às chaves, porque as chaves não as podem impor nem remitir. É Deus quem as impõe e remite, sem o ministério das chaves.

Não se segue a norma universal: a Davi foi imposto castigo peculiar; logo, além das aflições comuns, há alguma outra pena de purgatório, na qual a
157 cada pecado corresponde um grau particular. Onde é que a Escritura ensina que não podem ser libertados da morte eterna a não ser pela compensação de certas penas além das aflições comuns? Mas, de outro lado, ensina muitíssimas vezes que se alcança a remissão dos pecados gratuitamente, por causa de Cristo, que Cristo é o vencedor do pecado e da morte. Razão por que não se deve remendar isso com o mérito da satisfação. E, ainda que remanescem aflições, a essas, contudo, interpreta[675] como sendo mortificações do pecado presente, não compensações da morte eterna ou preços que a substituam.

158 Escusa-se[676] a Jó dizendo que não foi afligido em virtude de maldades pretéritas. Aflições, por isso, nem sempre são penas ou sinais da ira. Deve ensinar-se, pelo contrário, a consciências pávidas que fins outros das aflições são mais importantes, para não pensarem que são rejeitadas por Deus, quan-

---

[672] Rm 8.10.

[673] Em H. G. Pöhlmann (*Apologia*, p. 160) há um lapso: "Nicht nur im Tode des Glaubenden ist, nachdem er durch den Glauben die Schrecken des Todes besiegt hat, jener Stachel..." No original: *Neque iam in morte credentis, postquam fide terrores mortis vicit, ille aculeus est...*

[674] 1 Co 15.56.

[675] A Escritura.

[676] I. e., a Escritura o escusa. Cf. Jó 2.3,10.

do, nas aflições, não virem senão castigo e ira de Deus. Devem considerar-se os outros fins mais importantes: que Deus faz a obra estranha, a fim de poder fazer a sua obra, etc., conforme ensina Isaías em longo sermão, no capítulo 28[677]. E quando os discípulos perguntam, com respeito ao cego, quem havia 159 pecado, João 9[678], responde Cristo que a causa da cegueira não é o pecado, "mas foi para que se manifestassem nele as obras de Deus". E em Jeremias[679] se diz: "Os que não estavam condenados a beber o cálice, totalmente o beberão". Assim como foram mortos os profetas, João Batista e outros santos. Razão 160 por que as aflições nem sempre são penas para certos atos pretéritos, senão obras de Deus destinadas para proveito nosso e para que o poder de Deus se torne mais perceptível em nossa fraqueza.

Assim diz Paulo: "O poder de Deus se aperfeiçoa na minha fraqueza"[680]. Por conseguinte, nossos corpos, por causa da vontade de Deus, devem ser sacrifícios para declarar nossa obediência, não para compensar a morte eterna, pela qual Deus tem outro preço, a saber, a morte de seu Filho. E, neste sentido, Gregório interpreta até a pena de Deus, quando diz: "Se Deus, por causa daquele pecado, tivesse ameaçado que ele seria humilhado assim pelo filho, por que, então, remitido o pecado, cumpriu o de que o havia ameaçado? A resposta é que aquela remissão de pecado se efetuou a fim de que o homem não fosse impedido de receber a vida eterna. Seguiu-se, porém, o exemplo da ameaça, para que a piedade do homem fosse exercitada e provada até naquela humildade. Assim, Deus também infligiu ao homem, por causa do pecado, a morte do corpo e, depois da remissão dos pecados, não a removeu, tendo em vista exercitar a justiça, isto é, para que se exercesse e provasse a justiça daqueles que são santificados"[681].

Nem são eliminadas propriamente as calamidades comuns por aquelas 162 obras de satisfações canônicas, isto é, por aquelas obras das tradições humanas, as quais, dizem, têm valor *ex opere operato*[682], e de modo que, posto sejam feitas em pecado mortal, ainda assim redimem das penas. E quando se objeta 163 com o texto de Paulo: "Se nos julgássemos a nós mesmos, não seríamos julgados pelo Senhor"[683], a palavra "julgar" deve ser entendida como referindo-se a todo o arrependimento e aos frutos devidos, não a obras não devidas. Nossos adversários, quando entendem que "julgar" é a mesma coisa que peregrinar,

---

[677] Is 28.21. Vid. Apologia XII, 51 e nota.

[678] Jo 9.3.

[679] Jr 49.12.

[680] 2 Co 12.9. Almeida RA: "O poder se aperfeiçoa na fraqueza".

[681] Não Gregório Magno, mas Agostinho, *De peccatorum meritis et remissione II*, c.24,56. MSL 44,183s. CSEL 60,125.

[682] Em virtude da obra realizada. Vid. CA XXIV, 22, tradução do texto latino, nota em "obra realizada".

[683] 1 Co 11.31. Almeida RA: "...não seríamos julgados".

de catafracto[684], a São Tiago[685], ou obras que tais, pagam pelo erro de desprezarem a gramática[686]. "Julgar" significa todo o arrependimento, significa "condenar os pecados". Essa condenação ocorre verdadeiramente na contrição e na mudança de vida. O arrependimento todo, a contrição, a fé, os bons frutos obtêm a mitigação de penas e calamidades públicas e particulares, conforme ensina Isaías, no capítulo primeiro[687]: "Cessai de fazer o mal. Aprendei a fazer o bem, etc. Ainda que os vossos pecados são como o escarlate, eles se tornarão brancos como a neve. Se quiserdes, e me ouvirdes, comereis o melhor desta terra". Não se deve transferir às satisfações e às obras de tradições humanas a sentença gravíssima e salubérrima do arrependimento todo e das obras devidas ou preceituadas por Deus. O que é útil ensinar é que males comuns são mitigados por nosso arrependimento e pelos verdadeiros frutos do arrependimento, mediante boas obras provenientes da fé, não, como eles imaginam, por obras realizadas em pecado mortal. A isso também se refere o exemplo dos ninivitas, os quais, por seu arrependimento – falamos da penitência toda –, foram reconciliados com Deus e obtiveram a graça de não verem destruída sua cidade[688].

164 165 166

167 Agora, quanto a isso de os Pais mencionarem a satisfação e quanto à feitura de cânones pelos concílios, dissemos acima que foi questão de disciplina eclesiástica, constituída para exemplo. Não entendiam que essa disciplina era necessária para a remissão da culpa ou da pena. Pois, se alguns dentre eles fizeram nisso menção do purgatório, interpretam-no não como compensação da pena eterna, não como satisfação, mas como purgação de almas imperfeitas. Como diz Agostinho: "Os pecados veniais são queimados"[689], isto é, são mortificadas a falta de confiança em Deus e outras disposições semelhantes a essa. 168 Vez que outra, os escritores transferem o termo "satisfação" do rito ou ato público para significar a verdadeira mortificação. Assim diz Agostinho: "Verdadeira satisfação é excisar as causas dos pecados, isto é, mortificar a carne, também refrear a carne, não para compensar penas eternas, mas a fim de que a carne não nos arraste ao pecado"[690].

169 Assim, quanto à restituição, diz Gregório que o arrependimento é falso se não satisfaz aqueles cuja propriedade retemos em nossas mãos[691]. Pois não se

---

[684] Vid. nota em Apologia XII, 149.

[685] *Ad sanctum Iacobum*. Santiago, contração de Sant-Iago. (Iago vem de Iacob). Vid nota em Apologia XII, 149.

[686] No original: *Adversarii nostri dant poenas contemptae grammatices*. Literalmente: "Os nossos adversários sofrem o castigo da gramática desprezada". Desacerta H. G. Pöhlmann (*Apologia*, p. 161): "Unsere Gegner legen den Strafen eine verächtliche Bedeutung bei".

[687] Is 1.16-19. Almeida RA, erroneamente: "a escarlate".

[688] Jn 3.10.

[689] Consumidos, incinerados: *concremari*. *De civ. Dei*, XXI c.26,4. MSL 41,745. CSEL 40, II. 571.

[690] Pseudo-Agostinho, *De eccl. dogm.* 24. MSL 43, 1218: *Satisfactio poenitentiae est causas peccatorum excidere nec earum suggestionibus aditum indulgere*.

[691] Gregório Magno. *Decretum Gratiani* II. C. 33. q.3. *De pon.*d.6.c.6.

dói verdadeiramente de haver furtado ou roubado aquele que ainda furta. Pois é ladrão ou roubador tanto tempo, quanto for possessor injusto de propriedade alheia[692]. É necessária aquela satisfação civil, porque está escrito: "Aquele que furtava, não furte mais"[693]. De maneira semelhante diz Crisóstomo: "No coração, contrição; na boca, confissão; na obra, total humildade"[694]. Isso em nada nos contraria. Boas obras devem seguir ao arrependimento. Deve ser arrependimento, não simulação, senão que mudança da vida toda para melhor. 170

Escreveram os Pais, da mesma forma, que é o bastante se uma vez na vida se faz essa pública ou solene penitência, a partir da qual se fizeram os cânones das satisfações. De onde se pode entender que, ao sentir deles, esses cânones não são necessários para a remissão dos pecados. Pois, em aditamento a essa penitência solene, querem, muitas vezes, que se faça penitência de outra maneira, onde não se requeriam cânones de satisfações. 171

Escrevem os arquitetos da *Confutação* que não se deve tolerar sejam abolidas, contra o expresso evangelho, as satisfações[695]. Nós, por isso, mostramos até aqui, que estas satisfações canônicas, isto é, obras não devidas, que devem ser feitas por causa da compensação da pena, não têm mandamento no evangelho. Mostra-o a própria coisa. Se obras de satisfações são obras não devidas, por que alegam o expresso evangelho? Pois, se o evangelho ordenasse que penas sejam compensadas por semelhantes obras, já as obras seriam devidas. Mas falam assim para enganar os inexperientes, e alegam testemunhos que falam de obras devidas, ainda que eles mesmos, em suas satisfações, prescrevem obras nãos devidas. Até concedem eles mesmos nas escolas que satisfações podem ser recusadas sem pecado. Escrevem, por conseguinte, falsamente, aqui, que somos compelidos pelo expresso evangelho a tomar sobre nós essas satisfações canônicas. 172 173

De resto, já testificamos muitas vezes que o arrependimento deve produzir bons frutos. E quais são os frutos bons no-lo ensinam os mandamentos, a saber: invocação, ação de graças, confissão do evangelho, ensinar o evangelho, obedecer aos pais e magistrados, servir à vocação, não matar, não guardar ódio, mas ser reconciliável, dar aos necessitados na medida de nossas possibilidades, não cometer prostituição, não adulterar, mas domar, refrear e castigar a carne, não por causa de compensação de pena eterna, sim, para não obedecer ao diabo, nem ofender o Espírito Santo. Da mesma forma: falar a verdade. Esses frutos têm preceito divino e devem ser produzidos em razão da glória e do manda- 174

---

[692] É estranha a interpretação de H. G. Pöhlmann (*Apologia*, p. 163): "Solange er ein Dieb oder Räuber ist, ist er unrechtmässiger Besitzer fremden Gutes".

[693] Ef 4.28.

[694] Pseudo-Crisóstomo. Do *Decretum Gratiani* II. C.33. q. 3. *De poen.* d.1.c.4 e d.3.c.8. O texto é citado pela *Confutatio*. Cf. CR 27, 158.

[695] *Confutatio Pontificia* (CR 27, coluna 11): *Sed neque illa pars admittitur, quae satisfactiones poenitentiales contemnit: est enim contra evangelium, contra Apostolos, contra Patres, contra concilia, et contra universam ecclesiam catholicam* ("Mas também não se admite aquela parte que despreza as satisfações penitenciais, pois é contra o evangelho, contra os apóstolos, contra os Pais, contra os concílios e contra toda a igreja católica").

mento de Deus. Também têm prêmios. Mas que penas eternas não são remetidas senão em virtude da compensação de certas tradições ou do purgatório,
175 isso não o ensina a Escritura. Outrora, indulgências constituíam remissões daquelas observâncias públicas[696], para não carregar demasiadamente os homens. Se, porém, satisfações e penas podem ser remitidas por autoridade humana, segue-se que aquela compensação não é necessária de direito divino, pois o direito divino não é anulado por autoridade humana. Além disso, já que o costume, agora, por si mesmo, se antiquou, com os bispos dissimulando sobre o caso, necessidade alguma há dessas remissões. E, contudo, remanesceu o nome indulgências. E, assim como as satisfações eram entendidas não em referência à disciplina externa, mas em referência à compensação da pena, da mesma forma, as indulgências eram mal entendidas no sentido de libertarem as almas do pur-
176 gatório. Mas a chave não tem o poder de ligar ou desligar senão na vida terrena, de acordo com o texto: "O que ligares na terra, terá sido ligado nos céus; e o que desligares na terra, terá sido desligado nos céus"[697]. Entretanto, conforme acima dissemos, a chave não tem o poder de impor penas ou instituir cultos, porém, tão-só, ordem de remitir os pecados àqueles que se convertem e de argüir e excomungar os que não querem converter-se. Pois, assim como "desligar" significa "remitir pecados", assim, "ligar" significa "não remitir pecados". Pois Cristo fala de um reino espiritual. E o mandamento de Deus é que os ministros do evangelho absolvam os que se convertem, segundo o texto:
177 "Foi-nos dado o poder para edificação"[698]. Por isso, os casos reservados[699] são questão secular. Pois é reserva de pena canônica, não é reserva de culpa diante de Deus naqueles que, verdadeiramente, se convertem. Por isso, os adversários julgam retamente quando confessam que em artigo de morte aquela reserva de casos não deve impedir a absolvição.

178 Expusemos a suma de nossa doutrina sobre o arrependimento. Temos certeza de que é piedosa e salutar para mentes boas. E se homens de bem cotejarem nossa doutrina com as confusíssimas disputas dos adversários, perceberão que os adversários omitiram a doutrina concernente à fé que justifica corações piedosos e os consola. Verão, outrossim, que os adversários inventam muita coisa sobre o mérito da atrição, sobre a infinita enumeração de delitos, sobre satisfações, *oute ges phasin oute ouranou haptomena*[700], que nem os próprios adversários podem explicar satisfatoriamente.

---

[696] Observâncias públicas da penitência.

[697] Mt 16.19. Melanchthon, a exemplo da Vulgata, escreve: *erit ligatum... erit solutum,* futuro perfeito (ou anterior), voz passiva, segundo a nomenclatura da gramática latina (o nosso futuro composto do presente, voz passiva, usado em Almeida RA). Lutero: *soll gebunden sein... soll los sein.* Justus Jonas: "soll aufgelöst sein". Estudos recentes (cf., p. ex., Julius R. Mantey, "Evidence that the perfect tense in John 20.23 and Mathew 16.19 is mistranslated", in *The Journal of the Evangelical Theological Society,* vol. 16, nº 3, 1973, pp. 129-138) insistem nessa tradução do *estai dedemenon e estai lelumenon* de Mt 16.19.

[698] 2 Co 10.8. Almeida RA: "Porque, se eu me gloriar um pouco mais a respeito da nossa autoridade, a qual o Senhor nos conferiu para edificação..."

[699] *Reservatio casuum,* reserva de casos. Vid. nota em Apologia XII, 27.

[700] O que não toca nem a terra, nem o céu. Justus Jonas: 'welchs alles... weder oben noch unten anreicht".

ARTIGO XIII: DO NÚMERO E USO DOS SACRAMENTOS

1 No artigo[701] XIII, aprovam os adversários nossa afirmação de que os sacramentos não são apenas notas de profissão entre homens, como imaginam alguns, senão, antes, sinais e testemunhos da vontade de Deus para conosco, por que Deus move os corações à fé. Mas, aqui, ordenam que nós também con- 2 temos sete sacramentos[702]. Pensamos que importa sustentar não se negligenciem as coisas e cerimônias instituídas nas Escrituras, sejam quantas forem. Não julgamos que seja de grande importância que outros, por uma questão de didática, numerem de outra maneira, se, todavia, conservam retamente as coisas ensinadas na Escritura. Também os antigos não numeravam do mesmo modo[703].

3 Se chamamos sacramentos os ritos que têm mandamento de Deus e a que se adicionou a promessa da graça, fácil é julgar quais são propriamente sacramentos. Pois ritos instituídos por homens não serão, deste modo, sacramentos propriamente ditos. Pois não pertence à autoridade humana prometer a graça. Razão por que sinais instituídos sem mandado divino não são sinais certos da graça, ainda que, talvez, constituam ensino para os rudes ou dêem alguma admoestação. São, portanto, verdadeiramente sacramentos o batismo, a ceia do 4 Senhor e a absolvição, que é o sacramento da penitência[704]. Esses ritos têm mandamento de Deus e promessa da graça, a qual é própria do Novo Testamento. Pois os corações devem crer com segurança que Deus verdadeiramente nos perdoa por causa de Cristo quando somos batizados, quando comemos o corpo de Cristo, quando somos absolvidos. E Deus move os corações simulta- 5 neamente pela palavra e pelo rito, para que creiam e concebam fé, como diz

---

[701] Da Confissão de Augsburgo.

[702] *Confutatio Pontificia* (CR 27, coluna 114): *Petendum tamen ab eis erit, ut, quod hic in genere de sacramentis perhibent, speciatim quoque de septem sacramentis ecclesiae fateantur, et a subditis suis observari procurent* ("Dever-se-á pedir-lhes, entretanto, que aquilo que declaram dos sacramentos em geral aqui, confessem-no também, especificamente, a respeito dos sete sacramentos da igreja e cuidem no sentido de serem observados por seus súditos").

[703] Pedro Lombardo (cerca de 1095-1169) foi um dos primeiros a insistir no número sete. Cf. *Sententiarum Libri Quatuor* IV. d.1,2, onde o *Magister sententiarum* diz: "Os sacramentos da Nova Lei são: o batismo, a confirmação, a eucaristia, a penitência, a extrema-unção, a ordem e o matrimônio".

[704] Cf. à luz disso a ordenação dos artigos IX a XIII na CA: IX – *De baptismo;* X – *De coena domini*; XI – *De confessione*; XII – *De poenitentia*; XIII – *De usu sacramentorum.* (Cf. a respeito, v. g., Ernst Kinder, "Beichte und Absolution nach den lutherischen Bekenntnisschriften", in *Theologische Literaturzeitung*, 1952/9). O terceiro sacramento da edição príncipe latina foi eliminado na tradução alemã de Justus Jonas, que transformou *absolutio* em aposto de *coena Domini* e omitiu a oração adjetiva explicativa *quae est sacramentum poenitentiae.* (*So sind nu rechte Sakrament die Taufe und das Nachtmahl des Herrn, die Absolutio*). Essa modificação o levou a suprimir ainda uma oração do período seguinte: *cum absolvimur.* Na primeira formulação latina (cf. BSLK, p. 292, aparato crítico), Melanchton escreveu no artigo XIII: *Nemo enim unquam in ecclesia sensit, quod necesse sit septem sacramenta numerare, si sacramenta vocamus ceremonias, quas Christus observari praecepit, et quibus addidit promissionem gratiae. Constat tales ceremonias duas esse, baptismum et coenam Domini. Interim posse et absolutionem vocari sacramentum libenter assentimur.* Melanchthon se declara disposto a chamar de sacramento tam-

Paulo: "A fé vem pelo ouvir"[705]. Assim, porém, como a palavra entra nos ouvidos para tocar os corações, assim o rito entra nos olhos a fim de mover os corações. O mesmo é o efeito da palavra e do rito, como preclaramente disse Agostinho: que o sacramento é verbo visível[706], porquanto o rito é recebido pelos olhos e é como que pintura do verbo, significando o mesmo que a palavra. Razão por que é idêntico o efeito de um e outro.

6 A confirmação e a extrema-unção, ritos recebidos dos Pais, nem mesmo a igreja os requer como necessários para a salvação[707], porque não têm mandamento divino. Por isso não é inútil discernir esses ritos dos acima, que têm mandamento expresso de Deus e clara promessa de graça.

7 O sacerdócio entendem-no os adversários não como ministério da palavra e administração dos sacramentos a serem dados a outros, senão como dizendo respeito ao sacrifício, como se no Novo Testamento fosse necessário haver um sacerdócio semelhante ao levítico, que sacrifique pelo povo e mereça a 8 remissão de pecados para outros[708]. Nós ensinamos que o sacrifício de Cristo, morrendo na cruz, foi suficiente pelos pecados de todo o mundo, e que, além disso, não há necessidade de outros sacrifícios, como se esse não tivesse sido suficiente pelos nossos pecados. Os homens, por isso, não são justificados em virtude de quaisquer sacrifícios remanescentes, mas por causa desse único sa-9 crifício de Cristo, se crêem que foram redimidos por esse sacrifício. Sacerdotes são, por isso, chamados não para realizar quaisquer sacrifícios pelo povo, como na lei, a fim de, através deles, merecerem remissão de pecados para o povo, senão que são chamados para ensinar o evangelho e administrar os sacramen-10 tos ao povo. Não temos outro sacerdócio, semelhante ao levítico, conforme 11 ensina suficientemente a Carta aos Hebreus[709]. Se, porém, se entender a ordem como dizendo respeito ao ministério da palavra, não relutaremos em chamar de sacramento a ordem. Pois o ministério da palavra tem mandamento

---

bém o ministério da palavra. Cf. Apologia XIII, 11 e 12. Assim, também, na primeira formulação (BSLK, loc. cit.), onde ainda acrescenta que não se oporia a que se chamasse de sacramento o matrimônio, acrescentando, porém: *Sed hoc non pertinet tantum ad novum testamentum.* – Surpreende o fato de o único documento luterano a que remete Gerhardt Bellinger ao afirmar que os reformadores "rejeitaram expressamente" os restantes cinco sacramentos (*Der Catechismus Romanus und die Reformation*, p. 165) ser precisamente Apologia XIII. (Remete, além disso, a três documentos reformados: *Confessio Helvetica II, Confessio Gallicana* e *Confessio Belgica*). – Cf. Catecismo Maior, Batismo, seções 74-79, onde o terceiro sacramento é eliminado por Lutero. Vid. também nota em Catecismo Maior, Batismo, 74, "penitência".

705 Rm 10.17. Almeida RA: "A fé vem pela pregação".

706 *Tract.* 80 in Joh. 3. MSL 35, 1840. *De Cataclysmo* MLS 40, 694.

707 Sobre a confirmação, cf. Código do Direito Canônico, cânone 787: ainda que a crisma não é sacramento necessário de necessidade de meio, não se deve descuidar de recebê-lo quando possível. Também é doutrina católica romana que a extrema-unção não é de necessidade de meio. Mas o Concílio de Trento (sessão XIV, cânone 1°, sobre a extrema-unção) pronuncia anátema contra quem disser que a extrema-unção não é, verdadeira e propriamente, sacramento, instituído por Cristo e promulgado por Tiago, mas, apenas, rito proveniente dos Pais ou invenção humana.

708 Pedro Lombardo, *Sent.* IV. d. 24,9.

709 Hb 7-9.

divino e magníficas promessas. Romanos 1[710]: "O evangelho é o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê". Da mesma forma, em Isaías 55[711]: "A palavra que saiu da minha boca não voltará para mim vazia, mas fará o que me apraz, etc." Se se entender a ordem dessa maneira, não nos recusaremos a chamar de sacramento a imposição de mãos. Pois a igreja tem a ordem de constituir ministros, o que nos deve ser gratíssimo, porque sabemos que Deus aprova esse ministério e nele está presente. E convém ornar o ministério da palavra o quanto possível com todo gênero de louvor contra os fanáticos que sonham ser o Espírito Santo dado não pela palavra, mas em vista de certas preparações deles, quando se assentam, ociosos e silenciosos, em lugares escuros, esperando iluminação, como, outrora, ensinavam os entusiastas[712], e, agora, ensinam os anabatistas[713]. 12 13

O matrimônio não foi instituído apenas no Novo Testamento, mas logo no início, quando da criação do gênero humano. Tem, entretanto, mandamento de Deus. Tem, outrossim, promessas, por certo que não pertencentes propriamente ao Novo Testamento, senão que mais à vida corporal. Razão por que, se alguém o quiser chamar sacramento, deverá distingui-lo dos anteriores, que são propriamente signos do Novo Testamento e testemunhos da graça e remissão dos pecados. Se, porém, o matrimônio for chamado sacramento em razão do mandamento divino, também outros estados ou ofícios que têm mandamento de Deus poderão ser chamados sacramentos, como, por exemplo, a magistratura. 14 15

Por último, caso se devam enumerar como sacramentos todas as coisas que têm mandamento divino e a que se adicionaram promessas, por que não acrescentamos a oração, que, mui verdadeiramente, se pode chamar sacramento? Pois tanto tem mandado divino como múltiplas promessas, e, colocada entre os sacramentos, como que em lugar mais ilustre, convida os homens a que orem. Poder-se-iam numerar, aqui, também as esmolas, da mesma forma, as aflições, que são sinais, elas mesmas, a que Deus adicionou promessas. Mas omitamos isso. Pois nenhum homem judicioso há de rixar muito sobre o número ou a palavra[714] desde que se retenham aquelas coisas que têm mandamento de Deus e promessas. 16 17

É mais necessário entender de que maneira se devem usar os sacramentos. Aqui, condenamos toda a multidão de doutores escolásticos que ensinam conferirem os sacramentos, a quem não lhes opõe óbice, graça *ex opere* 18

---

[710] Rm 1.16.

[711] Is 55.11.

[712] O original usa a palavra grega *enthousiastai*. Vid. Holl, *Enthusiasmus und Bussgewalt beim griechischen Mönchtum* (1898); J. Meyendorff, *St. Grégoire Palamas et la mystique orthodoxe* (1959). O antigo entusiasmo a que se refere Malanchthon alcança um de seus pontos culminantes no século XIV, com o movimento dos hesicastas (do termo grego *hesukhia*, sossego, silêncio).

[713] Vid. acima, Confissão de Augsburgo, V.

[714] A palavra "sacramento".

operato, sem disposição favorável do utente[715]. Isso de julgar que somos justificados por uma cerimônia, sem movimento bom do coração, isto é, sem fé, simplesmente é opinião judaica. Ensina-se, contudo, essa opinião ímpia e perniciosa
19 com grande autoridade em todo o reino pontifício. Paulo[716] protesta e nega que Abraão foi justificado pela circuncisão. A circuncisão foi, isto sim, sinal proposto para o exercício da fé. Assim, ensinamos nós que no uso dos sacramentos deve aceder-se a fé que creia essas promessas e receba as coisas prome-
20 tidas, que são oferecidas no sacramento. E a razão é clara e firmíssima. Inútil a promessa a menos que recebida pela fé. Mas os sacramentos são sinais das promessas. Por isso, no uso, deve juntar-se a fé, assim que, se alguém faz uso da ceia do Senhor, o faça desta maneira. Por ser isto um sacramento do novo testamento[717], como diz claramente Cristo, deve, por isso mesmo, estar certo de que se lhe oferecem as coisas prometidas no novo testamento, a saber, a gratuita remissão dos pecados. E isso deve recebê-lo pela fé, erigir a consciência pávida e saber que esses testemunhos não são falazes, mas tão certos como se Deus, por novo milagre do céu, prometesse que quer perdoar. Entretanto, que
21 valor teriam esses milagres e promessas para o incrédulo? E aqui falamos da fé especial, a qual crê a presente promessa, fé que não crê apenas em geral existir
22 Deus, mas que crê ser oferecida a remissão dos pecados. Este uso do sacramento consola as mentes piedosas e apavoradas.

23 Mas quanto abuso gerou na igreja a opinião fanática do *opus operatum*[718] sem bom movimento do utente é coisa que ninguém pode expressar em palavras. Daí, a infinita profanação das missas. Mas disso falaremos adiante[719]. E não se pode apresentar uma letra sequer dos escritores antigos que, nessa questão, patrocine os escolásticos. Na verdade, Agostinho diz o contrário: que a fé do sacramento justifica, não o sacramento[720]. E é conhecida a sentença de Paulo: "Com o coração se crê para justiça"[721].

ARTIGO XIV: DA ORDEM ECLESIÁSTICA

1 O artigo XIV[722], no qual dizemos que a ninguém, exceto ao chamado corretamente[723], deve conceder-se a administração dos sacramentos e da palavra na

---

[715] Sobre *non ponere obicem, ex opere operato* e *sine bono motu utentis,* vid. CA XXIV, 22, tradução do texto latino, nota em "obra realizada".

[716] Rm 4.9ss.

[717] Ou: da nova aliança. No original: *novi testamenti.*

[718] Obra realizada.

[719] Artigo XXIV.

[720] *Tracti. 80 in Joh.* 3. MSL 35, 1840.

[721] Rm 10.10.

[722] Da Confissão de Augsburgo.

[723] Ou: devidamente, legitimamente, segundo o costume. *Rite vocato.* Justus Jonas: "recht gebührlich berufen".

igreja, aceitam-no com a ressalva de que usemos a ordenação canônica[724]. Quanto a esse assunto, muitas vezes testemunhamos nesse conclave[725] que desejamos com a máxima vontade conservar a ordem eclesiástica e os graus na igreja[726], ainda que feitos com autoridade humana. Pois sabemos que o sistema eclesiástico[727] foi constituído pelos Pais da maneira descrita nos cânones com propósito bom e útil. Mas os bispos ou coagem aos nossos sacerdotes a rejeitarem e condenarem a espécie de doutrina que confessamos, ou, com nova e inaudita crueldade, matam os pobres e inocentes[728]. Essas razões impedem os nossos sacerdotes de reconhecerem esses bispos. Assim, a crueldade dos bispos é a razão por que, em alguns lugares, se dissolve aquela ordem canônica que muito desejávamos conservar. Vejam eles de que maneira prestarão contas a Deus por dispersarem a igreja. Não estão nossas consciências em nenhum perigo nessa questão, porque, como sabemos que nossa Confissão é verdadeira, pia e católica, não devemos aprovar a sevícia dos que perseguem essa doutrina. E sabemos que a igreja está entre os que ensinam a palavra de Deus retamente e retamente administram os sacramentos, não entre aqueles que, além de tentarem destruir o verbo de Deus por meio de editos, ainda trucidam os que ensinam o que é justo e verdadeiro, para com os quais, posto façam algo contra os cânones, os próprios cânones são mais brandos. Além disso, queremos, aqui, testificar mais uma vez que, de boa mente, conservamos a ordem eclesiástica e canônica, se os bispos tão-somente desistirem de raivar contra nossas igrejas. Essa nossa vontade nos escusará tanto aos olhos de Deus como entre todas as nações, para toda a posteridade, de modo que não se poderá imputar-nos que é minada a autoridade dos bispos, quando os homens lerem ou ouvirem que nós, procurando afastar a injustiça sevícia dos bispos, nenhuma eqüidade pudemos alcançar.

2

3

4

5

---

[724] *Confutatio Pontificia* (CR 27, coluna 114s.): *Quando autem articulo quarto décimo confitentur, neminem debere in ecclesia verbum Dei et sacramenta administrare, nisi rite vocatum; intelligi debet, eum rite vocatum, qui secundum formam iuris, iuxta ecclesiasticas sanctiones, atque decreta, ubique in orbe Christiano hactenus observata, vocatur, non secundum Ierobiticam vocationem, seu plebis tumultum, ac quamlibet aliam inordinatam intrusionem, non vocatus sicut Aaron. In hoc itaque sententia confessio acceptatur; admonendi tamen sunt, ut in ea perseverent, ut neminem, neque Pastorem, neque concionatorem, nisi rite vocatum, in ditionibus suis admitant* ("Mas quando confessam, no aritgo quatorze, que ninguém deve administrar a palavra de Deus e os sacramentos na igerja a menos que seja devidamente chamado, deve entender-se que chamado devidamente é aquele que é chamado segundo a forma do direito, de acordo com as cláusulas e os decretos eclesiásticos até agora observados em toda a parte no mundo cristão, não segundo o chamdo jeroboíta, ou tumulto do povo, ou qualquer outra intrusão desordenada, não chamado como Arão. Neste sentido, portanto, é recebida a Confissão. Devem ser admoestados, entretanto, a perseverarem nisso, a não admitirem em seus domínios a ninguém, nem como pastor, nem como pregador, a menos que seja corretamente chamado"). – Sobre a referência a Jeroboão, vid. 1 Rs 12. Sobre Arão, Êx 28 e Hb 5.4.

[725] *In hoc conventu*, i. e., na Dieta de Augsburgo.

[726] Ou: a ordem e a hierarquia eclesiásticas, *politiam ecclesiasticam et gradus in ecclesia.* Justus Jonas: "Alte Kirchenordnung und der Bischofe Regiment, das man nennet canonicam politiam".

[727] Sistema, ordem ou constituição. No original: *ecclesiasticam disciplinam.*

[728] Os pobres e inocentes sacerdotes.

ARTIGO XV: DAS TRADIÇÕES HUMANAS NA IGREJA

1 No artigo XV[729] aceitam a primeira parte, na qual dizemos que se devem observar os ritos eclesiásticos que possam ser observados sem pecado e aproveitem a tranqüilidade e boa ordem na igreja. Condenam totalmente a segunda parte, na qual dizemos que tradições humanas instituídas para reconciliar a Deus, merecer a graça a satisfazer pecados adversam o evangelho[730]. 2 Embora na própria Confissão, ao falarmos da distinção de comidas, hajamos dito o suficiente sobre tradições, algumas coisas, contudo, devem ser repetidas, brevemente, aqui.

3 Posto hajamos julgado que os adversários, por outras razões, haveriam de defender tradições humanas, não pensamos, todavia, que viesse a suceder condenarem este artigo: não merecermos remissão de pecados ou graça pela observância de tradições humanas. Depois, portanto, que esse artigo foi condenado, temos caso fácil e claro. 4 Agora, os adversários judaízam abertamente, liquidam abertamente o evangelho com doutrinas de demônios. Porque a Escritura chama as tradições de doutrinas de demônios[731] quando se ensina que são cultos úteis para se merecer remissão de pecados e graça. Pois então obscurecem o evangelho, o benefício de Cristo e a justiça da fé. 5 O evangelho ensina que recebemos a remissão dos pecados e somos reconciliados com Deus pela fé, por causa de Cristo, gratuitamente. Os adversários, por outro lado, constituem outro mediador, a saber, essas tradições. Em virtude delas querem alcançar remissão de pecados, por elas querem apaziguar a ira de Deus. Mas Cristo diz claramente: "Em vão me adoram, ensinando doutrinas que são preceitos de homens"[732].

6 Discutimos acima, copiosamente, sobre o fato de que os homens são justificados pela fé, quando crêem que têm um Deus reconciliado não em virtude de nossas obras, mas gratuitamente, por causa de Cristo. Sem dúvida que essa é a doutrina do evangelho, porque Paulo diz claramente, em Efésios 2[733]: "Pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus; não vem de homens". 7 Agora essas criaturas dizem que os homens merecem remissão de pecados por estas observâncias humanas. Que outra coisa é essa senão 8 constituir outro justificador, outro mediador, além de Cristo? Diz Paulo

---

[729] Da Confissão de Augsburgo.

[730] *Confutatio Pontificia*, CR 27, coluna 115s. A condenação (coluna 116): *Appendix tamen illius articuli omnino tollenda est, cum falsum sit, constitutiones humanas, ad placandum Deum et satisfaciendum pro peccatis institutas, adversari evangelio, uti de votis, de delectu ciborum, et similibus, posterius latius declarabitur* ("Mas o apêndice àquele artigo deve ser inteiramente eliminado, visto ser falso que ordenações humanas instituídas para aplacar a Deus e satisfazer por pecados adversam o evangelho, conforme será mais amplamente exposto adiante, a respeito de votos, escolha de alimentos e coisas semelhantes"). – o apêndice a que se refere a *Confutatio* é a segunda parte da CA XV.

[731] 1 Tm 4.1.

[732] Mt 15.9.

[733] Ef 2.8,9. Almeida RA: "... é dom de Deus; não de obras".

aos Gálatas[734]: "De Cristo vos desligastes vós que procurais justifcar-vos na lei". Isto é, se julgais que pela observação de lei mereceis ser reputados por justos diante de Deus, de nenhum proveito vos será Cristo, pois, para que necessitam a Cristo os que entendem serem justos por sua própria observância da lei? Deus propôs a Cristo, porque nos quer ser propício por causa desse mediador, não em virtude de nossas justiças. Mas esses homens entendem que Deus está apaziguado e é propício por causa das tradições e não em razão de Cristo. Tiram, portanto, a Cristo a honra de mediador. E não há diferença entre nossas tradições e as cerimônias mosaicas respeitante a esse ponto. Paulo, por isso, condena as cerimônias mosaicas assim como condena as tradições, porque se julgava que eram obras que mereciam justiça diante de Deus. Assim se obscurecia o ofício de Cristo e a justiça da fé. Razão por que, removida a lei, removidas as tradições, sustenta que a remissão dos pecados foi prometida não em virtude dessas obras, mas gratuitamente, por causa de Cristo, contanto que a recebamos pela fé. Pois não se recebe a promessa senão pela fé. Portanto, já que pela fé recebemos a remissão dos pecados, já que pela fé temos um Deus propício por causa de Cristo, é erro e impiedade estabelecer que merecemos remissão dos pecados por essas observâncias. Caso alguém diga aqui que não merecemos remissão de pecados, senão que, justificados já, por essas tradições merecemos graça, Paulo volta a protestar[735], dizendo que Cristo seria ministro do pecado se, depois da justificação, devêssemos pensar que daí por diante não somos reputados justos por causa de Cristo, devendo, primeiro, merecer, por outras observâncias, para sermos reputados justos. Da mesma forma: "Nada se deve acrescentar a um testemunho humano"[736]. Logo, também ao testamento de Deus, o qual promete que por causa de Cristo nos quer ser propício, não se deve acrescentar que, primeiro, devemos merecer, por essas observâncias, o sermos aceitáveis e reputados como justos.

9

10

11

12

Mas por que seria necessária uma longa discussão? Tradição alguma foi instituída pelos santos Pais com o intuito de que mereça remissão de pecados ou justiça, mas foram instituídas por causa da boa ordem na igreja e por causa da tranqüilidade. E se alguém quer instituir certas obras para merecer a remissão dos pecados ou a justiça, como saberá que essas obras agradam a Deus já que não tem testemunho da palavra de Deus? Como se certificarão os homens da vontade de Deus sem mandamento e sem palavra de Deus? Acaso não proíbe ele em toda a parte nos profetas que se instituam cultos peculiares sem mandamento seu? Em Ezequiel 20[737] está escrito: "Não andeis nos estatutos de vossos pais, nem guardeis os seus juízos, nem vos contamineis com os seus ídolos. Eu sou o Senhor vosso Deus; andai nos meus estatutos, e guardai os meus juízos; e praticai-os". Se é lícito aos homens instituir cultos e através deles merecer graça, deverão ser aprovados os cultos de todas as gentes, os cultos instituídos por

13

14

15

[734] Gt 5.4.
[735] Gl 2.17.
[736] Gt 3.15.
[737] Ez 20.18,19.

Jeroboão e os instituídos por outros, fora da lei. Pois qual a diferença: se a nós outros foi permitido instituir cultos úteis para merecer graça ou justiça, por que 16 não se permitiu o mesmo aos gentios e israelitas? Os cultos da gentilidade e dos israelitas foram improvados porque julgavam merecer por eles remissão de pe- 17 cados e justiça, e a justiça da fé não na conheciam. Por último, de onde se nos tornará certos de que cultos instituídos por homens, sem mandado divino, justificam, uma vez que, sobre a vontade de Deus, nada se pode afirmar sem a palavra de Deus? Como fica a coisa se Deus não aprova esses cultos? Portanto, como é que os adversários afirmam que eles justificam? Sem a palavra e o testemunho de Deus não se pode afirmar tal. E Paulo diz ser pecado tudo o que não provém da fé[738]. Como, porém, esses cultos nenhum testemunho têm da palavra de Deus, necessariamente a consciência duvida sobre se agradam a Deus.

18 E que necessidade há de palavras em coisa manifesta? Se nossos adversários defendem esses cultos humanos como se merecedores de justificação, graça, remissão de pecados, simplesmente estabelecem o reino do anticristo. Pois o reino do anticristo é um novo culto a Deus, excogitado por autoridade humana com rejeição de Cristo, assim como o reino de Maomé tem cultos e obras pelos quais quer ser justificado perante Deus, e não julga que os homens são justificados gratuitamente, pela fé, por causa de Cristo. Desta maneira, também o papado será parte do reino do anticristo, se defende os cultos humanos assim: justificam. Pois que fica detraída a honra de Cristo quando ensinam que não somos justificados gratuitamente pela fé, por causa de Cristo, mas por tais cultos, máxime quando ensinam que tais cultos são úteis não só para a justificação, mas, ainda necessários, conforme julgam acima, no artigo oitavo[739], onde nos condenam por havermos dito que para a verdadeira unidade da igreja não é necessário sejam semelhantes em toda a parte ritos institu- 19 ídos pelos homens. Daniel, no capítulo undécimo, significa que novos cultos humano há de ser a mesma forma e ordem estatal[740] do reino do anticristo. Pois diz assim: "Mas em lugar dos deuses honrará o deus das fortalezas[741]; a um deus que seus pais não conheceram honrará com ouro, com prata e com pedras preciosas"[742]. Aqui descreve novos cultos, porque diz que será adorado 20 um deus que seus pais não conheceram. Pois os santos Pais, ainda que tiveram eles mesmos ritos e tradições, não julgavam, todavia, que essas coisas são úteis ou necessárias para a justificação, não obscureciam a glória e o ofício de Cristo, mas ensinavam que somos justificados pela fé, por causa de Cristo, não em virtude desses cultos humanos. Enquanto ao mais, observavam ritos humanos em razão da utilidade física, para que o povo soubesse em que tempo devia reunir-se, a fim de que nos templos se fizesse tudo com ordem e dignidade, para exemplo, e, por último, para que também o vulgo recebesse alguma educa-

---

[738] Rm 14.23.

[739] *Confutatio ad artic. VII.*

[740] *Politeian.*

[741] *Deum Maosim.*

[742] Dn 11.38

ção. Pois a distinção de tempos e a variedade de ritos são de valia para a admoestação do povo. Essas razões tinham os Pais para conservar os ritos e, por causa dessas razões, também nós julgamos que tradições podem ser conservadas retamente. E muito nos admira defenderem os adversários outra finalidade das tradições, a saber, que mereçam remissão de pecados, graça ou justificação. Que outra coisa é esta senão honrar a Deus com ouro, prata e coisas preciosas, isto é, entender que se aplaca a Deus com variedade de vestimenta, ornamentos e ritos que tais, como os há em número infinito nas tradições humanas? 21

Paulo escreve aos colossenses que tradições têm aparência de sabedoria. De fato. Pois aquela boa ordem[743] é muito conveniente na igreja, e por isso é necessária. Mas a razão humana, por não entender a justiça da fé, naturalmente imagina que tais obras justificam os homens, que reconciliam a Deus, etc. Dessa maneira pensava o vulgo entre os israelitas, e com essa opinião aumentavam tais cerimônias, assim como entre nós cresceram nos mosteiros. Desse modo, a razão humana também julga a respeito de exercícios físicos e de jejuns. Embora o fim deles seja refrear a carne, a razão lhes acrescenta mentirosamente a finalidade de cultos que justifiquem. Assim escreve Tomás: "O jejum tem valor para a extinção e a prevenção da culpa"[744]. São essas as palavras de Tomás. Assim, a aparência de sabedoria e justiça em tais obras engana os homens. E adicionam-se os exemplos dos santos. Quando os homens procuram imitá-los, imitam, o mais das vezes, exercícios exteriores, que não sua fé. 22 23 24

Depois de enganados os homens por essa aparência de sabedoria e justiça, seguem-se males infinitos, é obscurecido o evangelho da justiça da fé em Cristo, e vem, depois, confiança vã em tais obras. Em seguida obscurecem-se os preceitos de Deus. Essas obras arrogam-se o título de vida perfeita e espiritual, e são preferidíssimas às obras dos preceitos divinos, como as obras de vocação de cada qual, a administração da coisa pública, a administração da economia doméstica, a vida conjugal, a educação dos filhos. Essas obras, em compração com aquelas cerimônias, são julgadas profanas, de forma que muitos as exercem com alguma dúvida de consciência. Pois consta que muitos desertaram a administração da coisa pública e o casamento, abraçando aquelas observâncias como melhores e mais santas. 25 26

Nem basta isso. Quando se apodera dos ânimos a persuasão de que tais observâncias são necessárias para a justificação, angustiam-se miseravelmente as consciências, porque não podem cumprir exatamente todas as observâncias. Pois quantos poderiam enumerá-las todas? Há livros imensos, até bibliotecas inteiras, sem uma sílaba de Cristo, da fé em Cristo, das boas obras da vocação de cada qual, mas que apenas coligem tradições e as interpretações delas, pelas quais ora são exacerbadas, ora relaxadas. Como se tortura o boníssimo Gérson enquanto indaga sobre grado e extensão dos preceitos! E, contudo, não pode 27 28

---

[743] *Eutaxia.*

[744] *Summa Theologiae* II, 2 q. 147. a.3.c.

estabelecer mitigação[745] em grau certo. Entrementes, deplora com severidade os perigos que essa interpretação rigorosa das tradições gera para consciências piedosas[746].

29 Tratemos de munir-nos, portanto, com o verbo divino contra essa aparência de sabedoria e justiça em ritos humanos, que engana os homens. E saibamos, primeiro que tudo, não merecerem elas, aos olhos de Deus, nem a remissão dos pecados nem a justificação, nem são necessárias para a justifica-
30 ção. Citamos alguns testemunhos acima[747]. E Paulo está abarrotado deles. Diz claramente, Colossenses 2[748]: "Ninguém, pois, vos julgue por causa de comida e bebida, ou dia de festa, ou lua nova, ou sábado, porque tudo isso tem sido sombra das coisas que haviam de vir; porém o corpo é de Cristo". E aqui abrange, simultaneamente, a lei de Moisés e as tradições humanas, para que os adversários não eludam esses testemunhos, como soem fazer, alegando que Paulo fala apenas da lei mosaica. Mas aqui testifica ele claramente que está falando de tradições humanas. Os adversários, entretanto, não vêem o que estão a dizer; se o evangelho nega que as cerimônias de Moisés, divinamente instituídas, justifiquem, quanto menos justificam tradições humanas.

31 Os bispos não têm poder para instituir cultos, como se justificantes ou necessários para a justificação. Até os apóstolos dizem, em Atos 15[749]: "Por que tentais a Deus, impondo um jugo, etc.", onde Pedro censura como grande pecado esse intento de onerar a igreja. E em Gálatas 5[750], Paulo proíbe que se sub-
32 metam de novo a jugo de servidão. Querem, portanto, os apóstolos que permaneça na igreja essa liberdade, que não se julgue necessário culto algum da lei ou das tradições – assim como na lei cerimônias foram necessárias por algum tempo –, para que não fique obscurecida a justiça da fé, se os homens
33 julgam que esses cultos merecem a justificação ou são necessários para ela. Muitos procuram vários abrandamentos[751] nas tradições, para sarar consciências. Não encontram, contudo, graus certos pelos quais libertem as consciências dessas
34 cadeias. Mas assim como Alexandre resolveu o nó górdio, cortando-o de vez à espada, já que não podia desatá-lo[752], assim os apóstolos liberam de vez as consciências das tradições, principalmente quando ensinadas para se merecer a justificação. Obrigam-nos os apóstolos a que adversemos essa doutrina por ensino e exemplos. Obrigam-nos a que ensinemos que tradições não justificam, que

---

[745] *Epieikeian.* Vid. CA XXVI, 14, tradução do texto latino, nota em "abrandamentos".

[746] *De vita spirituali.*

[747] Vid. Apologia XV, 4 ss.

[748] Cl 2.16,17.

[749] At 15.10.

[750] Gl 5.1.

[751] *Epieikeias.* Vid. CA XXVI, 14, tradução do texto latino, nota em "abrandamentos". Justus Jonas: "Epikeian und Linderung" (Linderung = abrandamento, mitigação).

[752] Segundo a lenda, um oráculo declarou que reinaria sobre toda a Ásia quem lograsse desdar um estranho nó existente no carro do rei frígio Górdio. Conta-se que Alexandre Magno cortou o nó a golpe de espada.

não são necessárias para a justificação, que ninguém deve estabelecer ou receber tradições com a idéia de que merecem a justificação. Então, ainda que alguém as observe, observe-as sem superstição, como costumes civis, da mesma forma como, sem superstição, os soldados se vestem de um modo e os mestres nas escolas de outro. Os apóstolos violam as tradições e são acusados por Cristo. Pois era preciso mostrar aos fariseus através do exemplo a inutilidade desses cultos. E se os nossos se omitem em algumas tradições de pouca vantagem, estão suficientemente escusados agora, quando requeridas como se merecessem justificação. Pois tal opinião respeitante a tradições é ímpia. 35 36 37

Quanto ao mais, conservamos de boa mente as antigas tradições feitas na igreja em razão da utilidade e tranqüilidade, e as interpretamos com indulgência[753], excluída a opinião segundo a qual elas justificam. E, falsamente, nos acusam nossos inimigos de abolirmos boas ordenanças e a disciplina eclesiástica. Pois podemos declarar verdadeiramente que a forma pública das igrejas é mais digna entre nós do que o é entre os adversários. E, para quem o considere corretamente, conservamos os cânones de modo mais verdadeiro do que o fazem adversários. Entre eles, sacrificantes[754] celebram missas de mau grado e levados pelos honorários e, muitas vezes, apenas por causa dos honorários. Cantam salmos, não para aprender ou orar, mas em razão do culto, como se essa obra fosse um culto, ou, com certeza, em virtude da paga. Entre nós, muitos fazem uso da ceia do Senhor dominicalmente[755], mas primeiro são instruídos, examinados e absolvidos. As crianças cantam salmos para aprender; também canta o povo, a fim de aprender a orar. Entre os adversários não há nenhuma catequese[756] das crianças, matéria a respeito da qual até os cânones preceituam. Entre nós, os pastores e ministros das igrejas são compelidos a instruir e ouvir publicamente a adolescência. E esta cerimônia produz ótimos frutos. Entre os adversários, em muitas regiões[757] não há prédica nenhuma durante um ano inteiro, excetuada a quaresma[758]. Mas o culto principal de Deus é ensinar o evangelho. 38 39 40 41 42

E quando os adversários pregam, falam de tradições humanas, do culto dos santos[759] e de ninharias que tais, de que o povo com razão se enfastia. Por isso se vêem abandonados logo de saída, depois de recitado o texto do evangelho[760]. Alguns poucos, melhores, começam agora a discorrer sobre boas obras. Sobre a justiça da fé, sobre a fé em Cristo, sobre a consolação das consciências

---

[753] *Pròs tò euphemóteron*. BSLK, p. 304, nota 1: "im besten Sinne".

[754] *Sacrificuli*, sacerdotes que oferecem sacrifícios. O termo português "sacrificante" designa o sacerdote que celebra a missa.

[755] *Singulis Dominicis*. Justus Jonas: "alle Sonntage".

[756] *Katekhesis*.

[757] Justus Jonas: "em muitos países, como, por exemplo, na Itália e na Espanha, etc."

[758] BSLK, p. 305, nota 1 diz que isto só vale para as regiões rurais ("Das gilt nur für das flache Land"). Para referências bibliográficas remete a Schian, RE, 3ª ed., XV, 652, XXIII, 338s.

[759] Justus Jonas acrescenta: "da água benta".

[760] Justus Jonas acrescenta: "Isso [de o povo abandonar a igreja depois do evangelho] talvez se tenha originado do fato de que o povo não quis ouvir as outras mentiras".

nada dizem. Até pelo contrário: a essa parte salubérrima do evangelho
43 dilaceram-na com palavras injuriosas[761]. Em nossas igrejas, ao revés, todos os sermões se aplicam a estes tópicos: arrependimento, temor de Deus, fé em Cristo, justiça da fé, consolação das consciências pela fé, exercícios da fé, oração, como deve ser, e que deveríamos estar certos de sua eficácia, que a oração é ouvida, a cruz, dignidade dos magistrados e de todas as ordenações civis, distinção entre o reino de Cristo, ou reino espiritual, e as coisas políticas, casamento, educação e instrução das crianças, castidade, todos os deveres do
44 amor. Com base nesse estado das igrejas pode julgar-se que conservamos diligentemente a disciplina eclesiástica, as cerimônias piedosas e os bons costumes eclesiásticos.

45 Quanto a mortificação da carne e à disciplina do corpo, ensinamos, conforme diz a Confissão[762], que a mortificação verdadeira, não simulada, se realiza através da cruz e das aflições pelas quais Deus nos exercita. Nisso devemos obedecer à vontade de Deus, como diz Paulo: "Apresentai os vossos corpos por sacrifício vivo, etc."[763] E estes são os exercícios espirituais do temor e da fé.
46 Mas, além dessa mortificação, que se dá pela cruz, é mister ainda uma espécie de exercício voluntário do qual Cristo diz: "Acautelai-vos por vós mesmos, para que nunca vos suceda que os vossos corações fiquem sobrecarregados com as conseqüências da orgia, da embriaguez e das preocupações deste mun-
47 do"[764]. E Paulo: "Mas esmurro o meu corpo e o reduzo à escravidão, etc."[765] E esses exercícios devem ser empreendidos não porque sejam cultos justificantes, mas para refrearem a carne, não suceda que venha a oprimir-nos a saciedade e nos torne seguros e ociosos, de onde resulta que os homens indulgenciam as inclinações da carne e a elas obedecem. Essa diligência deve ser perpétua, porque
48 tem perpétuo mandamento de Deus. E aquela forma prescrita de certos alimentos e tempos nada faz no sentido de refrear a carne. Pois é mais luxuriosa e suntuosa do que outras festas. E nem os mesmos adversários observam a forma ensinada nos cânones.

49 Muitas e difíceis controvérsias encerra esse tópico das tradições, e nós realmente experimentamos que as tradições, de fato, são laços para as consciências. Quando são exigidas como se necessárias, atormentam extraordinariamente as consciências que omitem qualquer observância. Por outro lado, a ab-
50 rogação delas tem os seus inconvenientes e pontos de interrogação. Temos, contudo, causa fácil e clara, porque os adversários nos condenam por ensinarmos que tradições humanas não merecem remissão de pecados. Requerem, outrossim, tradições universais, que assim chamam, como necessárias para a justificação. Aqui, temos por patrono constante a Paulo, o qual em toda a parte insiste que essas observâncias não justificam nem são necessárias como adita-

---

[761] Justus Jonas: "A essa bendita doutrina, o caro e santo evangelho, chamam-na de luterana".

[762] Confissão de Augsburgo XXVI, 33ss.

[763] Rm 12.1.

[764] Lc 21.34.

[765] 1 Co 9.27.

mento à justiça da fé. Ensinamos, todavia, que nessa matéria o uso da liberdade deve ser moderado, de maneira que não se ofendam os inexperientes e não se tornem, por causa do abuso da liberdade, mais hostis à verdadeira doutrina do evangelho. Também para que, sem razão provável, não se modifique algo em ritos usuais, senão que, a fim de nutrir a concórdia, se observem os costumes antigos que possam ser observados sem pecado ou grande inconveniência. E nessa mesma convenção[766] mostramos suficientemente que por causa da caridade observaríamos de bom grado adiáforos[767] com outros, ainda que tivessem algum inconveniente. Julgamos[768], porém, que se deve preferir a toda outra vantagem a pública concórdia que realmente se pudesse concretizar sem ofensa das consciências. Mas de toda essa questão falaremos também logo mais, quando debatermos os votos e o poder eclesiástico[769]. 51 52

ARTIGO XVI: DA ORDEM POLÍTICA

1 Recebem os adversários sem qualquer objeção o artigo décimo sexto[770], no qual confessamos ser lícito ao cristão exercer ofício civil, julgar segundo a legislação imperial ou de acordo com outras leis em vigor, determinar, segundo o direito, pena de morte[771], fazer guerras justas, entregar-se a atividades militares, fazer contratos legais, ter propriedade, fazer juramento quando exigido por magistrado, contrair núpcias, enfim, que ordenações civis legítimas sãos criaturas de Deus e ordenações divinas, de que o cristão pode usar com segurança. 2 Todo esse tópico da diferença entre o reino de Cristo e o reino civil foi explicado adequadamente nos escritos dos nossos: que o reino de Cristo é espiritual, isto é, no coração o conhecimento de Deus, o temor de Deus e a fé, a justiça eterna e a principiante vida eterna. Entretanto, permite-nos usemos, exteriormente, de ordenações políticas legítimas de seja qual for o povo entre o qual vivamos, da mesma forma que nos permite fazer uso da medicina, ou da arquitetônica, ou de alimento, bebidas, ar. 3 Nem traz o evangelho novas leis no que concerne à organização civil, mas preceitua que obedeçamos às leis atuais, quer tenham sido estabelecidas por gentios, quer por outros, e ordena que nessa obediência exerçamos a caridade. Pois Carlostádio[772] doidejava quando nos impunha as leis judiciais de Moisés. 4 Sobre essas questões, os nossos es-

---

[766] Na Dieta de Augsburgo.

[767] *Adiáphora*. Vid. sobre o termo nota em Apologia II, 41.

[768] Pretérito perfeito: *iudicavimus*.

[769] Artigos XXVII e XXVIII.

[770] Da Confissão de Augsburgo.

[771] . Ou: ordenar legalmente castigos severos. No original: *supplicia iure constituere*. Justos Jonas: "die Übeltäter mit dem Schwert um sonst nach der Schärfe strafen". Cf. Confissão de Augsburgo XVI, 2, tradução dos textos alemão e latino.

[772] Latinamente *Carolostadius*. Andréas Rudolf Bodenstein, de Karlstadt, no Meno. 1480-1541. A princípio adepto de Lutero, mais tarde se lhe opôs com veemência. Sobre o referido aqui por Melanchthon, cf. Lutero, *Contra os Profetas Celestes* (1525), WA 18,63ss.

creveram mais copiosamente porque os monges difundiram muitas opiniões perniciosas na igreja. Chamaram de organização política evangélica a comunhão de bens, disseram que não ter propriedade, não vingar-se eram conselhos evangélicos[773]. Essas opiniões muito obscurecem o evangelho e o reino espiri-
5 tual e são perigosas para o governo. Pois o evangelho não destrói a organização política ou os negócios domésticos. Muito ao revés: aprova-as. E ordena que obedeçamos a elas como a ordenações divinas, e não apenas por causa do castigo, mas, também, por causa da consciência.

6 Juliano, o Apóstata[774], e Celso[775] e muitos outros objetaram aos cristãos que o evangelho destruiria as repúblicas, porque proibia a vindita e ensinava[776] algumas outras coisas pouco apropriadas à sociedade civil. E, estranho, essas questões fizeram suar a Orígenes[777], ao Nazianzeno[778] e a outros, quando, na verdade, podem ser explicadas facilimamente, desde que se saiba que o evangelho não traz leis sobre organização civil, mas é a remissão dos pecados e o princípio da vida eterna nos corações dos crentes. Demais, não só aprova organizações políticas externas, mas ainda nos sujeita a elas[779], da mesma forma como necessariamente estamos submetidos às leis das estações, à alternância de
7 inverno e verão, como ordenações divinas. O evangelho proíbe a vindita particular, e Cristo inculca isso tantas vezes para os apóstolos não pensarem que eles deviam arrancar os impérios daqueles que de outro modo continuariam a tê-los em seu poder, como os judeus sonhavam concernente ao reino messiânico, mas para que soubessem que lhes cumpria ensinar sobre o reino espiritual, não mudar a organização política[780]. Por isso, a vingança particular não é proibida por conselho mas por preceito. Mateus 5 e Romanos 12[781]. A vingança públi-

---

[773] *Consilia*. Na escolástica se distinguia entre *consilia* (pobreza, castidade e obediência) e *praecepta* (o Decálogo).

[774] *Contra christianos* lib. II. Fragm. 12, p. 237, ed. De C. J. Neumann. Juliano, o Apóstata – Flávio Cláudio Juliano – foi imperador romano (361-363). Educado na religião cristã. Aderiu ao paganismo.

[775] Filósofo pagão do II século. De sua obra *Alethes lógos* ("A Palavra verdadeira") tem-se ampla notícia através da réplica de Orígenes *Kata Kelsou* ("Contra Celso").

[776] Ou: transmitia. No original: *traderet*.

[777] *Contra Celsum* VII, 59-61. II, P. 208ss. Koetschau.

[778] *Oratio IV. Contra Julianum* 1, 97. MSG 35, 632. Gregório Nazianzeno, IV século, bispo de Constantinopla e um dos principais líderes teológicos da Igreja Oriental.

[779] *Ceterum non solum externas politias approbare, sed nos etiam subiicere illis.* H.G Pöhlmann (*Apologia*, p. 179) entende que "nós", não "o evangelho", é o sujeito da primeira oração, e que o *nos* da segunda é sujeito, não objeto direto. Justus Jonas interpreta como nós: "Das Evangelium aber lässt nicht allein bleiben dieselbigen äusserlichen Politien, Weltregiment und Ordnung, sondern will auch, dass wir solchen sollen gehorsam sein".

[780] Bente-Dau (*Concordia Triglotta*, p. 331) e J. Pelikan (Tappert. p. 223) entendem de outra maneira: "That they might know they outht to teach concerning the spiritual kingdom that it does not change the civil state". "He would have them know their duty to teach that the spiritual kingdom does not change the civil government". No original: *Ut scirent se de regno spirituali docere oportere, non mutare civilem statum* Interpretamos como Justus Jonas: "Dass sie wüssten, dass ihr Amt wäre zu predigen vom geistlichen Reich, nicht einiger Weltregiment zu verändern".

[781] Mt 5.39; Rm 12.19.

ca, realizada por ofício do magistrado, não é desaconselhada mas ordenada, e é obra de Deus, segundo Paulo. Romanos 13[782]. Agora, as decisões judiciais, a pena capital, as guerras, o serviço militar são espécies de vindita pública. É manifesto quão mal julgaram sobre essas questões muitos escritores, 8 porque sucumbiram ao erro de pensar que o evangelho é alguma forma política externa, nova e monástica, e não viram que o evangelho traz aos corações a justiça eterna, aprovando, contudo, no que diz respeito ao exterior, a organização política.

Vaníssimo também isso de pensar que é perfeição cristã não ter proprie- 9 dade. Pois a perfeição cristã não consiste no desprezo a ordenações civis, senão que nas disposições do coração, em grande temor de Deus, em grande fé, assim como Abraão, Davi, Daniel, mesmo na posse de grandes riquezas e no exercício do poder, não eram menos perfeitos do que qualquer eremita. Mas os 10 monges espalharam essa hipocrisia exterior diante dos olhos dos homens, a fim de que não se pudesse ver em que coisas está a verdadeira perfeição. Com que louvores exaltaram a comunhão de bens como se fosse evangélica! Mas há 11 grandíssimo perigo nestes louvores, principalmente em razão de dissentirem muito das Escrituras. Pois a Escritura não ordena a comunhão de bens, mas o Decálogo, quando diz: "Não furtarás"[783] distingue o direito de propriedade, e ordena que cada qual conserve o seu. Evidentemente estava fora de si Wycliffe[784], que negava fosse lícito aos sacerdotes terem propriedade[785]. Há dis- 12 cussões infinitas sobre contratos, a respeito dos quais boas consciências nunca podem estar satisfeitas, a menos que conheçam a norma de que é lícito ao cristão uso de ordenações e leis civis. Essa norma protege as consciências ao ensinar que contratos são lícitos aos olhos de Deus na medida em que os aprovem os magistrados ou as leis.

Todo esse tópico a respeito das questões políticas foi patenteado de tal 13 maneira pelos nossos, que muitas criaturas boas em atividade na coisa pública e nos negócios têm declarado que foram grandemente auxiliadas, gente que antes, perturbada pelas opiniões dos monges, duvidava sobre se o evangelho permitia esses ofícios civis e negócios. Referimos isto para que também os de fora entendam que pelo gênero de doutrina por nós seguido a autoridade dos magistrados e a dignidade de todas as ordenações civis não são minadas, mas, bem ao contrário, fortificadas. Em tempos anteriores, a magnitude dessas coisas foi extraordinariamente obscurecida através daquelas insensatas opiniões monásticas, que em muito preferiam a hipocrisia da pobreza e humildade à organização política e ao governo doméstico, ainda que essas têm mandamento de Deus, não o tendo aquela comunidade platônica.

---

[782] Rm 13.4.

[783] Êx 20.15.

[784] *Wycliffe* e *Wyclif* são duas das quatro grafias adotadas em inglês.

[785] *De ecclesia* VIII, p. 176ss. Ed. de J. Loserth, publicação da Wyclif-Society. A sociedade editou o *De ecclesia* em 1886.

ARTIGO XVII: DA VOLTA DE CRISTO PARA O JUÍZO

1 Aceitam os adversários sem objeção o artigo décimo sétimo, no qual confessamos que Cristo aparecerá na consumação do mundo, ressuscitará a todos os mortos e dará aos piedosos a vida eterna e alegrias eternas, que os ímpios, porém, serão condenados, a fim de com o diabo serem atormentados sem fim.

ARTIGO XVIII: DO LIVRE ARBÍTRIO

1 Recebem os adversários o artigo décimo oitavo[786], do livre arbítrio, se bem que acrescentam alguns testemunhos pouco apropositados[787]. Adicionam, outrossim, uma declamação: que não se deve, com os pelagianos, atribuir demais ao livre arbítrio, nem, com os maniqueus, negar-lhe toda liberdade[788]. 2 Perfeitamente. Mas que distância vai entre os pelagianos e os nossos adversários, uma vez que uns e outros entendem poderem os homens, sem o Espírito Santo, amar a Deus e cumprir-lhe os mandamentos quanto à substância dos atos, e poderem merecer a graça e a justificação mediante obras que a razão 3 realiza por si mesma, sem o Espírito Santo? Quantos absurdos se seguem dessas opiniões pelagianas, que com grande autoridade são ensinadas nas escolas! Agostinho, seguindo a Paulo, refuta-as com grande paixão. Referimos sua 4 sentença acima, no artigo "Da Justificação". E por certo que não privamos a vontade humana da liberdade. A vontade humana é livre na escolha de obras e coisas que a razão por si mesma compreende. Pode, de algum modo, realizar a justiça civil ou das obras, pode falar de Deus, oferecer a Deus certo culto através de obra exterior, obedecer aos magistrados, aos pais. Pode, na escolha de obra exterior, impedir as mãos de cometerem assassínio, adultério, furto. Como ficou na natureza humana razão e juízo com respeito a coisas sujeitas

---

[786] Da Confissão de Augsburgo.

[787] A *Confutatio Pontificia* (CR 27,118ss.) cita um texto de Agostinho e vários passos bíblicos. O texto de Agostinho: *Liberum arbitrium inesse hominibus, certa fide credimus et praedicamus indubitanter. Namque inhumanus est error negare liberum arbitrium in homine, quod quilibet in se ipso experitur, et toties in sacris literis asseritur* ("Cremos com fé segura e pregamos sem dúvida que existe livre arbítrio nos homens. Pois é erro desumano negar no homem o livre arbítrio, que qualquer um experimenta em si mesmo e que é tantas vezes afirmado nas Sagradas Escrituras"). Os passos bíblicos: 1 Co 7.37; Líber Ecclesiastici (Livro de Siraque) 31.10 (*Qui potuit transgredi, et non est transgressus, facere mala, et non fecit* – "que pôde transgredir e não transgrediu, fazer o mal e não fez"); Gn 4.7; Is 1.19s.; Jr 3.5; Ez 18.31s.; 1 Co 15.32; 2 Co 9.7; Mc 14.7; Mt 23.37.

[788] *Confutatio pontifícia* (CR 27, coluna 118): *Nam sic catholicos convenit media via incedere, ne nimium tribuant libero arbítrio cum Pelagianis, neque omnem ei libertatem adimant cum impiis Manichaeis: nam utrumque non caret vitio* ("Pois convém aos católicos seguir a via média de modo que não atribuam demais ao livre arbítrio com os pelagianos, nem lhe neguem toda a liberdade com os ímpios maniqueus, pois ambos estão em erro").

nos sentidos, ficou também a escolha dessas coisas, bem como a liberdade e faculdade de praticar a justiça civil. Pois a Escritura chama de justiça da carne a isso que a natureza carnal, isto é, a razão por si mesma, realiza sem o Espírito Santo. Ainda que o poder da concupiscência é tal, que os homens obedecem mais freqüentemente às más paixões do que ao reto juízo. E o diabo, que é eficaz nos ímpios, como diz Paulo, não cessa de incitar essa natureza frágil a vários delitos. Eis as razões por que até a justiça civil é rara entre os homens. Pois vemos que nem mesmo os filósofos, que parecem haver aspirado a essa justiça, a lograram alcançar. Falso, porém, aquilo de não pecar o homem que pratica as obras dos mandamentos fora da graça. E acrescentam mais: que semelhantes obras também merecem de côngruo[789] a remissão de pecados e a justificação. Ora, corações humanos sem o Espírito Santo estão sem temor de Deus[790], sem confiança em Deus, não crêem que são ouvidos, perdoados, auxiliados e conservados por Deus. São, portanto, ímpios. Demais, árvore má não pode produzir bons frutos[791]. E sem fé é impossível agradar a Deus[792].

5

6

Por isso, ainda que concedemos ao livre arbítrio a liberdade e a faculdade de produzir as obras exteriores da lei, não lhe atribuímos, contudo, aquelas coisas espirituais, a saber: temer a Deus verdadeiramente, crer verdadeiramente a ele, estar verdadeiramente seguro e bem saber que Deus nos considera, ouve, perdoa, etc. Estas são as verdadeiras obras da primeira tábua, que o coração não pode produzir sem o Espírito Santo, como diz Paulo: "O homem natural", isto é, o homem usando apenas forças naturais, "não percebe as coisas de Deus"[793]. E disso podem decidir os homens se considerarem qual o sentir dos corações quanto à vontade de Deus, se estão verdadeiramente seguros de serem considerados e ouvidos por Deus. Até para os santos é difícil reter essa fé. Por aí se pode ver como está fora de cogitação exista ela nos ímpios. Mas é concebida, conforme acima dissemos, quando corações transidos de terror ouvem o evangelho e concebem consolação.

7

8

Vantajosa, portanto, uma distribuição na qual se atribui justiça civil ao livre arbítrio e justiça espiritual à governação do Espírito Santo nos renascidos. Pois assim se retém a disciplina, porque todos os homens devem saber tanto que Deus requer essa justiça civil, como também que de algum modo podemos produzi-la. E mostra-se, contudo, uma diferença entre justiça humana e justiça espiritual, entre doutrina filosófica e doutrina do Espírito Santo. E pode entender-se para que é necessário o Espírito Santo. E essa distribuição não foi inventada por nós. Ensina-a clarissimamente a Escritura. Também

9

10

---

[789] Sobre mérito côngruo, vid. acima, Apologia IV, 19, nota em "mérito condigno".

[790] H. G. Pöhlmann (*Apologia*, p. 181): "Denn die menschlichen Herzen sind ohne den Hl. Geist, ohne Gottesfurcht". No original: *Nam humana corda sine spiritu sancto sunt sine timore Dei.* Justus Jonas: "Denn solche Herzen, die ohne den heiligen Geist sind, die sind ohne Gottesfurcht".

[791] Mt 7.18.

[792] Hb 11.6.

[793] 1 Co 2.14.

Agostinho[794] dela trata[795], e recentemente foi tratada de maneira excelente por Guilherme de Paris[796]. Foi, entretanto, suprimida criminosamente pelos que sonharam poderem os homens obedecer à lei de Deus sem o Espírito Santo, e que este, entretanto, foi dado a fim de ser adicionada a consideração do meritório[797].

ARTIGO XIX: DA CAUSA DO PECADO

1 Recebem os adversários o artigo décimo nono[798], no qual confessamos que, embora unicamente Deus haja feito a natureza universa, conservando a tudo que existe, a causa do pecado é, contudo, a vontade no diabo e nos homens, a qual se desvia de Deus, segundo o dito de Cristo a respeito do diabo: "Quando ele profere a mentira, fala do que lhe é próprio"[799].

ARTIGO XX: DAS BOAS OBRAS

1 No artigo vigésimo[800] dizem claramente que rejeitam e improvam nossa afirmação consoante a qual os homens não merecem remissão de pecados com boas obras. Afirmam claramente que rejeitam e improvam esse artigo[801]. Que é 2 que se deve dizer em coisa tão manifesta? Aqui, os arquitetos da *Confutação* mostram abertamente por que espírito são impelidos. Pois, que coisa é mais

---

[794] Vid. texto de Agostinho acima, Confissão de Augsburgo XVIII, 4-6, e nota ibidem, na tradução do texto latino da CA.

[795] Ou: faz uso dela, aplica-a.

[796] . Guilherme Peraldo (falecido ca. 1270), *Summa de virtutibus et vitiis*. A obra foi elogiada por Geiler v. Kaiserberg como arsenal de material para a pregação e a doutrina ascética da Idade Média. Cf. Martin Grabmann, *Historia de la Teologia Catolica*, Espasa-Calpe, S. A., Madrid, 1946, versão espanhola de David Gutiérrez, p. 79.

[797] *Ut accedat respectus meritorii.* Texto alemão: *Und als werde der heilige Geist uns Gnade geben in Ansehung unsers Verdienst.* A consideração do mérito é coisa que acresce, coisa que é juntada. A finalidade da dação do Espírito Santo é que isso aconteça. É o ensino que Melanchthon atribui aos autores que tem em mente. Tal é, em nosso entender, a interpretação correta do texto. Justus Jonas entende de outra maneira: "aqueles autores pensam que o Espírito Santo nos dá graça em consideração ao nosso mérito". A interpretação de J. Pelikan (Tappert, p. 226) é quase idêntica à de Justus Jonas: "And that the Holy Spirit is given to them out of regard for the merit of this obedience".

[798] Da Confissão de Augsburgo. *Confutatio Pontifícia*, CR 27, coluna 120.

[799] Jo 8.44.

[800] Da Confissão de Augsburgo.

[801] *Confutatio Pontifícia* (CR 27, 121): *In articulo vigésimo... unum duntaxat est, quod ad Príncipes et civitates pertinet, de bonis scilicet operibus, quod non mereantur remissionem peccatorum, quod ut superius reiectum et improbatum est, ita et nunc reiicitur et improbatur* ("No artigo vigésimo... há uma coisa apenas que diz respeito aos príncipes e às cidades, a saber, a respeito das boas obras, que elas não mereçam remissão de pecados, o que, assim como foi rejeitado e improvado acima, assim também é rejeitado e improvado agora").

certa na igreja do que esta: dar-se a remissão dos pecados gratuitamente, por causa de Cristo, ser Cristo a propiciação pelos pecados, não nossas obras, conforme diz Pedro: "Dele todos os profetas dão testemunho de que, por meio de seu nome, todo o que nele crê recebe remissão de pecados"[802]. Assintamos antes a essa igreja dos profetas do que àqueles perdidos escritores da *Confutação*, que tão impudentemente blasfemam a Cristo. Pois, conquanto houve al- 3 guns escritores em cujo entender os homens, depois da remissão dos pecados, são justos diante de Deus não pela fé, mas pelas próprias obras, não pensaram, contudo, que a própria remissão dos pecados se dá por causa de nossas obras, e não gratuitamente, por causa de Cristo.

Não se deve aturar, por conseguinte, a blasfêmia de atribuir a honra de 4 Cristo a nossas obras. Já de nada se envergonham esses teólogos, se ousam introduzir semelhante opinião na igreja. E não duvidamos que o excelentíssimo Imperador e muitos dos príncipes, se tivessem sido advertidos, de modo nenhum teriam permitido continuasse na *Confutação* esse artigo. Aqui, podería- 5 mos citar uma infinidade de testemunhos da Escritura e dos Pais. Mas acima dissemos o bastante sobre esse ponto. E não há necessidade de mais testemunhos ao que sabe por que Cristo nos foi dado, que sabe ser Cristo a propiciação pelos nossos pecados. Diz Isaías[803]: "O Senhor fez cair sobre ele a iniqüidade de nós todos". Ensinam os adversários, em contraposição, que Deus faz cair nossas iniqüidades não sobre Cristo mas sobre nossas obras. Nem temos vontade de mencionar aqui que espécie de obras ensinam. Vemos que um decreto 6 horrível foi composto contra nós, decreto que nos aterraria mais se estivéssemos contendendo sobre coisas duvidosas ou de pouca importância. Agora, como nossas consciências entendem que é condenada pelos adversários a manifesta verdade, cuja defesa é necessária para a igreja e amplifica a glória de Cristo, facilmente desprezamos os terrores do mundo, e se algo tivermos de sofrer, suportá-lo-emos de ânimo forte, em razão da glória de Cristo e da utilidade para a igreja. Quem não se regozijaria de morrer na confissão destes arti- 7 gos: alcançarmos a remissão dos pecados pela fé, gratuitamente, por causa de Cristo, não merecermos a remissão de pecados por nossas obras? Nenhum 8 consolo suficientemente seguro terão as consciências dos piedosos contra os terrores do pecado e da morte e contra o diabo, que arrasta ao desespero, caso não souberem que devem estar confiantes de que têm remissão de pecados gratuitamente, por causa de Cristo. Essa fé sustenta e vivifica os corações naquela aspérrima batalha do desespero.

Portanto, é digna a causa e por ela a nenhum perigo devemos recusar- 9 nos. "Não cedas aos maus, porém, ao contrário, avança mais ousado"[804], tu, quem quer que sejas, que assentes à nossa Confissão, quando os adversários tentam arrancar-te, por meio de terrores, torturas e suplícios, tão grande consolo, proposto, nesse nosso artigo, a toda a igreja. Não faltarão ao inquiridor 10

[802] At 10.43.
[803] Is 53.6.
[804] Vergílio, *Aeneis* VI, 95.

testemunhos escriturísticos, que lhe confirmarão o ânimo. Pois Paulo, Rm 3 e 4, exclama *tota voce*[805], como se diz, que os pecados são remitidos gratuitamente, por causa de Cristo. Diz, por isso: "Essa é a razão por que provém da fé, para que seja segundo a graça, a fim de que seja firme a promessa"[806]. Isto é, se a promessa dependesse de nossas obras, ela não seria segura. Se a remissão de pecados fosse dada em virtude de nossas obras, quando é que saberíamos que a conseguimos, quando encontraria a consciência aterrorizada uma obra da qual

11 tivesse a certeza de que é suficiente para aplacar a ira de Deus? Mas de toda essa questão falamos acima[807]. Tire o leitor testemunhos de lá. Pois a indignidade da coisa nos arrancou essa acusação, não discussão, porque nesse tópico deixaram bem claro desaprovarem esse nosso artigo de que alcançamos remissão de pecados não em virtude de nossas obras, mas pela fé, e gratuitamente, por causa de Cristo.

12 Os adversários também acrescentam testemunhos à sua condenação. E paga a pena referir um que outro. Alegam de Pedro: "Procurai confirmar a vossa vocação, etc."[808] Já vês, leitor, que nossos adversários não queimaram em vão as pestanas estudando lógica. Têm eles a arte de inferir das Escrituras inteiramente o que lhes agrada. Procurai confirmar a vossa vocação por meio de boas obras; logo, obras merecem remissão de pecados. Será, deveras, uma lindura de argumentação se alguém racionar dessa maneira sobre um réu de pena capital cuja pena haja sido remitida: Ordena o magistrado que te abstenhas doravante do alheio. Com isso mereceste a remissão da pena, porque te abténs,

13 agora, do alheio. Argumentar assim é fundamentar com base em fundamento inexistente. Pois que Pedro fala de obras que se seguem à remissão dos pecados e ensina por que se deve praticá-las, a saber, para que seja firme a vocação, isto é, a fim de não suceder venham a cair de sua vocação pela reincidência no pecado. Pratica boas obras, a fim de perseverardes na vocação, para não virdes a perder os dons da vocação, que anteriormente vos foram dados, não em virtude das obras seguintes, mas que já são retidos pela fé. E a fé não permanece naqueles que perdem o Espírito Santo, que rejeitam o arrependimento, conforme acima dissemos: a fé existe no arrependimento.

14 Adicionam outros testemunhos, de não melhor coerência. Dizem, por último, que essa opinião[809] foi condenada há mais de mil anos, no tempo de Agostinho[810]. Falsíssimo também isso. Pois a igreja de Cristo sempre entendeu que se alcança a remissão do pecados gratuitamente. De feito, os pelagianos, os quais contendiam dizendo que a graça é dada em virtude das nossas obras,

---

[805] A vozes bradadas.

[806] Rm 4.16.

[807] Vid. acima, IV, 40ss.

[808] 2 Pe 1.10.

[809] I. e., o parecer na Confissão de Augsburgo.

[810] *ConfutatioPontificia* (CR 27, 123): *Haec autem de bonis operibus opinio etiam ante mille centum annos, tempore Augustini, damnata fuit et reprobata* ("Mas esta opinião a respeito das boas obras também foi condenada a reprovada há mais de mil e cem anos, no tempo de Agostinho").

foram condenados. De resto, mostramos suficientemente acima entendermos que boas obras devem, necessariamente, seguir-se à fé. "Não ab-rogamos a lei", diz Paulo, "mas confirmamos a lei"[811]. Visto que, quando, pela fé, recebemos o Espírito Santo, segue-se necessariamente o cumprimento da lei, por que crescem, pouco a pouco, o amor a paciência, a castidade e outros frutos do Espírito. 15

ARTIGO XXI: DA INVOCAÇÃO DOS SANTOS

1 O artigo vigésimo primeiro[812] simplesmente o condenam, por não requerermos a invocação dos santos[813]. Sobre nenhum tópico retoricam mais prolixamente. Contudo, nada provam além disto: que os santos devem ser honrados e que os santos vivos oram por outros. Como se, na verdade, em razão disso fosse necessária a invocação dos santos falecidos. 2 Alegam Cipriano, por haver ele rogado a Cornélio, ainda vivo, que, partindo, orasse pelos irmãos[814]. Com esse exemplo aprovam a invocação dos mortos. Também citam Jerônimo contra Vigilâncio. Nesta arena, dizem, há mil e cem anos Jerônimo venceu a Vigilâncio[815]. É assim que os adversários triunfam, como se a guerra já estivesse terminada com vitória decisiva. Não vêem estes asnos que no *Contra Vigilâncio* de Jerônimo não há sílaba com respeito a invocação. Fala das honras para santos, não sobre invocação[816]. 3 Nem os restantes escritores antigos de antes de Gregório[817] mencionam a invocação. Essa invocação, com as opiniões agora ensinadas pelos adversários sobre a aplicação de méritos, certamente não tem testemunhos dos escritores antigos.

4 Nossa Confissão aprova honras para os santos. Pois aqui se deve aprovar tríplice honra. A primeira é a ação de graças. Devemos dar graças a Deus por nos haver mostrado exemplos de misericórdia, por haver significado que quer salvar os homens, por haver dado mestres ou ouros dons à igreja. E esses dons, visto que são os maiores, devem ser exaltados, devendo ser louvados os próprios santos, que, fielmente, usaram esses dons, como Cristo louva os negociadores fiéis[818]. 5 O segundo culto é a confirmação de nossa fé. Quando vemos que a Pedro é perdoada a negação, também nós somos erigidos, para crermos mais ainda que a graça, deveras, superabunda ao pecado[819]. 6 A terceira honra é a

---

[811] Rm 3.31.
[812] Da Confissão de Augsburgo.
[813] *Confutatio Pontifícia,* CR 27, 123-128.
[814] *Confutatio Pontifícia,* CR 27, 126. Cipriano a Cornélio, *Ep.* 60,5. MSL 3, 863 A.
[815] *Confutatio Pontifícia,* CR 27, 124. Em princípios do século V, Vigilâncio, presbítero na Aqüitânia, voltou-se contra o culto dos mártires e de suas relíquias.
[816] *Contra Vigilantium* 5.7. MSL 23, 343. 345.
[817] Gregório I, o Magno (540-604), papa desde 590.
[818] Mt 25.21.
[819] Rm 5.20.

imitação, primeiro da fé, em seguida das demais virtudes, as quais cada qual
7 deve imitar de acordo com sua vocação. Essas honras verdadeiras não as requerem os adversários. Rixam apenas sobre a invocação, que, posto nada tivesse de perigoso[820], contudo não é necessária.

8 Demais, também concedemos que os anjos oram por nós. Pois há o testemunho de Zacarias 1[821], onde o anjo reza: "Ó Senhor dos Exércitos, até quan-
9 do não terás compaixão de Jerusalém?, etc." E ainda que concedemos, quanto aos santos, que, assim como os vivos oram pela igreja universal em geral, assim orem no céu pela igreja em geral, contudo não há, nas Escrituras, testemunho algum sobre mortos orantes, exceto aquele sonho tirado de 2 Macabeus[822].

10 Além disso, mesmo que os santos orem muitíssimo pela igreja, não se segue daí que devam ser invocados. Ainda que nossa Confissão afirma apenas isto: não ensinar a Escritura a invocação dos santos ou que se peça auxílio deles. Como, porém, sobre invocação de santos não se pode aduzir, das Escrituras, nem preceito, nem promessa, nem exemplo, segue-se que a consciência nada de certo pode ter com respeito a essa invocação. E como a prece deve ser de fé, qual a maneira de sabermos que Deus aprova essa invocação? De onde sabemos, sem o testemunho da Escritura, que os santos percebem as preces de cada
11 um? Há quem, claramente, atribua divindade aos santos, a saber, que discernem em nós as tácitas cogitações das mentes. Discutem sobre cognição matutina e vespertina, talvez, por duvidarem sobre se nos ouvem de manhã ou de tarde. Inventam isso não para honrar os santos, mas para defender cultos lucrati-
12 vos. Nada podem os adversários aduzir contra este raciocínio: já que a invocação não tem testemunho da palavra de Deus, não se pode afirmar que os santos entendem nossa invocação, ou, posto muito bem a entendem, que Deus a
13 aprova. Por isso, os adversários não deveriam coagir-nos a coisa incerta, porque oração sem fé não é oração. Agora, quanto a isso de alegarem o exemplo da igreja, é evidente tratar-se de costume novo na igreja. Pois as preces antigas, conquanto façam menção dos santos, contudo não os invocam. Ainda que também essa nova invocação na igreja é dessemelhante da invocação de indivíduos.

14 Além disso, os adversários não só requerem invocação no culto dos santos, mas também aplicam os méritos dos santos em benefício de outros, e fazem dos santos não só deprecantes, mas, ainda, propiciadores. Isso de modo nenhum se deve aturar. Pois aqui se transfere totalmente aos santos a honra própria a

---

[820] H. G. Pöhlmann (*Apologia*, p. 318): "Obwohl ungefährlich". No original: *Etiamsi nihil haberet periculi*. Justus Jonas: "Wenn es auch ohn Fährlichkeit der Gewissen wäre".

[821] Zc 1.12.

[822] 2 Macabeus 15.14. Segundo a terminologia católica romana, livro deuterocanônico. Vid. nota em Apologia IV, 277. Numa visão, Judas Macabeus vê Onias e outra figura, a respeito da qual diz Onias: *Hic est fratrum amator et populi Israel: hic est qui multum orat pro populo et universa sancta civitate, Ieremias propheta Dei* ("Este é um homem que ama os irmãos e o povo de Israel; este é o que muito ora pelo povo e por toda a cidade santa – Jeremias, o profeta de Deus").

Cristo. Pois que os tornam mediadores e propiciadores, e, bem que distinguem entre "mediadores de intercessão" e "mediadores de redenção", contudo, transformam os santos claramente em mediadores de redenção. E até isso de serem mediadores de intercessão dizem-no sem testemunho da Escritura, o que, mesmo quando dito com muito comedimento, não obstante, obscurece o ofício de Cristo e transfere aos santos a confiança de misericórdia devida a Cristo. Pois os homens imaginam que Cristo é mais duro e os santos mais aplacáveis, e confiam mais na misericórdia dos santos do que na de Cristo e, fugindo de Cristo, procuram os santos. Dessa maneira fazem deles efetivamente mediadores de redenção. 15

Mostraremos, por isso, que realmente fazem dos santos não apenas deprecantes, mas propiciadores, isto é, mediadores de redenção. Aqui, ainda não mencionamos os abusos do vulgo. Até agora falamos das opiniões dos doutores. O restante mesmo os imperitos podem julgar. 16

Duas coisas concorrem num propiciador. Importa, em primeiro lugar, haja uma palavra de Deus da qual saibamos, com certeza, que Deus quer compadecer-se e ouvir os que o invocam por esse propiciador. Há tal promessa com respeito a Cristo: "O que pedirdes ao Pai em meu nome, ele vos dará"[823]. Nenhuma promessa semelhante quanto aos santos! Não podem, por isso, estar certas as consciências de que somos ouvidos pela invocação dos santos. Por conseguinte, não se faz essa invocação de fé. Depois, temos também o mandamento de invocar a Cristo, segundo a passagem: "Vinde a mim os que estais cansados, etc."[824], o que certamente também é endereçado a nós. E Isaías diz, no capítulo 11[825]: "Naquele dia levantar-se-á a raiz de Jessé, para sinal dos povos: far-lhe-ão súplicas os gentios". Salmo 43[826]: "Os mais ricos do povo te pedirão favores". E Salmo 71[827]: "E todos os reis se prostrem perante ele". E a breve trecho: "Continuamente se fará por ele oração". E em João 5[828] Cristo diz: "A fim de que todos honrem o Filho, do modo por que honram o Pai". E Paulo, em 2 Tessalonicenses 2[829], diz, orando: "Ora, nosso Senhor Jesus Cristo mesmo, e Deus nosso Pai... console os vossos corações e os confirme, etc." Mas da invocação de santos, que preceito, que exemplo podem os adversários aduzir das Escrituras? A segunda coisa num propiciador é que os méritos dele foram propostos como os que satisfazem por outros, méritos dados a outrem por imputação divina, a fim de por eles serem reputados justos como que por méritos próprios. Como quando um amigo solve dívida pelo amigo, o devedor é libertado por mérito alheio como se fosse por seu próprio mérito. Assim nos 17 18 19

[823] Jo 16.23. Almeida RA: "Se pedirdes alguma coisa ao Pai, ele vo-la concederá em meu nome".

[824] Mt 11.28.

[825] Is 11.10. Almeida RA: "Naquele dia recorrerão as nações à raiz de Jessé que está posta por estandarte dos povos".

[826] Sl 45.12.

[827] Sl 72.11,15.

[828] Jo 5.23.

[829] 2 Ts 2.16,17.

são dados os méritos de Cristo, para sermos reputados justos pela confiança em seus méritos, quando nele cremos, como se tivéssemos méritos próprios.

20 E de ambas, isto é, da promessa e da doação de méritos, origina-se a confiança na misericórdia. Tal confiança na promessa divina, também nos méritos de Cristo, deve acrescer à oração. Pois devemos estar verdadeiramente certos tanto de que por causa de Cristo somos ouvidos, como de que por seus méritos temos um Pai reconciliado.

21 Aqui, os adversários, primeiro, ordenam que se invoquem os santos, embora não tenham nem promessa de Deus, nem mandamento, nem exemplo da Escritura. E, contudo, fazem que se conceba maior confiança na misericórdia dos santos do que na de Cristo, apesar de Cristo haver ordenado se viesse a ele, 22 não aos santos. Em segundo lugar, aplicam os méritos dos santos a outros, assim como os méritos de Cristo, ordenam que se confie nos méritos dos santos, como se fôssemos reputados justos em virtude dos méritos dos santos, assim como somos reputados justos pelos méritos de Cristo. Nada inventamos aqui. 23 Nas indulgências dizem que aplicam os méritos dos santos. E Gabriel, intérprete do cânone da missa, declara confiante: "Segundo a ordem instituída por Deus, devemos confugir ao auxílio dos santos, a fim de nos salvarmos pelos méritos e votos deles"[830]. São essas as palavras de Gabriel. E, contudo, nos livros e sermões dos adversários lêem-se, aqui e além, coisas ainda mais absurdas. Que será "fazê-los propiciadores", se isso não o é? São igualados de todo 24 a Cristo, se devemos confiar que nos salvamos pelos méritos deles. Mas onde é que foi instituída por Deus a ordem da qual ele fala: que devemos confugir ao auxílio dos santos? Produza um exemplo das Escrituras ou um preceito. Talvez tomem essa ordem das cortes reais, onde a gente deve valer-se de amigos intercessores. Caso, porém, um rei haja constituído determinado intercessor, não vai querer que lhe sejam levadas questões através de outros. Assim, uma vez que Cristo foi constituído intercessor e sacerdote, por que procuramos outros?

25 Usa-se em toda parte[831] esta forma de absolvição: "A paixão de nosso Senhor Jesus Cristo, os méritos da beatíssima Virgem Maria e de todos os santos sejam-te em remissão dos pecados". Pronuncia-se aqui uma absolvição segundo a qual somos reconciliados e reputados justos não somente pelos méritos 26 de Cristo, mas pelos méritos dos outros santos. Alguns dos nossos viram um doutor em teologia, agonizante, para cujo consolo foi empregado certo monge teólogo. Esse inculcava ao agonizante nada senão esta precação: "Mãe da graça, protege-nos do inimigo, recebe-nos na hora da morte".

27 Posto concedamos[832] que a bem-aventurada Maria ora pela igreja, acaso recebe ela mesma as almas na morte? conquista a morte? vivifica? Que faz

---

[830] *Sacri canonis missae expositio,* lectio 30. Vid. texto citado em BSLK, p. 321, nota 2.

[831] *Passim.* Também se usa no sentido de "aqui e acolá". Bente-Dau (*Concordia Triglotta,* p. 349) traduzem "here and there" neste passo. Também J. Pelikan (Tappert, p. 232): "in some places". Justus Jonas: "Es ist eine gemeine Form der Absolution bis anher gebraucht".

[832] Ou: ainda que concedamos, concedendo, para dar de barato. No original: *Ut largiamur.* Texto alemão: *Ob nu gleich Maria die Mutter Gottes für die Kirchen bittet.* H. G. Pöhlmann (*Apologia,* p. 189): "Wie sehr wir auch zugestehen, dass..." Cornelius Frhr. Von Heyl (*Lutherischer Rundblick,* cad. I/II, vol. 21, 1973, p. 18. nota 1): "Dass wir einräumen".

Cristo, se a bem-aventurada Maria faz essas coisas? Ainda que é digníssima das honras mais excelsas, ela não quer, todavia, que a igualemos a Cristo. Quer, antes, que consideremos e sigamos os exemplos dela. Mas a própria realidade diz que, na persuasão pública, a bem-aventurada Virgem de todo sucedeu no lugar de Cristo. Os homens a invocaram, confiaram na misericórdia dela, por ela quiseram reconciliar a Cristo, como se esse não fosse o propiciador, senão apenas horrendo juiz e vingador. Nós outros cremos, entretanto, não se dever confiar que os méritos dos santos nos são aplicados, que, em virtude deles, Deus é reconciliado conosco, ou nos reputa justos, ou nos salva. Pois obtemos a remissão dos pecados somente pelos méritos de Cristo, quando nele cremos. Dos outros santos foi dito: "Cada um receberá o seu galardão, segundo o seu próprio trabalho"[833], isto é, não podem reciprocar seus méritos, como os monges vendem os méritos de suas ordens. E das virgens néscias diz Hilário: "E como as néscias não podem sair ao encontro em razão de estarem as lâmpadas extintas, pedem lhes emprestem azeite as prudentes, ao que estas responderam que não podiam dar, visto não haver, talvez, o suficiente para todas; isto é, ninguém deve ser ajudado com obras e méritos alheios, porque é necessário a cada qual que compre azeite para sua própria lâmpada"[834]. 28 29 30

Portanto, como os adversários ensinam que se ponha confiança na invocação dos santos, se bem que não têm nem palavra de Deus, nem exemplo das Escrituras; como aplicam em benefício de outros os méritos dos santos, não diversamente dos méritos de Cristo, e transferem aos santos a honra peculiar a Cristo, não podemos receber suas opiniões sobre o culto dos santos, nem o costume da invocação. Pois sabemos que a confiança deve ser posta na intercessão de Cristo, porque só essa tem promessa de Deus. Sabemos que exclusivamente os méritos de Cristo são propiciação por nós. Em virtude dos méritos de Cristo, somos reputados justos quando nele cremos, conforme diz o texto: "Todos os que nele crêem não serão confundidos"[835]. E não devemos confiar que somos reputados justos pelos méritos da bem-aventurada Virgem ou dos outros santos. 31

Enraizou-se entre os doutos também o erro de que a cada santo se confiaram determinadas procurações, que Ana[836] concede riqueza, Sebastião[837] afasta a pestilência, Valentino[838] cura a epilepsia, Jorge[839] protege os cavaleiros. Essas persuasões claramente nascem de exemplos da gentilidade. Pois, as- 32

---

[833] 1 Co 3.8.

[834] *Comm. in evang. sec. Matthaeum* c. 27.5, MSL 9, 1060 C. Mt 25.8,9. Nas duas orações finais, H. G. Pöhlmann (*Apologia*, p. 190) transforma *suae* em adjunto de *oleum* e *unicuique* em adjunto de *lampadi*: "Weil jede Lampe ihr eigenes Öl kaufen muss". No original: *Quia unicuique lampadi suae emere oleum necesse sit.*

[835] Rm 9.33. Almeida RA: "Aquele que nela [na rocha] crê não será confundido".

[836] Mãe da Virgem Maria. Entre outras coisas, é considerada padroeira da pobreza.

[837] Segundo a legenda, foi oficial da guarda pretoriana e sofreu o martírio sob Diocleciano.

[838] Mártir romano do século III.

[839] Guerreiro capadócio, mártir sob Diocleciano, padroeiro dos cavaleiros e da Inglaterra.

sim, entre os romanos julgava-se que Juno enriquecia, Febris protegia contra a [33] febre, Castor e Pólux defendiam os cavaleiros, etc. E suposto que se ensine a invocação dos santos com a máxima moderação, contudo, uma vez que o exemplo é perigosíssimo, por que é necessário defendê-la, já que não tem nenhum mandamento ou testemunho da palavra de Deus? E de forma nenhuma [34] tem testemunho dos escritores antigos. Primeiro, porque, como acima disse, quando a gente procura outros mediadores, além de Cristo, e deposita confiança em outros, enterra-se todo o conhecimento de Cristo. É o que a realidade mostra. Parece que, de início, foi admitida a menção dos santos com desígnio tolerável, como nas preces antigas. Posteriormente, seguiu-se a invocação, e à invocação seguiram-se abusos prodigiosos e mais do que gentílicos. Da invocação, chegou-se às imagens. Também a elas se prestava culto e julgava-se que lhes ineria alguma virtude, assim como os mágicos imaginam que inere uma virtude às imagens dos signos celestes gravados em determinado tempo. Vimos em certo mosteiro uma imagem da bem-aventurada Virgem que se movia, graças a um ardil, como se fosse automóvel[840], de modo que ou parecia voltar as costas aos pedintes, ou acenar-lhes que sim.

[35] E as fabulosas histórias sobre os santos, publicamente ensinadas com grande autoridade, ainda superam os portentos de todas as estátuas e pinturas. Bárbara[841] pede, em meio a tormentos, o prêmio de nenhum dos invocadores dela morrer sem eucaristia. Outro, parado só num pé, recitou diariamente todo o Saltério. Algum homem prudente pintou a Cristóvão para significar, pela alegoria, que devia haver grande força de alma nos que portassem a Cristo, isto é, que ensinassem ou confessassem o evangelho, porque é necessário que arrostem os maiores perigos. Em seguida, os estúpidos monges ensinaram entre o povo que se invocasse a Cristóvão, como se tal Polifemo tivesse algum [36] dia existido[842]. E, conquanto os santos praticaram feitos grandiosíssimos, úteis à coisa pública ou que contêm exemplos particulares, cuja lembrança muito aproveitaria tanto à confirmação de fé como para imitação na administração das coisas, ninguém investigou esses feitos em histórias verdadeiras. Mas, de fato, é proveitoso ouvir como varões santos administraram repúblicas, por que calamidades e perigos passaram, como se constituíram em auxílio de reis em grandes perigos, como ensinaram o evangelho, que pugnas tiveram com hereges. Também são de proveito exemplos de misericórdia, como quando vemos

---

[840] Ou: como se por si mesmo se movesse. "Automóvel", aqui, portanto, usado como adjetivo: que se movimenta por si. No original: *quase autómaton*. H. G. Pöhlmann ((*Apologia*, op. cit., p. 191): "das sich gleichsam von selbst durch eninen Trick bewegte".

[841] Virgem mártir (fins do século II – princípios do III), considerada a padroeira em temporais e a protetora de artilheiros e mineiros.

[842] São Cristóvão é um dos santos mais populares no Oriente e no Ocidente. Provavelmente, mártir do século III (Ásia Menor). Criaram-se muitas lendas em torno dele. Uma delas explica que seu nome (Christóphoros = portador de Cristo) se deve ao fato de ele haver carregado, sobre um rio sem ponte, uma criança que, chegada à outra margem, lhe revelou que era Jesus. Polifemo: Segundo a lenda grega, ciclope que aprisionou a Odisseu (Ulisses) e a seus companheiros, comendo dois deles cada dia, até que Odisseu o cegou e fugiu.

perdoada a Pedro a negação, quando vemos que a Cipriano se perdoa o haver sido mágico, quando vemos que Agostinho, experimentado na enfermidade, afirma constantemente o poder da fé, que Deus efetivamente ouve as preces dos crentes. Aproveitaria citar exemplos como esses, que encerram fé, ou temor, ou administração da coisa pública. Entretanto, certos histriões, dotados 37 de nenhuma ciência da fé ou da regência das coisas públicas, inventaram fábulas, à imitação de poemas, nas quais apenas há exemplos supersticiosos sobre determinadas preces, certos jejuns, e são acrescentadas algumas coisas calculadas a obter ganho. Tais são os milagres inventados sobre rosários e cerimônias similares. Nem é preciso citar exemplos aqui, pois aí estão as "legendas", como lhes chamam, e os "espelhos de exemplos" e os "rosários", em que há muita coisa não dessemelhante das *Narrações Verdadeiras* de Luciano[843].

Bispos, teólogos e monges aplaudem essas fábulas monstruosas e ímpias, 38 porque lhes rendem para o sustento[844]. Não nos toleram a nós, que, a fim de serem mais conspícuos a honra e o ofício de Cristo, não exigimos a invocação dos santos e censuramos os abusos no culto dos santos. E, ainda que todos os 39 homens de bem desejaram, em toda a parte, na correção desses abusos, ou a autoridade dos bispos, ou a diligência dos pregadores, contudo, na *Confutação* nossos adversários dissimulam de todo até vícios manifestos, como se, recebida a *Confutação*, quisessem coagir-nos a que aprovássemos até os abusos mais notórios.

A *Confutação* foi escrita de maneira insidiosa assim, não apenas nesse 40 lugar, mas quase que em toda a parte. Não há lugar em que de seus dogmas discirnam manifestos abusos. E, todavia, os de mais sensatez dentre eles confessam que muitas falsas persuasões inerem à doutrina dos escolásticos e canonistas, e que, além disso, com tamanha ignorância e negligência dos pastores, muitos abusos se introduziram na igreja. Pois Lutero não foi o primeiro a 41 queixar-se de abusos públicos. Grande número de varões doutos e eminentes muito antes destes tempos deploraram os abusos da missa, confiança nas observâncias monásticas, cultos lucrativos dos santos, confusão sobre a doutrina do arrependimento, que devera estar o quanto possível perspícua e clara na igreja. Nós mesmos ouvimos que excelentes teólogos desejaram moderação na doutrina escolástica, que tem muito mais em matéria de rixas filosóficas do que em piedade. Nisso, porém, os antigos ordinariamente estão mais próximos da Escritura que os mais recentes. Destarte, a teologia deles degenerou mais e mais. Nem foi outra a razão de muitos homens de bem que no início começaram a amar a Lutero senão esta de o verem desembrulhar as mentes dos homens daqueles labirintos das confusíssimas e infinitas discussões existentes entre

---

[843] Luciano de Samosata, sofista e satírico grego do II século A. D. Os dois livros da *História Verdadeira* constituem uma novela de aventuras fantásticas (terrícolas aliados a lunícolas em batalha com os habitantes do Sol sobre a colonização da Estrela d'Alva, etc). O autor adverte ao leitor no início, dizendo que escreve sobre coisas que não viu, nem sofreu, nem ouviu de outrem, coisas que não existem e nunca poderiam ter existido, e que o leitor, por isso, de forma nenhuma deveria acreditar.

[844] *Pros ta alphita.*

os teólogos e canonistas escolásticos, e de o verem ensinar coisas proveitosas à piedade.

42 Razão por que não agiram candidamente os adversários ao dissimularem os abusos quando queriam assentíssemos à *Confutação*. E se queiram cuidar da igreja, máxime neste ponto, nesta ocasião, deveram exortar o excelentíssimo Imperador a que tomasse resoluções quanto à correção de abusos, ele que – nós o notamos claramente – está muitíssimo desejoso de bem constituir e sanar a igreja. Os adversários, entretanto, não agem de modo que ajudem à honestíssima e santíssima vontade do Imperador, mas assim que de toda maneira possível nos esmaguem. 43 Muitos sinais mostram que eles estão pouco solícitos quanto à situação da igreja. Não se esforçam no sentido de que haja entre o povo uma suma certa dos dogmas eclesiásticos. Defendem manifestos abusos com nova e inusitada crueldade. Não toleram mestres idôneos nas igrejas. Homens de bem facilmente podem julgar para onde essas coisas propendem. Mas, dessa maneira não cuidam bem nem de seu reino, nem da igreja. Pois, mortos os mestres bons, esmagada a sã doutrina, levantar-se-ão depois espíritos fanáticos[845], aos quais os adversários não poderão reprimir, espíritos que perturbarão a igreja com doutrinas ímpias e subverterão todo o governo eclesiástico, que nós muitíssimo desejamos conservar.

44 Por isso, excelentíssimo Imperador Carlos, rogamos-te, por causa da glória de Cristo, a qual – nenhuma dúvida temos – desejas ornar e exaltar, que não assintas aos conselhos violentos de nossos adversários, mas procures outras vias, honestas, de estabelecer a concórdia de modo que não se gravem consciências piedosas nem se exerça qualquer sevícia contra homens inocentes, como até agora vimos ser feito, nem se esmague na igreja a sã doutrina. Deves a Deus, acima de tudo, este serviço de conservar a sã doutrina e passá-la aos pósteros, e defender os que ensinam retamente. Pois é o que Deus exige quando adorna os reis com seu nome e os chama deuses, dizendo: "Eu disse: Sois deuses"[846], para cuidarem de conservar e propagar, na terra, as coisas divinas, isto é, o evangelho de Cristo, e defenderem, como vigários de Deus, a vida e a segurança dos inocentes.

ARTIGO XXII: DAS DUAS ESPÉCIES NA CEIA DO SENHOR

1 Indubitavelmente, é piedoso, consentâneo à instituição de Cristo e com as palavras de Paulo usar das duas partes na ceia do Senhor. Pois Cristo instituiu ambas, e as instituiu não para parte da igreja, mas para a igreja toda. Pois não só os presbíteros, mas toda a igreja usa do sacramento pela autoridade de Cristo, não por autoridade humana. Isso, pensamos, reconhecem-no os adver-

---

[845] *Fanatici spiritus*. Texto alemão: *Rottengeister und Schwärmergeister* ("espíritos facciosos e entusiastas"). Em Declaração Sólida VII, 91 o texto latino traduz com *fanatici spiritus* o *Rottengeister* do original.

[846] Sl 82.6.

sários. Ora, bem, se Cristo o instituiu para a igreja toda, por que se nega uma das espécies a parte da igreja? por que se proíbe o uso da outra parte? porque se modifica a ordenação de Cristo, principalmente quando ele mesmo a chama de seu testamento? Mas se não é lícito rescindir testamento de homem, muito menos será lícito anular o testamento de Cristo. E Paulo diz ter recebido do Senhor o que entregou. Ora, ele entregara o uso das duas espécies, conforme mostra claramente 1 Coríntios 11. Diz, primeiro, quanto ao corpo: "Fazei isto". Depois, repete as mesmas palavras com respeito ao cálice. Em seguida: "Examine-se, pois, o homem a si mesmo, e assim coma do pão e beba do cálice"[847]. São estas as palavras do disponente[848]. E, deveras, diz, antes, que os que usarem da ceia do Senhor, usem-na juntamente[849]. Evidente, por isso, que o sacramento foi instituído para a igreja toda. E o costume ainda subsiste nas igrejas gregas, já tendo existido também nas igrejas latinas, conforme testificam Cipriano e Jerônimo. Assim diz Jerônimo, no *Comentário a Sofonias*[850]: "Os sacerdotes que servem a eucaristia e distribuem o sangue do Senhor ao povo dele[851], etc." O mesmo testifica o Sínodo de Toledo[852]. E não fora difícil acumular grande acervo de testemunhos. De nenhuma forma exageramos aqui; apenas deixamos ao leitor prudente examinar o que se deve pensar da divina ordenação.

2

3

4

5

Os adversários, na *Confutação*, não tratam de escusar a igreja, à qual se negou uma parte do sacramento. Isso teria sido conveniente para varões bons e religiosos. Deveria ter sido procurada razão firme para escusar a igreja e instruir consciências a que apenas se pode conceder parte do sacramento. Agora, esses mesmos defendem a tese de que é com justiça que se proíbe a outra parte, e vetam a concessão do uso das duas partes[853]. Imaginam, primeiro, que no início da igreja foi costume, em alguns lugares, administrar apenas uma parte. Contudo, não podem produzir exemplo algum antigo dessa coisa. Mas alegam passos em que se menciona pão, como em Lucas[854], onde está escrito que os discípulos reconheceram a Cristo no partir do pão. Com respeito a fracionar pão, citam ainda outros passos[855]. Todavia, embora não nos oponhamos muito a que esses passos sejam entendidos de algum modo como fazendo referência ao sacramento, não se segue, contudo, que se deu apenas uma parte, porque pela nomeação da parte significa-se o resto, segundo o uso comum em linguagem.

6

7

---

847 1 Co 11.24,28.

848 I. e., de Cristo.

849 Ou: simultaneamente. No original: *simul*. Justus Jonas: "Sollen es in einem Abendmahl zugleich brauchen".

850 *Comm. In Zeph.* c. 3., MSL 25.

851 *Populis eius*. H. G. Pöhlmann (*Apologia*, p. 194): "ihren Gemeinden".

852 IV Sínodo de Toledo, 633, cânone 7. *Mansi* X, 620.

853 *Confutatio Pontificia*, CR 27, 127ss.

854 Lc 24.35.

855 At 2.42,46; 20.7. *Confutatio Pontificia*, CR 27, 129s.

8 Referem-se também à comunhão laica[856], a qual não consistia no uso de apenas uma espécie, mas de ambas. E sempre que se ordena a sacerdotes o uso da comunhão leiga, quer-se significar que foram removidos do ministério da consagração. E os adversários não ignoram isso. Abusam, entretanto, da ignorância dos imperitos, os quais, quando ouvem falar de comunhão laica, imediatamente sonham do costume do nosso tempo, pelo qual se dá aos leigos somente uma parte do sacramento.

9 E vede a impudência! Gabriel, entre outras razões por que não se dão as duas partes, menciona esta: porquanto importava fazer distinção entre leigos e presbíteros[857]. E é crível que a razão precípua de se defender a proibição de uma das partes é que a dignidade da ordem se torne mais recomendável do que algum culto religioso[858]. Isso é desígnio humano, para não dizer algo mais incivil.

10 Pode julgar-se facilmente o que aí se leva de mira. Na *Confutação* também alegam, relativamente aos filhos de Eli, que, perdido o sumo sacerdócio, deviam procurar apenas uma parte sacerdotal. I Reis 2[859]. Dizem que aqui se denotou o uso de uma espécie. E acrescentam: "Portanto, assim também os nossos leigos devem contentar-se com uma parte sacerdotal, com uma espécie"[860]. Evidentemente estão brincando os adversários quando transferem ao sacramento a história dos pósteros de Eli. Aí se descreve o castigo de Eli. Acaso, também querem dizer que por castigo se nega aos leigos a outra espécie? O sacramento foi instituído para consolar e erguer corações aterrorizados, quando crêem que a carne de Cristo, dada para a vida do mundo, é alimento, quando crêem que eles, unidos a Cristo, são vivificados. Argumentam, porém, os adversários que os leigos são afastados da outra parte por castigo. Devem contentar-se, dizem

11 eles. É o que basta em razão da autoridade suprema. Mas devem por quê? Não se deve indagar a razão, porém, seja lei o que quer que digam os teólogos. Isso

---

[856] *Confutatio Pontificia* (CR 27, 131): *Fuit ergo semper in ecclesia discrimen laicae communionis sub una et sacerdotalis sub utraque specie* ("Pois houve sempre na igreja distinção entre a comunhão leiga sob uma espécie e a saderdotal sob ambas").

[857] *Sacri canonis missae expositio* (1488) lectio 84.

[858] *Ut dignitas ordinis religione quadam fiat commendatior*. Bente-Dau (*Concordia Triglotta*, p. 359): "that the dignity of the order may be the more highly exalted by a religious rite". J. Pelikan (Tappert, p. 237): "to elevate the position of the clergy by a religious rite". Justus Jonas: "damit der Pfaffenstand heiliger scheine gegen den Laienstand".

[859] I Sm 2.36.

[860] *Confutatio Pontificia* (CR 27, 131): *Hic clare ostendit sacra scriptura, posteros Heli ablato ab eis sacerdotio potere admitti ad unam partem sacerdotalem, ad buccelam panis. Sic ergo et nostri laicl una parte sacerdotali, una specie contenti esse debent* ("Aqui, a Sagrada Escritura mostra claramente que os pósteros de Eli, tirado deles o sacerdócio, procuram ser admitidos a uma parte sacerdotal, a um pedaço de pão. Portanto, assim também os nossos leigos devem contentar-se com uma parte sacerdotal, com uma espécie").

é "borra" eckiana[861]. Pois reconhecemos essas palavras bazófias[862]. Se quiséssemos criticá-las, não nos faltaria verbipotência. Pois vedes quão grande é a impudência. Ordena, ao feitio de algum tirano das tragédias: Queiram o que não querem, devem contentar-se. Acaso, as razões que cita escusarão, no juízo 12 de Deus, aos que proíbem parte do sacramento? que raivam contra homens de bem que usam o sacramento íntegro? Se proíbem para que haja distinção da 13 ordem, isso mesmo devera mover-nos a não assentirmos aos adversários, ainda que a outros respeitos quiséssemos consentir com seu costume. Outras são as distinções entre ordem sacerdotal e povo, mas não é obscuro qual o desígnio que levam de mira em defenderem com tamanho esforço essa diferença. A fim de não parecer que detraímos da verdadeira dignidade da ordem, mais não diremos sobre esse plano ardiloso.

Alegam também o perigo da efusão e coisas semelhantes[863], que não têm 14 força bastante para mudar a ordenação de Cristo. E demos de barato que so- 15 mos livres para usar de uma parte ou de ambas: como se poderá defender a proibição? Conquanto a igreja não se arroga a liberdade de trasnsformar as ordenações de Cristo em coisas diferentes. Nós, deveras, escusamos a igreja que 16 suportou essa injúria, uma vez que não podia alcançar para si as duas partes. Mas os autores que sustentam proibir-se com justiça o uso do sacramento integral, e que, agora, não só proíbem, mas excomungam e perseguem violentamente os que fazem uso do sacramento completo, a esses não os escusamos. Eles vejam lá como é que darão contas a Deus de sua decisões. E não se deve julgar 17 imediatamente que a igreja determina ou aprova qualquer coisa estabelecida pelos bispos, mormente, porque a Escritura vaticina sobre bispos e pastores neste sentido, como diz Ezequiel[864]: "Do sacerdote perecerá a lei".

ARTIGO XXIII: DO MATRIMÔNIO SACERDOTAL

Não obstante, a infâmia toda do enxovalhado celibato, ousam os adver- 1 sários não só defender a lei pontifícia sob o ímpio e falso pretexto do nome divino, mas ainda se atrevem a exortar o Imperador e os príncipes a que não tole-

[861] *Heolokrasia Ecciana*. Johann Meier de Egg (= aus Egg), chamado Eck (1486-1543), professor de Teologia e prochanceler da Universidade de Ingolstadt, foi adversário violento de Lutero. Uma nota na edição de Henry Eyster Jacobs (*Book of Concord*, Philadelphia, 1911, p. 245), depois de transcrever o que diz o dicionário de Liddel and Scott sobre *heolokrasia* ("A mixture of all the dregs with which the drunken were sometimes dosed at the end of a revel by their stronger-headed companions"), acrescenta: "Wittily applied by Melanchthon to Eck, because of his well-known fondness for wine".

[862] *Istas Thrasonicas voces*. De Trasão, soldado jactancioso da peça *Eunuchus*, do poeta cômico romano Terêncio. Em português temos o substantivo "trasonismo" (insolência, temeridade).

[863] *Confutatio Pontificia*, CR 27, 132.

[864] Ez 7.26.

rem matrimônio sacerdotal para ignomínia e infâmia do Império Romano. São os termos em que falam[865].

2 Onde jamais se leu, em qualquer história, impudência maior do que essa dos adversários? Quanto aos argumentos de que deitam mão, recenseá-los-emos mais adiante. Pondere agora o leitor avisado o descaramento desses homens nulos, que dizem causar o matrimônio infâmia e ignomínia ao Império. Como se muito ornasse a igreja aquela pública infâmia da libidinagem torpe e monstruosa que flagra entre esses santos padres, que simulam vida de Cúrio mas vivem na orgia[866]. E a maior parte das coisas que com suma devassi-
3 dão perpetram, nem sequer pode ser decorosamente nomeada. E pedem que essa sua libidinagem seja defendida por vossa castíssima destra, Imperador Carlos – por vós, a quem até alguns vaticínios antigos chamam rei de face pudica, pois encontra-se, a vosso respeito, o dito: "Um de face púdica reinará em toda a parte"[867]. Exigem que, contra o direito divino, contra o direito das gentes, contra os cânones conciliares, destruais matrimônios, ordeneis, só por causa do casamento, suplícios atrozes contra homens inocentes, trucideis sacerdotes, aos quais até os bárbaros poupam escrupulosamente, exileis mulheres desterradas e crianças orfanadas. Levam a vós, excelentíssimo e castíssimo Imperador, semelhantes leis, que barbaria nenhuma, por mais horrível e selva-
4 gem que fosse, poderia atender. Visto, porém, nenhuma torpeza ou sevícia quadrar a vossos costumes, esperamos que também nessa causa vos hajais bondosamente para conosco, maiormente quando vos tendes inteirado de que militam em favor de nossa sentença razões gravíssimas, colhidas no verbo divino, ao qual os adversários opõem conceitos futilíssimos e vaníssimos.

5 E, contudo, não defendem seriamente o celibato. Pois não ignoram quão poucos guardam a castidade. Mas pretextam aparência religiosa em benefício de seu domínio, ao qual julgam proveitoso o celibato, a fim de entendermos que Pedro nos preveniu acertadamente de que pseudoprofetas haveriam de enganar os homens com palavras mentirosas. Pois em toda essa questão os adversários nada dizem, escrevem ou fazem com veracidade, franqueza e candidez, porém se batem, de feito, pela dominação, que, erroneamente, julgam estar periclitante, e a ela tentam munir com ímpio pretexto de piedade.

6 Não podemos aprovar essa lei do celibato que os adversários defendem, porque pugna com o direito divino e natural e dissente dos próprios cânones conciliares[868]. E consta que é supersticiosa e perigosa, pois gera escândalos infi-

---

[865] *Confutatio Pontificia* (CR 27, 141): *Principes tolerare non debent in perpetuam Romani imperii ignominiam et infamiam, sed conforment se potius universali ecclesiae* ("Os príncipes não devem tolerá-lo para perpétua ignomínia e infâmia do Império Romano, mas conformem-se antes com a igreja universal").

[866] *Qui Curios simulant et bacchanalia vivunt.* Juvenal, *Sat.* II, 3. Curius Dentatus era considerado modelo de severidade de costumes e moderação (BSLK, 333, N° 1).

[867] Profecia dos *Oráculos Sibilinos* (VIII, 169s.).

[868] O Concílio de Nicéia (325) rejeitou a tentativa de proibir aos sacerdotes as relações conjugais. Sócrates, *Hist. eccl.* I, 11. MSG 67, 101ss. Escreve Lutero, em *De votis monasticis*, de 1521, O. Clemen, II, 238 (Ao "u" consoante, do texto de Clemen, substituímos o "v" ramista):

nitos, pecados e corrompimento da moralidade pública. Nossas outras controvérsias pedem alguma discussão por parte dos doutores; nesta, a coisa é tão evidente para ambos os lados, que nenhum debate se torna mister. Tão-somente se requer juiz que seja homem de bem e temente a Deus. E, conquanto a manifesta verdade é defendida por nós, ainda assim os adversários arquitetaram certas chicanas, para cavilarem de nossa argumentação.

7 Primeiro. Ensina o Gênesis[869] que os homens foram criados para serem fecundos e a fim de um sexo apetecer de maneira conveniente o outro. Pois não falamos da concupiscência, que é pecado, mas daquele apetite que teria existido na natureza íntegra, e ao qual chamam "inclinação física"[870]. E essa inclinação[871] é, de fato, ordenação divina do sexo ao sexo. E como essa ordenação de Deus não pode ser eliminada sem ato excepcional do próprio Deus, segue-se que o direito de contrair matrimônio não pode ser nulificado por estatutos ou votos.

8 Cavilam disso os adversários. Dizem que, no início, houve o mandamento, para que se repletasse a terra, mas que agora, repleta a terra, não há ordem de casamento[872]. Vede com quanta circunspeção julgam! A natureza humana é formada pelo referido verbo divino de maneira que é fecunda não só no início da criação, mas tanto tempo quanto existir essa natureza dos corpos, assim como a terra se torna fecunda por esta palavra: "Produza a terra relva"[873]. Em virtude dessa ordenação, a terra começou a produzir ervas não só no princípio, mas os campos revestem-se todos os anos enquanto existe essa natureza. Portanto, assim como não se pode mudar a natureza da terra com leis humanas, da mesma forma, sem obra especial de Deus, não se pode mudar, nem por votos, nem por lei humana, a natureza do homem.

9 Segundo. E como esta criação ou ordenação divina no homem é direito natural, por isso mesmo disseram sábia e retamente os jurisperitos ser de direito natural a conjunção de homem e mulher. Como, porém, o direito natural é

Non ergo damnamus rem votorum, si quis eam cupiat sequi, sed doctrinam et praeceptum eiusdem damnamus. Actum est cum votis istis, sicut cum continentia agi cepit in Synodo Nicena, ubi, cum aliquot annis sacerdotes et episcopi vixissent coelibes sua sponte, moliebantur quidam hoc exemplum in praeceptum vertere, et deinceps ad coelibatum cogere necessitate conscientiae, adeo iam tum etiam in tam sancta Synodo fides et Evangelium defecerat et traditiones hominum invalescebant, sed restitit universo concilio unus Paphnutius, ne quicquam de coelibatu statueretur ("Não condenamos, portanto, os votos em si, caso alguém deseje seguir a coisa, senão que condenamos a doutrina e o preceito da mesma. Aconteceu com esses votos o que principiou a suceder com a continência no Concílio de Nicéia, onde, depois que sacerdotes e bispos haviam vivido, durante um número de anos, em celibato voluntário, alguns empreenderam transformar este exemplo em preceito e, posteriormente, coagir ao celibato por obrigação de consciência. Tanto assim também já em tão santo concílio a fé e o evangelho se haviam desvanecido e as tradições dos homens se fortaleciam. Mas apenas Pafnúcio resistiu ao concílio todo, no sentido de evitar que fosse estatuído algo sobre o celibato").

[869] Gn 1.28.

[870] Ou amor físico. No original: *storgen physiken.*

[871] *Storge.*

[872] CR 27, 142.

[873] Gn 1.11.

imutável, necessário é que persista o direito de nupciar-se. Pois onde não muda a natureza, necessariamente permanece aquela ordenação que Deus conferiu à natureza, e não pode ser ab-rogada por leis humanas. Ridículo, por conseguinte, parvoejarem os adversários dizendo que no princípio houve mandado de casamento, agora não. Isso é exatamente como se dissessem: Os nascentes de antanho trouxeram consigo o sexo; agora não o trazem. Outrora nasceram trazendo consigo o direito natural; hoje, não. Artífice nenhum[874] poderia idear algo mais artificioso do que essas inépcias, excogitadas para eludir um direito da natureza. Fique, pois, de pé, nessa questão, o que tanto a Escritura ensina, quanto, sabiamente, o disse o jurista: ser de direito natural a conjunção de homem e mulher. Ora, direito natural, veramente, é direito divino, por ser ordenação divinamente impressa à natureza. Visto, porém, que esse direito não pode ser mudado sem obra singular de Deus, necessário é que continue o direito de contrair núpcias, porque o apetite natural de um sexo pelo outro é ordenação de Deus na natureza, sendo, em razão disso, um direito. Em caso contrário, por que teriam sido criados os dois sexos? E falamos, conforme acima ficou dito, não da concupiscência, que é pecado, mas daquele apetite que chamam "inclinação natural"[875], apetite que a concupiscência não eliminou da natureza senão que o inflama, de sorte que agora tem mais necessidade de remédio, sendo o casamento necessário não só por causa da procriação, mas ainda como remédio. Isso é claro, e tão bem estabelecido, que de modo nenhum pode ser abalado.

Terceiro. Diz Paulo: "Por causa da fornicação, cada um tenha a sua própria esposa"[876]. Isso, agora, é ordem expressa, pertinente a quantos sejam inidôneos para o celibato. Ordenam os adversários se lhes mostre um preceito que prescreve o matrimônio aos sacerdotes[877], como se sacerdotes não fossem homens[878]. Pensamos, de fato, que também dizem respeito aos sacerdotes as coisas que sustentamos acerca da natureza dos homens em geral. Acaso não ordena Paulo nesse passo que casem os que não têm o dom da continência? Pois interpreta-se ele a si mesmo logo depois, quando diz: "É melhor casar do que viver abrasado"[879]. E Cristo disse claramente: "Nem todos compreendem esta palavra, mas apenas aqueles a quem foi dado"[880]. Visto que agora, depois do pecado, concorrem estes dois: apetite natural e concupiscência, que inflama o

[874] *Nullus Faber*. H. Bornkamm observa (BSLK. p. 336, nota 1) que se trata de alusão a Johann Faber, um dos autores da *Confutação*, mais tarde bispo de Viena.

[875] *Storgen physiken*.

[876] 1 Co 7.2. Fornicação: Almeida RA tem "impureza".

[877] *Confutatio Pontificia* (CR 27, 143): *Ostendant, si possint, ubi Deus praeceperit sacerdotibus, ut ducant uxores* ("Mostrem, caso possam, onde é que Deus ordenou aos sacerdotes que casem").

[878] Lutero, em observação marginal no seu exemplar da edição príncipe: *Et vos ostendite praeceptum, quod praecipiat sacerdotibus non licere uxores habere* ("E mostrai vós o mandamento que preceitua não ser lícito aos sacerdotes ter esposa").

[879] I Co 7.9.

[880] Mt 19.11. Almeida RA: "Nem todos são aptos para receber este conceito".

apetite natural, de sorte que o casamento é mais necessário que na natureza íntegra, por isso Paulo fala do casamento como de medicina e, por causa daqueles ardores, manda que se casem. Nem pode qualquer autoridade humana, qualquer lei, quaisquer votos eliminar esta palavra: "É melhor casar do que viver abrasado"[881]. Porque aquelas coisas não eliminam a natureza ou a concupiscência. Retêm, portanto, o direito de casar todos os que ardem. E esse mandamento de Paulo: "Por causa da impureza, cada um tenha a sua própria esposa"[882], prende a quantos não são deveras continentes, coisa cujo julgamento está afeto à consciência de cada um. 17

Pois, como aqui ordenam que se peça continência a Deus e se submeta o corpo com labores e inédia[883], por que não cantam também a si esses magníficos preceitos? Mas, como dissemos acima, os adversários apenas brincam, nada fazem de maneira séria. Fosse a continência possível a todos, e não requereria dom peculiar. Cristo, porém, mostra que ela exige dom peculiar, razão por que não pertence a todos. Os restantes, Deus quer que usem da lei natural comum, que ele instituiu. Pois Deus não quer que sejam desprezadas suas ordenações, suas criações. Quer que aqueles sejam castos desta maneira: usando o remédio divinamente proposto. Assim como quer sustentar nossa vida pelo uso de comida e bebida. Também Gérson testifica que houve muitos varões de bem que tentaram domar o corpo, alcançando, todavia, pouca coisa. De forma que acerta Ambrósio: "Apenas a virgindade é coisa que se pode aconselhar, não ordenar; é mais coisa de voto do que de preceito"[884]. Se alguém objetar aqui, dizendo que Cristo louva aos que se emasculam por causa do reino dos céus[885], considere esse também louvar ele a tais que têm o dom da continência. Pois é por isso que acrescenta: "Quem o pode compreender, compreenda"[886]. Pois não agrada a Cristo uma continência imunda. Nós também louvamos continência verdadeira. Mas agora discutimos sobre a lei[887] e a respeito daqueles que não têm o dom da continência. Deverá deixar-se livre a matéria, e não se deveriam por essa lei atirar laços aos frágeis. 18 19 20 21 22

Em quarto lugar, discorda a lei pontifícia também dos cânones conciliares. Pois os cânones antigos não proíbem o casamento, nem dissolvem núpcias contratadas, ainda que removam do serviço aqueles que as contratam no ministério. Essa baixa naqueles tempos era um benefício. Todavia, os novos cânones, que não foram elaborados nos concílios, mas feitos segundo o conselho particular dos pontífices, tanto proíbem contrair matrimônio, como dissolvem os contratados. Isso contraria abertamente o mandamento de Cristo: "O que 23

---

[881] 1 Co 7.9.

[882] 1 Co 7.2.

[883] CR 27, 144s. Inédia: abstinência completa de alimento.

[884] *Exhortatio virginitatis* 3,17. MSL 16, 356 C.

[885] Mt 19.12. No original: *qui se castrant*. Texto alemão: *die sich selbst verschnitten haben*. Almeida RA: "que a si mesmos se fizeram eunucos".

[886] Mt 19.12. No original: *Qui potest capere, capiat*. Almeida RA: "Quem é apto para o admitir, admita".

[887] Sobre a lei do celibato.

24 Deus ajuntou, não o separe o homem"[888]. Vociferam os adversários na *Confutação* que o celibato foi preceituado pelos concílios[889]. Não acusamos os decretos conciliares, pois que esses, sob certa condição, permitem o matrimônio. Acusamos as leis que os romanos pontífices, depois dos concílios antigos, estabeleceram contra a autoridade dos concílios. Desprezam os pontífices a autoridade dos concílios tanto, quanto querem que a outros pareça sacrossanta.
25 Por conseguinte, essa lei do celibato perpétuo é própria desse novo despotismo pontifício. Nem carece isso de razão. Pois Daniel atribui ao reino do anticristo esta nota: desprezo das mulheres[890].

26 Quinto. Se bem que os adversários não defendem a lei[891] por causa de superstição, já que vêem que ela não costuma ser observada, semeiam, contudo, opiniões supersticiosas, enquanto pretextam religião. Apregoam que requerem o celibato por ser ele pureza[892], como se o matrimônio fosse imundícia e peca-
27 do, ou como se o celibato merecesse a justificação mais do que o casamento. E para isso alegam as cerimônias da lei mosaica, porque, desde que, na lei, os sacerdotes, no tempo de serviço, eram separados das mulheres, no Novo Testamento, o sacerdote, uma vez que deve orar sempre, deve ser continente sempre[893]. Alega-se este símile inepto como prova que constrange os sacerdotes ao celibato perpétuo, quando, na verdade, no próprio símile se concede o matrimônio, sendo as relações sexuais interditas apenas no tempo da ministração. E uma coisa é orar, outra, ministrar. Os santos oravam também quando não exerciam o ministério sacerdotal[894]. E não os impediam de orar as relações conjugais.

28 Mas responderemos ordenadamente a essas ficções. Em primeiro lugar, é necessário confessem os adversários que, nos crentes, o matrimônio é puro, porque é santificado pela palavra de Deus, isto é, a coisa é lícita e aprovada
29 pela palavra de Deus, conforme a Escritura copiosamente testifica. Pois Cristo chama o matrimônio de conjunção divina, quando diz: "O que Deus
30 ajuntou"[895]. E Paulo diz sobre casamento, comida e coisas semelhantes: "Porque são santificados pela palavra de Deus e pela oração"[896], isto é, pela palavra, pela qual se torna certa a consciência de que Deus aprova isso, e pela oração, isto é, através da fé, que faz uso disso com ação de graças, como de dom

---

[888] Mt 19.6.

[889] CR 27, 136s.

[890] Dn 11.37. No original *Contemptum mulierum*. Almeida RA: "Não terá respeito aos deuses de seus pais, nem ao desejo de mulheres..." Algumas traduções: Nem respeitará o deus predileto das mulheres; ignorará o deus amado pelas mulheres; não respeitará aquele em quem se deleitam as mulheres; ou: aquele que as mulheres amam, i. e., Tamuz (cf. Ezequiel 8.14), divindade assírio-babilônica, o Adonis da mitologia mediterrânea.

[891] A lei do celibato.

[892] CR 27, 140.

[893] CR 27, 138s.

[894] *Publicum ministerium* ("ministério público").

[895] Mt 19.6.

[896] 1 Tm 4.5.

de Deus[897]. Da mesma forma, em 1 Co 7[898]: "Porque o marido incrédulo é santificado no convívio da esposa crente, etc.", isto é, o uso conjugal é lícito e santo em virtude da fé em Cristo, do mesmo modo como é lícito fazer uso de comida, etc. Semelhantemente em 1 Tm 2[899]: "A mulher se salva mediante o dar à luz filhos, etc." Pudessem os adversários produzir tal passagem com respeito ao celibato, então, deveras, celebrariam maravilhosos triunfos. Diz Paulo que a mulher se salva mediante o dar à luz filhos. Que de mais honroso poder-se-ia dizer contra a hipocrisia do celibato que isso de a mulher salvar-se pelas próprias obras conjugais, pelas relações conjugais, dando à luz filhos e pelos restantes deveres domésticos? Mas que é que pretende dizer Paulo? Observe o leitor que acrescenta a fé, e que não são louvados os deveres domésticos sem fé. Diz: "Se elas permanecerem em fé"[900]. Pois fala de toda a classe materna[901]. Por isso exige principalmente a fé, pela qual a mulher recebe a remissão dos pecados e a justificação. Acrescenta, em seguida, determinada obra da vocação, assim como em cada homem a boa obra de determinada vocação deve seguir-se à fé. Essa obra agrada a Deus em razão da fé. Assim, os serviços da mulher agradam a Deus em virtude da fé, e salva-se a mulher fiel, que em tais deveres serve piedosamente a sua vocação. 31 32

Ensinam esses testemunhos que o matrimônio é coisa lícita. Portanto, se pureza significa isso que é lícito e aprovado diante de Deus, núpcias são puras, porque foram aprovadas pela palavra de Deus. E Paulo diz de coisas lícitas: "Todas as coisas são puras para os outros"[902] isto é, para os que crêem em Cristo e são justos pela fé. Por conseguinte, como a virgindade é imunda nos ímpios, assim o matrimônio nos piedosos é puro, por causa da palavra de Deus e da fé. 33 34

Em segundo lugar, quando se opõe corretamente pureza e concupiscência, significa pureza de coração, isto é, concupiscência mortificada, porque a lei não proíbe núpcias mas concupiscência, adultério, prostituição. Razão porque o celibato não é a pureza. Pois é possível haver maior pureza de coração em cônjuge, como em Abraão ou Jacó, do que na maioria dos verdadeiros continentes. 35

Por derradeiro, se entendem que o celibato é pureza no sentido de que merece justificação mais do que a merece o casamento, protestamos muitíssimo. Pois que somos justificados não em virtude de virgindade nem por causa de casamento, mas gratuitamente, por causa de Cristo, quando cremos que por sua causa temos um Deus propício. Aqui, vão berrar, talvez, que, à maneira de Joviniano[903], se iguala o matrimônio à virgindade. Mas, em razão desta 36 37

---

[897] A tradução de H. G. Pöhlmann (*Apologia*, 200-201) não reproduz o pensamento do original: "der die Danksagung gleichwie actione tamquam dono Dei utitur".

[898] 1 Co 7.14.

[899] 1 Tm 2.15. Almeida RA: "Todavia, será preservada através de sua missão de mãe".

[900] 1 Tm 2.15.

[901] De toda a qualidade materna, de toda a maternidade: *de toto genere matrum*.

[902] Tt 1.15.

[903] Vid. abaixo, seção 67, nota em "tempo de Joviniano".

assuada não haveremos de abandonar a verdade sobre a justiça da fé, que acima
38 expomos. Contudo, não igualamos o casamento à virgindade. Pois, assim como um dom excede o outro, como a profecia é superior à eloqüência, a ciência militar se avantaja à agricultura e a eloqüência supera a arquitetura, assim
39 a virgindade é dom mais excelente que o matrimônio. Sem embargo, assim como o orador não é mais justo diante de Deus em razão da eloqüência do que o arquiteto em virtude da arquitetônica, da mesma forma, a virgem, pela virgindade, não merece a justificação mais do que a merece o cônjuge pelos deveres conjugais, mas cada qual deve servir fielmente em seu dom e crer que recebe a remissão dos pecados por causa de Cristo, mediante a fé, e aos olhos de Deus é reputado justo pela fé.

40 Nem Cristo nem Paulo louvam a virgindade porque justifique, senão por ser mais expedita e menos distraída por ocupações domésticas ao orar, ensinar, servir. Por essa razão Paulo diz: "Quem não é casado cuida das coisas do Senhor"[904]. Louva-se, portanto, a virgindade por causa da meditação e do estudo[905]. Assim, Cristo não louva simplesmente os que se emasculam, mas acrescenta: "Por causa do reino dos céus"[906], isto é, para terem vagar a fim de aprender e ensinar o evangelho. Pois não diz que a virgindade merece a remissão dos pecados ou a salvação.

41 Quanto aos exemplos dos sacerdotes levíticos, respondemos que não estabelecem ser necessário impor aos sacerdotes o celibato perpétuo. Além do mais, não se devem transferir a nós as impurezas levíticas. Então, relações contrárias à lei era impureza. Hoje, não é impureza, porque Paulo diz: "Todas as coisas são puras para os puros"[907]. Pois o evangelho nos livra daquelas impu-
42 rezas levíticas. E se alguém defende a lei do celibato no intuito de gravar consciências com aquelas observâncias levíticas, devemos adversar isso da mesma forma como os apóstolos, em Atos 15, adversam aos que exigiam a circuncisão e tentavam impor aos cristãos a lei mosaica.

43 Entrementes, contudo, os bons saberão moderar o uso conjugal, especialmente quando estão ocupados em cargos públicos, os quais, de verdade, muitas vezes dão aos homens de bem tanta atividade, a ponto de expulsar da mente todas as cogitações domésticas. Também sabem os bons que Paulo ordena "possuir o vaso em santificação"[908]. Sabem ainda que de quando em quando devem abster-se, a fim de terem vagar para a oração. Paulo, entretan-
44 to, não quer que isso seja perpétuo[909]. Ora, tal continência é fácil para homens bons e ocupados. Mas aquela enorme turba de sacerdotes ociosos que está nas confrarias, nessas volúpias não pode guardar nem mesmo essa continência leví-

---

[904] I Co 7.32.
[905] Ou: zelo, empenho, etc. No original: *studium*.
[906] Mt 19.12. Vid. nota em Apologia XXIII, 21.
[907] Tt 1.15.
[908] I Ts 4.4. Texto alemão: *sein Fass*. No original grego: *to heautou skeuos* ("seu próprio vaso"). Pode significar "corpo" e "mulher". Cf. I Pe 3.7 (vaso mais fraco).
[909] I Co 7.5.

tica, conforme mostram os fatos. E são conhecidos os versos: "Costuma aquele menino conformar-se à preguiça, odeia a quem trabalha, etc."[910]

Muitos hereges, entendendo mal a lei de Moisés, opinaram injuriosamente sobre o matrimônio. Obteve-lhes, no entanto, singular admiração o celibato. E queixa-se Epifânio[911] dizendo que, principalmente, com esse louvor[912], os encratitas[913] cativaram as mentes dos imperitos[914]. Abstinham-se de vinho até na ceia do Senhor[915]; abstinham-se da carne de todos os animais, no que superavam os frades dominicanos, que comem peixe. Abstinham-se também do casamento. Essa abstinência logrou a principal admiração. Essas obras, esses cultos, entendiam eles, merecem mais graça do que o uso de vinho e carne, e do que o matrimônio, que parecia coisa profana e impura, e que dificilmente poderia agradar a Deus, posto não fosse condenado de todo o ponto. 45

A esses cultos angélicos muito os desaprova Paulo em Colossenses 2[916]. Pois que os homens suprimem o conhecimento de Cristo quando pensam que são puros e justos em razão de semelhante hipocrisia; suprimem também o conhecimento dos dons e preceitos de Deus. Pois Deus quer que usemos de seus dons piedosamente. Poderíamos citar exemplos de consciências piedosas que foram grandemente perturbadas em virtude do legítimo uso do matrimônio. Esse mal nascera das opiniões de monges que louvavam supersticiosamente o celibato. No entanto, não censuramos nem a temperança nem a continência. Acima dissemos que exercícios e mortificações do corpo são necessários. Mas subtraímos de certas observâncias a confiança de justiça. E disse elegantemente Epifânio que se deviam louvar essas observâncias *dia ten egkrateian kai dia ten politeian*[917], isto é, para refrear o corpo ou por causa da moralidade pública. Assim como se instituíram certos ritos para exortação dos inexperientes, não porque fossem cultos justificantes. 46 47 48 49

---

[910] Ovídio, *Remedia amoris* 149.

[911] Ca. 315-403. Bispo de Constância (Chipre), a antiga Salamina, a Famagusta dos cruzados. O valor do seu confuso e superficial *Panarion* (*Panarion kata pason haireseon*, i. e., "Caixa de Remédios Contra Todas as Heresias") provém dos documentos citados e das exposições sobre seitas de seu tempo. Nessa obra, o termo "heresia" é tomado em sentido muito amplo. Nada menos de oitenta, para corresponder ao número de concubinas de que fala Ct 6.8.

[912] Louvor do celibato.

[913] Segundo Ireneu, Eusébio e Epifânio, o fundador da suposta seita dos encratitas foi Taciano, autor do famoso *Diatessaron* ou "Harmonia dos Quatro Evangelhos". Parece que não constituíam o que se chama de grupo social, existindo, antes, por toda a parte, isolados uns dos outros e ligados apenas por determinadas posições doutrinárias. BSLK (p. 342, nota 3): "Asketische Vegetarier in den urchristlichen Gemeinden, 1. Tm. 4,3 ff., später z. T. Vertreter gnostischer Gedanken" ("Vegetarianos ascéticos nas congregações cristãs primitivas 1 Tm 4.3ss., mais tarde, em parte, representantes de pensamentos gnósticos". A rejeição do matrimônio foi uma das marcas do gnosticismo.

[914] *Panarion haer.* 46, 2, 2. II 205, 7, Holl.

[915] Daí a designação de aquarianos. Receberam também o apelido de *hydroparastates*, isto é, protetores (ou defensores) da água.

[916] Cl 2.18.

[917] "Por causa do domínio próprio e da conduta". *Pan. haer.* 47. 1, b. Sobre Epifânio e o *Panarion*, vid. acima, seção 45, nota em "Epifânio".

50 Todavia, não é por superstição que nossos adversários exigem o celibato, pois sabem que a castidade não costuma ser praticada. Mas pretextam opiniões supersticiosas para iludir os ignorantes. São, por conseguinte, mais dignos de aversão que os encratitas[918], que parecem haver errado por alguma aparência de religião; aqueles sardanapalos[919] abusam de caso pensado sob pretexto de religião.

51 Sexto. Embora tenhamos tantas razões para improvar a lei do celibato perpétuo, contudo, ainda acrescem, além delas, perigos para as almas e escândalos públicos, que, posto não fosse injusta a lei, deveriam dissuadir a homens de bem de aprovarem tal ônus, que perdeu inúmeras almas.

52 Por muito tempo, todos os homens de bem queixaram-se dessa carga, ou por causa deles mesmos, ou por causa de outros, aos quais viam periclitar, mas pontífice nenhum deu ouvidos a esses queixumes. E não se ignora o quanto essa lei prejudica a moralidade pública, que vícios, que paixões infames produziu. Aí estão as sátiras romanas. Nelas, Roma ainda reconhece e lê seus costumes.

53 Assim, Deus vinga o desprezo de seu dom e de sua ordenação naqueles que proíbem o casamento. Como, porém, relativamente a outras leis era costume modificá-las, caso assim o recomendasse evidente utilidade, por que não se faz o mesmo com respeito a essa lei, na qual concorrem tantas razões graves, especialmente nesses últimos tempos, em virtude das quais deveria ser mudada?[920] Envelhece a natureza e a pouco e pouco se torna mais frágil, e os vícios aumentam, razão por que tanto mais deveriam ser empregados os remédios divi-
54 namente dados. Vemos que vício Deus acusa antes do dilúvio, qual denuncia antes da conflagração das cinco cidades[921]. Vícios semelhantes precederam a destruição de muitas outras cidades, como as de Síbaris[922] e Roma. E nelas se
55 propôs figura dos tempos que estarão próximos do fim das coisas. Por isso, nesse tempo, era de extraordinária conveniência defender o casamento com severíssimas leis e exemplos, e convidar os homens ao matrimônio. Isso é da alçada dos magistrados, que devem manter a disciplina pública. Entrementes, os mestres do evangelho façam ambas as coisas: exortar os incontinentes a que casem e a outros a que não desprezem o dom da continência.

---

[918] Vid. nota em Apologia XXIII, 45.

[919] *Illi Sardanapali*. Segundo a lenda grega, Sardanapalo foi o último rei da Assíria, e o mais efeminado e corrupto de uma linhagem de príncipes efeminados. Em português temos o advérbio "sardanapalescamente", os adjetivos "sardanapalesco" e "sardanapálico", o verbo "sardanapalizar" e o substantivo "sardanapalismo" = vida luxuosa, dissoluta e efeminada.

[920] *Causae... cur mutari debeat?* Não tem cabimento a tradução de H. G. Pöhlmann (*Apologia*, p. 204): "Warum darf es nicht geändert werden?"

[921] Cf. Gn 14.2; Gn 19; Vulgata, Liber Sapientiae 10.6: *Haec iustum a perientibus impiis liberavit fugientem, descendente igne in Pentapolim* ("Esta [i.e., a Sabedoria] salvou dos ímpios que pereciam o justo [i. e., Ló] que fugia, quando o fogo descia sobre a Pentápole").

[922] Antiga cidade grega na Itália meridional, que se tornou famosa como centro de luxúria. Foi destruída em 510 a.C. De Síbaris vem o termo "sibarita" (pessoa que vive na voluptuosidade ou que é efeminada).

Diariamente, os papas dispensam, diariamente, mudam outras leis, ótimas: nessa lei do celibato são férreos e inexoráveis, embora, de verdade, seja certo que ela é simplesmente de direito humano. E a essa mesma lei exacerbam-na agora de diversas maneiras. Um cânone[923] ordena suspender sacerdotes; esses intérpretes pouco afáveis suspendem não do ofício, mas das árvores[924]. Matam cruelmente a muitos bons varões apenas por causa de casamento. E esses mesmos assassínios horríveis[925] mostram que essa lei é doutrina de demônios. Pois o diabo, sendo homicida, defende sua lei com esses assassínios. 56 57 58

Sabemos que há alguma ofensa quanto a cisma[926] porque parecemos separados daqueles a quem se julga serem os bispos regulares. Nossas consciências, entretanto, estão seguríssimas, desde que sabemos que nós, desejosos de constituir, com sumo empenho, a concórdia, não podemos serenar os adversários a menos que joguemos fora a manifesta verdade e, em seguida, concordemos com eles em querer defender essa lei injusta, dissolver matrimônios contratados, matar sacerdotes que não queiram obedecer, exilar míseras mulheres e órfãos. Sendo, porém, certo que essas condições desagradam a Deus, de modo nenhum nos afligimos por não termos causa comum[927] com os adversários em tantos assassínios. 59

Expusemos as razões por que não podemos assentir de boa consciência aos adversários, que defendem a lei pontifícia respeito ao celibato perpétuo: porque pugna com a lei divina e a natural, dissente dos próprios cânones, é supersticiosa e cheia de perigo e, derradeiramente, porque toda a coisa é simulada. Pois a lei não é prescrita por causa de religião, mas por causa de domínio, e para isso se pretexta impiamente religião. Contra essas razões firmíssimas coisa nenhuma pode ser produzida por homens sãos. O evangelho permite o casamento aos que dele necessitam. Todavia, não constrange ao casamento os que querem ser continentes, contanto que efetivamente o sejam. Pensamos que também aos sacerdotes deve ser concedida essa liberdade, e não queremos compelir pela força ao celibato a quem quer que seja, nem dissolver matrimônios contratados. 60 61

Ao recensearmos nossos argumentos, também indicamos, de passagem, como os adversários cavilam de um e outro, e diluímos essas calúnias. Relataremos, agora, brevissimamente, com que graves razões defendem a lei. Primeiro, dizem que foi revelada por Deus[928]. Vedes a extrema impudência desses patifes. 62 63

---

[923] O cânone 11 do VI Sínodo Romano, o sínodo quaresmal de 1079. BSLK (p.344, nota 1) dá 1078.

[924] Trocadilho com o verbo *suspendere*, que significa "privar de ofício" e "enforcar". Para manter o jogo de palavras integralmente, tomamos a liberdade de usar uma regência não autorizada na tradução de *suspendere ab arboribus*.

[925] *Parricidia*. O termo *parricidium* designa o crime de matar pai, mãe, pais, irmão, parente, etc., tendo também o sentido geral de crime horrendo.

[926] Sobre cisma, vid. infra, XXVIII, 25, nota em "cisma".

[927] Causa comum. No original: *summakhian*.

[928] Os confutatores referem-se a uma alegada revelação divina a Cipriano. Cf. Pseudo-Cipriano, *De singularitate clericorum* 1. CSEL 3 III, 173. *Confutatio Pontificia* (CR 27, 140):

Ousam afirmar que foi divinamente revelada a lei do celibato perpétuo, não obstante adversar ela claros testemunhos da Escritura, que ordenam "tenha cada um, por causa da fornicação, sua própria esposa"[929], que vetam, igualmente, se dissolvam matrimônios contratados. Lembra-nos Paulo a quem essa lei haveria de ter por autor quando a chama "doutrina de demônios"[930]. E os frutos indigitam o autor: tantas paixões monstruosas, tantos assassínios, em que agora se incorre sob o pretexto daquela lei.

64 O segundo argumento dos adversários é que os sacerdotes devem ser puros, consoante aquilo de Isaias: "Purificai-vos, os que levais os utensílios do Senhor"[931]. E citam muita coisa para sustentar esse princípio[932]. Essa razão, a qual exibem como muitíssimo brilhante[933], acima diluímos. Pois dissemos que virgindade sem fé não é pureza diante de Deus, e que o matrimônio é puro em razão da fé, conforme o texto: "Todas as coisas são puras para os puros"[934]. Dissemos, outrossim, que as purezas exteriores e as cerimônias da lei não devem ser transferidas para cá, porquanto o evangelho requer a pureza de coração, não requer as cerimônias da lei. E pode acontecer que o coração de um marido, como Abraão ou Jacó, que foram polígamos[935], seja mais puro e arda menos em desejos do que o de muitas virgens, ainda que, deveras, continentes. Mas a palavra de Isaías – "Purificai-vos, os que levais os utensílios do Senhor" – deve entender-se da pureza do coração, de todo o arrependimento. 65 De mais a mais, os santos no uso externo saberão até onde convém moderar o 66 uso conjugal, e, como diz Paulo, "possuir o vaso em santificação"[936]. Por último, como o matrimônio é puro, acertadamente se diz aos que não são continentes no celibato que se casem para serem puros. Destarte, a mesma lei – "Purificai-vos, os que levais os utensílios do Senhor" – preceitua que celibatários impuros se tornem cônjuges puros.

67 O terceiro argumento é horrível: que o casamento de sacerdotes é a heresia de Joviniano[937]. Belas palavras! Novo crime este, que o casamento é heresia.

S. *Martyr, Cyprianus, testatur, sibi a Domino revelatum et cum severitate iniunctum, ut Clericos studiose admoneret, ne cum feminis commune haberent domicilium. Unde continentia sacerdotalis cum sit... a Deo revelata...* ("Testifica o santo mártir Cipriano que lhe foi revelado pelo Senhor e com severidade injungido admoestasse seriamente os clérigos no sentido de que não tivessem domicílio comum com mulheres. Daí, uma vez que a continência sacerdotal foi revelada por Deus...").

929 1 Co 7.2. Fornicação: Almeida RA, "impureza".

930 1 Tm 4.1.

931 Is 52.11.

932 CR 27, 140.

933 Muitíssimo brilhante. No original: *maxime euprosopon.*

934 Tt 1.15.

935 *Polygamoi.*

936 1 Ts 4.4. Vid. nota em Apologia XXIII, 43.

937 *Confutatio Pontificia* (CR 27, 141): *Et quia constat, hanc antiquam fuisse haeresin Ioviniani...* ("E visto constar que essa foi a antiga heresia de Joviniano").

No tempo de Joviniano[938], o mundo ainda não conhecia a lei do celibato perpétuo. Impudente mentira, portanto, que o matrimônio de sacerdotes seja a heresia de Joviniano, ou que esse casamento, então, foi condenado pela igreja. Pode ver-se em passagens desse tipo que é que levavam de mira os adversários ao escreverem a *Confutação*. Julgaram que os ignorantes seriam facilmente levados se ouvissem freqüentes vezes a acusação de heresia, se imaginassem que nossa causa foi aniquilada e condenada por muitos julgamentos anteriores da igreja. E assim, bastas vezes alegam falsamente o julgamento da igreja. Por não ignorarem isso, não quiseram exibir-nos um exemplo da apologia[939], para que essa lorota e essas calúnias não pudessem ser demonstradas. No tocante à questão de Joviniano, acima, na comparação de virgindade e casamento, dissemos o que pensamos[940]. Não igualamos casamento e virgindade, ainda que nem a virgindade nem o casamento merecem a justificação. 68 69

Com tais argumentos, tão falsos, defendem uma lei ímpia e perniciosa aos bons costumes. Com tais razões fortificam as mentes dos príncipes contra o juízo de Deus, no qual Deus pedirá contas do porquê do desfazimento de matrimônios, do porquê da tortura, do porquê do assassínio de sacerdotes. Pois não duvideis que, assim como o sangue de Abel, morto, clamava[941], assim também clamará o sangue de muitos varões de bem contra os quais injustamente raivaram. E Deus vingará essa crueldade. Aí descobrireis quão frívolas são essas razões dos adversários, e compreendereis que no juízo de Deus calúnias nenhumas contra a palavra de Deus subsistem, como diz Isaías[942]: "Toda a carne é erva, e toda a sua glória como a flor da erva". 70

Aconteça o que acontecer, nossos príncipes poderão consolar-se com a consciência de retos conselhos, porque, suposto os sacerdotes houvessem procedido mal em contrair núpcias, sem embargo, aquele desbarato de matrimônios, aquelas proscrições, aquela crueldade, manifestamente adversam a vontade e a palavra de Deus. E não deleita aos nossos príncipes a novidade ou o dissídio, mas, principalmente em causa não duvidosa, mais cumpria conservar o fundamento da palavra de Deus[943] do que o fundamento de todas as outras coisas. 71

---

[938] O escritor e monge Joviniano morreu nos primeiros anos do século V. Seu tratado, intitulado *Commentarioli*, não sobreviveu. Em 392, Jerônimo procurou refutá-lo nos dois livros do *Adversus Jovinianum*. No primeiro livro, Jerônimo trata da tese de Joviniano que dá valor igual ao matrimônio e à virgindade, contanto que as pessoas não difiram a outros respeitos. Uma das teses de que Jerônimo trata no segundo livro é a de que jejuar não tem mérito maior do que o de comer com gratidão. Parece também que Joviniano apoiava a Elvídio na rejeição da virgindade perpétua de Maria e na afirmação de que Jesus tinha irmãos. Sobre Joviniano, vid. também CA XXVI, 30.

[939] I. e., um exemplar da *Confutatio pontificia*.

[940] Vid. acima, seções 33ss.

[941] Gn 4.10.

[942] Is 40.6.

[943] Bente-Dau (*Concordia Triglotta*, p. 383): "More regard had to be paid to the Word of God". Essa tradução seria correta se no original tivéssemos *rationem*, mas temos *ratio: magis fuit habenda ratio verbi Dei*.

ARTIGO XXIV: DA MISSA

1 Devemos, inicialmente, antecipar de novo que não abolimos a missa, senão que a mantemos e defendemos escrupulosamente. Pois entre nós realizam-se missas todos os domingos e em outros dias de festa[944], nos quais o sacramento é administrado aos que querem fazer uso dele, depois de terem sido examinados e absolvidos. E observam-se as cerimônias públicas usuais, a ordem das leituras, das orações, das vestes e outras coisas semelhantes.

2 Sobre o uso da língua latina na missa, os adversários têm longa declamação, na qual toleimam docemente de como é útil a ouvinte indouto ouvir, na fé da igreja[945], missa ininteligida[946]. Sem dúvida, imaginam que a própria obra de 3 ouvir é culto e aproveita sem haver inteligência. Não queremos insistir odiosamente nessas coisas; deixamo-las ao julgamento dos leitores. E nós as mencionamos no intuito de lembrar, de passagem, que também entre nós são mantidas as leituras e orações latinas.

Como, porém, cerimônias devem ser observadas tanto para que os homens aprendam a Escritura, como para que, admoestados pela palavra, concebam fé e temor, e assim também orem – pois esses são os fins das cerimônias –, retemos a língua latina por causa daqueles que estudam e entendem latim, e acrescentamos hinos germânicos, a fim de que também o povo tenha o que 4 aprender e algo por que estimule a fé e o temor[947]. Esse costume sempre existiu nas igrejas. Pois, ainda que alguns acrescentaram hinos germânicos mais freqüentemente, outros mais raramente, o povo, contudo, quase que em toda a 5 parte cantava algo em sua língua. Em parte nenhuma, porém, está escrito ou representado que aproveita aos homens o ato de ouvir leituras não inteligidas, ou que lhes sejam proveitosas cerimônias não porque ensinem ou admoestem, mas *ex opere operato*[948], por serem assim feitas, porque são vistas. Que se danem essas opiniões farisaicas!

6 O fato de se realizar entre nós apenas missa pública ou comum, não encerra nenhum agravo à igreja católica[949]. Pois nas paróquias gregas nem mesmo

---

[944] *Singulis dominicis et aliis festis.* Texto alemão: *Alle Sonntag und Feste.*

[945] Errônea a tradução de J. Pelikan (*Tappert*, op. cit., p. 249): "a hearer who is ignorant of the faith of the church".

[946] *Confutatio Pontificia* (CR 27, 147s.): *Neque necessarium est, ut omnia verba missae audiat vel intelligat et etiam intelligens semper attendat. Praestant enim intelligere et attendere finem, quia missa celebratur, ut offeratur eucharistia in memoriam passionis Christi... At modo catholici ab incunabulis imbibunt mores consuetudinesque ecclesiae; unde facile norunt, quid quolibet tempore in ecclesia agendum sit* ("Nem é necessário que ouça ou entenda todas as palavras da missa e até que sempre preste atenção com entendimento. Pois é melhor compreender o fim e para ele atente, porque a missa é celebrada para que seja oferecida a eucaristia em memória da paixão de Cristo... Mas, agora, os católicos sorvem desde o berço as maneiras e costumes da igreja, de onde facilmente saberem o que a cada tempo se deve fazer na igreja").

[947] Vid. Lutero, "Missa Alemã e Ordem do Culto", 1526, in OSel 7,182,20-205,29; "Instrução dos Visitadores aos Párocos", 1528, in OSel 7,300,1-303,30.

[948] Em virtude da obra realizada. Vid. CA XXIV, 22, tradução do texto latino, nota em "obra realizada".

[949] Isto é, igreja cristã. Texto alemão: *die gemeine christliche Kirchen.*

hoje se realizam missas privadas, mas realiza-se uma só missa pública, e isto apenas aos domingos e em dias de festa[950]. Nos mosteiros realiza-se missa cotidianamente, mas tão-só pública. Esses são vestígios de velhos costumes. Pois os antigos escritores de antes de Gregório[951] em parte nenhuma fazem menção de missas privadas. Omitimos agora como se originaram essas missas. 7 Consta isso: depois que os monges mendicantes começaram a reinar, de falsíssimas persuasões e por causa de ganho aumentaram de tal maneira, que todos os homens de bem, havia muito, desejavam fosse moderada a coisa. Entretanto, acertadamente, quis tomar providências a respeito disso São Francisco[952], o qual estabeleceu que cada confraria se contentasse com uma missa comum por dia[953]. Isso, posteriormente, foi mudado, ou por superstição, ou por causa de ganho. Assim, onde convém, eles próprios mudam as instituições 8 dos maiores; depois nos alegam a autoridade dos maiores. Epifânio escreve que na Ásia a comunhão[954] era celebrada três vezes por semana e que não havia missas cotidianas. E também diz que esse costume foi transmitido pelos apóstolos. Pois diz assim: "Foram ordenadas pelos apóstolos as comunhões celebradas às quartas-feiras, às sextas-feiras e aos domingos"[955].

9 Se bem que os adversários acumulam nesse lugar muitas coisas para provar que a missa é sacrifício, contudo, aquele barulho ingente de palavras vai transformar-se em silêncio depois de avançada esta única resposta[956]: que tal fieira de autoridades, razões e testemunhos, por extensa que seja, não mostra que a missa confere graça *ex opere operato*[957], ou que, aplicada em favor de outros, lhes merece remissão dos pecados veniais e mortais, da culpa e da pena. Esta só réplica destrói tudo o que os adversários objetam, não só nesta confutação, mas em todos os escritos por eles editados sobre a missa.

---

[950] Herzog-Hauck, *Realencyklopädie fur protestantische Theologie und Kirche*, 3ª ed., XIV, 460s.

[951] Gregório Magno, 540? - 604 A.D.

[952] Vid. acima, Apologia IV, 211, nota em "Francisco".

[953] *Ep. ad capitulum generale* 3, Böhmer, *Analakten*, 2ª ed., 40, 26: *Moneo praeterea et exhortor in Domino, ut in locis, in quibus fratres morantur, una tantum missa celebretur in die secundum formam sanctae ecclesiae* ("Admoesto e exorto, além disso, no Senhor, que nos lugares onde os irmãos demoram, celebre-se apenas uma missa por dia, segundo a forma da santa igreja").

[954] *Synaxin*.

[955] "No quarto dia, na véspera do sábado e no dia do Senhor". *Haer. tom. III. De fide* 22.III 52, 26 Holl. A Apologia cita o texto em grego: *Sunaxeis de epiteloumenai takhthisai eisin apo ton apostolon, tetradi kai prosabbato kai kyriakê*.

[956] Não é correta a tradução de H. G. Pöhlmann (*Apologia*, op. cit., p. 208): "Jener weitverbreitete Wortlärm". No original: *Tamen ille ingens tumultus verborum prolata hac unica responsione consilescet*.

[957] Em virtude da obra realizada. Vid. CA XXIV, 22, tradução do texto latino, nota em "obra realizada".

10 E este é o ponto essencial da questão[958], sobre o qual devem ser advertidos por nós os leitores, como Ésquines[959] advertia os juízes que, da mesma forma como pugilistas lutam entre si em torno da posição, assim deveriam eles lutar com o adversário sobre o ponto essencial da controvérsia[960] e não permitir-lhe sair da questão. Identicamente, nossos adversários devem ser compelidos, aqui, a falarem sobre a matéria proposta. E, conhecido o ponto essencial da controvérsia, será facílimo o julgamento da argumentação de ambas as partes.

11 Pois nós mostramos em nossa Confissão julgarmos que a ceia do Senhor não confere graça *ex opere operato*[961] e que, aplicada em favor de outros, vivos ou mortos, não merece para eles, *ex opere operato*[962], a remissão dos pecados,

12 da culpa ou da pena. E há prova clara e firme dessa questão principal[963]. Ei-la: é impossível conseguir remissão de pecados em razão de nossa obra *ex opere operato*; é necessário, ao revés, que, pela fé, sejam vencidos os terrores do pecado e da morte, quando erigimos os corações pelo conhecimento de Cristo e cremos que somos perdoados por causa de Cristo e que nos são dados os méritos e a justiça de Cristo. Romanos 5[964]: "Justificados pela fé, temos paz". Isso é tão certo, tão firme, que pode manter-se contra todas as portas dos infernos.

13 Se fosse para dizer quanto é necessário, a questão já estaria defendida. Pois nenhum homem sensato pode aprovar aquela persuasão farisaica e gentílica concernente ao *opus operatum*[965]. E, contudo, essa convicção inere ao povo e multiplicou ao infinito o número de missas. Pois missas são encomendadas a fim de aplacar a ira de Deus, e por essa obra querem alcançar a remissão da culpa e da pena, querem obter tudo o que é necessário em todos os aspectos da vida; querem até libertar os mortos. Essa opinião farisaica a ensinaram na igreja monges e sofistas.

14 Mas, ainda que a causa já foi defendida, contudo, visto os adversários torcerem ineptamente muitos textos para defesa de seus erros, acrescentaremos umas poucas coisas com referência a esse tópico. Na *Confutação* disseram muitas coisas a respeito do sacrifício, enquanto nós evitamos, intencionalmente, em nossa Confissão, esse termo, por causa de sua ambigüidade. Expusemos o que agora entendem por sacrifício aqueles cujos abusos improvamos. Agora, para explicarmos os textos bíblicos maldosamente torcidos, é necessário expor,

15 inicialmente, o que é sacrifício. Já por todo um decênio os adversários editaram um número quase infinito de volumes sobre o sacrifício, e até essa data ne-

---

[958] *Causae status*. Justus Jonas: "die Häuptfrage".

[959] Orador ateniense (século I a.C.), rival de Demóstenes.

[960] *De statu controversiae*.

[961] Em virtude da obra realizada. Vid. CA XXIV, 22, tradução do texto latino, nota em "obra realizada".

[962] Em virtude da obra realizada. Vid. CA XXIV, 22, tradução do texto latino, nota em "obra realizada".

[963] *Huius statuus*. Texto alemão: *des Häuptstücks*. Bente-Dau (*Concordia Triglotta*, p. 387) e J. Pelikan (Tappert, p. 251): "position".

[964] Rm 5.11.

[965] Obra realizada.

nhum deles deu uma definição de sacrifício. Apenas lançam mão do nome sacrifício, quer da Escritura, quer dos Pais[966]. Depois, acrescentam seus sonhos, como se sacrifício, deveras, significasse o que muito bem lhes apraz.

QUE É SACRIFÍCIO E QUAIS SUAS ESPÉCIES

16 Diz Sócrates no *Fedro* de Platão que ele é muitíssimo desejoso de divisões, porque, sem elas, nada pode ser explicado nem entendido ao se fazer exposição, e que, quando surpreende alguém perito em fazer divisões, a esse, diz, o acompanha e lhe segue nas pegadas como se fossem de um deus[967]. E ordena ao que divide seccionar os membros nas próprias juntas, para não despedaçar algum membro quebrado, à maneira de mau cozinheiro. Os adversários, porém, desprezam esses preceitos magnificamente e, na verdade, são, na expressão platônica, maus cozinheiros[968], arruinando os membros do sacrifício, como se poderá entender quando tivermos recenseado as espécies de sacrifício. 17 Os teólogos, acertadamente, costumam distinguir entre sacramento e sacrifício. Seja, portanto, o gênero de ambos, ou cerimônia, ou obra sacra. 18 O sacramento é cerimônia ou obra na qual Deus nos apresenta aquilo que a promessa anexa à cerimônia oferece, como o batismo não é obra que nós oferecemos a Deus, mas obra na qual Deus nos batiza, isto é, o ministro em lugar de Deus, e aqui Deus oferece e exibe a remissão de pecados, etc., conforme a promessa: "Quem tiver crido e tiver sido batizado será salvo"[969]. O sacrifício, ao contrário, é cerimônia ou obra que nós rendemos a Deus, a fim de honrá-lo.

19 São duas, não mais, as espécies próximas[970] do sacrifício. Uma é o sacrifício propiciatório, isto é, obra que satisfaz a culpa e a pena, isto é, que reconcilia a Deus, aplaca-lhe a ira ou que merece remissão de pecados em benefício de outros. A outra espécie é o sacrifício de ação de graças[971], que não merece a remissão dos pecados ou a reconciliação, mas é feito pelos reconciliados, a fim de rendermos graças pela remissão dos pecados recebida e por outros benefícios, ou em ordem de retribuirmos gratidão.

20 Estas duas espécies de sacrifício importa muito as tenhamos em mira e sob os olhos tanto nesta controvérsia como em outras muitas discussões, e deve cuidar-se com singular diligência para que não sejam confundidas. Se os limites deste livro o permitissem, acrescentaríamos as razões dessa divisão. Pois

---

[966] Justus Jonas: "Apenas procuram o vocábulo ou a palavra sacrifício, onde o encontram em concordâncias da Bíblia, e o esticam para cá, combine ou não. Da mesma forma procedem nos livros dos Pais antigos".

[967] Platão, *Fedro*, 50, 266 B.

[968] *Fedro*, 49, 265 E. No original, a expressão grega: *Kakoi mageiroi*.

[969] Mc 16.16. Almeida RA: "Quem crer e for batizado será salvo".

[970] *Proximae*. Justus Jonas: "fürnehmlich". H.G. Pöhlmann (*Apologia*, p. 210): "vor allem". J. Pelikan (Tappert, p. 252): "basic".

[971] *Sacrificium eukaristikon*.

21 ela tem bastante testemunho na Epístola aos Hebreus e em outra parte[972]. E todos os sacrifícios levíticos podem ser referidos a estes membros como que a seus domicílios. Pois na lei, certos sacrifícios eram chamados propiciatórios por causa de sua significação ou similitude, não porque merecessem remissão de pecados diante de Deus, mas porque mereciam a remissão de pecados segundo a justiça da lei, a fim de que aqueles pelos quais eram feitos não fossem excluídos dessa administração estatal[973]. Chamavam-se, por isso, propiciatórios pelo pecado, holocausto por delito. Aqueloutros, porém, eram sacrifícios de ação de graças[974], a oblação, a libação, as retribuições, as primícias, os dízimos.

22 Mas, realmente, houve no mundo um único sacrifício propiciatório, a saber, a morte de Cristo, como ensina a Carta aos Hebreus[975], que diz: "Porque é impossível que sangue de touros e de bodes remova pecado". E pouco depois, a respeito da vontade de Cristo: "Nessa vontade é que temos sido santifi-
23 cados, mediante a oferta do corpo de Jesus Cristo, uma vez por todas"[976]. E Isaías interpreta a lei, a fim de sabermos que a morte de Cristo é verdadeiramente a satisfação por nossos pecados, ou a expiação, não as cerimônias da lei, razão por que diz: "Quando der ele a sua alma como oferta pelo pecado, verá a sua posteridade, etc."[977] Porque a palavra *asam*[978], aqui usada, significa hóstia por delito, que na lei significou que haveria de vir certa vítima para satisfazer pelos nossos pecados e reconciliar a Deus, a fim de que os homens soubessem que Deus quer ser reconciliado conosco não em virtude de nossas justiças, mas por causa de méritos alheios, a saber, de Cristo. Paulo interpreta o mesmo termo *asam* como significando "pecado". Romanos 8[979]: "Com o pecado condenou o pecado", isto é, puniu o pecado com pecado, a saber, mediante uma vítima pelo pecado. Pode entender-se mais facilmente o sentido da palavra a partir dos costumes gentílicos, os quais, já se vê, foram recebidos de expressões dos Pais mal entendidas. Os latinos chamavam de *piaculum*[980] a vítima que, por ocasião de grandes calamidades, quando Deus parecia especialmente irado, era oferecida para aplacar a ira de Deus, e sacrificaram, de vez em quando, vítimas humanas, talvez, porque tinham ouvido que uma vítima humana haveria de apaziguar a Deus com respeito a todo o gênero humano. Os gregos ora o chamavam "escória", ora "escuma"[981]. Entendem, portanto, Isaías e

---

[972] Hb 10.5-16; Êx 32.6; 2 Sm 6.17 *et passim.*

[973] Ou: desse Estado. No original: *ab ista politia.* Justus Jonas: "aus dem Volk Israel".

[974] *Illa vero erant eukaristika, oblatio...* H. G. Pöhlmann (*Apologia*, p. 210): "Das waren aber Dankopfer, Opfergabe..."

[975] Hb 10.4.

[976] Hb 10.10.

[977] Is 53.10.

[978] Almeida RA: "oferta pelo pecado". Justus Jonas: "Schuldopfer".

[979] Rm 8.3. No original: *De peccato damnavit peccatum.* Almeida RA: "Condenou na carne o pecado".

[980] Sacrifício expiatório ou vítima expiatória.

[981] *Katharmata, peripsemata.*

Paulo que Cristo se tornou hóstia, isto é, vítima expiatória, a fim de que, pelos méritos dele, não pelos nossos, Deus fosse reconciliado. Por conseguinte, fique estabelecido isto na questão: somente a morte de Cristo é verdadeiramente sacrifício propiciatório. Pois os sacrifícios propiciatórios levíticos eram chamados assim apenas para significar a expiação futura. Eram, por isso, em razão de alguma similitude, satisfações que redimiam a justiça da lei, a fim de que não fossem excluídos do Estado os que houvessem pecado. Deviam, entretanto, cessar, depois de revelado o evangelho; e porque deviam cessar na revelação do evangelho, não eram verdadeiramente propiciações, já que o evangelho foi prometido a fim de que mostrasse a propiciação. 24

Agora, os restantes são sacrifícios de ação de graças[982], que são chamados sacrifícios de louvor: a invocação, a ação de graças, a confissão, as aflições dos santos, sim, todas as boas obras dos santos. Esses sacrifícios não são satisfações pelos que os fazem, nem aplicáveis em favor de outros, e que lhes mereçam, *ex opere operato*[983], remissão de pecados ou reconciliação. Pois são feitos pelos reconciliados. E tais são os sacrifícios do Novo Testamento, conforme ensina Pedro, 1 Pedro 2[984]: "Sacerdócio santo, a fim de oferecerdes sacrifícios espirituais". Sacrifícios espirituais, entretanto, são opostos não apenas aos sacrifícios de animais, senão, também, a obras humanas oferecidas *ex opere operato*, porque "espiritual" significa os movimentos do Espírito Santo em nós. O mesmo ensina Paulo em Rm 12[985]: "Apresentais os vossos corpos por sacrifício vivo, santo, como culto racional". Mas culto racional designa culto no qual Deus é inteligido, apreendido pela mente, como acontece nos movimentos de temor e confiança para com Deus. Opõe-se, por conseguinte, não apenas ao culto levítico, no qual se matavam animais, mas, também, a um culto no qual se imagina oferecer uma obra *ex opere operato*. O mesmo ensina a Epístola aos Hebreus, no capítulo 13[986]: "Por meio dele ofereçamos a Deus, sempre, sacrifício de louvor". E acrescenta a interpretação, isto é, "o fruto de lábios que confessam o seu nome"[987]. Ordena que se ofereça louvor, isto é, invocação, ação de graças, confissão e coisas semelhantes. Essas valem não *ex opere operato*[988], mas em virtude da fé. É o que adverte a parte "por meio dele ofereçamos", isto é, pela fé em Cristo. 25 26

Em suma, o culto neotestamentário é espiritual, ou seja, é a justiça da fé no coração e os frutos da fé. E, por isso, ab-roga os cultos levíticos. E Cristo diz Jo 4[989]: "Os verdadeiros adoradores adorarão o Pai em espírito e em verdade; 27

---

[982] *Eukaristika*.

[983] Em virtude da obra realizada. Vid. CA XXIV, 22, tradução do texto latino, nota em "obra realizada".

[984] 1 Pe 2.5.

[985] Rm 12.1.

[986] Hb 13.15.

[987] Hb 13.15.

[988] Em virtude da obra realizada. Vid. CA XXIV, 22, tradução do texto latino, nota em "obra realizada".

porque são estes que o Pai procura para seus adoradores. Deus é espírito; e importa que os seus adoradores o adorem em espírito e em verdade". Esse passo condena claramente opiniões a respeito de sacrifícios que imaginam valerem *ex opere operato*, e ensina que se deve adorar em espírito, isto é, com os

28 movimentos do coração e com fé. Por isso, também os profetas condenam no Antigo Testamento a opinião popular do *opus operatum*[990] e ensinam a justiça e os sacrifícios do espírito. Jeremias 7[991]: "Nada falei a vossos pais, no dia em que os tirei da terra do Egito, nem lhes ordenei coisa alguma acerca de holocaustos ou sacrifícios. Mas isto lhes ordenei, dizendo: Dai ouvidos à minha voz, e eu serei o vosso Deus, etc." De que maneira terão os judeus recebido este sermão, que parece conflitar abertamente com Moisés? Pois constava que Deus havia dado aos pais preceitos sobre holocaustos e vítimas. Jeremias, porém, condena opinião quanto aos sacrifícios que não fora dada por Deus, a saber, que esses cultos o aplacariam *ex opere operato*[992]. Acrescenta, porém, com respeito à fé, que Deus preceituara isto: Ouvi-me, isto é, crede-me que sou vosso Deus, que assim quero tornar-me conhecido ao amiserar-me e ajudar; nem preciso de vossas vítimas[993]. Confiai que eu quero ser Deus justificador e salvador não em virtude de obras, senão por causa da palavra e da minha promessa. Implorai e esperai auxílio de mim, verdadeiramente e de coração.

29 Também condena a opinião do *opus operatum*[994] o Salmo 49[995], que repudia vítimas e requer invocação: "Acaso como eu carne de touros? etc:" "Invoca-me no dia da angústia: eu te livrarei, e tu me glorificarás". Testifica ele que isso é verdadeiro culto a Deus[996], verdadeira honra, se de coração o invocamos.

De modo semelhante, no Salmo 39[997]: "Sacrifícios e ofertas não quiseste, mas abriste os meus ouvidos", isto é, propuseste-me a palavra, para que a ouça, e requeres que eu creia tua palavra e tuas promessas, que verdadeiramente queres compadecer-te, ajudar, etc. Semelhantemente, no Salmo 50[998]: "Pois não te comprazes em holocaustos. Sacrifícios agradáveis a Deus são o espírito quebrantado; coração compungido e contrito não o desprezarás, ó Deus". Também, Salmo 4[999]: "Oferecei sacrifícios de justiça, e confiai no Senhor". Ordena que confiemos, e diz que isso é sacrifício justo, e significa que

---

[989] Jo 4.23,24.

[990] Obra realizada.

[991] Jr 7.22,23.

[992] Em virtude da obra realizada. Vid. CA XXIV, 22, tradução do texto latino, nota em "obra realizada".

[993] H. G. Pöhlmann (*Apologia*, p. 212): "Ich will kein Werk haben durch euere Schlachtopferr". No original: *Nec habeam opus vestris victimis*.

[994] Obra realizada.

[995] Sl 50.13,15.

[996] *Veram latreian*.

[997] Sl 40.6.

[998] Sl 51.16.

[999] Sl 4.5.

os demais sacrifícios não são sacrifícios verdadeiros e justos. E, no Salmo 115[1000]: "Oferecer-te-ei sacrifícios de ações de graça, e invocarei o nome do Senhor". Chamam a invocação sacrifício de louvor.

30 Mas a Escritura está repleta de tais testemunhos, que ensinam não reconciliarem sacrifícios a Deus *ex opere operato*. E, por isso, ensina que no Novo Testamento haverão de ser ab-rogados os cultos levíticos, para que se façam sacrifícios novos e puros, a saber, fé, invocação, ação de graças, confissão e pregação do evangelho, aflições por causa do evangelho e coisas semelhantes.

31 E desses sacrifícios fala Malaquias[1001]: "Desde o nascente do sol até ao poente é grande entre as nações o meu nome; e em todo lugar lhe é queimado incenso e são trazidas ofertas puras". Os adversários torcem essa passagem, aplicando-a à missa e alegam a autoridade dos Pais. Mas é fácil a resposta, pois, ainda que falasse particularmente da missa, não se seguiria que a missa justifica *ex opere operato*, ou que, aplicada a outros, merece remissão de pecados, etc. Nada diz o profeta das coisas que os monges e sofistas, impudentemente, inventam. 32 Ademais, as mesmas palavras do profeta mostram o sentido. Pois que referem, primeiramente, isto: que o nome do Senhor será grande. Isso se faz através da pregação do evangelho. Porque através disso se torna conhecido o nome de Cristo e se conhece a misericórdia do Pai, prometida em Cristo. A pregação do evangelho produz fé naqueles que recebem o evangelho. Estes invocam a Deus, estes dão graças a Deus, estes suportam aflições na confissão, estes praticam o bem por amor da glória de Cristo. Assim, o nome do Senhor é engrandecido entre os gentios. Por conseguinte, "incenso" e "sacrifício puro" significam não uma cerimônia *ex opere operato*, mas todos aqueles sacrifícios pelos quais se torna grande o nome do Senhor, a saber: fé, invocação, pregação do evangelho, confissão, etc. 33 E, caso alguém queira que aí está abrangida a cerimônia, transigimos sem dificuldade, contanto que não entenda somente cerimônia, nem ensine que a cerimônia aproveita *ex opere operato*. Pois, assim como entre os sacrifícios de louvor, isto é, entre os louvores de Deus, incluímos a pregação da palavra, assim pode ser louvor ou ação de graças o próprio recebimento da ceia do Senhor, mas não justifica *ex opere operato*, nem deve aplicar-se a outros, a fim de merecer para eles remissão de pecados. Mas a breve trecho exporemos como até uma cerimônia é sacrifício. Visto, porém, que Malaquias fala de todos os cultos neotestamentários, não apenas da ceia do Senhor; da mesma forma, já que não patrocina a opinião farisaica do *opus operatum*, não é contra nós, senão que, antes, nos ajuda. Pois requer cultos de coração, pelos quais, verdadeiramente, se engrandece o nome do Senhor.

34 Cita-se, ainda, outro passo de Malaquias[1002]: "Purificará os filhos de Levi, e os refinará como ouro e como prata; eles trarão ao Senhor sacrifícios em justiça". Essa passagem, claramente, requer sacrifícios de justos, razão por que não patrocina a opinião do *opus operatum*. Mas os sacrifícios dos filhos de Levi,

---

[1000] Sl 116.17.

[1001] Ml 1.11.

[1002] Ml 3.3. Sacrifícios em justiça. Almeida RA: "justas ofertas".

isto é, dos ensinadores neotestamentários, são a pregação do evangelho e os bons frutos da pregação, como diz Paulo, em Rm 15[1003]: "Ofereço em sacrifício o evangelho de Deus, para que a oferta dos gentios se torne aceitável, santificada pelo Espírito Santo", isto é, para que os gentios sejam feitos sacrifícios aceitáveis a Deus pela fé, etc. Pois na lei, a matança sacrifical significava tanto a morte de Cristo como a pregação do evangelho, por que importa seja mortificada essa vetustez[1004] da carne e principiada em nós a vida nova e eterna.

Mas os adversários em toda a parte torcem a palavra "sacrifício", aplicando-a somente à cerimônia[1005]. Omitem-se quanto à pregação do evangelho, quanto à fé, à invocação e coisas semelhantes, muito embora a cerimônia haja sido instituída por causa delas, e o Novo Testamento deva ter sacrifícios do coração, não cerimônias pelo pecado que devam ser realizadas à maneira do sacerdócio levítico.

35 Alegam também o sacrifício diário, que, assim como houve o sacrifício diário na lei, assim a missa deve ser o sacrifício diário do Novo Testamento[1006]. Saem-se bem os adversários, se toleramos que nos vençam com alegorias. Mas é evidente que alegorias não produzem provas firmes. Ainda que nós, deveras, toleramos sem dificuldade que se entenda a missa como sacrifício diário, desde que se entenda a missa toda, a cerimônia com a pregação do evangelho, a fé, a invocação e a ação de graças. Pois que essas coisas, conjuntamente unidas, constituem um sacrifício diário do Novo Testamento, porque a cerimônia foi instituída por causa delas, e delas não deve ser separada. Por isso diz Paulo: "Todas as vezes que comerdes este pão e beberdes o cálice do Senhor, anunciai a morte do Senhor"[1007]. Mas de forma nenhuma se segue desse tipo levítico que a cerimônia seja obra que justifique *ex opere operato*[1008], ou que deva ser aplicada a favor de outros, a fim que lhes mereça remissão de pecados, etc.

[1003] Rm 15.16. Almeida RA: "Para que eu seja ministro de Cristo Jesus entre os gentios, no sagrado encargo de anunciar o evangelho de Deus, de modo que a oferta deles seja aceitável, uma vez santificada pelo Espírito Santo".

[1004] No original: *vetustatem carnis*. Justus Jonas: "der alte Adam" ("o velho homem").

[1005] Texto alemão: *Allein auf die Ceremonien der Mess* ("Somente às cerimônias da missa").

[1006] De Dn 12.11 e Mt 24.15 a *Confutatio* (cf. CR 27, 152) infere: *Juge ergo sacrificium Christianorum in adventu abominationis, id est Antichristi, cessabit universaliter, sicut iam in aliquibus ecclesiis cessat particulariter. Et sic sedebit in loco desolationis, quando videlicet ecclesiae erunt desolatae, in quibus non canuntur horae canonicae, missae non celebrantur, nulla dispensabuntur sacramenta, nulla erunt altaria, nullae sanctorum imagines, nullae candelae, nullus ornatus* ("O sacrifício diário dos cristãos cessará, portanto, universalmente, com o advento da abominação, isto é, do Anticristo, assim como já cessa, particularmente, em algumas igrejas. E, dessa maneira, estará fora de uso no lugar da desolação, a saber, quando estiverem desoladas as igrejas, nas quais não se cantam as horas canônicas, não se celebram missas, nenhum sacramento se administra, não haverá nenhum altar, imagens de santos, velas, ornamento").

[1007] 1 Co 11.26. Almeida RA: "anunciais".

[1008] Em virtude da obra realizada. Vid. CA XXIV, 22, tradução do texto latino, nota em "obra realizada".

E o tipo representa aptamente não apenas a cerimônia, mas, também, a pregação do evangelho. Em Números 28[1009], põem-se três partes deste sacrifício cotidiano: a cremação do cordeiro, a libação e a oblação de flor de farinha. A lei tinha quadros ou sombras de coisas futuras. Por isso, neste espetáculo, é representado Cristo e todo o culto do Novo Testamento. A cremação do cordeiro significa a morte de Cristo. A libação significa que, por toda a parte, no mundo inteiro, os crentes são aspergidos com o sangue daquele cordeiro pela pregação do evangelho, isto é, santificados, como diz Pedro[1010]: "Em santificação do Espírito, para a obediência e a aspersão do sangue de Jesus Cristo". A oblação da flor de farinha significa a fé, a invocação e a ação de graças nos corações. Como, portanto, no Antigo Testamento percebe-se a sombra, assim, no Novo Testamento deve ser *procurada* a realidade significada, não outro tipo, como suficiente para o sacrifício. 36 37

Por essa razão, ainda que a cerimônia é memorial da morte de Cristo, ela só, contudo, não é o sacrifício contínuo, mas a memória ela mesma é o sacrifício diário, isto é, a pregação e a fé, que verdadeiramente crê ter sido Deus reconciliado pela morte de Cristo. Requer-se uma libação, isto é, o efeito da pregação, a fim de que, aspergidos com o sangue de Cristo pelo evangelho, sejamos santificados, como os que foram mortificados e vivificados. Requerem-se também oblações, isto é, ações de graça, confissões e aflições. 38

Lançada fora, assim, a opinião farisaica do *opus operatum*[1011], entendamos que se significa o culto espiritual e o sacrifício diário do coração, porque no Novo Testamento deve procurar-se a substância dos bens, isto é, o Espírito Santo, a mortificação e a vivificação. Evidencia-se daí suficientemente que o tipo do sacrifício diário nada testifica contra nós, mas, antes, a nosso favor, porque requeremos todas as partes significadas pelo sacrifício diário. Os adversários sonham falsamente que é significada apenas a cerimônia, não, também, a pregação do evangelho, a mortificação e a vivificação do coração, etc. 39 40

Agora, portanto, homens de bem facilmente poderão julgar que é falsíssima a criminação de que abolimos o sacrifício diário. A experiência mostra o que são os Antíocos[1012] que reinam na igreja[1013], os quais, sob pretexto de religião, empalmam o reino do mundo e, lançado fora o cuidado com a religião e o ensino do evangelho, dominam, guerreiam como reis do mundo, havendo instituído novos cultos na igreja. Pois na missa os adversários retêm apenas a cerimônia, aplicando-a publicamente para ganho sacrílego. Depois, imaginam que essa obra, aplicada em benefício de outros, para eles merece a graça e todas as coisas boas. Nos sermões não ensinam o evangelho, não consolam as 41 42 43

[1009] Nm 28.4s.

[1010] 1 Pe 1.2.

[1011] Obra realizada.

[1012] Antíoco IV Epífanes, da Síria (século II a.C.), saqueou o templo de Jerusalém e procurou introduzir o culto a Zeus em lugar do culto judaico. Cf. 1 Macabeus 1.57ss.

[1013] Texto alemão: *die als die wütende Tyrannen mit eitel Durst* (= Unterfangen, Keckheit, Frevel – ousadia, atrevimento, sacrilégio) *und Gewalt sich erzeigen in der Kirchen*.

consciências, não mostram que os pecados são remitidos gratuitamente, por causa de Cristo, mas propõem culto de santos, satisfações humanas, tradições humanas, e afirmam que, por elas, os homens são justificados diante de Deus. E, ainda, que algumas delas são manifestamente ímpias, são defendidas, contudo, pela força. E se um pregador quer ser tido na conta de mais douto, versa questões filosóficas, as quais nem o povo nem mesmo os que as propõem entendem. Por último, os que são mais toleráveis ensinam a lei, nada dizendo sobre a justiça da fé.

44 Na *Confutação*, os adversários produzem espantosas tragédias acerca da desolação de templos, a saber, que os altares estão desadornados, sem velas, 45 sem imagens[1014]. Entendem que essas ninharias são o ornato das igrejas. Mui diversa desolação significa Daniel, a saber: ignorância do evangelho. Pois o povo, esmagado pela multidão e variedade de tradições e opiniões, de modo ne- 46 nhum pode entender a suma da doutrina cristã. Pois quem dentre o povo algum dia entendeu a doutrina do arrependimento que os adversários ensinaram? E este é o ponto cardinal da doutrina cristã[1015].

Consciências eram vexadas pela enumeração dos delitos e pelas satisfações. Da fé, por intermédio da qual recebemos gratuitamente a remissão dos pecados, absolutamente nenhuma menção era feita por parte dos adversários. Quanto aos exercícios da fé, que luta com o desespero, e a gratuita remissão dos pecados por causa de Cristo, todos os livros e sermões dos adversários 47 eram mudos. A isso acrescentou-se a horrível profanação das missas e muitos outros cultos ímpios nos templos. Esta é a desolação descrita por Daniel.

48 Entre nós, ao contrário, por favor divino, os sacerdotes atendem o ministério da palavra, ensinam o evangelho dos benefícios de Cristo, mostram que se alcança a remissão dos pecados gratuitamente, por causa de Cristo. Essa doutrina traz firme consolação às consciências. Adiciona-se também a doutrina das boas obras preceituadas por Deus. Fala-se da dignidade e do uso dos sacramentos.

49 Mas, se o sacrifício diário fosse o uso do sacramento, ainda assim nós o reteríamos mais do que os adversários, porque entre eles usam do sacramento sacerdotes levados pela recompensa. Entre nós há uso mais freqüente e mais religioso. Pois o povo faz uso dele, mas depois de instruído e examinado. Instruem-se os homens quanto ao verdadeiro uso do sacramento, que foi instituído para ser selo e testemunho da gratuita remissão dos pecados e que, por isso, deve admoestar as consciências pávidas, a fim de confiarem verdadeiramente e crerem que os pecados lhes são remitidos gratuitamente. Por conseguinte, visto que mantemos tanto a pregação do evangelho, como o uso legítimo dos sacramentos, permanece entre nós o sacrifício diário.

[1014] Vid. texto da *Confutação* em nota em Apologia XXIV, 35. Justus Jonas acrescenta: "Wiewohl es nicht wahr ist, dass wir solche äusserlich Ornament alle weg tun" ("Se bem que não é verdade que nós eliminamos todos esses ornamentos externos"). Sobre ornamentos, cf. também Apologia XXIV, 51.

[1015] *Et hic praecipuus locus est doctrinae christianae*. Justus Jonas: "und das ist doch das nötigest Stück der ganzen christlichen Lehre". Sobre a relação entre o artigo da justificação e o do arrependimento, vid. Apologia XII, 59.

E, caso se deva tratar da aparência exterior, a freqüência aos templos é maior entre nós que entre os adversários. Pois prendem-se os auditórios com sermões úteis e claros. Mas nem o povo nem os mestres jamais entenderam a doutrina dos adversários. E o verdadeiro ornato das igrejas é doutrina piedosa, útil e clara, o uso devoto dos sacramentos, prece ardente, e coisas semelhantes. Velas, vasos de ouro e ornatos que tais convêm, mas não são o ornato próprio da igreja. Se, porém, os adversários põem o culto em coisas como essas, não na pregação do evangelho, na fé e nas lutas da fé, devem ser contados entre os que, na descrição de Daniel, adoram seu Deus com ouro e prata. 50 51

Alegam também da Carta aos Hebreus[1016]: "Todo sumo sacerdote, sendo tomado dentre os homens, é constituído nas coisas concernentes a Deus, a favor dos homens, para oferecer assim dons como sacrifícios pelos pecados". Raciocinam daí: Como no Novo Testamento há sumos sacerdotes e sacerdotes, segue-se que há algum sacrifício pelos pecados. Esse passo certamente impressiona muitíssimo os indoutos, especialmente quando aquela pompa do sacerdócio e dos sacrifícios do Antigo Testamento se desdobra diante dos olhos. Aquela semelhança engana os imperitos, de sorte que julgam ser necessário exista entre nós do mesmo modo algum sacrifício cerimonial, a ser aplicado pelos pecados alheios, tal como no Antigo Testamento. O culto das missas e a restante organização política papal outra coisa não é senão ordem levítica mal entendida[1017]. 52

E, conquanto nossa sentença tenha testemunhos excelentes na Epístola aos Hebreus, os adversários, todavia, torcem contra nós passos truncados dessa epístola, como nessa mesma passagem onde se diz que o sumo sacerdote é constituído a fim de oferecer sacrifícios pelos pecados. A própria Escritura acrescenta imediatamente a Cristo como sumo sacerdote. As palavras precedentes falam do sacerdócio levítico e significam que o sacerdócio levítico foi imagem do de Cristo. Pois os sacrifícios levíticos pelos pecados não mereciam remissão de pecados diante de Deus; eram apenas imagem do sacrifício de Cristo, que haveria de ser o único sacrifício propiciatório, conforme acima dissemos. Por isso, a carta, em grande parte, ocupa-se com esta questão[1018]: que o antigo sacerdócio e os sacrifícios antigos não foram instituídos para merecerem remissão de pecados diante de Deus ou reconciliação, mas, apenas, para significar o futuro sacrifício do único Cristo. Pois no Antigo Testamento era necessário fossem os santos justificados pela fé, baseada na promessa da remissão dos pecados a ser dada por causa de Cristo, da mesma forma como também são justificados os santos no Novo Testamento. Desde o princípio do 53 54 55

[1016] Hb 5.1.

[1017] Desde a edição in-octavo, de 1531, da Apologia e da Confissão de Augsburgo latinas: *quam kakozelia leviticae politiae male intellectae* ("senão ciúme - ou: falso zelo - da ordem levítica mal entendida").

[1018] *In hoc loco*. Aqui, significa, evidentemente, "com esta questão" (o uso neste sentido está documentado), não "neste lugar" ("an dieser Stelle"), como traduz H. G. Pöhlmann (*Apologia*, p. 217). Cf. texto alemão: *Und gar nahe die ganze Epistel zu den Ebräern handelt das mehr Teil davon, dass...*

mundo foi necessário cressem todos os santos que o Cristo haveria de ser a hóstia e satisfação pelos pecados, o qual fora prometido[1019] conforme ensina Isaias no capítulo 53[1020]: "Quando ele der a sua alma como oferta pelo pecado, etc."

56 Como, portanto, no Antigo Testamento, sacrifícios não mereceram reconciliação, exceto como uma espécie de símile (pois que mereciam reconciliação civil), mas significaram o sacrifício vindouro, segue-se que Cristo é o único sacrifício aplicado em benefício de pecados alheios. Por isso, no Novo Testamento não há nenhum sacrifício a ser aplicado por pecados alheios, exceto o único sacrifício de Cristo na cruz.

57 Erram em toda a linha quantos imaginam que os sacrifícios levíticos mereciam remissão de pecados perante Deus e, a exemplo disso, requerem, no Novo Testamento, como aditamento à morte de Cristo, sacrifícios em favor de outrem. Essa fantasia simplesmente destrói o mérito da paixão de Cristo e a justiça da fé e corrompe a doutrina do Antigo Testamento e do Novo e nos produz, em substituição a Cristo, outros mediadores e propiciadores, como sumos sacerdotes e sacrificantes, que diariamente vendem seu trabalho nos templos.

58 Razão por que, se alguém argumentar que importa haja no Novo Testamento um sumo sacerdote que faça ofertas pelos pecados, isso deve ser concedido apenas com respeito a Cristo. E toda a Epístola aos Hebreus confirma essa solução. E, se, em aditamento à morte de Cristo, devêssemos procurar alguma outra satisfação a ser aplicada por pecados alheios e para reconciliar a Deus, isso não seria nada menos do que constituir outros mediadores, além de

59 Cristo. Depois, visto ser o sacerdócio do Novo Testamento o ministério do Espírito, conforme ensina Paulo em 2 Co 3[1021], por isso mesmo o único sacrifício que é propiciatório e foi aplicado aos pecados de outros é o de Cristo. De resto, não tem[1022] nenhuns sacrifícios semelhantes aos levíticos, que possam ser aplicados a favor de outros *ex opere operato*, mas oferece aos outros o evangelho e os sacramentos, a fim de que, através deles, apreendam a fé e o Espírito Santo, e sejam mortificados e vivificados, porque o ministério do Espírito pugna com a aplicação de um *opus operatum*. Pois o ministério do Espírito é aquele por que o Espírito Santo é eficaz nos corações, razão por que tem ministério tal, que é de valia para outros, quando é eficaz neles, quando os regenera e vivifica. Isso não se verifica através de aplicação, *ex opere operato*, de obra alheia a favor de outrem.

60 Mostramos a razão por que a missa não justifica *ex opere operato*, nem, aplicada em favor de outros, lhes merece remissão de pecados, porque ambas as coisas pugnam com a justiça da fé. Pois é impossível que se alcance remissão de pecados e se vençam os terrores do pecado e da morte por qualquer

---

[1019] A tradução das palavras *qui promissus erat* falta na ed. Tappert (p. 259).
[1020] Is 53.10.
[1021] 2 Co 3.6.
[1022] O Novo Testamento

obra ou qualquer outra coisa a não ser a fé em Cristo, de acordo com o texto: "Justificados pela fé, temos paz"[1023].

61 Mostramos, de mais a mais, que os textos bíblicos citados contra nós, de modo nenhum patrocinam a ímpia opinião dos adversários sobre o *opus operatum*. E todos os homens de bem, dentre todos os povos, podem julgar isso. 62 Deve ser repudiado, por isso, o erro de Tomás, que escreveu: "O corpo do Senhor, uma vez oferecido na cruz pela dívida original, é continuamente oferecido no altar pelos delitos cotidianos, a fim de que a igreja tenha, nisso, um sacrifício para reconciliar-se com Deus"[1024]. 63 Devem ser repudiados também os restantes erros comuns: que a missa confere graça *ex opere operato* ao que a realiza, que, aplicada em favor dos outros, mesmo a injustos que não ponham óbice[1025] lhes merece a remissão dos pecados, da culpa e da pena. Todas essas coisas são falsas e ímpias, foram inventadas há pouco por monges indoutos e obscurecem a glória da paixão de Cristo e a justiça da fé.

64 E desses erros nasceu número infinito de outros, como: que as missas, aplicadas simultaneamente para muitos, valem tanto quanto valem se aplicadas individualmente. Os sofistas têm graus precisamente ordenados de méritos, assim como os cambistas[1026] têm graus de peso para ouro ou prata. Além disso, vendem a missa como preço para obter o que cada qual procura: a mercadores para que sejam felizes os negócios, a caçadores para que seja bem sucedida a caçada. E número infinito de outras coisas. Por último, aplicam-na também aos mortos. Pela aplicação do sacramento libertam almas das penas do purgatório, ainda que sem fé a missa não aproveita nem aos vivos. 65 E das Escrituras os adversários não podem produzir uma sílaba que seja em defesa dessas fábulas, que, com grande autoridade, ensinam na igreja, e não têm testemunhos da igreja antiga, nem dos Pais.

QUE PENSARAM DO SACRIFÍCIO OS PAIS

66 E como explicamos os textos bíblicos citados contra nós, devemos responder também quanto aos Pais. Não ignoramos que os Pais chamam à missa de sacrifício, mas não querem dizer que a missa confere graça *ex opere operato*[1027], e que, aplicada em favor de outros, mereça-lhes a remissão dos pecados, da culpa e da pena. Onde se lêem, nos Pais, esses discursos monstruosos? Testificam abertamente, isto sim, que falam da ação de graças. Por isso a

---

[1023] Rm 5.1. Almeida RA: "Justificados pela fé, temos paz com Deus".

[1024] Vid. BSLK, p. 367, nota 1 e p. 93, nota 1.

[1025] Sobre *non ponere obicem*, vid. CA XXIV, 22, tradução do texto latino, nota em "obra realizada".

[1026] *Argentarii*. "Argentarius" significa "banqueiro", "cambista" e "ourives de prata" ("prateiro" está caído em desuso). H. G. Pöhlmann (*Apologia*, p. 219) traduz "Silberschmied" (ourives de prata). Mas os *argentarii* do texto lidam com ouro e prata.

[1027] Em virtude da obra realizada. Vid. CA XXIV, 22, tradução do texto latino, nota em "obra realizada".

67 chamam[1028] "eucaristia"[1029]. Mas, acima, dissemos que um sacrifício de ação de graças[1030] não merece a reconciliação, senão que é feito pelos reconciliados, da mesma forma como aflições não merecem a reconciliação, mas são sacrifícios de ação de graças[1031] quando os reconciliados as suportam.

E essa resposta geral quanto aos ditos dos Pais nos defende suficientemente contra os adversários. Pois é certo que aquelas ficções sobre o mérito do *opus operatum*[1032] não são encontradas em parte alguma entre os Pais. Mas a fim de que se possa entender melhor toda a questão, também nós diremos, quanto ao uso do sacramento, o que, seguramente, é consentâneo com os Pais e a Escritura.

DO USO DO SACRAMENTO E SOBRE O SACRIFÍCIO

68 Imaginam alguns belos cavalheiros[1033] que a ceia do Senhor foi instituída por duas razões. Primeiro, para que seja nota e testemunho de uma profissão, assim como determinada forma de capelo é sinal de certa profissão. Depois, pensam que tal nota agradou especialmente a Cristo, a saber, o banquete, para significar união mútua e amizade entre cristãos, porque banquetes são sinais de aliança e amizade. Esta opinião, entretanto, é secular e não mostra o uso precípuo das coisas entregues por Deus. Fala apenas da caridade que deve ser exercida, coisa que homens profanos e seculares entendem de algum modo. Não fala da fé, cuja natureza poucos entendem.

69 Os sacramentos são signos da vontade de Deus para conosco, não apenas sinais dos homens entre si, e definem corretamente os que dizem serem os sacramentos no Novo Testamento sinais da graça. E porque no sacramento há duas coisas, o sinal e a palavra, no Novo Testamento a palavra é a adicionada promessa da graça. A promessa no Novo Testamento é a promessa da remissão dos pecados, segundo diz o texto seguinte: "Isto é o meu corpo oferecido por vós; este é o cálice do novo testamento com o meu sangue, derramado em 70 favor de muitos, para remissão dos pecados"[1034]. A palavra, portanto, oferece a remissão dos pecados. E a cerimônia é, por assim dizer, pintura da palavra, ou selo, como lhe chama Paulo[1035], pintura ou selo que mostra a promessa. Por conseguinte, assim como a promessa é inútil a não ser quando recebida pela fé, assim é inútil a cerimônia a menos que se lhe acrescente fé que, deveras, confie

---

[1028] I. e., a santa ceia.

[1029] *Eukaristia.*

[1030] *Sacrificium eukaristikon.*

[1031] *Sacrificia eukaristika.*

[1032] Obra realizada.

[1033] P. ex. Zwinglio. Vid. Confissão de Augsburgo XIII, 1.

[1034] Lc 22.19,20. Almeida RA: "cálice da nova aliança no meu sangue derramado em favor de vós".

[1035] Rm 4.11.

que aqui se oferece remissão de pecados. E tal fé erige os corações contritos. E assim como a palavra foi dada a fim de despertar essa fé, da mesma forma o sacramento foi instituído a fim de que aquela aparência exterior, que entra pelos olhos, mova os corações à fé. Pois através destes, a saber, a palavra e o sacramento, opera o Espírito Santo.

71 E tal uso do sacramento, quando a fé vivifica corações aterrorizados, é culto do Novo Testamento, porque o Novo Testamento tem movimentos espirituais, a mortificação e a vivificação. E para este uso o instituiu Cristo, quando ordena que se faça isto em memória dele. Pois lembrar a Cristo não é ociosa 72 celebração de espetáculo ou coisa instituída por causa de exemplo, assim como em tragédias se celebra a memória de Hércules ou Ulisses, mas é rememoração dos benefícios de Cristo e recebimento deles pela fé, a fim de, por eles, sermos vivificados. Por isso diz o Salmo[1036]: "Fez memória de suas maravilhas, o misericordioso e benigno Senhor. Deu comida aos que o temem". Pois isso significa que a vontade e a misericórdia de Deus devem ser reconhecidas naquela cerimônia. Ora, a fé que vivifica é aquela que apreende a misericórdia. E este é o uso 73 principal do sacramento, no qual se torna aparente quem é idôneo para o sacramento, a saber, as consciências aterrorizadas, e de que maneira devem fazer uso dele.

74 Também é adicionado o sacrifício. Pois há pluralidade de fins para uma mesma coisa. Depois que a consciência, erigida pela fé, percebeu de que terrores é libertada, então, deveras, agradece seriamente pelo benefício e pela paixão de Cristo, e faz uso da própria cerimônia para louvor de Deus, a fim de, com essa obediência, mostrar gratidão, e testemunha que magnifica os dons de Deus. Dessa maneira, a cerimônia se torna sacrifício de louvor.

75 E os Pais realmente falam de efeito duplo[1037]: da consolação das consciências e da ação de graças, ou louvor. O primeiro desses efeitos pertence à razão[1038] do sacramento; o outro, ao sacrifício. Da consolação diz Ambrósio: "Ide a ele e sede absolvidos, porque ele é a remissão dos pecados. Perguntais quem é ele? Ouvi a ele mesmo dizer: Eu sou o pão da vida o que vem a mim, não terá fome, e o que crê em mim, jamais terá sede"[1039]. Aqui atesta que no sacramento é oferecida a remissão dos pecados. Testifica ainda que isso deve ser recebido pela fé. Quanto a isso lê-se nos Pais número infinito de testemunhos, todos os quais os adversários torcem para o *opus operatum* e a ser aplicado em benefício de outros, nada obstante, os Pais, claramente, requererem a fé e falarem da consolação própria de cada qual, não da aplicação[1040].

76 Além disso, lêem-se também sentenças sobre a ação de graças, como ela é expressa de modo lindíssimo por Cipriano com respeito aos que comungam

---

[1036] Sl 111.4,5. Almeida RA: "Ele fez memoráveis as suas maravilhas; benigno e misericordioso é o Senhor. Dá sustento aos que o temem".

[1037] Efeito duplo da santa ceia.

[1038] Ou: causa. No original: *rationem*. Justus Jonas: "zum rechten Brauch" ("ao uso correto"). Bente-Dau (*Concordia Triglotta*, p. 411) e J. Pelikan (Tappert, p. 263): "nature".

[1039] *Expositio in Psalmum 118*. c. 18, 28. MSL 15, 1462 C. CSEL 62, 411.

[1040] Da aplicação a favor de outrem.

piedosamente: "A piedade", diz ele, "dividindo-se entre o dado e o perdoado, dá graças ao dador de benefício tão abundante"[1041]. Isto é: a piedade considera tanto o dado como o perdoado. Em outras palavras: compara entre si a magnitude dos benefícios de Deus e a magnitude dos nossos males, da morte e do pecado, e dá graças, etc. E daí surgiu na igreja o termo *eukaristia*. Mas a cerimônia não é ela mesma ação de graças a ser aplicada *ex opere operato* em favor de outros, para merecer-lhes remissão de pecados, etc., a fim de libertar as almas dos mortos. Isso pugna com a justiça da fé, como se uma cerimônia aproveitasse, sem fé, ao que a realiza ou a outros.

77

DOS TERMOS DA MISSA

78 Os adversários também nos remetem à filologia. Dos nomes da missa tiram argumentos que não requerem longa discussão. Pois, ainda que chamada sacrifício, não se segue que a missa é obra que confere graça *ex opere operato*[1042], ou que, aplicada em favor de outros, lhes merece remissão de pecados, etc. *Leitourgía*, dizem, significa sacrifício, e os gregos chamam a missa de "liturgia"[1043]. Por que omitem aqui a antiga designação "*synaxis*"[1044] a qual mostra que a missa antigamente foi a comunhão de muitos? Mas falemos do termo "liturgia". Essa palavra não significa propriamente sacrifício, mas, antes, ministério público, e quadra bem com a nossa sentença, a saber, que apenas um ministro consagrante oferece o corpo e o sangue do Senhor ao resto do povo , assim como um só ministro docente oferece o evangelho ao povo, conforme diz Paulo: "Assim, o homem nos considere como ministros de Cristo, e despenseiros dos sacramentos de Deus"[1045], isto é, do evangelho e dos sacramentos. E 2 Co 5[1046]: "De sorte que somos embaixadores em nome de Cristo, como se Deus exortasse por nosso intermédio. Em nome de Cristo, pois, rogamos que vos reconcilieis com Deus, etc". Assim, o termo *leitourgía* quadra bem com o ministério. Pois é palavra antiga, empregada em ministérios públicos civis, e significa, para os gregos, ônus públicos, tais como tributo, as despesas com o equipamento de uma frota ou coisas semelhantes, conforme atesta o

79

80

81

[1041] Pseudo-Cipriano, *De coena Domini et prima institutione*. O texto é de Arnaldo de Bonneval, *De card. operibus Christi* 6. MSL 189, 1647 C.

[1042] *Non enim sequitur missam, etiamsi vocatur sacrificium, opus esse ex opere opetato gratiam conferens.* Bente-Dau e J. Pelikan não traduzem as palavras *opus esse*. H. G. Pöhlmann (*Apologia*, p. 222) as entende no sentido de "necessariamente" ("notwendigerweise"), interpretação impossível aqui (a. c. i., *opus* predicativo de *missam*).

[1043] *Confutatio Pontificia*, CR 27, coluna 153.

[1044] Comunhão, reunião, união. Também eucaristia. P. ex. Pseudo-Dionisio Areopagita, *De eccl. hier.* III, 1, MSG 3, 424 B.

[1045] 1 Co 4. 1. No original: *Sic nos existimet homo tamquam ministros Christi et dispensatores sacramentorum Dei.* Almeida RA: "Assim, pois, importa que os homens nos considerem como ministros de Cristo, e despenseiros dos mistérios de Deus". H. G. Pöhlmann (*Apologia*, p. 222) traduz as palavras *existimet nos* com "mag uns glauben".

[1046] 2 Co 5.20.

discurso de Demóstenes *pros Leptinen*, todo ele ocupado com deveres e imunidades públicas: *Phesei de anaxious tinas anthropous heuromenous ateleian ekdedukenai tas leitourgias*, isto é: "Dirá que certos homens indignos, havendo alcançado a imunidade, recusam encargos públicos"[1047]. E assim falaram no tempo dos romanos, conforme mostra o rescrito de Pertinaz, *De iure immunitatis, I. Semper: Ei kai me pason leitourgion tous pateras ho ton teknon arithmos aneitai*; "ainda que o número de filhos não liberta os pais de todos os encargos públicos". E o comentário sobre Demóstenes diz que *leitourgia* é um tipo de tributo, despesa com jogos, despesa com equipagem de navios, cuidados com o ginásio e similares cuidados públicos[1048]. E Paulo usa o termo para designar uma coleta 2 Co 9[1049]: "O serviço dessa coleta não apenas supre a necessidade dos santos, mas também faz que rendam mais graças a Deus, abundantemente, etc." E em Filipenses 2[1050] chama a Epafrodito de *leitourgós*, "ministro de sua necessidade", onde, seguramente, não se pode entender "sacrificante"[1051]. Mas não há necessidade alguma de mais testemunhos, uma vez que os exemplos são óbvios em toda a parte aos que lêem os escritores gregos, nos quais *leitourgia* é usado para designar fardos públicos civis ou ministérios. E, por causa do ditongo, os gramáticos não derivam o termo de *lite*; que significa "prece", mas dos bens públicos, a que chamam *leita*, de sorte que *leitourgeo* significa "eu cuido", "administro bens públicos". 82 83

Ridículo argumentarem que nas Sagradas Escrituras se faz menção de altar, razão por que, dizem, é necessário seja sacrifício a missa. Porque Paulo cita a palavra "altar" apenas por símile. E imaginam que a missa foi assim chamada a partir de *misbeach*, altar. Que necessidade havia de irem buscar de tão longe uma etimologia, a menos que desejavam ostentar seu conhecimento da língua hebraica? Onde a necessidade de buscar longe a etimologia quando o termo "missa" se encontra em Dt 16[1052], onde significa as coletas ou dádivas do povo, não a oblação do sacerdote? Pois os que vinham para a celebração da páscoa tinham de trazer, para cada qual, alguma dádiva como contribuição[1053]. De início, também os cristãos retiveram esse costume. Ao se reunirem, traziam pães, vinho e outras coisas, conforme testificam os *Cânones dos Apóstolos*. Daí se tomava uma parte para ser consagrada, sendo o resto distribuído entre os pobres. Com esse costume também retiveram o nome "missa"[1054] para de- 84 85 86

[1047] *Ad Leptinem* 1. 457, 7.

[1048] Ulpiano, *Comm. in Demosth, ad Lept.* 494, 26.

[1049] 2 Co 9.12.

[1050] Fp 2.25. Almeida RA: "vosso auxiliar nas minhas necessidades".

[1051] *Sacrificulus.*

[1052] Dt 16.10: "ofertas voluntárias". Vulgata: *oblatio spontanea.*

[1053] *Symbolam.* H. G. Pöhlmann (*Apologia*, p. 233) traduz "Sinnbild" ("símbolo").

[1054] Sobre a palavra "missa", vid., p. ex., J. A. Jugmann, "Zur Bedeutungsgeschichte des Wortes missa", in *Zeitschrift für katholische Theologie*, 64, 1940, pp. 26-37; Christine Mohrmann, "Missa", in *Vigiliae Christianae*, 12, 1958, pp. 67-92.

signar as contribuições. E é evidente[1055] que, em razão dessas coletas, a missa foi chamada alhures *agape*, a não ser que se prefira que foi chamada assim

87 por causa do banquete comum. Mas omitamos essas ninharias. Pois é ridículo aduzirem os adversários conjeturas tão leves em matéria de tamanha importância. Pois, se bem que a missa é chamada oblação, em que é que o termo favorece os sonhos do *opus operatum*[1056] e da aplicação[1057], que, segundo imaginam, merece a outros remissão de pecados? E pode ser chamada oblação em virtude do fato de aí se oferecerem orações, ações de graça e todo aquele culto, da mesma forma como se chama *eukharistia*[1058]. Mas nem cerimônias nem orações aproveitam *ex opere operato*[1059], sem fé. Ainda que aqui não discutimos sobre orações, mas, particularmente, sobre a ceia do Senhor.

88 O cânone grego também diz muita coisa a respeito da oblação; todavia, mostra de maneira clara que não fala propriamente do corpo e sangue do Senhor, mas de todo o culto, das preces e ações de graça. Pois diz assim: "E faze que nos tornemos dignos de trazer-te preces, súplicas e sacrifícios incruentos para todo o povo"[1060]. Nada, aí, ofende, se retamente inteligido. Pois ora que sejamos tornados dignos para oferecer preces e súplicas e sacrifícios incruentos pelo povo. Pois às próprias orações chama "hóstias incruentas". Da mesma forma como pouco depois: *Eti prospheromen soi ten logiken tauten kai, anaimakton latreian*; "oferecemos": diz ele, este culto racional e incruento[1061]. Expõem-no ineptamente os que preferem interpretar isso como sacrifício racional e o transferem ao próprio corpo de Cristo, não obstante o cânon falar de todo o culto e malgrado haver sido dito por Paulo contra o *opus operatum o logike latreia*[1062], a saber: do culto da mente, do temor, da fé, da invocação, da ação de graças, etc.

DA MISSA PELOS DEFUNTOS

89 O defenderem nossos adversários a aplicação da cerimônia para libertar as almas dos defuntos, coisa que lhes rende lucros infinitos, não tem nenhum testemunho e nenhuma ordem das Escrituras. Por certo não é pecado leve insti-

---

[1055] *Apparet*. Bente-Dau (*Concordia Triglotta*, p. 413) e J. Pelikan (Tappert, p. 265) não traduzem bem: "it appears", "it seems".

[1056] Obra realizada.

[1057] Aplicação da missa a favor de outros.

[1058] Já se lhe chamava de eucaristia em fins do I século. Cf. Inácio de Antioquia, *Ad Smyrn*. 8,1; *Ad Philad*. 4 (dados colhidos em J. A. Jungmann SJ, "Von der 'Eucharistia' zur 'Messe'," in *Zeitschrift für katholische Theologie*, vol. 89, 1967, p. 29).

[1059] Em virtude da obra realizada. Vid. CA XXIV, 22, tradução do texto latino, nota em "obra realizada".

[1060] Melanchthon cita o texto em grego: *Kai poieson hemas axious genesthai tou prospherein soi deeseis kai hikesias kai thusias anaimaktous hyper pantos laou*. Prece no início da *missa fidelium* na liturgia de Crisóstomo.

[1061] A invocação na liturgia de Crisóstomo.

[1062] Rm 12.1: "culto racional".

tuir na igreja tais cultos, sem ordem de Deus, sem exemplo da Escritura, e aplicar aos mortos a ceia do Senhor, instituída para recordação e pregação entre os vivos. Isto é abusar do nome de Deus, contra o segundo mandamento.

Em primeiro lugar, é insulto ao evangelho pensar que uma cerimônia seja, *ex opere operato*[1063], sem fé, sacrifício que reconcilia a Deus e satisfaz pelos pecados. É horrível a declaração que atribui à obra de um sacerdote tanto quanto à morte de Cristo. Além disso, o pecado e a morte não podem ser vencidos senão pela fé em Cristo, conforme ensina Paulo: "Justificados pela fé, temos paz"[1064], razão por que não se pode vencer a pena do purgatório pela aplicação da obra de outro.

90 Omitiremos, agora, que espécie de testemunhos os adversários têm quanto ao purgatório, que espécie de penas julgam existirem no purgatório, que fundamentos tem a doutrina das satisfações, a qual, conforme acima mostramos, é vaníssima. Apenas oporemos isto: é certo que a ceia do Senhor foi instituída por causa da remissão da culpa. Pois oferece a remissão dos pecados, onde é necessário que se entenda, de fato, culpa[1065]. E, contudo, não satisfaz a culpa, porque de outra maneira a missa seria igual à morte de Cristo. Nem pode a remissão da culpa ser recebida de outro modo a não ser pela fé. A missa, portanto, não é satisfação, mas promessa e sacramento que requer fé.

91 E, sem dúvida, é necessário que sobrevenha a toda pessoa piedosa acerbíssima dor quando considera que a missa, em grande parte, foi transferida aos mortos e a satisfações por penas. Isto é banir o sacrifício diário na igreja. É o reino de Antíoco[1066] que transferiu as mais salutares promessas sobre a remissão da culpa e sobre a fé às mais vãs opiniões sobre as satisfações. Isto é contaminar o evangelho, corromper o uso dos sacramentos. Estes são os que Paulo declarou réus do corpo e do sangue do Senhor[1067], que oprimiram a doutrina sobre a fé, e, sob o pretexto das satisfações, devotaram a remissão da culpa e o corpo e sangue do Senhor a lucro sacrílego. Algum dia serão castigados por esse sacrilégio. Razão por que nós e todas as consciências piedosas devemos estar de pé atrás, a fim de não acontecer que aprovemos os abusos dos adversários.

92 Mas voltemos à questão. Já que a missa não é satisfação, nem pela pena, nem pela culpa, *ex opere operato*, sem fé, segue-se que é inútil a aplicação em favor dos mortos. Nem há necessidade, aqui, de discussão mais prolongada. Pois consta que essas aplicações em favor dos mortos carecem de qualquer testemunho escriturístico. Nem é seguro instituir, na igreja, culto sem a autoridade da Escritura. E se algum dia for necessário, falaremos mais ao largo de toda essa questão. Por que contenderíamos agora com adversários que não enten-

---

[1063] Em virtude da obra realizada. Vid. CA XXIV, 22, tradução do texto latino, nota em "obra realizada".

[1064] Rm 5.1.

[1065] *Ubi necesse est vere culpam intelligere.* H. G. Pöhlmann (*Apologia*, p. 225): "Wo es nötig ist, die Schuld wirklich einzusehen". J. Pelikan (Tappert, p. 266): "Which necessarily implies real guilt".

[1066] Vid. supra, Apologia XXIV, 41, nota em "Antíocos".

[1067] 1 Co 11.27.

dem nem o que é sacrifício, nem o que é sacramento, nem o que é remissão de pecados, nem o que é fé?

93 Também o cânone grego não aplica a oblação[1068] como satisfação pelos mortos, pois que a aplica igualmente a todos os bem-aventurados patriarcas, profetas e apóstolos. Evidente, portanto, que a oferta dos gregos é ação de graças; não a aplicam a título de satisfação por penas. Entretanto, falam, além disso, não só da oblação do corpo e do sangue do Senhor, mas das outras partes da missa, a saber, das orações e das ações de graças. Pois pedem, depois da consagração, que seja de proveito para os comungantes. Não falam de outros. Depois acrescentam: "Oferecemos-te este culto racional por aqueles que partiram na fé, antepassados, pois, patriarcas, profetas e apóstolos, etc."[1069] Mas *logike latreia*[1070] não significa a própria hóstia, porém, as orações e tudo o que aí se realiza. 94 Agora, quanto a isso de os adversários alegarem os Pais no que diz respeito à oblação em favor dos mortos, sabemos que os antigos falam da oração pelos mortos, oração que nós não proibimos. Desaprovamos, isto sim, a aplicação, *ex opere operato*, da ceia do Senhor em favor dos mortos. E os antigos não patrocinam os adversários no que concerne ao *opus operatum*[1071]. E, ainda que têm testemunhos, especialmente de Gregório[1072] ou dos mais re- 95 centes, opomos textos claríssimos e certíssimos. E é grande a dessemelhança entre os Pais. Eram homens, e podiam errar e ser enganados. Entretanto, se ressuscitassem agora e vissem suas sentenças engalanadas com aquelas maiúsculas falsidades que os adversários ensinam sobre o *opus operatum*, interpetrar-se-iam a si mesmos de modo mui diverso.

96 Os adversários também citam contra nós, falsamente, a condenação de Aério[1073], o qual, segundo eles, foi condenado porque negou que na missa se faz oblação por vivos e mortos. Muitas vezes se valem desta artimanha: alegam heresias antigas e com elas comparam, falsamente, nossa causa, a fim de achatar-nos com o cotejo. Atesta Epifânio que no entender de Aério orações pelos mortos são inúteis[1074]. A isso ele repreende. Nós também não defendemos Aério. Litigamos, mas é convosco, vós, que defendeis, execravelmente, uma heresia que de modo evidente conflita com os profetas, os apóstolos e os santos Pais, a saber, que a missa justifica *ex opere operato*, que merece a remissão da culpa e da pena mesmo para os injustos a quem é aplicada, caso não ponham óbice[1075]. Improvamos esses erros perniciosos, que lesam a glória da pai-

---

[1068] *Oblatio*. Texto alemão: *Messe*.

[1069] Melanchthon cita o texto em grego: *Eti prospheromen soi ten logiken latreian hyper ton en pistei anapansamenon, propatoron, pateron, patriarkhon, propheton, apostolon.* É a intercessão na liturgia de Crisóstomo.

[1070] Culto racional. Rm 12.1.

[1071] Obra realizada.

[1072] Gregório Magno.

[1073] Aério, presbítero de Sebaste, no Ponto (Ásia Menor), no IV século.

[1074] *Panarion haer*. 75, 2. 3. 7. III 333ss.; 338s.

[1075] Sobre *non ponere obicem* vid. CA XXIV, 22, tradução do texto latino, nota em "obra realizada".

xão de Cristo e subvertem totalmente a doutrina da justiça da fé. Houve persuasão similar nos ímpios do tempo da lei: que mereciam a remissão de pecados não gratuitamente, pela fé, mas através de sacrifícios *ex opere operato*. Por isso aumentavam esses cultos e sacrifícios, instituíam o culto a Baal em Israel, e em Judá até sacrificavam nos bosques. Razão por que os profetas, condenada aquela persuasão, guerreiam não só com os adoradores de Baal, mas, ainda, com outros sacerdotes, que, com essa opinião ímpia, faziam sacrifícios ordenados por Deus[1076]. Mas essa opinião inere ao mundo e sempre lhe dá de inerir: que cultos e sacrifícios são propiciações. Homens carnais não suportam o fato de se atribuir apenas ao sacrifício de Cristo[1077] a honra de ser propiciação, porque não entendem a justiça da fé, atribuindo honra igual aos demais cultos e sacrifícios. Assim, pois, como em Judá ineriu, entre os sacerdotes ímpios, falsa persuasão quanto a sacrifícios, assim como em Israel continuaram cultos baalíticos, existindo, contudo, lá, a igreja de Deus, que não aprovava os cultos ímpios, da mesma forma inere culto baalítico ao reino pontifício: o abuso da missa, a qual aplicam a fim de que ela mereça para os injustos a remissão da culpa e da pena. E parece que esse culto baalítico vai durar juntamente com o reino pontifício até que Cristo venha para o juízo e destrua, com a glória de sua vinda, o reino do anticristo. Entrementes, todos os que crêem verdadeiramente no evangelho, devem improvar esses cultos ímpios, excogitados, contrariamente ao mandamento de Deus, para obscurecer a glória de Cristo e a justiça da fé. 97 98

Dissemos isso, concisamente, da missa, a fim de que todos os homens de bem, dentre todas as gentes, possam entender que salvaguardamos com o máximo zelo a dignidade da missa e mostramos seu verdadeiro uso, e que temos razões justíssimas para dissentir dos adversários. E queremos que todos os homens de bem estejam advertidos no sentido de não ajudarem os adversários que defendem a profanação da missa, a fim de não se carregarem pela participação em pecado alheio. É magna causa, coisa grande, não inferior à empresa do profeta Elias, que condenava o culto de Baal[1078]. Propomos uma causa de tamanha importância com o máximo comedimento e respondemos, agora, sem insulto. Mas se os adversários nos levarem a coligirmos todas as espécies de abusos da missa, o caso não deverá ser tratado com tanta clemência. 99

[1076] Jr 2.8; 2.26ss.; 17.1ss.

[1077] *Soli sacrificio Christi*. H. G. Pöhlmann (*Apologia*, p. 226) entende que *soli* aqui é nominativo plural. Refere-o a *homines*: "Fleischliche Menschen allein".

[1078] 1 Rs 18.17ss.

ARTIGO XXVII: DOS VOTOS MONÁSTICOS

1 Entre nós, na cidade turíngia de Isenaque[1079] houve, trinta anos atrás, um franciscano de nome João Hilten[1080], que foi jogado ao cárcere por seu sodalício em razão do fato de haver repreendido certos abusos muitíssimo notórios. Pois vimos seus escritos, dos quais se pode entender suficientemente qual foi a natureza de sua doutrina. E os que o conheceram atestam que foi cidadão 2 plácido e grave, sem rabugice. Predisse muitas coisas que, em parte, se realizaram até aqui, e, em parte, já parecem impendentes, coisas que não queremos mencionar, a fim de não se interpretar que são narradas ou por ódio a esse, ou para agrado àquele. Mas, finalmente, quando, ou por causa da idade, ou em virtude da aspereza do cárcere, adoeceu, chamou o guarda para falar-lhe de sua enfermidade. E quando o guarda, incendido de ódio farisaico, começara a censurar duramente o homem por causa de seu tipo de doutrina, que parecia prejudicar a cozinha, então, ele, omitindo já menção da enfermidade, disse, suspirando, que tolerava essas injúrias com equanimidade por causa de Cristo, já que, de fato, nada escrevera ou ensinara que pudesse abalar o estado monacal, 3 havendo apenas protestado contra alguns notórios abusos. "Mas", disse ele, "em 1516 A.D. virá um outro, o qual vos destruirá, e não podereis resistir-lhe". Essa mesma sentença sobre a decadência do reino monacal, e esse número de anos, seus amigos posteriormente os encontraram também escritos por ele em seus comentários, entre as anotações que deixara com respeito a certos pas- 4 sos de Daniel. Ainda que o resultado ensinará quanto se deve atribuir a essa palavra, há, contudo, outros sinais que ameaçam mudança no poder dos monges, sinais não menos certos que oráculos. Pois é sabido quanta ambição e avareza hipócritas há nos mosteiros, quanta ignorância e crueldade, justamente, entre os mais indoutos, quanta vaidade nos sermões, na excogitação, de tempos em tempos, de novos jeitinhos de caçar dinheiro. E há outros vícios que não 5 queremos mencionar. Enquanto que, antigamente, foram escolas de ensino cristão, agora degeneraram, como de gênero áureo a gênero de ferro, ou como o cubo platônico degenera em más harmonias, que, segundo Platão, trazem ruína[1081]. Todos os mosteiros mais ricos alimentam apenas uma turba ociosa,

---

[1079] Eisenach.

[1080] Observa Lutero, em nota marginal no seu exemplar da *editio princeps*: *Hunc virum arbitror adhuc vivum aut recens mortuum fuisse, cum ego Isenaci litteris primis erudirer. Memini enim eius factam mentionem ab hospite meo Henrico Schalben cum compassione quasi vincti in carcere. Eram autem 15 aut 14 annos natus. Erat autem Henricus Schalben intimus istis Minoritis paene captivus et servus eorum cum tota familia sua* ("Quer parecer-me que esse homem ainda era vivo ou, então, recentemente falecido quando comecei a minha educação em Isenaque. Pois lembro-me que meu hospedeiro, Henrique Schalben, dele fez menção compadecidamente, como se estivesse amarrado em cárcere. Tinha eu 15 ou 14 anos de idade. Henrique Schalben, demais, era íntimo dos minoritas, e, juntamente com toda a sua família, era quase que cativo e servo deles"). – Minorita, ou menorita: religioso franciscano. Johannes Hilten, provavelmente Johannes Herwich, de Ilten, junto a Hannover, foi condenado a prisão claustral perpétua, a pão e água, talvez, por causa de heresia apocalíptica.

[1081] Provavelmente Pseudo-Platão, *Timaeus Locrus*, 98 C.

que, sob o falso pretexto de religião, lá devora as esmolas públicas da igreja. Cristo, porém, adverte, com respeito ao sal insípido, que costuma ser lançado fora e pisado[1082]. Razão por que os monges, com esses costumes, cantam seu próprio fado. E agora é acrescentado outro sinal: que em toda a parte são eles autores da morte de varões de bem. Estes assassínios, Deus, sem dúvida, os vingará em breve. Por certo que não acusamos a todos. Pensamos que existem nos mosteiros, aqui e acolá, algumas criaturas boas, que julgam moderadamente a respeito de cultos humanos e coisas factícias[1083], como lhes chamam alguns escritores, e não aprovam a crueldade que os hipócritas dentre eles exercem. 6 7 8

Discutimos, entretanto, sobre o gênero de doutrina que os arquitetos da *Confutação* defendem agora, não sobre se se devem observar votos. Pois entendemos que votos lícitos devem ser observados. Mas, se esses cultos merecem a remissão de pecados e a justificação; se são satisfações pelos pecados; se são iguais ao batismo; se constituem observância de preceitos e conselhos; se são a perfeição evangélica, se têm méritos supererogatórios[1084]; se esses méritos, aplicados a outros, os salvam; se votos feitos com essas opiniões são lícitos; se são lícitos votos que, sob pretexto de religião, apenas são tomados por causa do ventre e do ócio; se, de verdade, são votos os extorquidos ou de invitos[1085] ou dos que, em razão da idade, não podiam formar juízo a respeito da espécie de vida, e a quem pais ou amigos impeliram aos mosteiros para que vivessem às expensas do público, sem perda do patrimônio particular; se são lícitos os votos que tendem abertamente a mau resultado, ou porque, em virtude de fragilidade, não são observados, ou porque aqueles que estão nos sodalícios são coagidos a aprovar e auxiliar os abusos das missas, ímpios cultos de santos e planos de assolar homens de bem: é sobre essas questões que discutimos. E, posto hajamos dito na Confissão muita coisa desse tipo de votos[1086], que até cânones pontifícios desaprovam, os adversários, não obstante, ordenam seja rejeitado tudo o que produzimos. São as palavras que usaram[1087]. 9 10

Vale a pena ouvir de que modo cavilam de nossas razões e o que aduzem para fortificar sua causa. Por isso percorreremos, às carreiras, alguns dos nossos argumentos, e diluiremos, de passagem, as cavilações dos adversários

---

[1082] Mt 5.13.

[1083] *De humanis cultibus et factitiis.* H. G. Pöhlmann (*Apologia*, p. 228): "über die menschlichen Kulte und gewinnbringenden Satzungen".

[1084] Ou: de supererogação (ou superrogação). No original: *merita supererogationis*. Justus Jonas: "se os monges têm *merita supererogationis*, isto é, tanto mérito supérfluo e tantas obras santas, que também não precisam de todos eles". Vid., também, CA XXVII, 61, tradução do texto latino, nota em "obras supererogatórias"; Apologia XXVII, seções 25 e 29 e texto alemão, ibidem.

[1085] I. e., que procedem contra a própria vontade.

[1086] Vid. Confissão de Augsburgo XXVII.

[1087] CR 27 (coluna 171): *Quamobrem reiicienda sunt omnia, quae in hoc articulo contra monasticen producta sunt* ("Por isso devem ser rejeitadas todas as coisas que neste artigo foram produzidas contra o monasticismo").

quanto a eles. Como, porém, toda essa questão foi tratada, com diligência e copiosamente, por Lutero, no livro que intitulou *De votis monasticis*[1088], queremos ter esse livro como repetido aqui.

11 Em primeiro lugar, é certíssima a ilicitude do voto no qual o vovente pensa merecer a remissão de pecados diante de Deus ou satisfazer, aos olhos de Deus, pelos pecados. Pois essa opinião é manifesto insulto ao evangelho, o qual ensina que a remissão dos pecados nos é dada gratuitamente, por causa de Cristo, como fartamente se disse acima. Portanto, citamos com acerto o texto paulino aos gálatas: "De Cristo vos desligastes vós que procurais justificar-vos na lei, da graça decaístes"[1089]. Os que procuram a remissão dos pecados não na fé em Cristo, mas por obras monásticas, detraem da honra de Cristo e voltam a crucificá-lo. Ouvi, entretanto, ouvi como se escapolem, aqui, os arquitetos da

12 *Confutação*. Expõem a passagem de Paulo como referindo-se apenas à lei mosaica[1090], acrescentando que os monges observam tudo por amor de Cristo e tentam viver mais chegadamente[1091] segundo o evangelho, a fim de merecerem a vida eterna. E adicionam horrível epílogo, nestas palavras: "Razão por que

13 são ímpias as coisas que aqui se alegam contra o monasticismo"[1092]. Ó Cristo, por quanto tempo suportarás essas injúrias, com que os nossos inimigos tratam o teu evangelho! Dissemos na Confissão que se recebe a remissão de pecados gratuitamente, por causa de Cristo, mediante a fé. Se esta não é a própria voz do evangelho, se não é a sentença do Pai eterno, a qual tu, que estás no seio do Pai, revelaste ao mundo, então, sim, se nos castiga a bom direito. Mas tua morte é testemunha, tua ressurreição é testemunha, o Espírito Santo é testemunha, toda a tua igreja é testemunha de que, deveras, é a sentença do evangelho alcançarmos a remissão de pecados não em virtude de nossos méritos, mas por causa de ti, pela fé.

[1088] *De votis monasticis iudicium*, 1521, WA 8, 573ss.

[1089] Gl 5.4.

[1090] *Pauli locum tantum de lege Moisi exponunt*. Justus Jonas: "Paulus sei allein vom Gesetz Mosi zu verstehen". H. G. Pöhlmann (*Apologia*, p. 229): "Sie bringen nur eine Stelle des Paulus aus dem Gesetz des Mose vor".

[1091] *Propius*. Não traduzido em H. G. Pöhlmann (*Apologia*, p. 229; idem, 234). Deveria traduzir "evangeliumsgemässer" em vez de "evangeliumsgemäss".

[1092] Os confutadores rejeitam a afirmação de que a vida votiva seja invenção humana, dizendo que tal vida foi fundada sobre as Sagradas Letras (*sacris literis*, não *sacris liberis*, como transcreve BSLK, p. 381, nota 1), inspirada aos piedosos Pais pelo Espírito Santo. Depois, acrescentam (CR 27, coluna 175s.): *Neque detrahit honori Christi, quoniam monastici omnia propter Christum observant, et Christum imitantur. Falsa est ergo sententia, qua cultum monasticum damnant ut impium, qui est christianissimus. Non enim evacuantur monachi a gratia Dei, sicut Iudaei, de quibus S. Paulus loquitur Gal. V., cum iustificationem adhuc in lege Mosis quaerebant; sed monastici contendunt propius secundum evangelium vivere, ut mereantur vitam aeternam. Quare impia sunt, quae hic contra monasticam allegantur* ("Também não detrai da honra de Cristo, porquanto os monges observam tudo por causa de Cristo e imitam a Cristo. Falsa, portanto, a sentença com que condenam como ímpio o serviço monástico, que é cristianíssimo. Pois os monges não decaíram da graça de Deus, como os judeus, dos quais fala São Paulo, Gl 5, quando ainda procuravam a justificação na lei de Moisés. Os monges, porém, buscam viver mais chegadamente segundo o evangelho, para merecer a vida eterna. Razão por que são ímpias as coisas aqui alegadas contra o monasticismo").

Paulo, ao negar mereçam os homens a remissão de pecados através da lei de Moisés, muito mais detrai esse louvor às tradições humanas, e, claramente, o atesta em Colossenses[1093]. Se a lei de Moisés, divinamente revelada, não merecia a remissão de pecados, quanto menos a merecem essas observâncias fátuas, aversas ao costume da vida civil! 14

Imaginam os adversários que Paulo abole a lei de Moisés e que Cristo sucede de maneira que não dá gratuitamente a remissão dos pecados, mas por causa das obras de outras leis, conforme são, agora, excogitadas. Com essa fantasia ímpia e fanática soterram o benefício de Cristo. Depois, imaginam que, dentre os que observam essa lei de Cristo, os monges a observam mais rigorosamente do que outros, por causa da hipócrita pobreza, obediência e castidade, já que todas essas coisas, deveras, estão plenas de simulação. Na máxima abundância de todas as coisas, jactam-se de pobreza. Gabam-se de obediência, embora nenhuma classe de homens tenha mais liberdade que os monges. Quanto ao celibato, não nos agrada falar. Quão puro é ele na maior parte dos que se esforçam por conter-se indica-o Gérson. E quantos desejam seriamente a continência? 15 16

Está visto que, nessa impostura, os monges vivem mais rigorosamente de acordo com o evangelho. Cristo não sucede a Moisés de maneira que remite pecados em virtude de nossas obras, senão de modo que opõe seus méritos, sua propiciação, à ira de Deus, em nosso benefício, a fim de que sejamos perdoados gratuitamente. Mas aquele que, à margem da propiciação de Cristo, opõe méritos próprios à ira de Deus, e tenta obter remissão de pecados em razão de méritos próprios, quer apresente obras da lei mosaica, ou do Decálogo, ou da regra de Bento[1094], ou da regra de Agostinho[1095], ou de outras regras, tal abole a promessa de Cristo, atirou fora a Cristo e decaiu da graça. Esse é o sentido de Paulo. 17

Mas, vê, clementíssimo Imperador Carlos, vede, príncipes, vede, ordens todas, quão grande é a impudência dos adversários! Embora hajamos citado o texto de Paulo concernente ao caso, eles acrescentaram em seu escrito: "São ímpias as coisas aqui alegadas contra o monasticismo"[1096]. Mas que coisa é mais certa do que esta: que os homens obtêm a remissão dos pecados pela fé, por causa de Cristo? E essas criaturas infames ousam chamar a essa sentença de ímpia. Nenhuma dúvida temos de que, se houvésseis sido advertidos quanto a esse passo, teríeis curado de que tal blasfêmia fosse suprimida da *Confutação*. 18 19

Como, porém, acima se mostrou fartamente ser ímpia a opinião de que alcançamos remissão de pecados em virtude de nossas obras, seremos, aqui, 20

[1093] Cl 2.16.

[1094] Regra de São Bento de Núrsia (entre 480 e 553), organizador do monaquismo no Ocidente.

[1095] Regra fundamental para a vida canônica do clero secular. Trata-se de uma remodelação com base num escrito de Agostinho às monjas de Hipona (*Ep*. 211, MSL 33, 211ss.; CSEL 57).

[1096] CR 27, coluna 176.

mais breve. Pois o leitor prudente poderá deduzir com facilidade daí que não merecemos remissão de pecados por meio de obras monásticas. Por isso, também não se deve, de modo nenhum, tolerar a blasfêmia que se lê em Tomás, que a profissão monástica é igual ao batismo![1097] É loucura igualar uma tradição humana, que não tem mandamento nem promessa de Deus, a uma ordenação de Cristo, possuidora de mandamento e promessa de Deus, que contém o pacto da graça e da vida eterna.

21 Em segundo lugar, obediência, pobreza e celibato, suposto não sejam impuros, são exercícios adiáforos[1098]. Podem os santos, por conseguinte, fazer uso deles sem impiedade, assim como deles usaram Bernardo, Francisco[1099] e outros varões santos. E, deles, usaram em razão de utilidade física, a fim de que estivessem mais desembaraçados para o ensino e outros ofícios piedosos, não porque as próprias obras por si mesmas sejam cultos que justifiquem ou mereçam a vida eterna. Enfim, pertencem ao gênero do qual Paulo diz: "O exercí-
22 cio físico para pouco é proveitoso"[1100]. E é crível que também agora haja, alhures, nos mosteiros, homens de bem, ocupados no ministério da palavra e que
23 façam uso dessas observâncias sem opiniões ímpias. Entender, porém, que essas observâncias são cultos em virtude dos quais são reputados justos diante de Deus e pelos quais merecem a vida eterna, isso pugna com o evangelho da fé, o qual ensina que justiça e vida eterna nos são dadas por amor de Cristo. Também conflita com o dito de Cristo: "Em vão me adoram com preceitos de homens"[1101]. Briga também com esta sentença: "Tudo o que não provém de fé é pecado"[1102]. Mas como podem afirmar que são cultos que Deus aprova como justiça diante dele, quando nenhum testemunho têm da palavra de Deus?

24 Vede a impudência dos adversários. Não só ensinam que essas observâncias são cultos justificantes, mas aditam que são cultos mais perfeitos, isto é, merecedores da remissão de pecados e da justificação mais do que o são outros gêneros de vida. E, aqui, concorrem muitas opiniões falsas e perniciosas. Imaginam que observam os preceitos e os conselhos. Em seguida, esses homens liberais, visto sonharem que têm méritos supererogatórios[1103], vendem-nos a outros.
25 Tudo isso está encharcado de vaidade farisaica. Pois é extrema impiedade pensar que satisfazem o Decálogo de modo tal, que haja sobra de méritos, enquanto a todos os santos acusam estes preceitos: "Amarás o Senhor teu Deus

[1097] Vid. CA XXVII, 11, tradução do texto alemão, nota em "Deus". Lutero, edição príncipe D., nota marginal: *Blasphemia b. Thomae* ("Blasfêmia do beato Tomás").

[1098] No original: *exercitia adiaphora*. Sobre *adiahoron*, vid. nota em Apologia II, 41.

[1099] Sobre Bernardo de Claraval e Francisco de Assis, vid. Apologia IV, 211, notas em "Bernardo" e "Francisco".

[1100] 1 Tm 4.8.

[1101] Mt 15.9.

[1102] Rm 14.23.

[1103] Vid. CA XXVII, 61, tradução do texto latino, nota em "obras supererogatórias"; Apologia XXVII, 9, nota em "méritos supererogatórios"; Apologia XXVII, seções 25 e 29 e texto alemão, ibidem.

de todo o teu coração"[1104] da mesma forma: "Não cobiçaras"[1105]. Diz o profeta: "Todo homem é mentiroso"[1106], isto é, não pensa corretamente a respeito *de Deus, não teme suficientemente,* não crê o bastante em Deus, razão por que os monges, falsamente, se gloriam de que se satisfazem os preceitos na observância da vida monástica, e que se faz mais do que o preceituado.

26 Depois, também é falso isso de observâncias monásticas serem obras dos conselhos do evangelho. O evangelho não aconselha quanto à diferença de vestes, comida e abdicação de propriedade. Essas coisas são tradições humanas, com respeito a todas as quais foi dito: "Não é comida que nos recomendará a Deus"[1107]. Razão por que não são cultos justificantes nem perfeição. Quando são apresentadas recobertas com esses títulos, são, até, pelo contrário, meras doutrinas de demônios.

27 Recomenda-se a virgindade, mas aos que têm o dom, conforme acima se disse. É, porém, erro perniciosíssimo julgar que a perfeição evangélica está em tradições humanas. Pois assim até os monges maometanos poderiam gloriar-se de que têm a perfeição evangélica. Nem está na observância de outras coisas, chamadas adiáforos[1108], mas, visto o reino de Deus ser justiça e vida nos corações, perfeição é crescer no temor de Deus, na confiança na misericórdia prometida em Cristo, e no cuidado de obedecer à vocação, assim como também Paulo descreve a perfeição: "Somos transformados de glória em glória, como pelo Senhor, o Espírito"[1109]. Não diz: Recebemos continuamente outro barrete, ou outras sandálias, ou outros cintos. Deplorável que se leiam e ouçam na igreja expressões farisaicas e, até, maometanas, como esta: que se coloca a perfeição do evangelho, do reino de Cristo, que é vida eterna, nessas estultas observâncias de vestimenta e ninharias que tais.

28 Ouvi, agora, os nossos areopagitas[1110] que indigna sentença puseram na *Confutação*. Dizem assim[1111]: "Foi expresso nas Sagradas Escrituras que a vida monástica, guardada pela devida observância, o que qualquer monge pode fazer com a graça de Deus, merece a vida eterna, e, certamente, muito mais elevada. Cristo o prometeu aos que tiverem deixado casa ou irmãos, etc." 29 Essas são as palavras dos adversários. Nelas, diz-se, em primeiro lugar, de maneira impudentíssima, estar expresso nas Sagradas Escrituras que a vida monástica merece a vida eterna. Onde é que as Escrituras falam em vida monástica? É assim que os adversários advogam a causa, é assim que citam as Escrituras homens de nada. Embora ninguém ignore que o monasticismo foi excogitado re-

---

[1104] Lc 10.27.

[1105] Rm 13.9.

[1106] Sl 116.11.

[1107] 1 Co 8.8.

[1108] *Adiaphora*. Vid. nota em Apologia II, 41, nota em "adiaphoron".

[1109] 2 Co 3.18.

[1110] Aqui, no sentido de juizes, sábios ou mestres. Justus Jonas: "trefflichen Lehrer" ("excelentes mestres"). Os areopagitas eram os membros do Areópago, célebre corte ateniense.

[1111] CR 27, coluna 172.

centemente, todavia alegam a autoridade da Escritura, e dizem ainda que esse seu decreto foi expresso nas Escrituras.

30 Além disso, injuriam a Cristo quando dizem que pelo monasticismo os homens merecem a vida eterna. Nem mesmo à sua lei Deus atribui essa honra de merecer a vida eterna, conforme diz claramente em Ezequiel capítulo 20[1112]: "Também lhes dei estatutos que não eram bons, e juízos pelos quais não haviam de viver". 31 Primeiro, é certo isto: que a vida monástica não merece remissão de pecados. Essa a recebemos pela fé, gratuitamente, como acima ficou dito. 32 Em segundo lugar, por causa de Cristo, por misericórdia, a vida eterna é dada como presente aos que, mediante a fé, recebem a remissão e não opõem seus méritos ao juízo de Deus, conforme também Bernardo diz de maneira poderosíssima: "Antes de mais nada é preciso crer que não podes ter remissão de pecados a não ser por indulgência divina. Depois, que não podes ter nenhuma boa obra a menos que também isso ele o tenha dado. Por último, que não podes merecer a vida eterna por obra alguma, senão que também ela é dada gratuitamente"[1113]. As restantes coisas que ele diz neste mesmo sentido já as citamos acima. Bernardo, porém, acrescenta no fim: "Ninguém se engane, porque se quiser pensar bem, descobrirá, sem dúvida[1114], que com dez mil não pode sair ao encontro daquele que lhe vem com vinte mil"[1115]. 33 Como, porém, não merecemos a remissão dos pecados ou a vida eterna mediante as obras da lei divina, sendo, ao revés, necessário buscar a misericórdia prometida em Cristo, muito menos deve esta honra de merecer a remissão dos pecados ou a vida eterna ser atribuída a observâncias monásticas, já que são meras tradições humanas.

34 Destarte, os que ensinam que a vida monástica merece a remissão dos pecados ou a vida eterna, e transferem a confiança devida a Cristo a estas observâncias estultas, simplesmente suprimem o evangelho da gratuita remissão dos pecados e da misericórdia prometida em Cristo e que deve ser apreendida. Em vez de renderem culto a Cristo, cultuam seus capuzes, sua imundícia[1116]. Todavia, já que também necessitam de misericórdia, agem de maneira ímpia quando inventam méritos superogatórios[1117] e os vendem a outros.

35 Falamos mais resumidamente dessas questões, porque daquilo que acima dissemos com respeito a justificação, arrependimento e tradições humanas é suficientemente certo que votos monásticos não são preço em virtude do qual

---

[1112] Ez 20.25.

[1113] *Sermo I. in annunciat. b. Mariae virginis* 1. MSL 183, 383 A. Sobre Bernardo de Claraval, vid. Apologia IV, 211, nota em "Bernardo".

[1114] *Inveniet procul dubio*. Completamente falha a tradução de H. G. Pöhlmann (*Apologia*, p. 233): "in der Ferne den Zweifel finden wird".

[1115] Ibidem, 2. 383 D.

[1116] Ou: baixeza; vestes de luto. No original: *sordes*. Justus Jonas: "suas obras monásticas, tolas".

[1117] Vid. CA XXVII, 61, tradução do texto latino, nota em "obras supererogatórias"; Apologia XXVII, 9, nota em "méritos supererogatórios"; Apologia XXVII, seções 25 e 29 e texto alemão, ibidem.

sejam dadas remissão de pecados e vida eterna. E já que Cristo chama às tradições de cultos inúteis, de modo nenhum são a perfeição evangélica.

36 Mas os adversários querem, astutamente, que pareça moderarem eles a persuasão vulgar com respeito à perfeição. Negam que a vida monástica seja a perfeição; dizem que é estado para adquirir a perfeição[1118]. Está bem expresso, e recordamos que essa correção se encontra em Gérson. Pois está claro[1119] que homens prudentes, ofendidos com aqueles encômios imoderados da vida monástica, uma vez que não ousaram detrair-lhe inteiramente o louvor da perfeição, acrescentaram esta correção[1120]: ser estado para adquirir perfeição. 37 Se seguirmos nesta linha de pensamento, o monasticismo não será mais estado de perfeição do que o é a vida do agricultor ou do fabricante. Pois esses também são estados para adquirir perfeição. Pois todos os homens, em qualquer vocação, devem procurar a perfeição, isto é, crescer no temor de Deus, na fé, no amor ao próximo e em semelhantes virtudes espirituais.

38 Nas histórias dos eremitas, de Antônio e de outros, há exemplos que igualam os vários gêneros de vida. Está escrito que quando Antônio pediu a Deus lhe mostrasse que progresso fazia nesta espécie de vida, foi-lhe indicado, em sonho, certo sapateiro da cidade de Alexandria com o qual seria comparado. No dia seguinte, Antônio, vindo à cidade, foi ao sapateiro a fim de verificar seus exercícios e dons. No colóquio com o homem não ouviu nada além do seguinte: que cedo de manhã orava, em poucas palavras, a favor de toda a cidade, e que, em seguida, tratava de seu trabalho[1121]. Aí, Antônio aprendeu que não se deve atribuir a justificação ao gênero de vida que ele escolhera.

39 Mas os adversários, se bem que moderam, agora, os louvores quanto à perfeição, de fato, contudo, pensam de outra maneira. Pois vendem méritos e os aplicam a favor de outros sob o pretexto de que observam os preceitos e os conselhos, razão por que efetivamente pensam ter méritos supérfluos. Mas que vem a ser arrogar-se perfeição se isso aí não o é? Depois, na própria *Confutação* foi afirmado que os monges se esforçam por viver mais de acordo com o evangelho[1122]. Atribui, portanto, perfeição a tradições humanas, se os monges vivem mais de acordo com o evangelho porque não têm propriedade, são celibatários e obedecem a uma regra quanto a vestimenta, comida e ninharias quejandas.

40 Diz a *Confutação*, outrossim, que os monges merecem a vida eterna mais abundantemente, e alega a Escritura: "Quem tiver deixado casa, etc."[1123] Tam-

---

[1118] CR 27 (coluna 176): *Religiosi enim sibi non arrogant perfectionem, sed statum perfectionis acquirendae, quia eorum instituta sunt instrumenta perfectionis, non ipsa perfectio* ("Pois os religiosos não se arrogam a perfeição, mas o estado para adquirir a perfeição, porquanto os estatutos deles são instrumentos de perfeição, não a própria perfeição").

[1119] J. Pelikan (Tappert, p. 275): "It seems". No original: *apparet*.

[1120] *Epanorthosin.*

[1121] *De vitis patrum* III. *Verba seniorum* 130. MSL, 785.

[1122] CR 27, coluna 176. Vid. acima, Apologia XXVII, 12, texto da Confutação e nossa tradução.

[1123] Mt 19.29.

bém aqui, já se vê, arroga perfeição em virtude de atos religiosos factícios[1124]. Mas esse passo da Escritura em nada favorece a vida monástica[1125]. Pois Cristo não quer dizer que abandonar pais, cônjuge, irmãos é obra que deva ser feita porque merece remissão de pecados e vida eterna. Tal abandono, pelo contrário, é maldito. Se alguém abandona os pais ou o cônjuge em ordem de, com essa obra, merecer remissão de pecados e vida eterna, isso importa em injúria a Cristo.

41 Mas há dois tipos de abandono. Um ocorre sem vocação, sem mandamento de Deus. A esse não o aprova Cristo. Pois obras eleitas por nós são cultos inúteis[1126]. Mas que Cristo não aprova essa fuga, torna-se mais claro ainda à luz do fato de ele falar do abandono de mulher e filhos. Sabemos, porém, que o mandamento de Deus proíbe que se abandone mulher e filhos. Diverso é o abandono que obedece ao mandamento divino, a saber, quando o poder ou a tirania nos coage a que cedamos ou neguemos o evangelho. Aqui, temos o mandamento de que devêramos, antes, sofrer injúria, que devêramos suportar antes não só que nos tirassem os nossos recursos, o cônjuge, os filhos, mas, também, a vida. Essa deserção Cristo aprova, e por isso acrescenta: "Por causa do evangelho"[1127], a fim de significar que não fala dos que injuriam a cônjuge e filhos, senão dos que suportam injúria por causa da confissão do evangelho.
42 Por amor ao evangelho deveríamos desertar até o nosso corpo. Seria ridículo pensar aqui que é culto a Deus suicidar-se, abandonando o corpo sem mandamento divino. Da mesma forma, é ridículo pensar que é culto a Deus abandonar, sem mandamento divino, possessões, amigos, cônjuge, filhos.

43 Evidente, portanto, que torcem, maldosamente, a palavra de Cristo à vida monástica. A não ser que, talvez, quadre, aqui, a palavra segundo a qual recebem centuplicadamente nesta vida. Pois muitos se tornam monges não por causa do evangelho, mas em razão de cozinha e ócio, gente que encontra as
44 mais amplas riquezas ao invés de patrimônios exíguos. Mas, como toda essa questão monástica está plena de simulação, assim, a falso pretexto, citam testemunhos da Escritura, e pecam duplamente, isto é: enganam os homens e os enganam sob o pretexto do nome divino.

45 Quanto à perfeição, cita-se também outra passagem: "Se queres ser perfeito, vai, vende os teus bens, dá aos pobres, e vem, e segue-me"[1128]. Essa passagem causou dor de cabeça a muitos que imaginaram ser perfeição abrir mão
46 de possessões e de domínio sobre coisas. Deixemos os filósofos elogiar a Aristipo, que jogou grande quantidade de ouro ao mar[1129]. Tais exemplos de modo

---

[1124] *Factitiis religionibus.* H. G. Pöhlmann (*Apologia*, p. 234): "Religiöse Übungen". CR 27, coluna 172.

[1125] *Nihil facit ad vitam monasticam.* Justus Jonas: "Redet nichts von". H. G. Pöhlmann, (*Apologia*, p. 234): "Besagt nichts über". J. Pelikan (Tappert, p. 276): "Has nothing to do with".

[1126] Mt 15.9.

[1127] Mc 10.29.

[1128] Mt 19.21.

[1129] O filósofo grego Aristipo, de Cirene (n. c. 435 A. C.), fundador da escola hedonista ou cirenaica, o fez, contudo, para evitar que seu ouro caísse nas mãos de piratas. Cf. Diógenes Laér-

nenhum dizem respeito à perfeição cristã. A divisão, o domínio e a posse de propriedades são ordenações civis, aprovadas pela palavra de Deus no preceito: "Não furtarás"[1130]. O abandono de propriedades não tem mandamento ou conselho nas Escrituras. Pois a pobreza evangélica não consiste no abandono de coisas, mas consiste em não ser avaro, em não pôr a confiança em riqueza, assim como Davi era pobre em reino riquíssimo.

47 Por isso, o abandono de propriedade, visto ser tradição meramente humana, é culto inútil. São também imoderados os encômios no *Extravagante*[1131], o qual diz que abdicar de toda propriedade por causa de Deus é meritório e santo, e via de perfeição. E é perigosíssimo exaltar tão imoderadamente uma coisa que pugna com o costume civil. 48 Mas Cristo fala aqui de perfeição. Injuriam o texto os que o citam de maneira truncada. Perfeição está naquilo que Cristo adiciona: "Segue-me". 49 Propõe-se o exemplo de obediência na vocação. E, visto serem dissímiles as vocações, assim, esta vocação não é de todos, mas pertence, propriamente, à pessoa com quem Cristo, aí, fala, da mesma forma como o chamado de Davi ao reino e o de Abraão para que matasse seu filho não devem ser imitados por nós. As vocações são pessoais, da mesma forma como as próprias incumbências variam de acordo com o tempo e as pessoas. Mas o exemplo de obediência é geral. 50 Aquele jovem teria alcançado a perfeição se tivesse crido a essa vocação e obedecido a ela. Destarte, perfeição, para nós, é cada qual obedecer com verdadeira fé à sua vocação.

51 Terceiro. Nos votos monásticos se promete castidade. Dissemos, contudo, acima, com respeito ao casamento de sacerdotes, que votos ou leis não podem destruir, nos homens, o direito da natureza[1132]. E, visto não terem todos o dom da continência, muitos, por causa de fraqueza, se contêm de maneira infeliz. E, seguramente, nenhum voto ou lei pode abolir o mandamento do Espírito Santo: "Por causa da impureza, cada um tenha a sua própria esposa"[1133]. Razão por que esse voto não é lícito nos que não têm o dom da continência, mas que se maculam por causa de fraqueza. 52 A respeito de todo esse ponto se disse o suficiente acima, e é deveras estranho que os adversários, apesar de os perigos e escândalos estarem diante dos olhos, defendem suas tradições contra o manifesto preceito de Deus. Nem os comove a voz de Cristo, que repreende os fariseus, os quais haviam feito tradições contrárias ao mandamento de Deus.

53 Quarto. Cultos ímpios libertam os que vivem em mosteiros, cultos tais como a profanação da missa aplicada, por ganho, em favor dos mortos, os cultos dos santos, nos quais é dupla a falta: serem os santos postos em lugar de Cristo e serem cultuados impiamente, assim como os dominicanos inventaram

---

cio (biógrafo dos filósolfos gregos), II, 77. Justus Jonas omite a referência a Aristipo e escreve: "Que cínicos, como Diógenes, o qual não quis casa, mas jazia num tonel, exaltem tal santidade pagã".

[1130] Êx 20.15.

[1131] Extravagantes (coleções de cânones feitas por João XXII), tit. 14, c. 5 II, 1232, Friedberg. Citação de uma constituição de Nicolau III.

[1132] Vid. acima, XXIII, 6ss.

[1133] I Co 7.2.

o rosário da beata Virgem, o que é mera batologia[1134], não menos estulta que ímpia, e que alimenta a mais vã confiança. Depois, essas mesmas impiedades
54 apenas são aplicadas por causa de lucro. Da mesma forma, não ouvem nem ensinam o evangelho da gratuita remissão dos pecados por causa de Cristo, da justiça da fé, do verdadeiro arrependimento, das obras que têm mandamento de Deus. Ocupam-se ou com disputas filosóficas ou com tradições de cerimônias que obscurecem a Cristo.

55 Não falaremos aqui de todo aquele culto de cerimônias, das lições, do canto e de coisas semelhantes, que poderiam ser tolerados se fossem considerados como exercícios, à maneira das lições nas escolas, cujo fim é ensinar os ouvintes e, ensinando, mover alguns a temor ou fé. Mas, agora, imaginam que essas cerimônias são cultos divinos que merecem remissão de pecados para eles mesmos e para outros. Por isso é que aumentam essas cerimônias. Se, entretanto, as tomassem para ensinar e exortar os ouvintes, lições breves e exatas
56 seriam de mais proveito do que aquelas infinitas batologias[1135]. Dessa maneira, a vida monástica toda está cheia de hipocrisia e opiniões errôneas. A tudo isso ainda acresce outro perigo: os que vivem nessas fraternidades são coagidos a assentir aos que perseguem a verdade. Há, pois, muitas razões graves e magnas que libertam a homens de bem desse gênero de vida.

57 Finalmente, os próprios cânones libertam a muitos que fizeram voto, ou sem ajuizarem, seduzidos pelas artimanhas dos monges, ou coagidos por amigos. Tais votos nem mesmo segundo os cânones são votos. Todas essas considerações evidenciam haver muitas razões que ensinam que votos monásticos tais como os feitos até agora não são votos. Por isso, um modo de vida como esse, cheio de hipocrisias e opiniões falsas, pode ser abandonado com segurança.

58 Aqui, apresentam uma objeção tirada da lei dos nazireus[1136]. Mas esses não tomaram voto imbuídos das opiniões que, até aqui, temos censurado nos votos dos monges. O rito dos nazireus foi exercício ou declaração de fé perante os homens, não merecendo o perdão dos pecados diante de Deus, não justificando diante de Deus. E assim como a circuncisão ou a imolação de vítimas não seria culto divino agora, da mesma forma, o rito dos nazireus não deveria ser apresentado agora como culto divino; deveria ser julgado simplesmente como coisa adiáfora[1137]. Não é justo, por isso, comparar o monasticismo, inventado, sem palavra de Deus, como culto merecedor de remissão de pecados e justificação, com o rito dos nazireus, que tinha palavra de Deus, e não era ensinado com o propósito de merecer remissão de pecados, mas para ser exer-

---

[1134] *Battologia*. Cf. Mt 6.7. Batologia: "Repetição inútil e enfadonha dos mesmos pensamentos pelas mesmas palavras. 2. Superfluidade de palavras" (Dicionário de Laudelino Freire).

[1135] Vid. nota anterior.

[1136] Nm 6.2ss.

[1137] *Adiaphoron*. Vid. nota em Apologia II, 41.

cício exterior, à semelhança de outras cerimônias da lei. Pode dizer-se o mesmo a respeito de outras cerimônias transmitidas na lei.

59 Também citam os recabitas, que não possuíam nenhuma propriedade e não tomavam vinho, como escreve Jeremias no capítulo 35[1138]. Ora, o exemplo dos recabitas quadra bem aos nossos monges, cujos monastérios superam paços reais e que vivem magnificamente. Os recabitas, com toda aquela pobreza, casavam-se, todavia. Os nossos monges, embora abundantes em toda espécie de delícias, professam o celibato.

60 Além disso, exemplos devem ser interpretados de acordo com a norma, isto é, de acordo com passagens certas e claras da Escritura, não contrariamente à norma, ou em desacordo com a Escritura. 61 É muito certo, porém, que nossas observâncias não merecem remissão de pecados ou justificação. Por isso, quando se louva os recabitas, é necessário que esses hajam observado seu costume não porque cressem que através dele haveriam de merecer remissão de pecados, ou que a própria obra era culto justificante, ou culto em virtude do qual obtivessem vida eterna, que não pela graça de Deus, por causa da semente prometida. A obediência deles é louvada porque tinham mandamento de seus pais, obediência a respeito da qual existe o mandamento divino: "Honra a pai e mãe"[1139].

62 E o costume tinha uma finalidade particular: visto que eram estrangeiros, não israelitas, é claro que seu pai queria distingui-los, através de certas marcas, de seus conterrâneos, a fim de que não recaíssem na impiedade desses. Através dessas marcas queria adverti-los da doutrina da fé e da imortalidade. Tal fim é lícito. Mas fins bem diferentes são ensinados quanto ao monasticismo. Imaginam que as obras monásticas constituem um culto; imaginam merecer a remissão dos pecados e a justificação. 63 Há, pois, dessemelhança entre o exemplo dos recabitas e o do monasticismo. Digamos apenas isso, omitindo aqui outros males que presentemente estão pegados ao monasticismo.

64 Também citam a Primeira Epístola a Timóteo, capítulo quinto[1140], a respeito das viúvas, as quais, servindo à igreja, eram sustentadas pela comunidade. Lá se lê: "Querem casar-se, tornando-se condenáveis por anularem sua primeira fé". 65 Em primeiro lugar, suponhamos que o Apóstolo esteja falando aqui de votos. Ainda assim, a passagem não patrocinará os votos monásticos, que são feitos de cultos ímpios e na opinião de merecerem a remissão de pecados e a justificação. Pois que Paulo condena com veemência todos os cultos, leis e obras, se observados a fim de merecer remissão de pecados, ou quando se pensa que, em virtude deles e não por misericórdia, em razão de Cristo, obtemos a vida eterna. Por isso, os votos das viúvas, se os houve, necessariamente foram diferentes dos votos monásticos.

66 Além disso, se os adversários não desistem de aplicar mal a passagem aos votos, também deve ser mal aplicada a proibição de ser eleita viúva que conte

[1138] Jr 35.6ss.
[1139] Êx 20.12.
[1140] 1 Tm 5.11ss.

menos de sessenta anos de idade[1141]. Dessa maneira, votos feitos antes dessa idade são nulos. Mas a igreja ainda não conhecia esses votos. Por isso, Paulo condena as viúvas não por casarem, pois ele ordena que as mais novas casem[1142], mas porque, amparadas publicamente, tornavam-se levianas, desviando-se, dessa maneira, da fé. Chama a isso de "primeira fé", isto é, não o voto monástico, mas o do cristianismo. E é assim que entende a palavra "fé" no mesmo capítulo: "Se alguém não tem cuidado dos seus e especialmente dos de sua própria casa, tem negado a fé"[1143]. Sua maneira de falar da fé é diversa da dos sofistas. Não atribui fé aos que têm pecado mortal. Diz, por isso, que negaram a fé aqueles que não têm cuidado dos que lhes são próximos. Do mesmo modo, diz que mulheres levianas negam a fé.

67

68

69 Indicamos algumas de nossas razões e, de passagem, desfizemos as objeções dos adversários. E coletamos essa matéria não apenas por causa dos adversários, senão que muito mais por causa das mentes piedosas, para que conheçam as razões por que devem desaprovar a hipocrisia e os fictícios cultos monásticos, todos os quais são anulados por esta palavra de Cristo: "Em vão me adoram com preceitos de homens"[1144]. Por isso, os votos e a observância de comidas, lições, cantos, vestes, sandálias, cíngulos são cultos inúteis aos olhos de Deus. E saibam todas as mentes piedosas, com certeza, que é opinião simplesmente farisaica e condenada aquela segundo a qual essas observâncias merecem a remissão dos pecados, que em virtude delas somos reputados justos, que por causa delas, e não pela misericórdia, por causa de Cristo, alcançamos a vida eterna. E os santos varões que viveram nessa espécie de vida, necessariamente aprenderam, rejeitada a confiança em tais observâncias, que alcançaram a remissão dos pecados livremente, que haveriam de alcançar a vida eterna por causa de Cristo, não em virtude daqueles cultos, que Deus somente aprova cultos instituídos por sua palavra, cultos que têm valor na fé.

70

ARTIGO XXVIII: DO PODER ECLESIÁSTICO

1 Aqui, os adversários vociferam com veemência sobre os privilégios e as imunidades do estado eclesiástico e peroram: "Írrito é tudo o que no presente artigo[1145] se apresenta contra a imunidade das igrejas e dos sacerdotes"[1146]. Isso é mera calúnia. Pois nesse artigo discutimos sobre outros assuntos. No mais, testificamos muitas vezes que não censuramos ordenações políticas e doações de príncipes e privilégios.

2

[1141] I Tm 5.9. Almeida RA: "Não seja inscrita senão viúva que conte ao menos sessenta anos de idade".

[1142] I Tm 5.14.

[1143] I Tm 5.8.

[1144] Mt 15.9.

[1145] I. e., no artigo XXVIII da Confissão de Augusburgo.

[1146] CR 27, coluna 179.

Mas quisera que os adversários ouvissem, por outro lado, as queixas das igrejas e das mentes piedosas. Os adversários defendem corajosamente suas próprias dignidades e riquezas. Entrementes, agem com negligência quanto ao estado das igrejas, não cuidam no sentido de que as igrejas sejam ensinadas de maneira correta e os sacramentos administrados devidamente. Ao sacerdócio admitem, indiscriminadamente, qualquer pessoa. Depois, impõem cargas intoleráveis, como se se deleitassem com a destruição dos outros; exigem que suas tradições sejam observadas muito mais acuradamente do que o evangelho. Agora, nas controvérsias mais importantes e difíceis, com respeito às quais o povo, desesperadamente, deseja ser ensinado, a fim de que tenha algo de certo a que seguir, não libertam as mentes, que estão severissimamente torturadas pela dúvida. Apenas conclamam às armas. Além disso, em questões manifestas apresentam decretos escritos com sangue[1147], que ameaçam com horríveis punições aos homens, a menos que ajam claramente em desacordo com o mandamento divino. Aqui, por outro lado, deveríeis ver as lágrimas dos pobres e ouvir as dolorosas queixas de muitos homens de bem, os quais Deus, sem dúvida, considera e ouve. E a ele algum dia havereis de prestar contas de vossa administração. 3 4 5

Embora na Confissão tenhamos abarcado vários tópicos nesse artigo[1148], os adversários não respondem. Dizem apenas que os bispos têm o poder de reger e o da correção coercitiva, a fim de dirigirem seus súditos rumo ao fim deles, a beatitude eterna, e que o poder de reger exige o de julgar, definir, distinguir e fixar as coisas que são úteis ao fim mencionado ou a ele conduzem[1149]. São essas as palavras da *Confutação*, e nas quais os adversários nos ensinam que os bispos têm a autoridade de formular leis úteis para a obtenção da vida eterna. É em torno desse artigo que gira a controvérsia. 6

Mas importa que se retenha na igreja a doutrina segundo a qual recebemos a remissão dos pecados gratuitamente, por causa de Cristo, pela fé. Também importa que retenhamos a doutrina de que tradições humanas são cultos inúteis e, por isso, nem pecado nem justiça devem ser postos em comida, bebida, vestimenta e coisas semelhantes, a respeito das quais Cristo quer que haja liberdade, já que diz: "Não é o que entra pela boca o que contamina o homem"[1150]. E Paulo: "O reino de Deus não é comida nem bebida"[1151]. Por isso, os bispos não têm o direito de formular, fora do evangelho, tradições que mereçam a remissão de pecados, que sejam cultos a serem aprovados por Deus como justiça, e que onerem as consciências, como se fosse pecado omiti-los. Tudo isso o ensina aquela passagem dos Atos dos Apóstolos em que se diz que 7 8

[1147] *Praeterea in rebus manifestis decreta sanguine scripta proponunt.* É errônea a interpretação de H. G. Pöhlmann (*Apologia*, p. 240): "Ausserdem bringen sie mit Blut geschriebene Dekrete in aller Öffentlichkeit vor". Justus Jonas: "Sie machen Edikt wider öffentliche Wahrheit".

[1148] Vid. acima, CA XXVIII.

[1149] CR 27, coluna 179.

[1150] Mt 15.11.

[1151] Rm 14.17.

os corações são purificados pela fé[1152]. E os apóstolos proíbem a imposição de jugos, e mostram quão grande perigo isso encerra, e acentuam o quanto pecam aqueles que oneram a igreja. "Por que tentais a Deus?"[1153] perguntam eles. Esse raio fulminante de nenhum modo aterroriza os nossos adversários, que defendem, pela violência, tradições e opiniões ímpias.

9 Pois também acima condenaram o artigo XV[1154], no qual declaramos que tradições não merecem remissão de pecados, e aqui dizem que tradições conduzem à vida eterna. Acaso merecem a remissão de pecados? Acaso são cultos 10 que Deus aprova como justiça? Acaso vivificam corações? Diz Paulo, na Epístola aos Colossenses[1155], que tradições não são de proveito no que concerne à justiça e à vida eterna. E isso porque comida, bebida, vestimenta e coisas semelhantes perecem com o uso. A vida eterna é realizada nos corações por coisas eternas, isto é, pela palavra de Deus e pelo Espírito Santo. Expliquem, pois, os adversários como é que tradições conduzem à vida eterna.

11 Como, porém, o evangelho testifica de maneira clara que tradições não devem ser impostas à igreja com o fito de merecerem remissão de pecados, serem cultos que Deus aprove como justiça, onerarem as consciências, de modo que omiti-las seja considerado pecado, os adversários jamais serão capazes de mostrar que os bispos têm o poder de instituir tais cultos.

12 De resto, dissemos na Confissão qual o poder que o evangelho atribui aos bispos. Os que agora são bispos não cumprem os deveres episcopais de acordo com o evangelho, embora sejam bispos de acordo com a ordem canônica, a qual não censuramos. Estamos falando do bispo de acordo com o evan-13 gelho. E agrada-nos a antiga divisão do poder em poder de ordem e poder de jurisdição. O bispo tem, por isso, o poder da ordem, isto é, o ministério da palavra e dos sacramentos. Tem, outrossim, o poder de jurisdição, isto é, a autoridade de excomungar os que são culpados de crimes públicos, como também a 14 autoridade de absolvê-los, caso se convertam e procurem a absolvição. Mas seu poder não deve ser tirânico, isto é, sem lei certa, nem deve ser real, isto é, acima da lei, senão que têm mandato fixo, palavra de Deus fixa, que devem ensinar, segundo a qual devem exercer sua jurisdição. Por conseguinte, ainda que tenham alguma jurisdição, não se segue que possam instituir cultos novos. Cultos de forma nenhuma pertencem à jurisdição. E têm palavra e mandato que lhes dizem até onde devem exercer a jurisdição, a saber, no caso de alguém fazer qualquer coisa contrária à palavra que receberam de Cristo.

15 Na Confissão, entretanto, acrescentamos também até onde lhes é lícito formar tradições, a saber, não como cultos necessários, mas de modo que haja ordem na igreja, por causa da tranqüilidade. E essas tradições não devem atirar laços às consciências, como se prescrevessem cultos necessários, conforme ensina Paulo ao dizer: "Para a liberdade foi que Cristo nos libertou. Permane-

---

[1152] At 15.9.

[1153] At 15.10.

[1154] CR 27, coluna 116. Vid. texto da *Confutação* e nossa tradução acima, Apologia XV, 1.

[1155] Cl 2.20ss.

cei, pois, firmes e não vos submetais de novo a jugo de escravidão"[1156]. O uso de tais ordenanças deve, pois, ser deixado livre, contanto que se evitem escândalos, e que não sejam considerados cultos necessários. Assim, os próprios apóstolos ordenaram muitas coisas que foram modificadas com o passar do tempo. E não as deram de maneira que não fosse permitido modificá-las. Pois não dissentiam de seus próprios escritos, nos quais fazem grande esforço no sentido de evitar venha a igreja a ser onerada com a opinião de que ritos humanos são cultos necessários. 16

Esta é a maneira simples de interpretar as tradições, a saber, que as entendamos não como cultos necessários e que, todavia, no intuito de evitar ofensas, as observemos, sem superstição, no lugar certo. Assim pensaram muitos doutos e grandes homens da igreja. E não vemos o que se possa dizer contra isso. Pois é certo que as palavras "quem vos der ouvidos, ouve-me a mim"[1157] não se referem a tradições, senão que se dirigem principalmente contra elas. Pois não é *mandatum cum libera*[1158], como lhe chamam, porém *cautio de rato*[1159], concernente a mandamento especial, isto é, o testemunho dado aos apóstolos, para que lhes creiamos com respeito à palavra de outro, não com respeito à própria. Pois Cristo quer assegurar-nos, como era necessário, disto: sabermos que a palavra entregue por homens é eficaz, e que não se deve procurar outra palavra do céu. "Quem vos der ouvidos, ouve-me a mim" não pode ser entendido como referindo-se a tradições. Pois Cristo exige que ensinem de feição que ele mesmo seja ouvido, porquanto diz: "ouve-me a mim". Quer, portanto, que seja ouvida sua própria voz, sua própria palavra, que não tradições humanas. De sorte que uma palavra que nos favorece muito especialmente e contém a mais importante doutrina e consolação é pervertida por aqueles asnos, que a entendem como referindo-se a coisas desimportantíssimas: às distinções de comidas, vestes e quejandas. 17 18 19

Também citam esta passagem: "Obedecei aos vossos cabeças"[1160]. Essa passagem requer obediência ao evangelho. Pois não estabelece um domínio para os bispos à parte do evangelho. Não devem os bispos estabelecer tradições contrárias ao evangelho, ou interpretar suas tradições contrariamente ao evangelho. Quando fazem isso, é proibido obedecer-lhes, segundo o texto: "Se alguém prega outro evangelho, seja anátema"[1161]. 20

Respondemos a mesma coisa quanto a este passo: "Fazei o que disserem"[1162]. Porque, evidentemente, não se dá ordem universal, ordem de que recebamos tudo, pois a Escritura, em outra parte, nos ordena que obedeça- 21

[1156] Gl 5.1.
[1157] Lc 10.16.
[1158] Mandato sem limitações.
[1159] Obrigação fixa.
[1160] *Obedite praepositis vestris*. Hb 13.17. Almeida RA: "Obedecei aos vossos guias".
[1161] Gl 1.9.
[1162] Mt 23.3.

mos antes a Deus do que aos homens[1163]. De sorte que não devemos ouvi-los quando ensinam coisas ímpias. Ora, são ímpias as coisas seguintes: que tradições humanas são culto divino, que são cultos necessários, que merecem remissão de pecados e vida eterna.

22 Apresentam como objeção as ofensas públicas e as comoções que surgi-
23 ram a pretexto de nossa doutrina. A isso respondemos em poucas palavras. Se se juntarem todos os escândalos, ainda assim, o só artigo sobre a remissão dos pecados, isto é, que por causa de Cristo, pela fé, alcançamos, gratuitamente, a
24 remissão dos pecados, traz tanto bem, que encobre todos os males. E isso, no princípio, valeu a Lutero não só nosso favor, mas, também, o de muitos que agora nos combatem. "Pois favor antigo cessa, e os mortais são suscetíveis de esquecer", diz Píndaro[1164]. Nós, entretanto, não queremos abandonar verdade necessária à igreja, nem podemos concordar com os adversários quando a con-
25 denam. Mais importa obedecer a Deus do que a homens. Prestem contas do cisma[1165] que surgiu aqueles que no princípio condenaram verdade manifesta e agora a perseguem com a maior crueldade. Depois, quanto a escândalos, acaso não os há entre os adversários? Quanto mal há na sacrílega profanação da
26 missa aplicada para ganho! quanta infâmia no celibato! Mas não façamos compa-
27 rações. Eis o que respondemos, por ora, à *Confutação*. Entregamos, agora, a todos os homens piedosos o julgamento sobre se os adversários têm razão quando se gloriam dizendo que realmente refutaram nossa Confissão com as Escrituras.

FIM

[1163] At 5.29.

[1164] ... *Palaia gar heudei kharis, amnamones de brotoi.* Píndaro (poeta grego, 522? - 443 a.C.), *Isthmionikai* VII, 23s.

[1165] O termo pode ser usado no sentido geral de ruptura, separação, dissidência de opiniões (cf., p. ex., Fórmula de Concórdia, Epítome, IV, 3, nota em "rompimento"). Tecnicamente, designa o ato de um indivíduo ou coletividade separar-se de uma comunhão religiosa. Neste sentido, cisma não envolve necessariamente doutrina; pode ser apenas divergência em questões relativas à ordem eclesiástica. Daí a distinção entre cisma como pecado contra o amor e heresia como pecado contra a fé. Cf., p. ex., a distinção que Lutero faz entre hereges e cismáticos no caso dos utraquistas (posteriormente não mais concorda que por causa do utraquismo os hussitas devam ser classificados como cismáticos): *so sag ich..., das die selben Bemen nit ketzer seyn, szondern allein Schismatici...* (*Verklärung D. Martin Luthers etlicher Artikel in seinem Sermon von dem heiligen Sakrament*, WA 6, 80, 36s.). No direito canônico da Igreja Romana, o delito do cisma, enquanto constituído pela recusa a subordinar-se ao papa, não mais se distingue, desde a elevação do primado papal a dogma, do delito da heresia, mesmo que o cismático reconheça, de resto, todos os dogmas. E à vista da autoridade docente do papa, a heresia e a apostasia implicam o delito do cisma.

IV

OS ARTIGOS DE ESMALCALDE

ARTIGOS DE DOUTRINA CRISTÃ

que eram para ser apresentados pelos nossos no concílio de Mântua ou onde quer que fosse realizado, indicando o que poderíamos, ou não, aceitar ou ceder. Escritos pelo Dr. Martinho Lutero, no ano de 1537.

OS ARTIGOS 1537[1]

His satis est doctrinae pro vita aeterna. Ceterum in politia et economia satis est legum, quibus nexamur, ut non sit opus praeter has molestias fingere alias necessarias. "... sufficit diei malitia sua" [2].

---

[1] Este título é da autoria de Espalatino. Cf. Th. Kolde, *Deutsche Literaturzeitung*, 1884, número 27.

[2] A edição espanhola (*Obras de Martin Lutero*, vol. V, 1971, p. 161, nota 1) informa que essas palavras foram acrescentadas posteriormente por Espalatino. O autor da informação tresleu na consulta a BSLK. A edição crítica alemã informa (p. 407, nota 1) que de Espalatino é o título ("Die Artikel 1537"). Na mesma página, informa (nota 3) que o mote não se encontra em Espalatino. E no aparato crítico (na mesma página) informa que o mote só se encontra no manuscrito original de Lutero (*cod. Pal. germ.* 423, 4º, biblioteca universitária de Heidelberg). É difícil decifrar o mote, porque a tinta está muito descorada. Sobre as diversas leituras , vid. WA 50, 192s., nota 2. A leitura adotada em WA difere um pouco da adotada nas BSLK (acima transcrita). WA: *His satis est doctrinae pro vita aeterna. Caeterum in politia et economia satis est legum quibus vexemur Ut non sit opus praeter has molestias fingere alias quam miserrimas. Sufficit diei malitia sua* ("Aqui há doutrina suficiente para a vida eterna. Existem, de resto, no Estado e na ordem familiar (ou: econômica), leis bastantes com que somos afligidos, de sorte que não é necessário excogitar, além desses flagelos, ainda outros, misérrimos. Basta ao dia o seu próprio mal" [Mt 6.34]).

Introdução

Durante os primeiros anos da Reforma, Lutero e outros insistiam constantemente na convocação de um concílio geral da Igreja para discutir e julgar as questões de doutrina e prática sobre as quais havia controvérsia. Quando as drásticas medidas para extirpar as heresias protestantes falharam, o Papa Paulo III, finalmente, convocou um concílio, em junho de 1536, a realizar-se em Mântua, em maio do ano seguinte. Ainda que o concílio não se tenha reunido realmente antes de 1545 e, então, em Trento, a notificação papal confrontou os luteranos com a necessidade de decidir qual seria a sua atitude diante de tal concílio. Isso era especialmente necessário porque a situação já não era a mesma da época em que Lutero apelara pela primeira vez para um concílio.

Nestas circunstâncias, o Eleitor da Saxônia instruiu Lutero, numa carta de 11 de dezembro de 1536, a preparar uma exposição, indicando os artigos de fé nos quais poderiam ser feitas concessões por amor à paz, e os artigos nos quais nenhuma concessão poderia ser permitida. Lutero, imediatamente, começou a trabalhar no que veio a ser chamado de *Artigos de Esmalcalde*. Em 28 de dezembro, o documento estava pronto para ser revisado por um pequeno grupo de teólogos, reunidos em Wittenberg, que, entre outras emendas, propuseram acrescentar a seção sobre a invocação dos santos (vid. 317,25ss.). As oito primeiras assinaturas foram conseguidas nesta época, a de Melanchthon com uma ressalva (vid. p. 340).

Na esperança de que fossem adotados, o Eleitor da Saxônia levou os Artigos para Esmalcalde, onde representantes da Liga de Esmalcalde se reuniram em 8 de fevereiro de 1537. O desejo do Eleitor não foi realizado, em parte porque a demorada doença de Lutero o impediu de participar e pôr o peso da sua influência pessoal na proposta de aceitação e, em parte, porque Melanchthon começou a persuadir os príncipes de que os Artigos apenas precipitariam disputas doutrinárias entre os membros da Liga. Embora não endossados oficialmente em Esmalcalde, os Artigos foram assinados por muitos membros do clero que estavam presentes, como sinal da sua adesão à fé expressa neles. Anos mais tarde, os Artigos foram vistos com crescente favor, como testemunho de genuíno luteranismo e, como tal, foram, finalmente, incorporados ao Livro de Concórdia.

PREFÁCIO DO DR. MARTINHO LUTERO

1 Visto que o Papa Paulo III[3] convocou[4] um concílio que era para realizar-se no ano passado[5], por Pentecostes, em Mântua, e, depois, o transferiu de Mântua[6], de modo que ainda não se sabe para onde vai ou pode convocá-lo, e como nós[7], de nossa parte, tivemos de esperar que, ou seríamos também convocados para o concílio, ou que, sem convocação, seríamos condenados[8], foi-me ordenado[9] compor e reunir artigos de nossa doutrina, a fim de que se soubesse, caso se chegasse a deliberar, o que e até onde queríamos ou poderíamos ceder aos papistas e em que pontos tencionávamos perseverar e permanecer definitivamente.

2 Por isso, compus estes artigos e os entreguei ao nosso partido. Os nossos os aceitaram e os confessaram unanimemente, resolvendo[10] que deviam ser entregues publicamente e apresentados como a confissão de nossa fé, caso o papa com os seus, alguma vez, chegasse a ser tão corajoso, que, sem mentira e ludíbrio, séria e verazmente realizasse um concílio verdadeiro, livre[11], como bem

---

[3] 1534-1549 (Alessandro Farnese).

[4] Em bula de 2 de junho de 1536.

[5] Isto é, em 1537. Lutero escreveu este prefácio em 1538, quando preparou os Artigos para publicação.

[6] Em bula de 20 de abril de 1537, Paulo III prorrogou o concílio, fixando seu início para 1º de novembro do mesmo ano. Lutero editou a bula, adicionando-lhe um prólogo e notas marginais (cf. WA 50, 90-95, 48, 679, TR 6, número 6993). No dia 8 de outubro de 1537, Paulo III anunciou, em nova bula, a escolha de Vicenza para sede do concílio, bem como a segunda prorrogação do início, agora fixado para 1º de maio de 1538. No dia 25 de abril de 1538, adiou a abertura do concílio. Em 28 de junho de 1538, nova bula anunciou a terceira prorrogação para 6 de abril de 1539. Suspenso por tempo indeterminado no dia 21 de maio de 1539, o concílio só teve início a 13 de dezembro de 1545, em Trento. Sobre os acontecimentos que precederam a inauguração do concílio, vid. H. Jedin, *Geschichte des Konzils von Trient*, vol. I (Der Kampf um das Konzil), Freiburg, 1949.

[7] I. e., os representantes da causa evangélica.

[8] A ed. espanhola (p. 161) interpreta de outra maneira: "debíamos esperar que siendo invitados o no, fuéramos condenados". No original: ... *Und wir uns auf unserm Teil versehen sollten, dass wir, entweder auch zum Concilio berufen oder unberufen, verdammpt würden.* Texto lat.: ... *et nobis quoque sperandum esset, ut ad concilium ipsi etiam vocaremur, vel metuendum, ne non vocati damnaremur.*

[9] Pelo Príncipe-Eleitor João Frederico da Saxônia, no dia 11 de dezembro de 1536.

[10] Os Artigos foram revistos e um pouco modificados por uma conferência de teólogos realizada em Wittenberg, em dezembro de 1536, e foram considerados e assinados por teólogos quando da reunião da Liga de Esmalcalde, celebrada em Esmalcalde, em fevereiro de 1537. Todavia, ao contrário do que Lutero supôs, os príncipes e as cidades livres não adotaram os Artigos.

[11] *Livro de Concórdia* germânico de 1580: *ein recht frei christlich.* Texto lat.: *vero, legitimo et christiano.*

3 fora do seu dever. Entretanto, a Cúria Romana[12] teme com tanto pavor um concílio livre e foge tão vergonhosamente da luz, que, também, aos de seu partido tirou a esperança de que algum dia vá tolerar um concílio livre, que dirá, então, a própria cúria celebrar semelhante concílio. E tal, como é justo, muito os ofende, e não é pequena a aflição que isso lhes causa. Pois nisso percebem que o papa antes quisera ver a cristandade inteira perdida e todas as almas condenadas do que permitir que ele e os seus fossem reformados um pouco e admitir que se lhe pusesse um limite à tirania.

Decidi, não obstante, publicar estes artigos entrementes, para o caso de eu vir a morrer antes que se realize um concílio (o que de todo espero e aguardo), porque esses malfeitores lucífugos e que receiam o dia se esforçam tão miseravelmente para adiar e impedir o concílio. Assim, os que vivem e ficam depois de mim podem apresentar o meu testemunho e confissão, além da confissão que publiquei anteriormente[13] e à qual aderi até agora e a que, com a graça

4 de Deus, quero continuar fiel. Pois que direi? Como haveria de queixar-me? Ainda estou vivo, escrevo, prego e dou aulas diariamente, porém, há pessoas tão venenosas – não só entre os adversários, mas também falsos irmãos que pretendem ser dos nossos – que se atrevem a citar os meus escritos e a minha doutrina diretamente contra mim. E me deixam aí a olhar e a escutar, embora saibam que ensino de maneira diferente. Querem disfarçar o seu veneno com o meu trabalho e transviar a pobre gente com o meu nome. Imagine-se, então, o que acontecerá no futuro, depois de minha morte.

5 Deveria, com razão, responder a tudo enquanto estou vivo. Mas como posso eu sozinho tapar todas as bocas do diabo? Especialmente àqueles (já que[14] todos estão envenenados) que não querem ouvir nem atender o que escrevemos, senão que apenas se ocupam com toda a diligência em como possam torcer e corromper, da maneira mais vergonhosa, as nossas palavras em todas as letras. A tais deixo que responda o diabo ou, finalmente, a ira de

6 Deus, segundo merecem. Lembro-me de muitas vezes do bom do Gérson[15], que duvidava se a gente deveria publicar por escrito algo de bom. Se não o fazemos, ficam negligenciadas muitas almas que a gente poderia salvar; porém, se o fazemos, aí estará o diabo com incontáveis bocas venenosas, más, que tudo

7 envenenam e torcem, de modo que fica impedido o fruto. O que ganham com isso, entretanto, é manifesto[16]. Pois, embora[17] tenham mentido tão vergonhosamente contra nós e desejado manter as pessoas em seu partido através de men-

---

[12] *Der römische Hof*, i. e., a corte papal.

[13] Lutero se refere ao seu escrito "Confissão Sobre a Ceia de Cristo", de 1528.

[14] *Wie*. BSLK (p. 410, nota 8): *wiewohl*. Texto lat.: *utpote*. Wolfgang Metzger (*Calwer Luther-Ausgabe*, vol. I, 1964, p. 176): "zumal denen, die vergiftet, wie sie alle sind, nicht auf das hören..."

[15] João Gérson (1363-1429), chanceler da Universidade de Paris. A citação encontra-se, segundo o sentido, no escrito *De laude scriptorum* (consid. XI).

[16] *Siehet man am Tage*.

[17] *Sintemal*. Geralmente usado como conjunção causal. Texto lat.: *Qui*. BSLK (p. 410, nota 13) sugere "obwohl", neste contexto.

tiras, Deus, constantemente, promoveu a sua obra; diminuiu sempre o partido deles e aumentou o nosso; fez que se arruinassem com suas mentiras e ainda continua a fazê-lo.

8 Tenho de contar uma história. Esteve, aqui, em Wittenberg[18] um doutor enviado da França[19]. Declarou ele publicamente diante de nós estar seu rei certo e mais do que certo que entre nós não havia igreja, nem governo, nem matrimônio, senão que todos viviam promiscuamente, como o gado, e que cada qual fazia o que bem entendia. 9 Imagina, agora, como nos vão olhar naquele dia, diante do tribunal de Cristo, os que, por seus escritos, impingiram ao rei e a outros países[20] mentiras tão grosseiras como se fossem a pura verdade. Cristo, Senhor e Juiz de todos nós, bem sabe que mentem e mentiram. Seu juízo terão de ouvir, por sua vez; disso estou certo. Que Deus converta ao arrependimento os que podem ser convertidos. Para os outros será ai-ai, eternamente[21].

10 Para voltar ao assunto: na verdade, muito gostaria de ver um concílio autêntico. Muitas coisas e pessoas ficariam ajudadas com isso. Não que nós outros dele precisássemos. Pois as nossas igrejas, pela graça de Deus, estão, agora, de tal maneira iluminadas e providas da palavra pura e do uso correto dos sacramentos, de compreensão das diversas vocações[22] e das obras verdadeiras, que, por nossa causa, não perguntamos por nenhum concílio e, no que concerne a essas partes, não temos esperança e expectativa de algo melhor da parte do concílio. Nas dioceses, porém, vemos, por toda parte, muitas paróquias vacantes e desertas, uma situação de partir o coração. Não obstante, nem bispos nem cônegos[23] se importam de como vivem ou morrem as pobres criaturas, pelas quais, todavia, morreu Cristo. E não podem ouvi-lo a falar com elas como o verdadeiro pastor com suas ovelhas[24]. 11 O que me horroriza e me faz recear que algum dia ele faça descer sobre a Alemanha um concílio de anjos que a todos nos destrua completamente, como Sodoma e Gomorra, porquanto dele escarnecemos tão petulantemente com o concílio[25].

12 Além desses assuntos necessários da esfera eclesiástica, também deveriam ser melhoradas inúmeras coisas importantes no plano secular. Aí temos discórdia entre príncipes e ordens; a usura e a avareza irromperam qual dilúvio e se

---

[18] Vitembergue e Vitemberga são as formas aportuguesadas.

[19] Dr. Gervásio Waim ou Wain, embaixador do rei Francisco I da França. Esteve na Saxônia em 1531. O rei valera-se repetidas vezes desse apaixonado adversário da Reforma para suas negociações com os protestantes alemães. Na época da estada do embaixador na Saxônia, Melanchthon o chamou de *homo, ut videtur, inimicissimus nostrae causae* ("homem, ao parecer, hostilíssimo à nossa causa").

[20] Ed. espanhola, p. 163: "y otras autoridades". No original: *und andern Landen*. Talvez o tradutor tenha confundido o *regnis* do texto latino com *regibus*.

[21] *Den andern wird's heissen weh und ach ewiglich.*

[22] *Mit Erkenntnis allerlei Ständen.* BSLK (p. 411, nota 4): "mit der richtigen Auffassung von der Bedeutung der verschiedenen menschlichen Berufe" ("com a concepção acertada do sentido das diversas vocações humanas").

[23] *Tumherrn* (= Domherren).

[24] Jo 10.12.

[25] Texto lat.: *nomine et praetextu concilii.*

transformaram em pleno direito[26]; arbitrariedade, impudicícia, imodéstia em matéria de vestimenta, glutonaria, jogatina, luxo, juntamente com todas as espécies de vícios e maldades, desobediência da parte dos súditos, dos domésticos e operários, extorsão da parte dos artífices, também, pelos camponeses – e quem pode enumerar tudo? – tornaram-se tão excessivos que nem com dez concílios e vinte dietas se voltará a endireitar a coisa. Se no concílio se tratasse desses pontos cardeais da ordem eclesiástica e secular que são contrários a Deus, as mãos todas ficariam tão cheias de trabalho que, com isso, certamente, se esqueceria a puerilidade e sandice das alvas[27], das grandes tonsuras, dos largos cíngulos[28], dos chapéus e báculos bispais e cardinalícios[29] e pantomimas semelhantes. Tivéssemos, primeiro, cumprido o mandamento e a ordem de Deus no estado espiritual e o no secular e teríamos, então, tempo suficiente para reformar as comidas[30], a vestimenta, as tonsuras e a casula[31]. Mas, quando engolimos tais camelos, coando, entrementes, mosquitos[32], quando queremos deixar que fiquem as traves e julgar os argueiros[33], bem poderíamos, nesse caso, estar satisfeitos também com o concílio.

13

14 Por isso, redigi poucos artigos. Pois que, sem isso, já temos de Deus tantos encargos a cumprir na igreja, no estado e na família, que jamais podemos satisfazê-los. De que serve, pois, ou a que auxilia fazerem-se, ademais disso, muitos decretos e ordenações no concílio, especialmente quando esses pontos fundamentais, ordenados por Deus, não são considerados nem observados? Precisamente como se ele tivesse de honrar a nossa bufonaria[34] em troca do nosso ato de calcarmos aos pés os seus sérios mandamentos. Mas os nossos pecados pesam sobre nós e não permitem que Deus nos seja gracioso, pois que também não nos arrependemos e, além disso, ainda queremos defender toda a abominação. Oh! amado Senhor Jesus Cristo, celebra tu mesmo um concílio e salva os teus pelo teu glorioso retorno![35] Com o papa e os seus é caso perdido. Nada querem contigo. Socorre, pois, a nós pobres e míseros que dirigimos os nossos suspiros a ti e, seriamente, te buscamos segundo a graça que nos concedeste pelo teu Santo Espírito, que contigo e com o Pai vive e governa, bendito para sempre. Amém.

15

---

[26] Sobre a posição de Lutero na questão do juro, vid. seu escrito *Von Kaufhandlung und Wucher*, de 1524.

[27] *Von langen Röcken*. Texto lat.: *de vesti talari.* A alva é comprida túnica branca.

[28] *Breiten Gürteln*. Cíngulo é o cordão com que o sacerdote aperta a alva na cintura.

[29] Mitra, capelo.

[30] Os preceitos quanto ao jejum.

[31] Vestimenta de seda ou de damasco que o sacerdote põe sobre a alva e a estola quando diz a missa.

[32] Cf. Mt 23.24.

[33] Cf. Mt 7.3-5.

[34] *Gaukelspiel*.

[35] *Zukunft* (= Wiederkunft).

PRIMEIRA PARTE

1537

A primeira parte dos Artigos trata dos sublimes artigos da majestade divina, a saber:

1. Que o Pai, Filho e Espírito Santo, três pessoas distintas em uma só essência e natureza divina, são um único Deus, que criou o céu e a terra, etc.

2. Que o Pai não é nascido de ninguém, o Filho é nascido do Pai, o Espírito Santo procede do Pai e do Filho.

3. Que se fez homem não o Pai nem o Espírito Santo, mas o Filho.

4. Que o Filho se tornou homem desta maneira: foi concebido pelo Espírito Santo, sem cooperação varonil, e nasceu da pura e santa Virgem Maria[36];

---

[36] *Von der reinen, heiligen Jungfrau Maria.* O texto latino toma posição contra os antidicomarianitas (pessoas que pretendiam não haver Maria ficado virgem após o nascimento de Jesus e ter tido outros filhos de seu marido José): *ex Maria pura, sancta, semper virgine.* O *semper virgo* dos Artigos de Esmalcalde é da tradução de Nicholaus Selneccer (1530-1592), mas corresponde à posição de Lutero, a mesma da igreja antiga. Sobre um argumento falho em contrário avançado por Elvídio, escreve Lutero, em 1543 (*Walch*, St. Louis, XX, p. 2098): *so wollte Helvidius, der Narr, auch Marien mehr söhne nach Christo geben, aus diesen Worten des Evangelisten: "und Joseph erkannte seine Braut Maria nicht, bis sie ihren ersten Sohn gebar"; solches wollte er verstehen, als hätte sie nach dem ersten Sohn mehr Söhne gehabt: der grobe Narr. Dem hat St. Hieronymus fein geantwortet* ("Assim Elvídio, criatura estúpida, também quis que Maria haja tido mais filhos depois de Cristo, baseando-se nestas palavras do evangelista: 'E José não conheceu sua noiva Maria, até que ela deu à luz o seu primogênito'. Quis ele entender essas palavras como significando que, depois do primeiro filho, ela teve outros. Néscio grosseiro! Deu-lhe resposta acertada S. Jerônimo"). Sobre a história da veneração à Virgem Maria no protestantismo alemão, vid. Reintraud Schimmelpfennig, *Die Geschichte der Marienverehrung im deutschen Protestantismus,* Paderborn, Ferdinand Schöningh, 1952. – O adjetivo "pura" também aparece em Confissão de Augsburgo, III, 1, texto alemão. Ernst Kinder (*Die Erbsünde*, p. 48) declara que fica aberta (indecidida) a questão do sentido de "pura" nas Confissões Luteranas, isto é, se significa sem relações sexuais ou livre de pecado original. Acrescenta que em Lutero se encontram até o fim declarações no sentido de que Maria, ao conceber o Filho de Deus, estava livre do pecado original. Conferimos as quatro declarações de Lutero citadas pelo autor. São as seguintes, de acordo com os textos da WA: 1. *Darumb war es not, das seine Mutter were eine Jungfraw, Eine junge Jungfraw, ein heilige Jungfraw, die, von der Erbsünde erlöset und gereiniget, durch den heiligen Geist nicht mehr denn einen Son, einen Jhesum, trüge, der jr [=ihr] 'Silia' frucht jres [=ihres] leibes Samens, on Vater, ein einiger Christus, uns gewis sein kündte* (WA 53,640. O texto é do escrito *Vom Schem Hamphoras und vom Geschlecht Christi*, de 1543). 2. *Gott hat die seel und den leyb der Junckfrawen Marie vol heyliges Geystes gegossen, das sie on alle sünd gewesen ist, da sie den Herrn Jesum empfangen und getragen hat* (WA 52,39. O texto é da *Hauptpostille*, de 1544, sermão de 1532, dia do Natal). 3. *Et tamen mater nata e parentibus in peccatis ut nos. Sed tamen spiritus sanctus effecit, quod is puer e carne et sanguine natus, sed non ihm sundlichen fleisch. Fleisch und blut behalten und warhafftig mensch draus gemacht, aber die sunde draus gefeget, ut sit iam mater eins reines kindes, qui non mit sunden begifft* (WA 36,143. Sermão de 1532, Domingo de Ramos). 4. *Omnis homo obnoxius est vitiis peccati originalis excepto Christo. Omnis homo, qui non est personaliter Deus sicut Christus, habet concupiscentiam, sed Christus homo non habet, quia est personaliter Deus, et in conceptione purgata tota illa caro et sanguis Mariae est, ut nihil peccati sit reliquum. Ideo recte ab Essaia dicitur: Non est inventus dolus in ore eius, alioqui omne semen excepta Maria fuit vitiatum* (WA 39/II,107. O texto é do escrito *Die disputation de divinitate et humanitate Christi*, de 1540). *Alioqui*, em lat. eclesiástico = no mais, quanto ao resto, mas.

depois sofreu, morreu, foi sepultado, desceu ao inferno, ressuscitou de entre os mortos, subiu ao céu, está sentado à destra de Deus, voltará para julgar os vivos e os mortos, etc., conforme ensina o Símbolo dos Apóstolos, o Símbolo Atanasiano e o catecismo infantil comum[37].

Não há discórdia nem controvérsia em torno desses artigos, já que ambos os partidos os confessam[38]. Razão por que é desnecessário deles tratar mais extensamente agora.

SEGUNDA PARTE

A segunda parte versa os artigos que dizem respeito ao ofício e obra de Jesus Cristo, ou à nossa redenção.

PRIMEIRO ARTIGO

Aqui, o primeiro e principal artigo é o seguinte:

1 1. Que Jesus Cristo, nosso Deus e Senhor, "morreu[39] por causa das nossas transgressões e ressuscitou por causa da nossa justificação". Rm 4[40]. Só ele
2 é "o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo". Jo 1[41]. E: "O Senhor fez
3 cair sobre ele a iniqüidade de nós todos". Isaías 53[42]. Além disso: "Todos são pecadores, sendo justificados sem mérito, por sua graça, mediante a redenção de Jesus Cristo em seu sangue, etc.". Rm 3[43].

---

[37] Lutero pensa, aqui, provavelmente, em seu Catecismo Menor.

[38] Lutero escrevera *gläuben und bekennen* ("cremos e confessamos"), mas em seu manuscrito riscou as palavras "*gläuben und*". E. Wolf (BSLK, p. 415, nota 1) explica: "Weil er den Katholischen den Glauben nicht zutraute". Wolf ainda cita uma frase de Lutero, de 1544: *Was hilft ihn* [i. e., ao papa], *dass er mit dem Maul hoch rühmet den rechten Gott, den Vater, den Sohn und heiligen Geist und trefflichen Schein furwendet eines christlichen lebens? Gleichwohl ist und bleibt er der grössest Feind Cristi und der rechte Antichrist* (WA 54,160). Comentário de Theodor Mahlmann, *Das neue Dogma der lutherischen Christologie,* 1969, p. 13: "Dabei ist unter 'gläuben' zu verstehen, dass die römische Kirche das Glaubensbekenntnis nicht im Sinne des 'ander(n) Teil(s)' der 'Artikel' ablegt, 'so das Ampt und Werk Jesu Christi' oder unser Erlosung betreffen' (BSLK 415,4-5). Die 'hohen Artikel der gottlichen Majestät' (BSLK 414,10-11) 'gläuben' heisst also, sie im Sinne des von Luther zum 'Ampt und Werk Jesus Christi' breit angeführten Schriftzeugnisses verstehen, im Sinne also des rechtfertigenden Glaubens, des Artikels, von dem man 'nichts weichen oder nachgeben' 'kann', 'es falle Himmel und Erden oder was nicht bleiben will' (BSLK 415,21-22). So sieht Luther den Sinn der Rezeption der alten Symbole". O autor remete a Werner Elert, *Morphologie* I, p. 180s.; P. Brunner, "Reform – Reformation, Einst – Heute", *Kerygma und Dogma* 13, 1967, p. 169s.

[39] Almeida RA: "foi entregue".

[40] Rm 4.25.

[41] Jo 1.29.

[42] Is 53.6.

[43] Rm 3.23s. Almeida RA (Rm 3.23-25): "Pois todos pecaram e carecem da glória de Deus, sendo justificados gratuitamente, por sua graça, mediante a redenção que há em Cristo Jesus; a quem Deus propôs, no seu sangue, como propiciação..."

4 Já que isso precisa ser crido, não podendo ser alcançado ou apreendido por nenhuma obra, lei ou mérito, segue-se que é claro e certo que somente esta fé nos torna justos, como diz São Paulo em Rm 3[44]: "Julgamos que o homem se torna justo sem obras da lei, pela fé". Também: "Para somente ele ser justo e justificar aquele que tem fé em Jesus"[45].

5 Desse artigo, a gente não se pode afastar ou fazer alguma concessão, ainda que se desmoronem céu e terra ou qualquer outras coisa. Pois "não existe nenhum outro nome, dado entre os homens, pelo qual possamos ser salvos", diz São Pedro, At 4[46]. "E pelas suas pisaduras fomos sarados", Isaías 53[47].

Sobre esse artigo fundamenta-se tudo o que ensinamos e vivemos contra o papa, o diabo e o mundo. Razão por que devemos estar bem certos disso e não duvidar. Caso contrário, tudo está perdido, e o papa, o diabo e tudo ficarão com a vitória e a razão contra nós.

SEGUNDO ARTIGO

1 Que a missa deve ser considerada a maior e mais hedionda abominação no papado, pois que se opõe direta e violentamente a esse artigo principal. Não obstante, ela foi, acima e antes de todas as outras idolatrias papais, a mais elevada e bela. Pois afirma-se que esse sacrifício ou obra da missa (ainda que oferecido por um indivíduo mau[48]) liberta os homens de seus pecados, tanto aqui, em vida, como além, no purgatório. Mas isso, conforme dito acima, apenas o Cordeiro de Deus deve e tem de fazer. Também desse artigo a gente não se pode afastar ou ceder algo, porque não o permite o primeiro artigo.

2 E, se acaso houvesse papistas razoáveis, poder-se-ia falar amistosamente com eles desta maneira: Por que se aferram tão rigidamente à missa? 1. Pois não passa de simples invenção humana, não ordenada por Deus. E todas as invenções humanas podemos abandoná-las, conforme diz Cristo, Mateus 15[49]: "Em vão me adoram com preceitos de homens".

3 2. Em segundo lugar, é coisa desnecessária, que bem se pode abandonar sem pecado nem perigo.

4 3. Em terceiro lugar, pode receber-se o sacramento de modo muito melhor e mais salutar – em verdade, a única forma salutar – segundo a instituição de Cristo. Por que, então, se quereria impelir o mundo a desolação e miséria por causa de coisa desnecessária, inventada, quando há outra maneira por que se pode ter o sacramento de forma boa e mais salutar?

---

[44] Rm 3.28. No original: *Wir halten, dass der Mensch gerecht werde ohn Werk des Gesetzes durch den Glauben.*

[45] Rm 3.26. Almeida RA: "Para ele mesmo [i. e., Deus] ser justo e o justificador daquele que tem fé em Jesus".

[46] At 4.12.

[47] Is 53.5.

[48] *Einen bosen Buben* (= Bösewicht).

[49] Mt 15.9.

5 Que se pregue publicamente ao povo que a missa, como ninharia humana, pode ser omitida sem pecado e que ninguém que deixar de observá-la será condenado, mas que bem se pode ser salvo sem a missa, de maneira melhor. Na verdade, não cairia a missa, então, por si mesma, não apenas entre o vulgo insano, mas, também, entre todos os corações piedosos, cristãos, razoáveis e tementes de Deus? Muito mais ainda, se ouvissem que se trata de coisa perigosa, excogitada e inventada sem a palavra e a vontade de Deus.

6 4. Em quarto lugar, visto que em todo o mundo surgiram tão incontáveis e indizíveis abusos com a compra e venda de missas, justo seria abandoná-la já, apenas para atalhar tais abusos, posto em si mesma tivesse algo de proveitoso e bom. Quanto mais, então, deve-se abandoná-la, a fim de prevenir para sempre esses abusos, uma vez que é totalmente desnecessária, inútil e perigosa, e quando se pode ter tudo de modo mais necessário, mais proveitoso e mais certo sem missa.

7 5. Em quinto lugar: acontece que a missa (conforme dizem o cânon[50] e todos os livros) outra coisa não é nem pode ser senão obra de homens (também de indivíduos maus). Com isso, pessoas querem reconciliar com Deus a si mesmas e, juntamente com elas, a outras, querem adquirir e merecer perdão dos pecados e graça (pois é neste sentido que se celebra a missa, quando é celebrada da melhor maneira. Que outro propósito haveria de ter?). Por isso se deve e tem de condenar e rejeitá-la. Porque isso é diretamente contrário ao artigo principal, o qual diz que não é um mau ou piedoso celebrante de missa que tira os nossos pecados com sua obra, mas o Cordeiro de Deus[51] e Filho de Deus.

8 E se alguém, para justificar-se, quisesse pretextar que, em edificação própria, deseja prover-se com o sacramento ou comungar a si mesmo, nisso não haveria seriedade. Pois, se quer comungar com seriedade, pode fazê-lo com certeza e da melhor maneira no sacramento, conforme é dado segundo a instituição de Cristo. Mas comungar-se a si mesmo é idéia humana[52], incerta e desnecessária e, além disso, é coisa proibida. E tal pessoa não sabe o que faz

9 enquanto, sem a palavra de Deus, segue a falsa idéia e invenção humana. Da mesma forma não é correto (posto quanto ao mais estivesse tudo em ordem) querer alguém fazer uso do sacramento comum da igreja segundo a sua própria necessidade religiosa e, assim, brincar com a coisa, a seu grado e sem a palavra de Deus, fora da comunhão eclesial.

10 Esse artigo da missa será o ponto nuclear[53] do concílio. Pois, conquanto fosse possível que nos cedessem em todos os outros artigos, não po-

[50] Cânon, aqui, em uma das acepções que a palavra tem em liturgia: a parte essencial da missa, desde o fim do *Sanctus* até o *Pater*, e que inclui, entre outras coisas, as palavras da instituição. Também é chamada "Ação". No século XI, a Igreja Romana determinou que essa parte fosse rezada em voz sumida.

[51] Cf. Jo 1.29.

[52] *Menschendunkel.*

[53] Ou decisivo. No original: *Dieser Artikel von der Messe wird's ganz und gar sein in Concilio.* BSLK (p. 519, nota 4): "der entscheidende Punkt". W. Metzger, op. cit., p. 184: "der Kernpunkt". *Concordia Triglotta*, p. 465: "... will be the wole business". Texto Lat.: *in hoc arti-*

dem fazer concessões nesse artigo. É o que disse Campégio de Augsburgo[54]: antes se deixaria despedaçar do que abrir mão da missa. Assim, também eu, com a ajuda de Deus, antes me deixarei reduzir a cinza do que conceder que um oficiante de missa[55], com sua obra, seja bom ou mau, é igual ou superior ao meu Senhor e Salvador Jesus Cristo. De sorte que estamos e permanecemos eternamente separados e opostos uns aos outros. Bem o percebem eles: se cai a missa, sucumbe o papado. Antes de permitirem que tal aconteça, matam a todos nós, se puderem fazê-lo.

11 Além de tudo isso, essa cauda de dragão, a missa, engendrou muito bicharedo e peçonha[56] de diversas idolatrias.

12 Primeiro: o purgatório. Aqui, houve tanta atividade[57] com relação ao purgatório – missas das almas[58], vigílias[59], ofício do sétimo dia, do trigésimo dia, ofício anual[60], afinal, a semana comum[61], o Dia de Finados[62] e o banho das almas –, que a missa foi usada quase que só para os mortos, quando Cristo instituiu o sacramento apenas para os vivos. Por isso, deve considerar-se a missa com toda a sua pompa, culto e comércio como pura ilusão diabólica. Pois também conflita com o artigo precípuo, segundo o qual somente Cristo e não a obra de homem deve auxiliar as almas. Além disso, nada se nos ordenou ou preceituou de resto com respeito aos mortos, razão por que bem se pode abandoná-lo, ainda que não fosse erro e idolatria.

13 Aqui, os papistas evocam Agostinho[63] e alguns Pais[64] que teriam escrito sobre o purgatório e pensam que nós não vemos para que e em que sentido assim falam. Santo Agostinho[65] não escreve que existe um purgatório nem tem ele palavra escriturística que a isso o obrigue. Deixa, pelo contrário, indecidida a questão da existência de um purgatório e diz que sua mãe desejou houvesse dela memória no altar ou sacramento. Ora, tudo isso não foi senão devoção

culo de missa concilium potissimum sudabit et consummabitur ("O concílio suará e empatará tempo acima de tudo com esse artigo da missa").

[54] Lourenço Campégio (1474-1539), legado papal e conselheiro de Carlos V na Dieta de Augsburgo (1530).

[55] *Messknecht* (= Priester). Epíteto depreciativo (cf. A. Götze, *Glossar*). Texto lat.: *missarium ventrem*.

[56] *Viel Unziefers und Geschmeiss.*

[57] Ou: aqui se mercadejou (*gehandelt*).

[58] A missa das almas também é chamada missa dos mortos e missa de réquiem.

[59] Chama-se vigília o ofício *in memoriam* que se realiza na véspera do aniversário da morte.

[60] Já Tertuliano mencionou o ofício anual dos defuntos (*De corona*, capítulo III, MSL II, 79), e Ambrósio faz referências às missas de réquiem do sétimo e do trigésimo dia (*De obitu Theodosii oratio*, capítulo 3, MSL XVI, 1386).

[61] *Hebdomada* ou *septimana communis* é a semana seguinte ao dia de São Miguel (29 de setembro), na qual são rezadas numerosas missas de réquiem.

[62] 2 de novembro. Já era celebrado no século X.

[63] *De civitate Dei* XXI, cap. 24, MSL XLI, 738.

[64] P. ex., Gregório Magno, *Dialog.* IV, cap. 39, MSL LXXVII, 396.

[65] *Confessiones* IX, 11 e 13, MSL XXXII, 775, 778-780.

humana de algumas pessoas, que não estabelecem artigo de fé, prerrogativa de
14 Deus somente. Mas os nossos papistas fazem uso de tais palavras humanas para que se creia em seu vergonhoso, sacrílego e maldito tráfico das missas das almas, a serem oferecidas pelo purgatório, etc. Estão longe de provar isso com Agostinho. Agora, quando tiverem abolido o tráfico de missas purgatórias, do qual jamais sonhou Agostinho, então falaremos com eles sobre se a palavra de Santo Agostinho, carente de texto escriturístico, pode ser tolerada, de sorte
15 que no sacramento haja memória dos mortos. Não é válido fazer artigos de fé das obras ou palavras dos santos Pais. De outra maneira, também deveria tornar-se artigo de fé sua alimentação, vestimenta, casas, etc., conforme se fez com as relíquias[66]. A norma é: a palavra de Deus e mais ninguém, nem mesmo um anjo, estabelecerá artigos de fé[67].

16 Em segundo lugar, seguiu-se daí haverem os maus espíritos perpetrado muita maldade, aparecendo como almas de homens[68] e exigindo, com indizíveis mentiras e malignidade, missas, vigílias, peregrinações e outras caridades[69].
17 Todos tivemos de considerar essas coisas como artigos de fé e viver de acordo com elas. E o papa as confirmou, como também a missa e as demais abominações. Também aqui não se pode ceder ou fazer concessões.

18 Em terceiro lugar: as peregrinações. Também aí se procuraram missas, perdão dos pecados e a graça de Deus. Porque a missa dominou tudo. Ora, não há nenhuma dúvida que tais peregrinações, sem palavra de Deus, não nos são ordenadas. Tampouco são necessárias, já que bem podemos tê-lo de maneira melhor, podendo, sem qualquer pecado e perigo, abandonar as peregrinações. Por que se negligencia, então, a própria paróquia, a palavra de Deus, mulher, filhos, etc., que são necessários e ordenados, correndo atrás dos des-
19 necessários, incertos e nocivos fogos-fátuos do diabo[70], só porque o diabo dominou o papa, a fim de que esse louvasse e confirmasse tal coisa, para que muitas pessoas se apartem de Cristo, confiem em suas próprias obras e – o que é o pior – se tornem idólatras? Independentemente disso, é coisas desnecessária, não ordenada, não aconselhada, incerta e, além disso, perniciosa.
20 Por isso, também aqui não se pode ceder ou fazer concessões, etc. Que se pregue isso, dizendo que é desnecessário e, ademais disso, perigoso. Depois se veja o que vai ser das peregrinações[71].

---

[66] *Mit dem Heiligtum.* Texto lat.: *cum reliquiis sanctorum.*

[67] Cf. Gl 1.8.

[68] Lutero refere-se a aparições relatadas por Gregório Magno (*Dialog.* IV, cap. 40, MSL LXXVII, 396s.) e Pedro Damiani (*Opusculum* XXXIV, cap. 5, MSL CXLV, 578s.).

[69] Ou: esmolas. No original: *Almosen.*

[70] *Teufelsirrwischen.* Texto lat.: *diabolici ignes vere fatui.*

[71] O texto latino acrescenta: *Sic enim sponte corruent* ("Pois assim desaparecerão por si mesmas").

21 Em quarto lugar: as confrarias[72]. Aqui, os conventos e os capítulos, também os vigários[73], transferiram e comunicaram uns aos outros, em legal e honesto contrato de venda, todas as missas, boas obras, etc., pelos vivos e mortos. Isso não é somente pura invenção humana, sem palavra de Deus, de todo desnecessário e não ordenado, mas ainda contraria o primeiro artigo, da redenção, razão por que de forma alguma deve ser tolerado.

22 Em quinto lugar: as relíquias. Nisso já se encontrou um bocado de patentes mentiras e tolices, a respeito de ossos de cães e cavalos, de sorte que essa coisa, posto houvesse nela algo de bom, há muito deveria ter sido condenada à vista dessas patranhas, das quais se riu o diabo. Além disso, também lhe falta palavra de Deus, não é ordenada nem aconselhada, sendo coisa inteiramente desnecessária e inútil. 23 Mas o pior é que as relíquias, a exemplo da missa, etc., também tiveram de operar indulgência e perdão de pecados, como boa obra e culto divino.

24 Em sexto lugar, para cá pertencem as preciosas indulgências, concedidas a vivos e mortos (se bem que por dinheiro), e nas quais o mísero judas ou papa vende os méritos de Cristo, juntamente com os méritos supererrogatórios[74] de todos os santos e da igreja toda, etc. Nada disso se pode tolerar. E também isso não só é carente de palavra de Deus, desnecessário e não-preceituado, mas é contrário ao primeiro artigo. Porque o mérito de Cristo é alcançado não por nossas obras ou centavos, senão mediante a fé, pela graça, sem qualquer dinheiro e mérito; é oferecido não pelo poder do papa, mas pela pregação ou palavra de Deus.

DA INVOCAÇÃO DOS SANTOS

25 A invocação dos santos também é um dos abusos anticrísticos[75]. Conflita com o primeiro e principal artigo e extingue o conhecimento de Cristo. Também não é ordenada nem recomendada. Tampouco tem exemplo na Escritura, e temos tudo mil vezes melhor em Cristo, posto fosse precioso bem aquele uso, o que, todavia, não é.

26 É verdade que os anjos no céu intercedem por nós (como também faz o próprio Cristo); da mesma forma, os santos na terra ou, talvez, também os san-

---

[72] As confraternizações de preces entre diversos mosteiros, atestadas desde o século VIII, foram estabelecidas para obrigar os membros a fazerem orações e obras piedosas quando da morte de um dos irmãos. Na Idade Média tardia, surgiriam ainda as irmandades eclesiásticas (*fraternitates*), que tinham, igualmente, objetivos religiosos e que podiam compor-se de eclesiásticos, de leigos e eclesiásticos, ou unicamente de leigos.

[73] *Vikaristen*. Os vicários, também chamados altaristas, fazem as vezes do pároco.

[74] *Ubrigen* (= überschüssigen). Texto lat.: *superflua*. Sobre *opera supererogationis* ou *superabundantia*, vid. CA XXVII, 61, tradução do texto latino, nota em "obras supererrogatórias"; Apologia XXVII, 9, nota em méritos supererrogatórios"; apologia XXVII, seções 25 e 29 e texto alemão ibidem.

[75] *Endchristlischen Missbräuche*. Texto lat.: *abusus et error Antichristi*.

tos no céu. Disso, porém, não se segue que devamos invocar os anjos e os santos, adorá-los, em honra a eles jejuar, celebrar festas e missas, sacrificar, fundar igrejas, instituir altares e cultos, servi-los ainda de outras formas, considerando-os auxiliadores em tempos de necessidade, atribuindo-lhes toda sorte de ajuda, a cada um uma função especial, como ensinam e fazem os papistas. 27 Pois isso é idolatria, e tal honra pertence somente a Deus. Porque como cristão e santo na terra, podes orar por mim não apenas quanto a uma só necessidade, mas em todas. Entretanto, nem por isso te devo adorar, invocar, em tua honra celebrar festas, jejuar, sacrificar, rezar missa e fundamentar em ti a minha fé para a salvação. Bem te posso honrar de outra maneira, amar-te e agradecer-te em Cristo. 28 Se tal honra idólatra é tirada dos anjos e dos santos mortos, não será prejudicial a outra honra, e até estará esquecida em breve. Pois quando já não houver esperança de proveito e auxílio corporal e espiritual, por certo deixarão em paz os santos, na sepultura e no céu. Porque sem recompensa ou por amor ninguém se lembrará muito deles, nem muito os estimará e honrará.

29 Em suma: o que a missa é, o que dela resultou e o que a ela está ligado, não o podemos tolerar e temos de condená-lo, a fim de que possamos conservar o santo sacramento puro e certo, segundo a instituição de Cristo, conforme usado e recebido pela fé.

TERCEIRO ARTIGO

DOS CAPÍTULOS E MOSTEIROS

1 Os capítulos e mosteiros, fundados antigamente com boas intenções, com a finalidade de formar homens doutos e mulheres honestas, de novo devem ser ordenados para tal fim, para que a gente possa ter pastores, pregadores e outros servidores da igreja, também pessoas necessárias para o governo secular em cidades e estados, como, ainda, moças bem educadas para serem mães de família e donas de casa, etc.

2 Se os capítulos e mosteiros não querem servir a esse fim, então é melhor que sejam abandonados ou demolidos do que serem eles, com seu culto blasfemo, excogitado por homens, considerados coisa melhor que o estado cristão comum e os ofícios e vocações[76] instituídos por Deus. Porque tudo isso também é contrário ao primeiro e principal artigo, da redenção de Jesus Cristo. Além disso (como todas as outras invenções humanas), também não são ordenados, são desnecessários e inúteis. Causam, ademais, faina perigosa e vã. *Aven*, isto é, "labor penoso", é como os profetas chamam a tais cultos[77].

---

[76] *Ämpter und Orden* (= Beruf, Stand – BSLK, p. 426, nota 7). Texto lat.: *officiis et vocationibus*.

[77] Cf., v. g., Zc 10.2; Hc 1.3; Is 1.13; 29.20; 41.29.

QUARTO ARTIGO

DO PAPADO

1 O papa não é *jure divino* ou com fundamento na palavra de Deus o cabeça de toda a cristandade. Tal pertence a um só, cujo nome é Jesus Cristo. É, ao contrário, apenas bispo ou pastor da igreja em Roma e daquelas que, voluntariamente ou através de instituição humana (isto é, autoridade secular), a ele se uniram, para serem cristãos não sob ele, como debaixo de senhor, mas ao lado dele, como irmãos e companheiros. Isso o provam também os concílios antigos[78] e o tempo de São Cipriano[79]. 2 Agora, entretanto, nenhum bispo ousa[80] chamar o papa de "irmão", como naquele tempo[81]; devem, isto sim, chamá-lo de "clementíssimo senhor", ainda que sejam rei ou imperador[82]. Isso não queremos, não devemos e não podemos tomar sobre a nossa consciência. Quem, entretanto, quiser fazê-lo, faça-o sem nós outros.

3 Segue daí que, excetuado o que diz respeito ao regime secular, onde Deus permite suceda a um povo muita coisa boa também por instrumentalidade de um tirano ou malvado, tudo quanto o papa fez e empreendeu com fundamento nesse poder falso, perverso, blasfemo e usurpado, nada foi senão história e negócio diabólicos, e ainda é. E isso para ruína de toda a santa igreja cristã (no que dele depende) e para destruição[83] do primeiro e principal artigo, da redenção em Jesus Cristo.

4 Pois aí estão todas as suas bulas e livros. Qual leão (como representa o anjo em Ap 12[84]) ruge neles que nenhum cristão pode salvar-se a menos que lhe obedeça e se lhe sujeite em todas as coisas: em tudo quanto o papa quer, diz, faz[85]. Isso outra coisa não é que dizer: "Ainda que creias em Cristo e nele tenhas tudo o que é necessário para a salvação, isso, todavia, nada é, e tudo é em

---

[78] Lutero pensa nos concílios de Nicéia, Constantinopla, Éfeso e Calcedônia. Cf. Ernst Wolf, BSLK, p. 427, nota 8, que remete a textos da WA.

[79] Bispo de Cartago, falecido em 258.

[80] *Tarr* (= wagt).

[81] Cipriano a Cornélio (251-253), *frater carissime. Epistulae*, MSL III, 700, 703, 708, 710, 725, 731, 796, 830; Ambrósio a Sirício (384-399), *Epist.* 42, MSL XVI, 1124; Agostinho a Inocêncio I (401-417), *Epist.* 175, 177, MSL XXXIII, 758, 764.

[82] Traduzido erroneamente na ed. *Tappert* (p. 298): "as if he were a king or emperor". No original: *wenn's auch ein Konig oder Kaiser wäre.* Texto lat.: *sed oportet, ... imo caesares et reges papam apellent omnium gratiosissimum dominum.*

[83] Literalmente: "para destruir" (*zu verstoren*). Tappert (p. 298): "and come into conflict with". Texto lat.: *ad destructionem.*

[84] Lutero cita erroneamente. O texto que deve ter tido em mente é Ap 10.3. No original: *Als der Engel Apocaly, 12, bildet.* Texto lat.: *ut angelus Apoc. 12 significat.* Interpretação de Metzger (op. cit., p. 190): "so stellt ihn ja der Engel in der Offenbarung (10,3) bildlich dar".

[85] Cf. a bula *Unam sanctam* (1302), em que Bonifácio VIII declara que a totalidade da criatura humana necessária para a salvação e deve estar sujeita ao romano pontífice: *porro subesse Romano pontifici omni humanae creaturae declaramus, diffinimus et pronunciamus omnino esse de necessitate salutis (Extravag. comm.* 1,8 C. 1).

vão, se não me consideras como teu deus e não te sujeitas a mim e não me obedeces". É manifesto, porém, que a santa igreja pelo menos por mais de quinhentos anos esteve sem papa[86], e até hoje a igreja grega e muitas igrejas de
5 outras línguas nunca estiveram nem estão sob o papa. De sorte que é, conforme já ficou dito muitas vezes, coisa de invenção humana, não é ordenada, é desnecessária e vã. Pois a santa igreja cristã bem pode ficar sem tal cabeça, e teria, por certo, ficado em situação melhor se tal cabeça não tivesse sido levantada
6 pelo diabo. Ademais, o papado de nenhuma utilidade é na igreja, uma vez que não exerce ofício cristão. De forma que a igreja deve permanecer e subsistir sem o papa.

7 E suponhamos que o papa renunciasse a reivindicação de ser o chefe supremo *jure divino* ou por preceito de Deus, e que, ao contrário, para tanto melhor conservar a unidade da cristandade contra as seitas e heresias, se precisasse de um cabeça a que todos os outros se ativessem. Tal cabeça, então, seria eleito apenas por homens e estaria afeto à eleição e ao poder dos homens modificar tal cabeça, destituí-lo, exatamente como procedeu o Concílio de Constança com os papas, depondo três e elegendo um quarto[87]. Suponhamos (digo) que o papa e a sé romana abrissem mão de tal renúncia e aceitassem isso. Mas isso seria impossível, pois teriam de permitir que se transtornasse e destruísse todo o seu regime e estado, juntamente com todos os seus direitos e livros. Em suma: não o podem fazer.

Contudo, em nada ficaria ajudada a cristandade com isso[88], e surgiriam
8 muito mais seitas do que antes. Pois, visto que não se precisaria estar sujeito a tal cabeça por preceito divino, mas em virtude de boa vontade humana, mui facilmente e em pouco tempo seria desprezado. E, finalmente, não haveria de conservar nenhum membro. Tampouco precisaria estar sempre em Roma ou em outro lugar fixo[89]. Estaria, ao contrário, no lugar e igreja em que Deus houvesse concedido um homem capacitado para tal. Que situação complicada e caótica surgiria daí!

9 Razão por que a igreja nunca pode ser melhor governada e conservada do que quando todos vivemos sob um só cabeça, Cristo[90], e os bispos, todos iguais quanto ao ofício (ainda que desiguais no concernente aos dons[91]), diligentemente se mantêm juntos em unidade de doutrina, na fé, nos sacramentos, nas orações, nas obras de amor, etc. Conforme escreve São Jerônimo[92]: que os sacerdo-

---

[86] Na opinião de Lutero, Gregório I (590-604) foi o último bispo romano, e Sabiniano (604-606) e Bonifácio III (607) foram os primeiros papas.

[87] O Concílio de Constança (1414-1418) depôs João XXIII (na décima segunda sessão, 29 de maio de 1415) e Bento XIII (na trigésima sétima sessão, 26 de julho de 1417). Gregório XII renunciou voluntariamente, no dia 4 de julho de 1415. No dia 11 de novembro de 1417 foi eleito Martinho V.

[88] Isto é, se o papa o fizesse.

[89] De 1309 a 1377, por exemplo, os papas residiam em Avignon.

[90] Ef 1.22; 4.15; 5.25; Cl 1.18.

[91] 1 Co 12.4,8-10; Rm 12.6-8.

[92] Lutero cita de cor, combinando, aqui, dois textos de Jerônimo: *Commentarius in Epist. Ad Titum*, 1,5s., MSL XXVI, 562 e *Epist. 146 ad Euangelum presbyterum*, MSL XXII,

tes de Alexandria, juntamente e em comum, governavam a igreja[93], como também fizeram os apóstolos e, depois, todos os bispos, na cristandade inteira, até que o papa elevou sua cabeça acima de todos.

Esse ponto mostra poderosamente que o papa é o verdadeiro cristo do fim ou anticristo[94], que se pôs e elevou acima de Cristo e contra ele, pois não quer permitir que os cristãos se salvem sem o seu poder, ainda que esse nada é, não havendo sido ordenado nem preceituado por Deus. Isso é propriamente "levantar-se acima de Deus e opor-se-lhe", como diz São Paulo[95]. Nem o turco nem o tártaro fazem isso, embora sejam grandes inimigos dos cristãos. Permitem, ao contrário, creia em Cristo quem quer e exigem tributo e obediência corporais dos cristãos. 10 11

Mas o papa não quer deixar crer, senão que diz que se deve obedecer a ele; então, sim, a gente será salva. É o que não faremos, ainda que, por isso, tenhamos de morrer em nome de Deus. Tudo isso provém do fato de o papa haver querido ser chamado de chefe supremo da igreja cristã *jure divino*. Por essa razão, teve de igualar-se a Cristo e colocar-se ainda acima de Cristo, fazer que fosse proclamado cabeça da igreja, depois, senhor da igreja, por fim, também, senhor do mundo inteiro e, francamente, um deus terreno, até atrever-se a dar ordens mesmo aos anjos no céu[96]. 12 13

E quando se considera a doutrina do papa em sua distinção da doutrina da Sagrada Escritura ou quando se confrontam e se comparam as duas, verifica-se que a doutrina do papa, onde se apresenta em sua melhor forma, é tirada do direito imperial, pagão[97], e ensina política e direito secular, conforme atestam suas decretais[98]. Ensina, em seguida, a respeito de cerimônias eclesiásticas, vestimenta, alimentos, pessoas e incontáveis coisas mais, de semelhantes 14

1194. Em 1538, Lutero publicou a epístola de Jerônimo a Evágrio (Euangelus, Euagrius). No primeiro texto, não há menção de Alexandria. Lutero comete o mesmo engano abaixo, III Parte, X Artigo, 3. No primeiro texto, Jerônimo escreve: *Idem est ergo presbyter qui et episcopus, et antequam diaboli instinctu studia in religione fierent..., communi presbyterorum consilio ecclesiae gubernabantur.* No segundo texto: *Nam et Alexandriae a Marco Evangelista usque ad Heraclam et Dionysium episcopus presbyteri semper unum ex se excelsiori gradu collocatum episcopum nominabant.*

[93] Ou: as igrejas. No original: *Die Kirchen*. Texto lat.: *Ecclesias*.

[94] *Endechrist oder Widerchrist*. Já no alto alemão médio usava-se essa designação, a qual indicava que o Anticristo apareceria no fim do mundo. Em 1522, na postila do Advento (WA 10/I/II,47), Lutero rejeitou essa etimologia popular e decidiu-se pela tradução *Widerchrist*.

[95] 2 Ts 2.4. *Uber Gott und wider Gott sich setzen*. Almeida RA: "o qual se opõe e se levanta contra tudo que se chama Deus".

[96] Referência à bula – provavelmente inautêntica – *Ad memoriam reducendo*, de 27 de junho de 1346. Segundo a bula, o Papa Clemente VI, a propósito do ano jubilar de 1350, teria ordenado aos anjos que conduzissem ao céu as almas dos peregrinos que viessem a morrer durante a peregrinação a Roma.

[97] Direito romano.

[98] *Decretales*. Cartas ou constituições papais, em resposta a consultas sobre matéria ou moral jurídica.

puerilidades, fantasias[99] e necedades. Em tudo isso, porém, nada ensina concernente a Cristo, à fé e aos mandamentos de Deus.

Afinal, outra coisa não é senão pura ação diabólica promover o papa acima e contra Deus, suas mentiras sobre missas, purgatório, monaquismo, suas próprias obras e culto (que vem a ser o verdadeiro papado) e condenar, matar e atormentar todos os cristãos que não exaltam e honram essas suas abominações por sobre todas as coisas. Por isso, assim como não podemos adorar o próprio diabo como Senhor ou Deus, da mesma forma, não podemos tolerar, em seu domínio como cabeça ou senhor, o seu apóstolo, o papa ou anticristo[100]. Pois mentir e assassinar, para destruir eternamente corpo e alma, é, propriamente, a natureza de seu regime papal[101], conforme demonstrei em muitos livros.

15 Nesses quatro artigos terão matéria bastante para condenar no concílio. Pois não podem nem querem conceder-nos a mínima parte de um desses artigos. Disso devemos estar certos e fiar-nos na esperança de que Cristo, nosso Senhor, atacou seu adversário e se imporá[102] com seu Espírito e sua volta[103]. Amém.

16 Pois, no concílio, não estaremos diante do Imperador ou da autoridade civil, como em Augsburgo[104], onde o Imperador promulgou um edito muito clemente e fez que as coisas tivessem audição bondosa[105]. Estaremos, pelo contrário, diante do papa e do próprio diabo, que não tem a intenção de dar ouvidos a coisa nenhuma, senão que pretende, simplesmente, condenar, assassinar e coagir à idolatria, razão por que, aqui, não lhe devemos beijar os pés[106] ou dizer: "Sois meu senhor clemente"; devemos, isto sim, falar como o anjo em Zacarias falou ao diabo: "Que Deus te repreenda, Satanás"[107].

TERCEIRA PARTE

Sobre os artigos seguintes podemos tratar com pessoas eruditas, sensatas, ou entre nós mesmos. O papa e seu reino não lhes têm grande estima. Pois *conscientia* nada lhes vale, mas dinheiro, honra e poder lhes é tudo.

---

[99] *Larvenwerk*. Texto lat.: *de larvis* (*larva*: fantasma, espectro, duende, espantalho, esqueleto).

[100] *Endechrist*. Vid. acima, II parte, IV Artigo, 10.

[101] Das palavras "por isso" até aqui, este parágrafo é citado em Fórmula Concórdia, Declaração Sólida, X, 20.

[102] *Nachdrucken* (= sich behaupten, durchsetzen; – cf. A. Götze, *Glossar*).

[103] *Zukunft* (= Wiederkehr).

[104] Na Dieta de Augsburgo, 1530.

[105] E. Wolf (BSLK, p. 433, nota 12) observa que é fato "digno de nota" que Lutero e os demais teólogos protestantes tenham desconhecido completamente o imperador Carlos V. Cita um texto em que Lutero fala do "piedoso Carolus, ovelha entre lobos" (WA Br 5, 373).

[106] A genuflexão e o beija-pé são considerados como devidos ao papa. Chamam-se *adoratio*, adoração. Aqui, no sentido de demonstração de afeto, respeito ou submissão, como na expressão "adoração do papa" (sinal de homenagem prestado pelos cardeais ao papa recém-eleito).

[107] Zc 3.2.

I Do pecado

Aqui devemos confessar, como diz S. Paulo em Rm 5[108], que o pecado se originou de um só homem, Adão, por cuja desobediência todos os homens se tornaram pecadores, sujeitos à morte e ao diabo. A isso se chama pecado hereditário ou pecado capital[109]. 1

Os frutos desse pecado são as más obras proibidas nos Dez Mandamentos, como incredulidade, fé falsa, idolatria, ausência de temor a Deus, presunção, desespero, cegueira e, em suma: não conhecer a Deus ou desprezá-lo. Além disso, mentir, jurar pelo nome de Deus[110], não orar, não invocar, desprezar a palavra de Deus, desobedecer aos pais, cometer assassínio, incontinência, furtar, enganar, etc. 2

Esse pecado hereditário é corrupção de tal maneira profunda e perniciosa da natureza que razão nenhuma o compreende. Deve, ao contrário, ser crido com base na revelação da Escritura. Sl 50; Rm 5; Êx 33; Gn 4[111]. Razão por que é puro erro e cegueira em relação a esse artigo o que os teólogos escolásticos[112] ensinaram, a saber: 3

1. Que depois da queda[113] de Adão, as forças naturais do homem continuaram íntegras e incorruptas. E que o homem possui, por natureza, razão reta e vontade boa, conforme ensinam os filósofos. 4

2. Também: que o homem tem livre arbítrio para fazer o bem e deixar o mal, e, inversamente, deixar o bem e praticar o mal. 5

3. Ainda: que o homem, por forças naturais, pode observar e cumprir todos os mandamentos de Deus. 6

4. Igualmente: que, por forças naturais, pode amar a Deus sobre todas as coisas e o próximo como a si mesmo. 7

5. Também: quando o homem faz o que está nele, Deus, certamente, lhe dá a sua graça. 8

6. Outrossim: quando quer ir ao sacramento, não é necessário que haja o bom propósito de fazer o bem, senão que basta não tenha o mau propósito de praticar pecado; tão boa é a natureza e a tal ponto eficaz o sacramento. 9

7. Não se fundamentar na Escritura que para a boa obra seja necessário o Espírito Santo com sua graça. 10

Essas coisas e muitas outras similares surgiram de incompreensão e ignorância tanto a respeito do pecado como a respeito de Cristo, nosso Salvador. São 11

---

[108] Rm 5.12.

[109] *Erbsunde oder Häuptsunde.* Texto lat.: *originale, haereditarium, principale et capitale peccatum.* Sobre o termo *Erbsünde*, vid. Confissão de Augsburgo, II, 2, texto alemão (*angeborne Seuch und Erbsunde*) e texto latino (*hic morbus seu vitium originis*); Apologia II, 10, trad. alemã de Justus Jonas (*Erbseuche*); Fórmula de Concórdia, Declaração Sólida, I 5 (*Erbseuche.* Texto lat.: *hereditarium morbus*); ibidem, I, 12 (*Erbseuche, morbus hereditarium*).

[110] *Bei Gottes Namen schweren.* Texto lat.: *nomine Dei abuti, pejerare* ("abusar do nome de Deus, perjurar").

[111] Sl 51.7 (Vulgata: 50.7); Rm 5.12ss.; Êx 33.20; Gn 3.6ss.

[112] *Die Schultheologen.*

[113] *Erbfall*, "queda hereditária", i. e., original.

doutrinas bem pagãs, que não podemos tolerar. Pois se essa doutrina é correta, segue-se que Cristo morreu em vão, porque não há no homem defeito nem pecado pelos quais teria de haver morrido, ou, então, teria morrido somente pelo corpo, não, também, pela alma, porquanto a alma seria sã, e tão-só o corpo estaria sujeito à morte.

II Da lei

1 Aqui, pensamos que a lei foi dada por Deus, em primeiro lugar, para refrear o pecado com ameaças e pelo temor do castigo e com promessas e oferecimento da graça e do benefício. Tudo isso, porém, se malogrou por causa da 2 maldade que o pecado operou no homem. Pois uma parte, os que são inimigos da lei por ela proibir o que gostam de fazer e ordenar o que não gostam de fazer, tornou-se, com isso, pior. Razão por que, na medida em que não os impede o castigo, transgridem, agora, a lei mais do que antes. Estas são as pessoas rudes e malvadas, que praticam o mal sempre que tenham oportunidade.

3 Os outros se tornam cegos e atrevidos, imaginando que cumprem e podem cumprir a lei por suas força, conforme, faz pouco, se disse acima a respeito dos teólogos escolásticos[114]. É daí que provêm os hipócritas e os falsos santos.

4 Mas a função ou virtude principal da lei é revelar o pecado hereditário com os frutos e tudo[115], e mostrar ao homem a que tremenda profundidade sua natureza caiu e quão abismalmente está corrompida, pois a lei precisa dizer-lhe que não tem Deus nem o venera, ou que adora deuses estranhos, coisa que, antes e sem lei, ele não teria crido. Com isto se espanta, é humilhado, desanima, desespera, quisera muito ser socorrido, mas não vê saída, começa a 5 ser inimigo de Deus e a murmurar, etc. Este é o sentido de Rm 3: "A lei suscita a ira"[116], e de Rm 5: "Pela lei o pecado avulta"[117].

III Do arrependimento

1 O Novo Testamento mantém essa função da lei e também insiste nela, como faz Paulo em Rm 1, onde diz: "A ira de Deus é revelada do céu sobre todos os homens"[118]. Da mesma forma, no capítulo terceiro: "Todo o mundo é culpado perante Deus e nenhum homem é justo diante dele"[119]. E Cristo, em Jo 16: "O Espírito Santo convencerá o mundo do pecado"[120].

---

[114] Vid. III parte, I Artigo, 3.

[115] A ed. Tappert omite as palavras *mit Fruchten und allem.*

[116] Há engano quanto ao capítulo. Trata-se de Rm 4.15.

[117] Rm 5.20.

[118] Rm 1.18.

[119] Rm 3.19,20.

[120] Jo 16.8.

Este é, pois, o raio[121] de Deus, com que destrói tanto os pecadores manifestos como os falsos santos, e não reconhece razão a ninguém, levando todos ao terror e desalento. Este é o martelo (como diz Jeremias): "Minha palavra é martelo que esmiúça as penhas"[122]. Isto não é *activa contritio*, pesar factício[123], porém, *passiva contritio*[124], a verdadeira dor de coração, o sofrer e sentir a morte. 2

E isso, então, significa principiar o verdadeiro arrependimento. E, aqui, o homem precisa ouvir este juízo: "Todos vós nenhuma importância tendes, quer sejais pecadores manifestos, quer sejais santos[125]; todos deveis tornar-vos diferentes e agir de outra maneira do que agora sois e agis. Quem quer que sejais e pouco importando quão grandes, sábios, poderosos e santos sois, aqui ninguém é justo, etc." 3

Mas a esse ofício[126] o Novo Testamento acrescenta imediatamente, através do evangelho, a consoladora promessa da graça, na qual cumpre se creia. É, como diz Cristo em Marcos 1: "Arrependei-vos e crede no evangelho"[127], isto é: "Tornai-vos outros e procedei de maneira diferente e crede em minha promessa". E João, que o precedeu, é chamado pregador do arrependimento, mas do arrependimento para a remissão dos pecados. Isto é, cumpria-lhe censurá-los a todos e convencê-los de que eram pecadores, para que soubessem o que eram diante de Deus e se reconhecessem homens perdidos e, assim, ficassem preparados para o Senhor, a fim de receberem a graça e dele esperarem e aceitarem a remissão dos pecados. Assim também o próprio Cristo diz no último capítulo de Lucas[128]: "Importa que em meu nome se pregue arrependimento e perdão dos pecados em todo o mundo". 4 5 6

Onde, porém, a lei exerce este seu ofício sozinho, sem o acrescentamento do evangelho, aí estão a morte e o inferno. Aí o homem tem de desesperar como Saul e Judas[129], conforme diz São Paulo: "A lei mata pelo pecado"[130]. O evangelho, por outro lado, não dá consolo e perdão de uma só maneira[131], mas pela palavra, pelos sacramentos e coisas semelhantes, conforme ouviremos[132], a 7 8

---

[121] *Donneraxt* (= Donnerkeil, Blitzstrahl). Texto lat.: *fulmen*.

[122] Jr 23.29.

[123] Ou: artificial. No original: *eine gemachte Reu*. Ernst Kinder e Klaus Haendler (*Lutherisches Bekenntnis*, 2ª ed., Lutherisches Verlagshaus, Berlim e Hamburgo, 1962, p. 133, nota 10): "selbstgemachte Reu" (contrição de própria feitura). Texto lat.: *Haec non est activa contritio seu factitia et accersita* (factícia e não-natural).

[124] Contrição passiva, i. e., contrição cujo sujeito próprio é o Deus que age mediante a lei.

[125] Texto lat.: *sive opinione vestra sancti sitis* ("quer sejais, em vossa opinião, santos").

[126] Ou: a essa função (da lei). No original: *zu solchem Ampt*.

[127] Mc 1.15.

[128] Lc 24.47.

[129] Cf. 1 Sm 28.20; 31.4; Mt 27.3-5.

[130] Rm 7.10.

[131] Ou: não apenas uma única espécie de. BSLK, p. 437, nota 8. "eine Art von". Texto lat.: *non uno tantum modo*. Cf. BSLK, p. 449, nota 3: "nicht einerleiweise" = "nicht nur auf *eine* Weise.

[132] Vid. III Parte, IV Artigo.

fim de que a redenção seja deveras copiosa (como diz o Salmo 129[133]), em contraposição ao grande cativeiro dos pecados.

9 Mas agora temos de contrastar o falso arrependimento dos sofistas[134] com o arrependimento verdadeiro, a fim de que ambos sejam tanto mais bem entendidos.

Do falso arrependimento dos papistas

10 Foi-lhes impossível ensinar corretamente a respeito do arrependimento, já que não discerniam os verdadeiros pecados. Pois, conforme dito acima[135], não avaliam acertadamente o pecado hereditário, mas dizem que as forças naturais do homem permaneceram íntegras e incorruptas, que a razão pode ensinar retamente e que a vontade pode agir corretamente de acordo com isso[136], de sorte que Deus, seguramente, dá sua graça quando o homem faz o quanto está nele, segundo o seu livre arbítrio.

11 Seguiu-se disso, necessariamente, que tão-só faziam penitência pelos pecados atuais, tais como maus pensamentos em que haviam consentido (pois mau afeto, concupiscência, incitamento não era havido por pecado), palavras más, obras más, coisas que o livre arbítrio bem poderia ter deixado de praticar.

12 E para essa penitência estabeleceram três partes: contrição, confissão, satisfação[137], com esta consolação e promessa: se o homem tem verdadeiro arrependimento, faz verdadeira confissão e satisfação, mereceu, com isso, a remissão e pagou pelo pecado diante de Deus. Assim ensinavam aos homens na 13 penitência a confiarem em suas próprias obras. Veio daí a palavra que se ouvia no púlpito quando se recitava ao povo a confissão geral[138]: "Prolonga-me a vida, Senhor Deus, até que haja feito penitência pelos meus pecados e emendado minha vida"[139].

14 Menção nenhuma se fazia, aqui, de Cristo e da fé, esperando-se, ao contrário, vencer e extinguir os pecados com obras próprias. Também nós nos tornamos sacerdotes e monges com a intenção[140] de nós mesmos fazermos frente ao pecado.

---

[133] Sl 130.7. Segundo a numeração da Vulgata, 129.8.

[134] Os escolásticos. O epíteto depreciativo (sofistas) foi usado pelo círculo dos humanistas de Erfurt na luta contra a escolástica. Lutero adotou a alcunha em 1518.

[135] Vid. III parte, I Artigo, 4,8.

[136] *Darnach*, i. e., em conformidade com o ensinado. Texto lat.: *ea, quae docentur.*

[137] Doutrina dos escolásticos desde Pedro Lombardo (falecido em 1160). *Contritio cordis, confessio oris, satisfactio operis.*

[138] *Die gemeine* (= allgemeine) *Beicht.*

[139] Palavras da confissão pública que o sacerdote, desde o século X, diz em nome da congregação.

[140] *Der Meinung*. BSLK (p. 439, nota 5): "in der Absicht". Assim também A. Götze, *Glossar*. Texto lat.: *hanc ob causam.*

Quanto à contrição, a situação era esta[141]: já que ninguém podia lembrar-se de todos os seus pecados (especialmente quando se tratava dos pecados cometidos ao longo de todo o ano[142]), encontraram uma saída[143]. A seguinte: se as faltas olvidadas acudissem mais tarde à memória, também delas cumpria se fizesse penitência e confissão, etc. Entrementes[144], ficavam encomendadas à graça de Deus. 15

Como, além disso, ninguém sabia quanta contrição deveria haver para que, seguramente, bastasse diante de Deus, deram este consolo: quem não pudesse ter *contritio*, isto é, contrição, devia ter *attritio*, o que eu poderia chamar de semicontrição ou princípio de contrição. Pois eles mesmos não entenderam nem uma nem outra e, ainda, agora, não sabem o que significam, tão pouco quanto eu. Tal *attritio* era contada como *contritio*, quando se ia à confissão[145]. 16

E quando acontecia dizer alguém que não podia sentir contrição e pesar por seus pecados – tal poderia ter sucedido, por exemplo, nos amores da prostituição ou nos desejos de vingança, etc. –, perguntavam se não almejava ou quisera muito poder ter contrição. Se dizia que sim – e quem aí quereria dizer "não", exceto o próprio diabo? –, aceitavam isso em lugar de contrição e lhe perdoavam os pecados à vista dessa boa obra. Aqui, citavam como exemplo São Bernardo[146], etc. 17

Aqui se vê como a razão cega tateia insegura nas coisas de Deus, procurando consolo em obras próprias, segundo a sua opinião subjetiva, incapaz de pensar em Cristo ou na fé. Examinada à plena luz, tal contrição é idéia fabricada e inventada a partir de forças próprias, sem a fé, sem o conhecimento de Cristo. Nisso, às vezes, o pobre pecador, se refletisse sobre a paixão e o desejo de vingança, teria preferido rir em vez de chorar, excetuados os que ou haviam sido verdadeiramente atingidos pela lei, ou que foram atormentados inutilmente pelo diabo com espírito de tristeza. Fora disso, tal contrição seguramente foi pura hipocrisia que não mortificou a flama do pecado. Pois tinham de fazer penitência quando teriam preferido pecar mais ainda, houvesse a matéria sido livre. 18

Quanto à confissão, as coisas estavam dispostas assim: cada qual tinha de enumerar todos os seus pecados, o que é coisa impossível. Foi um grande 19

---

[141] *War es also getan.*

[142] Sobre a obrigação de confessar-se pelo menos uma vez ao ano, vid. textos do IV Concílio de Latrão e do Concílio de Trento, em nota na Confissão de Augsburgo XXV, 13, trad. texto alemão.

[143] *Flicken sie den Pelz.* Bente-Dau (*Concordia Triglotta*, p. 483): "they inserted this provision".

[144] *Indes* = währenddessen.

[145] Sobre *attritio* e *contritio* na teologia romana, vid. nota em Apologia IV, 83. Quanto à teoria escolástica, E. Wolf (BSLK, p. 440, nota 1) remete a O. Scheel, *Martin Luther II* (1930), 288ss. e *Realencyklopädie für protestantische Theologie und Kirche* XVII, 714 (3ª edição).

[146] Cf. Bernardo de Claraval, *Tractatus de gratia et libero arbitrio*, IV. 10, MSL CLXXXII, 1007.

martírio. Os pecados que havia esquecido lhe eram perdoados com a condição de que[147] ainda devia confessá-los se lhe ocorressem à memória.

Dessa maneira, nunca podia saber quando é que havia feito confissão suficientemente íntegra ou quando é que o confessar alcançaria seu termo. E contudo, era remetido às suas obras, e lhe diziam que quanto mais pura fosse a confissão e quanto mais o confitente se envergonhasse, rebaixando-se destarte a si mesmo diante do sacerdote, tanto mais cedo e melhor satisfaria pelo pecado, pois tal humilhação seguramente granjearia graça junto a Deus[148].

20 Também aqui não havia fé nenhuma e nenhum Cristo, e da virtude da confissão nada se lhe dizia, porém seu consolo repousava sobre a enumeração de pecados e no envergonhar-se. Mas não há contar que martírios, canalhadas e idolatrias tal confessar produziu[149].

21 E a satisfação, então, é a parte mais complexa. Pois homem nenhum podia saber quanto devia fazer por um único pecado, que dirá, então, por todos. Aqui descobriram uma saída, a saber: impunham poucas satisfações, que facilmente se podiam cumprir, como por exemplo, cinco Pater-Noster, um dia de jejum, etc. Quanto ao resto da penitência, eram remetidos ao purgatório.

22 Agora, aqui, também nada havia além de aflição e miséria. Alguns eram de opinião que jamais haveriam de sair do purgatório, tendo em vista que, segundo os cânones antigos, se requerem sete anos de penitência para um pecado 23 mortal[150]. Não obstante, a confiança também repousava em nossa obra de satisfação. E se a satisfação houvesse podido ser perfeita, a confiança teria repousado inteiramente nela, e nem a fé nem Cristo teria sido de utilidade. Mas tal satisfação era impossível. Suponhamos que alguém tivesse feito penitência dessa maneira pelo espaço de cem anos: ainda assim, não teria sabido quando é que haveria feito penitência suficiente. Isto significava fazer penitência sem cessar e jamais chegar ao arrependimento.

24 Aqui, então, a santa sé romana socorreu a pobre igreja, inventando a indulgência. Com ela perdoou e cancelou a satisfação, primeiro, em casos individuais, por sete anos, por cem anos, etc. Distribuiu-a entre os cardeais e os bispos, de sorte que um podia conceder indulgência de cem anos, outro de cem dias. Mas o cancelamento da satisfação inteira, reservou-o exclusivamente para si[151].

---

[147] *Sofern.* BSLK (p. 441, nota 1): "unter der Bedingung". Texto lat.: *eatenus.* Bente-Dau, *Concordia Triglotta*, p. 483: "on the condition that". Tappert (p. 306): "The sins which had been forgotten were pardoned only when a man remembered them and thereupon confessed them".

[148] Cf., v.g., Pedro Abelardo, *Ethica seu scito teipsum*, capítulo 24, MSL CLXXVIII, 668, e *Epitome theologiae christianae*, capítulo 36, MSL CLXXVIII, 1756.

[149] Antes da seção seguinte, Nicolau Selneccer, em sua tradução latina, introduziu, em 1580, um parágrafo com duas citações de Crisóstomo. Eliminou o parágrafo em 1584.

[150] Trata-se dos 49 cânones penitenciais que representam um resumo do *Decretum Gratiani* e das decretais de Gregório IX. Os *canones poenitentiales* tiveram grande difusão na redação que lhes deu o minorita Astesanus (falecido em 1330), em sua *Summa de casibus* (lib. V. tit. 32). Também segundo o cânone 12 do Concílio de Nicéia, cristãos caídos devem fazer 7 anos de penitência. Cf. Tyrannius Rufinus, *Historia ecclesiastica I*, capítulo 6, MSL XXI, 474.

[151] Nas indulgências, tratava-se, a princípio, da remissão das penas impostas pela igreja, depois, de modo geral, das penas temporais. A indulgência plenária (dispensa de toda a penitência impos-

Agora, como isso começou a render dinheiro e o mercado das bulas ficou bom, inventou o ano de ouro[152] e o fixou em Roma. Isto significava perdão de todas as penas e de toda a culpa[153]. Aí, então, o pessoal veio a galope, pois cada qual bem quisera ter-se libertado de sua carga pesada e insuportável. Isto é o que se chamou encontrar e extrair os tesouros da terra[154]. Imediatamente, o papa avançou depressa e instituiu muitos anos de ouro, um após o outro[155]. E quanto mais dinheiro devorava, tanto mais se lhe alargava a goela. Por isso, mais além, mandou os anos áureos por legados aos países, até que todas as igrejas e casas estavam abarrotadas de anos áureos. Por fim, rolou também fragorosamente purgatório adentro[156], por entre os mortos, primeiro, com a instituição de missas e vigílias, depois, com a indulgência[157] e o ano de ouro, e, finalmente, as almas ficaram tão baratinhas que as liberava ao preço de um tostão[158] por cabeça. 25 26

Mas também tudo isso em nada ajudou, pois o papa, ainda que ensinasse ao povo que se fiasse dessa indulgência e nela depositasse a confiança, por outro lado, tornou, ele mesmo, a coisa incerta. Pois declarou em suas bulas: "Quem quiser partilhar da indulgência ou do ano áureo, deve estar contrito, haver confessado e deve dar dinheiro". Ora, acima ouvimos que essa contrição e confissão é incerta e é hipocrisia. Igualmente, ninguém sabia qual a alma que estava no purgatório. E, caso algumas lá estivessem, ninguém sabia qual delas havia feito contrição e confissão verdadeira. Assim, o papa tomava o dinheiro e consolava o povo com a plenitude de seu poder e com sua indulgência, voltando a remetê-los, todavia, às incertas obras deles. 27

Havia pessoas que não se julgavam culpadas de tais pecados atuais[159] em pensamentos, palavras e atos. Queriam, como eu e outros semelhantes a mim, ser monges e sacerdotes em mosteiros e cabidos. Lutávamos com jejuns, vigílias, preces, celebrações de missas, vestimenta áspera, cama dura, etc., contra maus pensamentos e, com seriedade e esforço, queríamos ser santos. Contudo, vez que outra, o mal hereditário, inato, fez, enquanto dormíamos, o que é de sua natureza fazer (como também confessam, entre outros, Santo Agosti- 28

---

ta) foi concedida pela primeira pelo Papa Urbano II, em 1095, aos participantes da primeira cruzada (contra os maometanos).

[152] Em 1300, Bonifácio VIII, na bula *Antiquorum habet fida*, instituiu o ano jubilar (*annus jubilaeus*). Já no século XIV chama-se ao *annus jubilaeus* de "ano aúreo".

[153] A expressão *remissio poenae et culpae* (remissão da pena e da culpa) está atestada desde meados do século XIII, mas desaparece das atas oficiais da cúria desde o Concílio de Constança (1414-1418).

[154] Com base em Daniel 11.43, surgiu, na Idade Média, entre os cristãos, o dito de que o diabo mostraria ao Anticristo os tesouros escondidos na terra, para, com eles, seduzir os homens. Lutero, freqüentes vezes, refere essa tradição aos negócios pecuniários dos papas.

[155] 1300, 1350, 1390, 1423, 1450, 1475, 1500, 1525.

[156] Ou: forçou sua entrada no purgatório. No original: *Zuletzt rumpelt er auch ins Fegfeuer*. Texto lat.: *Tandem irruebat etiam in purgatorium*.

[157] Presume-se que a primeira indulgência para os mortos tenha sido concedida pelo Papa Sixto IV, em 1476.

[158] *Schwertgroschen*, pequena moeda da Saxônia Eleitoral.

[159] *Wirklicher Sunden* (= Tatsünden). Texto lat.: *actualium peccatorum*.

nho e Jerônimo[160]). Não obstante, cada qual julgava com respeito a outrem que alguns eram tão santos como ensinávamos, sem pecados e cheios de boas obras. Assim, partilhávamos as nossas boas obras com outros e lhas vendíamos como a nós supérfluas para o céu. Isto é efetivamente verdade, e existem selos, títulos e exemplos a respeito da coisa.

29 Tais pessoas não precisavam da penitência. Pois de que é que haveriam de sentir contrição já que não haviam consentido em maus pensamentos? Que haveriam de confessar, se evitavam más palavras? Para que fariam satisfação, se não eram culpadas de atos maus, a ponto de que podiam até vender a outros pobres pecadores sua justiça supérflua? Tais santos foram também os fariseus e os escribas do tempo de Cristo.

30 Aqui entra o ígneo anjo São João[161], o pregador do verdadeiro arrependimento, e, com um trovão, aniquila ambos[162], dizendo: "Arrependei-vos"[163]. Então
31 alguns pensam: "Mas nós já fizemos penitência", ao passo que outros pen-
32 sam: "Mas nós não precisamos de arrependimento". Diz João: "Arrependei-vos ambos. Porque alguns de vós sois falsos penitentes e os outros, por sua vez, falsos santos, e todos necessitais do perdão dos pecados, já que uns e outros ainda não sabeis o que o pecado em realidade é, que dirá, então, que dele vos haveríeis de arrepender e que o evitaríeis. Nem um de vós é bom. Estais cheios de incredulidade, incompreensão e ignorância relativamente a Deus e a sua vontade. Porque aqui está presente aquele de cuja plenitude todos nós temos de receber graça sobre graça[164], e sem o qual homem nenhum pode ser justo diante de Deus. Portanto, se quereis arrepender-vos, então arrependei-vos verdadeiramente. Vosso arrependimento nada alcança. E vós, hipócritas, que não precisais de arrependimento, vós, raça de víboras, quem vos garantiu que fugireis da ira vindoura?, etc."[165]

33 Assim também prega S. Paulo, em Rm 3[166], onde diz: "Não há quem entenda, não há justo, não há quem busque a Deus, não há quem faça o bem,
34 nem sequer um; à uma se fizeram inúteis e extraviados". E At 17[167]: "Agora, porém, ordena Deus a todos os homens que em toda parte se arrependam". "A todos os homens", diz ele; ninguém que seja homem está ex-
35 cluído. Tal arrependimento nos ensina a discernir o pecado, a saber, que todos nós somos casos perdidos, que dos pés à cabeça não há coisa boa em nós e que, simplesmente, temos de tornar-nos homens novos e diferentes.

---

160 Agostinho, *Confessiones*, II, 2, X, 30, MSL XXXII, 675-677s.; Jerônimo, *Epist. ad Eustochium*, 22, 7, MSL XXII, 398.

161 Cf. Ml 11.10.

162 Texto latino, entre parênteses: *vendentes et ementes opera* ("vendedores e compradores de obras").

163 Mt 3.2.

164 Jo 1.16.

165 Cf. Mt 3.7.

166 Rm 3.10-12.

167 At 17.30.

Esse arrependimento não é mutilado e raquítico como aquele que faz penitência por pecados atuais. Também não é incerto como aquele. Pois não discute sobre o que é e o que não é pecado, senão que empilha tudo num monte e diz que tudo em nós é puro pecado. Por que nos demoraríamos a investigar, dividir ou distinguir? Por isso, aqui também a contrição não é incerta, pois que já não fica nada com que pudéssemos inventar algo de bom para pagar o pecado, senão que resta apenas o simples e indubitável desesperar de tudo quanto somos, pensamos, falamos ou fazemos, etc. 36

Da mesma forma, a confissão não pode ser falsa, incerta ou truncada. Pois quem confessa que tudo nele é puro pecado, esse abarca todos os pecados, não omite um só que seja e também não esquece nenhum. Dessa forma, outrossim, não pode ser incerta a satisfação, porquanto não é nossa obra incerta e pecaminosa, porém, a paixão e o sangue do inocente "cordeirinho de Deus, que carrega o pecado do mundo"[168]. 37 38

Sobre esse arrependimento prega João e, depois, Cristo no evangelho, e nós também. Com esse arrependimento lançamos por terra o papa e tudo quanto está erguido sobre as nossas boas obras. Pois tudo isso está edificado sobre fundamento corroído e nulo, que se chama "boa obra" ou "lei", quando a verdade é que não existe aí boa obra, porém, nada senão obras más e, conforme diz Cristo[169] em Jo 7, ninguém observa a lei, porém, todos à uma a transgridem. Razão por que o edifício é pura mentira pérfida e hipocrisia, mesmo em seus aspectos mais santos e mais formosos. 39

E esse arrependimento perdura nos cristãos até a morte, pois que briga com o pecado que remanesce na carne ao longo da vida toda, como S. Paulo testifica em Rm 7[170] que guerreia contra a lei de seus membros, etc. E isso não o faz mediante forças próprias, senão pelo dom do Espírito Santo, dom que se segue ao perdão dos pecados. Esse dom purifica e varre diariamente os pecados remanentes e opera no sentido de tornar o homem bem puro e santo. 40

Disso nada sabem[171] nem papa, nem teólogos, nem juristas, nem homem algum. É doutrina do céu, revelada pelo evangelho. E ela tem de suportar o ser chamado de heresia entre os santos ímpios. 41

Por outro lado, é possível que venham alguns espíritos sectários – e talvez já estejam presentes alguns, tais como os que no tempo da insurreição[172] me surgiram a mim mesmo diante dos olhos – e sustentem a seguinte opinião: Todos aqueles que alguma vez hajam recebido o Espírito ou o perdão dos pecados, ou que se hajam alguma vez tornado crentes, esses, caso pequem depois disso, mesmo assim permanecerão na fé, e tal pecado não lhes fará mal. E, de acordo com isso, berram: "Faze o que quiseres; se crês, nada importa; a fé extingue todo pecado", etc. Dizem, além disso, que nunca teve de modo verda- 42

[168] Jo 1.29.
[169] Jo 7.19.
[170] Rm 7.23.
[171] N. Selneccer acrescenta em sua tradução: *ex ratione sua*.
[172] A Guerra dos Camponeses, de 1525. Cf. texto lat.: *tempore seditionis rusticanae*.

deiro o Espírito e a fé aquele que peca depois da fé e do Espírito. Tais criaturas insanas têm-me aparecido muitas pela frente, e temo que esse demônio ainda esteja alojado em algumas.

43 Por isso, é necessário saber e ensinar: pessoas santas ainda têm e sentem o pecado original e, diariamente, se arrependem e lutam contra ele. Se, à parte disso, lhes acontece caírem em pecado manifesto, como, por exemplo, Davi, em adultério, em assassínio e em blasfêmia[173], então a fé e o Espírito estiveram ausentes[174].
44 Pois o Espírito Santo não permite que o pecado governe e prevaleça, de modo que seja consumado, porém reprime e resiste, de forma que não pode fazer o que quer. Se, porém, fizer o que é de sua vontade, então o Espírito Santo e a fé
45 não estão presentes[175]. Porquanto São João[176] diz: "Pois quem é nascido de Deus não peca e não pode pecar". Contudo, também é verdade, conforme escreve o mesmo São João[177]: "Se dissermos que não temos pecado nenhum, mentimos, e a verdade de Deus não está em nós".

IV Do evangelho

Voltemos, agora, ao evangelho. Dá ele conselho e ajuda contra o pecado não de uma só maneira, pois Deus é exuberantemente rico em sua graça. Primeiro, mediante a palavra falada, em que é pregada remissão de pecados em todo o mundo. Esse é o ofício próprio do evangelho. Em segundo lugar, pelo batismo; em terceiro, pelo santo sacramento do altar; em quarto, mediante o poder das chaves e, também, *per mutuum coloquium et consolationem fratrum*[178], Mt 18[179]: *Ubi duo fuerint congregati*, etc.

V Do batismo

1 O batismo outra coisa não é senão a palavra de Deus na água, ordenado por sua instituição, ou, como diz Paulo, *lavacrum in verbo*[180]. Como tam-

---

173 Cf. 2 Sm 11.

174 *Dass alsdenn der Glaube und Geist weg ist gewest.* Texto lat.: *eos excutere fidem et spiritum sanctum et abesse tum ab ipsis fidem et spiritum* ("que estes expulsam a fé e o Espírito Santo e que, então, a fé e o Espírito Santo estão ausentes deles").

175 *Tut sie aber, was sie will, so ist der heilige Geist und Glaube nicht dabei.* Texto lat.: *Si vero facit, quod vult, certe spiritus sanctus et fides amittuntur nec simul adsunt.* Gottfried Noth observa que M. Chemnitz repetidas vezes apela para esse passo dos Artigos de Esmalcalde, interpretando-o, porém, mal, como se Lutero quisesse dizer que pecados grosseiros liquidam a fé ("Peccata contra conscientiam", in *Gedenkschrift für D. Werner Elert.* Beiträge zur historischen und systematischen Theologie. Herausgegeben von Friedrich Hübner in Verbindung mit Wilhelm Maurer und Ernst Kinder, Berlim, 1955, p. 218).

176 1 Jo 3.9; 5.18.

177 1 Jo 1.8.

178 "Através de mútuo colóquio e consolação dos irmãos".

179 "Onde dois estiverem reunidos". Mt 18.20.

180 "Lavagem de água na palavra". Ef 5.26.

bém diz Agostinho: *Accedat verbum ad elementum et fit sacramentum*[181]. E, por isso, não concordamos com Tomás e os monges predicantes[182] que esquecem a palavra (a instituição de Deus) e dizem que Deus pôs na água uma força espiritual que lava o pecado mediante a água. Também não concordamos com Escoto e os monges descalços[183], os quais ensinam que o batismo lava o pecado graças à assistência da vontade divina, de tal forma que esse lavar sucede apenas pela vontade de Deus e de maneira alguma pela palavra ou pela água[184]. 2 3

Do batismo infantil

Cremos que as crianças devem ser batizadas[185]. Pois elas também pertencem à redenção prometida, que se realizou através de Cristo[186], e a igreja a elas deve administrá-lo[187]. 4

VI Do sacramento do altar

Cremos que pão e vinho na ceia são o verdadeiro corpo e sangue de Cristo[188], e que isto é administrado e recebido não somente por cristãos piedosos, mas também por cristãos ímpios. 1

---

[181] "Acresça o verbo ao elemento, e assim se torna sacramento", *Tractatus 80 in Joh.* cap. 3. MSL XXXV, 1840. Agostinho escreve *accedit*.

[182] *Predigermonchen*. Os dominicanos.

[183] *Barfussenmonchen*. Texto lat.: *cum Minoritis seu monachis Franciscanis*.

[184] O chamado paralelismo ocasionístico da doutrina sacramental franciscano-escotista.

[185] Carlostádio, os profetas de Zwickau, Tomás Müntzer e os anabatistas condenaram o batismo infantil, alegando que os infantes não crêem.

[186] Mt 19.14.

[187] Texto lat.: *Et ecclesia debet illis baptismum et promissionis illius annuntiationem* ("E a igreja lhes deve o batismo e a anunciação daquela promessa"). Depois das palavras *sie ihnen reichen* (administrá-lo a elas), encontra-se, no manuscrito dos Artigos de Esmalcalde, o seguinte acréscimo, posteriormente eliminado: *wenn sie gefodert wird* (BSLK, p. 450). O acréscimo é discutido em pareceres teológicos sobre o franqueamento do batismo de adultos. Vid. Helmut Gollwitzer, "Theologisches Gutachten über die Freigabe der Erwachsenentaufe", em *Evangelische Theologie*, caderno especial em homenagem a Ernst Wolf, Munique, 1952, p. 68. Também O. Weber, em *Drei theologische Gutachten betr. Freigabe der Erwachsenentaufe*, 1952, p. 28 (sem indicação de lugar). Vid. também a discussão do acréscimo em Walter Lohrmann, *Glaube und Taufe in den Bekenntnisschriften der evangelisch-lutherischen Kirche*, pp. 50-52.

[188] *Dass Brot und Wein im Abendmahl sei der wahrhaftige Leib und Blut Christi*. Texto lat.: *panem et vinum in coena esse verum corpus et sanguinem Christi*. A Concórdia de Wittenberg (1536) formulara como segue: *Itaque sentiunt et docent cum pane et vino vere et substantialiter adesse, exhiberi et sumi corpus Christi et sanguinem* (CR 3, coluna 76). A nova formulação de Lutero desagradou a Melanchthon, que receava problemas com os alemães do Sul. Cf. Hans Volz, *Luthers Schmalkaldische Artikel und Melanchthons Tractatus de Potestate Papae. Ihre Geschichte von der Entstehung bis zum Ende des 16. Jahrhunderts*, Gotha, 1931, p. 18.

2 Sustentamos também que não se deve dar apenas uma das espécies[189]. E não precisamos da alta ciência[190] que nos ensine que sob uma espécie há tanto quanto sob ambas, conforme nos ensinam os sofistas[191] e o Concílio de Constança. 3 Pois, embora fosse verdade que sob uma há tanto como sob ambas, todavia uma só das espécies não é toda a ordem e instituição, estabelecida e ordenada por Cristo. 4 E, especialmente, condenamos e anatematizamos em nome de Deus aqueles que não só omitem a administração de ambas as espécies[192], mas que, além disso, bem autocriticamente a proíbem, condenam e difamam como heresia, com o que se põem contra e acima de Cristo, Senhor e Deus nosso, etc.

5 No que concerne à transubstanciação[193], temos, em nada, a sutil sofistaria de ensinarem que pão e vinho abandonam ou perdem sua substância natural,

---

[189] Cf. a condenação da *communio sub una* em Fórmula de Concórdia, Declaração Sólida, VII, 110. – Há um pormenor curioso da primeira fase da controvérsia em torno dessa questão. Em 1520, a bula *Exsurge, Domine* havia condenado a tese de que seria bom resolvesse a igreja, em concílio geral, que os leigos comungassem sob as duas espécies, e a afirmação de que os boêmios (i. e., os hussitas, os adeptos de João Huss), que já comungavam sob ambas, não eram hereges, mas cismáticos (número 16 das 41 proposições de Lutero citadas na bula. Cf. Denzinger-Schönmetzer, *Enchiridion Symbolorum*, ed. 1965, número 1466). Lutero defendeu as proposições condenadas, a princípio de maneira breve, depois, a pedido do príncipe-eleitor, mais elaboradamente, em alemão e latim (cf. *Grund und Ursach aller Artikel, welche durch römische Bulle verdammt sind*, 1521, WA 7, 308-357; O. Clemen II, 60-132 e *Assertio omnium articulorum M. Lutheri per bullam Leonis X novissimam damnatorum*, 1520, WA 7, 94-151). Na defesa da proposição 16, Lutero escreve, a certa altura: *Die Kirche singt auch in dem hymno Verbum supernum:Er hat seinen Jüngern gegeben unter zweien Gestalten sein Fleisch und Blut, auf dass er den ganzen Menschen speiset, welcher von zweien Naturen gemacht ist* (O. Clemen II, p. 101). Estas palavras são de um hino de Tomás de Aquino: *Quibus sub bina specie carnem dedit et sanguinem ut duplicis substantiae totum cibaret hominem* (O. Clemen, ibidem, nota 4). – Ainda um esclarecimento sobre o número 16 da bula *Exsurge, Domine*. Constatamos haver quem, a propósito dessa proposição, remete o leitor ao *Grund und Ursach* de Lutero, dizendo que nesse ensaio está a sentença condenada. Verifica-se, então, a seguinte divergência: segundo a bula, Lutero escreveu que os hussitas não eram hereges, mas cismáticos (cf. Denzinger-Schönmetzer, loc. cit.). Em *Grund und Ursach* (bem como na *Assertio omnium articulorum*, a versão latina) Lutero diz: *Die Behemen... seyn nit ketzer noch zwispaltig* (O. Clemen II, 100, 9-10). Acontece que a sentença atribuída a Lutero, na bula, está em sua *Verklärung D. Martin Luthers etlicher Artikel in seinem Sermon von dem heiligen Sakrament*, de 1520: *So sag ich und schliess..., das die selben Bemen nit ketzer seyn, szondern allein Schismatici, das ist zwitrechtige und zweyspeltige* (WA 6,80,36-81,1). Em *Grund und Ursach*, Lutero substitui o "mas" por "nem" e ainda observa que retrata o artigo (condenado na bula) por havê-lo proposto de maneira excessivamente branda, e diz que nessa questão (da *communio sub utraque*), os gregos e os boêmios não são *ketzer noch parteiische*, senão os mais cristãos e melhores seguidores do evangelho na terra (cf. O. Clemen II, 102,32-36).

[190] *Der hohen Kunst*. "Kunst", aqui, no sentido de "Wissenschaft" (cf. BSLK, p. 451, nota 3). Texto lat.: *doxosophia*.

[191] Os escolásticos. Vid. III Parte, III Artigo, 9, nota em "sofistas".

[192] Literalmente: "que não só omitem ambas as espécies", *so nicht allein beide Gestalt lassen anstehen*. (*Anstehen lassen*, aqui, no sentido de unterlassen. Cf. BSLK, p. 451, nota 6). Texto lat.: *Qui non tantum utramque speciem omittunt* ("que não só omitem ambas as espécies").

[193] Em WA 6,456,36, Lutero chama a transubstanciação de "fantasia de São Tomás e do papa". Vid. sobre esse juízo *Realencyklopädie für protestantische Theologie und Kirche* XX, 56s. Sobre Lutero, Tomás de Aquino e transubstanciação, vid. o ensaio de Leif Grane, intitulado "Luthers Kritik an Thomas von Aquin in De captivitate Babylonica", *Zeitschrift für Kirchenge-*

ficando apenas a aparência e a cor do pão, não pão verdadeiro. Pois harmoniza-se perfeitamente[194] com a Escritura que o pão esteja e permaneça presente. O próprio S. Paulo assim lhe chama: "O pão que partimos"[195] e: "Assim coma do pão"[196].

VII Das chaves

1 As chaves são um ofício e poder dado à igreja por Cristo para ligar e desligar os pecados, não só os pecados grosseiros e bem conhecidos, mas, também, os sutis, secretos, que apenas Deus discerne, conforme está escrito: "Quem conhece quanto falta?"[197] E o próprio Paulo queixa-se em Rm 7[198] que, com a carne, serve a "lei do pecado". 2 Pois não está em nosso poder, mas, tão-só, no poder de Deus julgar quais, quão grandes e quantos são os pecados, como está escrito: "Não entres em juízo com o teu servo, porque à tua vista não há justo nenhum vivente"[199]. 3 E, em 1 Co 4[200], Paulo diz outrossim: "De nada me argúi a consciência; contudo, nem por isso sou justo".

VIII Da confissão

1 Visto que a absolvição ou poder das chaves, que Cristo instituiu no evangelho, também é auxílio e consolo contra o pecado e a má consciência, por isso, de forma alguma deve-se permitir que a confissão ou a absolvição caia em desuso na igreja, especialmente por causa das consciências tímidas[201], outrossim, por causa da mocidade insciente, para que seja examinada e instruída na doutrina cristã.

2 Mas, quanto à enumeração dos pecados, deve deixar-se ao arbítrio de cada qual decidir o que quer ou não quer enumerar. Pois, enquanto estivermos na carne, não mentiremos se dissermos: "Sou pobre homem cheio de pecado"; Rm 7[202]: "Sinto outra lei em meus membros, etc." Pois, visto que a *absolutio privata* vem do ofício das chaves, não se deve desprezá-la, porém tê-la em alto apreço, como os demais ofícios da igreja cristã.

---

schichte, vol. 80, 1969, pp. 1-13. Os documentos mais antigos em que aparece a palavra *transubstantiatio* são dos teólogos Ronaldo Bandinelli (antes de 1148), Estêvão de Tournai (cerca de 1160) e Pedro Comestor (1160 a 1170). Oficialmente, o termo é usado pouco depois em decretais de Inocêncio III (1198-1216) e no *Caput Firmiter* do IV Concílio Lateranense (1215). Cf. Georg Steer, "Germanische Scholastikforschung", in *Theologie und Philosophie*, vol. 48, primeiro cad., 1973, p. 100.

[194] *Aufs best*. Texto lat.: *optime*. Ed. Tappert, p. 311: "better".

[195] 1 Co 10.16.

[196] 1 Co 11.28.

[197] Sl 19.12. Almeida RA: "Quem há que possa discernir as próprias faltas?"

[198] Rm 7.23.

[199] Sl 143.2.

[200] 1 Co 4.4. Almeida RA: "nem por isso me dou por justificado".

[201] Ou: débeis. No original: *Bloden Gewissen*. Texto lat.: *teneras et pavidas*.

[202] Rm 7.23.

3 E nessas partes, que dizem respeito à palavra falada, externa, é preciso permanecer com firmeza nisso: que Deus a ninguém dá o seu Espírito ou a graça a não ser por intermédio da palavra exterior precedente ou com ela. Assim nos protegemos dos entusiastas, isto é, dos espíritos que se jactam de terem o Espírito sem a palavra e antes dela, e que depois julgam, interpretam e esticam a Escritura ou a palavra oral a seu talante. Assim procedeu Müntzer[203] e, em nossos dias, ainda o fazem muitos que querem ser juízes severos na distinção
4 entre espírito e letra, não sabendo, entretanto, o que dizem ou ensinam. Pois também o papado é puro entusiasmo, em que o papa se gloria de que "todos os direitos estão no escrínio de seu coração"[204], e o que ele julga e ordena com sua igreja é para ser espírito e justo, ainda que esteja acima e contra a Escritu-
5 ra ou a palavra falada. Tudo isso é o antigo diabo e a antiga serpente, que também transformou em entusiastas a Adão e Eva, levando-os da palavra externa de Deus a uma espiritualidade de entusiastas e a inventiva própria. E, contudo,
6 fê-lo, igualmente, por outra palavra externa. Da mesma forma, também os nossos entusiastas condenam a palavra externa e, nada obstante, eles mesmos não silenciam, mas enchem o mundo de tanto que tagarelam e escrevem, como se o Espírito não pudesse vir pela Escritura ou mediante a palavra oral dos apóstolos, porém, tivesse de vir através dos escritos e palavras deles. Por que não desistem também do seu pregar e escrever, até que o próprio Espírito entre nas pessoas sem os seus escritos e antes deles? Pois que se gabam de que entrou neles sem pregação da Escritura. Mas, aqui, não há mais tempo para discutir a questão. Dela tratamos suficientemente alhures.

7 Pois também aqueles que crêem antes do batismo ou se tornam crentes com o batismo têm isso mediante a palavra externa precedente. Como os adultos, que chegaram ao uso da razão, anteriormente devem ter ouvido: "Quem crê e é batizado, está salvo"[205], ainda que, primeiro, hajam sido incrédulos, rece-
8 bendo o Espírito e o batismo apenas dez anos depois. Assim, Cornélio, At 10[206], muito antes ouvira entre os judeus a respeito do Messias vindouro. Mediante isso, era justo diante de Deus, e sua prece e esmola foram aceitáveis nesta fé (como Lucas o chama "justo e temente de Deus"[207]). Sem tal palavra ou ouvir precedente não podia crer e ser justo. Mas S. Pedro teve de revelar-lhe que o Messias, no qual até então crera como em vindouro, agora tinha vindo. Sua fé no Messias vindouro não deveria mantê-lo prisioneiro entre os judeus endurecidos e descrentes, porém, devia saber que agora cumpria fosse salvo pelo Messias presente, e que não devia negá-lo e persegui-lo com os judeus, etc.

9 Em suma: o entusiasmo está anichado em Adão e seus filhos desde o *princípio até o fim do mundo*. É-lhes implantado e inoculado como veneno pelo

---

[203] Tomás Müntzer, latinamente Monetarius, um dos líderes da chamada Reforma radical. Tornou-se também um dos líderes dos revoltosos na Guerra dos Camponeses. Decapitado em 1525, depois de derrotado em Frankenhausen.

[204] *Alle Rechte sind im Schrein seines Herzens. Corpus juris canonici,* livro VI, I, 2, c. 1.

[205] Mc 16.16.

[206] At 10.1ss.

[207] Cf. At 10.2,22.

antigo dragão e é a origem, a força e o poder de toda heresia, também do papado e de Maomé. Por isso, devemos e temos de perseverar nisso que Deus 10 não quer tratar com nós, homens, de outra maneira senão mediante a sua palavra externa e pelos sacramentos. Tudo o que se decanta a respeito do Espírito sem essa palavra e sacramento é o diabo. Pois também a Moisés Deus quis 11 aparecer primeiro através da sarça ardente e da palavra falada[208]. E *nenhum profeta*, nem Elias, nem Eliseu, recebeu o Espírito fora dos Dez Mandamentos ou sem eles. Também João Batista não foi concebido sem a precedente palavra de 12 Gabriel, *nem saltou no seio materno* sem a voz de Maria[209]. E S. Pedro diz: Os 13 profetas não profetizaram "por vontade humana", porém, da parte do "Espírito Santo", todavia como "os santos homens de Deus"[210]. Não eram, porém, santos sem palavra externa, e muito menos o Espírito Santo os teria impulsado a que falassem quando ainda eram não-santos. Pois eram santos, diz ele, quando o Espírito Santo falou por meio deles.

IX Da excomunhão

A excomunhão maior[211], como lhe chama o papa, consideramo-la mera pena secular. Não diz respeito a nós, ministros da igreja. Mas a excomunhão menor[212], a excomunhão *verdadeira*, cristã, consiste em privar pecadores manifestos e obstinados do sacramento ou outra comunicação da igreja, até que se emendem e evitem o pecado. E não devem os pregadores mesclar a essa pena ou excomunhão espiritual o castigo civil.

X Da ordenação e da vocação

Se os bispos se dispusessem a ser bispos autênticos e se devotassem à 1 igreja e ao evangelho, poder-se-ia, então, por causa do amor e da unidade, mas não de necessidade, consentir que ordenassem e confirmassem a nós e aos nossos pregadores, todavia com a condição de que se eliminassem todas as comédias e batotas de práticas e pompas não-cristãs. Acontece, porém, que não são 2 bispos verdadeiros ou nem o querem ser, mas senhores e príncipes mundanos que não pregam, nem ensinam, nem batizam, nem administram a santa ceia, nem querem exercer qualquer outra obra ou ofício da igreja. Além disso, perseguem e condenam aqueles que, para tanto chamados, exercem tal ofício. A igreja, entretanto, não deve ficar sem ministros por causa deles.

---

[208] Cf. Êx 3.2,4.

[209] Lc. 1.13-42.

[210] 2 Pe 1.21.

[211] A *excommunicatio major* não só separa o atingido inteiramente da comunhão eclesiástica, privando-o da recepção e administração dos sacramentos, mas, também, da comunidade civil. A sentença de Roma que atingiu Lutero em 1521 foi a excomunhão maior. Seguiu-se, no mesmo ano, o interdito imperial, decretado pelo imperador.

[212] A *excommunicatio minor* priva apenas dos sacramentos, não tendo nenhum efeito sobre a vida civil do sentenciado.

3 Por isso, conforme nos ensinam os antigos exemplos da igreja e dos Pais, queremos e devemos nós mesmos ordenar pessoas aptas para este ofício. E não lhes cabe proibi-lo a nós e impedir-nos, nem mesmo segundo o seu próprio direito. Pois diz o direito deles que também os que foram ordenados por hereges devem ser havidos por ordenados e permanecer tais. Assim escreve São Jerônimo a respeito da igreja em Alexandria que, originalmente, ela foi governada sem bispos, pelos sacerdotes e pregadores em comum[213].

XI Do matrimônio sacerdotal

1 Quanto a terem proibido o matrimônio e onerado o estado divino dos sacerdotes com castidade perpétua, para isso nenhuma razão lhes assistiu, senão que atuaram nisso como anticristãos, tirânicos e infames patifes, dando, com isso, motivo a toda espécie de medonhos, horrorosos e incontáveis pecados 2 de impudicícia, nos quais estão atolados até hoje. Agora, assim como nem a nós nem a eles foi dado o poder de transformar um homem em mulher ou uma mulher em homem, ou o poder de suprimir totalmente a diferença entre os sexos, da mesma forma eles também não tiveram o poder de separar tais criaturas de Deus ou proibir-lhes de viverem juntas, honradamente e em matrimônio. 3 Por isso, não estamos dispostos a consentir em seu abominável celibato, nem tolerá-lo, mas queremos que o matrimônio seja livre, tal como Deus o ordenou e instituiu, e não queremos desmanchar nem obstaculizar sua obra. Pois S. Paulo diz que isso é "doutrina de demônios"[214].

XII Da igreja

1-2 Não lhes concedemos que eles sejam a igreja, e, de fato, não a são. Tampouco estamos dispostos a ouvir o que ordenam ou proíbem sob o nome da igreja. Pois, graças a Deus, uma criança de sete anos sabe o que é a igreja, a saber, os 3 santos crentes e "os cordeirinhos que ouvem a voz de seu pastor"[215]. Pois assim rezam as crianças: "Creio uma santa igreja cristã". Esta santidade não consiste em sobrepelizes, tonsuras, alvas e outras cerimônias deles, inventadas para além das Sagradas Escrituras, porém, consiste na palavra de Deus e na fé verdadeira.

XIII Como se é justificado diante de Deus, e das boas obras

1 O que tenho ensinado a esse respeito até agora e constantemente, de forma nenhuma posso modificá-lo, a saber, que "pela fé" (como diz S.

---

[213] Vid. acima, II Parte, IV Artigo, 9, nota em "São Jerônimo". – Duas edições dos Artigos de Esmalcalde, bem como o Livro de Concórdia alemão (Dresden, 1580) têm *von* (por), em vez de *ohn* (sem). Texto lat.: *ab episcopis, presbyteris et ministris*. Vid. os textos de Jerônimo acima, na nota indicada.

[214] 1 Tm 4.1-3.

[215] Jo 10.3.

Pedro[216]) alcançamos outro coração, novo e puro, e que Deus, por causa de Cristo, nosso Mediador, nos quer reputar e nos reputa por inteiramente justos e santos. Conquanto o pecado na carne ainda não esteja inteiramente removido ou morto, não o quer imputar e lembrar.

2 E a tal fé, renovação e remissão dos pecados seguem, então, boas obras. E o que nelas ainda há de pecaminoso ou imperfeito não será contado como pecado ou defeito, exatamente por causa do mesmo Cristo, mas o homem, tanto segundo a pessoa como segundo as suas obras, será considerado e será todo justo e santo, por pura graça e misericórdia, derramadas e estendidas sobre nós em Cristo. 3 Razão por que não podemos gloriar-nos de muitos méritos de nossas obras, enquanto consideradas abstraindo da graça e da misericórdia. Mas, conforme está escrito: "Aquele que se gloria, glorie-se no SENHOR"[217], isto é, de que tem um Deus gracioso; então tudo está bem. Dizemos a mais isto: onde não se seguem boas obras, aí a fé é falsa e não verdadeira.

XIV Dos votos monásticos

1 Porquanto os votos monásticos conflitam diretamente com o primeiro artigo principal, devem ser simplesmente abolidos. Pois é deles que Cristo diz em Mt 24[218]: *Ego sum Christus*, etc. 2 Pois aquele que faz votos de vida monástica crê que vive vida superior à do cristão comum e, por suas obras, quer ajudar não só a si mesmo a alcançar o céu, mas, também, a outros. Isto significa negar a Cristo, etc. 3 E, com base no Santo Tomás deles, preconizam que os votos monásticos são iguais ao batismo[219]. Isso é blasfêmia contra Deus.

XV Das tradições humanas

1 A declaração dos papistas de que tradições humanas servem para o perdão dos pecados ou merecem a salvação é não-cristã e condenada, como diz Cristo: "Em vão me adoram, ensinando doutrinas que são preceitos de homens"[220]. Da mesma forma, em Tito 1[221]: *Aversantium veritatem*. 2 E dizerem que é pecado mortal quebrantar tais estatutos também não é correto.

3 Estes são os artigos nos quais tenho de perseverar, e neles haverei de perseverar até a minha morte, se Deus quiser, e nada posso modificar ou conceder neles. Mas se alguém quiser conceder algo, que o faça por conta de sua consciência.

---

[216] At 15.9.

[217] 1 Co 1.31.

[218] "Eu sou o Cristo". Mt 24.5: "Porque virão muitos em meu nome, dizendo: Eu sou o Cristo, e enganarão a muitos".

[219] Tomás de Aquino, *Summa Theologiae*, P. II, 2 qu. 189, art. 3 ad 3.

[220] Mt 15.9.

[221] Vulgata Clementina: *(hominum) aversantium se a veritate* ("(de homens) que se afastaram da verdade"). Tt 1.14.

4 Finalmente, ainda resta o saco de imposturas[222] do papa, que contém artigos insensatos e pueris, como dedicação de igrejas, batismo de sinos, batismo de pedras de altar e convites a padrinhos que dêem presentes para isso, etc. Tal batizar constitui zombaria e escárnio do santo batismo. Por isso, não se deve tolerá-lo.

5 Depois, há a consagração de velas, palmas, ervas, aveia, bolos, etc., o que, entretanto, não se pode chamar de "consagrar", nem é, mas é mera zombaria e logro.

E de tais imposturas há número infinito, que encomendamos ao deus deles e a eles mesmos, para as adorarem até que se cansem de fazê-lo. Nós não queremos ficar envolvidos nisso.

Dr. Martinho Lutero subscreveu
Dr. Justus Jonas, reitor, subscreveu de próprio punho
Dr. João Bugenhagen, o Pomerano, subscreveu
Dr. Caspar Creutziger subscreveu
Nicolau Amsdorf, de Magdeburgo, subscreveu
Jorge Espalatino, de Altenburg, subscreveu

Eu, Filipe Melanchthon, também considero os artigos acima corretos e cristãos. Quanto ao papa, entretanto, penso que, caso se disponha a admitir o evangelho, também nós lhe podemos conceder, por amor da paz e da unidade geral dos cristãos que também estão sob ele e possam estar sob ele, futuramente, a superioridade sobre os bispos que ele possui *jure humano*.

João Agrícola, de Eisleben, subscreveu
Gabriel Didymus subscreveu

Eu, Dr. Urbano Rhegius, superintendente das igrejas no ducado de Lüneburg, subscrevo em meu próprio nome e no dos meus irmãos e também da igreja de Hannover.

Eu, Estêvão Agrícola, ministro em Hof, subscrevo

Também eu, João Draconites, professor e ministro em Marburgo, subscrevo

Eu, Conrado Figenbocz, para a glória de Deus subscrevo que assim tenho crido e ainda prego e creio firmemente conforme acima.

André Osiander, ministro em Nurembergue, subscrevo
Mestre Veit Dietrich, ministro em Nurembergue, subscrevo
Erhard Schnepf, pregador em Stuttgart, subscrevo
Conrado Öttinger, de Pforzheim, pregador do Duque Ulrico
Simon Schneeweiss, pastor da igreja de Crailsheim
João Schlachinhauffen, pastor da igreja de Köthen, subscrevo
Mestre Jorge Helt, de Forchheim
Mestre Adão de Fulda, pregadores no Hesse
Mestre Antônio Corvino

Eu, Dr. João Bugenhagen, o Pomerano, subscrevo mais uma vez, em nome de Mestre João Brentz, conforme instruções que ele, ao partir de Esmal-

---

[222] Ou: bolsa de prestidigitador. No original: *Geukelsack*. Texto lat.: *praestigiae* (artimanhas, ilusões, imposturas).

calde, me deu verbalmente e em carta, que exibi a esses irmãos que subscreveram.

Eu, Dionísio Melander, subscrevo a Confissão, a Apologia e a Concórdia na questão da eucaristia.

Paulo Rhodius, superintendente de Stettin

Gerardo Oemcken, superintendente da igreja de Minden

Eu, Brixius Northanus, ministro da igreja de Cristo que está em Soest, subscrevo os artigos do Reverendo Pai Martinho Lutero, confesso que até agora tenho crido e ensinado assim e pelo Espírito de Cristo continuarei a crer e a ensinar assim.

Michael Caelius, pregador em Mansfeld, subscreveu

Mestre Pedro Geltner, pregador em Frankfurt, subscreveu

Wendalino Faber, pastor de Seeburg, em Mansfeld

Eu, João Aepinus, subscrevo

Da mesma forma, eu, João Amsterdamus, de Bremen

Eu, Frederico Myconius, pastor da igreja de Gotha, na Turíngia, subscrevo em meu próprio nome e no de Justus Menius, de Isenaque.

Eu, Dr. João Lang, pregador da igreja de Erfurt, em meu próprio nome e no dos meus outros cooperadores no evangelho, a saber:

Reverendo licenciado Luís Platz, de Melsungen

Reverendo mestre Sigismundo Kirchner

Reverendo Wolfgang Kiswetter

Reverendo Melchior Weittmann

Reverendo João Thall

Reverendo João Kilian

Reverendo Nicolai Faber

Reverendo André Menser, subscrevo de próprio punho

E eu, Egídio Mechler, subscrevi de próprio punho.

V

TRATADO SOBRE O PODER E O PRIMADO DO PAPA

composto pelos teólogos reunidos em Esmalcalde no ano de 1537

Introdução

Ainda que os representantes da Liga de Esmalcalde, que se reuniram em Esmalcalde em fevereiro de 1537, não tivessem aceito os Artigos preparados por Lutero (vid. Introdução aos Artigos de Esmalcalde, acima), sentia-se a necessidade de dizer algo sobre o papa e seu poder, especialmente em vista do fato de o Papa Paulo III ter convocado, para o ano seguinte, um concílio da Igreja a reunir-se em Mântua. Chamou-se a atenção para o fato de que, originalmente, tinha sido a intenção de incluir uma declaração sobre o assunto na Confissão de Augsburgo e que tal declaração fora omitida em Augsburgo unicamente para evitar ofender o imperador e chegar, assim, ao fim da discussão das diferenças religiosas. Uma vez que as circunstâncias, agora, pareciam exigir o que antes fora deixado de lado, os clérigos que estavam presentes em Esmacalde foram instruídos a preparar uma declaração desse tipo. Eles, por sua vez, confiaram a matéria a Filipe Melanchthon, que, em poucos dias, escreveu o *Tratado sobre o Poder e o Primado do Papa.*

Diferentemente dos *Artigos de Esmalcalde*, o Tratado foi oficialmente aceito, em Esmalcalde, como confissão de fé. Destinava-se a ser um suplemento à *Confissão de Augsburgo* e não, como habitualmente se supõe, um apêndice aos *Artigos de Esmalcalde*. Todos os clérigos que estavam presentes assinaram o Tratado. A assinatura de Lutero falta porque ele estava doente demais para estar presente ao encontro.

DO PODER E PRIMADO DO PAPA[1]

Arroga-se o bispo romano a posição de estar, de direito divino, acima de todos os bispos e pastores[2]. Em seguida, acrescenta ainda que possui, de direito divino, ambas as espadas[3], isto é, a autoridade de conferir e transferir reinos. E, em terceiro lugar, diz que crer isso é necessário para a salvação[4]. Por essas razões, o bispo romano chama a si vigário na terra[5]. Julgamos e confessamos que esses três artigos são falsos, ímpios, tirânicos e perniciosos à igreja. Agora, para que se possa entender nossa afirmação, definiremos primeiro o que chamam estar acima de todos os bispos de direito divino. Entendem que o papa é bispo universal e, como eles mesmos dizem, ecumênico, isto é, junto ao qual todos os bispos e pastores do mundo inteiro deveriam buscar ordenação e confirmação, que deve ter o direito de eleger, ordenar, confirmar e depor todos os bispos. Arroga a si, além disso, a autoridade de fazer leis concernentes a cultos, a mudança dos sacramentos, a doutrina, e quer que seus arti- 1 2 3 4 5 6

---

[1] Sobre a posição de Melanchthon quanto ao papado, cf. acima, Artigos de Esmalcalde, signatários, as observações dele na subscrição. WA TR 5, nº 5551, CR 2, 744-746; 4, 530s.; 12, 200-206 (*Oratio de pontificum Romanorum ambitione, monarchia, tyrannide*, 1556), WA Br 12, 116, WA 11, 375-379.

[2] Cf., p. ex., *Decretum Gratiani*, Parte I, distinção 21, capítulo 3º; distinção 22, capítulos 1º e 2º.

[3] Cf. especialmente a bula *Unam sanctam*, de Bonifácio VIII (1302 – BSLK e ed. *Tappert* indicam, erroneamente, 1301, ano da bula *Ausculta fili*, em que Filipe IV é convocado por Bonifácio VIII para um sínodo em Roma –). Lê-se na bula (*Corpus juris canonici Extrav. comm.* I, 8 C. 1): *In hac ejusque [i. e., ecclesiae] potestate duos esse gladios, spiritualem videlicet et temporalem, evangelicis dictis instruimur... Sed is quidem pro ecclesia, ille vero ab ecclesia exercendus* ("Ensinam-nos as palavras do evangelho que nela [i. e., na igreja] e em seu poder há duas espadas, a saber, a espiritual e a temporal... Mas esta, por certo, deve ser exercida a favor da igreja, aquela, porém, pela igreja"). A bula refere-se a Lc 22.38: "Então lhe disseram: Senhor, eis aqui duas espadas. Respondeu-lhes: Basta". Bonifácio argumenta que o Senhor não respondeu que duas espadas eram demais, porém: *Satis est* ("basta" – Cf. C. Mirbt, *Quellen zur Geschichte des Papsttums und des römischen Katholizismus*, 4ª ed., Tübingen, 1924, número 372, p. 210).

[4] Nas palavras finais da bula *Unam sanctam* (1302), Bonifácio VIII declara que a toda criação humana é de necessidade absoluta para a salvação estar sujeita ao romano pontífice: *Porro subesse Romano pontifici omni humanae creaturae declaramus... omnino esse de necessitate salutis* (Denzinger-Bannwart, *Enchiridion symbolorum, definitionum et declarationum de rebus fidei et morum*, 15ª ed., Umberg, 469). O concílio de Constança (1418) condenou como sendo artigo 41 de João Wyclif a sentença de que não é necessário para a salvação crer que a Igreja Romana é suprema entre as demais igrejas (*non est de necessitate salutis credere Romanam ecclesiam esse supremam inter alias ecclesias* – Texto latino citado em BSLK, p. 471, nota 4). Cf. WA 2, 279 e 643.

[5] Designação usada pelos papas desde Inocêncio III (1198-1216). Na bula *Unam sanctam* (1302), Bonifácio VIII declara que Cristo e seu vigário constituem uma só cabeça (Mirbt, op. cit., p. 148). Durante muitos séculos foi costume designar com o título "Vigário de Cristo" aos bispos. Ainda no século XIII, Tomás de Aquino escreve que os apóstolos e seus sucessores são vigários de Deus (*Summa Theologiae*, III, q. 64, art. 2, *conclusio*).

gos, seus decretos, suas leis sejam havidos por artigos de fé ou mandamentos de Deus que obriguem as consciências, porque se atribui poder de direito divino; quer, inclusive, que seu poder seja preferido aos mandamentos de Deus. E mais horrível ainda é o que acrescenta: ser necessário para a salvação crer tudo isso.

7 I Mostremos, pois, em primeiro lugar, do evangelho, que o bispo romano 8 não está, por direito divino, acima dos outros bispos e pastores. Em Lucas 22[6], Cristo, expressamente, proíbe a dominação entre os apóstolos. Pois essa foi exatamente a questão: quando Cristo falou de sua paixão, discutiam sobre quem haveria de exercer o governo e ser e, por assim dizer, funcionar como vigário do Cristo ausente. Aí Cristo repreende esse erro dos apóstolos e ensina que não haverá entre eles dominação ou superioridade, mas que os apóstolos deveriam ser enviados como iguais ao comum ministério do evangelho. Diz, por isso: "Os reis dos povos os dominam, mas vós não fareis assim; pelo contrário, qualquer que quiser ser o maior entre vós, será vosso servo". Aqui, a antítese mostra que a dominação[7] é desaprovada. Ensina a mesma coisa a parábola[8], quando Cristo, nessa mesma discussão sobre o reino, coloca uma criança no meio deles, significando que entre ministros não haverá de existir domínio, assim como uma criança não toma nem procura para si qualquer domínio.

9 II Em João 20[9], Cristo, da mesma maneira[10], envia os apóstolos sem distinção[11], quando diz: "Assim como o Pai me enviou, eu também vos envio". Diz que os envia individualmente, da mesma forma come ele foi enviado. Por isso, a nenhum atribui prerrogativa ou dominação sobre os demais.

10 III Em Gálatas 2[12], Paulo afirma claramente que não foi ordenado nem confirmado por Pedro. Tampouco reconhece a Pedro como alguém junto ao qual se deva procurar confirmação. E, decididamente, discute a esse respeito que sua vocação não depende da autoridade de Pedro. Mas deveria ter reconhecido Pedro como superior, se Pedro era superior de direito divino. Paulo diz, por isso[13], que ele, sem consultar Pedro, imediatamente ensinou o evangelho. Também: "A mim não me importa quais tenham sido aqueles que pareciam ser alguma coisa. Pois Deus não considera a aparência do homem"[14]. Da mesma forma: "Aqueles que pareciam ser algo, nenhuma ordem me deram"[15].

---

[6] Lc 22.24-27.

[7] O texto alemão acrescenta: "entre os apóstolos".

[8] Mt 18.1-4.

[9] Jo 20.21.

[10] Bente-Dau (*Concordia Triglotta*, p. 505): "on an equality". Ed. Tappert, (p. 321): "as equals". No original: *pariter*. Texto alemão: *zugleich* (BSLK = in gleicher Weise).

[11] Texto alemão acrescenta: *dass einer weder mehr noch weniger Gewalt soll haben dann der ander* ("de modo que um não deve ter nem mais nem menos poder que o outro").

[12] Gl 2.2,6.

[13] Ed. Tappert, (p. 321): "however". No original: *ideo*. Texto alemão: *darumb*.

[14] Gl 2.6. Na ed. Tappert (p. 321) falta a tradução das palavras: *Personam enim hominis Deus non accipit*.

[15] Gl 2.6.

Portanto, como Paulo claramente testifica que nem sequer quis procurar confirmação de Pedro, mesmo quando chegara a ele, ensina que a autoridade do ministério depende da palavra de Deus, que Pedro não foi superior aos demais apóstolos e que não é necessário procurar ordenação nem confirmação dessa uma só pessoa, Pedro.

IV Em 1 Co 3[16], Paulo iguala os ministros e ensina que a igreja está acima dos ministros. Razão por que Pedro não se atribui superioridade ou domínio sobre a igreja ou os demais ministros. Pois diz assim: "Tudo é vosso: seja Paulo, seja Cefas, seja Apolo"[17], isto é: nem os outros ministros nem Pedro arroguem a si domínio ou superioridade sobre a igreja, não onerem a igreja com tradições, não valha a autoridade de ninguém mais que a palavra, não se oponha a autoridade de Cefas à autoridade dos outros apóstolos, conforme argumentavam naquele tempo: Cefas, que é apóstolo superior, observa isso; logo, tanto Paulo como os demais devem observar isso. Paulo remove de Pedro essa magnificência[18] e nega que sua autoridade deva ser anteposta aos demais ou à igreja. 1 Pedro 5: "Nem como dominadores dos que vos foram confiados"[19]. 11

TESTEMUNHO DA HISTÓRIA

V O Concílio de Nicéia ordenou que o bispo de Alexandria cuidasse das igrejas do Oriente e o bispo romano cuidasse das suburbanas, isto é, das que ficavam nas províncias romanas do Ocidente[20]. Daqui, de direito humano, isto é, pela ordenação conciliar, cresceu, pela primeira vez, a autoridade do bispo romano. Agora, se o bispo romano tivesse possuído a superioridade de direito divino, não teria sido lícito ao concílio tirar-lhe qualquer direito e transferi-lo ao de Alexandria. Na verdade, todos os bispos do Oriente sempre deveriam ter procurado ordenação e confirmação do bispo romano. 12

VI O Concílio de Nicéia resolveu, igualmente, que os bispos fossem eleitos por suas igrejas, na presença do algum bispo vizinho ou de mais de um. O mesmo foi observado também no Ocidente e nas igrejas latinas, conforme testi- 13 14

[16] 1 Co 3.4-8.

[17] 1 Co 3.21,22. Em BSLK falta a indicação do versículo 21.

[18] *Hunc praetextum*. "Magnificência" é um dos sentidos de *praetextus*. Texto alemão: *Paulus zeuget Petro dies Hutlin ab* (literalmente: "Paulo tira a Pedro esse chapeuzinho", isto é, tira-lhe a posição de domínio). Bente-Dau (*Concordia Triglotta*, p. 507) e Tappert (p. 321) traduzem "pretexto".

[19] 1 Pe 5.3. No original: *Non dominantes in clero*. Vulgata Clementina: *Neque ut dominantes in cleris*.

[20] Trata-se do cânone 6º, famoso por causa das polêmicas quilométricas travadas em torno dele. No original (J. D. Mansi, ed., *Collectio conciliorum*, II, 669, 671): *ta arkhaia ethe krateito ta en Aigupto kai Libue kai Pentapolei, hoste ton Alexandreias epískopon panton touton ekhein ten exousian, epeide kai to en te Rome episkopo touto sunethes estin* ("Prevaleçam os costumes antigos observados no Egito, na Líbia e na Pentápole, que o bispo de Alexandria tenha autoridade sobre todas essas, já que isso também é o costume para o bispo de Roma"). Discute-se até hoje sobre o sentido da última oração: se também é costume do bispo de Roma ter jurisdição sobre os bispos de territórios adjacentes, ou se também é costume do bispo de Roma reconhecer as prerrogativas do bispo de Alexandria.

ficam Cipriano e Agostinho. Pois Cipriano, na epístola 4 a Cornélio, diz assim[21]: "Por isso, segundo a tradição divina e a observância apostólica, deve ser diligentemente guardado e praticado o que também se observa entre nós e em quase todas as províncias: que, para celebrar as ordenações apropriadamente, todos os bispos vizinhos da mesma província devem reunir-se com o povo para o qual o preposto dever ser ordenado e o bispo deve ser eleito na presença do povo que conhece integralmente a vida de cada um, o que, segundo vimos, também foi feito entre vós na ordenação do nosso colega Sabino, que, pelo sufrágio de toda a fraternidade e pelo juízo dos bispos que se haviam reunido na presença deles, o episcopado lhe foi conferido e lhe foram impostas as mãos".
15 A esse costume Cipriano chama tradição divina e observância apostólica, e afirma que é observado em quase todas as províncias. Como, portanto, nem ordenação, nem confirmação foi buscada junto ao bispo romano na maior parte do mundo, nas igrejas gregas e latinas, está suficientemente claro que as igrejas, então, não atribuíram superioridade e dominação ao bispo romano.

16 VII Aquela superioridade é impossível. Pois é impossível que um só bispo seja inspetor das igrejas do mundo inteiro, ou que igrejas situadas nas terras mais remotas procurem a ordenação junto a um só. Pois é sabido que o reino de Cristo está disperso por todo o mundo e, hoje, há muitas igrejas no Oriente que não buscam junto ao bispo romano a ordenação nem a confirmação. Por isso, como aquela superioridade é impossível, e já que nunca esteve em uso nem foi reconhecida pelas igrejas na maior parte do mundo, está suficientemente claro que não foi instituída[22].

17 VIII Foram anunciados e realizados muitos concílios antigos em que não presidiu o bispo romano, como o Niceno e muitos outros[23]. Testifica também isso que, então, a igreja não reconheceu o primado ou a superioridade do bispo romano.

18 IX Diz Jerônimo[24]: "Se a questão é concernente à autoridade, o orbe é maior do que a urbe[25]. Onde quer que tenha havido um bispo, seja em Roma,

---

[21] *Epist. 67 ad Felicem presbyterum et Aelium diaconum*, CSEL III[II], 739.

[22] Texto alemão: *nicht von Christo eingesetzt und nicht aus gottlichem Rechten kommet* ("não foi instituída por Cristo e não provém de direito divino").

[23] Vid. o parecer de Melanchthon: *Dass die Kaiser Macht haben, Concilia auszuschreiben, Anno 1536* ("Que os imperadores têm poder de convocar concílios"), *Archiv für Reformationsgeschichte*, XXIII, 1926, pp. 271, 272, 274, 283-286; CR 3, 134-136. Sobre a hipótese de um concílio se reunir sem autoridade papal, vid. a famosa cláusula da bula *In minoribus agentes*, de Pio II, dirigida à Universidade de Colônia, em 1463 (texto latino em *Bullarium diplomatum et privilegiorum sanctorum Romanorum pontificum*, ed. de S. Franco e A. Dalmazzo, Turim, 1860, vol. V, p. 180): *Veneramur enim Constantiense concilium et cuncta quae praedecessoribus approbata, inter quae nullum invenimus umquam fuisse ratum, quod, stante Romano indubitato praesule, absque ipsius auctoritate convenerit* ("Pois veneramos o Concílio de Constança e todos os que foram aprovados pelos [nossos] predecessores, entre os quais nunca encontramos algum ratificado que, havendo presidente romano indubitado, se tenha reunido sem sua autoridade").

[24] *Epist. 146 ad Euangelum*, MSL XXII, 1194. Vid. Artigos de Esmalcalde, II Parte, IV Artigo, 9, nota em "Jerônimo".

[25] Ou: o mundo é maior do que Roma.

seja em Eugúbio[26], seja em Constantinopla, seja em Régio, seja em Alexandria, é ele da mesma dignidade e do mesmo sacerdócio. É o poder da riqueza e a humildade da pobreza o que torna superior ou inferior".

19 X Gregório, escrevendo ao patriarca alexandrino[27], proíbe que lhe chamem bispo universal. E nos regestos[28] diz que, no Concílio de Calcedônia, o primado foi oferecido ao bispo romano, mas não aceito.

20 XI Por derradeiro, como é que pode o papa estar acima de toda a igreja, quando a igreja tem a eleição e, pouco a pouco, prevaleceu o costume de que os bispos romanos eram confirmados pelos imperadores?

21 Da mesma forma, como por longo tempo tivesse havido disputas sobre o primado entre o bispo romano e o constantinopolitano, o imperador Focas[29] estabeleceu, afinal, que o primado devia ser atribuído ao bispo romano. Mas, se a igreja antiga houvesse reconhecido o primado do romano pontífice, essa contenda não poderia ter ocorrido nem teria havido necessidade de um decreto do imperador.

22 Objetam, porém, com algumas passagens, como: "Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha igreja"[30]. Também: "Dar-te-ei as chaves"[31]. Igualmente: "Apascenta as minhas ovelhas"[32]. E mais algumas. Como, porém, toda essa controvérsia foi tratada copiosa e acuradamente alhures, nos livros dos nossos, e visto não se poder recensear tudo aqui, remetemos àqueles escritos e queremos que sejam tidos como reiterados. Responderemos, todavia, brevemente, quanto à interpretação[33]. 23 Em todas essas passagens, Pedro é o representante de todo o grupo dos apóstolos, conforme se evidencia do próprio texto. Pois Cristo não interroga somente a Pedro, mas diz: "Vós, quem dizeis que eu sou?"[34]. E o que, aqui, é dito no número singular – "Dar-te-ei as chaves", "o que ligares"[35] –, em outro lugar, é dito no plural: "O que ligardes, etc."[36] E em João: "Aqueles a quem perdoardes os pecados, etc."[37] Atestam essas palavras que as chaves são dadas igualmente a todos os apóstolos e que todos os apósto-

---

[26] A Gubbio de hoje, na Úmbria, na escarpa meridional dos Apeninos, ao noroeste de Perúgia. Atestado como bispado no tempo de Silvestre I (314-337).

[27] Gregório I, o Grande (c. 540-604). *Epist. lib. VIII ep. 30 ad Eulogium, episcopum Alexandrinum*, MSL LXXVII, 933.

[28] Registros de documentos, fatos, etc. *Epist. lib. V ep. 43 ad Eulogium, episcopum Alexandrinum, et Anastasium, episcopum Antiochenum*, MSL LXXVII, 771.

[29] Em 607, o papa Bonifácio *III* conseguiu que o imperador Focas (602-610) reconhecesse Roma como "caput omnium ecclesiarum" (cabeça de todas as igrejas). Cf., p. ex., Herzog-Hauck, *Realencyklopädie für protestantische Theologie und Kirche*, III, 3ª ed., p. 289.

[30] Mt 16.18.

[31] Mt 16.19.

[32] Jo 21.17.

[33] Quanto à interpretação das passagens citadas. Texto alemão: *bemeldte Spruch*.

[34] Mt 16.15.

[35] Mt 16.19.

[36] Mt 18.18.

[37] Jo 20.23.

24 los são enviados igualmente. Além disso, é necessário reconhecer que as chaves não pertencem à pessoa de determinado homem, porém à igreja, conforme atestam muitos argumentos claríssimos e firmíssimos. Pois Cristo, falando das chaves, Mateus 18[38], acrescenta: "Onde quer que dois ou três concordarem na terra, etc." De sorte que atribui as chaves, principal e imediatamente, à igreja, assim como também, por essa razão, a igreja, principalmente, tem o direito de chamar. É necessário, por isso, que, nessas passagens, Pedro seja o representante de todo o grupo dos apóstolos. Razão por que não atribuem a Pedro qualquer prerrogativa, superioridade ou domínio.

25 Mas quanto à declaração: "Sobre esta pedra edificarei a minha igreja"[39], por certo que a igreja não foi edificada sobre a autoridade do homem, porém, sobre o ministério daquela profissão que Pedro fez, na qual proclama que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus. De sorte que se endereça a ele como ministro: 26 "Sobre esta pedra", isto é, sobre este ministério. Ora, o ministério do Novo Testamento não está preso a lugares e pessoas como o ministério levítico, mas está disperso pelo mundo inteiro e está onde Deus dá os seus dons, apóstolos, profetas, pastores, doutores. E esse ministério não vale por causa da autoridade 27 de qualquer pessoa, mas por causa da palavra dada por Cristo. E a maioria dos santos Pais, como Orígenes[40], Ambrósio[41], Cipriano[42], Hilário[43], Beda[44], interpretam a sentença "sobre esta pedra" desse modo, não como referência 28 à pessoa ou à superioridade de Pedro. Assim diz Crisóstomo[45]: "'Sobre esta pedra', diz ele, e não 'sobre Pedro'. Pois edificou sua igreja não sobre o homem, mas sobre a fé de Pedro. Mas qual foi a fé? 'Tu és o Cristo, o Filho do 29 Deus vivo'". Hilário[46]: "A Pedro revelou o Pai que dissesse: Tu és o Filho do Deus vivo. A edificação da igreja é, portanto, sobre a pedra dessa confissão. Essa fé é o fundamento da igreja".

30 As palavras: "Apascenta as minhas ovelhas"[47] e: "Amas-me mais do que estes?"[48], não significam que tenha sido dada uma superioridade peculiar a Pedro. Pois ordena que apascente, isto é, que ensine a palavra ou reja a igreja com a palavra, o que Pedro tem em comum com os demais apóstolos.

---

[38] Melanchthon combina os versículos 19 e 20 de Mt 18. O texto alemão cita o versículo 20 (*Wo zwen oder drei versammelt sind in meinem Namen*) e acrescenta: "Da mesma forma, Cristo dá o juízo supremo e final à igreja, ao dizer: 'Dize-o à igreja'" (Mt 18.17).

[39] Mt 16.18.

[40] *Comment. in Matth.* tom. XII, 11, MSG XIII, 1000.

[41] *Ambrosiaster, Comment. in epist. ad Ephesios*, cap. 2,20, MSL XVII, 380.

[42] *De catholicae ecclesiae unitate*, cap. 4, MSL IV, 500.

[43] *De trinitate* VI, 36s., MSL X, 186s.

[44] *In Matth. evang. expositio*, lib. III, cap. 16, MSL XCII, 78s.

[45] Não foi possível averiguar esta citação, mas cf., p. ex., *In Matth. homil. 54 (55)*, MSG LVIII, 534.

[46] Vid. acima, 27, nota em "Hilário".

[47] Jo 21.17.

[48] Jo 21.15.

O segundo artigo é mais claro ainda: que Cristo deu aos apóstolos somente poder espiritual, isto é, o mandamento de ensinarem o evangelho, anunciarem a remissão dos pecados, administrarem os sacramentos, excomungarem os ímpios sem recurso à força física, e não deu o poder da espada ou o poder de constituir, ocupar ou conferir reinos do mundo. Pois Cristo diz: "Ide, ensinando-os a guardar as coisas que vos tenho ordenado"[49]. Da mesma forma: "Assim como o Pai me enviou, eu também vos envio"[50]. Ora, é sabido que Cristo não foi enviado para manejar a espada ou possuir um reino mundano, como ele mesmo diz: "O meu reino não é deste mundo"[51]. E Paulo diz: "Não dominamos sobre a vossa fé"[52]. Igualmente: "As armas da nossa milícia não são carnais, etc."[53]. Agora, quanto ao fato de Cristo, em sua paixão, ser coroado com espinhos e conduzido em púrpura real para ser objeto de zombaria, significou que, futuramente, depois de desprezado o reino espiritual, isto é, depois de sufocado o evangelho, seria constituído um outro reino, mundano, com pretexto de poder eclesiástico. Razão por que a constituição[54] de Bonifácio VIII, capítulo *Omnes*, distinção vigésima segunda[55], e sentenças similares, que contendem ser o papa o senhor dos reinos do mundo por direito divino, são falsas e ímpias. Dessa persuasão foram trazidas para dentro da igreja trevas horríveis. Depois, também surgiram grandes comoções na Europa. Pois foi negligenciado o ministério do evangelho. Foi extinto o conhecimento da fé e do reino espiritual, e julgava-se que a justiça cristã era aquele governo externo que o papa constituíra. Em seguida, os papas começaram a arrebatar reinos para eles, transferiram reinos, vexaram com injustas excomunhões e guerras os reis de quase todas as nações da Europa, mas, principalmente, os imperadores germânicos, ora para ocupar cidades italianas, ora para reduzir a sua servidão bispos da Alemanha e arrancar aos imperadores a concessão de bispados[56]. E, mais do que isso, até está escrito nas Clementinas[57]: "Quando o império está vacante, o papa é o legítimo sucessor". Assim, o papa não só usurpou dominação contra a ordem de Cristo[58], mas, ainda, exaltou a si mesmo tiranicamente acima de todos os reis[59]. E, nessa questão, o próprio fato não deve ser repreendi-

31

32

33

34

35

36

---

[49] Mt 28.19,20.

[50] Jo 20.21.

[51] Jo 18.36.

[52] 2 Co 1.24.

[53] 2 Co 10.4.

[54] A bula *Unam sanctam*, de 1302.

[55] *Decretum Gratiani*, Parte I, Distinção 22, capítulo I.

[56] Referência à controvérsia das investiduras (1075-1122), resolvida com a Concordata de Worms ou *Pactum Calixtinum*.

[57] *Corp. jur. can. Clementinae* II, 11 c. 2. As *Clementinas* (1314), também chamadas *Constituições*, são de Clemente V.

[58] Mc 10.42s.

[59] *Decretais de Gregório IX* (de 1234), livro I, 33, cap. 6º... *quanta est inter solem et lunam, tanta inter pontifices et reges differentia cognoscatur* ("Quanta diferença vai entre o Sol e a Lua, tanta seja reconhecida entre os pontífices e os reis").

do tanto quanto se deve detestar o pretextar ele a autoridade de Cristo, o transferir as chaves a um reino mundano, o prender a salvação a essas ímpias e nefastas opiniões, quando diz ser necessário para a salvação que os homens
37 creiam que essa dominação compete ao papa de direito divino. Como esses grandes erros obscurecem a fé e o reino de Cristo, de modo algum devem ser dissimulados. Pois o resultado mostra que foram grandes desgraças para a igreja.

38 Em terceiro lugar, deve acrescentar-se o que segue. Ainda que o bispo romano tivesse o primado e a superioridade por direito divino, contudo não seria devida obediência aos pontífices que defendem cultos ímpios, idolatria e doutrina que pugna com o evangelho. Na verdade, tais pontífices e tal reino deveriam ser tidos por malditos. Assim ensina claramente Paulo: "Se um anjo do céu ensinar outro evangelho, que vá além do que vos ensinei, seja anátema"[60]. E em Atos[61]: "Mais importa obedecer a Deus do que aos homens". Da mesma forma, também os cânones[62] ensinam claramente que não se deve obedecer a um papa herético. O pontífice levítico era sumo sacerdote de direito divino e, mas não se devia obedecer a sumos sacerdotes ímpios, como Jeremias e outros profetas dissentiam de sumos sacerdotes. Os apóstolos dis-
39 sentiam de Caifás e não lhe tinham de obedecer. Ora, consta que os romanos pontífices, com seus aderentes, defendem doutrina ímpia e cultos ímpios. E as notas do anticristo concordam claramente com o reino do papa e seus membros. Pois Paulo, em Tessalonicenses, ao descrever o anticristo, lhe chama "adversário de Cristo, que se exalta sobre tudo que se chama Deus ou se adora como Deus, e se assenta no templo de Deus como se fosse Deus"[63]. Fala, portanto, de alguém que reina na igreja, não de reis gentílicos, e ele chama de "adversário de Cristo", porque haverá de excogitar doutrina que pugne com o evange-
40 lho e arrogar-se-á autoridade divina. Mas é certo, em primeiro lugar, que o papa reina na igreja e constituiu esse reino para si a pretexto de autoridade eclesiástica e do ministério. Pois pretexta estas palavras: "Dar-te-ei as chaves"[64]. Depois, a doutrina do papa conflita de muitas maneiras com o evangelho, e o papa se arroga autoridade divina de forma tríplice. Primeiro, porque se arroga o direito de mudar a doutrina de Cristo e cultos instituídos por Deus e que sua própria doutrina e seus próprios cultos sejam observados como divinos. Segundo, visto que se arroga não só o poder de desligar e ligar nesta vida, mas, também, o direito quanto às almas depois desta vida. Terceiro, porque o papa não quer ser julgado pela igreja, ou por quem quer que seja, e põe sua autoridade acima do juízo dos concílios e de toda a igreja[65]. Mas não querer ser julga-

---

[60] Gl 1.8.
[61] At 5.29.
[62] *Decretum Gratiani*, Parte I, Distinção 40, cap. 6º.
[63] 2 Ts 2.3s.
[64] Mt 16.19.
[65] Cf. *Decretum Gratiani,* Parte I, Distinção 40, cap. 6º; Parte II, cap. 9º, q. 3, cap. 13º, e a bula *Pastor aeternus* (1513), de Leão X. Gelásio I (falecido em 496) já estabelecera a sentença: *Papaa nemine judicatur* ("o papa por ninguém é julgado").

do pela igreja ou por quem quer que seja, isso é fazer-se Deus a si mesmo. Em último lugar, esses erros tão horríveis e essa impiedade, ele os defende com suma crueldade e mata os que dissentem.

41 Como esta é a situação, todos os cristãos devem acautelar-se para não acontecer se tornem participantes da ímpia doutrina, das blasfêmias e injustas crueldades do papa. Por isso, devem abandonar e execrar o papa com os seus membros como o reino do anticristo, conforme ordena Cristo: "Acautelai-vos dos falsos profetas"[66]. E Paulo ordena que mestres ímpios devem ser evitados e execrados como malditos[67]. E, em 2 Co 6, diz: "Não vos ponhais em jugo desigual com os incrédulos; porquanto, que sociedade pode haver da luz com as trevas?"[68].

42 Dissentir do consenso de tantas gentes e ser chamado de cismático, é grave. Mas a autoridade divina manda a todos que não sejam aliados e propugnadores de impiedade e injusta crueldade. Em razão disso, as nossas consciências estão suficientemente escusadas. Pois os erros do reino papal são manifestos. E a Escritura clama a plenos pulmões[69] que aqueles erros são doutrina de demônios e do anticristo[70]. 43 Manifesta é a idolatria na profanação das missas, que, além de outros vícios, são impudentemente empregadas para obter torpíssimos ganhos. 44 A doutrina do arrependimento foi totalmente corrompida pelo papa e seus adeptos. Pois ensinam que pecados são remitidos por causa da dignidade de nossas obras. Depois, ordenam que duvidemos sobre se a remissão se dá. Em parte nenhuma ensinam que os pecados são perdoados por graça, por causa de Cristo, e que, mediante esta fé, conseguimos a remissão dos pecados. Dessa maneira, obscurecem a glória de Cristo, privam as consciências de consolação firme e abolem cultos verdadeiros, a saber, os exercícios da fé que luta com o desespero.

45 Obscureceram a doutrina do pecado e inventaram uma tradição sobre a enumeração dos delitos que produz muitos erros e desespero. Falsamente, acrescentaram satisfações, pelas quais também obscureceram o benefício de Cristo. 46 Disso, nasceram indulgências, que são puras mentiras, excogitadas por causa de ganho. 47 Depois, quantos abusos e quão horrenda idolatria gerou a invocação dos santos! 48 Quantas torpezas se originaram da tradição sobre o celibato! Com que trevas a doutrina dos votos cobriu o evangelho! Aí imaginaram que os votos são justiça diante de Deus e que merecem remissão de pecados. Assim, transferiram o benefício de Cristo a tradições humanas e extinguiram inteiramente a doutrina concernente à fé. Inventaram que tradições futilíssimas são cultos de Deus e perfeição, e as preferiram às obras das vocações que Deus requer e ordenou. E não se devem ter esses erros na conta de leves. Pois lesam a glória de Cristo e levam ruína às almas. E não podem ser dissimulados.

---

[66] Mt 7.15.
[67] Tt 3.10.
[68] 2 Co 6.14.
[69] *Tota voce.*
[70] 1 Tm 4.1.

49 Depois, a esses erros acrescem dois pecados ingentes. Primeiro, que ele defende esses erros com injusta crueldade e pena de morte. Segundo, que arranca o juízo à igreja e não permite que controvérsias eclesiásticas sejam julgadas segundo a maneira correta. Até contende que ele está acima do concílio e que pode anular os decretos dos concílios, conforme, de vez em quando, declaram, despudoradamente, os cânones[71]. Mas os exemplos atestam que isso foi feito de
50 maneira muito mais desavergonhada pelos pontífices[72]. Na questão nona, três[73], diz o cânone: "Ninguém julgará a primeira sé. Pois o juiz não é julgado nem
51 pelo imperador, nem por todo o clero, nem pelos reis, nem pelo povo". Assim, o papa exerce dupla tirania: defende seus erros pela força e mediante homicídios e veta exame judicial. Essa última prejudica ainda mais do que qualquer suplício. Porque, tirado o verdadeiro julgamento à igreja, não podem ser eliminados os dogmas ímpios e os cultos ímpios e, por muitos séculos, eles destroem inúmeras almas.

52 Considerem, por conseguinte, os piedosos os grandes erros do reino papal e sua tirania e ponderem, primeiro, que os erros devem ser rejeitados e a verdadeira doutrina abraçada, por causa da glória de Deus e da salvação das
53 almas. Ponderem também, depois, quão grande crime é auxiliar a injusta crueldade no assassínio de santos, cujo sangue Deus, sem dúvida, há de vingar.

54 Mas importa que, especialmente, os membros principais da igreja, os reis e os príncipes, se interessem pela igreja e cuidem no sentido de que os erros sejam eliminados e as consciências saradas, conforme Deus, explicitamente, exorta os reis: "Agora, pois, ó reis, sede prudentes; deixai-vos advertir, juízes da terra"[74]. Pois o primeiro cuidado dos reis deve ser adornar a glória de Deus. Razão por que será indigníssimo conferirem eles sua autoridade e poder para confirmar a idolatria e número infinito de outras infâmias e para a matança de santos.

---

[71] Cf. *Decretum Gratiani*, Parte I, Distinção 16, 17 e 21: *Decretais de Gregório IX*, I, 6, cap. 4º.

[72] Cf., p. ex., a bula *Execrabilis*, de 18 de janeiro de 1460, que muitos consideram o fim do conciliarismo. Nela, Pio II condenou a quem ousasse apelar do papa para um concílio futuro. Texto latino em *Bullarium diplomatum et privilegiorum sanctorum Romanorum pontificum*, ed. de S. Franco e A. Dalmazzo, Turim, 1860, V, 149-150: *Execrabilis et pristinis temporibus inauditus tempestate nostra inolevit abusus, ut a Romano pontifice, Jesu Christi vicario, cui dictum est in persona b. Petri: 'Pasce oves meas' et 'Quod ligaveris super terram, erit ligatum et in coelis', nonnulli spiritu rebellionis imbuti, non sanioris cupiditate judicii, sed commissi evasione peccati ad futurum concilium provocare praesumant, quod quantum sacris canonibus adversetur quantumque reipublicae christianae noxium sit, quisquis non ignarus jurium intelligere potest* ("Implantou-se em nossa época abuso execrável e inaudito em tempos prístinos. Alguns, imbuídos de espírito de rebelião, presumem, não pelo desejo de juízo mais são, porém, pelo da evasão de penalidade por pecado, apelar do romano pontífice, vicário de Jesus Cristo, a quem foi dito, na pessoa do bem-aventurado Pedro: 'Apascenta as minhas ovelhas' e 'tudo quanto ligares na terra, estará ligado também no céu', para um concílio futuro. Qualquer pessoa que não ignore a lei pode compreender quanto isso contraria os sacros cânones e quão prejudicial é à república cristã"). O infrator, diz a bula, incorre, *ipso facto,* em sentença de execração, da qual não pode ser absolvido, exceto pelo romano pontífice e em artigo de morte (=quando prestes a morrer): *a qua [sententia], nisi per Romanum Pontificem, et in mortis articulo, absolvi non possit.*

[73] *Decretum Gratiani*, Parte II, cap. 9º, q. 3, cap. 13º.

[74] Sl 2.10.

E ainda que o papa celebre concílios, como pode a igreja ser sanada, se o papa não tolera que qualquer coisa seja decretada contra o seu arbítrio, se a ninguém concede que externe seu parecer, exceto aos seus adeptos, aos quais prendeu com horríveis juramentos e maldições à defesa de sua tirania e impiedade, sem qualquer limitação da palavra de Deus? Como, porém, as sentenças dos concílios são as sentenças da igreja, não dos papas, cabe, especialmente, aos reis reprimir a licença dos pontífices e fazer que não seja arrancada à igreja a faculdade de julgar e decretar a partir da palavra de Deus. E como os demais cristãos devem censurar os restantes erros do papa, assim também devem repreender o pontífice que evade e impede o verdadeiro conhecimento e o verdadeiro juízo da igreja. 55 56

Conseqüentemente, ainda que o bispo romano tivesse o primado de direito divino, não obstante, desde que defende cultos ímpios e doutrina que conflita com o evangelho, não lhe é devida obediência. Até é necessário adversá-lo como anticristo. 57

Os erros do papa são manifestos e não são leves. Manifesta é também a crueldade que exerce contra os piedosos. E sabe-se que é mandamento de Deus que fujamos à idolatria, à doutrina ímpia e à injusta crueldade. Em vista disso, todos os piedosos têm razões magnas, necessárias e manifestas para não obedecerem ao papa. E essas razões necessárias consolam os piedosos contra todas as reprimendas que se costumam atirar-lhes com respeito a escândalos, cisma[75] e discórdia. 58

Mas os que concordam com o papa e defendem sua doutrina e cultos, poluem-se com idolatria e opiniões blasfemas, tornam-se réus do sangue dos piedosos que o papa persegue, lesam a glória de Deus e impedem o bem-estar da igreja, porque confirmam erros e outras desgraças para toda a posteridade. 59

DO PODER E DA JURISDIÇÃO DOS BISPOS

Na confissão[76] e na Apologia[77] expusemos o que, em geral, tínhamos a declarar sobre o poder eclesiástico. Pois o evangelho atribui aos que presidem às igrejas a comissão de pregar o evangelho, perdoar pecados, administrar os sacramentos e, além disso, a jurisdição[78], a saber, o mandato de excomungar aqueles cujas faltas são conhecidas e, por outro lado, absolver os que se arrependem. E, segundo a confissão de todos, também dos adversários, está claro que esse poder de direito divino é comum a todos os que presidem às igrejas, chamem-se pastores, presbíteros ou bispos. E, por isso, Jerônimo[79] ensina abertamente que, nas cartas apostólicas, todos os que presidem às igrejas são 60 61 62

[75] Sobre esse termo, vid. acima, Apologia da Confissão de Augsburgo XXVIII, 25, nota em "cisma".

[76] Confissão de Augsburgo XXVIII.

[77] Apologia da Confissão de Augsburgo XXVIII.

[78] Cf. acima, Artigos de Esmalcalde, III Parte, Artigo IX.

[79] *Epist. 146 ad Euangelum (Euagrium)*, MSL XXII, 1193s.

tanto bispos como presbíteros, e cita, de Tito: "Por esta causa te deixei em Creta, para que constituas presbíteros nas cidades"[80]. E, depois, acrescenta: "É indispensável que o bispo seja marido de uma só mulher". Da mesma forma, Pedro[81] e João[82] chamam a si de presbíteros. E, então, acrescenta[83]: "Mas que depois foi escolhido um para ser posto sobre os demais, isto foi feito como remédio contra cisma, a fim de não acontecer que, com cada qual atraindo para si, a igreja de Cristo se despedaçasse. Pois também em Alexandria, desde Marcos evangelista até o tempo dos bispos Esdras[84] e Dionísio, os presbíteros sempre elegiam um dentre eles e o colocavam em lugar mais elevado, chamando-o bispo. Assim como um exército estabelece um comandante para si, os diáconos, por sua vez, elejam dentre eles um do qual saibam que é ativo e o nomeiem arcediácono. Pois, executada a ordenação, que faz o bispo que o presbítero não faça?".

63 Ensina, portanto, Jerônimo que os graus de bispo e presbítero ou pastor são distintos por autoridade humana. E a própria coisa o diz, porquanto o poder 64 é o mesmo, como disse[85] acima. Mas uma coisa, posteriormente, fez diferença entre bispos e pastores, a saber, a ordenação. Porque foi estabelecido que 65 um bispo ordenasse ministros em várias igrejas. Como, porém, de direito divino não são diversos os graus de bispo e pastor, é manifesto que a ordenação realizada por um pastor em sua igreja é válida de direito divino.

66 Por isso, quando os bispos ordinários se tornam inimigos do evangelho 67 ou não querem conferir a ordenação, as igrejas retêm o direito delas. Pois onde quer que esteja a igreja, aí existe o direito de administrar o evangelho. Razão por que é necessário que a igreja retenha o direito de chamar, eleger e ordenar ministros.

E esse direito é dom propriamente[86] dado à igreja e que nenhuma autoridade humana pode arrebatar à igreja, como também testifica Paulo em Efésios, quando diz: "Subiu, concedeu dons aos homens"[87]. E enumera entre os dons próprios[88] da igreja pastores e mestres, acrescentando que tais são dados para o ministério, para a edificação do corpo de Cristo. Por conseguinte, onde há igreja verdadeira, aí, necessariamente, existe o direito de eleger e ordenar ministros. Assim como, em caso de necessidade, até um leigo absolve e se torna

---

[80] Tt 1.5-7.

[81] 1 Pe 5.1.

[82] 2 Jo 1; 3 Jo 1.

[83] Isto é, Jerônimo acrescenta, na *Epístola a Evágrio*.

[84] *Esdram*. Lição correta: *Heraclam*. Melanchthon cita o texto de Jerônimo de acordo com uma edição do *Decretum Gratiani*, que, em muitas edições, traz *Esdram*.

[85] *Dixi*. No Livro de Concórdia latino de 1584: *dixit*.

[86] Ou: exclusivamente. No original: *proprie*.

[87] Ef 4.8,11s.

[88] Ou: exclusivos. No original: *propria*.

[89] *Decretum Gratiani*, Parte III, Distinção 4, cap. 36°, como carta de Agostinho a Fortunato.

ministro e pastor de outrem. Como no caso da história narrada por Agostinho[89] a respeito dos dois cristãos num navio, dos quais um batizou o catecúmeno[90], e este, batizado, depois absolveu o primeiro. Para cá pertencem as sentenças de Cristo que atestam haverem as chaves sido dadas à igreja, não apenas a certas pessoas: "Onde dois ou três estiverem reunidos em meu nome, etc."[91] 68

Por último, também a sentença de Pedro[92] confirma isso: "Vós sois sacerdócio real", palavras essas pertinentes à igreja verdadeira, a qual, já que somente ela tem o sacerdócio, por certo que possui o direito de eleger e ordenar ministros. E isso também o atesta um costume comuníssimo da igreja. Pois, antigamente, o povo elegia os pastores e os bispos. Depois, vinha um bispo dessa igreja ou de uma vizinha, o qual, pela imposição das mãos, confirmava o eleito, e a ordenação outra coisa não foi senão essa aprovação. Posteriormente, acresceram novas cerimônias, muitas das quais descreve Dionísio. Mas esse é autor recente e fictício, quem quer que seja[93], assim como também os escritos de Clemente são supositícios[94]. Depois, pessoas ainda mais recentes acrescentaram: "Dou-te o poder de sacrificar pelos vivos e pelos mortos"[95]. Mas nem isso se encontra em Dionísio. 69 70 71

De tudo isso fica evidente que a igreja retém o direito de eleger e ordenar ministros. Razão por que, quando os bispos se tornam heréticos ou não querem conferir a ordenação, as igrejas são obrigadas, por direito divino, a ordenar pastores e ministros, em consulta com os seus pastores[96]. E a impiedade e tirania dos bispos é que dão causa a cisma[97] e discórdia. Porque Paulo preceitua que bispos que ensinem e defendam doutrina ímpia e cultos ímpios devem ser tidos por malditos[98]. 72

---

[90] *Katekhoumenon.*

[91] Mt 18.20.

[92] 1 Pe 2.9.

[93] A ed. Tappert (p. 332, nota 5) remete, erroneamente, ao escrito *De coelesti hierarchia*, que trata da essência, das qualidades e das ordens dos anjos. Melanchthon pensa na obra *peri tes ekklesiastikes hierarkhias* (*De ecclesiastica hierarchia*), cap. V, MSG III, 500-516. O escrito é de fins do século V ou princípios do século VI. O autor, que é desconhecido, usa o nome de Dionísio, o Areopagita (cf. Atos 17.34). Já Lourenço Valla percebeu o caráter pseudepigráfico desse e de outros escritos atribuídos ao Areopagita. Lutero também se manifestou sobre obras atribuídas a Dionísio, dizendo não ser verossímil que o autor seja o discípulo de Paulo. Cf. WA TR 2, número 2779aa.

[94] *Supposititia.* Supositício, supositivo: atribuído falsamente a alguém, inautêntico. A referência é dos *Recognitionum libri X ad Jacobum fratrem Domini*, atribuídos ao bispo Clemente de Roma (falecido cerca do ano 100). A obra não é de antes de fins do século II. Seu único escrito autêntico conhecido é a carta geralmente chamada *Primeira Epístola aos Coríntios.*

[95] Com as palavras: *Accipe potestatem offere sacrificium Deo missamque celebrare tam pro vivis quam pro defunctis in nomine Domini*, o bispo, por ocasião da ordenação sacerdotal, confere ao sacerdote o poder de oferecer o sacrifício da missa.

[96] A ed. Tappert não traz a tradução das palavras *adhibitis suis pastoribus*, que não aparecem no texto alemão. As palavras também não aparecem na tradução inglesa da *Concordia Triglotta*, que se baseia num texto latino que omite todo o período em que estão essas palavras (Livro de Concórdia latino de 1584).

[97] Sobre o termo "cisma", vid. Apologia da Confissão de Augsburgo XXVIII, 25, nota em "cisma".

[98] Gl 1.7-9.

73 Falamos da ordenação, que, ela só, como diz Jerônimo[99], distinguia os bispos de outros presbíteros. Por isso, não é necessária nenhuma discussão das demais funções dos bispos. Nem é preciso, na verdade, falar da confirmação, tampouco da consagração de sinos, que são quase as únicas coisas que retiveram. Da jurisdição deve ser dito algo.

74 É certo que a jurisdição comum de excomungar os réus de faltas manifestas pertence a todos os pastores. Isso transferiram tiranicamente só a eles e o empregaram para a obtenção de ganho. Pois é certo que os oficiais, como lhes chamam, fizeram uso de uma licença que não pode ser tolerada e, ou por motivo de avareza, ou por causa de outras cobiças, atormentaram homens e os excomungaram sem qualquer procedimento legal devido. Mas que tirania é essa de os oficiais nos estados terem o poder de, a seu arbítrio, sem procedimento legal devido, excomungar homens? E em que espécie de coisas abusaram desse poder! A saber: não na punição de delitos verdadeiros, mas em casos de violação de jejuns ou dias de festa e ninharias que tais. Somente puniam, de vez em quando, atos de adultério. E nisso, muitas vezes, vexavam homens inocentes e honestos. Ora, como esse crime é gravíssimo, certamente ninguém deve ser condenado sem o devido processo legal. Por conseguinte, visto que os bispos transferiram tiranicamente a si essa jurisdição e dela abusaram torpemente, não é necessário obedecer aos bispos por causa dessa jurisdição. Mas, como há causas justas de não obedecermos, também é justo restituir essa jurisdição a pastores piedosos e cuidar em que seja exercida legitimamente, para emenda da moral e a glória de Deus.

77 Resta a jurisdição naqueles casos que, segundo o direito canônico, pertencem ao foro eclesiástico, como lhe chamam, e, principalmente, em causas matrimoniais. Também essa os bispos têm de direito humano e, de mais a mais, não muito antigo, como, de fato, se evidencia do *Codex* e das *Novellae* de Justiniano[100] que juízos quanto ao matrimônio, então, foram da alçada dos magistrados. E, por direito divino, os magistrados seculares são obrigados a fazer esses julgamentos, se os bispos são negligentes. A mesma coisa concedem-na também os cânones[101]. Razão por que também não é necessário obedecer aos bispos por causa dessa jurisdição. E, na verdade, já que criaram algumas leis injustas sobre o matrimônio e as observam em seus tribunais, ainda por essa razão é necessário constituir outras cortes. Porque as tradições quanto ao parentesco espiritual são injustas[102]. Também é injusta a tradição que proíbe o casamento de pessoa inocente depois do divórcio.

Também é injusta a lei que aprova genericamente todos os esponsais[103] clandestinos e dolosos, contra o direito dos pais. Injusta é, outrossim, a lei do celibato sacerdotal. Existem, nas leis deles, ainda outros laços de consciências. Recitá-los todos aqui não importa.

---

[99] Cf. acima, seção 62, último período.

[100] Cf., p. ex., *Cod. Justiniani, Lib. V, tit. 1-27, Dig. 23, tit. 1-2* e *Nov. 22.*

[101] Decretais de Gregório IX, V, 26, cap. 2º.

[102] Texto alemão: "Pois que a proibição do casamento entre compadres é injusto".

[103] *Desponsationes*, contratos de casamento.

Basta haver declarado isto: que a respeito de questões matrimoniais há muitas leis injustas do papa, por causa das quais os magistrados devem constituir outros tribunais.

Como, portanto, os bispos devotados ao papa defendem doutrina ímpia e cultos ímpios, não ordenam mestres piedosos e, até, auxiliam a crueldade do papa, havendo, além disso, arrebatado a jurisdição aos pastores e exercendo-a apenas tiranicamente; por derradeiro, visto que, em causas matrimoniais, observam muitas leis injustas, há razões suficientemente numerosas e necessárias por que as igrejas não os devem reconhecer como bispos. Eles mesmos, entretanto, recordem-se que foram dadas riquezas aos bispos como esmolas para a administração e o proveito das igrejas, conforme diz a regra[104]: "O benefício é dado por causa do ofício". Não podem, por isso, de boa consciência, possuir essas esmolas. E, entrementes, defraudam a igreja, que necessita desses meios para sustentar ministros e auxiliar em estudos e cuidar de certos pobres e para estabelecer tribunais, especialmente cortes matrimoniais. Pois a variedade e a magnitude das controvérsias matrimoniais são tamanhas que há necessidade de um foro especial para elas e para estabelecê-lo são precisos os recursos da igreja. Pedro predisse que haveria bispos ímpios, que abusariam das esmolas das igrejas para luxo e negligenciariam o ministério. Saibam, pois, aqueles que defraudam a igreja que eles também haverão de pagar a Deus a penalidade por esse crime.

79

80

81

82

RELAÇÃO DOS DOUTORES E PREGADORES QUE SUBSCREVERAM A CONFISSÃO E A APOLOGIA, etc. 1537.

Por ordem dos ilustríssimos príncipes e das ordens e cidades que professam a doutrina do evangelho, relemos os artigos da Confissão apresentada ao Imperador na assembléia de Augsburgo e, mercê de Deus, todos os pregadores que estiveram presentes nesta assembléia de Esmalcalde declaram, concordes, que, em suas igrejas, crêem e ensinam de acordo com os artigos da Confissão e da Apologia. Declaram, também, que aprovam o artigo sobre o primado do papa e de seu poder e sobre o poder e a jurisdição dos bispos que, aqui, nesta assembléia de Esmalcalde, foi apresentado aos príncipes. Subscrevem, por isso, seus nomes.

Eu, Dr. João Bugenhagen, o Pomerano, subscrevo os artigos da Confissão de Augsburgo, a Apologia e o artigo sobre o papado apresentado aos príncipes em Esmalcalde

Também eu, Dr. Urbano Rhegius, superintendente das igrejas no ducado de Lüneburg, subscrevo

Nicolau Amsdorf, de Magdeburgo, subscreveu

[104] *Corp. jur. can. Liber Sextus* I, 3, cap. 15.

Jorge Espalatino, de Altenburg, subscreveu
Eu, André Osiander, subscrevo
Mestre Veit Dietrich, de Nurembergue, subscreve
Estêvão Agrícola, ministro em Hof, subscreveu de próprio punho
João Drach, de Marburgo, subscreveu
Conrado Figenholtz subscreve a tudo
Martinho Bucer
Eu, Erhard Schnepf, subscrevo
Paulo Rhodius, pregador em Stettin
Gerhard Oemcken, ministro da igreja em Minden
Brixius Northanus, pregador em Soest
Simon Schneeweiss, pastor em Crailsheim
Eu, o Pomerano, subscrevo outra vez em nome de Mestre João Brenz, conforme instrução dele
Filipe Melanchthon subscreve de próprio punho
Antônio Corvino subscreve de próprio punho, em seu próprio nome e no de Adão de Fulda
João Schlachinhauffen subscreve de próprio punho
Jorge Helt, de Forchheim
Miguel Caelius, pregador em Mansfeld
Pedro Geltner, pregador da igreja de Frankfurt
Dionísio Melander subscreveu
Paulo Fagius, de Estrasburgo
Wendalinus Faber, pastor de Seeburg, em Mansfeld
Conrado Öttinger, de Pforzheim, pregador do Duque
Ulrico de Württemberg[105]
Bonifácio Wolfhart, ministro da palavra na igreja de Augsburgo
João Aepinus, superintendente de Hamburgo, etc., subscreveu de próprio punho
João Amsterdam, de Bremen, fez o mesmo
João Fontanus, superintendente do Baixo Hesse, subscreveu
Frederico Myconius subscreveu por sua esposa e por Justus Menius
Ambrósio Blaurer

---

[105] Vurtembergue e Vurtemberga são as formas aportuguesadas.

VI

ENQUIRÍDIO

CATECISMO MENOR

do Dr. Martinho Lutero
para os
pastores e pregadores indoutos

Introdução

Muitos anos antes de ele mesmo fazer o trabalho, Lutero já havia sugerido a alguns de seus amigos que preparassem um catecismo para a instrução das crianças. Por fim, ele mesmo comprometeu-se a preencher esta lacuna, impelido, especialmente, pelo espanto com a ignorância do povo que encontrou ao visitar as paróquias na Saxônia, no fim de 1528 (vid. *Prefácio* 363.1-6). Antes e depois desta visita, como, muitas vezes, em anos anteriores, Lutero pregou, em Wittenberg, várias séries de sermões sobre os Dez Mandamentos, o Credo, o Pai-Nosso e os Sacramentos, usando estes sermões como base para o preparo de seu Catecismo Maior.

Em dezembro de 1528, enquanto Lutero ainda estava trabalhando no *Catecismo Maior*, começou, também, a escrever o texto do *Catecismo Menor*. Concluídas as cinco partes originais, elas foram impressas em forma de cartazes e, em meados de maio de 1529, o *Catecismo Menor* completo estava disponível em forma de livrete. Para essa edição, Lutero escreveu o Prefácio, no início, e a Tábua dos Deveres, no fim. Outros escritos de Lutero foram adicionados mais tarde, provavelmente pelos tipógrafos, com ou sem o consentimento de Lutero: uma forma abreviada de bênção matrimonial, uma forma de batismo de emergência e a litania.

Embora preparados simultaneamente e com a utilização do mesmo material, o *Catecismo Menor* não é uma condensação do *Catecismo Maior*, nem é o *Catecismo Maior* uma ampliação do *Catecismo Menor*. O tom é diferente, porque, no *Catecismo Menor,* não existe nenhum traço das polêmicas que são tratadas no *Maior*. O público visado também era diferente, pois, enquanto o *Catecismo Menor* foi redigido para o uso nos lares do povo simples, o *Catecismo Maior* estava dirigido, particularmente, ao clero. A estima com que se conservou o *Catecismo Menor* reflete-se na sua incorporação em muitas ordens de culto do século XVI e em várias coleções de declarações confessionais mais recentes. É inteiramente natural, por isso, que o *Catecismo Menor* também fizesse parte do *Livro de Concórdia.*

ENQUIRÍDIO[1]

CATECISMO[2] MENOR

para os pastores e pregadores indoutos

PREFÁCIO

Martinho Lutero, a todos os pastores e pregadores fiéis e piedosos. Graça, misericórdia e paz em Jesus Cristo, nosso Senhor.

1 A lamentável e mísera necessidade experimentada recentemente, quando também eu fui visitador[3], é que me obrigou e impulsionou a preparar este catecismo ou doutrina cristã nesta forma breve, simples e singela. 2 Meu Deus, quanta miséria não vi! O homem comum simplesmente não sabe nada da doutrina cristã, especialmente nas aldeias. E, infelizmente, muitos pastores são de todo incompetentes e incapazes para a obra do ensino[4]. Não obstante, todos pretendem o nome de cristãos, estão batizados e fazem uso dos santos sacramentos. Não sabem nem o Pai-Nosso, nem o Credo, nem os Dez Mandamentos. Vão vivendo como os brutos e os irracionais suínos. E, agora, que veio o Evangelho, é que aprenderam bem a abusar magistralmente de toda liberdade. 4 Ó bispos, como havereis de responder perante Cristo pelo fato de haverdes negligenciado tão vergonhosamente o povo e por não haverdes jamais cumprido, por um mo-

---

[1] *Enchiridion* (forma latina do grego *egkheirídion).* Manual. O dicionário de Laudelino Freire aportuguesa os termos "enquirido" e "enchirido" e dá a seguinte definição: "Manual ou epítome organizado por autor antigo". Lutero chamou o Catecismo Menor de *Enchiridion* (Handbuch, manual) na edição revista de 1529. Observa Hartmut Jetter (*Erneuerung des Katechismusunterrichts,* Theologische und Pädagogische Grundfragen zu Luthers kleinem Katechismus in der Gegenwart, vol. 5 dos "Beiträge zur praktischen Theologie", editadas por Walter Uhsadel em colaboração com outros, Heidelberg, 1965, p. 19) que esse título explica, acima de tudo, o sentido de todas as partes que Lutero acrescentou.

[2] A palavra *catechismus,* do grego *katechismos,* instrução, provavelmente é formação do latim eclesiástico norte-africano. Agostinho (*De fide et operibus,* 9,14 e 13,19, MSL XL, 206 e 210) chama de *catechismus* a instrução batismal de João Batista e Filipe. Vid. *Religion in Geschichte und Gegenwart,* III, artigo *Katechismus,* 1179-1186.

[3] Lutero fez visitações no Eleitorado da Saxônia e em Meissen, entre 22 de outubro de 1528 e 9 de janeiro de 1529.

[4] Sobre situação parecida na Itália, vid., p. ex., a queixa de Leonardo Martini, bispo de Mântua, também autor de um catecismo e um dos principais colaboradores na feitura do *Catecismo Romano*: "Sono sforzato ad atendere ad insegnare li primi elementi della dotrina christiana alli miei chierici, non havendo in quelle città niun prete, nè secolare, nè regolare, che sia atto ad aiutarmi" (citado em Gerhard Bellinger, *Der Catechismus Romanus und die Reformation,* vol. XXVII de *Konfessionskundliche und Kontroverstheologische Studien,* Paderborn, 1970, nota 21).

5 mento, o vosso ofício? Que não vos alcance nenhuma desgraça! Proibis uma das espécies e insistis em vossas leis humanas, mas, entrementes, não vos tomais de nenhum cuidado sobre se conhecem o Pai-Nosso, o Credo, os Dez Mandamentos ou qualquer palavra de Deus. Ai de vós eternamente!

6 Por isso, rogo a todos vós, pelo amor de Deus, meus queridos senhores e irmãos que sois pastores ou pregadores, que vos devoteis de coração ao vosso ofício, vos apiedeis do povo confiado a vós e nos ajudeis a inculcar o catecismo às pessoas, especialmente à juventude. E aqueles que não podem fazer melhor, tomem estes livrinhos e formas e leiam-nos, palavra por palavra, ao povo, fazendo que esse repita as palavras, da seguinte maneira:

7 Em primeiro lugar, tenha o pregador, acima de tudo, o cuidado de evitar textos e formas diversos ou divergentes dos Dez Mandamentos, do Pai-Nosso, do Credo, dos Sacramentos, etc. Tome, ao contrário, uma única forma e a ela se atenha e a incuta sempre, ano após ano. Porque pessoas jovens e simples devem ser ensinadas com um texto uniforme e fixo, pois, de outro modo, facilmente ficam embaralhadas, se hoje se ensina de um jeito e no ano seguinte de outro, como se a gente quisesse emendar o texto. Perde-se com isso todo o
8 esforço e trabalho. Bem viram isso também os queridos Pais que empregaram todos a mesma forma do Pai-Nosso, do Credo, dos Dez Mandamentos. Por isso, também devemos ensinar essas partes às pessoas jovens e simples de maneira tal, que não desloquemos nem uma sílaba ou apresentemos ou repitamos o texto diferentemente de um ano a outro. Escolhe, por isso, a forma que queres
9 e fica sempre com ela. Agora, quando pregas aos doutos e inteligentes, aí, então, podes mostrar a tua erudição, tornando essas partes tão multiformes e dando-lhes torneios tão magistrais quanto alcance o teu engenho. Com as pes-
10 soas jovens, entretanto, atém-te a uma forma e maneira permanente e fixa, e ensina-lhes, primeiro que tudo, estas partes: os Dez Mandamentos, o Credo, o Pai-Nosso, etc., segundo o texto, palavra por palavra, de forma que também o possam repetir assim e decorar.

11 Mas àqueles que não o querem aprender, diga-se-lhes como negam a Cristo e que não são cristãos. Também não devem ser admitidos ao Sacramento, não devem ser admitidos como padrinhos em Batismo[5], nem fazer uso de qualquer parte da liberdade cristã, senão que devem ser entregues ao papa e a
12 seus oficiais e, além disso, ao próprio diabo. Ademais, devem negar-lhes comida e bebida os pais e os amos e comunicar-lhes que a tal gente rude[6] o príncipe expulsará de sua terra, etc.

13 Pois, ainda que a ninguém se pode nem se deve obrigar à fé, todavia importa insistir e urgir com o povo para que saiba o que é justo e injusto entre aqueles com quem querem morar, alimentar-se e viver. Pois quem quer morar em uma cidade tem a obrigação de conhecer e observar suas leis, cuja proteção deseja gozar, qualquer que seja o seu caso: quer creia, quer seja, no coração, em particular, um malvado ou patife.

---

[5] *Sollen... kein Kind aus der Taufe heben.*

[6] Texto lat.: *et pulchre quoque fecerint, si efferatis illis hominibus indicent...* ("e fariam bem, outrossim, se anunciassem a esses homens rudes que...").

Segundo. Quando já conhecem bem o texto, ensina-lhes também o sentido, para que saibam o que significa, e toma, de novo, a explanação deste livrinho, ou alguma outra exposição breve e fixa a teu critério e permanece nela, não lhe modificando nem uma sílaba, tal como se acabou de dizer quanto ao texto[7]. E toma tempo para isso. Pois não é preciso que trates todas as partes de uma tirada, mas uma após outra. Depois de entenderem bem o primeiro mandamento, toma o segundo, e assim por diante. Em caso contrário, ficarão abarrotados, de sorte que não vão reter bem a nenhum. 14 15 16

Terceiro. Quando lhes tiveres ensinado este breve catecismo, toma o Catecismo maior[8] e dá-lhes também conhecimento mais rico e mais amplo. Aqui, expõe cada mandamento, petição e parte, com suas diversas obras, proveitos, benefícios, perigos e danos, como encontras tudo isso ricamente em tantos livrinhos escritos a respeito. E martela especialmente no mandamento e parte em que haja maior negligência entre o teu povo. Por exemplo, o sétimo mandamento, do furtar, deve ser enfaticamente repisado entre artesãos e comerciantes, como, também, entre camponeses e servos. Porque entre tal gente há grande abundância de toda espécie de infidelidade e furto. Da mesma forma, deves enfatizar o quarto mandamento entre as crianças e pessoas comuns, para que sejam ordeiras, fiéis, obedientes, pacíficas, e importa que sempre aduzas muitos exemplos da Escritura onde se mostre que Deus castigou e abençoou tais pessoas. 17 18

Aqui, também deves insistir particularmente com as autoridades e os pais, para que governem bem e levem os filhos à escola, mostrando-lhes por que é sua obrigação fazê-lo e que pecado maldito cometem se não o fazem. Pois com isso derrubam e assolam tanto o reino de Deus como o reino do mundo, como os piores inimigos de Deus e dos homens. E frisa bem que horrível dano causam, se não cooperam na educação de crianças para serem pastores, pregadores, notários, etc., de sorte que por isso Deus lhes há de infligir medonho castigo. Pois é necessário pregar sobre essas coisas. Os pais e governantes pecam nisso, agora, de maneira indizível. O diabo também tem em mente algo de cruel com isso. 19 20

Finalmente, como a tirania do papa está removida agora, não mais querem ir ao Sacramento e o desprezam. Aqui, de novo, é preciso martelar, entendido, porém, que a ninguém devemos coagir à fé ou ao Sacramento, nem determinar lei, tempo ou lugar. Cumpre, isto sim, que preguemos de tal maneira que eles mesmos, sem lei nossa, se impulsionem e como que obriguem a nós pastores a que administremos o Sacramento. A maneira de fazer isso é dizer-lhes: Quem não procura nem deseja o Sacramento pelo menos umas quatro vezes ao ano, deve temer-se que tal despreza o Sacramento e que não é cristão, da mesma forma, como não é cristão aquele que não crê ou não ouve o evangelho. Pois Cristo não disse: “Deixai isto” ou: “Desprezai isto”, porém: “Fazei isto, 21 22

---

[7] *Gleichwie vom Text itzt gesagt ist.* Ed. espanhola (p. 15) não interpreta bem: “tal como te acaba de decir el texto”. Cf. trad. latina: *Sicut autem, ut ante monui, catechismus nudus...*

[8] Lutero pensa aqui em seu “Catecismo Maior” (*Deutsch Katechismus*) e em obras congêneres. Cf. período subseqüente:... *wie du das alles reichlich findest in so viel büchlein.*

todas as vezes que o beberdes, etc."[9] Ele quer, na verdade, que se faça isto, não que seja inteiramente negligenciado e desprezado. "FAZEI isto", diz ele.

23 Mas quando alguém não tem o Sacramento em alta estima, isto é sinal que essa pessoa não tem pecado, carne, diabo, mundo, morte, perigo, inferno, isto é, não acredita em nada disso, ainda que esteja metido nisso até as orelhas e seja dobradamente do diabo. Por outro lado, também não precisa de nenhuma graça, vida, paraíso, reino dos céus, Cristo, Deus, nem de bem algum. Pois se cresse que tinha tanto mal e necessitava de tanto bem, não deixaria desta maneira o Sacramento, no qual se remedeia esse mal e tantos bens são dados. Nem seria necessário coagi-lo ao Sacramento com qualquer lei; ao contrário, ele viria por si mesmo, apertando o passo e, às carreiras, obrigaria a si mesmo e urgiria contigo que lhe deverias administrar o Sacramento.

24 Por conseguinte, ao contrário do que faz o papa, nenhuma lei deves fazer nesse assunto. Limita-te a apresentar bem a utilidade e o dano, a necessidade e os benefícios, o perigo e a bênção ligados a esse Sacramento e, então, de si mesmos virão, sem coação de tua parte. Se, entretanto, não vierem, deixa-os ir e dize-lhes que são do diabo os que não consideram nem sentem sua grande ne-
25 cessidade e a graciosa ajuda de Deus. Se, porém, não o inculcas ou se transformas isso em lei e veneno, nesse caso, é tua a culpa pelo fato de desprezarem o Sacramento. Como não haveriam de ser desmazelados, se tu dormes e calas?
26 Portanto, atentai nisso, pastores e pregadores. Nosso ofício, agora, se tornou
27 coisa diversa da que foi sob o papa. Agora, tornou-se sério e salutar. Razão por que agora, envolve muita fadiga e trabalho, perigo e tentação e, além disso, pouca retribuição e gratidão no mundo. Mas o próprio Cristo quer ser nossa recompensa, se trabalharmos com fidelidade. Que no-lo conceda o Pai de todas as graças, a quem seja louvor e gratidão eternamente, por Cristo, Senhor nosso. Amém.

I

OS DEZ MANDAMENTOS[10]

Como o chefe da família deve ensiná-los com simplicidade a sua casa[11].

---

[9] 1 Co 11.25.

[10] Cf. Êx 20.2-17; Dt 5.6-21.

[11] Título latino: *Parvus catechismus pro pueris in schola. Quo pacto paedagogi suos pueros decem praecepta simplicissime docere debeant* ("Pequeno catecismo para meninos na escola. De que maneira os mestres-escolas devem ensinar aos seus meninos, do modo mais simples, os Dez Mandamentos").

O PRIMEIRO

Não terás outros deuses[12]. 1

Que significa isso? 2

Resposta: Devemos temer[13] e amar a Deus e confiar nele acima de todas as coisas.

O SEGUNDO[14]

Não tomarás em vão o nome de teu Deus[15]. 3

Que significa isso? 4

Resposta: Devemos temer e amar a Deus, de maneira que[16], em seu nome, não amaldiçoemos, juremos[17], pratiquemos a feitiçaria, mintamos ou enganemos, porém o invoquemos em todas as necessidades e oremos, louvemos e agradeçamos.

O TERCEIRO

Santificarás o dia de descanso[18]. 5

Que significa isso? 6

Resposta: Devemos temer e amar a Deus, de maneira que não desprezemos a pregação e a sua palavra, porém a consideremos santa, gostemos de a ouvir e estudar.

---

[12] As edições nuremberguenses de 1531 e 1558 rezam: "Eu sou o Senhor teu Deus. Não terás outros deuses diante de mim". Em algumas edições, desde o século XVI, as palavras "Eu sou o Senhor teu Deus" foram colocadas separadamente, como introdução ao Decálogo todo.

[13] Sobre temor filial e temor servil, vid. acima, Apologia XII, 38.

[14] A exemplo da tradição catequética medieval desde Agostinho, Lutero não faz da proibição da feitura e adoração de imagens (cf. Êx 20.4,5) um mandamento independente. Cf. sobre suas razões *Wider die himmlischen Propheten, von den Bildern und Sakrament* (1525), WA 18,62-125. Quanto à controvérsia em torno da questão, cf. a literatura indicada por Hartmut Jetter, *Erneuerung des Katechismusunterrichts*, Heidelberg, 1965, p. 134, notas 35 a 42. Vid. também a argumentação do *Catechismus Romanus* (III, 2,16). Os catecismos reformados trazem a proibição de imagens como o segundo mandamento, distinto do primeiro. Cf. *Catecismo de Genebra,* perguntas 143ss., *Catecismo de Heidelberg,* perguntas 96-98.

[15] As edições nuremberguenses de 1531 e 1558 acrescentam "do Senhor", depois de "nome", e ainda adicionam: "Porque o Senhor não terá por inocente a quem toma o seu nome em vão".

[16] *Dass=so dass,* aqui. A intenção do original: o temor e o amor de Deus como a fonte, a motivação do que fazemos ou deixamos de fazer. Lutero explica sua intenção em Catecismo Maior, Mandamentos, Conclusão, seção 326. Cf. sobre a questão M. REU, "A New English Translation of Luther's Small Catechism", em *Kirchliche Zeitschrift,* vol. 50, 1926, pp. 644-646. Menius (1532) soluciona a questão, introduzindo na frase principal um advérbio como vínculo para a subordinada consecutiva: "Wir sollen Gott also fürchten und lieben, das wir...".

[17] Sobre "jurar", vid. adiante, Catecismo Maior, Mandamentos, 66.

[18] *Feiertag.* As traduções latinas rezam: *Memento, ut diem sabbati sanctifices.* Assim também na forma do Cat. Menor dos "Sermões Nuremberguenses para Crianças", de Osiander e

O QUARTO

7 Honrarás a teu pai e a tua mãe.

8 Que significa isso?

Resposta: Devemos temer e amar a Deus, de maneira que não desprezemos nem irritemos nossos pais e superiores, porém os honremos, sirvamos, lhes obedeçamos, os amemos e lhes queiramos bem.

O QUINTO

9 Não matarás.

10 Que significa isso?

Resposta: Devemos temer e amar a Deus, de maneira que não causemos dano ou mal algum ao nosso próximo em sua vida, porém lhe ajudemos e o favoreçamos em todas as necessidades da vida.

O SEXTO

11 Não adulterarás.

12 Que significa isso?

Resposta: Devemos temer e amar a Deus, de maneira que vivamos vida casta e decente em palavras e ações, e cada qual ame e honre seu consorte[19].

O SÉTIMO

13 Não furtarás.

14 Que significa isso?

Resposta: Devemos temer e amar a Deus, de maneira que não tiremos ao nosso próximo o dinheiro ou os bens, nem nos apoderemos deles por meio de mercadorias falsificadas ou negócios fraudulentos, porém o ajudemos a melhorar os seus bens e o seu ganho[20].

Sleupner (1533): "Gedenck des Sabbaths, das du in heiligest". As edições alemãs de 1529 e 1546 têm "Feiertag".

[19] Aqui, a locução conjuncional "de maneira que" desempenha o papel importante de deixar claro que também a última oração é de natureza consecutiva, exprimindo o resultado do que se diz na principal. O texto latino repete o "ut": *ut unusquisque suam conjugem amet et honoret*. Bem formulada também aqui a cuidadosa versão greco-latina de Hiob Magdeburg (1560): *et ut diligamus*.

[20] *Sein Gut und Nahrung*. "Nahrung", aqui, não significa "alimento", mas "ganha-pão", "ordenado", "haveres".

O OITAVO

Não dirás falso testemunho contra o teu próximo. 15

Que significa isso? 16

Resposta: Devemos temer e amar a Deus, de maneira que não mintamos com falsidade ao nosso próximo, não o traiamos, caluniemos ou difamemos, porém devemos[21] desculpá-lo, falar bem dele e interpretar tudo da melhor maneira.

O NONO

Não cobiçarás a casa do teu próximo. 17

Que significa isso? 18

Resposta: Devemos temer e amar a Deus, de maneira que não procuremos adquirir com astúcia a herança ou a casa do próximo, nem nos apoderemos dela sob aparência de direito, etc., porém lhe sejamos de auxílio e serviço para conservá-la.

O DÉCIMO

Não cobiçarás a mulher do teu próximo, nem o seu empregado, nem a sua empregada, nem o seu gado[22], nem coisa alguma que lhe pertença. 19

Que significa isso? 20

Resposta: Devemos temer e amar a Deus, de maneira que não desviemos astutamente, arrebatemos ou alienemos[23] a mulher do próximo, os seus empregados ou o seu gado, porém instemos com eles que fiquem e cumpram o seu dever.

Que diz Deus de todos esses mandamentos? 21

Resposta: Ele diz assim[24]: "Eu, o Senhor teu Deus, sou Deus zeloso, que visito a iniqüidade dos pais nos filhos até a terceira e quarta geração daqueles que me aborrecem. Mas faço misericórdia até mil gerações daqueles que me amam e guardam os meus mandamentos".

---

[21] Aqui, Lutero introduz a palavra *sollen.*

[22] Texto lat.: boi, asno (*non bovem, non asinum*).

[23] *Abspannen, abdringen oder abwendig machen.* Abspannen = ablocken (BSLK, p. 510, nota 1). Theodor Kaftan (*Auslegung des Lutherischen Katechismus,* Schleswig, 1901, p. 126) cita Weigand, *Wörterbuch,* para mostrar que *abspannen* ("propriamente *abspannen*", diz Kaftan, portanto, palavra que não se deve confundir com o *abspannen* de hoje, acrescenta ele) significa "durch Überredung, durch Verlockung von jemand abziehen". Kaftan ainda observa que é erro referir os três verbos aos três objetos. *Abdringen = abwendig machen durch Drängen. Abwendig machen* = afastar, apartar, desviar, alienar. O "mais geral" dos três (Kaftan, op. cit., ibidem).

[24] Texto lat. acrescenta indicação: *Exo. XX* (Êx 20.5,6).

22 Que significa isso?

Resposta: Deus ameaça castigar todos os que transgridem estes mandamentos; por isso devemos temer a sua ira e não transgredi-los. Mas ele promete graça e todo o bem a quantos os guardam. Por isso também devemos amar a ele, confiar nele e, de boa vontade, agir de acordo com os seus mandamentos.

II

O CREDO[25]

Como o chefe de família deve ensiná-lo com toda a simplicidade a sua casa[26].

1 O PRIMEIRO ARTIGO DA CRIAÇÃO

Creio em Deus, o Pai todo-poderoso[27], CRIADOR do céu e da terra.

2 Que significa isso?

Resposta: Creio que Deus me criou a mim e a todas as criaturas; e me deu corpo e alma, olhos, ouvidos e todos os membros, razão e todos os sentidos e ainda os conserva; além disso me dá vestes, calçado, comida e bebida, casa e lar[28], esposa e filhos, campos, gado e todos os bens. Supre-me abundante e diariamente de todo o necessário para o corpo e a vida; protege-me contra todos os perigos e me guarda e preserva de todo o mal. E tudo isso faz unicamente por sua paterna e divina bondade e misericórdia, sem nenhum mérito ou dignidade da minha parte. Por tudo isso devo dar-lhe graças e louvor, servi-lo e obedecer-lhe. Isto é certissimamente verdade.

---

[25] O texto latino do Símbolo Apostólico transcrito em BSLK nos catecismos é quase idêntico ao texto do *Catecismo Romano*. As únicas diferenças (não contando algumas de pontuação e grafia) são as seguintes: *o Catecismo Romano* repete a palavra *credo* antes de *sanctam ecclesiam*; BSLK tem um *et* antes de *vitam aeternam*, conclui com *Amen* e, no Catecismo Menor, traz *inferna* em vez de *inferos*.

[26] Texto lat.: "De que maneira os mestres-escolas devem ensinar aos seus meninos, do modo mais simples, o Símbolo Apostólico".

[27] *Ich gläube an Gott, den Vater allmächtigen.* Vid. Catecismo Maior, Prefácio II, 11, nota em "todo-poderoso".

[28] *Haus und Hof.* A expressão significa moradia, mulher e filhos. Cf. Theodor Kaftan, op. cit., p. 159 ("Wohnung, Weib und Kind"). Haus und Hof é um conjunto concebido como estreitamente unido. Cf. Grimm, *Deutsches Wörterbuch.* Habitação e fazenda, todos os haveres de alguém.

O SEGUNDO ARTIGO DA REDENÇÃO

3

E em Jesus Cristo, seu único Filho, nosso SENHOR, o qual foi concebido pelo Espírito Santo, nasceu da Virgem Maria, padeceu sob Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado, desceu ao inferno, no terceiro dia ressuscitou dos mortos, subiu ao céu, está sentado à direita de Deus, o Pai todo-poderoso[29], donde há de vir para julgar os vivos e os mortos.

Que significa isso? 4

Resposta: Creio que Jesus Cristo, verdadeiro Deus, nascido[30] do Pai desde a eternidade, e também verdadeiro homem, nascido da Virgem Maria, é meu SENHOR, que me remiu a mim, homem perdido e condenado, me resgatou e salvou de todos os pecados, da morte e do poder do diabo; não com ouro ou prata, mas com seu santo e precioso sangue e sua inocente paixão e morte, para que eu lhe pertença e viva submisso a ele, em seu reino, e o sirva em eterna justiça, inocência e bem-aventurança, assim como ele ressuscitou da morte, vive e reina eternamente. Isto é certissimamente verdade.

O TERCEIRO ARTIGO DA SANTIFICAÇÃO

5

Creio no Espírito Santo, uma[31] santa igreja cristã, a congregação dos santos[32], a remissão dos pecados, a ressurreição da carne e a vida eterna. Amém.

Que significa isso? 6

Resposta: Creio que por minha própria razão ou força não posso crer em Jesus Cristo, meu Senhor, nem vir a ele. Mas o Espírito Santo me chamou pelo Evangelho, iluminou com seus dons, santificou e conservou na verdadeira

---

[29] *Sitzend zur rechten Gottes, des allmächtigen Vaters.* Vid. Catecismo Maior, Prefácio II, 11, nota em “todo-poderoso”.

[30] *Vom Vater in Ewigkeit geborn.* Texto latino: *genitus.* Símbolo Niceno: *ex patre natum.* Sobre a tradução de *geborn* com gerado, *begotten, genitus,* vid. A. C. Piepkorn, “Suggested Principles for a Hermeneutics of the Lutheran Symbols”, em: *Concordia Theological Monthly,* vol. XXIX, nº 1, 1958, p. 7, ponto 9º e a documentação patrística, ibidem nota 15.

[31] Tivemos o cuidado de fazer com que o original se refletisse bem na tradução. Lutero não subentende o *an* (em) de *an den heiligen Geist* antes de *ein heilige christliche Kirche.* Cf. Otto ALBRECHT, *Luthers Katechismen,* vol. 33, números 121/122, die *Schriften des Vereins für Reformationsgeschichte,* Leipzig, 1915, p. 86. O mesmo autor observa que Lutero entende o *ein* como artigo indefinido, não como numeral (op. cit. Ibidem). Texto latino: *sanctam ecclesiam catholicam.* Quanto à introdução da partícula IN, antes de *sanctam ecclesiam* e a questão da *sanctorum communio,* vid., p. ex., Ernst Wolf, *Peregrinatio,* Munique, 1954, capítulo “Sanctorum communio”, pp. 279-301; Werner Elert, “Die Herkunft der Formel Sanctorum communio”, em *theologische Literaturzeitung,* 74, ano de 1949, pp. 578ss.; o mesmo, *Der christliche Glaube,* p. 388; o mesmo, *Abendmahl und Kirchengemeinschaft,* especialmente pp. 5ss. e 166ss.

[32] *Gemeine* (=Gemeinde). Texto lat.: *communionem.* Sobre *sanctorum communio,* vid. nota anterior.

fé. Assim como chama, congrega, ilumina e santifica toda a cristandade na terra, e em Jesus Cristo a conserva na fé verdadeira e única. Nesta cristandade perdoa a mim e a todos os crentes diária e abundantemente todos os pecados e, no dia derradeiro, me ressuscitará a mim e a todos os mortos e, em Cristo, me dará a mim e a todos os crentes a vida eterna. Isto é certissimamente verdade.

III

O PAI NOSSO[33]

Como o chefe de família deve ensiná-lo com toda a simplicidade a sua casa[34].

1 Pai-Nosso, que estás nos céus.

2 Que significa isso?

Resposta: Deus quer atrair-nos carinhosamente com estas palavras, para crermos que ele é o nosso verdadeiro Pai e nós, os seus verdadeiros filhos, a fim de que lhe roguemos sem temor, com toda a confiança, como filhos amados ao querido pai[35].

3 PRIMEIRA PETIÇÃO

Santificado seja o teu nome.

4 Que significa isso?

Resposta: O nome de Deus, na verdade, é santo por si mesmo. Mas suplicamos nesta petição que também se torne santo entre nós.

5 Como sucede isso?

Resposta: Quando[36] a palavra de Deus é ensinada genuína e puramente[37], e nós, como filhos de Deus, também vivemos uma vida santa, em conformidade com ela; para isso nos ajuda, querido Pai do céu. Aquele, porém, que ensina e vive de modo diverso do que ensina a palavra de Deus profana o nome de Deus entre nós; guarda-nos disso, ó Pai celeste!

---

[33] Cf. Mt 6.9-13.

[34] Título latino: "De que maneira os mestres-escolas devem ensinar aos seus meninos, simplicissimamente, a oração do Senhor".

[35] Lutero acrescentou a seção Pai-Nosso, 2 (todo o texto, desde a pergunta) apenas em 1531.

[36] *Wo* (= wenn). Texto lat.: *cum*.

[37] *Lauter und rein*. Texto lat.: *pure ac sincere*. Não mantivemos o "clara e puramente" de traduções anteriores do Catecismo Menor, porque "claro", embora também tenha o sentido de puro, dificilmente será entendido assim ao lado de "puramente". *Lauter* e *rein* significam a mesma coisa. Cf. Theodor Kaftan, *Auslegung des lutherischen Katechismus*, 266, nº 3: "Beide Worte besagen dasselbe; in ihrer Doppelheit betonen sie, wie sehr es auf die reine lehre ankommt".

SEGUNDA PETIÇÃO 6

Venha o teu reino.

Que significa isso? 7

Resposta: O reino de Deus vem, na verdade, por si mesmo, sem a nossa prece, mas suplicamos nesta petição que venha também a nós[38].

Como sucede isso? 8

Resposta: Quando o Pai celeste nos dá o seu Espírito Santo, para crermos, por sua graça, em sua santa palavra e vivermos vida piedosa, neste mundo e na eternidade.

TERCEIRA PETIÇÃO 9

Faça-se a tua vontade[39], assim na terra, como no céu[40].

Que significa isso? 10

Resposta: A boa e misericordiosa vontade de Deus, em verdade, é feita sem a nossa prece, mas suplicamos nesta petição que seja feita também entre nós.

Como sucede isso? 11

Resposta: Quando Deus desfaz e impede todo mau intento[41] e vontade que[42] não nos querem deixar santificar o seu nome, nem permitir que venha o seu reino, tais como a vontade do diabo, do mundo e da nossa carne; e quando, por outro lado, nos fortalece e preserva firmes na sua palavra e na fé, até o nosso fim. Esta é a sua graciosa e boa vontade.

QUARTA PETIÇÃO 12

O pão nosso de cada dia nos dá hoje.

Que significa isso? 13

---

[38] Sobre esta explicação, vid. Theodor Kaftan, *Auslegung des lutherischen Katechismus*, op. cit. p. 271. O autor recomenda aos catequistas que discutam o sentido pleno desta petição à luz do que Lutero diz a respeito no Catecismo Maior. Vid. Catecismo Maior, Pai-Nosso, II Petição, 49-58. Vid., especialmente, 52-54, onde Lutero fala da petição de que o reino venha ao mundo inteiro.

[39] *Wie im Himmel, also auch auf Erden* ("Como no céu, assim também na terra").

[40] A orelha fina de um dos revisores da Almeida RA acusou a existência de um "tatu" na 3ª petição, havendo-se resolvido, então, esquivar a colisão cacofônica mediante o "faça-se a tua vontade." Cf. Almeida RA, Mt 6.10.

[41] *Rat.* BSLK (p. 513, nota 3): *Anschlag*. Texto lat.: *consilium*.

[42] No original: *so*. Traduções anteriores do Catecismo Menor rezavam "dos que". Theodor Kaftan (*Auslegung des lutherischen Katechismus*, p. 275), observa que Ebeling defendeu a introdução de um "die" antes de "hindert", (*und die hindert, so uns...*). Opsopoeus não entendeu assim: *frangit atque impedit omne malum consilium et voluntatem, quae...* Depois vem a enumeração: *ut est diabolus...*

Resposta: Deus, na verdade, também dá o pão de cada dia sem a nossa prece a todos os homens[43] maus. Suplicamos, porém, nesta petição que nos faça reconhecê-lo e receber com agradecimento o pão nosso de cada dia.

14 Que significa o pão de cada dia?

Resposta: Tudo o que pertence ao sustento e às necessidades da vida, como: comida, bebida, vestes, calçado, casa, lar[44], campos, gado, dinheiro, bens, consorte piedosa, filhos piedosos, empregados bons, superiores piedosos e fiéis, bom governo, bom tempo, paz, saúde, disciplina, honra, leais amigos, vizinhos fiéis e coisas semelhantes.

15

QUINTA PETIÇÃO

E perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós também perdoamos aos nossos devedores.

16 Que significa isso?

Resposta: Suplicamos nesta petição que o Pai celeste não observe os nossos pecados, nem por causa deles recuse as nossas preces, pois somos indignos de todas as coisas que pedimos, nem as merecemos, mas no-las conceda todas por graça, visto pecarmos diariamente e nada merecermos senão castigo. Assim nós, na verdade, queremos, de nossa parte, perdoar também de coração, e de boa vontade fazer o bem aos que pecam contra nós.

17

SEXTA PETIÇÃO

E não nos deixes cair em tentação[45].

18 Que significa isso?

Resposta: Deus, na verdade, não tenta ninguém, mas suplicamos nesta petição que nos guarde e preserve, para que o diabo, o mundo e a nossa carne não nos enganem, nem nos seduzam a crenças falsas, desespero e outras grandes infâmias e vícios; e, ainda que tentados[46], vençamos, afinal, e retenhamos a vitória.

---

[43] *Gott gibt täglich Brot auch wohl ohn unser Bitte allen bösen Menschen.* A vírgula depois de "prece" existe na edição de 1542. Texto lat.: *Deus dat quidem omnibus panem quotidianum, quamvis non petamus, etiam malis hominibus* ("Deus, na verdade, dá o pão de cada dia a todos, ainda que não peçamos, também aos homens maus").

[44] *Haus, Hof.* Texto lat.: *domum, aream.*

[45] *Und fuhre uns nicht in Versuchung* ("E não nos leves ou não nos conduzas à tentação" e "não nos tentes"). Texto lat.: *Et ne nos inducas in tentationem.*

[46] Ou: e ainda que sejamos acometidos com semelhantes tentações. No original:... *und, ob wir damit angefochten würden.* Texto lat.: *Et ut maxime ejusmodi tentationibus sollicitemur.*

SÉTIMA PETIÇÃO 19

Mas livra-nos do mal.

Que significa isso? 20

Resposta: Suplicamos, em resumo, nesta petição que o Pai celeste nos livre de todos os males que afetam o corpo e a alma, os bens e a honra, e, finalmente, quando vier a nossa hora derradeira, nos conceda um fim bem-aventurado e nos leve, por graça, deste vale de lágrimas para junto de si, no céu.

Amém.

Que significa isso? 21

Resposta: Devo estar certo de que estas petições são agradáveis ao Pai celeste e ouvidas por ele, pois ele mesmo nos ordenou orar desta maneira e prometeu atender-nos. Amém, Amém, isto significa: Sim, sim, assim seja.

IV

O SACRAMENTO DO SANTO BATISMO

Como o chefe de família deve ensiná-lo com simplicidade a sua casa.

PRIMEIRO

Que é o batismo? 1

Resposta: O batismo não é apenas água simples, mas é a água compreendida no mandamento divino e ligada à palavra de Deus. 2

Qual é esta palavra de Deus? 3

Resposta: É a que Cristo Senhor nosso diz no último capítulo de Mateus[47]: "Ide por todo o mundo, ensinai a todos os gentios e batizai-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo". 4

SEGUNDO

Que dá ou aproveita o batismo? 5

Resposta: Opera a remissão dos pecados, livra da morte e do diabo, e dá a salvação eterna a quantos crêem, conforme rezam as palavras e promessas de Deus. 6

Quais são estas palavras e promessas de Deus? 7

[47] Mt 28.19. Vid. acima, Catecismo Maior, Batismo, 4, em "Espírito Santo".

8 Resposta: São as que Cristo Senhor nosso diz no último capítulo de Marcos[48]: "Quem crer e for batizado será salvo; quem, porém, não crer será condenado".

TERCEIRO

9 Como pode a água fazer coisas tão grandes?

10 Resposta: A água, em verdade[49], não as faz, mas a palavra de Deus que está unida à água, e a fé que confia nesta palavra de Deus unida com a água. Pois sem a palavra de Deus, a água é simplesmente[50] água e não batismo. Mas com a palavra de Deus a água é batismo, isto é, água de vida, cheia de graça, e um "lavar de renascimento do Espírito Santo", como diz Paulo na Carta a Tito, no capítulo terceiro[51]: "Mediante o lavar regenerador e renovador do Espírito Santo, que ele derramou sobre nós ricamente, por meio de Jesus Cristo, nosso Salvador, a fim de que, justificados por sua graça, sejamos herdeiros da vida eterna, segundo a esperança". Isto é certissimamente verdade.

11 QUARTO

Que significa[52] esta imersão em água?[53]

12 Resposta: Significa[54] que o velho homem em nós, por contrição e arrependimento diários, deve ser afogado e morrer com todos os pecados e maus desejos, e, por sua vez, sair e ressurgir diariamente novo homem, que viva em justiça e pureza diante de Deus eternamente.

13 Onde está escrito isso?

14 Resposta: São Paulo diz em Romanos, capítulo sexto[55]: "Fomos sepultados com Cristo na morte, pelo batismo; para que, como Cristo foi ressuscitado dentre os mortos pela glória do Pai, assim também andemos nós em novidade de vida".

---

[48] Mc 16.16.

[49] *Freilich* (=gewiss). Texto lat.: *procul dubio* ("sem dúvida").

[50] *Schlecht* (= blosses, schlichtes). Texto lat.: *simpliciter* ("simplesmente").

[51] Tt 3.5-8.

[52] Ou: indica, representa. No original: *bedeutet*. Cf. Götze, *Glossar*: andeuten, darstellen.

[53] Ou: batizar com água. Texto lat.: *ista in aquam immersio* ("esta imersão na água"). Vid. Catecismo Maior, Batismo, 68, nota em "imersão na água".

[54] Vid. seção anterior, nota em "significa".

[55] Rm 6.4.

V

COMO SE DEVE ENSINAR AS PESSOAS SIMPLES A SE CONFESSAREM 15

Que é a confissão? 16

Resposta: A confissão compreende duas partes: primeiro, que confessemos os pecados; segundo, que se receba a absolvição ou remissão do confessor como de Deus mesmo, sem duvidar de modo algum, mas crendo firmemente que, por ela, os pecados são perdoados perante Deus no céu.

Que pecados devemos confessar? 17

Perante Deus devemos confessar-nos culpados de todos os pecados, também dos que ignoramos, como fazemos no Pai-Nosso. 18

Mas perante o confessor devemos confessar somente os pecados que conhecemos e sentimos no coração.

Quais são esses? 19

Considera, aqui, o teu estado à luz dos Dez Mandamentos, se és pai, mãe, filho, filha, patrão, patroa[56], empregado; se foste desobediente, infiel, indolente, irado, insolente[57], contencioso; se fizeste mal a alguém com palavras ou ações; se furtaste, foste omisso, negligenciaste, cometeste dano. 20

Por favor[58], dá-me uma breve forma de confessar. 21

Resposta: Falarás ao confessor assim: "Venerável e caro senhor, rogovos ouvir minha confissão e declarar-me o perdão em nome de Deus".

Dize:

"Eu, pobre pecador, confesso-me perante Deus culpado de todos os pecados. Particularmente, confesso diante de vós que sou empregado, empregada, etc., mas, lamentavelmente, sirvo infielmente ao meu senhor, pois aqui e acolá não fiz o que ordenaram, encolerizei-os e os movi a maldizerem, fui omisso e permiti que ocorressem danos. Também fui impudico em palavras e atos, tenho rixado com os meus iguais, tenho murmurado e praguejado contra a minha patroa[59], etc. Tudo isto eu deploro e peço mercê. Quero emendar-me". 22

Um patrão ou uma patroa diga assim: "Particularmente confesso perante vós que não eduquei fielmente para a glória de Deus os meus filhos, empregados, mulher. Praguejei, dei maus exemplos com palavras e atos indecorosos, fiz dano ao meu vizinho, falei mal dele, vendi caro demais, dei mercadoria falsificada e não em medida íntegra". E o mais que houver praticado contra os mandamentos de Deus e o seu estado, etc. 23

Mas se alguém não se sente carregado com tais pecados ou outros, maiores, esse não se deve preocupar ou procurar ou inventar mais pecados, fazen- 24

---

[56] *Frau* (= Herrin). Texto lat.: *mater familias.*

[57] *Unzüchtig.* BSLK (p. 517, nota 4): *frech.*

[58] *Lieber.* Texto lat.: *Quaeso te.*

[59] *Wider meine Frauen.*

do, com isso, da confissão um martírio, porém mencionar um ou dois de que tenha consciência. Desta maneira: "Confesso, especialmente, ter-me acontecido que praguejei. Da mesma forma: Certa vez usei palavras grosseiras, fui desleixado nisso ou naquilo, etc." E considere isto como suficiente.

25 Se, porém, não tens consciência de nenhum pecado (o que, decerto, não deve ser possível), neste caso, não menciones nenhum em particular, mas recebe o perdão com a confissão geral[60] que fazes perante Deus na presença do confessor.

26 Então dirá o confessor: "Deus seja misericordioso para contigo e fortaleça a tua fé. AMÉM.

27 Dize: "Crês que o meu perdão é o perdão de Deus?"

"Sim, amado senhor".

28 Então dirá: "Como crês, assim seja contigo[61]. E eu, por ordem de nosso SENHOR Jesus Cristo, perdôo-te os teus pecados, em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Amém. Vai em paz"[62].

29 Saberá o confessor consolar e estimular à fé, com mais passagens, aqueles que sentem grande peso na consciência ou estão aflitos e atribulados. Isto aí apenas quer ser um modo comum de confissão para pessoas singelas.

VI

O SACRAMENTO DO ALTAR

Como o chefe de família deve ensiná-lo com simplicidade a sua casa.

1 Que é o Sacramento do Altar?

2 Resposta: É o verdadeiro corpo e sangue de nosso Senhor Jesus Cristo, sob o pão e o vinho, dado a nós, cristãos, para comer e beber, instituído pelo próprio Cristo.

3 Onde está escrito isso?

4 Resposta: Assim escrevem os santos evangelistas Mateus, Marcos, Lucas, e São Paulo: "Nosso SENHOR Jesus Cristo, na noite em que foi traído, tomou o pão e, tendo dado graças, o partiu e o deu aos seus discípulos, dizendo: Tomai, comei, isto é o meu corpo, que é dado por vós; fazei isto em memória de mim.

"Da mesma forma, depois de cear, tomou também o cálice e, tendo dado graças, deu-lho, dizendo: Tomai e bebei dele todos. Este cálice é o novo testamento no meu sangue, derramado em favor de vós para remissão dos pecados; fazei isto, todas as vezes que o beberdes, em memória de mim"[63].

---

[60] *Gemeine Beicht*. Texto lat.: *generali confessione*.

[61] Mt 8.13.

[62] Mc 5.34; Lc 7.50; 8.48.

[63] Combinação de textos de 1 Co 11.23-25; Mt 26.26-28; Mc 14.22-24; Lc 22.19,20. Vid. Catecismo Maior, Sacramento do Altar, 3.

Que proveito há nesse comer e beber? 5

Resposta: Isso nos indicam as palavras: "Dado em favor de vós" e "derramado para remissão dos pecados", a saber, que, por essas palavras, nos são dadas no sacramento remissão dos pecados, vida e salvação. Pois onde há remissão dos pecados, há também vida e salvação. 6

Como pode o ato do comer e beber efetuar tão grandes coisas? 7

Resposta: O comer e o beber, em verdade, não as podem efetuar, mas, sim, as palavras: "Dado em favor de vós" e "derramado para remissão dos pecados". Essas palavras, juntamente com o comer e o beber físico, são a coisa mais importante[64] no sacramento. E o que crê nestas palavras tem o que elas dizem e expressam, a saber, "remissão dos pecados". 8

Quem recebe dignamente esse sacramento? 9

Resposta: Jejuar e preparar-se corporalmente é, sem dúvida, boa disciplina externa. Mas verdadeiramente digno e bem preparado é aquele que tem fé nestas palavras: "Dado em favor de vós" e "derramado para remissão dos pecados". Aquele, porém, que não crê nessas palavras ou delas duvida é indigno e não está preparado, pois as palavras "por vós" exigem corações verdadeiramente crentes. 10

VII ORAÇÕES

COMO O CHEFE DE FAMÍLIA DEVE ENSINAR A SUA CASA A ORAR DE MANHÃ E DE NOITE

De manhã, quando te levantas, benzer-te-ás, dizendo: Em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Amém. 1

Então, de joelhos ou de pé, dize o Credo e o Pai-Nosso. Se quiseres, podes dizer mais esta pequena oração: 2

Meu Pai celeste, graças te dou, por Jesus Cristo, teu amado Filho, por me haveres defendido de todo o dano e de todos os perigos da noite passada, e peço-te que me preserves também neste dia do pecado e de todo o mal, para que todas as minhas ações e a minha vida te agradem. Nas tuas mãos me entrego, de corpo e alma, bem como todas as coisas. Esteja comigo o teu santo anjo, para que o inimigo maligno não tenha poder algum sobre mim. Amém.

Feito isso, começa o teu trabalho alegremente, cantando um hino, como por exemplo sobre os Dez Mandamentos ou sobre qualquer coisa que a tua devoção te sugerir. 3

À noite, quando te recolhes, benzer-te-ás, dizendo: Em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Amém. 4

Então, de joelhos ou de pé, dize o Credo e o Pai-Nosso. Se quiseres, podes dizer mais esta pequena oração: 5

---

[64] *Häuptstück.* Texto lat.: *caput et summa.* Vid. Catecismo Maior, Batismo, 1, nota em "mais importantes".

Meu Pai celeste, graças te dou, por Jesus Cristo, teu amado Filho, por me haveres protegido bondosamente neste dia, e peço-te que me perdoes todos os pecados e o mal que fiz e me protejas por tua graça nesta noite. Nas tuas mãos me entrego, de corpo e alma, bem como todas as coisas. Esteja comigo o teu santo anjo, para que o inimigo maligno não tenha poder algum sobre mim. Amém.

Feito isso, dorme sem demora e de coração alegre.

6 COMO O CHEFE DE FAMÍLIA DEVE ENSINAR A SUA CASA A PEDIR A BÊNÇÃO E A DAR GRAÇAS

7 Os filhos e os empregados achegar-se-ão à mesa com as mãos juntas e, reverentemente, dirão:

"Os olhos de todos esperam em ti, SENHOR, e tu lhes dás o seu mantimento a seu tempo. Abres a tua mão e satisfazes os desejos de todos os viventes"[65].

9 Depois se dirá o Pai-Nosso e a oração seguinte:

"SENHOR Deus, Pai celeste, abençoa-nos a nós e a estes teus dons que de tua bondade recebemos, por Jesus Cristo, nosso SENHOR. Amém".

10 AGRADECIMENTO

Igualmente, depois da refeição, dirão, reverentemente e com as mãos juntas:

"Louvai ao SENHOR, porque ele é bom, e a sua benignidade é para sempre. É o que dá mantimento a toda carne, o que dá aos animais o seu sustento, e aos filhos dos corvos, quando clamam. Não se deleita na força do cavalo nem se compraz nas pernas do varão. O SENHOR se agrada dos que o temem e dos que esperam na sua misericórdia"[66].

11 Depois, o Pai-Nosso e a oração seguinte:

"Graças te damos, SENHOR, Deus Pai, mediante Jesus Cristo, nosso SENHOR, por todos os teus benefícios, tu, que vives e reinas para sempre. Amém".

---

[65] Sl 145.15,16. No original, as duas últimas orações rezam: *Du tust Deine Hand auf und sättigest alles, was lebet, mit Wohlgefallen.* Em seguida, o texto traz a seguinte nota explicativa (*scholion*, escólio): "*Wohlgefallen* quer dizer que todos os animais recebem tanto de comer que, por isso, estão alegres e de bom ânimo. Porque a preocupação e a avareza estorvam tal *Wohlgefallen*".

[66] Sl 106.1; 136.25; 147.9-11.

VIII

TÁBUA DOS DEVERES 1

Alguns versículos para todas as santas ordens e estados, pelos quais os mesmos sejam admoestados, como por lição especial, a respeito de seu ofício e serviço.

AOS BISPOS, PASTORES E PREGADORES 2

"É necessário que o bispo seja irrepreensível, esposo de uma só mulher, temperante, sóbrio, modesto, hospitaleiro, apto para ensinar; não dado ao vinho, não violento, não desejoso de torpe ganância, porém, cordato, inimigo de contendas, não avarento; e que governe bem a sua própria casa, criando os filhos sob disciplina, com todo respeito; não seja neófito, etc." Na Primeira Epístola a Timóteo, capítulo quarto[67].

O QUE OS CRISTÃOS DEVEM AOS SEUS MESTRES E CURAS D'ALMA 3

"Comei e bebei do que eles tiverem; porque digno é o trabalhador do seu salário", Lucas 10[68]. "Ordenou o Senhor aos que pregam o evangelho, que vivam do evangelho", 1 Co 9[69]. "Aquele que está sendo instruído na palavra faça participante de todas as coisas boas aquele que instrui. Não vos enganeis: de Deus não se zomba", Gl 6[70]. "Devem ser considerados merecedores de dobrada honra os presbíteros que presidem bem, com especialidade os que se afadigam na palavra e no ensino. Pois a Escritura declara: "Não amordaces o boi, quando pisa o grão"[71]. E ainda[72]: "O trabalhador é digno do seu salário", 1 Tm 5[73]. "Rogamos, irmãos, que acateis com apreço os que trabalham entre vós, e os que vos presidem no Senhor e vos admoestam; e que os tenhais com amor em máxima consideração, por causa do trabalho que realizam. Vivei em paz com eles", 1 Ts 5[74]. "Obedecei aos vossos guias, e sede submissos para com eles; pois velam por vossas almas, como quem deve prestar contas, para que façam isto com alegria e não gemendo; porque isto não aproveita a vós outros", Hb 13[75].

---

[67] A indicação do capítulo quarto é engano do original. 1 Tm 3.2-6; Tt 1.6-9.
[68] Lc 10.7.
[69] 1 Co 9.14.
[70] Gl 6.6ss.
[71] Dt 25.4.
[72] Lc 10.7.
[73] 1 Tm 5.17s.
[74] 1 Ts 5.12s.
[75] Hb 13.17.

4 DA AUTORIDADE SECULAR

"Todo homem esteja sujeito às autoridades superiores; porque não há autoridade que não proceda de Deus; e as autoridades que existem foram por ele instituídas. De modo que aquele que se opõe à autoridade, resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos condenação; porque não é sem motivo que ela traz a espada; pois é ministro de Deus, vingador, para castigar o que pratica o mal". Romanos, capítulo treze[76].

5 DEVERES DOS SÚDITOS PARA COM O GOVERNO

Mt 22[77]: "Dai a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus". Rm 13[78]: "Todo homem esteja sujeito às autoridades superiores, etc." "É necessário que lhe estejais sujeitos, não somente por causa do temor da punição, mas, também, por dever de consciência. Por esse motivo também pagais tributos: porque são ministros de Deus, atendendo constantemente a este serviço. Pagai a todos o que lhes é devido: a quem tributo, tributo; a quem imposto, imposto; a quem respeito, respeito; a quem honra, honra". 1 Tm 2[79]: "Antes de tudo exorto que se use a prática de súplicas, orações, intercessões, ações de graça, em favor de todos os homens, em favor dos reis e de todos os que se acham investidos de autoridade, para que vivamos vida tranqüila e mansa, com toda piedade e respeito, etc." Tt 3[80]: "Lembra-lhes que se sujeitem aos que governam, às autoridades; que sejam obedientes, estejam prontos para toda boa obra, etc." 1 Pe 2[81]: "Sujeitai-vos a toda instituição humana por causa do Senhor; quer seja ao rei, como soberano; quer às autoridades, como enviadas por ele, tanto para castigo dos malfeitores, como para louvor dos que praticam o bem".

6 AOS MARIDOS

"Maridos, vós, igualmente, vivei a vida comum do lar, com discernimento; e, tendo consideração para com a vossa mulher como parte mais frágil, tratai-a com dignidade, por isso que sois, juntamente, herdeiros da mesma graça de vida, para que não se interrompam vossas orações". Na Primeira Epístola de Pedro, capítulo terceiro[82]. "E não as trateis com amargura". Colossenses, capítulo terceiro[83].

---

[76] Rm 13.1,2,4.
[77] Mt 22.21.
[78] Rm 13.1.5-7.
[79] 1 Tm 2.1,2.
[80] Tt 3.1.
[81] 1 Pe 2.13,14.
[82] 1 Pe 3.7.
[83] Cl 3.19.

ÀS ESPOSAS

7

"Vós, mulheres, sede submissas a vossos próprios maridos, como ao SENHOR, como fazia Sara, que obedeceu a Abraão, chamando-lhe senhor, da qual vós vos tornastes filhas, praticando o bem e não temendo perturbação alguma". Na Primeira Epístola de Pedro, capítulo terceiro[84].

AOS PAIS

8

"Vós, pais, não provoqueis vossos filhos à ira, para que não se tornem temerosos, mas criai-os na disciplina e na admoestação do SENHOR". Aos Efésios, capítulo sexto[85].

AOS FILHOS

9

"Filhos, obedecei a vossos pais no SENHOR, pois isto é justo. Honra a teu pai e a tua mãe (que é o primeiro mandamento com promessa), para que te vá bem, e sejas de longa vida sobre a terra". Aos Efésios, no capítulo sexto[86].

AOS EMPREGADOS, ÀS EMPREGADAS, AOS JORNALEIROS E TRABALHADORES, ETC.

10

"Vós, servos, obedecei a vossos senhores segundo a carne com temor e tremor, na sinceridade do vosso coração, como a Cristo, não servindo à vista, como para agradar a homens, mas como servos de Cristo, fazendo de coração a *vontade de Deus*; *servindo de boa vontade, como ao Senhor*, e *não como* a homens, certos de que cada um, se fizer alguma coisa boa, receberá isso outra vez do Senhor, quer seja servo, quer livre[87].

AOS PATRÕES E ÀS PATROAS

11

"Vós, senhores, de igual modo procedei para com eles, deixando as ameaças, sabendo que o Senhor, tanto deles como vosso, está nos céus, e que para com ele não há acepção de pessoas"[88].

---

[84] 1 Pe 3.1,6.
[85] Ef 6.4.
[86] Ef 6.1-3.
[87] Ef 6.5-8.
[88] Ef 6.9.

12

À MOCIDADE EM GERAL

"Vós, jovens, sede submissos aos que são mais velhos e demonstrai nisso a humildade; porque Deus resiste aos soberbos, contudo aos humildes concede a sua graça. Humilhai-vos, portanto, sob a poderosa mão de Deus, para que ele, em tempo oportuno, vos exalte". Na Primeira Epístola de Pedro, capítulo quinto[89].

13

ÀS VIÚVAS

"Aquela que é verdadeiramente viúva, e não tem amparo, espera em Deus e persevera em orações, noite e dia; entretanto a que se entrega aos prazeres, mesmo viva, está morta". Na Primeira Epístola a Timóteo, capítulo quinto[90].

14

A TODOS EM GERAL

"Amarás ao teu próximo como a ti mesmo. Nessa palavra estão resumidos todos os mandamentos". Aos Romanos, no capítulo treze[91]. "E não cesseis de orar em favor de todos os homens". Na Primeira Epístola a Timóteo, capítulo segundo[92].

15 Aprenda cada qual sua lição,
Na casa tudo irá mui bem, então[93].

---

[89] 1 Pe 5.5,6.
[90] 1 Tm 5.5,6.
[91] Rm 13.9.
[92] 1 Tm 2.1.
[93] *Ein jeder lern sein Lektion, So wird es wohl im Hause stohn.* Versos de Lutero. Cf. WA 35, 580.

VII

CATECISMO MAIOR[1]
do
Dr. Martinho Lutero[2]

[1] O nome que Lutero deu ao Catecismo Maior, publicado em abril de 1529, foi *Deutsch Katechismus. Deutsch* (alemão), nesse título, apenas quer diferenciar essa obra do catecismo latino. Portanto, oposição das palavras "alemão" e "latim", como o faz em sua *Deutsche Messe* (Missa Alemã), de 1525. *Catecismo Maior* é título que aparece em 1541, para diferenciar o maior, isto é, o amplamente desenvolvido, do menor, isto é, daquele em que a exposição é menos extensa. O título *Grosser Katechismus* não foi dado por Lutero, que, todavia, usa as palavras *grosser Katechismus* no prefácio ao "Catecismo Menor".

[2] O Livro de Concórdia alemão, de 1580, traz o seguinte, depois do título (*Der grosse Katechismus deutsch Dokt. Mart. Luth.*): *Eine christliche, heilsame und nötige Vorrede und treue, ernstliche Vermahnung D. M. L. an alle Christen, sonderlich aber an alle Pfarrherrn und Prediger, dass sie sich täglich im Katechismo, so der ganzen heiligen Schrift eine kurze Summa und Auszug ist, wohl uben und den immer treiben sollen etc.* ("Prefácio cristão, proveitoso e necessário, bem como fiel e séria exortação do Dr. Martinho Lutero a todos os cristãos, mas especialmente a todos os pastores e pregadores, de que diariamente se exercitem bem no Catecismo, que é breve suma e extrato de toda a Sagrada Escritura, e sempre o ensinem, etc."). Naquela edição do Livro de Concórdia, este prefácio maior, que é de 1530, vem depois do prefácio menor, de 1529, de acordo com a ordem observada no quarto volume alemão da edição de Jena das obras de Lutero (1556).

Introdução

Depois que as igrejas evangélicas haviam alcançado certa estabilidade externa, a necessidade era fortalecê-las internamente. Lutero já havia produzido um bom número de sermões e panfletos, desde 1516, para dar educação popular sobre os elementos básicos da doutrina cristã. Em 1525, confiou aos seus amigos Justus Jonas e João Agrícola a tarefa de compor um livro de instrução religiosa para crianças, ao qual se referiu como "catecismo". Quando este trabalho sofreu atraso, como aconteceu em uma tentativa com Melanchthon, em 1528, Lutero tomou a iniciativa novamente. Entregou a Melanchthon a composição das "Instruções aos Visitadores do Clero do Eleitorado da Saxônia" (1528), enquanto ele mesmo assumiu a tarefa de preparar o *Catecismo*.

O material básico para tanto consistia de três séries de sermões que Lutero pregou em maio, setembro, novembro e dezembro de 1528 e março de 1529. Antes que estes sermões terminassem, Lutero já estava escrevendo o *Catecismo Maior*. Partes dele foram enviadas à gráfica antes que o todo estivesse completo, o que ajuda a explicar as discrepâncias no texto dos Dez Mandamentos.

Em abril de 1529, foi publicado o *Catecismo Alemão*, impresso por Jorge Rhaw, em Wittenberg. (O título Catecismo Maior não é de Lutero). Mais tarde, no mesmo ano, Lutero publicou uma edição revista, incluindo uma "Exortação à Confissão", uma inserção longa na introdução do Pai-Nosso e várias notas marginais. Esta edição foi a primeira a ser ilustrada, sendo várias das gravuras de Lucas Cranach, o Velho. Outra edição foi publicada em 1530, acompanhada de um segundo e longo prefácio que foi composto, provavelmente, em Coburgo. A última edição revisada por Lutero foi editada em 1538.

Uma tradução do *Catecismo Maior* para o latim foi publicada em 1529 e uma segunda edição, em 1544, obra de um humanista, Vincent Obsopoeus , que se encarregou de fazer dele uma peça literária em grande estilo, adornando-o com citações clássicas e alusões à História Antiga. (De resto é, de modo geral, uma tradução servil do alemão de Lutero. Por isso, não foi necessário reproduzir, aqui, as variantes latinas do texto alemão).

PREFÁCIO DE MARTINHO LUTERO

Não é por razões somenos que inculcamos o Catecismo com tanto empenho e queremos e solicitamos que seja inculcado. Pois vemos que, infelizmente, grande número de pregadores e pastores são muito negligentes a esse respeito e desprezam seu ofício e essa instrução. Uns por causa de sua grande e sublime erudição; outros, porém, em razão de mera preguiça e solicitude pela barriga. Sua atitude para com a coisa é como se fossem pastores ou pregadores por causa do estômago, e outra coisa não lhes cumprisse fazer enquanto vivessem senão a de consumir os bens, conforme estavam habituados a fazer sob o papado. E, ainda que tudo quanto devem ensinar e pregar, eles o têm diante de si agora, tão copioso e claro, e tão facilmente inteligível, em tantos livros úteis e que são os verdadeiros *Sermones per se loquentes, Dormi secure, Parati et Thesauri*, como lhes chamavam outrora, não são, contudo, suficientemente piedosos e honestos para comprar tais livros. Ou, então, mesmo quando os têm, não os consideram nem lêem. Ah! que são, deveras, comilões despudorados e servidores do próprio ventre. Com mais justiça seriam porqueiros[3] ou cachorreiros[4] do que curas d'alma e pastores. 1 2

E se agora que estão livres da inútil e trabalhosa parolagem das horas canônicas, em lugar delas fizessem ao menos este tanto: lessem, pela manhã, ao meio-dia e à noite, uma ou duas páginas do Catecismo, do Livrinho de Orações, do Novo Testamento ou de outra parte da Bíblia, e rezassem o Pai-Nosso por si mesmos e seus paroquianos. Dessa maneira demonstrariam, por sua vez, honra e gratidão ao evangelho, pelo qual foram livrados de multiformes cargas e apertos. E que se envergonhassem um pouco à vista do fato de, quais suínos e cães, reterem do evangelho nada além dessa liberdade indolente, perniciosa, infame, carnal. Pois o vulgo, assim como assim, já deprecia muito o evangelho, e nós não logramos alcançar nada de extraordinário, mesmo que apliquemos toda a diligência. Qual será, então, o resultado, se quisermos ser negligentes e preguiçosos, como fomos sob o papado? 3 4

Acresce a isso o vício desgraçado e a peste insidiosa da segurança e da saciedade que a muitos levam à opinião de que o Catecismo é ensino simples e desimportante. Lêem-no uma vez, logo sabem tudo, atiram o livro a um canto e como que se envergonham de compulsá-lo de novo. Até entre a nobreza, com efeito, é possível a gente encontrar alguns grosseirões e unhas-de-fome que afirmam já não precisar de pastores e pregadores, que se tem tudo em livros, podendo-se bem aprender por si mesmo. E assim também, confiadamente, deixam cair as paróquias em ruína e desolação, e permitem que os pastores e pregadores sofram miséria e fome a valer. E proceder assim, aliás, casa-se bem com esses alemães doidos; porque os alemães temos um povo desgraçado assim e temos de aturar a coisa. 5 6

[3] *Säuhirten.*
[4] *Hundeknechte.*

7 No que toca à minha pessoa, digo o seguinte: eu também sou doutor e pregador e, na verdade, tão erudito e experimentado quanto possam ser todos aqueles que tanta coisa de si presumem e têm aquela segurança. Não obstante, faço como uma criança a que se ensina o Catecismo: de manhã, e quando quer que tenha tempo, leio e profiro, palavra por palavra, o Pai-Nosso, os Dez 8 Mandamentos, o Credo, alguns salmos, etc. Tenho de continuar diariamente a ler e estudar e, ainda assim, não me saio como quisera, e devo permanecer criança e aluno do Catecismo. Também me fico prazerosamente assim. E esses camaradas delicados e descontentadiços, com uma leiturinha querem, num piscar de olhos, ser doutores, já saber tudo e de nada mais precisar. Ora, isso também é sinal certo de que desprezam seu ofício e as almas do povo e, além disso, a Deus e sua Palavra. Não precisam cair primeiro; já caíram de modo horrendo demais. Têm necessidade, isto sim, de se tornarem crianças e começarem de aprender o a-bê-cê, coisa há muito tempo liquidada por eles, segundo pensam[5].

9 Por isso, rogo a esses mandriões[6] ou santos presunçosos que se deixem persuadir e se fiem por amor de Deus de que, deveras, não são tão eruditos e doutores tão excelsos quanto imaginam. Nunca mais pensem que espremeram essas partes[7] ou que têm conhecimento suficiente de tudo, posto lhes pareça que o conhecem bem demais. Pois, ainda que o soubessem e conhecessem perfeitamente do começo ao fim – o que, por certo, é impossível nesta vida –, todavia, existe multiforme proveito e fruto em ler e exercitá-lo todos os dias em pensamento e recitação. É que o Espírito Santo está presente com esse ler, recitar e meditar e concede luz e devoção sempre nova e mais abundante, de tal forma que a coisa de dia em dia melhora em sabor e é recebida com apreço cada vez maior. É como promete Cristo em Mateus 18[8]: "Onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, ali estou no meio deles".

10 Além do que, é auxílio sobremodo poderoso contra o diabo, o mundo, a carne e todos os maus pensamentos ocupar-se com a Palavra de Deus, dela falar e sobre ela meditar. Razão por que o primeiro Salmo[9] chama de bem-aventurados aqueles que "meditam de dia e de noite na lei de Deus". Por certo que não lograrás com nenhum incenso ou outra aromatização algo mais poderoso contra o diabo do que se te ocupares com os mandamentos e as palavras de Deus, sobre eles falares, cantares ou meditares. Isso, com certeza, é a água benta e o sinal da cruz verdadeiros, de que o diabo foge e por que se pode 11 espantá-lo. Ora, sem dúvida, já apenas por isso deverias, prazerosamente, ler, recitar, meditar e tratar essas partes, mesmo que nenhum outro fruto e provei-

---

[5] *Das sie meinen, längest an den Schuhen zurisssen haben.* BSLK (p. 548, n. 4): *Abgetan zu haben.* Expressão proverbial, como: *sich etwas an den Schuhsohlen ablaufen.* O Novo Dicionário Alemão-Inglês Cassel, edição 1971, traz, no verbete *ablaufen*: "Das habe ich (mir) längst an den Schuhsohlen abgelaufen".

[6] *Faule Wänste* (ventres ignavos, indolentes). Texto latino: *ignavos ventres.*

[7] Essas partes do Catecismo.

[8] Mt 18.20.

[9] Sl 1.2.

to tivesses daí senão o de, com isso, poderes afugentar o diabo e maus pensamentos. Porque a palavra de Deus não a pode ouvir nem suportar o diabo. E a palavra de Deus não se assemelha a conversa fiada, como, por exemplo, a sobre Dietrich von Bern[10]. É, ao contrário, como diz São Paulo Rm 1[11], "poder de Deus". Efetivamente, poder de Deus, que inflige dores severas ao diabo[12], ao passo que a nós fortalece, conforta e ajuda sobremodo.

12 E por que haveria de multiplicar palavras? Onde buscaria papel e tempo suficientes para enumerar todo o proveito e fruto que a palavra de Deus produz? Chama-se ao diabo mestre de mil artes. Que nome daremos então à palavra de Deus, que espanta e aniquila esse mestre de mil artes com toda a sua arte e poder? Certamente deve ser mais do que mestre de cem mil artes. 13 E nós desprezaríamos tal poder, proveito, força e fruto com tanta leviandade, especialmente os que queremos ser pastores e pregadores? Neste caso, não só se nos deveria negar comida, senão, ainda, escorraçar-nos, açulando os cachorros contra nós e correr-nos a esterco de cavalo. Porque não só precisamos diariamente de tudo aquilo como do pão de cada dia, mas também necessitamos tê-lo todos os dias para defesa[13] contra os ataques e emboscadas diários e sem trégua do diabo com suas mil artes.

14 E se isso não bastasse para admoestar-nos a que leiamos o Catecismo dia após dia, já o só mandamento de Deus deveria ser o bastante para obrigar-nos. Seriamente ordena ele, em Deuteronômio 6[14], que meditemos sem cessar sobre os seus mandamentos, assentados, andando, parados, ao nos deitarmos, ao nos levantarmos, e que os tenhamos diante dos olhos e nas mãos como marca e sinal constantes. Indubitavelmente, não é sem propósito que o ordena e exige com tanta seriedade. Antes, por conhecer nossa situação de perigo e aperto e, somado a isso, os contínuos e furiosos assaltos e ataques dos demônios, quer acautelar, equipar e proteger-nos contra eles como com boa armadura contra seus dardos inflamados e bom antídoto para sua venenosa e maligna infecção e ministração[15]. 15 Oh! que néscios tresloucados e insensatos somos nós! Temos de morar ou alojar-nos em meio a inimigos tão poderosos como o são os demônios e, não obstante, queremos desprezar nossas armas e defesas e somos demasiadamente indolentes para inspecioná-las ou lembrar-nos delas.

16 E que fazem esses santos enfastiados e presunçosos que não podem ou não querem ler e aprender o Catecismo diariamente? Não menos do que considerar-se a si mesmos muito mais sábios que o próprio Deus e todos os seus santos anjos, profetas, apóstolos e todos os cristãos. Pois, já que o pró-

---

[10] Lutero cita freqüentes vezes a lenda de Dietrich von Bern (lenda em torno do famoso rei ostrogodo Teodorico, o Grande) como exemplo de mentiras e fábulas.

[11] Rm 1.16.

[12] *Die dem Teufel das gebrannte Leid antut.* A princípio a expressão significava prejudicar alguém por meio de incêndio.

[13] Acrescentamos as palavras "para defesa".

[14] Dt 6.7,8.

[15] Ou: infecção e envenenamento. No original: *Geschmeiss und Eingeben.* BSLK (p. 551, nota 3): *Ansteckung und Vergiftung.* W. Metzger, *ed. Calwer*: "Eingebung".

prio Deus não se envergonha de ensiná-lo todos os dias, como quem não sabe ensinar coisa melhor, e sempre ensina a mesma coisa, nunca passando a matéria nova e diferente, e todos os santos não sabem aprender coisa melhor ou diferente e nunca o podem aprender com perfeição, não somos nós, então, o que há de mais fino, se imaginamos que sabemos tudo depois de o ler e ouvir uma vez, que já não precisamos continuar a ler e estudá-lo, e que podemos aprender, cabalmente, em uma hora o que o próprio Deus não pode, cabalmente, ensinar? Pois está a ensiná-lo desde o começo até ao fim do mundo, e todos os profetas, juntamente com todos os santos, andaram atarefados em aprendê-lo e sempre ficaram em discípulos, e têm de continuar a sê-lo.

17 Uma coisa é certa: quem entende os Dez Mandamentos bem e inteiramente[16] deve entender a Escritura toda, de sorte que pode[17] aconselhar, ajudar, confortar, julgar e decidir em todas as coisas e casos, tanto no plano espiritual quanto no temporal, e pode ser juiz sobre doutrinas, ordens, espíritos, direito e o que mais haja no mundo[18]. 18 E o que é o Saltério todo senão simples meditações e exercícios do primeiro mandamento? Agora, eu sei com certeza que esses mandriões[19] ou espíritos presunçosos não entendem um salmo sequer, que dirá, então, a Sagrada Escritura toda. Contudo, pretendem que já conhecem o Catecismo e querem desprezar essa obra, que é um breve compêndio e sumário[20] da Sagrada Escritura toda.

19 Razão por que peço mais uma vez a todos os cristãos, especialmente aos pastores e pregadores, que não queiram ser doutores muito cedo e não imaginem que sabem tudo. Presunção e tecido novo encolhem muito[21]. Antes, exercitem-se bem nesses estudos diariamente e sempre os inculquem. Acautelem-se, além disso, com todo cuidado e diligência, contra o venenoso material contagiante daquela segurança ou presunção. Perseverem em ler, ensi-

---

[16] *Wer die zehn Gebote wohl und gar kann.* Wolfgang Metzger interpreta assim: "Wer die zehn Gebote recht und ganz verstehen will" (*Calwer Luther-Ausgabe*, vol. 1, 1964, p. 15).

[17] *Dass er könne.* A interpretação do *dass* como advérbio final (damit), como faz Metzger, não calharia bem em nossa tradução.

[18] Erdmann SCHOTT (*Rechtfertigung und Zehn Gebote nach Luther*, 1ª série, caderno 44, das *Arbeiten zur Theologie*, editadas por Theodor Schlatter, com Alfred Jepsen e Otto Michel, Stuttgart, 1974, p. 25) observa que semelhante manifestação de estima pelos Dez Mandamentos não aparece apenas de vez em quando em Lutero e lembra o que este escreveu em 1530, na fortaleza de Coburgo a Justus Jonas (WA Br 5,409,26, nº 1610): *Ego hic factus sum novus discipulus decalogi, illum iam repuerascens ad verbum edisco, et video verum esse, quod sapientiae eius non est numerus...* ("Tornei-me, aqui, novo discípulo do Decálogo e, voltando a ser menino, decoro-o palavra por palavra e vejo ser verdade que a sabedoria dele é sem conta...).

[19] Vid. nota em Prefácio I, 9.

[20] *Kurzer Auszug und Abschrift.* Entendemos "Abschrift", aqui, no sentido de "Abriss". Assim Metzger, op. cit., p. 16. Texto lat.: ... *qui totius scripturae quasi quoddam compendium est brevemque illius atque summariam descriptionem continet* ("... que é como que uma espécie de compêndio de toda a Escritura e contém uma breve e sumária descrição dela"). A edição francesa (Martin Luther, *Oeuvres*, VII, Labor et Fides, Genebra, 1962, p. 27) toma a palavra "Abschrift" na acepção em que se fixou no alemão moderno: "Copie" (cópia).

[21] *Es gehet an Dünken und gespannen Tuch viel ab.* Provérbio. Assim como tecido novo encolhe ao ser lavado, assim encolhem os planos do homem na execução.

nar, aprender, meditar e refletir e não desistam até fazerem a experiência e adquirirem a certeza de que mataram o diabo de tanto lecionar e se tornaram mais sábios que o próprio Deus e todos os santos. Se aplicarem tal diligên- 20 cia, prometo-lhes – e eles hão de percebê-lo – que alcançarão grande fruto e que Deus fará deles pessoas excelentes. Com o passar do tempo, eles mesmos bem hão de confessar que, quanto mais estudam o Catecismo, tanto menos dele conhecem e tanto mais tem de aprender. E só então, como a famintos e sedentos, lhes há de saber bem o que agora, por grande plenitude e saciedade, não podem cheirar. Que Deus conceda sua graça para isso. Amém.

PREFÁCIO

1 Empreendemos este sermão com a finalidade de que sirva de instrução a crianças e pessoas simples. Essa também a razão por que desde a antigüidade se lhe chama em grego de *Catecismo*, isto é, instrução para crianças. 2 Todo cristão necessariamente o deve conhecer. A quem o ignora não se poderia contar entre os cristãos, nem admiti-lo a qualquer sacramento. Da mesma forma como se exclui e considera imprestável o artesão que ignora os preceitos e a prática de sua profissão. 3 Deve fazer-se, por isso, que os jovens aprendam bem e fluentemente as partes que pertencem ao Catecismo, ou instrução de crianças, e nelas se há de exercitar e ocupá-los diligentemente. 4 Por isso, é dever de todo pai de família argüir, pelo menos uma vez por semana, um por um, seus filhos e empregados domésticos e tomar-lhes a lição, para verificar o que sabem a respeito ou estão aprendendo e de instar seriamente com eles a que se empenhem no estudo, caso não conheçam a matéria. 5 Bem me lembro do tempo em que a gente encontrava pessoas ignorantes e idosas – e isso ainda acontece todos os dias – que, dessa matéria, nada sabiam, ou ainda nada sabem, e, mesmo assim, vêm ao batismo e ao sacramento, e fazem uso de tudo o que os cristãos têm, quando os que vêm ao sacramento deveriam saber mais e compreender toda a doutrina cristã mais plenamente que crianças e alunos novos. 6 Todavia, com o povo comum nos restringimos às três partes, que, desde antigamente, se conservaram na cristandade, porém foram ensinadas e tratadas corretamente apenas reduzidas vezes. Ficamos nisso até que jovens e velhos, quantos queiram chamar-se e ser considerados cristãos, estejam bem treinados nelas e com elas familiarizados. Essas partes são as seguintes:

Primeiro
Os Dez Mandamentos de Deus

1 1. Não terás outros deuses diante de mim.
2 2. Não tomarás em vão o nome de Deus[22].

[22] Sobre a proibição da feitura e adoração de imagens como segundo mandamento, vid. Catecismo Menor I, Os Dez Mandamentos, nota em "O Segundo".

3 3. Santificarás o dia do descanso.
4 4. Honrarás pai e mãe.
5 5. Não matarás.
6 6. Não adulterarás.
7 7. Não furtarás.
8 8. Não dirás falso testemunho contra o teu próximo.
9 9. Não cobiçarás a casa do teu próximo.
10 10. Não cobiçarás sua mulher, nem seu empregado, nem sua empregada, nem seu gado, nem coisa alguma que lhe pertença.

Segundo
OS ARTIGOS PRINCIPAIS DE NOSSA FÉ

11-12 Creio em Deus, Pai todo-poderoso[23], criador do céu e da terra. E em Jesus Cristo, seu único Filho, nosso Senhor, o qual foi concebido pelo Espírito Santo, nasceu da Virgem Maria, padeceu sob Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado, desceu ao inferno[24], no terceiro dia ressuscitou dos mortos, subiu ao céu, e está sentado à direita de Deus, o Pai todo-poderoso, donde há de vir para
13 julgar os vivos e os mortos. Creio no Espírito Santo[25], uma santa Igreja cristã[26], a comunhão dos santos, a remissão dos pecados, a ressurreição da carne e a vida eterna. Amém.

---

[23] *Ich gläube an Gott, Vater allmächtigen*. Texto lat.: *Credo in Deum, patrem omnipotentem. Vater allmächtigen* já aparece no alemão do século VIII (*fater almahtigon*). No Catecismo, Lutero também manteve a colocação *Vater unser*, mas, na tradução da Bíblia, modernizou-a (*Unser Vater*). Quanto à tese de exegetas modernos de que as palavras "Pai todo-poderoso" devem ser estreitamente unidas como título separado, veja a argumentação contrária de J. N. D. Kelly, em seu erudito livro *Early Christian Creeds*, (3ª. ed., 1972, p. 132ss.). O autor conclui que "Pai" está associado mais estreitamente com "Deus". Observa que a verdade básica, primordial em que se proclama crença é Deus o Pai, e que "todo-poderoso" deve ter sido combinado muito cedo com "Deus Pai", sem dúvida, como resultado da influência da linguagem da *Septuaginta* sobre o uso teológico cristão (op. cit., p. 133s.). – Vid. também Catecismo Menor, Credo, 3: *sitzend zur Rechten Gottes, des allmächtigen Vaters*. Texto lat.: *sedet ad dexteram Dei, patris omnipotentis*. Os que argumentam a favor da tese de que Lutero quer unir "onipotente" com "Pai" apontam também para esse texto. Vid., outrossim, Catecismo Maior, Credo, I Artigo, 18.

[24] Texto lat.: *descendit ad inferos*. Vid. Símbolo Apostólico e Fórmula de Concórdia, Declaração Sólida XI, 50, nota sobre *inferi*.

[25] Sobre a tradução de "*uma* santa", vid. Catecismo Menor, Credo, 5, nota em "uma".

[26] Surgant escreve "cristã" em vez de "católica" em seu *Manuale Curatorum*, de 1503. Da mesma forma, Francisco de Ossuna, no catecismo que escreveu, provavelmente, em 1529, portanto, no mesmo ano da publicação do Catecismo de Lutero: "Has de creer por lo semejante lo noveno ["em nono lugar", com referência ao nono artigo do Credo Apostólico, cuja divisão em doze artigos era usual mais ou menos desde o século V] a la santa iglesia cristiana". Quanto à presumível identidade entre essa formulação introdutória de sua explanação do nono artigo e o texto vernáculo do Credo habitual a Ossuna, cf. Hans Jürgen Prien, "Ein spanischer Katechismus aus dem Jahre 1529 von Francisco Ossuna", in *Zeitschrift für Kirchengeschichte*, vol. 83, cad. 3, 1972, p. 373. Vid. também Catecismo Maior, Credo, 5, nota em "doze artigos" e Símbolo Apostólico, acima, nota em "católica".

Terceiro
A ORAÇÃO, OU PAI-NOSSO, QUE CRISTO ENSINOU

Pai-Nosso que estás nos céus, santificado seja o teu nome; venha o teu reino, faça-se a tua vontade[27], assim na terra como no céu[28]; o pão nosso de cada dia nos dá hoje; e perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós perdoamos aos nossos devedores; e não nos deixes cair em tentação[29], mas livra-nos do mal. Amém. 14

São essas as partes mais necessárias. Aprender-se-á, primeiramente, a 15 repeti-las palavra por palavra. Devemos acostumar as crianças a que as reci- 16 tem diariamente, ao se levantarem de manhã, quando vão à mesa, e de noite, ao se deitarem, não se lhes devendo dar de comer e beber até que as tenham dito. Incumbe, outrossim, a todo pai de família proceder da mesma forma com 17 os domésticos, criados e criadas: não deve conservá-los em sua casa, se ignorarem essas coisas ou não quiserem aprendê-las. Pois em caso nenhum se há de 18 tolerar que uma pessoa seja tão rude e refratária a ponto de não aprender isso, porque nessas três partes está abrangido, de maneira breve, facilmente inteligível e de modo mais simples, tudo o que temos na Escritura. Pois os ama- 19 dos Pais ou apóstolos – quem quer que haja sido – sumariaram assim a doutrina, vida, sabedoria e conhecimento dos cristãos[30], de que falam e tratam e com que se ocupam.

Entendidas essas três partes, é próprio também que se saiba dizer dos 20 nossos sacramentos, que o próprio Cristo instituiu: o do batismo e o do santo corpo e sangue de Cristo. A saber, o texto que Mateus e Marcos escrevem no fim de seus evangelhos, de como Cristo se despediu de seus discípulos e os enviou.

DO BATISMO 21

"Ide e ensinai todas as nações, e batizai-as em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo"[31]. "Quem crer e for batizado será salvo; quem, porém, não crer será condenado".

É suficiente para o homem simples saber, das Escrituras, esse tanto con- 22 cernente ao batismo. Da mesma forma, quanto ao outro sacramento, em palavras breves e simples, a saber, o texto de São Paulo.

[27] Vid. Catecismo Menor, Pai-Nosso, 9, nota em "vontade".

[28] *Als im Himmel auch auf Erden* ("como no céu, também na terra").

[29] Vid. Catecismo Menor, Pai-Nosso, 17, nota em "tentação".

[30] Lutero manifestou grande apreço por essa suma em WA TR 4., nº 4334: *Et est opus Spiritus Sancti tantam rem tanta brevitate efficacissimis et emphaticis verbis describere* ("E é obra do Espírito Santo descrever, em palavras eficacíssimas e enfáticas, tão grande coisa com tanta brevidade").

[31] Mt 28.19. *Gehet hin und lehret alle Völker und täufet sie...* É a forma do texto na Bíblia alemã em tradução de Lutero. Almeida RA traduz: "Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os..." Vid. Catecismo Maior, Batismo 4 e nota.

23 DO SACRAMENTO

"Nosso Senhor Jesus Cristo, na noite em que foi traído, tomou o pão; e, tendo dado graças, o partiu, e o deu aos seus discípulos dizendo: Tomai, comei, isto é o meu corpo, que é dado por vós; fazei isto em memória de mim".

"Por semelhante modo, depois de haver ceado, tomou também o cálice, dizendo: Este cálice é o novo testamento no meu sangue, que é derramado por vós, para a remissão dos pecados. Fazei isto, todas as vezes que o beberdes, em memória de mim".

24 Teríamos, assim, ao todo cinco partes para a doutrina cristã inteira. É mister inculcá-las continuamente e exigi-las e fazê-las recitar, palavra por palavra. Não te fies na idéia de que basta o sermão para a juventude aprender e reter 25 essa doutrina. Bem sabidas essas partes, também se podem propor, em seguida, como suplemento e para confirmação, alguns salmos ou alguns hinos, que foram compostos a esse propósito. Destarte se pode introduzir a juventude na Escritura e avançar diariamente.

26 Mas não é bastante que o percebam apenas segundo o fraseado e saibam recitá-lo. Também se enviará a mocidade ao sermão, especialmente no tempo destinado ao Catecismo, para que o ouçam explicado e aprendam a entender o que se encerra em cada parte, de modo que saibam recitá-lo também conforme ouvido e dêem resposta bem certa quando argüidos, a fim de não se 27 pregar a matéria sem proveito e fruto. Pois a razão por que diligenciamos em pregar o Catecismo muitas vezes é incuti-lo na juventude, não de maneira difícil de entender e de forma arguta[32], senão concisamente e com a máxima simpli- 28 cidade, para que lhes penetre bem no ânimo e se fixe na memória. Por isso, vamos tomar, agora, uma após outra, as partes de que se fez menção, e delas falar, com toda clareza, o quanto for necessário.

PRIMEIRA PARTE: DOS MANDAMENTOS

Primeiro Mandamento

NÃO TERÁS OUTROS DEUSES

1 Isto é: considerarás somente a mim como teu Deus. Que significa isso e 2 como se deve entendê-lo? Que significa ter um Deus, ou, que é Deus?[33] Resposta: Deus designa aquilo de que se deve esperar todo o bem e em que devemos refugiar-nos em toda apertura. Portanto, ter um Deus outra coisa não é senão confiar e crer nele de coração. Repetidas vezes já disse que apenas o confiar e 3 crer de coração faz tanto Deus como ídolo. Se é verdadeira a fé e a confiança,

[32] *Nicht hoch noch scharf.* Vid. Catecismo Maior, Mandamentos, I, 23, nota em "erudito".

[33] A essa formulação ("Que significa ter um Deus, ou, que é Deus?") Gerhard Ebeling dedica um longo comentário: "Was heisst ein Gott haben oder was ist Gott?" – Bemerkungen zu Luthers Auslegung des ersten Gebots, in *Wort und Glauben*, vol. II, Tübingen, 1969, pp. 287-304.

verdadeiro também é o teu Deus. Inversamente, onde a confiança é falsa e errônea, aí também não está o Deus verdadeiro. Fé e Deus não se podem divorciar. Aquilo, pois, a que prendes o coração e te confias, isso, digo, é propriamente o teu Deus.

Por isso, o sentido desse mandamento é exigir fé genuína e confiança de coração, que vai certeiramente ao verdadeiro e único Deus e se apega exclusivamente a ele. Isso quer dizer tanto como: toma cuidado no sentido de, apenas, eu ser o teu Deus e de forma nenhuma procures outro. Isto é: o que te falta em matéria de coisas boas, espera-o de mim e procura junto a mim, e se sofres desdita e angústia, arrasta-te para junto de mim e apega-te comigo. EU, eu quero dar-te o suficiente e livrar-te de todo aperto. Tão-só não prendas a nenhum outro o coração, nem o deixes em outro descansar. 4

Devo explanar isso algo mais claramente, a fim de que se entenda e perceba a coisa à luz de exemplos cotidianos de comportamento oposto. Há muito quem pensa que tem Deus e o bastante de tudo quando possui dinheiro e bens. Tão inabalável e confiadamente deles se fia e jacta que ninguém lhe vale coisa nenhuma. Eis que tal homem também tem um deus, Mâmon[34] de nome, isto é, dinheiro e bens, em que põe o coração todo. Esse, aliás, é o ídolo mais comum na terra. Quem possui dinheiro e bens sabe-se em segurança, e é alegre e destemido como se estivesse assentado no meio do paraíso. Por outro lado, quem nada possui, duvida e desespera, como se de nenhum Deus tivesse notícia. Pois a gente vai encontrar bem poucas pessoas que estejam de bom ânimo e não se lastimem nem se queixem quando não têm Mâmon. Isto se gruda e adere à natureza até a sepultura. 5 6 7 8 9

Assim, também, aquele que se vangloria de grande erudição[35], inteligência, poder, apreço[36], parentela[37] e honra, e nisso põe sua confiança: esse também tem um deus; não, porém, o Deus verdadeiro e único. Isso, por sua vez, o percebes, quando se torna aparente[38], quão presunçoso, seguro e orgulhoso se é em 10

---

[34] *Mammon.* É termo de curso minguado no tráfego da linguagem teológica portuguesa. O aramaico "mamona" tem três variantes em latim: "mammona", "mammonas" e "mammon". Obsopoeus faz uso da primeira forma, a exemplo da vulgata: *Non potestis servire Deo et Mammonae.* O termo aparece em Mt 6.24 e Lc 16.9,11,13. Almeida RA traduz o grego *mamonas*com "riqueza". A palavra denomina as riquezas consideradas como objeto de culto e como que personificadas em falsa divindade. O dicionário de Laudelino Freire só registra "Mammona": "Designação do deus das riquezas na mitologia fenícia e síria". Também o dicionário que acompanha a enciclopédia *Mirador Internacional* registra apenas "mammona": "1. *Bíblia.* Riqueza material. 2. Personificação da riqueza material como dotada de poder mau ou influência aviltante". *O Pequeno Dicionário de Termos Teológicos*, editado por Lindolfo Weingärtner (Rotermund S. A., São Leopoldo, 1967), não propõe forma portuguesa. Explica: "*Mammon,* palavra aramaica de etimologia incerta: posse, dinheiro. Personificação do poder dominador dos bens terrestres". Também não propõe forma portuguesa a *Grande Enciclopédia Delta Larousse: "Mammon* s. m. Vocábulo de que se serviu Jesus Cristo para designar as riquezas adquiridas injustamente".

[35] *Kunst.* Aqui: *Gelehrsamkeit* ("erudição").

[36] *Gunst.* Erdmann Schott (*Rechtfertigung und Zehn Gebote nach Luther*, p. 26): "Beziehungen".

[37] *Freundschaft.* Götze, *Glossar:* "Gesamtheit der Verwandten".

[38] Acrescentamos as palavras: "quando se torna aparente".

razão desses bens, e quão pusilânime quando inexistem ou deles se é privado. Repito, por isso, que a explicação correta desse ponto é: ter um Deus significa ter algo em que o coração confia inteiramente.

11 Considera, outrossim, o que praticamos e fizemos até agora na cegueira sob o papado. Se alguém estava com dor de dente, jejuava em honra de Santa Apolônia[39]; se temia incêndio, fazia de São Lourenço[40] seu padroeiro; se pestilência, fazia votos a São Sebastião[41] ou São Roque[42], e número incontável de semelhantes abominações, cada qual escolhendo o seu santo, adorando-o e invocando-lhe a ajuda em aperturas. 12 Para cá também pertence a atividade excessivamente grosseira daqueles que fazem pacto com o diabo, a fim de que lhes dê dinheiro a rodo[43], ou lhes ajude em amores, proteja-lhes o gado, recupere-lhes bens perdidos, como fazem, por exemplo, os magos e os bruxos[44]. Pois todos esses põem seu coração e confiança em outra coisa que não no Deus verdadeiro. Nada de bom esperam dele, nem junto a ele o procuram.

13 Assim entenderás com facilidade o que e quanto esse mandamento requer, a saber, o coração todo do homem e a confiança inteira, exclusivamente para Deus e mais ninguém. Para ter Deus – fácil te será inferi-lo – não se pode pegar e contê-lo com os dedos, nem é possível metê-lo em bolsa ou encerrá-lo em cofre. 14 Quando o coração o alcança e lhe adere, isto sim, chama-se apreendê-lo. 15 Mas aderir-lhe com o coração outra coisa não é senão confiar inteiramente nele. Por isso quer desviar-nos de tudo o mais, fora dele, e atrair-nos para si, visto ser o único e eterno bem. É como se dissesse: O que anteriormente procuraste junto aos santos ou confiaste receber do Mâmon ou de qualquer outra coisa, espera-o tudo de mim e considera-me como aquele que te quer ajudar e derramar copiosamente sobre ti tudo o que é bom.

16 Eis que aqui tens o que é a verdadeira honra e culto divino agradável a Deus e por ele ordenado sob pena de ira eterna, a saber, que o coração não conheça outro consolo e confiança senão a ele. E disso não se deixará arrebatar, mas, sim, há de, sobre isso, arriscar e pospor tudo quanto existe na terra. 17 Fácil te será compreender e julgar, em contraste com isso, como o mundo pratica apenas falso culto a Deus e idolatria. Porque jamais um povo foi tão ímpio que não instituísse e observasse algum culto divino. Cada um erigiu em deus especial aquele de quem fiava coisas boas, ajuda e consolo.

18 Assim, por exemplo, aqueles gentios que punham sua confiança em poder e domínio erigiram o seu Júpiter em deus supremo; os outros, que aspira-

---

[39] Mártir do século III. Seus dentes foram quebrados. Considerada, por isso, auxiliadora contra dores de dente.

[40] Diácono e mártir romano, queimado no dia 10 de agosto de 258.

[41] Mártir, morto no dia 20 de janeiro, princípio do século IV(?). Diz-se que foi morto a flechadas.

[42] 1295-1327, de Montpellier. Dedicou-se às vítimas de peste. Sua morte é comemorada no dia 16 de agosto.

[43] *Geld gnug. Gnug,* na época, era usado no sentido de abundantemente, à farta. Texto lat.: *ut eos ampliter ditaret* ("para que os enriquecesse copiosamente").

[44] *Zäuberer und Schwarzkünstige* (= Schwarzkünstler).

vam a riqueza, felicidade ou prazer e dias bons, a Hércules, Mercúrio, Vênus ou outros; as mulheres grávidas a Diana ou Lucina, e assim por diante. Cada qual erigia em deus para si aquilo a que o atraía o coração. De sorte que, realmente, também na opinião de todos os pagãos ter um deus quer dizer confiar e crer. O erro, porém, está em que seu confiar é falso e errado, porquanto não se dirige ao único Deus, além do qual, na verdade, não há Deus, nem no céu, nem na terra. Por isso, os gentios, efetivamente, transformam sua própria fantasia e sonho a respeito de Deus em ídolo e fiam no puro nada. É o que se dá com toda a idolatria. Pois ela não consiste apenas em erigir uma imagem e adorá-la, mas, principalmente, num coração que pasma a vista em outras coisas e busca auxílio e consolo junto às criaturas, santos ou diabos, e não faz caso de Deus, nem espera dele este tanto de bem: que ele queira ajudar. Também não crê que procede de Deus o que de bem lhe sucede. 19 20 21

Existe, além disso, outro culto falso. Trata-se da maior idolatria que até agora praticamos, e ela ainda impera no mundo. Nela, também se fundamentam todas as ordens religiosas. Diz respeito apenas à consciência, quando essa procura ajuda, consolo e salvação em suas próprias obras e presume de forçar a Deus a lhe abrir as portas do céu, e calcula quantas doações fez, o número de vezes que jejuou, rezou missa, etc. Nessas coisas põe sua confiança e delas se abona, como se nada quisesse receber gratuitamente de Deus, mas obtê-lo por esforço próprio ou merecê-lo de modo supererrogatório, exatamente como se Deus tivesse de estar a nosso serviço e ser nosso devedor, nós, porém, os seus senhores feudais. Que é isso senão fazer de Deus um ídolo, sim um deus-maçã[45], e a si mesmo reputar-se Deus e em tal se erigir? Mas isso aí é um tanto erudito demais[46], impróprio para alunos de pouca idade. 22 23

---

[45] *Apfelgott*. Texto lat.: *Quid hoc aliud et quam ex eo ficulnum simulacrum aut pomarium (quod ajunt) Herculem facere...* Comenta J. T. Müller (*Die symbolischen Bücher der evangelisch-lutherischen Kirche*, p. 857): "Portanto, no sentido de pseudodeus [*Aftergott*], esculpido em madeira de macieira, como os antigos o entalham em madeira de figueira". O autor remete a um texto de Horácio (*Satirae* I 8,1-3), transcrevendo-o. BSLK (p. 565, nota 7) também transcreve o texto. BSLK (p. 565, nota 2) indaga se *Apfelgott* (deus-maçã) não será uma forma alterada de *Aftergott* (pseudodeus). "Pomona" é o que propõe a edição de Henry Eister Jacobs (*The Book of Concord*, Philadelphia, The United Lutheran Publication House, 1911, p. 393).

[46] *Ein wenig zu scharf.* Gerhard Bellinger (*Der Katechismus Romanus und die Reformation*, p. 104) entende que Lutero usa *scharf*, aqui, no sentido de *streng*.Escreve ele: "Mit solch scharfen Worten, von denen M. Luther selbst meinte: 'aber das ist ein wenig zu scharf, gehöret nicht für die jungen Schüler', werden die Frömmigkeitsformen der alten Kirche verurteilt". Parece, entretanto, que a intenção de Lutero é dizer que a discussão é um tanto sutil, arguta ou erudita demais para alunos de pouca idade, não que a crítica é demasiadamente rude ou severa. BSLK (p. 565, nota 3, que remete à p. 559, nota 8) interpreta como *gelehrt* – erudito.Assim também Otto Clemen (*Luthers Werke in Auswahl*, vol. 4, p. 7, nota 5, que remete à p. 4, nota 16) e ed. *Calwer* (vol. 1, p. 26). Kurt Aland (*Luther Deutsch*, vol. 3, p. 23) interpreta de maneira semelhante: *ein wenig zu hoch* ("um tanto elevado"). Obsopoeus: *Sed haec acutiora sunt.* Cf. também BSLK (p. 701, linha 35): *Das ist nu wohl ein wenig scharf* (*hoc quidem aliquanto est acutius*) e BSLK (p. 1050, linha 4), sermão de Lutero sobre o *descensus ad inferos*: *Ich will aber diesen Artikel nicht hoch und scharf handeln.* Acima, Catecismo Maior, Prefácio II, 27, onde Lutero usa a expressão do sermão (*nicht hoch noch scharf*), Obsopoeus traduz *scharf*, com *alto ingenii acumine.* Em Batismo (p.701, nota 5), dá "scharfsinnig" para "scharf".

24 Todavia, a fim de notarem e reterem bem o sentido desse mandamento, diga-se aos simples este tanto: deve confiar-se exclusivamente em Deus e dele prometer-se e esperar apenas coisas boas. Pois é ele quem nos dá corpo, vida, comida, bebida, nutrição, saúde, proteção, paz e todo o necessário em bens temporais e eternos. Além do que nos preserva de infortúnios e, quando algo nos sobrevêm, ele nos salva e liberta. De forma que só Deus – conforme bastantemente se disse – é aquele de quem se recebe todo o bem e por quem se é
25 livrado de todo infortúnio. A meu ver, essa também é a razão por que nós, alemães, desde tempos antigos, designamos a Deus precisamente com esse nome[47] – mais fina e apropriadamente[48] que qualquer outra língua – da palavra "gut"[49], por ser ele fonte eterna que transborda de pura bondade e do qual mana tudo o que é e se chama bom.

26 Pois, ainda que, de resto, muita coisa boa nos venha de homens, todavia, é receber de Deus tudo quanto se recebe por seu mandado e ordem. Nossos pais e todas as autoridades e, a mais disso, cada um relativamente ao seu próximo têm ordem de nos fazerem toda sorte de bem. De maneira que não o recebemos deles, senão de Deus, por intermédio deles. As criaturas são apenas a mão, o canal e o meio através de que Deus tudo concede, assim como dá seios e leite à mãe para dá-los à criança e dá grãos e toda espécie de frutos da terra para alimentação. Criatura nenhuma pode produzir, por si mesma, um só que seja
27 desses bens. Homem algum se atreva, por isso, a tomar ou a dar algo, a menos que Deus o haja ordenado, a fim de reconhecermos que são dádivas de Deus e por elas lhe darmos graças, conforme o exige esse mandamento. Razão por que também não se rejeitarão esses meios de receber bens através das criaturas, nem se procurarão, presunçosamente, maneiras e caminhos diversos dos que Deus ordenou. Isso não seria receber Deus, senão procurar de si mesmo.

28 Atente, pois, cada qual em si mesmo, para que esse preceito seja magnificado e exaltado acima de todas as coisas e não seja levado de galhofa[50]. Inquire e esquadrinha o teu próprio coração miudamente. Descobrirás, então, se se apega ou não com Deus apenas. Se tens um coração que é capaz de esperar somente coisas boas de Deus, especialmente em aflições e penúria, e que, a mais disso, sabe renunciar e abandonar tudo o que não é Deus, então tens o único e verdadeiro Deus. Se, inversamente, o coração se apega em outra coisa, de que se promete, a título de consolo, mais bem e socorro que de Deus, e se, ao se encontrar situação desesperadora, foge dele em vez de para ele refugir, então tens um outro deus, um ídolo.

---

[47] Isto é, *Gott* ("Deus").

[48] *Feiner und artiger.*

[49] Bom. Informa E. Wolf (BSLK, p. 565, nota 6) que as duas palavras não estão ligadas etimologicamente.

[50] *In keinen Scherz schlagen.* Isto é, "nichts als Scherz aufnehmen", "nicht in den Wind schlagen". Em latim: *neque jocum esse existimet* ("e não pense tratar-se de brincadeira").

29 A fim de que se advirta, por conseguinte, que Deus não quer ver isso tratado de resto[51], porém, seriamente, quer velar no seu cumprimento, juntou ao preceito, primeiro, uma terrível ameaça, em seguida, uma bela e confortadora promessa, que também se devem inculcar bem e, nelas, martelar junto à mocidade, para que as tome a peito e as lembre.

EXPLICAÇÃO DO APÊNDICE AO PRIMEIRO MANDAMENTO

30 "Porque eu sou o SENHOR teu Deus, Deus zeloso, que visito a iniqüidade dos pais nos filhos até à terceira e quarta geração daqueles que me aborrecem, e faço misericórdia até mil gerações daqueles que me amam e guardam os meus mandamentos"[52].

31 Ainda que essas palavras, conforme veremos adiante, se refiram a todos os mandamentos, foram juntadas, contudo, a esse mandamento, que encabeça os demais, porque é da máxima importância que o homem tenha a cabeça no lugar. Pois onde a cabeça está no caminho acertado, a vida inteira deve estar no caminho certo, e vice-versa. 32 Aprende, pois, dessas palavras o quanto Deus está irado contra os que confiam em qualquer coisa fora dele. E, inversamente, quão bondoso e gracioso é para com aqueles que confiam e crêem de todo coração nele somente. A ira não cessa até a quarta geração ou grau; o favor ou a bondade, por outro lado, estende-se a muitos milhares, 33 não suceda que a gente vá andando em segurança e se entregue aos jogos da fortuna, como os corações agrestes, que pensam não ser a coisa lá de grande importância. 34 Ele é um Deus que não deixa sem vingança o desviar-se alguém dele, e não cessa de estar irado até à quarta geração, até extirpá-los de todo. Por isso quer ser temido e não desprezado.

35 Isso também o demonstrou em todas as histórias e acontecimentos, conforme no-lo indica amplamente a Escritura e como, ainda, o pode ensinar a experiência diária. Desde o princípio, inteiramente, extirpou toda a idolatria e, por causa dela, tanto a gentios como a judeus. Da mesma forma, também derriba, em nossos dias, todo culto falso, de tal sorte que quantos neles permanecerem terão de perecer, afinal. 36 Portanto, embora ao presente se encontrem panças soberbas, poderosas e ricas, que, desafiadoramente, blasonam de seu Mâmon[53], sem cuidarem de saber se Deus está fuzilando ou sorrindo[54], como gente que confia de si poder suportar-lhe a cólera, não o levarão a termo. Naufragarão, ao contrário, repentinamente, com tudo aquilo em que confiaram. Como soçobraram todos os outros, que, talvez, se hajam julgado ainda mais seguros e poderosos.

---

[51] *Solches nicht will in Wind geschlagen haben.* Interpretamos, aqui, (tratar de resto, desprezar, fazer pouco caso de) como Obsopoeus: *Ut videamos...Dei voluntatem non esse, ut hoc suum praeceptum habeatur contemptui.*

[52] Êx 20.5,6.

[53] Mâmon, Mamon, Mâmone ou Mamona. Vid. nota em Catecismo Maior, Mandamentos, I, 6.

[54] *Ungeachtet Gott zürne oder lache.*

37 Exatamente por causa de tais cabeças-dura[55], os quais imaginam que Deus, visto limitar-se ao papel de mero espectador e permitir continuem solidamente plantados, ignora tudo a respeito ou não se interessa no caso, precisamente por isso, Deus tem de golpear e castigar de maneira tão dura, a ponto de não poder esquecê-lo até aos filhos dos seus filhos, a fim de todos estacarem e 38 verem que a coisa não lhe é brincadeira. E é a esses que ele tem em mente ao dizer: "os que me aborrecem", isto é, aqueles que persistem na sua insolência e soberba. O que se lhes prega ou diz, não o querem ouvir; quando são repreendidos, para que se conheçam a si mesmos e se emendem antes de principiar o castigo, ficam doidos e fora de si, pára merecerem a ira justamente. É o que, agora, observamos todos os dias no caso de bispos e príncipes.

39 Mas, por terríveis que sejam essas palavras de ameaça, muito mais poderoso é o consolo existente na promessa de que os que se apegam exclusivamente a Deus podem estar certos de que ele quer mostrar-se misericordioso para com eles, isto é, demonstrar, puramente, coisas boas e benefícios, não só neles, mas, 40 também, nos seus filhos, até mil e outra vez mil gerações. Isso, por certo, nos deveria mover e impelir a esperar em Deus de coração, com toda a confiança, se desejamos receber todo o bem no tempo e na eternidade, porquanto a alta Majestade vem tanto assim ao nosso encontro, nos estimula tão cordialmente e nos faz promessas tão ricas.

41 Que o coração de cada qual se penetre, portanto, seriamente disso, não suceda a gente considerar isso como se tivesse sido falado por homem. Pois que isso te rende ou eterna bênção, felicidade e salvação, ou eterna ira, desgraça e pesar. Que mais quererias ter ou desejar do que isso de ele, tão afetuosamente, prometer-te que será teu com tudo o que há de bom e que te protegerá e 42 ajudará em toda apertura? A falha está em que o mundo não acredita em nada disso nem o considera como Palavra de Deus. Porque o mundo vê que aqueles que confiam em Deus e não em Mâmon passam por aflições e apertos e o diabo se lhes opõe e os obstaculiza, de maneira que não têm dinheiro, nem favor, nem honra e, além disso, mal se conservam em vida. Por outro lado, os que servem a Mâmon[56] têm poder, estima, honra, bens e toda segurança aos olhos do mundo. Razão por que é preciso se entenda que essas palavras se dirigem precisamente contra aquela falsa aparência e se saiba que não mentem nem enganam, senão que, inelutavelmente, se mostrarão verdadeiras.

43 Recua tu mesmo ao passado ou indaga a respeito e dize-me depois: que alcançaram, ao cabo de contas, aqueles que empataram toda a sua solicitude e diligência em amontoar muito dinheiro e bens? Verás que sua fadiga e trabalho ficaram perdidos, ou, posto hajam acumulado grandes tesouros, esses, contudo, se pulverizaram e esvaneceram, de forma que eles mesmos nunca fruíram prazerosamente de seus bens e, depois deles, os bens não chegaram até 44 aos herdeiros de terceira geração[57]. Disso encontrarás exemplos bastantes em

---

[55] *Harten Köpfe.*

[56] Vid. acima, Catecismo Maior, Mandamentos, I, 6, nota em "Mâmon".

[57] Isto é, não chegaram aos bisnetos. De um provérbio do baixo latim repetidas vezes usado por Lutero: *De male quaesitis non gaudet tertius heres* ("Em coisas mal adquiridas não se deleita o herdeiro de terceira geração").

todos os livros de história, também, nas recordações de pessoas adiantadas em anos e experimentadas. Apenas trata de inspecioná-las e atenta nelas. Saul foi um grande rei, escolhido por Deus, e homem às direitas. Quando, porém, esteve firmemente entronizado[58] e permitiu que seu coração declinasse[59] e se prendeu à sua coroa e poder, teve de perecer com tudo o que tinha, de tal sorte que também de seus filhos nenhum ficou[60]. Davi, por outro lado, era homem pobre, desprezado, posto em fuga e acossado, de modo que em parte nenhuma se sentia seguro quanto à sua vida. Estava decretado, contudo, que fosse preservado de Saul e se tornasse rei[61]. Pois essas palavras tinham de ficar de pé e demonstrar-se verdadeiras, porquanto Deus não pode mentir nem enganar. Deixa, simplesmente, para o diabo e o mundo isso de te enganarem com sua aparência[62], que, deveras, permanece por algum tempo, mas, afinal, termina em nada. 45 46

Conseqüentemente, aprendamos bem o primeiro mandamento, a fim de que vejamos isto: Deus não quer tolerar nenhuma presunção e nenhuma confiança em qualquer outra coisa[63] e não exige de nós coisa maior do que uma confiança cordial que dele espera[64] todo o bem, de forma que sigamos o nosso caminho reta e direitamente e usemos de todos os bens que Deus nos dá exatamente como o sapateiro faz uso de agulha, sovela e fio para o trabalho, pondo-os de lado em seguida, ou como o hóspede se vale de hospedaria, alimentação e cama apenas para necessidade temporária. Assim proceda cada qual em seu estado, segundo a ordem de Deus, e não permita lhe seja alguma dessas coisas senhor ou ídolo. 47

Baste isso quanto ao primeiro mandamento. Foi necessário explicá-lo minudenciosamente[65] por se tratar do mais importante[66]. Pois, conforme ante- 48

---

[58] *Da er eingesessen war*

[59] Cf. 1 Sm 15.11.

[60] Cf. 1 Sm 10,15,16,31; 2 Sm 4.

[61] Cf. 1 Sm 18 a 2 Sm 2.

[62] O humanista Vincentius Obsopoeus, que fez a primeira tradução latina do Catecismo Maior, não entendendo a recomendação espirituosa de Lutero, acrescentou uma negativa: *Tantum vide, ne diabolus et mundus hac sua splendida facie... tibi imprudenti imponant.* Procedeu-se da mesma forma no Livro de Concórdia alemão de 1580: *Lasse dich nur.. nicht betriegen.*Também na edição latina de 1584. E, assim, na maioria das edições modernas. Em todas as edições mais antigas do Catecismo Maior falta o "nicht".

[63] *Auf einig (= irgendein) ander Ding.*

[64] Acrescentamos as palavras: "que dele espera".

[65] *Ausstreichen.*

[66] *Weil daran allermeist die Macht liegt.* Texto lat.: *quando summa et caput totius pietatis in eo vertatur.* Para uma análise da importância atribuída por Lutero ao primeiro mandamento, vid., p. ex., Paul Althaus, *Theologische Aufsätze*, vol. II, Gütersloh, 1935, capítulo I,1: "Die Stellung des ersten Gebotes in Luthers Theologie" (pp. 1-11).

riormente ficou dito[67], onde o coração está bem-avindo com Deus e onde se guarda esse mandamento, aí o cumprimento dos demais se segue por si[68].

Segundo Mandamento[69]

49 **NÃO TOMARÁS EM VÃO O NOME DE DEUS**

50 Assim como o primeiro mandamento instruiu o coração e ensinou a fé, assim este mandamento nos conduz para fora e põe a boca e a língua na relação correta para com Deus. Porque a primeira coisa que brota do coração e se manifesta são as palavras. Como acima[70] ensinei de que maneira se responde à pergunta sobre o que significa ter Deus, assim também te cumpre aprender a inteligir, singelamente, o sentido deste e dos demais mandamentos e aplicá-lo 51 a ti. Quando, pois, se pergunta: "Como entendes o segundo mandamento?" ou: "Que significa tomar o nome de Deus em vão, ou mal-usá-lo?", responde, com toda a concisão, assim: "Abusar do nome de Deus quer dizer pronunciar o nome do Senhor Deus, seja qual for a maneira, para fins de mentira ou vício de qualquer espécie". O que se ordena aqui, portanto, é não invocar o nome de Deus falsamente, ou proferi-lo em casos nos quais o coração bem sabe, ou deveria saber, que a verdade é outra, como sucede entre os que prestam juramen-52 to em juízo e uma parte, em seguida, mente contra a outra. Pois não existe abuso mais grave do nome de Deus que o de valer-se dele para mentir e ludibriar. Recebe isso como explicação clara e o mais simples sentido desse mandamento.

53 Partindo daí, pode cada um calcular facilmente quando e de quão variadas maneiras se mal-usa o nome de Deus, ainda que não seja possível enumerar todos os abusos. Digamos, porém, para discuti-lo sucintamente, que todo abuso do nome divino ocorre em primeira linha em negócios e coisas seculares referentes a dinheiro, bens e honra, quer publicamente, no tribunal, no mercado ou alhures, onde se jura e perjura no nome de Deus ou pela alma. E isso é especialmente assaz comum em matéria de casamento, quando duas pessoas contra-54 tam casamento secretamente e, depois, o desmentem sob juramento. Mas esse abuso alcança sua freqüência máxima em coisas espirituais, que dizem respeito à consciência: quando se levantam falsos pregadores e impingem sua

---

[67] Acima, Mandamentos, I, 31.

[68] *So gehen die andern alle hernach.* Vid. Erdmann Schott ("Glaube und Rechtfertigung nach Luthers Lehre", conferência de 1964, publicada em *Taufe und Rechtfertigung in kontroverstheologischer Sicht*): "A fé tanto é o único recipiente da salvação, como também o único cumprimento dos mandamentos de Deus". O autor apresenta em nota (43): "Por isso Lutero diz, a respeito do primeiro mandamento, por ele entendido como mandamento de fé: "Wo das Herz wohl mit Gott dran ist und dies Gebot gehalten wird, so gehen die anderen alle hernach" (p. 44).

[69] Sobre a proibição da feitura e adoração de imagens como segundo mandamento, vid. Catecismo Menor I, Os Dez Mandamentos, nota em "O Segundo".

[70] Vid. acima, Mandamentos, I, 2.

frioleira mentirosa[71] por palavra de Deus. Ora, tudo isso é ataviar-se com o nome de Deus e querer embelezar-se e ter razão, quer suceda em rasteiras questões do século, quer em alta e sutil matéria de fé e doutrina. E no número dos mentirosos também se devem contar os blasfemadores[72], não apenas os totalmente grosseiros, bem conhecidos de todos e que sem reverência profanam o nome de Deus (o lugar deles não é nossa escola, mas a do carrasco), senão também os que, publicamente, ultrajam a verdade e a Palavra de Deus e a encomendam ao diabo. Não é preciso que nos alarguemos mais nisso agora. 55

Aprendamos, pois, aqui, e penetre-nos o coração quanta importância esse mandamento tem, a fim de, com a máxima diligência, nos acautelarmos e temermos de toda e qualquer sorte de abuso do santo nome como do maior pecado que se pode, exteriormente, cometer. Mentir e enganar, já em si, é grande pecado; torna-se, porém, muito mais grave quando tentamos justificá-lo e nos socorremos, para confirmação, do nome de Deus e tomamos a esse por manto. Assim, uma mentira se faz em dupla mentira e, com efeito, em mentira múltipla. 56

Por isso, Deus acrescentou a esse mandamento uma séria ameaça, que diz o seguinte: "Porque o Senhor não terá por inocente o que tomar o seu nome em vão"[73]. Isto é, a ninguém se há de relevá-lo, nem passará impunemente. Assim como não deixará sem vingança o desviar-se dele o coração, da mesma forma não há de tolerar que se lance mão do seu nome para enfeitar mentiras. Acontece que, infelizmente, é calamidade generalizada no mundo inteiro ser o número dos que não fazem uso do nome de Deus para mentiras e toda espécie de impiedades tão pequeno quanto é diminuto o número dos que, de coração, confiam em Deus somente. 57 58

Por natureza, todos temos a bela virtude graças à qual, perpetrado um mau feito, bem quiséramos encobrir e disfarçar nossa vergonha, para que ninguém veja a desgraça ou dela tome conhecimento. Ninguém é tão impudente que chegue a fazer gala diante de todo o mundo da maldade praticada. Todos preferimos fazê-lo em segredo a ver que se deu pela coisa. E se alguém é chamado às contas, é Deus quem tem de pagar com seu nome e transfigurar a velhacaria em piedade e a infâmia em honra. Esse é o curso comum do mundo. À semelhança de grande dilúvio, alagou todos os países. Razão por que recebemos em paga aquilo que procuramos e merecemos: peste, guerra, carestia, incêndios, inundações, mulheres, filhos e empregados ruins, e toda sorte de males. De onde, se não daí, viria tanta miséria? Ainda é graça enorme o fato de a terra nos carregar e alimentar. 59 60

Acima de tudo, deve-se, por conseguinte, instar e acostumar seriamente os jovens a que tenham esse e os outros mandamentos diante de si em alta reverência. E quando transgridem, cumpre estejamos atrás deles, imediatamente, com a vara e lhes ponhamos o mandamento ante os olhos e o inculquemos 61

[71] *Lügentand.*

[72] *Lästermäuler.* O contexto sugere a tradução de Obsopoeus: *blasphematores.*

[73] Êx 20.7.

sem cessar, para educá-los, assim, não apenas com castigos, mas na reverência e no temor de Deus.

62 Entendes, agora, o que significa abusar do nome de Deus, a saber – para repeti-lo bem concisamente –, ou simplesmente para agüentar mentiras e afirmar em seu nome algo que não confere, ou a fim de amaldiçoar, jurar, praticar a feitiçaria, em suma: cometer o mal, da maneira como nos for possível.
63 Além disso, é necessário que saibas como se faz uso acertado do nome de Deus. Pois, com a palavra em que diz: "Não tomarás em vão o nome de Deus", dá a entender que se deve usá-lo corretamente, pois que nos foi revelado e
64 dado exatamente para constante uso e proveito. Segue-se, logo, por si mesmo: visto que aqui se proíbe fazer uso do santo nome em apoio de mentira ou impiedade, ordena-se, por outro lado, usá-lo para a verdade e todo o bem. Assim, por exemplo, quando se jura acertadamente onde for preciso e exigido. Da mesma forma, quando se ensina corretamente. Ainda, quando se invoca o nome em aperturas, se lhe rende louvor e graças em tempos dourados, etc. Tudo sumariado e preceituado na passagem Sl 50[74]: "Invoca-me no dia da angústia: eu te livrarei, e tu me glorificarás". Tudo isso é invocá-lo a serviço da verdade e usá-lo abençoadamente. E, destarte, seu nome é santificado, como reza o Pai-Nosso.

65 Tens, assim, explicada a suma de todo esse mandamento. E, partindo dessa maneira de entendê-lo, facilmente se resolve a questão com que se torturaram muitos doutores: por que, no evangelho, se proíbe jurar, não obstante
66 Cristo, São Paulo e outros santos haverem jurado freqüentes vezes. O sentido, em poucas palavras, é o seguinte: não se deve jurar em apoio do mal, isto é, para sustentar mentira, e onde não for necessário nem útil. Para o bem, todavia, e em benefício do próximo, deve jurar-se. É obra justa, boa, com que Deus é louvado, a verdade e a injustiça confirmadas, a mentira refutada, pessoas reconciliadas, obediência rendida e litígios compostos. Pois aqui, o próprio
67 Deus intervém e separa a justiça da injustiça, o mau do bom. Se uma das partes jurar falso, está sentenciada: não escapará do castigo. E ainda que demore, nada lhes há de suceder bem. Tudo quanto lucrarem com o perjúrio, derreter-
68 se-lhes-á por entre as mãos e jamais virá a ser alegremente fruído. É o que tenho visto no caso de muitos que desmentiram sob juramento sua promessa matrimonial: depois disso não conheceram uma hora feliz ou um dia de saúde e, assim, pereceram miseravelmente, de corpo e alma, juntamente com os seus bens.

69 Razão por que volto a dizer e admoestar que, mediante advertência e dissuasão[75], refreamento e castigo, trate-se de habituar as crianças, em tempo, a que se temam da mentira e, particularmente, da invocação do nome de Deus para aboná-lo. Pois quando se permite que sigam rolando por aí a seu grado, nada de bom resulta, como hoje está diante dos nossos olhos: o mundo anda

---

[74] Sl 50.15.

[75] *Schrecken*. Obsopoeus: *deterrere* ("dissuadir"). Ed. Tappert: "threat". Ed. de *Jacobs*: "terror". Metzger, Ed. *Calwer*: "abschrecken".

pior que nunca, e não há autoridade, nem obediência, nem fidelidade, nem fé, senão apenas gente atrevida e rebelde em que nenhum ensino e repreensão produzem resultado[76]. Tudo isso é ira e castigo de Deus em razão desse propositado desprezo do mandamento. Em segundo lugar, se há de impelir e animar as crianças a que, por outro lado, honrem o nome de Deus e sempre o tragam nos lábios em tudo quanto lhes possa acontecer e cair sob a vista. Pois a honra verdadeira ao nome de Deus consiste em esperar dele todo consolo e implorar-lho, por modo tal, que, conforme acima ouvimos, primeiro, o coração dê a Deus, pela fé, a honra que lhe é devida, depois, a boca faça a mesma coisa mediante confissão. 70

Isso também é hábito salutar e proveitoso e mui eficaz contra o diabo, que sempre anda em torno de nós, emboscando-se para induzir-nos em pecado e vergonha, calamidade e aflição. Muito, porém, lhe desagrada ouvir o nome de Deus proferido e invocado de coração e não consegue demorar-se quando o fazemos. E muita desgraça terrível e horripilante nos sobreviria, se Deus não nos preservasse em virtude da invocação do seu nome. Eu mesmo tenho posto a prova e bem experimentei como em tal invocação, muitas vezes, uma repentina e grande desgraça imediatamente se desviou e se sumiu. Para vexação do diabo[77], digo, deveríamos trazer o santo nome constantemente nos lábios, a fim de que o diabo não possa causar dano, como bem quisera. 71 72

Também é de valia para isso adquirir o hábito de encomendar-se diariamente a Deus, alma e corpo, mulher, filhos, empregados, e tudo o que temos, contra toda necessidade que possa ocorrer. Daí também haverem surgido e perdurarem o *Benedicite*, o *Gratias* e outras preces de bênção matutinas e noturnas. Igualmente, daí, o costume de as crianças se benzerem quando vêem ou ouvem algo de assombroso e terrível e dizerem: "Valha-me Deus", "Socorro, meu bom Jesus", e tais. Da mesma forma, em caso contrário, quando, inesperadamente, nos acontece alguma coisa boa, por insignificante que seja, e a gente diz: "Graças a Deus, isso me vem de Deus", etc. Assim como antigamente as crianças foram habituadas a honrar com jejum e rezar a São Nicolau e a outros santos. Isto seria mais aceitável e grato a Deus do que qualquer vida monástica e santidade cartusiana[78]. 73 74

Eis que, assim, poderíamos educar os jovens, de maneira infantil e a brincar, em temor e honra de Deus, de forma tal que o primeiro e o segundo 75

---

[76] O tradutor latino diz que no trabalho de ensinar e repreender a essas pessoas *oleum et opera periit* ("gastou-se em vão o azeite e o trabalho"). Esta locução alude a trabalhos noturnos e significa que foi sem proveito tudo o que se fez. Cf., v. g., Cícero, *Epistulae ad Atticum*, II,17,1: *ne et oleum et opera perierit.* "Perder o tempo e o efeito" ou "perder o seu latim" seriam duas maneiras de dizê-lo em português.

[77] *Dem Teufel zu Leid.*

[78] A Cartuxa é ordem religiosa contemplativa, eremítica e cenobítica (membros entregues ã oração, afastados do mundo, em habitações de monges), fundada por Bruno de Colônia, em 1084, num sítio ermo dos Alpes chamado La Grande Chartreuse (latinamente *Carthusia,* de onde o nome da ordem), nas cercanias de Grenoble, França. Lutero, freqüentes vezes, cita a Cartuxa como exemplo de ordem especialmente austera. Abstinência total da carne, silêncio quase completo, trabalho manual, oração, estudo.

mandamentos estivessem em pleno funcionamento e constante exercício. Então, sim, algo de bom poderia deitar raízes, brotar e frutificar, de arte tal, que se desenvolvesse uma gente que pudesse constituir-se em proveito e alegria de
76 todo um país. Seria essa também a maneira acertada de bem educar as crianças, desde que[79] se possa acostumá-las mediante bondade e divertimento. Pois quando se tem de forçar algo exclusivamente com varas e às bordoadas, coisa boa não resulta. E na melhor das hipóteses continuam direitos apenas enquan-
77 to o pau ameaça cantar-lhes no lombo. O outro método, porém, arraiga as coisas no coração, de forma que mais se teme a Deus do que a varas e ripas. Digo tudo isso de maneira tão singela em benefício da juventude, para que lhes penetre a alma. Pois quando pregamos a crianças, também devemos lalar[80] com elas. Assim evitamos o abuso do nome divino e ensinamos o uso correto – que não consistirá somente em palavras, senão também no fazer e viver –, a fim de saber-se que isto muito agrada a Deus e que ele quer galardoá-lo tão ricamente, quão terrivelmente quer punir aquele abuso.

Terceiro Mandamento

78 SANTIFICARÁS O DIA DE DESCANSO

79 Chamamos esse dia de *Feiertag*[81] pela palavra hebraica *sabbath*, que, propriamente, significa *feiren*[82], isto é, cessar de trabalhar. Daí, costumarmos
80 dizer *Feierabend machen* ou *heiligen Abend geben*[83]. Acontece que, no Antigo Testamento, Deus separou o sétimo dia, instituindo-o por dia de repouso e ordenando fosse santificado acima dos demais. E, no respeitante a essa observância exterior, o mandamento foi dado apenas para os judeus. Cumpria-lhes interromper trabalhos rudes e descansar, a fim de que homens e animais pu-
81 dessem refazer-se e não se debilitassem com labores ininterruptos. Verdade que, posteriormente, deram-lhe uma interpretação demasiadamente estreita e abusaram do preceito grosseiramente, a ponto de que maldisseram e não puderam tolerar, em Cristo, obras que eles mesmos praticavam em dia de sábado,

---

[79] *Weil*. Pode significar porque, desde que, enquanto. Cf. Götze, *Glossar.* BSLK recomenda "solange man". Texto lat.: *quando.*Metzger, ed. *Calwer:* "weil".

[80] *Lallen*. "Balbuciar" seria uma tradução autorizada. O verbo "lalar", em português, designa o ato de cantar para adormecer as crianças. Assim mesmo resolvemos usá-lo aqui, no sentido de balbuciar, por causa de sua maior expressividade. Temos o substantivo "lalação", que designa a balbuciação própria das crianças de peito e das que começam a falar, uma "espécie de pré-linguagem, na qual a criança começa a emitir sons semiarticulados sem significação" (Armand Cuvillier, *Vocáb. de Filos.*).

[81] Dia de descanso.

[82] Isto é, *feiern*, "feriar, interromper o trabalho, descansar". A palavra alemã "feiern" também significa celebrar (uma festa), solenizar, observar, etc.

[83] *Feierabend machen* quer dizer fazer ou observar um feriado. *Heiligen Abend geben* é conceder um feriado, deixar que se faça um *Feierabend.* Originalmente, o "heiliger Abend" da expressão acima *(heiligen Abend geben)* era o "Vorabend", a véspera de uma festa. No alemão de hoje, usa-se "heiliger Abend" apenas para designar a véspera do Natal.

conforme se lê no Evangelho[84]. Como se o mandamento estivesse cumprido com isso de nos abstermos de toda obra externa. Ora, tal não foi o escopo do preceito. Mirava, em derradeira análise, isto sim, a que santificassem o dia santo ou de descanso[85], conforme ouviremos.

82 Em vista disso, este mandamento, entendido grosso modo, em seu sentido de superfície[86], não concerne a nós, cristãos. Pois que é coisa inteiramente externa, ligada, como outras ordenanças do Antigo Testamento, a costumes, pessoas, tempos e lugares especiais[87]. De todas nos desobrigou, agora, o Cristo. 83 Mas, a fim de sacar para as pessoas singelas uma compreensão cristã do que Deus de nós exige neste mandamento, nota o seguinte: guardamos dias santos não por causa de cristãos inteligentes e instruídos, que esses o desnecessitam. Fazemo-lo, porém, primeiramente, também por motivos e precisões de ordem corporal. A natureza ensina e requer para as massas ordinárias, para a criadagem que, ao longo da semana toda, cuidou de seus afazeres e negócios, que se retirem também por um dia para descanso e restauração. 84 Em segundo lugar, e acima de tudo, fazemo-lo para que, em tal dia de descanso – já que de outro modo não se consegue a coisa – se tome lugar e tempo a fim de participar do culto divino, isto é, reúnam-se as pessoas com o objetivo de ouvir e tratar a palavra de Deus e, depois, louvar a Deus, cantar e rezar.

85 Isso, porém, digo, não está preso a um tempo, como entre os judeus, de modo que tivesse de ser exatamente esse ou aquele dia, pois, em si, um não é melhor que outro. Mas deveria acontecer, na verdade, todos os dias. Todavia, como isso é mais do que pode o grosso[88] da gente, é preciso reservar para essa finalidade pelo menos um dia da semana. Porquanto, desde a antigüidade, estabeleceu-se o domingo para esse propósito, cumpre que fiquemos com ele, para

---

[84] Cf. Mt 12.1-13; Mc 2.23-28; 3.2-4; Lc 6.1-10; 13.10-17; 14.1-6; Jo 5.9-18; 7.22,23; 9.14-16.

[85] *Feier- oder Rugetag* (=Ruhetag). Trata-se de um par de sinônimos. Ao traduzir o terceiro mandamento em alemão, Lutero empregou o primeiro deles.

[86] No original: *Nach dem groben Verstand.*

[87] Cf. o escrito de Lutero *Wider die himmlischen Propheten von den Bildern und Sakrament* ("Contra os profetas celestiais, das imagens e do Sacramento") – ano de 1525 (WA 18,81,7-17): *Darum ist bilderey und sabbath und alles, was Moses mehr und uber das naturlich gesetze hat gesetzt, weyl es naturlich gesetz nicht hat, frey, ledig und abe und ist alleyne dem Judischen volk ynn sonderheyt gegeben, nicht anders, als wenn ein Keyser odder könig in seym lande sonderliche gesetze und ordenunge machte, wie der Sachssen spiegel in Sachssen, und doch gleich wol die gemeynen naturlichen gesetze durch alle lande gehen und bleyben, als elltern ehren, nicht morden, nicht ehe brechen, Gott dienen etc. Darümb las man Mose der Juden Sachssen spiegel seyn und uns Heiden unverworren damit, gleich wie Frankreich den Sachssen spiegel nicht achtet und doch ynn dem naturlichen gesetze wol mit yhm stymmet etc.* ("Por isso, a lei a respeito de imagens e concernente ao sábado e tudo quanto Moisés acrescentou à lei natural e que vá além dela, está livre, ab-rogado e anulado, visto não estar na lei natural, havendo sido dado apenas ao povo judeu em particular. O caso não é diverso do de um imperador ou rei que estabelecesse leis e ordenações particulares em sua terra, como o Código Saxônio na Saxônia, e, nada obstante, se estendem por todas as terras e nelas vigoram as leis naturais comuns, tais como honrar os pais, não cometer homicídio, não adulterar, servir a Deus, etc. Fique, pois, Moisés como o Código Saxônio dos judeus, e não se onere com isso a nós, gentios, assim como a França não atenta para o Código Saxônio, ainda que concorde perfeitamente com a Saxônia no que diz respeito à lei natural, etc.).

[88] *Der Haufe* ("a maior parte do povo").

86 que haja ordem unânime e ninguém gere desordem através de inovação dispensável. Esse, portanto, o sentido singelo do mandamento: já que, assim como assim, se observam feriados, utilizemos a observância para aprender a palavra de Deus. Seja, por conseguinte, o ministério da palavra a função própria desse dia, por causa da juventude e das pobres massas. Não se conceba, entretanto, a observância de maneira tão acanhada que, em virtude dela, se haja por interdito algum outro trabalho incidente que não se possa contornar.

87 Por isso, quando se pergunta o que significam as palavras "Santificarás o dia do descanso", responde: "Santificar o dia do descanso quer dizer tanto como conservá-lo santo". E qual é o sentido de "conservar santo"? Outro não é senão falar, agir e viver de maneira santa. O dia, em si, não precisa de santificação, pois que já foi criado santo. Mas Deus quer que ele seja santo para a tua pessoa. De sorte que se torna santo ou profano por causa de ti, dependen-
88 do das atividades a que nele te entregares: se santas ou se profanas. Mas como se dá este santificar? Não à maneira de quem se abancasse atrás do fogão[89] e se abstivesse de trabalho material[90], ou guirlandasse a cabeça e trajasse a melhor vestimenta[91]. Santificar, como ficou dito, é, isto sim, tratar a palavra de Deus e nela exercitar-se.

89 E, na verdade, os cristãos devemos observar tal dia santo continuamente, aplicar-nos apenas a coisas santas, isto é, diariamente, ocupar-nos com a palavra de Deus e trazê-la no coração e nos lábios. Todavia, já que nem todos, conforme dito, dispõem de tempo e lazer para tanto, cumpre dediquemos algumas horas, semanalmente, à mocidade ou, pelo menos, um dia ao povo todo, utilizando esse tempo exclusivamente no trato da palavra de Deus, incutindo, precisamente, os Dez Mandamentos, o Credo e o Pai-Nosso e regulan-
90 do, assim, toda a nossa vida e atividade pela palavra de Deus. No tempo em que isso estiver em pleno funcionamento e exercitação, estará sendo celebrado um dia santo autêntico. Em caso contrário, não se lhe chamará dia santo cristão. Pois feriar e andar ocioso, na verdade, também o podem os pseudocristãos[92], como também o enxame[93] todo dos nossos clérigos diariamente está na igreja, cantando e badalando, sem, contudo, santificarem um dia santo, pois não pregam nem praticam a palavra de Deus, porém doutrinam e vivem diretamente contra ela.

91 A palavra de Deus é a relíquia das relíquias[94], a única, na verdade, que nós, cristãos, reconhecemos e temos. Posto que tivéssemos, empilhados em um

---

[89] O tradutor latino acrescenta: *Compressis manibus* ("de mãos juntas"). Cf. Tito Lívio VII, 13,7: *compressis, quod aiunt, manibus sedere,* isto é, desempregado, inativo, sem fazer nada.

[90] *Grobe Erbeit* (aquele que demanda pouca inteligência da parte de quem o faz).

[91] Assim se empaquetavam e emolduravam os homens e as mulheres para o baile.

[92] *Unchristen.* Texto lat.: *Ii, qui a Christo omnique pietate sunt alienissimi* ("Aqueles que são inteiramente alheios a Cristo e a toda piedade").

[93] *Geschwurm.*

[94] *Das Heiligtumb über alle Heiligtumb* ("Das Heiligtum über alle Heiligtümer" – "O santuário sobre todos os santuários"). Lutero, aqui, usa o termo "relíquia" no sentido de coisa santa, sagrada, assim como em português se aplica o nome, por extensão, à idéia de coisa preciosa. Quanto ao tipo de expressão "relíquia das relíquias", cf. WA TR 5, nº 6288, onde temos o

só montão, os restos dos corpos ou as vestes santas e consagradas de todos os santos, de nada nos valeriam, porque tudo isso é coisa morta, incapaz de santificar a quem quer que seja. A palavra de Deus, porém, é o tesouro que a tudo santifica. Eles mesmos, todos os santos, por ela foram santificados. Toda hora em que se trata, prega, ouve, lê ou medita a palavra de Deus, dá-se, através disso, a santificação da pessoa, do dia e da obra, não em virtude da ação externa, mas por causa da palavra, que a todos nos torna em santos. Razão por que digo sempre que todo o nosso viver e agir, para chamar-se agradável a Deus ou santo, deve nortear-se pela palavra de Deus. Quando esse é o caso, o mandamento está em vigor e vai sendo cumprido. Inversamente, todo viver e agir alienado da palavra de Deus é "insanto"[95] aos olhos de Deus, por mais que brilhe e resplandeça e, ainda, que seja exornado puramente de relíquias. São desse gênero, por exemplo, as fabricadas ordens espirituais[96] que não conhecem a palavra de Deus e buscam santidade nas próprias obras. 92 93

Nota, por conseguinte: a força e o poder desse mandamento não consiste no feriar, porém, no santificar. De modo que a esse dia cabe uma especial atividade santa. Outros trabalhos e negócios não se chamam propriamente exercícios santos se, de antemão, não for santo o homem. Aqui, porém, deve ocorrer obra tal, que, por ela, o próprio homem seja santificado. E isso, conforme ouvido, sucede apenas mediante a palavra de Deus. É com esse propósito que se instituíram e determinaram lugares, tempos, pessoas e toda a ordem externa do culto, para que também esteja publicamente em operação. 94

Visto, pois, que a importância da palavra de Deus é tão grande que, sem ela, nenhum dia de descanso é santificado, saibamos que Deus insiste em cumprimento rigoroso desse preceito e há de castigar a quantos lhe desprezem a palavra e não a queiram ouvir nem aprender, especialmente se tal acontecer[97] no tempo designado. Pecam, por isso, contra esse preceito não apenas os que mal-usam e dessagram o dia do descanso grosseiramente, como, por exemplo, os que, em razão de sua ganância ou leviandade, descuram de ouvir a palavra de Deus ou vivem nas bodegas, embriagados e encharcados que nem porcos. Transgride-o também aquela outra multidão que ouve a palavra de Deus como se escuta uma nonada qualquer. Vão ao sermão apenas por força do hábito, 95 96

---

seguinte cavaco mensário (*Tischrede*): "Wie das Hohe Liedt Salomonis *cantico canticorum,* ein gesang uber alle gesenge genennet wirdt, also sey *decalogus doctrina doctrinarum,* ein lehre uber alle lehre... *Symbolum... est historia historiarum,* ein historien uber alle historien, die aller höchste *historia... Oratio dominica... est oratio orationum,* ein gebet uber alle gebet, das aller hochste gebet... *Sacramenta sunt ceremoniae ceremoniarum,*die hochsten zeremonien ("Assim como ao Cântico de Salomão se chama de *canticum canticorum,* cântico dos cânticos, assim o Decálogo é *doctrina doctrinarum,* a doutrina das doutrinas... *Symbolum ... est historia historiarum,* a história das histórias, a história mais elevada.... *Oratio Dominica... est oratio orationum,* a oração das orações, a mais excelsa das orações... *Sacramenta sunt ceremoniae ceremoniarum,* as cerimônias mais elevadas").

[95] *Unheilig.* Texto lat.: *res... profana... et immunda.* Quer parecer-nos que o neologismo "insanto", como antônimo de "santo", se avantaja, neste contexto, a "profano" e "imundo".

[96] Cf. o título do escrito de Lutero: *Wider den falsch genannten geistlichen Stand des Papsts und der Bischofe* ("Contra o erroneamente chamado estado espiritual do papa e dos bispos") – 1522. WA 10/ II,105. Texto lat.: *ficti atque excogitati religiosorum ordines.*

[97] Acrescentamos "se tal acontecer".

voltam a casa e quando acaba o ano não sabem mais do que no ano precedente. 97 Até agora se era de opinião que o dia estava apropriadamente santificado desde que no domingo se tivesse ouvido missa ou a leitura do evangelho[98]. Mas ninguém perguntava pela palavra de Deus, como também ninguém a ensinava. Nem agora que temos a palavra de Deus acabamos com o abuso. Deixamos que nos preguem e admoestem, porém escutamos sem seriedade e descuidadamente. 98 Sabe, portanto, que não se trata apenas de ouvir, mas é necessário, outrossim, aprender e reter. E não penses que é assunto afeto ao teu arbítrio ou que não é de grande importância. É mandamento de Deus, que te pedirá contas de como ouviste, aprendeste e honraste sua palavra[99].

99 Cumpre censurar, da mesma forma, os espíritos convencidos[100] que, ouvido um sermão ou dois, estão fartos e entediados, como se conhecessem a coisa bem e já não necessitassem de mestre. Trata-se precisamente daquele pecado que, até agora, se computou entre os pecados mortais e se chama *acédia,* isto é, inércia ou fastio[101], peste maligna, perniciosa, com que o diabo enfeitiça e ludibria o coração de muitos, a fim de apanhar-nos de improviso e subtrair-nos de novo, por baixo da mão, a palavra de Deus.

100 Toma boa nota do que te vou dizer: posto conhecesses a palavra perfeitamente e fosses mestre em tudo, ainda assim estás diariamente sob o império do diabo[102], que nem de dia nem de noite cessa de acercar-se de ti à solapa, levando em mira acender-te no coração descrença e maus pensamentos contra os preceitos já discutidos e os demais. Razão por que é necessário tenhas a palavra de Deus continuamente no coração, nos lábios e nos ouvidos. Mas quando o coração anda ocioso e a palavra não soa, o diabo penetra e realiza o estrago 101 antes que disso nos demos fé. Por outro lado, quando se medita, ouve e trata a palavra seriamente, ela tem o poder de nunca ficar sem fruto. Sempre desperta novo entendimento, prazer e devoção e cria coração e pensamentos puros.

---

[98] O Evangelho era lido ou cantado em latim, como o resto da missa. Quem não queria assistir à missa toda, presenciava pelo menos a leitura do Evangelho.

[99] *Der es fodern wird, wie Du sein Wort gehört, gelernt und geehrt habst.* A maioria das edições tem "fördern" em vez de "fordern". O verbo "fodern" tinha ambos os sentidos (cf. A. Götze, *Glossar*). O tradutor latino entendeu no sentido em que traduzimos: *qui aliquando... rationem tecum initurus est* ("que algum dia há de fazer contas contigo...").

[100] *Die ekelen* (=eingebildeten) *Geister.*Texto lat.: *illi delicati et fastidiosi spiritus.*

[101] *Akidia.*O tradutor latino transcreveu a forma grega *akedia.* Lutero grafou "akidia" porque seguia o itacismo (iotacismo), sistema reuchliniano de pronunciar os fonemas "e" do grego antigo como "i" longo. (Depois de 1528, ano em que Erasmo de Roterdão publicou, em Basiléia, o seu *Dialogus de recta Latini Graecique pronunciatione,* tornou-se dominante na Alemanha o sistema erásmico, o etacismo, em que se pronuncia o "eta" como "e" longo). O termo "acédia" (ou acedia, acédio, acídia, do grego *a-kedeia* ou *akedía* ausência de cuidado, relaxamento, indiferença) designa o que se poderia descrever como apatia ou fastio espiritual. A acédia figura em segundo lugar no "acróstico" mnemônico SALIGIA, formado com as letras iniciais dos sete *vitia principalia (Superbia, Acedia, Luxuria, Ira, Gula, Invidia, Avaritia).* Na literatura mística da baixa Idade Média, estabeleceu-se, de acordo com o uso lingüístico popular, a designação de pecado mortal. Cf. Hans-Jürgen Prien, in *Zeitschrift für Kirchengeschichte,* vol. 83, cad. 3, 1972, p. 380. Sobre os *vitia principalia,* cf. Tomás de Aquino, *Summa Theologiae* II, q. 84, a. 4, concl.

[102] *Unter des Teufels Reich.* Texto lat.: *subdiaboli imperio.*

Pois não são palavras inoperantes ou mortas, senão eficazes, vivas. E ainda que nenhum outro interesse ou necessidade nos impelisse ao trato da palavra, deverá, contudo, estimular a todos o fato de que por intermédio disso se espanta e põe em fuga o diabo e se cumpre, ademais, o mandamento, e Deus se agrada mais desse trato que de qualquer cintilante obra de hipocrisia. 102

Quarto Mandamento

Até aqui aprendemos os três primeiros mandamentos, que se dirigem para Deus. Primeiro, que de todo coração nele confiemos, o temamos e amemos, em toda a nossa vida. Segundo, que não mal-usemos seu santo nome para apoiar mentiras ou qualquer coisa má, porém, que façamos uso dele em louvor de Deus, bem como para proveito e salvação do próximo e de nós mesmos. Terceiro, que, em dia santo e de repouso, diligentemente, tratemos a palavra de Deus e com ela nos ocupemos, a fim de toda a nossa ação e vida por ela se orientarem. Agora, vêm os outros sete, que se referem ao nosso próximo. O primeiro e o maior desses é: 103

HONRARÁS A TEU PAI E A TUA MÃE 104

Deus distinguiu o estado paterno e materno de modo especial, acima de todos os estados que estão abaixo de Deus. Não ordena simplesmente que amemos os pais; manda honrá-los. Com respeito aos irmãos, às irmãs e ao próximo em geral, não preceitua coisa mais elevada que amá-los. Dessa maneira, separa e destaca pai e mãe acima de todas as outras pessoas na terra e os põe ao lado dele. Pois honrar muito mais elevada coisa é que amar. Não abrange apenas o amor, senão modéstia, humildade e reverência como para com uma majestade aí oculta. E honrar não requer apenas que nos enderecemos aos pais de modo amável e respeitoso, porém, acima de tudo, que, de coração e corpo, nos disponhamos de maneira tal que os tenhamos em alta conta e os coloquemos no lugar mais elevado, depois de Deus. Pois que para honrar alguém de coração é preciso que, deveras, o tenhamos por elevado e grande. Cumpre, por isso, incutir à gente moça que vejam nos pais representantes de Deus e advirtam que, ainda quando modestos, pobres, alquebrados e excêntricos, não obstante, são pai e mãe, dados por Deus. Não ficam privados dessa honra por causa de sua conduta ou em razão de fragilidades. Por isso, não devemos olhar a pessoa, como é, mas a vontade de Deus, que assim estabelece e ordena. É verdade que a outros respeitos somos todos iguais aos olhos de Deus, mas entre nós é necessário que haja essa desigualdade e diferença ordenada. Razão por que Deus manda seja observada, para que me obedeças como ao teu pai e eu tenha a autoridade. 105 106 107 108

Aprende, portanto, primeiramente, o que significa honrar os pais, conforme exigido nesse mandamento. Quer dizer que os veneremos e tenhamos em apreço, acima de todas as coisas, como o maior tesouro na terra. Mais, que sejamos respeitosos para com eles em nossas palavras, não os acometamos 109 110

grosseiramente, não levantemos a grimpa, nem ralhemos. Cabe-nos, ao contrário, deixar que tenham razão e silenciar, ainda que estiquem muito a
111 corda[103]. Compete-nos, em terceiro lugar, honrá-los também por meio de atos, isto é, com nosso corpo e bens, servindo-os, ajudando-lhes e cuidando deles quando idosos, enfermos, alquebrados ou pobres. E tudo isso se há de fazer não apenas prazerosamente, senão com humildade e reverência, como na presença de Deus[104]. Pois, quem sabe de que maneira deve considerá-los no coração não permitirá que sofram penúria ou fome, porém os colocará acima de si mesmo e a seu lado, partilhando com eles quanto possuir e estiver ao seu alcance.

112 Em segundo lugar, vê e nota quão grande, boa e santa obra aqui se propõe às crianças. Lamentavelmente, é de todo desprezada e desleixada[105], e ninguém se adverte do fato de que Deus o ordenou ou de que se trata de uma santa e divina palavra e ensinamento. Houvesse sido considerada como sendo tal, e cada um teria podido inferir daí que, necessariamente, haveriam de ser santas as pessoas que vivessem de acordo com essas palavras. E, assim, não teria havido necessidade de instaurar vida monástica ou ordens espirituais. Toda criança teria permanecido neste mandamento e haveria podido orientar sua consciência para Deus e dizer: Se devo praticar obras boas e santas, não conheço nenhuma melhor do que prestar aos meus pais toda honra e obediência, por-
113 quanto, o próprio Deus o ordenou. O que Deus ordena deve ser muito mais nobre que tudo quanto nós mesmos possamos excogitar. E como não há mestre maior e melhor do que Deus, por certo, não haverá, também, doutrina melhor do que a proveniente dele. Ora, ele ensina copiosamente o que nos cumpre fazer se queremos realizar obras verdadeiramente boas. E com ordená-las dá testemunho de que lhe agradam. Se, portanto, é Deus quem ordena isso e não sabe o que de melhor estabeleça, não serei eu quem vá fazê-lo melhor.

114 Eis que, dessa maneira, uma criança boa teria sido apropriadamente instruída, abençoadamente educada e mantida no lar em obediência aos pais e servindo-os. Coisas boas e venturosas ter-se-iam experimentado com isso. Mas a gente não se sentia obrigada a cobrir de tanta glória o preceito de Deus. Ao contrário: deixou-se de lado o mandamento ou se passou às carreiras sobre ele, de forma tal que uma criança não podia refletir sobre ele. Ao invés disso, quedaram-se de boca aberta diante do que nós criamos sem jamais havermos buscado o pensamento de Deus a respeito.

115 Aprendamos, por isso, finalmente, por amor de Deus, que os jovens, olhar desviado das demais coisas, em primeira linha atentem este mandamento, se quiserem servir a Deus com obras veramente boas, isto é, façam o que é agradável a pai e mãe, ou àqueles a quem, em lugar dos pais, estejam sujeitos.

---

[103] *Ob sie gleich zu viel tun.* BSLK: *Auch wenn sie den Bogen überspannen.* Esticar muito a corda = ser exigente em demasia, levar as coisas ao extremo.

[104] *Als fur Gott.* Interpretamos como o tradutor latino: *tanquam coram Deo inspectante.* Wolfgang Metzger preferiu traduzir: "als etwas, das für Gott getan wird" (*Calwer Luther-Ausgabe*, vol. 1, p. 44).

[105] *Welchs man leider gar verachtet und in Wind schlägt.*

Pois toda criança que sabe e faz isso tem no coração, em primeiro lugar, o grande consolo de poder dizer e gloriar-se alegremente, em desafio e oposição a quantos se ocupem com obras de própria escolha: "Eis que bem agrada ao meu Deus no céu esta obra. Disso tenho certeza". Deixá-los avançar e jactar-se, todos juntos, com suas muitas, grandes, amargas e difíceis obras: veremos se podem apresentar qualquer obra que seja maior e mais nobre do que a obediência a pai e mãe, obediência a que, por ordem de Deus, ficou assinado o lugar imediato à obediência a sua própria majestade, de maneira que, se a palavra e a vontade de Deus têm seu curso e são observadas, nenhuma outra coisa deve valer mais do que a vontade e a palavra dos pais, todavia, assim, que essa obediência aos pais fique subordinada à obediência a Deus e não vá de encontro aos mandamentos precedentes. 116

Por isso, deves alegrar-te de coração e agradecer a Deus por te haver escolhido para lhe fazeres obra tão preciosa e agradável, e porque dela te tornou digno. E ainda que seja considerada a mais humilde e desprezada, de forma nenhuma deixes de reputá-la grande e preciosa, não em razão de nossa dignidade, mas porque está compreendida e se move na jóia e relíquia[106], isto é, na palavra e no mandamento de Deus. Que preço não pagariam todos os cartuxos[107], monges e monjas, se, em toda a sua atividade espiritual, pudessem levar a Deus uma única obra praticada com fundamento em preceito divino e, de coração alegre, pudessem dizer, em sua presença: "Agora sei que esta obra te é agradável". Onde ficará essa pobre e lastimável gente, quando, diante de Deus e do mundo inteiro, estiverem, enrubescidos de toda a vergonheira, em presença de uma criancinha que haja vivido em harmonia com este mandamento e tiverem de confessar que, com toda a sua vida, não foram dignos de lhe desatar as correias das sandálias?[108] Em virtude da perversão diabólica de calcarem aos pés o mandamento de Deus, sucede-lhes, aliás, com justiça isso de se terem de martirizar, baldadamente, com obras de sua própria inventiva e receberem em paga, escárnio e dano. 117 118 119

Acaso, não haveria de saltar um coração e, de alegria, derreter-se à vista do fato de, indo ao trabalho e fazendo o que lhe foi ordenado, poder dizer: "Eis que isto é melhor do que a santidade de todos os cartuxos, embora se matem de jejuar e, incessantemente, orem genuflexos". Pois aqui tens um texto certo e testemunho de Deus de que preceituou isto, ao passo que no tocante àquilo não ordenou palavra. Mas a miséria e a triste cegueira do mundo é que ninguém o crê. Tanto assim nos enfeitiçou o diabo com santidade falsa e o deslumbra- 120

---

[106] *Heiligtumb.* Vid. acima, Mandamentos, III, 91, nota em "relíquia das relíquias".

[107] Vid. acima, Mandamentos, II, 74, nota em "santidade cartusiana". Obsopoeus, arbitrariamente, escreve "carmelitas" em vez de "cartuxos", aqui e adiante, seção 120; Mandamentos, V, 197; Batismo, 11.

[108] *Dass sie nicht wert sind gewesen, ihm das Wasser zu reichen.* O tradutor latino buscou uma expressão dos *Epigramas* de Marcial: *sese non dignos esse, qui illi vel matulam porrigant.* Existe a frase alemã "einem nicht das Wasser reichen können", que significa: ser muito inferior a alguém. Não chegar às solas dos sapatos de, não chegar aos calcanhares de, diríamos em português. Aqui, não é possível traduzir com essas expressões por causa do "nicht wert sein". Por isso, valemo-nos da conhecida palavra de João sobre a eminência do Senhor Jesus. Cf. Mt 3.11.

121 mento ilusório das próprias obras. Razão por que tanto quisera, repito, que abríssemos olhos e ouvidos e se penetrasse disso o coração, não suceda que algum dia voltemos a ser desencaminhados da palavra pura de Deus para as mentirosas frivolidades do diabo. Boa situação adviria daí: os pais teriam tanto mais alegria, amor, amizade e concórdia em suas casas, e os filhos poderiam
122 cativar-lhes inteiramente o coração. Por outro lado, quando batem o pé e se negam a cumprir o dever enquanto não sentem o cacete no lombo, exasperam tanto a Deus como os pais. Com isso, privam a si mesmos desse tesouro e da
123 alegria de consciência e cumulam-se apenas de infelicidade. Essa também é a razão por que, presentemente, conforme queixa de todos, as coisas andam no mundo como se vê: jovens e velhos são inteiramente refratários e infrenes, não têm reverência nem honra, nada fazem a menos que levados a chicotadas, difamam e detraem uns aos outros por trás das costas quando podem. É por isso também que Deus os castiga de maneira tal que sofrem toda sorte de preju-
124 ízos e miséria. Da mesma forma, os pais, geralmente, nada sabem. Um néscio educa o outro. Como vivem eles, assim, depois, vivem os filhos.

125 Digo, por conseguinte, que essa há de ser a primeira e máxima razão que deve impelir-nos a este mandamento. Se não tivéssemos pai e mãe, deveríamos, em razão deste preceito, desejar que Deus nos erigisse troncos e pedras a que pudéssemos chamar de pai e mãe. Agora, que nos deu pais vivos, quanto maior deve ser nosso júbilo por lhes podermos demonstrar honra e obediência. Sabemos que tal agrada sobremodo à alta Majestade, bem como a todos os anjos, e que vexa a todos os demônios. E, além disso, é a maior obra que se pode fazer depois do sublime culto divino descrito nos mandamentos anteriores.
126 Mesmo esmolas e todas as outras obras em benefício do próximo não se lhe equiparam, porque Deus assinou o primeiro lugar a esse estado. Determinou, na verdade, que seja seu representante na terra. Essa vontade e agrado de Deus devem ser-nos razão e incentivo bastantes para fazermos, espontânea e prazerosamente, o que estiver em nós.

127 Temos, além disso, perante o mundo o dever de mostrar-nos agradecidos
128 pelo benefício e por todos os bens que dos pais recebemos. Mas, aqui, novamente impera o diabo no mundo: as crianças esquecem aos pais, como nós todos esquecemos a Deus. Ninguém pensa em como Deus nos alimenta, guarda e protege, e na fartura de bens que nos concede para o corpo e a alma. Especialmente quando, alguma vez, nos vem uma hora má, raivamos e resmungamos impacientes, e some-se da memória[109] tudo quanto de bom temos recebido ao longo da vida. Exatamente assim fazemos também aos pais, e não há criança que o reconheça e pondere, a menos que lhe seja dado pelo Espírito Santo.
129 Bem conhece Deus essa viciosidade do mundo. Razão por que faz recordar e impulsiona por mandamentos, a fim de cada um refletir no que por ele fizeram os pais. Verifica, então, que deles recebeu corpo e vida e, além disso, que os pais o alimentaram e criaram. Do contrário, ter-se-ia asfixiado cem vezes em
130 sua imundícia. Exato e judicioso, portanto, o que foi dito por gente antiga e

[109] Acrescentamos as palavras "da memória".

sábia: "*Deo, parentibus et magistris non potest satis gratiae rependi*", isto é: "A Deus, aos pais e aos mestres nunca se poderá agradecer e recompensar de modo suficiente"[110]. Quem fixar os olhos nisso e o meditar, por certo que, sem necessidade de compulsão, demonstrará toda a honra a seus pais e os tratará com grande ternura[111], como aqueles por intermédio de quem Deus lhe fez todo o bem.

131 Acima e além de tudo isso, tanto mais nos deve estimular, como razão poderosa, o fato de Deus unir a este mandamento uma amável promessa, dizendo: "Para que se prolonguem os teus dias na terra em que habitas"[112]. 132 Aqui, tu mesmo podes avaliar quão grande é a seriedade com que Deus encara este mandamento. Porque não só diz expressamente que lhe agrada a ele, que ele nisso se regozija e se compraz, porém, que, para nós, também será de bom sucesso e promoverá nosso maior bem, de maneira tal que possamos fruir vida suave e doce, com todo o bem. 133 Essa também a razão por que São Paulo, Ef 6[113], vigorosamente o enfatiza e exalta ao dizer: "Este é o primeiro mandamento com promessa: para que te vá bem, e sejas de longa vida sobre a terra". Pois, ainda que também os outros mandamentos encerrem sua promessa, a nenhum foi acrescentada de maneira tão clara e expressa.

134 Aí tens, portanto, o fruto e o prêmio: quem guardar o mandamento, haverá de ter bons dias, felicidade e prosperidade. Por outro lado, o castigo: quem for desobediente, tanto mais cedo perecerá e nunca há de fruir a vida com alegria. Pois longevidade, segundo as Escrituras, não significa apenas chegar a macróbio, porém, que se tenha tudo o que pertence a uma vida longa, como, por exemplo, saúde, mulher e filhos, alimentação, paz, bom governo, etc., coisas sem as quais esta vida não pode ser alegremente fruída, nem durar por tempo dilatado. 135 Agora, se não quiseres obedecer a pai e mãe e te recusares a permitir que te eduquem, então obedece ao carrasco. Se não obedeces a esse, então obedece ao estica-pernas[114], isto é, à morte. 136 Pois Deus, positiva-

---

[110] Tradução da tradução alemã de Lutero. No seu ensaio *Eine Predigt, dass man Kinder zur Schule halten solle* ("Uma Prédica para que se mandem os Filhos à Escola"– 1530. Muitos ensaios de Lutero têm o nome de *Predigt* – "sermão"), Lutero atribui essas palavras a Aristóteles (OSel 5,359,4-7): "a um professor ou mestre dedicado e piedoso ou a quem quer que seja que eduque e instrua fielmente os meninos, jamais se pode recompensar o suficiente e não há dinheiro que o pague, como também diz o gentio Aristóteles".

[111] *Wird sie auf den Händen tragen* ("Carregá-los-á sobre as mãos"). Texto lat.: *in sinu (quod ajunt) gestare ac manibus* ("carregar no peito, e com as mãos", i. e., querer muito a alguém e tratá-lo com grande carinho). Cf. Terêncio, *Adelphi* 4,5,75*: hiccine non gestandus in sinu est?*

[112] Êx 20.12; Dt 5.16.

[113] Ef 6.2,3.

[114] *Streckebein.* Formamos o disfemismo "estica-pernas" para transmitir o sabor do termo empregado no texto alemão e que, primacialmente, no baixo alemão, denota a idéia de morte. Uma explicação do século XVII diz que em doença mortal as pernas sucumbem antes da cabeça e, assim, o agonizante fica estendido na cama. Lutero usa a palavra freqüentes vezes. O termo alemão lembra expressões populares portuguesas que designam a morte (esticar, estender ou espichar a canela, o cambito, o pernil). – Na edição americana de Tappert, uma nota informa, erroneamente, que Obsopoeus traduziu

mente[115], quer isto: ou recompensar-te generosamente, com todo o bem, se lhe obedeceres e o amares e servires; ou, então, se provocares a sua ira, enviar
137 sobre ti assim a morte como o verdugo. De onde se não da desobediência, vêm tantos patifes[116], que, diariamente, têm de ser enforcados, decapitados e rodados?[117] Visto não se deixarem levar por bem, chegam, pelo castigo de Deus, a ponto de nos proporcionarem um espetáculo de desgraça e aflição. Pois que, mui raramente, sucede morrerem tais criaturas infames morte reta ou não prematura.

Os piedosos e obedientes, todavia, têm a bênção de viverem por longos
138 dias em boa paz e verem os filhos dos seus filhos, conforme dito acima, "até a terceira e quarta geração". E a experiência o ensina: onde há boas e antigas famílias que estão bem de vida e têm muitos filhos, certamente se deve isso ao fato de alguns deles terem sido bem educados e haverem andado atentos em seus
139 pais. Quanto aos ímpios, por outro lado, está escrito no Sl 109[118]: "Desapareça a sua posteridade, e na seguinte geração se extinga o seu nome". Toma boa nota, por conseguinte, da grande importância que tem aos olhos de Deus a obediência, visto que tanto a exalta, tão grandemente nela se compraz e ricamente
140 a premia e, além disso, vela com tamanho rigor, a fim de castigar os que agem contrariamente. Digo tudo isso para que se faça penetrá-lo bem no ânimo da gente nova. Pois ninguém acredita quão imensamente necessário é este mandamento, que, todavia, até agora, sob o papado, não foi atentado nem ensinado. São palavras singelas e de fácil inteligência, e cada qual é de opinião que já conhece bem a matéria de saída. Por isso, deslizam por sobre o assunto, fitam embasbacados[119] outra coisa, e não percebem nem acreditam que se provoca

---

Streckebein com *carnifex* (cf. Tappert, *The Book of Concord*, p. 383, nota 3). Seria uma tradução admissível, mas não é o que acontece no texto latino. Obsopoeus vale-se, aliás, corretamente, de *carnifex* (algoz, verdugo, carrasco; cf. o antiquado "carnífice") para transladar o *Henger* (=*Henker*) do original alemão: *Si gravaris auscultare parentibus et ab iisdem emendari recusas, esto dicto audiens carnifici.* Em seguida, vem a parte do *Streckebein*, e aí o tradutor latino introduz uma palavra sobre a morte em grego: *Quod si neque huic obedire sustines, obedito Thanato pandamátóri, ton kakon paidon didaskálo* ("Se também não suportas obedecer a este [isto é, ao *carnifex*], obedece à Morte, a subjugadora universal, a mestra de crianças más). Mais adiante, Lutero diz: *beide Tod und Henger* ("ambos, morte e verdugo". Cf. Mandamentos, IV, 136). Da mesma forma, o texto lat.: *et morti et carnifici.* É verdade que, em Catecismo Maior, Mandamentos, IV, 149, o texto latino traduz com *hunc hominem morti commendamus et carnifici,* o alemão: *den befehlen wir dem Henker und Streckebein* ("a esse tal encomendamos ao carrasco e ao esticapernas). Mas esse tipo de inversão é muito comum em traduções, e nada se pode concluir delas. Cf. também, Catecismo Maior, Mandamentos, VII, 232 e VIII, 274, onde Obsopoeus traduz *Meister Hans* (Mestre João, carrasco) com *carnifex.*

[115] *Kurzumb.* Sobre a tradução "positivamente", cf. Grimm, *Wörterbuch,* 2; Götze,*Glossar*; Catecismo Maior, Mandamentos, VIII, 274, nota em "absolutamente". Texto lat.: *velis nolis.*

[116] *Schälke* (= Bösewichte).

[117] *Radbrechen.* Também "auf die reder legen", "auf ein rad sizen", "auf ein rad kumen". Em alemão moderno, *rädern,* como o português "rodar", isto é, punir com o suplício da roda, que consistia em amarrar alguém numa cruz em forma de X, quebrar-lhe os membros (expresso no *Radbrechen* do texto de Lutero) e deixá-lo morrer ligado a uma roda que girava.

[118] Sl 109.13.

[119] *Gaffet.*

tão gravemente a ira de Deus com essa negligência, e que a gente pratica obras tão preciosas e aceitáveis com a observância.

141 Neste mandamento, cabe, outrossim, falar da multímoda obediência aos superiores, que têm a seu cargo mandar e governar. Porque da autoridade dos pais deflui e se irradia toda outra autoridade. Quando um pai não pode, sozinho, educar seu filho, apela para um mestre de meninos que o ensine; se está demasiadamente fraco, pede a ajuda de seus amigos ou vizinhos; se falece, encomenda e delega o governo e autoridade a outros, para tal fim ordenados. 142 Além disso, deve subordinar também a si domésticos, empregados e empregadas, para o governo da casa. Assim, todos os que se chamam senhores estão em lugar dos pais, e cumpre que deles recebam poder e autoridade para governar. Essa também a razão por que, segundo as Escrituras, todos se chamam pais, visto, em sua governação, exercerem ofício de pai e deverem ter coração paternal para com os seus. Assim, também, desde a antigüidade, entre os romanos e em outras línguas, os chefes e as donas de casa foram chamados de *patres et matres familias*, isto é, pais e mães de família. Da mesma forma, também chamaram a seus príncipes e magistrados de *patres patriae*, isto é, pais da pátria, para grande vergonha nossa, que pretendemos ser cristãos, porquanto não os chamamos também assim, nem, ao menos, os consideramos e honramos como tais.

143 Agora, o que o filho deve a pai e mãe, devem-no, outrossim, quantos estejam compreendidos no regime doméstico. É necessário, por isso, que criados e criadas atentem não só por serem obedientes a seus patrões e patroas, mas, ainda, para os honrarem como a seu próprio pai e mãe. Farão tudo o que souberem ser da vontade dos patrões, não constrangidos e relutantes, mas com prazer e alegria, precisamente, em virtude da razão já mencionada, a saber, porque é mandamento de Deus e lhe agrada acima de todas as outras obras. 144 À vista disso, até que ainda deviam voltar salário e regozijar-se com o fato de poderem receber patrões e patroas, uma consciência assim contente, e por saberem como devem fazer obras verdadeiramente áureas, até agora apagadas e desprezadas. Em vez delas, todo o mundo correu, em nome do diabo, a mosteiros, peregrinações e atrás de indulgências, em prejuízo próprio e de má consciência.

145 Se a gente pudesse imbuir[120] disso o pobre povo, uma empregadinha haveria de saltitar de alegria, louvar e agradecer a Deus e, com trabalho esmerado, pelo qual, assim como assim, recebe comida e salário, ganharia um tesouro que tal[121] não possuem todos os que são considerados os maiores santos. Acaso não é excelente glória saber e estar em condições de dizer: "Cuidar dos meus quefazeres domésticos diários coisa melhor é que santidade e vida austera de todos os monges?" E tens, além disso, a promessa de que prosperarás em toda 146 coisa boa e estarás bem. De que maneira poderias ser mais bem-aventurado ou viver vida mais santa no que tange às obras? (Porque diante de Deus é real- 147 mente a fé que nos torna em santos, e apenas a ele serve, ao passo que as obras

---

[120] *Einbilden* (=einprägen).

[121] *Solchen Schatz..., den.*

148 servem aos homens)[122]. Tens aí tudo o que é bom, tens defesa e proteção no Senhor e, acrescentado a isso, uma consciência alegre e um Deus gracioso, que te quer recompensar centuplicadamente. E és perfeito fidalgo, contanto que sejas piedoso e obediente. Em caso contrário, porém, tens, primeiramente, ira e desfavor da parte de Deus e nenhuma paz no coração e, além disso, toda sorte de

149 aflições e desventuras. Agora, quem não se mover com isso e não se tornar piedoso, a esse tal encomendamos ao carrasco e ao estica-pernas[123]. Atendem, por isso, quantos se disponham a receber ensino, que com Deus não se brinca, e saibam que é Deus quem lhes fala e requer obediência. Se lhe obedeces, és filho querido; se desprezas o mandamento, então recebe também por salário desonra, miséria e aflição.

150 Dir-se-á o mesmo da obediência à autoridade civil, que, conforme dito, pertence toda à ordem paterna e é a mais abrangente das relações. Aqui, não se trata do pai de alguns poucos, senão de alguém que é pai tantas vezes quantos forem os habitantes, cidadãos ou súditos. Por intermédio dos governantes civis, como por nossos pais, Deus nos dá e conserva alimento, casa e lar, proteção e segurança. Conseqüentemente, visto que trazem com toda a honra esse nome e título como sua glória suprema, é dever nosso honrá-los e tê-los em alta consideração, como o mais precioso tesouro e jóia na terra.

151 Quem nisso é obediente, voluntário e pronto para servir e, de bom grado, faz tudo quanto concerne à honra, sabe que age de modo agradável a Deus e que sua recompensa é alegria e felicidade. Se não o quer fazer com amor, porém, desprezá-lo e resistir ou tumultuar, saiba também que isso não lhe há de render favor e bênção. E se pensa que vai salvar um florim com esse procedimento, alhures perderá dez vezes tanto ou cairá nas mãos do verdugo, perecerá em guerra, pestilência e carestia ou não experimentará coisa boa com os filhos e terá de sofrer prejuízo, injustiça e violência da parte de empregados e vizinhos ou estranhos e tiranos. Assim, se nos pagará e retribuirá o que buscamos e merecemos.

152 Se tão-só nos dispuséssemos, alguma vez, a tomar boa nota do fato de que semelhantes obras tanto agradam a Deus e têm recompensa tão rica! Experimentaríamos, então, uma verdadeira exuberância de bens e teríamos o que apetece o coração. Visto, porém, que se trata a palavra e o mandamento de Deus assim, completamente por cima do ombro, como se fosse o pregão de algum vendedor de pastéis[124], vejamos, então, se tu és capaz de desafiá-lo! Quanta

---

[122] Acrescentamos os parênteses. Fica salientado, assim, o caráter parenético da observação.

[123] Vid. acima, 135, nota em "estica-pernas".

[124] A rigor, provavelmente "vendedor de bolo folhado" ou "filhó". No original: *Holhipler.* BSLK (nota 1): *Waffelverkäufer, Gassenjunge, Schwätzer.* Cf. Götze, *Glossar: Holhippe* (= Waffel), bolo delgado feito em fôrma dobradiça. J. T. Müller (*Die symbolischen Bücher der evangelisch-lutherischen Kirche,* p. 858): "Wahrscheinlich von Holhippe, einem sehr dünnen Backwerk von der Form einer Hippe (gekrümmt Messer, wie es die Weingärtner gebrauchen), so dass der Sinn wäre: ein Mensch, dessen Rede so wenig Gehalt, als eine Hohlippe hat".Obsopoeus: *quasi Cares quispiam aut Thressis homuncio illud dixisset sanxissetque* ("como se isso tivesse sido dito e ordenado por algum homúnculo da Cária ou da Trácia"). Os habitantes da Cária, província da Ásia Menor, tinham fama de vis e desleais. Os da Trácia tinham fama de rudes e insensíveis.

dificuldade terá ele para retribuir-te? Muito melhor viverias com o favor, a paz 153
e a bênção de Deus do que com desfavor e infortúnio. Por que outro motivo, 154
julgas tu, está o mundo, agora, tão cheio de infidelidade, desonra, miséria e homicídios, senão porque cada qual quer ser dono de si mesmo, perfeitamente autônomo, a ninguém dar atenção e fazer tudo o que lhe apetece? Por isso Deus castiga um velhaco por instrumentalidade de outro, de maneira tal que, se tu ludibrias e desprezas o teu senhor, vem aí outro e procede contigo da mesma forma. Sim, em tua própria casa tens de agüentar dez vezes tanto da mulher, dos filhos ou dos empregados.

Vivamente sentimos nossa infelicidade, resmungamos e nos queixamos 155
de infidelidade, violência e injustiça, porém, não queremos ver que nós mesmos somos marotos que bem temos merecido castigo e de modo nenhum nos dispomos a tomar ensino daí. Não queremos favor e felicidade, razão por que é justo que tenhamos apenas infortúnio sem qualquer misericórdia. Deve haver 156
ainda em algum lugar na terra pessoas piedosas, já que Deus continua a permitir que nos fique tanta coisa boa. Se fosse por nós, não nos restaria vintém dentro de casa e nem uma palha no campo.

Fui levado a discorrer sobre tudo isso em tantas palavras na esperança de 157
que alguém, porventura, o acolha no coração, para que fiquemos livres da cegueira e miséria em que estamos imersos tão fundamente e reconheçamos verdadeiramente a palavra e a vontade de Deus e as aceitemos com seriedade. Delas aprenderíamos como se pode alcançar alegria, ventura e salvação bastantes no tempo e na eternidade.

Três, portanto, são as espécies de pai apresentadas neste mandamento: 158
os por genitura, os da casa e os da nação. Além desses, há pais espirituais, não como foram os do papado que, na verdade, se fizeram chamar assim, mas não exerceram ofício de pai. Chamam-se pais espirituais apenas aqueles que nos governam e presidem mediante a palavra de Deus. Neste sentido, São Paulo se 159
gloria de ser pai, ao dizer 1 Co 4[125]: "Eu pelo evangelho vos gerei em Cristo Jesus". Como, portanto, são pais, devida lhes é também a honra, até acima 160
de todos os outros. Mas aqui é que menos se costuma tributá-la; porque a maneira de o mundo os honrar é corrê-los do país e não lhes consentir[126] um pedaço de pão. Em suma, têm de ser, como diz Paulo, "lixo do mundo, escória de todos" [127]. É necessário, todavia, infundir no ânimo do povo também o fato de 161
que os que querem chamar-se cristãos têm, diante de Deus, o dever de "considerar merecedores de dobrada honra"[128] aos seus curas d'alma, fazer-lhes o bem e provê-los do necessário. Deus, para tanto, se dispõe a suprir-nos bastantemente e não permitirá que de algo venhamos a carecer. Mas aqui todo o 162
mundo empaca e se defende. Receiam todos que a barriga vá passar misérias e, assim, não podem, agora, sustentar um só pregador bom, onde, no passado, em-

---

[125] 1 Co 4.15.
[126] *Nicht gönne.*
[127] 1 Co 4.13.
[128] 1 Tm 5.17.

163 panturrávamos dez panças graxudas[129]. E com isso merecemos que Deus nos prive de sua palavra e bênção e volte a permitir que se levantem pregadores de mentiras[130], que nos conduzem ao diabo e, além disso, nos sugam o suor e o sangue.

164 Aqueles, entretanto, que conservam diante dos olhos a vontade e os mandamentos de Deus têm a promessa de que serão premiados ricamente daquilo que destinarem a pais seculares[131] e espirituais e da honra que lhes tributarem. Não terão apenas pão, vestimenta e dinheiro por um ano ou dois, mas 165 vida longa, sustento e paz e serão eternamente ricos e bem-aventurados. Cumpre, por conseguinte, o teu dever e deixa a Deus cuidar em como te há de sustentar e prover com o que baste. Se ele o prometeu, e jamais disse mentira, 166 também a ti não há de mentir. Isso deveria sempre estimular-nos e dar-nos um coração que quisera derreter-se de prazer e amor relativamente àqueles a quem nos cumpre tributar honra, de modo que levantássemos as mãos e, contentes, agradecêssemos a Deus por nos haver dado semelhantes promessas, por cuja obtenção deveríamos correr até aos confins da terra. Pois ainda que o mundo todo juntasse forças, não poderia acrescentar-nos uma horinha de vida ou colher-nos um grãozinho de terra. Deus, porém, pode e quer dar-te tudo às mãos cheias[132], segundo o que deseja o teu coração. Agora, quem despreza isso e o trata de resto[133], realmente, não merece ouvir uma palavra de Deus.

167 De sobejo falou-se, agora, a quantos estão subordinados a este mandamento. Justo seria, ao demais disso, pregar aos pais e a quantos lhes fazem as vezes[134] sobre como devem portar-se com os que a seu governo estão encomendados. Ainda que tal não tenha ficado exarado nos Dez Mandamentos de modo expresso, é, contudo, amplamente ordenado em muitos passos da Escritura. E Deus, além do mais, o quer abrangido exatamente neste preceito, onde fala em 168 pai e mãe; porque não quer patifes e tiranos nesse ofício e governação. E a finalidade para que lhes confere a honra, isto é, o poder e o direito de governar, não é que se deixem adorar. Cumpre-lhes, isto sim, ponderar no fato de que devem obediência a Deus e, acima de qualquer outra coisa, desempenhar-se-ão, de coração e fielmente, dos encargos de seu ofício, não cuidando apenas do sustento material de filhos, empregados, súditos, etc., porém, sobretudo, 169 educando-os para louvor e honra de Deus. Não imagines, por conseguinte, que

[129] *Mastbäuche.* A eliminação das prebendas contribuiu para minguar as finanças dos pregadores evangélicos.

[130] *Lügenprediger.* Cf. Mq 2.11. É um dos epítetos favoritos no século XVI.

[131] *Leibliche.* Texto lat.: *corporalibus.* O contexto parece sugerir a nossa tradução.

[132] O tradutor latino usa uma expressão que corresponde à portuguesa: *plena (quod ajunt) manu.* Cf., v. g., Cícero, *Epistulae ad Atticum* 2, 25, 1.

[133] *In Wind schlagen.* Vid. notas em Catecismo Maior, Mandamentos, I, 28 e 29. Aqui, Obsopoeus tenta reduzir a expressão alemã a latim da seguinte maneira: *qui talia... ventis et aurae discerpenda permittit.* Isto poderia induzir ao erro de apelar para o nosso "espalhar ao vento" ou "aos quatro ventos do céu". Sobre "tratar de resto", vid. Mandamentos, I, 29, nota.

[134] *Und was ihr Amt führet.* Há divergência na interpretação dessas palavras. BSLK interpreta "führet" com "ist", portanto, "o que é seu ofício", em vez de "a quem faz o ofício deles". W. Metzger (ed. *Calwer*) interpreta o "was" como "allen, die".

isso é matéria entregue a teu talante e capricho. Trata-se, ao contrário, de rigoroso preceito e injunção de Deus, ao qual também terás de prestar contas a esse respeito.

170 Mas aqui deparamos, outra vez, com a praga miserável: ninguém atenta nisso, nem o observa. Todos se comportam como se Deus nos desse filhos para nosso deleite e passatempo, serviçais para deles nos valermos, como de vacas ou burros, apenas para o trabalho, ou súditos, para os tratarmos a nosso bel-prazer. A gente os deixa correr como se não fosse de nossa conta o que aprendem ou como vivem. 171 Ninguém quer entender que se trata de ordem da alta Majestade, que a respeito nos há de chamar seriamente a contas e há de vingá-los. Tampouco se quer compreender quão grande é a necessidade de nos ocuparmos a sério da juventude. 172 Se queremos pessoas excelentes e hábeis tanto para o governo secular como para o espiritual, cumpre, deveras, não nos poupemos empenho, faina e gastos na tarefa de ensinar e educar os nossos filhos, a fim de que possam prestar serviços a Deus e ao mundo. Não devemos pensar apenas em como amontoar-lhes dinheiro e bens, 173 porque Deus bem os pode sustentar e enriquecer sem nós, como, efetivamente, faz dia após dia. Antes nos deu e confiou filhos para que os eduquemos e governemos de acordo com sua vontade. Não fosse por isso e nenhuma necessidade teria de pai e mãe. 174 Saiba, por conseguinte, cada qual que é seu dever, sob pena de perder a graça divina, educar os seus filhos, acima de tudo, no temor e conhecimento de Deus e, se forem aptos, dar-lhes oportunidades para aprender e estudar, a fim de que possam ser úteis nas necessidades que houver[135].

175 Se tal, de fato, se fizesse, Deus haveria de abençoar-nos ricamente e conceder a graça de se educarem homens dos quais houvessem melhora a terra e o povo. Teríamos, além disso, excelentes e bem formados cidadãos e mulheres virtuosas e caseiras, que poderiam criar, então, filhos e serviçais piedosos. 176 Considera, agora, que dano mortal perpetras quando negligencias nesse respeito e faltas ao dever de educar o teu filho de maneira útil e para salvação. Além disso, te oneras de todo o pecado e da ira e, destarte, ganhas o inferno em teus próprios filhos, ainda que no mais fosses piedoso e santo. 177 É porque se despreza isso que Deus castiga o mundo de forma tão aterradora, que não temos disciplina, nem direção, nem paz. E, aliás, todos lastimamos esse estado de coisas, mas não vemos que nós mesmos somos os culpados, porque do modo como os criamos, temos filhos e súditos estragados.

178 Baste isso para advertência, porque versar o assunto mais ao largo pertence a outro tempo.

---

[135] Em 1524, Lutero publicara o escrito "Aos Conselhos de Todas as Cidades da Alemanha, para que Criem e Mantenham Escolas". Cf. OSel 5,302ss. Trata-se de um apelo no sentido de que os conselheiros de todas as cidades alemãs estabelecessem e mantivessem escolas cristãs . Na primavera de 1529, num prefácio escrito para o livro *Oeconomia Christiana,* de seu amigo Justus Menius, Lutero fala de sua intenção de escrever um livro especial sobre o problema escolar, muito grave na época. Em meados de agosto de 1530, portanto pouco tempo depois de escritas as palavras do Catecismo Maior sobre a educação, está pronta a primeira edição do ensaio "Uma Prédica para que se Mandem os Filhos à Escola" (Vid. OSel 5,326ss.).

Quinto Mandamento

NÃO MATARÁS

179 Está concluído, assim, o estudo do governo espiritual e secular, isto é, da 180 autoridade divina e da paterna, bem como o estudo da obediência a elas. Neste mandamento, agora, saímos de nossa casa e vamos aos vizinhos, para aprender como devemos viver uns com os outros, cada qual individualmente em relação 181 ao próximo. Razão por que o presente mandamento não abraça a Deus e ao governo, nem lhes suprime o direito de matar, que eles têm. Pois o seu direito a castigar os malfeitores, Deus o delegou ao magistrado em lugar dos pais. Antigamente, esses últimos, como se lê em Moisés[136], tinham de levar, eles mesmos, seus filhos ao tribunal e sentenciá-los à morte. Por isso, o que aqui se proíbe é proibido a uma pessoa relativamente à outra, que não ao governo.

182 Este mandamento é de fácil inteligência e dele a gente trata muitas vezes, pois, anualmente, ouvimos o preceito no evangelho Mateus 5[137], onde o próprio Cristo o explica e o sumaria como segue: que não se matará nem com mão, coração, boca, sinais, gestos, nem auxiliando e aconselhando. De sorte que nele se proíbe a todos o irar-se, excetuados, conforme dito, os representantes de Deus, isto é, pais e governantes. Porque a Deus, bem como aos que o representam, cabe irar-se, censurar e castigar, exatamente por causa dos que transgridem este e outros mandamentos.

183 Causa e necessidade deste mandamento é que Deus bem sabe quão mau o mundo é e quanta desgraça existe nesta vida. Por essa razão, colocou este e outros mandamentos entre bom e mau. Ora, múltiplos são os atentados contra todos os mandamentos, e o mesmo sucede aqui. Temos de viver em meio a muita gente que nos molesta, de modo que acabamos tendo motivo para lhes 184 sermos hostis. Quando o teu vizinho vê, por exemplo, que tens casa e lar melhor, que Deus te concedeu mais bens e felicidade maior, fica aborrecido, inveja-te e nunca diz bem de ti. E, assim, por incitamento do diabo, vens a ter muitos inimigos que te não consentem bem algum, quer material, quer espiritual. Quando, então, topamos com tais pessoas, nosso coração, por seu turno, está pronto para raivar e deseja que corra sangue e haja vingança. E, então, começa-se a praguejar e surge a pancadaria, e a conseqüência final é calamida185 de e homicídio. A isso antecipa-se Deus, como pai amoroso, intervém para mediar e quer ver apartados os contendores, a fim de que não se origine desgraça daí e não aconteça que um liquide o outro. Quer ele, com isso, em suma, que cada um esteja protegido, livre de perseguição e tranqüilo quanto a maldade e violência dos demais, e quer que este mandamento envolva o próximo como

---

[136] Cf. Dt 21.18-21.

[137] Mt 5.20-26, na igreja antiga, o evangelho da sexta dominga após a festa da Trindade. Era lido na missa e, na baixa Idade Média, também já se pregava sobre ele. Existem 16 sermões de Lutero sobre o texto. Cf. WA 22,XLVIs.

muro, fortaleza e asilo sagrado[138], para que nenhum mal ou dano se lhe cause no corpo.

De sorte que o escopo deste mandamento é que a ninguém se faça mal por causa de qualquer ação má, posto que plenamente o mereça. Porque onde se proíbe matar, aí se proíbem, outrossim, todas as causas que possam dar origem a homicídio. Pois muitos, ainda que não matem, proferem, contudo, imprecações e rogam pragas que não permitiriam corresse longe a pessoa em cuja cabeça fossem cair. Agora, acontece que isso inere a todos por natureza, e é prática geral ninguém estar disposto a suportar injúrias de outrem. Por isso, Deus quer afastar a raiz e a fonte porque o coração é exacerbado contra o próximo, e habituar-nos a sempre termos esse mandamento diante dos olhos, e nele nos espelharmos, atentando a vontade de Deus e a ele encomendando, de coração confiante e com invocação do seu nome, a injustiça que estivermos sofrendo. Devemos, portanto, deixar que outros tresvariem e raivem hostis. Façam o que puderem. Assim, aprenda o homem a serenar a cólera e a trazer no peito um coração paciente e manso, especialmente para com aqueles que lhe dão motivo a se irar, isto é, para com os inimigos. 186 187

Por conseguinte, a suma toda do que significa "não matar", e que deve ser gravada com a máxima clareza na mente das pessoas simples, é o que segue: em primeiro lugar, a ninguém devemos fazer mal. Primeiramente, não com as mãos ou por atos; em seguida, que não se use da língua para advogar ou aconselhar tais atos. Além disso, que não usemos nem consintamos nenhum meio ou procedimento com que se possa maleficiar a alguém. E, finalmente, que o coração não seja hostil a nenhuma pessoa, nem por ira e ódio lhe deseje o mal. Cumpre, portanto, que corpo e alma sejam inocentes relativamente a todos, mas, especialmente, quanto àquele que te deseja ou causa mal, porque praticar o mal contra pessoa que te deseja e faz o bem não é humano, senão diabólico. 188

Em segundo lugar, transgride este preceito não só quem pratica ações más, mas, também, aquele que, podendo fazer o bem ao próximo e obviar[139], obstar, proteger e salvar, de modo que nenhum mal ou dano lhe suceda no corpo, todavia não o faz. Assim, se despedes uma pessoa desnuda quando poderias vesti-la, deixaste-a sucumbir ao frio; se vês alguém que sofre fome e não o alimentas, estás permitindo que morra de fome. Da mesma forma, se vês alguém condenado à morte ou em apertura similar e não o salvas, posto conheças meios e maneiras de fazê-lo, então o mataste. E coisa nenhuma te valerá alegar incumplicidade só porque não entraste com ajuda, conselho e atos, pois lhe negaste a caridade e o despojaste do benefício que lhe teria salvo a vida. 189 190

É com justiça, portanto, que Deus chama de assassinos a todos os que em apertura e perigos de corpo e vida não aconselham nem auxiliam. E mui 191

---

[138] *Freiheit*, no sentido de *Freistätte*, nome que se dava a lugares de refúgio onde qualquer pessoa, até criminosos, podia acolher-se, e de onde ninguém podia licitamente arrancá-la. Diz-se também "santuário", em português.

[139] A lição do *Livro de Concórdia* germânico de 1580 inclui a palavra "inocentemente" antes de "condenado": *Also siehest Du jemand unschuldig zum Tod verurteilt...* "Also", nesse texto, significa *ebenso,non secus quoque* ("Não diversamente também, da mesma forma").

terrível sentença há de proferir contra eles no dia do juízo, conforme o próprio Cristo anuncia. Dirá: "Porque tive fome e não me destes de comer; tive sede e não me destes de beber; sendo forasteiro, não me hospedastes; estando nu, não me vestistes; achando-me enfermo e preso não fostes ver-me"[140]. Isto é: Bem teríeis permitido que eu e os meus morrêssemos de fome, de sede e de frio, fôssemos estraçalhados por feras, apodrecêssemos na prisão e perecêssemos em miséria. Que outra coisa é isso senão vituperá-los por assassinos e indivíduos cruéis?[141] Porque, embora não tenhas, materialmente, praticado tais atos, contudo, quanto de ti dependeu, permitiste que o próximo continuasse engolfado na desventura e nela perecesse. É exatamente como se eu visse alguém navegando e pelejando em água profunda ou caindo em fogo e lhe pudesse estender a mão, arrebatá-lo e salvá-lo, todavia, não o fizesse. Que outra coisa seria eu, mesmo aos olhos de todo o mundo, senão assassino e patife?

192

193 A intenção real de Deus é, portanto, que não permitamos venha qualquer homem a sofrer dano, e que, ao contrário, demonstremos todo o bem e amor. E isto, conforme dito[142], mira particularmente aos nossos inimigos. Porque fazer o bem aos amigos não passa de comum[143] virtude gentílica, segundo a palavra de Cristo em Mateus 5[144].

194

195 Aqui, temos novamente a palavra de Deus, com a qual ele quer estimular e impelir-nos a obras verdadeiras, nobres, excelsas, com mansidão, paciência e, em suma, amor e beneficência para com os nossos inimigos. E sempre quer lembrar-nos que cumpre volva a reflexão ao primeiro mandamento, à verdade de que ele é nosso Deus, isto é, que nos quer ajudar, assistir e proteger. Seu propósito é sufocar em nós, dessa maneira, o desejo de nos vingarmos.

196 Estas verdades, agora, deveriam ser exercitadas e inculcadas. Não teríamos, então, mãos a medir no que diz respeito a boas obras. Mas isso aí não seria sermão para monges. Seria deprimir excessivamente os méritos do estado espiritual, insultar a santidade dos cartuxos[145] e, provavelmente, importaria nada menos que proibição de boas obras e esvaziamento de mosteiros. Porque, dessa maneira, o estado cristão ordinário teria valor igual, e até valeria muito mais, e todos veriam como fazem o mundo de bobo e o engabelam com falsa e hipócrita aparência de santidade. Porque deram com o pé[146] nesse e em outros mandamentos e houveram que eram desnecessários, como se não fossem preceitos,

197

---

[140] Mt 25.42s.

[141] *Bluthunde* (sabujos). Em sentido figurado, o termo português significa sevandija, parasito; pessoa indecorosamente servil, bajuladora. Na acepção própria, traduz o sentido próprio de "Bluthund", cão de caça grossa ou cão de busca, na caça. É cão usado na caça a prisioneiros fugitivos. Daí seu uso figurado, em alemão, para designar pessoa que persegue impiedosamente, indivíduo sanguinário, cruel.

[142] Vid. acima, 188.

[143] *Schlechte* (= gewöhnliche).

[144] Mt 5.46s.

[145] Vid. acima, Mandamentos, II, 74, nota em "santidade cartusiana".

[146] *In Wind geschlagen.* Vid. Mandamentos, I, 28, nota em "levado de galhofa"; Mandamentos, I, 29, nota em "tratado de resto".

e sim, conselhos[147]. Ademais, blasonaram e trombetearam despudoradamente sobre o seu estado hipócrita e suas obras, afirmando que era a vida mais perfeita, a fim de se assegurarem vida boa e suave, sem cruz e paciência. E foi com isso em vista que correram aos mosteiros, para que não tivessem de sofrer nas mãos de quem quer que fosse e não precisassem fazer o bem a outros. Tu, 198 porém, sabe que são estas as obras verdadeiras, santas e divinas, sobre as quais Deus se alegra com todos os anjos. Em contraste com elas, toda a santidade humana é mau cheiro e sujidade e, além do mais, apenas merece ira e condenação.

Sexto Mandamento

NÃO ADULTERARÁS 199

200 Os mandamentos subseqüentes são facilmente compreendidos à luz da explanação[148] do anterior. O escopo de todos é ensinar que tenhamos o cuidado de evitar qualquer forma de causar dano ao próximo. Sucedem-se em bela ordenação. Tratam, primeiro, da pessoa do próximo. Em seguida, passa-se avante, para a pessoa ou o bem que lhe é mais chegado, depois do seu próprio corpo, a saber, o cônjuge, que forma uma só carne e sangue com ele, de sorte que não há bem no qual se lhe possa causar dano maior do que neste. Por isso, aqui, expressa-se claramente que não se deve causar desonra ao próximo em sua esposa. A letra mira principalmente[149] ao adultério, porque a ordenação e o preceito 201 entre os judeus tornava o matrimônio obrigatório a todos. Razão por que os jovens casavam o mais cedo possível. De maneira que o solteirismo não tinha valor. Também não se permitiam, ao contrário do que acontece hoje, meretrício e devassidão[150] públicos. Por isso, o adultério foi a impureza mais comum entre eles.

202 Como, porém, existe entre nós tão vergonhoso mistifório e borra[151] de todas as espécies de vício e libertinagem, esse preceito se dirige também contra toda impudicícia, seja qual for o nome que se lhe dê. Não só proíbe o ato externo, mas, também, todas as causas, incitamentos e meios. Cumpre, assim, que o coração, os lábios e o corpo todo sejam castos e não abram campo à incastidade, nem dêem ajuda e conselho a ela favoráveis. E não só isso. Importa, ou- 203

[147] Lutero refere-se à distinção entre *praecepta* e *consilia evangelica*. Os três conselhos evangélicos, também chamados votos monásticos e votos da religião, que se devem pronunciar para se entrar numa ordem religiosa são castidade, pobreza e obediência. (Castidade, aqui, significa abstinência sexual permanente, e chama-se celibato no caso da prescrição disciplinar eclesiástica para clérigos). Segundo a concepção católica romana, os preceitos obrigam a todos incondicionalmente, ao passo que a observância (livre) dos conselhos evangélicos confere graça especial, e sua inobservância não é pecado.

[148] Acrescentamos as palavras "da explanação".

[149] *Eigentlich* (= hauptsächlich). Cf. BSLK, p. 611, nota 6. Texto lat.: *peculiariter.*

[150] *Huren-und Bubenleben.*

[151] *Gemenge und Grundsuppe.*

trossim, obstar, proteger e salvar onde houver tal perigo e necessidade e, por
204 outro lado, ajudar e aconselhar para que o próximo continue em honra. Porque se omitires isso, quando poderias atalhar o mal[152], ou se fizeres a vista grossa[153], como se não fosse de tua conta, és tão culpado quanto o perpetrador. O
205 que se exige, portanto, em resumo, é que cada qual viva ele mesmo vida casta e ajude o próximo a fazer coisa idêntica. Assim, com esse mandamento, Deus quer o cônjuge de cada um circunvalado e resguardado, para que ninguém, ilicitamente, ponha as mãos nele[154].

206 Como, porém, esse preceito mira tão diretamente ao matrimônio e dá azo a que tratemos dele, compreende e nota bem, primeiro, quão subida honra e louvor Deus confere a esse estado com o fato de o sancionar e proteger através de seu preceito. Deu-lhe sanção acima, no quarto mandamento: "Honrarás a teu pai e a tua mãe". Mas, aqui, conforme dito, o resguardou e protegeu.
207 Por isso, também quer que o honremos, mantenhamos e vivamos como estado divino e bendito! Pois que o instituiu antes dos demais e criou, diversamente, homem e mulher, como é evidente, não para maroteira[155], sim, para que permaneçam unidos, sejam fecundos, gerem filhos e os sustentem e eduquem para
208 honra de Deus. Essa também a razão por que Deus abençoou esse estado riquissimamente, acima de todos os outros, e, além disso, destinou e conferiu-lhe quanto há no mundo, a fim de que esse estado, sem falta, estivesse bem e copiosamente provido. De sorte que a vida matrimonial não é assunto para brincadeira ou curiosidade atrevida; é, isto sim, coisa excelente e matéria de divina seriedade. Pois é de importância suprema aos olhos de Deus que se eduquem homens que prestam serviços ao mundo, promovendo o conhecimento de Deus, vida piedosa e todas as virtudes, para lutar contra a maldade e o diabo.

209 Essa a razão por que sempre tenho ensinado que não se despreze nem se menoscabe esse estado, como faz o mundo cego e os nossos falsos clérigos[156], mas que se trate de avaliá-lo segundo a palavra de Deus, que o adorna e santifica. Não só é igualado com outros estados, senão a todos precede e ultrapassa, os de imperador, príncipes, bispos, ou de quem quer que seja. Porque ambos os estados, o espiritual e o secular, têm de humilhar-se e encontrar-se
210 todos nesse estado, conforme ouviremos. Razão por que não é estado especial, senão o mais comum e o mais nobre, que vai e se estende por toda a cristandade, sim, pelo mundo inteiro.

211 Em segundo lugar, importa que saibas, outrossim, que esse estado não é apenas honroso, mas também necessário. E, seriamente, ordena Deus que, em geral,

[152] Acrescentamos as palavras "o mal".

[153] *Durch die Finger siehest.*

[154] *Sich daran vergreife.*

[155] *Büberei.* Texto lat.: *non ad libidinose exercendam spurcitiem atque lasciviam* ("não para exercer a seu talante a obscenidade e a lascívia").

[156] *Unsere falsche Geistliche.* Texto lat.: *pseudoreligiosi nostri.* Em português, "pseudoreligiosos" poderia ser entendido como referência apenas a pessoas ligadas por votos monásticos. Vid. Mandamentos, III, 93, nota em "ordens espirituais".

através de todos os estados, homens e mulheres a ele dispostos pela natureza[157], estejam nesse estado, à exceção, todavia, de alguns, ainda que poucos, os quais Deus especialmente excetuou, de modo que não são aptos para o estado matrimonial ou, então, os libertou por meio de elevado e sobrenatural dom, de forma que podem manter-se castos fora do matrimônio. Porque onde a natureza opera tal como foi implantada por Deus, não é possível manter-se casto fora do casamento, pois carne e sangue sempre são carne e sangue, e a inclinação e excitação naturais operam sem barreira, desimpedida, conforme cada qual vê e sente. Por isso, a fim de que fosse tanto mais fácil evitar, em certa medida, a incastidade, Deus ordenou o estado matrimonial, de modo que cada um tenha a porção a ele destinada[158] e com ela se contente. É verdade que se requer, além disso, a graça de Deus, para que também seja casto o coração. 212

Disso vês como a nossa turba papal, sacerdotes, monges, monjas, resiste à ordem e ao mandamento de Deus. Desprezam e proíbem o matrimônio e ousam e juram observar castidade perpétua. Além disso, iludem as pessoas simples com palavras mentirosas e falsas aparências. Porque ninguém tem menos amor e inclinação à castidade do que, exatamente, aqueles que evitam o matrimônio por causa da sua grande santidade ou porque vivem pública e descaradamente em prostituição ou, secretamente, fazem coisa ainda pior, [praticando] tais atos que a gente nem ousa mencionar[159]. Lamentavelmente, é a experiência que demais vezes se tem feito. E, em suma, mesmo que se abstenham do ato, o coração, todavia, está abarrotado de pensamentos impuros e maus desejos, um eterno arder e secreta paixão que na vida conjugal se podem contornar. De sorte que fica, por este mandamento, condenado todo voto de, sem casamento, manter-se casto, bem como fica declarada, pelo preceito, a nulidade de tais votos. Mais ainda: por este mandamento se ordena a todas as pobres consciências cativas, ludibriadas por seus votos monásticos, que saiam do estado incasto e ingressem na vida matrimonial, à vista do fato de que, embora a outros respeitos fosse agradável a Deus a vida monacal, todavia, não está em seu poder manterem-se castos e, se permanecerem nisso, mais e mais terão de pecar contra este mandamento. 213 214 215 216

Digo isto para que se insista com os jovens neste sentido, a fim de conceberem vontade para o matrimônio e saberem que é estado abençoado e agradável a Deus. Poder-se-ia, assim, com o passar do tempo, fazer com que reouvesse sua honra e diminuísse a vida imunda, dissoluta e desordenada que ora se dissemina em todas as partes do mundo, com pública prostituição e outros vícios infames, que se seguiram ao desprezo à vida conjugal. Por isso, aqui, também a pais e magistrados corre o dever de supervisar os jovens, a fim de serem criados para decência e respeito e, quando crescidos, casem no temor de Deus 217 218

---

[157] *So dazu geschaffen sind.* Texto lat.: *quicunque ad hunc amplectendum natura sunt appositi* ("todos aqueles que, pela natureza, foram tornados aptos para abraçá-lo"). W. Metzger, ed. *Calwer*, op. cit., p. 64: "welche dazu geeignet sind".

[158] *Sein bescheiden Teil,* isto é, beschiedenes, zugemessenes, zugewiesenes. Texto lat.: *sua parte legitime destinata.*

[159] *Dass man's nicht sagen tarr.* "Tarr" (ou "tar", " thar") é forma do presente de "türren", arriscar, ousar (cf. Götze, *Glossar*).

e honradamente[160]. Não faltaria a isso Deus com sua bênção e graça, de modo tal que, daí, se houvesse prazer e alegria.

219 Com base em tudo isso, digamos, agora, em conclusão, que este mandamento não só exige que cada qual viva de maneira casta, em ações, palavras e pensamentos, no seu estado, isto é, particularmente no estado matrimonial, mas, também, que se ame e tenha em apreço o cônjuge, dado por Deus. Porque onde se quer manter castidade conjugal, importa, acima de tudo, que homem e mulher convivam em amor e concórdia, para que um queira ao outro de coração e com fidelidade integral. Esse é um dos principais dentre os elementos que engendram amor e vontade para a vida casta. Onde estiver em exercício, a casti-
220 dade lhe seguirá espontaneamente, sem qualquer ordem. Essa também a razão por que São Paulo tão diligentemente exorta os cônjuges a que, mutuamente, se
221 amem e honrem[161]. Aqui, tens, novamente, uma boa obra preciosa; na verdade, muitas e grandes obras, que, alegremente, podes exaltar contra todas as ordens espirituais eleitas sem palavra e mandamento de Deus.

Sétimo Mandamento

222 NÃO FURTARÁS

223 O lugar imediato a tua pessoa e à do cônjuge é dos bens temporais. Também a eles quer Deus protegidos. Ordenou que ninguém subtraísse ou redu-
224 zisse o que é do próximo. Porque furtar outra coisa não é senão apropriação injusta de bens alheios, o que, em poucas palavras, compreende toda espécie de vantagens, para desvantagem do próximo, em toda sorte de negócios. Furtar é vício amplissimamente difundido e muito comum. Tão pouco, entretanto, nele se repara e atenta que já ultrapassa todas as medidas, de forma que, se fossem enforcados todos os que são ladrões – embora não queiram que assim lhes chamem –, o mundo, em breve, ficaria deserto e haveria insuficiência de carrascos e forcas. Pois, conforme há pouco dito, não se chamará de furto apenas o ato de limpar cofres e bolsos; estender-se-á ao mercado[162], a todas as lojas, açougues, adegas de vinho e cerveja, oficinas; em suma, onde quer que haja transações comerciais e se dê e receba dinheiro por mercadorias ou trabalho.
225 Por exemplo – para explicá-lo um tanto palpavelmente ao homem comum, a fim de que se veja em que medida somos gente às direitas –: se um empregado ou uma empregada é infiel nos deveres domésticos e causa prejuízo ou, então, o permite quando poderia tê-lo evitado ou, de outra maneira, descura e negligencia

---

[160] *Mit Gott und Ehren berate.* Texto lat.: *mature honesto jungantur matrimonio* ("no tempo prôprio sejam unidos em matrimônio honrado").

[161] Cf. Ef. 5.22,25; Cl 3.18s.

[162] *(Es soll) Ümbsichgreifen auf den Markt.* Não bem interpretado na edição de Jacobs: "to be too far-reaching in the market". O sentido é "sich erstrecken". Vid. adiante, 232, nota em "abrangente". Texto lat.: *in foro quoque locum habet.*

os seus bens, por preguiça, indiligência ou malícia, para vexação e aborrecimento de patrão e patroa, e por seja qual for o motivo que possa levar a que se proceda assim de caso pensado (pois não falo do que se faz em razão de inadvertência e não propositadamente), pode subtrair, em um ano, trinta ou quarenta florins[163], e mais do que isso. Tivesse um outro surripiado ou levado às escondidas tal soma, e teria de sufocar na corda[164], ao passo que, no outro caso, ainda podes bater o pé e levantar a grimpa, e que ninguém se atreva a chamar-te ladrão.

226 Digo o mesmo a respeito de artesãos, operários e jornaleiros[165] que procedem arbitrariamente e a quem nunca basta o que já sabem em matéria de tirar a pele, sendo, contudo, relaxados e infiéis no trabalho. Todos esses são muito piores[166] do que os gatunos encobertos[167], contra os quais podemos defender-nos com fechadura e ferrolho, ou, se os apanhamos, tratar com eles de modo tal que não o repitam. Daqueles outros, entretanto, ninguém pode resguardar-se. E ninguém pode encarar neles com azedume ou repreender-lhes algum furto. Dez vezes preferir-se-ia perder algo da carteira, pois, aqui, trata-se dos meus vizinhos, de bons amigos, da minha própria criadagem, dos quais espero coisas boas, e são eles os primeiros a me ludibriar.

227 Ademais, também no mercado e no comércio ordinário, a mesma coisa anda em pleno vigor e pujança. Um defrauda publicamente o outro com mercadoria, medida, peso e moeda falsos, e lhe passa a manta[168] por meio de escamoteação[169], manhas refinadas[170] ou hábeis estratagemas[171]. Além disso, explora-o no preço de compra, e a seu bel-prazer o grava, tosquia e atormenta. E quem, aí, pode enumerar ou lembrar tudo o que há nessa matéria? 228 Trata-se, em resumo, da arte mais difundida e da maior corporação da terra, e quando, agora, se passa revista às ordens do mundo, de ponta a ponta, outra coisa não é senão enorme e amplo estábulo apinhado de larápios graúdos. 229 Por isso, também lhes chamam de piratas de gabinete[172], ladrões territoriais e de estrada, não ratos de

---

[163] *Gülden.* O florim, originalmente, foi moeda de ouro da Florença medieval, cunhada em 1252. Passou a designar várias moedas européias de ouro ou de prata. O termo alemão ainda sobrevive no "gulden" ou "guilder" holandês. Obsopoeus o traduz com a palavra *aureus*, nome da moeda de ouro romana. "Áureo" também é o nome da antiga moeda portuguesa.

[164] *Musst'er am Strick erwurgen* (ersticken). Ao ladrão aplicava-se por castigo o enforcamento.

[165] Isto é, diarista, trabalhador a quem se paga jornal. No original: *Taglöhnern.*

[166] *Weit über.*

[167] *Die heimlichen Diebe.* Outra possibilidade seria furtador ou gatuno de mosco (que furta assaltando a casa da vítima). Texto lat.: *fures nocturnos* ("ladrões noturnos"). Obsopoeus ainda acrescenta um termo grego *hemerókoitos* (= o que dorme ou descansa de dia). Vid. adiante, 229, nota em "surripiadores".

[168] *Übervorteilt* (Übervorteilen = ludibriar, prejudicar, lesar, etc.).

[169] *Behendigkeit.* BSLK: *Betrug.*

[170] *Seltsamen Finanzen.* BSLK: *schlauen Listen.*

[171] *Geschwinden Fundlin.* BSLK: *tückischen Kniffen.*

[172] *Stuhlräuber.* A. Gõtze, *Glossar* dá como equivalente *Thronräuber* (usurpador - literalmente, assaltante de trono). Na seleta das obras de Lutero, editada por Otto Clemen, uma nota explica: "Die rauben und dabei noch auf dem hohen Pferde sitzen" ("Os que roubam e, não obstante, andam emproados"). BSLK e Kurt Aland (*Luther Deutsch*) dão *Wucherer*, usuário, agiota. Este é um dos sentidos em que Lutero usa o termo. Cf WA 51,361,20: *Ein Wucherer ein schoner Dieb und Reuber ist, und*

cofre[173] e surripiadores[174] que abafam a caixa. Refestelam-se na cadeira e se chamam grandes fidalgos e cidadãos honrados e íntegros[175] e rapinam e furtam com aparência de direito.

230 De fato, a gente ainda poderia silenciar aí quanto a gatunos miúdos e isolados, se fosse caso de atacar os maiúsculos e poderosos arquilarápios com os quais senhores e príncipes fazem causa comum[176], e que, diariamente, saqueiam não uma ou duas cidades, senão a Alemanha inteira. E onde ficaria o cabeça e protetor supremo de todos os ladrões[177], a Santa Sé romana com todo o seu séquito que, por meio de furto, apropriou-se dos bens de todo o mundo e 231 os mantêm até ao dia de hoje em seu poder? Em breves palavras, esse é o curso do mundo: quem pode furtar e roubar publicamente, segue seguro e livre, por ninguém censurado e, de mais a mais, ainda quer lhe tributem honra. Enquanto isso, os gatunos pequenos e furtivos que larapiaram uma vez sofrem a vergonha e o castigo, fazendo aqueloutros parecerem íntegros e honrados. Saibam, entretanto, que, diante de Deus, são os maiores ladrões. E ele os há de castigar como merecem.

232 Visto, pois, que esse mandamento é tão abrangente[178], conforme acabamos de mostrar, é necessário expô-lo e explicá-lo miudamente à massa. A gente não os deixará seguir por aí livres e seguros, porém sempre lhes porá diante dos olhos e lhes incutirá a ira de Deus. Porque não é a cristãos que temos de pregar isso, senão, principalmente, a velhacos e patifes, a quem, provavelmente, pregariam com mais justiça o juiz, o carcereiro[179] ou o carrasco[180]. 233 Saiba cada qual, por conseguinte, que, sob pena do desagrado de Deus, corre-lhe o dever de não só nenhum dano fazer ao próximo, nem subtrair-lhe sua

---

auff dem stul sitzt, daher man sie stulreuber heisst ("O usurário é um ladrão e bandido elegante, assentado em cadeira, de onde os chamarem bandidos de poltrona"). Lutero está enganado quanto à etimologia. A palavra não vem de *Stuhl* (cadeira), mas do baixo alemão *stôl,* capital emprestado a juros.

[173] *Kastenräuber.*

[174] *Meucheldiebe,* sinônimo de *Heimliche Dibe.* Obsopoeus: *fures clancularii.* W. Metzger, ed. *Calwer:* "Taschendiebe" (batedores de carteira, carteiristas). Cf. acima, 226, nota em "gatunos encobertos".

[175] *Fromme.* Texto lat.: *integri.*

[176] *Mit welchen Herrn und Fursten Gesellschaft* (= Gemeinschaft) *machen.* As palavras "com os quais senhores e príncipes fazem causa comum" figuravam nas principais edições de Wittenberg e Erfurt, desapareceram nas edições subseqüentes em alto alemão, reaparecendo, entretanto, na edição completa de Jena, e, assim no *Livro de Concórdia* (traduzidas em latim, como segue: *quibuscum potentes et summi principes societatem ineunt*). Não se sabe com certeza por que foram eliminadas.

[177] Obsopoeus acrescenta *mater, defensatrix et Laverna* (a deusa que tutelava o ganho, lícito ou não, e daí especialmente padroeira de valhacos e ladrões. Cf. Horácio, *Epistulae,* 1,16,60: *Laverna... dea furum,* deusa dos ladrões).

[178] *Weil nu dies Gepot so weit ümb sich greifet.* Texto lat.: *Cum itaque hoc praeceptum tam multos complectatur.*

[179] *Stockmeister* (também *Stockwerter,* de *Stock,* também *Stockhaus,* cárcere), i. e., *Gefängnisaufseher.* Texto lat.: *minister carceris* ("agente carcerário").

[180] *Meister Hans* (= Henker). Texto lat.: *carnifex.*

vantagem, nem em transações de compra e venda ou em outro qualquer negócio perpetrar contra ele qualquer perfídia ou dolo, mas ainda lhe cumpre proteger, fielmente, os bens do próximo, causar e favorecer[181] seu proveito, particularmente, se, para isso, se recebe dinheiro, remuneração e vitualhas.

234 Agora, quem despreza isso de propósito pode lá escapulir do verdugo; da ira e do castigo de Deus é que não escapará. E, posto siga por longo tempo em seu desafio e soberba, não passará de vagamundo e mendigo e experimentará, ao mais, toda praga e infortúnio. 235 Agora segues o teu próprio caminho, quando deverias cuidar dos bens de teu patrão ou patroa, o que te permite rechear o papo e a barriga, receber o teu salário como ladrão, além do que te deixas honrar como fidalgo. Muitos há que, ainda em cima, resistem insolentemente a patrão e patroa e, a contragosto, praticariam um ato de amor e serviço que evitasse um dano. 236 Vê, porém, o que te rende isso: quando te tornares proprietário, tu mesmo, e estiveres instalado em tua casa – e para desgraça tua Deus te ajudará a consegui-lo –, haverá virada e retribuição, de modo tal que, onde houveres fraudado ou feito prejuízo no valor de um ceitil[182], terás de pagar trinta vezes tanto. 237 Sucederá o mesmo com artesãos e diaristas, dos quais, ao presente, se tem de ouvir e sofrer intolerável arbitrariedade, como se fossem senhores do que pertence a outrem e todos, simplesmente, lhe tivessem de dar o que pedem. 238 Deixa que explorem pelo tempo que puderem. Mas Deus não há de esquecer o seu mandamento e lhes pagará de acordo com o serviço. Há de pendurá-los não em forca verde, senão em seca[183]. Por toda a vida não prosperarão e nada alcançarão. 239 E, na verdade, se tivéssemos governo bem ordenado, cedo se poderia frear e prevenir semelhante capricho, conforme era outrora entre os romanos, onde, em três tempos, se pegavam tais indivíduos pelo cangote, para que outros, daí, colhessem advertência.

240 Terão destino idêntico os demais que transformam o livre mercado público em esfoladouro[184] e antro de salteadores, onde, diariamente, defraudam-se os pobres e se inventam novos ônus e altas de preços. Cada qual faz uso do mercado a seu bel-prazer e ainda se mostra desafiador e arrogante, como se a pleno direito pudesse vender os seus bens tão caro quanto lhe apeteça e a ninguém fosse permitido fazer objeções. 241 Vamos, é certo, ficar a observá-los, deixando-os esfolar, extorquir e amealhar. 242 Mas esperaremos em Deus, que, todavia, fará o seu, assim como assim. A saber: depois que tiveres esfolado e juntado por longo tempo, ele pronunciará uma bênção sobre a coisa, de modo tal que te perecerão os cereais no celeiro, a cerveja na adega e o gado no estábulo.

---

[181] *Verschaffen und fodern* (=bewirken und fördern).

[182] *Heller.*

[183] *Und hängen nicht an ein grünen, sondern dürren Galgen.* Texto lat.: *non in virentem crucem, sed plane in aridam furcam suspensurus.* Morrer na "forca seca" significa ser estrangulado em patíbulo oficial. Morrer na "forca verde": numa árvore qualquer. Ser justiçado no cadafalso (em público) era pena mais severa do que a de ser eliminado sumariamente em forca verde.

[184] *Schindeleich,* Schindanger. Grimm, *Deutsches Wörterbuch*: "der Ort, wo gefallenes Vieh geschunden wird". O termo aparece muitas vezes em Lutero. Cf. sentido figurado em que usamos o verbo "esfolar" (vender muito caro, explorar).

Na verdade, se enganares e explorares alguém no valor de um florim, ser-te-á corroído pela ferrugem e consumido tudo quanto acumulaste, de sorte que jamais virás a fruí-lo.

243 Vemos, na verdade, e experimentamos diante dos olhos, cotidianamente, como se cumpre aquilo de que nenhum bem furtado ou desonestamente adquirido prospera[185]. Quanta gente esgravata e raspa dia e noite e, apesar disso, não enriquece em um só centavo que seja. E ainda que ajuntem muito, têm de passar, contudo, por tantas misérias e infortúnios que não o podem fruir com 244 alegria nem herdá-lo a seus filhos. Mas, visto que ninguém se importa com isso, e seguimos o nosso caminho como se a coisa não fosse de nossa conta, vê-se Deus obrigado a nos castigar e ensinar costumes[186] de algum outro modo, enviando-nos um flagelo[187] após outro, ou convidando para hóspedes nossos uma tropa de lansquenetes[188], que em uma hora nos limpam caixas e bolsa e não param enquanto nos resta um ceitil. Além disso, a título de agradecimen-245 to, queimam e devastam casa e lar[189] e violentam e matam mulher e filhos. Em resumo: se furtares muito, podes estar certo de que outro tanto se furtará de ti; e quem rapina e enriquece com violência e injustiça, tem de agüentar que outro o trate de maneira idêntica. Porque Deus conhece magistralmente a arte de castigar um ladrão por intermédio de outro, já que cada um rouba e furta ao outro. Não fosse assim, onde é que a gente buscaria forcas e cordas em quantidade suficiente?

246 Agora, quem estiver disposto a aprender, saiba que isso é mandamento divino, que não quer ser levado de brincadeira[190]. Se desprezas e ludibrias a nós outros, se nós somos as vítimas de teus furtos e roubos, ainda vamos conformar-nos e suportar a tua soberba, sofrer e, conforme o Pai-Nosso, perdoar e comiserar-nos. Porque os piedosos de qualquer maneira terão o bastan-247 te e tu prejudicas mais a ti mesmo que a outrem. Guarda-te, porém disso: quando vem a pobreza – e há tantos agora –, que têm de comprar e viver com os cobrinhos diários, e tu os acometes como se todo o mundo tivesse de viver

---

[185] Cf. o provérbio alemão *Unrecht Gut gedeiht nicht* ("Bens injustos não medram").

[186] No original alemão, Lutero usa o termo latino *mores*: costumes, bons modos, procedimento.

[187] *Landschatzung*. Götze, *Glossar*: "Heimsuchung". Assim também Kurt Aland (*Luther Deutsch*, III, p. 62 e BSLK, p. 621, nota 10. Grimm, *Deutsches Wörterbuch:* "tributum generale, vulgariter contributio". Documenta com o Catecismo Maior. W. Metzger, ed. *Calwer* I, p. 70: "Zwangsumlage" (arrecadação compulsória, taxação coercitiva). Texto lat.: *ut novis subinde exactionibus exsugamur.*

[188] "Lansquenete" (ou "lansquenê") é termo aportuguesado do alemão "Landsknecht". Chamavam-se assim os mercenários de infantaria alemães desde o último quartel do século XV até o século XVII. Há descrições que os caracterizavam como flagelo da terra. P. ex.: "Der Landsknecht mut stift nichtes gut, / mord, raub und brand acht er kein schand" ("nada de bom produz a gana dos lansquenetes; assassínio, rapina e incêndio não lhes parecem infâmia"). E: "Die plagen auch den baursman hart"("também atormentam duramente o camponês"). (Textos citados em Grimm, *Deutsches Wörterbuch*)

[189] *Haus und Hof.* Texto lat.: *patria aedes* ("casa paterna"). Sobre "Haus und Hof", vid. Catecismo Menor, Credo, 2, nota em "casa e lar".

[190] *Für kein Scherz will gehalten sein.*

dos teus favores, os esfolas e raspas até ao osso e, além disso, despachas com altivez e petulância a pessoas a quem deverias dar de graça, então, a pobreza vai embora, miserável e tristonha, e como a ninguém pode apresentar queixa, brada e clama ao céu. Guarda-te disso, repito, como do próprio diabo. Tal gemer e clamar não será brincadeira; terá, ao contrário, um efeito que se tornará pesado demais para ti e todo o mundo. Porque chegará aos ouvidos daquele que tem cuidado dos corações pobres e aflitos e está decidido a não deixá-los sem vingança. Caso, porém, desprezares isso e te mostrares desafiante, então vê lá a quem declaraste guerra. Se tens êxito e prosperas, podes, à face do mundo inteiro, chamar de mentiroso a Deus e a mim.

248 Bastantemente exortamos, advertimos e prevenimos. Quem não o quiser atentar e crer, siga o seu caminho até verificá-lo por experiência. Mas é preciso inculcá-lo à gente moça, para que se acautelem e não sigam a velha e desenfreada multidão, porém mantenham diante dos olhos o mandamento de Deus, a fim de não sobrevir também a eles a ira e o castigo de Deus. 249 Nossa responsabilidade apenas é instruir e repreender com a palavra de Deus. Mas para reprimir essa aberta arbitrariedade, requerem-se príncipes e magistrados que tenham olhos e ânimo para estabelecer e manter ordem em todos os negócios e transações comerciais, a fim de a pobreza não ser gravada e oprimida e para que não se tenha de carregar com pecados alheios.

250 Baste isso quanto ao que significa furtar. Não se lhe deve restringir demasiadamente a significação, mas ampliá-la ao nosso trato com o próximo. E, para sumariá-lo brevemente, como fizemos nos mandamentos precedentes: proíbe-se com isso, primeiro, prejudicar o próximo e fazer-lhe injustiça, em qualquer das muitas maneiras que se possam excogitar para diminuir, impedir e denegar posses e bens. Também não devemos consentir nisso ou permiti-lo, senão impedir e preveni-lo. 251 Ordena-se, por outro lado, que promovamos e melhoremos os seus bens e, se estiver sofrendo por privações do necessário, que lhe ajudemos, compartilhemos e emprestemos, quer se trate de amigo, quer de inimigo. 252 Quem, pois, procura e deseja boas obras, aqui, há de encontrar sobejas obras aceitáveis e agradáveis a Deus de coração. Além do mais, são elas agraciadas e cumuladas de excelente bênção: ricamente será recompensado o que fazemos para proveito do próximo e por amizade. Assim também ensina o rei Salomão, Pv 19[191]: "Quem se compadece do pobre ao Senhor empresta, e este lhe paga o seu benefício". 253 Aí tens um Senhor rico, que, sem dúvida, te basta e que não permitirá haja insuficiência ou falta de algo. Dessa maneira, podes, de consciência alegre, fruir cem vezes mais do que arrepanhas[192] com deslealdade e injustiça. Agora, quem não quer a bênção há de encontrar ira e infortúnio bastantes.

---

[191] Pv 19.17.

[192] *Erschreppelst*. Economizar com sordidez e sovinaria; economizar avaramente.

Oitavo Mandamento

254 **NÃO DIRÁS FALSO TESTEMUNHO CONTRA O TEU PRÓXIMO**

255 Além do nosso próprio corpo, do cônjuge e dos bens temporais, temos outro tesouro que também não podemos dispensar, a saber, honra e boa reputação[193]. Pois importa não viver entre os homens[194] em pública desgraça, des-
256 prezado por todos. Por isso, Deus não quer se tirem ou diminuam a reputação, o bom nome[195] e a retidão[196] do próximo, exatamente assim como não quer que lhe tiremos ou diminuamos dinheiro e bens, a fim de que esteja em honra
257 diante de sua mulher, filhos, empregados e vizinhos. E, em primeiro lugar, o sentido mais imediato deste mandamento, segundo a letra (Não dirás falso testemunho), refere-se ao foro público, onde um pobre inocente é acusado e oprimido por falsas testemunhas, para ser castigado no corpo, nos bens ou na honra.
258 Isso, agora, pouco nos parece dizer respeito, mas entre os judeus foi ocorrência muito comum. Porque aquele povo estava em regime excelente, organizado. E onde ainda existe tal governo, esse pecado não deixa de ocorrer. A razão é a seguinte: onde juízes, burgomestres, príncipes ou outras autoridades exercem judicatura, aí sempre acontece isso, conforme o curso do mundo; não se quer ofender a ninguém e, assim, finge-se e se fala com o olho em favores, dinheiro, expectativas ou relações de parentesco[197]. Enquanto isso, o pobre, oprimido em sua causa, tem de perder a questão e sofrer castigo. E é calamidade comum no mundo o fato de, nos tribunais, raras vezes presidirem pes-
259 soas de integridade[198]. Porque o juiz, acima de tudo, deveria ser homem de inteireza[199], e não só íntegro, mas, também, sábio e sensato[200] e, além disso, intimorato e corajoso. Da mesma forma, importa que uma testemunha seja intrépida e, a mais disso, principalmente, pessoa às direitas. Pois quem deve julgar todas as causas com justiça e, vigorosamente, executar a sentença[201], muitas vezes irri-

---

[193] Texto lat.: *nominis et famae aequabilis atque inviolatae praeclarum testimonium* ("preclaro testemunho de um nome e reputação íntegros e inviolados").

[194] Há edições do texto original que lêem *denn es gilt nicht, unter den Leuten,* etc., em vez de *denn es gilt, nicht unter den Leuten,* etc. Isso explica o "it is intolerable" da *Concordia Triglotta* (e da ed. *Tappert*). Es gilt = es kommt darauf an (BSLK, p. 624, nota 6). Assim também entende Kurt Aland (*Luther Deutsch,* III, 64).

[195] *Glimpf* (=Ehre, guter Name - honra, bom nome). Texto lat.: *nomen.*

[196] *Gerechtigkeit.* Texto lat.: *justitia.*W. Metzger, ed. *Calwer:* "Unbescholtenheit", irrepreensibilidade, integridade.

[197] *Freundschaft.* Latim: *amicitia.* Edições inglesas: "friendship". Metzger, ed. *Calwer:* "Verwandtschaftliche Beziehungen". Götze, *Glossar:* "Gesamtheit der Verwandten; geblutte f. Blutsverwandte".

[198] *Fromme,* no sentido de "rechtschaffene". Texto lat.: *viri boni et integri.*

[199] *Frommer* (= rechtschaffener).

[200] *Gescheider* (= gescheiter). Livro de Concórdia alemão: "Bescheidener" (modesto).

[201] A ed. Tappert não traduz as palavras *und mit dem Urteil hindurchreissen* (= durchgreifen) *soll.*

tará bons amigos, parentes[202], vizinhos, ricos e poderosos, que muito o podem servir ou prejudicar. Por isso, tem de ser inteiramente cego e, olhos e ouvidos cerrados, não ver e ouvir senão diretamente em frente, o que se lhe apresenta e, de acordo com isso, deve lavrar a sentença.

260 Este mandamento mira, pois, em primeiro lugar, a que cada qual ajude o próximo no sentido de lhe garantir o seu direito. Não permitirá que seja obstaculizado ou torcido, mas há de promover-lhe o direito e sobre ele vigiar com firmeza, quer seja ele juiz, quer testemunha[203], e seja qual for o caso em questão[204]. 261 E, com isso, fica especialmente fixada uma meta aos nossos senhores juristas: terem o cuidado de tratar das coisas reta e sinceramente, deixando ser justo o que justo é e, por outro lado, não torcer, nem encobrir ou silenciar, sem levar em consideração dinheiro, bens, honra ou poder. Esse é um dos pontos e o sentido mais imediato deste mandamento quanto a tudo o que sucede nos tribunais.

262 Estende-se, em segundo lugar, muito mais, se é para ser referido à jurisdição ou regime espiritual. Aqui, o que sucede é que cada qual testemunha falsamente contra o próximo. Pois onde há pregadores e cristãos piedosos, têm aos olhos do mundo a sentença de serem chamados de hereges, apóstatas, sim, malfeitores sediciosos e ímpios[205]. Além disso, a palavra de Deus tem de deixar que da maneira mais vergonhosa e virulenta seja perseguida, blasfemada, acusada de mentirosa[206], pervertida e, erroneamente, citada e interpretada. Mas isso que siga seu caminho, pois é da natureza do mundo cego condenar e perseguir a verdade e os filhos de Deus sem considerar pecado tal coisa.

263 Em terceiro lugar – o que a todos nos toca –, este mandamento proíbe todo pecado da língua por que se possa causar dano ao próximo ou magoá-lo. Porque "dizer falso testemunho" outra coisa não é senão obra da boca. Tudo, pois, quanto se faz contra o próximo com obra da boca, Deus quer proibido, quer se trate de falsos pregadores com sua doutrina e blasfêmias, quer de falsos juízes e testemunhas com a sentença, ou em outras ocasiões, fora do tribunal, com mentiras e maledicência. 264 Aqui, vem especialmente ao caso o vício detestável e vergonhoso de fazer má ausência ou caluniar[207], com que o diabo nos aperta[208]. Muito se poderia dizer a esse respeito. Porque é praga danosa co-

---

[202] *Schwäger*. BSLK e as edições *Calwer* (alemão modernizado), Kurt Aland e Otto Clemen não traduzem nota explicativa. Grimm, *Deutsches Wörterbuch*, em *Schwager*, em sentido lato: "Jeder durch heirat verwandte" ("qualquer parente por afinidade"). Texto lat.: *affines, cognati*. "Affinis" ("adfinis") como adj. = parente por afinidade; como subst. = cunhado, genro, parente por afinidade. "Cognatus" = relacionado por consangüinidade.

[203] *Gott gebe, es sei Richter oder Zeuge*. "Gott gebe" (= gleichviel ob). Vid. adiante, 285, nota em "pouco importa".

[204] *Und treffe an* (=betreffe), *was es wolle*. A ed. Tappert introduz um pensamento algo diferente (p. 400): "let the consequences be that may".

[205] Ou: irrecuperáveis, desgraçados. No original: *verzweifelte*. A. Götze, *Glossar*: verzweifelt = heillos. Texto lat.: *perditissimi*.

[206] *Muss sich Lügenstrafen* (= Lügen strafen) *lassen*.

[207] *Afterreden oder verleumbden*.

[208] *Damit uns der Teufel reitet* (= verblendet, anficht).

mum isso de cada qual gostar mais de ouvir falar mal do que bem do próximo. E, posto sermos nós mesmos tão maus que não podemos suportar diga alguém algo de mal a nosso respeito, apetecendo cada qual, ao contrário, que todo o mundo fale coisas áureas dele[209], não toleramos, contudo, ouvir alguém dizer o melhor a respeito de outrem.

265 Por isso, a fim de evitar esse vício, devemos lembrar que a ninguém cabe julgar e censurar publicamente o próximo, ainda quando o vê pecar, a menos 266 que tenha ordem de julgar e censurar, pois diferença mui grande vai entre julgar pecado e ter conhecimento de pecado. Podes, na verdade, estar ciente de pecado, mas não deves julgá-lo. Bem posso ver e ouvir que o próximo peca, mas não é incumbência minha contá-lo a outros. Agora, se me adianto e passo a julgar e sentenciar, caio em pecado maior que o do outro. Se tens ciência de um pecado, outra coisa não faças senão transformar os ouvidos em sepultura e fechá-la, até receberes ordem de ser juiz e punir oficialmente.

267 Chamam-se, pois, difamadores aqueles que não se satisfazem com só conhecer, mas avançam e se antecipam ao julgamento e, quando têm ciência de uma coisinha a respeito de outrem, levam-na a todos os cantos, sentindo cócegas e titilando pelo fato de poderem resolver sujeira alheia[210], como porcos que 268 chafurdam e afocinham a lama. Isso outra coisa não é senão usurpar o juízo e ofício de Deus, sentenciando e castigando com o veredito mais severo. Porque juiz nenhum pode castigar mais gravemente ou ir mais longe do que dizer: Este é ladrão, assassino, traidor, etc. Conseqüentemente, quem ousa dizer tal coisa do próximo arroga-se autoridade igual à do imperador e de todos os magistrados. Pois, conquanto não empunhes a espada, fazes uso de tua língua venenosa para desonra e dano do próximo.

269 Por isso, Deus quer proibido que alguém fale mal de outrem, mesmo que seja culpado e a gente bem o saiba; muito menos ainda quando a gente não o 270 sabe e apenas o tem de ouvir dizer. Talvez digas: "Não devo, então, dizê-lo se é verdade?" Resposta: "Por que não o levas ao conhecimento de juízes regulares?" "Bem, não posso testemunhá-lo publicamente; poderia acontecer que me tapassem a boca e me despachassem asperamente". Ah, meu caro, estás percebendo a coisa?[211] Se não tens coragem de apresentar-te a pessoas autorizadas e assumir responsabilidade, então cala a boca. E se tens conhecimento de algo, sabe-o para ti, não para outros. Pois se o contas a outros, passas por mentiroso, bem que seja verdade, porque não o podes provar. Além disso, ages como indivíduo malvado, pois que a ninguém se deve privar de sua honra e boa fama, a menos que já lhe hajam sido tiradas publicamente.

---

[209] *Dass alle Welt Guldens von ihm redete.* Götze, *Glossar*: *Guldenes* = das Beste, Ideale. Texto lat.: *ut meras rosas (quod aiunt), hoc est optima quaeque de eo loquerentur homines* ("nada senão rosas, isto é, cada vez melhor"). Cf. "Eitel Rosen", em Grimm, *Deutsches Wörterbuch,* VIII, 1791, 7ª.

[210] A ed. Tappert não traduz as palavras *dass sie mügen eisn andern Unlust rügen* (Unlust rügen = Schmutz aufwühlen).

[211] Ou: percebes algo? No original: *Reuchst* (= riechst) *Du den Braten?* Literalmente: "Percebes o cheiro do assado?" Cf. WA 51,676, nº 91.

Falso testemunho, portanto, é tudo o que não se pode provar[212] devidamente. Razão por que ninguém deve tornar público nem dar como verdadeiro o que não é manifesto em virtude de provas suficientes. Em suma, deve deixar-se em segredo o que é secreto ou, pelo menos[213], castigá-lo secretamente, conforme ouviremos. Por conseguinte, se topares uma boca danada que espalha coisas a respeito de outro e o calunia, lança-lho francamente em rosto, para deixá-lo corado de vergonha. Assim hão de calar a boca muitos que, de outra maneira, transformam um pobre infeliz em vítima de maledicência, da qual dificilmente voltará a libertar-se. Porque honra e bom nome[214] facilmente se tiram, mas não é fácil restituí-los. 271 272 273

Vês, portanto, que é absolutamente[215] proibido falar em maus termos do próximo. Excetuam-se, contudo, os magistrados civis, os pregadores e os pais. De sorte que, todavia, se entenderá esse mandamento de maneira que o mal não fique impune. Agora, assim como de acordo com o quinto mandamento a ninguém se deve danificar no corpo, exceção feita, porém, do carrasco[216], o qual, em virtude de seu ofício, nenhum bem faz ao próximo, senão apenas dano e mal, sem que, com isso, peque contra o mandamento de Deus, visto que a instituição desse ofício foi iniciativa divina, pois reservou o castigo à sua vontade, conforme adverte no primeiro mandamento, assim, também, posto que ninguém, por si mesmo, deva julgar e condenar a quem quer que seja, se não o fazem aqueles que para fazê-lo têm mandamento, pecam tanto quanto aquele o fizesse por conta própria, fora do ofício. Porque, aqui, a necessidade exige que se fale do mal, se acuse, declare, interrogue e testemunhe. E a situação não é diversa do caso do médico, que, de vez em quando, se vê obrigado a inspecionar e apalpar as partes secretas da pessoa que lhe cabe curar. Da mesma forma, os magistrados, os pais, sim, até irmãos e irmãs e bons amigos, têm a mútua obrigação de castigar o mal onde for necessário e proveitoso. 274 275

O procedimento correto, porém, seria ater-se à ordem do evangelho, Mateus 19[217], onde Cristo diz: "Se teu irmão pecar contra ti, vai argüí-lo entre ti e ele só". Aqui tens preciosa e excelente doutrina de como governar bem a língua. Dela cumpre tomar boa nota contra o detestável abuso. Seja esta, portanto, a tua norma: não sair logo por aí a divulgar coisas a respeito do próximo e a difamá-lo, mas admoestá-lo em particular, para que se emende. Semelhantemente, outrossim, quando alguém te leva aos ouvidos o que esse ou aquele fez, também a ele ensina da mesma forma: que vá e o repreenda pessoalmente, se viu a coisa; caso contrário, que cale a boca. 276

Isso também o podes aprender do diário governo da casa. Pois assim procede o pai de família: quando vê que o criado não cumpre o seu dever, 277

---

[212] *Überweisen* (= beweisen).

[213] *Oder je.* Otto Clemen, Kurt Aland e W. Metzger interpretam com "wenigstens".

[214] *Glimpf.*

[215] *Kurzumb.* Texto lat.: *in universum.* Vid. Mandamentos, IV, 136, nota em "positivamente".

[216] *Doch ausgezogen Meister Hansen.* Vid. Mandamentos, VII, 232, nota em "carrasco".

[217] Mt 18.15. Corrigido assim em edições posteriores.

aperta com ele pessoalmente. Se, porém, fosse tolo a ponto de, deixando o servo em casa, saísse à rua para queixar-se junto aos vizinhos, dir-lhe-iam por

278 certo: "Ora, seu tonto! E nós com isso?! Por que não o dizes a ele mesmo?" Isto seria agir deveras fraternalmente. Remediar-se-ia, destarte, o mal, e o próximo continuaria em honra. Como também diz Cristo naquele passo[218]: "Se ele te ouvir, ganhaste a teu irmão". Aí, então, praticaste grande e excelente obra. Pensas que é coisa de pequena monta ganhar um irmão? Que se adiantem todos os monges e santas ordens com todas as suas obras fundidas em uma só massa, e vejamos se podem gloriar-se de haverem ganho um irmão.

279 Ademais ensina Cristo[219]: "Se, porém, não te ouvir, toma ainda contigo uma ou duas pessoas, para que, pelo depoimento de duas ou três testemunhas, toda palavra se estabeleça". De forma que sempre se há de tratar com a própria pessoa a quem o caso diz respeito e não se falará dela sem o seu conheci-

280 mento. Se isso não adiantar, então apresenta o assunto publicamente à comunidade, diante de tribunal civil ou espiritual. Porque aqui não estarás sozinho, mas terás contigo aquelas testemunhas, pelas quais podes provar a culpa do réu. O juiz pode fundamentar-se nisso, pronunciar a sentença e castigar. Pode alcançar-se assim, de maneira ordenada e justa, o alvo de reprimir ou melho-

281 rar os maus. Se, por outro lado, arrastamos alguém com a boca por todos os cantos e revolvemos a imundície, ninguém é melhorado e, depois, quando se deve res-

282 ponder e testemunhar, a gente não quer ter dito nada. Bem feito seria para tais bocas se se lhes curasse vigorosamente a comichão, para que outros daí tiras-

283 sem exemplo. Se a tua motivação fosse a melhora do próximo ou o amor à verdade, não andarias à socapa, nem fugirias do dia e da luz.

284 Tudo isso foi dito com referência a pecados secretos. Onde, porém, o pecado é inteiramente público, de tal modo que o juiz e todo o mundo bem o conhecem, podes, sem qualquer pecado, evitar a pessoa e deixá-la entregue à própria sorte, como alguém que a si mesmo se desgraçou. Podes, além disso, testemunhar publicamente a seu respeito. Pois não pode haver difamação nem juízo e testemunho falso onde a coisa é manifesta. Assim, por exemplo, quando, presentemente, censuramos o papa com sua doutrina, que é, publicamente, dada à luz em livros e apregoada no mundo universo. Porque onde é público o pecado, justo é que haja reprovação pública, a fim de que todos saibam precaver-se dele.

285 Assim temos, agora, a suma e o sentido geral desse mandamento: que ninguém deve causar dano ao próximo com a língua, quer se trate de amigo, quer de inimigo, nem deve falar mal dele, pouco importa[220] se é verdade ou mentira, a menos que seja decorrência de mandato ou vise a melhorar. Cumpre, ao contrário, fazer uso da língua para falar o melhor a respeito de todos, encobrir seus pecados e fragilidades, escusá-los e os embelezar e velar com sua honra[221].

---

[218] Mt 18.15.

[219] Mt 18.16.

[220] *Gott gebe* (= gleichviel ob). Cf. A. Götze, *Glossar*

[221] *Mit seiner Ehre beschönen und schmücken.* "Schmücken", aqui e em outros lugares (v. g., adiante, 288, Mandamentos, IX e X, 298; Pai-Nosso, I Petição, 41), significa velar, dissimular,

A razão para isso deve ser, principalmente, a que Cristo indica no evangelho e com que quer resumidos todos os mandamentos a respeito do próximo: "Tudo quanto, pois, quereis que os homens vos façam, assim fazei-o vós também a eles"[222]. 286

Também no-lo ensina a natureza, em nosso próprio corpo, conforme diz São Paulo, em 1 Co 12[223]: "Os membros do corpo que nos parecem ser os mais fracos, são os mais necessários; e os que nos parecem os menos dignos, a estes damos a maior honra; e os que em nós não são decorosos, revestimos da maior honra". O rosto, os olhos, o nariz e a boca ninguém cobre; pois, sendo em si mesmos os membros mais honrosos que temos, não precisam disso[224]. Os mais frágeis, porém, dos quais nos envergonhamos, cobrimos com toda diligência. Aí, então, as mãos, os olhos e o corpo inteiro precisam ajudar a cobrir e velar. Da mesma forma, também devemos todos nós, reciprocamente, velar o que em nosso próximo é desonroso e falho e, com tudo o que em nós está, servir a sua honra, ajudar a ser-lhe útil e, por outro lado, prevenir o que lhe possa trazer desonra. E, especialmente, é virtude excelente e nobre explicar com benevolência e interpretar da melhor maneira tudo o que se ouve a respeito do próximo (contanto que não se trate de coisa má de conhecimento público) ou, pelo menos, favorecê-lo contra as bocas venenosas que diligenciam ver onde podem descobrir e surpreender algo para criticar no próximo e interpretar e torcer a coisa da pior maneira possível, como, agora, sucede principalmente à preciosa palavra de Deus e aos que a pregam. De sorte que nesse mandamento está compreendido um número enorme de boas obras que agradam a Deus ao máximo e que trazem consigo superabundante bem e bênção, se tão-só os quisessem reconhecer o mundo cego e os falsos santos. Porque no homem todo nada há que possa fazer mais bem ou maior mal, em coisas espirituais e seculares, do que a língua, que, todavia, é o menor e mais frágil dos membros[225]. 287 288 289 290 291

disfarçar. Götze, *Glossar* dá "schmiegen, ducken; zieren, verhüllen, beschönigen, bemänteln". Obsopoeus diz apenas *exornare* (em vez de *exornare* e *velare*) e usa o mesmo verbo *exornare* nos outros textos indicados. Num deles (Pai-Nosso, I Petição, 41), além de *exornare* usa *comare* (cobrir com cabelos ou algo semelhante a cabelo).

[222] Mt 7.12.

[223] 1 Co 12.22s.

[224] *Dürfen's* (= bedürfen's) *nicht*. Texto lat.: *neque enim egent, ut velentur* ("E por certo não precisam de ser velados").

[225] Cf. Tg 3.5.

Nono e Décimo Mandamentos

292

NÃO COBIÇARÁS A CASA DO TEU PRÓXIMO

NÃO COBIÇARÁS SUA MULHER, EMPREGADO, EMPREGADA, GADO, NEM COISA ALGUMA QUE LHE PERTENÇA

293 Esses dois mandamentos, a rigor[226], foram dados exclusivamente[227] aos judeus, ainda que, em parte, dizem respeito também a nós. Pois eles não os interpretam como referentes à incastidade ou ao furto, porque a esse respeito há proibição suficiente acima. Pensavam, outrossim, que tinham cumprido todos aqueles mandamentos, quando, exteriormente, houvessem feito ou não as obras[228]. Por isso, Deus acrescentou esses dois mandamentos, para que também se considere pecado e coisa proibida cobiçar a mulher ou os bens do próximo, 294 ou, de alguma forma, pretendê-los para si. E isso, especialmente, porque, no regime judaico, empregados e empregadas não eram livres, como agora, para trabalhar por salário, pelo tempo que lhes aprouvesse, mas eram, incluído o corpo e tudo o que possuíam, propriedade de seu senhor, tal como o gado e 295 outros bens. Além disso, cada qual tinha sobre sua mulher o poder de, publicamente, despedi-la por um termo de divórcio[229] e tomar outra. Assim, tinham de andar prevenidos, uns com os outros, de que, se alguém desejasse a mulher de outro, arranjasse algum motivo tanto para despedir sua mulher, como para desviar do outro a mulher deste, a fim de, então, apossar-se dela com boa razão[230]. Por isso, entre eles, não era pecado nem vergonha, tão pouco quanto, de presente, o é relativamente a empregados domésticos, quando um dono de casa despede[231] seu empregado ou empregada, ou um alicia os empregados de outro.

296 Por isso, digo, interpretaram esses mandamentos da seguinte maneira – como, aliás, é correto, se bem que seu sentido seja ainda algo mais amplo e elevado –: que ninguém deve cogitar e tomar o propósito de assenhorear-se daquilo que é de outrem, como, por exemplo, mulher, empregados, casa e lar, campos, prados, gado, ainda que seja com aparência de direito e a bom pretexto, contudo, em prejuízo do próximo. Pois, acima, no sétimo mandamento, fica proibida a maldade de apoderar-se de bens alheios ou sonegar ao próximo algo sem que se possa fazê-lo com direito. Mas, aqui, também se proíbe tirar ao próximo qualquer coisa astuciosamente, ainda que aos olhos do mundo se possa fazê-lo honrosamente, de modo tal que ninguém ouse acusar e censurar-nos, como se

---

[226] *Fast,* no sentido de "genau genommen" ou "eigentlich".

[227] *Sonderlich,* no sentido de "ausschliesslich".

[228] *Wenn sie äusserlich die Werk getan oder nicht getan hätten.* I. e., quando exteriormente houvessem feito o que os mandamentos ordenam e deixado de praticar o que proíbem.

[229] *Scheidbrief.* Texto lat.: *libellus repudii.* Cf. Dt 24.1.

[230] Ou: a bom direito, a pleno direito. No original: *mit gutem Fug.* Cf. a expressão "mit Fug und Recht" ("com toda a razão").

[231] *Urlaub gibt.* Aqui, não no sentido de conceder licença ou férias.

o tivéssemos conseguido injustamente. Porque a natureza está em condições tais que ninguém consente ao outro tanto quanto a si mesmo, e cada qual se apossa de quanto lhe é possível. O outro que fique onde puder. Não obstante, pretendemos ser gente correta, sabemos dissimular-nos finissimamente e encobrir a trapaça[232]. Procuramos e excogitamos jeitinhos espertos e astutas manhas (como hoje em dia são inventados, cotidianamente, da maneira mais engenhosa), fazendo de conta que são atos derivados do direito. Ousadamente, atrevemo-nos a apelar para eles, teimamos neles e queremos que se chame a isso não malvadez, senão perspicácia e circunspecção. Para isso também contribuem juristas e advogados que torcem e esticam o direito de acordo com os interesses de sua causa. Torturam as palavras e as usam como subterfúgio, sem levar em consideração a eqüidade e a necessidade do próximo. Em suma: aquele que, nessas coisas, é o mais hábil e ardiloso[233] é quem maior ajuda consegue do direito. É como dizem: *Vigilantibus jura subveniunt*[234]. 297 298 299

Esse último mandamento, por conseguinte, não se endereça aos que são malfeitores aos olhos do mundo, mas, exatamente, aos mais probos, que querem ser louvados e chamados de pessoas honestas e sinceras, já que não transgrediram os mandamentos precedentes. É como, especialmente, os judeus queriam ser vistos e, ainda, agora, muitos grandes fidalgos, senhores e príncipes. Pois o lugar dos outros, da turba comum, fica situado muito mais baixo ainda na escala, a saber, no sétimo mandamento, já que não perguntam muito como ganham com honra e direito o que possuem. 300

Os casos em que se dá isso com a maior freqüência são as ações judiciais com que se intenta ganhar e extorquir algo do próximo. Por exemplo, quando se briga e questiona por causa de uma grande herança, por bens de raiz, etc. Aí se argumenta com tudo o que tenha aparência de direito; a gente exagera e disfarça a coisa de tal maneira que a lei tem de ficar a nosso favor, e, assim, se fica com os bens firmado em título de natureza tal que ninguém tem como apresentar queixa ou reivindicação. Mais um exemplo: alguém gostaria de assenhorear-se de um castelo, de uma cidade, de um condado ou outra coisa grande e, então, pratica tanto logro com o auxílio de sua parentela e de qualquer outro meio ao seu alcance que propriedade de outrem é adjudicada a ele e, além disso, confirmada com escritura e selo, para ficar atestado que se adquiriu a coisa mediante título principesco e honestamente. 301 302

Sucede a mesma coisa em negócios comuns, onde um, ardilosamente, arrebata algo a outro, ficando a vítima condenada a mamar no dedo, ou onde alguém, percebendo vantagem e proveito para si, surpreende e defrauda a outro, 303

---

[232] *Den Schalk bergen*. Interpretação de BSLK, neste passo: "Bösewicht". "Schalk" também era usado no sentido de "Betrug", logro, embuste. Cf. Götze, *Glossar*. É como traduziu W. Metzger (ed. *Calwer*, p. 81).

[233] *Der geschickste und gescheideste*. Obsopoeus: *ingeniosissimus et exercitatissimus* ("o mais engenhoso e versado"). W. Metzger (ed. *Calwer*, p. 82): "der Geschickteste und Gescheideste". Traduzimos *gescheideste* com "ardiloso", porque, à luz do contexto, parece-nos que a intenção de Lutero é usar o termo em sentido pejorativo. A. Götze, *Glossar* registra o substantivo *Gescheidikeit*, que significa "List", astúcia.

[234] I. e., o direito vem em auxílio dos que estão alerta. Ou: aos vigilantes ajuda o direito.

de modo que esse, talvez em razão de penúria ou endividamento, não possa manter a propriedade nem vendê-la sem prejuízo, querendo, então, o primeiro, a metade ou mais de graça, porém se pretende que isso não deve ser considerado aquisição injusta ou roubo, mas compra honesta. Como lá dizem: "O primeiro é o melhor" e: "Cada qual atente por sua vantagem". O outro tenha o que puder. E quem pretenderia ser engenhoso bastante para excogitar todas as coisas de que a gente se pode apossar sob esse pretexto sutil, sem que o mundo o considere ação injusta. E o mundo se nega a ver que o próximo é prejudicado com isso e se vê obrigado a abrir mão de coisa que não pode dispensar sem dano. Todavia, não há ninguém que queira se faça tal coisa a ele. Por onde bem se percebe que semelhante subterfúgio e pretexto são falsos.

304

305 O mesmo também se deu outrora com as mulheres. Aí conheciam artifícios da espécie seguinte: quando alguém gostava de outra, fazia, pessoalmente ou por outros (pois que se podiam excogitar vários meios e caminhos), com que seu marido concebesse aversão por ela, ou que ela se lhe opusesse[235] e se portasse de forma tal que ele houvesse de despedi-la e deixá-la ao outro. Tal coisa, sem dúvida, prevalecia fortemente sob o regime da lei. Assim também se lê no evangelho[236], com respeito ao rei Herodes, que, ainda em vida de seu irmão, casou-se com a mulher deste. Assim mesmo, quis ser tido na conta de homem honrado e íntegro, do que também lhe dá testemunho São Marcos. Mas tal exemplo, espero, não ocorrerá entre nós – excetuada a hipótese de alguém, ardilosamente, arrebatar a outrem uma noiva rica –, visto o Novo Testamento proibir que os casados se divorciem. Não é, porém, coisa rara entre nós aliciar um o empregado ou a empregada do outro ou fazer com que se estranhem do outro, ou, de outra forma, com palavras suaves, conseguir que abandonem seu senhor.

306

307 Seja qual for a maneira em que tudo isso aconteça, o que nos cumpre saber é não querer Deus que arrebatemos ao próximo o seu de maneira que ele tenha de sentir falta, ao passo que nós saciamos nossa avidez, ainda que aos olhos do mundo o possa fazer sem perder a honra. Pois trata-se de secreta e pérfida maldade e é, como se diz, agenciar por baixo do pano[237], para que não seja percebido. Pois, embora te hajas como se a ninguém tivesses feito injustiça, contudo, ofendeste o próximo[238]. E se não se chama furtar ou ludibriar, todavia, chama-se cobiçar os bens do próximo, isto é, tê-los em mira e dele aliená-los sem sua anuência, e não querer consentir-lhe o que Deus lhe deu. E, ainda que o juiz e todo o mundo tenham de permitir que fiques na posse dos bens, não o permitirá, todavia, Deus, pois ele bem vê o coração perverso e a malícia do mundo, que, onde se lhe cede a largura de um dedo, toma ainda um côvado, de forma tal que também se seguem aberta injustiça e violência.

308

309 De sorte que deixamos permanecer esses mandamentos em seu sentido geral. Em primeiro lugar, que ordenam não desejemos mal ao próximo, e tam-

[235] *Dass... sie sich gegen ihm sperret,* isto é, " dass sie sich ihm widersetze".

[236] Cf. Mt 14.3s.; Mc 6.17ss.

[237] *Unter dem Hütlin gespielet.*

[238] *So bist Du doch Deinem Nähisten zu nahe,* (i. e., "zu nahe getreten").

bém que não colaboremos para tal ou demos causa; que, ao contrário, lhe consintamos e deixemos o que tem e, além disso, promovamos e preservemos o que lhe possa ser de proveito e serviço, tal como quiséramos se fizesse a nós. Miram, assim, especialmente, à inveja[239] e à malfadada ganância. Com isso, Deus quer eliminar a causa e a raiz de onde surge tudo aquilo por que se faz dano ao próximo. Por isso, também o expressa, claramente, com as palavras: "Não cobiçarás", etc. Pois quer, acima de tudo, esteja puro o coração, se bem que, enquanto aqui vivemos, não possamos alcançá-lo. De sorte que esse, como os demais, é mandamento que, incessantemente, nos acusa e mostra qual a situação em que está a nossa probidade aos olhos de Deus. 310

CONCLUSÃO DOS DEZ MANDAMENTOS

311 Temos, pois, os Dez Mandamentos, modelo[240] de doutrina divina para o que devemos fazer, a fim de que toda a nossa vida agrade a Deus, e a verdadeira fonte e canal de que deve manar e por que deve fluir tudo quanto quer ser boa obra. Fora dos Dez Mandamentos, por conseguinte, nenhuma obra e conduta pode ser boa e agradável a Deus, por grande e preciosa que seja aos olhos do mundo.

312 Vejamos, agora, o que os nossos grandes santos podem gabar a respeito de suas ordens espirituais e de suas grandes e pesada obras, que eles mesmos inventaram e introduziram, largando de mão, por outro lado, os mandamentos, como se fossem demasiadamente insignificantes ou já[241], de muito, liquidados. 313 Eu, na verdade, penso que a gente, aqui, teria muito a fazer para observar estas coisas: mansidão, paciência e amor para com inimigos, castidade, caridade, etc., e tudo o que elas envolvem. Tais obras, entretanto, não valem nem reluzem aos olhos do mundo. Porque não são raras e relevantes, presas a tempo, lugares, costumes e ritos especiais, próprios, senão obras caseiras comuns e diárias, que um vizinho pode praticar relativamente a outro. Por isso, não gozam de estima. 314 Aqueloutras, porém, chamam a atenção[242] dos homens. Para esse efeito, ajudam eles mesmos, através de grande pompa, aparato e magnificentes edificações. De tal forma as adornam que tudo brilha e luz. Aí incensam, cantam e fazem retinir, acendem velas e luzes, para que, em presença dessas obras, nenhuma outra se possa ouvir e ver. Pois que um clérigo esteja de casula dourada, ou um leigo passe o dia inteiro genuflexo na igreja, a isso se chama de obra preciosa, que ninguém pode louvar bastantemente. Mas isso de uma pobre garota cuidar de uma criancinha e cumprir com fidelidade o que lhe é ordenado, é coisa a que se nega qualquer valor. Não fosse assim, por que monges e monjas iriam a mosteiros?

---

[239] Ou malquerença. No original: *Abgunst* (=Missgunst). Cf. Götze, *Glossar.* Obsopoeus: *invidia.*

[240] Ou sumário. No original: *Ausbund.* Cf. as duas acepções em A. Götze, *Glossar.* BSLK entende, neste lugar, no sentido de "Auszug" (extrato, sumário).

[241] *Allbereit,* i. e., "schon". Cf. A. Götze, *Glossar.*

[242] *Sperren Augen und Ohren auf* ("abrem olhos e ouvidos").

315 Mas considera: acaso não é maldita presunção desses santos desesperados que se atrevem a encontrar vida e estados mais sublimes e melhores que aquilo que os Dez Mandamentos ensinam? Alegam, conforme dito, que é vida ordinária, para o homem comum, ao passo que a deles é para os santos e perfeitos. 316 Não vê essa gente infeliz e obcecada que homem nenhum pode chegar a cumprir, da maneira devida, um só que seja dos Dez Mandamentos. É preciso, antes, conforme veremos, que venham em auxílio tanto o Credo como o Pai-Nosso, mediante os quais se pode procurar, pedir e recebê-lo sem cessar. Razão por que sua jactância é como se eu me vangloriasse dizendo: "É bem verdade que não tenho um vintém[243] sequer com que pagar, mas fio deveras que estou em condições de pagar dez florins" [244].

317 Digo e inculco isso para libertar do deplorável abuso que tanto se arraigou e ainda a todos se apega e a fim de os homens, em todas as ordens da terra, acostumarem-se a olhar apenas nessa direção e nisso atentar. Porque longe se está de produzir doutrina e estado que se igualam aos Dez Mandamentos, pois tão elevados são eles que ninguém pode alcançá-los por força humana. E quem os alcança é homem celeste, angélico, muito acima de toda santidade do mundo. 318 Ocupa-te com eles e neles te experimenta bem; emprega toda a força e poder na tarefa: terás tanto que fazer, na verdade, que não buscarás nem considerarás outras obras ou santidade. 319 Baste isso com respeito à primeira parte, tanto para ensinar como para admoestar. Mas, em conclusão, devemos repetir o texto do qual já tratamos acima, no primeiro mandamento, para aprendermos quanto esforço Deus quer aplicado na tarefa de aprender a inculcar e exercitar os Dez Mandamentos.

320 "Eu, o Senhor, teu Deus, sou Deus zeloso, que visito a iniqüidade dos pais nos filhos até à terceira e quarta geração daqueles que me aborrecem, mas faço misericórdia até mil gerações daqueles que me amam e guardam os meus mandamentos"[245].

321 Ainda que esse apêndice, conforme vimos acima[246], primariamente seja anexo ao primeiro mandamento, é posto por causa de todos os mandamentos, já que todos a ele se referem e para ele se devem orientar. Por isso, disse que cumpre mostrar e inculcá-lo também à juventude, para que o aprenda e o retenha, a fim de se ver o que nos deve impelir e obrigar a cumprir esses Dez Mandamentos. E não se deve considerá-lo de outro modo senão do seguinte: como se essa parte fosse acrescentada particularmente a cada mandamento de tal forma, que valha em todos e através de todos. 322 Agora, como já ficou dito[247], nessas palavras estão compreendidas uma irada ameaça e uma amigável promessa, para atemorizar e advertir-nos e, além disso, atrair e estimular-nos, a fim de que recebamos sua palavra como seriedade divina e a tenhamos em alta estima, visto ele mesmo dizer expressamente quanta importância lhe atri-

[243] *Groschen.* Moeda antiga.
[244] Vid. Mandamentos, VII, 225, nota em "florins".
[245] Êx 20.5,6.
[246] Mandamentos, I, 31.
[247] Mandamentos, I, 29.

bui e quão severamente quer vigiar sobre ela, a saber, que quer castigar de maneira horrenda e pavorosa a todos os que desprezam e transgridem os seus mandamentos; e, por outro lado, quão ricamente quer galardoar e beneficiar, bem como dar toda sorte de bens aos que os têm em grande honra e de bom grado atuam e vivem de acordo com eles. Exige, assim, que tudo proceda de um coração que tema exclusivamente a Deus e só a ele tenha diante dos olhos e que, em virtude desse temor, se abstenha de tudo quanto é contra a sua vontade, para não lhe provocar a ira e, por outro lado, também confie somente nele e, por amor a ele, faça o que é de sua vontade, porque ele se manifesta tão amigavelmente como Pai e nos oferece toda graça e todos os bens. 323

E este é exatamente o sentido e a correta interpretação do primeiro e principal dos mandamentos, do qual devem manar e proceder os demais. De sorte que a palavra "Não terás outros deuses", muito simplesmente, não quer dizer outra coisa senão isso que aqui se exige: "A mim, como o teu único e verdadeiro Deus, temerás e amarás, e em mim confiarás". Pois onde há um coração com essa disposição para com Deus, tal coração cumpriu esse mandamento e os demais. Por outro lado, quem temer e amar outra coisa, no céu e na terra, não cumprirá esse mandamento, nem qualquer dos demais. Assim toda a Escritura pregou e inculcou, por toda parte, esse mandamento, e orientou tudo para estas duas partes: temor de Deus e confiança nele. É o que faz especialmente o profeta Davi, ao longo de todo o Saltério, como, por exemplo: "Agrada-se o Senhor dos que o temem, e dos que esperam na sua misericórdia"[248]. É como se com um só versículo se interpretasse[249] o mandamento inteiro e se dissera tanto como: "Agrada-se o Senhor dos que não têm outros deuses". 324 325

De forma que o primeiro mandamento deve luzir e penetrar de seu esplendor todos os outros. Razão por que cumpre deixares que essa parte atravesse todos os mandamentos, como o fecho[250] ou o arco[251] de uma coroa, para que junte o fim e o princípio e mantenha todos unidos, a fim de sempre ser repetido e jamais esquecido. Como, por exemplo[252], no segundo mandamento: que se tema a Deus e não se abuse de seu nome para amaldiçoar, mentir, enganar e outros desvios e infâmias, mas que se faça uso próprio e bom de seu nome, com invocação, prece, louvor e graça, em virtude de amor e confiança, hauridos de acordo com o primeiro mandamento. Da mesma forma, esse temer, amar e confiar devem impelir e obrigar-nos a que não desprezemos a palavra de Deus, mas a aprendê-la, gostar de a ouvir, considerá-la santa e honrá-la. 326

E assim, adiante, através dos mandamentos seguintes, com respeito ao próximo. Tudo em virtude do primeiro mandamento: que honremos pai e mãe, os senhores e todas as autoridades e lhes sejamos submissos e obedientes, 327

---

[248] Sl 147.11.
[249] *Ausgestrichen.*
[250] *Schele* (= Verschluss).
[251] *Bögel* (= Bügel, Reif).
[252] *Nämlich.* Cf. A. Götze, *Glossar*, em "nemlich".

não por causa deles, mas por causa de Deus. Pois não é o caso de considerar e temer pai e mãe[253] e fazer ou omitir algo para agradar a eles. Atenta, porém, no que Deus quer de ti e mui decididamente[254] exigirá. Se te omites aqui, tens
328 um juiz irado e, em caso contrário, um pai gracioso. Também não causarás dano e prejuízo ao próximo, não lhe farás violência, nem, de forma alguma, o molestarás, quer se trate de seu corpo, quer de seu cônjuge, bens, honra ou direito, conforme sucessivamente está ordenado[255], ainda que tivesses possibilidade[256] e motivo para tanto e ninguém te censurasse por isso. Deves, ao contrário, fazer o bem a todos, ajudar e favorecer onde e como puderes, unicamente por amor a Deus e para seu agrado, confiante de que ele te recom-
329 pensará de maneira generosa. Vês, portanto, que o primeiro mandamento é a cabeceira e a fonte que flui através dos demais e que, por outro lado, todos a ele se referem e dele dependem, de modo que fim e princípio estão de todo unidos e ligados entre si.

330 Digo que é proveitoso e necessário sempre mostrar isso aos jovens, admoestá-los e lho recordar, a fim de não serem criados apenas com pancadas e coerção, como o gado, mas em temor e reverência a Deus. Pois onde se pondera e acolhe no coração o fato de não se tratar de frivolidade humana, senão dos mandamentos da alta Majestade, que por eles vela com grande seriedade, encoleriza-se e castiga a quem os despreza, recompensando, por outro lado, riquissimamente, a quem os guarda, aí haverá estímulo e impulso espontâneos
331 no sentido de fazer a vontade de Deus de bom grado. Por isso, não é sem razão[257] que no Antigo Testamento se ordena escrever os Dez Mandamentos em todas as paredes e cantos e até nos vestidos[258]. Não para deixá-los apenas escritos aí e ostentá-los, a exemplo do que faziam os judeus[259], senão para tê-los sempre diante dos olhos e em mente, praticá-los em toda a nossa atividade e
332 conduta. E cada qual deve exercitar-se neles diariamente, em toda sorte de casos, obras e negócios, como se estivessem escritos em todos os lugares para os quais dirige o olhar e mesmo onde quer que ande ou esteja parado. Assim, encontraríamos razão suficiente para nos aplicarmos à prática dos Dez Mandamentos, tanto com respeito a nós mesmos, em casa, como em relação aos vizinhos. Ninguém precisaria ir longe à cata de motivos.

333 Disso se vê mais uma vez a que altura se devem elevar e exaltar os Dez Mandamentos, acima de todos os estados, preceitos e obras que se ensinam e inculcam fora deles. Porque aqui podemos lançar a luva dizendo: Que se adiantem todos os sábios e santos, e vejamos se podem produzir uma obra

---

[253] *Denn Du darfst wider Vater noch Mutter ansehen*...I. e., "du brauchst weder"... ("não precisas"...). Cf. A. Götze, *Glossar*, em "dürfen".

[254] *Gar getrost.*

[255] Do quinto ao décimo mandamentos.

[256] Ou: ensejo. No original: *Raum.*

[257] *Umbsonst.* Cf. Götze, *Glossar*, em "umsunst" (= ohne Grund).Texto lat.: *non temere* ("não sem razão").

[258] Cf. Dt 6.8,9; 11.18,20.

[259] Cf. Mt 23.5.

como esses mandamentos, que Deus requer com tanta seriedade e ordena sob pena de sua maior ira e castigo. Além disso, acrescenta promessa tão gloriosa: que nos quer cumular de todos os bens e bênçãos. Razão por que, sem dúvida[260], os devemos ter por preciosos e valorizá-los acima das demais doutrinas, como o maior dos tesouros que Deus nos deu.

Segunda Parte

DO CREDO

Até aqui ouvimos a primeira parte da doutrina cristã, e nela vimos tudo quanto Deus quer que façamos ou deixemos de fazer. Com razão, segue, agora, a isso o Credo, que nos apresenta tudo o que devemos esperar e receber de Deus e, para dizê-lo em breves palavras, ensina-nos a conhecê-lo plenamente. Isto nos deve servir, exatamente, para que possamos fazer aquilo que, segundo os Dez Mandamentos, nos cumpre fazer. Porque os mandamentos, conforme dissemos acima, situam-se em posição tão elevada que a força de todos os homens é demasiadamente diminuta e frágil para cumpri-los. Aprender esta parte, por isso, é tão necessário quanto é aprender aquela, a fim de saber-se como alcançá-lo, de onde e por que se possa receber tal força. Pois, se pudéssemos cumprir os Dez Mandamentos com nossas próprias forças, tal como devem ser cumpridos, de nada mais precisaríamos, nem do Credo, nem do Pai-Nosso. Mas, antes de expor esse proveito e a necessidade do Credo, basta para pessoas bem simples que, como primeiro passo, captem e aprendam a entender o Credo em si mesmo. 1 2 3 4

Em primeiro lugar, tem-se dividido o Credo, até agora, em doze artigos[261], conquanto, se a gente quisesse tomar, uma a uma, todas as partes que estão na Escritura e pertencem ao Credo, haja muito mais artigos. Também não é possível expressar todos de maneira clara em tão poucas palavras. Todavia, para que se possa captá-lo do modo mais fácil e simples, como se deve ensiná-lo às crianças, vamos compendiar, sumariamente, todo o Credo em três artigos principais[262], correspondentes às três pessoas da Divindade, às quais se refere tudo o que cremos. De forma tal que o primeiro artigo, de Deus Pai, explique a criação; o segundo, do Filho, a redenção; o terceiro, do Espírito Santo, a santificação. Como se o Credo estivesse compreendido, da maneira mais breve, em apenas tantas palavras: "Creio em Deus Pai, que me criou; creio em Deus Filho, que me redimiu; creio no Espírito Santo, que me santifica". Um só Deus e uma só fé, porém, três pessoas, e, por isso, também três artigos ou confissões. Vamos, pois, comentar, brevemente, as palavras. 5 6 7 8

[260] *Je.* Metzger, ed. *Calwer*: "Jedenfalls". Erdmann Schott (*Taufe und Rechtfertigung in kontroverstheologischer Sicht*, p. 24): "immer".

[261] Encontra-se a divisão do Credo Apostólico em doze partes desde cerca de 400. Segundo a tradição, de cada um dos doze apóstolos provém uma proposição. Cf. Leão, o Grande, *Epistula 31 ad Pulcheriam: catholici symboli brevis et perfecta confessio, quae duodecim apostolorum totidem est signata sententiis.* MPL 54, 794.

[262] *Häuptartikel.* Vid. Catecismo Maior, Batismo, 1, nota em "mais importante".

Primeiro Artigo

9

Creio em Deus, o Pai Todo-Poderoso[263], CRIADOR do céu e da terra

10 Aqui fica descrito e proposto, brevissimamente, o que é a essência, a vontade, a atividade e obra de Deus Pai. Pois, visto os Dez Mandamentos haverem exposto que não se deve ter mais de um Deus, a gente poderia perguntar agora: "Que espécie de ser[264] é Deus? Que faz ele? Como se pode louvá-lo ou representá-lo e descrevê-lo, de modo que seja conhecido?" É o que ensina este artigo e os seguintes. De sorte que o Credo outra coisa não é senão resposta e
11 confissão dos cristãos fundamentadas no primeiro mandamento. Se, por exemplo, perguntássemos a um pequenino: "Meu filho[265], que espécie de Deus tens tu? Que sabes a respeito dele?", deveria poder responder: "Eis o meu Deus: em primeiro lugar, o Pai, que fez o céu e a terra. Fora desse único Deus, a nada considero como Deus, porque outro não há que pudesse criar céus e terra".

12 Para os doutos, entretanto, e os que são algo versados[266], podem-se tratar os três artigos bem desenvolvidamente[267], e dividi-los em tantos artigos quantas são as palavras. Agora, porém, tratando-se de alunos jovens, baste indicar o mais necessário, a saber, conforme dito, que esse artigo diz respeito à criação. De sorte que podemos apoiar-nos sobre a palavra: "Criador do céu e da
13 terra". Que significa, pois, ou que queres dizer com a palavra: "Creio em Deus, Pai onipotente, criador", etc.? Resposta: Quero dizer e creio que sou criatura de Deus, isto é, que ele me deu e, sem cessar, conserva, corpo, alma e vida, pequenos e grandes membros, todos os sentidos, razão e inteligência[268], etc.; comida e bebida, vestimenta, alimento, mulher e filhos, empregados, casa
14 e lar[269], etc. Além disso, põe todas as criaturas a serviço de nosso proveito e das necessidades de nossa vida: o sol, a lua e as estrelas no céu, o dia e a noite, o ar, o fogo, a água, a terra e tudo quanto ela carrega e pode produzir: aves,
15 peixes, animais, cereais e toda sorte de plantas, e os restantes bens corporais e
16 temporais: bom governo, paz, segurança. De sorte que se deve aprender por esse artigo que nenhum de nós tem de si mesmo a vida, nem coisa alguma do que acabamos de enumerar e do que pode ser enumerado e, também, que não

---

[263] *Ich gläube an Gott, den Vater allmächtigen.* Vid. Catecismo Maior, Prefácio II, 11, nota em "todo poderoso".

[264] *Mann.*

[265] *Lieber.*

[266] *Die etwas läuftig sind.* Obsopoeus: *qui aliquam scripturae cognitionem sibi paraverunt* ("os que adquiriram algum conhecimento da Escritura").

[267] *Weit ausstreichen.*

[268] *Vernunft und Verstand.* Texto lat.: *rationis usum virtutemque intelligentiae.* Em Fórmula de Concórdia, Epítome, XII, 4, o termo *Vorstand* (= Verstand) é traduzido com *usus rationis.* Vid. BSLK, p. 823, seção 6.

[269] *Haus und Hof.* Vid. Catecismo Menor, Credo, 2, nota em "casa e lar".

está em nosso poder conservar qualquer dessas coisas, por pequena e insignificante que seja, pois tudo está compreendido na palavra "Criador"[270].

17 Confessamos, além disso, que Deus Pai não nos deu apenas tudo o que possuímos e temos diante dos olhos, mas ainda nos preserva e defende, diariamente, de todo mal e infortúnio, e desvia toda sorte de perigos e desastres. E tudo isso unicamente por amor e bondade, imerecidos por nós, como Pai amoroso, que cuida de nós, para que nenhum dano nos sobrevenha. 18 Todavia, falar mais a esse respeito pertence às outras duas partes desse artigo, onde dizemos: "Pai onipotente"[271].

19 Visto que tudo quanto possuímos, e, além disso, o que há no céu e na terra, diariamente nos é dado, conservado e protegido por Deus, segue-se por si mesmo a conclusão de que sem dúvida é nosso dever amá-lo, louvá-lo e agradecer-lhe sem cessar por causa disso e, em suma, dedicar tudo isto a seu serviço, conforme ele o exige e ordena nos Dez Mandamentos.

20 Se quiséssemos tratar do assunto exaustivamente, muito haveria para dizer com respeito a quão pequeno é o número dos que crêem neste artigo. Pois que todos o passamos por alto, o ouvimos e recitamos, mas não vemos nem ponderamos o que as palavras nos mostram. 21 Porque, se o crêssemos de coração, também agiríamos de acordo e não andaríamos por aí tão orgulhosos, não nos mostraríamos desafiantes e não nos ufanaríamos, como se tivéssemos de nós mesmos a vida, a riqueza, o poder, a honra, etc., de sorte que se tivesse de temer e servir a nós. É assim que procede o infeliz e pervertido mundo, que está afogado em sua cegueira e mal-usa todos os bens e dons de Deus unicamente para a sua soberba, avareza, prazer e diversão, sem atentar uma vez sequer em Deus, para agradecer-lhe e reconhecê-lo como Senhor e Criador. 22 Razão por que este artigo a todos nos humilharia e assombraria, se o crêssemos. Porque, diariamente, pecamos com os olhos, ouvidos, mãos, corpo e alma, dinheiro e bens e com tudo o que temos. Especialmente aqueles que, além disso, ainda lutam contra a palavra de Deus. Os cristãos, contudo, têm a vantagem de se reconhecerem obrigados[272] a servi-lo e obedecer-lhe por isso.

23 Por essa razão, devemos exercitar-nos diariamente neste artigo, no-lo incutir, e, em tudo o que se nos apresenta diante dos olhos e no que de bom nos sucede, bem como nos casos em que saímos de necessidades ou perigos, cumpre nos lembremos que é Deus quem nos dá e faz tudo isso, a fim de sentirmos e vermos nisso seu coração paterno e seu imenso amor para conosco. Isto aqueceria o coração e o estimularia a ser grato e a fazer uso de todos esses bens

---

[270] Observa A. Peters ("Luthers Rechtfertigungslehre in der Interpretation der modernen katholischen Theologie, in: *Neue Zeitschrift für systematische Theologie und Religionsphilosophie*, vol. 12, 1970, p. 287) que Lutero expressa o pensamento desta suma do primeiro artigo de maneira ainda mais impressiva ("ainda mais gravável") e plástica ("noch einprägsamer und plastischer") em "Uma singela forma de orar, para um bom amigo" – 1535, in: OSel 5,(132) 134-148.

[271] Vid. acima, Catecismo Maior, Prefácio II, 11 nota em "todo-poderoso".

[272] *Dass sie sich des schüldig erkennen.* A ed. espanhola das *Obras de Martin Lutero* (vol. V, p. 101) traduz erroneamente: "es que pueden reconocerse culpables". *Schüldig*, aqui, significa *verpflichtet*. Cf. Obsopoeus: *quod se Deo creatori suo debere non inficiantur* ("porque não negam que são devedores de Deus, seu criador").

24 para honra e louvor de Deus. Assim, temos, brevissimamente, o sentido desse artigo, quanto, inicialmente, é necessário aprendam os simples: o que temos e recebemos de Deus e o que devemos por isso. Mui grande e excelente conhecimento é este, mas um tesouro ainda muito maior. Pois aqui vemos como o Pai se deu a nós, juntamente com todas as criaturas, e como nos provê da maneira mais rica nesta vida, além de nos cumular ainda com bens inefáveis e eternos, por intermédio de seu Filho e de seu Espírito Santo, conforme ouviremos.

Segundo Artigo

25 **E em Jesus Cristo, seu único Filho, nosso SENHOR, o qual foi concebido pelo Espírito Santo, nasceu da Virgem Maria, padeceu sob Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado, desceu ao inferno, no terceiro dia ressuscitou dos mortos, subiu ao céu, está sentado à direita de Deus, o Pai todo-poderoso, donde virá para julgar os vivos e os mortos.**

26 Aqui aprendemos a conhecer a segunda pessoa da Divindade, para sabermos o que temos de Deus além dos bens temporais anteriormente citados, a saber, como ele se derramou inteiramente, nada havendo retido que não nos desse. Acontece que esse artigo é muito rico e amplo. Todavia, para tratá-lo também de maneira breve e simples, tomaremos apenas uma palavra, nela abraçando toda a suma do artigo, a saber, conforme já dissemos, para aprender de que maneira fomos redimidos. O fundamento serão as seguintes palavras: "Em Jesus Cristo, nosso SENHOR".

27 Se, pois, se pergunta: "Que crês no segundo artigo, a respeito de Jesus Cristo?", responde, bem brevemente: "Creio que Jesus Cristo, verdadeiro Filho de Deus, tornou-se meu Senhor". Agora, "tornar-se Senhor", que significa isso? Significa que me redimiu do pecado, do diabo, da morte e de toda desgraça. Pois antes não tinha senhor nem rei, senão que estava cativo sob o poder do diabo, condenado à morte, enredado em pecado e cegueira.

28 Porque, depois que havíamos sido criados e tínhamos recebido toda sorte de bens de Deus Pai, veio o diabo e nos levou à desobediência, ao pecado, à morte e a toda desgraça, de forma que jazíamos debaixo da ira e do desagrado de Deus, sentenciados à condenação eterna, conforme, por nossa culpa, havíamos merecido. 29 Aí, não havia conselho, nem auxílio, nem consolo, até que este Filho único e eterno de Deus, em sua insondável bondade, se compadeceu de nossa calamidade e miséria e veio do céu a fim de socorrer-nos. 30 De sorte que aqueles tiranos e carcereiros estão afugentados e seu lugar foi ocupado por Jesus Cristo, Senhor da vida, da justiça, de todo o bem e ventura, e nos arrancou a nós homens pobres e perdidos das fauces do inferno, nos conquistou, libertou e nos trouxe de volta à clemência e graça do Pai, e nos pôs, como propriedade sua, sob seu amparo e proteção, para governar-nos com sua justiça, sabedoria, poder, vida e bem-aventurança.

31 A suma desse artigo é, pois, que a palavrinha "Senhor", da maneira mais singela, significa tanto como Redentor, isto é, aquele que nos trouxe do diabo

a Deus, da morte à vida, do pecado à justiça, e que, nisso, nos conserva. Mas as partes que se seguem umas às outras neste artigo outra coisa não fazem senão explicar e expressar essa redenção, como e por meio de que ela se realizou, isto é, o que lhe custou[273] e o que empatou e deu[274] para conquistar-nos e pôr-nos sob seu domínio, a saber, que se tornou homem, foi concebido e nasceu do Espírito Santo e da Virgem sem qualquer pecado, a fim de que fosse Senhor sobre o pecado; além disso, padeceu, morreu e foi sepultado, para satisfazer por mim e pagar a dívida por mim contraída, não com prata nem com ouro, mas com seu próprio sangue precioso. E tudo isso para que se tornasse meu SENHOR. Pois não fez nada disso para si mesmo, nem o necessitava. Depois ressurgiu, tragou[275] e devorou a morte e, por fim, subiu ao céu e assumiu o domínio à destra do Pai, de sorte que o diabo e todos os poderes lhe têm de estar submissos e ficar debaixo dos seus pés[276], até que, afinal, no último dia, ele nos separe e aparte completamente do mundo malvado, do diabo, da morte, do pecado, etc. Mas desenvolver cada uma dessas partes especialmente não per- 32 tence ao breve sermão para as crianças, porém aos sermões extensos que se pregam ao longo do ano, particularmente, nos tempos estabelecidos para tratar desenvolvidamente cada um dos artigos: o nascimento, a paixão, a ressurreição, a ascensão de Cristo, etc. E, na verdade, o evangelho todo que pregamos 33 repousa sobre a compreensão acertada deste artigo, do qual depende toda a nossa salvação e bem-aventurança[277], e é tão rico e abrangente que nunca o aprenderemos de todo[278].

Terceiro Artigo

Creio no Espírito Santo, uma[279] santa Igreja cristã[280], a congregação dos 34 santos[281], a remissão dos pecados, a ressurreição da carne e a vida eterna. Amém.

Este artigo, conforme dito[282], não posso intitulá-lo[283] melhor do que chamando-lhe "Da Santificação". Pois nele expressa-se e ele apresenta o Espírito 35

[273] *Was ihn gestanden.*

[274] *Was er daran gewendet und gewagt hat.* Cf. Götze, *Glossar,* em "dran wagen" (= daransetzen).

[275] Cf. Is 25.8.

[276] Cf. Sl 110.1.

[277] *Heil und Seligkeit.* Obsopoeus: *salutis et felicitatis... summa sita est.* Cf. Götze, *Glossar,* em "Seligkeit" (= Glück). O termo "bem-aventurança", além de designar a ventura eterna no céu, tem o sentido de "grande felicidade".

[278] Literalmente: "que sempre temos o bastante para aprender a respeito dele".

[279] Sobre a tradução "*uma* santa", vid. acima, Catecismo Menor, Credo, 5, nota em "uma".

[280] Vid. Catecismo Maior, Prefácio, II, 13, nota em "santa igreja cristã"; Catecismo Maior, Credo, 5, nota; O Símbolo Apostólico, nota em "católica".

[281] *Die Gemeine* (= Gemeinde) *der Heiligen.* Texto lat.: *communionem sanctorum.* Sobre *communio sanctorum,* vid. Catecismo Menor, Credo, 5, nota em "uma".

[282] Vid. acima, Credo, I Artigo, 7.

[283] *Örtern.*

Santo com seu ofício, a saber, que santifica. Por isso, devemos basear-nos nas palavras "ESPÍRITO SANTO", porque é tão densa[284] que não se pode encon-
36 trar outra[285]. Na Escritura se fala, além disso, de várias espécies de espíritos, como, por exemplo, espírito do homem[286], espíritos celestes[287] e espírito maligno[288]. Mas apenas o Espírito de Deus se chama Espírito Santo, isto é, o Espírito que nos santificou e ainda nos santifica. Porque assim como o Pai é chamado Criador, o Filho, Redentor, assim, o Espírito Santo, em razão de sua obra, deve
37 chamar-se Santo ou Santificador. Mas como se realiza este santificar? Resposta: assim como o Filho obtém o domínio, pelo qual nos conquista através de seu nascimento, morte, ressurreição, etc., da mesma forma, o Espírito Santo efetua a santificação por intermédio das partes seguintes: a congregação dos santos ou igreja cristã[289], o perdão dos pecados, a ressurreição da carne e a vida eterna. Isto é, primeiro nos conduz à sua santa congregação[290] e nos põe no seio da Igreja, pela qual nos prega e leva a Cristo.

38 Porque nem tu nem eu jamais poderíamos saber algo a respeito de Cristo ou crer nele e conseguir que seja nosso Senhor, se o Espírito não no-lo oferecesse e presenteasse ao coração pela pregação do Evangelho. A obra foi feita e está completada, pois Cristo nos obteve e conquistou o tesouro por sua paixão, morte, ressurreição, etc. Se, porém, a obra ficasse oculta, de forma que ninguém soubesse dela, seria vã e perdida. Ora, para que esse tesouro não ficasse sepulto, mas fosse aplicado e fruído, Deus enviou e fez proclamar a palavra e, nela, nos deu o Espírito Santo, a fim de fazer-nos ver tal tesouro e
39 redenção[291] e torná-lo propriedade nossa. Santificar, por isso, outra coisa não é que conduzir ao SENHOR Cristo, para receber esse bem ao qual não poderíamos chegar por nós mesmos.

40 Aprende, pois, a compreender este artigo da maneira mais clara. Se perguntarem: Que queres dizer com as palavras "Creio no Espírito Santo"? podes responder: "Creio que o Espírito Santo me santifica, como o seu nome indi-
41 ca". Mas com que ele o faz ou qual é sua maneira e seu meio para tanto? Resposta: "Por intermédio da igreja cristã, da remissão dos pecados, da ressurrei-

---

[284] *So kurz gefasset,* tão brevemente condensada, tão resumida.

[285] I. e., que a pudesse substituir.

[286] BSLK (p. 653, nota 11) indica ("p. ex.") 1 Co 2.11.

[287] BSLK (p. 653, nota 11) observa que Lutero entende sob *himmlische Geister* "os anjos (bons)". A nota remete a Köstlin, *Luthers Theologie,* II, 103, e cita ("p. ex.") 2 Macabeus 11.6; 15.23. O primeiro texto reza assim na tradução de Lutero: "Da aber Maccabäus und die Seinen höreten, dass er den Flecken stürmete, baten sie und der ganze Haufe mit Seufzen und Thränen den Herrn, dass er einen guten Engel senden wollte, der Israel hülfe".

[288] BSLK (p. 653, nota 12) indica p. ex. 1 Sm 16.14,23; Tobias 3.8; At 19.12,15. Na tradução de Lutero, Tobias 3.8 reza: "Der hatte man sieben Männer nacheinander gegeben, und ein böser Geist, Asmodi genannt, hatte sie alle getödtet, alsbald wenn sie beiliegen sollten".

[289] *Die Gemeine* (= Gemeinde) *der Heiligen oder christlichen Kirche.* Texto lat.: *per communionem sanctorum aut ecclesiam christianorum.*

[290] *In seine heilige Gemeine.* Texto lat.: *in sanctam communionem suam.*

[291] *Uns solchen Schatz und Erlösung heimzubringen.*

ção da carne e da vida eterna". Pois, em primeiro lugar, ele tem uma congregação peculiar no mundo, congregação esta que é a mãe que gera e carrega a cada cristão mediante a palavra de Deus, que ele[292] revela e prega. Ilumina e incende os corações, para que a entendam, aceitem, a ela se prendam e nela permaneçam. 42

Pois onde ele não faz que seja pregada e não a desperta no coração, para que a captemos, aí está perdida, como aconteceu sob o papado, onde se negligenciava e obscurecia inteiramente a fé[293] e ninguém reconheceu a Cristo como Senhor nem ao Espírito Santo como aquele que santifica. Isto é, ninguém cria que Cristo é nosso Senhor no sentido de que nos obteve esse tesouro sem obra e mérito nossos, e que nos tornou aceitáveis ao Pai. 43 Em que é que então consistia a falta? 44 Nisso que lá não estava o Espírito Santo, que o tivesse revelado e feito com que se pregasse tal. Lá estiveram, ao contrário, homens e espíritos malignos que nos ensinaram a obter a salvação e alcançar a graça por nossas obras. Por isso, também não é igreja cristã[294]. 45 Pois onde não se prega de Cristo, aí não há Espírito Santo, que cria, chama e congrega a Igreja cristã, fora da qual ninguém pode vir ao Cristo Senhor[295]. 46 Baste isso quanto à suma[296] desse artigo. Visto, porém, que os pontos nele enumerados não são lá bem claros para pessoas singelas, vamos passar também rapidamente por eles.

47 À santa igreja cristã, o Credo chama de *Communio sanctorum*, "comunhão dos santos". Pois ambas as locuções significam a mesma coisa. Antigamente, porém, uma delas não estava aí. Também é vertida mal e ininteligivelmente para o alemão: "eine Gemeinschaft der Heiligen"[297]. A se querer reproduzi-lo claramente, fora necessário expressá-la de modo bem diverso em alemão. Porque a palavra *ecclesia* em alemão significa propriamente "Ver-

[292] I. e., o Espírito Santo.

[293] *Da der Glaube ganz unter die Bank gesteckt* ("onde a fé estava completamente escondida sob o banco"). Texto lat.: *ubi fides prorsus neglecta et obscurata squalebat* ("onde a fé, inteiramente negligenciada e obscurecida, jazia incultivada").

[294] *Darümb ist es auch kein christliche Kirche.* Ed. Tappert, p. 416: "Therefore there was no Christian church". O tradutor provavelmente apoiou-se no texto lat.: *Eam obrem neque christianorum fuit communio.*

[295] Gerhard Bellinger (*Der Katechismus Romanus und die Reformation,* p. 155s., ao discutir o *Extra Ecclesiam nulla salus* – o autor distingue entre o que a respeito do *extra ecclesiam* ensinaram, de um lado, os catecismos de Pedro de Canísio e o *Decretum pro Jacobitis* e, de outro, o *Catecismo Romano*) chama a atenção para duas afirmações de Lutero em Catecismo Maior, Credo, III Artigo, 45: 1. Que o papado não é igreja cristã; 2. que fora da igreja cristã ninguém pode vir a Cristo. Cremos que um exame dos textos pertinentes indica que Lutero procurou distinguir entre duas questões: 1. Se o papado é igreja cristã ou não; 2. se a *una sancta* existe ou não no papado. Vid., por ex., o seu escrito *Sendschreiben an zwei Pfarrherren von der Wiedertaufe* ("Escrito a dois párocos a respeito do rebatismo"), ano 1528, WA 26,147s. Cf. também o que diz neste respeito dos entusiastas: "entre eles (*apud Schwermeros*) está a *sancta ecclesia, exceptis qui negant baptismum, verbum, isti non sunt ecclesia* (WA 40/I,71,6ss.).

[296] *Summa* (= Hauptinhalt). O nosso termo "suma" também significa "substância".

[297] "Uma comunhão dos santos".

48 sammlunge"[298]. Mas nós estamos acostumados à palavrinha "Kirche"[299], que os simples não entendem no sentido de grupo reunido, mas no de casa ou edifício consagrado, bem que à casa deveria chamar-se igreja apenas porque nela se reúne a multidão. Pois nós, os que nos reunimos, fazemos e tomamos um lugar especial e denominamos a casa de acordo com a assembléia. De sorte que a palavrinha "Kirche" propriamente não significa outra coisa senão "uma assembléia geral"[300], e o termo não é de origem alemã, mas grega (como também a palavra *ecclesia).* Pois em sua língua lhe chamam de *kyria*, como em latim a denominam *curia*. Por isso, em alemão de lei e em nossa língua materna, o nome deveria ser "congregação ou assembléia cristã"[301], ou – a melhor e mais clara das soluções – "santa cristandade"[302].

49 Assim também a palavra *Communio*, que é apensa, deveria traduzir-se não com "Gemeinschaft", mas "Gemeine"[303]. E outra coisa não é senão glosa ou interpretação com que alguém quis significar o que é a igreja cristã. Gente nossa que não conhecia nem latim nem alemão traduziu "Gemeinschaft der Heiligen"[304], quando a língua alemã em parte nenhuma o diz e entende assim. Para falar alemão castiço é preciso dizer "ein Gemeine der Heiligen"[305], isto é, uma congregação que se compõe exclusivamente de santos ou, mais claramente ainda, "ein heilige Gemeine"[306]. 50 Digo isso para que se entendam as palavras, porque o costume se firmou de tal maneira que é difícil desarraigá-lo e onde se modifica apenas uma palavra, logo se quer que seja heresia.

51 Mas o sentido e a substância desse aditamento é o seguinte: Creio que existe na terra um santo grupinho e uma congregação compostos apenas de santos, sob uma só cabeça, Cristo, grupo congregado pelo Espírito Santo, em uma só fé, mente e um entendimento, com diversidade de dons, mas unânimes no amor, 52 sem seitas e sem cismas. Eu também sou parte e membro dessa congregação, co-participante e co-desfrutante de todos os bens que possui. Pelo Espírito a ela fui levado e incorporado através do fato de haver ouvido e, ainda, ouvir a palavra de Deus, que é o princípio para nela se entrar. Pois antes de havermos chegado a essa congregação, pertencíamos totalmente ao diabo, como pessoas 53 que nada sabiam de Deus e de Cristo. Assim, o Espírito Santo permanece com a santa congregação, ou cristandade, até o dia derradeiro. Por ela nos busca e dela se serve para ensinar e pregar a palavra, mediante a qual realiza e aumenta a santificação, para que diariamente cresça e se fortaleça na fé e em seus frutos, que ele produz.

---

[298] I. e., assembléia, congregação, reunião. Texto lat.: *congregationem.*

[299] "Igreja".

[300] *Eine gemeine Sammlung.* "Gemeine", aqui, no sentido de "allgemeine" (geral). Obsopoeus traduz "eine gemeine Sammlung" com *congregationem.*

[301] *Eine christliche Gemeine oder Sammlung.*

[302] *Eine Heilige Christenheit.*

[303] Isto é, não "comunhão", mas "congregação".

[304] Comunhão dos santos.

[305] Uma congregação dos santos.

[306] Uma congregação santa.

54 Cremos, além disso, que na cristandade temos perdão dos pecados, o que sucede mediante os santos sacramentos e a absolvição, bem como através de múltiplas palavras consolatórias de todo o evangelho. Razão por que pertence para cá tudo o que se deve pregar a respeito dos sacramentos e, em suma, o evangelho inteiro e todos os ofícios da cristandade. E é necessário que também isso seja pregado sem cessar. Pois, ainda que a graça de Deus seja obtida por Cristo e a santificação operada pelo Espírito Santo, mediante a palavra de Deus, na unidade da igreja cristã[307], todavia, nunca estamos sem pecado, e isso, por causa de nossa carne, que ainda arrastamos conosco[308]. 55 Por isso, tudo na cristandade é ordenado para a finalidade de, aí, se buscar todos os dias simplesmente pleno perdão dos pecados pela palavra e pelos signos, para confortar e erigir nossa consciência, enquanto aqui vivemos. Assim, o Espírito Santo faz com que, posto termos pecado, este, contudo, não nos possa causar dano, visto estarmos na cristandade, onde não há senão remissão de pecados, em duplo sentido: perdoar-nos Deus e perdoarmos, suportarmos e auxiliarmos nós uns aos outros. 56 Fora da cristandade, porém, onde não está o evangelho, outrossim, não há perdão, como também não pode, aí, haver santidade. Por isso, todos os que buscam e querem merecer santidade não pelo evangelho e a remissão dos pecados, mas por suas obras, a si mesmos se expulsaram e separaram.

57 Entrementes, porém, enquanto a santidade está principiada e, diariamente, cresce, esperamos que nossa carne seja morta e sepultada com toda a sordidez, mas ressurja gloriosa e ressuscite para total e plena santidade em vida nova e eterna. 58 Porque por ora somos apenas parcialmente puros e santos. De sorte que[309] o Espírito Santo sempre tem de trabalhar em nós mediante a palavra e, quotidianamente, conceder perdão, até aquela vida em que já não haverá remissão, mas homens inteiramente puros e santos, plenos de retidão e justiça, libertados e isentos de pecado, morte e toda desgraça, em novo corpo, imortal e transfigurado.

59 Tudo isso, portanto, é ofício e obra do Espírito Santo: na terra ele principia a santidade e, diariamente, a faz crescer mediante as duas partes, a saber, a igreja cristã e a remissão dos pecados. Mas quando nos desfizermos em pó, ele completará sua obra integralmente, num só instante, e a manterá eternamente pelas últimas duas partes. 60 Agora, isso de aqui se dizer "Auferstehung des Fleisches"[310], também não é bom alemão. Pois onde nós, alemães, ouvimos a palavra "Fleisch"[311], nosso pensamento não ultrapassa o açougue[312]. Em bom ver-

---

[307] Texto lat.: *in unitate ecclesiae catholicae.*

[308] Agostinho trata dessa questão no *De perfectione iustitiae hominis,* escrito por volta de 415. Analisa pormenorizadamente a doutrina pelagiana de *impeccantia*, termo com que Jerônimo designa a tese pelagiana. (Deve ser tradução do grego *anamartesía*). Cf. Aurelius Augustinus, *Schriften gegen die Pelagianer,* vol. II, Würzburg, 1964, p. 195ss.

[309] *Auf dass.* Literalmente: "a fim de que". Interpretamos como "so dass". A edição espanhola *Obra de Martin Lutero* (vol V, p. 107 e nota 170) traduz literalmente (a fim de que), mas acrescenta, em nota infeliz, que a tradução literal seria "de tal maneira que".

[310] Ressurreição da carne.

[311] Carne.

[312] *Scherren.* Obsopoeus: *sepulchrum.* Livro de Concórdia latino de 1584: *macello.*

náculo diríamos: "Auferstehung des Leibs oder Leichnams"[313]. Mas a coisa não é de grande circunstância[314], contanto que entendamos bem as palavras.

61 Este é, pois, o artigo que sempre deve estar e permanecer em vigor[315]. Porque a criação já é coisa feita. Também a redenção já está realizada. Mas o Espírito Santo leva avante sua obra sem cessar, até o último dia. Para tanto, 62 institui na terra uma congregação, pela qual fala e faz tudo. Pois ainda não congregou toda a sua cristandade, nem distribuiu totalmente o perdão. Por isso, cremos naquele que, diariamente, nos busca pela palavra e que, pela mesma palavra, bem como pela remissão dos pecados, concede, multiplica e fortalece a fé, para, finalmente, quando tudo isso estiver completado e nós permanecermos nisso, morrendo para o mundo e toda desgraça, tornar-nos perfeita e eternamente santos, o que agora esperamos na fé, mediante a palavra.

63 Aqui tens toda a essência, a vontade e a obra de Deus expostas da maneira mais fina, em palavras bem breves e, contudo, ricas. Nisso consiste toda a nossa sabedoria, que excede e sobrepaira toda sabedoria, sentido e razão dos homens. Pois o mundo inteiro, ainda que com toda a diligência tenha buscado saber o que Deus é e o que tem em mente e faz, jamais logrou alcançar qual- 64 quer dessas coisas. Mas aqui tens tudo da maneira mais rica. Porque aqui, em todos os três artigos, ele mesmo revelou e patenteou o mais profundo abismo de seu coração paterno e de seu amor totalmente inexprimível. Pois que nos criou exatamente para nos redimir e santificar, e, além de nos dar e conceder tudo quanto há no céu e na terra, ainda nos deu o seu Filho e Espírito Santo, a 65 fim de, por eles, levar-nos a si mesmo. Pois, conforme explicado acima, jamais poderíamos chegar a conhecer o favor e a graça do Pai a não ser por intermédio de Cristo SENHOR, que é espelho do coração paterno, sem o qual nada vemos senão um juiz encolerizado e terrível. Mas também de Cristo nada poderíamos saber, se não tivesse sido revelado pelo Espírito Santo.

66 Esses artigos do Credo, por conseguinte, separam e apartam aos que somos cristãos de todos os outros homens da terra. Pois todos os que estão fora da cristandade, sejam gentios, turcos, judeus ou falsos cristãos e hipócritas, ainda que creiam e adorem um único Deus verdadeiro, não obstante ignoram qual o sentir de Deus relativamente a eles, nem podem esperar dele qualquer amor e bem, razão por que permanecem debaixo de eterna ira e condenação. Pois não têm o Cristo SENHOR e, além disso, não são iluminados nem agraciados com nenhum dom pelo Espírito Santo.

---

[313] "Ressurreição do corpo". Lutero escreve: "ressurreição do corpo (Leib ou Leichnam)". "Leichnam" e "Leiche" que hoje significam "cadáver", eram sinônimos de "corpo". Cf. A. Götze, *Glossar.* WA 10/I/1, 235 (comentário de Lutero sobre João 1.14): "Por 'carne' deve entender-se, aqui, a natureza humana inteira, corpo e alma, segundo o costume da Escritura, que chama o homem de carne...; e no Credo dizemos: 'Creio a ressurreição da carne', isto é, de 'todos os homens'". Sobre as palavras "ressurreição da carne" na *Tradição Apostólica* de Hipólito, cf. David Larrimore Holland, Credis in spiritum sanctum et sanctam ecclesiam et ressurrectionem carnis? Ein Beitrag zur Geschichte des Apostolikums, in *Zeitschrift für die Neutestamentliche Wissenschaft und die Kunde der Älteren Kirche,* vol. 61, 1970, pp. 126-144.

[314] *Doch liegt nicht grosse Macht dran.* Texto lat.: *res est momenti non magni* ("é coisa sem grande importância").

[315] *Im Werk gehen und bleiben muss.*

Disso vês agora que o Credo é doutrina bem diferente da dos Dez Mandamentos. Pois essa ensina o que nós outros devemos fazer; aquela, entretanto, nos diz o que Deus nos faz e dá. Os Dez Mandamentos, ademais, estão inscritos nos corações de todos os homens; ao Credo, porém, nenhuma inteligência humana o pode compreender, devendo ser ensinado unicamente pelo Espírito Santo. Razão por que aquele doutrina[316] ainda não faz de ninguém cristão, pois sempre ainda permanecem sobre nós a ira e o desfavor de Deus, visto não podermos cumprir o que Deus de nós exige. Mas a doutrina do Credo traz puramente graça e nos torna íntegros e agradáveis a Deus. Porque esse conhecimento nos faz sentir prazer e amor com respeito a todos os mandamentos de Deus, porquanto aqui vemos como Deus se nos dá inteiramente, com tudo o que tem e pode, em auxílio e apoio, para o cumprimento dos Dez Mandamentos: o Pai, todas as criaturas; Cristo, todas as suas obras; o Espírito Santo, todos os seus dons. Baste isso, agora, quanto ao Credo, para deitar um fundamento destinado a pessoas singelas, a fim de não sobrecarregá-las. Entendida a substância, prossigam eles mesmos, depois, na busca, referindo a essa parte tudo o que aprendem na Escritura, sempre aumentando e crescendo em compreensão mais rica. Pois a verdade é que aqui teremos matéria para pregação e aprendizagem diárias, enquanto aqui vivermos. 67 68 69 70

Terceira Parte

O Pai-Nosso

Ouvimos, agora, o que se dever fazer e crer, em que consiste a melhor e mais feliz vida. Segue-se a terceira parte: como se deve orar. Pois, visto nossa situação ser tal que ninguém pode cumprir os mandamentos perfeitamente, ainda que haja começado a crer, e visto o diabo, juntamente com o mundo e a nossa própria carne, a isso se opor com toda a força, nada é mais necessário do que viver continuamente nos ouvidos de Deus, clamando e pedindo que nos dê, preserve e multiplique a fé e o cumprimento dos Dez Mandamentos e remova tudo o que está em nosso caminho e nos impede. Mas, a fim de que soubéssemos como orar, o próprio Cristo, SENHOR nosso, nos ensinou a maneira e as palavras, conforme veremos. 1 2 3

Antes, porém, de explicarmos, por partes, o Pai-Nosso, o mais necessário, por certo, é exortar e estimular os homens previamente a que orem, conforme o fizeram também Cristo e os apóstolos. E cumpre saibamos, em primeiro lugar, como, por causa do mandamento de Deus, temos o dever de orar. Com efeito, eis o que vimos no segundo mandamento: "Não tomarás o nome de Deus em vão". Aqui se exige que louvemos o santo nome, invoquemo-lo em todas as necessidades ou oremos. Pois invocar outra coisa não é que orar. De maneira que se ordena isto com severidade e seriedade tão enfaticamente quanto os demais mandamentos, como: não ter outro Deus, não matar, não 4 5 6

[316] *Jene Lehre,* i. e., os Dez Mandamentos. Texto lat.: *praeceptorum doctrina.*

furtar, etc. Ninguém pense que é indiferente orar ou não, como fazem pessoas grosseiras, que seguem por aí com a seguinte ilusão e pensamento: Por que iria eu orar? Quem sabe se Deus atenta em minha oração ou se lhe quer inclinar os ouvidos? Se não oro eu, ora outro. E, destarte, acabam no hábito de, simplesmente, não rezar nunca. E tomam por pretexto o fato de condenarmos preces falsas e hipócritas, como se ensinássemos que não se deve ou não se precisa[317] orar.

7 Mas, sem dúvida, é verdade isso: o que até agora se fez na igreja, etc., a título de oração, engrolando e vociferando, por certo não tem sido rezar. Tal coisa exterior, quando bem realizada, pode ser exercício para a criançada, para alunos e pessoas simples. Pode chamar-se canto ou leitura, mas não pro-
8 priamente reza. Orar, entretanto, conforme ensina o segundo mandamento, é "invocar a Deus em todas as necessidades". Eis o que ele quer de nós, e isso não ficará entregue a nosso arbítrio. Ao contrário: devemos e temos de orar, se queremos ser cristãos, da mesma forma como devemos e temos de obedecer ao pai, à mãe, ao governo. Porque, pelo invocar e pedir, o nome é honrado e empregado de maneira proveitosa. Eis aquilo em que deves atentar acima de tudo, a fim de, com isso, silenciar e repelir pensamentos tais que nos afastem e dissua-
9 dam da oração. Porque assim como não vale um filho dizer ao pai: "Que importa a minha obediência? Irei e farei o que puder, pois que não faz diferença", estando aí, ao contrário, o mandamento: Deves e tens de fazê-lo, da mesma forma também aqui não está entregue ao meu arbítrio fazê-lo ou não, senão que devemos e temos de orar.

12 Disso, agora, deves concluir e pensar o seguinte: visto que orar é ordenado tão insistentemente, ninguém desprezará de forma nenhuma sua prece, senão que a terá em grande e elevada estima. Toma sempre os outros mandamentos
13 para fazer confrontos. De modo nenhum a criança desprezará sua obediência a pai e mãe, senão que sempre ponderará: "A obra é obra de obediência, e o que faço não o faço com outra intenção do que a de que corresponda à obediência e ao mandamento de Deus. Sobre isso me posso fundamentar e apoiar, e o tenho em grande conta, não por causa de minha dignidade, mas em razão do mandamento". Da mesma forma aqui: o que e por que pedimos, devemos considerá-lo como exigido por Deus e feito em obediência a ele. E cumpre pensemos assim: "Se fosse por mim, isto nada seria, mas vale porque Deus o ordenou". De sorte que cada um, seja qual for sua petição, sempre deve ir à presença de Deus em obediência a esse mandamento.

14 Por isso rogamos e admoestamos com a máxima ênfase a todos que o coração se penetre disso e que de modo algum se despreze a nossa oração. Pois até agora se ensinou em nome do diabo de tal forma a esse respeito que ninguém atentou na coisa. Pensou-se que bastava fazer a obra, não importando se Deus ouvia ou não. Mas isto é entregar a oração aos azares da fortuna e a engro-
15 lar a esmo[318]. E por isso é oração perdida. Porque permitimos que nos de-

---

[317] *Dürfe*, no sentido de "brauche".

[318] *Das heisset das Gebete in die Schanz geschlagen und auf Ebenteuer hin gemurret.*

sencaminhem e despersuadam pensamentos tais como: "Não sou suficientemente santo e digno; se fosse tão probo como São Pedro e São Paulo, então, sim, rezaria". Mas longe de nós com tais idéias! Pois o mesmo mandamento que disse respeito a São Paulo também se aplica a mim, e o segundo mandamento é dado tanto por causa de mim quanto o é por causa dele, de sorte que não se pode jactar de possuir mandamento melhor ou mais santo. Dirás, 16 por conseguinte, assim: "A oração que faço certamente é tão preciosa, santa e agradável a Deus quanto a de São Paulo e dos mais santos dentre os santos. Razão: de bom grado concedo que ele seja mais santo quanto à pessoa; não, porém, no que concerne à oração, já que Deus não considera a prece por causa da pessoa, mas em virtude de sua palavra e da obediência. Pois no mandamento em que todos os santos fundamentam suas orações, também fundamento a minha. Além disso, oro pela mesma coisa que todos eles pedem ou têm pedido".

Seja esta a primeira e mais necessária das partes: que todas as nossas orações devem fundamentar-se e apoiar-se na obediência a Deus, sem consideração de nossa pessoa, quer sejamos pecadores, quer justos, dignos ou indignos. 17 E saibamos que Deus não quer que façamos pouco caso disso[319], mas há de irar-se e castigar, se não pedimos, assim como pune as demais formas de desobediência. 18 Também não quer permitir que nossas orações sejam vãs e perdidas. Pois, se não te quisesse ouvir, não te ordenaria orar, nem acrescentaria tão severo mandamento.

Em segundo lugar, deve incitar e estimular-nos tanto mais o fato de Deus 19 haver acrescentado uma promessa, dando-nos a sua palavra no sentido de que será certo o que pedimos, conforme ele diz no Salmo 50[320]: "Invoca-me no dia da angústia: eu te livrarei". E Cristo diz no evangelho, Mateus 7[321]: "Pedi, e dar-se-vos-á", etc., "pois todo o que pede recebe". Isso, na verdade, deveria des- 20 pertar e inflamar-nos o coração, para orar com vontade e amor, visto ele testemunhar com sua palavra que nossa prece lhe agrada de coração e que, ademais, será certamente ouvida e concedida. Isto para que não a desprezemos ou a tratemos de resto, e a fim de não orarmos à ventura. Podes ponderar-lhe isso, 21 dizendo: "Aqui venho, querido Pai, e não rogo por decisão minha nem firmado em minha dignidade, mas em teu preceito e promessa, que não me podem faltar nem mentir". Agora, aquele que não crê nessa promessa, saiba mais uma vez que provoca a ira de Deus como quem o desonra em grau máximo e o acusa de mentiroso.

De mais a mais, também nos deve estimular e atrair o fato de Deus, além 22 do mandamento e da promessa, se nos antecipar, indicando, ele mesmo, as palavras e a maneira, e nos pondo na boca como e o que nos cumpre pedir, a fim de que vejamos quão afetuosamente ele se condói de nossa necessidade, e jamais duvidemos que essa oração lhe agrada e que certamente será ouvida. Isso 23 é vantagem deveras grande sobre todas as orações que nós mesmos possamos

[319] *Dass Gott in keinen Scherz will geschlagen haben.*
[320] Sl 50.15.
[321] Mt 7.7,8.

excogitar. Pois, neste caso, a consciência sempre estaria em dúvida e diria: "Rezei; mas quem lá sabe como isso lhe agrada ou se acertei na medida e maneira corretas?" Por isso, não se pode encontrar na terra oração mais nobre, pois que tem o testemunho excelente de que Deus, de coração, ama ouvi-la. Não a deveríamos trocar pelos bens do mundo inteiro.

24 E também nos é prescrito dessa maneira para que vejamos e ponderemos a necessidade que nos há de impedir e obrigar a que oremos incessantemente. Pois quem quer pedir deve apresentar, expor, nomear algo que deseje. Caso 25 contrário, não se lhe pode chamar de oração. Por isso foi com razão que condenamos as rezas dos monges e sacerdotes que dia e noite uivam e murmuram medonhamente, sem que a nenhum deles ocorra a idéia de pedir a mínima coisa. E se reuníssemos todas as igrejas e clérigos, teriam de confessar que nunca rezaram, de coração, por uma gota de vinho que fosse. Porque nenhum deles jamais tomou o propósito de orar por obediência a Deus e fé na promessa. Também nenhum deles considerou qualquer necessidade. Quando davam o melhor de si, de outra coisa não cogitavam senão de praticar uma boa obra com que pagassem a Deus, como gente que não queria receber de Deus, mas apenas dar-lhe algo.

26 Mas, para que a oração seja verdadeira, é preciso que haja seriedade. Importa que sintamos a nossa necessidade, e necessidade tal que nos oprima e nos vá impelir a que chamemos e clamemos. Assim, então, a prece vai por si mesma da forma em que deve, de sorte que não se necessite doutrinação a respeito 27 de como importa preparar-se para ela e alcançar a devoção. Mas a necessidade que nos deve preocupar, quanto a nós mesmos e quanto a todos os homens, encontrá-la-ás com abundância suficiente no Pai-Nosso. Razão por que também servirá ao propósito de nos lembrarmos dela, a ponderarmos e dela se nos penetrar o coração, a fim de que não nos tornemos negligentes na oração. Pois todos temos o bastante em matéria de carência, mas a falha está em não o sentirmos e vermos. Deus, por isso, também quer que lamentes e expresses essas necessidades e preocupações[322], não como se ele disso não tivesse conhecimento, mas a fim de inflamares o coração a que deseje mais e com maior vigor e desdobres bem e amplamente o manto, para receber muito.

28 Por isso, devemos acostumar-nos desde a mocidade a orar diariamente, cada qual por toda a sua própria necessidade, onde quer que sinta algo que lhe diga respeito e, também, pela necessidade de outras pessoas entre as quais vive. Por exemplo, por pregadores, autoridades, vizinhos, empregados. E, conforme já ficou dito, cumpre apresentemos sempre a Deus o seu mandamento e 29 promessa, sabendo que ele não os quer desprezados. Digo isso porque muito quisera se voltasse a introduzir isso nas pessoas, a fim de que aprendessem a rezar acertadamente e não andassem por aí tão rudes e frias, o que as leva a ficarem cada dia mais inaptas para a oração. É o que o diabo quer, e para tal objetivo ajuda com todas as forças, porque bem sente ele quanto mal e dano lhe é feito quando a oração é devidamente praticada.

---

[322] *Anliegen.*

Pois cumpre saibamos que toda a nossa defesa e proteção está unicamente na prece. Porque frente ao diabo, com seu poder e adeptos, que se nos opõem, somos demasiadamente frágeis, de sorte que facilmente nos poderiam calcar aos pés. Devemos, por conseguinte, refletir sobre isso e tomar das armas de que importa estejam petrechados os cristãos para resistir ao diabo. Pois o que, pensas tu, tem realizado tão grande coisa até agora e tem impedido ou reprimido os conselhos de nossos adversários, seus desígnios, homicídios e rebeliões, com que o diabo pensou destruir-nos juntamente com o evangelho, se as preces de algumas pessoas piedosas não se houvessem interposto qual muralha de ferro a nosso favor? Não fosse isso, e eles mesmos teriam presenciado um jogo bem diferente: o diabo teria feito perecer a Alemanha inteira em seu próprio sangue. Mas, agora, podem rir tranqüilamente disso e fazer zombaria; não obstante, ficaremos de pé[323], unicamente pela oração, frente a eles e ao diabo, se tão-só persistirmos dilingentemente e não nos tornarmos indolentes. Pois onde qualquer cristão piedoso roga: "Querido Pai, faça-se a tua vontade", ele responde do alto: "Sim, meu filho querido, sem dúvida, será e sucederá assim, a despeito do diabo e do mundo inteiro". 30 31 32

Fique, pois, dito isso como exortação, a fim de que, antes de tudo, se aprenda a considerar a prece como coisa grande e preciosa e se conheça a verdadeira diferença entre palrar e pedir algo. Pois de forma nenhuma rejeitamos a oração, mas o totalmente inútil berreiro e murmúrio, como o mesmo Cristo rejeita e proíbe longa palraria[324]. Agora trataremos do Pai-Nosso, da maneira mais breve e clara possível. Nele estão compreendidas, em sete artigos ou petições sucessivas, todas as necessidades que, incessantemente, nos atingem, e cada qual é tão grande que deverá impelir-nos a rogar por causa dela ao longo de toda a nossa vida. 33 34

Primeira Petição

SANTIFICADO SEJA O TEU NOME 35

Isso aí, agora, é um tanto obscuro e não é alemão castiço. Pois em nossa língua materna diríamos assim: "Pai celeste, ajuda para que somente o teu nome seja santo". Que significa a prece de que seu nome se torne santo? Não é ele santo de antemão?[325] Resposta: Sim, sempre é santo em sua essência, mas não é santo em nosso uso. Porque o nome de Deus nos foi dado desde que[326] nos tornamos cristãos e fomos batizados. De forma que somos chamados filhos de Deus e temos os sacramentos, pelos quais nos une corporalmente consigo, de maneira que tudo quanto é de Deus deve servir para nosso uso. Aqui, agora, temos a grande necessidade que mais nos deve preocupar: que esse nome receba 36 37 38

[323] *Wir wollen aber dennoch... Manns gnug sein.* Literalmente: ser homem bastante.
[324] *Lang Gewäsche.* Cf. Mt 6.7; 23.14.
[325] Ou: em si, sem isso. No original: *vorhin.*
[326] *Weil*, no sentido de seitdem. Texto lat.: *posteaquam.*

a devida honra e seja tido por santo e sublime, como o maior tesouro e santuário que temos e que nós, como filhos probos, peçamos que seu nome, santo já de si no céu, também seja e permaneça santo na terra, entre nós e todo o mundo.

39 Como é que ele se torna santo entre nós? Resposta, da maneira mais clara em que se pode dizê-lo: quando tanto nossa doutrina como nossa vida são divinas e cristãs. Pois, visto que nessa oração chamamos a Deus de nosso Pai, é nosso dever comportar e haver-nos em toda parte como filhos bons, para que 40 de nós tenha não desonra, mas honra e louvor. Ora, seu nome é profanado por nós com palavras ou com atos (pois o que fazemos na terra há de ser palavra ou 41 obra, ato de falar ou de agir). Em primeiro lugar, pois, quando se prega, ensina e fala em nome de Deus o que é falso e transviador[327], de maneira que seu nome tem de disfarçar[328] e vender[329] as mentiras. Esta é a maior infamação e 42 desonra do nome divino. Tal acontece, além disso, onde, grosseiramente, faz-se 43 do santo nome manto[330], com juramentos, maldições, sortilégios, etc. Em segundo lugar, com vida e obras publicamente más, quando os que se chamam cristãos e povo de Deus são adúlteros, beberrões, unhas-de- fome[331], invejosos e difamadores. Aqui, mais uma vez, o nome de Deus por nossa causa tem de 44 sofrer infamação e blasfêmia. Pois assim como para um pai carnal é vergonha e desonra quando tem um filho mau, depravado, que se lhe opõe com palavras e atos, de sorte que, por causa dele, o pai seja desprezado e vilipendiado, assim também há desonra para Deus quando nós, que somos chamados por seu nome e dele temos toda sorte de bens, ensinamos, falamos e vivemos de maneira diversa da de filhos probos e celestes, de forma que ele tenha de ouvir dizer-se a nosso respeito que devemos ser filhos não de Deus, mas do diabo.

45 Vês, portanto, que nessa parte pedimos exatamente o que Deus exige no segundo mandamento, a saber, que não se abuse de seu nome para jurar, amaldiçoar, mentir, enganar, etc., mas que seja usado de maneira proveitosa, em louvor e honra de Deus. Porque aquele que usa o nome de Deus para qualquer maldade, profana e dessagra este santo nome, como antigamente se chamava de dessagrada uma igreja quando nela se cometera homicídio ou outra maldade ou quando se profanava um ostensório[332] ou uma relíquia[333], coi-46 sas em si mesmas santas e que, todavia, eram profanadas pelo uso. É, por conseguinte, fácil e clara essa parte, contanto que se entenda a linguagem: que "santificar" quer dizer tanto como em nossa maneira de falar "louvar, exaltar

---

[327] *Verführisch*. Interpretamos no sentido de *irreführend*. Obsopoeus: *erroneum*.

[328] *Schmücken*. Vid. acima, Mandamentos, VIII, 286, nota em "velar com sua honra".

[329] *Verkäufen*. BSLK, p. 671, nota 4: "annehmbar machen" ("tornar aceitável"). Ficamos com a expressão original.

[330] *Schanddeckel* (=Deckmantel).

[331] *Geizige Wänste*.

[332] *Monstranz*. Custódia onde se ostenta a hóstia consagrada. *Monstranz* também designa o vaso ou escrínio em que se ostenta algum outro objeto santo. O termo português "custódia" também significa "relicário".

[333] *Heiligtumb*. Resto do corpo de algum mártir ou outro santo; objeto que lhe pertenceu ou que serviu para o seu suplício; objeto da história sagrada honrado como santo.

e honrar", com palavras e obras. Vê, pois, quão altamente necessária essa petição é. Vemos quão cheio está o mundo de seitas e falsos mestres, que todos usam o santo nome como disfarce e pretexto de sua doutrina diabólica. Por isso, é com razão que deveríamos clamar e chamar incessantemente contra toda essa espécie de homens, contra os que pregam e crêem erroneamente e contra tudo o que ataca, persegue e quer suprimir o nosso evangelho e a nossa doutrina pura, como bispos, tiranos, entusiastas[334], etc. De mais a mais, também temos que orar por nós mesmos. Temos a palavra de Deus, mas não somos gratos por isso, nem vivemos em conformidade com ela da maneira como devemos. Se, pois, pedires isso de coração, podes estar certo de que agrada a Deus. Porque nada ouvirá mais prazerosamente do que estarem sua honra e louvor postos antes e acima de todas as coisas, e sua palavra ser ensinada de maneira pura e ser considerada preciosa e de valor. 47 48

Segunda Petição

VENHA O TEU REINO

49 Como na primeira parte pedimos o que diz respeito à honra e ao nome de Deus: – que Deus impeça disfarce o mundo suas mentiras e maldade sob seu nome, conservando-o, ao contrário, sublime e santo, com doutrina e vida, para que seja louvado e exaltado em nós –, assim, aqui, pedimos que também venha o seu reino. 50 Mas, assim como o nome de Deus é santo em si mesmo e, não obstante, pedimos que seja santo entre nós, da mesma forma também o seu reino vem por si mesmo, sem as nossas petições, contudo, pedimos que venha a nós, isto é, que atue entre nós e junto a nós, de sorte que também sejamos parte daqueles entre os quais o seu nome é santificado e seu reino está em vigor.

51 Mas o que significa reino de Deus? Resposta: outra coisa não é senão o que ouvimos acima, no Credo: que Deus enviou ao mundo a Cristo, seu Filho, nosso SENHOR, para que nos redimisse e libertasse do poder do diabo e nos levasse a ele e nos governasse como rei da justiça, da vida e da bem-aventurança, contra o pecado, a morte e má consciência. Para tanto, nos deu também o seu Espírito Santo, que nos convencesse[335] disso mediante a sua santa palavra e por seu poder nos iluminasse e fortalecesse na fé. 52 Pedimos, por conseguinte, aqui, em primeiro lugar, que isso tome efeito entre nós, e que, destarte, seu nome seja exaltado pela santa palavra de Deus e por uma vida cristã, tanto para que nós, que a aceitamos, nisso permaneçamos e, diariamente, progridamos, como, também, para que alcance assentimento e adesões entre outros homens e marche poderosamente pelo mundo todo, a fim de muitos deles, trazidos pelo Espírito Santo, virem ao reino da graça e se tornarem par-

[334] *Schwärmer.*

[335] Ou: nos expusesse isso. No original: *heimbrächte.* BSLK, p. 673, nota 4: *herzubrächte.* A. Götze, *Glossar*: "nahelegen". Texto lat.: *offerret.*

tícipes da redenção. Para que, dessa maneira, todos juntos fiquemos eternamente em um só reino, agora principiado.

53 Porque "a vinda do reino de Deus a nós" ocorre de duas maneiras: primeiro, aqui, no tempo, mediante a palavra e a fé; em seguida, na eternidade, pela revelação[336]. Agora pedimos ambas as coisas: que venha àqueles que ainda não estão nele, bem como a nós outros – que já o recebemos –, por diário incre-54 mento, e, futuramente, a vida eterna. Tudo isso outra coisa não é do que dizer: "Amado Pai, pedimos que nos dês primeiro a tua palavra, para que o evangelho seja pregado retamente em todo o mundo; em segundo lugar, que também seja aceito pela fé e atue e viva em nós, de forma que, pela palavra e poder do Espírito Santo, o teu reino tenha curso entre nós e seja destruído o reino do diabo, para que não tenha direito nem poder sobre nós, até que, afinal, seja totalmente aniquilado, e o pecado, a morte e o inferno sejam exterminados, a fim de vivermos eternamente em plena justiça e bem-aventurança".

55 Disso vês que não pedimos, aqui, uma esmola[337] ou algum bem temporal, passageiro, mas um tesouro eterno, excelso, e tudo aquilo de que o próprio Deus dispõe. O que é demasiadamente grande para que um coração humano pudesse atrever-se a tomar o propósito de o desejar, não houvesse ele mesmo 56 ordenado que lho peçamos. Mas, por ser ele Deus, também quer a honra de dar muito mais e com maior riqueza do que quem quer que seja possa compreender, como eterna e inexaurível fonte, que, quanto mais escorre e desborda, tanto mais dá de si. E nada há que ele deseje mais de nós do que isso: que lhe peçamos muitas e grandes coisas. Encoleriza-se, por outro lado, quando 57 deixamos de, confiadamente, pedir e exigir. Pois é como se o mais rico e mais poderoso imperador desse a um pobre mendigo a ordem de pedir o que bem desejasse, e estivesse pronto a dar-lhe um presente grande, imperial, e o néscio nada mais mendigasse do que uma sopa econômica[338]. Merecidamente, seria considerado réprobo, malvado, como indivíduo que estaria fazendo caçoada e mofando da ordem da majestade imperial, e que não seria digno de lhe vir à presença. Da mesma forma, importa em grande afronta e desonra a Deus quando nós, a quem ele oferece e promete tantos bens inefáveis, os desprezamos ou 58 não confiamos recebê-los, e mal ousamos pedir um pedaço de pão. Tudo isso é culpa da vergonhosa incredulidade, que de Deus não espera nem mesmo tanto bem como que lhe supra a barriga; muito menos ainda esperaria de Deus, sem duvidar, tais bens eternos. Razão por que cumpre nos fortaleçamos contra a incredulidade e deixemos que isso seja a nossa primeira petição. Então, com certeza, a gente também receberá em abundância todas as outras coisas, conforme ensina Cristo: "Buscai em primeiro lugar o reino de Deus, e todas estas

---

[336] *Durch die Offenbarung*, isto é, quando for revelado, por ocasião da volta de Cristo.

[337] Ou: miudeza, pedacinho de pão. No original: *Parteken*. Texto lat.: *pro frusto panis* ("por um pedaço de pão"). Designação da esmola dada a estudantes ambulantes.

[338] *Hofesuppen*. Sopa que, nos paços reais, se distribuía aos pobres. Chama-se de sopa econômica a "refeição que as associações filantrópicas distribuem por esmola aos pobres ou por preço diminuto às classes operárias ou menos favorecidas da fortuna" (cf. Laudelino Freire, Dicionário).

coisas vos serão acrescentadas"[339]. Pois como permitiria nos minguassem bens temporais e sofrêssemos penúria, quando promete o que é eterno e imperecível?

Terceira Petição

FAÇA-SE A TUA VONTADE, ASSIM NA TERRA COMO NO CÉU[340] 59

Até agora pedimos que seu nome seja honrado por nós e seu reino entre nós prevaleça. Nesses dois pontos está compreendido tudo o que se refere à honra de Deus e à nossa salvação, a saber, que recebemos como propriedade nossa a Deus e todos os seus bens. Mas, aqui, surge, agora, a igualmente grande necessidade de o retermos com firmeza e não permitirmos que se nos arranque disso. Pois assim como num bom regime não deve haver apenas homens que edifiquem e governem bem, mas, também, tais que defendam, protejam e velem zelosamente, da mesma forma também aqui. Ainda que já tenhamos orado pelo mais necessário, o evangelho, a fé e o Espírito Santo, que nos governe, aos que fomos libertados do poder do diabo[341], também devemos pedir que se faça a sua vontade. Pois coisa mui estranha acontecerá, se permanecermos nisso: por causa disso teremos de sofrer muitos ataques[342] e golpes[343] de tudo aquilo que se atreve a obstaculizar e impedir as duas partes precedentes. 60 61

Porque ninguém acredita como[344] o diabo a isso se opõe e resiste. Não consegue tolerar que alguém ensine ou creia corretamente e, sobremaneira, lhe dói ter de permitir que suas mentiras e abominações, honradas sob o mais belo pretexto, o nome de Deus, sejam desveladas, e que ele, assim, tenha de estar aí com todas as vergonhas e seja, ademais, expulso do coração e haja de admitir se abra semelhante brecha em seu reino. Por isso esbraveja e raiva como inimigo encolerizado com todo o seu poder e força, adjunge a si tudo o que lhe está sujeito e, além disso, convoca em seu auxílio o mundo e a nossa própria carne. Porque a nossa carne em si mesma é ruim e está inclinada ao mal, ainda que tenhamos aceito a palavra de Deus e a creiamos. Mas o mundo é perverso e mau. Aí, ele açula, atiça e instiga para impedir-nos, tocar-nos de volta, abater-nos e, novamente, submeter-nos ao seu poder. É nisto que concentra sua vontade, propósito e pensamento. É o que busca dia e noite, sem descansar por 62 63 64

[339] Mt 6.33; Lc 12.31.

[340] *Wie im Himmel, also auch auf Erden* ("como no céu, assim também na terra").

[341] *Dass er uns regiere, aus des Teufels Gewalt erlöset.* W. Metzger (ed. *Calwer*, p. 117): "nachdem wir aus des Teufels Gewalt erlöset sind". Livro de Concórdia alemão de 1580: *Dass er uns... aus des Teufels Gewalt erlöse.* Texto lat.: *qui nos regat, e diaboli potestate liberet.*

[342] *Anstösse*, i. e., *Angriffe.*

[343] *Büffe*, isto é, *Püffe* (golpes, socos, empurrões) ou *Anfechtungen* (contestações, assaltos). Cf. A. Götze, *Glossar.*

[344] *Denn niemand gläubt, wie...* Traduzido erroneamente na edição espanhola das obras de Lutero: "nadie cree que el diabo...". Texto lat.: *Nemo enim facile credit, quam...* ("Pois ninguém acredita facilmente quanto...").

um instante sequer. Para esse fim se vale de todas as artimanhas, embustes, maneiras e caminhos que possa excogitar.

65 Por conseguinte, se queremos ser cristãos, devemos estar seguramente preparados e cientes de que temos por inimigos o diabo, juntamente com todos os seus anjos[345], e o mundo, que nos infligem toda sorte de infortúnios e pesares. Porque, onde a palavra de Deus é pregada, aceita ou crida e produz fruto, aí também não há de faltar a amada e santa cruz. E ninguém pense que vai ter paz. Deverá, ao contrário, sacrificar o que tiver na terra: bens, honra, casa e 66 lar, mulher e filhos, corpo e vida. Agora, isso dói à nossa carne e ao velho homem, pois a palavra de ordem é perseverar e sofrer com paciência seja qual for 67 o assalto e abandonar o que se nos tira. Por isso, é, deveras, tão necessário como nas demais partes que peçamos sem cessar: "Querido Pai, faça-se a tua vontade, não a vontade do diabo e de nossos inimigos, nem de nada daquilo que quer perseguir e suprimir a tua santa palavra ou quer impedir o teu reino. E dá-nos que suportemos com paciência e vençamos tudo o que tivermos de sofrer em razão disso, para que nossa pobre carne não ceda nem apostate, por debilidade ou indolência".

68 Eis que, dessa maneira, temos, nessas três partes, do modo mais simples, o que é necessário em relação ao próprio Deus. Mas tudo por nossa causa, pois o que pedimos diz respeito exclusivamente a nós, a saber, assim, conforme dito, que também se faça em nós o que, ademais, deve ser feito, mesmo abstraindo-se de nós[346]. Porque, assim como seu nome será santificado e seu reino há de vir mesmo sem o nosso pedir, assim também a sua vontade, necessariamente, será feita e imposta, ainda que o diabo com todos os seus adeptos contra ele façam grande alarido, se encolerizem, raivem e procurem extirpar o evangelho de todo. Mas, por nossa causa, devemos pedir que também entre nós se faça, sem impedimento, a sua vontade, contra esse raivar deles, a fim de que nada possam alcançar, e nós nos mantenhamos firmes contra toda violência e perseguição e nos submetamos à vontade de Deus.

69 Esta oração, agora, será nossa proteção e defesa, para repelir e destroçar tudo o que contra o nosso evangelho possam fazer o diabo, bispos, tiranos e hereges. Que todos raivem e tentem fazer o que estiver neles, deliberem e resolvam como querem suprimir e extirpar-nos, para que sua vontade e conselho prevaleçam e se mantenham: contra isso, um cristão ou dois, com esta só petição, 70 serão nosso muro, sobre o qual arremeterão e perecerão. Temos este consolo e esta desafiante confiança: que a vontade e o propósito do diabo e de todos os nossos inimigos vão e têm de naufragar e ser aniquilados, por altivos, seguros e poderosos que se julguem[347]. Pois se não fosse quebrada e impedida a vontade deles, não poderia o reino de Deus permanecer na terra, nem seu nome ser santificado.

---

[345] Sobre os anjos do diabo, cf. Mt 25.41.

[346] *Dass auch in uns geschehe, das sonst ausser uns geschehen muss.*

[347] *Wie stolz, sicher und gewaltig sie sich wissen.* " Wissen", no sentido de "dünken".

Quarta Petição

O PÃO NOSSO DE CADA DIA NOS DÁ HOJE

71

72 Aqui, agora, consideramos o pobre cesto do pão, as necessidades de nosso corpo e da vida temporal. É palavra breve e simples, mas também abrange muito. Pois quando mencionas e pedes "o pão de cada dia", pedes tudo o que é necessário para que se tenha e saboreie o pão cotidiano e, por outro lado, também pedes que seja eliminado tudo o que o impede. Deves, por conseguinte, abrir e dilatar bem os pensamentos, não só até o forno ou a caixa da farinha, mas até o vasto campo e a terra toda que produz e nos traz o pão de cada dia e toda sorte de alimentos. Porque se Deus não o fizesse crescer, não o abençoasse e conservasse no campo, jamais tiraríamos pão do forno e nenhum teríamos para pôr na mesa.

73 Para sumariá-lo em breves palavras: esta petição quer abranger quanto pertence a toda esta vida no mundo, porque apenas por isso necessitamos do pão cotidiano. Agora, à vida não pertence apenas que o corpo tenha alimento, vestuário e outras coisas necessárias, mas, também, que seja de tranqüilidade e paz o nosso relacionamento com as pessoas com as quais vivemos e lidamos em diário comércio e trato e toda sorte de atividades; em suma, tudo o que se refere às relações domésticas e vizinhais, ou civis e políticas. Pois onde houver obstáculos quanto a essas duas partes, de forma que relativamente a elas as coisas não andem como deveriam andar, aí também está obstaculizado algo que é necessário à vida, de sorte que não se pode conservá-lo por tempo dilatado[348]. 74 E, na verdade, a coisa mais necessária é orar por autoridades e governo seculares[349], porque é principalmente através deles que Deus nos conserva o pão nosso de cada dia e todo o conforto[350] desta vida. Pois, ainda que tenhamos recebido de Deus plenitude de todos os bens, não podemos reter nenhum deles nem deles usar seguros e contentes, se ele não nos dá um governo estável e de paz. Porque onde há discórdia, contenda e guerra, aí o pão cotidiano já nos está subtraído ou, pelo menos, obstaculizado.

75 Com razão poder-se-ia, por isso, pôr no escudo de todo príncipe reto um pão em lugar de um leão ou de uma grinalda de arruda[351], ou imprimi-lo na moeda em lugar do cunho[352], a fim de lembrar a príncipes e súditos que pelo ofício deles temos proteção e paz, e que sem eles não podemos comer o pão nem conservá-lo. Razão por que também são dignos de toda honra, e cumpre darlhes o que devemos e podemos, como àqueles pelos quais fruímos, em paz e tranqüilidade, tudo o que temos, pois de outra maneira não ficaríamos com um centavo. Além disso, também se deve orar por eles, a fim de, por seu intermédio, Deus nos dar tanto mais bênçãos e bens.

---

[348] *Endlich*, i. e., "auf die Dauer". Cf. A. Götze, *Glossar*.

[349] *Für weltliche Öberkeit und Regiment.* Texto lat.: *pro magistratibus.*

[350] *Gemach*, i. e., " Annehmlickeit" ou "Ruhe" (comodidade, conforto, tranqüilidade).

[351] *Rautenkranz.* Obsopoeus: *sertis rutae* ("com capela de arruda").

[352] *Fur das Gepräge.*

76 Indiquemos e bosquejemos, portanto, da maneira mais breve, até onde vai essa petição através de toda sorte de relações na terra. Disso, agora, se poderia fazer longa oração, enumerando, com muitas palavras, todas as partes que lhe pertencem, como, por exemplo, que pedimos nos dê Deus comida e bebida, vestimenta, casa e lar e corpo são; além disso, que faça com que os cereais e frutos do campo cresçam e dêem bom resultado; mais, que também nos ajude a administrar bem a casa, nos conceda mulher, filhos e empregados íntegros e no-los conserve; faça que prosperem e sejam bem sucedidos nosso trabalho, ofício ou o que tenhamos que fazer; que nos brinde com vizinhos fiéis e bons
77 amigos, etc. Que, ademais, dê sabedoria, força e sorte ao imperador, ao rei e a todos os estamentos[353] e, mormente, aos nossos príncipes-reinantes[354], a todos os conselheiros, senhores e prefeitos[355], a fim de governarem bem e serem vitoriosos sobre os turcos e todos os inimigos; que dê obediência aos súditos e ao povo
78 comum e convívio em paz e concórdia; que, por outro lado, nos preserve de toda sorte de danos quanto ao corpo e a alimentos, de temporais, granizo, incêndios, inundações, veneno, peste, morte de gado, guerra e derramamento de
79 sangue, tempo de carestia, animais danosos, gente má, etc. É bom inculcar tudo isso às pessoas simples, inculcar-lhes que essas coisas e outras semelhantes devem ser dadas por Deus e que nos corre o dever de lhas pedir.

80 Principalmente, entretanto, essa oração se dirige também contra o nosso inimigo máximo, o diabo. Pois todo o seu propósito e desejo é tirar ou obstaculizar quanto de Deus temos. E não se satisfaz com embaraçar e destruir a ordem espiritual, transviando as almas através de sua mentiras e submetendo-as ao seu poder, senão que, outrossim, estorva e obstrui a permanência de qualquer governo e de toda relação honrosa e pacífica na terra. Aí, causa tanta contenda, homicídio, rebelião e guerra, bem como tempestade e granizo, para
81 aniquilar os cereais e o gado, envenenar o ar, etc. Em suma, dói-lhe que alguém receba um bocado de pão de Deus e coma em paz. E, se estivesse em seu poder, e não o impedisse, depois de Deus, a nossa oração[356], certamente não nos ficaria haste no campo, centavo em casa, nem mesmo uma hora de vida, especialmente aos que temos a palavra de Deus e gostaríamos de ser cristãos.

82 Eis que, assim, Deus quer indicar-nos como cuida de todas as nossas ne-
83 cessidades e também zela, tão fielmente, pelo nosso sustento temporal. E, posto que também aos ímpios e malvados o dê e conserve ricamente, quer, sem embargo, que o peçamos, a fim de reconhecermos que o recebemos de sua mão e nisso percebamos sua paternal bondade para conosco. Pois, quando ele retira a mão, a coisa não pode prosperar e ser conservada por tempo dilatado[357],
84 como bem se vê e sente todos os dias. Que miséria há no mundo agora, já, sim-

---

[353] *Stände* (classes, ordens, estados, corporações).

[354] Ou: soberanos. No original: *Landsfursten*. Também se chama de soberano a quem tem autoridade como príncipe.

[355] *Oberherrn und Amptleuten*. Obsopoeus: *proceribus atque praefectis*.

[356] *Und unser Gebete nähist Gott nicht wehrete*. A ed. Tappert (p. 431) omite as palavras "nähist Gott".

[357] *Endlich*, i. e., "auf die Dauer".

plesmente, por causa de moeda falsa[358], sim, por causa do cotidiano gravame e alta de preços[359] no comércio comum, em compra e trabalho, por parte daqueles que, a seu arbítrio, oprimem os pobres e os privam do pão de cada dia! Verdade que temos de suportá-lo, mas eles que se precavenham, não lhes suceda perderem a intercessão comum e se acautelem para que essa partezinha do Pai-Nosso não se volte contra eles.

Quinta Petição

E PERDOA-NOS AS NOSSAS DÍVIDAS, ASSIM COMO NÓS PERDOAMOS AOS NOSSOS DEVEDORES 85

Esta parte, agora, diz respeito à nossa pobre e mísera vida. Embora tenhamos a palavra de Deus, creiamos, façamos sua vontade e a ela nos submetamos, e nos nutramos de bens e da bênção de Deus, contudo, nossa vida não está livre de pecado. Diariamente ainda tropeçamos e nos excedemos, porque vivemos no mundo entre homens que nos infligem muitos sofrimentos e dão motivo para impaciência, ira, vingança, etc. Ademais, temos ao nosso encalço o diabo, que nos assedia de todos os lados e pugna, conforme ouvimos, contra todos os artigos anteriores, de sorte que não é possível manter-se sempre firme nessa luta constante. Por isso temos, aqui, uma vez mais, grande necessidade de pedir e clamar: "Querido Pai, perdoa-nos as nossas dívidas". Não é que não perdoe o pecado mesmo antes do nosso pedir e sem este, pois que nos presenteou com o evangelho, no qual outra coisa não há que perdão, antes que lho houvéssemos pedido ou, alguma vez, pensado nele. Trata-se, porém, de reconhecer e aceitar esse perdão. Pois, visto a carne, em que diariamente vivemos, ser de natureza tal que não confia nem crê em Deus e sempre se ativa em más concupiscências e insídias, de sorte que todos os dias pecamos em palavras e obras, por comissão e omissão, o que torna intranqüila a consciência, de forma que teme a ira e o desfavor de Deus, perdendo, assim, o consolo e a confiança procedentes do evangelho, por isso é de contínua necessidade acudir a esta petição, buscando consolo, para reerguer a consciência. 86 87 88 89

Isso, porém, deve servir a que Deus nos quebre o orgulho e nos mantenha na humildade. Pois reservou para si a prerrogativa de que, se alguém quiser jactar-se de sua probidade e menosprezar outros, examine-se a si mesmo e ponha diante dos olhos essa petição: verá, então, que sua probidade é igual à dos outros. Diante de Deus, todos temos de baixar o topete[360] e estar contentes porque alcançamos o perdão. E ninguém pense que na presente vida vai chegar ao ponto de não precisar desse perdão. Em suma: se Deus não perdoa continuamente, estamos perdidos. 90 91

---

[358] *Allein mit der bösen Münze.*

[359] *Aufsetzen.* Usura ou aumento de preços. Cf. A. Götze, *Glossar.*

[360] *Die Federn niederschlagen.*

92 De maneira que o sentido dessa petição é que Deus não queira olhar para os nossos pecados e não nos mostre o que diariamente merecemos, mas trate conosco graciosamente e nos perdoe, conforme prometeu, dando-nos, assim, uma consciência alegre e intrépida, para que estejamos diante dele e peçamos. Pois quando o coração não está na correta relação com Deus, não podendo tomar essa confiança, jamais ousará rezar. Tal confiança e coração alegre, entretanto, de nenhuma outra coisa pode vir senão disso de saber que os pecados lhe estão perdoados.

93 Mas a isso está apenso um complemento necessário e, todavia, consolador: "Assim como nós perdoamos aos nossos devedores". Prometeu – devemos estar seguros disso – que tudo nos está remitido e perdoado, todavia, 94 sob a condição de que também perdoemos ao nosso próximo. Pois, assim como diariamente cometemos muitas faltas contra Deus e ele, não obstante, tudo perdoa por graça, assim também nós, continuamente, devemos perdoar ao nosso próximo que nos inflija dano, violência e injustiça, proceda com maligna 95 astúcia contra nós, etc. Agora, se tu não perdoas, então não penses que Deus perdoa a ti. Se, porém, perdoas, então tens o consolo e a certeza de que se te 96 perdoa no céu. Não em vista do teu perdoar – pois Deus o faz inteiramente de graça, porque o prometeu, conforme ensina o evangelho –, mas ele nos põe isso para fortalecimento e segurança, como sinal, a par da promessa, que concorda com esta oração, Lc 6[361]: "Perdoai, e sereis perdoados". Razão por que Cristo também a repete logo depois do Pai-Nosso, dizendo Mt 6[362]: "Porque se perdoardes aos homens as suas ofensas, também vosso Pai celeste vos perdoará, etc."

97 Tal signo, portanto, foi acrescentado a essa oração para que, ao orarmos, nos lembremos da promessa e pensemos da seguinte maneira: "Querido Pai, venho e peço que me perdoes não porque eu possa, com obras, satisfazer ou merecer, mas porque tu o prometeste e lhe acrescentaste o selo, que deve ser 98 tão certo como se eu tivesse uma absolvição pronunciada por ti mesmo". Pois quanto efetuam o batismo e o sacramento, postos como sinais exteriores, o mesmo tanto pode este sinal para nos fortalecer e alegrar a consciência. E foi posto antes de outros[363] para que o pudéssemos usar e praticar a toda hora, como algo que sempre temos conosco.

Sexta Petição

99 E NÃO NOS DEIXES CAIR EM TENTAÇÃO[364]

100 Ouvimos o bastante, agora, sobre quanto esforço e trabalho custa reter todas as coisas que pedimos e nelas perseverar, o que, ainda assim, não se realiza

[361] Lc 6.37.

[362] Mt 6.14.

[363] *Fur andern.* Texto lat.: *pro aliis.* As edições *Concordia Triglotta* (p. 725) e Tappert (p. 433) reduzem o "vor andern" a inglês com "specially".

[364] Vid. em Catecismo Menor, Pai-Nosso, seção 17.

sem fragilidades e tropeços. Além disso, embora tenhamos recebido o perdão e uma boa consciência e estejamos inteiramente absolvidos, a vida é tal que hoje alguém está de pé e amanhã cai. Por isso, ainda que agora sejamos íntegros[365] e estejamos, perante Deus, de boa consciência, temos de pedir novamente que ele não nos deixe recair e ceder à provação ou tentação[366]. A tentação, porém, ou *Bekörunge*[367], como desde antigamente a chamam os nossos saxônios, é de três espécies: da carne, do mundo e do diabo. Pois na carne habitamos e arrastamos conosco o velho homem. Este se movimenta e, diariamente, nos incita a impudicícia, preguiça, glutonaria e borracheira, avarícia e fraudação, a enganar e lesar[368] o próximo e, em suma, a toda sorte de más paixões que estão cravadas em nós por natureza, sendo, ademais, excitadas pela associação com outras pessoas, pelo exemplo, pelo que ouvimos e vemos, coisas que, muitas vezes, ferem e inflamam também um coração inocente. Além disso, é o mundo que nos ofende com palavras e obras e nos impele a cólera e impaciência. Em resumo, aí nada há senão ódio e inveja, inimizade, violência e injustiça, infidelidade, vingança, imprecação, ralho, maledicência, orgulho e soberba, juntamente com excesso de adorno, honra, fama e poder, onde[369] ninguém quer ser o menor, mas cada qual quer sentar-se à cabeceira e ser visto antes de qualquer outro. A isso, agora, se junta o diabo, instiga e provoca também em toda parte, mas dedica-se especialmente ao que diz respeito à consciência e às coisas espirituais, a saber, que tratemos de resto e desprezemos[370] tanto a palavra como a obra de Deus. Seu propósito é arrancar-nos da fé, da esperança e do amor e levar-nos à superstição[371], falsa arrogância e obstinação, ou, por outro lado, ao desespero, à negação e blasfêmia de Deus e a inumeráveis outras coisas abomináveis. Estes são os laços e as redes[372], sim, os verdadeiros

101 102 103 104

---

[365] *Fromm.* Texto lat.: *jam probitatem et justitiam consecutos.* W. Metzger, op. cit., p. 125: "rechtschaffen".

[366] *Der Anfechtung oder Versuchunge.* Texto lat.: *Tentationum impugnationibus.* Lutero usa *Versuchung* e *Anfechtung* como termos permutáveis. Vid. adiante, seção 106 e seção 105, nota em "perigos e tentações".

[367] O Livro de Concórdia latino de 1584 diz: ... *seu (ut Saxones nostri jam olim locuti sunt) conversio.* O tradutor, erroneamente, entendeu que *Bekörunge* é *Bekehrung,* conversão. Grimm (*Deutsches Wörterbuch*) registra o termo como do alto alemão médio. BSLK observa que a palavra (*korunga* ou *bikorunga*) já aparece em traduções do Pai-Nosso em alto alemão antigo e ainda é usual no baixo alemão em nossos dias. J. T. Müller (*Die symbolischen Bücher der ev. - lutherischen Kirche,* p. 857) cita a sexta petição do Pai-Nosso do século XII: *Vnde daz iht unsih innerleittes du in dei bechorunge.* Lutero classifica a palavra como *sehr fein altes Deutsch* ("excelente alemão antigo"). WA 30/I,106,16. – Saxões Lutero chama aos da Baixa Saxônia. – No século XVI, falava-se o baixo alemão em Wittenberg – Uma nota em W. Metzger (ed. *Calwer,* p. 126, nota 1) traduz *Bekörunge* com "Verlockung". A. Götze, *Glossar*: "Versuchung".

[368] *Übersetzen,* i. e.,"übervorteilen" ou "überfordern".

[369] Ou: porque. No original: *Da niemand will.*

[370] *In Wind schlage und verachte.*

[371] *Missglaube.* Cf. Götze, *Glossar.* Texto lat.: *superstitio.* W. Metzger, (op. cit., p. 126): "Unglaube". *Concordia Triglotta,* (p. 727): "misbelief". Ed. Tappert, p. 434: "unbelief".

[372] Cf., p. ex., 1 Tm 3.7.

"dardos inflamados"[373] que o diabo, não a carne e o sangue, atira ao coração da maneira mais venenosa.

105 São esses, deveras, grandes e graves perigos e tentações[374], mesmo que cada qual deles venha isoladamente, e todo cristão tem de suportá-los. Enquanto estamos nesta vida miserável, onde se nos acossa de todos os lados, se nos caça e aperta, importa que sejamos continuamente impelidos por isso a chamar e suplicar a toda hora, para que Deus não permita venhamos a ficar débeis e cansados e voltemos a cair em pecado, vergonha e incredulidade. Porque de outra maneira não é possível superar nem mesmo a menor das tentações.

106 O "não induzir-nos em tentação"[375] quer dizer, pois, que Deus nos dá poder e vigor para resistir, contudo, sem que a tentação[376] seja tirada ou anulada. Porque enquanto[377] vivemos na carne e temos o diabo ao nosso redor, ninguém pode contornar tentações[378] e incitamentos. E isso não se modificará: temos de suportar tentações[379] e até estar atolados nelas[380]. Mas o que pedimos é
107 que não caiamos e não nos afoguemos nelas. Sentir tentação, por conseguinte, é coisa bem diversa de consentir nela ou dar-lhe o nosso sim. Todos temos de senti-la, embora não todos da mesma forma. Para alguns será maior e mais pesada. A juventude é tentada, acima de tudo, pela carne; depois, os que são adultos e alcançam idade provecta são tentados pelo mundo; os outros, porém, os que se ocupam de coisas espirituais, isto é, os cristãos fortes, são tentados pelo
108 diabo. Mas este sentir, enquanto for contra a nossa vontade e nós preferíramos estar livres dele, a ninguém pode causar dano. Porque se não o sentíssemos, não se poderia chamá-lo tentação. Consentir, entretanto, quer dizer
109 entregar-lhe as rédeas, não resistir nem orar. Por isso, os cristãos devemos estar preparados e, diariamente, à espera de que seremos continuamente atacados, para que ninguém ande por aí seguro de si e despreocupado, como se o diabo estivesse longe de nós. Devemos, ao contrário, estar em toda parte à espera de seus golpes e apará-los. Pois, se agora sou casto, paciente, amável e estou firme na fé, pode[381] que ainda nesta hora o diabo me crave no coração tal seta que mal fique de pé. Pois é inimigo tal que jamais desiste ou cansa. Quando
110 cessa uma tentação, sempre aparecem outras e novas. Por isso, não há conselho nem consolo exceto o de correr para cá, a fim de tomar o Pai-Nosso e de cora-

[373] Ef 6.16.

[374] *Anfechtung*. Texto lat.: *tentationum impugnationes*. Acometida, ansiedade, perturbação e incerteza íntimas, provação, tribulação; situação em que a fé está em luta com a dúvida. Vid. adiante, Catecismo Maior, Sacramento do Altar, seção 23, nota em "acometidas" e acima, seção 100, nota em "provação ou tentação".

[375] *Nicht einführen*. Texto lat.: *inducere*.

[376] *Anfechtung*. Vid. acima, seção 100, nota em "tentação".

[377] *weil*. Aqui, no sentido de "solange als".

[378] *Versuchung*. Texto lat.: *tentationem*. Vid. acima, seção 100, nota em "tentação".

[379] *Anfechtung*. Texto lat.: *tentationes*. Vid. acima, seção 100, nota em "tentação".

[380] Ou: metidos nelas. No original: *Ja darin sticken*. Texto lat.: *etiam in illis ipsis nobis versandum est*.

[381] *Soll*, no sentido de *kann*. Texto lat.: *fieri potest*.

ção falar com Deus: "Querido Pai, tu me ordenaste orar; não permitas que eu recaia através de tentação". Verás, então, que ela terá de cessar e dar-se, finalmente, por vencida. De outra maneira, se tentares ajudar-te com os teus pensamentos e conselho próprio, só piorarás a situação e abrirás mais espaço ao diabo. Pois ele tem cabeça de serpente, que, se dá com fresta por onde possa insinuar-se, desimpedidamente segue o corpo inteiro. A prece, porém, pode resistir-lhe e fazê-lo recuar. 111

Última Petição

MAS LIVRA-NOS DO MAL. AMÉM 112

Em grego[382], esta sentença reza assim: "Livra ou guarda-nos do mau ou maligno"[383], e parece exatamente como se falasse do diabo, como se quisesse compreender tudo numa palavra, para que a suma inteira da oração toda se dirija contra este nosso inimigo principal. Pois é ele quem obstaculiza entre nós tudo quanto pedimos: o nome ou a honra de Deus, o reino e a vontade de Deus, o pão cotidiano, consciência alegre e boa, etc. Por isso o resumimos, enfim, e dizemos: "Querido Pai, ajuda-nos, por favor, para que fiquemos livres de toda essa desgraça". Não obstante, está incluído também o que de mal nos pode suceder sob o reino do diabo: pobreza, vergonha, morte e, em resumo, toda a desventurada miséria e dor, que existe em profusão inumerável na terra. Pois, visto o diabo não ser apenas mentiroso, senão ainda homicida[384], também atenta, ininterruptamente, contra a nossa vida e desafoga a sua danação[385] onde nos pode infligir acidentes e danos corporais. Vem daí que a muitos quebra o pescoço ou os leva à insanidade, a alguns afoga em água e a muitos impele ao suicídio e a muitos outros casos horríveis[386]. Por isso, não temos outra coisa a fazer na terra senão rezar incessantemente contra esse inimigo principal. Pois se Deus não nos protegesse, nem por uma hora estaríamos em segurança contra o diabo. 113 114 115 116

Daí vês como Deus quer que lhe dirijamos petições também por tudo o que nos afeta corporalmente, de forma que em parte nenhuma procuremos e esperemos ajuda, exceto junto a ele. Mas esta petição ele pôs em último lugar. Pois, se é para sermos protegidos contra todo mal e libertados dele, necessá- 117 118

---

[382] *Im Ebräischen* ("em hebraico"). Um *lapsus calami* de Lutero, corrigido em edições posteriores.

[383] No original grego: *Alla rhesai hemas apo tou ponerou*. A edição portuguesa ecumênica (Edições Loyola, São Paulo, 1972) traduz "maligno", como a New American Bible ("the evil one"), The New English Bible, The Jerusalem Bible, etc.

[384] Cf. Jo 8.44.

[385] *Sein Mütlin kühlet.* Expressão: "Das Mütchen kühlen". Cf. WA 51, 692, nº 204. Texto lat.: *ut animo suo morem gereret* ("para satisfazer a disposição de seu ânimo"). Cf., p. ex., Plauto, *Amphitruo,* 131; Terêncio, *Andria,* 641.

[386] A tradução errada da ed. espanhola das obras de Lutero (vol. V, p. 127) cai na vista por causa do contexto: "y a muchos otros a desgracias horribles".

rio se faz que, primeiro, seja em nós santificado o seu nome, esteja entre nós o seu reino e se faça a sua vontade. Depois, enfim, nos preservará ele de pecado e vergonha e, ademais, de quanto nos doa e seja danoso.

119 Dessa maneira, Deus nos expôs, de forma sumaríssima, toda a necessidade que nos possa apertar, de sorte que nenhuma escusa temos de não rezar[387]. Mas o que importa[388] é que a isso também aprendamos a dizer AMÉM, isto é, não duvidarmos que a prece é, certamente, ouvida e que será conforme pedi- 120 mos. Porque outra coisa não é senão a palavra de uma fé indubitante, que não reza à ventura[389], mas que sabe não mentir Deus, depois que prometeu dá-lo. 121 Agora, onde não há tal fé, aí também não pode haver prece verdadeira. Razão por que é opinião[390] perniciosa a daqueles que oram de maneira que não se atrevem a, de coração, dizer "sim" à prece e concluir, com certeza, que Deus os ouve, ficando, ao contrário, em dúvida e dizendo: "Como seria tão audacioso e me haveria de vangloriar de que Deus me ouve a prece? Pois que sou pobre 122 pecador", etc. Isto sucede porque não atentam na promessa de Deus, senão nas obras deles e na própria dignidade. Com isso desprezam a Deus e o increpam 123 de mentiroso. E é por essa razão que nada recebem, como diz São Tiago[391]: "Quem ora, faça-o com fé, em nada duvidando; pois o que duvida é semelhante à onda do mar, impelida e agitada pelo vento. Não suponha esse ho- 124 mem que alcançará do Senhor alguma coisa". Eis que tanto assim importa a Deus estejamos certos de que não pedimos em vão e que de modo nenhum menosprezemos a nossa oração.

Quarta parte

DO BATISMO

1 Terminamos agora a exposição das três partes mais importantes[392] da doutrina cristã comum. Além dessas, ainda importa falar dos nossos dois sacramentos, instituídos por Cristo. Cumpre tenha cada cristão pelo menos uma instrução geral e breve sobre eles, visto sem eles não ser possível que haja cris- 2 tão, ainda que, até agora, infelizmente, nada se tenha ensinado a respeito. Em primei-

[387] *Dass wir je keine Entschüldigung haben zu beten,* i. e., *nicht* zu beten. Texto lat.: *ne qua nobis relinqueretur negligendae orationis excusatio* ("a fim de que não nos ficasse alguma escusa para negligenciar a oração").

[388] *Aber da liegt die Macht an.*

[389] *Auf Ebenteuer,* i. e., "auf gut Glück".

[390] *Wahn.* Cf. Götze, *Glossar*: "Meinung". Texto lat.: *opinio.* W. Metzger, (op. cit., p. 129): "Irrtum" (engano, erro). Em alemão moderno, "Wahn" significa ilusão, fantasia.

[391] Tg 1.6,7.

[392] *Häuptstück.* Texto lat.: *principales.* Duas são as acepções em que Lutero usa o termo *Häuptstück*: 1. Parte, trecho ou divisão principal (também "artigos principais", *Häuptartikel*; cf. Catecismo Maior, Credo, 6); 2. coisa mais necessária, mais importante, principal, essencial. Vid. Catecismo Maior, Prefácio II, onde Lutero escreve que os Dez Mandamentos, o Credo e o Pai-Nosso são "as partes mais necessárias" (*die nötigsten Stücke*).

ro lugar, trataremos do batismo, pelo qual, de início, somos recebidos na cristandade. Para que seja compreendido bem, vamos discuti-lo ordenadamente, cingindo-nos ao que é necessário saber. Quanto à maneira de o sustentar e defender frente aos hereges e sectários, é tarefa que deixaremos aos cuidados dos doutos.

3 Em primeiro lugar, é preciso que se conheçam bem, antes de tudo, as palavras em que está fundamentado o batismo e com as quais se relaciona tudo quanto se há de dizer sobre ele, a saber, onde Cristo o Senhor diz, no último capítulo de Mateus[393]: 4 "Ide por todo o mundo, ensinai todos os gentios e batizai-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo".

5 Outrossim, em Marcos[394], também no último capítulo: "Quem crer e for batizado será salvo; quem, porém, não crer será condenado".

6 Nestas palavras, deves notar, em primeiro lugar, que aqui temos o mandamento e a instituição de Deus. Não se duvidará, pois, que o batismo é coisa divina, que não excogitada e inventada por homens. Pois assim como posso dizer que nenhum homem urdiu em sua cabeça os Dez Mandamentos, o Credo e o Pai-Nosso, que, ao contrário, o próprio Deus revelou e deu, da mesma forma também posso exaltar o fato de que o batismo não é brincadeira de homens[395], senão que é instituído pelo próprio Deus. Ademais, é ordenado séria e rigorosamente que devemos ser batizados sob pena de não sermos salvos. Não se deve pensar, conseqüentemente, que é coisa tão sem importância como vestir uma nova túnica encarnada. 7 Porque o mais importante é[396] que se considere o batismo coisa excelente, gloriosa e excelsa. É por isso que mais combatemos e lutamos, já que ao presente o mundo se encontra tão cheio de seitas que clamam ser o batismo coisa externa e que coisa externa de nenhuma utilidade é. 8 Mas seja coisa externa quanto for, aqui, todavia, temos a palavra e o mandamento de Deus que institui, funda e confirma o batismo. Ora, o que Deus institui e ordena não pode ser coisa vã, senão que deve ser coisa cabalmente preciosa, ainda que, segundo a aparência, fosse de menos valor que uma palhinha. 9 Se até agora se considerou grande coisa quando o papa distribuía indulgências em breves e bulas e confirmava altares ou igrejas, e isto apenas por causa dos breves e selos, cumpre consideremos o batismo como coisa muito superior e muito mais preciosa, porque foi ordenado por Deus e, ademais, porque é realizado em seu nome. Pois assim rezam as palavras: "Ide, batizai", não, porém, "em vosso nome", mas "em nome de Deus".

10 Ser batizado em nome de Deus é ser batizado não por homens, mas pelo próprio Deus. Por isso, ainda que levado a efeito pelas mãos do homem, não obstante, é, verdadeiramente, obra de Deus mesmo[397]. De onde cada qual pode,

---

[393] Mt 28.19. Trasladamos a português o original alemão: *Gehet hin in alle Welt, lehret alle Heiden und täufet sie...* Almeida RA: "Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os..."

[394] Mc 16.16.

[395] *Menschentand.*

[396] *Denn da liegt die höhiste Macht an.*

[397] Cf. Martinho Lutero, "Do Cativeiro Babilônico da Igreja", in OSel 2,379: "Por isso é necessário que recebamos o Batismo das mãos de um ser humano como se Cristo, ou melhor, como se Deus nos batizasse com suas próprias mãos".

facilmente, inferir que é obra superior a qualquer outra, feita por homem
11 ou santo. Pois qual obra se pode fazer que supere a de Deus? Mas aqui se ativa o diabo, para cegar-nos com falsas aparências e conduzir-nos da obra de Deus à nossa obra. Pois tem aparência muito mais esplêndida um cartuxo[398] praticar muitas obras pesadas e grandes, e todos temos em maior apreço o
12 que nós mesmos fazemos e merecemos. Mas a Escritura ensina assim: ainda que empilhássemos em um só monte as obras de todos os monges, por mais esplendidamente que luzissem, não seriam tão nobres e boas como a palhinha que Deus levantasse. Por quê? Porque a pessoa é mais nobre e melhor. Ora, aqui cumpre avaliar não a pessoa pelas obras, senão as obras pela pessoa.
13 É dessa que devem receber sua nobreza. Mas aqui se intromete a insana razão e, visto não brilhar[399] como as obras que nós mesmos fazemos, não é para
14 valer coisa alguma. Disso aprende, agora, a captar a verdadeira inteligência e responder a pergunta: Que é o batismo? A saber, assim: não é simples água ordinária[400], mas água compreendida na palavra e no mandamento de Deus e por eles santificada. De modo que outra coisa não é senão água divina. Não que a água em si seja mais nobre que outra água, mas porque se lhe acrescen-
15 tam a palavra e o mandamento de Deus. Razão por que é pura maldade e escárnio diabólico quando, agora, os nossos novos espíritos, para blasfemar do batismo, deixam de lado a palavra e a ordem de Deus e atentam apenas na água que se tira do poço, passando em seguida a taramelar[401]: "Que ajuda
16 haveria de levar à alma um pouquinho de água?" Na verdade, meu caro: se a questão é separar uma coisa de outra, quem, aí, não sabe que água é água? Mas como é que te atreves a interferir assim na ordem de Deus e arrancar-lhe a melhor jóia com que Deus a ligou e em que a encerrou, e da qual não a quer separada? Porque o cerne da água é a palavra ou o mandamento de Deus, e o nome de Deus, tesouro maior e mais nobre que céus e terra.

17 Entende, portanto, a distinção: o batismo é coisa bem diversa de qualquer outra água, não por causa de sua essência natural, mas porque se adiciona aqui algo mais nobre. Pois o próprio Deus, aqui, empenha a sua honra e nela põe sua força e poder. Por isso, não é apenas água natural, porém água divina, celeste, santa, bendita e outros termos com que se possa louvá-la. Tudo em virtude da palavra, que é palavra divina, santa, que ninguém pode exaltar sufi-
18 cientemente, porque tem e pode tudo quanto é de Deus. Daí, também tem a sua essência, graças à qual se chama sacramento. Assim também ensinou Santo Agostinho: *Accedat verbum elementum et fit sacramentum*, isto é:

---

[398] Vid. acima, Mandamentos, II, 74, nota em "santidade cartusiana".
[399] Isto é, o batismo.
[400] *Ein bloss schlecht Wasser.*
[401] *Daher greifen* (= drauflosschwatzen).

"Quando a palavra se junta ao elemento ou substância natural, faz-se o sacramento"[402], ou seja, uma coisa e signo santos e divinos.

19 Por essa razão, sempre ensinamos que os sacramentos e todas as coisas exteriores que Deus ordena e institui não devem ser considerados segundo a aparência[403] grosseira e externa, assim como se vê a casca da noz; devemos considerar, ao contrário, como a palavra de Deus está encerrada nelas. 20 Porque da mesma forma também falamos dos estados paterno e materno e da autoridade secular. Se queremos considerá-los no que diz respeito a nariz, olhos, pele, cabelo, carne e ossos, são iguais a turcos e gentios, e poderia alguém adiantar-se e dizer: "Por que haveria de considerar esse homem mais do que a outros?" Visto, porém, que se adiciona o mandamento: "Honrarás a pai e mãe", vejo um homem diferente, ornado e revestido com a majestade e a glória de Deus. O mandamento, digo eu, é a corrente de ouro que leva ao pescoço, sim, a coroa em sua cabeça, que me indica como e por que se deve honrar esta[404] carne e este sangue. 21 Assim, e muito mais ainda, deves honrar e exaltar o batismo por causa da palavra, como coisa que o próprio Deus honrou com palavras e obras, confirmando-a, ademais, com milagres do céu. Acaso pensas que foi brincadeira quando Cristo se fez batizar, o céu se abriu, o Espírito Santo desceu visivelmente e tudo era divina glória e majestade?[405] 22 Admoesto, por isso, mais uma vez que de modo algum se permita sejam essas duas, a palavra e a água, dissociadas e separadas. Pois se lhe apartamos a palavra, a água não é coisa diversa da com que a empregada cozinha, e aí se lhe pode, com razão, chamar batismo de banheiro[406]. Quando, porém, a palavra está presente, conforme o ordenou Deus, então é sacramento e se chama batismo de Cristo. Seja esse o primeiro ponto sobre a essência e a dignidade do santo sacramento.

23 Em segundo lugar: já que agora sabemos o que é o batismo e como deve ser considerado, cumpre aprendamos também por que e para que foi instituído, isto é, qual seu proveito, o que dá e opera. Também isso não se pode captar melhor do que das palavras de Cristo acima referidas: "Quem crer e for batizado será salvo"[407]. 24 Compreende-o, por isso, da maneira mais simples, assim: a força, a obra, o proveito, o fruto e o fim do batismo é salvar. Pois a ninguém se batiza para que se torne príncipe, mas, conforme rezam as palavras, para que "seja salvo". 25 É bem sabido, entretanto, que ser salvo não significa outra coisa que, liberto do pecado, da morte, do diabo, chegar ao reino de Cristo e com ele viver eternamente. 26 Vês, aqui, de novo, em que grande apreço se deve ter

---

[402] Tradução da tradução de Lutero. Vid. Artigos de Esmalcalde, III Parte, V Artigo 1, nota em "sacramentum".

[403] *Larven* (= Erscheinung).

[404] A ed. espanhola das obras de Lutero (vol. V, p. 131) infelizmente omite o "esta".

[405] Mt 3.16s.

[406] *Badertaufe*, isto é, banho aplicado pelo 'Bader", "Badmeister", banheiro. Obsopoeus: *balneatorum baptismus* (batismo de banheiro). Cf. o sermão de Lutero sobre o batismo 1534, WA 37,642,16s.: *ein schlecht wässerig oder irdisch Wasser oder (wie es die Rotten heissen) ein Badewasser und Hundsbad* ("mera água aguada ou terrena, ou, como lhe chamam os sectários, água de banho ou banho de cachorro").

[407] Mc 16.16.

o batismo, visto que nele alcançamos tão inexprimível tesouro. Também isso bem mostra que não se pode tratar de pura e simples água. Porque mera água não poderia efetuar tal coisa. Opera-a, porém, a palavra e o fato, conforme

27 dito acima, de nela estar o nome de Deus. Mas onde está o nome de Deus, aí, também, necessariamente, há vida e bem-aventurança[408], de forma que é com razão que se lhe chama água divina, bendita[409], frutífera e plena de graça. Porque, pela palavra, o batismo recebe o poder de ser um "lavacro de regeneração", como lhe chama Paulo, em Tito 3[410].

28 Mas quanto a nossos sabichões, os novos espíritos, alegarem que somente a fé salva, nada contribuindo para isso as obras e coisas externas, respondemos que, na verdade, em nós, nada o faz senão a fé, conforme ainda ouviremos

29 mais adiante. Esses guias de cegos não querem ver, porém, que a fé precisa ter algo em que creia, isto é, algo a que se apegue e em que se firme e se baseie. Assim, a fé se apega à água, crendo que é o batismo, em que há pura salvação e vida. Não pela água, como ficou dito suficientemente, mas porque está unido à palavra e ordem de Deus e por lhe estar aderido o seu nome. Agora, se creio isso, em que outra coisa creio senão em Deus, como aquele que deu e implantou sua palavra no batismo e nos propõe essa coisa externa, em que nos fosse possível apreender tal tesouro?

30 Agora, essa gente é tão insensata que separa uma da outra, a fé e a coisa a que a fé adere e com a qual está ligada, muito embora seja algo de externo[411]. Na verdade, deve e, necessariamente, tem de ser de natureza externa, para que se possa captá-la e compreendê-la com os sentidos e a fim de que, mediante isso, se possa levá-la ao coração. Pois o evangelho todo é pregação externa, oral. Em suma, tudo quanto Deus em nós faz e opera, ele o quer operar através de tal ordenação externa. Portanto, onde quer que ele fale, sim, seja qual for o rumo em que fale ou o meio pelo qual o faça, é para lá que deve olhar a

31 fé e é com isso que se deve apegar. Agora, temos aqui as palavras: "Quem crer e for batizado será salvo". A que se referem senão ao batismo, isto é, à água compreendida no mandamento de Deus? Segue-se, por conseguinte, que aquele que rejeita o batismo rejeita a palavra de Deus, a fé e a Cristo, que nos conduz a isso [sc. à salvação] e nos liga ao batismo.

32 Em terceiro lugar: conhecidas a grande utilidade e força do batismo, vejamos, agora, quem é a pessoa que recebe o que o batismo dá e qual o seu provei-

33 to. Isso, uma vez mais, está expresso da maneira mais bela e clara nestas exatas palavras: "Quem crer e for batizado será salvo". Isto é, somente a fé torna a pessoa digna de receber com proveito a salutar e divina água. Pois, já que isso é oferecido e prometido aqui, nas palavras, na água e com a água, não pode

34 ser recebido de outro modo senão o de crê-lo de coração. De nada aproveita

---

[408] *Seligkeit.* Obsopoeus: *summum felicitatem. Concordia Triglotta,* ed. Tappert e ed. espanhola das obras de Lutero: "salvação".

[409] *Selig.* Texto lat.: *beata.* Ed. espanhola, op. cit., p. 131: "salvadora".

[410] Tt 3.5.

[411] Ed. Tappert (p. 440): "on the ground that the object is something external". No original: *ob es gleich äusserlich ist.* Texto lat.: *tametsi externa sit.*

sem a fé, ainda que, em si mesmo, seja tesouro divino inestimável. Razão por que a só palavra "quem crê" tanto pode que exclui e rejeita todas as obras que possamos fazer com a intenção de, mediante elas, alcançar e merecer a salvação. Porque isso é coisa certa: o que não é fé nada contribui e nada recebe[412].

35 Caso, porém, disserem, como soem fazer: Ora, o próprio batismo é uma obra; agora, tu dizes que as obras nada valem para a salvação. Onde fica, então, a fé? A resposta é: Sim, as nossas obras, na verdade, nada fazem para a salvação; acontece, porém, que o batismo não é obra nossa, mas de Deus (pois, conforme dito, terás de fazer diferença muito grande entre o batismo de Cristo e o batismo do banheiro). As obras de Deus, entretanto, são salvadoras e necessárias para a salvação, e não excluem a fé, senão que a exigem[413], pois que sem a fé não poderiam ser apreendidas. 36 Porque, com permitires que te deitem água, não recebeste e cumpriste o batismo de modo que te seja de alguma valia. Torna-se ele, entretanto, proveitoso para ti quando te fazes batizar na persuasão de que se trata de mandamento e ordenação de Deus, sendo feito, além disso, em nome de Deus, com a finalidade de, na água, receberes a prometida salvação. Agora, isso não o pode realizar nem o punho nem o corpo; deve, isto sim, crê-lo o coração. 37 Vês, portanto, claramente, que aí não há obra feita por nós, senão um tesouro que Deus nos dá e do qual se apossa a fé, assim como o Cristo SENHOR na cruz não é obra, mas tesouro compreendido na palavra e apresentado a nós e recebido pela fé. Por conseguinte, fazem-nos violência ao clamarem contra nós como se pregássemos contra a fé, quando a verdade é que insistimos somente na fé, como de necessidade tal que, sem ela, nada pode ser recebido e fruído.

38 Assim temos as três partes que é preciso saber com respeito a este sacramento. Especialmente, que se trata de ordenação de Deus, a qual se há de ter em toda a honra. Só isto já seria o bastante, posto seja coisa de todo externa. Dá-se o mesmo com o mandamento "honrarás pai e mãe": refere-se apenas a carne e sangue corporais, mas, aqui, não se atenta na carne e no sangue, porém, no mandamento de Deus, em que estão compreendidos e em razão do qual a carne se chama pai e mãe. Da mesma forma, aqui. Embora mais não tivéssemos que estas palavras: "Ide e batizai", etc., ainda assim o teríamos de aceitar e fazer como ordenação divina. 39 Mas acontece que temos não só o mandamento e a ordem, senão, também, a promessa. Razão por que é ainda muito mais glorioso do que tudo o mais preceituado e ordenado por Deus. Em suma, tão pleno está de consolo e graça que céu e terra não o podem compreender. 40 Mas para crer isso é preciso entendimento[414]. Porque não há deficiência no tesouro, mas compreendê-lo e retê-lo com firmeza, eis onde existe carência.

41 Por isso, quanto ao batismo, todo cristão tem matéria suficiente para aprender e exercitar-se a vida inteira, pois sempre tem o que fazer para crer convictamente o que ele promete e traz: vitória sobre o diabo e a morte, remis-

---

[412] *Das tuet nichts dazu* (= das hilft nichts) ("isso em nada ajuda").

[413] *Fodern.* Pode significar "exigir" (fordern) e "favorecer" (fördern). Aqui, "exigir". Texto lat.: *requirunt.*

[414] *Künst.* Cf. A. Götze, *Glossar.* Obsopoeus: *hic arte opus est.*

são dos pecados, a graça de Deus, o Cristo inteiro e o Espírito Santo com os
42 seus dons. Em suma, tão rica é a coisa que a acanhada[415] natureza, quando nela
43 pondera, bem pode duvidar sobre se é possível que seja verdade. Pois considera um caso: se houvesse um médico que tivesse a ciência de fazer que os homens não morressem, ou, então, ainda que morressem, fazer que, depois, vivessem eternamente, como não iria o mundo nevar e chover dinheiro, de modo que, por causa da multidão de ricaços, ninguém mais conseguiria acesso! Agora, aqui, no batismo, traz-se, gratuitamente, à porta de todos um tal tesouro
44 e uma medicina que traga[416] a morte e mantém a todos os homens em vida. É assim que devemos considerar o batismo e no-lo tornar de proveito, para que, quando os pecados ou a consciência nos oprimem, nos fortaleçamos e consolemos com isso e digamos: "Todavia estou batizado; porém, se estou batizado, então tenho a promessa de que serei salvo e terei a vida eterna de alma e corpo".
45 Pois é em vista disso que no batismo se fazem ambas essas coisas: que o corpo, o qual não pode captar outra coisa além da água, é asperso[417], e que, ademais, se pronuncia a palavra, a fim de que a alma também o possa captar.
46 Agora, como ambas, água e palavra, constituem um batismo, também ambos, corpo e alma, devem ser salvos e viver eternamente. A alma, pela palavra, em que crê; o corpo, entretanto, por estar unido com a alma e também apreender o batismo da maneira como lhe é possível. Não temos, por conseguinte, maior jóia no corpo e na alma. Porque, mediante ela, nos tornamos inteiramente santos e bem-aventurados[418], o que nenhuma outra vida e obra na terra pode alcançar.

Baste isso no tocante à essência, ao proveito e ao uso do batismo, quanto
47 neste lugar calha[419]. Agora, aqui ocorre uma questão com que o diabo, através de suas seitas, confunde o mundo, a saber, a questão do batismo infantil: se os
48 infantes também crêem[420], ou se é acertado batizá-los. Quanto a isso dizemos brevemente: quem é simples, desista da questão[421] e a remeta aos doutos. Se,
49 porém, queres dar uma resposta, então replica assim: Que o batismo infantil agrada a Cristo, prova-o suficientemente sua própria obra. A muitos dentre os que assim foram batizados, Deus os santificou e lhes deu o Espírito Santo. E, ainda, no dia de hoje muitos há nos quais se percebe que têm o Espírito Santo, tanto à vista de sua doutrina, como por causa de sua vida. Assim também a

---

[415] Ou: tímida, fraca. No original: *blöde*. Texto lat.: *imbecilla*.

[416] Cf. Is 25.8.

[417] Ou: molhado, regado, água é derramada no corpo. No original: *dass der Leib begossen wird*. Texto lat.: *corpus aqua perfundatur.*

[418] *Gar heilig und selig*. Texto lat.: *prorsus sancti ac felices. Concordia Triglotta*, ed. Tappert e ed. espanhola das obras de Lutero, op. cit.: santos e salvos.

[419] *So viel hier dienet* (= passt). Depois da palavra "dienet", o Livro de Concórdia alemão acrescenta o título: *Von der Kindertaufe* ("Do Batismo Infantil"). Cf. BSLK (p. 700) aparato crítico.

[420] Quanto à doutrina de Lutero sobre a fé infantil no pedobatismo, vid., por ex., o minucioso estudo de Karl Brinkel, Die Lehre Luthers von der fides infantium bei de Kindertaufe, in *Theologische Arbeiten*, editadas por Hans Urner, vol. VII, Berlim, 1958.

[421] *Der schlage die Frage von sich.*

nós outros foi dada pela graça de Deus a capacidade de podermos, deveras, interpretar a Escritura e conhecer a Cristo, o que não pode suceder sem o Espírito Santo. Agora, se Deus não aceitasse o batismo infantil, a nenhum deles daria o Espírito Santo, nem qualquer parte dele. Em suma, durante todo esse tempo, até o dia de hoje, homem nenhum no mundo poderia ter sido cristão. Visto, pois, que Deus confirma o batismo pela infusão[422] de seu Espírito Santo, conforme bem se percebe em alguns Pais, como São Bernardo, Gérson, João Hus e outros[423], e já que a santa igreja cristã não perece até o fim do mundo, têm de reconhecer que o batismo infantil agrada a Deus. Pois ele não pode estar em conflito consigo mesmo ou prestar auxílio à mentira e à patifaria ou, para tais fins, conceder sua graça e seu Espírito. Essa é dentre todas as provas a melhor e mais forte[424] para os simples e indoutos. Porque não se nos arrebatará nem derribará este artigo: "Creio uma santa igreja cristã, a congregação dos santos, etc." 50 51

Em seguida, dizemos ainda que, para nós, a coisa mais importante não[425] é se aquele que é batizado crê ou não. Porque isso não invalida o batismo. Tudo depende, isto sim, da palavra e do mandamento de Deus. Agora, isso provavelmente é um tanto sutil[426], mas funda-se inteiramente no que disse: não ser o batismo outra coisa senão água e palavra de Deus, uma junto à outra e com a outra[427], isto é, quando a palavra acompanha a água, o batismo é válido, ainda que não haja fé. Pois minha fé não faz o batismo, porém recebe o batismo. Ora, ainda que recebido ou usado indevidamente, nem por isso o batismo se torna inválido, já que, conforme dito, está ligado não à nossa fé, mas à palavra. Porquanto, ainda que no dia de hoje um judeu viesse aí com astúcia e má intenção e nós o batizássemos com absoluta seriedade, deveríamos, não obstan- 52 53 54

[422] *Eingeben.* BSLK (p. 701, nota 1): *Inspiration* (a acepção registrada por A. Götze, *Glossar*). Texto lat.: *distributio* ou (Livro de Concórdia latino) *donatio.* W. Metzger, op. cit., p. 139: "indem er seinen Heiligen Geist ins Herz gibt". A edição espanhola (op. cit., p. 134, nota 218) informa que a "traducción inglesa" tem "confirmed" para *Eingeben* (a página indicada revela que a referência é à edição de Tappert). É engano. O "confirmed" da ed. Tappert traduz o "bestätigt". Ao "durch Eingeben" corresponde o "through the gift".

[423] Depois de *andern* (outros), o Livro de Concórdia alemão, de 1580, traz as palavras: *so in der Kindheit getauft sind* ("que foram batizados na infância").

[424] *Fast die beste und stärkste.* Texto lat.: *fere optima et firmissima.* Melanchthon repete o argumento de Lutero em Apologia IX, 3. E. F. Karl Müller (*Symbolik,* 1896, p. 374, nota 14) diz que com essa prova de Lutero também se pode provar que a "missa romana" é agradável a Deus ("damit kann man auch die Gottgefälligkeit der römischen Messe beweisen"). Walter Lohrmann (*Glaube und Taufe in den Bekenntnisschriften der evangelisch-lutherischen Kirche,* p. 39ss.) também critica severamente essa "prova racional-pragmática da experiência" como lhe chama. Cf. também Peter Brunner (*Pro Ecclesia,* p. 171): "uma espécie de prova experimental". O autor observa que "das eigentliche Argument" de Lutero está nas palavras: 'Denn er kann ja nicht wider sich selbs sein'". Gotthilf Döhler (Der Grosse Katechismus und die gegenwärtige Taufproblematik, in *Lutherischer Rundblick,* vol. 4, 1956, p. 133) comenta que Lutero aqui faz uso de um *testimonium Spiritus Sancti externum.*

[425] *Dass uns nicht die grösste Macht daran liegt.*

[426] *Scharf.* Vid. acima, Catecismo Maior, Mandamentos, I, 23, nota em "erudito demais".

[427] *Ei – und miteinander.*

te, dizer que o batismo é válido. Pois que aí está a água e, com ela, a palavra de Deus, posto não o receba de modo como devera. Da mesma forma como os que vão ao sacramento indignamente, recebem o sacramento verdadeiro, conquanto não creiam.

55 Estás vendo, por conseguinte, que a objeção dos sectários nada vale. Pois que, conforme dissemos, embora não cressem os infantes – o que, todavia, não é o caso, como demonstramos –, não obstante seria válido o batismo, não devendo ninguém batizá-los novamente. Da mesma forma como não fica diminuído o sacramento[428], ainda que alguém se aproxime dele com mau propósito, e não seria de tolerar que por causa do abuso voltasse a comungar na mesma hora, como se antes não houvera recebido verdadeiramente o sacramento. Pois que isto seria blasfemar e profanar o sacramento em mais alto grau. Como chegaríamos a pensar que a palavra e a ordenação de Deus são errôneas e
56 nulas porque delas fazemos mau uso? Razão por que digo: se não creste, então crê agora e dize assim: "O batismo, sem dúvida, foi verdadeiro, mas eu, infelizmente, não o recebi da maneira devida". Porque eu mesmo e quantos se fazem batizar temos de falar assim diante de Deus: "Venho aqui em minha fé e também na dos outros; todavia, não posso edificar sobre o fato de eu crer e muita gente por mim interceder; edifico, isto sim, sobre o fato de ser a tua palavra e ordem". Da mesma forma como participo do sacramento não baseado em minha fé, mas na palavra de Cristo. Quer seja forte, quer fraco, é coisa que encomendo a Deus. Uma coisa porém sei, e é que ele ordena que eu vá, coma, beba, etc., e que ele me faz dádiva de seu corpo e sangue. Isso não me mentirá nem
57 me enganará. Coisa idêntica fazemos no que concerne ao batismo infantil: levamos a criança ao batismo com o ânimo e na esperança de que ela creia[429], e rogamos que Deus lhe dê a fé[430]. Não é, porém, à vista disso que a batizamos, mas unicamente porque Deus o ordenou. Por que isso? Por sabermos que Deus não mente. Eu, o próximo, enfim, todos os homens podemos errar e enganar, mas a palavra de Deus não pode errar.

58 São, por conseguinte, espíritos presunçosos e palermas os que inferem e concluem não poder ser verdadeiro o batismo onde não é verdadeira a fé. Exata-

---

[428] Isto é, o sacramento do altar.

[429] *Der Meinung und Hoffnung, dass es gläube.* A. Götze, *Glossar*, dá "in dieser Absicht" ("com esse propósito") para "der Meinung". Assim também se pode entender o texto latino: *hac spe atque animo.* "Propósito", "intenção" também é o sentido de "ânimo" em nossa tradução. Assim trasladado, o passo não deixa respiradouro à hipótese aventada por Erich Roth (cf. nota seguinte em "a fé"). Mas o original parece ambíguo. *Concordia Triglotta* interpreta "in the conviction and hope that it believes". W. Metzger (ed. *Calwer*, p. 141): "in dem Gedanken". P. Brunner (*Pro Ecclesia*, p. 167): "in der Überzeugung und Erwartung".

[430] *Und bitten, dass ihm Gott den Glauben gebe.* O texto latino adotado em BSLK não tem a tradução dessas palavras. O Livro de Concórdia latino de 1584 as tem: *et precamur, ut Deus eum fide donet* (BSLK, p. 703, linha 2 e aparato crítico). Comenta Erich Roth ("Aporien in Luthers Tauflehre", in *Zeitschrift für systematische Theologie*, 1953, vol. 22, p. 107s.): "In den meisten Zeugnissen [de Lutero] tritt als Zeitpunkt, in welchem der Glaube *geweckt* wird, der *Taufakt selbst* hervor... Es gibt indessen auch Belege, die nicht so eindeutig sind und teilweise auch an einen aus der Kraft der Fürbitte erwachsenen mitgebrachten Glauben zu denken scheinen: 'das Kind tragen wir erzu der Meinung und Hoffnung, dass es gläube'. Allerdings heisst es gleich weiter, 'und bitten, dass ihm Gott den Glauben gebe'" (grifos do original). Cf. nota anterior, em "creia".

mente como se eu quisesse concluir assim: Se eu não creio, segue-se que Cristo nada é. Ou assim: Se eu não sou obediente, deduz-se que nada são pai, mãe e governo. Acaso é acertado concluir que, se alguém não faz o que deve, a coisa em si mesma, por isso, nada será e nada valerá? Meu caro, inverte a coisa e conclui, ao contrário, assim: Precisamente porque se recebeu o batismo de maneira errônea, ele é algo e é verdadeiro. Porque, se em si mesmo não fosse verdadeiro, dele não se poderia abusar e contra ele não se poderia pecar. Eis como se diz: *Abusus non tollit, sed confirmat substantiam,* "o abuso não suprime a substância, mas a confirma". Pois ouro continua ouro, ainda quando uma mulher da rua o traz com pecado e vergonha. 59

Por isso, fique definitivamente estabelecido que o batismo sempre permanece válido e na plenitude de sua substância, mesmo se fosse batizado um só homem e esse ainda por cima não cresse verdadeiramente. Porque a ordenação e a palavra de Deus, não as podem mudar ou alterar os homens. Esses entusiastas, porém, estão de tal maneira obcecados que não vêem a palavra e o mandamento de Deus e, no batismo e governo, não divisam nada além de água no riacho e na panela ou outro homem qualquer. E, por não verem fé nenhuma e nenhuma obediência, querem que eles não têm, outrossim, valor em si mesmo. Aqui temos um diabo oculto e sedicioso, que gostaria de arrancar a coroa à autoridade, para que, depois, fosse pisada aos pés, e que, além disso, nos quisera transtornar e destruir todas as obras e ordenações de Deus. Cumpre, por isso, estejamos vigilantes e armados, e não permitamos que se nos aparte e desvie da palavra, a fim de o batismo não nos ser apenas um signo vazio[431], como sonham os entusiastas. 60 61 62 63

Por último, cumpre se saiba o que significa o batismo e por que Deus ordena precisamente tal signo e cerimônia externos para este sacramento, pelo qual, primeiro, somos recebidos na cristandade. A obra, porém, ou a cerimônia externa consiste em sermos submersos na água, que nos cobre inteiramente, e em sermos, depois, tirados novamente. Essas duas partes, submergir na água e voltar a emergir, indicam o poder e o efeito do batismo, os quais outra coisa não são que a mortificação do velho homem e, depois, a ressurreição do novo homem. Ambas devem continuar a suceder em nós ao longo de toda a nossa vida, de forma que vida cristã outra coisa não é que diário batismo, começado uma vez e sempre continuado. Porque é preciso que o pratiquemos sem cessar, a fim de varrer constantemente o que é do velho homem e surgir o que pertence ao novo. Mas o que vem a ser o velho homem? É o que nos é inato desde Adão: irado, odiento, invejoso, incasto, avaro, preguiçoso, soberbo, sim, incrédulo, pleno de todos os vícios, e nada de bom tem em si por natureza. Agora, quando entramos no reino de Cristo, essas coisas devem diminuir diariamente, de modo que, com o passar do tempo, nos tornemos cada vez mais brandos, pacientes e mansos e liquidemos, mais e mais, a avareza, o ódio, a inveja, a soberba. 64 65 66 67

[431] *Ein bloss ledig Zeichen.* "Ledig", além de "mero", pode significar "vazio". Cf. A. Götze, *Glossar.*

68 Esse é o verdadeiro uso do batismo entre os cristãos, indicado[432] pela imersão na água[433]. Agora, se tal não acontece, dando-se, pelo contrário, rédea solta ao velho homem, de modo que fique ainda mais forte, a isso não se
69 chama fazer uso do batismo, porém resistir ao batismo. Pois aqueles que não estão em Cristo outra coisa não podem fazer senão tornar-se cada dia piores, como também diz o provérbio – e é a verdade –: "Cada vez piores, e quanto mais
70 tempo, tanto mais malvados"[434]. Foi alguém há um ano soberbo e avaro, agora o é muito mais ainda, de forma tal que o vício cresce e progride com ele desde a mocidade. Uma criancinha não tem vício especial, mas, quando cresce, torna-se impudica e incasta; quando alcança a idade adulta, surgem os verdadei-
71 ros vícios, desenvolvendo-se com o correr do tempo. Por isso, o velho homem segue desenfreado de acordo com a sua natureza, quando não é contido e reprimido pelo poder do batismo. Por outro lado, onde homens se tornaram cristãos, diminui cotidianamente, até perecer de todo. Isto é entrar verdadeira-
72 mente no batismo e de novo sair diariamente. De sorte que o sinal externo é estabelecido não somente para operar de modo eficaz, mas, ainda, a fim de que
73 signifique algo. Onde, pois, existe a fé com os seus frutos, aí não é vago símbolo[435], senão que o acompanha o efeito[436]. Onde, porém, não existe fé, aí permanece mero sinal infrutífero.

74 E aqui vês que o batismo, tanto por seu poder como por sua significação, também compreende o terceiro sacramento, que se chamou de
75 penitência[437], o qual, propriamente, outra coisa não é que o batismo. Pois que outra coisa significa penitência senão atacar o velho homem com seriedade[438] e entrar em nova vida? Por isso, se vives na penitência, então andas[439] no batismo, que não apenas significa essa vida nova, mas também a opera, inicia e

---

[432] Ou: significado, representado. No original: *bedeutet* (= angedeutet ou dargestellt).

[433] *Durch das Wassertäufen*. Texto lat.: *per aquae mersionem*. W. Metzger, op. cit., p. 143: "durch dieses Eintauchen ins Wasser". *Concordia Triglotta* (p. 749) e ed. Tappert (p. 445): "by the baptizing with water".

[434] *Immer je ärger, je länger, je böser.* W. Metzger, (op. cit., p. 143): "je mehr, desto ärger: je länger, desto schlimmer". Em outros escritos, Lutero cita o provérbio na forma que segue: "Je älter, je kärger und je länger, je ärger". Cf. WA 29,619,10; WA 30/1,22,14; WA 32,451,33s.; WA 33,666,30. Obsopoeus: *Quo seniores, hoc deteriores.*

[435] *Lose Deutung*. Sobre "Deutung", vid. A. Götze, *Glossar.*

[436] *Das Werk*. Cf. A. Götze, *Glossar;* BSLK, p. 705, nota 9.

[437] *Busse. Concordia Triglotta* (p. 751): "repentance". Ed. espanhola, op. cit., p. 138: "arrepentimiento". Ed. Tappert (p. 445), corretamente: "penance". Este é o termo inglês que designa o sacramento ao qual se refere Lutero. – Vid. Apologia XIII, 4 e nota em "penitência". Otto Albrecht (*Luthers Katechismen*, p. 17) observa que Lutero, ainda que, por causa da absolvição, ocasionalmente tenha chamado a "penitência" (a confissão particular) de terceiro sacramento, contudo era de parecer que apenas o batismo e a ceia são propriamente sacramentos: "...obwohl er sie [i. e., a *Privatbeichte*] – genauer die 'Busse' – wegen der Absolution gelegentlich als ein 3. Sakrament bezeichnet hat (WA 30/I,221,13f.), als die eigentlichen Sakramente galten ihm doch nur die zwei: Taufe und Abendmahl" (op. cit. 212,6).

[438] O texto latino acrescenta: *ut ejus concupiscentiae coerceantur* ("a fim de que suas concupiscências sejam reprimidas").

[439] Ou: vives, moves-te. No original: *so gehest Du in der Taufe.*

promove. Porque nela se dão a graça, o Espírito e o poder para subjugar o velho homem, a fim de o novo surgir e se fortalecer. Por isso, o batismo sempre permanece e, posto alguém dele caia e peque, sempre temos acesso a ele, para, de novo, submeter o velho homem. Mas não é preciso[440] que se torne a derramar água em nós. Pois, muito embora fôssemos imersos cem vezes em água, não seria mais que um só batismo. O efeito e a significação, todavia, continuam e permanecem. Assim, o arrependimento outra coisa não é que um retorno ao batismo e aproximação dele, repetindo e praticando-se o que anteriormente se começou, havendo-o, porém, abandonado. 76 77 78 79

Digo isso para que não se chegue à opinião que por tempo dilatado nutrimos, imaginando que, depois de novamente caídos em pecado, o batismo estava invalidado, de modo que já não se podia fazer uso dele. Provém isso do fato de não se atentar na coisa senão segundo a obra[441] que se realizou uma única vez. E isso, na verdade, se originou do fato de São Jerônimo[442] haver escrito "ser a penitência a segunda tábua[443] com que devemos nadar para fora[444] e alcançar a praia[445], depois de rachado o navio" no qual embarcamos e fazemos a travessia quando entramos na cristandade. Com isso fica abolido o uso do batismo, de forma que já de nada nos pode aproveitar. Razão por que é incorreta a sentença. Pois o barco não se rompe, visto que, conforme dito[446], é ordenação de Deus, não coisa nossa. Acontece, porém, na verdade, que nós escorregamos e caímos para fora do barco. Mas, se alguém cai para fora, trate de nadar para o barco e apegar-se com ele, até que consiga voltar a bordo e prosseguir nele conforme antes começara. 80 81 82

Vê-se, destarte, quão grande e excelente coisa é o batismo, que nos arranca das fauces do diabo, torna-nos propriedade de Deus, subjuga e tira o pecado e, depois, fortalece diariamente o novo homem e sempre opera e permanece, até que, desta miséria, passemos à glória eterna. Por isso, considere cada qual o batismo como sua vestimenta cotidiana, em que sempre deve andar, para que todo o tempo se encontre na fé e em seus frutos, a fim de subjugar o velho homem e crescer no novo. Pois, se queremos ser cristãos, cumpre que exercitemos a obra pela qual nos tornamos cristãos. Se, todavia, alguém cair dela, a ela retorne. Porque assim como Cristo, o trono da graça[447], não se afasta de nós nem nos impede de a ele voltarmos, ainda que pequemos, assim também permanece todo o seu tesouro e dom. Agora, assim como uma vez recebemos 83 84 85 86

---

[440] *Darf nicht.* "Darf' no sentido de "braucht".

[441] Texto lat.: *secundum externum opus.*

[442] Ep. 130 *ad Demetriadem de servanda virginitate,* MPL 22, 1115. Cf. também ep. 122 *ad Rusticum* e ep. 147 *ad Sabinianum lapsum* (MPL 22, 1046, 1197) e *comment. in Jes.* cap. 3.8-9 (MSL 24, 65).

[443] A primeira é o batismo.

[444] *Ausschwimmen.*

[445] *Überkommen.*

[446] Vid. acima, Batismo, 10.

[447] *Der Gnadenstuel.* Cf. Rm 3.25; Hb 4.16.

perdão dos pecados no batismo, assim continua todos os dias, enquanto vivemos, isto é, enquanto arrastamos conosco o velho homem[448].

DO SACRAMENTO DO ALTAR

1 Da mesma forma como ouvimos acerca do batismo, também devemos falar do segundo sacramento, a saber, das três partes: que é, que aproveita e quem deve recebê-lo. E tudo isso com fundamento nas palavras pelas quais foi 2 instituído por Cristo. Cumpre as conheça todo aquele que quer ser cristão e participar desse sacramento. Pois aqueles que não sabem o que procuram no sacramento ou por que vêm a ele, não estamos dispostos[449] a admiti-los e a lhes administrá-los. As palavras são as seguintes:[450]

3 "Nosso SENHOR Jesus Cristo, na noite em que foi traído, tomou o pão, deu graças e o partiu e deu aos seus discípulos e disse: Tomai, comei, isto é o meu corpo, que é dado por vós. Fazei isto em memória de mim".

"Por semelhante modo, depois da ceia, tomou também o cálice, deu graças e lho deu e disse: Tomai e bebei dele todos. Este cálice é o novo testamento no meu sangue, que é derramado por vós, para remissão dos pecados. Fazei isto, todas as vezes que o beberdes, em memória de mim"[451].

4 Também aqui não queremos agarrar-nos pelos cabelos e travar luta com os que blasfemam e profanam este sacramento. Queremos, isto sim, aprender, como no caso do batismo, em primeiro lugar o que mais importa, a saber, que o ponto cardinal é a palavra e a ordenação ou mandamento de Deus. Pois o sacramento do altar não foi excogitado ou inventado por homem algum, mas foi 5 instituído por Cristo, sem conselho e deliberação de quem quer que fosse. Por isso, é como no caso dos Dez Mandamentos, do Pai-Nosso e do Credo: retêm sua natureza e valor, posto jamais os cumpras, rezes ou creias. Da mesma forma, também esse venerabilíssimo sacramento permanece inalterado, nada lhe sendo detraído ou tomado, mesmo que o usemos e celebremos indignamente. 6 Pensas que Deus, considerando o que nós fazemos e cremos, permitiria que à vista disso fosse modificada a sua ordenação? Ora, até em todas as coisas mundanas tudo fica assim como Deus o criou e ordenou, seja qual for[452] a 7 maneira como as usemos e tratemos. Isso devemos inculcá-lo continuamente. Pois com isso se pode rechaçar o palavrório de absolutamente todos[453] os espíritos sectários, pois, sem atentarem na palavra de Deus, consideram os sacramentos como coisa que nós fazemos.

---

[448] *Den alten Menschen am Hals tragen.*

[449] *Denn wir sinds nicht gesinnet.* "Gesinnt sein" = "gewillt sein". Cf. A. Götze, *Glossar. Concordia Triglotta* (p. 753): "it is not our intention". Ed. Tappert (p. 447): "we do not intend".

[450] Cf. 1 Co 11.23-25; Mt 26.26-28; Mc 14.22-24; Lc 22.19,20.

[451] Traduzimos o texto de Lutero.

[452] *Gott gebe* = "gleichviel".

[453] *Fast aller.* "Fast" no sentido de "durchaus". Texto lat.: *omnium. Concordia Triglotta* (p. 755): "nearly all". Ed. espanhola das obras de Lutero, op. cit., p. 140: "casi todas".

Que é, pois, o sacramento do altar? Resposta: é o verdadeiro corpo e sangue de Cristo SENHOR, em e sob[454] o pão e o vinho, que a palavra de Cristo ordena a nós cristãos comer e beber. E assim como do batismo dissemos que não é simples água, assim também aqui dizemos: o sacramento é pão e vinho, mas não simples pão e vinho, como os que ordinariamente se põem na mesa, senão pão e vinho compreendidos na palavra de Deus e a ela ligados. É a palavra, digo, que faz e distingue esse sacramento, de sorte que não é nem se chama apenas pão e vinho, senão corpo e sangue de Cristo. Pois diz-se: *Accedat verbum ad elementum et fit sacramentum,* "quando a palavra se une à coisa externa, faz-se o sacramento"[455]. Esta sentença de Santo Agostinho está formulada de maneira tão precisa e correta que dificilmente terá dito outra melhor[456]. A palavra tem de fazer do elemento um sacramento. Caso contrário, permanece simples elemento. Agora, acontece que não se trata de palavra e ordenação de um príncipe ou imperador, mas de palavra e ordenação da excelsa Majestade, diante da qual todas as criaturas devem cair de joelhos e dizer sim, que a coisa é como ele diz, e aceitá-la com toda reverência, temor e humildade. Com essa palavra podes fortalecer a tua consciência e dizer: Se cem mil demônios, juntamente, com todos os entusiastas, se adiantarem dizendo: "Como podem pão e vinho ser o corpo e o sangue de Cristo?", etc., eu sei que todos os espíritos e eruditos reunidos não possuem tanta sabedoria quanta a divina Majestade tem no dedo mindinho. Agora, aqui, está a palavra de Cristo: "Tomai, comei, isto é o meu corpo", "bebei dele todos, isto é o novo testamento no meu sangue", etc. Nisto ficamos, e queremos ver os que vão mestreá-lo e fazer a coisa diversa do que ele disse. É bem verdade: se apartas a palavra ou consideras a coisa sem a palavra, nada tens além de mero pão e vinho. Se, porém, as palavras ficarem com eles, como é devido e necessário, então é, conforme rezam, verdadeiramente corpo e sangue de Cristo. Porque assim como fala e diz a boca de Cristo, assim é, pois ele não pode mentir nem enganar.

8 9 10 11 12 13 14

Daí, agora, é fácil responder a toda espécie de perguntas com que ora se atormentam os homens, como, por exemplo, esta: se também um mau sacerdote pode administrar e dispensar[457], e outras coisas desse gênero. Porque aqui assertamos terminantemente[458]: ainda que um patife receba ou distribua o sacramento, recebe o sacramento verdadeiro, isto é, o corpo e o sangue de Cristo, tanto quanto o que mais dignamente o administre. Pois não se funda em santidade de homens, porém na palavra de Deus. E assim como nenhum santo na

15 16

---

[454] Vid. Confissão de Augsburgo, tradução do texto alemão, X, nota em "sob".

[455] Tradução da tradução de Lutero. Vid. Artigos de Esmalcalde, III Parte, V Artigo, 1, nota em "sacramentum".

[456] Karl-Heinz zur Mühlen procura mostrar que, em Lutero, a fórmula agostiniana entra em novo contexto, que lhe modifica decisivamente a inteligência, não só em relação à sua interpretação na teologia franciscana e dominicana, mas também relativamente ao seu sentido em Agostinho. Cf. "Zur Rezeption der Augustinischen Sakramentsformel 'accedit verbum ad elementum, et fit sacramentum' in der Theologie Luthers", in *Zeitschrift für Theologie und Kirche,* vol. 70, 1° caderno, março de 1973, pp. 50-76.

[457] *Handlen* (= verwalten) *und geben.*

[458] *Schliessen* (= endgültig behaupten). Cf. A. Götze, *Glossar.*

terra, sim, nenhum anjo no céu, do pão e do vinho pode fazer o corpo e sangue de Cristo, da mesma forma, ninguém pode, outrossim, alterar ou transformá-lo,
17 posto fosse mal-usado. Porque, em razão da pessoa ou da incredulidade, não se torna falsa a palavra, pela qual veio a ser sacramento e foi instituído. Cristo não diz: "Se credes ou sois dignos, tendes o meu corpo e sangue", mas: "Tomai, comei e bebei, isto é o meu corpo e sangue". Também: "Fazei isto" (a saber,
18 o que ora faço, instituo, vos dou e ordeno tomar). Significa isto: "Quer sejas indigno, quer digno, aqui tens o seu corpo e sangue, em virtude dessas
19 palavras que se juntam ao pão e ao vinho". Atenta nisso e retém-no bem. Porque sobre essas palavras repousa todo o nosso fundamento, proteção e defesa contra todo erro e sedução, já vindos ou que ainda possam vir.

20 Assim, temos, brevemente, a primeira parte, que diz respeito à essência desse sacramento. Considera, agora, ademais, o poder e proveito em razão dos quais o sacramento foi propriamente[459] instituído. Isso também é o mais necessá-
21 rio, a fim de sabermos o que nos cumpre nele procurar e buscar. Isso é claro e facilmente inteligido das palavras mencionadas: "Isto é o meu corpo e sangue,
22 dado e derramado POR VÓS, para a remissão dos pecados". Em poucas palavras, significa isto: Vamos ao sacramento a fim de receber tal tesouro, por que e em que recebemos perdão dos pecados. Por que isso? Porque as palavras aí estão e no-lo concedem. Pois me ordena comer e beber para que seja propriedade minha e me aproveita como seguro penhor e sinal, sim, como, exatamente, o próprio bem estabelecido para mim contra o meu pecado, a morte e toda desgraça.

23 Conseguintemente, é com razão que se chama alimento da alma, que nutre e fortalece o novo homem. Pelo batismo, primeiramente, nascemos de novo. Todavia, como ficou dito, permanece no homem, não obstante, a velha pele, em forma de carne e sangue. São tantas as obstaculizações e as acometidas[460]do diabo e do mundo que muita vez ficamos cansados e débeis e, vez que outra,
24 também claudicamos. Por isso, o sacramento nos é dado para diária pastagem e alimentação, para que a fé se restaure e fortaleça, a fim de que nessa peleja
25 não sofra revés, porém se faça incessantemente mais vigorosa. Pois a vida nova será de constituição tal[461] que cresça e progrida sem solução de continui-
26 dade. Terá de sofrer, entretanto, muita oposição. Pois o diabo é inimigo assim furioso: quando vê que lhe resistimos e atacamos o velho homem e que ele não nos pode surpreender à força, então, por todos os lados, anda à solapa e rodeia, experimenta todas as artimanhas e não desiste até cansar-nos, afinal, de modo que ou renunciamos à fé ou desanimamos[462] e nos tornamos apáticos[463]
27 ou impacientes. É para isso que é dado o consolo, a fim de que o coração busque

---

[459] *Endlich* (=eigentlich).

[460] Ou: tentações. No original: *Anfechtung*. Texto lat.: *impugnationes*. Vid. acima, Catecismo Maior, Pai-Nosso, seção 105, nota em "perigos e tentaçõs".

[461] *Denn das neue Leben soll also getan sein* (= beschaffen sein). Texto lat.: *sic instituenda est*.

[462] *Hände und Füsse gehen lässet*. Locução proverbial.

[463] Ou: entediados. No original: *unlüstig*.

aqui nova força e refrigério, quando sente que a coisa se lhe vai tornando demasiadamente pesada.

28 Aqui se contorcem uma vez mais[464] os nossos engenhosos espíritos com sua grande erudição e sabedoria, esbravejando e vociferando: "Como pode o pão e o vinho perdoar o pecado ou fortalecer a fé?" Isso, não obstante ouvirem e saberem que dizemos tal não respeito a pão e vinho, visto que pão, em si mesmo, é pão, mas daquele pão e vinho que são corpo e sangue de Cristo e têm consigo as palavras. Isto, dizemos, e nenhum outro, deveras, é o tesouro por que foi obtido tal perdão. 29 Agora, de nenhum outro modo isso nos é trazido e apropriado senão nas palavras: "Dado e derramado por vós". Porque, nelas, tens ambas as coisas: que é o corpo e sangue de Cristo e que te pertence como tesouro e presente. 30 Ora, certamente não pode o corpo de Cristo ser coisa infrutífera, vã, que nada efetue nem aproveite. Todavia, por maior que seja o tesouro em si mesmo, deve ser compreendido na palavra e oferecido a nós; de outro modo, não o poderemos conhecer nem buscar.

31 Por isso, também não faz sentido dizerem que o corpo e sangue de Cristo na santa ceia não são dados e derramados por nós e que, por essa razão, no sacramento, não se pode receber perdão de pecados. Pois ainda que a obra se tenha cumprido na cruz, e que nela tenha sido obtido o perdão dos pecados, sem embargo não pode vir a nós de outro modo senão mediante a palavra. Porque, de outra maneira, como saberíamos que tal aconteceu ou que nos deve ser dado de presente, se não nos fosse anunciado mediante a pregação ou palavra oral? De onde é que o sabem ou como é que podem apreender o perdão e dele se apropriar, se não se atêm à Escritura e ao evangelho e neles não crêem? 32 Ora, o evangelho todo e este artigo do Credo: "Creio uma santa igreja cristã, a remissão dos pecados, etc.", mediante a palavra foram incorporados neste sacramento e apresentados a nós. Por que haveríamos de permitir que se arranque dos sacramentos esse tesouro, quando eles têm de confessar tratar-se das mesmas palavras que ouvimos por toda parte no evangelho? E lhes é tão pouco possível dizer que essas palavras no sacramento não têm proveito, quão pouco ousam afirmar que o evangelho inteiro ou a palavra de Deus fora do sacramento de nenhum proveito é.

33 Temos, assim, todo o sacramento, tanto o que é em si mesmo, como o que traz e aproveita. Agora, cumpre vejamos qual a pessoa que recebe esse poder e proveito. É, em palavras bem sumárias, conforme ficou dito acima, no batismo, e em muitos outros lugares, aquele que crê conforme rezam as palavras e o que trazem. Pois não são ditas ou proclamadas a pedras e paus, mas àqueles que as ouvem. 34 A esses diz: "Tomai e comei", etc. E como oferece e promete perdão dos pecados, não pode ser recebido de outra maneira senão pela fé. Essa fé exige-a ele mesmo na palavra, ao dizer: "Dado POR VÓS" e "derramado POR VÓS". É como se dissesse: "Eu o dou e vos ordeno que comais e bebais, para que o tomeis como coisa vossa e o desfruteis". 35 Agora, quem disso toma boa nota[465] e o crê verdadeiro, esse o tem; aquele, porém, que

[464] *Aber* (= Abermals). Texto lat.: *iterum*.
[465] *Wer nu ihm solchs lässet gesagt sein.*

não crê, nada tem, pois deixa que se lho apresente em vão e não quer fruir desse bem salutar. O tesouro, na verdade, está aberto e é colocado à porta de todos; mais: é posto sobre a mesa. Todavia, cumpre também que dele te apropries e com certeza o consideres como sendo aquilo que as palavras indicam.

36 Eis o em que consiste toda a preparação cristã para receber este sacramento de maneira digna. Pois, visto que esse tesouro é apresentado totalmente nas palavras, não se pode apreendê-lo e dele tomar posse de outra maneira senão pelo coração. Porque com o punho não se tomará esse presente e tesouro 37 eterno. Jejuar, rezar, etc., certamente podem ser preparação externa e exercício para crianças, a fim de que o corpo se mantenha e comporte decentemente e com reverência para com o corpo e sangue de Cristo. Mas aquilo que é dado no Sacramento e com ele, não o pode apreender nem apropriar a si o corpo. Isso é feito pela fé do coração, que discerne esse tesouro e o deseja.

38 O que ficou dito baste quanto ao necessário para a instrução ordinária sobre esse sacramento. O mais que a respeito importa dizer, cabe fazê-lo em outra ocasião.

39 Em conclusão, agora que temos a reta compreensão e a doutrina desse sacramento[466], bem se fazem necessárias, outrossim, uma exortação e animação no sentido de que não se deixe passar em vão esse grande tesouro que entre os cristãos diariamente se administra e distribui. Isto é, os que querem ser cristãos deveriam preparar-se para receber freqüentes vezes o mui venerável sacramen-40 to. Pois vemos que é, de fato, relaxada e negligente a atitude nesse respeito. E é grande a multidão dos que ouvem o evangelho e que, depois que foi abolida a brincadeira papal[467] e estamos libertos de sua coerção e mandamento, seguem por um, dois, três anos ou mais sem sacramento, como se fossem cris-41 tãos de vigor tamanho que dele não precisassem. E alguns se deixam tolher e intimidar quanto ao uso do sacramento por havermos ensinado que ninguém dele se aproxime à exceção dos que sintam fome e sede que os impulsionem. Outros pretextam que é matéria livre, não necessária, e que é o bastante crerem de resto. E, destarte, a maioria chega a embrutecer-se de todo e a desprezar, 42 afinal, tanto o sacramento como a palavra de Deus. Agora, é verdade o que dissemos: que de modo nenhum se deve compelir ou coagir alguém, para que não se cometa novo assassínio de almas. Cumpre se saiba, todavia, que não devemos considerar cristãos a pessoas que, por tempo tão dilatado, se ausentam e abstêm do sacramento. Porque Cristo não o instituiu para que o tratássemos como espetáculo, senão que ordenou aos seus cristãos que o comessem e bebessem e o fizessem em memória dele.

43 E, deveras, os que são cristãos verdadeiros e têm o sacramento em alto apreço por certo vão animar e impelir-se a si mesmos. Todavia, a fim de que os simples e fracos, que também gostariam de ser cristãos, fiquem tanto mais estimulados a refletir sobre a razão e a necessidade que os devem impelir, vamos 44 falar um pouco a esse respeito. Pois, assim como em outras coisas pertinentes à

---

[466] *Weil wir nu den rechten Verstand und die Lehre von dem Sakrament haben.* Texto lat.: *Quoniam de hujus sacramenti recto intellectu et vera doctrina certi sumus.*

[467] *Des Bapsts Tand.*

fé, ao amor e à paciência não basta apenas ensinar e instruir, senão que é necessário, outrossim, admoestar diariamente, assim também aqui é mister que se insista em pregar, para que as pessoas não fiquem indolentes e aborrecidas, porque sabemos e sentimos como o diabo continuamente se opõe a esse e aos demais exercícios cristãos e deles afugenta o quanto pode.

45 E, aqui, temos, primeiramente, o claro texto nas palavras de Cristo: "FAZEI ISTO em memória de mim". São palavras que nos preceituam e ordenam algo. Por elas fica imposto aos que querem ser cristãos o dever de fruírem o sacramento. Por isso, quem quer ser discípulo de Cristo – e é com eles que aqui fala –, pense e mantenha-se nisso, não por coação, como se impelido por homens, mas para obedecer e agradar ao Cristo Senhor. 46 Objetas, porém: Estão adicionadas as palavras: "Todas as vezes que o fizerdes"; aí, por certo, a ninguém compele, senão que o deixa ao livre arbítrio. 47 Resposta: É verdade, mas não está escrito que jamais o façamos. Na verdade, exatamente porque diz as palavras: "Todas as vezes que o fizerdes", fica incluído que devemos fazê-lo muitas vezes. E são adicionadas porque ele quer o sacramento livre, não preso a determinado tempo, como o cordeiro pascal dos judeus, cordeiro que podiam comer uma única vez por ano e, precisamente, aos catorze dias do primeiro plenilúnio, no crepúsculo da tarde[468]; e disso não podiam passar um dia que fosse. É como se Cristo quisesse dizer com isso: "Eu vos instituo uma páscoa ou ceia da qual não fruireis apenas uma vez ao ano, exatamente nesta noite, senão muitas vezes, quando e onde quiserdes, de acordo com a oportunidade e precisão de cada qual, não preso a nenhum lugar ou tempo determinados". 48 Posteriormente, é verdade, o papa inverteu a coisa, voltando a transformá-la em festa judaica.

49 Destarte vês que a liberdade concedida não o é no sentido de que nos seja permitido desprezar o sacramento. Quando, não havendo impedimento, se deixa passar longo tempo sem, contudo, nunca desejar a ceia, é a isso que chamo desprezar. Se essa é a liberdade que desejas ter, é melhor que tomes de uma vez a liberdade de não ser cristão e não precisar crer nem rezar. Porque isso é mandamento de Cristo tanto quanto aquilo. Se, porém, queres ser cristão, cumpre que satisfaças e obedeças a esse preceito pelo menos de quando em quando[469]. 50 Pois esse mandamento deverá sem falta mover-te a caíres em ti e a pensares: "Que espécie de cristão sou eu, afinal? Se o fosse, pelo menos ansiaria um pouco por aquilo que meu Senhor ordenou fazer". 51 E, na verdade, como tomamos atitude tão negativa para com o sacramento, bem se percebe que classe de cristãos fomos sob o papado: tais que iam ao sacramento meramente por coação e medo de preceito humano, sem desejo e amor, e sem jamais atentar no mandamento de Cristo. 52 Nós, outros, entretanto, a ninguém obrigamos nem empurramos; e ninguém precisa fazê-lo para servir ou agradar a nós. O que te deve animar, porém, e, até, obrigar, é o fato de ele o querer e o fato de lhe ser agradável. Não devemos permitir que homens nos obriguem a crer ou a praticar qualquer boa obra. Nada fazemos além de dizer e exortar quanto ao

---

[468] Cf. Lv 23.5.

[469] *Je zuweilen.*

que cumpre fazer, não por nossa causa, mas por tua. Ele te atrai e anima; se é vontade tua não fazer caso disso, responde pessoalmente pela atitude.

53 Essa deve ser a primeira coisa, especialmente para os frios e relaxados, a fim de que reflitam sobre si e a si mesmos despertem. Sem dúvida, é verdade, como eu o experimentei nitidamente em meu próprio caso e como cada qual verá em seu caso: quando nos privamos assim do sacramento, dia a dia nos torna- 54 mos mais insensíveis e frios, acabando por desprezá-lo de todo[470]. Para obviar isso, cumpre que, sem falta, nos consultemos a nós mesmos de coração e consciência e nos comportemos como pessoa que muito quisera estar de bem com Deus. Quanto mais tal acontece, tanto mais é aquecido e abrasado o cora- 55 ção e, assim, não esfriará completamente. Mas talvez digas: "E como fica a coisa se sinto que não estou preparado?"[471] Resposta: Essa também é a minha tentação, herdada especialmente da antiga situação sob o papado, em que a gente se torturava tanto, para ser inteiramente pura, de modo que Deus não encontrasse em nós a mais leve mácula. Com isso chegamos a ser de tal maneira tímidos que cada qual imediatamente se apavorava e dizia consigo: "Ai de 56 mim! Não sou digno". Pois, aqui, a natureza e a razão principiam a cotejar nossa indignidade com o grande e precioso bem. Aí, então, aquela parece lanterna escura em contraste com o resplandecente sol, ou como esterco quando confrontado com pedras preciosas. E, por ver isso, não quer aproximar-se do sacramento e espera até que esteja preparada; tanto tempo que uma semana se 57 segue a outra e um semestre a outro. Mas se queres atentar em quão piedoso e puro és e diligenciar por não sentires remorsos[472], nesse caso jamais podes[473] achegar-te ao sacramento.

58 Conseqüentemente, deve distinguir-se aqui entre as pessoas. Aos insolentes e asselvajados cumpre dizer que se abstenham do sacramento, pois não estão preparados[474] para receber a remissão dos pecados, já que não a desejam 59 e não gostam de ser justos. Os outros, entretanto, que não são pessoas rudes e dissolutas assim e gostariam de ser justas, não devem afastar-se do sacramento, muito embora, de resto, sejam débeis e frágeis. Assim também disse Santo Hilário[475]: "Se um pecado não é de natureza tal[476] que se possa com razão excluir

---

[470] *Gar in Wind schlagen.*

[471] Ou: em condições. No original: *geschickt.* Texto lat.: *Quid autem, si sensero me non paratum esse?*

[472] *Und darnach erbeiten, dass Dich nichts beisse* ("e tentar conseguir que nada te morda"). BSLK (p. 719, nota 4) e W. Metzger (op. cit., p. 155) interpretam "erbeiten" no sentido de "warten". É interpretação possível (cf. A. Götze, *Glossar* = abwarten). A.Götze também registra a acepção de "esforçar-se". Obsopoeus: *conari* (tentar, empreender). – BSLK (p. 719, nota 5) interpreta "beissen" no sentido de "anfechten". Texto lat.: *ut nihil conscientiam tuam mordeat.*

[473] *Musst.* Em sentenças negativas, pode traduzir-se no sentido de "dürfen".

[474] *Geschickt.* Texto lat.: *appositi.*

[475] Cf. *Decretum Gratiani*, P. III D. 2 c. 15: *Item Hilarius episcopus: Si non sunt tanta peccata, ut excommunicetur quis, non se debet a medicina corporis Domini separare.* Encontra-se o texto em Agostinho, *Ep.* 54, cap. 3, MPL 33, 201.

[476] Ou: se... não é perpetrado de maneira tal. No original: *Nicht also getan* (= beschaffen) *ist.* Obsopoeus: *Si... non ita perpetratum est.*

a pessoa da congregação e considerá-la como não-cristã, não deve a gente abster-se do sacramento", a fim de não se privar da vida. Pois ninguém chegará tão longe que não conserve muitas fragilidades cotidianas na carne e no sangue. 60

Por isso deve essa gente aprender que a máxima sabedoria é saber que nosso sacramento não se fundamenta em nossa dignidade. Pois não nos batizamos como tais que sejam dignos e santos; nem nos confessamos como se fôssemos puros e sem pecado, mas, ao contrário, como pobres e míseros homens e, precisamente, por sermos indignos. A menos que se trate de alguém que não deseja graça e absolvição e não tem a intenção de corrigir-se. Aquele, porém, que gostaria de alcançar graça e consolo deve impelir a si mesmo e a ninguém permitir que o intimide. Falará assim: "Muito quisera ser digno, mas não venho baseado em dignidade, porém firmado em tua palavra, porque tu o ordenaste; e venho como alguém que gostaria de ser teu discípulo; minha dignidade que fique onde puder". Isso, todavia, é difícil; porque sempre nos obstaculiza e embaraça o fato de atentarmos mais em nós próprios do que na palavra e na boca de Cristo. A natureza gostaria de proceder de modo que pudesse apoiar e firmar-se com segurança em si mesma; em caso contrário, não se quer achegar. Baste isso quanto ao primeiro ponto. 61 62 63

Em segundo lugar, também há, além do mandamento, uma promessa, conforme já ouvimos acima, promessa que nos deve incitar e impelir da maneira mais vigorosa. Pois aí estão as bondosas e amáveis palavras: "Isto é o meu corpo, dado POR VÓS", "isto é o meu sangue, derramado POR VÓS para remissão dos pecados". Essas palavras, disse eu, não são pregadas a paus ou pedras, senão a mim e a ti; do contrário, poderia Cristo igualmente bem silenciar e não instituir sacramento algum. Reflete, portanto, e coloca-te também no "VÓS", a fim de que ele não fale em vão contigo. Porque aí nos oferece todo o tesouro que para nós trouxe do céu e ao qual também nos atrai da maneira mais afável alhures. Assim, por exemplo, ao dizer, em Mateus 11[477]: "Vinde a mim todos os que estais cansados e sobrecarregados, e eu vos aliviarei". Ora, sem dúvida, é pecado e vergonha o fato de, quando ele nos convoca e exorta, de maneira tão cordial e fiel, ao mais elevado e melhor dos nossos bens, nós assumirmos postura de tanto alheamento[478] e seguirmos nessa atitude até ficarmos totalmente frios e endurecidos, de modo que já não sintamos qualquer desejo e amor com respeito ao sacramento. De forma nenhuma se há de considerar o sacramento como se fosse coisa prejudicial, da qual cumprisse fugir, mas como medicina inteiramente salutar e consoladora, que te ajuda e te dá a vida tanto na alma quanto no corpo. Porque onde está restaurada a alma, aí também está auxiliado o corpo. Por que então essa nossa atitude como se se tratasse de veneno em que a gente comesse a morte para si mesma? 64 65 66 67 68

É certo que aqueles que desprezam o sacramento e vivem de maneira não-cristã o recebem para seu prejuízo e condenação[479]. Pois, para tais pessoas 69

---

[477] Mt 11.28.

[478] Ou: postura tão refugadora, negativa, recusante. No original: *So frömbd dazu stellen.*

[479] Cf. 1 Co 11.27-29.

nada será bom e salutar, tão pouco quanto para um enfermo que por capricho
70 coma e beba o que o médico lhe proibiu. Aqueles, porém, que sentem sua fraqueza e dela gostariam de ver-se livres e desejam auxílio, cumpre-lhes que considerem e utilizem o sacramento unicamente como precioso antídoto[480] contra o veneno que têm consigo. Pois aqui deves receber, no sacramento, perdão dos pecados da boca de Cristo, perdão que encerra em si e traz consigo a graça e o Espírito de Deus, juntamente com todos os seus dons, proteção, defesa e poder contra a morte e o diabo e toda desgraça.

71 Tens, assim, da parte de Deus, tanto o preceito como a promessa do Cristo Senhor. Ademais, deveria impelir-te, por causa de ti mesmo, a tua própria necessidade, que te pesa na cerviz e constitui a razão desse mandar, atrair e prometer. Pois o próprio Cristo diz: "Os sãos não precisam de médico, e sim os doentes"[481], quer dizer, os que estão cansados e sobrecarregados com o
72 pecado, o medo da morte e as tentações da carne e do diabo. Por conseguinte, se estás sobrecarregado e sentes a tua fragilidade, então vai alegremente ao sa-
73 cramento e recebe refrigério, consolo e vigor. Porque, se queres esperar até que estejas livre de tais coisas[482], a fim de chegares puro e digno ao sacramento,
74 então terás de abster-te para sempre. Neste caso, Cristo pronuncia a sentença, dizendo: "Se és puro e probo, então não necessitas de mim, e eu, por outro lado, não preciso de ti". Razão por que são chamados indignos apenas aqueles que não sentem os seus defeitos e não querem ser tidos na conta de pecadores.

75 Talvez digas: "Como é que me vou ajudar então[483], se não posso sentir tal necessidade e não consigo experimentar fome e sede do sacramento?" Resposta: Aos que estão em tal estado mental que não sintam isso, para esses não conheço melhor conselho do que o de que entrem em si mesmos e vejam se também têm carne e sangue. Quando, então, vires que os tens, abre, para o teu próprio bem, a Epístola de S. Paulo aos Gálatas e ouve que espécie de frutinha a tua carne é: "Ora, as obras da carne são conhecidas", diz ele, "e são: adultério, prostituição, impureza, lascívia, idolatria, feitiçaria, inimizade, porfia, ciúme, ira, discórdia, dissensão, facções, ódio, homicídio, bebedice,
76 glutonaria, e coisas semelhantes a estas"[484]. Por isso, se não o podes sentir, então crê na Escritura; ela não te mentirá, visto conhecer a tua carne melhor do que

---

[480] *Thyriak*. Cf. o nosso "teriaco", designação científica da teriaga (do latim *theriaca*, antídoto contra picada de serpente ou contra veneno em geral. Cf. o grego *theriakon*, bom contra veneno de animais, especialmente contra mordedura de serpentes), eletuário antigo, que se supunha eficaz contra a mordedura de animais venenosos.

[481] Mt 9.12.

[482] I. e., de coisas como as citadas: pecado, medo da morte, tentações da carne e do diabo.

[483] *Wie soll ich ihm denn tuen.*

[484] Gl 5.19-21.Traduzimos de acordo com o original alemão. Onde Lutero escreve *Eifer*, BSLK (p. 722, nota. 6) interpreta "Neid". A. Götze, *Glossar*, dá "Eifersucht" para "Eifer". Assim também interpreta W. Metzger, op. cit., p. 158. De acordo com o original grego, "Neid" seria o caso onde Lutero diz "Hass". Depois de "Hass", Lutero tem "Mord", como em algumas autoridades antigas. Com "lascívia" traduzimos o *Geilheit* do original.

tu mesmo. Em Romanos 7[485], São Paulo, na verdade, conclui ainda mais amplamente: "Porque eu sei que em mim, isto é, na minha carne, não habita bem nenhum". Se São Paulo ousa[486] dizer isso de sua carne, não vamos nós querer ser melhores nem mais santos. Mas que não o sintamos, isso é tanto pior. Pois 77 é sinal de que se trata de carne leprosa, que nada sente e contudo raiva e vai circunroendo[487]. Todavia, conforme dito, se estás assim totalmente morto, en- 78 tão crê na Escritura, que pronuncia esta sentença sobre ti. E em suma: quanto menos sentes o teu pecado e a tua imperfeição, tanto mais razão tens para ir ao sacramento e procurar ajuda e remédio.

Em segundo lugar, olha em derredor, para ver se também estás no mun- 79 do; ou, se não o sabes, pergunta ao vizinho a respeito. Se estás no mundo, não penses que vai haver carência em matéria de pecados e necessidade. Pois principia tão-só a comportar-te como se quisesses tornar-te piedoso e seguir o evangelho, e então observa se ninguém se vai tornar teu inimigo, fazendo-te, além disso, dano, injustiça e violência, e mais, dando-te causa para pecado e maldade[488]. Se não o experimentaste, então permite que to diga a Escritura, que por toda parte dá ao mundo tal louvor[489] e testemunho.

Além disso, na verdade, também terás ao teu redor o diabo, que não con- 80 seguirás subjugar inteiramente, porque até mesmo nosso SENHOR Cristo não o pôde evitar. Agora, que é o diabo? Não é senão mentiroso e homicida, 81 como lhe chama a Escritura[490]. Mentiroso, que seduz o coração desviando-o da palavra de Deus e cegando-o, a fim de que não sintas a tua necessidade, nem possas vir a Cristo. Homicida que não te consente por uma hora sequer a vida. Se visses quantas facas, lanças e flechas te alvejam a todo instante, alegremente, 82 irias ao sacramento quantas vezes te fosse possível. Mas o andarmos tão seguros e descuidados é coisa que se deve exclusivamente ao fato de não refletirmos nem crermos que estamos na carne e no mundo mau, ou sob o reino do diabo.

Por conseguinte, experimenta e exercita isso bem e entra em ti mesmo ou 83 olha um pouco ao redor e atém-te à Escritura. Se mesmo então nada sentes, tanto maior é a tua necessidade de te lamentares, junto a Deus e ao teu irmão. Toma conselho e pede orações por ti, e não desistas até que a pedra esteja removida de teu coração. Então ficará bem manifesta a necessidade e percebe- 84 rás que a fundura em que estás é duas vezes a de outro pobre pecador e que necessitas muito mais ainda do sacramento contra a miséria que, infelizmente, não vês, posto Deus conceda a sua graça[491], para que o sintas mais e tenhas cada vez

---

[485] Rm 7.18.

[486] *Darf* (= wagt). Texto lat.: *audet.*

[487] *Ümb sich frisset.* Texto lat.: *circumroditur.*

[488] *Untugend* = Untauglichkeit, Bosheit. Texto lat.: *vitia.*

[489] *Preis.* A ed. Tappert elimina a bela ironia.

[490] Cf. Jo 8.44.

[491] *Ob Gott Gnade gebe.* Götze, *Glossar,* dá para a conjunção "ob" – "für den Fall dass" e "obgleich". W. Metzger (op. cit., p. 160): "Vielleicht gibt Gott Gnade". Texto lat.: *Deo suam tibi largiente gratiam.*

mais fome do sacramento, especialmente porque o diabo tanto te acossa e te persegue sem quebra, para apanhar-te e destruir-te de alma e corpo, de sorte que nem sequer por uma hora podes estar seguro contra ele. Quão logo poderia precipitar-te repentinamente em miséria e necessidade, quando menos o esperas.

85 Fique, pois, dito isso como exortação, não só para os que somos velhos e crescidos, mas, também, para gente moça, que cumpre educar na doutrina e compreensão cristãs. Pois, dessa maneira, poder-se-ia tanto mais facilmente infundir na juventude os Dez Mandamentos, o Credo e o Pai-Nosso, de modo que os entrasse com prazer e seriedade e, destarte, se exercitassem e acostumassem desde a mocidade. 86 Pois, quanto aos velhos, o caso está mais ou menos[492] perdido, de forma que não se podem conservar[493] estas e outras coisas, a menos que eduquemos a gente que deve vir depois de nós e suceder-nos em nosso ofício e obra, a fim de que, por sua vez, eduquem exitosamente os seus filhos, para que a palavra de Deus e a cristandade sejam conservadas. Conseguintemente, saiba todo pai de família ser seu dever, por ordem e mandamento de Deus, ensinar a seus filhos ou fazer que se lhes ensine o que lhes cumpre saber. Pois, já que foram batizados e recebidos na cristandade, também devem fruir essa comunhão do sacramento, a fim de que nos possam servir e ser úteis. Pois todos eles têm de ajudar-nos a crer, amar, orar e lutar contra o diabo.

---

[492] *Fast*. Pode significar muito, completamente, a rigor, quase, mais ou menos. Neste texto, BSLK (p. 725, nota 2) sugere *sicherlich* ("certamente"). Obsopoeus: *paene* ("quase").

[493] *Concordia Triglotta* (p. 773) e W. Metzger (op. cit., p. 160) entendem o "erhalten" aqui no sentido de "alcançar, conseguir". Texto lat.: *retinere*.

VIII

FÓRMULA DE CONCÓRDIA

Repetição e Declaração Sólida, Pura, Correta e Final de Alguns Artigos da Confissão de Augsburgo nos Quais por Algum Tempo Houve Desacordo entre Alguns Teólogos Adeptos Dela, Resolvido e Composto sob a Orientação da Palavra de Deus e do Conteúdo Sumário de Nosso Ensino Cristão.

Introdução

Na esteira da morte de Lutero (1546) e com a derrota militar dos príncipes luteranos (1547), uma série de controvérsias sobre a pura doutrina da Reforma ameaçava dividir os luteranos em dois partidos: um partido cada vez mais isolado, o gnesioluterano (gnesio, do grego: autêntico), que se pretendia defensor dos ensinamentos originais de Martinho Lutero, inicialmente liderado por Mathias Flacius, e o outro, o filipista, composto por seguidores de Filipe Melanchthon, que levaram a extremos as coisas discernidas por seu mentor. O desejo de unificação foi instigado por fortes pressões políticas do lado católico romano e do lado calvinista.

A ruptura aberta entre os luteranos revelada pelo Colóquio de Worms (1557) conduziu a duas conferências de bispos que não tiveram efeito: em Frankfurt-no-Meno (1558) e em Naumburgo (1561). No princípio de 1568, uma solução teológica para a divisão foi tentada com generoso apoio moral e financeiro dos príncipes. A primeira fórmula proposta foi a confissão de cinco artigos de Jacó Andreae, Confissão e Breve Explanação, ampliada em 1573 no seu escrito Seis Sermões Cristãos. Uma reformulação dos conteúdos do último ano produziu a Concórdia Suábia. Um novo trabalho sobre este documento, por Martin Chemnitz, à luz de anotações de faculdades e conferências teológicas e de teólogos individuais, resultou na Concórdia Suábio-Saxônica (1575). No ano seguinte, Lucas Osiander e Baltasar Bidenbach foram encarregados de esboçar outro projeto, a assim chamada Fórmula de Maulbronn. Com o surgimento da conspiração criptocalvinista na Saxônia Eleitoral, o Eleitor Augusto organizou o movimento para a unificação. Na primavera de 1576, ele convocou uma conferência de teólogos a Torgau, onde a Concórdia Suábio-Saxônica e a Concórdia de Maulbronn foram combinadas no assim chamado Livro de Torgau, que Andreae resumiu no Epítome (ou primeira parte) da Fórmula de Concórdia. Depois de enviado a todos os territórios interessados para comentários, o Livro de Torgau foi transformado, na abadia de Bergen, na Declaração Sólida (ou segunda parte) da Fórmula de Concórdia, o assim chamado Livro de Bergen (1577).

Durante os três anos seguintes, enquanto o Prefácio passava de esboço a esboço, 8.188 teólogos, ministros e professores dos territórios participantes assinaram a Declaração Sólida. Finalmente, em 25 de junho de 1580, cinqüenta anos após o dia da leitura da Confissão de Augsburgo diante de Carlos V, o Livro de Concórdia completo foi colocado em circulação. As assinaturas do Prefácio (reproduzidas no início deste volume como Prefácio ao Livro de Concórdia) identificam os príncipes e os estados que se comprometeram com ele.

Epítome dos Artigos em Controvérsia entre os Teólogos da Confissão de Augsburgo, Cristãmente Explicados e Harmonizados, de Acordo com a Orientação da Palavra de Deus, na Recapitulação Que Segue.

Da Suma, Regra e Norma de Acordo com a Qual Deve Ser Julgada Toda Doutrina e Devem Ser Explicados e Decididos, de Maneira Cristã, os Erros Que Surgiram.

1\. Cremos, ensinamos e confessamos que somente os escritos proféticos e apostólicos do Antigo e do Novo Testamento são a única regra e norma, segundo a qual devem ser ajuizadas e julgadas, igualmente, todas as doutrinas e todos os mestres, conforme está escrito: "Lâmpada para os meus pés é a tua palavra, e luz para os meus caminhos", Sl 119[1]. E S. Paulo: "Ainda que um anjo vindo do céu vos pregue diversamente, seja anátema", Gl 1[2]. 1

Outros escritos, entretanto, dos antigos ou dos novos mestres, seja qual for o nome deles, não devem ser equiparados à Escritura Sagrada, porém, todos lhe devem ser completamente subordinados, não devendo ser recebidos diversamente de ou como mais do que testemunhas da maneira como e quanto aos lugares onde[3] essa doutrina dos apóstolos e profetas foi preservada nos tempos pós-apostólicos. 2

2\. E, visto que[4], imediatamente após os tempos dos apóstolos e ainda em vida deles, penetram falsos mestres e hereges, contra os quais se compuseram, na igreja primitiva[5], Symbola[6], isto é, confissões breves e categóricas[7], que foram consideradas como a fé e a confissão unânimes, universais, cristãs, da igreja ortodoxa e verdadeira[8], a saber, o Símbolo Apostólico, o Símbolo Niceno e o Símbolo Atanasiano, nós os confessamos por nossos e rejeitamos, com isso, todas as heresias e doutrinas introduzidas na igreja de Deus contrariamente a eles. 3

---

[1] Sl 119.105.

[2] Gl 1.8.

[3] Na ed. Tappert, não aparece a tradução das palavras *und an welchen Orten*.

[4] *Nachdem*. A. Götze, *Glossar*: "dementsprechend dass". Texto lat.: *quia*. *Concordia Triglotta*: "because". Ed. Tappert omite. Vid. Prefácio Livro de Concórdia, início do segundo parágrafo, nota em "visto que".

[5] Otto F. Stahlke (*Getting into The Formula of Concord*, Concordia Publishing House, St. Louis, 1977, p. 75), erroneamente: "the church directed the first *symbola against them*".

[6] Símbolos. Sobre o sentido do termo, vid. seção seguinte, nota em "nosso símbolo desse tempo".

[7] *Runde*. A. Götze, *Glossar*: "schlüssig, bündig". Texto lat.: *categoricae*. *Concordia Triglotta*: "succint". Ed. Tappert: "explicit". Otto F. Stahlke, op. cit.: "positive.

[8] *Der rechtgläubigen und wahrhaftigen*. Texto lat.: orthodoxorum et verae ecclesiae.

4 3. Quanto ao cisma, em matéria de fé, ocorrido em nosso tempo, consideramos como consenso e declaração unânimes de nossa fé e confissão cristãs, especialmente contra o papado e seu falso culto, idolatria e superstição, e contra outras seitas[9], e como nosso símbolo desse tempo[10], a primeira e inalterada Confissão de Augsburgo, entregue ao Imperador Carlos V, em Augsburgo, no ano de 1530, por ocasião da grande dieta imperial, juntamente[11] com a Apologia dela e os Artigos redigidos em Esmalcalde, no ano de 1537, e, naquele tempo, subscritos pelos principais teólogos.

5 E visto que tais assuntos concernem também ao leigo comum e à salvação de sua alma, abraçamos, outrossim, o Catecismo Menor e o Maior do Dr. Lutero, conforme incluídos em suas obras[12], como a bíblia dos leigos. Contêm eles tudo o que a Sagrada Escritura trata mais desenvolvidamente e que o cristão tem de saber para a sua salvação.

6 Com esse padrão, conforme acima participado, devem concordar todas as doutrinas, e o que lhe é contrário deve ser rejeitado e condenado como oposto à unânime declaração de nossa fé.

7 Dessa maneira, retém-se a distinção entre a Sagrada Escritura do Antigo e do Novo Testamento e todos os demais escritos, ficando somente a Escritura Sagrada como o único juiz, regra e norma, de acordo com que, como única

---

[9] Vid. Fórmula de Concórdia, Declaração Sólida, Da Suma, 5, nota em "outras seitas".

[10] *Als dieser Zeit unserem Symbolo.* Texto lat.: *iudicamus unanimem consensum... nostrae fidei... esse nostri temporis Symbolum, Augustanam... Confessionem.* Cf., adiante, Da Suma, 8. Davi Hollaz, define "símbolo" no sentido da Fórmula de Concórdia (Examen Theologicum Acroamaticum, 54, cit. em Heinrich Schmid, *Die Dogmatik der evangelisch-lutherischen Kirche*, 4ª ed., Frankfort no Meno e Erlangen, 1858, p. 65): *sunt confessiones publicae, nomine ecclesiae ab orthodoxis viris de certis fidei articulis gravissimo consilio conscriptae ut membra ecclesiae orthodoxae ab infidelium ignorantia et haeretica pravitate separentur et in consentiente fidei professione contineantur* ("São confissões públicas, compostas, com gravíssima deliberação, a respeito de certos artigos de fé, em nome da igreja, por varões ortodoxos, a fim de que os membros da igreja ortodoxa sejam afastados da ignorância e perversão herética dos infiéis e preservados em consensciente (consentânea, concorde) profissão de fé"). Cf., também, E. F. K. Müller, *Symbolik*, p. 1 (sentido do termo em simbólica); p. 26 (sentido mais estrito); p. 28 (aplicação do termo às confissões luteranas); p. 28, nota 8 (sobre o fato de a Fórmula de Concórdia considerar a Confissão de Augsburgo símbolo da cristandade). Sobre a ampliação e a transformação de conteúdo do conceito "símbolo" e o sentido da palavra na Fórmula de Concórdia, cf. também Ernst Wolf, *Peregrinatio*, Studien zur reformatorischen Theologie und zum Kirchenproblem, Munique, 1954, p. 340ss. Sobre o sentido cristão primitivo de confissão de fé ou símbolo, vid, por ex., o importante estudo "Das Bekenntnis im Urchristentum", de Hans Frhr. v. Campenhausen, in *Zeitschrift für die neutestamentliche Wissenschaft*, vol. 63, caderno 3/4, 1972, pp. 210-253.

[11] *Sambt*, i. e., além da Confissão de Augsburgo, consideram também a Apologia da CA e os artigos de Esmalcalde como consenso e declaração unânimes de sua fé e confissão cristã.

[12] *In den Tomis Lutheri.*

pedra de toque[13], todas as doutrinas devem e têm de[14] ser discernidas e julgadas quanto a serem boas ou más, corretas ou incorretas.

8 Os demais Symbola[15], todavia, e os outros escritos citados, não são juízes como o é a Escritura Sagrada, porém, apenas testemunho e exposição da fé, que mostram como, em cada tempo, a Escritura Sagrada foi entendida e explicada na igreja de Deus, no respeitante a artigos controvertidos, pelos que, então, viviam, e ensinamentos contrários a ela rejeitados e condenados[16].

I DO PECADO ORIGINAL

STATUS CONTROVERSIAE
QUESTÃO PRINCIPAL NESTA CONTROVÉRSIA

1 Se o pecado original é, propriamente e sem qualquer distinção, a natureza, a substância e a essência corrupta do homem, ou, deveras, a parte principal e melhor de sua essência, isto é, a própria alma racional em seu estado e poderes máximos, ou, se, também depois da queda, há uma diferença entre a substância, a natureza, a essência, o corpo e a alma do homem e o pecado hereditário, de tal sorte, que uma coisa seja a natureza, e outra, diversa, o pecado original, que está cravado na natureza corrupta e a corrompe.

---

[13] *Probierstein.* Texto lat.: *Lydius lapis*, pedra lídia, pedra de toque (cf. *A Latin Dictionary*, Freund-Andrews-Lewis-Short). Sobre a fórmula *norma et regula*, cf. Martin Chemnitz, *Examen Concilii Tridentini* (ed. Preus, Berlim, 1861), p. 5, nº 4: *Nequaquam, inquiunt, Scriptura sola regula et norma erit nostri judicii* ("De forma nenhuma, dizem eles [i.e., os padres tridentinos], a Escritura será a única regra e norma de nosso juízo"). Ibidem, p. 7, nº 4:... *ut Scriptura illa esset canon, norma et regula fidei in Ecclesia.* Na mesma página, nº 5, onde escreve que a suma dos ultrajes dos papistas à Escritura é *sacram Scripturam non esse canonem, normam, amussim seu regulam, ad quam omnia quae de rebus fidei disputantur, sint exigenda* ("que a Sagrada Escritura não é o cânone, a norma, a craveira ou regra pela qual deve ser medido tudo o que se discute em matéria de fé").

[14] *Sollen und müssen.*

[15] Símbolos, vid acima, 4, nota em "nosso símbolo desse tempo".

[16] Cf. a respeito das seções VII e VIII o que Gerhard Ebeling diz sobre o sola scriptura como princípio hermenêutico, a partícula exclusiva entendida, portanto, não apenas como redução das fontes à Escritura, mas como exclusão da função hermenêutica da tradição. Em outras palavras, a Escritura como fonte única da interpretação da Escritura: *Wort Gottes und Tradition*, Studien zu einer Hermeneutik der Konfessionen, vol. VII de Kirche und Konfession, ed. de Heinrich Bornkamm, Joachim Lell, Walther v. Loewenich, Martin Schmidt, Robert Stupperich, Wolfgang Sucker, Gotinga, 1964, p. 119ss.

AFFIRMATIVA[17]

DOUTRINA, FÉ E CONFISSÃO PURAS, DE ACORDO COM A NORMA E DECLARAÇÃO SUMÁRIAS MENCIONADAS ACIMA

2 1. Cremos, ensinamos e confessamos que há diferença entre a natureza do homem, não só tal como foi criado no início por Deus, puro, santo, sem pecado, mas, também, como a temos agora, depois da queda, distinção, a saber, entre a natureza, que ainda, depois da queda, permanece e é criatura de Deus, e o pecado original, e que essa desigualdade é tão grande como a diferença entre a obra de Deus e a do diabo.

3 2. Também cremos, ensinamos e confessamos que tal distinção deve ser conservada com a máxima diligência, porque essa doutrina de que não haja diferença entre a nossa natureza humana corrompida e o pecado original conflita com os artigos principais de nossa fé cristã, os artigos da criação, redenção, santificação e ressurreição de nossa carne, não podendo com eles coexistir.

4 Pois Deus não criou apenas o corpo e a alma de Adão e Eva antes da queda, mas, também, nosso corpo e nossa alma depois da queda, não obstante serem corruptos; e Deus ainda os reconhece como obra sua, conforme está escrito em Jó 10[18]: "As tuas mãos me plasmaram e me aperfeiçoaram".

5 Além disso, o Filho de Deus assumiu, na unidade de sua pessoa, essa natureza humana, todavia, sem pecado, e, portanto, não carne estranha, porém, nossa carne e, segundo ela, tornou-se nosso verdadeiro irmão. Hb 2[19]: "Visto, pois, que os filhos têm participação comum de carne e sangue, destes também ele, igualmente, participou". Da mesma forma: "Pois ele, evidentemente, não socorre a anjos, mas socorre a descendência de Abraão. Por isso mesmo, convinha que, em todas as coisas, se tornasse semelhante aos irmãos", excetuado o pecado.

6 Assim, Cristo a[20] redimiu também como obra sua, santifica-a como obra sua, ressuscita-a dos mortos e adorna-a gloriosamente como obra sua. Mas ao pecado original não o criou, nem o assumiu, redimiu ou santificou. Também não o ressuscitará nos eleitos, nem o glorificará ou salvará. Na ressurreição, ao contrário, será inteiramente aniquilado.

7 Daí se pode entender facilmente a distinção entre a natureza corrupta e a corrupção que está cravada na natureza e a corrompeu.

8 3. Por outro lado, todavia, cremos, ensinamos e confessamos que o pecado original não é corrupção leve da natureza humana, senão em tal grau profunda que nada de são ou incorrupto ficou no corpo e na alma do homem, em seus poderes interiores ou exteriores; porém, como canta a igreja:

---

[17] Título usado no texto alemão (= teses afirmativas).

[18] Jó 10.8. Cf. Dt 32.6; Is 45.9; 54.5; 64.8; At 17.25-28; Sl 100.3; 139.14; Ec 12.1.

[19] Hb 2.14,16,17. As palavras "excetuado o pecado" não estão aspadas no original. Também não pertencem ao capítulo citado. Encontram-se em Hb 4.15.

[20] I. e., a natureza humana.

"Durch Adams Fall ist ganz vorderbet menschlich Natur und Wesen"[21]. Esse dano é inexprimível, não podendo ser reconhecido por intermédio da razão, mas apenas a partir da palavra de Deus. E que ninguém, exceto Deus, pode separar uma da outra: a natureza e essa corrupção da natureza, o que sucederá integralmente através da morte, na ressurreição, onde a natureza que agora carregamos ressuscitará e viverá eternamente, sem o pecado original e dele separada e removida, conforme está escrito em Jó 19[22]: "Serei revestido desta minha pele, e em minha carne verei a Deus. Vê-lo-ei por mim mesmo e os meus olhos o contemplarão". 9 10

NEGATIVA[23]

REJEIÇÃO DA FALSA DOUTRINA CONTRÁRIA

1. Conseqüentemente, rejeitamos e condenamos o ensino de que o pecado original é apenas *reatus* ou dívida em razão de delito alheio[24], sem qualquer corrupção de nossa natureza. 11

2. Também o ensino de que as más concupiscências não são pecado, mas propriedades concriadas, essenciais da natureza, ou, como se o defeito ou o dano supramencionado não fosse verdadeiramente pecado em virtude do qual o homem fora de Cristo fosse filho da ira. 12

3. Rejeitamos, igualmente, o erro pelagiano, que alega ser a natureza humana também incorrupta depois da queda, e que especialmente[25] com respeito a coisas espirituais permaneceu de todo boa e pura em seus *naturalia*, isto é, em seus poderes naturais. 13

4. Mais, que o pecado hereditário é apenas leve, insignificante mancha salpicada no exterior ou mácula aspersa, sob a qual a natureza reteve seus poderes bons também em coisas espirituais. 14

5. Além disso, que o pecado original nada mais é que impedimento externo aos bons poderes espirituais, e não esbulho ou falta deles, como quan- 15

---

[21] "Pelo pecado de Adão, a natureza e a essência humana estão inteiramente corrompidas". Um hino de Lazarus Spengler.

[22] Jó 19.26,27. Traduzimos o texto que figura no original alemão e que adere a uma tradição antiga, que já aparece na *Primeira Epístola de Clemente* e em Orígenes, e que a tradução de Jerônimo tornou clássica. O original do passo foi mal preservado, e as interpretações variam muito. Cf., p. ex., a tradução de M. Dahood, renomado conhecedor da literatura ugarítica e para o qual o texto fala da ressurreição (*Psalms*, vol. II, Garden City, New York, 1968, p. 196), com a tradução de Günter Stemberger, que entende não se tratar, no texto, da ressurreição de Jó ("Das Problem der Auferstehung im Altem Testament, in *Kairos*, Zeitschrift für Religionswissenschaft und Theologie", nova série, vol. XIV, quarto caderno, 1972, p. 282).

[23] Assim, no original germânico (= antíteses).

[24] *Reatus oder Schuld vonwegen frembder Verwirkung*. Sobre *reatus*, vid. Apologia II, 35, nota em "destrói a culpa". Sobre *Verwirkung*, vid. A. Götze, *Glossar* (registra o verbo *verwirken* no sentido de *verschulden*). Texto lat.: *reatum et debitum esse ex alieno delicto*.

[25] Ed. Tappert, p. 467: "and especially that". Essa construção obscurece a referência de "sonderlich".

do se aplica suco de alho a um ímã isso não lhe tira a força natural, mas apenas a impede[26]. Ou que se possa, facilmente, remover essa mácula, como se tira uma mancha do rosto ou pintura da parede[27].

16 6. Também, que, no homem, não estão inteiramente corrompidas a natureza e a essência humanas, porém, que nele ainda existe algo de bom, mesmo em coisas espirituais, como, por exemplo, capacidade, habilidade, aptidão ou poder de, em coisas espirituais, iniciar algo, operar ou cooperar.

17 7. Rejeitamos também, por outro lado, a falsa doutrina dos maniqueus, quando se ensina que o pecado original, como algo de essencial e substancial, foi infundido por Satanás na natureza e com ela misturado, como se mistura veneno com água.

18 8. Da mesma forma, que peca não o homem natural, mas algo de diverso e estranho no homem, razão por que não se acusa a natureza, senão o pecado original na natureza.

19 9. Rejeitamos e condenamos, outrossim, como erro maniqueu, o ensino de que o pecado original é, propriamente e sem qualquer distinção, a mesma substância, natureza e essência do homem corrompido, de modo que nem sequer se devesse pensar em alguma diferença entre a natureza corrupta depois da queda, considerada em si, e o pecado original, e que as duas não podem ser distinguidas no pensamento.

20 10. Lutero chama a esse pecado original de "pecado-natureza", "pecado-pessoa", "pecado essencial", mas não porque a própria natureza, pessoa ou essência do homem fosse, sem qualquer distinção, o pecado original, e sim, para indicar com essas palavras a diferença entre o pecado original, que está cravado na natureza humana, e os outros pecados, aos quais se dá o nome de pecados atuais.

21 11. Porque o pecado original não é pecado que se comete, mas está cravado na natureza, substância e essência do homem desta maneira: ainda que jamais surgisse um mau pensamento no coração do homem corrompido, nenhuma palavra ociosa fosse proferida, nem acontecesse má ação, mesmo assim a natureza humana está corrompida pelo pecado original, que se nos torna inato na semente pecaminosa e é fonte de todos os pecados atuais, como maus pensamentos, palavras e obras, conforme está escrito: "Porque do coração procedem maus desígnios, etc."[28]. Também: "É mau o desígnio íntimo do homem desde a sua mocidade"[29].

22 12. Assim também se deve atentar cuidadosamente na diversidade de sentidos da palavra "natureza", diversidade com que os maniqueus ocultam seu erro e induzem em erro a muitas pessoas simples. Umas vezes designa a essência do homem, como acontece quando se diz: Deus criou a natureza humana. Outras vezes, entretanto, designa a boa e a má qualidades de algo, cravadas na

---

[26] Vid. acima, Declaração Sólida, I, 22, nota em "impede".
[27] Cf. WA 41, 445,25ss.
[28] Mt 15.19.
[29] Gn 8.21; 6.5.

natureza ou essência, como sucede quando se diz: É da natureza da serpente picar; e: A natureza do homem é pecar e a sua disposição é pecado. Aqui, a palavra "natureza" não denota a substância do homem, porém, algo que está cravado na natureza ou na substância.

13. No que tange às palavras latinas *substantia* e *accidens*, visto que não são palavras da Sagrada Escritura, sendo, além disso, desconhecidas ao homem comum, não devem ser empregadas em sermões, diante de pessoas comuns, sem instrução; deve-se, ao contrário, poupar disso o povo humilde. 23

Nas escolas, porém, e em círculos doutos, acertadamente, retêm-se essas palavras na discussão do pecado original, porquanto são bem conhecidas e usadas sem qualquer mal-entendido para distinguir apropriadamente entre a essência das coisas e aquilo que lhes pertence acidentalmente. 24

Pois, com isso, mostra-se da maneira mais clara a distinção entre a obra de Deus e a do diabo, porque o diabo não pode criar nenhuma substância, mas apenas pode, com a permissão de Deus, corromper acidentalmente a substância criada por Deus. 25

II DO LIVRE ARBÍTRIO

STATUS CONTROVERSIAE
QUESTÃO PRINCIPAL NESTA CONTROVÉRSIA

A vontade do homem encontra-se em quatro estados diferentes, a saber: 1. antes da queda; 2. depois da queda; 3. depois da regeneração; 4. depois da ressurreição da carne. A questão principal diz respeito, apenas, à vontade e capacidade do homem no segundo estado: que forças possui de si mesmo, em coisas espirituais, depois da queda dos primeiros pais e antes de sua regeneração, e se tem a capacidade de dispor-se e preparar-se, com suas próprias forças, antes de regenerado pelo Espírito de Deus, para a graça de Deus, e de aceitar ou não a graça oferecida por intermédio do Espírito Santo na palavra e nos santos sacramentos. 1

AFFIRMATIVA

DOUTRINA PURA SOBRE ESTE ARTIGO DE ACORDO COM A PALAVRA DE DEUS

1. No tocante a isso, nossa doutrina, fé e confissão são que o entendimento e a razão do homem são cegos em coisas espirituais, e nada entende ele com suas próprias forças, como está escrito: "Ora, o homem natural não aceita as coisas do Espírito de Deus, porque lhe são loucura; e não pode entendê-las" quando é examinado a respeito de coisas espirituais[30]. 2

---

[30] 1 Co 2.14.

3 2. Cremos, ensinamos e confessamos, outrossim, que a vontade irregenerada do homem não só está alheada de Deus, mas também tornou-se inimiga de Deus, de modo que só deseja e quer o mal e o que se opõe a Deus, conforme está escrito: "Porque é mau o desígnio íntimo do homem desde a sua mocidade"[31]. Da mesma forma: "Por isso o pendor da carne é inimizade contra Deus, pois não está sujeito à lei de Deus, nem mesmo pode estar"[32]. Sim, tão pouco como um corpo morto pode vivificar a si mesmo para a vida corpórea, terrestre, tão pouco o homem, que, pelo pecado, está espiritualmente morto, pode erguer-se a si mesmo para a vida espiritual, conforme está escrito: "E estando nós mortos em nossos delitos, nos deu vida juntamente em Cristo"[33]. Razão por que não somos por nós mesmos "capazes de pensar alguma coisa, como se partisse de nós; pelo contrário, a nossa suficiência vem de Deus", 2 Co 3[34].

4 3. Mas Deus Espírito Santo não opera a conversão sem meios, porém, vale-se, para isso, do pregar e do ouvir a palavra de Deus, como está escrito em Rm 1[35]: O evangelho é "poder de Deus" para salvar. Também: A fé vem do ouvir a palavra de Deus, Rm 10[36]. 5 E é da vontade de Deus que se ouça sua palavra e não se fechem os ouvidos[37]. Com essa palavra, o Espírito Santo está presente e abre os corações, para que, como Lídia, em Atos 16[38], nela atentem, sendo, assim, convertidos exclusivamente pela graça e pelo poder do Espírito Santo, de quem, dele só, 6 é a obra da conversão do homem. Pois sem a sua graça, o nosso "querer e correr"[39], nosso plantar, semear e regar nada são, se ele não der "o crescimento"[40], como diz Cristo: "Sem mim nada podeis fazer"[41]. Com essas breves palavras, nega os poderes ao livre arbítrio e atribui tudo à graça de Deus, para que ninguém se glorie diante de Deus, 1 Co 9[42].

NEGATIVA

DOUTRINA FALSA CONTRÁRIA

7 Conseqüentemente, rejeitamos e condenamos todos os erros seguintes, como sendo contrários à norma da palavra de Deus:

---

[31] Gn 8.21.
[32] Rm 8.7.
[33] Ef 2.5.
[34] 2 Co 3.5.
[35] Rm 1.16.
[36] Rm 10.17. Almeida RA: "E assim, a fé vem pela pregação e a pregação, pela palavra de Cristo".
[37] Sl 95.8.
[38] At 16.14.
[39] Rm 9.16.
[40] 1 Co 3.7.
[41] Jo 15.5.
[42] 1 Co 9.16.

1. O delírio[43] dos filósofos, chamados estóicos, como também o dos maniqueus, os quais ensinaram que tudo quanto acontece tem de acontecer assim e não poderia suceder de outra maneira, e que o homem faz tudo coagido, mesmo aquilo que pratica em matéria de coisas externas, e que é coagido a obras e atos maus, como libidinagem, rapina, assassínio, furto e coisas que tais. 8

2. Rejeitamos, também, o erro dos pelagianos crassos, os quais ensinaram que o homem, com suas próprias forças, sem a graça do Espírito Santo, pode converter-se a si mesmo a Deus, crer no evangelho, obedecer de coração à lei de Deus e, assim, merecer perdão dos pecados e vida eterna. 9

3. Rejeitamos, outrossim, o erro dos semipelagianos[44], os quais ensinam que o homem pode, com as próprias forças, iniciar sua conversão, não podendo, entretanto, completá-la sem a graça do Espírito Santo[45]. 10

4. Igualmente, o ensino de que, conquanto o homem, antes de seu renascimento, seja demasiadamente fraco para, com seu livre arbítrio, fazer o início e, com suas próprias forças, converter-se a si mesmo a Deus e, de coração, obedecer à lei de Deus, a vontade do homem, todavia, depois que o Espírito Santo, com a pregação da palavra, fez o começo e, nela, ofereceu sua graça, pode, então, de suas próprias e naturais forças, acrescentar algo, se bem que pouco e debilmente, ajudar e cooperar, qualificar-se, preparar-se para a graça, apreender e aceitá-la, e crer no evangelho. 11

5. Da mesma forma, que o homem, depois de renascido, pode observar com perfeição e integralmente cumprir a lei de Deus, e que esse cumprimento é nossa justiça diante de Deus, pela qual merecemos a vida eterna. 12

6. Também rejeitamos e condenamos o erro dos entusiastas[46], os quais imaginam que Deus atrai os homens a si, ilumina-os, justifica-os e os salva sem meios, sem que ouçam a palavra de Deus, também sem o uso dos santos sacramentos. 13

7. Do mesmo modo, que Deus, na conversão e regeneração, destrói integralmente a substância e a essência do velho homem e, especialmente, a alma racional e que, na conversão e na regeneração, cria, do nada, nova essência da alma[47]. 14

---

[43] *Schwarm.* Texto lat.: *delirium dogma* ("doutrina delirante, insensata"). O termo alemão tem duas acepções: delírio, paixão e enxame, multidão.

[44] *Der halben Pelagianer.* Texto lat.: *Semipelagianorum.* Essa é a única vez que o termo aparece no Livro de Concórdia.

[45] A Declaração Sólida, II, 76, afirma que esse "erro dos semipelagianos" é "o erro dos papistas e mestres escolásticos", afirmação criticada por H. J. McSorley (*Luther: Right or Wrong?*, Newman Press e Augsburg Publishing House, 1969, p. 362). McSorley entende que o Epítome (II, 10) reconhece tratar-se do erro dos neo-semipelagianos. Mas o texto do Epítome não esclarece a quem atribui o erro semipelagiano de que fala. Os neo-semipelagianos de McSorley são figuras como Guilherme de Ockham e Gabriel Biel. Vid. acima, Declaração Sólida, II, 76, nota em "mestres escolásticos".

[46] À margem do texto alemão e do latino, encontra-se a seguinte nota: "Entusiastas chamam-se aqueles que esperam iluminação celeste do Espírito, sem a pregação da palavra de Deus" (tradução do original germânico da nota).

[47] E. Kinder (*Die Erbsünde*, p. 59) chama a atenção para o que se condena aqui: a tese de que a criação do novo homem ("die Neuschöpfung") é *creatio ex nihilo* (texto alemão: *aus nichts erschaffe*. Texto lat.: *ex nihilo creare*).

15 8. Também o emprego, sem explanação, das expressões que seguem: que a vontade do homem resiste ao Espírito Santo antes da conversão, na conversão e depois dela, e que o Espírito Santo é dado àqueles que lhe resistem persistentemente. Pois, assim diz Agostinho[48], na conversão, Deus faz dos nolentes volentes e habita nos volentes.

16 No que tange às expressões dos antigos e dos novos doutores da igreja quando dizem: "Deus trahit, sed volentem trahit", isto é, "Deus atrai, mas atrai aquele que quer"; também: "Hominis voluntas in conversione non est otiosa, sed agit aliquid", isto é, "na conversão, a vontade do homem não é ociosa, mas realiza algo" – visto essas expressões haverem sido introduzidas para confirmação do livre arbítrio natural na conversão do homem, contra a doutrina da graça de Deus, julgamos que não concordam com a forma da sã doutrina, devendo-se evitá-las, por isso, com razão, quando se fala da conversão a Deus.

17 Por outro lado, contudo, diz-se, acertadamente, que, na conversão, Deus, por intermédio da atração do Espírito Santo, transforma homens recalcitrantes e não-volentes e que, depois dessa conversão, em exercícios diários do arrependimento, a vontade renascida do homem não é ociosa, mas coopera em todas as obras do Espírito Santo, que ele realiza através de nós.

18 9. Também o que o Dr. Martinho Lutero escreveu: comportar-se a vontade do homem "pure passive"[49], isto é, não fazer absolutamente nada, isso deve entender-se *respectu divinae gratiae in accendendis novis motibus*[50], isto é, quando o Espírito Santo, por intermédio da palavra ouvida ou pelo uso dos santos sacramentos, apreende a vontade do homem e opera o novo nascimento e conversão. Pois, quando o Espírito Santo operou e alcançou isso, e a vontade do homem foi mudada e renovada exclusivamente por sua divina força e operação, então, a nova vontade do homem é instrumento e órgão de Deus Espírito Santo, de modo que não só aceita a graça, mas ainda coopera com o Espírito Santo nas obras que seguem.

19 De sorte que, antes da conversão do homem, existem apenas duas causas eficientes[51], a saber, o Espírito Santo e a palavra de Deus, o instrumento do Espírito Santo, pelo qual ele opera a conversão. O homem deve ouvir essa palavra, se bem que não lhe possa dar crédito nem aceitá-la por suas próprias forças, mas, exclusivamente, por intermédio da graça e operação de Deus Espírito Santo.

---

[48] *Contra Duas Epístolas de Pelágio a Bonifácio*, I, 19,37 MSL XLIV 568.

[49] "De modo puramente passivo". Cf., p. ex., WA 18,697,28, onde Lutero usa a expressão *mere passive*.

[50] "Como respeitante à divina graça em acender novos movimentos".

[51] *Nur zwo wirkliche Ursachen.* Texto lat.: *duae tantum efficientes causae.*

III DA JUSTIÇA DA FÉ DIANTE DE DEUS

STATUS CONTROVERSIAE
QUESTÃO PRINCIPAL NESTA CONTROVÉRSIA

1 Porquanto, em nossas igrejas, confessa-se unanimemente, de acordo com a palavra de Deus e o conteúdo da Confissão de Augsburgo, que nós, pobres pecadores, somos justificados diante de Deus e salvos unicamente pela fé em Cristo, sendo, assim, apenas Cristo nossa justiça, o qual é verdadeiro Deus e homem, porque, nele, a natureza divina e a humana estão pessoalmente unidas uma com a outra, Jeremias 23; 1 Co 1; 2 Co 5[52], surgiu uma pergunta: Segundo que natureza Cristo é nossa justiça? E, assim, dois erros que se entrebatem invadiram algumas igrejas.

2 Um dos partidos foi de parecer que Cristo é nossa justiça apenas segundo a divindade, se ele habita em nós pela fé. Em confronto dessa divindade, que inabita pela fé, os pecados de todos os homens são considerados como gota de água, comparada ao mar imenso. Outros, ao contrário, julgam que Cristo é nossa justiça diante de Deus apenas segundo a natureza humana.

AFFIRMATIVA

DOUTRINA PURA DA IGREJA CRISTÃ[53]
CONTRA OS DOIS ERROS MENCIONADOS

3 1. Contrariamente aos dois erros que acabamos de referir, cremos, ensinamos e confessamos, unanimemente, que Cristo é nossa justiça não apenas segundo a natureza divina nem apenas segundo a natureza humana, porém, o Cristo inteiro, segundo ambas as naturezas, é nossa justiça, exclusivamente em sua obediência, que ele, como Deus e homem, rendeu ao Pai até a morte, e com a qual nos mereceu perdão dos pecados e vida eterna, conforme está escrito: "Porque, como, pela desobediência de um só homem, muitos se tornaram pecadores, assim também, por meio da obediência de um só, muitos se tornarão justos", Rm 5[54].

4 2. De acordo com isso, cremos, ensinamos e confessamos consistir nossa justiça perante Deus nisso de que Deus nos perdoa os pecados por mera graça, sem qualquer obra, mérito ou dignidade nossa precedente, presente ou conseqüente, nos dá de presente e imputa a justiça da obediência de Cristo, justiça em razão da qual somos aceitos por Deus na graça e considerados justos.

5 3. Cremos, ensinamos e confessamos que somente a fé é o meio e o instrumento com que apreendemos a Cristo e, assim, em Cristo, aquela "justiça

---

[52] Jr 23.6; 1 Co 1.30; 2 Co 5.21.

[53] Ou: das igrejas cristãs. No original: *der christlichen Kirchen.* Cf. BSLK IX, III, sobre flexão no alto alemão moderno primitivo ("Frühneuhochdeutsch", o alto alemão de fins do século XV até meados do século XVII. Texto lat.: *piarum ecclesiarum.*

[54] Rm 5.19.

que vale diante de Deus"[55]. E, por causa de Cristo, essa "fé nos é atribuída como justiça", Rm 4[56].

6 4. Cremos, ensinamos e confessamos que essa fé não é mero conhecimento da história de Cristo, mas uma espécie de dom de Deus por meio de que reconhecemos retamente a Cristo nosso Salvador, na palavra do evangelho e nele confiamos que somente por causa de sua obediência temos, de graça, perdão dos pecados, somos considerados santos e justos por Deus e somos eternamente salvos.

7 5. Cremos, ensinamos e confessamos que, de acordo com o uso da Sagrada Escritura, a palavra "justificar" significa, nesse artigo, absolver, isto é, declarar livre de pecados. Pv 17[57]: "O que justifica o perverso e o que condena o justo, abomináveis são para o Senhor, tanto um como o outro". Também, Rm 8[58]: "Quem intentará acusação contra os eleitos de Deus? É Deus quem os justifica".

8 E quando, em lugar disso, se empregam as palavras *regeneratio* e *vivificatio*, isto é, "regeneração" e "vivificação", como acontece na Apologia, isso é feito no mesmo sentido. Em outros lugares entendem-se as palavras mencionadas da renovação do homem e distingue-se essa da justificação pela fé.

9 6. Cremos, ensinamos e confessamos, outrossim, que, não obstante, o fato de muitas fragilidades e defeitos se apegarem aos crentes genuínos e verdadeiramente renascidos, até a sepultura, ainda assim, não devem, por causa disso, duvidar nem de sua justiça, que lhes foi atribuída pela fé, nem da salvação de suas almas, porém, devem considerar coisa certa que, por causa de Cristo, segundo a promessa e a palavra do santo evangelho, têm um Deus gracioso.

10 7. Cremos, ensinamos e confessamos que, para a preservação da doutrina pura quanto à justiça da fé perante Deus, cumpre insistir com especial diligência na *particulae exclusivae*, isto é, nas seguintes palavras do santo apóstolo Paulo, pelas quais o mérito de Cristo é completamente separado de nossas obras e a honra é dada somente a Cristo, quando o santo apóstolo Paulo escre-

---

[55] Rm 1.17; 2 Co 5.21. Traduzimos do original alemão: *Gerechtigkeit, die vor Gott gilt.* Texto lat.: *iustitiam illam, quae coram iudicio Dei consistere potest.* O texto germânico é a controvertida interpretação que Lutero, em sua tradução da Bíblia, faz da expressão *dikaiosyne Theou* ("justiça de Deus"). Uma análise valiosa que põe a questão ao alcance também dos que não são especialistas em Novo Testamento é oferecida por Otto Etzold em *Gehorsam des Glaubens*, die Botschaft des Römerbriefes an die heutige Christenheit, C. Bertelsmann Verlag, Gütersloh, 2ª ed. revista, 1951, pp. 29ss. Erdmann Schott ("Christus und die Rechtfertigung allein durch den Glauben in Luthers Schmalkaldischen Artikeln", in *Zeitschrift Für Systematische Theologie*, vol. 22, 1953, p. 195) comenta sobre a tradução de Lutero: "Mit Bedacht übersetzt Luther die paulinische *Dikaiosyne Theou* mit 'Gerechtigkeit, die vor Gott gilt'. Auf die Geltung kommt es ihm an". Franz Pieper discute e defende a interpretação de Lutero em longa nota: *Christliche Dogmatik*, Concordia Publishing House, St. Louis, Mo., 1917, II vol., pp. 649-650, nota 1519. Para um recente estudo católico romano do texto, vid., v.g., Karl Kertelge, "*Rechtfertigung*" *bei Paulus*, Münster, 1967, pp. 99-107.

[56] Rm 4.5.

[57] Pv 17.15.

[58] Rm 8.33.

ve: de graça, sem mérito, sem lei, sem obras, não de obras, etc.[59], palavras essas que, todas, significam tanto como: "somente pela fé"[60] em Cristo somos justificados e salvos.

8. Cremos, ensinamos e confessamos que, conquanto a contrição que precede e as boas obras que seguem não pertençam ao artigo da justificação diante de Deus, não se deve imaginar uma espécie de fé que pudesse existir e permanecer com um mau propósito de pecar e agir contra a consciência e ao lado disso. Ao contrário, depois que o homem foi justificado pela fé, uma fé verdadeira e viva "atua pelo amor", Gl 5[61]. Assim, que as boas obras sempre seguem à fé justificante e, se é verdadeira e viva, certamente são encontradas com ela, visto que nunca está só, porém sempre vem acompanhada de amor e esperança. 11

ANTITHESIS OU NEGATIVA

DOUTRINA CONTRÁRIA REJEITADA

Conseqüentemente, rejeitamos e condenamos todos os erros que seguem: 12

1. que Cristo é nossa justiça apenas segundo a natureza divina, etc.; 13

2. que Cristo é nossa justiça apenas segundo a natureza humana, etc.; 14

3. que nos pronunciamentos dos profetas e apóstolos em que se fala da justiça da fé, as palavras "justificar" e "ser justificado" não significam absolver ou ser absolvido do pecado e alcançar a remissão dos pecados, porém, ser feito justo diante de Deus, de fato, em razão do amor infundido pelo Espírito Santo, da virtude e das obras que daí promanam; 15

4. que a fé não mira apenas a obediência de Cristo, mas sua natureza divina, até onde ela habita e opera em nós, e que, por semelhante habitação em nós, os nossos pecados são cobertos; 16

5. que a fé seja uma espécie de confiança na obediência de Cristo que pode existir e permanecer num homem ainda que ele não tenha arrependimento verdadeiro, e no qual também não se segue amor, mas que, contra a consciência, persiste em pecado; 17

6. que apenas os dons de Deus, e não o próprio Deus, habitam nos crentes; 18

7. que a fé salva pelo fato de que, por ela, é iniciada, em nós, a renovação, que consiste no amor a Deus e ao próximo; 19

8. que a fé tem a primazia na justificação, mas que, também, a renovação e o amor pertencem à nossa justificação diante de Deus, de modo tal que, na 20

---

[59] Ef 2.8; Rm 3.20,21,24,28; 4.6; 11.6; Gl 2.16; 3.11; Ef 2.9; Tt 3.5.

[60] *Allein durch den Glauben*. Esta é a tradução de Lutero de Rm 3.28. Almeida RA: "... pela fé, independentemente das obras da lei". Vid. Declaração Sólida, III, 29, nota em "somente pela fé".

[61] Gl 5.6.

verdade, não são a causa principal de nossa justificação, mas que nossa justiça diante de Deus, todavia, não é inteira ou perfeita sem tal amor e renovação;

21 9. que os crentes são justificados diante de Deus e salvos juntamente pela justiça imputada de Cristo e pela nova obediência iniciada, ou, em parte, pela atribuição de justiça de Cristo e, em parte, pela nova obediência que se iniciou;

22 10. que a promessa da graça é feita propriedade nossa pela fé no coração, pela confissão oral e por outras virtudes;

23 11. que a fé não justifica sem as boas obras, de modo que, necessariamente, se requerem boas obras para a justiça, sem a presença das quais o homem não pode ser justificado.

IV DAS BOAS OBRAS

STATUS CONTROVERSIAE

QUESTÃO PRINCIPAL NA CONTROVÉRSIA ACERCA DAS BOAS OBRAS

1 Sobre a doutrina das boas obras surgiram duas divisões em algumas igrejas:

2 1. Em primeiro lugar, alguns teólogos se dividiram em razão do seguinte, onde um dos partidos escreveu: Boas obras são necessárias para a salvação; é impossível ser salvo sem boas obras. Também: Jamais alguém foi salvo sem boas obras. Mas o outro lado escreveu, ao contrário: Boas obras são perniciosas para a salvação.

3 2. Depois, também surgiu um rompimento[62] entre alguns teólogos sobre as duas palavras "necessário" e "livre". Um dos grupos questionou, dizendo que não se deve usar a palavra "necessário" com respeito à nova obediência, que não promana de necessidade e coerção, porém, de espírito voluntário. A outra parte insistiu na palavra "necessário", porque[63], alegavam, tal obediência não é matéria de arbítrio nosso, cabendo, ao contrário, a homens renegados o dever de renderem esta obediência.

4 Dessa discussão sobre as palavras, adveio, depois, uma controvérsia acerca da coisa em si mesma. Um dos partidos questionou, dizendo que de modo algum se deveria ensinar a lei entre cristãos, mas que os homens deveriam ser exortados a boas obras apenas a partir do santo evangelho. O outro partido impugnou isso.

---

[62] *Trennung.* Texto lat.: *schisma.* Aqui, no sentido geral de ruptura, separação, dissidência de opiniões. Esta é, também, uma das acepções do termo em português. Quanto ao sentido de "cisma" em linguagem técnica, vid. Apologia XXVIII, 25, nota em "cisma".

[63] *Der ander Teil hat über dem Wort nötig gehalten, weil...* Em Tappert, p. 476: "The other party held with reference to the word 'necessary' that..."

AFFIRMATIVA

DOUTRINA PURA DA IGREJA CRISTÃ SOBRE ESTA CONTROVÉRSIA

Para explicação e decisão plenas dessa controvérsia, eis quais são nossa doutrina, fé e confissão: 5

1. Que boas obras, certamente, e sem dúvida, seguem à fé verdadeira – quando não é fé morta, e sim, viva –, como frutos de boa árvore. 6

2. Também cremos, ensinamos e confessamos que as boas obras devem ser inteiramente excluídas, tanto na questão da salvação, como no artigo da justificação diante de Deus, conforme o apóstolo testifica em palavras claras, ao escrever: "E é assim também que Davi declara ser bem-aventurado o homem a quem Deus atribui justiça, independentemente de obras, dizendo: Bem-aventurados aqueles cujas iniqüidades são perdoadas", Rm 4[64]. E, de novo: "Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie", Ef 2[65]. 7

3. Também cremos, ensinamos e confessamos que todos os homens, especialmente, porém, os que são regenerados e renovados pelo Espírito Santo, têm o dever de praticar boas obras. 8

4. Neste sentido, as palavras "necessário", "dever" e "ter de" são empregadas corretamente e de maneira cristã também no que tange aos regenerados e de forma nenhuma contrariam o padrão das palavras e da linguagem sãs. 9

5. Todavia, quando se fala dos regenerados, não se deve, com as palavras mencionadas – *necessitas*, *necessarium*, "necessidade" e "necessário" –, entender coerção, mas apenas obediência devida, a qual os crentes genuínos, enquanto renascidos, prestam não por coação ou compulsão da lei, mas de espírito voluntário, porque "já não estão debaixo da lei, e sim da graça"[66]. 10

6. Por isso, também cremos, ensinamos e confessamos que a sentença "Os regenerados praticam boas obras de espírito livre" não deve ser entendida como se ficasse entregue ao arbítrio do homem regenerado praticar o bem ou deixar de praticá-lo quando fosse de sua vontade, e que ele possa reter a fé ainda que persista propositadamente em pecados. 11

7. Tal, porém, não se deve entender de maneira diversa daquela em que o próprio Cristo e seus apóstolos o explicam, a saber, com respeito ao espírito libertado, que ele não faz isso por medo de castigo, como escravo, mas de amor à justiça, como os filhos, Rm 8[67]. 12

8. Mas essa espontaneidade não é perfeita nos filhos eleitos de Deus. Estão carregados, ao revés, de grande fraqueza, como S. Paulo se queixa a respeito de si mesmo, Rm 7; Gl 5[68]. 13

---

[64] Rm 4.6ss.
[65] Ef 2.8,9.
[66] Rm 6.14; 7.6; 8.14.
[67] Rm 8.15.
[68] Rm 7.14-25; Gl 5.17.

14 9. Todavia, por causa de Cristo, o Senhor não imputa essa fragilidade aos seus eleitos, como está escrito: "Agora, pois, já nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus", Rm 8[69].

15 10. Também cremos, ensinamos e confessamos que não as obras, mas apenas o Espírito de Deus, por intermédio da fé, preserva a fé e a salvação em nós. As obras são testemunho da presença e habitação em nós do Espírito Santo.

NEGATIVA

FALSA DOUTRINA CONTRÁRIA

16 1. De acordo com isso, rejeitamos e condenamos a seguinte maneira de falar: quando se ensina e se escreve que boas obras são necessárias para a salvação; também, que ninguém jamais foi salvo sem boas obras; ainda, que é impossível ser salvo sem boas obras.

17 2. Rejeitamos e condenamos, outrossim, como ofensiva e danosa para a disciplina cristã, a sentença nua que diz: Boas obras são prejudiciais para a salvação.

18 Pois, especialmente nesses derradeiros tempos, não é menos necessário exortar os homens à disciplina cristã e boas obras, e lembrar-lhes o quanto é necessário que se exercitem em boas obras, como manifestação de sua fé e de sua gratidão a Deus, do que adverti-los, no sentido de não se misturarem obras ao artigo da justificação, porque uma fantasia epicuréia sobre a fé pode condenar os homens tanto como a confiança papista e farisaica nas próprias obras e méritos.

19 3. Igualmente, rejeitamos e condenamos o ensino de que não se perdem a fé e a habitação em nós do Espírito Santo com pecado propositado, mas que os santos e eleitos retêm o Espírito Santo, mesmo que caiam em adultério e outros pecados e neles persistam.

V DA LEI E DO EVANGELHO

STATUS CONTROVERSIAE
A QUESTÃO PRINCIPAL NESTA CONTROVÉRSIA

1 A questão: se a pregação do santo evangelho é, propriamente, não apenas pregação da graça, que anuncia o perdão dos pecados, mas, também, pregação de arrependimento e repreensão, que censura a incredulidade, a qual, dizem, é repreendida não na lei, mas somente pelo evangelho.

---

[69] Rm 8.1.

AFFIRMATIVA

DOUTRINA PURA DA PALAVRA DE DEUS

1. Cremos, ensinamos e confessamos que a distinção entre lei e evangelho, como luz especialmente gloriosa, deve ser mantida com grande diligência na igreja. Por ela (segundo a admoestação de S. Paulo), a palavra de Deus é corretamente dividida[70]. 2

2. Cremos, ensinamos e confessamos que a lei, propriamente, é doutrina divina que ensina o que é justo e agradável a Deus e reprova tudo o que é pecado e contrário à vontade de Deus. 3

3. Por isso, tudo o que reprova pecado é pregação da lei e a ela pertence. 4

4. Mas o evangelho, propriamente, é doutrina tal que ensina o que deve crer o homem que não guardou a lei e por ela é condenado, a saber, que Cristo expiou todos os pecados e por eles pagou e, sem qualquer mérito do homem, lhe obteve e adquiriu o perdão dos pecados, "a justiça que vale diante de Deus"[71] e a vida eterna. 5

5. Todavia, já que a palavra "evangelho" não é usada em apenas um sentido na Sagrada Escritura, fato, aliás, do qual originalmente surgiu essa dissenção, cremos, ensinamos e confessamos que, se com a palavra "evangelho" se entende toda a doutrina de Cristo, que ele professou em seu ministério, e que também seus apóstolos professaram (neste sentido é empregada em Mc 1 e At 20[72]), acertadamente se diz e se escreve que o evangelho é proclamação do arrependimento e do perdão de pecados. 6

6. Mas quando se contrasta a lei do evangelho, como também são contrastados Moisés, na qualidade de mestre da lei, e Cristo, como pregador do evangelho, cremos, ensinamos e confessamos que o evangelho não é pregação de arrependimento ou reprovação, mas, propriamente, outra coisa não é senão proclamação de consolo e mensagem alegre que não censura nem aterroriza, porém, conforta as consciências contra os terrores da lei, dirige-as apenas ao mérito de Cristo e as reergue com a amável pregação da graça e do favor de Deus, adquiridos através do mérito de Cristo. 7

7. Quanto à revelação do pecado, visto que o véu de Moisés cobre os olhos de todos os homens enquanto ouvem apenas a pregação da lei e nada sobre Cristo, não aprendendo, por isso, da lei, a reconhecer corretamente seus pecados, senão que ou se tornam presunçosos hipócritas, do mesmo modo que os fariseus, ou desesperam, como Judas, etc., Cristo toma a lei em suas mãos e a explica espiritualmente, Mt 5; Rm 7[73]. E, dessa maneira, "a ira de Deus se 8

---

[70] *Recht geteilet.* Texto lat.: *recte secari.* A admoestação de Paulo a que se faz referência aqui é a de 2 Tm 2.15: "Procura apresentar-te a Deus, aprovado, como obreiro que não tem de que se envergonhar, que maneja a palavra da verdade". Lutero traduziu: "der da recht theile das Wort der Wahrheit".

[71] Rm 1.17; 2 Co 5.21. Vid. acima, Epítome, III, 5, nota em "diante de Deus".

[72] Mc 1.15; At 20.24.

[73] Mt 5.21-48; Rm 7.14.

revela do céu" sobre todos os pecadores[74], para que vejam quão grande ela é. Por esse meio são remetidos à lei, e só então é que aprendem dela a reconhecer corretamente seus pecados, reconhecimento que Moisés jamais poderia ter arrancado deles.

9 Por isso, se bem que a pregação do sofrimento e da morte de Cristo, o Filho de Deus, seja proclamação e declaração séria e terrível da ira de Deus, pela qual os homens, deveras, são conduzidos de maneira acertada à lei, depois de removido deles o véu de Moisés, de forma que reconhecem pela primeira vez com exatidão quão grandes coisas Deus requer de nós em sua lei, nenhuma das quais podemos observar, e que, por isso, devemos procurar toda a nossa justiça em Cristo:

10 8. Todavia, enquanto tudo isso (a saber, a paixão e a morte de Cristo) proclama a ira de Deus e aterroriza o homem, ainda não é propriamente a pregação do evangelho, mas a pregação de Moisés e da lei, e, por isso, obra estranha[75] de Cristo, pela qual ele chega ao seu ofício próprio, isto é, pregar a graça, consolar e vivificar, o que é, propriamente, a pregação do evangelho.

NEGATIVA

DOUTRINA CONTRÁRIA QUE É REJEITADA

11 1. Por conseguinte, rejeitamos e consideramos falso e pernicioso o ensino de que o evangelho, propriamente, é pregação de arrependimento ou reprovação, e não exclusivamente proclamação da graça. Com isso, o evangelho, de novo, é transformado em ensino da lei, o mérito de Cristo e a Sagrada Escritura são obscurecidos, os cristãos, despojados do verdadeiro consolo, e as portas voltam a ser abertas ao papado.

VI DO TERCEIRO USO DA LEI

STATUS CONTROVERSIAE
A QUESTÃO PRINCIPAL DESTA CONTROVÉRSIA

1 A lei foi dada aos homens por três razões: primeiro, a fim de manter-se, com isso, disciplina externa contra homens refratários, desobedientes; segundo, a fim de que se possa, por intermédio disso, conduzir os homens ao reconhecimento de seus pecados; terceiro, para, depois de regenerados e, aderindo-lhes, não obstante, a carne, terem, por isso, norma certa, de acordo com a qual cumpre que regulem e governem toda a sua vida. Sobre o terceiro uso da lei surgiu uma controvérsia entre uns poucos teólogos, a saber, se ela deve ou não ser inculcada a cristãos renascidos. Um partido disse sim; o outro, não.

---

[74] Rm 1.18.
[75] Is 28.21. Cf. WA 15, 228.

AFFIRMATIVA

CORRETO ENSINO CRISTÃO NESTA CONTROVÉRSIA

2 1. Cremos, ensinamos e confessamos que, conquanto os homens genuinamente crentes e verdadeiramente convertidos a Deus tenham sido libertados e isentados, por intermédio de Cristo, da maldição e coerção da lei, não estão, por isso, sem lei, porém, foram redimidos pelo Filho de Deus, a fim de se exercitarem nela dia e noite, Salmo 119[76]. Pois os nossos primeiros pais, mesmo antes da queda, não viveram sem lei. A lei de Deus lhes foi também inscrita no coração, porque[77] foram criados à imagem de Deus[78].

3 2. Cremos, ensinamos e confessamos que se deve insistir com diligência na pregação da lei, não só entre os incrédulos e impenitentes, mas, também, entre os crentes genuínos, verdadeiramente convertidos, regenerados e justificados pela fé.

4 3. Pois, ainda que estejam regenerados e renovados no espírito de sua mente, contudo, neste mundo, tal regeneração e renovação não é completa, mas foi apenas começada. E, com o espírito de sua mente, os crentes estão em contínua luta contra a carne, isto é, a natureza e qualidade corrupta, que nos adere até a morte. Por causa desse velho homem, que ainda está cravado no intelecto, na vontade e em todos os poderes do homem, é necessário que a lei de Deus brilhe constantemente diante deles, a fim de não acontecer que empreendam, a partir de devoção humana, cultos divinos a seu talante e escolhidos por eles. Da mesma forma, também, para que o velho homem não empregue sua própria vontade, porém, seja coagido contra sua vontade, não só pela admoestação e ameaça da lei, mas ainda com os castigos e as pragas, a seguir o Espírito e a entregar-se como cativo, 1 Co 9; Rm 6; Gl 6; Sl 119; Hb 13[79].

5 4. Agora, quanto à distinção entre as obras da lei e os frutos do Espírito, cremos, ensinamos e confessamos que as obras feitas segundo a lei são e se chamam obras da lei, enquanto arrancadas aos homens apenas mediante o urgir com os castigos e a ameaça da ira de Deus.

6 5. Frutos do Espírito, porém, são as obras que o Espírito de Deus, que habita nos crentes, opera através dos regenerados, e que são feitas pelos crentes enquanto renascidos como se não tivessem conhecimento de nenhum preceito, ameaça ou recompensa. Pois é dessa maneira que os filhos de Deus vivem na lei e andam de acordo com a lei de Deus, o que S. Paulo, em suas epístolas, chama lei de Cristo e lei da mente. E assim estão "não debaixo da lei e sim da graça", Rm 7 e 8[80].

7 6. De sorte que, tanto para o penitente como para o impenitente, para os homens regenerados como para os não-regenerados, a lei é e continua uma única lei, a

---

[76] Sl 119.1.
[77] *Da*. Texto lat.: *quia*. Ed. Tappert, (p. 480): "when".
[78] Gn 2.16; 3.3.
[79] 1 Co 9.27; Rm 6.12; Gl 6.14; Sl 119.1; Hb 13.21.
[80] Rm 6.14; 7.23; 8.1,14.

saber, a imutável vontade de Deus. E a diferença, no respeitante à obediência, está apenas no homem, visto que o não-regenerado faz sob coação e contra a vontade[81] o que lhe exige a lei (como também os regenerados fazem segundo a carne). Mas o crente, enquanto é renascido, faz, sem coação, de espírito voluntário, o que nenhuma ameaça da lei jamais lhe poderia arrancar.

NEGATIVA

FALSA DOUTRINA CONTRÁRIA

8 Rejeitamos, por conseguinte, como doutrina e erro pernicioso, adverso à disciplina cristã e à verdadeira piedade, o ensino consoante o qual não se deve insistir na lei, na maneira e medida supramencionadas, entre cristãos e verdadeiros crentes, mas apenas junto a incrédulos, não-cristãos e impenitentes.

VII DA SANTA CEIA DE CRISTO

1 Conquanto os mestres zwinglianos não devam ser incluídos no número dos teólogos aparentados pela Confissão de Augsburgo[82], visto que deles se separaram já ao tempo em que essa Confissão foi apresentada, todavia, já que se estão ingerindo e ousam disseminar seu erro sob o nome desta Confissão cristã, quisemos dar necessária informação também concernente a esta controvérsia.

STATUS CONTROVERSIAE

QUESTÃO PRINCIPAL ENTRE NOSSA DOUTRINA E A DOS SACRAMENTÁRIOS COM RESPEITO A ESTE ARTIGO

2 Se, na santa ceia, o verdadeiro corpo e sangue de nosso Senhor Jesus Cristo estão verdadeira e essencialmente presentes, são distribuídos com pão e vinho e recebidos oralmente[83] por todos aqueles que fazem uso desse sacramen-

---

[81] Contra a vontade, forçadamente, constrangidamente, um dos sentidos de involuntariamente. No original: *unwillig*. Texto lat.: *inviti*. Em português, temos "invitamente".

[82] *Die augsburgische Konfessionsverwandte Theologen*. Texto lat.: (os teólogos) *qui Augustanam Confessionem agnoscunt et profitentur* ("que reconhecem e professam a Confissão de Augsburgo").

[83] Na ed. Tappert (p. 481) um cochilo tornou o status controversiae ininteligível: "The question is, in the Holy Communion are the true body and blood of our Lord Jesus Christ truly and essencially present if they are distributed with the bread and wine and if they are received orally..."

to, quer sejam dignos, quer indignos, piedosos ou ímpios[84], crentes ou descrentes, pelos crentes para consolo e vida, pelos descrentes, para juízo? Os sacramentários dizem não; nós dizemos sim.

3 Para explicar essa controvérsia, importa notar, de saída, que há duas espécies de sacramentários. Alguns são sacramentários crassos, que manifestam, com palavras transparentes[85] e claras, como crêem no coração: que, na santa ceia, apenas pão e vinho estão presentes, são distribuídos e recebidos oralmente. 4 Outros, porém, são sacramentários sutis, os mais prejudiciais de todos, que, em parte, falam bem especiosamente[86] com as nossas palavras e alegam que eles também crêem numa presença verdadeira do verdadeiro, essencial e vivo corpo e sangue de Cristo na santa ceia, mas que isso se dá espiritualmente, pela fé. 5 Todavia, sob essas palavras especiosas[87] retêm a mesma crassa opinião anterior, a saber, que na santa ceia nada senão pão e vinho estão presentes e são recebidos oralmente.

Pois "espiritual", para eles, outra coisa não significa senão o Espírito de Cristo, que estaria presente, ou o poder do corpo ausente de Cristo e seu mérito. Mas o corpo de Cristo de nenhum modo ou de nenhuma maneira estaria presente, estando, ao contrário, apenas acima, no mais alto céu. A ele, no céu, devemos elevar-nos pelos pensamentos de nossa fé, e lá, de jeito nenhum, porém, no pão e no vinho da santa ceia, devemos procurar esse corpo e sangue.

AFFIRMATIVA

CONFISSÃO DA DOUTRINA PURA SOBRE A SANTA CEIA CONTRA OS SACRAMENTÁRIOS

6 1. Cremos, ensinamos e confessamos que, na santa ceia, o corpo e o sangue de Cristo estão verdadeira e essencialmente presentes e são verdadeiramente distribuídos e recebidos com[88] o pão e o vinho.

7 2. Cremos, ensinamos e confessamos que as palavras do testamento de Cristo não devem ser entendidas de nenhuma outra maneira senão em seu sentido literal, de tal forma que o pão significa o corpo ausente e o vinho, o sangue ausente de Cristo, mas, em virtude da união sacramental, são, verdadeiramente, o corpo e o sangue de Cristo.

8 3. Quanto à consagração, cremos, ensinamos e confessamos que obra nenhuma de homem nem a recitação do ministro efetuam essa presença do

---

[84] *Unfromb.* Traduzimos com "ímpio", no sentido de "que, ou quem não tem piedade, no sentido de devoção religiosa" (não confundir com "ímpio": "que, ou quem não tem fé; incrédulo, herege").

[85] *Teutschen* (= deutschen). Texto lat.: *perspicuis.*

[86] *Scheinbar* (= glänzend); trügerisch, heuchlerisch (A. Götze, *Glossar*). Texto lat.: *splendide* ("esplendidamente, especiosamente"). Ed. Tappert (p. 482): "plausible". Vid. adiante, Declaração Sólida, VII, 6, nota em "especiosas".

[87] *Scheinbaren.* Texto lat.: *splendidis.* Ed. Tappert (p. 482): "plausible". Vid. seção anterior, nota em "especiosamente".

[88] Vid. Confissão de Augsburgo, X, trad. do texto alemão, nota em "sob".

corpo e sangue de Cristo na santa ceia; isso, ao contrário, deve ser atribuído única e exclusivamente à virtude onipotente de nosso Senhor Jesus Cristo.

9 4. Mas, ao mesmo tempo, também cremos, ensinamos e confessamos, unanimemente, que, na celebração da santa ceia, as palavras da instituição de Cristo e de modo algum devem ser omitidas, porém, devem ser recitadas publicamente, conforme está escrito: "O cálice da bênção que abençoamos, etc.", 1 Co 11[89]. Sucede essa bênção através da recitação das palavras de Cristo.

10 5. Contudo, os fundamentos em que nos firmamos nesse assunto contra os sacramentários são os que o Dr. Lutero propôs em sua Confissão Maior[90].

11 "O primeiro é este artigo de nossa fé cristã: Jesus Cristo é verdadeiro, essencial, natural, completo Deus e homem em uma pessoa, inesperado e indiviso.

12 "O segundo: que a mão direita de Deus está em toda a parte"[91], junto à qual, Cristo, real e verdadeiramente colocado segundo a sua natureza humana, reina presente e tem em suas mãos e debaixo de seus pés tudo o que há no céu e na terra. Nenhum outro homem, nem anjo, mas apenas o Filho de Maria está colocado aí, razão por que é capaz de fazer isso.

13 "O terceiro: a palavra de Deus não é falsa e não mente.

14 "O quarto: que Deus tem e conhece vários modos de estar em algum lugar, e não apenas aquele único que os filósofos chamam de *localem* ou espacial[92]".

15 6. Cremos, ensinamos e confessamos que o corpo e o sangue de Cristo são recebidos, em virtude da união sacramental, com o pão e o vinho não só espiritualmente, pela fé, mas, também, oralmente, não, porém, de modo cafarnaítico[93], mas de maneira sobrenatural, celeste, segundo mostram claramente as palavras de Cristo, quando ordena tomar, comer e beber, como fizeram os apóstolos, pois está escrito: "E todos beberam dele", Mc 14[94]. Da mesma forma diz S. Paulo: "O pão que partimos não é a comunhão do corpo de Cristo?"[95]. Isto é, quem come esse pão come o corpo de Cristo, o que também

---

[89] 1 Co 10.16; 2 Co 11.23-25.

[90] Cf. "Da Ceia de Cristo – Confissão", de 1528. OSel 4, 261-262.

[91] OSel 4, 261.

[92] *Localem oder raumlich.* Texto lat.: *localem aut circumscriptum.* Em seu escrito "Da Ceia de Cristo – Confissão", de 1528, Lutero, depois de dizer que os sofistas (i. e., os escolásticos) falam acertadamente de três espécies de presença: a local ou circunscritiva, a definitiva e a repletiva, explica os três tipos de presença. Cf. OSel 4, 262-264. Cf. Luís de Raeymaeker, *Filosofia do Ser*, São Paulo, Herder, 1967, trad. de Carlos Lopes de Mattos, p. 326, nota 38: "Os escolásticos distinguem três espécies de presença: a circunscritiva, própria das coisas materiais, justapostas na extensão espacial; a definitiva, adstrita a uma porção definida, ou limitada, do espaço, e que é própria da atividade espiritual finita em relação com a matéria; a repletiva, própria do Ser divino, que preenche tudo com sua onipresente atividade criadora".

[93] *Kapernaitisch.* Cf. Jo 6.52: "Como pode este dar-nos a comer a sua própria carne?" A interpretação dos judeus em Cafarnaum deu origem à expressão "comer cafarnaítico". Os sacramentários afirmavam que a doutrina luterana da presença real implicava um comer grosseiramente físico do corpo de Cristo. Alguns chegaram a falar em canibalismo.

[94] Mc 14.23.

[95] 1 Co 10.16.

testificam, unânimes, os mais eminentes dentre os mestres antigos da igreja: Crisóstomo, Cipriano, Leão I, Gregório, Ambrósio, Agostinho.

7. Cremos, ensinamos e confessamos que não só os verdadeiros crentes e os dignos recebem o verdadeiro corpo e sangue de Cristo, mas, também, os indignos e os incrédulos[96]. Todavia, se não se convertem e não se arrependem, recebem-nos não para vida e consolo, mas para juízo e condenação. 16

Pois, ainda que rejeitem a Cristo como Salvador, contudo, têm de admiti-lo, mesmo contra a vontade deles, como severo Juiz, o qual é tão presente para, também, exercer e manifestar o juízo relativamente aos convivas impenitentes, como está presente para operar vida e consolo no coração dos crentes verdadeiros e convivas dignos. 17

8. Cremos, ensinamos e confessamos também que existe apenas uma espécie de convivas indignos, a saber, os que não crêem. A respeito deles está escrito: "O que não crê já está julgado"[97]. Por uso indigno do santo sacramento, esse juízo cresce, torna-se maior e é agravado, 1 Co 11[98]. 18

9. Cremos, ensinamos e confessamos que nenhum crente verdadeiro, enquanto retém a fé viva, por fraco que seja, recebe a santa ceia para juízo. A santa ceia foi instituída especialmente para cristãos fracos na fé, contudo, penitentes, para consolo e fortalecimento de sua débil fé. 19

10. Cremos, ensinamos e confessamos que a dignidade toda dos comensais dessa ceia celeste unicamente é a santíssima obediência e o perfeito mérito de Cristo, e neles, exclusivamente, consiste; mérito que fazemos propriedade nossa através de fé genuína e do qual somos certificados pelo sacramento. De modo nenhum, a dignidade consiste em nossas virtudes ou em nossas preocupações interiores e exteriores. 20

NEGATIVA

DOUTRINA CONTRÁRIA E CONDENADA DOS SACRAMENTÁRIOS

Por outro lado, rejeitamos e condenamos, unanimemente, todos os artigos errôneos seguintes, que são opostos e contrários à doutrina acima apresentada, e à fé e confissão singelas a respeito da ceia de Cristo. 21

1. A transubstanciação papista, quando se ensina no papado que o pão e o vinho na santa ceia perdem sua substância e essência natural, sendo reduzido a nada, de tal modo que são transmudados para o corpo de Cristo, permanecendo apenas a espécie externa. 22

2. O sacrifício papista da missa pelos pecados dos vivos e dos mortos. 23

3. Que aos leigos se dê apenas uma forma do sacramento, e que, contrariamente às claras palavras do testamento de Cristo, se lhes negue o cálice, sendo espoliados do sangue dele. 24

---

[96] 1 Co 11.27.

[97] Jo 3.18.

[98] 1 Co 11.27,29.

25 4. Quando se ensina que as palavras do testamento de Cristo não devem ser entendidas ou cridas simplesmente, conforme redigidas, mas que são expressões obscuras, cujo sentido se deve, primeiro, buscar em outros lugares.

26 5. Que, no santo sacramento, o corpo de Cristo não é recebido oralmente com o pão, mas que, com a boca, apenas se recebe pão e vinho, o corpo de Cristo, porém, só espiritualmente, pela fé.

27 6. Que o pão e o vinho na santa ceia não são mais do que marcas de reconhecimento pelos quais os cristãos reconhecem uns aos outros.

28 7. Que o pão e o vinho são apenas figuras, similitudes e tipos do remotamente ausente corpo e sangue de Cristo.

29 8. Que o pão e o vinho não são mais do que signo de lembrança, selo e penhor pelos quais se nos assegura que nossa fé, quando se alça para o céu, lá se torna participante do corpo e sangue de Cristo tão verdadeiramente como comemos e bebemos pão e vinho na ceia.

30 9. Que a certificação e o fortalecimento de nossa fé na santa ceia se efetuam apenas através dos signos externos do pão e do vinho e não pelo verdadeiro e presente corpo e sangue de Cristo.

31 10. Que somente o poder, a operação e o mérito do corpo e sangue ausentes de Cristo são distribuídos na santa ceia.

32 11. Que o corpo de Cristo está encerrado de tal maneira no céu que de modo nenhum pode estar presente ao mesmo tempo em muitos ou em todos os lugares da terra[99], onde sua santa ceia é celebrada[100].

33 12. Que Cristo não prometeu nem poderia ter efetuado a presença essencial de seu corpo e sangue na santa ceia, porque a natureza e a propriedade de sua natureza humana assumida não o poderia suportar nem admitir.

34 13. Que Deus, com toda a sua onipotência, não é capaz (coisa horrível de se ouvir!) de fazer que seu corpo esteja essencialmente presente em mais de um lugar a um só tempo.

35 14. Que a fé, e não as palavras onipotentes do testamento de Cristo, efetua e realiza a presença do corpo e sangue de Cristo na santa ceia.

36 15. Que os crentes não devem procurar o corpo de Cristo no pão e no vinho da santa ceia, mas que devem elevar os olhos do pão ao céu e lá procurar o corpo de Cristo.

37 16. Que cristãos incrédulos e impenitentes não recebem o verdadeiro corpo e sangue de Cristo na santa ceia, mas, somente, pão e vinho.

---

[99] A ed. Tappert (p. 485) parece insinuar uma gradação de dificuldades inexistentes nos originais alemão e latino e que não faria sentido: "in many places, still less in all places".

[100] Além do artigo XXV do *Consensus Tigurinus* (vid. abaixo, FC, Declaração Sólida, VII, 119, nota em "dista da terra"); cf., ainda, v. g., este período do art. XXI (texto lat. em *Die Bekenntnisschriften der Reformierten Kirche*, ed. de E. F. K. Müller, Leipzig, 1903, p. 162): *nam quum signa hic in mundo sint, oculis cernantur, palpentur manibus, Christus quatenus homo est, non alibi quam in caelo, nec aliter quam mente et fidei intelligentia quaerendus est* ("Pois, ainda que os sinais estejam aqui no mundo, sendo vistos com os olhos e apalpados com as mãos, Cristo, [contudo], enquanto homem, não deve ser procurado em outro lugar senão no céu nem de outra maneira a não ser com a mente e a inteligência da fé").

17. Que a dignidade dos convivas nessa ceia celeste não consiste apenas na verdadeira fé em Cristo, mas, também, na preparação exterior dos homens. 38

18. Que também os crentes verdadeiros, que têm e retêm fé genuína e viva em Cristo, podem receber esse sacramento para juízo, porque ainda são imperfeitos na conduta exterior. 39

19. Que os elementos exteriores, visíveis do pão e do vinho no santo sacramento devem ser adorados. 40

20. Da mesma forma, também entregamos ao justo juízo de Deus todas as perguntas (que a decência não nos permite referir) e expressões atrevidas, zombeteiras e blasfemas que os sacramentários avançam bem blasfemamente e com grande ofensa, de modo grosseiro, carnal, cafarnaítico[101] e abominável a respeito dos mistérios sobrenaturais e celestes desse sacramento. 41

21. De sorte que, com isso, condenamos totalmente o comer cafarnaítico[102] do corpo de Cristo, como se a gente dilacerasse sua carne com os dentes e a digerisse como outro alimento, o que os sacramentários nos impõem deliberadamente, contra o testemunho de sua consciência, por sobre os nossos múltiplos protestos, tornando, assim, nossa doutrina odiosa entre os ouvintes deles. E, ao contrário, sustentamos e cremos, de acordo com as simples palavras do testamento de Cristo, um comer verdadeiro, porém sobrenatural, do corpo de Cristo, como também o beber do seu sangue, o que os sentidos e a razão do homem não compreendem, mas, como em todos os outros artigos da fé, trazemos o entendimento cativo à obediência de Cristo, e esse mistério não é apreendido de nenhuma outra maneira senão pela fé somente, sendo revelado na palavra. 42

VIII DA PESSOA DE CRISTO

Da controvérsia sobre a santa ceia surgiu um desacordo entre os teólogos puros da Confissão de Augsburgo e os calvinistas[103] (os quais também confundiram alguns outros teólogos) sobre a pessoa de Cristo, as duas naturezas em Cristo e as propriedades delas. 1

STATUS CONTROVERSIAE
QUESTÃO PRINCIPAL NESTE DESACORDO

A questão principal foi a seguinte: se, por causa da união pessoal, a natureza divina e a humana, como também as propriedades delas, têm *realiter*, isto é, de fato e de verdade, comunhão entre si na pessoa de Cristo, e até onde se estende tal comunhão. 2

---

[101] Vid. acima, VII, 15, nota em " cafarnaítico".
[102] Vid. acima, VII, 15, nota em " cafarnaítico".
[103] Único lugar em que a Fórmula de Concórdia usa o termo "calvinista".

3 Os sacramentários afirmaram que a natureza divina e a humana em Cristo estão pessoalmente unidas de modo tal que nenhuma delas tem *realiter*, isto é, de fato e de verdade, em comum com a outra o que é próprio de cada qual das naturezas, tendo em comum apenas o nome. Pois "unio", dizem eles claramente, "facit communia nomina", isto é, a união pessoal nada mais faz senão tornar comuns os nomes, a saber, que Deus é chamado homem e o homem é chamado Deus, mas de modo tal que, *realiter*, isto é, de fato e de verdade, Deus nada tem em comum com a humanidade e a humanidade nada em comum com a divindade, com sua majestade e propriedades. O Dr. Lutero e seus adeptos pugnaram contra os sacramentários pela sentença contrária.

AFFIRMATIVA

DOUTRINA PURA DA IGREJA CRISTÃ SOBRE A PESSOA DE CRISTO

4 Para explicar esta controvérsia e resolvê-la segundo a orientação de nossa fé cristã, nossa doutrina, fé e confissão é como segue:

5 1. Que a natureza divina e a humana em Cristo estão unidas de maneira tal que não há dois cristos, um, o Filho de Deus, o outro, o Filho do homem, porém, um único é o Filho de Deus e do homem, Lc 1; Rm 9[104].

6 2. Cremos, ensinamos e confessamos que a natureza divina e a humana não são comisturadas em uma essência, nem é uma transformada na outra, porém, cada qual retém suas propriedades essenciais, que nunca se tornam as propriedades da outra natureza.

7 3. As propriedades da natureza divina são: ser onipotente, eterno, infinito, e, consoante a propriedade da natureza e de sua essência natural[105], por si mesma, estar presente em toda a parte, saber tudo, etc., que jamais se tornam propriedades da natureza humana.

8 4. As propriedades da natureza humana são: ser criatura corpórea, ser carne e sangue, ser finita e circunscrita, sofrer, morrer, ascender e descer, mover-se de um lugar a outro, sofrer fome, sede, frio, calor e coisas semelhantes, que jamais se tornam propriedades da natureza divina.

9 5. Visto[106] as duas naturezas estarem unidas pessoalmente, isto é, em uma pessoa, cremos, ensinamos e confessamos que essa união não é junção e ligação de natureza tal que nenhuma das naturezas tenha algo em comum com a outra pessoalmente, isto é, por causa da união pessoal, como quando se colam duas tábuas, caso em que nenhuma dá qualquer coisa à outra ou dela toma algo. Aqui, ao contrário, está a mais elevada comunhão que Deus verda-

---

[104] Lc 1.31-35; Rm 9.5.

[105] *Nach Eigenschaft der Naturen und ihres natürlichen Wesens.* Texto lat.: *secundum naturae naturalisque suae essentiae proprietatem.* Ed. Tappert, p. 487: "according to its natural property".

[106] *Nachdem.*

deiramente tem com o homem. Dessa união pessoal, e da mais alta e inefável comunhão dela resultante, flui tudo o que de humano se diz e se crê a respeito de Deus, e tudo quanto de divino se diz e se crê do homem Cristo. Os antigos mestres da igreja explicaram essa união e comunhão das naturezas com o símile do ferro incandescente, como, também, com a união do corpo e da alma no homem.

6. Por isso, cremos, ensinamos e confessamos que Deus é homem e o homem é Deus, o que não poderia ser se a natureza divina e a humana não tivessem comunhão uma com a outra, de fato e de verdade. 10

Pois como poderia o homem, o filho de Maria, verdadeiramente, ser chamado ou ser Deus, ou o Filho do Altíssimo, se sua humanidade não estivesse pessoalmente unida com o Filho de Deus, e, assim, *realiter*, isto é, de fato e de verdade, nada tivesse em comum com ele, excetuado apenas o nome de Deus? 11

7. Cremos, ensinamos e confessamos, por isso, que Maria concebeu e deu à luz não um mero e simples homem, mas o verdadeiro Filho de Deus. Por essa razão, ela, acertadamente, é chamada Mãe de Deus e verdadeiramente o é. 12

8. Por isso, também cremos, ensinamos e confessamos que não foi um mero e simples homem que por nós sofreu, morreu, foi sepultado, desceu ao inferno, ressuscitou dos mortos, subiu ao céu e foi exaltado à majestade e ao poder onipotente de Deus, mas um homem cuja natureza humana tem uma união e comunhão tão profundas e inefáveis com o Filho de Deus que ela é uma só pessoa com ele. 13

9. Por isso, o Filho de Deus verdadeiramente sofreu por nós, todavia, segundo a propriedade da natureza humana, que ele assumiu na unidade de sua pessoa divina e a tornou sua, a fim de que pudesse sofrer e ser nosso sumo sacerdote para nossa reconciliação com Deus, conforme está escrito: "Crucificaram o Senhor da glória". E: Fomos comprados com o sangue de Deus[107]. 14

10. Cremos, ensinamos e confessamos, por isso, estar o Filho do homem *realiter*, isto é, de fato e de verdade, elevado, segundo a sua natureza humana, à mão direita da onipotente majestade e poder de Deus, porque ele foi assumido em Deus quando foi concebido pelo Espírito Santo no seio materno e sua natureza humana foi unida pessoalmente com o Filho do Altíssimo. 15

11. Segundo a união pessoal, sempre teve essa majestade; todavia, em seu estado de humilhação, abriu mão dela e, por isso, verdadeiramente cresceu em idade, sabedoria e graça diante de Deus e dos homens. Razão por que não mostrou essa majestade sempre, mas quando assim lhe agradava, até que, depois de sua ressurreição, pôs inteiramente de lado a forma de servo[108], e não a natureza, e foi estabelecido no pleno uso, revelação e manifestação da majestade divina e, assim, entrou em sua glória, de modo que, agora, não só como Deus, mas também como homem, sabe tudo, pode fazer tudo, está presente a todas as criaturas[109], e debaixo de seus pés e em suas mãos tem todas as coisas 16

---

[107] 1 Co 2.8; At 20.28.

[108] Fp 2.7.

[109] Vid. Declaração Sólida, VII, 106, nota em "todo-poderoso Deus".

no céu e na terra, e debaixo da terra[110], conforme ele mesmo testifica: "Toda a autoridade me foi dada no céu e na terra"[111]. E S. Paulo: Subiu "acima de todos os céus, para encher todas as coisas"[112]. Esse seu poder, ele o pode exercer presente em toda parte, e tudo lhe é possível e conhecido.

17 12. Por isso, também é capaz, e é coisa deveras fácil para ele, de, presente[113], dar seu verdadeiro corpo e sangue na santa ceia, "não segundo o modo e a propriedade da natureza humana, mas segundo o modo e a propriedade da destra de Deus", diz Lutero[114], de acordo com nossa fé cristã para crianças. Essa presença não é terrenal nem cafarnaítica[115], sendo, contudo, verdadeira e essencial, conforme rezam as palavras de seu testamento: "Isto é, é, é o meu corpo, etc."[116].

18 Por esta nossa doutrina, fé e confissão, a pessoa de Cristo não é dividida, como fez Nestório[117], o qual negou a *communicatio idiomatum*, isto é, a verdadeira comunhão[118] das propriedades das duas naturezas em Cristo, dividindo, assim, a pessoa, conforme Lutero explica no livro *De conciliis*[119]. Também não se misturam uma com a outra as duas naturezas juntamente com suas propriedades em uma essência, como, erroneamente, ensinou Êutiques[120]. Nem se nega ou se elimina a natureza humana na pessoa de Cristo. Também não se muda nenhuma natureza na outra, mas Cristo é e permanece, por toda a eternidade, Deus e homem em uma pessoa indivisa[121], o que é, depois da Santíssima Trindade, conforme testifica o apóstolo[122], o mais alto mistério, sobre que se fundamenta nosso único consolo, vida e salvação.

---

[110] Jo 13.3.

[111] Mt 28.18.

[112] Ef 4.10.

[113] A. C. Piepkorn. Tappert (p. 489) entende o *gegenwärtig* como oração adjetiva: "which are present". Não entende assim o tradutor latino, que usa o particípio conjunto: *corpus suum verum et sanguinem suum in sacra coena praesens distribuere potest*.

[114] WA 22, 326ss.; 23, 131ss.

[115] Vid. acima, VII, 15, nota em "cafarnaítica".

[116] Mt 26.26; Mc 14.22; Lc 22.19; 1 Co 11.24.

[117] Prelado sírio (381 – cerca 451), patriarca de Constantinopla desde 428, deposto em Éfeso (431). Nestório foi acusado de ensinar que a divindade e a humanidade são naturezas distintas, não unidas em uma só pessoa em Cristo.

[118] *Gemeinschaft.*

[119] WA 50, 584ss.; 587ss.

[120] Arquimandrita de Constantinopla, deposto e excomungado por um sínodo metropolitano, em 448, e reabilitado no ano seguinte, no Concílio de Éfeso, chamado de Latrocinium Ephesinum. O monofisismo foi condenado por Leão I e pelo Concílio de Calcedônia (quarto concílio ecumênico, 451).

[121] *Unzertrennten.* Texto lat.: *indivisa*. Ed. Tappert: "indivisible".

[122] 1 Tm 3.16.

NEGATIVA

DOUTRINA FALSA CONTRÁRIA SOBRE A PESSOA DE CRISTO

19 De acordo com isso, rejeitamos e condenamos como contrários à palavra de Deus e nossa simples fé cristã todos os artigos errôneos que seguem, a saber, quando se ensina:

20 1. Que, em Cristo, Deus e homem não são uma pessoa, mas que o Filho de Deus é uma pessoa e o Filho do homem outra, como disparata[123] Nestório[124].

21 2. Que as naturezas divina e humana se comisturaram uma com a outra em uma essência e que a natureza humana se transformou em Divindade, conforme delirou Êutiques[125].

22 3. Que Cristo não é verdadeiro, natural e eterno Deus, consoante pensou Ário[126].

23 4. Que Cristo não teve natureza humana verdadeira, de corpo e alma, segundo imaginou Marcião.

24 5. *Quod unio personalis faciat tantum communia nomina*, isto é, que a união pessoal torna comuns apenas os títulos e os nomes.

25 6. Que é apenas frase e *modus loquendi*, isto é, mera frase e maneira de falar, quando se diz: Deus é homem, o homem é Deus. Pois, *realiter*, isto é, de fato, a divindade nada teria em comum com a humanidade nem a humanidade com a divindade.

26 7. Que é apenas *communicatio verbalis*, isto é, nada além de palavras, quando se diz que o Filho de Deus morreu pelos pecados do mundo, que o Filho do homem se tornou onipotente.

27 8. Que a natureza humana em Cristo tornou-se essência infinita da mesma forma como o é a divindade, e que, em virtude dessa força e propriedade essenciais, comunicadas, efusas na natureza humana e separadas de Deus, está presente em toda parte, do mesmo modo como a natureza divina.

28 9. Que a natureza humana foi nivelada e igualada[127] com a natureza divina em sua substância e essência, ou em suas propriedades essenciais.

29 10. Que a natureza humana de Cristo se estende espacialmente a todos os lugares no céu e na terra, o que nem à natureza divina se deve atribuir.

30 11. Que, em razão da propriedade da natureza humana, é impossível para Cristo estar, ao mesmo tempo, em mais de um lugar, muito menos em toda parte, com seu corpo[128].

---

[123] *Narret*.

[124] Vid. acima, seção 18, nota em "Nestório".

[125] Vid. acima, seção 18, nota em "Êutiques".

[126] Vid. acima, CA I, 5, nota em "arianos".

[127] Ou: que a natureza humana se tornou igual à. No original: *exaequieret und gleich worden sei*.

[128] Observa Paul Schempp que a rejeição do décimo primeiro erro não deve ser entendida, portanto, no sentido do oitavo erro (*Gesammelte Aufsätze*, ed. de Ernst Bizer, vol. X de Neudrucke und Berichte aus dem 20. Jahrhundert (Systematische Theologie), Munique, 1960, p. 96).

31 12. Que apenas a mera humanidade por nós sofreu e nos redimiu e que, na paixão, o Filho de Deus não teve, com ela, comunhão de fato, como se isso não lhe tivesse dito respeito.

32 13. Que Cristo está presente conosco na terra na palavra, nos sacramentos e em todas as nossas necessidades, apenas segundo a sua divindade, e que tal presença de forma alguma diz respeito a sua natureza humana, segundo a qual, também, depois de nos haver redimido com seu sofrimento e morte, ele nada mais tem a ver conosco na terra.

33 14. Que o Filho de Deus, o qual assumiu a natureza humana, não realiza, depois de se haver despido da forma de servo, todas as obras de sua onipotência em, por e com sua natureza humana, mas apenas algumas, e somente no lugar onde a natureza humana está espacialmente.

34 15. Que, segundo a natureza humana, ele, absolutamente, não é capaz de onipotência e outras propriedades da natureza divina, contra a expressa declaração de Cristo: "Toda a autoridade me foi dada no céu e na terra"[129]. E, S. Paulo: "Nele habita corporalmente toda a plenitude da Divindade", Cl 2[130].

35 16. Que lhe foi dado[131] maior poder no céu e na terra, isto é, maior e mais do que a todos os anjos e a outras criaturas, mas que ele não tem nenhuma comunhão com a onipotência de Deus, e que esta também não lhe foi dada. Por isso, inventam uma *media potentia*[132], isto é, um poder entre o poder onipotente de Deus e o poder de outras criaturas, dado a Cristo segundo a sua humanidade pela exaltação, e que seria menos do que a onipotência de Deus e maior que o poder de outras criaturas.

36 17. Que Cristo, segundo seu espírito humano, tem certo limite respeito a quanto lhe importa saber, e que não sabe mais do que lhe convém e lhe é necessário saber para seu ofício de juiz.

37 18. Que Cristo ainda não tem conhecimento perfeito de Deus e de todas as suas obras, não obstante a seu respeito estar escrito que nele "todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento" estão ocultos[133].

38 19. Que, para Cristo, segundo o seu espírito humano, é impossível saber o que existiu desde a eternidade, o que acontece agora em toda a parte e o que ainda haverá na eternidade.

39 20. Quando se ensina, e o passo em Mt 28[134]: "Toda a autoridade me foi dada, etc.", é interpretado assim e, blasfemamente, pervertido: que todo o poder no céu e na terra foi restituído, isto é, novamente entregue a Cristo, segundo a natureza divina na ressurreição e em sua ascensão, como se, no estado de humilhação, ele o tivesse deposto e abandonado também segundo a divindade. Não só perverte essa doutrina as palavras do testamento de Cristo, mas

---

[129] Mt 28.18.

[130] Cl 2.9.

[131] Subentendido: segundo a natureza humana. Explícito no texto lat.: *secundum humanitatem*.

[132] Poder médio.

[133] Cl 2.3.

[134] Mt 28.18.

também prepara o caminho à maldita heresia ariana, de modo que, finalmente, negar-se-ia a eterna divindade de Cristo e, destarte, Cristo e, com ele, nossa salvação, perder-se-ia inteiramente, se não houvesse oposição a essa falsa doutrina a partir do sólido fundamento da palavra divina e de nossa simples fé cristã.

IX DA DESCIDA DE CRISTO AO INFERNO

STATUS CONTROVERSIAE
CONTROVÉRSIA PRINCIPAL SOBRE ESTE ARTIGO

1 Entre alguns teólogos que professam a Confissão de Augsburgo, também houve controvérsia sobre este artigo: quando e de que modo o Senhor Jesus, de acordo com a nossa simples fé cristã, desceu ao inferno: se aconteceu antes ou depois de sua morte. Também, se aconteceu somente segundo a alma, ou apenas segundo a divindade, ou de corpo e alma, espiritualmente ou corporalmente. Outrossim, se esse artigo pertence à paixão ou à gloriosa vitória e ao triunfo de Cristo.

2 Mas, visto que esse artigo, como também o precedente, não pode ser compreendido pelos sentidos nem pela razão, devendo, ao contrário, ser apreendido pela fé somente, é nossa opinião unânime que sobre isso não se deve discutir, porém, deve-se apenas crer e ensiná-lo da maneira mais simples, como 3 o Dr. Lutero, de bem-aventurada memória, no sermão de Torgau, no ano de 1533, explica esse artigo de modo inteiramente cristão, elimina todas as perguntas inúteis, desnecessárias, e admoesta todos os cristãos a simplicidade cristã de fé.

4 Pois é o bastante sabermos que Cristo desceu ao inferno, destruiu o inferno para todos os crentes e os livrou do poder da morte, do diabo e da condenação eterna das fauces infernais. Mas quanto à maneira como isso aconteceu, é coisa que devemos reservar ao outro mundo, onde nos será revelado não só esse ponto, mas, ainda, outros, que aqui simplesmente cremos, não podendo compreendê-los com nossa razão cega.

X DE PRAXES ECLESIÁSTICAS

CHAMADAS ADIAPHORA[135] OU COISAS INDIFERENTES

1 Também houve uma divisão entre os teólogos da Confissão de Augsburgo com respeito a cerimônias ou usos eclesiásticos que não são ordenados nem proibidos na palavra de Deus, mas foram introduzidos na igreja no interesse de boa ordem e decoro.

[135] Sobre adiaphora, vid. nota em Apologia II, 41.

STATUS CONTROVERSIAE
CONTROVÉRSIA PRINCIPAL CONCERNENTE A ESTE ARTIGO

2 A questão principal foi esta: se, em tempo de perseguição e em caso de confissão[136], e mesmo que os inimigos do evangelho não tenham acordo conosco em doutrina, se ainda assim a gente pode, em presença da pressão e exigência dos adversários, restabelecer, de consciência ilesa, algumas cerimônias ab-rogadas, e que, em si mesmas, são coisas indiferentes e não ordenadas nem proibidas por Deus, e assim ter conformidade com eles em tais cerimônias e coisas indiferentes. A isso, um partido disse sim; o outro, não.

AFFIRMATIVA

DOUTRINA E CONFISSÃO CORRETAS E VERDADEIRAS SOBRE ESTE ARTIGO

3 1. Para dirimir também essa controvérsia, cremos, ensinamos e confessamos unanimemente que as cerimônias ou ritos eclesiásticos que não são ordenados nem proibidos na palavra de Deus, mas foram instituídos apenas por causa de bem-estar e boa ordem, não são, em e por si mesmos, culto divino, nem parte dele, Mt 15[137]. Em vão me adoram, ensinando doutrinas que são preceitos de homens.

4 2. Cremos, ensinamos e confessamos que a congregação de Deus[138] de todo lugar e época tem o poder de mudar, conforme as circunstâncias, tais cerimônias, de acordo com a maneira que for a mais útil e a mais edificante para a congregação de Deus.

5 3. Mas que se evite nisso toda a leviandade e ofensa e poupem-se, especialmente, com todo o zelo, os fracos na fé[139].

6 4. Cremos, ensinamos e confessamos que, em tempo de perseguição, quando se exige de nós confissão clara, cumpre não ceder aos inimigos em tais coisas adiáforas, como escreveu o apóstolo: "Para a liberdade foi que Cristo nos libertou. Permanecei, pois, firmes e não vos submetais de novo ao jugo de escravidão"[140]. Também: "Não vos ponhais em jugo desigual com os incrédulos; porquanto, que comunhão pode haver da luz com as trevas?"[141] Ainda: "Aos quais nem ainda por uma hora nos submetemos, para que a verdade do

---

[136] *Im Fall der Bekenntnis.* Texto lat.: *in casu confessionis.* Vid. acima, Declaração Sólida, X, 2, nota em "caso de confissão".

[137] Mt 15.9.

[138] *Die Gemein Gottes.* Na ed. Tappert, uma nota infeliz (p. 493, nota 5) informa que o texto latino reza "igrejas de Deus" ("The Latin reads 'churches of God'"). *Ecclesiae Dei* aparece duas vezes no parágrafo, mas em ambos os casos se trata do dativo singular: *Credimus... ecclesiae Dei... licere ceremonias tales mutare iuxta eam rationem, quae ecclesiae Dei utilissima... iudicatur.*

[139] 1 Co 8.9-13; Rm 14.1,13ss.

[140] Gl 5.1.

[141] 2 Co 6.14.

evangelho permanecesse entre vós"[142]. Pois, em tal caso, já não se trata de coisas adiáforas, mas da verdade do evangelho, da liberdade cristã e do sancionamento de pública idolatria, como, também, da prevenção de ofensa dos fracos na fé. Nada há que ceder nisso; mas cumpre, isto sim, confessar claramente, e sofrer, em conseqüência, o que Deus nos manda e o que permite nos inflijam os inimigos de sua palavra.

5. Cremos, ensinamos e confessamos, outrossim, que nenhuma igreja deve condenar outra por uma ter menos ou mais cerimônias externas não ordenadas por Deus do que outra, se, quanto ao mais, existe concórdia entre elas na doutrina e em todos os artigos dela, como, também, no uso correto dos santos sacramentos, segundo a bem conhecida sentença: *Dissonantia ieiunii non dissolvit consonantiam fidei*, discordância no jejum não destrói concordância na fé[143]. 7

NEGATIVA

DOUTRINA FALSA QUANTO A ESTE ARTIGO

De acordo com isso, rejeitamos e condenamos como errado e contrário à palavra de Deus quando se ensina: 8

1. Que preceitos e instituições humanas na igreja devem ser considerados como por si mesmos culto divino ou parte dele. 9

2. Quando tais cerimônias, preceitos e instituições são impostos coativamente à congregação de Deus como necessários, contra a sua liberdade cristã, que ela possui em coisas externas. 10

3. Também que, em tempo de perseguição e confissão pública[144], se possa ceder aos inimigos do santo evangelho ou chegar a um acordo com eles (o que serve para danificar a verdade) em tais adiáforos e cerimônias. 11

4. Igualmente, quando tais cerimônias externas e coisas indiferentes são abolidas de um modo que dê a entender não devesse a congregação de Deus ser livre para valer-se de uma ou mais, em liberdade cristã, de acordo com suas circunstâncias, como a cada tempo for mais útil à igreja. 12

XI DA ETERNA PRESCIÊNCIA E ELEIÇÃO DE DEUS

Sobre este artigo não ocorreu dissensão pública entre os teólogos da Confissão de Augsburgo. Visto, porém, que é artigo consolador quando acer- 1

---

[142] Gl 2.5.

[143] Vid. acima, Declaração Sólida, X, 31.

[144] *Zur Zeit der Verfolgung und öffentlicher Bekenntnis.* Texto lat.: *quod tempore persecutionis, quando clara confessio requiritur* ("que em tempo de perseguição, quando se requer confissão clara"). Vid. adiante, Declaração Sólida, X, 2, nota em "em caso de confissão"; Declaração Sólida, X, 10, nota em "em tempo de confissão".

tadamente tratado e, para não suceder se introduzam futuramente discussões ofensivas a respeito dele, o mesmo também foi explicado neste escrito.

AFFIRMATIVA

DOUTRINA PURA E VERDADEIRA SOBRE ESTE ARTIGO

2 1. Inicialmente, deve notar-se, com diligência, a diferença entre *praescientia* e *praedestinatio*, isto é, entre a presciência e a eterna eleição de Deus[145].

3 2. A presciência de Deus nenhuma outra coisa é senão isso que Deus sabe todas as coisas antes de elas acontecerem, conforme está escrito: "Mas há um Deus nos céus, o qual revela os mistérios; pois fez saber ao rei Nabucodonosor o que há de ser nos últimos dias", Daniel 2[146].

4 3. Essa presciência se estende igualmente sobre os bons e os maus, não sendo, porém, causa do mal nem do pecado, causa que leve à prática do mal (o que, originalmente, procede do diabo e da má e perversa vontade do homem). Também não é a causa da perdição dos homens, pela qual eles mesmos são culpados. A presciência de Deus apenas regula o mal e lhe fixa limite quanto à duração, fazendo com que tudo, não obstante seja mau em si mesmo, sirva à salvação de seus eleitos.

5 4. A predestinação ou eterna eleição de Deus, entretanto, diz respeito apenas aos piedosos, agradáveis filhos de Deus, sendo uma causa da salvação deles, a qual ele também provê, e ordena o que a ela pertence. Sobre ela, nossa salvação se funda de maneira tão firme que "as portas do inferno não prevalecerão contra ela"[147].

6 5. Não se deve escrutar essa predestinação divina no secreto conselho de Deus, porém cumpre buscá-la na Palavra, onde foi revelada.

7 6. Mas a palavra de Deus nos conduz a Cristo, que é o "Livro da Vida"[148], no qual estão inscritos e eleitos todos os que devem ser eternamente salvos, conforme está escrito: "Nele (em Cristo) nos escolheu antes da fundação do mundo"[149].

8 7. Esse Cristo chama a si todos os pecadores e lhes promete refrigério. Seriamente quer que todos os homens venham a ele e permitam se lhes ajude[150]. A eles se oferece na Palavra e quer que a ouçam e não fechem os ouvidos ou a desprezem. Além disso, promete o poder e a operação do Espírito Santo, assistência divina para perseverança e vida eterna.

---

[145] Texto lat.: *inter praescientiam et praedestinationem sive aeternam electionem Dei*. Título do artigo: *De aeterna praedestinatione et electione Dei*. Título do texto alemão: *Von der ewigen Versehung* [=Vorsehung] *und Wahl Gottes*.

[146] Dn 2.28.

[147] Mt 16.18; Jo 10.28.

[148] Fp 4.3; Ap 3.5; 20.15.

[149] Ef 1.4.

[150] Mt 9.2,9,13,22,29,35,37; 11.28.

8. Não devemos, por isso, avaliar essa nossa eleição para a vida eterna com base na razão, nem com fundamento na lei de Deus, que nos conduzem ou a uma vida estabanada, dissoluta, epicuréia, ou ao desespero, e despertam pensamentos perniciosos no coração dos homens. Enquanto seguem a sua razão, dificilmente podem esquivar-se de pensar consigo mesmos: Se Deus me elegeu para a salvação, não posso ser condenado, faça eu lá o que fizer. E por outro: Se não sou eleito para a vida eterna, de nada me vale o bem que faço; é tudo em vão. 9

9. Mas isso[151] deve ser aprendido unicamente do santo evangelho concernente a Cristo, evangelho em que se testifica claramente de como "Deus a todos encerrou na desobediência, a fim de usar de misericórdia para com todos", e que ele não quer que nenhum pereça, senão que todos cheguem ao arrependimento e creiam no Senhor Jesus Cristo[152]. 10

10. Quem se ocupa, assim, com a vontade revelada de Deus e segue a ordem observada por São Paulo na Epístola aos Romanos, o qual, primeiro, orienta os homens ao arrependimento, ao reconhecimento dos pecados, à fé em Cristo, à obediência a Deus, antes de falar do mistério da eterna eleição de Deus, a esse tal doutrina é proveitosa e consoladora. 11

11. As palavras "muitos são chamados, mas poucos escolhidos"[153] não significam que Deus não quer salvar a todos. A causa é que ou, de todo, não ouvem a palavra de Deus, senão que, voluntariosamente[154], a desprezam, endurecem ouvidos e coração e, destarte, obstruem a via ordinária do Espírito Santo, de modo que ele não pode levar a efeito sua obra neles, ou, quando a ouviram, tornam a não lhe dar importância[155] e deixam de atentar nela. Culpado disso não é Deus ou sua eleição, porém a malícia deles[156]. 12

12. E o cristão deve ocupar-se com o artigo da eleição eterna conforme foi revelado na palavra de Deus, que nos propõe Cristo como o "Livro da Vida", livro que ele nos abre e revela pela pregação do santo evangelho, conforme está escrito: "E aos que predestinou, a esses também chamou"[157]. Nele, devemos procurar a eterna eleição do Pai, o qual, em seu eterno, divino conselho, resolveu que a ninguém quer salvar exceto aqueles que reconhecem o seu Filho, o Cristo, e verdadeiramente nele crêem. O cristão deve banir outras cogitações, 13

---

[151] I. e., a doutrina sobre "nossa eleição para a vida eterna" (cf. seção anterior). Texto lat.: *Vera igitur sententia de praedestinatione ex evangelio Christi discenda est.* A. C. Piepkorn (Tappert, p. 495) interpreta de maneira um pouco diferente: "We must learn about Christ from the holy Gospel alone".

[152] Rm 11.32; Ez 33.11; 18.23; 1 Tm 2.6; 1 Jo 2.2. A indicação do versículo 6 de 1 Tm 2 é de nota em BSLK (p. 818, nota 3). Os confessores terão pensado, aqui, também no versículo 4. Nem BSLK nem o original remetem a 2 Pe 3.9, mas esse versículo é citado no texto (cf. a seção 10 com o texto bíblico na tradução de Lutero).

[153] Mt 20.16.

[154] *Mutwillig*. Texto lat.: *contumaciter*.

[155] *Wiederumb in Wind schlagen*. Texto lat.: *flocci pendant* ("não fazem caso nenhum").

[156] 2 Pe 2.2ss.; Lc 11.49,52; Hb 12.25.

[157] Rm 8.30.

que não fluem de Deus, mas da inspiração de Satanás, com que ele ousa debilitar ou, de todo, tirar-nos a gloriosa consolação que temos nessa doutrina salutar, isto é, sabermos que fomos eleitos em Cristo para a vida eterna puramente de graça, sem qualquer mérito nosso, e que ninguém pode arrancar-nos de sua mão. Essa graciosa eleição, ele não apenas a promete com meras palavras, mas também a protesta com juramento, e a selou com os santos sacramentos, dos quais podemos lembrar-nos em nossas maiores tentações, com eles podemos consolar-nos e, assim, apagar os dardos inflamados do diabo.

14 13. Além disso, devemos diligenciar ao máximo por viver de acordo com a vontade de Deus e, como admoesta S. Pedro, "confirmar a nossa vocação"[158]. Devemos, especialmente, ater-nos à palavra revelada, que não nos pode e não nos vai faltar.

15 14. Com essa breve explicação da eterna eleição de Deus, dá-se a Deus sua honra inteira e plenamente, que ele, somente por pura misericórdia, sem qualquer mérito nosso, nos salva "segundo o propósito"[159] da sua vontade. Além disso, também não se dá a ninguém causa para pusilanimidade ou vida rude, desenfreada[160].

ANTITHESIS OU NEGATIVA
DOUTRINA FALSA SOBRE ESTE ARTIGO

16 De acordo com isso, cremos e mantemos o seguinte: quando a doutrina da graciosa eleição de Deus para a vida eterna é ensinada de modo tal que cristãos entristecidos não se podem confortar nela, mas, por ela, são levados à pusilanimidade ou ao desespero, ou de modo a fortalecer os impenitentes em seu capricho, tal doutrina não é tratada de acordo com a palavra e a vontade de Deus, senão em harmonia com a razão e o impulso do abominável Satã. Porque, como testifica o apóstolo[161], tudo quanto foi escrito, para o nosso ensino foi escrito, a fim de que, pela paciência e pela consolação das Escrituras, tenhamos esperança. Rejeitamos, por isso, os erros que seguem:

17 1. Quando se ensina que Deus não quer que todos os homens se arrependam e creiam no evangelho[162].

---

[158] 2 Pe 1.10.

[159] Ef 1.11.

[160] Texto lat.: *Neque tamen hac doctrina vel gravioribus illis animi perturbationibus et pusillanimitati vel Epicureismo ansa praebetur* ("com essa doutrina também não se fornece ensejo quer para aquelas perturbações mais graves da alma e para pusilanimidade, quer para epicureismo").

[161] Rm 15.4.

[162] Contra a *vocatio specialis* da teologia reformada. Cf. *Institutio* III 21,5; CR 30, 682ss.; 686.

2. Também, que Deus, quando nos chama a si[163], não quer, seriamente, que todos os homens venham a ele[164]. 18

3. Da mesma forma, que Deus não quer que todos sejam salvos, mas desconsiderados seus pecados, são destinados à condenação pelo mero conselho, propósito e vontade de Deus, de modo que ninguém pode ser salvo[165]. 19

4. Igualmente, que não é apenas a misericórdia de Deus e o santíssimo mérito de Cristo, mas que também há em nós uma causa da eleição de Deus, em virtude da qual Deus nos elegeu para a vida eterna. 20

Essas são, todas elas, blasfemas e terríveis doutrinas errôneas, com as quais se tira aos cristãos todo o conforto que têm no santo evangelho e no uso dos santos sacramentos, não devendo, por isso, ser toleradas na igreja de Deus. 21

Eis a breve e simples explicação dos artigos controvertidos que, por algum tempo, foram discutidos e ensinados discrepantemente pelos teólogos da Confissão de Augsburgo. 22

Daí, todo cristão simples, orientado pela palavra de Deus e seu simples catecismo, pode perceber o que é certo e o que é errado, já que não apenas é declarada a doutrina pura, mas também repudiada e rejeitada[166] a doutrina errônea a ela contrária, e, assim, as ofensivas divisões que ocorreram são radicalmente decididas.

---

[163] "Deus chamar alguém a si", em português, é frase usada para significar que alguém faleceu. Já que o contexto esclarece qual o sentido em nosso caso, não evitamos o torneio, que traduz com naturalidade e exatidão o original: *wann Gott uns zu sich berufe.*

[164] Vid. FC, Declaração Sólida, XI, 35, nota em "affingere".

[165] Contra a *praedestinatio gemina* da teologia reformada. Cf. *Confessio Gallicana*, art. XII (texto francês de *Die Bekenntnisschriften der reformierten Kirche*, ed. de E. F. K. Müller, p. 224. A *Confession de Foy*, também chamada *Confession de La Rochelle* desde 1571, foi elaborada em 1559, de acordo com um esboço de Calvino que sofreu apenas umas poucas modificações. Cf. *Reformierte Bekenntnisschriften und Kirchenordnungen*, ed. de Paul Jacobs, 1949, p. 110): "Nous croyons, que de ceste corruption et condamnation generale en laquelle tou hommes sont plongez, Dieu retire ceux lesquelz en son conseil eternel et immuable il a esleux par sa seule bonte et misericorde en nostre Seigneur Iesus Christ, sans consideration de leurs oeuvres, laissant les autres en icelle mesme corruption et condamnation, pour demonstrer en eux sa iustice, comme es premiers il faict luire le richesses de sa misericorde. Car le uns ne sont point meilleurs que les autres, usques à ce que Dieu le discerne selon son conseil immuable qu'il a determine en Iesu Christ devant la creation du monde: et nul aussi ne se pourroit introduire à un tel bien de sa propre vertu, veu que de nature nous ne pouvons avoir un seul bon mouvement, ni affection, ne pensee, usques a ce que Dieu nous ait prevenu e nous y disposez" ("Cremos que desta corrupção e condenação geral, em que todos os homens estão submersos, Deus tira aqueles que, em seu eterno e imutável conselho, elegeu, unicamente por sua bondade e misericórdia em nosso Senhor Jesus Cristo, sem levar em consideração as obras deles, deixando os outros naquela mesma corrupção e condenação, para demonstrar neles a sua justiça, como, nos primeiros, faz luzir as riquezas de sua misericórdia. Pois uns não são melhores que os outros, até que Deus os distinga segundo o conselho imutável que ele determinou em Jesus Cristo, antes da criação do mundo. E ninguém poderia introduzir-se em tal bem por sua própria virtude, visto que, por natureza, não podemos ter um só bom movimento, nem afeto, nem pensamento, até que Deus se nos haja adiantado e nos tenha disposto a isso").

[166] *Ausgesetzt, verworfen.* "Aussezen" (grafia em A. Götze, *Glossar*) também pode significar "darlegen". Texto lat.: *repudiata et reiecta.*

23 Que o Deus todo-poderoso e Pai de nosso Senhor Jesus nos conceda a graça de seu Espírito Santo, para que todos sejamos unidos nele e, constantemente, permaneçamos nessa unidade cristã, que lhe é agradável. Amém.

[XII] DE OUTRAS FACÇÕES E SEITAS[167], QUE NUNCA ABRAÇARAM A CONFISSÃO DE AUGSBURGO

1 A fim de que tais[168] não sejam tacitamente atribuídas, já que na explanação precedente não fizemos delas menção, intencionamos, no fim, apenas enumerar os meros artigos nos quais erram e ensinam contrariamente à nossa muitas vezes referida fé e confissão cristã.

ARTIGOS ERRÔNEOS DOS ANABATISTAS

2 Os anabatistas estão divididos entre si mesmos em muitas seitas, das quais uma defende muitos erros, outra, menos. Mas, em geral, professam doutrina que não se pode tolerar ou permitir, nem na igreja, nem no estado e no governo secular, nem na sociedade doméstica.

ARTIGOS QUE NÃO PODEM SER TOLERADOS NA IGREJA

3 1. Que Cristo não assumiu seu corpo e sangue da Virgem Maria, mas que os trouxe consigo do céu.

4 2. Que Cristo não é verdadeiro Deus, porém, apenas tem mais dons do Espírito Santo que qualquer outro homem santo.

5 3. Que nossa justiça diante de Deus não assenta apenas no só mérito de Cristo, mas na renovação e, assim, na piedade própria em que andamos. Em grande parte, isto se firma em espiritualidade própria, peculiar, de eleição pessoal e, em última análise, nada mais é senão um novo monaquismo.

6 4. Que, perante Deus, infantes não batizados não são pecadores, mas justos e inocentes, os quais, em sua inocência, porque ainda não alcançaram o uso da razão, salvam-se sem o batismo (o qual, de acordo com o que alegam, eles não necessitam). Rejeitam, dessa maneira, toda a doutrina do pecado original e o que a ela pertence.

7 5. Que só se devem batizar as crianças quando tiverem alcançado o uso da razão e puderem confessar pessoalmente a sua fé.

8 6. Que os filhos dos cristãos, por isso que tenham nascido de pais cristãos e crentes, são santos e filhos de Deus, mesmo sem o batismo e antes dele. Por essa razão, também não têm o batismo infantil em alta consideração, nem lhe enco-

---

[167] *Rotten und Sekten*. Texto lat.: *haeresibus* (= seitas, escolas, heresias) *et sectis* (= seitas, escolas, facções, doutrina).

[168] *Solche*. Texto lat.: *haeresis illae et sectae*.

rajam a prática, contrariamente às expressas palavras da promessa de Deus, que se estende apenas àqueles que lhe guardam a aliança e não a desprezam, Gn 17[169].

7. Que não é congregação verdadeira e cristã aquela em que ainda se encontram pecadores. 9

8. Que não se deve ouvir sermão nem comparecer naqueles templos em que, anteriormente, se haja celebrado e rezado missa papista. 10

9. Que nada se deve ter com os ministros eclesiásticos que pregam o evangelho de acordo com a Confissão de Augsburgo e censuram a pregação e os erros dos anabatistas. Também, que não se deve servi-los nem de qualquer maneira trabalhar para eles, mas que se deve fugir deles e evitá-los como perversores da palavra de Deus. 11

ARTIGOS INTOLERÁVEIS NO ESTADO

1. Que o governo não é estado agradável a Deus no Novo Testamento. 12

2. Que, de consciência sã e ilesa, o cristão não pode estar investido em ofício governamental nem exercê-lo. 13

3. Que, de consciência inviolada, o cristão não pode fazer uso do ofício governamental contra os maus, em casos incidentes, e que os súditos não podem recorrer, para proteção e defesa, ao poder que o governo possui e que recebeu de Deus. 14

4. Que, de sã consciência, o cristão não pode prestar juramento, nem com juramento prometer fidelidade de vassalo feudal ao seu príncipe territorial ou suserano. 15

5. Que, no Novo Testamento, o governo não pode, em sã consciência, infligir a malfeitores a pena capital. 16

ARTIGOS INTOLERÁVEIS NA VIDA DOMÉSTICA

1. Que, de sã consciência, o cristão não pode reter ou possuir propriedade privada, tendo, ao contrário, o dever de passá-la à comunidade. 17

2. Que, de boa consciência, o cristão não pode ser estalajadeiro, negociante ou cuteleiro. 18

3. Que cônjuges podem divorciar-se por causa da fé, abandonar um ao outro e contrair matrimônio com outra pessoa, da mesma fé. 19

ARTIGOS ERRÔNEOS DOS SCHWENCKFELDIANOS

1. Que, quantos consideram a Cristo segundo a carne como sendo criatura, não têm conhecimento acertado do reinante rei celeste Cristo. 20

---

[169] Gn 17.4-8,19-21.

21 2. Que a carne de Cristo, pela exaltação, assumiu todas as propriedades divinas de tal maneira que ele, Cristo, como homem, é inteiramente igual ao Pai e ao Verbo, em grau e estado de essência, quanto a poder, força, majestade e glória, de modo que, agora, uma só é a essência, propriedade, vontade e a glória das duas naturezas em Cristo, e que a carne de Cristo pertence à essência da santa Trindade.

22 3. Que o ministério eclesiástico, a palavra pregada e ouvida, não é meio através do qual Deus Espírito Santo ensina os homens e neles opera o conhecimento salvífico de Cristo, a conversão, o arrependimento, a fé e a nova obediência.

23 4. Que a água do batismo não é meio pelo qual o Senhor Deus sela a adoção de filhos e opera o renascimento.

24 5. Que pão e vinho na santa ceia não são meios pelos quais e com os quais Cristo distribui seu corpo e sangue.

25 6. Que um cristão verdadeiramente regenerado pelo Espírito de Deus pode, na presente vida, guardar e cumprir a lei de Deus perfeitamente.

26 7. Que não é verdadeira congregação cristã aquela em que não vige exclusão pública ou processo regular de excomunhão.

27 8. Que o ministro de igreja não pode ensinar proveitosamente a outrem ou administrar sacramentos verdadeiros, genuínos, se ele mesmo não é verdadeiramente renovado, renascido, justo e piedoso.

ERRO DOS NOVOS ARIANOS[170]

28 Que Cristo não é Deus verdadeiro, essencial, natural, de uma só eterna, divina essência com Deus e com o Espírito Santo, mas é apenas ornado de majestade divina, abaixo e ao lado de Deus Pai.

ERRO DOS ANTITRINITÁRIOS

29 Esta é uma seita inteiramente nova, de que antes não se ouviu falar na cristandade. Crêem, ensinam e confessam que não há uma única, eterna, divina essência do Pai, do Filho e do Espírito Santo, porém, que, assim como Deus Pai, Filho e Espírito Santo são três pessoas distintas, assim também cada pessoa tem sua essência distinta e separada das outras pessoas da Divindade, as quais, todavia, ou são, todas as três, iguais em poder, sabedoria, majestade e glória, como quaisquer três homens distintos e separados um do outro em sua essência, ou são desiguais entre si em essência e propriedades, de modo que somente o Pai é autêntico e verdadeiro Deus.

30 Todos esses artigos e outros a eles similares, juntamente com os erros a eles ligados e que deles se seguem, rejeitamos e condenamos como errados, fal-

[170] Unitários do século XVI. Os unitários só reconhecem uma pessoa em Deus.

sos, heréticos, contrários à palavra de Deus, aos três Símbolos, à Confissão de Augsburgo e à Apologia, aos Artigos de Esmalcalde e aos catecismos de Lutero. Todos os cristãos piedosos, de alta e baixa graduação[171], devem precaver-se contra eles por amor ao seu bem-estar e pela salvação de suas almas.

31 Que essa é a doutrina, a fé e a confissão de todos nós, como dela haveremos de prestar contas, no dia derradeiro, diante do justo juiz, nosso Senhor Jesus Cristo, e que nada falaremos ou escreveremos contra ela, nem secreta, nem publicamente, senão que intencionamos, mediante a graça de Deus, perseverar nela, subscrevemos, com madura ponderação, em verdadeiro temor e invocação de Deus, com o próprio punho. Feito em Bergen, no dia 29 de maio de 1577.

Dr. Iacobus Andreae subscreveu
Dr. Nicolaus Selneccerus subscreveu
Dr. Christophorus Cornerus subscreveu
David Chytraeus
Dr. Martinus Kemnicius

Repetição e Explanação Geral, Pura, Correta e Final de alguns Artigos da Confissão de Augsburgo nos Quais, por algum Tempo, Houve Desacordo entre alguns Teólogos, Resolvido e Composto sob a Orientação da Palavra de Deus e do Conteúdo Sumário do nosso Ensino Cristão

1 Depois que, por especial graça e misericórdia do Todo-poderoso, a doutrina concernente aos artigos principais de nossa religião cristã (que sob o papado haviam sido horrivelmente obscurecidos por doutrinas e ordenações humanas) fora novamente explicada e purificada com base na palavra de Deus, pelo Dr. Lutero, de bendita e santa memória, e os erros, abusos e idolatria papistas condenados, e os oponentes, todavia, consideraram essa reforma pura 2 como sendo doutrina nova e, como se fosse inteiramente contrária à palavra de Deus e às ordenações cristãs, também a atacaram violentamente (embora sem fundamento), carregando-a, além disso, de infundadas calúnias e inculpações[172], os eleitores[173] e príncipes cristãos, e também ordens que, então, haviam 3 aceito a doutrina pura do evangelho e permitido que suas igrejas fossem reformadas cristãmente, de acordo com a palavra de Deus, mandaram preparar uma confissão cristã, com base na palavra de Deus, na grande Dieta Imperial de Augsburgo, no ano de 1530, e a entregaram ao Imperador Carlos V. Nela, fizeram sua clara e inequívoca confissão cristã a respeito do que se mantinha e se ensi-

---

[171] *Standes* – posição social, categoria, estado, ordem.

[172] *Auflagen*. Cf. Grimm, J., e Grimm, W., *Deutsches Wörterbuch*: inculpatio, Anschuldigung.

[173] Cf. Prefácio ao Livro de Concórdia e notas.

nava nas igrejas cristãs evangélicas concernente aos artigos principais (especialmente os que eram objeto de controvérsia entre eles e os partidários do papa). E, ainda que tenha tido recepção azeda da parte dos oponentes, a Confissão, não obstante, graças a Deus, permaneceu irrefutada e indemolida até o dia de hoje.

4 Com isso, novamente, nos declaramos, do íntimo de nossos corações, a favor dessa Confissão de Augsburgo, cristã e muito bem fundamentada na palavra de Deus, retemos seu simples, claro e puro entendimento, como no-lo transmitem as palavras, e consideramos a Confissão mencionada como um símbolo cristão puro, de cujo lado, em nosso tempo, verdadeiros cristãos devem estar, depois da palavra de Deus. Assim como em tempos anteriores, com respeito a algumas grandes controvérsias que ocorreram, na igreja de Deus se formularam símbolos e confissões, pelos quais os mestres e os ouvintes puros
5 se declararam naquele tempo de coração e lábios. Tencionamos, também, pela graça do Todo-poderoso, perseverar constantes na várias vezes mencionada Confissão cristã, tal como foi entregue ao Imperador Carlos, em 1530. E não é propósito nosso, nem neste escrito, nem em outros, afastar-nos um mínimo que seja da muito comemorada Confissão, ou formular outra e nova confissão.

6 Ainda que a doutrina cristã dessa Confissão em sua maior parte tenha permanecido inimpugnada (excetuado o que fizeram os papistas), não se pode negar que alguns teólogos se afastaram de alguns grandes e importantes artigos e, ou não alcançaram seu verdadeiro sentido, ou não o retiveram. Até ousaram atribuir-lhe um sentido estranho a eles, apesar de tudo isso, que-
7 riam ser da Confissão de Augsburgo, dela valer-se e gloriar-se. Daí surgiram graves e perniciosas divisões nas igrejas evangélicas puras, assim como, ainda em vida dos santos apóstolos, da mesma forma, surgiram terríveis erros entre os que desejavam lhes chamassem de cristãos e se gloriavam da doutrina de Cristo. Alguns queriam ser justificados e salvos pelas obras da lei, At 15[174]; outros negavam a ressurreição dos mortos, 1 Co 15[175]; ainda outros não criam que Cristo é verdadeiro e eterno Deus[176]. A esses, os santos apóstolos tiveram de opor-se energicamente em seus sermões e escritos, ainda que esses erros enormes e sérias controvérsias, também naquela época, não pudessem ocorrer sem grave ofensa tanto para descrentes como para fracos na fé. Semelhantemente, no dia de hoje, os nossos adversários, os papistas, exultam sobre as dissensões que surgiram entre nós, na vã e anticristã esperança de que essas divergências condu-
8 zam à final ruína da doutrina pura. Os fracos na fé, entretanto, escandalizam-se com isso, e alguns deles duvidam se, com tamanhas divisões, a doutrina pura está conosco, ao passo que outros não sabem qual o partido que devem
9 apoiar nos artigos controvertidos. Pois, ao contrário do que alguns pretendem, as controvérsias ocorridas não são apenas mal-entendidos ou contendas em torno de palavras, em que um lado não houvesse captado suficientemente a opinião do outro, e a dificuldade consistisse, assim, numas poucas palavras sem grande importância. Acontece que são importantes e grandes as coisas objeto

---

[174] At 15.1-5,10,24.
[175] 1 Co 15.12.
[176] Os autores da FC tinham em mente, talvez, Judas 4; 2 Pe 2.1-10; Cl 1 e 2.

de controvérsia, sendo de natureza tal que a opinião do partido em erro não pode nem deve ser tolerada na igreja de Deus, muito menos escusada ou defendida[177].

Por isso, a necessidade exige que tais artigos controvertidos sejam explicados com base na palavra de Deus e nos escritos aprovados, de modo tal que toda pessoa de entendimento cristão possa notar qual a opinião, nos pontos em controvérsia, que concorda com a palavra de Deus e a Confissão cristã de Augsburgo, e qual a que discorda, e cristãos de bom coração, que se preocupam com a verdade, tenham, assim, como guardar e proteger-se contra os erros e corrupções surgidos. 10

Da Suma, Fundamento, Regra e Norma de Como Toda Doutrina Deve Ser Julgada de Acordo com a Palavra de Deus e de Como os Erros que Surgiram Devem Ser Explicados e Decididos de Maneira Cristã

1 Visto que, para concórdia cabal e permanente na igreja, é necessário, acima de tudo, que se tenha uma abrangente e unânime suma e forma, na qual se reúna, da palavra de Deus, a sumária doutrina comum, confessada pelas igrejas da verdadeira religião cristã, a exemplo da igreja antiga, que para tal propósito sempre teve seus símbolos certos; 2 e como não se deve basear isso em escritos particulares, mas em livros compostos, aprovados e recebidos em nome das igrejas que confessam a mesma doutrina e religião, declaramos uns aos outros, de coração e boca, que não queremos preparar nem receber uma confissão diferente ou nova de nossa fé, mas confessamos os escritos públicos e comuns que sempre e em toda parte foram considerados e usados como tais símbolos ou confissões comuns em todas as igrejas da Confissão de Augsburgo, antes de surgirem as dissensões entre os que confessam a Confissão de Augsburgo, e enquanto em toda parte se aderiu unanimemente, em todos os artigos, à doutrina pura da palavra de Deus, conforme a explicou o Dr. Lutero, de bendita memória:

3 1. Em primeiro lugar, recebemos os escritos proféticos e apostólicos do Antigo Testamento e do Novo como a pura e límpida fonte de Israel, que é a única norma verídica, de acordo com a qual devem ser julgados todos os mestres e doutrinas.

4 2. E, visto que, antigamente, a verdadeira doutrina cristã foi reunida, em puro e são entendimento da palavra de Deus, em breves artigos ou capítulos contra a falsificação dos hereges, confessamos, em segundo lugar, os três Símbolos gerais[178], a saber, o Apostólico, o Niceno e o de Santo Atanásio, como as gloriosas confissões da fé, breves, cristãs e fundadas na palavra de Deus, nas quais são refutadas, clara e solidamente, todas as heresias que naquele tempo haviam surgido na igreja cristã.

---

[177] *Bestritten.* Texto lat.: *defendi.*

[178] Texto lat.: *tria illa catholica et generalia summae auctoritatis symbola* ("aqueles três símbolos católicos e gerais, de suma autoridade").

5 3. Em terceiro lugar, porquanto nesses tempos derradeiros o bondoso Deus, por especial graça, tornou a trazer à luz a verdade da sua palavra, das horrendas trevas do papado, por meio do fiel ministério do precioso homem de Deus, o Dr. Lutero, e visto que essa doutrina foi reunida, da palavra de Deus e de acordo com ele, nos artigos e capítulos da Confissão de Augsburgo contra as falsificações do papado e também as de outras seitas[179], abraçamos, outrossim, a primeira, inalterada[180] Confissão de Augsburgo como nosso símbolo nesta época[181], não porque foi preparada por nossos teólogos, mas porque foi tirada da palavra de Deus e nela está firmemente e bem fundamentada. Abraçamo-la tal como foi redigida no ano de 1530 e entregue ao Imperador Carlos V, em Augsburgo, por alguns eleitores, príncipes e ordens do Império Romano, como confissão comum das igrejas reformadas[182]. Por esse símbolo, as nossas igrejas reformadas[183] se distinguem dos papistas e de outras seitas e heresias rejeitadas e condenadas, a exemplo da tradição e do uso da igreja antiga de sínodos, bispos e mestres cristãos apelarem para o Símbolo Niceno e se confessaram adeptos dele.

6 4. Em quarto lugar, no que diz respeito ao próprio e verdadeiro sentido da muitas vezes citada Confissão de Augsburgo: a fim de mais amplamente nos explicarmos e premunirmos contra os papistas e para evitar que, sob o nome da Confissão de Augsburgo, erros condenados se insinuassem na igreja de Deus e ousassem valer-se dessa Confissão, preparou-se, depois de entregar a Confissão, ampla Apologia, que foi divulgada por impressão pública no ano de 1531. A ela também abraçamos unânimes. Nela, a citada Confissão de Augsburgo não só é explanada e defendida na medida do necessário, mas, também, confirmada por meio de claros e irrefutáveis testemunhos da Sagrada Escritura.

7 5. Em quinto lugar, também nos confessamos por adeptos dos artigos preparados, aprovados e recebidos em Esmalcalde, em grande assembléia dos teólogos, no ano de 1537. Abraçamos a versão inicialmente concebida e impressa, que se destinava a ser apresentada no Concílio de Mântua, ou onde quer que se realizasse, em nome dos ilustríssimos e ilustres[184] eleitores, príncipes e ordens, como explicação da supramencionada Confissão de Augsburgo, na qual estavam decididos a perseverar com a graça de Deus. Repete-se, naqueles artigos, a mencionada doutrina da Confissão de Augsburgo e se explanam mais amplamente alguns artigos, com base na palavra de Deus. Além disso,

---

[179] Sobre: a) o sentido original do termo "seita" (*secta, hairesis*), b) o sentido popular, e c) sobre seita do ponto de vista evangélico e sua conceituação na FC, cf., p.ex., E. F. K. Müller, *Symbolik*, p. 23, nota 5.

[180] Cf. Prefácio ao Livro de Concórdia (e à FC) e notas.

[181] Vid. acima, Epítome, da Suma, 4.

[182] Der reformierten Kirchen. Texto lat.: *reformatarum ecclesiarum*. Vid. nota seguinte.

[183] *Unsere reformierte Kirchen*. Texto lat.: *reformatae nostrae ecclesiae*. Vid. a respeito Hermann Sasse, *Was heisst lutherisch?*, 2ª ed., Munique, 1936, p. 65ss. Hoje, "igrejas reformadas" designa igrejas zwingliano-calvinistas.

[184] *Höchst-und hochermelten.*

indicam-se, na medida do necessário, razão e fundamento por que renunciamos os erros e as idolatrias papistas, por que não podemos ter comunhão com eles, e indica-se, outrossim, que não sabemos como entender-nos sobre eles com o papa, e que nem pensamos nessa direção.

8 6. E, em sexto lugar, já que essas questões importantíssimas também concernem ao homem comum e leigo, que, para sua salvação, deve, como cristão, distinguir entre doutrina pura e falsa, também confessamos unânimes o Catecismo Menor e o Maior do Dr. Lutero, tais quais escritos por ele e incorporados aos seus tomos, visto que foram unanimemente aprovados e recebidos por todas as igrejas unidas à Confissão de Augsburgo e publicamente usados em igrejas, escolas e casas, e porque, neles, a doutrina cristã é formulada, com base na palavra de Deus, para os leigos singelos, de maneira corretíssima e simplicíssima, sendo, da mesma forma, explanada na medida do necessário.

9 Nas igrejas e escolas puras, esses escritos públicos e comuns, sempre e em toda parte, foram tidos como a suma e o modelo da doutrina que o Dr. Lutero, de bendita memória, esplendidamente expôs e, solidamente, fundamentou em seus escritos, com base na palavra de Deus, contra o papado e outras seitas. E queremos nos tenham como pessoas que apelam para as outras amplas explanações em seus escritos doutrinários e polêmicos[185], da maneira e na forma como o próprio Dr. Lutero, no prefácio latino[186] dos seus livros publicados, fez, sobre seus escritos, necessária e cristã advertência. Expressamente, estabelece ele a seguinte distinção: que somente a palavra de Deus deve ser e continuar sendo a única norma e regra de toda a doutrina, e que os escritos de nenhum homem devem ser considerados iguais a ela, porém, tudo lhe deve ser sujeitado.

10 Com isso, entretanto, não se rejeitam outros livros bons, úteis e puros, tais como interpretações da Sagrada Escritura, refutação de erros e explicação dos artigos doutrinários[187]. Livros como esses, enquanto[188] estão de acordo com o supracitado padrão de doutrina, devem ser considerados interpretações e explanações úteis e podem ser usados com proveito. O que até aqui se disse concernente à suma de nossa doutrina cristã quer significar apenas que se tenha uma forma de doutrina unânime, certa e geral, que todas as nossas igrejas evangélicas confessam, e da qual e de acordo com a qual, visto ser tirada da palavra de Deus, todos os outros escritos devem ser julgados e regulados, para saber até onde devem ser aprovados e recebidos.

11 Pois a razão por que incorporamos os escritos acima enumerados, a saber, a Confissão de Augsburgo, a Apologia, os Artigos de Esmalcalde, o Catecismo Maior e o Menor de Lutero, à muitas vezes citada suma de nossa doutrina cristã é que esses escritos, sempre e em toda parte, foram considerados como

---

[185] O Epítome omite a observação sobre o recurso aos outros escritos de Lutero.

[186] 5 de março de 1545, ao I volume das *Opera latina* da edição de Wittenberg. WA 54, 179-187.

[187] G. J. Planck (*Geschichte der protestantischen Theologie*, vol. III, p. 704, nota 231) entende que foi por medo "do bando wigandino e hesshusiano" que a FC se absteve de fazer menção especial dos escritos de Melanchthon.

[188] Ou: enquanto, até onde, se. No original: *wofern*. Texto lat.: *quatenus*.

o comum e unânime entendimento de nossas igrejas e, além disso, foram assinados pelos principais e altamente iluminados teólogos daquele tempo e
12 foram recebidos por todas as igrejas e escolas evangélicas. Também, conforme já dissemos, todos foram escritos e publicados antes do surgimento das dissensões entre os teólogos da Confissão de Augsburgo. Por isso, já que são julgados imparciais e não podem nem devem ser rejeitados por nenhum dos partidos que entraram em controvérsia, e nenhum daqueles que, sinceramente, são pela Confissão de Augsburgo vai queixar-se desses escritos, senão que alegremente os há de aceitar e tolerar como testemunhas, segue-se que ninguém nos pode levar a mal o fato de também deles tirarmos explanação e decisão dos artigos
13 controvertidos. E, assim como tomamos por fundamento a palavra de Deus, a verdade eterna, da mesma forma, também introduzimos e citamos esses escritos como testemunho da verdade e como o unânime e correto entendimento de nossos maiores, que permaneceram constantes na doutrina pura.

DE ARTIGOS CONTROVERTIDOS, COM RESPEITO À ANTÍTESE OU DOUTRINA CONTRÁRIA

14 Para a preservação de doutrina pura e para que haja unidade cabal, permanente e agradável a Deus na igreja, é necessário não só que a doutrina pura e sã seja corretamente apresentada, mas também que sejam repreendidos os adversários que ensinam diversamente, 1 Tm 3; Tt 1[189]. Pois, como diz Lutero, pastores fiéis devem fazer ambas as coisas, isto é, apascentar ou alimentar os cordeiros e defender contra os lobos, de sorte que fujam da voz dos estranhos, Jo 10[190], e "apartem o precioso do vil", Jr 15[191].

15 Por isso, nos declaramos uns aos outros de maneira cabal e clara também sobre este ponto, como segue: que sempre se deve fazer distinção entre contendas desnecessárias e inúteis, com que não se deve perturbar a igreja, visto que destroem mais do que edificam, e controvérsia necessária, a saber, quando ocorre uma controvérsia que diz respeito aos artigos de fé ou às partes principais da doutrina cristã, onde, para salvamento da verdade, é necessário reprovar a falsa doutrina contrária.

16 Agora, ainda que os escritos supramencionados dêem ao leitor cristão que ama a verdade divina e nela se compraz informação clara e correta sobre todos os artigos controvertidos de nossa religião cristã, mostrando-lhe o que deve considerar e receber como certo e verdadeiro, de acordo com a palavra de Deus dos escritos proféticos e apostólicos, e o que deve rejeitar, fugir e evitar como falso e errado, todavia, a fim de que a verdade seja tanto mais distinta e claramente preservada e seja distinguida de todos os erros e, para não acontecer venha algo a ser escondido e ocultado sob palavras ordinárias, declaramo-nos uns aos outros, clara e expressamente, sobre os principais e mais importantes

---

[189] 1 Tm 3.9; Tt 1.9; 2 Tm 2.24; 3.16.
[190] Jo 10.12-16,27.
[191] Jr 15.19.

artigos, tomados um por um, e que no presente tempo passaram a ser objeto de controvérsia, de modo que seja um testemunho público e certo não só para os contemporâneos, mas, também, para a nossa posteridade, do que é e deve continuar a ser o entendimento e juízo unânimes de nossas igrejas com respeito aos artigos controvertidos, a saber:

17 1. Primeiro, que rejeitamos e condenamos todas as heresias e erros que foram rejeitados e condenados na igreja primitiva, antiga, ortodoxa, com base no verdadeiro e sólido fundamento das santas e divinas Escrituras.

18 2. Em segundo lugar, rejeitamos e condenamos todas as seitas e heresias que são rejeitadas nos escritos supramencionados.

19 3. Em terceiro lugar, visto que no espaço de vinte e cinco anos[192] surgiram, entre alguns teólogos da Confissão de Augsburgo, algumas divisões por causa do Ínterim e por outras razões, quisemos propor e declarar, de maneira inequívoca, pura e clara, nossa fé e confissão a respeito de todas elas e de cada uma em particular, *in thesi et antithesi*[193], isto é, a doutrina verdadeira e a doutrina contrária, para que se torne manifesto em todos os artigos o fundamento da verdade divina, e a fim de que sejam expostas todas as doutrinas incorretas, duvidosas, suspeitas e condenadas, onde quer que se encontrem, sejam quais forem os livros que as contenham, e seja quem for que os haja escrito ou ainda os queira defender, de modo que todos estejam fielmente advertidos contra os erros esparsos, aqui e acolá, nos escritos de alguns teólogos, e ninguém seja desviado nessa matéria pela reputação de homem nenhum. 20 Nessa explanação, o leitor cristão pode informar-se na medida do necessário e compará-lo com os escritos mencionados acima. Daí constatará, apropriadamente, que aquilo que no princípio foi confessado a respeito de cada artigo na suma compreensiva de nossa religião e fé, e que, depois, foi declarado em diferentes tempos e é por nós repetido neste escrito, de modo nenhum é contraditório, porém, é a simples, imutável e permanente verdade. Por conseguinte, não mudamos de uma doutrina para outra, como falsamente alegam nossos adversários; desejamos, ao contrário, reter a uma vez entregue Confissão de Augsburgo e seu unanimemente aceito sentido cristão e, pela graça de Deus, queremos perseverar nela com firmeza e constância contra todas as falsificações surgidas.

I DO PECADO ORIGINAL

1 Em primeiro lugar, ocorreu entre alguns teólogos da Confissão de Augsburgo uma dissensão sobre o que seja propriamente o pecado original. Uma parte argumentou que, visto a "natureza e essência do homem ser totalmente corrompida pela queda de Adão"[194], agora, desde a queda, a natureza, a substância, a essência do homem corrompido ou, seguramente, a parte principal,

---

[192] Contados do Ínterim de Augsburgo (30 de junho de 1548) até a *Concórdia Suábia* e a *Concórdia Suábia-Saxônia*.

[193] Em tese e antítese.

[194] Vid. acima, Epítome, I, 8, nota em "Wesen".

mais alta de sua essência, a saber, a alma racional em seu estado máximo ou poderes principais é o próprio pecado original, que foi chamado pecado de natureza ou pecado de pessoa, porquanto não é um pensamento, uma palavra ou obra, senão a própria natureza, da qual, como raiz, procedem todos os outros pecados e que, por essa razão, agora, depois da queda, visto a natureza estar corrompida pelo pecado, não há nenhuma diferença entre a natureza ou essência do homem e o pecado original.

2 Contrariamente a isso, a outra parte ensinou que o pecado original, propriamente, não é a natureza, substância ou essência do homem, isto é, o corpo ou a alma do homem que, mesmo agora, depois da queda, são e continuam a ser criação e criaturas de Deus em nós, mas que é algo na natureza, no corpo e na alma do homem e em todas as suas forças, a saber, uma terrível, profunda e inexprimível corrupção da mesma, de tal modo que o homem carece da justiça na qual originalmente foi criado, e em coisas espirituais está morto para o bem e pervertido para todo o mal e que, em virtude dessa corrupção e pecado inato, cravado na natureza, todos os pecados atuais promanam do coração e que, por conseguinte, é preciso manter uma distinção entre a natureza e a essência do homem corrompido ou seu corpo e alma, que são criação e criaturas de Deus em nós, mesmo depois da queda, e o pecado original, que é obra do diabo, e pela qual a natureza se tornou corrompida.

3 Essa controvérsia sobre o pecado original não é querela desnecessária. Essa doutrina, ao contrário, quando apresentada corretamente da palavra de Deus e de acordo com ela e separada de todos os erros pelagianos e maniqueus, então (como diz a Apologia), os benefícios de Cristo, o Senhor, e seu precioso mérito, bem como a graciosa operação do Espírito Santo, são tanto mais bem entendidos e tanto mais magnificados. Além disso, dá-se a Deus a honra que lhe é devida quando se distingue acertadamente a obra e a criação de 4 Deus no homem da obra do diabo, pela qual a natureza foi corrompida. Por isso, para explicar essa dissensão de maneira cristã e de acordo com a palavra de Deus, e a fim de preservar a doutrina correta e pura sobre o pecado original, vamos formular, dos escritos supramencionados, em breves capítulos, a tese e a antítese, isto é, a doutrina verdadeira e a oposta.

5 Em primeiro lugar, é verdade que os cristãos devem considerar e reconhecer como pecado não apenas a transgressão atual dos mandamentos de Deus, mas, também, a horrenda e temível enfermidade hereditária, pela qual a natureza inteira é corrompida, acima de tudo, deve ser considerada e reconhecida verdadeiramente como pecado, na verdade, como o "pecado principal", que 6 é raiz e fonte de todos os pecados atuais[195]. O Dr. Lutero o chama "pecado de natureza ou de pessoa"[196], querendo indicar com isso que, posto o homem não pensasse, falasse ou fizesse nada de mal – o que, evidentemente, é impossível nesta vida para a natureza humana, depois da queda de nossos primeiros pais

---

[195] *Wirklichen.*

[196] *Natur* = oder *Personsünde.* Ed. de Erlangen X 322, XV 50-59, XVII 170; WA 51, 354, 39,40. Vid. Friedrich Brunstäd, *Theologie der lutherischen Bekenntnisschriften*, 1951, pp. 50,51,53.

, sua natureza e pessoa, nada obstante, seriam pecaminosas, isto é, aos olhos de Deus, inteira e completamente envenenadas e corrompidas pelo pecado original como lepra espiritual. Por causa dessa corrupção e em virtude da queda do primeiro homem, a natureza ou a pessoa é acusada e condenada pela lei de Deus, de maneira tal que somos "por natureza filhos da ira"[197], da morte e da condenação, a menos que sejamos redimidos disso pelo mérito de Cristo.

7 Em segundo lugar, também é claro e verdadeiro, como ensina o XIX artigo da Confissão de Augsburgo, que Deus não é criador, autor ou causa do pecado, senão que, pela maquinação do diabo, "por um só homem o pecado" (que é obra do diabo) "entrou no mundo", Rm 5; 1 Jo 3[198]. E ainda hoje, nessa corrupção, Deus não cria nem faz pecado em nós, mas, com a natureza que Deus ainda hoje cria e faz nos homens, o pecado original é propagado de semente pecaminosa, pela concepção e nascimento carnais de pai e mãe[199].

8 Em terceiro lugar, a razão não conhece nem entende o que é esse mal hereditário. Como dizem os Artigos de Esmalcalde[200], é coisa que deve ser aprendida e crida da revelação bíblica. E na Apologia[201] isso é sumariado nas seguintes partes principais:

9 1. Que esse mal hereditário é a culpa pela qual acontece que, em razão da desobediência de Adão e Eva, todos estamos no desfavor de Deus e somos "por natureza filhos da ira", conforme testifica o apóstolo em Romanos, capítulo quinto[202].

10 2. Em segundo lugar, que também é completa carência ou "privação da justiça original concriada do paraíso", ou da imagem de Deus[203], de acordo com a qual o homem foi originalmente criado em verdade, santidade e justiça e, ao mesmo tempo, em incapacidade e "falta de aptidão para todas as coisas de Deus" ou, como rezam as palavras latinas: *Descriptio peccati originalis*

---

[197] Ef 2.3.

[198] Rm 5.12; 1 Jo 3.8.

[199] A. Calov (*Consensus repetitus fidei verae Lutheranae...* 1664. II, XIX, 6) entendeu o texto no sentido do traducianismo (teoria, segundo a qual a alma do filho é gerada pela alma dos pais).

[200] Artigos de Esmalcalde, III Parte, I Artigo.

[201] Apologia II, 2-50.

[202] Rm 5.12.

[203] Sobre imagem de Deus, BSLK indica, nas notas suplementares (p. 1222, nota a p. 848, linha 10), K. F. Schumann, in *Imago Dei, Krüger = Festschrift*, 1932, 169. Vid., além desse trabalho, Armin-Ernst Buchrucker, Luthers Anthropologie nach der grossen Genesisvorlesung von 1535/1545, in *Neue Zeitschrift für systematische Theologie und Religionsphilosophie*, vol. 14, 1972, pp. 250-262, Leo Scheffczyk, editor, *Der Mensch als Bild Gottes*, vol. 124 de Wege der Forschung, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, Darmstadt, 1969 (o livro consta de trabalhos de Leo Scheffczyk, Ludwig Koehler, Karl Ludwig Schmidt, Johann Jakob Stamm, Josef Kürzinger, P. G Duncker O. P., Edmund Schlink, Oswald Loretz, Stephan Otto, Gerhart B. Ladner, Ludwig Hödl, Franz Dander S. J., Anton Rohner, Adolf Hoffmann O. P., Johannes Wendland, Helmut Thielicke, Gottlieb Söhngen, Wigbert Hess O. S. B., Carl Stange, Gordon D. Kaufmann, Walter Dürig e, outra vez, Ludwig Hödl. Traz uma bibliografia de cerca de duzentos títulos); Paul Althaus, *Die christliche Wahrheit*, 8ª edição, 1969 (inclui rápida discussão da doutrina católica romana e das posições de Tomás de Aquino, Lutero, J. Gerhardt, Hollaz, Baier, König, Quenstedt, K. Barth, E. Schlink).

detrahit naturae non renovatae et dona et vim seu facultatem et actus inchoandi et efficiendi spiritualia, isto é, a descrição do pecado original nega à natureza não renovada os dons, a força e toda operação para começar e efetuar algo em coisas espirituais[204].

11 3. Que o pecado original (na natureza humana) não é apenas total carência de todo o bem em coisas espirituais, divinas, mas que, ao mesmo tempo, em lugar da imagem perdida de Deus no homem, também é profunda, ímpia, abominável, inescrutável e inexprimível corrupção da natureza inteira e de todas as suas forças, especialmente dos poderes mais altos e principais da alma no entendimento, no coração e na vontade, de sorte que agora, depois da queda, o homem herda um cunho mau congênito e impureza interna, de coração, desejo e inclinação maus; que, por tipo e natureza, todos herdamos de Adão um coração, sentido e pensamento que, segundo os seus mais elevados poderes e consoante a luz da razão, por natureza estão inclinados e dispostos diametralmente contra Deus e seus mandamentos supremos, sendo, deveras, inimizade contra Deus, especialmente no que diz respeito a coisas divinas, espirituais.
12 Pois a outros respeitos, em coisas naturais, externas, que estão sujeitas à razão, o homem ainda tem, em certa medida, força e capacidade, embora muito debilitadas. Mas tudo isso é envenenado e impurificado de tal maneira pela enfermidade original que diante de Deus nada presta.

13 4. O castigo e a pena do pecado original, que Deus impôs aos filhos de Adão e ao pecado original, são morte, condenação eterna, também outras misérias corporais e espirituais, temporais e eternas, a tirania e o domínio do diabo, de modo que a natureza humana está sujeita ao reino do diabo, foi entregue ao seu poder e está cativa sob o reino do diabo, que entorpece e desencaminha a muitos grandes e sábios homens do mundo com temíveis erros, heresias e outras formas de cegueira, e arrasta os homens a toda espécie de vícios.

14 5. Em quinto lugar, esse mal hereditário é tão grande e horrendo que somente por amor do Senhor Jesus Cristo pode ser coberto e perdoado diante de Deus nos batizados e crentes. Além disso, a natureza humana, pervertida e corrompida com isso, deve e pode sarar apenas pelo renascimento e pela renovação do Espírito Santo, o que, todavia, nesta vida, é tão-somente iniciado, não chegando à perfeição antes da vida do além.

15 Esses pontos que aqui referimos apenas sumariamente são explicados mais por miúdo nos supramencionados escritos da confissão comum de nossa doutrina cristã.

16 Essa doutrina deve ser mantida e preservada agora de modo tal que não se desvie nem para o lado pelagiano, nem para o maniqueu. Declarar-se-á, por isso, outrossim, em breves palavras, qual a doutrina contrária com respeito a esse artigo que é reprovada e rejeitada em nossas igrejas.

---

[204] Traduzimos a tradução alemã do texto latino citado e traduzido pelos autores. Citação livre. Cf. Apologia II, 1,2.

1. Em primeiro lugar, contra os antigos e os novos pelagianos, censuram-se e rejeitam-se as seguintes opiniões[205] e doutrinas falsas: que o pecado original apenas é *reatus* ou culpa em razão de ato alheio, sem qualquer corrupção de nossa natureza. 17

2. Também, que os pecaminosos maus desejos não são pecado, senão *conditiones* ou atributos concriados e essenciais da natureza[206]. 18

3. Ou que o defeito e o mal supracitados não são, aos olhos de Deus, própria e verdadeiramente, pecados tais que, sem Cristo, o homem deva ser, em razão deles, filho da ira e da condenação, e também que deva, por causa deles, estar no reino de Satanás e sob seu poder. 19

---

[205] *Opiniones.*

[206] Concílio de Trento, V Sessão, Decreto sobre o pecado original, 5 (Denzinger – Schönmetzer, *Enchiridion Symbolorum*, ed. de 1965, 792): *Manere autem in baptizatis concupiscentiam vel fomitem, haec sancta Synodus fatetur et sentit; quae cum ad agonem relicta sit, nocere non consentientibus et viriliter per Christi Iesu gratiam repugnantibus non valet. Quin immo 'qui legitime certaverit, coronabitur'. Hanc concupiscentiam, quam aliquando Apostolus 'peccatum' appellat, sancta Synodus declarat, Ecclesiam catholicam numquam intellexisse, peccatum appelari, quod vere et proprie in renatis peccatum sit, sed quia ex peccato est et ad peccatum inclinat. Si quis autem contrarium senserit: an. s.* ("Mas este santo Concílio confessa e pensa que nos batizados remanesce a concupiscência ou o fomes que, visto ser deixado para luta, não tem poder para prejudicar os que não consentem e resistem virilmente pela graça de Jesus Cristo. Na verdade, 'quem tiver pelejado devidamente, será coroado'. Esta concupiscência, que o apóstolo de vez em quando chama de 'pecado', o santo Concílio declara que a Igreja Católica nunca entendeu fosse chamada de pecado porque seja, verdadeira e propriamente, pecado nos renascidos, mas porque é de pecado e inclina ao pecado. Se alguém, entretanto, pensar o contrário: seja anátema"). – H. Zwínglio, *Fidei Ratio* (de 1530) IV (texto latino em *Die Bekenntnisschriften der reformierten Kirche*, edição de E. F. K. Müller, pp. 82,38-83,4): *Velimus igitur nolimus admittere cogimur, peccatum originale, ut est in filiis Adae, non proprie peccatum esse, quomodo iam expositum est, non enim est facinus contra legem. Morbus igitur est proprie et conditio. Morbus, quia sicut ille ex amore sui lapsus est, ita et nos labimur. Conditio, quia sicut ille servus est factus et morti obnoxius, sic et nos servi et filij irae nascimur, et morti obnoxij. Quanquam nihil morer hunc morbum et conditionem iuxta Pauli morem adpellari peccatum. Imo tale esse peccatum, ut quicunque in eo nascuntur, hostes et adversarij Dei sint: huc enim trahit illos nativitatis conditio, non sceleris perpetratio, nisi quantum hoc semel perpetravit primus parens. Vera igitur perduellionis et mortis causa est perpetratum ab Adam crimen ac nephas. Atque hoc vere est peccatum. At peccatum istud, quod nobis adhaerescit, et vere morbus et conditio imo necessitas est moriendi. Hoc tamen nunquam futurum fuisset per nativitatem, nisi crimen nativitatem vitiasset: criminis igitur tanquam causae, non nativitatis, est humana calamitas. Nativitatis vero non aliter quam eius, quo ex fonte et causa sequitur* ("Queiramos, pois, ou não, temos de admitir que o pecado original, tal como existe nos filhos de Adão, não é propriamente pecado, conforme já ficou exposto, pois que não é ato contra a lei. Por conseguinte, é, propriamente, enfermidade e condição. Enfermidade, porque assim como ele caiu em virtude de amor-próprio, assim também nós caímos; condição, porque assim como ele se tornou escravo e sujeito à morte, assim também nós nascemos escravos e filhos da ira, e sujeitos à morte. Ainda que nada objete a que se chame essa enfermidade e condição de pecado, segundo o costume de Paulo. É, na verdade, pecado tal que os que nele nascem são inimigos e adversários de Deus. Pois a isso os leva a condição do nascimento, não a perpetração de um crime, exceto quanto a isso haver sido perpetrado uma vez pelo primeiro pai. Portanto, a verdadeira causa da inimizade e da morte é o crime e a maldade perpetrados por Adão. E isso, deveras, é pecado. Mas o pecado que se apega a nós, de fato, é enfermidade e condição, até necessidade de morrer. Isso, contudo, jamais teria sido produzido pelo nascimento, se não o tivesse viciado um crime. De sorte que a calamidade humana tem por causa o crime, não vem do nascimento. Do nascimento, apenas enquanto ela se segue da fonte e causa dele").

20 4. Reprovam-se e rejeitam-se, outrossim, os seguintes erros pelagianos e outros semelhantes a eles: que a natureza, mesmo depois da queda, é incorrupta e que, especialmente em coisas espirituais, é inteiramente boa e pura, e que é perfeita *in naturalibus*, isto é, em seus poderes naturais.

21 5. Ou que o pecado original não passa de simples, insignificante, externa mancha ou mácula aspergida, *vel corruptio tantum accidentium aut qualitatum*, isto é, apenas corrupção de algumas coisas acidentais da natureza humana, com as quais e sob as quais a natureza todavia possui e retém sua bondade e força também para coisas espirituais.

22 6. Ou que o pecado original não é espoliação ou carência, mas, apenas, impedimento externo desses bons poderes espirituais, como suco de alho aplicado a um ímã não lhe elimina o poder natural, mas apenas o impede[207]; ou que essa mácula pode ser facilmente removida, como mancha do rosto ou pintura da parede.

23 7. Censuram-se e rejeitam-se, igualmente, os que ensinam haver sido a natureza, sem dúvida, grandemente debilitada e corrompida pela queda, mas que não perdeu inteiramente toda a bondade pertinente a coisas divinas, espirituais, e que a coisa não é assim como se canta em nossas igrejas: "Pela queda de Adão, a natureza e a essência do homem é totalmente corrompida"[208], senão que do nascimento natural a natureza humana ainda tem, por pequeno, pouco e exíguo que seja, algo de bom, como a capacidade, a habilidade, a aptidão ou a possibilidade de iniciar, efetuar algo ou cooperar em coisas espiri-

24 tuais. Concernente às coisas e aos negócios externos, temporais, mundanos, que estão sujeitos à razão, haverá explanação no artigo seguinte.

25 Censuram-se e rejeitam-se essas e outras doutrinas contrárias dessa espécie, porque a palavra de Deus ensina que a natureza corrupta, de si e por si, nada de bom pode fazer em coisas espirituais, divinas, nem, ao menos, a coisa mínima, como bons pensamentos. E não só isso, mas que, de si e por si, aos olhos de Deus, nada pode senão pecar, Gn 6 e 8[209].

26 1. Essa doutrina, da mesma forma, deve ser preservada, do outro lado, contra o erro maniqueísta. Por isso, rejeitam-se também as seguintes doutrinas errôneas e outras a elas semelhantes: que, agora, depois da queda, a natureza humana, inicialmente, é criada em estado de pureza e bondade e que, depois, o pecado original (como algo de essencial) é infundido e misturado de fora na natureza por Satanás, como se mistura veneno a vinho.

27 Pois, ainda que em Adão e Eva a natureza, inicialmente, fosse criada em estado de pureza, bondade e santidade, contudo, pela queda, o pecado não entrou na natureza deles da maneira fantasiada pelos maniqueus, como se Satanás

---

[207] Em parte, contra Vitorino Strigel, que traz a ilustração do ímã. *Disputatio Vinaria*, 23 (relato sobre a Disputa de Weimar, de 2 a 8 de agosto de 1560). Gustav Frank, *Geschichte der protestantischen Theologie*, vol. I, Leipzig, 1862, p. 128. Vid. também *Concordia Triglotta*, Historical Introductions, p. 133ss.

[208] *Durch Adams Fall ist ganz verderbet menschlich Natur und Wesen.* Vid. acima, Epítome, I, 8, nota em "Wesen".

[209] Gn 6.5; 8.21.

houvesse criado ou feito algo de essencialmente mau e o tivesse misturado à natureza deles. O que acontece é que, visto o homem, por sedução de satanás, haver perdido, pela queda, de acordo com o juízo e a sentença de Deus, como castigo, a justiça hereditária concriada, a natureza humana, conforme acima dissemos, é tão pervertida e corrompida por essa privação ou carência, penúria e vulneração infligidas por Satanás que, agora, a natureza é transmitida hereditariamente com essa carência e corrupção a todos os homens que são concebidos e nascem naturalmente de pai e mãe. Pois, a natureza humana, depois da queda, não é, primeiramente, criada em estado de pureza e bondade, para só depois ser corrompida pelo pecado original, porém, no primeiro instante de nossa concepção, a semente da qual o homem é formado é pecaminosa e corrompida[210]. Assim, o pecado original também não é algo que subsiste por si mesmo na natureza corrompida do homem ou fora dela, como também não é a própria essência, corpo ou alma do homem corrompido ou o próprio homem. O pecado original e a natureza humana por ele corrompida também não podem nem devem ser distinguidos de maneira como se a natureza fosse pura, boa, santa e incorrupta aos olhos de Deus e apenas o pecado original, que nela habita, fosse mau. 28 29

2. Outrossim, como escreve Agostinho a respeito dos maniqueus[211], como se não fosse o próprio homem corrompido quem peca em virtude do pecado original que lhe é inato, mas algo de diverso e estranho no homem, e que Deus, por conseguinte, não acusa e condena, pela lei, a natureza como corrompida pelo pecado, mas apenas o pecado original que nela está. Pois, conforme ficou dito acima, *in thesi*, isto é, na explanação da doutrina pura sobre o pecado original, a natureza inteira do homem que nasce naturalmente de pai e mãe é corrompida e pervertida pelo pecado original em corpo e alma[212], em todos os poderes, totalmente, até os últimos extremos (no que concerne e tange a bondade, verdade, santidade e justiça que lhe foram concriadas no paraíso). *Non tamen in aliam substantiam genere aut specie diversam priori abolita, transmutata est*, isto é: Todavia, ela não é inteiramente exterminada ou transmudada em outra substância que, segundo sua essência, não fosse igual à nossa natureza e, portanto, não fosse de uma só essência conosco[213]. 30

Também por causa dessa corrupção, a natureza corrupta inteira é acusada e condenada pela lei, a menos que o pecado seja perdoado por amor de Cristo. 31

Mas a lei acusa e condena nossa natureza não porque Deus nos criou homens, e sim, por sermos pecaminosos e maus; como também não, porque e enquanto a natureza e a essência, mesmo depois da queda, é obra, criação e criatu- 32

---

[210] Também esse texto tem sido interpretado no sentido do traducianismo. Vid. acima, seção 7, nota em "pai e mãe".

[211] Agostinho, *Confessiones* V, 10, 18. MSL 714, 715; CSEL XXXIII, 105. *Enarratio in Psal.* 140,9, MSL 1822, e *passim* em seus escritos antimaniqueístas e antipelagianos.

[212] Outro texto repetidas vezes interpretado no sentido do traducianismo. Vid. acima, seção 7, nota em "pai e mãe".

[213] Tradução da tradução alemã.

ra de Deus em nós, mas porque e enquanto é envenenada e corrompida pelo pecado.

33 Mas, ainda que o pecado original tenha envenenado e corrompido, qual peçonha e lepra espiritual (como diz Lutero[214]), a natureza humana inteira, assim que em nossa natureza corrompida não se pode mostrar e expor distintamente a natureza à parte, por si, e o pecado original, também à parte, por si, todavia não são uma e a mesma coisa a natureza corrompida ou a essência do homem corrompido, corpo e alma, ou o próprio homem criado por Deus (em que habita o pecado original, por que também a natureza, a essência ou o homem todo é corrompido), e o próprio pecado original, que habita na natureza ou essência do homem e a corrompe. Da mesma forma como na lepra exterior o corpo leproso e a lepra existente no corpo não são, propriamente falando, idênticos. É preciso manter também uma distinção entre nossa natureza, tal como criada e preservada por Deus, e na qual o pecado habita, e o pecado original, que habita na natureza. Segundo a Sagrada Escritura, esses dois devem e podem ser considerados, ensinados e cridos como distintos.

34 E os artigos de nossa fé cristã nos urgem e obrigam a reter essa distinção. Em primeiro lugar, no artigo da criação, a Escritura testifica que Deus não só criou a natureza humana antes da queda, mas, ainda, que ela é criada e é obra de Deus também depois da queda, Dt 32; Is 45; 54; 64; At 17; Ap 4[215].

35 Diz Jó: "As tuas mãos me plasmaram e me aperfeiçoaram, porém, agora, queres devorar-me. Lembra-te de que me formaste como em barro; e queres, agora, reduzir-me a pó? Porventura não me vazaste como leite e não me coalhaste como queijo? De pele e carne me vestiste, e de ossos e tendões me entreteceste. Vida me concedeste na tua benevolência, e o teu cuidado a mim me guardou", Jó 10[216].

36 Diz Davi: "Graças te dou, visto que por modo assombrosamente maravilhoso me formaste; as tuas obras são admiráveis e a minha alma o sabe muito bem; os meus ossos não te foram encobertos, quando no oculto fui formado, e entretecido como nas profundezas da terra. Os teus olhos me viram a substância ainda informe, e no teu livro foram escritos todos os meus dias, cada um deles escrito e determinado, quando nem um deles havia ainda", Sl 139[217].

37 No Eclesiastes de Salomão está escrito: "E o pó volte à terra, como o era, e o espírito volte a Deus, que o deu", Ec 12[218].

38 Essas passagens testificam claramente que mesmo depois da queda Deus é o criador do homem e lhe cria corpo e alma. Por isso, o homem corrompido não pode ser, sem qualquer distinção, o próprio pecado, pois de outra maneira Deus seria o criador do pecado. Como também nosso Catecismo Menor con-

---

[214] WA 36, 682; 44, 472,489,506, etc.

[215] Dt 32.6; Is 45.11; 54.9; 64.8; At 17.25,26; Ap 4.11.

[216] Jó 10.8-12.

[217] Sl 139.14-16.

[218] Ec 12.7.

fessa na explanação do Primeiro Artigo, onde está escrito: "Creio que Deus me criou a mim e a todas as criaturas; e me deu corpo e alma, olhos, ouvidos e todos os membros, razão e todos os sentidos, e ainda os conserva". Semelhantemente, no Catecismo Maior, está escrito: "Penso e creio que sou criatura de Deus, isto é , que ele me deu e, sem cessar, conserva corpo, alma e vida, membros grandes e pequenos, todos os sentidos, razão e entendimento", etc.[219]. Todavia, essa criatura e obra de Deus é miseravelmente corrompida pelo pecado, porque a *massa* da qual Deus, agora, plasma e faz o homem foi corrompida e pervertida em Adão e assim nos é transmitida hereditariamente.

39 E aqui, piedosos corações cristãos devem, com justiça, considerar a inefável bondade de Deus de ele não lançar imediatamente no fogo do inferno essa massa corrompida e pervertida, pecaminosa, mas que dela plasma e faz a presente natureza humana, que está miseravelmente corrompida pelo pecado, a fim de, por seu amado Filho, a purificar do pecado, santificar e salvar.

40 Esse artigo mostra a diferença de maneira irrefutável e clara. Pois o pecado original não vem de Deus. Deus não é criador ou autor do pecado. Nem é o pecado original criatura ou obra de Deus, porém é a obra do diabo. 41 Agora, se não houvesse diferença nenhuma entre a natureza e a essência de nosso corpo e alma, que são corrompidos pelo pecado original, e o pecado original, que corrompe a natureza, seguir-se-ia ou que Deus, visto ser o criador dessa nossa natureza, também criou e fez o pecado original que, portanto, também seria sua obra e criatura ou, visto ser o pecado obra do diabo, que Satanás seria o criador dessa natureza, de nosso corpo e alma, que também teria que ser obra ou criação de Satanás, se, sem qualquer distinção, nossa natureza corrompida fosse o próprio pecado. Ambas as idéias são contrárias ao artigo[220] de nossa fé cristã. 42 Por isso e a fim de que a criação e obra de Deus no homem seja distinguida da obra do diabo, dissemos ser por criação de Deus que o homem tem corpo e alma. Também, que é por obra de Deus que o homem pode pensar, falar e fazer algo, pois "nele vivemos, nos movemos e existimos", At 17[221]. Mas o fato de a natureza ser corrupta, de serem maus os pensamentos, as palavras e as obras, isto é, em sua origem, obra de Satanás que, pelo pecado, corrompeu, dessa maneira, a obra de Deus em Adão, o que, daí, passou a nós hereditariamente.

43 Em segundo lugar, no artigo da redenção, a Escritura testifica poderosamente que o Filho de Deus assumiu a natureza humana, sem pecado, de forma tal que se tornou semelhante a nós, "seus irmãos, em tudo", excetuado o pecado, Hb 2[222]. *Unde veteres dixerunt*[223]*: Christum nobis fratribus suis consubstantialem esse secundum assumptam naturam, quia naturam, quae, excepto peccato, eiusdem generis, speciei et substantiae cum nostra est, assumpsit, et*

---

[219] Catecismo Maior, Credo, I Artigo, 13.

[220] *Den Artikel.* Livro de Concórdia latino de 1580 e 1584: *primo... articulo.*

[221] At 17.28.

[222] Hb 2.17.

[223] Provavelmente não se trata de citação, mas de um resumo firmado em ditos patrísticos.

contrariam sententiam manifeste haereseos damnarunt. Isto é: Por isso, todos os antigos mestres ortodoxos sustentaram que Cristo, segundo a humanidade assumida, é de uma só essência conosco, seus irmãos, pois assumiu sua natureza humana, que em todos os sentidos (excetuado tão-só o pecado) é semelhante à nossa natureza humana em sua essência e em todos os atributos essenciais, e condenaram a doutrina contrária como manifesta heresia[224].

44 Agora, se não houvesse diferença entre a natureza ou essência do homem corrompido e o pecado original, seguir-se-ia, forçosamente, ou que Cristo não assumiu nossa natureza, já que não assumiu o pecado, ou, então, que, visto haver assumido nossa natureza, também assumiu o pecado. Ambas as sentenças são contrárias à Escritura. Mas, visto que o Filho de Deus assumiu nossa natureza humana, não, porém, o pecado original, é claro, daí, que a natureza humana, mesmo depois da queda, e o pecado original não são uma mesma coisa, devendo, ao contrário, ser distinguidos.

45 Em terceiro lugar, no artigo da santificação, a Escritura testifica que Deus lava o homem do pecado, purifica-o e o santifica e que Cristo salva o seu povo dos pecados deles. De sorte que o pecado não pode ser o próprio homem, pois ao homem Deus o recebe, por amor de Cristo, em graça, mas do pecado ele continua eternamente inimigo. Por isso, é anticristão e abominável ouvir-se que o pecado original é batizado em nome da Santíssima Trindade[225], santificado e salvo, e expressões semelhantes que se encontram nos escritos dos novos maniqueus, e com os quais não queremos ofender pessoas simples.

46 Em quarto lugar, no artigo da ressurreição, a Escritura testifica que, precisamente, a substância desta nossa carne ressuscitará, todavia, sem pecado, e que na vida eterna haveremos de ter e reter precisamente esta alma, contudo, sem pecado.

47 Agora, se não houvesse diferença nenhuma entre nosso corpo e alma corrompidos e o pecado original, seguir-se-ia, contrariamente a esse artigo da fé cristã, ou que esta nossa carne não ressuscitará no último dia e que na vida eterna não teremos esta essência de nosso corpo e alma, mas outra substância (ou outra alma), visto que, então, estaremos sem pecado ou, então, que o pecado também há de ressuscitar e estará e permanecerá nos eleitos, na vida eterna.

48 É claro daí que essa doutrina (com tudo o que nela está implicado e dela se segue) deve ser rejeitada, a saber, quando se afirma e se ensina que o pecado original é a própria natureza, substância, essência, corpo ou alma do homem corrompido, de modo tal que nenhuma diferença existe entre a nossa corrompida natureza, substância e essência e o pecado original. Pois os artigos principais de nossa fé cristã testificam forte e poderosamente por que se deve e tem de manter uma distinção entre a natureza ou substância do homem, que é corrompido pelo pecado, e o pecado, com que e por que o homem é corrompido.

49 Como explanação simples da doutrina e da doutrina contrária (*in thesi* e

---

[224] Tradução da tradução alemã dos autores.

[225] Cristiano Irenaeus, *Examen Libri Concordiae* (Frank, *Die Theologie der Konkordienformel* I, 101ss.). Atribui-se a Flácio o “paradoxo” de que “o pecado original deve ser batizado em nome da santa Trindade”. Mas cf. *Clavis Scripturae* I, 1299. – *Santíssima Trindade*: no original, “santa Trindade”.

antithesi) nessa controvérsia, no que diz respeito à própria questão precípua, baste isso nesse lugar, onde não discutimos amplamente, mas apenas tratamos, em forma de artículos, dos pontos principais.

50 No concernente a termos e fraseologia, o melhor e mais seguro é usar e manter o padrão de sãs palavras, como sucede nas Sagradas Escrituras e nos livros supramencionados, quando tratam desse artigo.

51 A fim de evitar contendas em torno de palavras, também se devem explicar, com diligência e claramente, *aequivocationes vocabulorum*, isto é, palavras e expressões aplicadas e usadas em diversas acepções. Assim, quando se diz: Deus cria a natureza dos homens, a palavra "natureza" designa a essência, corpo e alma dos homens. Muitas vezes, porém, chama-se de natureza a qualidade ou a disposição viciosa de uma coisa, como ao dizer-se: é da natureza da serpente morder e envenenar. Assim[226], Lutero[227] diz que o pecado e pecar são a disposição e a natureza do homem corrompido.

52 Por isso, pecado original, propriamente, significa a profunda corrupção de nossa natureza, conforme é descrita nos Artigos de Esmalcalde. De vez em quando, porém, o *concretum* ou *subjectum*, isto é, o próprio homem, com alma e corpo, no qual o pecado está e é inerente, é incluído, em virtude do fato de, pelo pecado, o homem ser corrompido, envenenado e pecaminoso, como quando Lutero diz: "Teu nascimento, tua natureza e toda a tua essência é pecado, (isto é) pecaminosa e impura"[228].

53 Explica o próprio Lutero que com pecado de natureza, pecado de pessoa e pecado essencial, ele quer significar que não apenas as palavras, os pensamentos e as obras são pecado, senão que a natureza, pessoa e essência toda do homem está corrompida inteiramente, até o fundamento, pelo pecado original[229].

54 No que diz respeito às palavras latinas *substantia* e *accidens*, deve-se, com razão, poupar delas as assembléias de pessoas simples em sermões públicos, visto que tais palavras são desconhecidas ao homem comum. Quando, porém, os doutos fazem uso delas, nessa ocasião, entre si ou em contato com outros aos quais essas palavras não sejam desconhecidas, como fizeram Eusébio[230], Ambrósio[231] e, especialmente, Agostinho[232] e outros proeminentes doutores da igreja, pela necessidade de explicar essa doutrina contra os hereges, eles põem *immediata divisio*, isto é, uma divisão em que não há termo médio, de forma tal que tudo o que é deve ser ou *substantia*, isto é, essência que subsiste por si, ou *accidens*, isto é, coisa acidental, que não subsiste essencialmente por si mes-

---

[226] *Also*. Texto lat.: *In hac sententia D. Lutherus utitur vocabulo naturae, cum dicit*... ("Neste sentido o Dr. Lutero usa a palavra 'natureza', ao dizer...").

[227] WA 2, 728; 18, 501.

[228] WA 12, 403; 52, 322, 325, 380.

[229] WA 12, 508; 42, 327, 385.

[230] Eusébio de Cesaréia, *Praeparatio evangelica*, VII, 22, excerto de Máximo, *De materia*, MSG XXI, 573ss. (a *Praeparatio evangelica*, 15 livros, dirigidos contra os gentios, forma, com os 20 livros da *Demonstratio evangelica* a mais extensa obra apologética de Eusébio).

[231] P. ex., *Hexaemeron* I 8, 28, CSEL XXXII 27, 27s. (MSL XIV 138).

[232] V. g., *De natura et gratia*, 19.21; 20.22, CSEL LX 246-248 (MSL XLIV 256, 257).

ma, mas que está em outra essência auto-subsistente e pode ser dela distinguida. Cirilo[233] e Basílio[234] também se valem dessa divisão.

55 E, visto que, entre outros, também é axioma indubitado e irrefutável na teologia isso que toda *substantia* ou essência auto-subsiste, enquanto é substância, ou é o próprio Deus, ou obra e criação de Deus, Agostinho, em muitos escritos contra os maniqueus, de comum acordo com todos os mestres verdadeiros, condenou e rejeitou, com circunspecção e seriedade, a sentença: *peccatum originis est substantia vel natura*, isto é: O pecado original é a natureza ou essência do homem. Depois dele, também todos os eruditos e entendidos sempre mantiveram que aquilo que não subsiste por si mesmo nem é parte de outra essência auto-subsistente, porém, está, mutavelmente, em outra coisa, não é *substantia*, isto é, algo que subsiste por si mesmo, mas *accidens*, isto é, algo de acidental. Assim, Agostinho costuma falar constantemente da maneira que segue: O pecado original não é a própria natureza, mas *accidens vitium*

56 *in natura*, isto é, defeito e dano acidental na natureza. Anteriormente a essa controvérsia, também se falou desse modo em nossas escolas e igrejas, de acordo com as normas da Lógica[235], livremente e sem incorrer em suspeita, e jamais alguém foi censurado em razão disso, nem pelo Dr. Lutero, nem por qualquer outro mestre ortodoxo de nossas puras igrejas evangélicas.

57 Visto, pois, ser verdade irrefutável que tudo o que é, ou é substância, ou acidente, isto é, ou essência que subsiste por si, ou algo de acidental nela, conforme acabamos de mostrar e provar com testemunho dos mestres da igreja, e nenhum verdadeiro entendimento jamais duvidou disso, caso alguém pergunte se o pecado original é substância, isto é, coisa que subsiste por si mesma e não em outra, ou acidente, isto é, coisa que não subsiste por si mesma, porém, está em outra e não pode subsistir nem por si mesma, então, a necessidade compele, e aqui não há evadir-se, a que se confesse, simples e francamente, não ser o pecado original substância, mas acidente.

58 Por isso, também jamais se ajudará a igreja de Deus a alcançar paz permanente nessa controvérsia, mas antes se fortalecerá e se manterá a desunião, se os ministros da igreja ficam presos em dúvida sobre se o pecado original é substância ou acidente, e sobre se é correta e apropriadamente chamado assim.

59 Por essa razão, se a gente quer libertar as igrejas e as escolas radicalmente dessa controvérsia ofensiva e altamente prejudicial, é necessário que todos recebam a devida instrução nessa matéria.

60 Mas quando, para além disso, se pergunta que espécie de acidente o pecado original é, aí, então, já estamos em presença de outra questão, da qual nenhum filósofo, nenhum papista, nenhum sofista, e, na verdade, nenhuma razão humana, por aguda que seja, pode dar a correta explanação. É preciso derivar todo entendimento e explicação apenas da Sagrada Escritura, a qual testifi-

---

[233] Cirilo de Alexandria, *Thesaurus de sancta et consubstantiali trinitate, assert.* II.III., MSG LXXV, 27ss.

[234] Basílio (o Grande) de Cesaréia. A FC refere-se à *Homilia quod Deus non sit auctor malorum*, MSG XXXI, 341 BC.

[235] *Nach der Dialectica.* Texto lat.: *iuxta regulas dialecticae.*

ca que o pecado original é dano indizível e corrompimento tal da natureza humana que nela e em todas as suas forças internas e externas nada de puro e bom ficou, senão que tudo está inteiramente corrompido, de modo que, pelo pecado original, o homem, realmente, está espiritualmente morto aos olhos de Deus e morreu para o bem com todas as suas forças.

61 Assim, portanto, a palavra *accidens* não diminui o pecado original, quando, em harmonia com a palavra de Deus, é explicada assim, como o Dr. Lutero, em sua explanação latina do terceiro capítulo do Gênesis[236], escreveu com grande seriedade contra a minimização do pecado original. Essa palavra serve apenas para mostrar a diferença entre a obra de Deus, que é nossa natureza, malgrado o fato de estar corrompida, e a obra do diabo, que é o pecado, o qual está cravado na obra de Deus, sendo sua mais profunda e inexprimível corrupção.

62 Também Lutero, ao tratar da questão, usou dessa forma o termo *accidens*, como também o termo *qualitas*, não os havendo rejeitado. Além disso, porém, explicou e inculcou a todos, com especial seriedade, grande zelo e máxima diligência, quão horrenda é essa qualidade e acidente, que não impurificou meramente a natureza humana, porém a corrompeu de maneira tão profunda que nada de puro e incorrupto nela permaneceu, conforme rezam suas palavras sobre o Salmo 90: *Sive igitur peccatum originis qualitatem sive morbum vocaverimus, profecto extremum malum est non solum pati aeternam iram et mortem, sed ne agnoscere quidem, quae pateris*[237]. Isto é: Quer chamemos o pecado original de qualidade, quer o chamemos de enfermidade, o mal extremo, sem dúvida, é que não apenas sofreremos a eterna ira de Deus e a morte eterna, senão que nem entendemos o que estamos sofrendo. Item, sobre Gênesis 3: *Qui isto veneno peccati originis a planta pedis usque ad verticem infecti sumus, siquidem in natura adhuc integra ACCIDERE*[238]. Isto é: Estamos infeccionados pelo veneno do pecado original desde a planta dos pés até o vértice, já que tal nos aconteceu em natureza ainda perfeita.

II DO LIVRE-ARBÍTRIO OU DAS FORÇAS HUMANAS

1 Já que a respeito do livre-arbítrio surgiu uma controvérsia não só entre os papistas e os nossos, mas também entre alguns teólogos da Confissão de Augsburgo, mostraremos, primeiro, nos devidos termos, de que é que se trata na controvérsia.

2 Pois, visto que o homem com seu livre-arbítrio pode encontrar-se e ser considerado em quatro estados distintos e desiguais, a pergunta, agora, não é qual foi seu estado antes da queda, ou o que pode fazer depois da queda e antes de sua conversão em coisas externas, pertencentes a essa vida temporal.

---

[236] WA 42,123-125.

[237] Edição de Erlangen, *Opera Exegetica* XVIII, 320, 321. SI 90.12.

[238] WA 42,122.

Também não, que espécie de livre-arbítrio terá em coisas espirituais, depois de regenerado pelo Espírito de Deus e por ele governado, ou quando ressuscita dos mortos. A questão principal é tão-somente a de saber o que o intelecto e a vontade do homem irregenerado são capazes de fazer em sua conversão e renascimento, com suas próprias forças que lhe restaram depois da queda: se, quando a palavra de Deus é pregada e nos é oferecida a graça de Deus, pode preparar-se para essa graça, aceitá-la e assentir a ela. Essa é a questão sobre a qual houve controvérsia, já, agora, por bom número de anos[239], entre alguns teólogos, nas igrejas da Confissão de Augsburgo.

3 Um dos partidos entendeu e ensinou que o homem, ainda que não possa com suas próprias forças cumprir o mandamento de Deus, verdadeiramente confiar em Deus, temer e amá-lo, sem a graça do Espírito Santo, todavia, tanto lhe resta em forças naturais, antes do renascimento, que pode preparar-se em certa medida para a graça e assentir a ela, posto de maneira débil, mas que, se a elas não for juntada a graça do Espírito Santo, nada pode alcançar com elas, senão que deve sucumbir na luta.

4 Os antigos e os novos entusiastas[240], por sua vez, ensinaram que Deus converte os homens por intermédio de seu Espírito e os conduz ao conhecimento salvífico de Cristo, sem qualquer meio ou instrumento da criatura, isto é, sem a pregação e audição externas da palavra de Deus.

5 Contra ambos os partidos, os puros mestres da Confissão de Augsburgo ensinaram e argumentaram que, pela queda de nossos primeiros pais, o homem foi corrompido de tal maneira que, em coisas divinas que dizem respeito à nossa conversão e à salvação de nossas almas, é, por natureza, cego e que, quando a palavra de Deus é pregada, não a entende, nem pode entendê-la, porém a considera loucura. Também, que de si mesmo não se aproxima de Deus,

---

[239] Em 1555, Johann Pfeffinger, então professor na Universidade de Leipzig, compôs, em latim, teses para debate acadêmico. Nikolaus von Amsdorf (cf. *Meditationes aduersus impiam Pfeffingeri disputationem*, vid. acima, II, 66, nota em "cooperadores") e outros (p. ex., Johann Stolz, em 1566) fizeram oposição. Em 1558, Amsdorf atacou a Pfeffinger publicamente em sua *Offentliches Bekentnis der reinen lere des Euangelij Vnd Confutatio der jtzigen Schwermer* (Jena, 1558) e Pfeffinger, no mesmo ano, respondeu em sua *Demonstratio Manifesti Mendacii, Qvo Infamare Conatvr Doctorem Iohannem Peff, Libellys Qvidam maledicus & Sycophanticus germanice editus titulo Nicolai ad Amsdorff, Necessaria propter Veritatis assertionem & auersionem Scandali, & tuendam existimationem sincerae doctrinae* (Wittenberg, 1558). Em tese de doutoramento (História, Universidade de Wisconsin) intitulada "Nikolaus von Amsdorf Knight of God and Exile of Christ Piety and Polemic in the Wake of Luther", submetida por Robert Allan Kolb, em 1972, da qual extraímos quase todos os dados desta nota, há um substancioso capítulo (VI) sobre a controvérsia sinergística. Kolb entende que Amsdorf deflagrou a controvérsia com a réplica pública a Pfeffinger na *Offentliches Bekenntnis* (p. 307 do datiloscrito que o autor pôs à nossa disposição), e que a controvérsia rompeu quando Pfeffinger respondeu às críticas que lhe foram feitas naquela réplica (datiloscrito citado, p. 311).

[240] Entre os antigos, os messsalianos ou euquitas, seita da Mesopotâmia e da Síria, século IV. Enfatizava experiências místicas e depreciava os meios da graça. Entre os do século XVI, que foram acusados de entusiastas pelos luteranos, estão Kaspar Schwenckfeld e Huldreich Zwinglio. Do último, cf., por ex., *Fidei ratio* VII (*Die Bekenntnisschriften der reformierten Kirche*, ed. de E. F. K. Müller, p. 86, 14): *Dux autem vel vehiculum spiritui non est necessarium* ("Um guia, porém, ou veículo não é necessário ao Espírito").

mas é e permanece inimigo de Deus até ser convertido, tornar-se crente, ser renascido e renovado com o poder do Espírito Santo, pela palavra pregada e ouvida, por mera graça, sem qualquer cooperação de sua parte.

6 Para explanar essa controvérsia de maneira cristã, de acordo com a orientação da palavra de Deus, e a fim de, por sua graça, decidi-la, nossa doutrina, fé e confissão é como segue:

7 A saber, que, em coisas espirituais e divinas, o intelecto, o coração e a vontade do homem irregenerado, com suas forças naturais, absolutamente nada podem entender, crer, aceitar, pensar, querer, começar, realizar, fazer, operar e em absolutamente nada podem cooperar, estando, ao contrário, inteiramente mortos para o bem e corrompidos, de modo tal que, na natureza do homem, depois da queda e antes do renascimento, não restou nem existe uma centelhazinha sequer das forças espirituais e com a qual pudesse, de si mesmo, preparar-se para a graça de Deus, ou aceitar a graça oferecida, nem é capaz para ela por si mesmo nem pode aplicar-se ou adaptar-se à graça, nem pode, de suas próprias forças, "por si mesmo, como se partisse dele"[241], ajudar, fazer, operar ou cooperar quanto à sua conversão, nem inteiramente, nem pela metade, nem com qualquer parte, mínima ou diminuta, senão que é "escravo do pecado", Jo 8[242], e prisioneiro do diabo, pelo qual é movido, Ef 2; 2 Tm 2[243]. De sorte que o livre-arbítrio natural, segundo a sua disposição e natureza pervertidas, é vigoroso e ativo apenas para aquilo que desagrada a Deus e lhe é contrário.

8 Essa declaração e resposta principal à questão precípua e ao *status controversiae* enunciados na introdução a este artigo são confirmadas e robustecidas pelas seguintes razões da palavra de Deus. É verdade que são contrárias à orgulhosa razão e filosofia, mas sabemos que "a sabedoria desse mundo pervertido é loucura diante de Deus"[244] e que dos artigos de fé se deve julgar apenas da palavra de Deus.

9 Em primeiro lugar, se bem que a razão ou o intelecto natural do homem, na verdade, ainda tenha uma centelha obscura do conhecimento de que existe um Deus, como também da doutrina da lei, Rm 1[245], todavia, é tão ignorante, cega e pervertida que mesmo as pessoas mais engenhosas e doutas do mundo, quando lêem ou ouvem que o evangelho do Filho de Deus e a promessa da salvação eterna, ainda assim não podem, com suas próprias forças, perceber, apreender, compreendê-lo, nem crê-lo e tê-lo por verdadeiro, porém, quanto mais diligência e seriedade aplicam, querendo compreender essas coisas espirituais com a razão, tanto menos entendem ou crêem e, antes de serem iluminadas e ensinadas pelo Espírito Santo, consideram tudo isso como sendo apenas estultícia e fábulas. 10 1 Co 2[246]: "Ora, o homem natural não aceita as coisas do Espírito de

---

[241] 2 Co 3.15.
[242] Jo 8.34.
[243] Ef 2.2; 2 Tm 2.26.
[244] 1 Co 3.19. Almeida RA: "Porque a sabedoria deste mundo é loucura diante de Deus".
[245] Rm 1.19-21,28,32.
[246] 1 Co 2.14.

Deus, porque lhe são loucura; e não pode entendê-las porque elas se discernem espiritualmente". 1 Co 1[247]: "Visto como, na sabedoria de Deus, o mundo não o conheceu por sua própria sabedoria, aprouve a Deus salvar aos que crêem, pela loucura da pregação". Ef 4[248]: Os outros homens (que não renasceram pelo Espírito de Deus) "andam na vaidade dos seus próprios pensamentos, obscurecidos de entendimento, alheios à vida de Deus por causa da ignorância em que vivem, pela dureza dos seus corações". Mt 13[249]: "Vendo, não vêem; e, ouvindo, não ouvem nem entendem. A vós outros é dado conhecer os mistérios do reino dos céus". Rm 3[250]: "Não há quem entenda, não há quem busque a Deus; todos se extraviaram, à uma se fizeram inúteis; não há quem faça o bem, não há nem um sequer". Assim, a Escritura chama ao homem natural simplesmente trevas em coisas espirituais e divinas; Ef 5; At 26[251]. Jo 1[252]: "A luz resplandece nas trevas (isto é, no mundo trevoso e cego, que não conhece nem considera a Deus), e as trevas não a compreenderam". A Escritura ensina, outrossim, que o homem "em pecado" não é apenas débil e enfermo, mas totalmente sem vida e está "morto", Ef 2; Cl 2[253].

11 Agora, assim como o homem fisicamente morto não pode, com forças próprias, preparar ou adaptar-se para voltar a obter vida temporal, assim, o homem espiritualmente morto em pecado não pode, com poder próprio, adaptar-se ou voltar-se à consecução da justiça e da vida espirituais e celestes, a menos que haja sido libertado da morte do pecado e vivificado pelo Filho de Deus.

12 De sorte que a Escritura nega ao intelecto, coração e vontade do homem natural toda aptidão, habilidade, capacidade e faculdade de pensar, entender, poder, começar, querer, compreender, fazer, operar algo de bom e justo ou cooperar em algo de bom e justo, em coisas espirituais, como de si mesmo. 2 Co 3[254]: "Não que por nós mesmos sejamos capazes de pensar alguma coisa, como se partisse de nós; pelo contrário, a nossa suficiência vem de Deus". Rm 3[255]: "À uma se fizeram inúteis". Jo 8[256]: "A minha palavra não está em vós". Jo 1[257]: "As trevas não a compreenderam" ou não a receberam. 1 Co 2[258]: "Ora, o homem natural não percebe", ou, como diz, propriamente, a palavra

[247] 1 Co 1.21.
[248] Ef 4.17,18.
[249] Mt 13.13,11.
[250] Rm 3.11,12.
[251] Ef 5.8; At 26.18.
[252] Jo 1.5. Almeida RA: "E as trevas não prevaleceram contra ela".
[253] Ef 2.1,5; Cl 2.13.
[254] 2 Co 3.5.
[255] Rm 3.12.
[256] Jo 8.37.
[257] Jo 1.5. Almeida RA: "as trevas não prevaleceram contra ela".
[258] 1 Co 2.14. Almeida RA tem "aceita" onde traduzimos "percebe". Traduzimos a palavra usada no texto alemão (*vernimbt*), a fim de tornar inteligível a observação que se segue a respeito do sentido da palavra grega, observação em que aparece o "não aceita" (*nimbt nicht an*) de Almeida RA.

grega, não capta, não compreende, não aceita, "as coisas do Espírito de Deus"; ou: não é apto para coisas espirituais, "porque lhe são loucura; e não pode entendê-las". Muito menos, vai ele crer verdadeiramente o evangelho ou assentir-lhe e tê-lo por verdade. Rm 8[259]: "Por isso, o pendor da carne" ou do homem natural "é inimizade contra Deus, pois não está sujeito à lei de Deus, nem mesmo pode estar". E, em suma, permanece eternamente verdadeiro o que disse o Filho de Deus: "Sem mim nada podeis fazer"[260]. E Paulo, em Fp 2[261]: "Porque Deus é quem efetua em vós tanto o querer como o realizar, segundo a sua boa vontade". Essa passagem amável é muito confortadora para todos os cristãos piedosos que sentem e experimentam no coração uma pequena centelha e anseio pela graça de Deus e a salvação eterna. Pois sabem que Deus acendeu esse princípio da verdadeira piedade em seus corações e que ele quer continuar a fortalecê-los e ajudar-lhes na grande fraqueza, para perseverarem na fé verdadeira até o fim. 13 14

15 Para cá também pertencem todas as preces em que os santos pedem sejam instruídos, iluminados e santificados por Deus, indicando exatamente com isso que não podem obter de suas próprias forças naturais aquilo que pedem de Deus. Assim, só no Salmo 119, Davi pede mais de dez vezes que Deus lhe reparta entendimento, para que possa captar e aprender corretamente sua doutrina divina. Orações semelhantes encontram-se em Paulo: Ef 1; Cl 1; Fp 1[262]. Essas orações e passagens concernentes a nossa ignorância e incapacidade não foram escritas para tornar-nos indolentes e tardos em matéria de ler, ouvir e meditar a palavra de Deus, mas a fim de que, em primeiro lugar, agradeçamos a Deus de coração por nos haver libertado, mediante seu Filho, das trevas da ignorância e do cativeiro do pecado e da morte, e por nos haver regenerado e iluminado pelo batismo e pelo Espírito Santo.

16 E depois que Deus fez o princípio no batismo por seu Espírito Santo e acendeu e operou verdadeiro conhecimento de Deus e fé, devemos pedir sem cessar que, pelo mesmo Espírito e por sua graça, por intermédio de exercício diário de ler e praticar a palavra de Deus, ele preserve em nós a fé e seus dons celestes, nos fortaleça dia a dia e nos conserve até o fim. Pois, a menos que o próprio Deus seja o mestre, nada se pode estudar e aprender que seja agradável a ele e salutar a nós e a outros.

17 Em segundo lugar, testifica a palavra de Deus que, em coisas divinas, o entendimento, o coração e a vontade do homem natural, irregenerado, não só estão inteiramente desviados de Deus, mas também tornados e pervertidos contra Deus e para todo o mal. Também, que não são apenas débeis, impotentes, incapazes e mortos para o bem, mas estão, além disso, pervertidos, envenenados e corrompidos tão miseravelmente pelo pecado original que, por disposição e natureza, são totalmente maus, opostos a Deus e a ele hostis, e damasiada-

---

[259] Rm 8.7.
[260] Jo 15.5.
[261] Fp 2.13.
[262] Ef 1.17,18; Cl 1.9-11; Fp 1.9,10.

mente vigorosos, vivos e ativos para tudo o que desagrada a Deus e lhe é contrário. Gn 8[263]: "É mau o desígnio íntimo do homem desde a sua mocidade". Jr 17[264]: "Insolente e desesperado é o coração do homem", ou pervertido e cheio de misérias, "e não se pode escrutá-lo". S. Paulo explica esse passo em Rm 8[265]: "Por isso, o pendor da carne é inimizade contra Deus". Gl 5[266]: "Porque a carne milita contra o Espírito, e o Espírito contra a carne, porque são opostos entre si". Rm 7[267]: "Porque bem sabemos que a lei é espiritual; eu, todavia, sou carnal, vendido à escravidão do pecado". E logo depois: "Porque eu sei que em mim, isto é, na minha carne, não habita bem nenhum. Porque, no tocante ao homem interior", que renasceu pelo Espírito Santo, "tenho prazer na lei de Deus; mas vejo nos meus membros outra lei que, guerreando contra a lei da minha mente, faz-me prisioneiro da lei do pecado que está nos meus membros".

18 Agora, se, em S. Paulo e outros regenerados, o livre-arbítrio natural ou carnal reluta com a lei de Deus mesmo depois do renascimento, muito mais será rebelde e hostil à lei e à vontade de Deus antes da regeneração. Torna-se manifesto daí, conforme se explica mais desenvolvidamente no artigo sobre o pecado original – ao qual remetemos por amor à brevidade –, que o livre-arbítrio, de suas próprias forças naturais, não só nada pode operar, ou não só em nada pode cooperar, para sua própria conversão, justiça e salvação, nem pode obedecer, crer ou assentir ao Espírito Santo, que lhe oferece, pelo evangelho, a graça de Deus e a salvação, senão que de sua ínsita, má e rebelde disposição resiste hostilmente a Deus e a sua vontade, a menos que o Espírito de Deus o ilumine e governe.

19 Por isso, a Escritura Sagrada compara o coração do homem irregenerado com pedra dura, que não cede a quem a toca, mas resiste, e com bloco rude e fera indomável. Não que o homem, depois da queda, já não seja criatura racional, ou que seja convertido a Deus, sem ouvir e meditar a palavra de Deus, ou que, em coisas externas, seculares, nada de bom ou de mau possa entender ou, livremente, fazer ou deixar de fazer.

20 Pois, como diz o Dr. Lutero no comentário sobre o Sl 91[268]: "Em coisas seculares e externas, no que tange à alimentação e às necessidades do corpo, o homem é sagaz, inteligente e muito ativo. Mas em coisas espirituais e divinas, que dizem respeito à salvação da alma, é como coluna de sal, como a mulher de Ló, sim, qual tronco e pedra[268], como estátua morta, que não usa

21 olhos nem boca, sentido ou coração. Pois o homem não vê nem reconhece a

---

[263] Gn 8.21.

[264] Jr 17.9. Almeida RA: "Enganoso é o coração, mais do que todas as coisas, e desesperadamente corrupto, quem o conhecerá?"

[265] Rm 8.7.

[266] Gl 5.17.

[267] Rm 7.14.

[268] Até hoje não se pôde estabelecer que a expressão *truncus et lapis* tenha sido usada por Lutero, embora lhe seja atribuída por muitos. O dogmático católico romano R. Tabarelli (*De gratia Christi in I-II partem summae theologiae*, ed. de Cornélio Fabro, 1962, p. 221, nota 52)

terrível e furiosa ira de Deus sobre pecado e morte, porém, continua em sua segurança, mesmo ciente e voluntariamente e, com isso, entra em mil perigos e, finalmente, na morte e condenação eternas. E aí nenhuma prece, nenhuma súplica, nenhuma admoestação ajuda, nem ameaças, nem repreensões; até todo ensino e pregação se perdem no caso dele" antes de ser iluminado, convertido e regenerado pelo Espírito Santo, para o que nenhuma pedra ou bloco, 22 mas apenas o homem foi criado. E ainda que Deus, segundo o seu justo e severo juízo, inteiramente tenha rejeitado para sempre os maus espíritos caídos, quis, todavia, por especial e pura misericórdia, que a pobre, caída e corrupta natureza humana se tornasse e fosse novamente capaz da conversão, da graça de Deus e da vida eterna, e delas participasse, não de própria, natural e eficiente capacidade, aptidão ou habilidade, pois é recalcitrante inimizade a Deus, mas de pura graça, pela graciosa e eficaz operação do Espírito Santo. A isso o Dr. Lutero 23 chama de *capacitas*[269], que explica da maneira seguinte: *Quando patres liberum arbitrium defendunt, capacitatem libertatis eius praedicant, quod scilicet verti potest ad bonum per gratiam Dei et fieri revera liberum, ad quod creatum*

---

diz que o *similis trunco et lapidi* se encontra no comentário de Lutero ao Gênesis, capítulo 19, e remete à Simbólica do católico romano J. A. Möhler. Este (cf. *Symbolik*, livro I, capítulo III, § 11, p. 109) transcreve o texto e informa que é de Lutero, comentário ao Gênesis, capítulo 19. Mas o texto que Möhler transcreve não existe em Lutero; encontra-se na Fórmula de Concórdia (Declaração Sólida, II, 20). A FC, por sua vez, cita o texto entre aspas e diz que é do comentário de Lutero sobre o Salmo 91. Mas também aí não se encontra a expressão. Lutero escreve (*Enarratio psalmi* XC, edição de Erlangen, *exegetica opera latina*, XVIII, p. 318): *Philosophi hominem definiunt esse animal rationale. Sed hoc quis dicet in theologia esse verum? Ibi enim vere homo est statua salis, sicut uxor Lot, quia illam magnam iram Dei non intelligit, et ruit imprudens in mille pericula mortis, imo saepe volens et sciens* ("Os filósofos definem o homem como sendo animal racional. Mas quem dirá que isso é verdadeiro em teologia? Aí o homem, deveras, é estátua de sal, como a mulher de Ló, porque não entende aquela grande ira de Deus, e se precipita imprudente em mil perigos de morte, e muitas vezes até o quer e sabe"). *O truncus et lapis* é de uma paráfrase (vid. as informações de Otto Ritschl, *Dogmengeschichte des Protestantismus*, vol. II, Leipzig, 1912, p. 444, nota 4. O autor comenta ibidem: "In der Sache freilich besagen die hier von Luther nicht gebrauchten Ausdrücke Klotz, Stein, totes Bild nichts anderes als Salzsäule und Lots Weib"). Uma nota na ed. Tappert (p. 524, nota 51) elogia a versão latina de 1584 do Livro de Concórdia, dizendo que ela relaciona "conscienciosamente", em nota marginal, outras fontes de Lutero utilizadas na composição do texto que acabamos de discutir e que a FC (Declaração Sólida, II, 20) atribui a Lutero. Acontece que a nota marginal é da edição alemã de 1580. Diz a nota: "Dr. Lutero sobre o sexto capítulo de Oséias. Também na apostila eclesiástica sobre a epístola para o Natal, Tito 3. Ainda, sobre o evangelho para o terceiro domingo após a Epifania" (cf. BSLK, p. 879, nota 4). – Sobre o *similis trunco et lapidi*, Alfred Adam (*Lehrbuch der Dogmengeschichte*, II, 1968, p. 387), depois de observar que esta formulação foi muitas vezes atacada até hoje, opina que ela se justifica, alegando tratar-se de símile com o qual apenas se declara que a causa da justificação de nenhum modo está no homem, o qual possui nela somente uma *capacitas passiva*, capacidade sem a possibilidade de iniciativa própria ("Diese Formulierung ist bis heute häufig angegriffen worden; sie hat aber ihre Berechtigung, da sie ein Gleichnis ist, keine feste Aussage. Mit dem Gleichniswort ist lediglich erklärt, dass die Ursache der Rechtfertigung in keiner Weise beim Menschen liegt, sondern dass der Mensch dabei nur eine 'Befähigung' – *capacitas passiva* – ohne die Möglichkeit eigener Initiative besizt").

[269] O texto latino estampado em BSLK traz, entre parênteses, depois de "capacitatem": *non activam, sed passivam*. Quanto à omissão das palavras no texto germânico, vid. a longa nota em BSLK, p. 880, nota 2.

est. Isto é: Quando[270] os Pais defendem o livre arbítrio, afirmam uma capacidade dessa liberdade no sentido de que, pela graça de Deus, pode ser convertido ao bem e tornar-se verdadeiramente livre, para o que foi originalmente criado. Tomo 1, pág. 236[271]. No mesmo sentido escreveu também Agostinho, no segundo livro *Contra Iulianum*[272].

24 Mas antes de ser iluminado, convertido, regenerado, renovado e atraído pelo Espírito Santo, tão pouco pode o homem, de si mesmo e com suas próprias forças naturais, iniciar, operar ou cooperar em coisas espirituais e em sua conversão ou renascimento como uma pedra, ou bloco, ou barro.

Pois, ainda que possa governar os membros exteriores e ouvir o evangelho e meditá-lo em certa medida e, também, falar sobre ele, como se pode ver em fariseus e hipócritas, todavia, o considera estultícia e não pode crer nele. E, nesse respeito, comporta-se pior que um bloco, visto ser rebelde à vontade de Deus e inimigo dela, a menos que o Espírito Santo esteja ativo nele, acenda e opere nele a fé e outras virtudes agradáveis a Deus, e obediência.

25 Em terceiro lugar, as Escrituras Sagradas atribuem a conversão, a fé em Cristo, o renascimento, a renovação e tudo o que pertence ao seu real início e completamento não às forças humanas do natural livre-arbítrio, nem inteiramente, nem pela metade, nem na mínima ou insignificante parte, senão *in solidum*, isto é, totalmente e só, à operação divina e ao Espírito Santo, conforme diz também a Apologia.

26 A razão e o livre-arbítrio "é capaz, até certo ponto, de viver vida externa honesta". Mas nascer de novo e obter, inteiramente, outro coração, outra mente e outro ânimo, isso apenas o Espírito Santo opera. Abre o entendimento e o coração, para que se compreenda a Escritura e se atente na palavra, conforme está escrito em Lucas 24[273]: "Então lhes abriu o entendimento para compreenderem as Escrituras". Também, At 16[274]: "Lídia nos escutava; o Senhor lhe abriu o coração para atender às coisas que Paulo dizia". "Porque Deus efetua em nós tanto o querer como o realizar", Fp 2[275]. "Concede arrependimento", At 5; 2 Tm 2[276]. Opera a fé, Fp 1[277]: "Porque vos foi concedida a graça de crerdes nele". Ef 2[278]: "É dom de Deus". Jo 6[279]: "A obra de Deus é esta, que creiais naquele que por ele foi enviado". Dá coração para entender, olhos para ver e ouvidos para ouvir, Dt 29; Mt 13[280]. É Espírito "regenerador e renovador", Tt

[270] Tradução da tradução alemã dos autores.
[271] Edição Jenae, Christ, Rhodius 1556.
[272] *Contra Iulianum II*, 8,23-30, MSL 689-694.
[273] Lc 24.45.
[274] At 16.14.
[275] Fp 2.13.
[276] At 5.31; 2 Tm 2.25.
[277] Fp 1.29.
[278] Ef 2.8.
[279] Jo 6.29.
[280] Dt 29.4; Mt 13.15.

3[281]. Tira o coração duro, de pedra, e dá coração novo, macio, de carne, para que andemos em seus estatutos, Ez 11; 36; Dt 30; Sl 51[282]. Cria-nos "em Cristo Jesus para boas obras, Ef 2[283], e faz com que sejamos novas criaturas, 2 Co 5; Gl 6[284]. E, em suma: "Toda boa dádiva" é de Deus, Tg 1[285]. Ninguém pode vir a Cristo "se o Pai não o trouxer", Jo 6[286]. "Ninguém conhece o Pai senão aquele a quem o Filho o quiser revelar", Mt 11[287]. "Ninguém pode dizer: Senhor Jesus! Senão pelo Espírito Santo", 1 Co 12[288]. "Sem mim", diz Cristo, "nada podeis fazer", Jo 15[289]. "A nossa suficiência vem de Deus", 2 Co 3[290]. "E que tu tens que não tenhas recebido?", 1 Co 4[291]. Particularmente, a respeito dessa passagem, Sto. Agostinho escreve que ela o convenceu a abandonar sua opinião errônea anterior, a que mantivera em *De praedestinatione*, capítulo terceiro: *Gratiam Dei in eum tantum consistere, quod in praeconio veritatis Dei voluntas nobis revelaretur; ut autem praedicato nobis evangelio consentiremos, "nostrum esse proprium et ex nobis esse". Item, erravi, inquit, cum dicerem, "nostrum esse credere et velle, Dei autem dare credentibus et volentibus facultatem operandi".* Isto é: Errei nisso de haver sustentado que a graça de Deus consiste apenas em Deus, na pregação da verdade, revelar sua vontade, mas que nosso assentir ao evangelho pregado é nossa própria obra e está em nossos poderes. E, diz mais Sto. Agostinho, errei, quando disse que está em nosso poder crer no evangelho e querer, mas que é obra de Deus dar, aos que crêem e querem, o poder de operarem algo. 27

28 Essa doutrina está fundamentada na palavra de Deus e é conforme à Confissão de Augsburgo, também a outros escritos supramencionados, como provam os testemunhos que seguem.

29 No artigo vigésimo, a Confissão diz o seguinte: "Pessoas sem Cristo, sem fé e o Espírito Santo estão no poder do diabo. E ele as impele a várias espécies de pecado manifesto. Por essa razão, ensinamos, em primeiro lugar, a respeito da fé, pela qual o Espírito Santo é dado, e que Cristo nos ajuda e nos protege contra o diabo", etc. E logo adiante: "Pois a razão e o poder humanos sem Cristo são por demais frágeis para o diabo, que os impele ao pecado"[292].

---

[281] Tt 3.5,6.
[282] Ez 11.19; 36.26; Dt 30.6; Sl 51.10.
[283] Ef 2.10.
[284] 2 Co 5.17; Gl 6.15.
[285] Tg 1.17.
[286] Jo 6.44.
[287] Mt 11.27.
[288] 1 Co 12.13.
[289] Jo 15.5.
[290] 2 Co 3.5.
[291] 1 Co 4.7.
[292] A Confissão de Augsburgo aqui é citada conforme a edição in-quarto de Wittenberg, 1531, CR 26, 578.

30 Esses passos testificam claramente que a Confissão de Augsburgo de modo algum reconhece a vontade humana como livre em coisas espirituais; diz, ao contrário, que o homem é prisioneiro do diabo. Como, pois, haveria de poder voltar-se para o evangelho ou para Cristo com forças próprias?

31 A Apologia ensina sobre o livre-arbítrio como segue[293]: "Também dizemos que a razão, até certo ponto, possui livre-arbítrio. Pois, nas coisas que podem ser compreendidas pela razão, temos livre-arbítrio". E, logo depois: "Corações que estão sem o Espírito Santo estão sem temor de Deus, sem fé, sem confiança, não crêem que Deus os ouve, que lhes perdoa os pecados e que os socorre em necessidades. São, por conseguinte, ímpios.

32 "Ora, a árvore má não pode produzir bons frutos e sem fé ninguém pode agradar a Deus. Por isso, ainda que concedemos estar em nós fazer tais obras externas, dizemos, contudo, que o livre-arbítrio e a razão nada podem no que diz respeito a coisas espirituais", etc.[294] Pode ver-se claramente daí que a Apologia não atribui à vontade humana capacidade alguma, quer para iniciar o bem, quer para cooperar por si mesma.

33 Nos Artigos de Esmalcalde também se rejeitam os seguintes erros quanto ao livre-arbítrio: "Que o homem tem livre-arbítrio para fazer o bem e deixar de fazer o mal", etc.[295] E, logo depois, também se rejeita como erro o ensino de que "não tem fundamento na Escritura isso de ser necessário o Espírito Santo como sua graça para as boas obras", etc.[296]

34 Além disso, lê-se nos Artigos de Esmalcalde como segue[297]: "E esse arrependimento dura nos cristãos até a morte, pois conflita por toda a vida com o pecado que remanesce na carne, conforme testifica S. Paulo, em Rm 7[298], que ele guerreia com a lei dos seus membros, e isso não com forças próprias, mas pelo dom do Espírito Santo, que segue à remissão dos pecados. Esse dom purifica e, diariamente, varre o pecado remanescente e opera no sentido de tornar o

35 homem verdadeiramente puro e santo". Absolutamente nada dizem essas palavras sobre a nossa vontade ou que ela, mesmo nos homens renascidos, opera algo de si mesma, porém o atribuem ao dom do Espírito Santo, que purifica o homem e, diariamente, o torna mais piedoso e mais santo. E disso nossas próprias forças são inteiramente excluídas.

36 No Catecismo Maior do Dr. Lutero, lemos o seguinte: "Eu também sou parte e membro dessa igreja cristã, compartilhante e co-participante de todos os bens que ela possui, levado e incorporado a ela pelo Espírito Santo, através do fato de eu haver ouvido a palavra de Deus e ainda a ouvir, que é o princípio de nela entrar.

---

[293] Apologia XVIII, Wittenberg, 1531.

[294] Esta citação é da tradução-paráfrase de Justus Jonas. A Fórmula de Concórdia latina reproduz, com algumas variantes, o texto original da Apologia.

[295] Artigos de Esmalcalde, III Parte, I Artigo, seção 5.

[296] Artigos de Esmalcalde, III Parte, I Artigo, seção 10.

[297] Artigos de Esmalcalde, III Parte, III Artigo, seção 40.

[298] Rm 7.23.

"Pois antes de havermos chegado à igreja cristã, pertencemos inteiramente ao diabo, nada conhecendo de Deus e de Cristo. Assim, o Espírito Santo permanece com a santa congregação cristã até o dia derradeiro, pela qual nos sara e da qual faz uso para anunciar e propagar a palavra, por intermédio de que opera e aumenta a santificação, de modo que cresçamos diariamente e nos tornemos fortes na fé e em seus frutos, que ele cria", etc. Menção nenhuma faz o Catecismo, nessas palavras, de nosso livre-arbítrio ou de nossa cooperação, porém, atribui tudo ao Espírito Santo, a saber, que, pelo ofício da pregação, ele nos traz à congregação cristã, onde nos santifica e faz com que diariamente cresçamos na fé e em boas obras. 37 38

E, ainda que os renascidos mesmo na presente vida avancem até o ponto onde querem o bem e o amam e também o praticam e nele crescem, todavia, isso (conforme acima dissemos) não vem de nossa vontade e poder, mas o Espírito Santo, como o próprio Paulo fala a esse respeito, opera tal "querer e efetuar", Fp 2[299]. Como também atribui essa obra exclusivamente a Deus em Ef 2[300], ao dizer: "Pois somos feitura dele, criados em Cristo Jesus para boas obras, as quais Deus, de antemão, preparou para que andássemos nelas". 39

No Catecismo Menor do Dr. Lutero, está escrito: "Creio que por minha própria razão ou força não posso crer em Jesus Cristo, meu Senhor, nem vir a ele. Mas o Espírito Santo me chamou pelo evangelho, iluminou com seus dons, santificou e conservou na verdadeira fé. Assim também chama, congrega, ilumina e santifica toda a cristandade na terra, e em Jesus Cristo a conserva na fé verdadeira e única"[301]. 40

E na explicação da segunda petição do Pai-Nosso encontramos estas palavras: "Como sucede isso?", a saber, que o reino de Deus venha a nós. Resposta: "Quando o Pai celeste nos dá o seu Espírito Santo, para crermos, por sua graça, em sua santa palavra, e vivermos uma vida com Deus"[302]. 41

Esses testemunhos dizem que por nossas próprias forças não podemos vir a Cristo, devendo Deus, ao contrário, dar-nos seu Espírito Santo, pelo qual somos iluminados, santificados e, assim, levados a Cristo pela fé e conservados junto a ele. E não se faz menção nem de nossa vontade, nem de nossa cooperação. 42

Acrescentamos a isso uma passagem da *Confissão Maior da Santa Ceia* em que o Dr. Lutero posteriormente se declara, com o protesto de que intencionava perseverar nessa doutrina até o seu fim. Lá diz o seguinte: "Com isso rejeito e condeno por erro puro toda doutrina que louva o nosso livre-arbítrio, como diametralmente oposta a essa ajuda e graça de nosso Salvador Jesus Cristo. Pois, já que fora de Cristo, a morte e o pecado são nossos dominadores e o diabo, nosso deus e príncipe, não pode haver força nem poder, nem inteligência, nem entendimento com que pudéssemos preparar-nos para a justiça e a vida 43

[299] Fp 2.13.
[300] Ef 2.10.
[301] Vid. acima, Catecismo Menor, Credo, 6.
[302] Vid. acima, Catecismo Menor, Pai-Nosso, 8.

ou buscá-las. Temos de ser, ao contrário, cegos, prisioneiros do pecado e propriedade do diabo, para fazer e pensar o que a eles agrada e é contrário a Deus e a seus mandamentos"[303].

44 Nessas palavras, o Dr. Lutero, de bendita e santa memória, nenhuma força própria dá ao nosso livre-arbítrio para preparar-se para a justiça e buscá-la, mas diz que o homem, obcecado e cativo, faz apenas a vontade do diabo e o que é contrário ao Senhor Deus. Por isso, aqui, não há cooperação de nossa vontade na conversão do homem, e o homem deve ser atraído e nascer novamente de Deus. De outra maneira[304], não há, em nosso coração, pensamento nenhum que, por si mesmo, se tornasse ao santo evangelho para aceitá-lo. Sobre esse assunto, o Dr. Lutero também escreveu no livro *De servo arbitrio,* isto é, "Da Vontade Cativa do Homem"[305], contra Erasmo, explanando e sustentando bem e completamente esse ponto e, posteriormente, o repetiu e explicou na bela explanação do Gênesis, especialmente no capítulo 26[306]. Aí também estabeleceu, da melhor e mais diligente maneira, contra todo mal-entendido e distorção, algumas outras disputas peculiares introduzidas, à margem, por Erasmo, como de *absoluta necessitate*, etc., e indicou o que quis dizer e como queria ser entendido[307]. A esses escritos também nos reportamos aqui, e a eles remetemos outros.

45 Por isso, ensina erroneamente quem pretende que o homem irregenerado ainda possui forças suficientes para desejar receber o evangelho e confortar-se com ele, e que, assim, a vontade humana coopera com algo na conversão. Pois tal opinião errônea é contrária à santa e divina Escritura, à cristã Confissão de Augsburgo, à Apologia dela, aos Artigos de Esmalcalde, aos Catecismos Maior e Menor de Lutero e a outros escritos desse excelente e altamente iluminado teólogo.

---

[303] OSel 4, 369.

[304] Ou: a não ser assim, fora disso. No original: *sonst*. Texto lat.: *alias*.

[305] Tradução da tradução alemã do título adotado pelos autores. Chemnitz e Hesshus, no dia 23 de junho de 1576: ... *in hoc loco de libero arbitrio retulimus nos expresse ad servum arbitrium Lutheri et ad declarationem eius in 26. Caput Genes* ("... nesta questão do livre-arbítrio, referimo-nos expressamente ao Do Servo Arbítirio de Lutero e à sua explanação do capítulo 26 do Gênesis"). Rehtmeyer IIIB 257, cit. em BSLK, p. 889, nota 1. Edição príncipe do original latino do *De servo arbitrio*, dezembro de 1525, impressão de Joh. Luft, Wittenberg. Texto do original latino em OSel 4,17-216 e O. Clemen, *Luthers Werke in Auswahl*, vol. III, 94-293. Além da tradução alemã de Justus Jonas, aparecida em janeiro de 1526, existem as seguintes traduções alemãs contemporâneas: Otto Scheel, *Braunschweiger Lutherausgabe*, Ergänzungsband 2, Berlim, 1905; Otto Schumacher, Göttingen 2ª ed. 1956; Bruno Jordahn, *Münchener Luther-Ausgabe*, Ergänzungsband 1, 3ª ed. 1954; Kurt Aland, *Luther Deutsch*, vol. III, 3ª ed. 1961. E as seguintes traduções inglesas: J. I. Packer e O. R. Johnson, *The bondage of the Will*, Fleming H. Revell Company, Old Tappan, New Jersey, 1957; Philip S. Watson, em colaboração com B. Drewery, em *Luther and Erasmus: Free Will and Salvation*, vol. XVII da Library of Christian Classics, 1969.

[306] WA 43, 457-463.

[307] WA 43, 463,5 (palavras escritas em 1541): *Scripsi autem inter reliquia, omnia esse absoluta et necessaria: sed simul addidi: quod adspisciendum sit Deus revelatus, sicut Psalmo canimus: Er heisst Jesus Christ, der Herr Zebaoth, und ist kein andrer Gott.*

46 Essa doutrina quanto à impotência e malícia de nosso livre-arbítrio natural e concernente à nossa conversão e renascimento, a saber, que é apenas obra de Deus e não de nossos poderes, é impiamente mal-usada tanto por entusiastas como por epicureus. E, por essa linguagem, muitas pessoas se tornam dissolutas e desregradas, remissas e negligentes para com todos os exercícios cristãos em oração, leitura e meditação cristã. Dizem que, visto não poderem converter-se a Deus com suas próprias forças naturais, sempre vão resistir totalmente a Deus ou esperar até que Deus as converta à força, contra a vontade delas. Ou que, visto nada poderem fazer nessas coisas espirituais, sendo tudo exclusivamente operação do Espírito Santo, não vão observar, ouvir ou ler nem palavra, nem sacramento, senão que vão esperar até que Deus, sem meios, do céu lhes infunda seus dons, de modo que possam, apropriadamente, sentir e perceber em si que Deus as converteu.

47 Outros, de coração infirme, podem cair em pensamentos angustiosos e em dúvida sobre se Deus os elegeu e se também neles quer operar seus dons pelo Espírito Santo, já que não sentem fé vigorosa, ardente e obediência de coração, mas apenas fraqueza, medo e miséria.

48 Por isso, agora, vamos relatar, ademais, da palavra de Deus, como o homem é convertido a Deus, como e por que meios (a saber, por intermédio da palavra oral e dos santos sacramentos) o Espírito Santo quer ser eficaz em nós e operar e dar, em nossos corações, verdadeiro arrependimento, fé e novo poder espiritual e capacidade para o bem, e qual a maneira como devemos conduzir-nos com respeito a esses meios e como devemos fazer uso deles.

49 Deus não quer que alguém seja condenado, senão que todos se convertam a ele e se salvem eternamente. Ez 33[308]: "Tão certo como eu vivo, diz o Senhor, não tenho prazer na morte do perverso, mas em que o perverso se converta do seu caminho, e viva". "Porque Deus amou ao mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna"[309].

50 Por isso, Deus, por imensurável bondade e misericórdia, faz com que sejam publicamente pregados sua divina, eterna lei e o maravilhoso conselho quanto a nossa salvação, a saber, o santo, único-salvante evangelho de seu eterno Filho, nosso único Salvador e Redentor Jesus Cristo. Por meio disso, reúne, *da raça humana, uma igreja eterna para si mesmo e opera no coração dos homens* verdadeiro arrependimento e reconhecimento dos pecados, bem como fé verdadeira no Filho de Deus, Jesus Cristo. E, por esse meio, e não de outra maneira, a saber, por sua santa palavra, quando a gente a ouve em sermão ou a lê, e os santos sacramentos, usados de acordo com sua palavra, Deus quer chamar os homens à salvação eterna, atraí-los a si, converter, regenerar e santificá-los. 51 1 Co 1[310]: "Visto como, na sabedoria de Deus, o mundo não o conheceu por sua própria sabedoria, aprouve a Deus salvar aos que crêem, pela

---

[308] Ez 33.11.
[309] *Jo 3.16.*
[310] 1 Co 1.21.

loucura da pregação". At 11[311]: "Pedro te dirá palavras mediante as quais serás salvo, tu e toda a tua casa". Rm 10[312]: "E assim, a fé vem pela pregação e a pregação pela palavra de Cristo". Jo 17[313]: "Santifica-os na verdade; a tua palavra é a verdade. Não rogo somente por estes, mas também por aqueles que vierem a crer em mim por intermédio da sua palavra".

Por isso, o Pai eterno clama do céu a respeito de seu amado Filho e quanto a todos os que, em seu nome, pregam arrependimento e perdão dos pecados: "A ele ouvi", Mt 17[314].

52 Todos os que querem ser salvos devem ouvir essa pregação, pois a pregação e a audição da palavra de Deus são o instrumento do Espírito Santo, no qual, com o qual e por intermédio do qual ele quer operar eficazmente, converter os homens a Deus e neles operar tanto o querer como o efetuar.

53 O homem ainda não convertido a Deus e irregenerado pode ouvir e ler essa palavra exteriormente, pois nessas coisas externas, conforme acima dissemos, mesmo depois da queda, o homem ainda possui, até certo ponto, livre-arbítrio, de modo que pode ir à igreja, prestar ou não ouvidos ao sermão.

54 Por esse meio, a saber, a pregação e a audição de sua palavra, Deus opera, quebranta-nos o coração e atrai o homem, de modo que, pela pregação da lei, chega ao conhecimento de seus pecados e da ira de Deus e experimenta, no coração, terror, contrição e pesar verdadeiros e, pela pregação e meditação do santo evangelho do gracioso perdão dos pecados em Cristo, acende-se nele uma centelhazinha de fé que aceita o perdão dos pecados por amor de Cristo e se consola com a promessa do evangelho. E assim, o Espírito Santo (que opera tudo isso) é introduzido no coração.

55 Ainda que ambas as coisas, o plantar e o regar do pregador e o correr e o querer do ouvinte, fossem em vão e nenhuma conversão seguisse a isso se não fossem adicionados o poder e a operação do Espírito Santo, o qual ilumina e converte os corações pela palavra pregada e ouvida, de modo que faz com que os homens creiam essa palavra e lhe dêem assentimento, contudo, nem o pregador nem o ouvinte devem duvidar dessa graça e operação do Espírito Santo, porém, devem estar certos de que, quando a palavra de Deus é pregada de maneira pura e impermista[315], segundo a ordem e a vontade de Deus, e os homens escutam com diligência e seriedade e sobre ela meditam, Deus, certamente, está presente com sua graça e dá, como dissemos, o que, de outra maneira, o homem não pode receber nem dar com suas próprias forças. 56 Pois, a respeito da presença, operações e dons do Espírito Santo, não se deve nem se pode sempre julgar *ex sensu* como e quando se experimenta isso no coração, porém, visto que isso, muitas vezes, está coberto e sucede com grande fraqueza, devemos estar

---

[311] At 11.14.

[312] Rm 10.17.

[313] Jo 17.17,20.

[314] Mt 17.5.

[315] *Rein und lauter*. Vid. acima, Catecismo Menor, Pai-Nosso, seção 5, nota em "impermista e puramente".

certos da promessa e, segundo ela, que a palavra de Deus, pregada e ouvida, é ofício e obra do Espírito Santo, pelos quais ele, certamente, é eficaz e opera em nossos corações, 2 Co 2[316].

Se o homem, contudo, não quer ouvir a pregação nem ler a palavra de Deus, mas despreza a palavra e a congregação[317] de Deus e, assim, morre e perece em seus pecados, não pode confortar-se com a eleição eterna de Deus, nem alcançar a sua misericórdia. Pois Cristo, no qual somos eleitos, oferece a sua graça a todos os homens na palavra e nos santos sacramentos e, seriamente, quer que a ouçamos, e prometeu que onde "dois ou três" "se reunirem" em seu nome e se ocuparem com sua santa palavra, haveria de querer estar "no meio deles"[318]. 57

Todavia, quando tal pessoa despreza o instrumento do Espírito Santo e não quer ouvir, não se lhe faz injustiça, se o Espírito Santo não a ilumina, mas a deixa na escuridão de sua incredulidade e permite que se perca. A esse respeito está escrito: "Quantas vezes quis eu reunir os teus filhos, como a galinha ajunta os seus pintinhos debaixo das asas, e vós não o quisestes!", Mt 23[319]. 58

E, neste caso, bem se pode dizer que o homem não é pedra ou bloco. Pois uma pedra ou bloco não resiste a quem o move, nem entende ou percebe o que lhe está sendo feito, como o homem com sua vontade resiste ao Senhor Deus até ser convertido. Todavia, é verdade que o homem, antes da conversão, ainda é criatura racional que tem entendimento e vontade, não, porém, entendimento em coisas divinas, ou vontade que queira algo de bom e salutar. Contudo, para sua conversão (conforme se mencionou também acima) absolutamente nada pode fazer e, neste respeito, é muito pior que pedra ou bloco, pois resiste à palavra e vontade de Deus até que Deus o acorde da morte do pecado, o ilumine e renove. 59

E, conquanto Deus não force[320] o homem a que se torne piedoso (pois os que sempre resistem ao Espírito Santo e constantemente se opõem também à verdade reconhecida, como diz Estêvão a respeito dos judeus endurecidos, em At 7[321], esses não serão convertidos), o Senhor Deus, contudo, atrai o homem ao qual quer converter e o atrai de maneira tal que o entendimento obscurecido se torna entendimento iluminado e a vontade rebelde, vontade obediente. E a isso a Escritura chama criar um novo coração. 60

Por essa razão, também não se pode dizer acertadamente que o homem, antes da conversão, tem um *modus agendi*, ou maneira de operar algo de bom e salutar em coisas divinas. Pois, visto que o homem, antes da conversão, "está 61

---

[316] 2 Co 2.14ss.

[317] *Gemeine*. Texto lat.: *ecclesia*.

[318] Mt 18.20.

[319] Mt 23.37.

[320] Por ocasião da disputa de Weimar, Vitorino Strigel sustentou que a completa exclusão de poderes humanos na conversão inevitavelmente transforma esta em coerção. Sublinhou o *modus agendi* do homem, a racionalidade, que o distingue dos brutos, e manteve que atender ou não o chamado do evangelho depende do uso que o homem fez desse *modus agendi*.

[321] At 7.51.

morto em pecados", Ef 2[322], não pode haver nele poder para operar algo de bom em coisas divinas e, por conseguinte, também não possui um *modus agendi* ou
62 maneira de operar em coisas divinas. Mas quando se discute o modo como Deus opera no homem, é certo dizer que o Senhor Deus, todavia, tem um *modus agendi* ou maneira de agir no homem, como em criatura racional, e outro modo de agir em criaturas irracionais, ou em pedra ou bloco[323]. Mas não se pode atribuir ao homem antes da conversão nenhum *modus agendi* ou maneira de operar algo de bom em coisas espirituais.

63 Quando, porém, o homem tiver sido convertido e, assim, iluminado e sua vontade renovada, é então que o homem quer o que é bom (enquanto é renascido ou novo homem) e "tem prazer na lei de Deus no tocante ao homem interior", Rm 7[324], e desde então[325] pratica o bem tanto e por tanto tempo quanto é impelido pelo Espírito de Deus, como diz Paulo: "Pois todos os que
64 são guiados pelo Espírito de Deus são filhos de Deus"[326]. E tal impulso do Espírito santo não é *coactio*, coação; o homem convertido, ao contrário, pratica o bem espontaneamente, como diz Davi: "Apresentar-se-á voluntariamente o teu povo no dia do teu poder"[327]. Contudo, também fica nos regenerados o que S. Paulo escreveu, Rm 7[328]: "Porque, no tocante ao homem interior, tenho prazer na lei de Deus; mas vejo nos meus membros outra lei que, guerreando contra a lei da minha mente, me faz prisioneiro da lei do pecado que está nos meus membros". Também: "De maneira que eu, de mim mesmo, com a mente, sou escravo da lei de Deus, mas, segundo a carne, da lei do pecado"[329]. Gl 5[330]: "Porque a carne milita contra o Espírito e o Espírito, contra a carne, porque são opostos entre si; para que não façais o que, porventura, seja do vosso querer".

65 Segue-se, portanto, daí, que, conforme dissemos, tão logo o Espírito Santo haja iniciado em nós sua obra de regeneração e renovação por intermédio da palavra e dos santos sacramentos, é certo que, pelo poder do Espírito Santo, podemos e devemos cooperar, embora ainda em grande fraqueza. Tal, porém, não procede de nossas forças carnais, naturais, senão das novas forças
66 e dons que o Espírito Santo iniciou em nós na conversão, como S. Paulo expressa e, seriamente, exorta que "na qualidade de cooperadores com ele, não

---

[322] Ef 2.5.

[323] Especialmente contra Nicolau von Amsdorf, que condenara a sentença de Vitorino Strigel, segundo a qual Deus opera, quanto ao homem, de maneira diversa daquela em que opera no caso das outras criaturas.

[324] Rm 7.22.

[325] *Forthin* (= hinfort). Texto lat.: *in posterum*. Ed. Tappert (p. 533): "immediately".

[326] Rm 8.14.

[327] Sl 110.3. Aqui citamos conforme Almeida RA. No original: *Nach deinem Siege wird dein Volk williglich opfern* ("Depois de tua vitória, o teu povo sacrificará espontaneamente").

[328] Rm 7.22,23.

[329] Rm 7.25.

[330] Gl 5.17.

recebamos em vão a graça de Deus"[331]. O que, entretanto, não se deve entender de outra maneira senão desta: que o homem convertido faz o bem tanto e por tanto tempo, quanto Deus governa, guia e conduz com seu Espírito Santo. E assim que Deus retirasse dele sua mão graciosa, nem por um momento poderia continuar na obediência a Deus. Se, porém, se quisesse entendê-lo da seguinte forma: que o homem convertido coopera ao lado do Espírito Santo da maneira como dois cavalos[332], em conjunto, tiram uma carroça, de modo que nenhum se poderia conceder tal sem detrimento à verdade divina.

67 Há, por isso, grande diferença entre homens batizados e homens não-batizados, pois, visto que, segundo a doutrina de S. Paulo, Gl 3[333], "todos quantos foram batizados, de Cristo se revestiram", sendo assim, verdadeiramente regenerados, agora têm *arbitrium liberatum*, isto é, como diz Cristo, "foram novamente libertados"[334]. Em virtude disso, não só ouvem a palavra, mas também podem assentir a ela e aceitá-la, ainda que em grande fraqueza.

68 Pois, visto recebermos nesta vida apenas as primícias do Espírito Santo, e o renascimento não estar perfeito, mas tão-somente iniciado em nós, o combate e a luta da carne contra o Espírito continuam também nos homens eleitos e verdadeiramente renascidos. É perceptível entre os cristãos não só uma grande diferença nisso de um ser fraco e outro forte no Espírito, mas cada cristão descobre, ademais, em si mesmo, que ora está alegre no Espírito, ora temeroso e assombrado, agora, ardente no amor, vigoroso na fé e na esperança, depois, frio e débil.

69 Quando, porém, os batizados agiram contra a consciência, permitiram que o pecado governasse neles e, assim, entristeceram o Espírito Santo em si

---

[331] 2 Co 6.1. Alguns teólogos, insatisfeitos com este uso impróprio do texto paulino, pediram que houvesse emenda. Os sinergistas já haviam aplicado a palavra em tentativas de fundamentar sua tese. Presume-se que isso tenha motivado a referência ao texto na Fórmula de Concórdia. A edição latina de 1584 traz o seguinte, à margem: *2 Cor. 6. Synergountes parakaloumen: Nos, qui sumus administri seu cooperari Dei, monemus vos, ut nostrum exemplum imitemini, qui estis arvum et aedificatio Dei, 1. Cor. 3; ne gratia Dei in vobis sit inanis, 1. Cor. 15, sed ut sitis templum Dei viventis et habitantis in vobis, 2. Cor. 6* (2 Co 6[.1]). *Synergountes* [na qualidade de cooperadores] *parakaloumen* [exortamos] ("Nós, que somos servos ou cooperadores de Deus, vos exortamos a que imiteis nosso exemplo, vós que sois lavoura e edifício de Deus 1 Co 3[.9], para que a graça de Deus não seja vã em vós 1 Co 15[.10], mas a fim de serdes templo de Deus, que vive e habita em vós, 2 Co 6[.16]"). No período inicial da controvérsia sinergística, parte de um dos textos citados nesta nota marginal (1 Co 3.9: "Porque de Deus somos cooperadores") foi usada por Johann Pfeffinger em uma tese (elaborada em 1555, tese 36 da *Demonstratio*, vid. acima, Declaração Sólida, II, 2, nota em "bom número de anos"): *Sumus enim ut grauissime dixit S. Paulus, Synergi Dei quae quidem Synergia adiuuantur a Spiritu sancto, & confirmatur.* Amsdorf argumenta que Paulo aí se refere ao seu papel de pregador do evangelho, não a sua cooperação na conversão pessoal (cf. *Meditationes Nicolai Amsdorfij aduersus impiam pfeffingeri disputationem.* 1555, Weimar, Goethe-Schiller Archiv, vol. 40, f. 211r, citado por R. A. Kolb, datilógrafo tese – vid. Declaração Sólida, II, 2, nota em "bom número de anos" – p. 370, nota 71.

[332] Ilustração usada, p. ex., em Vitorino Strigel, *Disputatio Vinaria*, 226 (cit. em BSLK, p. 898, nota 3).

[333] Gl 3.27.

[334] Jo 8.36.

mesmos e o perderam, não devem ser batizados de novo, mas novamente convertidos, conforme acima ficou dito suficientemente.

70 Pois, sem dúvida, é verdade que em genuína conversão deve ocorrer uma mudança, deve haver novas atividades e movimentos no intelecto, na vontade e no coração, a saber, que o coração reconheça o pecado, tema a ira de Deus, desvie-se do pecado, reconheça e aceite a promessa da graça em Cristo, tenha bons pensamentos espirituais, propósito e diligência cristãos, e batalhe contra a carne, etc. Pois, onde nenhuma dessas coisas acontece ou existe, aí também

71 não há conversão genuína. Visto, porém, que a pergunta é *de causa efficiente*, isto é, quem opera tal em nós, e de onde o homem o tem e como o consegue, essa doutrina informa: Já que os poderes naturais do homem nada podem fazer e em nada podem ajudar neste sentido, 1 Co 2; 2 Co 3[335], Deus, por incomensurável bondade e misericórdia, se antecipa a nós e faz com que seja pregado seu santo evangelho, pelo qual o Espírito Santo quer operar e realizar essa conversão e renovação em nós e, pela pregação e meditação de sua palavra, acende em nós a fé e outras virtudes piedosas, de modo que são dons e opera-

72 ções apenas do Espírito Santo. Dirige-nos essa doutrina aos meios pelos quais o Espírito Santo quer começar e operar isso. Também nos lembra como esses dons são conservados, fortalecidos e aumentados e nos admoesta que essa graça em nós não seja em vão, mas que nos exercitemos diligentemente, considerando quão grave é o pecado de impedir essas operações do Espírito Santo e a elas resistir.

73 Com fundamento nessa explanação cabal da doutrina toda do livre-arbítrio, também se poderiam, agora, por último, julgar as perguntas surgidas, e sobre as quais, por considerável número de anos, houve controvérsias nas igrejas da Confissão de Augsburgo (*An homo ante, in, post conversionem Spiritui Sancto repugnet? vel pure passive se habeat? An homo convertatur ut truncus? An Spiritus Sanctus detur repugnantibus? et an conversio hominis fiat per modum coactionis?* Isto é: se o homem antes de sua conversão, na conversão ou depois dela resiste ao Espírito Santo, e se não faz absolutamente nada, apenas sofrendo o que nele opera. Também, se, na conversão, o homem se comporta e é como tronco. Item, se o Espírito Santo é dado aos que lhe resistem. Também, se a conversão ocorre por coação, de modo tal que Deus coage os homens à conversão contra a vontade deles, à força, etc.). E poder-se-iam reconhecer, expor, censurar e rejeitar as doutrinas e os erros opostos, como:

74 1. Em primeiro lugar, a insensatez dos estóicos e dos maniqueus de que tudo quanto acontece deve assim acontecer, *et hominem coactum omnia facere*, isto é, que o homem faz tudo por coação e que, mesmo em obras externas, a vontade do homem não tem liberdade e capacidade de realizar, em alguma medida, justiça externa e disciplina honrosa e evitar os pecados e vícios externos ou que a vontade do homem é coagida a maus atos externos, libidinagem, roubo, assassínio, etc.

75 2. Em segundo lugar, o erro dos pelagianos grosseiros de que o livre arbítrio, com suas próprias forças naturais, sem o Espírito Santo, pode converter-

---

[335] 1 Co 2.4-12; 2 Co 3.4-12.

se a si mesmo a Deus, crer o evangelho e obedecer de coração à lei de Deus, e que pode, com essa sua obediência voluntária, merecer perdão dos pecados e vida eterna.

76 3. Em terceiro lugar, o erro dos papistas e mestres escolásticos[336], cujo procedimento, algo mais sutil, foi ensinar que o homem, de suas forças naturais, pode fazer o início para o bem e para sua própria conversão, e que, então, o Espírito Santo, visto o homem ser demasiadamente débil para completá-lo, vem em auxílio do bem iniciado com forças naturais próprias.

77 4. Em quarto lugar, a doutrina dos sinergistas, que alegam não estar o homem inteiramente morto para o bem no que diz respeito às coisas espirituais, mas gravemente ferido e meio morto. Por isso, ainda que o livre-arbítrio seja demasiadamente frágil para fazer o início e converter-se com as próprias forças a Deus e obedecer de coração à lei de Deus, contudo, depois de o Espírito Santo haver feito o início, nos chamar pelo evangelho, oferecendo sua graça, o perdão dos pecados e a vida eterna, que, então, o livre-arbítrio, de suas

---

[336] Vid. acima, Epítome II, 10, nota em "Espírito Santo". BSLK (p. 903, nota 2) remete para Pedro Lombardo, *Sent.* II dd. 26-28; Gabriel Biel, *Collectarium ex Occamo* II d 27 concl. 4; III d 27 a. 3 dub. 2; Erasmo, *De libero arbitrio Diatribe*, ed. Joh. Walter, 1910, 19 (Ib 10); *Tridentinum*, Sessio VI, cap. I e V. – H. J. McSorley, C. S. P *Luther: Right or Wrong?*, p. 362, nota 346) diz que BSLK, seguida pela ed. Tappert (p. 536, nota 7), engana-se ao citar Trento como uma fonte do erro neo-semipelagiano condenado em FC, Declaração Sólida, 76 (vid. acima, Epítome II, nota em "Espírito Santo"). Segundo o primeiro dos textos do Concílio de Trento, indicados em BSLK, os homens eram servos do pecado e estavam sob o poder do diabo e da morte a tal ponto que não só não podiam os gentios ser libertados dessa situação e erguer-se pela força da natureza, mas nem mesmo os judeus pela própria letra da lei de Moisés, ainda que o livre-arbítrio, debilitado, embora em suas forças e diminuído, de modo nenhum esteve extinto neles (cf. Denzinger-Schönmetzer, *Enchiridion Symbolorum*, ed. 1965, número 1521: *usque adeo 'servi erant peccati' et sub potestate diaboli ac mortis, ut non modo gentes per vim naturae, sed ne Iudaei quidem per ipsam etiam litteram Legis Moysi inde liberari aut surgere possent, tametsi in eis liberum arbitrium minime exstinctum esset, viribus licet attenuatum et inclinatum.* No segundo texto indicado em BSLK, o Concílio declara que nos adultos, o começo da justificação (antes descrita) deve proceder da graça preveniente de Deus, por Cristo, isto é, da vocação de Deus, pela qual são chamados sem quaisquer méritos da parte deles, a fim de aqueles que, pelo pecado, haviam sido desviados de Deus serem dispostos, por sua graça incitante e auxiliadora, a se converterem a sua própria justificação, livremente assentindo àquela graça e com ela cooperando, de modo tal que, enquanto o coração do homem é tocado pela iluminação do Espírito Santo, não é o caso que o próprio homem faça absolutamente nada, enquanto recebe aquela inspiração, pois que também a pode rejeitar, nem pode, contudo, por outro lado, sem a graça de Deus, mover-se, por sua livre vontade, à justiça diante de Deus. Por isso, acrescenta o Concílio, quando se diz nas Sagradas Letras: "Tornai-vos para mim, e eu me tornarei para vós", somos lembrados de nossa liberdade; e quando respondemos: "Converte-nos a ti, Senhor, e seremos convertidos", confessamos que a graça de Deus se nos antecipa (cf. Denzinguer-Schönmetzer, *Enchiridion Symbolorum*, ed. 1965, número 1525: *Declarat praeterea, ipsius iustificationis exordium in adultis a Dei per Christum Iesum praeveniente gratia sumendum esse, hoc est, ab eius vocatione, qua nullis eorum existentibus meritis vocantur, ut qui per peccata a Deo aversi erant, per eius excitantem atque adiuvantem gratiam ad convertendum se ad suam ipsorum iustificationem, eidem gratiae libere assentiendo et cooperando, disponantur, ita ut, tangente Deo cor hominis per Spiritus Sancti illuminationem, neque homo ipse nihil omnino agat, inspirationem illam recipiens, quippe qui illam et abicere potest, neque tamen sine gratia Dei movere se ad iustitiam coram illo libera sua voluntate possit. Unde in sacris Litteris cum dicitur: 'Convertimini ad me, et ego convertatur ad vos', libertatis nostrae admonemur; cum respondemus: 'Converte nos, Domine, ad te, et convertemur', Dei nos gratia praeveniri confitemur*).

próprias forças naturais, pode encontrar-se com Deus e, em certa medida, embora pouco e com fraqueza, fazer algo neste sentido, ajudar e cooperar, preparar-se para a graça, aplicar-se a ela, apreender e aceitá-la, crer no evangelho, também cooperar, de suas próprias forças, com o Espírito Santo na continuação e conservação dessa obra.

78 Contra isso, porém, se mostrou acima, desenvolvidamente, que tal força, a saber, *facultas applicandi se ad gratiam*, isto é, preparar-se naturalmente para a graça, não vem de nossas próprias forças naturais, mas somente pela operação do Espírito Santo, etc.

79 5. Também esta doutrina dos papas e monges: que o homem, depois do renascimento, pode cumprir a lei de Deus integralmente nesta vida e que, por esse cumprimento da lei, é justo diante de Deus e merece a vida eterna[337].

80 6. Por outro lado, devemos censurar com toda a seriedade e zelo, e de modo nenhum tolerar na igreja de Deus os entusiastas, os quais imaginam que Deus, sem quaisquer meios, sem audiência da palavra divina e sem o uso dos santos sacramentos, atrai o homem a si, o ilumina, justifica e salva.

81 7. Também os que imaginam que, na conversão e regeneração, Deus cria novo coração e novo homem de modo tal que a substância e a essência do velho homem e, especialmente, a alma racional são completamente aniquiladas e nova essência anímica é criada do nada. Santo Agostinho, expressamente, censura esse erro no comentário sobre o Salmo 25, onde aduz a palavra de Paulo: *Deponite veterem hominem*, "Despojai-vos do velho homem", etc., explicando-a com estas palavras: *Ne aliquis arbitretur deponendum esse aliquam substantiam, exposuit, quid esset: deponite veterem hominem et induite novum, etc., cum dicit in consequentibus: quapropter deponentes mendacium, loquimini veritatem. Ecce hoc est deponere veterem hominem et induere novum*[338], etc. Isto é: para não acontecer que alguém julgue que se deve depor a substância ou a essência do homem, ele mesmo explicou o que vem a ser despojar-se do velho homem e revestir-se do novo, ao dizer nas palavras subseqüentes: Por isso, deixai a mentira e falai a verdade. Eis que isso é despojar-se do velho homem e revestir-se do novo.

---

[337] BSLK (p. 904, nota 5), além de remeter a Belarmino, *De iustificatione impii*, 1, IV, 10 e *De gratia et lib. arbitrio* 1, VI, 10; Tomás de Aquino, *Summa Theologiae*, 1, II, q. 108a 1-4 e q. 114a 1-10; à bula *Ex omnibus afflictionibus*, 1567, Pio V, remete a um texto em que o Concílio de Trento (Sessão VI, cânone 32) anatematiza os que negam que as boas obras do justificado merecem aumento da graça, a vida eterna e aumento da glória. Transcrevemos de *Enchiridion Symbolorum*, Denzinger-Schönmetzer, 842: *Si quis dixerit, hominis iustificati bona opera ita esse dona Dei, ut non sint etiam bona ipsius iustificati merita, aut ipsum iustificatum bonis operibus, quae ab eo per Dei gratiam et Iesu Christi meritum (cuius vivum membrum est), fiunt, non vere mereri augmentum gratiae, vitam aeternam et ipsius vitae aeternae (si tamen in gratia decesserit) consecutionem, atque etiam gloriae augmentum: an.s.* ("Se alguém disser que as boas obras do homem justificado são dons de Deus de forma tal que não são também bons méritos do justificado, ou que o justificado pelas boas obras que ele faz pela graça de Deus e pelo mérito de Jesus Cristo, do qual é membro vivo, não merece verdadeiramente um aumento da graça, a vida eterna e, caso morra na graça, a consecução da própria vida eterna, e também um aumento de glória: seja anátema").

[338] *Enarratio in Psal.* XXV II, 1, MSL XXXVI, 188,189.

8. Também, caso se usarem, sem explicação, as maneiras de falar que seguem: que a vontade do homem, antes da conversão, na conversão, e depois dela, resiste ao Espírito Santo, e que o Espírito Santo é dado aos que lhe resistem. 82

Pois da explanação precedente é manifesto que, onde mudança nenhuma para o bem no intelecto, na vontade e no coração sucede pelo Espírito Santo, e o homem de modo nenhum crê a promessa e não é preparado por Deus para a graça, senão que de todo resiste à palavra, aí nenhuma conversão ocorre nem pode ocorrer. Pois a conversão é mudança tal no intelecto, na vontade e no coração do homem pela operação do Espírito Santo que o homem, por essa operação do Espírito Santo, pode aceitar a graça oferecida. E, na verdade, todos os que obstinada e persistentemente resistem às operações e aos impulsos do Espírito Santo, que ocorrem por intermédio da palavra, não recebem o Espírito Santo, porém o entristecem e o perdem. 83

Contudo, também nos renascidos continua uma rebelião, da qual a Escritura faz menção: que a carne milita contra o Espírito. Também, que as paixões carnais fazem guerra contra a alma e que a lei dos membros guerreia contra a lei da mente[339]. 84

Por conseguinte, o homem irregenerado resiste inteiramente a Deus e é totalmente servo do pecado. Mas o renascido se deleita na lei de Deus, segundo o homem interior; vê, todavia, em seus membros, a lei do pecado, que guerreia contra a lei da mente. Por isso, com a mente serve à lei de Deus, porém, segundo a carne, à lei do pecado, Rm 7[340]. Dessa maneira, deve-se e pode-se explicar e ensinar cabal, clara e adequadamente a opinião correta. 85

Quanto às fórmulas: *Hominis voluntas in conversione non est otiosa, sed agit aliquid,* e: *Trahit Deus, sed volentem trahit*[341], isto é, a vontade do homem na conversão não é coisa ociosa, mas também faz algo; e: Deus atrai, mas atrai aquele que tem vontade, são fórmulas que foram introduzidas para confirmar o livre-arbítrio natural na conversão do homem contra a doutrina da graça de Deus. A explanação apresentada acima torna manifesto que essas fórmulas não são análogas à forma da sã doutrina, porém lhe são contrárias. Deve-se, por isso, evitá-las com razão quando se trata da conversão a Deus. 86

Pois a conversão de nossa vontade corrompida, que outra coisa não é senão ressurreição da mesma da morte espiritual, é única e exclusivamente obra de Deus, assim como o ressuscitamento na ressurreição corporal da carne também se deve atribuir somente a Deus, conforme acima se mostrou de maneira cabal e se demonstrou com testemunhos manifestos da Sagrada Escritura. 87

Mas a maneira como Deus, na conversão, transforma pessoas rebeldes e nolentes em pessoas volentes, pela atração do Espírito Santo, e que, depois dessa conversão a vontade renascida do homem não é ociosa no diário exercício do 88

---

[339] Gl 5.17; 1 Pe 2.11; Rm 7.23.

[340] Rm 7.22,23,25.

[341] Sentenças usadas por João Crisóstomo e Pseudo-Basílio, e freqüentes vezes citadas por Melanchthon. Por ex., em seus *Loci,* de 1543 (CR 21, 658).

arrependimento, mas também coopera em todas as obras do Espírito Santo, que ele faz por intermédio de nós, isso foi explicado suficientemente acima.

89 Assim, também, quando Lutero diz que o homem, quanto à sua conversão, se comporta *pure passive*[342], isto é, que absolutamente nada faz nesse sentido, mas apenas sofre o que Deus nele opera, ele não quer dizer que a conversão ocorre sem a pregação e a audição da palavra divina. Também não quer dizer que na conversão nenhum novo movimento é despertado em nós pelo Espírito Santo e nenhuma operação espiritual é iniciada. Quer dizer, isto sim, que o homem de si mesmo, ou de suas forças naturais, nada pode fazer ou em nada pode ajudar para a sua conversão, e que a conversão é, não apenas em parte, mas inteiramente, operação, dom, presente e obra do Espírito Santo somente, o qual a efetua e opera por sua força e poder, por intermédio da palavra, no intelecto, na vontade e no coração do homem *tanquam in subjecto patiente*, isto é, sem que o homem nada faça ou opere, sofrendo apenas. Não como uma estátua é esculpida em pedra, ou um selo impresso em cera, que nada sabe a respeito, nem o percebe ou quer, mas do modo há pouco referido e explanado[343].

90 Visto que também a juventude nas escolas foi grandemente desnorteada com a doutrina das três causas de nossa conversão a Deus, quanto à maneira come elas (a saber, a palavra de Deus pregada e ouvida, o Espírito Santo e a vontade do homem) concorrem, mais uma vez é manifesto da explicação acima que a conversão a Deus é exclusivamente obra de Deus Espírito Santo, o qual é o verdadeiro Mestre que, ele só, opera isso em nós, para o que usa a pregação e a audição de sua santa palavra como seu meio e instrumento ordinário. Mas o intelecto e a vontade do homem irregenerado outra coisa não são senão apenas *subiectum convertendum*, isto é, aquilo que deve ser convertido, sendo o intelecto e a vontade de um homem espiritualmente morto, no qual o Espírito Santo opera a conversão e a renovação. Para essa obra, a vontade do homem a ser convertido nada faz, mas apenas deixa que Deus nele opere, até ser convertido. Então coopera com o Espírito Santo naquilo que é agradável a Deus, em boas obras subseqüentes, da maneira e na medida acima pormenorizadamente explicadas.

III DA JUSTIÇA DA FÉ PERANTE DEUS

1 A terceira controvérsia surgida entre alguns teólogos da Confissão de Augsburgo diz respeito à justiça de Cristo ou da fé, que Deus imputa por graça, pela fé, a pobres pecadores para justiça.

2 Pois uma parte[344] argumentou que a justiça da fé, que o apóstolo[345] chama justiça de Deus, é a justiça essencial de Deus, a qual é o próprio Cristo, como

---

[342] WA 18, 697,28: *mere passive*; WA 2, 421,7. Cf. Chemnitz, *Examen Concilii Tridentini*, 1, 5 , ed. Preuss, 144.

[343] Vid. acima, II, 62.

[344] André Osiander.

[345] Rm 1.22.

o verdadeiro, natural e essencial Filho de Deus, que, pela fé, habita nos eleitos e os impulsa a fazerem o que é justo, e assim é a justiça deles, e que os pecados de todos os homens, comparados com essa justiça, são como uma gota de água comparada ao mar imenso.

3 Contra isso, alguns[346] sustentaram e ensinaram que Cristo é nossa justiça apenas segundo a sua natureza humana.

4 Em oposição a ambas as partes, os outros mestres da Confissão de Augsburgo[347] ensinaram unânimes que Cristo é nossa justiça não somente[348] segundo a natureza divina, também não tão-só segundo a natureza humana, mas segundo ambas as naturezas. Como Deus e homem, com sua perfeita obediência, ele nos redimiu de nossos pecados, justificou-nos e nos salvou. Que, por conseguinte, a justiça da fé é perdão dos pecados, reconciliação com Deus, e que somos adotados como filhos de Deus apenas em virtude da obediência de Cristo, a qual, somente pela fé, é imputada, por mera graça, a todos os verdadeiros crentes para justiça, e que por causa dela são absolvidos de toda a sua injustiça.

5 Além disso[349], outras disputas[350] sobre o artigo da justificação foram causadas e suscitadas pelo Ínterim[351] e de outra maneira, as quais serão explicadas mais adiante, *in antihesi*[352], isto é, na enumeração daqueles que contradizem a doutrina pura nesse artigo.

6 Esse artigo da justificação pela fé é (como diz a Apologia[353]) "o principal de toda a doutrina cristã", "sem a qual nenhuma pobre[354] consciência pode ter

---

[346] Francisco Stancaro, monge italiano que se opôs a Osiander quando este ensinou sua teoria em Königsberg. Como fonte da tese de Stancaro considera-se Pedro Lombardo, *Sent.* III d 19 c 7.

[347] Principalmente Filipe Melanchthon, Joaquim Mörlin, Justus Menius, Matias Flácio Ilírico, Nicolau von Amsdorf, Nicolau Gallus e Mateus Lauterwaldt.

[348] E. Wolf (BSLK, p. 915, nota 1) observa que no *Bekenntnis* (de Osiander) não se encontra a tese formulada com esta exclusividade, que o "somente" se encontra apenas na proposição do problema, não nas respostas, as quais, todavia – continua Wolf –, sugerem a inclusão da particula exclusiva. Um dos lugares aos quais o autor remete e onde a inclusão estaria sugerida é B1. Q 3 a. No lugar indicado, Osiander, depois de formular a questão, diz que sua resposta, pura, correta e clara, é que Cristo é nossa justiça segundo a sua natureza divina e não segundo a natureza humana. T. Mahlmann (*Das neue Dogma der lutherischen Christologie*, 1969, p. 97), que transcreve parte do texto a que Wolf alude ("Hie ist nun mein lautere, richtige und klare Antwort, das er nach seiner Göttlichen Natur unser Gerechtigkeit sey und nicht nach der Menschlichen Natur"), comenta que o torneio "und nicht" ("e não") do texto de Osiander revela claramente que está incluído logicamente em "apenas" ou "somente" onde se diz "segundo a natureza divina". Cf. também o texto da *Widerlegung* transcrito por Wolf, loc. cit.

[349] *Über das.* Texto lat.: *Praeter hanc controversiam* ("Além dessa controvérsia").

[350] *Disputationes.*

[351] Texto lat.: *occasione formulae Interim seu interreligionis* ("por ocasião da fórmula do Ínterim ou da inter-religião").

[352] Vid. abaixo, III, 45-51.

[353] Vid. Apologia IV, 2, 3 e versão germânica de Justus Jonas, BSLK, p. 159.

[354] *Arm.* Assim, na tradução de Justus Jonas. Cf. BSLK, p. 159. No Livro de Concórdia latino de 1584, bem como no de 1580: *conscientiae perturbatae*. Na Apologia: *piis conscientiis.*

qualquer consolo firme ou reconhecer devidamente a riqueza da graça de Cristo", como também escreveu o Dr. Lutero: "Se este só artigo permanece puro na arena, também a cristandade continua pura, belamente concorde e sem quaisquer sectarismos. Todavia, onde ele não permanece puro, é impossível resistir a

7 qualquer erro ou espírito fanático"[355], Tom. 5. Jena, p. 159. E, nesse artigo, Paulo diz especialmente que "um pouco de fermento leveda a massa toda"[356]. Por essa razão, urge com tão grande zelo e seriedade, nesse artigo, as *particulae exclusivae* (isto é, as palavras que excluem as obras dos homens, a saber: "sem a lei, sem obras, pela graça"[357]), a fim de indicar com isso quão altamente necessário é que nesse artigo, além de expor a doutrina pura[358], a *antithesis*, isto é, toda doutrina contrária, através disso, seja separada, evidenciada e rejeitada[359].

8 Por isso, a fim de explanar esta controvérsia cristãmente, de acordo com a palavra de Deus e, com sua graça, resolvê-la, nossa doutrina, fé e confissão é como segue:

9 A respeito da justiça da fé ante Deus, cremos, ensinamos e confessamos unanimente, de acordo com o epítome de nossa fé e confissão cristãs acima apresentado[360]: que o pobre pecador é justificado diante de Deus, isto é, absolvido e declarado livre e isento de todos os seus pecados e da sentença de bem merecida condenação, e é recebido para a adoção de filho e a herança da vida eterna, sem qualquer "mérito ou dignidade" de nossa parte, também, sem quaisquer obras antecedentes, presentes ou subseqüentes, tão-só por graça, exclusivamente por causa do só mérito, da obediência integral, do amargo sofrimento, da morte e da ressurreição de Cristo, nosso Senhor, cuja obediência nos é atribuída como justiça.

10 O Espírito Santo nos oferece esses tesouros na promessa do santo evangelho, e a fé é o único meio pelo qual os apreendemos, aplicamo-los a nós e os

11 tornamos nossos. Essa fé é dom de Deus pelo qual, acertadamente, chegamos a conhecer a Cristo, nosso Salvador, na palavra do evangelho, e nele confiamos que somente por causa da sua obediência, por graça, temos perdão dos pecados, somos considerados piedosos e justos por Deus Pai e nos salvamos eternamente.

12 Por isso, devem considerar-se e tomar-se como significando a mesma coisa as sentenças de Paulo de que somos justificados pela fé, Rm 3[361], ou que

---

[355] WA 31/I, 255,4-10.

[356] 1 Co 5.6.

[357] 1 Co 5.6; Gl 5.9.

[358] *Neben reiner Lehre*. Literalmente: "ao lado (a par, além) de doutrina pura". Texto lat.: *ut in hoc articulo non modo sincera doctrina perspicue explicetur* ("que neste artigo não só seja exposta claramente a doutrina pura").

[359] Ou: separada, excluída e rejeitada. No original: *abgesondert, ausgesetzt und verworfen*. Texto lat.: *segregentur, excludantur et reiiciantur*.

[360] I. e., os Credos Ecumênicos, a Confissão de Augsburgo, a Apologia da Confissão de Augsburgo, os Artigos de Esmalcalde, o Catecismo Menor e o Catecismo Maior. Vid. acima, Declaração Sólida, Da Suma, 1-9.

[361] Rm 3.28.

a fé nos é atribuída como justiça, Rm 4[362], e as sentenças de que, pela obediência do único mediador, Cristo, nos tornamos justos, ou que, por um só ato de justiça, a justificação da fé vem sobre todos os homens, Rm 5[363]. Pois a fé não justifica por ser obra tão boa e tão bela virtude, e sim, porque apreende e aceita o mérito de Cristo na promessa do santo evangelho. Pois o mesmo tem de ser aplicado a nós e tornado nosso mediante a fé, se por ele devemos ser justificados. De sorte que a justiça, que diante de Deus é atribuída à fé ou aos crentes por mera graça, é a obediência, o sofrimento e a ressurreição de Cristo, já que ele satisfez a lei por nós e pagou pelos nossos pecados. Pois, como Cristo não é apenas homem, mas Deus e homem em uma pessoa indivisa, tão pouco esteve sob a lei – porquanto é Senhor da lei – quão pouco teve de sofrer e morrer por sua pessoa. Por essa razão, sua obediência não só no sofrer e morrer, mas também nisso de que, voluntariamente, foi posto sob a lei em nosso lugar e a cumpriu com essa obediência, nos é atribuída como justiça, de modo que, por causa dessa obediência integral, que ele prestou por nós ao seu Pai celeste no fazer e sofrer, na vida e na morte, Deus nos perdoa os pecados, nos reputa por piedosos e justos e nos salva eternamente. Essa justiça nos é oferecida pelo Espírito Santo, mediante o evangelho e nos sacramentos, e aplicada, tornada nossa e aceita pela fé, de onde os crentes têm a reconciliação com Deus, o perdão dos pecados, a graça de Deus, a adoção de filhos e a herança da vida eterna. 13 14 15 16

17 Por conseguinte, a palavra "justificar", aqui, significa declarar justo e livre de pecados e absolver do castigo eterno desses pecados por causa da justiça de Cristo, que é atribuída à fé por Deus, Fp 3[364]. Tal uso e acepção dessa palavra é comum nas Sagradas Escrituras do Antigo Testamento e do Novo. Pv 17[365]: "O que justifica o perverso e o que condena o justo, abomináveis são para o Senhor, tanto um como o outro". Is 5[366]: "Ai dos que por suborno justificam o perverso, e ao justo negam justiça!". Rm 8[367]: "Quem intentará acusação contra os eleitos de Deus? É Deus quem os justifica", isto é, absolve e declara livres de pecados.

18 Todavia, visto que, por vezes, a palavra *regeneratio*, regeneração, é usada em lugar da palavra *iustificatio*, justificação, é necessário que essa palavra seja devidamente explicada, a fim de a renovação, que segue à justificação pela fé, não ser confundida com a justificação pela fé, porém, sejam apropriadamente distinguidas uma da outra.

19 Pois a palavra *regeneratio*, isto é, regeneração, em primeiro lugar, é usada de modo que compreende, simultaneamente, o perdão dos pecados apenas por causa de Cristo e a subseqüente renovação que o Espírito Santo opera na-

---

[362] Rm 4.5.

[363] Rm 5.19,18. *Die Rechtfertigung des Glaubens* – da tradução de Lutero em sua forma primitiva. Texto lat.: *iustificatio vitae*.

[364] Fp 3.9.

[365] Pv 17.15.

[366] Is 5.22.

[367] Rm 8.33.

queles que são justificados pela fé. Também é usada somente *pro remissione peccatorum et adoptione in filios Dei*, isto é, para significar apenas o perdão dos pecados e que recebemos a adoção de filhos de Deus. E, nessa segunda acepção, a palavra é, muitas vezes, empregada na Apologia, onde está escrito: *Iustificatio est regeneratio*[368], isto é, a justificação diante de Deus é a regeneração, como também S. Paulo usa essas palavras discriminadamente. Tt 3[369]: "Ele nos salvou mediante o lavar regenerador do Espírito Santo".

20 Também a palavra *vivificatio*, isto é, vivificação, de vez em quando foi usada no mesmo sentido. Pois, quando o homem é justificado pela fé (a qual somente o Espírito Santo opera), tal coisa verdadeiramente é regeneração, porque de filho da ira passa a filho de Deus, e, assim, da morte para a vida, conforme está escrito: "Estando nós mortos em nossos delitos, nos deu vida juntamente com Cristo", Ef 2[370]. Da mesma forma: "O justo viverá por fé", Rm 1[371]. Nesse sentido, a palavra é usada muitas vezes na Apologia[372].

21 Mas também é freqüentemente usada para designar a santificação e a renovação, que segue à justificação pela fé, conforme a usou o Dr. Lutero, no livro *Da Igreja e dos Concílios*[373], e alhures.

22 Mas quando ensinamos que pela operação do Espírito Santo renascemos e somos justificados, isso não quer dizer que, depois do renascimento, já nenhuma injustiça, na essência e na vida, adere aos justificados e regenerados, porém, que Cristo, com sua perfeita obediência, cobre todos os pecados deles, os quais nesta vida ainda estão cravados na natureza. Apesar disso, porém, são declarados e considerados santos e justos pela fé e por causa dessa obediência de Cristo (a qual Cristo por nós prestou ao Pai desde o seu nascimento até a ignominiosíssima morte de cruz), nada obstante o fato de eles, em virtude de sua natureza corrompida, ainda serem pecadores e continuarem a sê-lo até a sepultura. Por outro lado, isso não significa que podemos ou devemos seguir nos caminhos do pecado, neles ficar e continuar, sem arrependimento, conversão e melhora.

23 Pois contrição genuína deve preceder. E aos que, como dissemos, por mera graça, por causa de Cristo, único mediador, somente pela fé, sem quaisquer obras e méritos, são justificados perante Deus, isto é, são recebidos na graça, a esses também é dado o Espírito Santo, o qual os renova e santifica, e neles opera amor a Deus e ao próximo. Mas como na presente vida a renovação começada é imperfeita e o pecado ainda habita na carne, mesmo no caso dos renascidos, a justiça da fé perante Deus consiste na graciosa imputação da

---

[368] Apologia IV, 72: *et quia iustificari significat ex iniustis iustos effici seu regenerari*; IV, 78: *Igitur sola fide iustificamur, intelligendo iustificationem, ex iniusto iustum effici seu regenerari; IV, 117: ex iniustis iusti efficiamur seu regeneremur*. Cf. CR 27, 466, 468, 470: *Iustificatio est regeneratio.*

[369] Tt 3.5.

[370] Ef 2.5.

[371] Rm 1.17.

[372] Por ex., Apologia IV, 250; VII, 31.

[373] OSel 3,382; 405ss.

justiça de Cristo, sem adição de nossas obras, de modo tal que nossos pecados nos são perdoados e são cobertos, não sendo imputados, Rm 4[374].

24 Mas, a fim de o artigo da justificação continuar puro, é preciso que se atente muito bem, com especial diligência, nisso de evitar que aquilo que precede a fé e o que a ela segue seja misturado ao artigo da justificação ou nele inserido, como a ele necessário e pertencente, visto não ser uma só ou a mesma coisa falar da conversão e da justificação.

25 Pois nem tudo o que pertence à conversão simultaneamente pertence ao artigo da justificação, ao qual apenas pertencem e são necessários a graça de Deus, o mérito de Cristo e a fé, que recebe isso na promessa do evangelho, por que[375] a justiça de Cristo nos é atribuída, de onde alcançamos e temos perdão dos pecados, reconciliação com Deus, adoção de filhos e herança da vida eterna.

26 Por conseguinte, não há fé verdadeira, salvadora, naqueles que estão sem contrição e pesar e têm o mau propósito de ficar e perseverar em pecados. Mas verdadeira contrição precede e verdadeira fé existe em verdadeiro arrependimento ou com ele.

27 Também o amor é fruto que certa e necessariamente segue à fé verdadeira. Pois, se alguém não ama, isso é indicação segura de que não é justificado, mas ainda está na morte ou perdeu a justiça da fé, como diz João em 1 João 3[376]. Mas quando Paulo diz: "O homem é justificado pela fé, sem obras"[377], com isso indica que nem a contrição precedente, nem as obras subseqüentes pertencem ao artigo ou assunto da justificação da fé. Pois boas obras não precedem a justificação, senão que lhes seguem, e a pessoa deve estar justificada antes que possa fazer boas obras.

28 Da mesma forma, também a renovação e a santificação, ainda que, igualmente, sejam benefícios de Cristo, o mediador, são obras do Espírito Santo, não pertencem ao artigo ou assunto da justificação diante de Deus, mas lhe seguem, visto que, em razão de nossa carne corrompida, elas não são inteiramente puras e perfeitas nesta vida. Bem escreve a esse respeito o Dr. Lutero em sua bela e extensa exposição da Epístola aos Gálatas[378], onde diz o seguinte: 29 "Certamente, concedemos que também se deve ensinar sobre amor e boas obras, mas de modo tal que aconteça quando e onde for necessário, a saber, quando tratamos de obras à parte dessa matéria da justificação. Aqui, todavia, a questão principal de que se trata não é a pergunta sobre se a gente também deve praticar boas obras e amar, mas por intermédio de que se pode ser justificado diante de Deus e salvo. E, aqui, respondemos com S. Paulo[379] dessa maneira: que somos justifica-

---

[374] Rm 4.6-8.
[375] *Dadurch.*
[376] 1 Jo 3.14.
[377] Rm 3.28.
[378] WA 41, 240.
[379] Rm 3.28.

dos 'somente pela fé'[380] em Cristo, e não pelas obras da lei ou pelo amor. Não de maneira que rejeitemos, com isso, inteiramente as obras e o amor, como os adversários, falsamente, difamam e acusam, mas a fim de não nos deixarmos desviar, como bem o quisera Satanás, da questão principal, de que aqui se trata, para assunto diverso, estranho, que de modo nenhum pertence a essa matéria. Por isso, enquanto estamos tratando desse artigo da justificação, rejeitamos e condenamos as obras, visto que esse artigo é de natureza tal que não pode admitir nenhuma discussão ou trato das obras. Em virtude disso, nessa questão cortamos sumariamente tudo o que diz respeito a lei e obras da lei". Até aqui Lutero.

30 Por essa razão, e a fim de corações entristecidos terem consolo firme e certo, também, para que se dê a devida honra ao mérito de Cristo e à graça de Deus, a Escritura ensina que a justiça da fé perante Deus consiste unicamente na graciosa reconciliação ou perdão dos pecados, com que somos presenteados meramente de graça, por causa do mérito exclusivo de Cristo, o mediador, e que é recebida somente pela fé na promessa do evangelho. Da mesma forma, na justificação perante Deus, a fé também não confia na contrição nem no amor ou em outras virtudes, mas tão-somente em Cristo, e nele, em sua perfeita obediência, com a qual cumpriu a lei por nós, obediência que é atribuída aos crentes para justiça.

31 Nem é a contrição, o amor ou outra virtude, senão apenas a fé o único meio e instrumento com que e por meio do qual podemos receber e aceitar a graça de Deus, o mérito de Cristo e o perdão dos pecados, que nos são oferecidos na promessa do evangelho.

32 Também se diz com acerto que os crentes que tiverem sido justificados pela fé em Cristo possuem, nesta vida, primeiro, a justiça imputada da fé e, depois, também a justiça iniciada da nova obediência ou das boas obras. Mas essas duas não devem ser misturadas uma com a outra ou introduzidas simultaneamente no artigo da justificação pela fé perante Deus. Pois, visto que essa justiça iniciada ou a renovação em nós é incompleta e impura na presente vida, por causa da carne, não se pode, com ela e por ela, subsistir perante o tribunal de Deus. Apenas a justiça da obediência, do sofrimento e da morte de Cristo, que é atribuída à fé, pode subsistir diante do juízo de Deus, de modo que somente em razão dessa obediência a pessoa (mesmo depois de sua renovação, quando já tem muitas boas obras e vive a melhor vida) agrada a Deus, torna-se aceitável e recebe a adoção de filho e a herança da vida eterna.

33 Cabe, aqui, referir o que S. Paulo escreve em Rm 4[381]: que Abraão foi justificado diante de Deus somente pela fé, por causa do Mediador, sem o adicio-

---

[380] *Allein durch den Glauben* (*sola fide, solum per fidem ou per solam fidem*) é como Lutero traduz Rm 3.28. Ele defendeu sua tradução numa carta aberta (Carta aberta do Dr. Martinho Lutero a respeito da Tradução e da Intercessão dos Santos, 1530, in OSel 8,206-233. Cf., especialmente, 210,14-217,26), em que expõe princípios da arte de traduzir, que são objeto de comentários desde então até hoje. Cf., p. ex., o recente artigo de John L. Bechtel, "*The modern application of Martin Luther's Open Letter on Translating*", in Seminary Studies, Universidade de Andrew, vol. XI, julho de 1973, pp. 145-151.

[381] Rm 4.3.

namento de suas obras, não apenas quando, primeiro, foi convertido da idolatria e não tinha boas obras, mas também depois, quando estava renovado pelo Espírito Santo e ornado com muitas e excelentes boas obras, Gn 15; Hb 11[382]. E Paulo faz este pergunta, Rm 4[383]: Em que se firmava, então, a justiça de Abraão diante de Deus (por intermédio da qual ele tinha um Deus gracioso e lhe era agradável e aceitável para a vida eterna)?

34 A isso responde: "Mas ao que não trabalha, porém crê naquele que justifica o ímpio, a sua fé lhe é atribuída como justiça. E é assim também que Davi declara ser bem-aventurado o homem a quem Deus atribui justiça, independentemente de obras"[384]. 35 Por conseguinte, ainda que os convertidos e crentes tenham iniciado renovação, santificação, amor, virtudes e boas obras, essas não podem nem devem ser introduzidas no artigo da justificação diante de Deus ou com ele misturadas, a fim de que Cristo Redentor fique com sua honra e as consciências tentadas possam ter seguro consolo, visto ser incompleta e impura nossa nova obediência.

36 E essa é a intenção do apóstolo Paulo quando, nesse artigo, insiste com tanta diligência e seriedade nas *particulae exclusivae*, isto é, nas palavras por que as obras são excluídas do artigo da justiça da fé: *absque operibus, sine lege, gratis, non ex operibus*, isto é, de graça, sem mérito, sem lei, sem obras, não de obras, etc. Todas essas *exclusivae* são resumidas quando se diz: Somos justificados diante de Deus e salvos "pela fé somente". Pois, através disso, as obras são excluídas não no sentido de que fé verdadeira bem poderia existir sem contrição verdadeira ou como se as boas obras não devessem nem pudessem seguir à fé verdadeira como frutos certos e indubitados, ou como se aos crentes não fosse permitido nem obrigatório fazer algo de bom. Mas as boas obras são excluídas do artigo da justiticação diante de Deus no sentido de que não devem ser introduzidas no trato da justificação do pobre pecador diante de Deus, nem entrelaçadas ou misturadas com ele, como necessárias ou pertinentes à justificação[385]. E nisso consiste o verdadeiro sentido das *particulae exclusivae in articulo iustificationis*, isto é, das supramencionadas palavras no artigo da justificação. E é necessário que nelas se martele com toda a diligência e seriedade nesse artigo:

37 1. Que, com isso, todas as próprias obras, mérito, dignidade, glória e confiança em todas as nossas obras são inteiramente excluídos do artigo da justificação, de modo tal que, nem inteiramente, nem pela metade, nem pela mínima parte, as nossas obras devem ser entendidas e tidas como causa ou mérito da justificação, como se Deus considerasse esse artigo e tratado, ou no qual nos pudéssemos ou devêssemos fiar.

38 2. Que o único ofício e propriedade da fé continue sendo de que somente ela, e nenhuma outra coisa, é o meio e o instrumento com o qual e pelo qual a

---

[382] Gn 15.6; Hb 11.8.

[383] Rm 4.1.

[384] Rm 4.5,6.

[385] Na ed. Tappert (p. 545) não aparece a tradução das palavras als *darzu nötig oder gehörig*.

graça de Deus e o mérito de Cristo na promessa do evangelho são recebidos, apreendidos, aceitos, aplicados a nós e tornados nossos. Desse ofício e propriedade de aplicação ou apropriação são excluídos o amor e todas as outras virtudes ou obras.

39 3. Que nem a renovação, nem a santificação, nem as virtudes ou as boas obras são *tanquam forma aut pars aut causa iustificationis*, isto é, nossa justiça diante de Deus, nem devem ser constituídas e postas como parte ou causa de nossa justiça, e sob nenhum pretexto, título ou nome devem ser misturadas ao artigo da justificação como a ela necessárias e pertinentes. A justiça da fé consiste exclusivamente no perdão dos pecados, por mera graça, tão-só por causa do mérito de Cristo, bens que nos são oferecidos na promessa do evangelho e são recebidos, aceitos, aplicados a nós e tornados nossos unicamente pela fé.

40 Da mesma forma, deve permanecer e ser mantida a ordem entre fé e boas obras. Também entre justificação e renovação ou santificação.

41 Pois as boas obras não precedem à fé, nem à justificação precede a santificação, senão que, primeiro, o Espírito Santo, na conversão, através do ouvir do evangelho, acende em nós a fé. Esta apreende a graça de Deus em Cristo, pela qual a pessoa é justificada. Depois, quando a pessoa está justificada, também é renovada e santificada pelo Espírito Santo, renovação e santificação de que, então, se seguem os frutos das boas obras. *Et haec non ita divelluntur quasi vera fides aliquando et aliquamdiu stare possit cum malo proposito, sed ordine causarum et effectuum antecedentium et consequentium ita distribuuntur; manet enim quod Lutherus recte dicit: Bene conveniunt et sunt connexa inseparabiliter fides et opera, sed sola fides est, quae apprehendit benedictionem sine operibus, et tamen nunquam est sola.* Isto é: Não se deve entender isso como se a justificação e a renovação estivessem separadas uma da outra, de maneira tal que, ocasionalmente, fé verdadeira pudesse existir e permanecer por algum tempo lado a lado com um mau propósito, senão que, com isso, apenas se indica a ordem na qual uma coisa precede ou segue à outra, pois que, todavia, fica verdadeiro o que, acertadamente, diz o Dr. Lutero[386]: A fé e as boas obras bem acordam e se harmonizam, mas é somente a fé que apreende a bênção sem as obras, contudo, jamais e em tempo algum, ela está só. Isso ficou explicado acima.

42 Também se explicam de maneira proveitosa e hábil muitas discussões através de recurso a essa distinção verdadeira, da qual a Apologia[387] trata a propósito de Tiago 2[388]. Pois quando se fala da maneira como a fé justifica, o ensino de S. Paulo é que somente a fé justifica, sem obras, ao aplicar-nos e tornar nosso o mérito de Cristo, conforme dissemos.

Mas quando se pergunta em que e por meio de que o cristão pode reconhecer, em si mesmo ou em outros, fé verdadeira, viva, e distingui-la de fé simulada, morta (já que muitos cristãos indolentes e seguros se imaginam uma

---

[386] WA 40, 255,38.

[387] Apologia IV, 244.

[388] Tg 2.24. Na ed. Tappert (p. 546), *welchen* é referido, erroneamente, a *disputationes*, o que leva a outro erro: o de traduzir "the various", onde o alemão tem *viel*.

ilusão de fé, não tendo fé verdadeira), a Apologia[389] dá a seguinte resposta: "Tiago chama de morta a fé que não é seguida de toda sorte de boas obras e frutos do Espírito". E, nesse sentido[390], a Apologia latina[391] diz: *Iacobus recte negat nos tali fide iustificari, quae est sine operibus, hoc est, quae mortua est.* Isto é: "São Tiago ensina corretamente quando se nega que sejamos justificados por fé que não tenha obras, que é fé morta".

43 Mas, como diz a Apologia[392], Tiago fala das obras daqueles que já foram justificados por intermédio de Cristo, reconciliados com Deus e já obtiveram perdão dos pecados por Cristo. Quando, porém, se pergunta de onde a fé tem isso de ela justificar e salvar, bem como o que para isso se requer, é falso e incorreto dizer: *fidem non posse iustificare sine operibus; vel fidem, quatenus caritatem, qua formetur, coniunctam habet, iustificare; vel fidei, ut iustificet, necessarium esse praesentiam bonorum operum; aut ad iustificationem vel in articulo iustificationis esse necessariam praesentiam bonorum operum; vel bona opera esse causam sine qua non, quae per particulas exclusivas ex articulo iustificationis non excludantur.* Isto é: que a fé não pode justificar sem as obras; ou que a fé justifica ou torna justo enquanto associada com amor, amor em razão do qual isso é atribuído à fé; ou que a presença das obras junto à fé é necessária para o homem ser por ela justificado diante de Deus; ou que a presença de boas obras no artigo da justificação, ou para a justificação, é necessária de modo tal que as boas obras sejam uma causa indispensável para a justificação do homem, e que elas não são excluídas do artigo da justificação pelas *particulae exclusivae: "absque operibus"*, etc., isto é, quando S. Paulo diz: "sem obras"[393], etc. Pois a fé justifica apenas porque, como meio e instrumento, apreende e aceita a graça de Deus e o mérito de Cristo na promessa do evangelho.

44 Para as finalidades deste escrito, baste isso como explanação sumária da doutrina da justificação pela fé, que foi tratada pormenorizadamente nos escritos supramencionados. Esses também tornam clara a *antithesis*, isto é, a falsa doutrina contrária, a saber, que, além dos erros já mencionados, também devem ser censurados, expostos e rejeitados os erros que seguem e outros a eles semelhantes. Quando se ensina, por exemplo[394]:

45 1. Que nosso amor ou boas obras são mérito ou causa da justificação diante de Deus, inteiramente ou em parte[395].

46 2. Ou que, por boas obras, o homem deve tornar-se digno e apto para que o mérito de Cristo lhe possa ser comunicado.

---

[389] Cf. Apologia IV, trad. alemã, BSLK, p. 209; vid. acima, Apologia IV, 249.

[390] Ed. Tappert (p. 547) não traduz as palavras *auf soliche Meinung*.

[391] Apologia IV, 249.

[392] Apologia IV, 252.

[393] Rm 3.28.

[394] Segundo Hutterus, *Explicatio*, 407ss., as antíteses 1-7 miram as *errores Romanensium* ("erros de romanos"), mas pode presumir-se que, nelas, se pense também em Osiander.

[395] Vid. Martin Chemnitz, *Examen Concilii Tridentini*, I, 9, ed. Preuss, p. 178ss.

47 3. *Vel formalem nostram iustitiam coram Deo esse inhaerentem nostram novitatem seu caritatem.* Isto é: que nossa verdadeira justiça diante de Deus é o amor ou a renovação que o Espírito Santo em nós opera e que está em nós.

48 4. Que a justiça da fé perante Deus consiste de duas partes, a saber, o perdão gracioso dos pecados e, segunda parte, também a renovação ou santificação.

49 5. *Item, fidem iustificare tantum initialiter, vel partialiter, vel principaliter; et novitatem vel caritatem nostram iustificare etiam coram Deo vel completive, vel minus principaliter.*

50 6. *Item, credentes coram Deo iustificari vel coram Deo iustos esse simul et imputatione et inchoatione, vel partim imputatione, partim inchoatione novae obedientiae.*

51 7. *Item, applicationem promissionis gratiae fieri et fide cordis et confessione oris ac reliquis virtutibus.* Isto é: a fé justifica apenas porque a justiça é iniciada em nós por intermédio da fé, ou assim: que a fé tem prioridade na justificação; todavia, a renovação e o amor também pertencem à nossa justiça diante de Deus, conquanto de modo tal que não são a causa principal de nossa justiça, mas assim que, sem tal amor e renovação, nossa justiça diante de Deus não é integral ou perfeita. Também, que os crentes são justificados e justos diante de Deus, simultaneamente, pela justiça atribuída de Cristo e pela nova obediência, principiada, ou, em parte, pela imputação da justiça de Cristo e, em parte, pela iniciada nova obediência. Outrossim, que a promessa da graça se torna nossa pela fé no coração e pela confissão oral e outras virtudes.

52 Também é erro ensinar que o homem deve ser salvo de modo diverso ou por meio de algo diverso do por que é justificado diante de Deus. Dessa maneira: que, deveras, somos justificados sem obras, somente pela fé, sendo, porém, impossível ser salvo ou alcançar a salvação sem obras.

53 Isso é falso por ser diametralmente contrário à declaração de Paulo, Rm 4[396], de que é "bem-aventurado o homem a quem Deus atribui justiça sem obras". E a razão de Paulo é que a maneira como recebemos a justiça e a salvação é uma e a mesma. Sim, que, com isso mesmo de sermos justificados pela fé, simultaneamente, recebemos também a adoção de filhos e a herança da vida eterna e da salvação. Por essa razão, Paulo usa e sublinha as *particulae exclusivae* – isto é, aquelas palavras que excluem totalmente as obras e o mérito próprio, a saber: de graça, sem obras – tão enfaticamente no artigo da salvação quanto no da justiça[397].

54 Da mesma forma, a disputa quanto à inabitação da justiça essencial de Deus em nós deve ser corretamente explicada. Pois, ainda que nos eleitos, que foram justificados por intermédio de Cristo e com Deus estão reconciliados, Deus Pai, Filho e Espírito Santo, que é a justiça eterna e essencial, habita pela fé (pois todos os cristãos são templos de Deus Pai, Filho e Espírito Santo, que também os impele a que ajam retamente), todavia, essa inabitação[398] de Deus

---

[396] Rm 4.6.

[397] *Gerechtigkeit.* Texto lat.: *iustificationis.*

[398] *Einwohnung.*

não é a justiça da fé da qual trata S. Paulo[399] e a que chama de *iustitia Dei*, isto é, justiça de Deus, por causa da qual somos declarados justos diante de Deus, porém, ela segue à precedente justiça da fé, que outra coisa não é senão o perdão dos pecados e a graciosa adoção dos pobres pecadores, somente por causa da obediência e do mérito de Cristo.

55 Por conseguinte, visto que, em nossas igrejas, entre os teólogos da Confissão de Augsburgo, reconhece-se que toda a nossa justiça deve ser procurada fora de méritos, obras, virtudes e dignidade nossos e de todos os homens, e que ela repousa apenas sobre Cristo, o Senhor, deve considerar-se cuidadosamente de que maneira Cristo é chamado nossa justiça nesta matéria da justificação, a saber, que nossa justiça não repousa sobre uma ou outra natureza, mas sobre toda a pessoa de Cristo, o qual, como Deus e homem, é nossa justiça em sua única, inteira e perfeita obediência.

56 Pois, ainda que Cristo tivesse sido concebido sem pecado pelo Espírito Santo, tivesse nascido sem pecado e houvesse cumprido toda a justiça apenas na natureza humana, mas não tivesse sido verdadeiro, eterno Deus, tal obediência e paixão da natureza humana não nos poderia ser atribuída como justiça. Da mesma forma, se o Filho de Deus não se houvesse tornado homem, apenas a natureza divina não poderia ser nossa justiça. Por isso, cremos, ensinamos e confessamos que a inteira obediência da pessoa inteira de Cristo, que ele por nós rendeu ao Pai até a ignominiosíssima morte de cruz, nos é imputada para justiça. Pois a natureza humana, sozinha, sem a divina, nem com obediência nem com sofrimento poderia render satisfação ao eterno e onipotente Deus pelos pecados do mundo inteiro. Mas a deidade sozinha, sem a humanidade, não poderia mediar entre Deus e nós.

57 Visto, porém (conforme acima se mencionou)[400], a obediência ser da pessoa toda, constitui perfeita satisfação e reconciliação do gênero humano, pela qual foi satisfeita a eterna, imutável justiça de Deus, revelada na lei, sendo, assim, nossa justiça que vale perante Deus e que é revelada no evangelho. Nela, a fé confia diante de Deus, e ela é atribuída à fé por Deus, conforme está escrito, Rm 5[401]: "Porque, como pela desobediência de um só homem muitos se tornaram pecadores, assim, também, por meio da obediência de um só muitos se tornarão justos". E 1 Jo 1[402]: "O sangue de Jesus, seu Filho, nos purifica de todo pecado". Da mesma forma: "O justo viverá pela sua fé", Habacuque 2[403].

58 Assim, nem a natureza divina de Cristo nem a humana nos é atribuída por si como justiça, mas, apenas, a obediência da pessoa, que é Deus e homem a um só tempo. E a fé, assim, olha para a pessoa de Cristo, como ela foi posta sob a lei por nós, carregou nossos pecados e, em sua ida ao Pai, rendeu, por nós, pobres pecadores, ao seu Pai celeste, a inteira e perfeita obediência, desde o seu santo

---

[399] Rm 1.17; 3.5; 22.25; 2 Co 5.21, etc.
[400] FC III, 15,16.
[401] Rm 5.19.
[402] 1 Jo 1.7.
[403] Hc 2.4.

nascimento até a morte, tendo, com isso, coberto toda a nossa desobediência, que está cravada em nossa natureza, nos pensamentos, palavras e atos dela, de sorte que não nos é imputada para condenação, senão que é perdoada e remitida por mera graça, exclusivamente por causa de Cristo.

59 Por isso, rejeitamos e condenamos, unanimemente, além dos erros precitados, também os que seguem, e todos os erros semelhantes a esses, como contrários à palavra de Deus, ao ensino dos profetas e apóstolos e à nossa fé cristã:

60 1. Quando se ensina que Cristo é nossa justiça diante de Deus somente segundo a sua natureza divina.

61 2. Que Cristo é nossa justiça apenas segundo a natureza humana.

62 3. Que nas passagens dos profetas e apóstolos, quando se trata da justiça da fé, as palavras "justificar" e "ser justificado" não significam absolver de pecados e alcançar perdão de pecados, porém, ser feito justo, de fato e de verdade, por causa do amor e das virtudes infusos pelo Espírito Santo e das obras que daí se seguem.

63 4. Que a fé não olha apenas para a obediência de Cristo, mas para a sua natureza divina, tal como ela habita e opera em nós, e que, por essa inabitação, os nossos pecados são cobertos aos olhos de Deus.

64 5. Que a fé é um confiar na obediência de Cristo de natureza tal que pode existir e permanecer num homem, ele não tenha verdadeiro arrependimento, e onde, tampouco se segue amor, mas que persiste em pecados contra a sua consciência.

65 6. Que apenas os dons de Deus, e não Deus, habitam nos crentes.

Rejeitamos unanimemente esses erros e todos os demais a eles semelhantes, como contrários à clara palavra de Deus e, pela graça de Deus, perseveramos firmes e constantes na doutrina da justiça da fé perante Deus, conforme proposta, explanada e demonstrada com a palavra de Deus na Confissão de Augsburgo e na Apologia a ela subseqüente.

Quanto ao que for necessário além disso para a explicação apropriada desse elevado e principal artigo da justificação diante de Deus, do qual depende a salvação de nossas almas, a todos remetemos à bela e esplêndida exposição que o Dr. Lutero fez da Epístola de S. Paulo aos Gálatas. Por amor à brevidade, aqui nos reportamos àquela exposição.

IV DAS BOAS OBRAS

1 Entre os teólogos da Confissão de Augsburgo, surgiu também uma controvérsia sobre as boas obras. Uma parte[404] empregou as seguintes palavras e maneira de falar: Boas obras são necessárias para a salvação; sem boas obras é impossível salvar-se. Também: Ninguém foi salvo sem boas obras. Isso porque dos verdadeiros crentes se exigem boas obras como frutos da fé, e a fé sem o amor é morta, ainda que esse amor não seja causa da salvação.

---

[404] Filipe Melanchthon, Jorge Major e Justus Menius.

A outra parte[405], entretanto, defendia, ao contrário, que boas obras, por certo, são necessárias, não, porém, para a salvação, mas por outras razões, e que, por isso, as *propositiones* ou expressões precitadas (como desconformes à forma da sã doutrina e palavra, e que sempre foram, e ainda são, opostas pelos papistas à doutrina de nossa fé cristã em que confessamos que somente a fé justifica e salva) não devem ser toleradas na igreja, para não ser diminuído o mérito de Cristo, nosso Redentor, e a fim de que a promessa da salvação possa ser e permanecer firme e certa aos crentes. 2

Nessa polêmica, alguns poucos[406] também fizeram uso da seguinte proposição ou expressão controvertida[407]: que boas obras são prejudiciais para a salvação[408]. Alguns também argumentaram que boas obras não são necessárias, mas espontâneas, visto que não são extorquidas através de medo e punição da lei, devendo, ao contrário, ser feitas de espírito voluntário e coração alegre. Contra isso, um dos grupos contendeu, dizendo que boas obras são necessárias. 3

Originalmente, essa controvérsia[409] surgiu a propósito das palavras *necessitas* e *libertas*[410], isto é, "necessário" e "livre"[411], visto que especialmente a palavra *necessitas*[412], "necessário"[413], significa não apenas a eterna, imutável ordem, segundo a qual todos os homens têm a obrigação e o dever de serem obedientes a Deus, mas, de vez em quando, também designa a coerção com a qual a lei pressiona os homens a que façam boas obras. 4

Posteriormente, contudo, não se discutiu apenas sobre as palavras, senão que se atacou, da maneira mais veemente, a própria doutrina e se argumentou que a nova obediência nos regenerados não é necessária por causa da ordem divina supramencionada[414]. 5

A fim de explicar essa dissensão de maneira cristã e sob a orientação da palavra de Deus, bem como para dirimi-la completamente por sua graça, nossa doutrina, fé e confissão é como segue: 6

Em primeiro lugar, nesse artigo, não há, entre os nossos, controvérsia sobre os seguintes pontos: ser vontade, ordem e mandamento de Deus que os 7

---

405 Nicolau von Amsdorf, Matias Flácio Ilírico, Nicolau Gallus, João Wigand.

406 Nicolau von Amsdorf. Cf. o que E. Wolf diz em BSLK, p. 938, nota 2 e nas remissões da nota.

407 *Streitige*. Texto lat.: *hanc propositionem (quae et ipsa controversiae occasionem dedit)*.

408 Nicolau von Amsdorf.

409 *Solcher Streit*. Texto lat.: *haec posterior controversia*.

410 Necessidade e liberdade.

411 *Notwendig und frei*.

412 Necessidade.

413 *Nötig*.

414 A construção do original germânico é ambígua. Segundo o texto latino, alguns argumentaram "que a nova obediência nos renascidos (a qual a supramencionada ordem divina requer) não é necessária" (*novam obedientiam in renatis (quam supra commemoratus ordo divinus requirit) non esse necessariam*). A assim chamada Segunda Controvérsia Antinomística, principalmente entre André Musculus e Obadias Praetorius. Vid. adiante, artigos V e VI.

crentes devem andar em boas obras, e que obras verdadeiramente boas não são as que cada qual excogita bem intencionalmente, ou obras feitas de acordo com tradições humanas, senão aquelas que o próprio Deus prescreveu e ordenou em sua palavra; também, que obras verdadeiramente boas não se fazem por forças naturais próprias, mas desta maneira: quando a pessoa é reconciliada com Deus pela fé e renovada pelo Espírito Santo, ou, como se expressa Paulo, é "criada" novamente "em Cristo Jesus, para boas obras"[415].

8 Também é incontroverso como e por que as boas obras dos crentes, conquanto impuras e incompletas nesta carne, agradam a Deus e são aceitáveis para ele, a saber, por causa do Senhor Jesus, mediante a fé, porque a pessoa é aceitável para Deus. Pois as obras pertinentes à manutenção da disciplina externa, que também são praticadas pelos descrentes e inconversos, e deles exigidas, ainda que para o mundo sejam louváveis, e, além disso, premiadas por Deus, neste mundo, com bens temporais, são, contudo, em virtude do fato de não procederem de fé verdadeira, pecado aos olhos de Deus, isto é, maculadas de pecado, e são tidas por pecado e impuras diante de Deus, em razão da natureza corrompida e visto a pessoa não estar reconciliada com Deus. Pois "não pode a árvore boa produzir frutos maus"[416]. Como também está escrito em Rm 14[417]: "Tudo o que não provém de fé é pecado". Porque, primeiro, a pessoa deve ser agradável a Deus, e isso apenas por causa de Cristo, de modo que, então, também as obras dessa pessoa são agradáveis a Deus e aceitas por ele.

9 Por isso, deve a fé ser a mãe e a fonte das obras realmente boas e agradáveis a Deus, que Deus quer recompensar neste mundo e no mundo por vir. Esta é a razão por que S. Paulo as chama de "frutos da fé", como, também, do Espírito[418].

10 Pois, como escreve o Dr. Lutero no prefácio à Epístola de S. Paulo aos Romanos[419]: "Assim, a fé é obra divina em nós, que nos transforma e novamente nos gera de Deus, e mata o velho homem, torna-nos homens completamente diferentes no coração, ânimo, mente e todas as forças, e traz consigo o Espírito Santo. Oh! a fé é coisa viva, diligente, ativa, poderosa, de tal sorte
11 que lhe é impossível deixar de operar incessantemente o bem. Nem pergunta ela se boas obras devem ser praticadas, mas antes que se pergunte, as praticou, e sempre está em ação. Aquele, porém, que não faz tais obras é homem sem fé, tateia e olha ao redor de si, buscando a fé e as boas obras, e não sabe nem o que vem a ser fé nem o que são boas obras, contudo, palra e tagarela com
12 muitas palavras sobre fé e boas obras. A fé é confiança viva e decidida na graça de Deus, tão certa que por ela morreria mil vezes. E essa confiança e conhecimento da graça de Deus torna alegre, intrépido e animado para com Deus e todas as criaturas. O Espírito Santo é quem faz isso pela fé e, por isso, o

[415] Ef 2.10.
[416] Mt 7.18.
[417] Rm 14.23.
[418] Gl 5.22; Ef 5.9.
[419] Edição de Erlangen 43, 124s.

homem se torna, sem coerção, disposto e desejoso de fazer o bem a todos, servir a todos e sofrer toda sorte de coisas por amor a Deus e para sua glória, o qual lhe concedeu essa graça. É impossível, assim, separar as obras da fé, tão impossível como separar do fogo o queimar e iluminar".

13 Visto, porém, que entre os nossos inexiste controvérsia sobre esses pontos, não vamos tratar deles aqui extensamente, mas apenas explicar-nos, de maneira simples e clara, com respeito aos pontos controvertidos.

14 Em primeiro lugar, no concernente à necessidade ou voluntariedade das boas obras, é manifesto que na Confissão de Augsburgo e em sua Apologia as seguintes fórmulas são usadas e muitas vezes repetidas: que boas obras são necessárias; igualmente, que é necessário praticar boas obras, que também devem seguir-se, necessariamente, a fé e reconciliação; da mesma forma, que, necessariamente, devemos e temos de praticar boas obras ordenadas por Deus[420]. Assim, também nas próprias Sagradas Escrituras, as palavras "necessidade", "indispensável" e "necessário", como também "dever" e "ter de", são usadas para o que temos o dever de fazer em virtude da ordenação, mandado e vontade de Deus, como Rm 13; 1 Co 9; At 5; Jo 15; 1 Jo 4[421].

15 Por isso, nessa acepção cristã e própria, as expressões ou proposições mencionadas são injustamente censuradas e rejeitadas por alguns. Devem elas ser acertadamente usadas para castigar e rejeitar a segura delusão epicuréia, já que muitos se imaginam uma fé morta ou delusão destituída de arrependimento e boas obras, como se fé verdadeira e mau propósito de persisitr e continuar em pecados pudessem coexistir simultaneamente no coração, o que é impossível. Ou, como se alguém pudesse ter e reter verdadeira fé, justiça e salvação, mesmo que seja e continue a ser árvore deteriorada e infrutífera, de onde nenhum bom fruto venha. Sim, ainda que persista em pecados contra a consciência, ou, propositadamente, retorne a tais pecados, o que é injusto e falso. 16 Mas aqui também se deve manter em mente uma diferença, que se deve entender *necessitas ordinis mandati et voluntatis Christi ac debiti nostri, non autem necessitas coactionis*, isto é: quando se emprega a palavra "necessário", deve entender-se não de coerção, mas apenas da ordenação da imutável vontade de Deus, de quem somos devedores, para onde também aponta o seu mandamento de que a criatura obedeça ao seu Criador. 17 Pois em outros textos, como em 2 Co 9, e na Epístola de S. Paulo e Filemom, também 1 Pe 5[422], chama-se de "necessidade" aquilo que é arrancado de alguém contra a sua vontade, através de coação ou de outra maneira, de modo que ele age exteriormente por aparências, todavia, sem a sua vontade e contra ela. Deus não quer tais obras hipócritas. O povo do Novo Testamento, ao contrário, deve ser povo voluntário, Sl 110, e que ofereça, voluntariamente, sacrifícios, Sl 54, "não a contragosto ou por necessidade", mas que obedeça de coração, 2 Co 9; Rm 6. 18 Porque "Deus ama a quem dá com alegria", 2 Co 9[423]. Assim entendido e nesse sentido,

---

[420] Vid. Confissão de Augsburgo, VI, XX; Apologia IV, 141, 189, 200, 214.
[421] Rm 13.5, 6, 9; 1 Co 9.9; At 5.29; Jo 15.12; 1 Jo 4.11.
[422] 2 Co 9.7; Fm 14; 1 Pe 5.2.
[423] Sl 110.3; Sl 54.6; 2 Co 9.7; Rm 6.17; 2 Co 9.7.

é certo dizer e ensinar que boas obras verdadeiras devem ser feitas espontaneamente ou de espírito voluntário por aqueles que o Filho de Deus libertou. E foi mirando principalmente a esse sentido que alguns conduziram a disputa sobre a voluntariedade das boas obras.

19 Mas, aqui, também se deve notar cuidadosamente a diferença da qual Paulo diz, Rm 7[424]: Estou pronto e "tenho prazer na lei de Deus no tocante ao homem interior", mas em minha carne encontro "outra lei", que não só está indisposta e sem vontade, mas guerreia "contra a lei da minha mente". E com respeito à carne indisposta e rebelde, Paulo diz, 1 Co 9[425]: "Mas esmurro o meu corpo e o reduzo à escravidão", e, Gl 5, Rm 8: "E os que são de Cristo Jesus crucificam, sim, mortificam a carne, com as suas paixões e concupiscências".

20 Mas é falso, e deve ser censurado, alegar e ensinar que boas obras são livres para os crentes no sentido de que eles tenham livre opção quanto a praticá-las ou não, ou quanto a quererem ou poderem agir contrariamente, e que, nada obstante, possam reter a fé, o favor e a graça de Deus.

21 Em segundo lugar, quando se ensina que boas obras são necessárias, também se deve explicar por que e em virtude de que causas elas são necessárias, causas que são enumeradas na Confissão de Augsburgo e na Apologia.

22 Mas aqui é preciso ter muito cuidado para não acontecer que obras sejam introduzidas no artigo da justificação e salvação e a ele misturadas. Por isso, é com razão que se rejeitam as proposições de que boas obras sejam necessárias para a salvação dos crentes, de tal sorte que seja impossível salvar-se sem boas obras, pois são diretamente contrárias à doutrina de *particulis exclusivis in articulo iustificationis et salvationis*, isto é, conflitam com as palavras em que S. Paulo excluiu nossas obras e méritos inteiramente do artigo da justificação e salvação, atribuindo tudo apenas à graça de Deus e ao mérito de Cris-

23 to, conforme explicamos no artigo precedente. Essas proposições também privam as consciências tentadas e atribuladas da consolação do evangelho, dão causa para dúvidas, são de muitas maneiras perigosas, fortelecem a presunção da justiça própria e a confiança nas próprias obras, sendo, além disso, aceitas pelos papistas e, para vantagem deles, usadas contra a doutrina pura da

24 solissalvante fé[426]. Assim, também são contrárias à forma das sãs palavras, como está escrito que é bem-aventurado somente o homem a quem Deus atribui justiça, independentemente de obras, Rm 4[427]. Da mesma forma, no sexto artigo da Confissão de Augsburgo, está escrito que somos salvos independentemente de obras, pela fé somente. Assim, também o Dr. Lutero rejeitou e condenou essas proposições:

25 1. Nos falsos profetas entre os gálatas.

26 2. Nos papistas, em muitíssimos lugares.

---

424 Rm 7.22,23.

425 1 Co 9.27: Gl 5.24; Rm 8.13.

426 *Alleinseligmachenden Glauben*. A doutrina da salvação somente pela fé.

427 Rm 4.6.

3. Nos anabatistas, quando glosam como segue: Na verdade, não deveríamos pôr a fé no mérito das obras; contudo, precisamos tê-las como algo necessário para a salvação. 27

4. Também no caso de alguns dos seus, que desejavam glosar essa *propositio*[428] assim: Ainda que requeiramos as obras como necessárias para a salvação, não ensinamos que se ponha confiança nas obras, no comentário sobre o Gênesis, capítulo 22[429]. 28

Por isso, e pelas razões agora enumeradas, acertadamente deve continuar questão resolvida em nossas igrejas que as maneiras de falar citadas não sejam ensinadas, defendidas ou arredondadas, mas expelidas de nossas igrejas e rejeitadas como falsas e incorretas, como fórmulas que voltaram a ser renovadas em conseqüência do Ínterim[430], dele fluíram e foram introduzidas em debate em tempos de perseguição, quando mais se necessitava de uma confissão clara e correta contra toda sorte de *corruptelae*[431] e adulterações do artigo da justificação. 29

Em terceiro lugar, visto também se discutir sobre isto: se boas obras preservam a salvação ou se são necessárias para conservar a fé, a justiça e a salvação e por ser isso de alta e grande importância, pois "aquele que perseverar até ao fim, esse será salvo", Mt 24, e Hb 3[432]: "Porque nos temos tornado participantes de Cristo, se, de fato, guardamos firme até o fim a confiança que desde o princípio tivemos", também se deve explicar, bem e apropriadamente, de que maneira são preservadas em nós a justiça e a salvação, para não as perdermos. 30

E, por isso, deve-se, em primeiro lugar, censurar e rejeitar seriamente a falsa ilusão epicuréia de alguns que imaginam que fé, justiça e salvação recebidas não se perdem por nenhum pecado ou más obras, mesmo que sejam voluntários e deliberados, mas que o cristão, posto atenda a concupiscência sem temor e despudoradamente, resista ao Espírito Santo e entre propositadamente em pecados contra a consciência, ainda assim retém a fé, a graça de Deus, a justiça e a salvação. 31

Contra essa fantasia perniciosa, devemos, com toda a diligência e seriedade, repetir muitas vezes e inculcar aos cristãos, que foram justificados pela fé, as verdadeiras, imutáveis, divinas ameaças e sérios castigos e admoestações que seguem. 1 Co 6: "Não vos enganeis: nem impuros, nem idólatras, nem adúlteros, etc. herdarão o reino de Deus". Gl 5, Ef 5: "Não herdarão o reino de Deus os que tais coisas praticam". Rm 8: "Se viverdes segundo a carne, cami- 32

---

[428] Proposição.

[429] Engano da Fórmula de Concórdia. Lemos todo o comentário sobre Gênesis 22 (cf. WA 40; Walch, ed. de St. Louis I) e não encontramos nenhum passo em que Lutero condene essa proposição *auch an etlichen andern unter den Seinen*. Condena-a nos oponentes católicos romanos.

[430] O Ínterim de Leipzig, 1548. Vid. CR 7, 60-63.

[431] Corrupções.

[432] Mt 24.13; 10.22; Hb 3.14.

nhais para a morte". Cl 3: "Por estas coisas é que vem a ira de Deus sobre os desobedientes"[433].

33 A Apologia mostra um belo exemplo com respeito a quando e de que maneira se pode intimar, nesta base, a exortação para boas obras sem obscurecer a doutrina sobre a fé e o artigo da justificação, ao dizer, no artigo vigésimo[434], acerca da passagem de 2 Pe 1[435] ("Procurai, com diligência cada vez maior, confirmar a vossa vocação"), o seguinte: "Pedro ensina por que se devem praticar boas obras, a saber, para tornarmos firme a nossa vocação, isto é, a fim de não suceder que venhamos a cair de nossa vocação pela reincidência no pecado. Praticai boas obras, diz ele, a fim de permanecerdes em vossa vocação divina, para não vos desviardes, perdendo o Espírito e os dons, que não vos foram dados por causa das obras subseqüentes, mas de graça, por intermédio de Cristo, e que agora são preservados pela fé. A fé, porém, não permanece naqueles que vivem vida pecaminosa, perdem o Espírito Santo e rejeitam o arrependimento". Até aqui as palavras da Apologia.

34 Por outro lado, porém, o sentido não é que apenas no princípio a fé apreenda a justiça e a salvação, entregando, depois, seu ofício às obras, e que essas, a partir de então, teriam de preservar a fé, a justiça recebida e a salvação. Ao contrário: a fim de que a promessa não só de receber a justiça e a salvação, mas também de preservá-las, nos possa ser firme e certa, Paulo, em Rm 5[436], atribui à fé não apenas a entrada na graça, porém ainda o estarmos na graça e nos "gloriarmos na glória futura", isto é, atribui tudo somente à fé: o princípio, o meio e o fim, da mesma forma, Rm 11[437]: "Pela sua incredulidade foram quebrados; tu, porém, mediante a fé estás firme". Cl 1[438]: "Apresentar-vos-á perante ele santos, inculpáveis e irrepreensíveis, se é que permaneceis na fé". 1 Pe 1[439]: "Sois guardados pelo poder de Deus, mediante a fé, para a salvação". Também: "Obtendo o fim da vossa fé, a salvação das vossas almas".

35 Visto, pois, que é manifesto da palavra de Deus ser a fé o próprio e único meio pelo qual a justiça e a salvação não são apenas recebidas, mas também preservadas por Deus, acertadamente se deve rejeitar o que foi decretado no Concílio de Trento[440] e tudo o mais que se inclina à mesma opinião, a saber, que nossas boas obras preservam a salvação, ou que a recebida justiça da fé,

---

433 1 Co 6.9,10; Gl 5.21 (cf. Ef 5.5); Rm 8.13; Cl 3.6 (cf. Ef 5.6). Em Cl 3.6, a FC diz: *über die Ungehorsamen*. Texto lat.: *super filios incredulitatis*. Algumas autoridades antigas traduzem *epi tous uious tes apeitheias*. Nestle as omite. Por isso estão entre colchetes em Almeida RA. Nestle traz essas palavras em Ef 5.6.

434 Apologia XX, 13. BSLK (p. 948, nota 2) indica, erroneamente, art. XXI.

435 2 Pe 1.10.

436 Rm 5.2.

437 Rm 11.20.

438 Cl 1.22.

439 1 Pe 1.5,9.

440 E. Wolf (BSLK, p. 949, nota 2) indica Concílio de Trento, Sessão VI, cânones 24 e 32. Declaração Sólida IV, 35 é o único lugar em que a Fórmula de Concórdia menciona o Concílio de Trento.

ou a própria fé, é retida e conservada, inteira ou parcialmente, por nossas obras.

36 Pois, ainda que anteriormente a essa controvérsia não poucos[441] mestres ortodoxos tenham feito uso dessas fórmulas e de outras semelhantes na exposição das Santas Escrituras sem que tivessem, entretanto, qualquer intenção de confirmar o supracitado erro dos papistas, todavia, visto que sobre essa maneira de falar surgiu controvérsia posteriormente, que originou toda sorte de exagerações ofensivas, o mais seguro é manter, de acordo com a admoestação de S. Paulo[442], tanto a "forma das sãs palavras", como a própria doutrina pura, com o que se pode eliminar muita rixa desnecessária e resguardar a igreja de muitos escândalos.

37 Em quarto lugar, quanto à proposição de que boas obras sejam prejudiciais à salvação[443], explicamo-nos claramente como segue: se alguém quiser introduzir as boas obras no artigo da justificação, nelas fazer repousar sua justificação ou a confiança da salvação, a fim de, com elas, merecer a graça de Deus e, por elas, ser salvo, a isso não nós, mas o próprio Paulo diz, repetindo-o três vezes em Fp 3[444], que a tal homem suas obras não são apenas inúteis e um impedimento, mas, também, perniciosas. Todavia, a culpa não é das boas obras em si, mas da falsa confiança depositada nas obras, contrariamente à expressa palavra de Deus.

38 De modo nenhum, porém, se segue daí que se deva dizer, *simpliciter* e sem ressalvas: Boas obras são prejudiciais aos crentes tanto para a sua salvação como, também, relativo a ela. Pois, nos crentes, boas obras são indício de salvação, quando feitas *propter veras causas et ad veros fines*[445], isto é, no sentido em que Deus as requer dos regenerados, Fp 1[446]. Pois é vontade e ordem expressa de Deus que os crentes pratiquem boas obras, as quais o Espírito Santo opera nos que crêem, obras essas que também agradam a Deus por causa de Cristo e às quais promete gloriosa recompensa nesta vida e na futura.

39 E, em virtude disso, essa proposição também é censurada e rejeitada em nossas igrejas, porque, afirmada assim sem mais, é falsa e ofensiva, pode enfraquecer a disciplina e a decência, introduzir e fortalecer a grosseira, dissoluta e segura vida epicuréia. Pois devemos precaver-nos com a máxima diligência contra o que é pernicioso para a nossa salvação.

40 Visto, porém, que não devemos tolher os cristãos das boas obras, senão que devemos exortar e estimulá-los com a máxima diligência a que as pratiquem, não podemos nem devemos tolerar, empregar ou defender nas igrejas essa proposição assim nua.

---

[441] *Etzliche viel*. Vid. FC IV, 2, nota em "outra parte".
[442] 2 Tm 1.13.
[443] Vid. FC IV, 3, nota em "para a salvação".
[444] Fp 3.7ss.
[445] Em razão de causas verdadeiras e para fins verdadeiros.
[446] Fp 1.28.

V DA LEI E DO EVANGELHO

1 Como a distinção entre lei e evangelho é luz de particular brilho, que serve ao propósito de dividir corretamente[447] a palavra de Deus e explicar e entender apropriadamente os escritos dos santos profetas e apóstolos, devemos conservá-la com especial diligência, a fim de não serem misturadas uma com a outra essas duas doutrinas, ou para que não se transforme o evangelho em lei, com o que se obscurece o mérito de Cristo e as consciências perturbadas são despojadas de seu consolo, que, de outro modo, possuem no santo evangelho, quando esse é pregado genuína e puramente, e com o qual em suas maiores provações podem sustentar-se contra os terrores da lei.

2 Acontece que também nesse ponto ocorreu uma controvérsia entre alguns teólogos da Confissão de Augsburgo[448]. Uma parte alegou que o evangelho, propriamente, não é apenas proclamação da graça, mas, ao mesmo tempo, pregação do arrependimento, que castiga o maior dos pecados, a saber, a incredulidade. A outra parte[449], entretanto, sustentou e argumentou que o evangelho, propriamente, não é pregação de arrependimento ou de reprovação, coisa que pertence, propriamente, à lei de Deus, que repreende todos os pecados e, portanto, também a incredulidade. O evangelho, porém, seria, propriamente, pregação da graça e da clemência de Deus por causa de Cristo, pela qual aos convertidos a Cristo foi perdoada e remitida a incredulidade na qual, anteriormente, estavam atolados e que a lei de Deus reprovou.

3 Agora, se refletimos acertadamente sobre essa contorvérsia, concluímos que ela foi causada principalmente em virtude do fato de que a palavrinha "evangelho" não foi usada e entendida sempre em um só e mesmo sentido, senão que de duas maneiras, nas Santas Escrituras de Deus, bem como pelos antigos

4 e modernos mestres da igreja. Pois em uma das acepções é usada de maneira que se entende sob ela toda a doutrina de Cristo, nosso Senhor, a qual ele, em seu ofício de pregação na terra e no Novo Testamento, ordenou que se observasse, abarcando, assim, com o termo, a explanação da lei e a proclamação da clemência e da graça de Deus, seu Pai celeste, conforme está escrito em Mc 1[450]: "Princípio do evangelho de Jesus Cristo, Filho de Deus". E, pouco depois, são enunciados os capítulos sumários: "arrependimento" e "perdão dos pecados". Assim, quando Cristo, depois de sua ressurreição, ordena aos apóstolos que preguem o evangelho em todo o mundo, Mc 16[451], sumaria com poucas palavras sua doutrina, ao dizer, em Lc 24[452]: "Assim está escrito que o Cristo haveria de padecer e ressuscitar dentre os mortos no terceiro dia, e que em seu nome se pregasse arrependimento para remissão de pecados, a todas

---

[447] Alusão a 2 Tm 2.15.

[448] Mira-se aqui mais à tese de Melanchthon do evangelho como *doctrina poenitentiae* do que ao antinomismo de Agrícola.

[449] Figuras principais: Matias Flácio Ilírico, Mateus Judex e João Wigand.

[450] Mc 1.4.

[451] Mc 16.15.

[452] Lc 24.46s.

as nações". Da mesma forma, também Paulo chama toda a sua doutrina de "evangelho", At 20[453]. Sumaria, no entanto, sua doutrina em duas partes principais: arrependimento para com Deus e fé em Cristo[454]. E, nesse sentido, a *generalis definitio*, isto é, a descrição da palavra, quando usada em sentido lato e à parte da distinção própria entre lei e evangelho, é correta quando se diz que o evangelho é pregação do arrependimento e do perdão dos pecados. Pois João, Cristo e os apóstolos iniciaram sua pregação com o arrependimento e, assim, não explicaram e promoveram apenas a graciosa promessa da remissão dos pecados, mas, também, a lei de Deus. 5

Além disso, a palavra "evangelho" é usada em outro sentido, a saber, em seu sentido próprio, onde não inclui a pregação do arrependimento, mas, apenas, a proclamação da graça de Deus, conforme se segue logo depois, em Marcos 1[455], onde Cristo diz: "Arrependei-vos e crede no evangelho". 6

Também a palavra "arrependimento" não é usada em apenas um sentido nas Sagradas Escrituras. Em algumas passagens das Sagradas Escrituras é usada e tomada para a conversão inteira do homem, como em Lucas 13[456]: "Se não vos arrependerdes, todos igualmente perecereis". E no capítulo 15[457]: "Assim haverá júbilo por um pecador que se arrepende", etc. Mas, nessa passagem, Marcos 1[458], como também alhures, onde o arrependimento e a fé em Cristo, At 20[459], ou "arrependimento e perdão dos pecados", Lc 24[460], são distinguidos um do outro, arrepender-se significa apenas reconhecer verdadeiramente o pecado, sentir pesar de coração por causa dele e dele se abster. Esse reconhecer vem da lei, mas não é suficiente para a conversão salutar a Deus, se não lhe é acrescentado fé em Cristo, cujo mérito a consoladora pregação do santo evangelho oferece a todos os pecadores penitentes aterrorizados pela proclamação da lei. Pois o evangelho não prega remissão de pecados a corações grosseiros, seguros, mas aos "quebrantados" ou penitentes, Lucas 4[461]. E para não acontecer que a contrição ou o terror da lei se converta em desespero, deve adicionar-se a proclamação do evangelho, a fim de que possa ser "arrependimento para a salvação", 2 Co 7[462]. 7 8 9

Pois, visto que a mera proclamação da lei, sem Cristo, ou faz pessoas presunçosas, que imaginam poder cumprir a lei com obras externas, ou faz que caiam em desespero total, Cristo toma a lei em suas mãos e a explica espiritualmente, Mt 5, Rm 7[463]. E assim revela "do céu sua ira" contra todos os pecado- 10

[453] At 20.24.
[454] At 20.21.
[455] Mc 1.15.
[456] Lc 13.5.
[457] Lc 15.7.
[458] Mc 1.15.
[459] At 20.21.
[460] Lc 24.47.
[461] Lc 4.18.
[462] 2 Co 7.10.
[463] Mt 5.21ss.; Rm 7.6,14; 1.18.

res, mostrando quão grande ela é. Com isso, eles são remetidos à lei e dela é que aprendem a realmente reconhecer seus pecados, reconhecimento que Moisés jamais poderia ter espremido deles. Pois, como testifica o apóstolo, ainda que "é lido Moisés", contudo, o véu que ele "punha sobre a face" permanece irremovido, de modo que não reconhecem a lei espiritualmente, nem reconhecem quão grandes coisas ela requer de nós, nem quão profundamente nos amaldiçoa e condena porque não podemos observar e cumpri-la. "Quando, porém, algum deles se converte ao Senhor, o véu lhe é retirado", 2 Co 3[464].

11 Por isso, o Espírito de Cristo não deve apenas confortar, mas, pelo ofício da lei, também, "convencer o mundo do pecado"[465], e assim deve fazer no Novo Testamento (como diz o profeta) *opus alienum, ut faciat opus proprium*[466], isto é, deve fazer obra estranha (que é reprovar), até que venha ao seu ato próprio, isto é, consolar e pregar sobre a graça. Por isso, ele[467] nos foi obtido e enviado por Cristo, e essa também é a razão por que é chamado o Consolador[468], conforme o Dr. Lutero, na explicação do evangelho para o quinto

12 domingo depois da Trindade[469], explanou com as seguintes palavras: "Tudo quanto prega a respeito de nossos pecados e da ira de Deus, não importa como nem quando, é pregação da lei. O evangelho, por outro lado, é pregação que não mostra e não dá senão graça e perdão em Cristo, embora seja verdadeiro e justo que os apóstolos e os pregadores do evangelho (como também o próprio Cristo fez) confirmem a pregação da lei e comecem por ela no caso dos que ainda não reconhecem seu pecado nem estão aterrorizados diante da ira de Deus, como ele diz em Jo 16[470]: 'O Espírito Santo convencerá o mundo do pecado porque não crêem em mim'. Na verdade, onde há mais séria, mais terrível indicação e pregação da ira de Deus contra o pecado do que a paixão e a morte de Cristo, seu Filho? Mas, enquanto isso, tudo proclama a ira de Deus e aterroriza o homem, ainda não é o evangelho, nem a pregação própria de Cristo, mas é a pregação de Moisés e da lei sobre os impenitentes. Porque o evangelho e Cristo não são ordenados e dados para aterrorizar, nem para condenar, mas a fim de consolar e erguer os que estão aterrorizados e pusilâni-

13 mes". E outra vez: "Cristo diz, Jo 16: 'O Espírito Santo convencerá o mundo do pecado', o que não se pode fazer senão pela explicação da lei". Tomo 2, Jena, fol. 455[471].

Assim também falam os artigos de Esmalcalde[472]: "O Novo Testamento retém e promove o ofício da lei, que revela o pecado e a ira de Deus. Mas a esse ofício acrescenta imediatamente a promessa da graça pelo evangelho". E a

---

[464] 2 Co 3.3-16.
[465] Jo 16.8.
[466] Is 28.21.
[467] I. e., o Espírito.
[468] Jo 16.17; cf. Jo 14.16,26.
[469] Ed. de Erlangen 13, 153, 154.
[470] Jo 16.8,9.
[471] WA 15, 228.
[472] Artigos de Esmalcalde, III parte, III Artigo, seções 1 e 4.

Apologia[473] diz: "Para um arrependimento verdadeiro e salutar não basta pregar apenas a lei; é preciso acrescentar o evangelho". Assim, ambas as doutrinas estão uma com a outra e devem ser promovidas lado a lado, mas em ordem certa e com a devida distinção. E é com justiça que se condenam os antinomistas ou nomoclastas[474], que lançam a pregação da lei para fora das igrejas e querem que se reprove o pecado e se ensinem contrição e pesar não a partir da lei, mas, apenas, do evangelho.

16 Mas, a fim de que todos possam ver que nessa controvérsia nada escondemos, senão que apresentamos a questão de maneira boa e clara ao leitor cristão:

17 Por isso, cremos, ensinamos e confessamos unânimes que a lei, propriamente, é doutrina divina em que a justa e imutável vontade de Deus é revelada, de como o homem deveria ser, em sua natureza, pensamentos, palavras e obras, para ser agradável a Deus e aceitável a Deus, e ameaça os transgressores dela com a ira de Deus e com castigos temporais e eternos. Pois, como diz Lutero contra os nomoclastas[475]: Tudo quanto castiga o pecado é da lei e pertence à lei, cujo ofício próprio é castigar o pecado e levar ao conhecimento do pecado, Rm 3 e 7[476]. E, porquanto a incredulidade é raiz e fonte de todo pecado repreensível, a lei também reprova a incredulidade[477].

18 Mas é da mesma forma verdade que a lei, com sua doutrina, é ilustrada e explicada pelo evangelho. Ainda assim, o ofício próprio da lei continua sendo o de repreender o pecado e instruir a respeito de boas obras.

19 Assim, a lei repreende a incredulidade, quando não se crê na palavra de Deus. Agora, visto que o evangelho, o qual, só ele, propriamente ensina e ordena a crer em Cristo, é palavra de Deus, o Espírito Santo, através do ofício da lei, repreende também a incredulidade, o não crerem em Cristo. Contudo, propriamente, apenas o evangelho ensina a respeito da fé salvífica em Cristo.

20 Todavia (já que o homem não cumpriu a lei de Deus, senão que a transgrediu, sendo que sua natureza, pensamentos, palavras e atos corrompidos guerreiam contra a lei, razão por que está sujeito à ira de Deus, à morte, a todas as calamidades temporais e ao castigo do fogo do inferno), o evangelho, propriamente, é doutrina que ensina o que o homem deve crer a fim de obter de Deus o perdão dos pecados, a saber, que o Filho de Deus, Cristo Senhor nosso, tomou sobre si e carregou a maldição da lei, expiou todos os nossos peca-

---

[473] Apologia IV, 257.

[474] *Die antinomi oder Gesetzstürmer*. De *antinomus*, vocábulo do latim medieval, poderíamos formar "antínomo". As formas "antinomista" (subst. e adj.) e "antinomiano" (subst. e adj.) são as que correm entre os poucos que usam o termo em língua portuguesa. "Nomoclasta" é formado por analogia com "iconoclasta", como no alemão *Gesetzstürmer* e *Bilderstürmer*.

[475] *Gesetzstürmer*. Texto lat.: *antinomi*. vid. V, 15, nota em "nomoclastas". Vid. acima, V, 12; WA 39/I, 348, teses 18 e 19; ed. de Erlangen 13, 153.

[476] Rm 3.20; 7.7.

[477] W. M. Oesch chama a atenção para seção 17 e para Declaração Sólida VI, 15, como os textos que determinam o conceito de lei ("de tertio usu legis", in *Lutherischer Rundblick*, vol. IV, 1956, p. 26).

dos e por eles pagou, e que apenas por ele chegamos de novo a estar nas graças de Deus, alcançamos a remissão dos pecados pela fé, somos libertados da morte de todos os castigos do pecado e somos eternamente salvos.

21 Pois tudo que consola, que oferece o favor e a graça de Deus aos transgressores da lei, propriamente é e se chama evangelho, uma boa e alegre mensagem de que Deus não quer castigar o pecado, senão que, por causa de Cristo, o quer perdoar.

22 Por isso, todo pecador penitente deve crer, isto é, deve depositar sua confiança exclusivamente no Cristo Senhor, que ele "foi entregue por causa das nossas transgressões e ressuscitou por causa da nossa justificação"[478], que "àquele que não conheceu pecado, ele o fez pecado por nós; para que, nele, nos tornássemos a justiça que vale diante de Deus"[479], o qual "se nos tornou justiça"[480], cuja obediência nos é atribuída como justiça diante de Deus em seu rigoroso juízo, que, assim, a lei, conforme acima explicada, é "ministério que mata pela letra"[481] e "prega a condenação"[482], mas o evangelho "é poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê"[483], que "prega justiça"[484] e "dá o Espírito"[485]. O Dr. Lutero martelou nessa distinção com especial diligência em quase todos os seus escritos e mostrou apropriadamente que o conhecimento de Deus proveniente do evangelho é mui diverso do conhecimento ensinado pela lei e dela aprendido, porque também os gentios tiveram, proveniente da lei natural, em certa medida, um conhecimento de Deus, ainda que não o tenham conhecido corretamente nem o tenham honrado de modo correto, Rm 1[486].

23 Desde o princípio do mundo, essas duas proclamações têm sido promovidas lado a lado na igreja de Deus com a devida distinção. Os descendentes dos amados patriarcas, como também os mesmos patriarcas, não só continuamente se lembraram de como o homem, no princípio, foi criado justo e santo por Deus e, pelo engano da serpente, transgrediu o mandamento de Deus, tornou-se pecador e a si mesmo, juntamente com todos os seus descendentes, corrompeu-se e se precipitou na morte e na condenação eterna, mas, também, de como voltou a erguer-se e confortar-se com a pregação da semente da mulher, que "esmagaria a cabeça" da serpente[487]. Item, da semente de Abraão, na qual seriam "benditas todas as nações"[488]. Semelhantemente, do filho de Davi, que devia

---

[478] Rm 4.25.

[479] 2 Co 5.21. Almeida RA: "para que nele fôssemos feitos justiça de Deus". FC cita de acordo com a tradução de Lutero. Vid. acima, Epítome III, 5, nota em "diante de Deus".

[480] 1 Co 1.30.

[481] 2 Co 3.6.

[482] 2 Co 3.9.

[483] Rm 1.16.

[484] 2 Co 3.9.

[485] 2 Co 3.8.

[486] Rm 1.21.

[487] Gn 3.15.

[488] Gn 22.18; 28.14.

restaurar o reino de Israel e ser "luz para os gentios"[489], o qual "foi traspassado pelas nossas transgressões, e moído pelas nossas iniqüidades, e por cujas pisaduras fomos sarados"[490].

Cremos e confessamos que essas duas doutrinas devem ser promovidas contínua e diligentemente na igreja de Deus, até o fim do mundo, todavia, com a boa distinção da qual ouvimos, a fim de que, pela pregação da lei e de suas ameaças no ministério do Novo Testamento, os corações dos homens impenitentes sejam assombrados e levados ao reconhecimento de seus pecados e ao arrependimento. Não, porém, de tal modo que desanimem e desesperem nisso, mas (visto que "a lei nos serviu de aio para nos conduzir a Cristo, a fim de que fôssemos justificados por fé", Gl 3[491], e, assim, remete e conduz não para longe de Cristo, mas para Cristo, o qual é "o fim da lei", Rm 10[492]) a fim de que, pela pregação do santo evangelho de Cristo Senhor nosso, sejam, assim, novamente consolados e fortalecidos, a saber, que, se crêem no evangelho, Deus lhes perdoa todos os pecados por Cristo, aceita-os por causa dele como filhos e, meramente por graça, sem qualquer mérito da parte deles, justifica-os e os salva. Todavia, não de modo que possam abusar da graça de Deus e pecar fiando-se nela. Em 2 Co 3[493], Paulo mostra de maneira cabal e poderosa essa distinção entre lei e evangelho. 24 25 26

27 Por isso, e a fim de que ambas as doutrinas, a da lei e a do evangelho, não sejam confundidas e misturadas uma com a outra de modo que se atribua a uma o que pertence à outra, com o que o mérito e os benefícios de Cristo são facilmente obscurecidos e o evangelho volta a ser transformado em doutrina da lei, como aconteceu no papado, sendo os cristãos, assim, privados do verdadeiro consolo que têm no evangelho contra os terrores da lei, e na igreja de Deus novamente se abre a porta ao papado, é necessário que a verdadeira e própria distinção entre a lei e o evangelho seja promovida e conservada com toda a diligência, e tudo o que possa causar confusão *inter legem et evangelium*, isto é, pela qual ambas as doutrinas, lei e evangelho, sejam confundidas e misturadas, formando uma só doutrina, deve ser diligentemente evitado. É perigoso e errado, por isso, querer-se fazer do evangelho, propriamente assim chamado, como distinto da lei, uma pregação de arrependimento ou reprovação. Pois, em outros lugares, quando tomado em sentido geral da doutrina toda, também a Apologia[494] diz várias vezes que o evangelho é proclamação do arrependimento e do perdão dos pecados. Paralelamente, contudo, a Apologia[495] indica, outrossim, que o evangelho propriamente é a promessa de remissão dos pecados e justificação por Cristo, a lei, entretanto, palavra que repreende e condena o pecado.

---

[489] Sl 110.1; Is 40.10; 49.6.
[490] Is 53.5.
[491] Gl 3.24.
[492] Rm 10.4.
[493] 2 Co 3.7-9.
[494] Por ex., Apologia IV, 62,257; XII, 31,45.
[495] Por ex., Apologia IV, 40,57; XII, 45,52,73,76.

VI DO TERCEIRO USO DA LEI DE DEUS

1 1. Visto[496] a lei de Deus ser útil não só para que, através dela, se mantenham disciplina e decência externas contra gente desenfreada e desobediente; 2. da mesma forma, a fim de, por ela, se levarem os homens ao conhecimento de seus pecados, mas também para que[497], depois de renascidos pelo Espírito de Deus, convertidos ao Senhor, e deles removido, destarte, o véu de Mosés, vivam e andem na lei, ocorreu uma dissensão entre alguns poucos teólogos a
2 respeito desse terceiro e último uso da lei. Uma parte ensinou e julgou que os renascidos não aprendem da lei a nova obediência, ou em que boas obras devem andar, e que essa doutrina não deve ser promovida a partir da lei, já que foram libertados pelo Filho de Deus, tornaram-se templos de seu Espírito, e assim fazem livremente, de si mesmos, por inspiração e impulso do Espírito Santo, o que Deus exige deles, da mesma forma como o Sol cumpre o seu curso regular,
3 sem algum impulso, por si mesmo. Contra isso, a outra parte ensinou: ainda que os verdadeiros crentes efetivamente sejam movidos pelo Espírito de Deus e, assim, segundo o homem interior, façam a vontade de Deus de espírito livre, o Espírito Santo faz uso, para com eles, da lei escrita, para ensino e, através disso, também os verdadeiros crentes aprendem a servir a Deus, não de acordo com os próprios pensamentos, mas segundo a sua lei e palavra escritas, que é regra e norma certa para instituir vida e procedimento piedoso, em harmonia com a eterna e imutável vontade de Deus.

4 Para explicar e resolver definitivamente essa controvérsia, cremos, ensinamos e confessamos unanimemente que, conquanto os cristãos verdadeiramente crentes e verdadeiramente convertidos a Deus e justificados tenham sido isentados e libertos da maldição da lei, devem, contudo, exercitar-se diariamente na lei do Senhor, conforme está escrito nos salmos 1 e 119: "Bem-aventurado o homem cujo prazer está na lei do Senhor e que medita na sua lei de dia e de noite"[498]. Pois a lei é espelho[499] em que a vontade de Deus e o que lhe agrada é devidamente retratado. Deve-se pôr isso constantemente diante dos olhos dos crentes e inculcar-lho com diligência e sem cessar.

5 Pois, ainda que "não se promulga lei para quem é justo", conforme testifica o apóstolo[500], mas para os injustos, contudo, não se há de entender isso despidamente no sentido de que os justos devam viver sem lei. Pois a lei de Deus lhes foi inscrita no coração, e ao primeiro homem, logo depois de sua criação, também foi dada a lei, de acordo com a qual devia proceder. Mas o sentido de S. Paulo[501] é que a lei não pode onerar com sua maldição aos que

---

[496] *Nachdem.* Texto lat.: *Cum.* Vid. Prefácio ao Livro de Concórdia (e à FC), segundo parágrafo, nota em "visto que".

[497] A sintaxe do original alemão é um tanto esquisita. Procuramos remediar com a repetição de "para que". Texto lat.: *lege docentur, ut in vera pietate vivant et ambulent.*

[498] Sl 1.2; 119.1,35,47,70,97.

[499] Cf. ed. de Erlangen 20, 236ss.

[500] 1 Tm 1.9.

[501] Gl 3.13,14; Rm 6.15; 8.1,2.

por Cristo foram reconciliados com Deus. Também não deve torturar com sua coação os renascidos, porque esses têm prazer na lei de Deus, segundo o homem interior.

6 E, na verdade, se os crentes e filhos eleitos de Deus fossem perfeitamente renovados nesta vida pelo Espírito que neles habita[502], de modo que, em sua natureza e todos os poderes dela, estivessem totalmente livres de pecados, não necessitariam de lei alguma e, assim, também de nenhum incitador, porém, fariam por si mesmos, com inteira espontaneidade, sem qualquer instrução, admoestação, exortação ou impulso da lei, o que, de acordo com a vontade de Deus, têm a obrigação de fazer, da mesma forma em que o Sol, a Lua e todas as estrelas têm seu curso regular por si mesmos, desimpedidamente, sem admoestação, exortação, incitamento, coerção ou cominação[503], segundo a ordem que Deus, uma vez por todas, lhes deu; sim, da mesma forma em que os santos anjos prestam obediência inteiramente voluntária.

7 Acontece, porém, que, nesta vida, os crentes não são renovados perfeita e completamente, *completive vel consummative*. Pois, ainda que os pecados deles estejam cobertos pela obediência perfeita de Cristo, de modo que não são imputados aos crentes para condenação, estando, também, iniciadas, pelo Espírito Santo, a mortificação do velho homem e a renovação de suas mentes no espírito, todavia, o velho homem ainda lhes está cravado na natureza e em todos os seus poderes internos e externos. 8 A respeito disso, escreveu o apóstolo[504]: "Porque eu sei que em mim, isto é, na minha carne, não habita bem nenhum". E: "Porque nem mesmo compreendo o meu próprio modo de agir, pois não faço o que prefiro, e sim o que detesto". Também: "Mas vejo nos meus membros outra lei que, guerreando contra a lei da minha mente, me faz prisioneiro da lei do pecado". Ainda: "Porque a carne milita contra o Espírito, e o Espírito contra a carne, porque são opostos entre si; para que não façais o que, porventura, seja do vosso querer".

9 Por isso, em virtude dessas concupiscências da carne, os verdadeiramente crentes, eleitos e regenerados filhos de Deus necessitam, na presente vida, não só o diário ensino, admoestação, advertência e ameaça[505] da lei, mas também, freqüentemente, castigos, a fim de que sejam animados e sigam o Espírito de Deus, conforme está escrito: "Foi-me bom ter eu passado pela aflição, para que aprendesse os teus decretos"[506]. Também: "Mas esmurro o meu corpo e o reduzo à escravidão, para que, tendo pregado a outros, não venha eu mesmo a ser desqualificado"[507]. E: "Mas se estais sem correção, de que todos se têm tornado participantes, logo, sois bastardos e não filhos"[508]. O Dr. Lutero[509]

---

[502] *Durch den einwohnenden Geist.*

[503] *Nötigung*. Cf. o verbo "necessitar", no sentido de compelir, obrigar, constranger.

[504] Rm 7.18,19,23; Gl 5.17.

[505] *Trauung* (=Drohung). Texto lat.: *comminationibus.*

[506] Sl 119.71.

[507] 1 Co 9.27.

[508] Hb 12.8.

[509] Ed. de Erlangen 9, 298-311. Cf. WA 45, 161-164.

explica isso cabalmente com mais palavras na parte estival da postila eclesiástica, sobre a epístola para o décimo nono domingo após a Trindade[510].

10 Mas também é necessário que se explique distintamente o que o evangelho faz, cria e opera para a nova obediência dos crentes e qual a função da lei nisso, no que concerne às boas obras dos crentes.

11 A lei diz, sem dúvida, ser vontade e ordem de Deus que andemos na vida nova; não dá, entretanto, o poder e a capacidade para que o possamos começar e fazer. O Espírito Santo, que não é dado e recebido pela lei, e, sim, por 12 intermédio da pregação do evangelho, Gl 3[511], é quem renova o coração. Depois, o Espírito Santo emprega a lei, a fim de, por ela, instruir os renascidos e lhes mostrar e indicar, nos Dez Mandamentos, qual seja a "boa e agradável vontade de Deus", Rm 12, em que boas obras, as quais "Deus, de antemão, preparou, devem andar", Ef 2[512]. Ele os exorta a isso, e quando, em razão da carne, são remissos, negligentes e rebeldes, repreende-os, por isso, pela lei. Assim, exerce ambos os ofícios simultaneamente: "tira a vida e a dá: faz descer ao inferno e faz subir"[513]. Seu ofício não é apenas confortar, senão também repreender, como está escrito[514]: Quando o Espírito Santo vier, "convencerá o mundo (que tam-13 bém inclui o velho homem) do pecado, da justiça e do juízo". Ora, pecado é 14 tudo quanto é contrário à lei de Deus. E S. Paulo[515] diz: "Toda Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão", etc. E repreender é o ofício próprio da lei. Por isso, quantas vezes os crentes claudicam, tantas são repreendidos pelo Espírito de Deus da lei, e pelo mesmo Espírito são reerguidos e consolados com a pregação do santo evangelho.

15 Todavia, para evitar, na medida do possível, todo mal-entendido e a fim de que a diferença entre as obras da lei e as do Espírito seja apropriadamente ensinada e preservada, deve notar-se com especial diligência que, quando se fala de boas obras que estão de acordo com a lei de Deus (pois de outro modo não são boas obras), aí a palavra "lei" designa uma só coisa[516], a saber, a vontade imutável de Deus, em conformidade com a qual os homens devem conduzir-se em sua vida.

---

[510] Com referência às seções 8 e 9, W. M. Oesch ("De tertio usu legis", in *Lutherischer Rundblick*, vol. IV, 1956, p. 17): "Niemand übersehe das Grundlegende, dass die Konkordienformel die Notwendigkeit des Gesetzes für den Christen lediglich mit dem alten Adam begründet. Das entspricht dem gesamten neutestamentlichen Zeugnis". Walter Kreck (*Grundfragen der Dogmatik*, Munique, 1970, excurso 42, Zum "Tertius Usus Legis", p. 314): "Auch in der Konkordienformel wird der tertius usus legis gelehrt, allerdings in dem Sinne, dass das Gesetz sein Strafamt auch an den Glaubenden, sofern sie noch im Fleisch sind, zu vollziehen hat, also ein usus elenchticus für die Wiedergeborenen".

[511] Gl 3.2,14.

[512] Rm 12.2; Ef 2.10.

[513] 1 Sm 2.6. No original: *er führet in die Helle*. Texto lat.: *ad inferos*, como na Vulgata. Almeida RA: "Faz descer à sepultura". Outras versões *cheol, Totenreich* ("mundo dos mortos").

[514] Jo 16.8.

[515] 2 Tm 3.16.

[516] *Einerlei*. Texto lat.: *unam tantum rem*.

16 Há diferença nas obras em virtude da diferença nos homens que se esforçam por viver segundo a lei e a vontade de Deus. Pois, enquanto o homem não está regenerado e vive de acordo com a lei e pratica as obras porque assim são ordenadas, por medo de castigo ou anseio de recompensa, ainda está sob a lei, e suas obras são chamadas por S. Paulo obras da lei propriamente, pois que são extorquidas pela lei, como no caso de escravos. E estes são santos caimitas[517].

17 Quando, porém, o homem nasce de novo do Espírito de Deus e é libertado da lei, isto é, quando está livre desse propelidor[518] e é impelido pelo Espírito de Cristo, aí, então, vive de acordo com a imutável vontade de Deus, compreendida na lei e, enquanto renascido, tudo faz de espírito livre e disposto. E tais obras, propriamente, não se chamam obras da lei, senão obras e frutos do Espírito, ou, como as chama S. Paulo, lei da mente e lei de Cristo. Pois que tais pessoas já "não estão debaixo da lei, e sim da graça", como diz S. Paulo, Rm 8[519].

18 No entanto, como os crentes não são perfeitamente renovados neste mundo[520], porém, o velho homem continua apegado a eles até à sepultura, continua neles também a luta entre o espírito e a carne. Por isso, deveras, têm prazer na lei de Deus no tocante ao homem interior, mas a lei, em seus membros, guerreia contra a lei em suas mentes. Destarte, nunca estão sem lei, nem estão debaixo da lei, mas na lei, vivem e andam na lei do Senhor, todavia, nada fazem por impulsão da lei.

19 No que diz respeito ao velho homem, que ainda está apegado a eles, deve ser impelido não só com a lei, mas, também, com pragas, pois que tudo faz contra a sua vontade e sob coação, da mesma forma como os ímpios são impelidos e mantidos na obediência por ameaças da lei, 1 Co 9; Rm 7[521].

20 Assim, essa doutrina da lei também é necessária aos cristãos, para não caírem na própria santidade e devoção, instituindo, sob o pretexto do Espírito de Deus, culto divino escolhido por eles mesmos, sem palavra e ordem de Deus, como está escrito, Dt 12[522]: "Não procedereis em nada segundo estamos fazendo aqui, cada qual tudo o que bem parece aos seus olhos", mas: "Guarda e cumpre todas estas palavras que te ordeno", e: "Nada lhes acrescentarás nem diminuirás".

21 Assim, a doutrina da lei também é necessária nas boas obras dos crentes e com elas, porque, de outra maneira, o homem pode muito facilmente imaginar

---

[517] *Kainische Heiligen* – santarrões, beatões, hipócritas; santos, segundo a ordem de Caim. O texto latino explica o que são os *cainici sanctuli: hoc est, hypocritae* ("isto é, hipócritas").

[518] *Treiber.*

[519] Rm 8.2; 6.14; 7.23. O texto citado no original encontra-se em Rm 6.14.

[520] G. J. Planck (*Geschichte der protestantischen Theologie*, vol. III, pp. 729-731 e nota 251) procura mostrar que há uma inconseqüência no VI artigo da FC. Sua argumentação: o artigo anuncia que quer provar, contra os antinomistas, ter a lei ainda um uso didático para os renascidos, mas em vez disso prova especialmente que o velho homem deve ser impelido pelo aguilhão da lei, aterrorizado com as ameaças da lei e refreado através do pavor dos castigos da lei.

[521] 1 Co 9.27; Rm 7.18,19.

[522] Dt 12.8,28,32.

que sua obra e vida são inteiramente puras e perfeitas. Mas a lei de Deus prescreve as boas obras aos crentes de forma que mostra e indica simultaneamente, como em espelho, que nesta vida ainda são imperfeitas e impuras, de sorte que temos de dizer com o dileto Paulo: "Porque de nada me argúi a consciência; contudo, nem por isso me dou por justificado"[523].

Assim, Paulo, quando admoesta os regenerados à prática de boas obras, apresenta-lhes expressamente os Dez Mandamentos, Rm 13[524], e que suas boas obras são imperfeitas e impuras reconhece-o da lei, Rm 7[525]. E Davi diz, Sl 119[526]: *Viam mandatorum tuorum cucurri*, "ando no caminho dos teus mandamentos"; mas: "Não entres em juízo com o teu servo, porque à tua vista não há justo nenhum vivente", Sl 143[527].

22 Mas como e por que as boas obras dos crentes, ainda que sejam imperfeitas e impuras nesta vida em virtude do pecado na carne, não obstante são aceitáveis para Deus e a ele agradáveis, isso a lei, que requer que agrademos totalmente a Deus e lhe obedeçamos integralmente e exige que a nossa obediência seja absolutamente perfeita e pura, não ensina. Mas o que ensina que nossos "sacrifícios espirituais" são aceitáveis para Deus "pela fé, por causa de Cristo", 1 Pe 2; Hb 11[528], é o evange-
23 lho. Assim, os cristãos não estão debaixo da lei, mas da graça, porque mediante a fé em Cristo a pessoa foi libertada da maldição e condenação da lei, e porque suas boas obras, posto que ainda imperfeitas e impuras, são aceitáveis para Deus por intermédio de Cristo; também, porque, enquanto nascidos de novo segundo o homem interior, fazem o que agrada a Deus não por coerção da lei, mas por renovação do Espírito Santo, de coração, voluntária e espontaneamente. Assim mesmo, porém, travam luta incessante contra o velho homem.

24 Porque o velho homem, como asno indômito e recalcitrante, também ainda é parte deles e deve ser forçado à obediência de Cristo não só com o ensino, a admoestação, o impulso e a ameaça da lei, porém, muitas vezes, também com o cacete dos castigos e das pragas, até estar completamente despida a carne do pecado e o homem renovado perfeitamente na ressurreição, onde já não precisará nem da pregação da lei, nem de suas ameaças e castigos, como também não mais do evangelho, coisas que pertencem a esta vida imperfeita. Mas, assim
25 como hão de contemplar a Deus face a face, assim, pelo poder do Espírito de Deus que habita neles, hão de fazer a vontade de Deus voluntariamente, sem coação nem impedimento, com integral pureza e perfeição, com plena alegria, e regozijar-se-ão na vontade de Deus eternamente.

Por isso, rejeitamos e condenamos como erro pernicioso e prejudicial para a disciplina cristã, como, também, para a verdadeira piedade, o ensino de que a lei, na maneira e medida supracitadas, não deve ser inculcada a cristãos e verdadeiros crentes, mas apenas a incrédulos, não-cristãos e impenitentes.

---

[523] 1 Co 4.4.

[524] Rm 13.9.

[525] Rm 7.18,19.

[526] Sl 119.32. Texto lat.: *cucurri* (= percorri). "Ando" – no original: *ich wandel.* Almeida RA: "Percorrerei".

[527] Sl 143.2.

[528] 1 Pe 2.5; Hb 11.4; 13.15.

VII DA SANTA CEIA

1 Ainda que, segundo o parecer de alguns, a explanação deste artigo, talvez, não devesse ser inserida neste escrito, no qual é nossa intenção explicar os artigos que se tornaram objeto de controvérsia entre os teólogos da Confissão de Augsburgo (da qual os sacramentários, logo no início, quando a Confissão foi, originalmente, preparada e entregue ao Imperador em Augsburgo, no ano de 1530, se alhearam e separaram completamente, apresentando sua própria confissão[529]), todavia, porquanto alguns teólogos e outros[530], que se jactam da Confissão de Augsburgo, em anos posteriores lamentavelmente assentiram aos sacramentários neste artigo não já em segredo, mas, em parte, publicamente, e contra suas próprias consciências quiseram, à força, aduzir e perverter a Confissão de Augsburgo, como se concordasse inteiramente com a doutrina dos sacramentários neste artigo, não pudemos nem devíamos deixar de dar testemunho da verdade divina com nossa confissão também no presente escrito e repetir o verdadeiro sentido e a compreensão acertada das palavras de Cristo e da Confissão de Augsburgo com respeito a este artigo, e, quanto em nós está, preservá-lo também, com a ajuda de Deus, para os pósteros e, fielmente, advertir os nossos ouvintes e outros cristãos piedosos contra este erro pernicioso, que é inteiramente contrário à santa palavra de Deus, bem como à Confissão de Augsburgo, e que foi muitas vezes condenado.

STATUS CONTROVERSIAE

O PONTO DE DEBATE PRINCIPAL ENTRE A NOSSA DOUTRINA E A DOS SACRAMENTÁRIOS NESTE ARTIGO

2 Conquanto alguns sacramentários diligenciem por empregar palavras o mais próximas possível da Confissão de Augsburgo e da forma ou maneira de

---

[529] A *Confessio Tetrapolitana* = Confissão das Quatro Cidades (referência às cidades imperiais de Estrasburgo, Constança, Memmingen e Lindau). A confissão foi preparada por Martin Bucer, auxiliado por Wolfgang Capito e Caspar Hédio, e apresentada ao Imperador, no dia 11 de julho de 1530. Poucos dias antes, Zwínglio apresentara sua *Fidei Ratio* a Carlos V. Esta última é uma confissão pessoal.

[530] Os professores criptocalvinistas de Teologia, Direito e Medicina nas universidades de Wittenberg e Leipzig, responsáveis pelos seguintes escritos, rejeitados na Fórmula de Concórdia: *Catechesis Wittebergica, Grundfest, Dresdner Abschied* e *Exegesis perspicua*. BSLK cita os nomes que seguem: Caspar Cruciger, Christoph Pezel, H. Möller, F. Widebram, Caspar Peucer, Wolfgang Crell, Erasmus Rüdinger, Gg Krakow, Joachim Eger, Hieronimus Schaller, Christian Schütz (Sagitarius), Johannes Strössel, Johannes Hermann. Alguns deles aparecem nos seguintes versos (Hutter, *Concordia concors*, 121, cit. em G. Frank, *Geschichte der protestantischen Theologie*, p. 141, nota ff):
Crux, Caper et Restis, Mola, Belzebub atque Sagitta
Hostes sunt coenae, maxime Christe, tuae.
Ductores horum Draco sunt alterque Bucerus,
Restibus et claustris et cruce digna cohors.
Belzebub é Christoph Pezel; Sagitta, Christian Schütz; Bucerus, Caspar Peucer.

as igrejas dela se expressarem, e confessem que na santa ceia o corpo de Cristo verdadeiramente é recebido pelos crentes, todavia, quando são pressionados no sentido de indicarem sua maneira de entender própria, honesta e claramente, todos se declaram unanimemente assim: que o verdadeiro, essencial corpo e sangue de Cristo estão afastados do pão e do vinho abençoados na santa ceia tanto quanto o mais alto céu dista da terra. Pois assim rezam suas próprias palavras[531]: *Abesse Christi corpus et sanguinem a signis tanto intervallo dicimus, quanto abest terra ab altissimis coelis.* Isto é: "Dizemos que o corpo e o sangue de Cristo estão afastados tanto dos signos, quanto a terra dista dos mais altos

3 céus". Razão por que entendem essa presença do corpo de Cristo não como presença aqui na terra, mas apenas *respectu fidei*, isto é, que nossa fé, rememorada e avivada pelos sinais visíveis, da mesma forma como pela palavra pregada, se ergue e se remonta por sobre todos os céus, recebe e frui, verdadeira e essencialmente, posto que apenas de modo espiritual, o corpo de Cristo presente lá no céu; sim, o mesmo Cristo, juntamente com todos os seus benefícios. Pois, assim como o pão e o vinho estão aqui na terra e não no céu, assim o corpo de Cristo estaria, agora, no céu e não na terra, razão por que nada além de pão e vinho se receberia oralmente na ceia.

4 Acontece que, inicialmente, alegaram que a ceia do Senhor era apenas sinal exterior, pelo qual a gente reconhece os cristãos, e que nada além de simples pão e vinho (que são meros signos do corpo ausente de Cristo) nela se oferece. Quando isso não se agüentou de pé, confessaram que Cristo, o Senhor, deveras, está presente em sua ceia, a saber, *per communicationem idiomatum*[532], isto é, apenas segundo a sua natureza divina, não, porém, com seu corpo e sangue.

5 Mais tarde, quando foram constrangidos com as palavras de Cristo a confessar que o corpo de Cristo está presente na ceia, ainda assim não o entenderam e explicaram senão como espiritual, isto é, com sua força, operação e benefícios, para ser fruído pela fé, porque, pelo Espírito de Cristo, que está em toda parte, nossos corpos, nos quais o Espírito de Cristo habita aqui na terra, seriam unidos ao corpo de Cristo, corpo esse que está no céu.

---

[531] Cf. *Consensus Tigurinus* (= Consenso de Zurique, de 1549, redigido por Bullinger, cujo título completo é: *Consensio mutua in re sacramentaria ministrorum Tigurinae ecclesiae et D. Ioannis Calvini ministri Genevensis ecclesiae* ("Mútuo consenso, em matéria sacramentária, dos ministros da igreja de Zurique e do Venerável João Calvino, ministro da igreja de Genebra"), art. XXV (texto lat. em E. F. K. Müller, *Die Bekenntnisschriften der reformierten Kirche*, p. 163 – BSLK cita erroneamente, p. 162): *Ac ne qua ambiguitas restet, quum in coelo quaerendum Christum esse dicimus, haec loquutio locorum distantiam nobis sonat et exprimit. Tametsi enim philosophice loquendo supra coelos locus non est: quia tamem corpus Christi, ut fert humani corporis natura et modus, finitum est, et coelo, ut loco, continetur: necesse est a nobis tanto locorum intervallo distare, quantum coelum abest a terra* ("E, para não ficar alguma ambigüidade: quando dizemos que se deve procurar a Cristo no céu, essa locução significa e exprime para nós a distância dos lugares. Pois, ainda que, filosoficamente falando, não haja lugar acima do céu, contudo, em razão do fato de o corpo de Cristo, conforme o requer a naturerza e o modo do corpo humano, ser finito e estar encerrado no céu, como seu lugar, é necessário que de nós diste tanto quanto o céu da terra").

[532] Pela comunicação das propriedades (ou atributos). Na linguagem teológica portuguesa, também se encontra a expressão "comunicação de idiomas".

6 Em conseqüência, muitos homens preclaros foram ludibriados com essas palavras magníficas e especiosas[533], quando alegaram, gabando-se, que nenhuma outra opinião mantinham senão a de que Cristo, o Senhor, está presente em sua ceia verdadeiramente, essencialmente e vivo. Todavia, entendem que isso é assim apenas segundo a sua natureza divina e não com respeito ao seu corpo e sangue, que, agora, em parte nenhuma estariam senão no céu, e que, com pão e vinho, nos dá a comer seu verdaderio corpo e sangue, espiritualmente, pela fé, mas não para ser fruído corporalmente, pela boca.

7 Entendem as palavras da ceia: "Comei, isto é o meu corpo", não propriamente, conforme rezam, de acordo com a letra, mas como linguagem figurada (*figurate*), de modo tal que "comer" o corpo de Cristo não quer dizer nada mais do que "crer", e "corpo" equivale a *symbolum*, isto é, signo ou figura do corpo de Cristo, que não estaria na ceia na terra, mas apenas no céu. Interpretam a palavra "é" *sacramentaliter seu modo significativo, ne quis rem cum signis ita putet copulari, ut Christi quoque caro nunc in terris adsit modo quodam invisibili et incomprehensibili*; isto é, o corpo de Cristo estaria unido com o 8 pão sacramental ou, figurativamente, de tal modo que, de maneira espiritual, mediante a fé, os cristãos crentes e piedosos fruem tão certamente do corpo de Cristo, que está em cima, no céu, quão certamente comem com a boca o pão. Todavia, que o corpo de Cristo esteja presente na ceia aqui na terra essencialmente, ainda que de maneira invisível e intangível[534] e seja recebido oralmente com o pão abençoado também por hipócritas ou cristãos aparentes, isso costumam anatematizar e condenar como horrenda blasfêmia[535].

9 Na Confissão de Augsburgo[536], ao contrário, ensina-se, da palavra de Deus, sobre a ceia do Senhor, como segue: "que o verdadeiro corpo e sangue de Cristo verdadeiramente estão presentes na santa ceia sob a espécie de pão e vinho, e são aí distribuídos e recebidos"; e a doutrina contrária (a saber, a dos sacramentários, que apresentaram, ao mesmo tempo, em Augsburgo, sua próprio confissão: que o corpo de Cristo, porquanto ascendeu ao céu, não está presente verdadeira e essencialmente aqui na terra no sacramento) é rejeitada.

---

[533] *Herrliche, scheinliche Wort. Scheinlich* = leuchtend (luzente) e bestechend (sedutor, aliciante, atraente, especioso). Texto lat.: *splendidis* (esplêndidas, especiosas) *et magnificis. Concordia Triglotta* e ed. Tappert: "plausible".

[534] O texto alemão traduz *incomprehensibili* com *unbegreiflich*. O termo latino e o germânico podem significar "incompreensível" e "intangível".

[535] *Consensus Tigurinus* XXVI (texto lat. em E. F. K. Müller, BSLK, p. 163): *Quod si imaginatione nostra Christum pani et vino affigere fas non est, multo minus licet in pane eum adorare. Quanquam enim panis in symbolum et pignus, eius quam habemus cum Christo communionis, nobis porrigitur: quia tamen signum est, non res ipsa, neque rem in se habet inclusam aut affixam, idolum ex eo faciunt, qui mentem suam in eum convertunt, Christum Adoraturi* ("Se não é permitido que prendamos Cristo ao pão e ao vinho com nossa imaginação, muito menos é lícito adorá-lo no pão. Pois, ainda que o pão nos seja distribuído como símbolo e penhor da comunhão que temos com Cristo, contudo, já que é signo, não a coisa em si, e visto não estar a coisa inclusa nele ou a ele presa, aqueles que dirigem a mente para ele [i. e., para o pão], com a intenção de adorar a Cristo, transformam-no [o pão] em ídolo").

[536] Vid. acima, Confissão de Augsburgo, X.

10 E essa maneira de ver é apresentada claramente no Catecismo Menor[537] do Dr. Lutero com as palavras que seguem: o sacramento do altar "é o verdadeiro corpo e sangue de nosso Senhor Jesus Cristo, sob o pão e o vinho, para ser 11 comido e bebido por nós, cristãos, instituído pelo próprio Cristo". E, na Apologia, isso não só é explicado mais claramente ainda, senão que também confirmado com a passagem de Paulo em 1 Co 10[538] e com Cirilo, nestes termos: "Foi aprovado o artigo décimo, no qual confessamos que na ceia do Senhor o corpo e o sangue de Cristo estão presentes verdadeira e essencialmente, sendo oferecidos verdadeiramente com os elementos visíveis, pão e vinho, aos que recebem o sacramento. Pois, visto dizer Paulo que 'o pão que partimos é a comunhão do corpo de Cristo, etc.', seguir-se-ia, caso não o corpo de Cristo, mas apenas o Espírito Santo estivesse verdadeiramente presente, que o pão seria a comunhão não do corpo, mas do espírito de Cristo. E sabemos que não só a Igreja Romana, mas também a Igreja Grega ensinou a presença corporal de Cristo na santa ceia". De Cirilo se aduz que Cristo, na ceia, habita em nós também corporalmente pela comunicação de sua carne.

12 Mais tarde, quando aqueles que em Augsburgo haviam submetido sua própria confissão a respeito deste artigo adotaram a confissão de nossas igrejas, foi composta em Wittenberg[539], no ano de 1536, a seguinte *formula concordiae*, isto é, artigos de concórdia cristã, entre teólogos saxônios e os da Alemanha Superior[540], e foi assinada pelo Dr. Martinho Lutero e por outros teólogos de ambos os partidos:

13 "Ouvimos como o Senhor Martinho Bucer explicou sua opinião, bem como a dos outros pregadores que com ele vieram das cidades, sobre o santo sacramento do corpo e sangue de Cristo, a saber, da maneira seguinte:

14 'Confessam, segundo as palavras de Ireneu[541], que neste sacramento há duas coisas, uma celeste, a outra terrena. De acordo com isso, mantêm e ensinam que, com o pão e o vinho, o corpo e o sangue de Cristo estão verdadeira e essencialmente presentes, são oferecidos e recebidos. E ainda que não crêem numa transubstanciação, isto é, numa transformação essencial do pão e vinho no corpo e sangue de Cristo e, também, não mantêm que o corpo e sangue de Cristo são inclusos no pão *localiter*, isto é, localmente[542], ou que em alguma outra maneira são permanentemente unidos com ele à parte do uso[543] do sacramento, concedem, todavia, que, pela união sacramental, o pão é o corpo de Cristo, etc.
15 Pois não mantêm que o corpo de Cristo esteja presente à parte do uso, quando

---

[537] Vid. acima, Catecismo Menor, Sacramento do Altar, VI, seção 2.

[538] 1 Co 10.16.

[539] A Concórdia Vitemberguense.

[540] *Oberländischen*.

[541] Ireneu, *Elenchos* IV, 18,5 MSG VII 1028/29.

[542] Ou: circunscritivamente. Vid. acima, Epítome VII, 14, nota em "espacial".

[543] *Ausser der Niessung*. Texto lat.: *extra usum*. O original latino da Concórdia Vitemberguense tem *usus*, onde a tradução alemã do documento incluída no Livro de Concórdia germânico de 1589 tem *Niessung*.

o pão é posto de lado e guardado na píxide[544] ou levado e exibido em procissão, como acontece no papado.

16 'Entendem eles, em segundo lugar, que a instituição deste sacramento, feita por Cristo, é eficaz na cristandade, e que não depende da dignidade ou indignidade do ministro que distribui o sacramento ou daquele que o recebe, visto, como diz S. Paulo, também os dignos comungarem[545] o sacramento. Mantêm, assim, que também aos indignos é oferecido, verdadeiramente, o corpo e sangue de Cristo, e que os indignos verdadeiramente o recebem, se a instituição e a ordem de Cristo Senhor são observadas. Tais pessoas, entretanto, o recebem para juízo, como diz S. Paulo, pois abusam do santo sacramento, visto que o recebem sem verdadeiro arrependimento e sem fé. Pois que foi instituído a fim de testificar que àqueles que se arrependem verdadeiramente e se confortam pela fé em Cristo, a graça e os benefícios de Cristo são aí aplicados, e que são incorporados em Cristo e lavados pelo sangue de Cristo'".

17 No ano seguinte, quando os principais teólogos adeptos da Confissão de Augsburgo de toda a Alemanha se reuniram em Esmalcalde e deliberaram sobre o que apresentar ao concílio[546] com respeito a essa doutrina da igreja, por comum decisão[547], os Artigos de Esmalcalde foram compostos pelo Dr. Lutero, e assinados, coletiva e individualmente, por todos os teólogos. Neles, o sentido próprio e correto é expresso claramente, em palavras breves e precisas, que 18 concordam da maneira mais exata com a palavra de Cristo e barraram todos os subterfúgios e escapatórias aos sacramentários (que interpretaram a *formula concordiae*, isto é, os supramencionados artigos de união[548], estabelecidos no ano anterior, com vantagem para eles, assim que o corpo de Cristo, juntamente com todos os seus benefícios, é distribuído com o pão de modo não diverso daquele em que o é com a palavra do evangelho, e que com união sacramental se intenta significar nada além da presença espiritual do Cristo Senhor, mediante a 19 fé), a saber, "que pão e vinho, na ceia, são o verdadeiro corpo e sangue de Jesus Cristo, que são dados e recebidos não somente por cristãos piedosos, mas, também, por cristãos ímpios"[549].

20 O Dr. Lutero também explica e confirma esse parecer mais amplamente da palavra de Deus no Catecismo Maior[550], onde se lê: "Que é, pois, o sacramento do altar? Resposta: É o verdadeiro corpo e sangue de Cristo, em e sob o

---

[544] *Sakramenthäuslein.* Píxide é o vaso em que se guardam as hóstias ou partículas consagradas.

[545] *Niessen* (=geniessen). Texto lat.: *manducare.*

[546] Vid. acima, Artigos de Esmalcalde, Prefácio, 1, notas.

[547] *Mit gemeinem Rat.* Texto lat.: *communi et unanimi consensu* (com unanimidade de votos, por comum e unânime consenso).

[548] A Concórdia Vitemberguense, 1536.

[549] Artigos de Esmalcalde, III Parte, VI Artigo, 1. A tradução latina descreve assim os *böse Christen* do texto alemão: *qui praeter nomen nihil habent Christianum* ("os que além do nome nada têm de cristão"). Nos Artigos de Esmalcalde, texto citado, Nicholas Selneccer traduz: *a malis christianis et impiis.* Vid. também acima, VII, 56, nota em "cristãos piedosos e ímpios".

[550] Vid. acima, Catecismo Maior, Sacramento do Altar, 8, 10, 12-19.

21 pão e o vinho, que a palavra de Cristo ordena a nós, cristãos, comer e beber". E, logo depois: "Digo que a palavra é o que faz este sacramento, e de tal modo o distingue que não é mero pão e vinho, senão que é e se chama corpo e sangue
22 de Cristo". E, em seguida: "Com essas palavras, podes fortalecer tua consciência e dizer: Caso cem mil demônios, juntamente com todos os entusiastas, se puserem diante de ti com a pergunta: Como é que pão e vinho podem ser o corpo e sangue de Cristo?, eu sei que todos os espíritos e doutos somados têm menos sabedoria do que a majestade divina no dedo mindinho. Agora, aí está a palavra de Cristo: Tomai, comei, isto é o meu corpo; bebei dele todos, isto é o novo testamento em meu sangue, etc. Ficamos com isso e queremos ver os que
23 vão mestreá-lo e fazer diversamente do que ele falou. É bem verdade que, se tiras a palavra e encaras a coisa sem palavra, aí, então, nada tens senão mero pão e vinho. Mas quando as palavras permanecem, como deve acontecer, então, de acordo com elas, é verdadeiramente o corpo e o sangue de Cristo. Pois tem de ser assim como o diz e declara a boca de Cristo, porquanto ele não pode mentir ou ludibriar.

24 "A partir daí, é fácil, agora, responder a toda sorte de perguntas que em nossos dias preocupam. Por exemplo: se um sacerdote ímpio também pode administrar o sacramento e outras perguntas semelhantes. Aqui, concluímos e dizemos: ainda que um patife tome ou dê o sacramento, recebe o sacramento verdadeiro, isto, é, o corpo e o sangue de Cristo, tanto quanto aquele que o faz da maneira mais digna. Pois o sacramento não se funda na santidade de homens, mas sobre a palavra de Deus. E assim como nenhum santo na terra, nem mesmo um anjo no céu, pode transformar o pão e o vinho em corpo e sangue de Cristo, da mesma forma, ninguém pode modificar ou transformar o sacramento, ainda que haja abuso dele.

25 "Pois a palavra pela qual veio a ser sacramento e foi instituído não se
26 torna falsa em razão da pessoa ou da incredulidade. Ela não diz: Se crerdes ou fordes dignos, tendes meu corpo e sangue, mas: Tomai, comei e bebei, isto é o meu corpo e sangue. Semelhantemente: Fazei isto (a saber, o que eu agora faço, instituo, vos dou e ordeno que tomeis). Isso equivale a dizer: quer sejas digno, quer indigno, aqui tens seu corpo e sangue, em virtude dessas palavras acrescentadas ao pão e ao vinho. Toma nota disso e lembra-o bem, pois que nessas palavras repousa todo o nosso fundamento, proteção e defesa contra todo erro e engano que já vieram ou ainda possam vir".

27 Até aqui do Catecismo Maior, no qual a vera presença do corpo e sangue de Cristo na santa ceia é firmada com base na palavra de Deus, e isso se entende não só dos crentes e dignos, mas também dos incrédulos e indignos.

28 Como, porém, esse homem, altamente iluminado, previu no Espírito que depois de sua morte alguns tentariam torná-lo suspeito de se haver afastado da doutrina supramencionada, bem como de outros artigos cristãos, apensou à sua Confissão Maior[551] a protestação que segue:

29 "Por ver que seitas e erros crescem à medida que passa o tempo, e que o esbrajevar e raivar de Satanás não conhecem termo, e a fim de que, doravante,

---

[551] WA 26, 499-500.

vivo eu ainda ou depois de minha morte, não suceda que, futuramente, alguns se valham de mim e, falsamente, recorram aos meus escritos para avigorar o erro deles, como os sacramentários e os anabatistas estão principiando a fazer, quero, com o presente escrito, confessar minha fé, ponto por ponto, diante de Deus e do mundo todo. É intenção minha perseverar nesta fé até à morte, e nela (valha-me Deus!) partir deste mundo e comparecer perante o tribunal de nosso Senhor Jesus Cristo. E, caso alguém diga depois da minha morte: Vivesse o Dr. Lutero agora, e ensinaria e pensaria de maneira diversa a respeito desse ou daquele artigo, pois que não o ponderou suficientemente, etc., contra isso digo, agora como então, e então como agora, que, com a graça de Deus, tenho refletido com a máxima diligência sobre todos esses artigos através das Escrituras, com elas voltei a cotejá-los muitas vezes, e tão seguramente os defenderia quanto agora tenho propugnado o sacramento do altar. Não estou embriagado, nem falo irrefletidamente. Sei o que estou dizendo e bem compreendo o que isso representa para mim na vinda de Cristo, o Senhor, por ocasião do juízo final. Razão por que não quero que se interprete isso aí como gracejo ou conversa frívola. A coisa me é matéria grave, porque, graças a Deus, tenho conhecimento considerável de Satanás. Se ele pode torcer e baralhar a palavra de Deus, que não logrará fazer com as minhas palavras ou as de outrem?" 30 31

32 Depois dessa protestação, o Dr. Lutero, de bendita memória, põe, entre outros artigos, também este[552]: "Da mesma forma", diz ele, "também falo e confesso do sacramento do altar que, nele, o corpo e sangue de verdade são comidos e bebidos oralmente no pão e no vinho, ainda que os sacerdotes que o administram ou aqueles que o recebem descreiam ou, de outro modo, façam mau uso dele. Pois não se fundamenta em fé ou incredulidade humanas, e sim, na palavra e ordenação de Deus. A menos que modifiquem, primeiro, a palavra e a ordenação de Deus e as interpretem diversamente, como fazem os atuais inimigos do sacramento, os quais, na verdade, têm mero pão e vinho, pois que também não têm a palavra de Deus e a ordenança instituída, senão que as perverteram e modificaram segundo sua própria inventiva".

33 O Dr. Lutero, que, por certo, entendeu melhor que outros o verdadeiro e próprio sentido da Confissão de Augsburgo e a reteve e defendeu com perseverança até o seu fim, pouco antes de sua morte repetiu sua fé quanto a esse artigo com grande zelo em sua derradeira confissão[553], onde escreve como segue: "Reputo-os todos por um só bolo, isto é, por sacramentários e entusiastas, o que, de fato, são aqueles que não querem crer ser o pão do Senhor na ceia seu verdadeiro, natural corpo, que o ímpio ou Judas recebem oralmente não menos do que S. Pedro e todos os santos. Quem, digo, não quer crer isto, me deixe em paz e não espere nenhuma comunhão de mim. Esta posição não será modificada".

34 Dessas explanações, especialmente da explanação do Dr. Lutero, o mestre mais eminente da Confissão de Augsburgo, todo homem judicioso que ama

[552] WA 26, 506.

[553] "Última Confissão Sobre o Sacramento do Altar", 1544. WA 54, 155s.

a verdade e a paz pode, sem dúvida, perceber qual sempre foi a intenção e o sentido reais da Confissão de Augsburgo neste artigo.

35 Pois a razão por que, além das palavras de Cristo e de S. Paulo[554] (o pão na ceia "é o corpo de Cristo" ou a "comunhão do corpo de Cristo"), também fizemos uso das palavras "sob o pão", "com o pão", "no pão"[555] é que, com isso, fosse rejeitada a transubstanciação papista e indicada a união sacramental
36 entre a substância intransformada do pão e do corpo de Cristo. Da mesma forma, com a frase *Verbum caro factum est*, "o Verbo se fez carne"[556], é repetida e explicada pelas expressões equivalentes "o Verbo habitou em nós"[557], "em Cristo habita corporalmente toda a plenitude da Divindade"[558], "Deus era com ele"[559], "Deus estava com Cristo"[560] e expressões similares – a saber, que a essência divina não é transformada em natureza humana, e sim, que ambas as na-
37 turezas transformadas são pessoalmente unidas. Muitos eminentes mestres antigos, como Justino, Cipriano, Agostinho, Leão, Gelásio, Crisóstomo e outros, fazem uso desse símile em relação às palavras do testamento de Cristo

---

[554] Mt 26.26; Lc 22.19; Mc 14.22; 1 Co 11.24; 10.16.

[555] BSLK (p. 983, nota 2) manda conferir, quanto a essa "fórmula da teoria da consubstanciação", Hesshus em Schmid, *Kampf um die Lehre v. Abendmahl*, p. 209, nota 1. Cf. também Rudolf Hospinianus, *Historia sacramentaria*, Zurique, 1598, p. 359 (cit. em Hartmut Hilgenfeld, *Mittelalterliche-traditionelle Elemente in Luthers Abendmahlsschriften*, Zurique, 1971, p. 467s.). O teólogo reformado pensa que a fórmula luterana *cum, in, sub pane* não se distingue da *coexistentia substantiae panis et corporis* de Guilherme Occam. Segundo Hospinianus, a construção nominalista está compreendida no conceito *consubstantiatio* e *impanatio*. Sobre a rejeição da consubstanciação (e da transubstanciação e impanação e invinação e do modo descenso-ascenso) pelos luteranos, vid., p. ex., Abraão Calov, *Systema Locorum Theologicorum*, vol. IX, 307 (cit. em Heinrich Schmid, *Die Dogmatik der evangelisch-lutherischen Kirche*, 4ª ed., Frankfurt no Meno e Erlangen, 1858, p. 423): *Corpus et sanguinem Christi in coena adesse non quidem per metousian vel transmutationem substantialem, ut Pontificii volunt, nec per sinousian vel consubstantiationem, quam nobis calumniose Calviniani affingunt, nec per inclusionem localem, puta impanationem, uti caro est in artocreate et invinationem, ut criminari consueverunt: nec per modum descensus e coelis, et de dextra Dei, quem sequitur deinde iterum in coelum et ad dextram patris ascensus statuimus* ("Sustentamos que o corpo e o sangue de Cristo estão presentes na Ceia não, certamente, por *metousia* ou transmutação substancial, como querem os papistas, nem por *sinousia* ou consubstanciação, que nos atribuem, caluniosamente, os calvinistas; nem por inclusão local, isto é, por impanação, como a carne está no pastel, e por invinação, conforme se acostumaram a incriminar; nem por maneira de descida do céu e da destra de Deus, seguida, então, por outro lado, de ascensão ao céu e à destra do Pai"). A. Gräbner (*Theological Quarterly*, janeiro de 1901) rejeita o termo por entendê-lo no sentido de união de duas substâncias de que resulte uma terceira. O autor fala em confusão de pão e corpo numa nova substância por um "eutiquianismo sacramental" (segundo a heresia monofisita de Êutiques, as duas naturezas de Cristo não são impermistas, confundindo-se, ao contrário, numa só). O termo não aparece em Lutero nem nas confissões luteranas, mas hoje está generalizado o seu uso para designar a maneira como Lutero fala da relação entre os elementos terrenos e celestes na Santa ceia. Sobre a origem do termo, vid. o excurso de H. Hilgenfeld, op. cit., pp. 467-470.

[556] Jo 1.14.

[557] Jo 1.14. Almeida RA: "entre nós".

[558] Cl 2.9.

[559] At 10.38.

[560] 2 Co 5.19.

"isto é o meu corpo": que, assim como em Cristo duas naturezas distintas e intransformadas estão unidas indivisivelmente, assim, na santa ceia, as duas essências, o pão natural e o verdadeiro, natural corpo de Cristo estão juntamente presentes aqui na terra, na ação ordenada do sacramento. Ainda que essa união do corpo e sangue de Cristo com pão e vinho não seja união pessoal, como a das duas naturezas em Cristo, mas, como a chama o Dr. Lutero e os nossos, nos muitas vezes lembrados "Artigos de Concórdia"[561], de 1536, e alhures, *sacramentalis unio*, isto é, "união sacramental", com o que querem indicar que, embora também usem as formas *in pane, sub pane, cum pane*, isto é, estas distintas maneiras de falar: "no pão", "sob o pão", "com o pão", todavia receberam as palavras de Cristo propriamente e conforme rezam, e que entenderam a proposição, isto é, as palavras do testamento de Cristo: *Hoc est corpus meum*, "isto é o meu corpo", não como *figurata praedicatio*, mas como *inusitata*, isto é, não como expressão ou alegoria figurada, floreada. Como diz Justino: "Não recebemos isso como pão ordinário ou bebida ordinária, mas, assim como Jesus Cristo, nosso Salvador, se fez carne pela palavra de Deus e também teve carne e sangue por causa de nossa salvação, assim cremos que o alimento por ele abençoado com a palavra e a prece é o corpo e sangue do Senhor Jesus Cristo". 38 39

Em sua "Confissão Maior" e, especialmente, na "Última Confissão da Ceia"[562], o Dr. Lutero também defende com grande seriedade e zelo precisamente a maneira de falar usada por Cristo na primeira ceia. 40

Como o Dr. Lutero, com justiça, deve ser considerado o doutor mais eminente das igrejas que se confessam por aderentes da Confissão de Augsburgo, doutor cuja doutrina toda, suma e conteúdo, está compreendida nos artigos da muitas vezes citada Confissão de Augsburgo e foi entregue ao Imperador Carlos V, o sentido e escopo próprio da repetidas vezes lembrada Confissão de Augsburgo dos escritos de nenhum outro podem[563] ser derivados mais propriamente e melhor que dos escritos doutrinários e polêmicos do Dr. Lutero. 41

E, de fato, a posição que acabamos de mencionar se fundamenta na única, firme, inamovível e indubitável rocha da verdade das palavras da instituição, na santa palavra de Deus, e assim foi entendida, ensinada e propagada pelos santos evangelistas e apóstolos, bem como por seus discípulos e ouvintes. 42

Pois, visto que nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo, a respeito do qual, como nosso único Mestre, do céu é baixada, para todos os homens, esta ordem séria: *Hunc audite*, "a ele ouvi"[564], o qual não é mero homem ou anjo, nem apenas verdadeiro, sábio e poderoso, senão que a própria verdade e sabedoria eternas e Deus onipotente, que sabe muito bem o que deve falar e como, e que 43

---

[561] Texto lat.: *in illa concordiae formula*. A Concórdia Vitemberguense. Vid. acima, seção 12.

[562] OSel 4,231,289ss; WA 54,14ss.; WA 54, 149ss.

[563] *Kann und soll*. Texto lat. da edição crítica alemã: *et nullius hominis libellis*. A construção exige *ex* em lugar de *et*.

[564] Mt 17.5; Lc 3.22.

também pode efetuar e pôr em operação, poderosamente, tudo quanto fala e promete, como ele diz: "Passará o céu e a terra, porém as minhas palavras não passarão"[565]; também: "Toda a autoridade me foi dada no céu e na terra"[566],
44 visto, pois, que este Senhor, verdadeiro e poderoso, nosso Criador e Redentor, depois da última ceia, quando está por começar sua amarga paixão e morte pelos nossos pecados, naquelas tristes e derradeiras horas, com magna deliberação e seriedade, na instituição desse venerabilíssimo sacramento, que era para ser usado até o fim do mundo, com grande reverência e obediência, e que era para ser memorial contínuo de sua amarga paixão e morte e de todos os seus benefícios, selo do novo testamento, consolo de todos os corações angustidados e firme vínculo e união dos cristãos com Cristo, seu cabeça, e de uns com os outros, falou, na ordenação e instiuição da santa ceia, com respeito ao pão abençoado e oferecido, estas palavras: "Tomai, comei; isto é o meu corpo oferecido por vós"[567], e do cálice ou vinho: "Isto é o meu sangue, o sangue da nova aliança, derramado em favor de muitos para remissão de pecados"[568],
45 segue-se que, sem dúvida, é do nosso dever não interpretar e explicar essas palavras do eterno, verdadeiro e todo-poderoso Filho de Deus, nosso Senhor, Criador e Salvador Jesus Cristo, diversamente, como expressões alegóricas, figuradas, metafóricas, como parece de acordo com a nossa razão, senão que devemos, com fé simples e obediência devida, receber as palavras conforme rezam, em seu sentido próprio e claro, e não devemos permitir que objeção ou contestação alguma, engendrada pela razão do homem, por amável que pareça à razão, nos desvie dessas palavras.

46 Abraão, ao ouvir a palavra de Deus com respeito ao sacrifício de seu filho, teve, por certo, razão bastante para discutir sobre se as palavras deviam ser entendidas ao pé da letra ou com uma tolerável ou suave glosa, já que, abertamente, conflitavam não só com toda razão e a lei divina e natural, mas, também, com o eminente artigo da fé a respeito da semente prometida, Cristo, o qual devia nascer de Isaque. Apesar disso, assim como anteriormente, quando lhe foi dada a promessa da bendita semente de Isaque (ainda que tal parecia impossível à sua razão), deu a Deus a honra da verdade, concluindo e crendo, com toda a certeza, que Deus pode fazer o que promete, assim também aqui entende e crê a palavra e a ordem de Deus, singela e simplesmente, conforme rezam, ao pé da letra, e encomenda a coisa à onipotência e à sabedoria de Deus, a qual, ele o sabe, tem muito mais modos e caminhos quanto ao cumprimento da promessa da semente de Isaque do que a ele é dado entender com sua razão
47 cega. Assim, também a nós cabe crer singelamente, com toda a humildade e obediência, as inequívocas, firmes, claras e sérias palavras e ordem de nosso Criador e Redentor, sem qualquer dúvida e discussão sobre como se harmonizam com nossa razão ou como são possíveis. Pois essas palavras foram faladas

---

[565] Lc 21.33.
[566] Mt 28.18.
[567] Mt 26.26; Lc 22.19.
[568] Mc 14.24; Lc 22.20; Mt 26.28.

por aquele Senhor que é a própria Sabedoria e Verdade infinitas e o qual, certamente, pode, também, realizar e consumar tudo quanto promete.

48 Ora, todas as circunstâncias da instituição desta ceia testificam que essas palavras de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo, as quais em si mesmas são simples, inequívocas, claras, firmes e indubitáveis, podem e devem ser entendidas apenas em seu sentido usual, próprio e comum. Pois, em virtude do fato de Cristo dar essa ordem à mesa e durante a ceia, está fora de qualquer dúvida que ele fala de pão verdadeiro, natural, e de vinho natural e, também, que fala de comer e beber oral, de sorte que não pode haver metáfora, isto é, modificação de sentido na palavra "pão", como se o corpo de Cristo fosse pão espiritual ou alimento espiritual das almas. 49 Da mesma forma, o próprio Cristo evita[569] que haja metonímia, isto é, que, semelhantemente, não haja mudança de sentido na palavra "corpo", e torna assente[570] que não fala de um signo de seu corpo, ou de um representar ou corpo figurado, ou da virtude de seu corpo e dos benefícios por ele adquiridos com o sacrifício de seu corpo, mas de seu corpo verdadeiro, essencial, que ele entregou à morte por nós, e de seu sangue verdadeiro, essencial, derramado por nós no madeiro da cruz, para remissão dos pecados.

50 Ora, evidentemente não há intérprete tão fiel e seguro das palavras de Jesus Cristo como o próprio Cristo Senhor, que entende melhor do que ninguém suas palavras e seu coração e intenção, e que é o mais qualificado em matéria de sabedoria e entendimento para explicá-las. Aqui, na instituição de sua última vontade e testamento e em seu perpétuo concerto e união, como alhures, em todos os artigos da fé e na instituição de todos os outros sinais de concerto e graça ou sacramentos, tais como a circuncisão, os vários sacrifícios no Antigo Testamento, o santo batismo, não usa linguagem velada[571], mas palavras inteiramente próprias, simples, inequívocas e claras. E, a fim de obviar com segurança a possibilidade da ocorrência de todo e qualquer mal-entendido, explana mais claramente com as palavras "oferecido por vós, derramado em favor de vós". 51 Também deixa que seus discípulos fiquem no sentido simples, próprio, e lhes ordena que ensinem a todas as nações a guardar tudo o que tinha ordenado a eles, os apóstolos[572].

52 Por essa razão, também os três evangelistas, Mt 26; Mc 14; Lc 22, e S. Paulo[573], que recebeu o mesmo depois da ascensão de Cristo, 1 Co 11, repetem, unânimes e com as mesmas palavras e sílabas, com respeito ao pão consagrado e oferecido, estas distintas, claras, firmes e verdadeiras palavras de Cristo: "Isto é o meu corpo". Repetem-no de uma só maneira, sem qualquer interpretação e modificação. 53 Está, por isso, fora de dúvida que também com respeito à

---

[569] *Verwahrets.*

[570] Torna assente: assim traduzimos, aqui, *verwahrets* (cf. nota anterior), subentendido no original.

[571] *Verblümte.*

[572] Mt 28.19,20.

[573] Mt 26.26; Mc 14.22; Lc 22.19; 1 Co 11.25.

outra parte do sacramento as seguintes palavras de Lucas e Paulo[574]: "Este cálice é o novo testamento no meu sangue" não podem ter outro sentido senão o dado por S. Mateus e S. Marcos[575]: Isto (a saber, o que bebeis, oralmente, do cálice) é o meu sangue, o sangue do novo testamento, com que estabeleço, selo e confirmo com vós, homens, este meu testamento e nova aliança, a saber, a remissão dos pecados.

54 Assim, também aquela repetição,[576], ao escrever como segue: "Porventura o cálice da bênção que abençoamos não é a comunhão do sangue de Cristo? O pão que partimos, não é a comunhão do corpo de Cristo?" devem ser consideradas, com toda diligência e seriedade, como especial e manifesto testemunho da verdadeira, essencial presença distribuição do corpo e sangue de Cristo na ceia. Desse testemunho aprendemos claramente que não apenas o cálice abençoado por Cristo na primeira ceia, e não somente o pão que Cristo partiu e distribuiu, mas, também, o que nós partimos e abençoamos é a comunhão do corpo e sangue de Cristo, de modo que quantos comem esse pão e bebem do cálice verdadeiramente recebem o verdadeiro corpo e sangue de Cristo e deles
55 participam. Pois, se o corpo de Cristo estivesse presente e fosse recebido não verdadeira e essencialmente, mas apenas segundo a sua virtude e operação, o pão teria de ser chamado não comunhão do corpo, mas do espírito, da virtude e
56 dos benefícios de Cristo, como argumenta e conclui a Apologia[577]. E, se Paulo estivesse falando apenas da comunhão espiritual do corpo de Cristo mediante a fé, como os sacramentários torcem esse passo, não diria que o pão, e sim, o espírito ou a fé, é a comunhão do corpo de Cristo. Mas ele diz que o pão é a comunhão do corpo de Cristo, que quantos recebem o pão abençoado também se tornam participantes do corpo de Cristo. Razão por que, certamente, deve estar falando não de participação espiritual, mas de participação sacramental ou oral do corpo de Cristo, a qual é comum a cristãos piedosos e ímpios[578].

57 Conforme também mostram a causa e as circunstâncias de todo aquele discurso de Paulo[579], ele dissuade e adverte os que comiam coisas sacrificadas a ídolos e tinham comunhão com demonolatria gentílica, e que, não obstante, iam também à mesa do Senhor e participavam do corpo e sangue de Cristo, de receberem o corpo e sangue de Cristo para seu próprio juízo e condenação. Pois, visto que quantos participam do pão abençoado e partido na ceia também têm comunhão com o corpo de Cristo, segue-se que S. Paulo certamente

---

[574] Lc 22.20; 1 Co 11.25. Almeida RA: "Este cálice é a nova aliança no meu sangue" (1 Co 11.25); "este é o cálice da nova aliança no meu sangue" (Lc 22.20).

[575] Mt 26.28 (Almeida RA: "Isto é o meu sangue, o sangue da [nova] aliança"); Mc 14.24.

[576] 1 Co 10.16.

[577] Apologia X, 1.

[578] O texto latino traduz o *gottlose Christen*, do original, com *impiis* e os descreve com as palavras *titulo duntaxat Christianis* ("cristãos apenas titularmente"). Cf. acima, VII, 19, nota em "cristãos ímpios".

[579] 1 Co 10.18-33.

não pode estar falando da comunhão espiritual com Cristo, da qual ninguém pode abusar e contra a qual também não se deve advertir ninguém. Por isso, os nossos diletos pais e maiores, como Lutero e outros doutores puros da Confissão de Augsburgo, explicam essa passagem de Paulo com palavras que a põem na melhor das harmonias com as palavras de Cristo, ao escreverem assim: O pão que partimos é o corpo distribuído de Cristo, ou o corpo comum de Cristo, distribuído entre os que recebem o pão partido. 58

59 Persistimos unanimemente nessa singela e fundamentada explicação daquele glorioso testemunho de 1 Co 10[580]. E nos admira, com razão, o fato de alguns serem tão audazes a ponto de, agora, citarem essa passagem, que eles mesmos, anteriormente, opuseram aos sacramentários, como fundamento de seu erro de que na ceia o corpo de Cristo é recebido apenas espiritualmente[581]: *Panis est communicatio corporis Christi, hoc est id, quo fit societas cum corpore Christi (quod est ecclesia), seu est medium, per quod fideles unimur Christo, sicut verbum evangelii fide apprehensum est medium, per quod Christo spiritualiter unimur et corpori Christi, quod est ecclesia, inserimur.* O que traduzido reza assim[582]: O pão é a comunhão do corpo de Cristo, i. e., é aquilo por que temos comunhão com o corpo de Cristo, corpo esse que é a igreja, ou é o meio por que nós crentes somos unidos com Cristo, assim como a palavra do evangelho, quando apreendida com fé, é meio pelo qual somos unidos espiritualmente com Cristo e incorporados no corpo de Cristo, que é a igreja.

60 Pois S. Paulo ensina expressamente que não apenas cristãos devotos, piedosos e crentes, mas também indignos e ímpios hipócritas, como Judas e gente de sua laia, que não têm comunhão espiritual com Cristo e vão à mesa do Senhor sem verdadeiro arrependimento e conversão a Deus, recebem o verdadeiro corpo e sangue de Cristo oralmente no sacramento, e com seu comer e beber indigno pecam gravemente contra o corpo e sangue de Cristo, 1 Co 11[583]: "Por isso, aquele que comer o pão ou beber o cálice do Senhor, indignamente", não peca somente contra pão e vinho, não apenas contra o signo ou os símbolos e figuras do corpo e do sangue, senão que "será réu do corpo e do sangue do Senhor" Jesus Cristo, o qual, aí presente, ele desonra, mal-usa e profana, tal como fizeram os judeus, que realmente praticaram ato de violência contra o corpo de Cristo e o mataram. Foi dessa maneira que os antigos pais e doutores eclesiásticos cristãos unanimemente entenderam e explicaram essa passagem.

61 Há, portanto, duplo comer da carne de Cristo, um espiritual, de que Cristo trata precipuamente em Jo 6[584], e que ocorre de nenhum outro modo senão com o espírito e a fé, na pregação e meditação do evangelho, bem como

---

[580] 1 Co 10.16.

[581] O texto latino introduz a citação com as palavras: *Sic enim loquuntur* ("pois falam assim").

[582] *Welches zu deutsch also lautet* ("o que em alemão significa").

[583] 1 Co 11.27.

[584] Jo 6.48-58.

na ceia. E por si mesmo é útil, salutar e necessário a todos os cristãos, em todos os tempos, para salvação. Sem essa participação espiritual, também o comer sacramental ou oral na ceia não só não é salutar, como também é pernicioso e condenatório[585].

62 Esse comer espiritual, porém, outra coisa não é que a fé, a saber, ouvir, aceitar com fé e apropriar a si mesmo a palavra de Deus, na qual nos é apresentado Cristo, juntamente com todos os benefícios que nos adquiriu com sua carne, entregue à morte em nosso favor, e seu sangue, derramado a favor de nós, isto é, a graça de Deus, o perdão dos pecados, justiça e vida eterna, e fiar-nos firmemente, com segura esperança e confiança, do consolo de termos um Deus gracioso e bem-aventurança eterna por causa do Senhor Jesus Cristo, e apegar-nos a isso em todas as tribulações e tentações.

63 O outro comer do corpo de Cristo é oral ou sacramental, quando, na santa ceia, todos os que comem e bebem o pão e o vinho abençoados da ceia também, oralmente, recebem o corpo e o sangue verdadeiros e essenciais de Cristo e deles participam, os crentes para seguro penhor e garantia de que seus pecados certamente estão perdoados, e de que Cristo neles habita e neles é eficaz; os
64 descrentes, entretanto, para seu juízo e condenação. É como rezam expressamente as palavras da instituição de Cristo, quando, à mesa e durante a ceia, estende aos seus discípulos pão natural e vinho natural, aos quais chama de seu verdadeiro corpo e seu verdadeiro sangue, dizendo, ao mesmo tempo: "Comei e bebei". À vista das circunstâncias, essa ordem não pode ser entendida senão como relativa ao comer e beber orais. Não, todavia, de modo grosseiro, car-
65 nal, cafarnaítico[586], senão que de maneira sobrenatural, incompreensível. Ao que, depois, a outra ordem acrescenta ainda um outro comer, espiritual, quando o Cristo Senhor, ademais, diz: "Fazei isto em memória de mim"[587]. Aqui, requer fé.

66 Por isso, em harmonia com essas palavras da instituição de Cristo e a explicação de S. Paulo, todos os antigos mestres cristãos ensinam expressamente e em pleno consenso com toda a santa igreja cristã que o corpo de Cristo não é recebido apenas espiritualmente, pela fé, o que ocorre, outrossim, fora do sacramento, mas, também, oralmente, não só por cristãos crentes, piedosos, mas também por cristãos indignos, falsos e ímpios. Referi-los[588] aqui seria demasiadamente longo, razão por que remetemos o leitor cristão, por amor à brevidade, aos escritos exaustivos dos nossos.

67 Evidencia-se daí quão injusta e venenosamente motejam de Cristo Senhor, de S. Paulo e da igreja toda, os entusiastas sacramentários[589] que chamam esse comer oral e o comer da parte dos indignos de *duos pilos caudae*

---

[585] Condenatório = que envolve condenação. No original: *verdammlich*. Texto lat.: *damnationis causa*.

[586] Cf. Jo 6.52ss.; e Epítome VII, 15, nota em "cafarnaítico".

[587] Lc 22.19; 1 Co 11.24.

[588] Isto é, os testemunhos da antiguidade. Cf. texto lat.: *quae antiquitatis testimonia recitare hoc loco nimis esset prolixum*.

[589] *Sakramentschwärmer*. Texto lat.: *Sacramentarii*.

equinae et commentum, cuius vel ipsum Satanam pudeat, como também chamaram a doutrina sobre a majestade[590] de Cristo *excrementum Satanae, quo diabolus sibi ipsi et hominibus illudat.* Isso é falar tão horrendamente a respeito dessas coisas que o cristão piedoso deveria pejar-se de traduzi-lo[591].

68 Mas é preciso explicar com diligência quais são os convivas indignos dessa ceia, a saber, aqueles que vão a esse sacramento sem verdadeiro pesar e contrição por seus pecados e sem verdadeira fé e o bom propósito de melhorarem sua vida e que, com seu indigno comer oral do corpo de Cristo, põem sobre os próprios ombros o juízo, isto é, castigos temporais e eternos, e se tornam réus do corpo e do sangue de Cristo.

69 Pois cristãos de fé frágil, cristãos tímidos e perturbados, que estão intimamente assombrados por causa da magnitude e multidão de seus pecados e pensam que nesta sua grande impureza são indignos desse nobre tesouro e dos benefícios de Cristo, percebem sua debilidade em fé, e deploram e, cordialmente, anseiam poder servir a Deus com fé mais vigorosa e mais alegre e em obediência pura, esses são os convivas verdadeiramente dignos. 70 Especialmente para eles é que esse venerabilíssimo sacramento foi instituído e ordenado, como diz Cristo: "Vinde a mim todos os que estais cansados e sobrecarregados e eu vos aliviarei"[592]. Igualmente: "Os sãos não precisam de médico, e sim, os doentes"[593]. Também: "O poder de Deus se aperfeiçoa na fraqueza"[594]. E Rm 14[595]: 71 "Acolhei o que é débil na fé, porque Deus o acolheu". Pois "todo o que crê no Filho de Deus", seja com fé vigorosa ou débil, "tem a vida eterna"[596].

E a dignidade não está em grande ou pequena fraqueza ou fortaleza de fé, mas no mérito de Cristo, que o pai angustiado e de pequena fé, Mc 9[597], não usufrui menos do que Abraão, Paulo e outros que têm fé alegre e robusta.

72 Fique dito isso, até aqui, com respeito à verdadeira presença e às duas espécies de manducação[598] do corpo e do sangue de Cristo, que ocorrem ou pela fé, espiritualmente, ou, também, oralmente, tanto da parte de dignos, como de indignos[599].

---

[590] Aqui, uma das numerosíssimas falhas da ed. Tappert resultou em texto lamentável: "just as they describe the majesty" (op. cit., p. 582).

[591] Texto lat.: *Pudet me*; todavia, em benefício do leitor que jejua rigorosamente, em latim: "Dois cabelos de cauda eqüina e invenção de que o próprio Satanás se envergonharia"; e: "Excremento de satanás, com que o diabo se diverte a si mesmo e aos homens". Essas amabilidades são de Teodoro Beza, sucessor de Calvino e adversário decidido da doutrina luterana sobre a eucaristia e a pessoa de Cristo, e de Pietro Martire Vermigli, geralmente conhecido como Peter Martyr, monge agostiniano da Itália que se tornou amigo de Bucer e Cranmer.

[592] Mt 11.28.

[593] Mt 9.12.

[594] 2 Co 12.9.

[595] Rm 14.1,3.

[596] Jo 3.16.

[597] Mc 9.24.

[598] *Zweierlei Niessung.*

[599] Texto lat.: *quae posterior* (i. e., a que se dá oralmente) *dignis et indignis communis est* (a mencionada em segundo lugar é comum a dignos e indignos).

73 Visto que, entre alguns mestres da Confissão de Augsburgo, surgiu, também, mal-entendido e dissensão quanto à consagração e à regra comum de que 74 não há sacramento à parte do uso instituído, igualmente, sobre essa questão nos declaramos uns aos outros fraterna e unanimemente no sentido de que a verdadeira presença do corpo e sangue de Cristo na ceia não é efetuada pela palavra ou obra de homem algum, quer seja o mérito ou a recitação do ministro, quer o comer e beber ou a fé dos comungantes. Tudo isso, ao contrário, deve ser atribuído unicamente à virtude do onipotente Deus e à palavra, instituição e ordenação de nosso Senhor Jesus Cristo.

75 Pois as palavras verdadeiras e onipotentes de Jesus Cristo, que ele falou na primeira instituição, não foram eficazes apenas na primeira ceia, senão que perduram, valem, operam e ainda são eficazes, de modo que, em todo lugar onde a ceia é celebrada segundo a instituição de Cristo e suas palavras são usadas, o corpo e o sangue de Cristo verdadeiramente estão presentes, são distribuídos e recebidos, por virtude e potência daquelas palavras que Cristo pronunciou por ocasião da primeira ceia. Pois onde quer que se observe sua instituição e se pronunciem suas palavras sobre o pão e o cálice e se distribuam o pão e o cálice abençoados, aí o mesmo Cristo, através das palavras faladas, ainda é eficaz, em virtude da primeira instituição, por sua palavra, que ele 76 quer aí repetida. Como diz Crisóstomo (*in Serm. De pass.*) no Sermão da Paixão[600]: "O próprio Cristo prepara e abençoa esta mesa. Pois homem nenhum faz do pão e do vinho postos diante de nós corpo e sangue de Cristo, senão o mesmo Cristo que foi crucificado para nós. As palavras são proferidas pela boca do sacerdote, mas os elementos postos diante de nós na ceia são consagrados pelo poder e pela graça de Deus, pela palavra que ele diz: Isto é o meu corpo. E, assim como a palavra: Crescei, multiplicai-vos e enchei a terra foi dita uma só vez, sendo, porém, sempre eficaz na natureza, de sorte que ela cresce e se multiplica, assim também essa palavra[601] foi dita uma só vez, mas até o dia de hoje e até a sua vinda, ela é eficaz, fazendo com que na ceia da igreja seu verdadeiro corpo e sangue estejam presentes".

77 E Lutero, Tom. 6, Jena, fol. 99: "Esta sua ordem e instituição podem fazer e fazem com que distribuamos e recebamos não mero pão e vinho, mas o seu corpo e sangue, conforme rezam suas palavras: Isto é o meu corpo, etc. Isto é o meu sangue, etc. De sorte que não é nossa obra ou falar, senão o mandamento e a ordenação de Cristo que fazem com que o pão seja corpo e o vinho, sangue, desde o começo da primeira ceia até o fim do mundo, e por nosso ministério e ofício são diariamente distribuídos"[602].

78 Também Tom. 3, Jena, fol. 446: "Aqui, também, mesmo que eu dissesse sobre todos os pães: Isto é o corpo de Cristo, nada, na verdade, resultaria daí. Quando, porém, dizemos na ceia, de acordo com sua instituição e ordem: Isto

---

[600] João Crisóstomo, *De proditione Iudae*, 1,6. Há diferenças entre o texto alemão e o latino de BSLK (p. 998-999) e entre eles e os textos latino e grego de Migne (Series Graeca XLIX, coluna 380).

[601] *Hoc est corpus meum. Hic est sanguis meus.*

[602] WA 38, 240.

é o meu corpo, então é seu corpo, não em virtude do nosso falar ou do nosso verbo eficaz[603], mas por causa de sua ordem, porque nos ordenou falar e fazer assim, e ligou o seu mandar e fazer ao nosso falar"[604].

79 Na administração da santa ceia, as palavras da instituição devem ser faladas ou cantadas publicamente, de maneira distinta e clara, diante da congregação, não se devendo omiti-las de forma nenhuma, a fim de render-se obediência à ordem de Cristo: "Fazei isto", e para que a fé dos ouvintes quanto à essência e fruto desse sacramento (a presença do corpo e sangue de Cristo, o perdão dos pecados e todos os benefícios que nos foram adquiridos pela morte e derramamento do sangue de Cristo e com que somos presentados no testamento de Cristo) seja despertada, fortalecida e confirmada pelas palavras de Cristo, e para que os elementos do pão e do vinho sejam santificados ou abençoados neste santo uso, a fim de, com eles, se nos administrarem o corpo e o sangue de Cristo, para serem comidos e bebidos, como diz Paulo: "O cálice da bênção que abençoamos"[605], o que não acontece de outra maneira senão através de repetição e recitação das palavras da instituição. 80 81 82

83 Todavia, essa bênção ou a recitação das palavras da instituição de Cristo, se a ação toda da ceia, conforme Cristo a ordenou, não é observada (como quando o pão abençoado não é distribuído, recebido e comido, mas é encerrado, oferecido em sacrifício ou levado de um lugar a outro), por si só não faz sacramento, senão que a ordem de Cristo – "Fazei isto", que abrange toda a ação ou administração desse sacramento: que numa reunião de cristãos tomemos pão e vinho, os abençoemos, distribuamos, recebamos, comamos, bebamos e, com isso, anunciemos a morte do Senhor – deve ser observada indivisa e invioladamente, como S. Paulo, com efeito nos põe diante dos olhos a ação toda do partir do pão ou da distribuição e recepção, 1 Co 10[606]. 84

85 A fim de preservar essa verdadeira doutrina cristã concernente à santa ceia e para evitar e eliminar múltiplos abusos e desvirtuamentos idolátricos desse testamento, derivou-se das palavaras da instituição a útil regra[607] e norma que segue: *Nihil habet rationem sacramenti extra usum a Christo institutum,* ou *extra actionem divinitus institutam*[608]. Isto é: Quando não se observa a instituição de Cristo tal como ele a ordenou, não é sacramento. De modo nenhum devese rejeitar essa norma, senão que podemos e devemos, proveitosamente, incutir e conservá-la na igreja de Deus. E *usus* ou *actio*, isto é, "uso" ou "ação", aqui, não significa principalmente a fé, também não, apenas, a fruição oral, mas toda a ação externa e visível da ceia ordenada por Cristo: a consagração, ou palavra da instituição, a distribuição e recepção, ou a fruição oral do pão e do vinho 86

---

[603] *Thetelwort.* Cf. OSel 4,238: "uma palavra de poder que cria o que ela expressa".

[604] OSel 4,240s.

[605] 1 Co 10.16.

[606] 1 Co 10.16.

[607] Melanchthon, Cf. CR 9, 409, 472 e 448; também, 9, 156, 371.

[608] "Nada tem a natureza de sacramento à parte do uso instituído por Cristo", ou: "à parte da ação divinamente instituída".

87 abençoados, do corpo e do sangue de Cristo. À parte desse uso, quando, na missa papista, o pão não é distribuído, mas oferecido em sacrifício ou encerrado, levado de um lugar a outro e exposto para adoração, não se deve considerá-lo sacramento. Da mesma forma como a água batismal não é sacramento ou batismo quando se faz uso dela para consagrar sinos ou curar a lepra, ou quando, de outro modo, é exposta para ser adorada. Foi a tais abusos papistas que, inicialmente, contrapôs-se essa regra, havendo sido explicada pelo próprio Dr. Lutero, Tom. 4, Jena[609].

88 Mas, afora disso, temos de lembrar, outrossim, que os sacramentários, astuta e maliciosamente, torcem essa regra útil e necessária, a fim de negar a verdadeira e essencial presença e a fruição oral do corpo de Cristo, que ocorre aqui na terra, igualmente, com respeito a dignos e indignos, e interpretam-na como referindo-se ao *usus fidei*, isto é, ao uso espiritual e interno da fé, como se no caso dos indignos não fosse sacramento e a fruição do corpo de Cristo se desse apenas espiritualmente, mediante a fé, ou como se a fé efetuasse a presença do corpo de Cristo na santa ceia e, em virtude disso, os indignos e descrentes hipócritas não recebessem o corpo de Cristo presencialmente.

89 Ora, o que faz o sacramento não é a nossa fé, mas unicamente a palavra e instituição verdadeira de nosso onipotente Deus e Salvador Jesus Cristo, a qual sempre é e permanece eficaz na cristandade, não sendo derrogada ou tornada sem força pela dignidade ou indignidade do ministro, ou pela incredulidade de quem a recebe. Da mesma forma como o evangelho, ainda que ouvintes ímpios não o creiam, nada obstante é e permanece o evangelho verdadeiro, apenas não operando nos descrentes para salvação. Assim, creiam ou não os que recebem o sacramento, Cristo nada menos permanece verdadeiro em suas palavras, ao dizer: "Tomai, comei, isto é o meu corpo", e opera isso não mediante a nossa fé, mas por sua onipotência.

90 É, por isso, erro pernicioso, impudente, atribuírem alguns, por ardilosa perversão dessa regra usual, à nossa fé, como a que, somente ela, tornaria presente e comungaria o corpo de Cristo, mais do que à onipotência de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo.

91 Agora, no que diz respeito aos vários pretensos fundamentos e fúteis objeções dos sacramentários sobre as qualidades essenciais e naturais do corpo humano, sobre a ascensão de Cristo, sobre sua saída desse mundo, etc. e tais, visto que todas elas foram refutadas cabal e pormenorizadamente, com a palavra de Deus, pelo Dr. Lutero, em seus escritos polêmicos, "Contra os Profetas Celestes, Que estas Palavras: Isto É o Meu Corpo, etc., Ainda Estão Firmes"; da mesma forma, em sua "Confissão Maior da Santa ceia" e na "Confissão Menor da Santa Ceia", bem como em outros escritos seus[610], e, porquanto, depois de sua morte, nada de novo foi avançado pelos espíritos fanáticos[611], queremos,

---

[609] WA 30/II, 254s. Cf. Artigos de Esmalcalde, Parte III, Artigo XV, 4.

[610] WA 17, 62-214; WA 36, 261-509; WA 54, 11-167; WA 19, 482-523; WA 30/II, 595-626.

[611] Ou: facciosos. No original: *Rottengeister*. Texto lat.: *fanatici spiritus*. Vid. Apologia da Confissão XXI, 43, nota em "fanáticos".

por amor à brevidade, que o leitor cristão a eles seja remetido, e queremos que sejam considerados como referidos por nós.

92 Não queremos, não podemos, nem devemos permitir que quaisquer argumentos e pensamentos humanos, sejam quais forem a aparência e o prestígio que possam ter, nos desviem do entendimento simples, inequívoco e claro da palavra e do testamento de Cristo para uma opinião estranha, que divirja do que as palavras rezam, mas, de acordo com o que ficou dito, as entendemos e cremos de maneira simples. 93 Nossas razões, em que nos estribamos continuamente nessa questão, desde o surgimento da controvérsia em torno desse artigo, são as que o Dr. Lutero, logo no início, pôs contra os sacramentários, com as palavras seguintes[612]: "Os meus fundamentos, em que me firmo neste assunto, são estes:

94 "1. O primeiro é este artigo de nossa fé: Jesus Cristo é essencial, natural, verdadeiro, completo Deus e homem em uma só pessoa, indiviso e não-partido.

95 "2. O segundo: que a destra de Deus está em toda a parte.

96 "3. O terceiro: que a palavra de Deus não é falsa e nem mente.

97 "4. O quarto: que Deus tem e conhece várias maneiras de estar em determinado lugar, e não apenas aquela única de que, gratuitamente, especulam os entusiastas, a que os *philosophi* chamam de *localis* ou espacial. 98 Também: O corpo único de Cristo tem três maneiras diferentes, ou todas três maneiras, de estar em qualquer lugar:

99 "Primeiro, o modo compreensível, corpóreo, como andava corporalmente na terra, quando desocupava e ocupava espaço de acordo com o seu tamanho[613]. Desse modo, ele ainda pode fazer uso, quando assim o quer, como fez depois da ressurreição, e fará no último dia, conforme diz Paulo, 1 Tm 6[614]: "A qual em suas épocas determinadas, há de ser revelada pelo bendito" Deus, etc. E Cl 3[615]: "Quando Cristo, que é a nossa vida, se manifestar", etc. Segundo esse modo, ele não está em Deus ou junto ao Pai, nem no céu, como sonha o espírito louco, pois Deus não é espaço ou lugar corpóreo. E a isso[616] referem-se os passos aduzidos pelos entusiastas[617] de como Cristo deixa o mundo e vai ao Pai, etc.

100 "Em segundo lugar, o modo incompreensível, espiritual, segundo o qual não ocupa nem desocupa espaço, mas penetra toda a criatura, sempre que

---

[612] OSel 4,261,262,267s.

[613] Texto lat.: *cum certo loco secundum quantitatem suam circumscriberetur* ("quando estava circunscrito em determinado lugar segundo a sua quantidade").

[614] 1 Tm 6.15. No original: *welchen* ("a qual") – referindo-se a Cristo. Almeida RA traduz "a qual", naturalmente porque o pronome relativo *hen* se refere a *epiphaneias* e não a *Iesou Xhristou*. Texto lat.: *quem*. J. T. Müller (*Die symbolischen Bücher der ev.-luth. K.*, 825 e 830) recomenda substituir o *quem* por *quam*. Não se incorra no quiproquó de aplicar esse *quam pro quem* ao texto da Vulgata, onde o *quem* está certo, quer se entenda como antecedente *adventum*, quer *Jesu Christi*).

[615] Cl 3.4.

[616] Isto é, a esse modo.

[617] *Geister*.

assim quer. Como, para dar um símile crasso, minha visão penetra o ar, a luz ou a água e neles está, e não ocupa nem desocupa espaço; como um som ou tom penetra no ar, ou a água, ou a tábua e a parede, e neles está, e também não ocupa nem desocupa espaço. Outrossim, como a luz e o calor transitam por ar, água, vidro cristais e coisas semelhantes, e neles estão, e também não desocupam nem ocupam espaço, e muitas coisas similares a essas. Ele fez uso desse modo de sair do túmulo fechado e atravessar porta trancada, e no pão e vinho na ceia, e, como se crê, ao nascer de sua mãe[618], etc.

101 "Em terceiro lugar, o modo divino, celeste, visto ser ele uma só pessoa com Deus, modo segundo o qual, evidentemente, todas as criaturas lhe devem ser muito mais penetráveis e presentes do que o são pelo segundo modo. Pois, se por este segundo modo pode estar nas criaturas e com elas de maneira que não o sintam, toquem, meçam ou compreendam, quanto mais maravilhosamente estará em todas as criaturas segundo este excelso terceiro modo, de jeito que não o medem nem compreendem, senão que, muito antes, ele as tem presentes diante de si, as mede e compreende. Pois esta essência de Cristo, já que ele é uma só pessoa com Deus[619], deves pô-la longe, muito longe, fora das criaturas, tão longe quanto Deus as transcende e, por outro lado, tão profunda e proximamente dentro de todas as criaturas, como Deus nelas está. Pois é uma só pessoa inesperada com Deus. Onde Deus está, aí também deve estar ele, ou, en-
102 tão, é falsa a nossa fé. Mas quem dirá ou conceberá como tal ocorre? Bem sabemos que assim é, que ele está em Deus, fora de todas as criaturas, e que é uma só pessoa com Deus, mas não sabemos como se dá isso. Está acima da natureza e da razão, mesmo acima da de todos os anjos no céu. Apenas Deus o sabe. Visto, pois, que nos é desconhecido e, todavia, verdade, não devemos desmentir suas palavras antes de sabermos provar com certeza que o corpo de Cristo, de modo nenhum, pode estar onde Deus[620] é, e que tal modo de ser é falso. Cabe aos entusiastas prová-lo. Mas eles desistirão.

103 "Agora, se Deus tem e conhece ainda mais modos em que o corpo de Cristo esteja em qualquer lugar, não quero ter negado aqui. Meu propósito foi indicar quão grosseiros néscios[621] são os nossos entusiastas em concederem ao corpo de Cristo nada além do primeiro modo, o compreensível, embora também não possam provar que este é contra a nossa maneira de ver. Pois, de forma nenhuma quero negar que o poder de Deus seja capaz de fazer que um corpo possa estar, simultaneamente, em muitos lugares, mesmo de modo corpóreo e compreensível. Pois quem vai querer provar que Deus não é capaz de fazer isso? Quem viu limite ao seu poder? Os entusiastas, por certo, pensam que Deus não o pode fazer. Mas quem há de querer acreditar no pensamento deles? Com que tornam certo esse tipo de pensamento?" Até aqui Lutero.

---

[618] O texto latino acrescenta: *santissima virgine Maria.*

[619] Texto lat.: *Hunc enim praesentiae Christi modum, quem ex unione personali cum Deo habet* ("Pois este modo de presença de Cristo, que ele tem da união pessoal com Deus").

[620] Edição crítica alemã adotou a formulação *wo Geist ist.* Vid. BSLK (p. 1008), aparato crítico e texto lat.: *ubi Deus est.*

[621] *Grobe Hempel.*

104 Dessas palavras do Dr. Lutero também se torna claro em que sentido as nossas igrejas usam a palavra "espiritual" nessa matéria. Para os sacramentários, a palavra "espiritual" não significa outra coisa que a comunhão espiritual, quando[622], em espírito, mediante a fé, os verdadeiros crentes são incorporados a Cristo Senhor e se tornam membros verdadeiros, espirituais, de seu corpo. 105 Quando, porém, o Dr. Lutero ou nós empregamos a palavra "espiritual" nessa questão, pensamos no modo espiritual, sobrenatural, celeste, segundo o qual Cristo está presente na santa ceia, não só operando consolo e vida nos crentes, mas, também, juízo nos descrentes. Rejeitamos, com isso, os pensamentos cafarnaíticos[623] da grosseira presença carnal, que é atribuída e imposta a nossas igrejas pelos sacramentários, apesar[624] de todo o nosso múltiplo e público testemunhar. Neste sentido, também dizemos que na santa ceia o corpo e o sangue de Cristo são recebidos, comidos e bebidos espiritualmente. Ainda que essa participação se dê oralmente, o modo, não obstante, é espiritual.

106 Portanto, nossa fé neste artigo a respeito da verdadeira presença do corpo e sangue de Cristo na santa ceia está edificada sobre a verdade e onipotência do vero e todo-poderoso Deus[625], nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo. Estes fundamentos são suficientemente fortes e sólidos para robustecer e solidar-nos a fé em todas as tentações concernentes a este artigo, e para demolir e refutar, por outro lado, todos os contra-arrazoados e objeções dos sacramentários, por agradáveis e luminosos que possam afigurar-se à razão. E neles, o coração cristão pode estribar e fiar-se com segurança e firmeza.

107 Rejeitamos e condenamos, por isso, de coração e boca, por falsos, errôneos e desencaminhadores, todos os erros que são desconformes com a supra-

---

[622] I. e., comunhão essa que se dá quando...

[623] Vid. acima, Epítome VII, 15, nota em "cafarnaítico".

[624] *Über* (= trotz).

[625] BSLK (p. 1009, nota 5) informa que a presença real, aqui, não é estabelecida primariamente sobre o *per modum ubiquitatis* vurtembérguico-brenziano, mas sobre a "ubivolipresença" chemnitziana (i. e., a sentença de que também segundo a sua natureza humana assumida, e com ela, Cristo pode estar presente, e, de fato, está, onde ele quer; cf. Declaração Sólida VIII, 78: *ut videlicit etiam secundum illam suam assumptam naturam et cum ea praesens esse possit et quidem praesens sit, ubicunque velit.* Cf. também Declaração Sólida VIII, 92). Acrescenta a nota que, afinal, apenas em Epítome VIII, 16 o *per modum ubiquitatis* é mencionado mais claramente (*dass er jtzt nicht allein als Gott, sondern auch als Mensch... allen Kreaturen gegenwärtig ist*). Sobre a questão da ubiqüidade ou "multivolipresença", vid. Hermann Sasse, *This Is My Body*, Augsburg Publishing House, Minneapolis, Minnesota, 1959, pp. 152ss., 283, 341ss.; E. Bizer, artigo "Ubiquität", em *Evangelisches Kirchenlexikon* 3 (1959), pp. 1530-1532; Susi Hausammann, Realpräsenz in Luthers Abendmahlslehre, in *Studien zur Geschichte und Theologie der Reformation*, Festschrift für Ernst Bizer, ed. de Luise Abramowski e J. F. Gerhard Goeters, Neukirchener Verlag, 1969, pp. 167-168 e 173, nota 79; Theodor Mahlmann, *Das neue Dogma der lutherischen Christologie*, Gütersloh, 1969 (vid. nas páginas 222 e 223 a discussão sobre o termo "multivolipresença", cunhado pelos reformados, e do qual Ritschl – *Dogmengeschichte* IV, Göttingen, 1927, p. 8, nota 27 – afirma que não o encontrou na literatura dos séculos XVI e XVII, quando o termo aparece em Hutter, *Concordia concors,* Hospinianus, *Concordia discors,* Beza, *Tractationes theologicae*, Chemnitz, *Epistola de coena Domini ed... Timotheum Kirchnerum... in tertiam Apologiam Bezae*, conforme mostra Mahlmann).

citada doutrina, fundada na palavra de Deus, e a ela contrários e opostos, tais como:

108 Primeiro, a transubstanciação papista, quando se ensina que o pão e o vinho consagrados ou abençoados na santa ceia de todo perdem sua substância e essência, e são transformados em substância do corpo e sangue de Cristo, de maneira que apenas remanescem as meras espécies do pão e vinho, ou *accidentia sine subiecto*[626]. Sob essa espécie do pão, que, todavia, já não é pão, mas, de acordo com a alegação deles, perdeu sua essência natural, o corpo de Cristo estaria presente, mesmo à parte da ação sacramental, quando o pão está encerrado na píxide ou é levado em redor como espetáculo e para adoração. Pois coisa nenhuma pode ser sacramento à parte do mandamento de Deus e do uso ordenado para a qual é instituído na palavra de Deus, conforme se mostrou acima.

109 2. Rejeitamos e condenamos, da mesma forma, os demais abusos papistas deste sacramento, como a abominação do sacrifício da missa pelos vivos e mortos.

110 3. Também que, contrariamente à manifesta ordem e instituição de Cristo, aos leigos se administra apenas uma das espécies do sacramento. Esses abusos papistas foram refutados exaustivamente com a palavra de Deus e os testemunhos da igreja antiga na Confissão comum de nossas igrejas[627] e na Apologia[628], nos Artigos de Esmalcalde[629] e em outros escritos dos nossos.

111 Neste escrito empreendemos especialmente apresentar apenas a nossa confissão e explanação acerca da verdadeira presença do corpo e sangue de Cristo contra os sacramentários, alguns dos quais, despudoradamente, penetram, sob o nome da Confissão de Augsburgo, nas igrejas desta. Por isso, aqui, vamos enunciar e enumerar principalmente os erros dos sacramentários e, com isso, advertir os nossos ouvintes, a fim de que deles possam resguardar e acautelar-se.

112 Rejeitamos e condenamos, por isso, de boca e coração, por falsas, errôneas e desencaminhadoras, todas as opiniões[630] e doutrinas sacramentárias desconformes com a supracitada doutrina fundada na palavra de Deus, e a ela contrárias e opostas:

113 1. Como, quando alegam que não se devem entender as palavras da instituição simplesmente, em seu sentido próprio, tais quais rezam, da verdadeira, essencial presença do corpo e sangue de Cristo na ceia, senão que devem ser reportadas, mediante tropos ou interpretação figurada, a outro sentido, novo e estranho[631]. Com isso rejeitamos todas as *opiniones* sacramentárias desse tipo e pareceres que se entrebatem, multímodos e vários que sejam.

---

[626] "acidentes sem sujeito". Isto é, se as espécies remanescem depois da transubstanciação, temos um caso de subsistência de acidentes separados da substância.

[627] Confissão de Augsburgo XXII.

[628] Apologia XXII.

[629] Artigos de Esmalcalde, III Parte, VI Artigo, 2ss.

[630] Texto lat.: *opiniones*.

[631] Cf. *Consensus Tigurinus* XXII (texto latino em BSRK, ed. por E. F. K. Müller, p. 162): *Proinde, qui in solennibus coenae verbis: Hoc est corpus meum, hic est sanguis meus, praecise*

2. Outrossim, o fato de se negar a participação oral do corpo e sangue de Cristo na ceia e se ensinar, ao invés, que na ceia o corpo de Cristo é recebido apenas espiritualmente, pela fé, de modo tal que na ceia nossa boca recebe tão-somente pão e vinho. 114

3. Bem assim o ensino de que pão e vinho na ceia mais não são do que insígnias pelas quais os cristãos reconhecem uns aos outros; ou 115

4. que são apenas figuras, símiles e emblemas do longinquamente ausente corpo de Cristo, de maneira tal, que assim como pão e vinho são alimento externo do nosso corpo, assim o corpo ausente de Cristo é, com seu mérito, o alimento espiritual de nossas almas.

5. Ou, que não passam de sinais distintivos ou signos memoriais[632] do corpo ausente de Cristo, signos pelos quais, como por penhor externo, se intentava certificar-nos de que a fé que se desvia da ceia e se remonta acima de todos os céus, lá no alto participa tão verdadeiramente do corpo e sangue de Cristo, quanto na ceia recebemos oralmente os sinais externos. E que, assim, a certificação e roboração de nossa fé na ceia se dá exclusivamente através dos sinais externos, que não pelo verdadeiro, presente e a nós distribuído corpo e sangue de Cristo. 116

6. Ou que na ceia distribuem-se à fé apenas a virtude, a operação e o mérito do remotamente ausente corpo de Cristo e que, dessa maneira, nos tornamos participantes de seu corpo ausente. Também que, segundo o modo que acabamos de mencionar, deve entender-se *unio sacramentalis*, isto é, união sacramental, *de analogia signi et signati*[633], isto é, de que modo[634] pão e vinho têm similitude com o corpo e o sangue de Cristo. 117

7. Ou que o corpo e sangue de Cristo de outro modo não são recebidos e comungados senão espiritualmente, pela fé. 118

8. Igualmente, quando se ensina que Cristo, em virtude de sua ascensão ao céu, de tal maneira está confinado e circunscrito em determinado lugar no céu com o seu corpo que, com ele, não pode ou não quer estar presente verdadeira e essencialmente conosco na ceia, a qual, segundo a instituição de Cristo, é 119

---

literalem, ut loquuntur, sensum urgent, eos tanquam praeposteros interpretes repudiamus. Nam extra controversiam ponimus, figurate accipienda esse, ut esse panis et vinum dicantur id quo significant. Neque vero novum hoc aut insolens videri debet, ut per metonymiam ad signum transferatur rei signatae nomen: quum passim in scripturis eiusmodi loquutiones occurrant, et nos, sic loquendo, nihil afferimus, quod non apud vetustissimos quosque et probatissimos ecclesiae scriptores exstet ("Repudiamos, por isso, como intérpretes insensatos aqueles que nas solenes palavras da ceia: 'Isto é o meu corpo, isto é o meu sangue' insistem absolutamente no sentido literal, conforme se expressam. Pois consideramos fora de contorvérsia que elas devem ser entendidas figuradamente, de modo que do pão e do vinho se diz serem aquilo que significam. E não se deve haver por novo ou inusitado isso de, através de metonímia, transferir-se ao sinal o nome da coisa significada, já que tais locuções ocorrem aqui e ali nas Escrituras, e visto, nós, quando assim falamos, nada aduzirmos que não se encontre justamente nos mais antigos e aprovados escritores da igreja").

[632] *Wahrzeichen oder Gedenkzeichen*. Texto lat.: *symbola aut signa memorialia*.

[633] "Com respeito à analogia entre o sinal e aquilo que é significado". Cf. *Confessio Helvetica Posterior* (E. F. K. Müller, BSRK, p. 210, 23): *Signum et res signata* ("o sinal e a coisa significada").

[634] *Wie*. Texto lat.: *quatenus*.

celebrada na terra, mas que está tão distante ou remoto dela, quanto o céu dista da terra[635]. Para firmar seu erro, alguns sacramentários falsificaram, de caso pensado e maliciosamente, o texto de Ato 3[636]: *oportet Christum caelum accipere*, "é necessário que Cristo tome posse no céu", e, em lugar dele, formularam: *oportet Christum caelo capi*, isto é, Cristo tem de ser recebido ou circunscrito e contido pelo céu ou no céu de forma tal que de nenhum modo pode ou quer estar conosco na terra com sua natureza humana.

120 9. Do mesmo modo, que Cristo não prometera a verdadeira e essencial presença de seu corpo e sangue em sua Ceia, e que nem o teria podido ou querido fazer, porquanto a natureza e as propriedades de sua natureza humana por ele assumida[637] não o toleram nem permitem.

121 10. Também, quando se ensina que é a fé, e não unicamente as palavras e a onipotência de Cristo, que torna o corpo de Cristo presente na santa ceia. Razão por que alguns omitem as palavras da instituição na administração da ceia. Pois, ainda que justificadamente se censure e rejeite a consagração papista, na qual se atribui ao falar como obra do sacerdote a virtude de efetuar um sacramento, as palavras da instituição de maneira nenhuma podem ou devem ser omitidas na adminstração da Ceia, como se mostrou na exposição precedente[638].

122 11. Semelhantemente, que, segundo as palavras da instituição de Cristo, os crentes não procurem o corpo de Cristo no pão e no vinho da ceia, senão que do pão da ceia são remetidos, com sua fé, ao lugar no céu, onde Cristo Senhor está com seu corpo, a fim de aí participarem dele[639].

123 12. Rejeitamos, também, o ensino de que cristãos incrédulos, impenitentes e ímpios, que apenas trazem o nome de Cristo, não tendo, porém, a fé genu-

---

[635] Vid. texto do *Consensus Tigurinus*, acima, VII, 2, nota em "suas próprias palavras".

[636] At 3.21: *hon dei ouranon men dexasthai* ("a quem o céu, na verdade, deve receber" ou "ao qual é necessário que o céu guarde"). Vulgata Clementina: *quem oportet quidem caelum suscipere*. A grande maioria diverge da tradução defendida na FC. Claro que se deve distinguir entre tradução do texto e a inferência dos sacramentários. Vid. em BSLK, p. 1014, nota 1, a literatura da violenta controvérsia entre Beza e Selneccer.

[637] Ou: assunta ou assumida. No original: *angenommenen*. Texto lat.: *assumptae*.

[638] Vid. acima, VII, 79-82.

[639] Cf. *Confessio Helvetica Posterior* XXI (texto latino da ed. de E. F. K. Müller, BSRK, p. 212,20-26: *Corpus Christi in coelis est ad dextram patris. Sursum erga elevanda sunt corda, et non defigenda in panem, nec adorandus dominus in pane. Et tamen non est absens ecclesiae suae celebranti coenam dominus. Sol absens a nobis in coelo, nihilominus efficaciter praesens est nobis: quanto magis sol iustitiae Christus, corpore in coelis absens nobis, praesens est nobis, non corporaliter quidem, sed spiritualiter per vivificam operationem*... ("O corpo de Cristo está no céu, à destra do Pai. Por conseguinte, os corações devem ser elevados para o alto, e não fixados no pão, nem deve o Senhor ser adorado no pão. Contudo, o Senhor não está ausente de sua igreja quando esta celebra a ceia. O sol está ausente de nós, no céu, e, apesar disso, está presente entre nós de maneira eficaz. Quanto mais, Cristo, o sol da justiça, de nós ausente, no céu, quanto ao corpo, está presente a nós, não corporalmente, mas espiritualmente, por vivificante operação...). A *Confessio Helvetica Posterior* é a mais extensa das confissões reformadas. Elaborada originalmente (1562) como confissão pessoal de Henrique Bullinger, reformador de Zurique e sucessor de Zwínglio, tornou-se pública apenas em 1566. Cf. Paul Jacobs, *Theologie Reformierter Bekenntnisschriften*, Neukirchen Kreis Moers, 1959, pp. 51-52.

ína, verdadeira, viva e salvífica, recebem na ceia não o corpo e o sangue de Cristo, mas pão e vinho somente. E, visto que nesse repasto celeste se encontram apenas duas espécies de convivas, os dignos e os indignos, rejeitamos também isso de se fazer entre os indignos distinção tal que os ímpios epicureus e zombadores da palavra de Deus, os quais estão na comunhão externa da igreja, recebem, no uso da santa ceia, não o corpo e o sangue de Cristo, para juízo, mas apenas pão e vinho[640].

13. Assim, também, a doutrina de que a dignidade não consiste apenas em verdadeira fé, mas na própria preparação do homem[641]. 124

14. Da mesma forma, a doutrina segundo a qual também os verdadeiros crentes, que têm e retêm fé genuína, verdadeira, viva, carecendo, porém, da preparação própria suficiente, a que aludimos, podem receber esse sacramento para juízo, como os convivas indignos[642]. 125

15. Igualmente, o ensino[643] de que se devem adorar[644] os elementos, as *species*[645] ou formas visíveis do pão e do vinho abençoados. Ninguém, todavia, a menos que seja herege ariano, pode nem vai querer negar que o próprio Cristo, verdadeiro Deus e homem, que está verdadeira e essencialmente presente na ceia, deve ser adorado, em espírito e verdade, no uso verdadeiro dela[646], como também em todos os outros lugares, especialmente onde sua congregação[647] está reunida. 126

---

[640] Contra E. Eber, *Vom heiligen Sacrament des Leibs und Bluts... Vnterricht...*, pp. 328ss., especialmente, 347.

[641] BSLK, p. 1015, nota 5, remete ao Concílio de Trento, Sessão XIII, capítulo VII e cânone 11. No capítulo indicado, o Concílio diz que quanto mais a santidade e a divindade deste sacramento celeste são conhecidas do homem cristão, tanto mais diligentemente deve ele cuidar no sentido de não suceder se aproxime dele para recebê-lo sem grande reverência e santidade (*quo magis sanctitas, et divinitas caelestis huius sacramenti viro christiano comperta est, eo diligentius cavere ille debet, ne absque magna reverentia, et sanctitate ad id percipiendum accedat*). Depois de citar 1 Co 11.29 e 28, o Concílio diz que o costume eclesiástico declara ser necessário o exame lembrado, de modo que ninguém que esteja consciente de um pecado mortal, por mais contrito que pareça a si mesmo, deve achegar-se à sagrada eucaristia, sem prévia confissão sacramental (*Ecclesiastica autem consuetudo declarat, eam probationem necessariam esse, ut nullus sibi conscius peccati mortalis, quantumvis sibi contritus videatur, absque praemissa sacramentali confessione ad sacram eucaristiam accedere debeat*).

[642] Também aqui, BSLK (p. 1016, nota 1) remete para o Concílio de Trento, Sessão XIII, capítulo VII, cânone 11. Vid. nota acima, sessão 124, em "preparação do homem".

[643] Concílio de Trento, Sessão XIII, capítulo V, cânones 6 e 7. O capítulo diz que não há nenhum motivo de dúvida de que todos os fiéis devem prestar culto de latria ao santíssimo sacramento (*Nullus itaque dubitandi locus relinquitur, quin omnes Christi fideles... latriae cultum... huic sanctissimo sacramento... exhibeant*).

[644] A chamada "artolatria" (adoração do pão).

[645] Vid. Confissão de Augsburgo X, 1, trad. do texto alemão, nota em "espécie do pão e do vinho".

[646] As palavras "no uso verdadeiro dela" são referidas pela versão latina à oração "que está verdadeira e essencialmente presente na ceia". As palavras "como também em todos os outros lugares" sugerem a colocação que damos às palavras "no uso verdadeiro dela".

[647] *Gemein*. Texto lat.: *ecclesia*.

127 16. Rejeitamos e condenamos, outrossim, todas as perguntas e expressões atrevidas, zombeteiras e blasfemas que são avançadas de modo grosseiro, carnal e cafarnaítico[648] acerca dos mistérios sobrenaturais e celestes desta ceia.

128 *Antitheses* adicionais ou doutrinas contrárias rejeitadas foram censuradas e repudiadas na explanação precedente. Não queremos repeti-las aqui, por amor da brevidade. E o que ainda houver, além disso, em matéria de *opiniones* condenáveis ou errôneas maneiras de ver, facilmente se pode colher e nomear, partindo da exposição acima. Pois rejeitamos e condenamos tudo o que é desconforme com a supra-apresentada doutrina, bem fundamentada na palavra de Deus, e a ela contrário e oposto.

VIII DA PESSOA DE CRISTO

1 Também ocorreu uma controvérsia entre os teólogos da Confissão de Augsburgo a respeito da pessoa de Cristo. Não começou, todavia, primeiro entre eles, senão que procedeu, originalmente, dos sacramentários[649].

2 Porque os zwinglianos, depois que o Dr. Lutero mantivera, contra os sacramentários, com argumentos sólidos, firmados nas palavras da instituição, a verdadeira e essencial presença do corpo e sangue de Jesus Cristo na ceia, objetaram-lhe que o corpo de Cristo não poderia ser genuíno e verdadeiro corpo humano, se na santa ceia estivesse presente, simultaneamente, no céu e na terra. Pois tal majestade seria própria a Deus somente, dela não sendo capaz o corpo de Cristo.

3 Isso foi contraditado e poderosamente refutado pelo Dr. Lutero, conforme mostram seus escritos doutrinários e polêmicos[650] sobre a santa ceia, os quais, bem como seus escritos doutrinários[651], publicamente endossamos com

4 isso. Depois de sua morte, alguns teólogos da Confissão de Augsburgo, embora ainda não dispostos a se declararem pública e expressamente pelos sacramentários quanto à ceia do Senhor, todavia, manejaram e usaram, a respeito da pessoa de Cristo, os mesmos fundamentos com que os sacramentários ousaram eliminar a presença verdadeira e essencial do corpo e sangue de Cristo de sua ceia, a saber, que à natureza humana na pessoa de Cristo nada se deve atribuir que esteja acima ou contra suas propriedades naturais e essenciais. E, além disso, gravaram a doutrina do Dr. Lutero, e bem assim a quantos a seguem como

---

[648] Vid. Epítome VII, 15, nota em "cafarnaítico".

[649] Cf. a respeito Theodor Mahlmann, *Das neue Dogma der lutherischen Christologie*, 1969, p. 16s.: "Porque é certo o juízo tradicional de que a cristologia luterana tirou a motivação para o seu acabamento primariamente da doutrina da Ceia" ("Denn das traditionelle Urteil ist richtig, dass die lutherische Christologie primär an der Abendmahlslehre den Anlass ihrer Durchbildung nahm").

[650] Ou: seus escritos apologéticos e polêmicos. Ou: suas doutrinas (ou: sua doutrina) e escritos polêmicos. Cf. BSLK, p. 1018, aparato crítico. Texto lat.: *in didacticis et polemicis suis scriptis.*

[651] *Sowohl als zu seinen Lehrschriften.* Texto lat.: *didactica... scripta.*

em conformidade com a palavra de Deus, inculpando-a de quase todas as monstruosas heresias de antanho.

5 Para explicar essa controvérsia de maneira cristã, em harmonia com a palavra de Deus e segundo a analogia de nossa simples fé, e com a graça de Deus resolvê-la inteiramente, nossa doutrina, fé e confissão unânimes são o que segue:

6 1. Cremos, ensinamos e confessamos que o Filho de Deus, ainda que desde a eternidade tenha sido pessoa divina particular, distinta e íntegra e, por conseguinte, verdadeiro, essencial e perfeito Deus com o Pai e o Espírito Santo, contudo, quando se cumpriu o tempo, assumiu também a natureza humana na unidade de sua pessoa, não de modo que agora haja duas pessoas ou dois cristos, mas de forma que Cristo Jesus é, agora, em *uma só* pessoa, simultaneamente verdadeiro e eterno Deus, nascido da laudatíssima[652] Virgem Maria, conforme está escrito, Rm 9[653]: "Também deles descende o Cristo, segundo a carne, o qual é Deus sobre tudo, bendito para sempre".

7 2. Cremos, ensinamos e confessamos que agora, nesta única e indivisa pessoa de Cristo, há duas naturezas distintas, a divina, que é desde a eternidade, e a humana, que no tempo foi assumida na unidade da pessoa do Filho de Deus. Essas duas naturezas na pessoa de Cristo nunca são separadas, nem misturadas uma com a outra, ou mudadas uma na outra, senão que cada uma permanece em sua natureza e essência na pessoa de Cristo por toda a eternidade.

8 3. Cremos, ensinamos e confessamos igualmente que, como as duas naturezas mencionadas permanecem impermistas e inabolidas, assim também cada qual retém suas propriedades naturais e essenciais e, por toda a eternidade, não as depõe, nem jamais as propriedades essenciais de uma natureza se tornam as propriedades essenciais da outra.

9 4. Cremos, ensinamos e confessamos, portanto, que ser onipotente, eterno, infinito, estar presente ao mesmo tempo em toda a parte, naturalmente, isto é, segundo a propriedade da natureza e de sua essência natural, estar presente por si mesmo e tudo saber são propriedades essenciais da natureza divina, que por toda a eternidade jamais se tornam propriedades essenciais da natureza humana.

10 5. Por outro lado, ser criatura corpórea, ser carne e sangue, ser finito e circunscrito, sofrer, morrer, subir e descer, mover-se de um lugar a outro, so-

---

[652] *Hochgelobten.* Texto lat.: *laudatissima.*

[653] Rm 9.5. No original: *der da ist Gott über alles, gelobet in Ewigkeit.* O texto é objeto de controvérsia entre comentaristas autorizados. Na opinião da maioria de hoje, a doxologia do passo refere-se a Deus Pai. A edição inglesa da The Testament of Jerusalem Bible, uma das traduções mais conceituadas de nossos dias, entende como FC: "Christ who is above all, God for ever blessed!" Uma nota observa que tanto o contexto como o desenvolvimento interno da sentença indicam que a doxologia é endereçada a Cristo (op. cit., 1966, p. 281, nota d). Para uma argumentação erudita e pormenorizada a favor do sentido em que a FC entende o texto, vid., p. ex., em The New International Commentary of the New Testament (ed. de F. F. Bruce), The Epistle to the Romans, de John Murray, 1965, apêndice A, p. 245.

frer fome e sede, sentir frio e calor, e coisas similares, são propriedades da natureza humana, que jamais se tornam propriedades da natureza divina.

11 6. Cremos, ensinamos e confessamos também que agora, depois da humanação, nenhuma das naturezas em Cristo subsiste por si mesma de modo que seja ou constitua pessoa distinta, senão que estão unidas de maneira que constituem uma única pessoa, na qual a natureza divina e a natureza humana assumida estão e subsistem pessoalmente, ao mesmo tempo, de forma que agora, desde a encarnação, pertencem à pessoa total de Cristo não apenas sua natureza divina, mas, também, sua natureza humana assumida; e que a pessoa de Cristo, ou *filii Dei incarnati*, isto é, a pessoa do Filho de Deus que assumiu carne e se tornou homem, assim como não é completa sem a sua divindade, assim também não o é sem a sua humanidade. Cristo, por conseguinte, não é duas pessoas diferentes, não obstante o fato de duas naturezas distintas, em sua essência e propriedades, nele se encontrarem impermistas.

12 7. Cremos, ensinamos e confessamos, outrossim, que em Cristo a natureza humana assumida não só tem e retém suas propriedades naturais e essenciais, senão que, além disso, pela união pessoal com a deidade e, depois, pela glorificação[654], foi exaltada à destra da majestade, virtude e poder, acima de tudo o que se possa nomear, não só no presente século, mas também no vindouro.

13 8. No que diz respeito a essa majestade a que Cristo foi exaltado segundo a sua humanidade, não a recebeu apenas ao ressuscitar dos mortos e ascender ao céu, mas quando foi concebido no seio materno e se tornou homem, e a natureza divina e a humana foram pessoalmente unidas.

14 9. Todavia, não se deve entender essa união pessoal, conforme alguns[655] erroneamente a explicam, como se ambas as naturezas, a divina e a humana, estivessem unidas uma com a outra da maneira como se colam duas tábuas, de sorte que *realiter*, isto é, de fato e de verdade, nenhuma comunhão teriam

15 entre si[656]. Este foi o erro e a heresia de Nestório e do Samosateno[657], os quais,

---

[654] *Vorklärung oder Glorification*. Texto lat.: *per glorificationem*.

[655] G. J. Planck (*Geschichte der protestantischen Theologie*, vol. III, p. 774) observa que com este "alguns" se mirou, indubitavelmente, aos calvinistas e acrescenta uma dura crítica à FC. O autor transcreve um trecho da *Admonitio Neostadiensis*, de 1581, obra fundamental da crítica reformada à cristologia da FC (a *Apologia oder Verantwortung des christl. Concordienbuches*, publicada em 1584, responde à *Admonitio*). Entende Planck que no texto por ele transcrito, talvez se tenha a exposição mais clara da teoria calvinista (op. cit., p. 776, nota 267). Em outro texto, a *Admonitio* moteja da idéia de atribuir à natureza humana de Cristo, simultaneamente, propriedades de ambas as naturezas, dizendo tratar-se de fábulas que devem ser vaiadas até por meninos: *Quod simul utriusque proprietates, humanas et divinas, humanae Christi naturae volunt tribuere, fabulae sunt, vel pueris exsibilandae. Nulla enim natura in se ipsam recipit contradictoria.* Vid. G. J. Planck, op. cit., vol III, p. 782, nota 270.

[656] A ilustração das tábuas coladas é criticada severamente na *Admonitio Neostadiensis*. Cf. texto citado em Planck, op. cit., vol. III, p. 777, nota 268.

[657] *Nestorii und Samosatenii*. Sobre Nestório, vid. acima, Epítome VIII, 18, nota em "Nestório". Sobre Paulo de Samosata, vid. CA I, 6, tradução do texto germânico, nota em "samosatenos".

consoante atestam Suídas e Teodoro, presbítero retenense[658], ensinaram e pensaram *duo physeis akoinonetous, pros heautas pantapasin, hoc est, naturas omni modo incommunicabiles esse*, isto é, que as naturezas nenhuma comunhão[659] têm entre si[660]. Isso separa as naturezas uma da outra, e assim se fazem dois cristos, de feição que um é Cristo, e outro é Deus, o Verbo, que habita em Cristo.

16 Pois assim escreve Teodoro, o Presbítero[661]: *Paulus quidam iisdem, quibus Manes, temporibus, Samosatenus quidem ortu, sed Antiochiae Syriae antistes, Dominum impie dixit nudum fuisse hominem, in quo Deus Verbum sicut et in singulis prophetis habitavit, ac proinde duas naturas separatas et citra omnem prorsus inter se communionem in Christo esse, quasi alius sit Christus, alius Deus Verbum in ipso habitans*. Isto é: "No mesmo tempo em que vivia o herege Manes, um chamado Paulo – o qual, samosateno de nascimento, foi, porém, bispo de Antioquia, na Síria – impiamente ensinou que Cristo Senhor nada foi além de mero homem no qual Deus Verbo habitou como um em cada um dos profetas. Por isso, também julgou que a natureza divina e a humana estão separadas e destacadas uma da outra, e que em Cristo nenhuma comunhão têm entre si, exatamente como se um fosse Cristo e outro, Deus Verbo, que nele habita"[662].

17 Contra essa heresia condenada, a igreja cristã sempre creu e julgou, singelamente, que a natureza divina e a humana na pessoa de Cristo estão unidas de feição tal, que têm entre si verdadeira comunhão, pela qual as naturezas não se fundem[663] em uma essência, e sim, como escreve o Dr. Lutero, em uma pessoa[664]. 18 Por causa dessa união e comunhão pessoais, os antigos mestres da igreja, antes e depois do Concílio de Calcedônia, freqüentes vezes fizeram uso da palvra *mixtio*, mistura, em bom sentido e diferenciação. Quanto a isso, poder-se-iam aduzir muitos testemunhos dos Pais, se tal fora necessário. E podem ser encontrados nos escritos dos nossos. Explicam[665] a união e a comunhão pessoais com os símiles *animae et corporis* e *ferri candentis*, isto é, do corpo e da alma e de ferro candente. 19 Pois corpo e alma, bem como fogo e ferro, têm comunhão entre si, não *per phrasin*, *modum loquendi* ou *verbaliter*, isto é, de

---

[658] *Suidas und Theodorus presbyter Rhetenensis*. Suídas foi lexicógrafo grego do século X. Seu léxico foi publicado pela primeira vez no século XVI. Theodoro de Raithu, do século VI, foi monge e presbítero de um mosteiro de Raithu, na península do Sinai. A única obra que lhe pode ser atribuída com segurança é *Proparaskue* (*Praeparatio*). A obra defende a teologia calcedonense e a de Cirilo de Alexandria e ataca os monofisitas Juliano de Halicarnasso e Severo de Antioquia. Também procura fazer oposição aos pontos de vista de Manes, Nestório, Êutiques, Apolinário, Paulo de Samosata e Teodoro de Mopsuéstia.

[659] *Gemeinschaft*.

[660] Como sempre, traduzimos a tradução feita pelo original germânico.

[661] *Theodorus presbyter*. MSG XCI, 1496 D. Citação livre.

[662] Tradução da tradução alemã.

[663] *Gemenget*. Texto lat.: *conveniunt et commiscentur.*

[664] Cf. OSel 4,260.

[665] I. e., os testemunhos dos Pais.

forma tal, que se trate apenas de maneira de falar e de meras palavras, senão *vere e realiter*, isto é, verdadeira e realmente e, não obstante, nenhuma *confusio* ou *exaequatio naturarum*, isto é, mistura ou igualação das naturezas, se introduz com isso, como quando de mel e água se faz hidromel, que já não é água ou mel distintos, senão bebida mista. Mui diverso, no entanto, é o que se dá com a união da natureza divina e da humana na pessoa de Cristo.

Pois a comunhão e união entre a natureza divina e a humana na pessoa de Cristo é muito diferente, mais elevada e mais inefável, união e comunhão em virtude das quais Deus é homem e homem é Deus, todavia, sem que com isso se misturem nem as naturezas nem as suas propriedades, porém, cada natureza retém sua essência e propriedades.

20 Por causa dessa união pessoal, que é impensável e impossível sem essa verdadeira comunhão das naturezas[666], não foi a mera natureza humana, cuja propriedade é sofrer e morrer, que sofreu pelos pecados do mundo inteiro, mas o próprio Filho de Deus verdadeiramente sofreu, todavia, segundo a natureza humana assumida e, de acordo com a nossa simples fé cristã, verdadeira-

21 mente morreu, ainda que a natureza divina não possa sofrer nem morrer. O Dr. Lutero explicou isso exaustivamente em sua *Confissão Maior da Santa Ceia* contra a blasfema *alloeosis* de Zwínglio[667], o qual ensinou que se deve tomar e entender uma natureza pela outra. A isso condenou, como máscara do diabo,

22 ao abismo do inferno[668]. Por essa razão, os antigos mestres da igreja conjugaram, na explanação desse mistério, ambas as palavras, *koinonia* e *henosis*, *communio et unio*, "comunhão" e "união", e explicaram uma por meio da outra. Ireneu, IV livro, capítulo terceiro; Atanásio, na *Epístola a Epicteto*; Hilário, *Da Trindade*, IX livro; Basílio e o Nisseno, em Teodoreto; Damaceno, III livro, capítulo 19.

23 Por causa dessa união e comunhão pessoais da natureza divina e da humana em Cristo, cremos, ensinamos e confessamos também, de acordo com nossa singela fé cristã, o que se diz da majestade de Cristo segundo a sua humanidade à destra do poder onipotente de Deus[669], e o que daí se segue. Tudo isso nada seria nem poderia subsistir, se essa união e comunhão pessoais das naturezas na pessoa de Cristo não existisse *realiter*, isto é, de fato e de verdade.

24 Em virtude dessa união e comunhão pessoais das naturezas, Maria, a Virgem laudatíssima, não deu à luz um mero homem, mas um homem que verda-

---

[666] A ed. Tappert (p. 595) inverte o pensamento: "On account of this personal union, without which such a true communion of the natures is unthinkable and impossible".

[667] *Die gotteslästerliche alleosin Zwinglii*. Texto lat.: *blasphemam Cinglii allaeosin*.

[668] Cf. OSel 4,258-261,273.; *H Zwinglis Sämtliche Werke* 5, 654, 23ss.; 679, 6ss.; 922, 1ss.; ZSW 6 II, 126, 1ss.; vid. acima, VIII, 39ss. F. K. Müller, *Symbolik*, 1896, nota 16 (*alloiosis*): "Nach Zwingli ein 'Gegenwechsel', eine Vertauschung der *prädikate* beider Naturen in der Einheit der Person, nicht aber der Idiome selbst, thatsächlich etwa den beiden ersten genera der lutherischen communicatio idiomatum entsprechend". Em português, o grego *alloiosis* (mudança, alteração) entrou como termo médico "aleose", mudança no caráter de uma doença. *Concordia Triglotta* (p. 1022) traduz o termo com "Bedeutungsverwechslung".

[669] *Zur Rechten der allmächtigen Kraft Gottes*. Texto lat.: *ad dextram omnipotentiae et virtutis Dei*.

deiramente é Filho do Deus Altíssimo, conforme testifica o anjo. Demonstrou sua majestade divina até no seio materno, com o fato de haver nascido de uma virgem não injuriada em sua virgindade[670]. Razão por que ela, deveras, é a mãe de Deus[671] e, não obstante, permaneceu virgem.

25 Em virtude disso, também operou todos os seus milagres e manifestou sua majestade divina a seu arbítrio, quando e como quis, e, portanto, não apenas depois de sua ressurreição e ascensão, mas, também, no estado de sua humilhação. Por exemplo, por ocasião das bodas em Caná da Galiléia[672]. Também, aos doze anos de idade, entre os doutos[673]. Outra vez, no jardim, quando uma palavra jogou seus inimigos por terra[674]. Da mesma forma na morte, ao morrer não simplesmente como outro homem qualquer, senão que com sua morte, e nela, venceu o pecado, a morte, o diabo, o inferno e a condenação eterna. A natureza humana sozinha não teria sido capaz de fazer isso, se não tivesse estado assim unida pessoalmente com a natureza divina e, com ela, não houvera tido comunhão.

26 Daí, também a natureza humana tem, depois da ressurreição dentre os mortos, a exaltação acima de todas as criaturas no céu e na terra, o que outra coisa não é senão que ele abandonou inteiramente a forma de servo e, mas não depôs a natureza humana, que retém pela eternidade, e foi investido na plena posse e uso da majestade divina segundo a natureza humana assumida. Essa majestade a teve ele, todavia, imediatamente, em sua concepção, no próprio seio materno. Mas, conforme testifica o apóstolo[675], esvaziou-se e, como explica o Dr. Lutero[676], manteve-se em segredo no estado de sua humilhação, e não fez uso dela sempre, mas quando quis. Agora, porém, uma vez que[677] ascen- 27 deu ao céu, não simplesmente como algum outro santo, mas, conforme testifica o apóstolo[678], acima de todos os céus e, também, verdadeiramente enche todas as coisas, e, presente em toda a parte, não só como Deus, mas também como homem, governa de um mar ao outro e até os confins da terra, como vatici-

---

[670] Injuriar no sentido de danificar. No original: *unvorletzt ihrer Jungfrauschaft*. Texto lat.: *quod de virgine inviolata ipsius virginitate natus est*. Vid. acima, Artigos de Esmalcalde, I parte, 4, nota em "pura e santa Virgem Maria".

[671] *Gottes Mutter*. O texto lat. traz o termo grego *theotokos*, além de *Dei genetrix* (= Deípara). A mais antiga atestação segura do uso do título *Theotokos* é de 325, em Alexandre de Alexandria, bispo de 313 a 327, em cujo episcopado rompeu a controvérsia ariana. Se já o usaram Hipólito de Roma e Orígenes ainda é matéria controvertida (cf. *Religion in Geschichte und Gegenwart*, vol. IV, 3ª. ed., 1960, p. 768).

[672] Jo 2.1-11.

[673] Lc 2.41-52.

[674] Jo 18.6.

[675] Fp 2.7.

[676] WA 54, 50.

[677] *Nachdem*. Aqui, o texto latino traduz com *postquam*, que também pode expressar idéia causal. Em outros casos, *nachdem* é traduzido com *quia* e *cum*. Vid. Prefácio, § 2., nota em "visto que".

[678] Ef 4.10.

nam os profetas[679] e os apóstolos[680] testificam que, por toda a parte, cooperou com eles e lhes confirmou a palavra por meio de sinais, que se seguiam[681].

28 Isso, porém, não se deu de maneira terrena, mas, como explica o Dr. Lutero, segundo o modo da destra divina, que não é lugar específico no céu, como alegam os sacramentários, sem fundamento das Sagradas Escrituras, e sim, nenhuma outra coisa senão o poder onipotente de Deus, que enche o céu e a terra, no qual Cristo foi investido segundo a sua humanidade, *realiter*, isto é, de fato e de verdade, *sine confusione et exaequatione naturarum*, isto é, sem mistura e

29 igualação das duas naturezas na essência e propriedades essenciais delas. Por causa desse poder comunicado, verdadeiramente pode estar e está presente, com seu corpo e sangue, consoante as palavras de seu testamento, na santa ceia, a que nos dirigiu por sua palavra. Isso a nenhum outro homem é possível, porque nenhum homem está unido com a natureza divina e investido na divina, onipotente majestade e poder, pela união pessoal de ambas as naturezas

30 em Cristo e nela, de tal maneira como Jesus, o filho de Maria. Nele, a natureza divina e a humana estão pessoalmente unidas de modo que em Cristo "habita corporalmente toda a plenitude da Divindade", Cl 2[682], e nessa união pessoal têm comunhão tão excelsa, íntima e inefável, que até aos anjos admira e, conforme testifica S. Pedro[683], esses se deliciam e se alegram em perscrutá-la. Tudo isso será explicado adiante, ordenadamente e algo mais ao largo.

31 Desse fundamento, conforme acima se indicou e se explicou a *unio personalis*, isto é, a maneira como a natureza divina e a humana estão unidas na pessoa de Cristo, de modo que não têm apenas os nomes em comum, senão que têm, de fato e de verdade, comunhão entre si, sem qualquer mistura ou igualação delas em sua essência, desse fundamento flui também a doutrina de *communicatione idiomatum*, isto é, da verdadeira comunhão[684] das propriedades das naturezas, de que adiante se dirá mais.

32 Pois, visto que, deveras, é assim *quod propria non egrediantur sua subiecta*[685], isto é, que cada natureza retém suas propriedades essenciais, e que elas não são separadas de uma natureza e despejadas na outra, como se despeja água de um vaso em outro, assim também nenhuma comunhão de propriedades poderia haver e subsistir, se não fosse verdadeira a supramencionada união

33 ou comunhão pessoal das naturezas na pessoa de Cristo. Depois do artigo da santa Trindade[686], isto é o maior mistério no céu e na terra, como diz Paulo:

---

[679] Sl 8.6; 93.1; Zc 9.10.

[680] Mc 16.20.

[681] Nesse período, traduzido literalmente, o leitor sentirá que falta algo. Parece que a idéia é: "Agora, porém, faz uso pleno e contínuo de sua majestade, uma vez que...". Cf. *Concordia Triglotta*, p. 1024, a parte entre colchetes.

[682] Cl 2.9.

[683] I Pe 1.12.

[684] *Gemeinschaft*.

[685] Que propriedades não deixam seus sujeitos.

[686] Isto, a saber, a união pessoal.

"Grande é o mistério da piedade: Deus foi manifestado na carne", 1 Tm 3[687]. Pois, visto o apóstolo Pedro testificar em palavras claras que até nós outros, em quem Cristo habita somente por graça, tornamo-nos, em Cristo, por causa desse excelso mistério, "co-participantes da natureza divina"[688], que comunhão com a natureza divina deve ser, então, aquela da qual o apóstolo diz que "em Cristo habita corporalmente toda a plenitude da Divindade"[689] de modo que Deus e homem são uma só pessoa. 34

Como é de alta importância que essa doutrina de *communicatione idiomatum*, isto é, da comunhão[690] das propriedades de ambas as naturezas, seja tratada e explicada com a devida distinção – pois as *propositiones* ou *praedicationes*, isto é, a maneira como se fala da pessoa de Cristo, das naturezas e das propriedades delas, não são todas da mesma espécie e modo, e, quando se fala delas sem a devida diferenciação, baralha-se a doutrina e, facilmente, extravia-se o leitor singelo –, deve notar-se com diligência a apresentação seguinte, que, para torná-la melhor e mais simples, bem se pode abarcar sob três pontos principais. 35

Em primeiro lugar, como em Cristo duas naturezas distintas existem e permanecem imudadas e impermistas em sua essência e propriedades naturais, sendo, porém, uma só a pessoa de ambas as naturezas, por isso, aquilo que, na verdade, é propriedade apenas de uma das naturezas não é atribuído somente a essa natureza, separadamente, mas à pessoa toda, que é, simultaneamente, Deus e homem (quer seja chamada Deus, quer homem). 36

Todavia, *in hoc genere*, isto é, nesta maneira de falar, não se segue que seja propriedade simultaneamente de ambas as naturezas aquilo que é atribuído à pessoa, senão que se explica distintamente segundo que natureza cada qual[691] é atribuída à [respectiva] pessoa. Assim, "segundo a carne, o Filho de Deus veio da descendência de Davi", Rm 1[692]. Também: "Cristo foi morto segundo a carne e sofreu por nós na carne", 1 Pe 3; 4[693]. 37

Todavia, porquanto sacramentários ocultos e declarados escondem seu erro pernicioso sob as palavras que dizem *atribuir-se à pessoa inteira o que é próprio de uma natureza*, mencionando eles, é verdade, a pessoa toda, mas entendendo por isso, não obstante, apenas uma natureza e excluindo inteiramente a outra, como se a simples natureza humana houvera sofrido por nós, conforme o Dr. Lutero, em sua *Confissão Maior da Santa Ceia*, escreveu a respeito da *alloeosis* de Zwínglio, vamos citar aqui as próprias palavras do Dr. Lutero, a fim de que a igreja de Deus possa, da melhor maneira, ser resguardada desse erro. Eis como rezam as palavras[694]. 38

[687] 1 Tm 3.16.
[688] 2 Pe 1.4.
[689] Cl 2.9.
[690] *Gemeinschaft.*
[691] Cada qual das propriedades.
[692] Rm 1.3.
[693] 1 Pe 3.18; 4.1.
[694] OSel 4,258.

39 "Zwínglio entende que temos *alloeosis* quando se diz da divindade de Cristo algo que, de fato, pertence à humanidade, ou vice-versa. Por exemplo, em Lc 24[695]: 'Porventura não convinha que o Cristo padecesse e entrasse na sua glória?' Aqui, especula[696] gratuitamente que se toma Cristo para designar a 40 natureza humana. Acautela-te, acautela-te[697], digo eu, contra a *alloeosis*; é a máscara do diabo, pois que remata, construindo um Cristo de espécie tal que, segundo ele, certamente eu não quisera ser cristão, a saber, um Cristo que, doravante, não seria nem faria mais com sua paixão e vida[698] que outro santo qualquer. Pois, se creio que somente a natureza humana sofreu por mim, então, Cristo me é um salvador precário, e ele mesmo precisaria, neste caso, de um 41 salvador. Em suma, é indizível o que o diabo intenta com a *alloeosis*". E o breve trecho[699]: "Caso a velha feiticeira[700] dona Razão, que vem a ser a avó da *alloeosis*, diga: 'De fato, a divindade não pode sofrer e morrer', deves responder: 'Isso é verdade; mas, não obstante, porquanto divindade e humanidade em Cristo é uma só pessoa, a Escritura, por causa dessa união pessoal, atribui 42 também à divindade tudo o que sucede à humanidade, e vice-versa'. E, com efeito, assim é, pois não há dúvida que tens de dizer: a pessoa (aponta para Cristo) sofre, morre. Ora, a pessoa é verdadeiro Deus, razão por que se diz com acerto: o Filho de Deus sofre. Conquanto, por assim dizer, uma das partes, isto é, a divindade, não sofre, contudo, a pessoa, que é Deus, sofre na outra parte, a saber, na humanidade. Porque, na verdade, o Filho de Deus é crucificado por nós, isto é, a pessoa, que é Deus, pois que ela – ela, digo, a pessoa, é 43 crucificada segundo a humanidade". E, de novo, logo adiante[701]: "Se *alloeosis*, como a propõe Zwínglio, é para ficar de pé, então, Cristo terá de ser duas pessoas, uma divina e outra humana, já que ele[702] aplica os textos relativos à paixão à natureza humana somente e, por inteiro, desvia-os da divindade. Pois, se se partem e separam as obras, é preciso dividir, outrossim, a pessoa, uma vez que todas as obras ou sofrimentos são atribuídos não às naturezas, mas à pessoa. É a pessoa quem tudo faz e sofre, uma coisa segundo esta natureza, outra, segundo aquela. Tudo isso, sabem-no bem os doutos. Razão por que consideramos Cristo, nosso Senhor, como Deus e homem em uma pessoa, *non confundendo naturas nec dividendo personam*, não confundindo as naturezas nem dividindo a pessoa".

44 Da mesma forma, o Dr. Lutero, em seu "Dos Concílios e da Igreja"[703]: Nós, cristão, temos de saber que baixamos ao fundo com nosso prato se Deus

---

[695] Lc 24.26.
[696] I. e., Zwínglio. No original: *gaukelt*
[697] Assim (repetido) no original.
[698] *Mit seinem Leiden und Leben.*
[699] OSel 4,259.
[700] *Wettermacherin.*
[701] OSel 4,260s.
[702] Zwínglio.
[703] OSel 3,374s.

não está na balança também, dando o peso. Com isso quero dizer o seguinte: se não é o caso de Deus haver morrido por nós, mas apenas um homem, então estamos perdidos. Se, porém, a morte de Deus e Deus morto estão na concha, ele desce e nós subimos como prato leve e vazio. Todavia, pode ele bem voltar a subir ou saltar de sua concha. Não poderia, entretanto, estar na concha sem que se fizesse homem semelhante a nós, de modo que se pudesse dizer: Deus morto, paixão de Deus, sangue de Deus, morte de Deus. Em sua natureza, Deus não pode morrer; como, porém, Deus e homem estão unidos em uma pessoa, é correto dizer morte de Deus quando morre aquele homem que é uma só coisa ou pessoa com Deus". Até aqui Lutero. Evidencia-se daí ser incorreto dizer ou escrever que as supramencionadas proposições (Deus sofreu, Deus morreu) são apenas *praedicatio verbalis*, isto é, meras palavras, e que não é assim de fato. Pois nossa singela fé cristã mostra que o Filho de Deus, o qual se fez homem, por nós sofreu e morreu e nos redimiu com seu sangue. 45

Em segundo lugar, no concernente ao desempenho do ofício de Cristo, a pessoa não atua *em, com* e *através de* ou segundo uma natureza apenas, mas *em, segundo, com* e *através de* ambas as naturezas, ou, conforme se expressa o Concílio Calcedonense, uma natureza opera em comunhão com a outra o que é próprio a cada qual[704]. Assim, Cristo é nosso mediador, redentor, rei, sumo sacerdote, cabeça, pastor, etc., não de acordo com apenas uma das naturezas, quer a divina, quer a humana, senão segundo ambas as naturezas. Alhures[705] pormenorizamos essa doutrina. 46 47

Em terceiro lugar, todavia, é bem outra a questão quando se pergunta, fala ou trata a respeito disto: se as naturezas, na união pessoal em Cristo, não têm outra coisa senão ou nada mais do que suas propriedades naturais, essenciais (pois, que as têm e retêm ficou dito acima). 48

Agora, no que se refere à natureza divina em Cristo, já que em Deus "não há mudança", Tg 1[706], nada se lhe acedeu ou subtraiu em sua essência e propriedades pela humanação; em si ou por si não foi diminuída nem aumentada com isso. Mas, no que diz respeito à natureza humana assumida na pessoa de Cristo, alguns[707], de fato, quiseram sustentar que ela, mesmo na união pessoal com a divindade, não tem outra coisa, nem mais do que suas propriedades naturais, essenciais, segundo as quais em tudo é semelhante a seus irmãos, e que, por isso, à natureza humana em Cristo nada deve nem pode ser atribuído que esteja acima de suas propriedades naturais ou lhes seja contrá- 49 50

---

[704] Ou: o que é propriedade de cada qual. No original: *eine Natur wirket mit Gemeinschaft der andern, was einer jeden Eigenschaft ist.* Texto lat.: *una natura agit seu operatur cum communicatione alterius quod cuiusque proprium est.* Trata-se de uma sentença de Leão I (Magno), no célebre *Tomus ad Flavianum* (de 13 de junho de 449), e que foi aprovado pelo Concílio de Calcedônia. No *Catalogus Testemoniorum*, publicado como apêndice à FC, a sentença é transcrita na forma em que aparece em edições recentes: *agit enim utraque forma cum alterius communione, quod proprium est* ("pois cada forma [natureza] faz o que lhe é próprio, em comunhão com a outra"). Cf. *Concordia Triglotta*, p. 1108; BSLK, p. 1105.

[705] Vid. acima, III, 56.

[706] Tg 1.17.

[707] Criptocalvinistas de Wittenberg, na *Grundfest*, de 1573.

51 rio, ainda que os testemunhos da Escritura são neste sentido[708]. Da palavra de Deus, porém, é tão claro que essa opinião é falsa e incorreta que até os parceiros[709] deles censuram e rejeitam esse erro agora. A Sagrada Escritura e, com base na Escritura, os Pais antigos testemunham poderosamente que, em razão do fato de haver sido unida pessoalmente com a natureza divina em Cristo, a natureza humana em Cristo, ao ser glorificada e exaltada à destra da majestade e do poder de Deus, depostas a forma de servo e a humilhação, recebeu, além e acima de suas propriedades naturais, essenciais, permanentes, ainda *praerogativae*[710] e excelências especiais, elevadas, grandes, sobrenaturais, inescrutáveis, inefáveis, celestes, em majestade, glória, força e poder, acima de tudo, quanto se possa referir, não só no presente mundo, senão também no vindouro[711]. E que, por conseguinte, para as operações do ofício de Cristo, também a natureza humana em Cristo é empregada, de acordo com sua medida e maneira, e tem, também, sua *efficacia*[712], isto é, sua força e operação, não apenas de suas propriedades naturais e esenciais e segundo elas, ou apenas até onde se estende a capacidade delas, senão que, principalmente, da, e, segundo a majestade, a glória, a força e o poder que recebeu pela união pessoal, pela glorificação e exaltação. E isso até os adversários já não podem ou não devem negar,
52 salvo que discutem e contendem, dizendo que os dons dos quais está dotada e ornada a natureza humana em Cristo são apenas dons criados ou *finitae qualitates*[713], como nos santos, e que, na base de seus pensamentos e, partindo de suas próprias *argumentationes*[714] ou provas, querem medir e calcular de que a natureza humana em Cristo possa ou deva ser capaz ou incapaz sem ser aniquilada.

53 Contudo, a via melhor, mais certa e mais segura nesta controvérsia é a seguinte: que ninguém pode saber melhor ou mais cabalmente do que o próprio Cristo Senhor o que Cristo recebeu, segundo a natureza humana que ele assumiu, através da união pessoal, da glorificação ou exaltação e de que sua natureza humana assumida é capaz acima das propriedades naturais sem ser destruída. E ele no-lo revelou em sua palavra, o tanto que nos é necessário saber a respeito nesta vida. Ora, aquilo de que temos, com referência a esta questão, testemunho claro e certo na Escritura, devemos simplesmente crer e de modo algum impugná-lo, como se disso a natureza humana em Cristo não pudesse ser capaz.

54 Agora, sem dúvida, é correto e verdadeiro o que se diz relativamente aos dons criados que foram dados e comunicados à natureza humana em Cristo:

---

[708] *Wenn gleichwohl der Schrift Zeugnus dahin lauten.* Texto lat.: *etiamsi scripturae testimonia humanae Christi talia tribuant* ("ainda que os testemunhos da Escritura atribuam tais coisas à natureza de Cristo").

[709] *Mitvorwandten.* Texto lat.: *consortes.*

[710] Prerrogativas.

[711] Cf. Ef 1.12.

[712] Sua eficácia. No original: *ihre efficaciam.*

[713] Qualidades finitas.

[714] Argumentações, argumentos, silogismos.

que ela os possui em si e por si. Esses, porém, ainda não alcançam a majestade que a Escritura, e da Escritura os Pais antigos, atribuem à natureza humana assumida em Cristo.

55 Pois, vivificar, ter toda a judicatura[715] e todo o poder no céu e na terra, ter tudo nas mãos, ter tudo sujeitado sob os pés, purificar de pecado, etc., isso não são dons criados, mas propriedades divinas, infinitas. Não obstante, segundo declaração da Escritura, essas popriedades foram dadas e comunicadas ao Cristo homem, Jo 5 e 6; Mt 28; Dn 7; Jo 3; 13; Mt 11; Ef 1; Hb 2; 1 Co 15; Jo 1, etc.[716]

56 E que não se deve entender essa comunicação *per phrasin aut modum loquendi*[717], isto é, somente em palavras, a respeito da pessoa apenas segundo a natureza divina, senão que segundo a natureza assumida, provam-no os três vigorosos e irrefutáveis argumentos e razões que seguem:

57 1. Em primeiro lugar, é regra unânime de toda a igreja ortodoxa que aquilo que a Sagrada Escritura testifica havê-lo recebido Cristo no tempo, não o recebeu segundo a natureza divina (segundo a qual tem tudo desde a eternidade), mas a pessoa o recebeu no tempo, *ratione et respectu humanae naturae*, isto é, segundo a natureza humana assumida.

58 2. Em segundo lugar, testifica a Escritura claramente, Jo 5; 6[718], que o poder de vivificar e executar o juízo foi dado a Cristo por ele ser o Filho do homem e enquanto[719] tem carne e sangue.

59 3. Em terceiro lugar, a Escritura não fala apenas em geral da pessoa do Filho do homem, mas também aponta expressamente para a natureza humana assumida, 1 Jo 1[720]: "O sangue de Jesus, seu Filho, nos purifica de todo pecado", não apenas segundo o mérito uma vez alcançado na cruz, senão que João

---

[715] Todo o poder de julgar. No original: *alles Gericht.*

[716] Jo 5.21,27; 6.39,40; Mt 28.18; Dn 7.14; Jo 3.13,35; 13.3; Mt 11.27; Ef 1.22; Hb 2.8; 1 Co 15.27; Jo 1.3,10. A respeito dessa doutrina controvertida, observa Werner Elert, *Der christliche Glaube*, 3ª edição, de Ernst Kinder, 1956, p. 330 (onde se lê 54 em Elert, corrija-se para 55!): "Man kann das selbstverständlich für absurd, man kann diese Lehre für Mythologie erklären. Christliche Theologen sollten sich aber darüber klar sein, dass sie mit diesem Urteil nicht nur die verhasste Konkordienformel, sondern auch den Schriftbeweis treffen, den sie dafür erbringt, ja, dass sich dieses Urteil zuletzt gegen den richtet, der in Menschengestalt dies alles für sich in Anspruch genommen hat" ("Evidente que se pode declarar isso absurdo, pode declarar-se que essa doutrina é mitologia. Teólogos cristãos, entretanto, deveriam estar claramente cientes do fato de que, com esse juízo, não atingem apenas a odiada Fórmula de Concórdia, mas, também, a prova escriturística que ela produz a favor dessa doutrina; do fato de que esse juízo, na verdade, se dirige, em última análise, contra aquele que, em forma de homem, reivindicou tudo isso para si"). Para uma crítica contemporânea desfavorável à cristologia de FC, vid., p. ex., Paul Althaus, *Die christliche Wahrheit* (Dogmatik, IV, § 44, p. 450): "Das Geheimnis der Person Jesu wird rationalisiert in einer metaphysischen Konstruktion, welche die wahre Menschheit zertsört" ("O mistério da pessoa de Jesus é racionalizado em uma construção metafísica que destrói a verdadeira humanidade").

[717] Como frase (expressão) ou modo de falar.

[718] Jo 5.21,27; 6.39,40.

[719] Ou: enquanto. No original: *wie*. Texto lat.: *quatenus.*

[720] 1 Jo 1.7.

fala no mesmo lugar disso que na obra ou no ato da justificação não somente a natureza divina em Cristo, mas também o seu sangue *per modum efficaciae*, isto é, realmente, nos purifica de todo pecado. Assim, a carne de Cristo é alimento vivificante, Jo 6[721]. Daí, também o Concílio de Éfeso concluiu que a carne de Cristo tem o poder de vivificar. Muitos outros testemunhos gloriosos da igreja ortodoxa antiga acerca desse artigo são referidos alhures[722].

60 De acordo com a Escritura, devemos e temos de[723] crer que Cristo, segundo a sua natureza humana, recebeu isso, e que foi dado e comunicado à natureza humana assumida em Cristo. Mas, conforme dissemos acima, uma vez que as duas naturezas em Cristo estão unidas de maneira que não são misturadas ou mudadas uma na outra e, visto cada qual reter suas propriedades naturais e essenciais de forma que as propriedades de uma natureza jamais se tornam as propriedades da outra natureza, é preciso também explicar essa doutrina corretamente e resguardá-la com diligência de todas as heresias.

61 Como, por conseguinte, nada de novo excogitamos de nós mesmos, senão que recebemos e repetimos as explanações dadas a esse respeito, com base em bom fundamento da Sagrada Esccritura, pela antiga igreja ortodoxa[724], a saber, que tal virtude, vida, poder, majestade e glória divinas foram dadas à natureza humana assumida em Cristo não do modo como o Pai, desde a eternidade, comunicou sua essência e todas as propriedades divinas ao Filho, segundo a natureza divina, de onde ser ele de uma só essência com o Pai e igual a Deus (pois que somente segundo a natureza divina Cristo é igual ao Pai, estando abaixo de Deus, segundo a natureza humana assumida, de onde se evidencia não fazermos *confusio*, *exaequatio*, *abolitio*, isto é, nenhuma confusão, igualação ou abolição das naturezas em Cristo), assim, também a virtude de vivificar não está na carne de Cristo da maneira como está em sua natureza divina, isto é, como propriedade essencial.

62 Alem disso, essa comunicação ou participação[725] não se realizou através de efusão essencial ou natural das propriedades da natureza divina na humana, de tal modo que a humanidade de Cristo as teria em si mesma e à parte da essência divina, ou como se a natureza humana em Cristo houvesse com isso deposto inteiramente suas propriedades naturais e essenciais, e tivesse sido, agora, ou transformada na divindade, ou se houvesse tornado, com tais propriedades comunicadas, em si mesma e por si mesma, igual a ela, ou que, agora, as propriedades e operações naturais e essenciais fossem as mesmas, ou, pelo menos, iguais para ambas as naturezas. Pois essas e similares doutrinas errôneas, com justiça, foram rejeitadas e condenadas, na base da Escritura, nos concílios antigos e aprovados. *Nullo enim modo vel facienda vel admittenda est aut*

[721] Jo 6.48-58.

[722] Por exemplo, no *Catalogus Testemoniorum*, testemunhos patrísticos, publicados como apêndice à Fórmula de Concórdia, à qual, entretanto, o catálogo não pertence oficialmente.

[723] *Sollen und müssen.*

[724] *Rechtgläubige.* Texto lat.: *orthodoxa.*

[725] *Communication oder Mitteilung.*

conversio aut confusio et exaequatio sive naturarum in Christo sive essentialium proprietatum. Isto é: Pois que de modo nenhum se deve manter ou admitir conversão, confusão ou igualação das naturezas em Cristo ou das propriedades essenciais das mesmas.

63 E nunca entendemos nós as palavras *realis communicatio* ou comunicado *realiter*, isto é, a participação ou comunhão que ocorre de fato e de verdade, nunca as entendemos de qualquer *physica communicatio vel essentialis transfusio*, isto é, de comunhão ou efusão essencial, natural, por que as naturezas seriam misturadas em sua essência e propriedades essenciais. Alguns torceram essas palavras e expressões astuciosa e malignamente, contra a própria consciência, a fim de suspeitar a doutrina pura. Nós tão-só as opomos à *verbalis communicatio*, isto é, à doutrina em que tais pessoas alegam que é apenas *phrasis* e *modus loquendo*, isto é, nada além de meras palavras, títulos e nomes. E tão rijamente insistiram nisso que não querem saber de nenhuma outra comunhão. Em contraste com isso, fizemos uso, para a verdadeira explanação da majestade de Cristo, de tais palavras (*de reali communicatione*), querendo indicar com isso que aquela comunhão ocorreu de fato e de verdade, todavia, sem qualquer mistura das naturezas e de suas propriedades essenciais.

64 Mantemos e ensinamos, portanto, com a antiga igreja ortodoxa, conforme ela explicou essa doutrina com base na Escritura, que a natureza humana em Cristo recebeu essa majestade segundo o modo da união pessoal, a saber, porque "toda a plenitude da Divindade" habita em Cristo, não como em outros santos homens ou nos anjos, mas "corporalmente"[726], como em seu próprio corpo, de modo que brilha, com toda a sua majestade, poder, glória e operação, na assumida natureza humana, livremente, quando e como ele quer, e "em", "com" e "por" ela manifesta, mostra e exerce seu divino poder, glória e eficácia, como faz a alma no corpo e o fogo em ferro incandescente (pois foi com tais símiles, conforme acima[727] também se mencionou, que toda a igreja antiga explicou essa doutrina. 65 Isso foi ocultado e retraído no tempo da humilhação. Agora, porém, depois de posta de lado a forma de servo, acontece plena, poderosa e publicamente, diante de todos os santos no céu e na terra, e na vida futura também veremos esta "sua glória" "face a face", Jo 17[728].

66 Assim, em Cristo é e permanece uma só divina onipotência, virtude, majestade e glória, que é própria apenas da natureza divina. Ela, porém, brilha, manifesta-se e mostra-se plenamente, ainda que de maneira livre, "em", "com" e "através" da natureza humana assumida e exaltada em Cristo. Assim, como em ferro candente não há duas espécies de poder, o de luzir e o de arder, mas o poder de luzir e arder é propriedade do fogo; visto, porém, que o fogo está unido com o ferro, demonstra e manifesta esse seu poder de luzir e arder em, com e através do ferro incandescente de modo tal que daí e através dessa

---

[726] Cl 2.9.
[727] Vid. acima, VIII, 18.
[728] Jo 17.24.

união também o ferro candente tem o poder de luzir e arder, sem transformação da essência e das propriedades naturais do fogo e do ferro[729].

67 Por essa razão entendemos os testemunhos da Escritura que falam da majestade à qual a natureza humana de Cristo foi exaltada não como se essa majestade divina, que é própria à natureza divina do Filho de Deus, devesse ser atribuída, na pessoa do Filho do homem, simples e unicamente segundo a sua natureza divina, ou como se essa majestade estivesse na natureza humana de Cristo apenas de molde que dela sua natureza humana tivesse somente o mero título e nome *per phrasin et modum loquendi*, isto é, tão-só em palavras, não
68 tendo, porém, de fato e de verdade, comunhão nenhuma com ela. Pois, dessa maneira[730] (visto que Deus é essência espiritual, indivisa, e está, por isso, em toda parte e em todas as criaturas, e, como em quantos está – especialmente, porém, nos crentes e santos –, ele habita, e aí tem consigo essa sua majestade), também se poderia dizer com verdade que em todas as criaturas nas quais Deus é, especialmente, porém, nos crentes e santos, nos quais Deus habita, toda a plenitude da divindade habita corporalmente, todos os tesouros de sabedoria e conhecimento estão ocultos, e todo o poder no céu e na terra lhes é
69 dado, já que lhes é dado o Espírito Santo, que tem todo o poder. Dessa maneira, então, nenhuma diferença se faria entre Cristo segundo a sua natureza humana e os outros homens santos, e, assim, Cristo seria despojado de sua majestade, a qual recebeu, acima de todas as criaturas, como homem ou segundo a sua
70 natureza humana. Porque nenhuma outra criatura, seja anjo ou homem, pode ou deve dizer: "Toda a autoridade me foi dada no céu e na terra"[731]. Pois Deus, ainda que esteja nos santos com toda a plenitude de sua divindade, que tem consigo em toda parte, não habita neles corporalmente, nem está pessoalmente unido com eles, como está em Cristo. Pois é em virtude dessa união pessoal que Cristo diz também, segundo a sua natureza humana: "Toda a autoridade me foi dada no céu e na terra", Mt 28[732]; também: "Sabendo Cristo que o Pai tudo confiara às suas mãos", Jo 13[733]; também: "Nele habita corporalmente toda a plenitude da Divindade", Cl 2[734]; também: "De glória e de honra o coroaste e o constituíste sobre as obras das tuas mãos. Todas as coisas sujeitaste debaixo dos seus pés. Ora, desde que lhe sujeitou todas as coisas, nada deixou

---

[729] A *Admonitio Neostadiensis* critica o símile do ferro candente, dizendo que são comunicadas ao ferro somente aquelas propriedades do fogo que não lhe destroem a natureza. Da mesma forma são comunicadas à humanidade, pela divindade, muitos dons inefáveis, mas nenhum que a destrua: ... *Sed non vident, aut dissimulant se videre, non omnes proprietates ignis, sed eas duntaxat ferro communicari, quae naturam ferri non destruunt... Sic multa ineffabilia dona communicantur humanitati a Deitate sed nulla ipsam destruentia* (cit. em G. J. Planck, op. cit., vol. II, p. 781, nota 296).

[730] *Denn auf solche Weise*, i. e., se este fosse o caso.

[731] Mt 28.18.

[732] Mt 28.18.

[733] Jo 13.3.

[734] Cl 2.9.

fora do seu domínio", Hb 2[735], "excluído aquele que tudo lhe subordinou", 1 Co 15[736].

71 De modo nenhum cremos, ensinamos e confessamos, entretanto, uma efusão tal da majestade de Deus e de todas as propriedades dela na natureza humana de Cristo que, por ela, a natureza divina seja diminuída ou entregue a outro algo do seu que ela não reteria para si mesma, ou que a natureza humana haja recebido, em sua substância e essência, majestade igual, separada ou distinta da natureza e essência do Filho de Deus, como quando se despeja de um vaso a outro água, vinho ou óleo. Pois a natureza humana, como também outra criatura qualquer, no céu ou na terra, é incapaz da onipotência de Deus de maneira que se tornasse em si mesma essência onipotente ou tivesse propriedades onipotentes em si mesma e por si mesma. Com isso, a natureza humana em Cristo seria negada e inteiramente transformada na divindade, o que é contrário à nossa fé cristã, bem como à doutrina de todos os profetas e apóstolos.

72 Cremos, ensinamos e confessamos, porém, que a Cristo, seu Filho amado, Deus Pai deu o seu Espírito de tal maneira segundo a humanidade assumida (em razão do que também é chamado Messias, isto é, o Ungido) que ele não recebeu os dons do mesmo[737] por medida, como os outros santos. Porque, segundo a sua natureza humana assumida (pois que, segundo a divindade, ele é de uma mesma essência com o Espírito Santo, "o Espírito de sabedoria e de entendimento, de conselho, de fortaleza e de conhecimento"[738] não repousa sobre Cristo Senhor de modo tal que, como homem, ele, por isso, saiba e possa 73 fazer apenas algumas coisas, como outros santos sabem e podem fazer pelo Espírito de Deus, que neles opera somente dons criados. Antes, uma vez que Cristo, segundo a divindade, é a segunda pessoa na santa Trindade, e dele, bem como do Pai, procede o Espírito Santo, sendo, pois, e permanecendo, por toda a eternidade, o próprio Espírito dele e do Pai, não separado do Filho de Deus, segue-se que toda a plenitude do Espírito (como dizem os Pais) foi comunicada, pela união pessoal, a Cristo, segundo a carne, que está pessoalmente unida com o Filho de Deus. Demonstra-se e mostra-se ela[739] livremente e 74 com todo o poder nela[740], com ela e por meio dela, não assim que ele apenas saiba algumas coisas, ignorando outras, possa fazer algumas, sendo-lhe impossível fazer outras, mas, isto sim, sabe e pode tudo. Sobre ele, o Pai derramou, sem medida, o Espírito da sabedoria e do poder, de maneira que recebeu, de fato e de verdade, como homem, através dessa união pessoal, todo o conhecimento e todo o poder. E assim, "todos os tesouros da sabedoria estão ocultos nele"[741]. Dessa forma, todo o poder lhe é dado[742] e ele se assentou à direita da majestade

---

[735] Hb 2.7,8.
[736] 1 Co 15.27.
[737] Do Espírito.
[738] Is 11.2; Cf. Is 61.1.
[739] I. e., a plenitude.
[740] I. e., na natureza humana de Cristo.
[741] Cl 2.3.
[742] Mt 28.18.

75 e do poder de Deus[743]. Das histórias sabemos que no tempo do Imperador Valente houve, entre arianos, uma seita peculiar, a dos agnoetas, assim chamados porque imaginaram que o Filho, o Verbo do Pai, deveras, sabe tudo, ignorando, porém, sua natureza humana assumida muitas coisas. Contra eles escreveu também Gregório Magno[744].

76 Por causa dessa união pessoal e da conseqüente comunhão, que a natureza divina e a humana de fato e de verdade têm entre si na pessoa de Cristo, atribui-se a Cristo, segundo a carne, o que sua carne, segundo a natureza e essência dela, não pode ser em si mesma, e que ela, à parte dessa união, não pode ter, a saber, que sua carne verdadeiramente é comida vivificante e seu sangue, verdadeiramente bebida vivificante, conforme testificaram os duzentos Pais do Concílio de Éfeso: *carnem Christi esse vivificam seu vivificatricem*, isto é, que a carne de Cristo é carne vivífica, de onde também apenas este homem, e nenhum outro, no céu ou na terra, pode dizer com verdade: "Onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, ali estou no meio deles"[745]. Também: "Eis que estou convosco todos os dias até à consumação do século"[746].

77 Não entendemos esses testemunhos no sentido de que apenas a divindade de Cristo esteja presente conosco na igreja e na congregação cristã, e que essa presença de modo nenhum diga respeito a Cristo segundo a sua humanidade. Fora esse o caso, Pedro, Paulo e todos os santos no céu também estariam conosco na terra, desde que a divindade, que está em toda parte, neles habita. Tal, porém, as Santas Escrituras testificam apenas com respeito a Cristo, não 78 o afirmando de nenhum outro homem. Cremos que essas palavras declaram a majestade do homem Cristo, que Cristo recebeu segundo a sua humanidade à destra da majestade e do poder de Deus, a saber, que também segundo essa sua natureza humana assumida e com ela pode estar e está presente onde quer[747], e, particularmente, que está presente à sua igreja e congregação na terra, como mediador, cabeça, rei e sumo sacerdote. Não em parte, ou somente com a metade, mas a pessoa inteira de Cristo, a que pertencem ambas as naturezas, a divina e a humana. Está presente não apenas segundo a sua divindade, mas, também, segundo a sua natureza humana, assumida, e, com ela, segundo a qual ele é 79 nosso irmão e nós somos carne da sua carne e osso de seu osso[748]. Como instituiu sua santa ceia para segura garantia e confirmação de que também de acordo com a natureza segundo a qual tem carne e sangue quer estar conosco, em nós habitar, operar e ser eficaz[749].

---

[743] Hb 1.3.

[744] Gregório Magno, *Epistula* I, X 35 e 39, MSL LXXVII, 1019s., 1096ss.

[745] Mt 18.20.

[746] Mt 28.20.

[747] Vid. acima, VII, 106, nota em "todo-poderoso Deus".

[748] Ef 5.30. Almeida RA: "Porque somos membros do seu corpo". *Fleisch von seinem Fleisch und Bein von seinen Beinen* é da versão de Lutero, que acolheu o acréscimo: *ek tes sarkos autou kai ek ton osteon autou.* Como a Vulgata: *de carne ejus et de ossibus ejus.*

[749] Não é exata a interpetação na ed. de Tappert (p. 607): "to make certainly and assurance doubly sure on this point, he instituted his Holy Supper that he might be present with us...

Foi com base nesse sólido fundamento que o Dr. Lutero, de bem-aventurada memória, escreveu a respeito da majestade de Cristo segundo a sua natureza humana. 80

Na *Confissão Maior da Santa Ceia*, escreve sobre a pessoa de Cristo da seguinte maneira[750]: "Agora, já que é homem assim – e à parte desse homem não há Deus –, segue-se, necessariamente, que também segundo o terceiro modo, o sobrenatural, está e pode estar em toda parte onde Deus está, e que tudo está inteiramente pleno de Cristo, também segundo a humanidade; não segundo o primeiro modo, o corpóreo, compreensível, mas segundo o modo supernatural, divino. 81

Por aqui deves tomar posição e dizer: Onde quer que Cristo esteja segundo a divindade, aí é pessoa natural, divina, e aí também está natural e pessoalmente, como bem o demonstra sua concepção no seio materno. Pois, se era para ser o Filho de Deus, então tinha de estar natural e pessoalmente no seio materno e tornar-se homem. Ora, se, onde estiver, ele está natural e pessoalmente, então, aí, também deve ser homem. Pois não se trata de duas pessoas separadas, senão de uma só pessoa. Onde quer que esteja, aí ela é a pessoa única e individida, e onde puderes dizer: aqui está Deus, terás que dizer outrossim: então, Cristo, o homem, também aí está, etc. E se indicasses um lugar onde Deus estivesse e o homem não, já estaria dividida a pessoa, porque, então, eu poderia dizer com verdade: aqui está Deus, que não é homem e que até agora jamais se tornou homem. Mas longe de mim com tal Deus! Pois se seguiria daí que espaço e lugar separariam uma da outra as duas naturezas e dividiriam a pessoa, quando a verdade é que nem a morte nem todos os diabos puderam separá-las ou arrancá-las uma da outra. E um pobre Cristo me sobraria aí, um que seria pessoa divina e humana simultaneamente num lugar apenas, sendo que nos demais lugares teria de ser nada além de um Deus separado e pessoa divina sem humanidade. Não, meu caro; onde me puseres Deus, aí também terás de pôr-me a humanidade. Não se deixam destacar e separar. Tornou-se uma pessoa e não separa de si a humanidade", etc. 82 83 84

No livrinho *Das Últimas Palavras de Davi*, que Lutero escreveu pouco antes de sua morte, diz o seguinte[751]: "Segundo o outro nascimento, o 85

---

according to that nature, too... Cf. sobre as seções 77, 78 e 79 o relatório que Chemnitz, Selneccer e Kirchner enviaram, em 1581, de Erfurt, onde foram reunidos para a elaboração de uma apologia da FC, aos príncipes eleitores do Palatinado, da Saxônia e do Brandemburgo. Lê-se aí: "Was die Ubiquität betrifft, so lassen wir es in diesem Leben dabey bewenden, dass wir *ex verbo Dei* wissen, dass Christus mit seinem Leib sey und seyn könne, wo, wie und an welchem Ort er will, und zugleich mehr denn an einem Ort. Denn er hat es in seinem Wort und Testament gesagt, wie dann auch das christliche Konkordien-Buch eigentlich allein und nicht weiter, denn auf die *praesentiam Christi in ecclesia* und *in Sacra Coena* geht. Lassen uns desswegen des Gegentheils Zetergeschrey von der *ubiquitate generali*, welche sie dem Konkordien-Buch andichten, nicht irren" (cit. em Gottlieb Jakob Planck, *Geschichte der protestantischen Theologie von Luthers Tode bis zu der Einführung der Konkordienformel*, vol. III, 1800, p. 799. – Esse vol. III é o IV vol. da obra de G. J. Planck, *Geschichte der Entstehung, der Veränderung und der Bildung unseres protestantischen Lehrbegriffs vom Anfang der Reformation bis zu der Einführung der Konkordienformel*).

[750] OSel 4,264.

[751] WA 54, 49s.

temporal, humano, também lhe é dado o eterno poder de Deus, mas temporalmente, não desde a eternidade. Pois a humanidade de Cristo não existiu desde eterno, como a deidade. Como se computa e escreve, Jesus, o Filho de Maria, está com a idade de 1543 anos no ano em curso. Desde o momento, porém, em que a deidade e a humanidade se uniram em uma só pessoa, o homem, o Filho de Maria, é e se chama onipotente e eterno Deus, que tem eterno poder e tudo criou e sustenta, *per communicationem idiomatum*, porque é uma pessoa com a deidade, e também é verdadeiro Deus. É disso que fala Mt 11[752]: "Tudo me foi entregue por meu Pai"; e no último capítulo de Mateus[753]: "Toda a autoridade me foi dada no céu e na terra". A que "me"? A mim, Jesus de Nazaré, o Filho de Maria, nascido homem. Tenho-a do Pai desde a eternidade, antes de tornar-me homem; quando, porém, me tornei homem, recebi-a temporalmente, segundo a humanidade, e a mantive em segredo até a minha ressurreição e ascensão, quando devia ser revelada e declarada, como diz S. Paulo, em Rm 1[754]: "Foi poderosamente demonstrado Filho de Deus". João chama isso de "glorificado"[755].

86 Encontram-se testemunhos similares nos escritos do Dr. Lutero, especialmente, porém, no livro *Que Estas Palavras Continuam Firmes* e na *Confissão Maior da Santa Ceia*. Por amor à brevidade, queremos se entenda que com respeito ao presente artigo, bem como *Da Santa Ceia*, conforme antes mencionado, enviamos a esses escritos como bem fundamentadas explanações da majestade de Cristo à destra de Deus e de seu testamento.

87 Havemos, por essa razão, que é erro pernicioso privar Cristo dessa majestade segundo a sua humanidade. Tira-se, com isso, aos cristãos seu maior consolo, que têm na promessa mencionada anteriormente referente à presença e habitação com eles de seu cabeça, rei e sumo sacerdote, o qual lhes prometeu que estaria com eles não apenas sua descoberta divindade, que para nós, pobres pecadores, é como fogo consumidor para restolho seco, senão que ele, ele, o homem, que conversou com eles, que experimentou todas as tribulações em sua natureza humana assumida, e que, por isso, também pode condoer-se de nós outros como de homens e irmãos seus, ele quer estar conosco em todas as nossas angústias, também segundo a natureza de acordo com a qual é nosso irmão e nós, carne de sua carne.

88 Rejeitamos e condenamos, por isso, unanimemente, de boca e coração, todos os erros desconformes com a doutrina aqui apresentada como contrários aos escritos proféticos e apostólicos, aos símbolos puros e à nossa cristã Confissão de Augsburgo:

89 1. A crença ou o ensinamento que, por causa da união pessoal, a natureza humana foi misturada com a divina ou foi transformada nela.

---

[752] Mt 11.27.
[753] Mt 28.18.
[754] Rm 1.4.
[755] Jo 7.39; 17.10.

2. Também, que a natureza humana em Cristo está presente em toda parte do mesmo modo que a divindade, como essência infinita, por virtude e propriedade essencial de sua natureza. 90

3. Além disso, que a natureza humana em Cristo igualou a natureza divina em sua substância e essência, ou em suas propriedades essenciais, e se tornou igual a ela nisso. 91

4. Da mesma forma, que a humanidade de Cristo se estende espacialmente a todos os lugares do céu e da terra, o que nem à divindade se deve atribuir. Que Cristo, entretanto, por sua divina onipotência, pode estar presente com seu corpo, que pôs à destra da majestade e do poder de Deus, onde quer[756], especialmente onde, em sua palavra, prometeu essa sua presença, como na santa ceia, isto a onipotência e sabedoria dele perfeitamente podem realizar sem mudança ou abolição de sua verdadeira natureza humana. 92

5. Outrossim, que por nós sofreu e nos redimiu a mera natureza humana de Cristo, com a qual o Filho de Deus nenhuma comunhão teria tido na paixão. 93

6. Igualmente, que Cristo esteja presente conosco na terra na palavra pregada e no uso correto dos santos sacramentos apenas segundo a sua divindade, e que essa presença de Cristo de modo nenhum diga respeito a sua natureza humana assumida. 94

7. Bem assim, que a assumida natureza humana em Cristo, de fato e de verdade, nenhuma comunhão tenha com a virtude, o poder, a sabedoria, a majestade e a glória divina, com que apenas teria em comum o mero título e nome. 95

Rejeitamos e condenamos esses erros e todos os outros contrários e opostos à doutrina acima, como contrários à palavra pura de Deus, aos escritos dos santos profetas e apóstolos e à nossa fé e confissão cristã. E, desde que a Sagrada Escritura chama a Cristo de mistério[757], em que todos os hereges rebentam a cabeça, admoestamos todos os cristãos a que não lucubrem impertinentemente com a razão sobre esse mistério, mas creiam simplesmente, com os diletos apóstolos, cerrem os olhos da razão, levem cativo seu pensamento à obediência de Cristo, consolem-se e, portanto, sem cessar, alegrem-se com o fato de que, em Cristo, nossa carne e sangue foram colocados a tão grande altura, à destra da majestade e onipotente força de Deus. Dessa maneira, seguramente, encontrarão consolo permanente em toda adversidade e ficarão bem protegidos contra os erros perniciosos. 96

---

[756] Vid. acima, Declaração Sólida VII, seção 106, nota em "todo-poderoso Deus".
[757] Cl 1.27.

IX DA DESCIDA DE CRISTO AO INFERNO

1 Visto que também entre os antigos mestres cristãos da igreja[758], bem como em alguns dos nossos[759], encontram-se explicações dissimilares do artigo sobre a descida de Cristo ao inferno, deixamo-nos ficar, da mesma forma, na singeleza de nossa fé cristã[760], a que nos remete o Dr. Lutero[761], no sermão sobre a descida de Cristo ao inferno, por ele proferido em Torgau, no castelo, no ano de 1533[762]. Nela confessamos: "Creio em Cristo, o Senhor, Filho de Deus, que morreu, foi sepultado e desceu ao inferno"[763]. Pois, nesse credo, o sepultamento e a descida de Cristo ao inferno são diferenciados como artigos distin-
2 tos e, singelamente, cremos que, depois do sepultamento, a pessoa toda, Deus e homem, desceu ao inferno, venceu o diabo, destruiu o poder do inferno e tirou ao diabo todo o seu poder.

3 Não devemos, entretanto, ocupar-nos "com altos e argutos pensamentos" sobre "como isso aconteceu". Pois "com a razão e cinco sentidos" compreende-se esse artigo tão pouco quanto o precedente, como Cristo está posto à destra da força onipotente e da majestade de Deus. Apenas cumpre crer e apegar-se com a palavra. Assim, retemos a medula[764] e o consolo de que "nem o inferno nem o diabo podem aprisionar ou causar dano a nós e a nenhum dos que crêem em Cristo".

X DE PRAXES ECLESIÁSTICAS CHAMADAS ADIAPHORA OU COISAS INDIFERENTES

1 Também surgiu entre alguns teólogos da Confissão de Augsburgo uma divisão com respeito a cerimônias e usos eclesiásticos que não são ordenados nem proibidos na palavra de Deus, mas que foram introduzidos na igreja com boas intenções, no interesse de boa ordem e decoro[765], ou a outros respeitos,
2 para manter disciplina cristã. Um dos partidos[766] sustentou que, mesmo em

---

[758] Cf. Johann Gerhard, I, 362, cit. por Heinrich Schmid, *Die Dogmatik der evangelisch-lutherischen Kirche*, 7ª ed., 1893, p. 289.

[759] Cf. Erich Vogelsang, "Weltbild und Kreuzestheologie in den Höllenfahrtsstreitigkeiten der Reformationszeit", in *Archiv für Reformationsgeschichte*, 38, 1941, pp. 107-119.

[760] Texto lat.: *simplicitatem fidei nostrae in symbolo comprehensam* ("a simplicidade de nossa fé compreendida no símbolo").

[761] Sobre o pensamento de Lutero, cf., p. ex., Paul Althaus, "Niedergefahren zur Hölle", in *Zeitschrift für systematische Theologie* 19, 1942, pp. 365-384.

[762] WA 37, 62-67.

[763] WA 37, 65,3.

[764] *Kern*, i. e., cerne, essencial.

[765] *Wohlstand* (= Wohlanständigkeit). O texto latino traduz com o termo grego *eutaxia*. O termo português "eutaxia" tem o sentido de justa proporção entre as diferentes partes do corpo ou do organismo animal.

[766] Filipe Melanchthon, João Bugenhagen, Jorge Maior e outros.

tempo de perseguição e em caso de confissão[767] e ainda que os inimigos do evangelho não tenham acordo conosco em doutrina, a gente pode, em presença da pressão e da exigência dos adversários, restabelecer, de consciência ilesa, algumas cerimônias ab-rogadas, que, em si mesmas, são coisas indiferentes e não são ordenadas nem proibidas por Deus e que, assim, bem se pode ter conformidade com eles em tais *adiaphora* ou coisas indiferentes. O outro partido[768], entretanto, sustentou que, em tempo de perseguição, em caso de confissão, especialmente quando os adversários põem empenho nisso a fim de suprimir, mediante força e coerção, ou insidiosamente, a doutrina pura, e para reintroduzir em nossas igrejas[769], gradualmente, a falsa doutrina deles, de modo nenhum se pode fazer isso, nem quanto a coisas indiferentes, conforme ficou dito, de consciência ilesa e sem prejuízo para a verdade divina. 3

Para explicar essa controvérsia e resolvê-la definitivamente pela graça de Deus, damos ao leitor cristão, sobre o assunto, a simples exposição que segue. 4

Quando, sob o nome e pretexto de adiáforos externos, propõem-se coisas que, posto sejam tingidas de outra cor, todavia são basicamente contrárias à palavra de Deus, não devem ser consideradas adiáforos facultativos, senão que se devem evitá-las como coisas proibidas por Deus. Também não se devem contar por *adiaphora* ou coisas indiferentes, genuinamente livres, aquelas cerimônias que dão a impressão, ou que – no intuito de evitar perseguição – colimem dar a impressão de que não houvesse uma grande distância entre a nossa religião e à dos papistas, ou que essa, ao menos, não nos contrariasse em alto grau. Também não quando[770] tais *cerimoniae* visam a significar – e quando são exigidas ou recebidas neste sentido – que, com isso e mediante isso, as duas religiões desacordes[771] foram reconciliadas e se tornaram um *corpus*, ou que se verificou um retorno ao papado e um afastamento da doutrina pura do evangelho e da religião verdadeira, ou que pouco a pouco tal deva seguir-se daí. 5

Pois, neste caso, deve e tem de valer o que Paulo escreve, 2 Co 6[772]: "Não tireis em jugo estranho; que comunhão tem a luz com as trevas? Por isso, retirai-vos do meio deles, separai-vos, diz o Senhor", etc. 6

Espetáculos inúteis, pueris, sem proveito para a boa ordem, a disciplina cristã ou o decoro evangélico na igreja, igualmente não são verdadeiros *adiaphora* ou coisas indiferentes. 7

---

[767] *Im Fall der Bekenntnus*. A versão latina acrescenta a nota esclarecedora: *quando confessio fidei edenda est* ("quando é caso de fazer confissão de fé" ou: "quando se deve fazer confissão de fé"). O mesmo que *zur Zeit der Bekanntnus* (cf. adiante, seção 10, nota em "tempo de confissão". Também, Epítome X, 11, nota em "confissão publica").

[768] Matias Flácio Ilírico, Nicolau Gallus, Hesshusius, João Wigand e outros.

[769] *Unsere Kirche.* Texto lat.: *ecclesias nostras.*

[770] I. e., também não devemos tê-las em conta de adiáforos verdadeiramente livres quando...

[771] Vid. BSLK, p. 1055, aparato crítico.

[772] 2 Co 6.14,17. Tradução do texto conforme citado no original. Almeida RA: "Não vos ponhais em jugo desigual com os incrédulos".

8 Quanto aos verdadeiros *adiaphora* ou coisas indiferentes (conforme os acima explicados)[773], cremos, ensinamos e confessamos que tais cerimônias, em si e por si mesmas, não são culto a Deus, nem mesmo parte dele, senão que devem ser devidamente distinguidas desse, conforme está escrito: "Em vão me adoram, ensinando doutrinas que são preceitos de homens", Mt 15[774].

9 Por isso, cremos, ensinamos e confessamos que a congregação de Deus, de cada lugar e tempo, tem bom direito, autoridade e poder de modificar, diminuir e aumentar essas cerimônias, sem leviandade e escândalo, com ordem e propriedade, conforme a cada tempo pareça de maior proveito, mais benéfico e melhor para a boa ordem, a disciplina e a educação cristã, o decoro evangélico[775] e a edificação da igreja. Sobre como aos fracos na fé se pode ceder e com eles transigir de boa consciência em tais adiáforos externos, ensina-o Paulo, Rm 14, e o prova com seu exemplo, At 16; 21; 1 Co 9[776].

10 Cremos, ensinamos e confessamos também que em tempo de confissão[777], quando os inimigos da palavra de Deus anseiam suprimir a doutrina pura do santo evangelho, toda a congregação de Deus, sim, cada cristão, especialmente, porém, os ministros da palavra, como dirigentes da congregação de Deus[778], têm o dever de confessar livre e abertamente, não apenas com palavras, mas, também, com obras e atos, a doutrina e o que pertence à religião íntegra[779], de acordo com a palavra de Deus. E, neste caso, nem mesmo em adiáforos se deve ceder aos adversários, nem devemos permitir que os adversários no-los imponham, pela força ou astuciosamente, para debilitação do

11 verdadeiro culto divino e plantio e confirmação da idolatria. Está escrito, Gl 5[780]: "Para a liberdade foi que Cristo nos libertou. Permanecei, pois, firmes e não vos submetais de novo ao jugo de escravidão". Item, Gl 2[781]: "E isto por causa dos falsos irmãos que se entremeteram com o fim de espreitar a nossa liberdade que temos em Cristo Jesus, e reduzir-nos à escravidão; aos quais nem ainda por uma hora nos submetemos, para que a verdade do evangelho perma-

---

[773] Matias Flácio Ilírico cita, em *Von wahren und falschen Mitteldingen* (BSLK, p. 1056, nota 2), as seguintes coisas adiáforas: a) públicas, na igreja: hinos, cânticos, leituras, pessoas, local, tempo, vestimenta, toque de sinos; b) particulares: jejum, prece em horas fixas, abstenção temporária de relações conjugais e de guloseimas, redução alimentar em benefício de oração ou de algum outro exercício cristão.

[774] Mt 15.9.

[775] *Evangelischem Wohlstand.* Vid. nota em Declaração Sólida X, 1. Texto lat.: *ad eutaxian evangelica professione dignam* ("para decoro digno da profissão evangélica").

[776] At 16.3; 21.26; 1 Co 9.19. BSLK e ed. Tappert indicam, erroneamente, 1 Co 9.10.

[777] *Zur Zeit der Bekanntnus.* A expressão significa o mesmo que "em caso de confissão". Cf. acima, seção 2. Texto lat.: *eo tempore, quo veritatis coelestis confessio requiritur* ("no tempo em que se requer uma confissão da verdade celeste"). Cf. também Epítome X, 11, nota em "confissão pública".

[778] *Als die Vorsteher der Gemeine Gottes.* Texto lat.: *tanquam ii, quos Dominus ecclesiae suae regendae praefecit* ("como aqueles que o Senhor pôs à testa, para regerem a sua igreja").

[779] *Was zur ganzen Religion gehöret.* Texto lat.: *ad sinceram religionem*, i.e., íntegra, pura, genuína.

[780] Gl 5.1.

[781] Gl 2.4,5.

necesse entre vós". E Paulo fala aqui da circuncisão, que naquele tempo era livre adiáforo, 1 Co 7[782], e de que, em outros casos, Paulo fez uso em liberdade espiritual, At 16[783]. Quando, porém, os falsos apóstolos exigiram e mal-usaram a circuncisão, para confirmação de sua falsa doutrina de que as obras da lei são necessárias para a justiça e a salvação, Paulo diz que "nem ainda por uma hora" cederia, "para que a verdade do evangelho permanecesse"[784]. 12

13 Assim, Paulo cede e transige com os fracos quanto a comida, tempos e dias, Rm 14[785]. Aos falsos apóstolos, entretanto, que quiseram impor isso à consciência como coisas necessárias, não lhes quer ceder nem mesmo em coisas que em si são adiáforos facultativos. Cl 2[786]: "Ninguém, pois, vos julgue por causa de comida e bebida, ou dia de festa, ou lua nova, ou sábados". E quando Pedro e Barnabé cederam algo num caso como esse, Paulo os repreende em público de nisso "não procederem corretamente segundo a verdade do evangelho", Gl 2[787].

14 Pois aqui já não se trata de adiáforos externos, que em sua natureza e essência são e permanecem, em si mesmos, livres, não podendo, assim, tolerar mandamento ou proibição no sentido de que se faça uso deles ou de que sejam omitidos. Aqui se trata, em primeira linha, do artigo eminente de nossa fé cristã, conforme testifica o apóstolo: "Para que a verdade do evangelho permaneça"[788]. Tal coerção ou mandamento a obscurece e perverte, porque, então, ou se exigem publicamente tais adiáforos para sancionar falsa doutrina, superstição e idolatria, e para suprimir doutrina pura e liberdade cristã, ou, pelo menos, são mal-usados pelos adversários para esse propósito e assim entendidos[789].

15 Trata-se também do artigo da liberdade cristã, a respeito do qual o Espírito Santo, pela boca do santo apóstolo, tão seriamente ordenou à sua igreja que o preservasse, conforme acabamos de ouvir. Pois, assim que esse artigo é debilitado e se impõem coativamente à igreja ordenações humanas como necessárias, como se omiti-las fosse erro e pecado, a idolatria já está de caminho preparado e, com isso, depois se acumulam as ordenações humanas, sendo consideradas culto divino não só igual aos mandamentos de Deus, mas até são postas acima deles.

16 Com este ceder e harmonizar em coisas externas onde não se está previamente unido de maneira cristã na doutrina, são fortalecidos, outrossim, os idólatras e, por outro lado, os verdadeiros crentes são entristecidos, escanda-

---

782 1 Co 7.18,19.
783 At 16.3.
784 Gl 2.5.
785 Rm 14.6.
786 Cl 2.16.
787 Gl 2.14.
788 Gl 2.5.
789 Texto lat.: *ita ab ipsis recipiuntur et in hunc abusum et pravum finem restituta credentur* ("assim são recebidos pelos mesmos e se crê que estejam restaurados para esse abuso e ímpia finalidade").

lizados e enfraquecidos em sua fé. Pelo bem e a salvação de sua alma, todo cristão tem o dever de evitar ambas as coisas, como está escrito: "Ai do mundo, por causa dos escândalos"[790]. Também: "Qualquer, porém, que fizer tropeçar a um destes pequeninos que crêem em mim, melhor lhe fora que se lhe pendurasse ao pescoço uma grande pedra de moinho, e fosse afogado na profundeza do mar"[791], etc.

17 Especialmente, porém, deve lembrar-se que Cristo diz: "Portanto, todo aquele que me confessar diante dos homens, também eu o confessarei diante de meu Pai que está nos céus"[792].

18 Os testemunhos seguintes, que aduzimos dos Artigos de Esmalcalde, compostos e subscritos em 1537 e 1540, mostram que isso foi, sempre e em toda parte, a fé e a confissão dos principais mestres da Confissão de Augsburgo quanto a tais coisas indiferentes. Estamos seguindo as pisadas deles e com a graça de Deus intencionamos perseverar nessa sua confissão.

DOS ARTIGOS DE ESMALCALDE, DE 1537

19 No tocante a isso, os Artigos de Esmalcalde dizem[793] o que segue (*Da Igreja*): "Não lhes concedemos (aos bispos papais) que sejam a igreja, pois que não a são. Nem vamos dar ouvidos ao que, em nome da igreja, nos ordenam ou proíbem. Pois, graças a Deus, uma criança de sete anos sabe o que é a igreja, a saber, os santos, crentes e os cordeiros que ouvem a voz de seu Pastor, etc.". E pouco antes[794] (*Da Ordenação e Vocação*): "Se os bispos fossem bispos verdadeiros e se dedicassem à igreja e ao evangelho, poder-se-ia conceder-lhes, por causa do amor e da unidade, não, porém, de necessidade, que ordenassem e confirmassem a nós e a nossos pregadores, com a condição de que se omitissem todas as máscaras e fantasmas de histórias[795] ou ceremonial[796] não-cristãos. Como, porém, não são bispos verdadeiros, e também não o querem ser, senão que senhores e príncipes temporais, que não querem pregar, nem ensinar, batizar, comungar, nem exercer qualquer obra ou ofício da igreja, expulsando, perseguindo e condenando, além disso, os chamados para esse ofício, não deve, por causa deles, ficar sem ministros a igreja".

20 E no artigo sobre o primado ou domínio papal, os Artigos de Esmalcalde[797] dizem: "Por isso, precisamente assim como não podemos adorar

[790] Mt 18.7.
[791] Mt 18.6.
[792] Mt 10.32.
[793] Artigos de Esmalcalde, III Parte, Artigo XII, 1,2.
[794] Artigos de Esmalcalde, III Parte, Artigo X, 1,2.
[795] *Lesens*. Ou: *Wesens* (cf. BSLK, p. 1060, aparato crítico). Cf. A. Götze, *Glossar*, sob *Lesen*.
[796] *Geprängs*. Cf. *Geprenge* em A. Götze, *Glossar*.
[797] Cf. Artigos de Esmalcalde, II Parte, Artigo IV, 14.

o próprio diabo como Senhor ou Deus, da mesma forma não podemos tolerar o apóstolo dele, o papa ou anticristo[798], em seu governo, como cabeça ou senhor, pois mentira, assassínio, destruir eternamente o corpo e a alma, nisso consiste, propriamente, seu governo papal".

21 E no escrito "Do Poder e da Jurisdição do Papa"[799], que foi apenso aos Artigos de Esmalcalde e assinado de próprio punho pelos teólogos então presentes, estão as palavras: "Ninguém grave a igreja com suas próprias tradições. Aqui, a palavra deve ser: o poder ou prestígio de ninguém deve valer mais do que a palavra de Deus"[800].

22 E a breve trecho: "Já que essa é a situação, todos os cristãos devem precaver-se com a máxima diligência no sentido de não se tornarem participantes dessa ímpia doutrina, dessas blasfêmias e injustas crueldades, senão que devem afastar-se do papa e de seus membros ou adeptos como do reinado do anticristo e execrá-lo, conforme Cristo ordenou: 'Acautelai-vos dos falsos profetas'. E Paulo ordena que evitemos falsos pregadores e os execremos como abominação. E em 2 Co 6 diz: "Não vos ponhais em jugo desigual com os incrédulos; porquanto, que comunhão há entre a luz e as trevas?"[801].

23 "Separar-se de tantas terras e povos e professar doutrina distinta é coisa pesada. Mas aí está a ordem de Deus de que todos se acautelem no sentido de não terem consenso com aqueles que ensinam doutrina falsa ou pensam em mantê-la por meio de crueldade"[802], etc.

24 Assim, também Lutero, exaustivamente, lembrou à igreja de Deus, num parecer especial[803], o que se deve pensar de cerimônias em geral e coisas indiferentes em particular, To. 3, Jena, pág. 523. Conforme aconteceu, igualmente, em 1530, como se pode ver no Tomo 5, Jena, alemão[804].

25 Dessa explanação, cada qual pode entender o que uma congregação cristã e cada cristão, particularmente os pregadores, pode ou não fazer, de sã consciência, em matéria de coisas indiferentes, especialmente em tempo de perseguição, de modo que não provoquem a ira de Deus, não violem o amor, não fortaleçam os inimigos da palavra de Deus, nem escandalizem os fracos na fé.

26 1. Por isso, rejeitamos e condenamos como errôneo considerar ordenações humanas em si mesmas como culto divino ou parte dele.

27 2. Rejeitamos e condenamos também como errôneo impor tais mandamentos coativamente à congregação de Deus como necessários.

---

[798] *Antechrist*. Texto lat.: *Antichristum*. Lutero escreveu *Endechrist*. Sobre este termo, vid. nota em Artigos de Esmalcalde, II Parte, Artigo IV, 10.

[799] Tratado sobre o Poder e o Primado do Papa.

[800] Vid. Tratado sobre o Poder e o Primado do Papa, 11.

[801] Vid. Tratado sobre o Poder e o Primado do Papa, 41,42.

[802] Tradução da tradução alemã.

[803] *Ein Bericht an einen guten Freund von beider Gestalt des Sakraments aufs Bischofs zu Meissen Mandat*, 1528. WA 26, 560-618.

[804] Cartas enviadas por Lutero a Augsburgo de junho a setembro de 1530.

28 3. Rejeitamos e condenamos, igualmente, como errônea a opinião daqueles que julgam ser permitido ceder, em tempo de perseguição, à vontade dos inimigos do santo evangelho em tais adiáforos ou chegar a um consenso com eles (o que serve ao quebrantamento da verdade).

29 4. Da mesma forma, consideramos pecado censurável fazer-se, em tempo de perseguição, algo, em obras e atos, quer em coisas indiferentes, quer na doutrina, e no mais que pertence à religião, em consideração aos inimigos do evangelho, contrariamente e em oposição à confissão cristã.

30 5. Rejeitamos e condenamos, outrossim, o abolirem-se tais adiáforos de um modo que dê a entender não ser facultativo à congregação de Deus servir-se, em liberdade cristã, de um ou mais, em qualquer tempo e lugar, de acordo com suas circunstâncias, como for mais proveitoso à igreja.

31 Assim, as igrejas não se condenarão reciprocamente em razão de dissimilaridade em cerimônias, quando, em liberdade cristã, uma tem menos ou mais, desde que estejam concordes entre si na doutrina e em todos os artigos dela, como também no uso correto dos santos sacramentos, conforme o bem conhecido dito: *Dissonantia ieiunii non dissolvit consonantiam fidei*[805]: Desacordo em jejum não dissolve acordo na fé.

XI DA ETERNA PRESCIÊNCIA E ELEIÇÃO DE DEUS

1 Da eleição eterna dos filhos de Deus ainda não ocorreu, entre os teólogos da Confissão de Augsburgo, nenhuma dissensão pública, escandalosa e amplamente difundida. Visto, porém, que esse artigo foi objeto de mui pesada controvérsia em outros lugares e que também entre os nossos houve alguma agitação a respeito, e considerando que, além disso, os teólogos nem sempre falaram nos mesmos termos, por isso, a fim de prevenir, com a graça de Deus, desunião e separação nesse ponto, futuramente, entre os nossos pósteros, quanto em nós estiver, quisemos inserir também aqui a explanação desse artigo, para que todos possam saber qual é nossa unânime doutrina, fé e confissão
2 no que tange a esse artigo. Quando a doutrina desse artigo é proposta da palavra de Deus e segundo o padrão dessa, não se pode nem se deve havê-la por inútil ou desnecessária, muito menos, por ofensiva e prejudicial, porque a Sagrada Escritura não menciona o artigo em apenas um lugar e de passagem, senão
3 que dele trata e o incute cabalmente em muitos lugares. E também não se deve passar por alto ou rejeitar a doutrina da palavra de Deus por causa de abuso ou mal-entendido, senão que, exatamente para evitar todo abuso e mal-entendido, devemos e temos de expor, fundamentados na Escritura, o sentido correto. E, de acordo com isso, a suma e o conteúdo singelos da doutrina sobre esse artigo consiste nos pontos que seguem.

4 Em primeiro lugar, deve notar-se cuidadosamente a diferença entre a eterna presciência de Deus e a eterna eleição de seus filhos para a vida eterna.

---

[805] Cf. Irineu contra Vítor, Eusébio, *História Eclesiástica*, V, 24, 13.

Pois *praescientia vel praevisio*, isto é, que Deus vê e sabe tudo precedentemente, antes de acontecer, o que se chama de presciência de Deus, estende-se a todas as criaturas, boas e más. De antemão, vê e sabe tudo o que é ou será, tudo quanto acontece ou acontecerá, seja bom ou mau, já que todas as coisas, passadas ou futuras, são manifestas e presentes para Deus, como está escrito, Mt 10[806]: "Não se vendem dois pardais por um asse? e nenhum deles cairá em terra sem o consentimento de vosso Pai". E Sl 139[807]: "Os teus olhos me viram a substância ainda informe, e no teu livro foram escritos todos os meus dias, cada um deles escrito e determinado, quando nem um deles havia ainda". Também Is 37[808]: "Mas eu conheço o teu assentar, e o teu sair, e o teu entrar, e o teu furor contra mim".

5 Todavia, a eterna eleição de Deus *vel praedestinatio*, isto é, a divina preordenação para a salvação, não se estende aos piedosos e aos maus, senão apenas aos filhos de Deus, que foram eleitos e ordenados para a vida eterna "antes da fundação do mundo", como diz Paulo, Ef 1[809]: Ele nos escolheu em Cristo Jesus e "nos ordenou para a adoção de filhos".

6 A presciência (*praescientia*) de Deus precedentemente vê e conhece também o mal, não, porém, assim como se fosse da graciosa vontade de Deus que ele devesse acontecer; mas: aquilo que a vontade perversa e ímpia do diabo e dos homens se proporá fazer, e fará, e vai querer fazer, tudo isso Deus vê e sabe antecedentemente. E sua *praescientia*, isto é, presciência, também observa a ordem dela nos atos ou obras ímpias, de sorte que Deus determina ao mal, que ele não quer, limite e medida, até onde deve ir e por quanto tempo deve durar, quando e como ele o quer obstaculizar e castigar. Pois o Senhor Deus governa a tudo isso de tal maneira que tem de redundar em honra ao seu nome divino e salvação de seus eleitos, devendo os ímpios, por isso, ficar reduzidos a confusão.

7 O princípio e a causa do mal, todavia, não é a presciência de Deus (pois Deus não cria e não opera o mal, e não lhe ajuda nem o promove), mas a ímpia e perversa vontade do diabo e dos homens, conforme está escrito: "A tua ruína, ó Israel, vem de ti, e só de mim a tua salvação". Também: "Pois tu não és Deus que se agrade com a iniqüidade"[810].

8 A eterna eleição de Deus, porém, não só vê e sabe antecedentemente a salvação dos eleitos, mas, por graciosa vontade e beneplácito de Deus em Cristo Jesus, também é causa que cria, opera, ajuda e promove a nossa salvação e tudo o que a ela pertence. E nossa salvação está fundamentada nisso de maneira tal que "as portas do inferno"[811] nada podem contra ela, como está escrito:

---

[806] Mt 10.29.

[807] Sl 139.16.

[808] Is 37.28.

[809] Ef 1.4,5.

[810] Os 13.9; Sl 5.4. Citado diferentemente, adiante, XI, 62. Cf. traduções recentes: Revised Standard Version: "I will destroy you, o Israel; who can help you?" Hermann Menge: "Das ist dein Verderben gewesen, Israel, dass du von mir, deinem Helfer, nichts wissen willst".

[811] Mt 16.18.

"Ninguém me arrebatará da mão as minhas ovelhas"[812]. Também: "E creram todos os que haviam sido destinados para a vida eterna"[813].

9 Essa eterna eleição ou ordenação de Deus para a vida eterna também não deve ser considerada no conselho secreto e inescrutável de Deus tão nuamente como se nada mais compreendesse , ou como se nada mais a ela pertencesse, e nada mais houvesse de ser considerado nela, senão isso que Deus previu quem e quantos deveriam ser salvos, quem e quantos deveriam ser condenados, ou que apenas passou em revista assim: Este deve ser salvo; aquele, não; este há de perseverar; aquele, não.

10 Pois disso muitos derivam e concebem pensamentos esquisitos, perigosos e perniciosos, que causam e fortalecem segurança e impenitência ou desalento e desespero, fazendo que caiam em pensamentos pesados e digam: Já que Deus preordenou seus eleitos para a salvação "antes da fundação do mundo", Ef 1[814], e visto que sua presciência não pode falhar, e ninguém a pode impedir ou modificar, Is 14, Rm 9[815], segue-se que, se sou preordenado para a salvação, nada me pode prejudicar nisso, ainda que, sem arrependimento, pratique toda sorte de pecados e coisas vergonhosas, despreze palavra e sacramento e não cogite de arrependimento, fé, oração ou piedade. Serei e tenho de ser salvo, pois a presciência de Deus tem de realizar-se. Se, porém, não sou predestinado, nada me ajuda, posto me atenha à palavra, me arrependa, creia, etc., pois não posso impedir ou modificar a presciência de Deus.

11 E tais pensamentos por certo que sobrevêm também a corações piedosos, conquanto pela graça de Deus têm arrependimento, fé e bom propósito. Chegam a pensar, especialmente quando reparam em sua fraqueza e no exemplo daqueles que não perseveraram, mas apostaram: Se não estás predestinado desde a eternidade para a salvação, tudo é inútil.

12 A essa fantasia e pensamento errôneo deve contrapor-se este fundamento claro, que é certo e não pode falhar: uma vez que "toda Escritura inspirada por Deus" se destina a servir não para segurança e impenitência, mas "para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça", 2 Tm 3[816]; igualmente, visto que tudo na palavra de Deus nos foi prescrito não para que fôssemos, com isso, levados ao desespero, mas "a fim de que, pela paciência e pela consolação das Escrituras, tenhamos esperança", Rm 15[817]; por isso, sem sombra de dúvida, o entendimento são ou o uso correto da doutrina da eterna presciência de Deus de modo nenhum é que, por ela, se cause ou se fortaleça impenitência ou desespero. Assim, também a Escritura, de outro modo, não propõe essa doutrina senão de forma que, por ela, nos remete à palavra, Ef 1, 1 Co 1,

---

[812] Jo 10.28.
[813] At 13.48.
[814] Ef 1.4.
[815] Is 14.27; Rm 9.19,11.
[816] 2 Tm 3.16.
[817] Rm 15.4.

exorta-nos ao arrependimento, 2 Tm 3, insta por vida piedosa, Ef 1, Jo 15, fortalece a fé e torna-nos certos de nossa salvação, Ef 1, Jo 10, 2 Ts 2[818].

Por conseguinte, se queremos pensar ou falar correta e proveitosamente 13 da eterna eleição ou predestinação e ordenação dos filhos de Deus para a vida eterna, devemos acostumar-nos a não especular em torno da nua, secreta, oculta e inescrutável presciência de Deus, senão que devemos meditar o conselho, o propósito e a preordenação de Deus em Cristo Jesus (que é o genuíno e verdadeiro "livro da vida")[819], da forma como nos é revelado mediante a palavra, a saber, de modo que tomemos, conjuntamente, a doutrina inteira do pro- 14 pósito, conselho, vontade e ordenação de Deus concernente a nossa redenção, vocação, justificação e salvação, como Paulo[820] trata e explica esse artigo, Rm 8, Ef 1, como também Cristo, na parábola, Mt 22[821], isto é, que Deus ordenou em seu propósito e conselho: 1. Que a raça humana verdadeiramente foi redi- 15 mida e reconciliada com Deus por intermédio de Cristo, o qual, por sua inocente obediência, paixão e morte, mereceu para nós "a justiça que vale diante de Deus"[822] e a vida eterna. 2. Que esse mérito e benefício de Cristo nos devem 16 ser apresentados, oferecidos e distribuídos por intermédio de sua palavra e sacramentos. 3. Que quer ser eficaz e ativo em nós com seu Espírito Santo pela 17 palavra, quando é pregada, ouvida e meditada, converter os corações a arrependimento verdadeiro e iluminá-los na fé verdadeira. 4. Que quer justificar e 18 receber, graciosamente, na adoção de filhos e na herança da vida eterna, todos os que, em arrependimento genuíno, recebem a Cristo mediante fé verdadeira. 5. Que também quer santificar no amor os assim justificados, como diz S. 19 Paulo, Ef 1[823]. 6. Que, outrossim, quer protegê-los, na grande fraqueza deles, 20 contra o diabo, o mundo e a carne, governar e guiá-los nos caminhos dele, reerguê-los quando tropeçam e confortar e preservá-los em cruz e tentação. 7. 21 Que também quer fortalecer e multiplicar neles a boa obra que ele começou e preservá-los até o fim, contanto que se atenham à palavra de Deus, orem diligentemente, permaneçam na bondade de Deus e usem com fidelidade os dons recebidos. 8. Que, finalmente, quer salvar e glorificar para sempre, na vida 22 eterna, aos que elegeu, chamou e justificou.

Neste seu conselho, propósito e ordenação, Deus não só preparou a sal- 23 vação em geral, senão também graciosamente considerou e elegeu para a salvação as pessoas dos eleitos – cada qual e todas – que devem ser salvas por Cristo e também ordenou que, da maneira que acabamos de mencionar, ele

---

[818] Ef 1.13; 1 Co 1.21,30,31; 2 Tm 3.16; Ef 1.15ss.; Jo 15.16,17,3,4,10,12; Ef 1.9,13,14; Jo 10.27-30; 2 Ts 2.13-15.

[819] Fp 4.3; Ap 3.5; 20.15. Vid. acima, seção 70, nota em "vida eterna". Acrescentamos os parênteses, como faz o texto latino, para evitar ambigüidade.

[820] Rm 8.28ss.; Ef 1.4ss.

[821] Mt 22.2-14.

[822] Rm 1.17; 2 Co 5.21. Vid. acima, Epítome III, 5, nota em "diante de Deus".

[823] Ef 1.4.

quer, por sua graça, dons e operação, fazê-los chegar a isso[824], ajudar, promover, fortalecer e conservar[825].

24 De acordo com a Escritura, tudo isso está compreendido na doutrina da eterna eleição de Deus para a adoção filial e a vida eterna e deve ser entendido como abarcado por ela, jamais se devendo excluir ou omiti-lo quando se fala do propósito, da presciência, da eleição e da ordenação de Deus para a salvação. E quando os pensamentos sobre esse artigo são formados assim, segundo a Escritura, podemos, pela graça de Deus, nela orientar-nos com simplicidade.

25 Para mais ampla explicação e para uso salutar da doutrina da ordenação de Deus à salvação, também é pertinente o que segue: desde que são salvos apenas os eleitos, "cujos nomes se encontram no livro da vida"[826], como se pode saber, de onde e por meio de que se pode conhecer quais são os eleitos que podem e devem receber essa doutrina para consolo?

26 Disso não devemos julgar de acordo com nossa razão, nem segundo a lei ou por qualquer aparência exterior. Também não devemos atrever-nos a investigar o abismo secreto e oculto da predestinação divina, mas devemos atentar na vontade revelada de Deus. Pois ele nos revelou e "desvendou o mistério da sua vontade" e o manifestou por Cristo, para que fosse pregado, Ef 1; 2 Tm 1[827].

27 Isso, porém, nos é revelado da seguinte maneira, como diz Paulo, Rm 8[828]: Aos que Deus, de antemão, conheceu, elegeu e preordenou, a esses também chamou. Ora, Deus não chama de maneira imediata[829], mas pela palavra, como, de fato, ordenou se pregassem arrependimento e perdão de pecados[830]. No mesmo sentido testifica S. Paulo ao escrever: "De sorte que somos embaixadores em nome de Cristo, e Deus exorta por nosso intermédio: Reconciliai-vos com Deus", 2 Co 5[831]. E os convidados que o rei quer nas bodas de seu filho, ele manda chamar pelos servos que envia, Mt 22[832], alguns pela primeira hora, outros pela segunda, terceira, sexta, nona, e mesmo pela hora undécima, Mt 20[833].

28 Se, portanto, queremos considerar proveitosamente nossa eleição eterna para a salvação, temos de ater-nos, de todas as maneiras, rija e firmemente,

---

[824] I. e., à salvação. Texto lat.: *ipsos salutis aeternae participes facere* ("torná-los participantes da salvação eterna").

[825] Sobre a FC e a predestinação absoluta dos salvos, sobre a posição missuriana e a polêmica de Dieckhoff (*Der missourische Prädestinatianismus und die Konkordienformel*, 1885), cf., p. ex., E. F. K. Müller, *Symbolik*, 303, 304 e nota 18.

[826] Fp 4.3; Ap 20.15.

[827] Ef 1.9,10; 2 Tm 1.9-11.

[828] Rm 8.29,30.

[829] *Ohne Mittel* ("sem meios"). Texto lat.: *immediate*.

[830] Lc 24.47.

[831] 2 Co 5.20. Almeida RA: "De sorte que somos embaixadores em nome de Cristo, como se Deus exortasse por nosso intermédio. Em nome de Cristo, pois, rogamos que vos reconcilieis com Deus".

[832] Mt 22.2-14.

[833] Mt 20.1-16.

ao fato de que, assim como se dá com a pregação do arrependimento, da mesma forma também a promessa do evangelho é *universalis*, isto é, estende-se a todos os homens, Lc 24[834]. Por isso, Cristo ordenou que se pregasse "em seu nome arrependimento e remissãos de pecados a todas as nações". Porque Deus "amou ao mundo" e a ele deu o seu Filho, Jo 3. Cristo carregou o pecado do mundo; deu a sua carne "pela vida do mundo", Jo 6; seu sangue "é a propiciação pelos pecados do mundo inteiro", 1 Jo 1. Diz Cristo: "Vinde a mim todos os que estais sobrecarregados e eu vos aliviarei", Mt 11. "Porque Deus a todos encerrou na desobediência, a fim de usar de misericórdia para com todos", Rm 11. "O Senhor não quer que nenhum pereça, senão que todos cheguem ao arrependimento", 2 Pe 3. "O mesmo é o Senhor de todos, rico para com todos os que o invocam", Rm 10. A justiça "vem mediante a fé em Cristo para todos e sobre todos os que crêem", Rm 3. "Esta é a vontade do Pai": que todo aquele que crer em Cristo tenha a vida eterna, Jo 6. É, por conseguinte, ordem de Cristo que a todos em comum a quem é pregado arrependimento, seja, outrossim, proposta essa promessa do evangelho, Lc 24; Mc 16.

29 E a essa vocação de Deus, que é feita mediante a pregação da palavra, não a devemos considerar burla[835], mas saber que, por meio dela, Deus revela a sua vontade, a saber, que naqueles que, dessa maneira, chama, ele quer operar pela palavra[836] de forma que possam ser iluminados, convertidos e salvos.

Pois a palavra pela qual somos chamados é ministério do Espírito ou mediante o qual o Espírito é dado, 2 Co 3[837], e "poder de Deus para a salvação", Rm 1[838]. E como o Espírito Santo quer ser eficaz pela palavra, fortalecer, dar poder e capacidade, é da vontade de Deus que aceitemos, creiamos e sigamos a palavra.

30 Por essa razão, os eleitos são descritos assim, Jo 10[839]: "As minhas ovelhas ouvem a minha voz; eu as conheço, e elas me seguem. Eu lhes dou a vida eterna". E Ef 1[840]: Aqueles que, "segundo o propósito", são predestinados para a "herança", esses ouvem o evangelho, crêem em Cristo, oram e agradecem, são santificados no amor, têm esperança, paciência e consolo sob a cruz, Rm 8[841]. E ainda que tudo isso seja muito fraco neles, têm, contudo, fome e sede de justiça, Mt 5[842].

---

[834] Lc 24.47; Jo 3.16; Jo 1.29; Jo 6.51; 1 Jo 1.7; 2.2; Mt 11.28; Rm 11.32; 2 Pe 3.9; Rm 10.12; Rm 3.22; Jo 6.40; Lc 24.47; Mc 16.15.

[835] *Spiegelfechten.* Texto lat.: *non existimemus esse simulatam et fucatam* ("não julguemos que é simulada e falsa").

[836] *Durchs Wort wirken wölle.* Texto lat.: *per verbum efficax esse velit* ("quer ser eficaz pela palavra").

[837] 2 Co 3.8.

[838] Rm 1.16.

[839] Jo 10.27,28.

[840] Ef 1.11,13.

[841] Rm 8.25.

[842] Mt 5.6.

31 Assim, o Espírito de Deus dá aos seus eleitos "testemunho de que são filhos de Deus, e quando não sabem orar como convém", intercede por eles "com gemidos inexprimíveis", Rm 8[843].

32 Testifica, outrossim, a Sagrada Escritura que Deus, o qual nos chamou, é tão fiel que, quando "começou boa obra em nós", há de conservá-la também até ao fim e completá-la, se nós mesmos não nos desviarmos dele, mas guardarmos firme, até o fim, a obra principiada, para o que ele prometeu sua graça, 1 Co 1; Fp 1; 2 Pe 3; Hb 3[844].

33 Com essa vontade revelada de Deus é que devemos ocupar-nos, para que a sigamos e nela sejamos diligentes, porque o Espírito Santo confere graça, poder e capacidade por intermédio da palavra pela qual nos chama. Não devemos perscrutar o abismo da oculta presciência de Deus, como está escrito em Lc 13[845], onde alguém pergunta: "Senhor, são poucos os que são salvos?" e Cristo responde: "Esforçai-vos por entrar pela porta estreita". Lutero diz assim: "Segue a ordem na Epístola aos Romanos, ocupa-te primeiro com Cristo e seu evangelho, a fim de reconheceres o teu pecado e a graça dele e, em seguida, lutares com o pecado, conforme Paulo ensina do primeiro capítulo ao oitavo. Depois, quando, no oitavo capítulo, entrares em tentação sob cruz e aflições, os capítulos nono, décimo e undécimo hão de ensinar-te quão consoladora é a predestinação[846], etc.[847]

34 A causa, porém, de "muitos serem chamados, mas poucos escolhidos"[848], não é a vocação divina, que é feita por intermédio da palavra, como se Deus dissesse: Exteriormente, por meio da palavra, deveras, chamo ao meu reino a todos vós a quem proponho a minha palavra; no coração, porém, não penso em todos, mas apenas em alguns poucos. Pois é minha vontade que a maior parte daqueles que chamo pela palavra não sejam iluminados nem convertidos, senão que sejam e permaneçam condenados, ainda que, pela palavra, na vocação,

35 eu me declaro a eles de outra maneira. *Hoc enim esset Deo contradictorias voluntates affingere*[849], isto é, dessa maneira se ensinaria que Deus, que é a verdade eterna, dissente de si mesmo, quando, ao revés, Deus castiga também

---

[843] Rm 8.16-26.

[844] 1 Co 1.8; Fp 1.6ss.; 2 Pe 3.9; Hb 3.14,16. Jürgen Moltmann inclui um rápido comentário sobre a questão da perservança na FC em seu livro *Prädestination und Perseveranz*, Neukirchener Verlag, 1961, pp. 112ss.

[845] Lc 13.23,24.

[846] *Die Versehung* (= Vorsehung). Texto lat.: *in praedestinatione*. Ed. Tappert, p. 622: "foreknowledge".

[847] Edição de Erlangen 63, 135.

[848] Mt 20.16; 22.14.

[849] "Pois isto seria falsamente atribuir vontades contraditórias a Deus". Além do indicado em BSLK, p. 1074, nota 1, cf. também E. F. K. Müller, *Symbolik*, p. 303, nota 17. Ao referir que a Fórmula de Concórdia rejeita a idéia de que Deus não quer seriamente que todos os homens venham a ele (cf. Epítome XI, 18), o autor expressa a seguinte opinião (nota 17): "Este é o ponto em que se torna clara a diferença de Lutero. R. 807 [=BSLK, p. 1074, linhas 6-8]: 'Hoc enim esset Deo *contradictorias voluntates* (grifo do autor) affingere'. Em tudo o mais, porém, a FC concorda com o livro *De servo arbitrio* para o qual expressamente apela".

nos homens essa improbidade de declarar uma coisa e no coração pensar e tencionar outra, Sl 5; 12[850]. Isso também nos tornaria de todo incerto e nulo o necessário e confortador fundamento que, diariamente, nos lembra e admoesta que somente da palavra de Deus, pela qual trata conosco e nos chama, devemos aprender e concluir qual é sua vontade a nosso respeito, e que devemos crer com firmeza e não duvidar o que ela nos assevera e promete. 36

Por essa razão, Cristo faz que as promessas do evangelho não sejam propostas apenas de modo geral, porém, pelos sacramentos[851], que anexou como selo à promessa, e com isso a confirma a cada crente individualmente. 37

Por isso, também, como diz a Confissão de Augsburgo, no Artigo XI, retemos a confissão particular e ensinamos ser mandamento divino que "creiamos nessa absolvição e tenhamos como certo que, quando cremos na palavra da absolvição, estamos reconciliados com Deus tão verdadeiramente como se tivéssemos ouvido uma voz do céu", conforme a Apologia[852] explica esse artigo. Inteiramente nos seria tirado esse consolo, senão devêssemos inferir da vocação que se realiza por intermédio da palavra e dos sacramentos qual a vontade de Deus para conosco. 38

Também nos seria subvertido e tirado o fundamento de que o Espírito Santo certamente quer estar presente com a palavra pregada, ouvida, meditada e que, mediante ela, quer ser eficaz e operar. Por isso, o sentido de modo nenhum é o que acima se referiu, a saber, que aqueles possam ser os eleitos, mesmo que desprezem a palavra de Deus, a repilam, blasfemem e persigam, Mt 22; At 15[853]; ou, quando a ouvem, endurecem o coração, Hb 4, resistem ao Espírito Santo, At 7, persistem em pecados sem arrependimento, Lc 14, não crêem verdadeiramente em Cristo, Mc 16, têm apenas aparência exterior, Mt 7; 22[854], ou buscam outros caminhos para a justiça e a salvação, fora de Cristo, Rm 9[855]. 39 Ao contrário, assim como Deus ordenou em seu conselho que o Espírito Santo chame, ilumine e converta pela palavra os eleitos, e que ele justificará e salvará a quantos aceitarem a Cristo mediante fé verdadeira, assim também decretou em seu conselho que vai endurecer, rejeitar e condenar aqueles que são chamados pela palavra, se repelem a palavra, resistem e perseveram em resistir ao Espírito Santo, o qual, neles, quer ser eficaz e quer operar pela palavra. E é dessa maneira que "muitos são chamados, mas poucos escolhidos"[856]. 40

Pois que poucos recebem a palavra e a seguem; a maioria rejeita a palavra e não quer vir para as bodas[857]. 41

---

[850] Sl 5.10,11; 12.3,4.

[851] Porém os sela pelos sacramentos. Cf. BSLK, p. 1074, aparato crítico.

[852] Cf. Apologia XI, 2, versão germânica de Justus Jonas.

[853] Mt 22.5,6; At 13.40,41,46. O original, por engano, remete a At 15.

[854] Aparência exterior de piedade. Texto lat.: *externa tantum specie pietatem prae se ferunt.*

[855] Hb 4.2,7; At 7.51; Lc 14.18,24; Mc 16.16; Mt 7.15; 22.12; Rm 9.31.

[856] Mt 20.16; 22.14.

[857] Mt 22.5; Lc 14.18-20.

A causa de semelhante desprezo à palavra não é a presciência de Deus, mas a vontade perversa do homem, que repele ou perverte o meio e o instrumento do Espírito Santo que Deus lhe oferece mediante o chamado e resiste ao Espírito Santo, que, pela palavra, quer ser eficaz e opera, como diz Cristo: "Quantas vezes quis eu reunir-vos e vós não o quisestes!", Mt 23[858].

42 Assim, muitos "recebem a palavra com alegria", mas, depois, "se desviam", Lc 8[859]. A causa, porém, não é que Deus não queira dar a graça da perseverança[860] àqueles em quem "começou boa obra", pois isso é contrário a S. Paulo, Fp 1[861]. Mas a causa é: porque tornam a desviar-se voluntariosamente do santo preceito, entristecem e amarguram o Espírito Santo, enredam-se na imundície do mundo, voltam a ornamentar ao diabo a hospedaria do coração, e o último estado deles torna-se pior que o primeiro, 2 Pe 2; Lc 11; Hb 10[862].

43 Essa é a extensão em que o mistério da predestinação[863] nos é revelado na palavra de Deus. E se a isso nos restringirmos e ativermos, deveras, é doutrina útil, salutar e confortadora, pois que mui poderosamente confirma o artigo de que somos justificados e salvos sem qualquer obra e mérito nosso, exclusivamente de graça, tão-só por causa de Cristo. Antes do tempo do mundo, antes de existirmos, "antes da fundação do mundo"[864], quando, naturalmente, nada de bom poderíamos ter feito, fomos eleitos, por graça, em Cristo, para a salvação, "segundo o propósito de Deus", Rm 9; 2 Tm 1[865]. Isso também derruba 44 todas as *opiniones* e doutrinas errôneas sobre os poderes de nossa vontade natural, porque, em seu conselho, Deus resolveu e decretou, antes do tempo do mundo, que, pelo poder de seu Santo Espírito, mediante a palavra, ele mesmo quer criar e operar em nós tudo o que pertence à nossa conversão.

45 E, dessarte, essa doutrina também dá o belo e glorioso consolo de que Deus se interessou tão profundamente na conversão, justiça e salvação de cada cristão e tamanha foi a respeito sua fidelidade de propósito que, "antes da fundação do mundo"[866], deliberou no tocante a isso e "em seu propósito"[867] 46 determinou de que modo me levaria até lá e como nisso me preservaria. Ainda, que ele quis acautelar minha salvação tão bem e seguramente que, porquanto, pela fraqueza e impiedade da nossa carne, facilmente poderia escapar-nos das

---

858 Mt 23.37.

859 Lc 8.13.

860 *Donum perseverantiae.* Texto lat.: *gratia ad perseverandum.*

861 Fp 1.6.

862 2 Pe 2.10; Lc 11.24-26; Hb 10.26. Vid. também Ef 4.30. BSLK, *Concordia Triglotta* e ed. Tappert deixam de indicar o versículo 26 de Lc 11, transcrito por extenso no original.

863 *Versehung* (= Vorsehung). Texto lat.: *praedestinationis.* O texto latino traduz *Vorsehung* com *praescientia*, *praedestinatio* e *electio.*

864 Ef 1.4.

865 Rm 9.11; 2 Tm 1.9.

866 Ef 1.4.

867 2 Tm 1.9.

mãos, ou delas ser-nos arrancada e tomada pela astúcia e pelo poder do diabo e do mundo, a ordenou em seu eterno propósito, que não pode falhar ou ser subvertido, e a colocou, para resguardo, na mão onipotente de nosso Salvador Jesus Cristo, da qual ninguém nos pode arrebatar, Jo 10[868]. Daí, também dizer Paulo, Rm 8[869]: Já que somos chamados segundo o propósito de Deus, "quem nos separará do amor de Deus em Cristo?". 47

Proporciona essa doutrina, outrossim, glorioso consolo em cruz e tentações, a saber, que Deus determinou e decretou, em seu conselho, antes do tempo do mundo, que vai assistir-nos em todas as situações difíceis, conferir-nos paciência, dar-nos conforto, suscitar esperança e prover desfecho que nos seja para salvação. 48 Também, conforme disso trata de maneira mui consoladora Paulo, Rm 8, que Deus ordenou em seu propósito, antes do tempo do mundo, através de que cruzes e sofrimentos haveria de tornar cada qual de seus eleitos conforme "à imagem de seu Filho", e que a cruz de cada um deve e tem de "cooperar para o bem" dele, já que "são chamados segundo o propósito", de onde Paulo inferiu como certo e indubitável que "nem tribulação, nem angústia, nem morte, nem vida, etc., nos podem separar do amor de Deus em Cristo Jesus"[870]. 49

50 Esse artigo, igualmente, dá glorioso testemunho de que a igreja de Deus existirá e permanecerá contra todas "as portas do hades"[871]. Ensina, outrossim, qual é a verdadeira igreja de Deus, a fim de não nos ofendermos com o grande prestígio da igreja falsa, Rm 9[872].

51 Desse artigo, também se tiram poderosas exortações e advertências, como: "Deprezam o consolo de Deus contra si mesmos", Lc 7; "Porque vos declaro que nenhum daqueles homens provará a minha ceia", Lc 14; também: "Muitos são chamados, mas poucos escolhidos"; outrossim: "Quem tem ouvidos para ouvir, ouça"; e: "Vede, pois como ouvis"[873]. Assim se pode usar a doutrina sobre esse artigo de maneira proveitosa, consoladora e salutar.

52 É preciso distinguir, porém, com especial diligência, entre o que é expressamente revelado a esse respeito na palavra de Deus e o que não é revelado. Para além daquilo que falamos, e que, no tocante a esse assunto, foi

---

868 Jo 10.28.

869 Rm 8.28,35. Texto lat.: *Ideo Paulus certitudinem beatitudinis nostrae super fundamentum propositi divini exstruit, cum ex eo, quod secundum propositum Dei vocati sumus, colligit neminem nos posse separare a dilectione Dei, quae est in Christo Iesu Domino nostro* ("Por isso, Paulo edifica a certeza de nossa bem-aventurança sobre o fundamento do propósito divino, quando de nossa vocação segundo o propósito de Deus colige que ninguém nos pode separar do amor de Deus que está em Cristo Jesus, Senhor nosso").

870 Rm 8.28,29,35,39.

871 Mt 16.18. No original: *Pforten der Hellen*. Texto lat.: *inferorum portas*. Almeida RA: "portas do inferno". Texto grego: *pulai hadou*. Sobre a mudança de sentido de *inferi*, *inferna* e *Hölle* de *cheol* e *hades* (mundo dos mortos) para *geena* (o inferno bíblico), vid., p. ex., o excurso "Descensus ad inferos" de Paulo Althaus, *Die christliche Wahrheit*, op. cit., p. 479.

872 Rm 9.8ss., 30ss. Texto lat.: *magna illa falsae ecclesiae auctoritate et augusta illius specie* ("pela grande autoridade da igreja falsa e por sua augusta aparência").

873 Lc 7.30; Lc 14.24; Mt 20.16; 22.14; Lc 8.8,18.

revelado, em Cristo, Deus ainda manteve em silêncio e oculto muitas coisas concernentes a esse mistério, tendo-as reservado exclusivamente para a sua sabedoria e conhecimento. Não devemos investigar essas coisas, nem devemos seguir nisso os nossos pensamentos, nem tirar conclusões ou parafusar[874], senão que devemos ater-nos à palavra revelada. Essa advertência é muitíssimo necessária.

53 Nossa impertinente curiosidade sempre é muito mais desejosa de ocupar-se com isso[875] – porque não podemos harmonizá-lo, o que, demais, não temos ordem de fazer – do que aquilo que Deus nos revelou a respeito em sua palavra.

54 Destarte não há dúvida de que, antes do tempo do mundo, Deus previu, exatíssima e certissimamente, e ainda sabe, quem dentre os que são chamados crerá e quem não[876]. Da mesma forma, quem dentre os convertidos vai perseverar e quem não: quem, depois da cair, voltará, e quem vai endurecer-se. Assim, Deus, sem sombra de dúvida, também está consciente e é sabedor do número
55 – quantos desses haverá de cada lado. Como, porém, Deus reservou tal mistério para a sua sabedoria, nada nos havendo revelado a respeito na palavra, muito menos ordenado que o esquadrinhássemos com nossos pensamentos, havendo, ao revés, obviado seriamente a semelhante empresa, Rm 11[877], não devemos, com pensamentos nossos, inferir, concluir, nem cismar nisso[878], mas devemos ater-nos a sua palavra, à qual nos remete.

56 Sem dúvida, Deus também conhece e determinou para cada um tempo e hora de sua vocação e conversão. Visto, porém, que tal não foi revelado a nós, temos ordem de sempre instar com a palavra, encomendando, por outro lado, tempo e hora a Deus, At 1[879].

57 Da mesma forma, quando vemos que, aqui, Deus dá sua palavra, acolá, não; tira-a desse lugar, deixa-a naquele. Também, que um é endurecido, obcecado, entregue a mente pervertida, outro, deveras, na mesma culpa, ao contrário,
58 é convertido, etc., Paulo[880] nos fixa um limite definido quanto ao até onde nos cabe ir nessas questões e em outras similares a elas. A saber: que devemos, relativamente a um dos grupos, reconhecer o juízo de Deus. Pois que se trata de bem merecidos castigos de pecados quando Deus, em uma terra ou povo, castiga o desprezo a sua palavra de tal maneira que o castigo se estende também à posteri-
59 dade, como se pode ver no caso dos judeus. Com o que sucede a algumas terras e pessoas, Deus mostra aos seus a sua severidade, o que todos nós bem

---

[874] *Grübeln.*

[875] I. e., com as coisas de difícil compreensão e arcanas. Texto lat.: *ut magis iis, quae abstrusa et arcana sunt, indagandis... delectemur* ("que mais nos deleitamos em pesquisar aquilo que é de difícil compreensão e arcano").

[876] Sobre a rejeição da idéia de que estas palavras fundamentam a *praedestinatio ex praevisa fide*, cf. E. F. K. Müller, *Symbolik*, p. 304, nota 18.

[877] Rm 11.33.

[878] *Grübeln*

[879] At 1.7.

[880] Rm 9.14ss.; 11.22ss.

teríamos merecido, de que teríamos sido dignos e que valor teríamos, desde que nos portamos mal com relação à palavra de Deus e, muitas vezes, entristecemos gravemente o Espírito Santo. A fim de que[881] vivamos no temor de Deus e reconheçamos e louvemos a bondade de Deus para conosco, sem mérito nosso e contrariamente ao que merecemos, nós, a quem ele dá e preserva a sua palavra e a quem não endurece e rejeita.

60 Pois, já que nossa natureza, corrompida pelo pecado, é digna da ira e da condenação de Deus e delas é ré, segue-se que Deus não nos deve nem palavra, nem Espírito, nem graça, e quando, por graça, os dá, muitas vezes os repelimos e nos tornamos indignos da vida eterna, At 13[882]. E este seu justo e bem merecido juízo mostra-o em algumas terras, povos e pessoas, a fim de que nós, quando comparados e nivelados com eles[883], aprendamos a tanto mais diligentemente reconhecer e louvar a pura e imerecida graça de Deus nos "vasos de misericórdia"[884].

61 Pois não sucede injustiça aos que são castigados e recebem o "salário do pecado" deles. Nos outros, porém, quando Deus dá e conserva sua palavra, e, por meio dela, os homens são iluminados, convertidos e preservados, Deus louva sua pura graça e misericórdia, sem o mérito deles.

62 Quando vamos até aqui, nesse artigo, ficamos no caminho certo, conforme está escrito, Os 13[885]: "A tua ruína, ó Israel, é culpa tua; porém, que haja socorro para ti, isso é pura graça minha".

63 Com referência àquilo, entretanto, que nessa discussão remonta excessivamente o vôo, ameaçando transpor as balizas, é dedo na boca, a exemplo de Paulo, e lembrar e dizer com ele: "Quem és tu, ó homem, para discutires com Deus?!"[886]

64 Que nesse artigo não podemos nem devemos perscrutar e devassar tudo, no-lo mostra o grande apóstolo Paulo, que, depois de muito argumentar sobre esse artigo com base na palavra revelada de Deus, assim que chega ao ponto onde mostra o que desse mistério Deus reservou para a sua sabedoria oculta, refreia e corta o debate com estas palavras: "Ó profundidade da riqueza, tanto da sabedoria, como do conhecimento de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos e quão inescrutáveis os seus caminhos! Quem, pois, conheceu a mente do Senhor?"[887]. Isto é, fora e além do que nos revelou em sua palavra.

65 Deve-se, de acordo com isso, considerar essa eterna eleição de Deus em Cristo, não fora de Cristo ou sem ele. Pois em Cristo, testifica o santo apósto-

---

[881] I. e., Deus o mostra a fim de que...

[882] At 13.46.

[883] Ou: cotejados e comparados com eles. No original: *auf dass wir, wann wir gegen ihnen gehalten und mit ihnen verglichen*. Texto lat.: *ut nos cum illis collati et quam simillimi illis deprehensi* ("a fim de que nós, quando a eles comparados e vistos símílimos a eles" ou: "depreendido que lhes somos de todo semelhantes").

[884] Rm 9.23; 11.5.

[885] Os 13.9. Citado diferentemente acima, XI, 7.

[886] Rm 9.20.

[887] Rm 11.33,34. BSLK não cita o versículo 34.

lo Paulo, fomos eleitos, "antes da fundação do mundo"[888], como está escrito: "Ele nos amou no Amado"[889]. Mas essa eleição é revelada do céu pela palavra pregada, quando o Pai diz: "Este é o meu Filho amado, em quem me comprazo: a ele ouvi"[890]. E Cristo diz: "Vinde a mim todos os que estais cansados e sobrecarregados, e eu vos aliviarei"[891]. E do Espírito Santo diz Cristo: "Ele me

66 glorificará" e há de lembrar-vos tudo quanto eu vos disse[892]. Assim, a santa Trindade inteira, Deus Pai, Filho e Espírito Santo, dirige todos os homens a Cristo como o livro da vida, no qual devem procurar a eleição eterna do Pai. Pois desde a eternidade, o Pai decretou que salvaria, por Cristo, os que haveria de salvar, como ele[8939] mesmo diz: "Ninguém vem ao Pai senão por mim". E, de

67 novo: "Eu sou a porta. Se alguém entrar por mim, será salvo"[894]. Cristo, porém, como "Filho unigênito de Deus, que está no seio do Pai"[895], nos anunciou a vontade do Pai e, conseqüentemente, também nossa eterna eleição para a vida eterna, ao dizer: "O reino de Deus está próximo; arrependei-vos e crede no evangelho"[896]. Também diz: "De fato, a vontade de meu Pai é que todo homem que vir o Filho e nele crer, tenha a vida eterna"[897]. E em outro lugar: "Deus amou ao mundo de tal maneira, etc."[898].

68 O Pai quer que todos os homens ouçam essa proclamação e venham a Cristo. E Cristo não os repele, conforme está escrito: "O que vem a mim, de modo nenhum o lançarei fora"[899].

69 E a fim de que possamos vir a Cristo, o Espírito Santo, pela audição da palavra, opera a fé verdadeira, como testifica o apóstolo, ao dizer: E assim a fé vem do ouvir a palavra de Deus[900], quando é pregada em sua genuinidade e pureza[901].

70 Por isso, o homem que quer ser salvo não deve fatigar ou atormentar a si mesmo com pensamentos sobre o arcano conselho de Deus, quanto a saber se

---

[888] Ef 1.4.
[889] Ef 1.6.
[890] Mt 17.5.
[891] Mt 11.28.
[892] Jo 16.14.
[893] I. e., Cristo. Jo 14.6.
[894] Jo 10.9.
[895] Jo 1.18.
[896] Mc 1.15.
[897] Jo 6.40.
[898] Jo 3.16.
[899] Jo 6.37.
[900] Rm 10.17. Tradução conforme original alemão (citado sem aspas). Almeida RA traduz *akoe* com "pregação".
[901] Ou: impermista e puramente. No original: *lauter und rein*. Vid. Catecismo Menor, Pai-Nosso, 5, nota em "puramente". Texto lat.: *sincere et pure*. Não é feliz a ed. Tappert (p. 627): "in sincerity and purity". "Sincerity" pode significar genuinidade, verdade, mas não convinha selecionar um termo energicamente ambíguo (mais comumente usado no sentido de qualidade virtuosa pessoal de ser sincero), quando a língua tem palavras não ambíguas para o caso.

ele também está eleito e ordenado para a vida eterna, pensamentos com que o abominável Satanás costuma tentar e vexar corações piedosos. Devem, pelo contrário, ouvir Cristo, que é o "livro da vida" e da eterna eleição divina de todos os filhos de Deus para a vida eterna[902]. Testifica ele a todos os homens, sem distinção, querer Deus que venham a ele todos os homens oprimidos e carregados de pecados, a fim de serem aliviados e salvos[903].

71 Segundo esta sua doutrina, devem desistir de seus pecados, arrepender-se, crer em sua promessa e confiar inteiramente nele. E visto sermos incapazes de fazer isso com forças próprias, por nós mesmos, o Espírito Santo quer operar em nós arrependimento e fé mediante a palavra e os sacramentos. 72 E para que possamos completá-lo, perseverar nisso e permanecer constantes, devemos invocar a graça de Deus, que ele nos garantiu no santo batismo, e não duvidar de que no-la dará, de acordo com sua promessa. Conforme assegurou, Lc 11[904]: "Qual dentre vós é o pai que, se o filho lhe pedir pão, lhe dará uma pedra? Ou se pedir um ovo lhe dará um escorpião? Ora, se vós, que sois maus, sabeis dar boas dádivas aos vossos filhos, quanto mais o Pai celeste dará o Espírito àqueles que lho pedirem".

73 E, porquanto, nos eleitos que se tornaram crentes, o Espírito Santo habita como em seu templo, e não é ocioso neles, mas impele os filhos de Deus a que obedeçam aos mandamentos divinos, da mesma forma, os crentes não devem ser ociosos, muito menos opor-se aos impulsos do Espírito de Deus, senão que devem exercitar-se em todas as virtudes cristãs, em toda a piedade, modéstia, temperança, paciência e amor fraterno, e procurar, com toda a diligência, "confirmar a sua vocação e eleição"[905], a fim de duvidarem dela tanto menos quanto mais experimentarem dentro em si a virtude e o poder do Espírito. Pois o Espírito de Deus testifica com o espírito dos eleitos que eles "são filhos de Deus", Rm 8[906]. 74 E posto acabem vez que outra em tentação tão grave a ponto de lhes parecer que já não sentem força nenhuma do Espírito de Deus que neles habita, e digam com Davi: "Eu disse na minha pressa: Estou excluído da tua presença", Sl 31[907], devem, contudo, a despeito do que em si mesmo experimentarem, dizer com Davi, nas palavras que imediatamente se seguem ibidem: "Não obstante, ouviste a minha súplice voz, quando clamei por teu socorro".

75 E, visto nossa eleição para a vida eterna fundar-se não em nossa piedade ou virtude, mas, apenas, no mérito de Cristo e na vontade graciosa de seu Pai, que não pode negar-se a si mesmo, por ser imutável em sua vontade e essência, por isso, quando seus filhos se apartam da obediência e tropeçam, faz que

---

[902] Fp 4.3; Ap 3.5; 20.15. Texto lat.: *Christum potius audiant et in eum ut in librum vitae intueantur, in quo perscripta est omnium filiorum Dei electio ad vitam aeternam* ("Ouçam antes a Cristo, e contemplem-no como o livro da vida no qual está registrada a eleição de todos os filhos de Deus para a vida eterna").

[903] Mt 11.28.

[904] Lc 11.11-13.

[905] 2 Pe 1.10.

[906] Rm 8.16.

[907] Sl 31.22.

sejam revocados, pela palavra, ao arrependimento, e, por ela, o Espírito Santo quer ser eficaz neles para a conversão. E quando tornam a voltar-se para ele em genuíno arrependimento mediante fé verdaderia, ele sempre quer mostrar o velho coração paterno a quantos temem sua palavra e de coração tornam a voltar-se para ele, como está escrito: "Se um homem repudiar sua mulher, e ela o deixar e tomar outro marido, porventura, aquele tornará a ela? Não se poluiria com isso de todo aquela terra? Ora, tu te prostituíste com muitos amantes; mas, ainda assim, torna para mim, diz o Senhor", Jr 3[908].

76 Correta e verdadeira é a sentença de que ninguém vem a Cristo, se o Pai não o trouxer[909]. O Pai, entretanto, não quer fazer isso sem meios, senão que ordenou para esse fim sua palavra e sacramentos como meios ou instrumentos ordinários. E não é vontade do Pai nem do Filho que o homem não ouça a pregação de sua palavra ou a despreze e espere pela tração do Pai sem palavra e sacramento[910]. Pois o Pai, deveras, atrai com a força de seu Espírito Santo; contudo, segundo a sua ordenação comum, pela audição de sua santa e divina palavra[911], como por uma rede, com a qual os eleitos são arrancados às fauces do 77 diabo. A ela deve dirigir-se todo pobre pecador, ouvi-la com diligência e não duvidar da tração do Pai, pois o Espírito Santo com seu poder quer estar na palavra e, por meio dela, operar. E isso é o trazer do Pai.

78 A razão, entretanto, por que nem todos os que a ouviram crêem, sofrendo, por isso, condenação tanto maior, não é que Deus não lhes haja consentido a salvação. Eles mesmos são culpados nisso, eles, que ouviram a palavra não de forma que aprendessem, mas, unicamente, para desprezar, blasfemar e profaná-la, e resistiram ao Espírito Santo, que, neles, quis operar mediante a palavra, como no tempo de Cristo sucedeu no caso dos fariseus e seus asseclas[912].

79 Assim, o apóstolo distingue com especial diligência entre a obra de Deus, que, ele só[913], faz vasos para honra, e a obra do diabo e do homem, o qual por instigação do diabo, que não de Deus, a si mesmo fez vaso para desonra. Pois assim está escrito, Rm 9: Deus "suportou com muita longanimidade os vasos da ira, preparados para a perdição, a fim de que também desse a conhecer as

---

[908] Jr 3.1.

[909] Jo 6.44.

[910] Vid. acima, Declaração Sólida II, 80.

[911] A vírgula depois de "comum" não existe na edição crítica alemã. O texto original é ambíguo: *Denn der Vater zeucht mit der Kraft seines H. Geistes, jedoch seiner gemeinen Ordnung nach durch das Gehör seines H. göttlichen Worts.* O texto latino é inequívoco: *Pater enim trahit quidem hominem virtute spiritus sui sancti, trahit tamen eum iuxta ordinem a se decretum et institutum, videlicit per auditionem verbi sui divini* ("Pois o Pai deveras atrai o homem com a força de seu Espírito Santo, atrai-o, porém, segundo a ordem por ele decretada e instituída, a saber, pela audição de seu divino verbo").

[912] Mt 23.26ss.; Lc 11.39ss.; Jo 7.48; 8.13; 9.16,41; 12.42.

[913] *Der allein Gefäss der Ehren machet.* Texto lat.: *qui solus facit vasa honoris.*

riquezas de sua glória em vasos de misericórdia, que para glória preparou de antemão"[914].

80 Aqui, portanto, o apóstolo diz claramente que Deus "suportou com muita longanimidade os vasos da ira". Não diz que os fez vasos de ira. Pois se tal houvera sido sua vontade, não teria necessidade de grande longanimidade. Quanto a serem preparados para a perdição, disso é culpado o diabo e os homens, não Deus.

81 Toda preparação para a condenação vem do diabo e do homem, pelo pecado, e de modo nenhum de Deus, que não quer que homem algum seja condenado. Como, pois, prepararia ele mesmo o homem para a condenação? Pois, como Deus não é causa do pecado, assim também não é causa do castigo, da condenação. Causa única da condenação é o pecado, pois "o salário do pecado é a morte"[915]. E assim como Deus não quer o pecado e não tem prazer no pecado, assim também não quer a morte do pecador, e não tem prazer em sua condenação. Não quer "que nenhum pereça, senão que todos cheguem ao arrependimento", 2 Pe 3[916]. Como está escrito, Ez 18; 33[917]: "Tão certo como eu vivo, diz o Senhor, Deus, não tenho prazer na morte do perverso, mas em que o perverso se converta do seu caminho, e viva". 82 E S. Paulo testifica em palavras límpidas que o poder e a operação de Deus podem transformar os vasos de desonra em vasos de honra, ao escrever da seguinte maneira: "Assim, pois, se alguém a si mesmo se purificar destes erros, será utensílio para honra, santificado e útil ao seu possuidor, estando preparado para toda boa obra", 2 Tm 2[918]. Aquele que tem de purificar-se deve ter sido impuro anteriormente e, portanto, vaso de desonra. Com respeito aos "vasos de misericórdia", diz claramente que o próprio Senhor os "preparou para glória"[919], o que não diz no tocante aos condenados, preparados não por Deus, mas por si mesmos para vasos de condenação.

83 Também é mister considerar-se diligentemente o que segue: quando Deus castiga pecado com pecado, isto é, por causa de sua subseqüente segurança[920], impenitência e pecados deliberados, castiga, posteriormente, com endurecimento e obcecação, aos que haviam sido convertidos, isso não se deve interpretar como se jamais houvera sido vontade comprazente de Deus que tais pessoas chegassem ao conhecimento da verdade e fossem salvas. Ambas as coisas são vontade revelada de Deus: primeira, que Deus quer receber na graça quantos se arrependem e crêem em Cristo; segunda, que também quer

---

[914] Rm 9.22-24. Para uma crítica que põe em dúvida o acerto da interpretação da FC, cf., p. ex., Wilhelm C. Linss, "Biblical interpretation in the Formula of Concord", in *The Symposium on Seventeenth Century Lutheranism*, vol. I, St. Louis, 1962, p. 132.

[915] Rm 6.23.

[916] 2 Pe 3.9.

[917] Ez 18.23; 33.11.

[918] 2 Tm 2.21.

[919] Rm 9.23.

[920] Ed. Tappert: "Impurity". No original: *Sicherheit*. Texto lat.: *securitatem carnalem*.

castigar os que se desviam voluntariosamente do santo mandamento[921], reentrançam-se na imundícia do mundo, 2 Pe 2[922], ornamentam o coração para o diabo, Lc 11[923], e ultrajam o Espírito Santo, Hb 10[924], e, se persistirem nisso, quer que sejam endurecidos, obcecados e eternamente condenados.

84 Por conseguinte, também Faraó (a respeito do qual está escrito: "Para isto mesmo te levantei, para mostrar em ti o meu poder, e para que o meu nome seja anunciado por toda a terra"[925]) não pereceu porque Deus haja repugnado à salvação dele, ou porque tenha sido sua comprazente vontade que ele fosse condenado e se perdesse. Pois Deus "não quer que nenhum pereça"[926], nem "tem prazer na morte do perverso, mas em que o perverso se converta do seu caminho, e viva"[927].

85 Agora, no que toca ao fato de Deus haver endurecido o coração de Faraó, de tal modo que Faraó continua a pecar, e quanto mais é admoestado, tanto mais empedernido se torna, isso foi em castigo de seu pecado precedente e da horrenda tirania que exerceu contra os filhos de Israel, de muitas e variadas maneiras, desumanissimamente e contrariando as acusações do coração. E visto que Deus fez que lhe fosse pregada a sua palavra e anunciada sua vontade e Faraó, não obstante, se insurgiu voluntariosamente e diretamente contra todas as exortações e advertências, Deus retirou a mão dele e, assim, o coração tornou-se endurecido e incorrigível, e Deus, nele, executou seu juízo, pois que era réu de nada menos do que do "inferno de fogo"[928]. 86 E o apóstolo aduz o exemplo de Faraó para nenhum outro propósito senão o de, com ele, mostrar a justiça de Deus, que ele manifesta nos impenitentes e nos desprezadores de sua palavra. De modo nenhum, porém, quer Paulo significar que Deus se haja recusado a conceder a salvação a Faraó ou a qualquer outro ser humano, e em seu conselho secreto o tenha ordenado à condenação eterna, de modo que lhe fosse cortada qualquer possibilidade de vir a ser salvo.

87 Essa doutrina e explanação da eterna e salvífica eleição dos filhos eleitos de Deus dão a Deus inteiramente a honra que lhe é devida, a saber, que ele nos salva por pura misericórdia em Cristo, sem qualquer mérito nosso ou boas obras, "segundo o propósito" de sua vontade, como está escrito, Ef 1[929]: "Predestinou-nos para ele, para adoção de filhos, por meio de Jesus Cristo, segundo o beneplácito de sua vontade, para louvor da glória de sua graça, que ele nos concedeu gratuitamente no Amado".

---

[921] *Gebet* ("oração"), no texto alemão, impressão de 1580, bem como na maioria das cópias manuscritas. Trata-se, evidentemente, de lapso: *Gebet* por *Gebot* (mandamento). Certo na versão latina: *a sancto mandato*.

[922] 2 Pe 2.20.

[923] Lc 11.24-26.

[924] Hb 10.29.

[925] Rm 9.17; Êx 9.16.

[926] 2 Pe 3.9.

[927] Ez 33.11.

[928] Mt 5.22.

[929] Ef 1.5; 6.11. Vid. também Rm 8.28.

É falso e errado, por isso, ensinar que não somente a misericórdia de Deus e o mérito santíssimo de Cristo é a causa da eleição de Deus, mas que também há em nós uma causa da eleição de Deus em virtude da qual Deus nos elegeu para a vida eterna. 88

Pois não só nos elegeu ele em Cristo antes de havermos praticado qualquer ato bom, senão mesmo antes de nascermos[930], na verdade, "antes da fundação do mundo"[931]. E, "para que o propósito de Deus segundo a eleição prevalecesse, não por obras, mas por aquele que chama, foi dito: O mais velho será servo do mais moço"[932]. Como está escrito: "Amei a Jacó, porém odiei a Esaú", Rm 9; Gn 25; Ml 1[933].

Além disso, essa doutrina não dá motivo nem para pusilanimidade, nem para uma vida impudente, dissoluta, quando se ensina aos homens que devem procurar a eleição em Cristo e seu santo evangelho como o "livro da vida"[934], que não exlcui nenhum pecador penitente, mas incita e chama todos os pobres, sobrecarregados e perturbados pecadores ao arrependimento e reconhecimento de seus pecados e à fé em Cristo, e promete o Espírito Santo para mundificação e renovação. E assim, essa doutrina dá o consolo mais firme aos homens perturbados e aflitos, qual seja, saberem que sua salvação não está posta em suas mãos. Se estivesse, perdê-la-iam muito mais facilmente do que Adão e Eva no paraíso; na verdade, a toda hora e momento. Mas a salvação deles repousa na graciosa eleição de Deus, que ele nos revelou em Cristo. Da mão desse "ninguém nos arrebatará", Jo 10; 2 Tm 2[935]. 89 90

Por conseguinte, se alguém apresenta a doutrina da graciosa eleição de Deus de modo que cristãos perturbados não se possam consolar nela, sendo, ao contrário, levados por ela ao desespero, ou de feição que os impenitentes sejam fortalecidos em sua voluntariosidade, então é indubitavelmente certo e verdadeiro que aquela doutrina não está sendo ensinada segundo a palavra e vontade de Deus, porém, consoante a razão e a instigação do abominável diabo. 91

Pois, como testifica o apóstolo, "tudo quanto outrora foi escrito, para o nosso ensino foi escrito, a fim de que, pela paciência e pela consolação das Escrituras, tenhamos esperança"[936]. Mas quando esse consolo e esperança nos são debilitados ou inteiramente arrebatados pela Escirtura, segue-se, com certeza, que ela está sendo entendida e explanada contrariamente à vontade e ao sentido do Espírito Santo. 92

Ficamos nessa explicação simples, correta e útil, que tem firme e bom fundamento na vontade revelada de Deus, fugimos e evitamos todas as ques- 93

---

[930] Rm 9.11.
[931] Ef 1.4.
[932] Rm 9.11,12. Cf. Gn 25.23.
[933] Rm 9.13; Gn 25.23; Ml 1.2,3.
[934] Fp 4.3; Ap 3.5; 20.15.
[935] Jo 10.28; 2 Tm 2.19.
[936] Rm 15.4.

tões e *disputationes* altas e sutis; rejeitamos e condenamos o que é contrário a essas explanações verdadeiras, simples e úteis.

94 Para tanto, concernente aos artigos controvertidos que já por muitos anos foram discutidos pelos teólogos da Confissão de Augsburgo, nos quais alguns erraram e pesadas *controversiae*, isto é, polêmicas religiosas, surgiram.

95 Todos, amigos e inimigos, claramente podem depreender de nossa explanação que não é propósito nosso ceder algo da eterna e imutável verdade de Deus (nem está em nosso poder fazê-lo) por amor da paz, da tranqüilidade e da unidade temporais. E tal paz e concórdia nem teriam estabilidade, porquanto adversam a verdade e visam a suprimi-la. Muito menos ainda propendemos a enfeitar e encobrir falsificação da doutrina pura e erros manifestos e

96 condenados. A unidade pela qual nutrimos cordial desejo e amor e que anelamos promover, estando, de nossa parte, sinceramente dispostos a empenhar tudo o que estiver em nós para fazê-la avançar, é, isto sim, aquela unidade que preserva incólume a honra de Deus, nada renuncia da divina verdade do santo evangelho, coisa nenhuma concede ao mínimo erro, conduz os pobres pecadores ao verdadeiro e genuíno arrependimento, erige-os pela fé, avigora-os na nova obediência e, destarte, os justifica e lhes dá eterna salvação unicamente pelo mérito de Cristo, etc.

XII DE OUTRAS FACÇÕES E SEITAS, QUE NUNCA ABRAÇARAM A CONFISSÃO DE AUGSBURGO

1 No tocante às seitas e facções que jamais professaram a Confissão de Augsburgo, e das quais não fizemos menção expressa nesta nossa explanação

2 – anabatistas, schwenckfeldianos, novos arianos e antitrinitários, cujos erros foram unanimemente condenados por todas as igrejas da Confissão de Augsburgo –, não quisemos, por essa razão, mencioná-las nessa explanação de modo especial e detidamente, enquanto agora é apenas a isso que visamos[937].

3 Os nossos antagonistas alegaram despudoradamente e proclamaram ao mundo inteiro, a respeito de nossas igrejas e dos mestres delas, não se encontrarem dois pregadores que estejam acordes em todos e em cada um dos artigos da Confissão de Augsburgo, sendo, ao contrário, tal a dissensão entre eles que já eles mesmos não sabem o que é a Confissão de Augsburgo e qual seu autênti-

4 co sentido. À vista disso, não nos confessamos unidos em breves e desnudas palavras ou assinaturas de nomes, mas quisemos fazer uma exposição genuína, clara e distinta a respeito de todos os artigos em controvérsia apenas entre

5 os teólogos da Confissão de Augsburgo, a fim de que cada um possa ver

---

[937] Texto lat.: *Noluimus autem de illis erroribus in hoc scripto, nisi incidenter, agere, propterea quod hoc tempore scopum illum praefixum habuerimus, ut potissimum adversariorum pontificiorum calumnias refutaremus* ("Neste escrito não quisemos, porém, tratar daqueles erros mais do que de passagem, porque o alvo que então nos pusemos diante foi refutar, acima de tudo, as falsas acusações dos adversários papais").

que não é nosso desejo disfarçar ou encobrir tudo isso maliciosamente, ou tão-só simular uma concórdia, mas acudir a coisa basicamente e propor nossa posição de maneira tal que até os nossos adversários têm de confessar que, em tudo isso, continuamos fiéis ao sentido verdadeiro, simples, natural e própria da Confissão de Augsburgo. E nela também desejamos perseverar firmemente, com a graça de Deus, até o nosso fim. E quanto depender de nosso serviço, não havermos de fazer papel de meros espectadores ou quedar-nos em silêncio enquanto se introduz algo de contrário a ela em nossas igrejas e escolas, em que o onipotente Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo nos constituiu mestres e pastores. 6

Para não acontecer que se nos atribuam, silenciosamente, os erros condenados das facções e seitas supramencionadas, as quais, pela maior parte, se infiltraram secretamente – como é da índole desses espíritos – naqueles lugares e, especialmente, naqueles tempos em que à palavra pura do santo evangelho não se abria lugar nem espaço, perseguindo-se, ao contrário, todos os seus verdadeiros mestres e confessores, e onde ainda reinavam as profundas trevas do papado, e onde os pobres e simples homens que não puderam deixar de ver o que era palpável[938] – a manifesta idolatria e falsa crença do papado –, abraçaram (infelizmente), em sua simplicidade, o que se chamava de evangélico e não era papista[939] – para não acontecer, dizíamos, que se nos atribuam os erros dessas facções e seitas[940], não pudemos omitir um testemunho nosso contra elas, confessando, publicamente e perante toda a cristandade, que não participamos nem comungamos os erros delas, quer sejam muitos, quer poucos, mas, sim, os rejeitamos e condenamos todos como falsos e heréticos, contrários às Escrituras dos santos profetas e apóstolos[941] e à nossa cristã Confissão de Augsburgo, bem fundamentada na palavra de Deus. 7 8

ARTIGOS ERRÔNEOS DOS ANABATISTAS

A saber, por exemplo, a doutrina errônea e herética dos anabatistas, que não se pode tolerar e permitir na igreja, nem no estado, nem na sociedade doméstica. Ensinam: 9

---

[938] Há divergência na interpretação das palavras *greifen müssen*. Cremos que o tradutor latino interpreta acertadamente aqui: *qui pontificiam manifestissimam idolatriam et falsam doctrinam tantum non manibus palpant* ("que apalpam quase que com as mãos a manifestíssima idolatria e falsa doutrina papal").

[939] A versão latina acrescenta: *Quorum malorum pontificia tyrannis, quae sinceram doctrinam persequitur, vel praecipua causa est* ("A tirania pontifícia, que persegue a doutrina pura, sem dúvida, é a causa precípua desses males").

[940] Para facilitar a compreensão do texto, introduzimos as palavras que vão do último travessão até aqui.

[941] Na ed. Tappert falta a tradução das palavras *der heiligen Propheten und Apostel Schriften*.

10 1. Que nossa justiça diante de Deus não se firma apenas e exclusivamente na obediência e no mérito de Cristo, mas na renovação e em nossa própria piedade, em que andamos diante de Deus. Baseiam essa[942], pela maior parte, em ordenanças próprias, peculiares, e numa espiritualidade de eleição pessoal, como que em um novo monaquismo.

11 2. Que, perante Deus, infantes não batizados não são pecadores, senão justos e inocentes, e que, por conseguinte, são salvos, em sua inocência, sem o batismo, que não necessitam. Negam e rejeitam, assim, toda a doutrina do pecado original e o que a ela se relaciona.

12 3. Que só se devem batizar as crianças quando tiverem alcançado o uso da razão e puderem confessar pessoalmente sua fé.

13 4. Que os filhos dos cristãos, porque nasceram de pais cristãos e crentes, são santos e filhos de Deus, mesmo sem o batismo e antes dele. Por essa razão, também não têm o batismo infantil em alta consideração, não lhe encorajam a prática, contrariamente às expressas palavras da promessa, que se estende apenas àqueles que guardam a aliança e não a desprezam, Gn 17[943].

15 5. Que não é assembléia ou congregação verdadeira e cristã aquela em que ainda se encontram pecadores.

16 6. Que não se deve ouvir sermão nem comparecer naqueles templos em que, anteriormente, se haja rezado missa papal.

7. Que nada se deve ter com os ministros eclesiásticos que pregam o santo evangelho de acordo com a Confissão de Augsburgo e censuram os erros dos anabatistas. Que, tampouco, se deve servi-los, nem de qualquer maneira trabalhar para eles, mas que se deve fugir deles e evitá-los como perversores da palavra de Deus.

17 8. Que o governo não é estado piedoso no Novo Testamento.

18 9. Que, de consciência sã e ilesa, o cristão não pode estar investido em ofício governamental.

19 10. Que, de consciência inviolada, o cristão não se pode valer do ofício governamental contra os maus, em casos supervenientes, e que os súditos não podem apelar para o poder do magistrado.

20 11. Que, de sã consciência, o cristão não pode prestar juramento perante o tribunal, nem, com juramento, prometer fidelidade de vassalo feudal ao seu príncipe territorial.

21 12. Que o governo não pode, de consciência ilesa, infligir a malfeitores a pena capital.

22 13. Que, de sã consciência, o cristão não pode reter ou possuir propriedade privada, mas tem o dever de passá-la à comunidade.

23 14. Que, de boa consciência, o cristão não pode ser estalajadeiro, negociante ou cuteleiro.

24 15. Que cônjuges podem divorciar-se por causa da fé, abandonar um ao outro e contrair matrimônio com outra pessoa, da mesma fé.

---

[942] I. e., piedade.

[943] Gn 17.4-8,19-21.

16. Que Cristo não assumiu sua carne e sangue da Virgem Maria, mas que os trouxe consigo do céu. 25

17. Que tampouco é Deus verdadeiro, essencial, mas apenas possui mais e maiores dons e glória do que outros homens. 26

18. E mais outros artigos similares. Estão divididos entre si mesmos em muitos grupos, tendo um partido mais erros, outro, menos. No fundo, a seita inteira outra coisa não é senão uma nova espécie de monaquismo. 27

ARTIGOS ERRÔNEOS DOS SCHWENCKFELDIANOS

Da mesma forma[944], *os schwenckfeldianos, quando afirmam:* 28

1. Em primeiro lugar, que todos os que consideram a Cristo segundo a carne, ou segundo sua humanidade assumida, como sendo criatura, não têm conhecimento do reinante rei celeste, Cristo, e que a carne de Cristo, pela exaltação, assumiu todas as propriedades divinas de tal maneira que ele é inteiramente igual ao Pai e ao Verbo eterno em grau e estado de essência, quanto a poder, força, majestade e glória, de modo que é uma só a essência, propriedade, vontade e glória das duas naturezas em Cristo, e que a carne de Cristo pertence à essência da Santa Trindade. 29

2. Que o ministério eclesiástico, a palavra pregada e ouvida, não é meio através do qual o Espírito Santo ensina os homens e neles opera conhecimento salvífico de Cristo, conversão, arrependimento, fé e nova obediência. 30

3. Que a água do batismo não é meio pelo qual o Senhor Deus sela a adoção de filhos e opera renascimento. 31

4. Que pão e vinho na santa ceia não são meios pelos quais Cristo distribui seu corpo e sangue. 32

5. Que o cristão verdadeiramente regenerado pelo Espírito de Deus pode, na presente vida, guardar e cumprir a lei de Deus com perfeição. 33

6. Que não é verdadeira congregação cristã aquela que não pratica exclusão pública ou processo regular de excomunhão. 34

7. Que o ministro de igreja não pode ensinar proveitosamente a outrem ou administrar sacramentos verdadeiros, genuínos, se ele mesmo não é verdadeiramente renovado, justo e piedoso. 35

---

[944] Rejeitamos e condenamos.

ARTIGOS ERRÔNEOS DOS NOVOS ARIANOS[945]

36 Também[946] o ensino dos novos arianos de que Cristo não é Deus verdadeiro, essencial, natural, de uma só eterna, divina essência com Deus Pai, mas é apenas ornado de majestade divina, abaixo e ao lado de Deus.

ARTIGOS ERRÔNEOS DOS NOVOS ANTITRINITÁRIOS[947]

37 1. Também[948] o que fazem alguns antitrinitários, que rejeitam e condenam os antigos e aprovados Símbolos, o Niceno e o Atanasiano, tanto no que diz respeito ao sentido, quanto no que toca aos termos, e ensinam que não há uma única, eterna, divina essência do Pai, do Filho e do Espírito Santo, porém, assim como há três pessoas distintas, Pai, Filho e Espírito Santo, assim também cada pessoa tem sua essência distinta e separada das outras pessoas, as quais, todavia, ou são, todas as três, iguais em poder, sabedoria, majestade e glória, como quaisquer três homens distintos e separados um do outro em sua essência, ou desiguais em essência e propriedades.

38 2. Que somente o Pai é autêntico e verdadeiro Deus[949].

39 Todos esses artigos e outros a eles similares, juntamente com o que a eles está ligado e deles se segue, rejeitamos e condenamos como errados, falsos, he-

---

[945] Além da literatura referida em BSLK, p. 1098, nota 4, vid. *Concordia Triglotta*, Historical Introductions, pp. 233-235; P. Wrzecionko, "Vernunft und Wahrheit im Denken der Sozinianer und der altprotestantischen Orthodoxie", in *Zeitschrift für systematische Theologie und Religionsphilosophie* (vol. 14, 1972, pp. 172-196) e a bibliografia do ensaio, especialmente a das notas 3, 9 e 10. Para o socianianismo (do nome de Fausto Sócino, Sozzini, reformador religioso italiano – 1537/9-1604), Wrzecionko arrola, ainda, as seguintes designações: *ecclesia minor* (em distnção da *ecclesia major*, que seria a reformada), *antitrinitários* ou *unitários*, *arianos*, *irmãos poloneses* e, ocasionalmente, *cristianos*. Cf., especialmente, no artigo mencionado a discussão da função hermenêutica da compreensão de "pessoa" na doutrina da Trindade (p. 184): aplicando o conceito (*substantia, completa singularis intelligens*, cf. A. Wiszowaty, *Religio rationalis*, 1685, ed. de Z. Ogonowski, Varsóvia, 1960, p. 22) à Trindade simplesmente (em vez de deixá-lo valer apenas para a *subsistentia* das pessoas trinitárias), os socinianos concluíram que Deus só pode ser "uma pessoa". (A ortodoxia protestante, por sua vez, comenta o autor, remetendo para Selneccer, *Institutio*, I, 76, deixa valer a sua definição de pessoa no que diz respeito à subsistência, suspendendo, porém, quanto à essência das pessoas trinitárias, a *incommunicabilitas*).

[946] Rejeitamos e condenamos.

[947] De acordo com a seção 37, os "novos antitrinitários" são triteístas. BSLK (p. 1099, nota 1) cita Matteo Garibaldi e G. V. Gentile. Cf. Epítome XII, 29: *Das ist gar eine naue Sekten, zuvorn in der Christenheit nicht erhöret.*

[948] Rejeitamos e condenamos.

[949] Em Johann Gerhard (*Loci Theologici* I, 194) temos a questão de FC XII, 37 e 38 na forma de hipótese com a conseqüente alternativa: *Si alia foret essentia patris, alia filii, alia spiritus s., utique alterutrum sequeretur, scil. vel non esse unum verum Deus, vel filium et spiritum s. a vera Deitate excludi* ("Se uma fosse a essência do Pai, outra a do Filho e outra a do Espírito Santo, seguir-se-ia, indubitavelmente, uma de duas, a saber: ou que não há um só Deus verdadeiro, ou que o Filho e o Espírito Santo são excluídos da verdadeira Deidade").

réticos, contrários à palavra de Deus, aos três Símbolos, à Confissão de Augsburgo e Apologia, aos Artigos de Esmalcalde e aos Catecismos de Lutero. Todos os cristãos piedosos hão de precaver-se contra eles e devem fazê-lo, quanto amam o bem-estar e a salvação de suas almas.

Visto querermos ter testificado, na presença de Deus e de toda a cristandade, entre os contemporâneos e os pósteros que a presente explanação de todos os artigos controvertidos que precedem e que foram explicados, que ela, e nenhuma outra, é nossa doutrina, fé e confissão, na qual também, pela graça de Deus, haveremos de comparecer, de coração intrépido, diante do tribunal de Jesus Cristo e da qual haveremos de prestar contas e contra a qual nada falaremos ou escreveremos, nem secreta nem publicamente, mas, sim, intencionamos, mediante a graça de Deus, perseverar nela, subscrevemos, com madura ponderação, em temor e invocação de Deus, com o próprio punho. 40

Dr. Iacobus Andreae subscreveu
Dr. Nicolaus Selneccerus subscreveu
Dr. Andreas Musculus subscreveu
Dr. Christophorus Cornerus subscreveu
David Chytraeus
Dr. Martinus Kemnicius